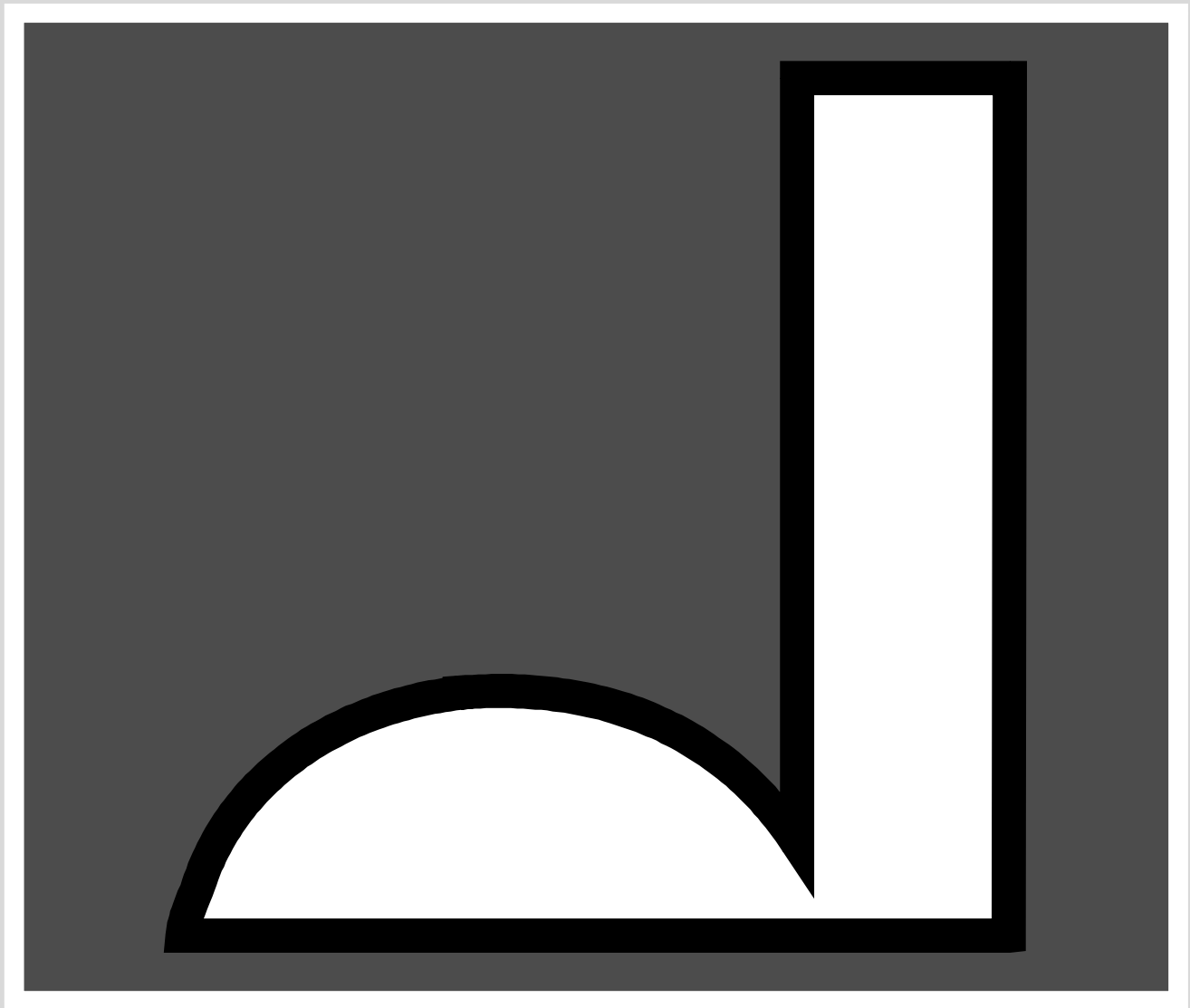




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ATAS DE COMISSÕES

VOLUME I

ANO LXII - SUP. AO Nº 017 - QUINTA-FEIRA, 1º DE MARÇO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Álvaro Dias – PSDB-PR 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário Gerson Camata – PMDB-ES	3º Secretário César Borges – PFL-BA 4º Secretário Magno Malta – PR-ES Suplentes de Secretário 1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP 2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE 3º - João Vicente Claudino – PTB-PI 4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER (vago) VICE-LÍDERES (vago) LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB (vago)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 25 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES (vago) LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT (vago) LÍDER DO PTB – 4 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR (vago) LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB (vago) LÍDER DO PC do B – 1 (vago) LÍDER DO PRB – 1 (vago) LÍDER DO PP – 1 (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30 LÍDER (vago) VICE-LÍDERES (vago) LÍDER DO PFL – 17 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL (vago) LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB (vago)
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO P-SOL – 1 (vago) LÍDER DO PRTB – 1 (vago)	LÍDER DO GOVERNO (vago) VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago)
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES	
1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos	
27ª Reunião ordinária, realizada em 21 de novembro de 2006.....	00005
28ª Reunião extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2006.....	00020
29ª Reunião ordinária, realizada em 28 de novembro de 2006.....	00023
30ª Reunião ordinária, realizada em 5 de dezembro de 2006.....	00035
31ª Reunião extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2006.....	00055
32ª Reunião ordinária, realizada em 12 de dezembro de 2006.....	00081
33ª Reunião ordinária, realizada em 19 de dezembro de 2006.....	00108
35ª Reunião extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2006.....	00118
1ª Reunião extraordinária da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, realizada em 7 de novembro de 2006.....	00144
2ª Reunião extraordinária da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, realizada em 22 de novembro de 2006.....	00158
3ª Reunião extraordinária da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, realizada em 20 de dezembro de 2006	00175
1.2 – Comissão de Assuntos Sociais	
31ª Reunião extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2006.....	00178
32ª Reunião extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2006.....	00184
33ª Reunião extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2006.....	00198
34ª Reunião extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2006.....	00215
35ª Reunião extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2006.....	00216
36ª Reunião extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2006.....	00241
37ª Reunião extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2006.....	00262
3ª Reunião extraordinária da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, realizada em 30 de novembro de 2006.....	00269
4ª Reunião extraordinária da Subcomissão Permanente das Pessoas com Deficiência, realizada em 21 de novembro de 2006.....	00302
5ª Reunião extraordinária da Subcomissão Permanente das Pessoas com Deficiência, realizada em 21 de novembro de 2006.....	00326
2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, realizada em 28 de novembro de 2006	00382
1.3 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	
4ª Reunião ordinária, realizada em 11 de abril de 2006.....	00407
9ª Reunião, realizada em 20 de junho de 2006.....	00414
12ª Reunião extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2006.....	00439
13ª Reunião extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2006.....	00463
14ª Reunião extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2006.....	00533
15ª Reunião, realizada em 19 de dezembro de 2006.....	00536
1.4 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	
18ª Reunião extraordinária, realizada em 6 de julho de 2006.....	00558
19ª Reunião extraordinária, realizada em 12 de julho de 2006.....	00588
20ª Reunião, realizada em 3 de agosto de 2006.....	00590
21ª Reunião extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2006	00645
22ª Reunião extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2006.....	00653
23ª Reunião extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2006.....	00668
24ª Reunião extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2006.....	00724

25ª Reunião extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2006.....	00726
26ª Reunião extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2006.....	00729
27ª Reunião extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2006.....	00733
28ª Reunião extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2006.....	00735
1.5 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	
17ª Reunião extraordinária, realizada em 28 de junho de 2006.....	00737
18ª Reunião extraordinária, realizada em 4 de julho de 2006.....	00751
19ª Reunião extraordinária, realizada em 12 de julho de 2006.....	00756
22ª Reunião extraordinária, realizada em 5 de setembro de 2006.....	00763
23ª Reunião extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2006.....	00769
24ª Reunião extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2006.....	00787
25ª Reunião extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2006.....	00857
26ª Reunião extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2006.....	00862
27ª Reunião extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2006.....	00878
28ª Reunião extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2006.....	00881
29ª Reunião extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2006.....	00888
1ª Reunião ordinária da Subcomissão Permanente para modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, realizada em 6 de junho de 2006.....	00889
1.6 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	
1ª Reunião extraordinária, realizada em 26 de janeiro de 2006.....	00892
2ª Reunião extraordinária, realizada em 8 de fevereiro de 2006.....	00897
3ª Reunião, realizada em 14 de fevereiro de 2006.....	00910
14ª Reunião extraordinária, realizada em 11 de julho de 2006.....	00942
15ª Reunião extraordinária, realizada em 3 de agosto de 2006.....	00948
16ª Reunião extraordinária, realizada em 7 de novembro de 2006.....	00949
17ª Reunião extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2006.....	00957
18ª Reunião extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2006.....	01027

19ª Reunião extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2006.....	01035
20ª Reunião extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2006.....	01036
21ª Reunião extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2006.....	01053
22ª Reunião extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2006.....	01059
23ª Reunião extraordinária, realizada em 21 de dezembro de 2006.....	01072
1.7 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	
1ª Reunião ordinária, realizada em 25 de abril de 2006.....	01086
2ª Reunião extraordinária, realizada em 2 de maio de 2006.....	01134
3ª Reunião extraordinária, realizada em 11 de maio de 2006.....	01159
4ª Reunião extraordinária, realizada em 16 de maio de 2006.....	01163
5ª Reunião extraordinária, realizada em 25 de maio de 2006.....	01193
6ª Reunião extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2006.....	01199
7ª Reunião extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2006.....	01203
1.8 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	
11ª Reunião extraordinária, realizada em 2 de agosto de 2006.....	01210
12ª Reunião extraordinária, realizada em 5 de setembro de 2006.....	01220
13ª Reunião extraordinária, realizada em 4 de outubro de 2006.....	01226
14ª Reunião extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2006.....	01232
15ª Reunião extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2006.....	01237
1.9 – Comissão externa criada pelo Ato nº 349, de 2005, destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de demarcação administrativa da terra indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima	
1ª Reunião (Instalação), realizada em 27 de abril de 2005.....	01243
Relatório da visita “ <i>in loco</i> ” ao Estado de Roraima, realizada nos dias 30 de abril, 1º e 2 de maio de 2005.....	01244
2ª Reunião, realizada em 19 de maio de 2005.....	01288
3ª Reunião, realizada em 6 de julho de 2005.....	01301

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da 27ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura, realizada em 21 de novembro de 2006, às 10:00 horas, na Sala de reuniões nº 19 da ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e um de novembro do ano de dois mil e seis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores César Borges, Jonas Pinheiro, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Álvaro Dias, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Romero Jucá, Geovani Borges, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, tendo falta justificada em virtude de missão oficial do Senado Federal, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Fernando Bezerra, João Ribeiro, Patrícia Saboya Gomes e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos o Presidente comunica o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento, Mensagem nº 227/06 (nº 861, na origem), de 03 de outubro de 2006, da Presidência da República, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de agosto de 2006, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas; – Aviso nº 33/06 (nº 334, na origem), de 29 de agosto de 2006, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de julho de 2006, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Aviso nº 36/06 (nº 383/GMF, na origem), 05 de outubro de 2006, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de agosto de 2006, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida

Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Aviso nº 37/06 (nº 435/GMF, na origem), 26 de outubro de 2006, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de setembro de 2006, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Mensagem nº 235/06 (nº 934, na origem), de 31 de outubro de 2006, da Presidência da República, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao terceiro trimestre de 2006, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas; Aviso nº 087/BCB-Presi, de 31 de outubro de 2006, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao art. 3º da Resolução do Senado Federal nº 23/96, as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, relacionando as operações no período de julho a setembro de 2006. Os expedientes serão posteriormente encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, lembra aos membros da Comissão que no dia 22/11/06, às 9:30 horas, está convocada a reunião para discutir e votar as Emendas desta Comissão ao PL nº 15/2006-CN (Orçamento 2007) e ao PL nº 16/2006-CN (Revisão do Plano Plurianual para o Período 2004-2007) que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e designa, portanto, o Senador Garibaldi Alves Filho Coordenador das referidas Emendas. O Presidente, Senador Luiz Otávio, usa da palavra para registrar o falecimento do Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos em 2003 a 2004. Usam da palavra para homenagear o Senador Ramez Tebet os Senadores Garibaldi Alves Filho, Flexa Ribeiro e Aloizio Mercadante. A Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da Pauta da Reunião. Usam da palavra os Senadores Valdir Raupp e Romero Jucá; Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2005, Complementar, não terminativo, que “inclui o § 2º ao art. 17 e dá nova redação ao caput do art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 (Disciplina o Sistema Financeiro Nacional)”, de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer favorável ao Projeto e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02 apresentadas. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio

Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A apreciação da matéria é adiada a pedido da Relatora, Senadora Serys Slhessarenko; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2003, não terminativo, que “altera o § 2º do artigo 18 e o artigo 122 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências, restabelecendo as regras originalmente asseguradas aos aposentados que permanecem ou retornam à atividade sujeita ao Regime Geral da Previdência Social”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2004, terminativo, que “dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente sobre os veículos automotores que especifica, e dá outras providências”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2004, terminativo, que “altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesas com doações a instituições filantrópicas”, de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. Em 04/07/06, após a leitura do Relatório pelo Senador Flexa Ribeiro, o Presidente concede Vista ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais. A Comissão aprova o Requerimento nº 53/2006-CAE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, requerendo a remessa do Projeto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2004, Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre a criação de conselhos tripartites, com representantes do governo, empregados e empregadores, para fiscalizar a concessão de incentivos fiscais”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005, não terminativo, que “dá nova redação aos incisos I e III do caput do art. 5º e aos incisos I e III do caput do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (igual a incidência da CIDE sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação)”, de autoria do Deputado Roberto Balestra, tendo

como Relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Em 03/10/06, foi concedida Vista à Senadora Ideli Salvatti, nos termos regimentais. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, para estabelecer que parte do produto da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) seja destinada ao município de origem”, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2004, terminativo, que “altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, para incluir a obrigatoriedade de identificação do apostador nas loterias de números administradas pela Caixa Econômica Federal”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2004, terminativo, que “dispõe sobre o emprego de rendimentos auferidos das aplicações, no mercado financeiro, das receitas tributárias da competência dos Estados, Distrito Federal, Municípios e das transferências obrigatórias da União para os entes federados, bem assim dos Estados para os Municípios”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 11/04/06, foi lido o Parecer pela Relatora, sendo adiada a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2006, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para estabelecer limites à cobrança de multa, juros de mora e despesas de cobrança decorrentes de inadimplemento de obrigações de consumidores”, de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2004, terminativo, que “acrescenta dispositivo à Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, para estabelecer o percentual mínimo do produto de arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinado à conservação, recuperação e ampliação da malha rodoviária”, de autoria do Senador

César Borges, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 04/07/06, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2003, terminativo, que “modifica a redação do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7713, de 22 de dezembro de 1988, alterada pelo artigo 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e pelo artigo 30 da Lei nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda das pessoas físicas acometidas pelas moléstias que especifica”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2006, terminativo, que “altera o art. 1º da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), para incluir Municípios na concessão do microcrédito”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador João Tenório, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2003, terminativo, que “autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Fornecedores de Cana-de-açúcar – PROAF – Cana-de-açúcar”, de autoria do Senador Renan Calheiros, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2003, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”, de autoria do Senador Osmar Dias, que se encontra tramitando em Conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Jefferson Peres, que oferece Parecer pela rejeição dos Projetos. A apreciação da matéria é adiada; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que “acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pe-

queno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica”, de autoria do Senador Almeida Lima, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, incluindo como beneficiário da lei os representantes comerciais”, de autoria do Senador Leonel Pavan; e com o Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2005, terminativo, que “altera a legislação tributária federal para incluir os estabelecimentos de ensino médio entre as pessoas jurídicas passíveis de adesão ao Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, e dá outras providências”, de autoria do Senador Ney Suassuna, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável ao PLS nº 129, de 2003, ao PLS nº 183, de 2003, e ao PLS nº 291, de 2005, nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 17-Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2004, terminativo, que “acrescenta § 6º ao art. 43, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a formação do cadastro positivo nos Sistemas de Proteção ao Crédito”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Gilberto Mestrinho, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CCJ aprovada. A apreciação da matéria é adiada; Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2005, terminativo, que “altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 11.052, de 29 de dezembro de 2004, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores da forma incapacitante de linfangioleiomiomatose pulmonar”, de autoria do Senador Fernando Bezerra, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 02 que apresenta, e com o acolhimento da Emenda nº 01, de autoria do Senador Romeu Tuma. Em 05/09/06, foi lido o Parecer pelo Relator, sendo encerrada a discussão e adiada a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2006, terminativo, que “concede isenção tributária à Academia Brasileira de Letras, à Associação Brasileira de Imprensa e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e cancela os débitos fiscais dessas instituições”, de autoria do Senador José Sarney, tendo como Relator o Senador Jorge Bornhausen, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 20-Projeto de Lei do Senado nº

179, de 2004, não terminativo, que “acrescenta o § 9º ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, excetuando a aposentadoria no valor de um salário mínimo do cálculo da renda mensal per capita para a percepção do benefício da prestação continuada”, de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. Em 05/09/06, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna nos termos regimentais. A apreciação da matéria é adiada; Item 21-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2000, terminativo, que “altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, que dispõe sobre a compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios pelo resultado da exploração e da produção de petróleo e gás natural”, de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 22-Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2002, terminativo, que “concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual”, de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta, e pela rejeição das emendas nºs 05 e 06 apresentadas pelo Senador Ney Suassuna. Em 02/12/03, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 23-Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2005, não terminativo, que “altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, acrescentando dispositivo sobre a concessão de financiamento para a aquisição de tratores, colheitadeiras, máquinas, implementos e equipamentos agrícolas”, de autoria do Deputado Moacir Micheletto, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da matéria é adiada; Item 24-Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, não terminativo, que “altera o § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, para incluir a literatura de cordel entre os segmentos beneficiados com a dedução integral do imposto de renda devido sobre as quantias destinadas a doações e patrocínios”, de autoria do Senador Efraim Morais, tendo como Relator o Senador Leonel Pavan, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03

que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 25-Emenda nº 01-Plen oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2005, não terminativa, que “reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidentes sobre os produtos que menciona”, de autoria do Deputado Nelson Bornier, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer pela rejeição da Emenda nº 01-PLEN. A apreciação da matéria é adiada; Item 26-Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2001, não terminativo, que “altera a Lei 8036, de 11 de maio de 1990, que ‘dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências’”, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 27-Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2005, não terminativo, que “dispõe sobre a destinação dos valores havidos ilicitamente pelos agentes públicos e recuperados pelas pessoas jurídicas de direito público ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente”, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 28-Mensagem do Senado Federal nº 228, de 2006, não terminativa, que “encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2006”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relatora a Senadora Ideli Salvatti, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. Após a leitura do Parecer pela Senadora Ideli Salvatti, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer da Relatora favorável nos termos do PDS apresentado; Item 29-Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2005, terminativo, que “altera a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para submeter os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia ao regime cumulativo da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 30-Avisos

nºs 28, 31 e 34, de 2006 (nºs 287, 308 e 372, na Origem), não terminativos, “referentes ao Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior”, de autoria do Ministério da Fazenda, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer pelo conhecimento da Comissão e posterior arquivamento. A apreciação de matéria é adiada; Item 31-Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2003, não terminativo, que “dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil”, de autoria do Senador Flávio Arns; que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 265, de 1999, não terminativo, que “institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências”, de autoria do Senador Lúcio Alcântara; e com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2001, não terminativo, que “dispõe sobre o gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde”, de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Álvaro Dias, que oferece Parecer favorável ao PLS nº 216, de 2003, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos PLS nºs 265, de 1999, e 167, de 2001. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com decisão terminativa. A Comissão aprova os Requerimentos nºs 54/2006-CAE, 55/2006-CAE e 56/2006-CAE, de autoria dos Senadores Romero Jucá, Antônio Carlos Valadares e Arthur Virgílio, respectivamente, solicitando a realização de Audiência Pública para instruir a Matéria. Usa da palavra o Senador Romero Jucá que solicita a retirada do Ministro da Fazenda, Exmo. Sr. Guido Mantega, e acrescenta o Exmo. Sr. Luiz Fernando Furlan, Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. A referida solicitação é acatada pela Comissão; Item 32-Mensagem do Senado Federal nº 217, de 2006, não terminativa, que “solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de US\$ 501,250,000.00 (quinhentos e um milhões, duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) – BIRD, cujos recursos destinam-se a apoiar o ‘Programa de Redução dos Custos Logísticos) – PREMEF”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Parecer pelo Relator Senador Valdir Raupp, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência

para a Matéria; Item 33-Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2006, não terminativo, que “dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis nºs 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de junho de 2004, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, e 9.317, de 5 de dezembro de 1996; e dá outras providências”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece Parecer favorável ao Projeto com acolhimento integral das Emendas nºs 01 (de teor idêntico ao da Emenda nº 54, que fica, assim, prejudicada), 64 (de teor idêntico ao das Emendas nºs 76 e 137, que ficam, assim, prejudicadas), 65 (de teor idêntico ao das Emendas nºs 68, 77, 87 e 132, que ficam, assim, prejudicadas), 94, 105, 106, 108, 110, 111, 112, 116 e 118; acolhendo as Emendas nºs 104, 107, 115, 117, 53, 55 e 151, na forma das Subemendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07, respectivamente, que apresenta; acolhendo parcialmente as Emendas nºs 02, 17 a 20, 24 a 26, 42, 44 a 51, 69, 72, 83, 85, 92, 93, 102, 120, 121, 140 e 141, na forma das Emendas nºs 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149 e 150 que apresenta; e rejeitando as demais Emendas. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em 04/07/06, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 11/07/06, foi encerrada a discussão da Matéria. A apreciação da matéria é adiada. A Comissão aprecia, também, a Matéria constante da Extrapauta, Item 01-Projeto de Resolução, apresentado pelo Senador Luiz Otávio, que “altera os arts. 15, 16 e 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para permitir a contratação de operações de crédito já autorizadas no âmbito desta Resolução, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo; e para estabelecer que a partir de 30 de abril de 2007 as verificações de adimplência e certidões exigidas por aqueles dispositivos devem referir-se ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de todos os órgãos e entidades do ente público ao qual está vinculado o tomador da operação de crédito”, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto de Resolução. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 53/2006-CAE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que requer, nos termos regimentais, a remessa à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) – CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de

2004, para que se manifeste acerca da adequação da proposição aos requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 4 de maio de 2000; Requerimento nº 54/2006-CAE, de autoria do Senador Romero Jucá, que requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública deste Órgão Técnico, com a participação da Exma. Sra. Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, Agenor Álvares, e de representante do Ministério da Fazenda, a fim de instruir a deliberação dos Projetos de Lei nºs 216, de 2003, 265, de 1999, e 167, de 2001, ora apensados, e que tratam, respectivamente, de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, da instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e do gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde; Requerimento nº 55/2006-CAE, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que requer, nos termos regimentais, seja designado dia e hora desimpedido desta Comissão de Assuntos Econômicos para realização de audiência pública visando instruir o PLS nº 216/2003 e debate público sobre contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam importados ou produzidos no Brasil; para tanto deve ser providenciada a oitiva das seguintes autoridades públicas e representantes de instituições privadas, Exma. Sra. Ministra do Meio Ambiente, Sra. Marina Silva; Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Sr. José Agenor Álvares da Silva; Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Luiz Fernando Furlan; Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião; da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (ANIP); da Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados (ABIP); e da Associação Brasileira do Segmento da Reforma de Pneus (ABR); Requerimento nº 56/2006-CAE, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública destinada a ouvir, na condição de convidados, o Sr. Eugênio Carlos Deliberato, Presidente da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos – Anip, o Sr. Francisco Simeão Rodrigues Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados – Abip, e o Senhor Hersílio Coelho de Moura, Presidente da Associação Brasileira do Segmento da Reforma de Pneus – ABR. O objetivo da audiência pública é instruir a deliberação dos Projetos de Lei nºs 216/03, 265/99 e 167/01, que tratam de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, da instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos e do gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, respectivamente; e Requerimento nº 57/2006-CAE, de autoria do Senador Jefferson Péres, que re-

quer, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Dr. Silas Rondau, para que, na companhia do Sr. Presidente da Petrobrás, Dr. Sérgio Gabrielli, preste esclarecimentos à Comissão de Assuntos Econômicos acerca das negociações com o Governo da Bolívia no sentido de preservar a integridade dos investimentos, instalações e operações da estatal brasileira na exploração e comercialização de gás natural naquele país. Usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro e Ideli Salvatti. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informaticizada. – Senador **Luiz Otávio**, – Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária da 4ª Sessão Legislativa, da 52ª Legislatura a realizar-se hoje, 21 de novembro de 2006, às 11 horas na Sala de Reuniões nº 19 na Ala Alexandre Costa.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Fica registrada e ela será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos senhores membros que essa Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento.

Mensagem nº 227/06, 861 na origem de 3 de outubro de 2006 da Presidência da República, encaminhando nos termos do inciso II, art. 7º da Lei nº 9.069/95 demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de agosto de 2006. As razões delas determinantes é a posição das reservas internacionais a ela vinculadas.

Aviso nº 33/06, 334 na origem, 29 de agosto de 2006 do Ministério da Fazenda, também encaminhando em cumprimento do art. 41 da Resolução do Senado Federal 43, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de julho de 2006, tabela demonstrativa da dívida consolidada alíquota dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios.

Também aviso 36, 383 na origem, também do Gabinete do Ministro da Fazenda, 5 de outubro de 2006, encaminhando em cumprimento ao art. 41, também o relatório contendo as características das operações

de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de agosto de 2006, bem como a tabela consolidada líquida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Aviso 37, também do Ministério da Fazenda encaminhando em cumprimento a Resolução do Senado o relatório contendo as características das operações de crédito realizadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de setembro de 2006, bem como a dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

Mensagem nº 235/2006, 934 na origem, 31 de outubro de 2006 da Presidência da República encaminhando nos termos do inciso II, art. 7º da Lei, também 9.069 demonstrativo das emissões do real correspondente ao terceiro trimestre de 2006.

Aviso 08 do BANCO CENTRAL DO BRASIL, da presidência do BANCO CENTRAL DO BRASIL. 31 de outubro de 2006 encaminhando ao cumprimento do art. 3º da Resolução do Senado 23, as operações de crédito externo e natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de caráter não reembolsável, relacionado a operações no período do mês de julho a setembro de 2006. Os expedientes serão posteriormente encaminhados aos membros da Comissão por meio Ofício Circular.

Lembro aos Srs. Senadores, membros da Comissão que amanhã dia 22, às 9h35 está convocada reunião para discutir e votar as Emendas desta Comissão ao PL nº 15/2006 do orçamento 2007 e o PL 16/2006 que serão apresentados a Comissão Mista de Planos e Orçamento e Fiscalização, bem como o Plano Plurianual, já na revisão do Plano Plurianual. Aproveito a oportunidade para designar o Senador Garibaldi Alves Filho como coordenador das referidas emendas.

Dá serviço ao Senador Garibaldi, já está em campanha. Antes de entrar na pauta, eu quero fazer aqui um registro do passamento do Senador Ramez Tebet do Mato Grosso do Sul. Eu sucedi o Senador Ramez Tebet na presidência da Comissão de Assuntos Econômicos e conseguimos aqui nos oito anos que passamos juntos aqui no Senado Federal, e alguma particularidade, algumas... Até confidências que tivemos ao longo do nosso mandato.

O Presidente Ramez Tebet, além da presidência da Comissão de Economia do Senado Federal, presidiu também o Senador Federal, o Congresso Nacional, foi Ministério de Estado, no seu Estado foi Deputado Estadual, Vice-Governador, Governador e na sua passagem na Comissão de Assuntos Econômicos, eu saliento alguns projetos de grande interesse do País aprovados na gestão do Exmº. Sr. Ramez Tebet que foi a Lei de Recuperação das Empresas, como chamava S.Exª a Lei

de Falências, muito se debateu e aperfeiçoou essa lei dentro do Senado. Houve também um reconhecimento, inclusive, por parte do Poder Executivo, da grande contribuição que a Comissão de Assuntos Econômicos deu a lei chamada das parcerias público-privadas que tem por objetivo suprir as deficiências financeiras do poder público a fim de haver investimentos principalmente no setor de infra-estrutura no País. A Lei das Parcerias Público-Privadas é bem intencionada, bem dirigida, saiu daqui da melhor maneira possível com a participação de todos os partidos políticos. Destaco também a Lei de Biossegurança, outra matéria importante aprovada no Senado e na gestão do Senador Ramez Tebet. Foram mais de duzentas matérias apreciadas ao longo do seu período como Presidente dessa Comissão. Sucedeu o Governador do Ceará Lúcio Alcântara à época Senador e Presidente dessa Comissão. Nasceu em três lagoas, no Mato Grosso do Sul, advogado, formado pela Faculdade de Direito da antiga Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, lecionou na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, exerceu o cargo de Promotor Público de 61 a 64, homem de uma extensa vida pública, marcada pelo caráter conciliatório, Ramez Tebet iniciou a carreira política em 75 ao ser nomeado Prefeito da sua cidade natal de Três Lagoas. Cargo que exerceu até 1968, ano que assumiu o cargo de Secretário de Justiça do Estado de Mato Grosso. Em 79, elegeu-se Deputado Estadual Constituinte do recém criado Estado Mato Grosso do Sul, exercendo mandato até 82, ano que se elegeu Vice-Governador do Estado na chapa de Wilson Martins, também do PMDB, durante o primeiro pleito direto realizados para os governos estaduais desde a implantação do regime militar em 1964.

Em 1986 com o afastamento de Wilson Barbosa do Governo do Estado para concorrer ao Senado, Ramez Tebet assumiu o cargo de Governador em 15 de março de 87, quando deu posse... Exerceu até 15 de março de 87 quando deu posse a seu sucessor Marcelo Miranda. No período de 87 e 89 esteve à frente da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, a SUDECO, por designação do então Presidente da República, hoje, Senador da República, pelo Estado do Amapá, Presidente também desta Casa, do Congresso Nacional, Presidente José Sarney, foi quem nomeou Ramez Tebet Superintendente de Desenvolvimento do Centro-Oeste, a SUDECO.

Em 1994, elegeu-se pela primeira vez Senador da República pelo Estado do Mato Grosso do Sul com mais de trezentos mil votos. No Senado o Senador Ramez Tebet destacou-se ao assumir a presidência da CPI do Judiciário que apurou irregularidades naquele poder e

do Conselho de Ética e de Decoro Parlamentar. Além disso, Tebet integrou várias comissões da Casa tendo sido Presidente de órgãos importantes como a CPI da Mineração e a Comissão de Assuntos Econômicos, foi Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Relator da CPI do SIVAM e do Orçamento da União. Durante a sua gestão a frente da CAE foram aprovados... Aí vem o que eu já fiz referência pública. Em junho de 2001, Ramez Tebet foi nomeado Ministro da Integração Nacional pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso cargo que ocupou por apenas três meses. Em setembro de 2001 com a renúncia do Senador Jader Barbalho que a época presidiu o Senado Federal e o Congresso Nacional e a crise que se instalou posteriormente, Ramez Tebet deixa o Ministério da Integração Nacional e graças a sua personalidade conciliatória torna-se o nome de consenso eleito, Presidente do Senado Federal, no momento importante e de dificuldade para a Casa permanecendo no cargo até 1º de fevereiro de 2003. Em 2002 reelege-se Senador da República pelo Senado do Mato Grosso do Sul com quase setecentos e cinquenta mil votos.

Em primeiro de janeiro de 2003, como Presidente do Congresso Nacional dá posse ao primeiro operário eleito Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 21 de março de 2006, para alegria de todos nós, Ramez Tebet que presidiu a Comissão de Assuntos Econômicos no período 2003, 2004 passou a integrar a galeria de fotos dos ex-Presidentes da Comissão. A inclusão da imagem do Senador foi feita em cerimônia que abriu reunião feita nesta sala. Naquele dia Ramez destacou, “É apenas um retrato, eu sei, mas ele é muito significativo para mim, porque permite fazer um balanço do meu trabalho”, afirmou. O retrato de Tebet é o 40º da galeria dos ex-Presidentes da CAE.

Realmente eu convivi muito com o Ramez. Quando cheguei aqui, inclusive, fizemos... Não só trabalhamos juntos, como viajamos juntos. Eu viajei com ele para inaugurar o aeroporto na Bahia, convite do Presidente, à época do Senado, Senador Antônio Carlos Magalhães. Fomos a Comandantubá inaugurar o aeroporto na Bahia. O interessante que na época o Ramez era uma pessoa tão simples, humilde, que ele disse para mim que... Ele pensava, inclusive, a não se candidatar mais ao Senado, e aqui ele tinha muitos planos e pouca atuação na administração do Senado e do Congresso. Inclusive, eu estava só nessa solenidade, nessa cerimônia e ficamos juntos lá. E por incrível que pareça ele rapidamente como um raio, realmente, assumiu todos esses cargos em dois anos e foi inclusive Presidente do Congresso, foi Ministro de Estado, pre-

sidiu todas essas comissões em dois anos e conseguiu a sua reeleição para o Senado e realmente deu uma prova da lealdade, da capacidade, da amizade que ele tinha com todos, freqüentava muito a minha casa, gostava muito de tomar sorvete de açaí, sorvete de tapioca, teve alguns momentos que uma grande e boa convivência com todos nós, especialmente com a sua família, viajei para o exterior com ele, ele como Presidente do Senado, fomos à África, Joanesburgo, Rio Mais Dez, acompanhando o Presidente da República, o Presidente Fernando Henrique, inclusive. E o Presidente da Câmara era a época era o Deputado Aécio Neves. Fomos juntos. O Fernando Gabeira, o Deputado Fernando Gabeira, fomos nessa viagem junto com o Presidente Ramez e o Presidente da República. Então, realmente, eu ao longo desses oito anos aqui, convivi com ele também nos momentos de dificuldade na questão da sua saúde, principalmente em alguns momentos a assessoria dele, sabe disso, ele presidiu aqui essa Comissão, passava mal, nós tínhamos que socorrer, na minha casa algumas vezes, mas sempre foi um guerreiro, um lutador. E realmente aquela coragem, aquela determinação nos chamava muito a atenção. Então, o nosso reconhecimento, a nossa sincera homenagem e tenho certeza que essa fotografia, esse retrato, como ele disse, da prova da sua capacidade, da sua competência e da amizade que tinha por todos nós. O PMDB, como Senado Federal, está de luto e eu tenho certeza que nós teremos oportunidades e outras oportunidades também de prestar homenagem justa a esse brasileiro que tanto amava Três Lagoas e o seu Estado Mato Grosso do Sul.

Item... Pois não Senador Garibaldi Alves Filho, V.Exª com a palavra.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Presidente Luiz Otávio, eu ontem não tive oportunidade de prestar a minha homenagem ao Senador Ramez Tebet porque fui vítima dessa crise do apagão das companhias aéreas. Então, em vez do meu vôo chegar às 17 horas, chegou às 20 horas e 30 minutos e quando cheguei não havia mais Sessão, portanto, eu quero pedir a liberalidade de V.Exª para dizer do meu pesar, a exemplo de todos os Senadores da República dessa Legislatura, diante da morte do Senador Ramez Tebet.

Eu não tive a convivência com ele que, por exemplo, V.Exª teve. V.Exª, inclusive declarou que esteve ao lado dele em várias ocasiões, quando ele exerceu cargos da maior importância para a vida política brasileira. Eu acompanhei a atividade do Senador Ramez Tebet durante o exercício da presidência aqui da CAE e durante o seu desempenho no Plenário do Senado Federal. E devo dizer a V.Exª que aqui na CAE, ele

começou a me impressionar, não apenas pela presidência que ele exerceu, mas pelo Relator que ele foi, principalmente dessa lei citada por V.Ex^a que foi a Lei de Recuperação das Empresas. Eu admirava o Senador, sobretudo, pelo entusiasmo como ele defendia as suas causas, como ele rejuvenescia, como ele se mostrava jovial quando tinha uma causa por defender e o que é certo é que eu vi Ramez Tebet mais a vontade até com maior desenvoltura no Plenário dessa Comissão de que até mesmo no Plenário do Senado, e é normal que isso possa acontecer porque o Plenário do Senado por força do regimento interno frustra, principalmente frustrava ainda mais os Senadores que às vezes queriam falar sobre um determinado assunto, sobre um determinado tema e não conseguiam falar.

Eu admirei Ramez Tebet, sobretudo, pela sua inquietação. Como V.Ex^a disse, ele não estava parado. Ele nunca se mostrava satisfeito a despeito de ter sido Ministro, de ter sido Presidente do Senado, mas ele estava sempre muito inquieto, Ramez Tebet, ele andava em busca da sua utopia que eu não sei exatamente qual era, mas ele era um homem em busca de um sonho e eu me senti desolado quando soube do seu passamento, quando soube da sua morte, e quero dizer aqui que ele foi um grande companheiro nosso, um dos grandes companheiros aqui de todos nós, foi o Senador Ramez Tebet. E ele tinha sempre uma palavra, até mesmo uma palavra crítica com relação à situação do partido, com relação à situação do PMDB, ele não estava conformado, de modo que ninguém poderia pensar ou supor que Ramez Tebet fosse um homem acomodado, um homem tranqüilo, porque ele sobretudo naquele entusiasmo, ele se mostrava era inconformado era com a situação do nosso Brasil, do nosso País.

Eu quero homenagear Ramez Tebet como ele foi, como ele se mostrou, como ele atuou. Quero dizer a V.Ex^a que essa Casa ainda deverá ter a oportunidade de homenageá-lo, eu tenho certeza de que homenageando Ramez Tebet fará justiça a um homem público brasileiro, de espírito público, um homem voltado para esse País para o que estava acontecendo, sobretudo, na nossa economia, para sobretudo os mais carentes, encontrar soluções para os problemas brasileiros, sempre foi uma preocupação de Ramez Tebet, além das soluções para os problemas do seu Estado, Mato Grosso do Sul.

Era essa homenagem que eu queria prestar a ele, agradeço a liberalidade de V.Ex^a, eu não sei nem se eu poderia estar falando nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com certeza. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Luiz Otávio quero também associar-me aos sentimentos de pesar pela perda deste eminente político brasileiro, deste brasileiro que foi Ramez Tebet. Eu não tive o privilégio que teve V.Ex^a de ter um convívio mais longo e mais aprofundado com o Senador, mas ao longo desses quase dois anos que estou no exercício do mandato de Senador pelo Estado do Pará, eu aprendi a respeitar e a admirar o Senador Ramez Tebet. Já vinha lutando com a doença que o consumia, mas em nenhum momento ele se deixou abater por ela. Muito pelo contrário, era um guerreiro que estava a todo momento pronto para retomar as suas atividades.

Lembro que em algumas conversas que tive com ele no Plenário, ele sempre falava do futuro, ele sempre falava dos seus projetos de vida como se não estivesse acometido da terrível doença. E todas às vezes que ele se pronunciava, Senador Luiz Otávio, ele o fazia com determinação, com o coração de tal forma que levava a todos nós a assumirmos aquele sentimento que ele passava, seja da tribuna, seja da sua bancada através dos apartes. Eu tive a oportunidade de conversar com o amigo Ramez Tebet ainda no último dia 7, dia do seu aniversário, eu fiz uma ligação a ele para parabenizá-lo e ele me atendeu do seu leito no Hospital Albert Einstein. Naquele instante, já debilitado, ele ainda mostrou a determinação de dizer a mim que estava assistindo a TV Senado e que isso dava forças para ele continuar lutando para que voltasse ao lugar que ele mais gostava de estar, que era no Plenário defendendo os interesses da nação brasileira e do seu Estado.

Eu quero, com isso, deixar aqui os meus votos de pesar a família do Senador, ao Senado Federal também e ao Brasil pela perda desse filho tão destemido e tão aguerrido em defesa dos interesses nacionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pauta. O item 1 a relatora pediu para adiar. Então está retirado o Item 1.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, eu pediria a tolerância da Mesa só para fazer uma breve menção. Porque eu acho que não há outro caminho para essa Comissão e para essa Casa se não reconhecer o papel extraordinário que o Senador Ramez Tebet teve à frente, inclusive, da presidência dessa Comissão antecedendo o mandato do Senador Luiz Otávio, e como Presidente desta Casa, como uma liderança presente em todos os momentos importantes da vida nacional, sempre com muita independência, com posições muito transparentes, com muita coragem política, um homem de diálogo, um homem de consenso, mas um homem de posição.

Eu acho que o Senador Ramez Tebet cultivou uma profunda amizade com os Senadores dessa Casa, um respeito imenso pela sua trajetória política de homem público, representou com muita competência o Estado do Mato Grosso do Sul, mas foi sempre um Senador do Brasil. E à frente dessa Comissão, ele foi decisivo para nós aprovarmos um conjunto de matérias relevantes ao País, Reforma Tributária, Reforma Previdenciária, Projeto de Biossegurança, Lei de Falências. Ele teve uma participação destacada, inclusive, da Lei de Falências, ele foi o próprio Relator da matéria, um texto que há mais de 50 anos não era alterado, ele presidia e relatava aquela matéria, se dedicou muito aquele tema e é uma lei que seguramente vai ajudar a recuperação das empresas. Por tudo isso, pela amizade, pelo respeito eu queria aqui expressar os meus sentimentos aos familiares, parabenizar o povo do Mato Grosso do Sul pela escolha exemplar e dizer o que nos consola neste momento é exatamente o exemplo do Senador Ramez Tebet que fica para todos os Senadores, para todos os homens públicos neste País.

Era o que tínhamos a dizer, rendendo as nossas homenagens a esse grande Presidente da Comissão, grande Presidente do Congresso Nacional e um grande Senador da República do Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Retornando a pauta, como eu disse, a Relatora, a Senadora Serys Slhessarenko pediu para adiar o Item 1, então está adiado o Item 1. O Senador Valdir Raupp pediu para que nós votássemos o Item 32 e o Senador Álvaro Dias pediu o Item 20. Então, se alguém for contra, manifeste ou cale-se para sempre.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, pela ordem. A respeito do Item 20 que é o Item que trata especificamente da questão de reciclagem de pneus, tem havido um debate muito intenso sobre essa questão...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – O Item 20 não é Senado, Senador Romero Jucá. Item 20, não.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Então, tudo bem, não...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Tem algum problema, no Item 20? Não, e Item 32. Então vamos ao Item 32 e o Item 20. Primeiro foi pedido ao Senador Valdir Raupp, podemos, então...

Mensagem do Senado Federal Nº 216 não terminativa, solicita que seja autorizada à contratação de operação de crédito externo no valor de quinhentos milhões, duzentos cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para a Reconstrução e

Desenvolvimento BIRD, cujos recursos destinam-se a aprovar o Programa de Redução dos Custos Logístico, PREMEF. Autoria, Presidência da República, Relator, Senador Valdir Raupp. Favorável nos termos do PRS que apresenta. Com a palavra o Relator.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, eu vou direto à análise para ganharmos tempo, Sr. Presidente. A operação de crédito pretendida será contratada pela União, alcança o valor de quinhentos e um milhões, duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América. As operações de crédito externo dessa natureza sujeita-se ao cumprimento de condições e exigências definidas na Constituição Federal e na Resolução nº 96/1989 do Senado Federal. A observância dos preceitos ali contidos constituiu, pois condição imprescindível para que o Senado Federal possa conceder a autorização solicitada. Com efeito as exigências e as condições estipuladas naquela norma do Senado Federal que disciplina o processo do endividamento da União dizem respeito a aspectos de natureza financeira e de natureza processual. Neste contexto, relativamente à solicitação em exame são de se destacar os seguintes aspectos: Os endividamento da União estipulados nos artigos 2º, 3º e 4º da referida Resolução são atendidos conforme informado e demonstrado em anexo ao Parecer STN 507, 16 de agosto de 2006. O Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional de 30 de agosto de 2006, encaminhado ao Senado Federal concluiu que a minuta de contrato de empréstimo contém cláusulas admissíveis, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução 96 de 1989 do Senado Federal que veda disposições contratuais de natureza política atentatórias a soberania nacional e a ordem pública contrárias a Constituição e as leis brasileiras bem assim que impliquem a compensação automática de débitos e créditos. C, relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual é informado pela Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico SPI que o programa referido encontra-se incluído no Plano Plurianual da União, 2004, 2007 nos termos da Lei nº 10.933 de 11 de agosto de 2004, em montante considerado suficiente para atender as ações previstas durante a sua vigência. Ademais quanto à previsão orçamentária entende a Secretaria do Tesouro Nacional considerando as informações acerca das dotações orçamentárias previstas para o Programa da Lei Orçamentária Anual para 2006 prestadas pela Secretaria de Orçamento Federal, SOF, serem elas suficientes para dar suporte ao programa no exercício corrente. Por seu turno caberá aos órgãos envolvidos, como de praxe, providenciar

nas épocas oportunas a suplementação orçamentária quando necessária, a fim de compatibilizar o ingresso de bens e serviços e adotar as medidas cabíveis para a inclusão nos orçamentos anuais de todos os recursos necessários para o cumprimento das respectivas obrigações contratuais.

Ressalte-se que de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional a operação de crédito pretendida deverá implicar custos efetivos equivalentes a 6,54% ao ano, levando aquela Secretaria a concluir que a referida estimativa constitui indicativo favorável se comparado com o custo de captação do tesouro em dólar no mercado internacional. Ademais a natureza do empréstimo que não se vincula ao financiamento de novos projetos, mas ao reembolso daqueles já em execução, evitará a existência de saldos sem perspectiva concreta de utilização passíveis de ocorrências nas modalidades tradicionais de funcionamento do BIRD e que como é sabido, eleva o custo financeiro da carteira de projetos do governo.

Por fim, há a observância pela União das demais restrições e exigências estabelecidas na Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000. Quanto ao mérito do programa há que se enfatizar que de acordo com informações acerca de seus custos e benefícios, a implementação dos projetos de restauração e manutenção de rodovias, objeto do reembolso, por parte do BIRD, permitirá para cada dólar, gasto uma economia de 9,6 para o usuário, mais ainda como ressaltado no referido parecer do STN a execução do projeto beneficiará para o Governo Federal tanto pela redução dos custos recorrentes das obras de manutenção das rodovias, no período de sua implementação, como por evitar futuras obras de reconstrução a custos maiores. O impacto fiscal do projeto não é significativo no período 2005, 2010 e torna-se muito positivo nos anos posteriores quando obras pesadas de construção, caso o projeto não fosse implementados, tornar-se-iam imprescindíveis. Sem o projeto seriam necessários 6,5 bilhões no período de 2011 a 2004 para obra de reconstrução pesada, enquanto com a sua implementação serão necessários somente 1,5 bilhão de dólares para a utilização e manutenção periódica.

Do voto, Sr. Presidente. Somos assim pela autorização pleiteada pela mensagem nº 217/2006 nos termos que se segue. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Em discussão. Como ninguém discute, em votação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Fica aprovada a mensagem do Senado Federal nº 217/2006 não terminativa que autoriza empréstimo, contratação de operação de

crédito externo de quinhentos e um milhões, duzentos e cinquenta mil dólares americanos com o BIRD.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, tendo em vista o período já curto já para o final do ano, eu pediria urgência desse projeto na tramitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Relator pede urgência. Em votação a urgência, os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada a urgência.

Item 20, matéria é o Projeto de Lei do Senado nº 79/2004, não terminativo, acrescenta ao § 9º, art. 20 da Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 que dispõe sobre a organização da assistência social, excetuando a aposentadoria no valor de um salário mínimo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, o Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma proposição a V.Exª e a todos os membros. Nós temos aqui na Comissão e tramitando na Casa várias matérias que dizem respeito à Previdência Social, o Item 2 mesmo dessa pauta diz respeito à questão da Previdência Social também. Eu queria propor a criação de um grupo de trabalho de uma Subcomissão para que nós pudéssemos levantar todos os projetos que dizem respeito à questão previdência, já que a questão da previdência é algo extremamente grave que precisa ser tratado de forma absolutamente urgente na próxima administração, eu queria propor a criação desse grupo, desse subgrupo, V.Exª pudesse determinar para que juntasse todas essas matérias e pudesse discutir efetivamente concessão, revisão, modelo, modelo de aposentaria para que não ficasse estanquemente se discutindo e votando matérias que no final compõe um quadro que é extremamente grave.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Romero Jucá, V.Exª tem que... Para ser votado ainda hoje, se Deus assim permitir, um Requerimento que propõe não só a criação de uma Subcomissão para estudar essa situação, inclusive com relação ao Item 2, como V.Exª a pouco fez referência, porém nós não podemos criar Subcomissão no momento. Nós já temos quatro subcomissões instaladas. Eu acho que nós temos pelo menos terminar um trabalho de uma Subcomissão para poder criar essa. Igual a Subcomissão que nós podemos detonar? O termo certo é esse.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Quais são as subcomissões que estão...?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Abriremos quatro novas na próxima legislatura.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu gostaria de fazer essa sugestão para que a gente pudesse efetivamente, essa é uma questão gravíssima nas contas públicas do País, de apelo social, eu acho que a gente precisa se debruçar sobre essa questão, ficaria, então, a proposição que a gente pudesse suspender da pauta esses itens que tem trâmite na questão previdenciária e a gente pudesse tratar coletivamente essa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, em que pese à disposição de boa fé do Senador Romero Jucá, eu não concordo com essa proposta porque nós temos tantos assuntos de importância tramitando no Congresso Nacional relativamente a vários temas e se nós fôssemos agir desta forma, nós paralisaríamos a tramitação de todos os projetos, relativos à agricultura, relativos a meio ambiente, relativos à educação, relativo a tributos, nós não legislaríamos mais, ficaríamos em Subcomissões discutindo esses projetos. Eu creio que a Reforma da Previdência é necessária, eu não sei se o Governo está disposto a assumir a responsabilidade de propor uma nova reforma, uma vez que a reforma votada pelo Congresso Nacional foi decepção e não alcançou os seus objetivos, mas nós não podemos comprometer a tramitação normal dos projetos em curso a pretexto de discutirmos em bloco todos eles. Por isso eu peço aos colegas de Comissão que deliberemos sobre esse projeto, votemos favoravelmente ou contra ele, mas eu creio que nós não podemos, de forma alguma, ficar aguardando outras providências para uma votação abrangente do tema Previdência Social.

Trata-se de um projeto de importância que diz respeito às pessoas portadoras de deficiência, certamente um projeto de grande alcance social, o relatório do Senador Flexa Ribeiro com a competência de sempre demonstra a sua oportunidade, e eu peço a V.Ex^a, Sr. Presidente, que submeta a apreciação dos nossos pares nessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu acho que a proposição do Senador Romero Jucá ela vem ao encontro da necessidade de se aprofundar essa questão da previdência a nível nacional. Não há dúvida disso. É necessário que se faça um aprofundamento e se encontre uma solução para esse problema que talvez, se não o mais sério, um dos mais sérios da

nação brasileira e que aflige também outras nações no resto do mundo. Agora, concordo com o Senador Álvaro Dias que nós não podemos deixar de dar continuidade as propostas que estão em andamento nesta Comissão e no Congresso, mesmo porque, como já foi dito por V.Ex^a, o subgrupo a ser constituído para tratar com profundidade da questão da Previdência Social só poderá ser feito na próxima legislatura.

Então, nós poderemos avançar na discussão dos projetos em andamento, e quando constituído o grupo que fará o aprofundamento da questão, aí sim será então incorporado, serão incorporados todos os projetos que estão em andamento para que se tenha uma visão ampla e definitiva da questão previdenciária nacional. Acho, no meu entendimento, que se deve manter a pauta e votar o projeto do Item 20.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Flexa Ribeiro só para V.Ex^a e para o Senador Álvaro Dias, este Projeto ainda está com o Senador Ney Suassuna, foi o Secretário que me chamou a atenção agora. Ele pediu vistas e ainda não devolveu. Então, nós podemos criar um destacamento para irmos até o Gabinete do Senador Ney e trazer sob força, sob vara o Projeto. Mas eu acho que não é o caso...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Regionalmente, Sr. Presidente, nós deveríamos deliberar, o pedido de vistas tem cinco dias de prazo, infelizmente o Senador Ney Suassuna não está presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Infelizmente foi no recesso branco, foi no dia 5 de 9 foi dado vista.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Exato. Infelizmente, o Senador Ney... O Projeto não se encontra então na Comissão? O Projeto não se encontra.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Não. Não. Está na pauta, mas o Projeto ainda está... Foi o Secretário que me alertou agora. Nós, como vamos continuar a reunião, nós podemos pedir para o Senador Ney Suassuna comparecer aqui para trazer o Projeto. Pode ficar para a próxima Sessão a proposta do Senador Aloízio Mercadante.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Não sou intolerante a tal ponto. Concordo que se adie para a próxima Sessão impreterivelmente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, mas na próxima Sessão eu quero só registrar que eu vou insistir pelo menos na criação do grupo informal, porque não vou discutir o mérito aqui da matéria agora, mas eu acho importante...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Srs. Senadores, um assunto importante até, e é importante por todos os motivos, mas principal-

mente peço a atenção especial do Líder do Governo e do Líder da oposição. Eu apresentei um Projeto hoje, agora, Projeto de Resolução como já fiz na vez anterior, digamos assim. Podemos explicar desta forma. É um Projeto que propõe a prorrogação do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica para os órgãos públicos e principalmente para os Estados e Municípios brasileiros que contrataram operações de crédito externo, até mesmo no âmbito do Executivo, do Presidente Lula e ainda não assinaram esses contratos. São duas coisas claras que eu apresentei esse Projeto de Resolução. A primeira prorrogando o prazo, ao invés de 31 de dezembro, para 31 de abril. A Secretaria do Tesouro Nacional, e nós aqui fazemos sobre as coisas sempre combinados com o Ministério da Fazenda até para que não se crie nenhum embaraço depois, não só ao Governo, mas a equipe econômica como um todo, porque pode criar até uma situação de conflito. Então, a STN, a Secretaria do Tesouro Nacional detectou essa necessidade e já estendeu o prazo de adaptação no que se refere ao controle de adimplência para fins de transferência voluntárias no âmbito do Poder Executivo. Para tanto ela alterou a Instrução Normativa nº 2 daquele órgão prorrogando o período de adaptação para 30 de abril. Assim, por uma questão de coerência e harmonização com a legislação relativa às transferências voluntárias, ou seja, para Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios que já é feito, já com prorrogação até 31 de abril, proponho a igual dilatação do prazo de adaptação à nova sistemática de controle de inadimplência para fins de autorização de operações de crédito.

Então, esse é um Projeto de Resolução que dou agora como lido, é isso, Secretário? E votaremos... Votaremos aqui e será encaminhado ao Plenário. Da mesma forma como eu apresentei um outro Projeto de Resolução com o mesmo teor, com a mesma idéia, no mesmo texto, inclusive, para as questões dos Projetos de Financiamentos Externos que já foram aprovados pelo Senado e ainda não foram assinados. Novos projetos não estão concluídos nesse Projeto de Resolução, apenas os Projetos que tanto a Comissão de Economia do Senado Federal, como Plenário do Senado já aprovaram. Acho que até poderemos ver ainda se tem alguma pendência de algum Estado para agilizarmos como vamos fazer agora com esse que nós aprovamos há pouco do Ministério do Transporte do Governo Federal. Ok? Lido, coloco em discussão, é isso? Em discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Vai a Plenário? Precisa pedir urgência, alguma coisa ou não? Pedido de urgência os Srs. Senadores que

concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o pedido de urgência.

O que mais agora? Temos vários Requerimentos ainda para serem discutidos e votados. Temos também o Projeto da Super Receita que o Relator Senador Rodolpho Tourinho já mandou estar na pauta, mas ele não está presente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, pela ordem, para dar uma informação sobre essa questão, eu mantive contato hoje pela manhã com o Senador Rodolpho Tourinho, solicitei ao Senador Rodolpho Tourinho mais um dia para que a gente pudesse tentar acertar alguns textos junto com a relatoria exatamente para evitar uma maior disputa em algumas questões, o Senador Rodolpho Tourinho muito gentilmente cedeu esse prazo e pediu que eu comunicasse que ele não traria hoje essa matéria exatamente para que a gente pudesse até a próxima quinta-feira fechar os entendimentos e ter um texto mais ou menos harmônico junto com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Retornamos a pauta, Item 4. Pela ordem Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – V.Ex^a fez referência há pouco sobre Requerimentos a serem aprovados.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Fica para a próxima semana.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – A idéia é votar na próxima terça-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – A idéia, então, é votar a Super Receita na próxima terça-feira com a presença, inclusive do Relator, Senador Rodolpho Tourinho. Ok, então. Ainda com relação a... Questão de ordem do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, já algum tempo, nós aprovamos aqui na Comissão de Assuntos Econômicos uma Audiência Pública para tratarmos da regulamentação da Lei Kandir, V.Ex^a marcou, chegou a marcar a Audiência Pública, mas, lamentavelmente, os Governadores convidados, a exceção do Governador do Pará não se fizeram presente, inclusive o Secretário da Fazenda Nacional que naquela altura exercia interinamente o Ministério.

Então, como é da maior importância para 21 Estados brasileiros e principalmente para aqueles Estados como é do caso o nosso, o nosso Estado do Pará, Senador Luiz Otávio, V.Ex^a bem sabe dessa problemática, nós temos que buscar a regulamentação da Lei Kandir até para não ficarmos todos os anos, como nos encontramos ainda agora, na contingência de ter recursos aprovados no orçamento da União, numa

luta insana na Comissão de Orçamento para que não se prejudique mais ainda, porque de qualquer forma os valores orçamentários são insuficientes para atenderem as necessidades desses Estados, inclusive na reposição dos créditos adquiridos pelas empresas exportadoras que devem ser ressarcidos pelos Estados. Eu vejo agora que como o Pará será governado pela nobre Senadora Ana Júlia a partir de 1º de janeiro do PT, ele vai enfrentar essa dificuldade com certeza absoluta e nós poderíamos, pediria a V.Exª agilizar a regulamentação porque o Governo Federal tem dito, e eu peço aqui o apoio tanto do Líder, Senador Romero Jucá como do Líder do PT, como do Senador Aloízio Mercadante para que nós pudéssemos realmente, ainda nessa legislatura, concluir essa regulamentação para que fluísse naturalmente com a criação do fundo para suprir a questão do ressarcimento das exportações. Então eu pediria a V.Exª que nós marcássemos essa Audiência Pública, se possível já para a próxima reunião da CAE de tal maneira que se comesçassem efetivamente a discutir e a definir a regulamentação da Lei Kandir.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – A Senadora Ana Júlia Carepa, Governadora eleita do Estado do Pará ligou há pouco pedindo inclusive que ela está também chegando, já está se dirigindo para cá, houve também um atraso na questão do transporte aéreo que se encontra inclusive reunido agora aqui no Senado Federal, com a presença do Ministro Waldir Pires, a Comissão de Infra-Estrutura, a Comissão de Relações Exteriores, a Comissão de Defesa Nacional e ela pede inclusive que possa ter tempo ainda de discutir com V.Exª para marcar essa Audiência Pública tendo em vista que nós, na terça-feira já temos pauta, nós podemos marcar numa outra data, mas na terça-feira, nós já temos esse compromisso da Super Receita, nós estamos nos finalmente, realmente, tanto o Dr. Jorge Rachid, como o Secretário da Receita Federal do Brasil, como o Dr. Bernardo Appy como Secretário Executivo do Ministério da Fazenda e o próprio Ministro Guido Mantega, Ministro da Economia do nosso País, tem realmente interesse na agilização, na aprovação desse Projeto e foi um compromisso nosso, ainda no mês de junho deste ano com toda a presença, Srs. Senadores, membros dessa Comissão de que nós daríamos o tempo necessário que seria o recesso branco, tendo em vista as eleições, mas que nós ao retornarmos, nós votaríamos o Projeto da criação da Super Receita. Então, nós temos esse compromisso, mas agendaremos com V.Exª essa Audiência Pública para... Na próxima Sessão, nós marcamos quando será a Audiência Pública.

Nós temos aqui Requerimentos com relação ao Item 4, por exemplo, Requerimento do Senador Eduardo Suplicy. Ele devolveu o Item, o Projeto e pediu que esse... Com fundamento no... Qual é o Projeto, é o 4, é? Projeto que altera legislação do imposto de renda da pessoa física para permitir a dedução de despesas com doações as instituições filantrópicas. A autoria do Senador Edison Lobão, tem como Relator o Senador Mão Santa. O Senador Eduardo Suplicy com fundamento no disposto no art. 255, inciso II, Item 12 do Regimento Interno do Senado Federal requer a remessa, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Projeto de Lei do Senado 249 que é esse que fiz referência há pouco para que se manifeste acerca da adequação da proposição aos requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Aqui o Senador Romero Jucá também com relação a esse Item pede uma Audiência Pública com órgãos, com membros do órgão técnico do Governo, especialmente da Secretaria da Receita Federal. Ele ainda está na dúvida, mas já encontrou a solução.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não, Sr. Presidente, eu acompanho a proposta do Senador Suplicy de ouvir a CCJ, tendo em vista que a abertura... Fica sobrestado o meu Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Fica sobrestado, em discussão o Requerimento do Senador Suplicy. Em votação. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento. Segue para o supla. Aqui temos também um outro Requerimento com relação ao Item 6 do Senador Romero Jucá.

O Item 6, Projeto de Lei da Câmara nº 67, não terminativo. Dá nova redação aos incisos I e III do caput do art. 5º da Lei 10.336, iguala a incidência da CIDE sobre a gasolina e querosene utilizado na aviação reduzindo a alíquota aplicada à gasolina de aviação. Autoria Deputado Roberto Balestra. Relatora, Senadora Lúcia Vânia, favorável ao Projeto. O Senador Jucá requer também uma Audiência Pública...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, mas antes da Audiência Pública, eu queria propor...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Ministro da Minas e Energia e do Meio Ambiente e Agência Nacional de Petróleo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu queria propor a V.Exª que nós pudéssemos retirar de pauta porque eu estou tentando encontrar uma solução para que realmente se diminua a CIDE da gasolina da aviação, porque hoje há uma CIDE para a querosene e uma CIDE para a gasolina e a gasolina onera mais.

Então isso cria uma disputa desleal entre determinado avião que usa querosene e um determinado avião usa gasolina. Então, nós estamos levantando um impacto da diminuição dessa CIDE, mas a idéia é tentar viabilizar um atendimento melhor para ajudar ao Projeto do Senador Roberto Balestra.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Temos três Requerimentos aqui para um outro assunto que é relação ao Item 31, é aquele que ainda há pouco o Senador Romero Jucá pensava, o Senador Álvaro Dias estava falando, e na verdade não é. Item 20, Item 31, vamos ver. Item 31.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu tenho uma proposta para esse Item 31, já aqui retomando a fala que fiz inicialmente, como existe uma disputa em posições divergentes nessa questão, a proposta era... Inclusive mantive contato com a Ministra Marina Silva, ela gostaria de vir a CAE para discutir esse Projeto e colocar a visão do Ministério do Meio Ambiente. Eu acho que o pedido então seria uma audiência com a Ministra Marina Silva sobre o Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – E aqui também tem do Antônio Carlos Valadares, também pedindo a mesma coisa, não é isso? Só que estendendo aqui... O Antônio Carlos Valadares também convida o Ministro da Saúde, o Ministro da Fazenda, o Governador do Estado do Paraná, Associação Nacional de Pneumáticos e a Associação de Indústria de Pneus ABIP. Eu acho que...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Ministra Marina Silva e até o Ministro Furlan do Desenvolvimento se for o caso...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Arthur Virgílio também faz a mesma proposta.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Numa audiência e numa outra audiência outros setores, para que não se crie aqui uma disputa. Eu acho importante ouvir todos os segmentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – V.Ex^a vem me permitir, eu não posso votar o seu Requerimento que é o mesmo assunto, inclusive estão juntos. Então nós não podemos aprovar vir uma pessoa e não vir outra.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu acho que todos devem vir. Eu acho que devem vir todos. Eu só peço que a audiência com a Ministra e o Ministro Furlan seja uma audiência e a audiência...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Não, aqui não tem ao Ministro Furlan aqui não. Ainda não tem, só se nós acrescentarmos mais um Ministro.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – O Ministro da Fazenda é que não...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Fazenda, mas não tem o Ministro Furlan aqui não.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não sei por que o Ministro da Fazenda nessa questão. Eu peço para acrescentar o Ministro Furlan e retirar o Ministro da Fazenda, porque o Ministro da Fazenda, na verdade, não tem muito haver.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Vamos trazer todos... Eu posso dar uma sugestão a V.Ex^a? Se nós criarmos regras, como sempre fazemos nas audiências públicas, e trouxermos os convidados e determinarmos tempos iguais para quem é do Governo, para quem é da oposição, para quem é contra, para quem é a favor se manifestar. Se nós determinarmos isso, com certeza a Audiência Pública será feita da melhor maneira possível, estabelecendo que aqui nós temos que discutir a realidade dos fatos e também de parte do Governo o contraditório por parte da oposição, e aí sim tirarmos uma conclusão daquilo que foi discutido.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu concordo com V.Ex^a, eu só peço para colocar, inserir o Ministro Furlan do Desenvolvimento e peço a retirada do Ministro da Fazenda, porque não vejo o que Ministro da Fazenda vai...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Tira o Ministro da Fazenda e coloca o Ministro Furlan e os convidados ACV, do Senador Antônio Carlos Valadares e do Senador Arthur Virgílio também estão convidados. Em votação os três Requerimentos com apenas alteração proposta para que o Senador Romero Jucá substitua o Ministro da Fazenda e pelo Ministro do Desenvolvimento, Ministro Furlan. Com relação as regras ficam estabelecidos tempos iguais para quem é a favor e para quem é contra. Pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Só para discutir o Requerimento. Pelo que entendi o nobre Senador Romero Jucá pede a substituição do Ministro da Fazenda pelo Desenvolvimento, só que o Ministro da Fazenda está no Requerimento, me parece do Senador Arthur Virgílio.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Mas estamos substituindo os dois onde ele está propondo. Ok? Em discussão. Como ninguém discute, em votação, os Srs. Senadores que concordam permaneça como se encontram. Aprovado. Temos mais algum Requerimento? Senador Jefferson Peres.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Deixa eu só votar o último Requerimento?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – À vontade, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – V.Exª está tão calma, tranqüila.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu estou zen.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Depois desse encontro com o Senador Heráclito Fortes.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Zen paciência com ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – O Senador Jefferson Peres apresentou também um Requerimento baseado no Regimento Interno do Senado Federal convidando o Ministro do Estado de Minas e Energia Sillas Rondeau, para que na companhia do Presidente da PETROBRAS, Sérgio Gabrielle preste esclarecimentos a CAE, acerca de negociações com o Governo da Bolívia. Em discussão, como ninguém discute. Em votação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Com a palavra o Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, apenas eu gostaria de solicitar, se fosse possível uma inversão de pauta para que o Item 28 que é não terminativo eu pudesse dar o Parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Item 28 por ordem de V.Exª. Em discussão. É a correção monetária.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – É. É o relatório correção monetária para o quarto trimestre, a gente já sabe que esse procedimento está absolutamente já...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Mensagem do Senado Federal 228/2006, não terminativo, encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º, art. 6º, da Lei 9.069, 29 de junho de 95, Programação Monetária para o quarto trimestre de 2006. Autoria Presidência da República, Relatora Senadora Ideli Salvatti favorável nos termos do PRS que apresenta.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Exatamente, inclusive porque o Senador Garibaldi já apresentou um Projeto de Lei para mudar esta tramitação, ela já está totalmente fora de lógica, mas o nosso Parecer é pela aprovação da programação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Em votação. Em discussão, primeiro. Como ninguém discute. Em votação. Os Srs. Senado-

res que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Fica, portanto, encerrada a Sessão. Vamos ao apagão.

(soa a campanha)

Sessão encerrada às 11h55.

Ata da 28ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de novembro de 2006, às 9:30 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e dois de novembro do ano de dois mil e seis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro, Mão Santa, Valdir Raupp, Romero Jucá, Coordenador das Emendas, Wellington Salgado, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Patrícia Saboya Gomes, Delcídio Amaral, Antonio Carlos Valadares, Roberto Saturnino, Serys Slhessarenko e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores César Borges, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, tendo falta justificada em virtude de missão oficial do Senado Federal, Arthur Virgílio, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Ney Suassuna, Aloizio Mercadante, Ideli Salvatti, Fernando Bezerra e João Ribeiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, o Presidente esclarece que a presente reunião tem como finalidade discutir e votar as emendas desta Comissão ao Orçamento de 2007, PL nº 15/06-CN, e à Revisão do Plano Plurianual para o Período 2004 a 2007, PL nº 16/06-CN, a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Em seguida, o Presidente concede a palavra ao Coordenador, Senador Romero Jucá, para proferir o seu parecer sobre as emendas. O Coordenador explana que todas as proposições de emendas foram consideradas meritórias. Dessa forma, dentre as trinta e sete emendas apresentadas, as cinco emendas representantes da Comissão foram selecionadas procurando-se, na medida do possível, atender aquelas cujos objetos abarquem as pretensões de outras. A análise também levou em conta a adequação das propostas de emendas apresentadas às disposições da legislação vigente. Portanto, não sendo apresenta-

das emendas ao PL nº 16/06-CN, foram selecionadas pelo Coordenador cinco emendas ao PL nº 15/06-CN referentes ao Apoio a Arranjos Produtivos Locais, no valor de cento e vinte milhões de reais; à Economia Solidária em Desenvolvimento, no valor de cinquenta milhões de reais, ao Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, no valor de cem milhões de reais, à Infra-Estrutura Turística, no valor de duzentos milhões de reais, e à Construção do Anexo III do Tribunal de Contas da União para implantação do Instituto Serzedelo Corrêa-ISC, no valor de doze milhões e quinhentos mil reais. Usam da palavra os Senadores Jonas Pinheiro e Osmar Dias, que sugerem que se substitua a Emenda relativa à Infra-Estrutura Turística pela Emenda relativa à Agricultura no valor de cem milhões de reais, e, ainda, o Senador Flexa Ribeiro. Colocadas em votação, a Comissão aprova, as Emendas ao PL nº 15/06-CN, **Emenda nº 1) – Apoio a arranjos produtivos locais – Nacional – Ministério da Integração Nacional – no valor de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais); Emenda nº 2) – Economia solidária em desenvolvimento – Nacional – Ministério do Trabalho e Emprego – no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); Emenda nº 3) – Apoio à política nacional de desenvolvimento urbano – Nacional – Ministério das Cidades – no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); Emenda nº 4) – Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio de Seguro Rural (Lei nº 10.823/03) – Nacional – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); Emenda nº 5) – Construção do Anexo III (TCU) para implantação do Instituto Serzedelo Corrêa – ISC – Tribunal de Contas da União) – no valor de R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais).** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotíпия Informatizada. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Declaro aberta a 28ª Reunião de da Comissão de Assuntos Econômicos Extraordinária para a 4ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura a realizar-se hoje, 22 de novembro de 2006, às 10h30, na sala de reunião número 19, na Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam

permaneçam como se encontram. Aprovada. A Ata irá à publicação no Diário Oficial do Senado.

Pauta: Discussão e votação das Emendas desta Comissão ao PL nº. 15/2006, do Congresso Nacional, que trata do orçamento de 2007, ao PL número 16 também, de 2006, que é a revisão do Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007. Serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Com a palavra o coordenador das Emendas, Senador Romero Jucá, para proferir o seu parecer.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nós recebemos a incumbência, Sr. Presidente, da Presidência da Comissão para analisar as Emendas apresentadas para a proposta da Comissão de Assuntos Econômicos, no que diz respeito às Emendas de Comissão para o orçamento de 2007.

Foram entregues até o prazo final, 37 Emendas. Essas 37 Emendas, elas foram apresentadas com Emendas de diversos segmentos, muitos deles em choque ou pelo menos não se enquadrando da forma que deveriam se enquadrar no objetivo da Comissão de Assuntos Econômicos, que é exatamente explicitado no seu regimento.

Para procurar ajustar o pleito dos Senadores e Senadoras, nós procuramos fazer uma análise agrupando a maioria das Emendas que foram apresentadas, e dando um caráter mais de assunto econômico a essa Emenda, e estamos apresentando o Relatório pela proposição da aprovação de cinco Emendas. A Emenda nº. 01, Ministério da Integração. O assunto: O apoio Arranjos Produtivos Locais, ou seja, atividades econômicas feitas em conjunto com a comunidade. Isso atende às Emendas 04, 18, 23, 33 e 35. Portanto cinco Srs. Senadores e Senadoras apresentaram Emendas para essa finalidade.

A segunda Emenda para o Ministério do Trabalho e Emprego, Economia Solidária em Desenvolvimento...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente. Já foi distribuída a...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*pronunciamento fora do microfone*).

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – O Relatório...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – As Emendas vão ter que ficar procurando. Vamos esperar aqui, ser distribuído. O Senador Flexa está em obstrução.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu estou em atenção.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Bom, então eu vou relatando e depois a gente vê. A segunda

Emenda é Ministério do Trabalho e Emprego, Economia Solidária em Desenvolvimento, porque também é geração de atividade econômica e geração de emprego. Atende a três Emendas. A Emenda 11, a 25 e a 34. Portanto três, Sr^{as}. e Srs. Senadores.

A terceira Emenda, Ministério das Cidades, nós tínhamos nove Emendas que tratavam de algum aspecto de infra-estrutura nas cidades. Só que infra-estrutura nas cidades, em tese, é uma coisa que a gente tinha que criar uma nova... Um novo... Um novo enfoque para poder enquadrar aqui. Então, nós apresentamos a Emenda Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Porque nós temos uma Subcomissão de Municípios na Comissão de Assuntos Econômicos e, portanto, se enquadra efetivamente na ação proposta.

A quarta Emenda seria a Emenda também que, tentando criar uma infra-estrutura econômica e infra-estrutura turística, do Ministério do Turismo, é o que a gente entendeu que poderia enquadrar. E a outra Emenda, que é uma solicitação do Tribunal de Contas da União para construção e implantação do anexo do Tribunal de Contas. Como o Tribunal de Contas também tem uma repercussão grande nessa questão dos Assuntos Econômicos, e é um órgão auxiliar do Congresso Nacional nessa questão da fiscalização, nós optamos por essa questão.

Fica... Eu quero dar uma explicação sobre a questão da agricultura. Existem algumas Emendas aqui de agricultura. Mas como existe especificamente a Comissão de Agricultura, apesar da agricultura estar ligada à questão econômica também, na verdade ficou pendente essa questão da agricultura para colocar para os Srs. e Sr^{as}. Senadoras discutirem, se a gente tira alguma daqui, troca, enfim, ver como é que encaminha.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Senador Jucá, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, eu apresentei uma Emenda exatamente em cima do Ministério da Agricultura para tratar do seguro rural. O seguro rural, a falta do dinheiro para o seguro rural é o maior problema que nós temos na agricultura hoje.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Qual é o número da Emenda?

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – É 13. Senador Jucá, o Poder Executivo tinha um Projeto para atender o seguro rural, de cem milhões de reais. Mas o Poder Executivo mandou, na Lei Orçamentária, no Projeto de Lei Orçamentária, 45 milhões. Então, nós apresentamos essa Emenda nessa Comissão por entender que esse assunto, seguro rural extrapola a questão do Ministério da Agricultura. O Brasil não pode mais fazer agricultura às cegas. Portanto, o

seguro rural ele é importantíssimo, e por isso que nós apresentamos essa Emenda.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu entendo a preocupação de V.Ex^a.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Aqui para resolver esse problema estrutural da agricultura.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – E perguntaria ao Senador Osmar Dias se ele concorda também que de repente a gente...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Presidente Relator, Senador Romero Jucá, ontem o Presidente da República esteve em Mato Grosso, no Estado do Senador Jonas Pinheiro. E eu destaco duas frases do Presidente da República. Primeiro, ele disse que a agricultura não pode ser pega mais de “calças curtas”. Esse foi o termo que ele utilizou. E que ele foi surpreendido pela crise na agricultura. Estranho, porque nós tivemos aqui tratoração, movimentos, discursos de senadores que durante três anos alertamos sobre a crise que viria se abater sobre a agricultura.

Nós recomendamos sempre ao Governo Federal que adotasse medidas, e propusemos quais as medidas que deveriam ser adotadas para que a agricultura não entrasse na crise que entrou. E o Presidente ontem disse que foi pego de surpresa. Acho que não. Ele sabia da crise que viria, e tanto sabia que eu pessoalmente estive com ele várias vezes dizendo: “O que vem pela frente vai ser muito difícil de suplantar se o Governo não adotar algumas medidas”. E ontem ele falou que uma das medidas que devem ser adotadas para que não se pegue a agricultura mais uma vez de calça curta, é exatamente o seguro rural, o seguro da produção.

Já está consignado no orçamento 45 milhões. A previsão da necessidade é de 100 milhões. O que o Senador Jonas Pinheiro está propondo, portanto, é o complemento dos 45 para completar os 100 milhões necessários para a composição do fundo de catástrofe, que a gente chama. Então, se nós não tivermos a oportunidade de aprovar aqui, não sei se nós conseguiremos aprovar depois na Comissão de Agricultura. Mas isso teria que ser feito então um acordo com a Comissão de Agricultura para que fique esse assunto resolvido lá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – (*pronunciamento fora do microfone*) Eu perguntaria então se todos concordariam da Emenda 04, que era do Ministério do Turismo, que era Infra-Estrutura Turística, vamos tentar colocar na Comissão de Infra-Estrutura... de Turismo, e a gente colocaria aqui a Emenda 13 do Senador Jonas, com 100 milhões de reais, exatamente para...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – 55.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não, não. Porque bota 55 e chega lá, corta. Então vamos botar 100 para poder chegar nos 20, 30.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, eu quero aditar um pouco mais que o seguro rural já é uma lei desde o ano de 2003. E os dois anos anteriores, o Poder Executivo cortou esse recurso do seguro. Então, o que nós estamos fazendo, é obedecendo uma lei que nós aprovamos aqui na Comissão...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, então eu retifico o meu parecer, colocando na Emenda 04, em vez de Ministério do Turismo e Infra-Estrutura Turística, a Emenda nº. 13, do Senador Jonas Pinheiro, concessão de subvenção econômica a prêmio de seguro rural com a Emenda no valor de 100 milhões de reais. Portanto, coloco para apreciação o Relatório proposto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Em discussão então o Relatório. Em votação. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Fica, portanto aprovado o parecer do Relator, Senador Romero Jucá.

Mais alguma coisa?

Fica, portanto encerrada a Sessão, agradecendo a presença de todos os senhores.

Tive uma sugestão para retirar a Emenda do TCU. Aí eu disse ao nobre Senador e o Assessor, a Emenda que foi apresentada por mim. Então realmente não podia... Agora nós vamos também atender um pleito do CADE, da Dra. Elizabeth Farina, que encaminhou também agora já um pedido de inclusão de Emenda, nós vamos apresentar na Comissão de Justiça, recursos também para o CADE. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, a aprovação por unanimidade do Relatório, incluindo a Emenda de V.Ex^a, é em homenagem ao futuro Ministro do TCU.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Sinceramente não foi essa a minha intenção. O Ministro Guilherme Palmeira, Presidente do Tribunal de Contas da União, fez um contato, uma reunião com o Presidente do Senado, do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros. E realmente foi uma solicitação feita pelo próprio Ministro Guilherme Palmeira à Comissão de Assuntos Econômicos, e pediu inclusive que eu apresentasse a Emenda.

E quando eu designei o Relator ontem, foi o Senador Garibaldi Alves Filho, ele me retornou pedindo que fosse nomeado novo Relator. Ele tinha compromissos ontem, acho que foi um almoço com os Senadores Roriz e... Eu vi no jornal de hoje, Geraldo Mesquita, e o Senador, inclusive, Mão Santa, e que ele não po-

deria acompanhar até porque a reunião era hoje. E aí eu convoquei e convidei o Senador Romero Jucá, e quando convidei disse ao Senador Romero Jucá que realmente essa era uma Emenda que precisava ser incluída, tendo em vista a necessidade que o Tribunal de Contas da União tem, independente da questão de indicação ou não. Na verdade o Tribunal tem um trabalho ligado diretamente com o Senado, permanentemente com todas as Comissões. Ainda ontem o Plenário do Senado convocou novamente o Tribunal de Contas da União para fiscalização nas ONGs, e auditorias de determinadas... Pelo próprio Senado Federal. E então realmente é uma parceria, uma ligação que temos muito grande com o Tribunal de Contas da União.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não há dúvida, Presidente. Mas todos nós, os seus pares no Senado, estamos na certeza de que V.Ex^a merece assumir o cargo de Ministro do TCU.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Está encerrada então a Sessão, agradecendo a atenção de todos.

Sessão encerrada às 10h42

Ata da 29ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 28 de novembro de 2006, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e oito de novembro do ano de dois mil e seis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Tasso Jereissati, Álvaro Dias, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Mestrinho, Romero Jucá, Pedro Simon, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy, João Ribeiro, Delcídio Amaral e Antônio Carlos Valadares. Deixam de comparecer os Senadores César Borges, Jorge Bornhausen, Romeu Tuma, tendo falta justificada em virtude de missão oficial do Senado Federal, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Gerson Camata, Mão Santa, Sérgio Cabral, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Fernando Bezerra, Patrícia Saboya Gomes e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Presidente, Senador Luiz Otávio, comunica a realização às onze horas nesta data de solenidade em homenagem ao Senador

Ramez Tebet. Usa da palavra o Senador Romero Jucá. A Reunião é suspensa às dez horas e cinquenta minutos e reiniciada às doze horas e trinta e sete minutos. A Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da Pauta da Reunião; Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2005, Complementar, não terminativo, que “inclui o § 2º ao art. 17 e dá nova redação ao caput do art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 (Disciplina o Sistema Financeiro Nacional)”, de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer favorável ao Projeto e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02 apresentadas. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A apreciação da matéria é adiada; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2003, não terminativo, que “altera o § 2º do artigo 18 e o artigo 122 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências, restabelecendo as regras originalmente asseguradas aos aposentados que permanecem ou retornam à atividade sujeita ao Regime Geral da Previdência Social”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2004, terminativo, que “dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente sobre os veículos automotores que especifica, e dá outras providências”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2005, não terminativo, que “dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem atendimento por telefone, internet ou outro meio similar”, de autoria do Deputado Wellington Fagundes, tendo como Relator o Senador João Ribeiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A apreciação da matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2005, terminativo, que “autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu (Funref) e dá outras providências”, de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. Após a

leitura do Relatório pelo Relator, Senador Flexa Ribeiro, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção; Item 06-Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005, não terminativo, que “dá nova redação aos incisos I e III do caput do art. 5º e aos incisos I e III do caput do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (igual a incidência da CIDE sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação)”, de autoria do Deputado Roberto Balestra, tendo como Relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Em 03/10/06, foi concedida Vista à Senadora Ideli Salvatti, nos termos regimentais. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, para estabelecer que parte do produto da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) seja destinada ao município de origem”, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2004, terminativo, que “altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, para incluir a obrigatoriedade de identificação do apostador nas loterias de números administradas pela Caixa Econômica Federal”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2004, terminativo, que “dispõe sobre o emprego de rendimentos auferidos das aplicações, no mercado financeiro, das receitas tributárias da competência dos Estados, Distrito Federal, Municípios e das transferências obrigatórias da União para os entes federados, bem assim dos Estados para os Municípios”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 11/04/06, foi lido o Parecer pela Relatora, sendo adiada a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2006, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para estabelecer limites à cobrança de multa, juros de mora e despesas de cobrança decor-

rentes de inadimplemento de obrigações de consumidores”, de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2004, terminativo, que “acrescenta dispositivo à Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, para estabelecer o percentual mínimo do produto de arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinado à conservação, recuperação e ampliação da malha rodoviária”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 04/07/06, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2003, terminativo, que “modifica a redação do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7713, de 22 de dezembro de 1988, alterada pelo artigo 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e pelo artigo 30 da Lei nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda das pessoas físicas acometidas pelas moléstias que especifica”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2006, terminativo, que “altera o art. 1º da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), para incluir Municípios na concessão do microcrédito”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador João Tenório, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. É apresentado pelo Senador Rodolpho Tourinho e aprovado pela Comissão o Requerimento nº 58/2006-CAE, requerendo a realização de Audiência Pública para instruir a Matéria; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2003, terminativo, que “autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Fornecedores de Cana-de-açúcar – PROAF – Cana-de-açúcar”, de autoria do Senador Renan Calheiros, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2003, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”, de autoria do Senador Osmar Dias, que

se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Jefferson Peres, que oferece Parecer pela rejeição dos Projetos. A apreciação da matéria é adiada; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que “acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica”, de autoria do Senador Almeida Lima, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, incluindo como beneficiário da lei os representantes comerciais”, de autoria do Senador Leonel Pavan; e com o Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2005, terminativo, que “altera a legislação tributária federal para incluir os estabelecimentos de ensino médio entre as pessoas jurídicas passíveis de adesão ao Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, e dá outras providências”, de autoria do Senador Ney Suassuna, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável ao PLS nº 129, de 2003, ao PLS nº 183, de 2003, e ao PLS nº 291, de 2005, nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 17-Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2004, terminativo, que “acrescenta § 6º ao art. 43, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a formação do cadastro positivo nos Sistemas de Proteção ao Crédito”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Gilberto Mestrinho, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CCJ aprovada. A apreciação da matéria é adiada; Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2005, terminativo, que “altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 11.052, de 29 de dezembro de 2004, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores da forma incapacitante de linfangioleiomiomatose pulmonar”, de autoria do Senador Fernando Bezerra, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Pro-

jeto com a Emenda nº 02 que apresenta, e com o acolhimento da Emenda nº 01, de autoria do Senador Romeu Tuma. Em 05/09/06, foi lido o Parecer pelo Relator, sendo encerrada a discussão e adiada a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2006, terminativo, que “concede isenção tributária à Academia Brasileira de Letras, à Associação Brasileira de Imprensa e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e cancela os débitos fiscais dessas instituições”, de autoria do Senador José Sarney, tendo como Relator o Senador Jorge Bornhausen, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 20-Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2004, não terminativo, que “acrescenta o § 9º ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, excetuando a aposentadoria no valor de um salário mínimo do cálculo da renda mensal per capita para a percepção do benefício da prestação continuada”, de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. Em 05/09/06, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna nos termos regimentais. A apreciação da matéria é adiada; Item 21-Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira”, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, tendo como Relator o Senador Flávio Arns, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. A apreciação da matéria é adiada; Item 22-Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2002, terminativo, que “concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual”, de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta, e pela rejeição das emendas nºs 05 e 06 apresentadas pelo Senador Ney Suassuna. Em 02/12/03, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 23-Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2005, não terminativo, que “altera a Lei nº

4.829, de 5 de novembro de 1965, acrescentando dispositivo sobre a concessão de financiamento para a aquisição de tratores, colheitadeiras, máquinas, implementos e equipamentos agrícolas”, de autoria do Deputado Moacir Micheletto, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da matéria é adiada; Item 24-Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, não terminativo, que “altera o § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, para incluir a literatura de cordel entre os segmentos beneficiados com a dedução integral do imposto de renda devido sobre as quantias destinadas a doações e patrocínios”, de autoria do Senador Efraim Moraes, tendo como Relator o Senador Leonel Pavan, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 25-Emenda nº 01-Plen oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2005, não terminativa, que “reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidentes sobre os produtos que menciona”, de autoria do Deputado Nelson Bornier, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer pela rejeição da Emenda nº 01-PLN. A apreciação da matéria é adiada; Item 26-Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2001, não terminativo, que “altera a Lei 8036, de 11 de maio de 1990, que ‘dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências’”, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 27-Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2005, não terminativo, que “dispõe sobre a destinação dos valores havidos ilicitamente pelos agentes públicos e recuperados pelas pessoas jurídicas de direito público ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente”, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 28-Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2006, Complementar, não terminativo, que “define montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal”, de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que ofere-

ce Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 29-Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2005, terminativo, que “altera a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para submeter os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia ao regime cumulativo da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 30-Avisos nºs 28, 31, 34 e 38, de 2006 (nºs 287, 308, 372 e 460/06, na Origem), não terminativos, “referentes ao Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior”, de autoria do Ministério da Fazenda, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer pelo conhecimento da Comissão e posterior arquivamento. Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator, Senador Eduardo Azeredo, pelo conhecimento da Comissão e posterior arquivamento; Item 31-Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2006, não terminativo, que “dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis nºs 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de junho de 2004, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, e 9.317, de 5 de dezembro de 1996; e dá outras providências”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece Parecer favorável ao Projeto com acolhimento integral das Emendas nºs 01 (de teor idêntico ao da Emenda nº 54, que fica, assim, prejudicada), 64 (de teor idêntico ao das Emendas nºs 76 e 137, que ficam, assim, prejudicadas), 65 (de teor idêntico ao das Emendas nºs 68, 77, 87 e 132, que ficam, assim, prejudicadas), 94, 105, 106, 108, 110, 111, 112, 116 e 118; acolhendo as Emendas nºs 104, 107, 115, 117, 53, 55 e 151, na forma das Subemendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07, respectivamente, que apresenta; acolhendo parcialmente as Emendas nºs 02, 17 a 20, 24 a 26, 42, 44 a 51, 69, 72, 83, 85, 92, 93, 102, 120, 121, 140 e 141, na forma das Emendas nºs 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149 e 150 que apresenta; e rejeitando as demais Emendas. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Cons-

tituição, Justiça e Cidadania. Em 04/07/06, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 11/07/06, foi encerrada a discussão da Matéria. Ao iniciar o encaminhamento da votação, usa da palavra o Senador Pedro Simon, que apresenta uma *Questão de Ordem*, na qual requer que seja ouvida preliminarmente a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e, em seguida, usa da palavra o Senador Romero Jucá. A decisão da Presidência é contrária à referida *Questão de Ordem*, uma vez que de acordo com o despacho inicial do Presidente do Senado, a Matéria será apreciada pela CCJ após votação nesta Comissão. Usa da palavra o Senador Rodolpho Tourinho que comunica a alteração de alguns pontos em seu parecer. Após a comunicação do Relator, o Senador Pedro Simon pede Vista nos termos regimentais. A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. A Comissão aprova, o Requerimento nº 58/2006-CAE, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2006, que “altera o art. 1º da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPPO, para incluir municípios na concessão do microcrédito”, com a presença dos Senhores Manuel Thedim, Diretor do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS; Stélio Gama Jr., Superintendente de Microfinanças e Projetos Espaciais do Banco do Nordeste; Carlos Ximenes, Diretor de Microcrédito do Unibanco; José Giovanni Anversa, Diretor de Microcrédito do Banco Real; e Paulo Colozzi, Presidente da São Paulo Confia; e o Requerimento nº 59/2006-CAE, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para que a União Nacional da Construção Civil possa apresentar e debater assuntos referentes à política nacional para o setor, e suas consequências no PIB, geração de emprego e IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. Usa da palavra a Senadora Ideli Salvatti. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura a realizar-se, hoje, 28 de novembro de 2006, às 10h35, na sala de reuniões nº. 19, na Ala Alexandre Costa.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com seus registros.

Antes de iniciarmos a nossa pauta, nós hoje temos concomitantemente com a Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos várias reuniões, que inclusive é uma homenagem ao Senador Ramez Tebet, no Gabinete do Presidente do Senado, do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros.

A título de *Honoris Causa* da UNILEGIS, Universidade Legislativa do Senado Federal que será entregue hoje. Por proposição do Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul a hora que confirmarem nós suspenderemos a Sessão para irmos participar dessa solenidade. Acredito que todos os Srs. Senadores concordam com a proposta do Senador Pedro Simon.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, na reunião passada, eu fiz um apelo ao Senador Rodolpho Tourinho, que não fosse colocado à votação da Super-Receita, que já foi dado vistas, enfim, já criamos uma série de passos sobre essa matéria, exatamente pela tentativa de buscar o entendimento e se construir algumas soluções negociadas com o próprio Relator e com setores do Governo.

Isso foi possível durante a semana, e eu quero aqui registrar e agradecer o trabalho do Senador Rodolpho Tourinho, a sensibilidade, a transparência, a disponibilidade da gente poder ter conversado tudo isso, e eu gostaria de pedir inversão de pauta a V.Exª para que nós pudéssemos votar em primeira matéria essa questão da Super-Receita, já que em vários pontos foram acordados com o Senador Rodolpho Tourinho, nós caminharíamos nessa votação, e os pontos que eventualmente ainda existam algum tipo de pendência, como essa matéria vai para a Comissão de Constituição e Justiça após a votação da CAE, lá nós retomaremos o debate de alguns pontos que ficaram sem a definição de consenso.

Eu acho que é muito importante votar essa matéria, fazer ela caminhar e, portanto, eu faço Requerimento de inversão de pauta para que a primeira matéria seja a matéria da Super-Receita.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprova-

do a inversão de pauta. Projeto de Lei da Câmara nº. 20/2006, não terminativo que dispõe sobre a administração tributária, altera as Leis 10.593 de 6 de dezembro de 2002, e a 10.683 de 28 de maio de 2003, bem como a Lei 8.212 de 24 de julho de 1991. A lei 10.910, de 15 de julho de 2004, e o Decreto-Lei 5.452 de maio de 1943, revoga dispositivos das Leis 8.212 de 24 de julho de 1991; a 10.593 de 06 de novembro de 2002; a 10.910 de 15 de junho de 2004; a 11.098 de 13 de janeiro de 2005, a 9.317 de 05 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

Autoria, Presidência da República. Relator, Senador Rodolpho Tourinho, a quem eu passo a palavra como Relator para encaminhar à votação.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Uma Questão de Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Como vou apresentar uma questão de ordem, Sr. Presidente, no sentido de que antes da votação nessa Comissão, a Comissão votando, ela vá primeiro à Comissão de Constituição e Justiça, eu pediria licença a V.Exª para fazer essa rápida exposição.

Sr. Presidente, Senador Luiz Otavio, na Sessão da CAE de hoje consta como Item 31 da pauta, o Projeto de Lei 20/2006, que trata da unificação das receitas da Fazenda e da Previdência, criando a chamada Super-Receita. A matéria encontra-se com a discussão encerrada, está em fase de votação, depois a matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça, para exame da legalidade, juridicidade e constitucionalidade. A despeito da extensa discussão do tema nessa Comissão. Muitas audiências, inclusive, por mim sugeridas ou pedidas, considero que o assunto ainda demanda questões cruciais. Faço anexar a essa questão de ordem, e que sejam encaminhados a cada membro desse colegiado, o que a minha Assessoria já fez, dois importantes estudos que arguem da maneira profunda a constitucionalidade do Projeto. Ambos os estudos, o da Ordem dos Advogados do Brasil e o elaborado pelo ex-Secretário da Receita Federal, Dr. Ozires Lopes Filho, fazem graves críticas à matéria, questionam com legitimidade a necessidade de audiência preliminar na Comissão de Constituição e Justiça, para que nesse Fórum sejam dirimidas e resolvidas as inconstitucionalidades que apontam.

Sensibilizado por esses argumentos, e por considerar a importância e a responsabilidade, o impacto e a amplitude do órgão a ser criado por essa proposição, sinto-me na obrigação de alertar esse colégio, sobre nossa obrigação em não errar, ainda mais er-

rar no básico da legalidade, da constitucionalidade de relevante norma.

Portanto, gostaria de questionar e solicitar à Mesa sobre a possibilidade que antes desse colegiado deliberar sobre a matéria, possamos ouvir a Comissão de Constituição e Justiça sobre as questões levantadas. Sala das Comissões, 28 de novembro de 2006.

E apresento aqui o parecer do ilustre Prof. Ozi- res Lopes Filho, uma das pessoas mais competentes, e que foi inclusive representante da área, e o estudo feito pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Como ambas as matérias, Sr. Presidente, elas se baseiam na constitucionalidade da questão, eu creio que seria racional que essa Comissão enviasse a matéria à Comissão de Constituição e Justiça. Eu até não entendo por que é que ela não foi primeiro para a Comissão de Constituição e Justiça para que ela desse o seu parecer sobre a juridicidade e depois viesse a essa Casa. Alguém haverá de me dizer, mas essa Casa, votando a matéria, ela irá para a Comissão de Constituição e Justiça. Daqui ela vai para lá. Eu sei que daqui ela vai para lá. Mas o normal para nós, para votarmos com serenidade e votarmos com tranqüilidade essa matéria, é que ela pudesse a hora de nós votarmos, nós já termos o pensamento da Comissão de Constituição e Justiça, o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Eu não creio que isso significa prejudicar o andamento da matéria, porque ela irá para a Comissão de Constituição e Justiça. Da Comissão de Constituição e Justiça, quando vir a essa Casa, a matéria já foi discutida e já foi debatida e já foi analisada. Nós não temos que convocar quem quer que seja. Nós teremos apenas, para nos esclarecer, o pensamento da Comissão de Constituição e Justiça que poderá ser aceito ou não aceito.

Por isso, sem nenhuma intenção de atrapalhar o andamento da matéria, e reconhecendo a importância da matéria, e reconhecendo de modo especial o Sr. Relator, o esforço sério que está sendo feito sobre essa matéria, mas com toda sinceridade, Sr. Presidente, a mim procuram cada vez mais pessoas que eu diria quase que apaixonadas com relação a essa matéria. O Prof. Ozi- res é uma delas. É uma pessoa que entende, é um técnico, põe no papel... Ainda ontem saiu um artigo dele na Tribuna da Imprensa, onde ele faz um relato. E ele diz até uma coisa interessante: “Eu fiz a minha parte. Agora eu estou tranqüilo. Eu ficaria chateado se a matéria foi votada e eu não dissesse o que eu achava da matéria, e eu não dissesse o meu ponto de vista sobre essa questão”. E o mesmo é a Ordem dos Advogados, que por um documento assinado pela Ordem, fala sobre essa matéria. Ambas as

matérias se referem ao pensamento da Comissão de Constituição e Justiça, que poderá nos esclarecer e com o pensamento da Comissão de Constituição e Justiça, se ela houver por bem dizer: “Não. Não há dúvida nesse sentido, nós somos plenamente favoráveis”. Eu sou um dos que, nessa Comissão, votarei favorável a essa matéria. Era isso, Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Romero Jucá, com a palavra.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu gostaria de contraditar as colocações do Senador Pedro Simon, com todo respeito que tenho por ele, e também pelo Parecer do Dr. Ozi- res Lopes Filho, registramos a seguinte questão: Essa matéria é uma matéria extremamente complexa. É uma matéria que tem na Comissão de Assuntos Econômicos mudanças substanciais de mérito, e por ter essas mudanças de mérito, é importante que sejam feitas, primeiro na Comissão de Assuntos Econômicos para que ajustada a questão de mérito, aí sim a Comissão de Constituição e Justiça posso se manifestar. Se nós invertêssemos o papel, nós mandaríamos para a Comissão de Constituição e Justiça, seria feita a análise da constitucionalidade, voltaria para a CAE, a CAE faria algumas modificações, e alguém poderia levantar a premissa de que essas modificações feitas agora não seriam constitucionais, e teria que voltar de novo para a Comissão de Constituição e Justiça.

Então, no sentido de dar economicidade, eu sei que o Senador Pedro Simon quer discutir a matéria, quer votar a matéria, eu encaminho contra o Requerimento de ir à CCJ anteriormente, primeiro nós discutimos aqui, o Senador Rodolpho Tourinho atendeu aqui uma série de mudanças importantes, inclusive mudanças que dizem respeito ao papel da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda, portanto, no âmbito da questão jurídica também, era importante que se nós pudéssemos votar essa matéria, consolidar essas mudanças, encaminhar à Comissão de Constituição e Justiça e a partir daí, sim, a Comissão de Constituição e Justiça fazer o debate da constitucionalidade com o texto mais ajustado de acordo com o mérito da Comissão de Assuntos Econômicos. Pois não, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Até sobre esse sentido que V.Ex^a está referindo, é claro que quando nós enviarmos a matéria à Comissão de Constituição e Justiça, ainda que não votada pela Comissão, irá junto o Parecer do Senador Tourinho, e a matéria que foi analisada nessa Casa. E acho que

a Comissão de Constituição e Justiça terá todas as condições e fazer essa análise.

Então, quando vier para cá nós já sabemos o pensamento da Comissão de Constituição e Justiça com relação a essa matéria.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Senador Pedro Simon, com todo respeito, o Senador Rodolpho Tourinho fez um brilhante trabalho, o trabalho está pronto, nós votando hoje aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, amanhã ela estará na Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, não há nenhum tipo de prejuízo sobre essa discussão. Eu continuo mantendo a discussão de que já foi dado vistas, nós já avançamos bastante nesse procedimento, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a votação dessa matéria hoje. Inclusive em homenagem ao trabalho feito pelo Rodolpho Tourinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Pedro Simon, a questão de ordem levantada por V.Ex^a, pela própria forma, nós podemos dizer a V.Ex^a, com certeza, que o próprio Prof. Ozires Lopes esteve presente em Audiência Pública realizada nesta Sessão. O próprio despacho da Mesa Diretora do Senado Federal quando encaminhou à Comissão de Assuntos Econômicos, já determina, em seguida, encaminhamento à Comissão de Constituição e Justiça. Nós nada mais fizemos do que a nossa obrigação. E aqui, não sei se V.Ex^a tem tido essa avaliação, nós aqui temos cumprido religiosamente todos os projetos aqui dentro da maior transparência e, principalmente, cumprindo o regimento. Ao abrirmos mão dessa forma, e principalmente de um Projeto como esse tão debatido, tão... Eu não tenho este poder de abrir mão do direito da Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, eu vou permanecer com a proposta...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Mas o Plenário tem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Por isso que eu estou dizendo que eu vou continuar a defender de que nós votemos o Projeto e encaminhemos à Comissão de Constituição e Justiça.

Então, essa é a condição. V.Ex^a levantou uma questão de ordem, eu julgo de acordo com o regimento, e coloco em votação do Plenário a proposta de V.Ex^a. Se é assim que V.Ex^a deseja.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu felicito V.Ex^a, acho correta a posição de V.Ex^a. Acho que V.Ex^a agiu, aliás, como sempre, como devia. Acho que a Comissão, a Mesa mandou para cá essa matéria. Com todo respeito, eu acho que deveria ter sido contrário. A Mesa deveria ter mandado essa matéria primeiro para lá, para Comissão de Constituição e Justiça e depois

para cá. Mas de qualquer maneira, em meio ao debate, são duas instituições. Eu falo instituição porque o Sr. Ozires Lopes é uma instituição, pelo que ele sempre dignifica, pelo que ele representa nessa matéria, e na luta e na paixão que ele tem na discussão dessa matéria, ele é uma pessoa que diz com todas as letras. E a outra é a OAB. É o Conselho Superior da OAB que se reúne e deu o mesmo argumento, que há inconstitucionalidades sérias, e acham eles que antes da Comissão de Economia entrar, onde ela entrará no conteúdo, na profundidade do que significa essa matéria, nós deveríamos analisar a questão...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Eu sugiro a V.Ex^a, como V.Ex^a fez no início da Sessão já um pedido de que nós suspendêssemos a Sessão para irmos participar da homenagem ao Senador Ramez Tebet no Gabinete do Senado Federal, que nós fôssemos e depois voltássemos para tomar essa decisão.

ORADORES NÃO IDENTIFICADOS – Não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu concordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – V.Ex^a concorda? Muito obrigado.

Então, os Srs. Senadores que concordam, então, que nós possamos ir à solenidade e depois voltamos aqui. Suspensa a Sessão, mesmo com contrária participação da platéia.

(soa a campanha)

Sessão suspensa às 10h50

Sessão reaberta às 12h38

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Reaberta a Sessão. Temos ainda uma questão de ordem a ser resolvida, apresentada pelo Senador Pedro Simon para que Projeto de Lei da Câmara nº. 20, não terminativo, que está sob a Relatoria do Senador Rodolpho Tourinho, do PFL da Bahia, para que siga antes da votação para a Comissão de Constituição e Justiça.

O Senador Rodolpho Tourinho e o Senador Romero Jucá, Senador Rodolpho Tourinho como Relator e o Senador Romero Jucá como Líder do Governo, explicaram, inclusive, que o pedido de ordem que foi negado pela Presidência, no caso, tendo em vista que o normal é o Projeto ser votado aqui e ser encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, de maneira regimental, evitando inclusive a necessidade da questão de ordem.

Porém, pela consideração e pelo respeito que temos com o Senador Pedro Simon, do PMDB do Estado do Rio Grande do Sul, nós negamos e ele pediu que fosse votado pelo Plenário.

Então, eu pedi à Assessoria, à Mesa, e o Secretário para avisar o Senador Pedro Simon que nós vamos votar. Avisaram lá para ele? Ele está vindo ou não? Senão vai dizer que foi golpe.

Na verdade, nós estamos funcionando outras Comissões, e fica difícil *quorum* nas outras Comissões. Por isso o tempo é... Nós temos também o Requerimento do Senador Rodolpho Tourinho, já de outra matéria. Apenas para dar conhecimento à Comissão. Baseado no art. 90, inciso II do Regimento Interno, requer que seja realizada no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, Audiência Pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado 82/2006, de sua autoria, que altera o art. 1º da Lei 11.110 de 25 de abril de 2005. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, PNMPO, para incluir Municípios na concessão do microcrédito. Sugere convite às seguintes autoridades para uma Audiência Pública, isso o Senador Rodolpho Tourinho. Miguel Tedin, Diretor do Instituto de Estudos de trabalho do IETS; Stélio Gama Júnior, Superintendente de Microfinanças, Projetos Especiais do Banco do Nordeste; Carlos Ximenes, Diretor de Microcrédito do Unibanco; José Giovanni Anversa, Diretor de Microcrédito do Banco Real; e Paulo Colozzi, Presidente da São Paulo Confia. Votaremos o Requerimento ao final da Sessão. Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)

– Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de dizer qual o interesse de esclarecer porque essa Audiência Pública.

Em primeiro lugar, eu entendo que a questão do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado até agora tem sido mal conduzida por todas as partes envolvidas, inclusive e, sobretudo, pelo Governo. E tem um Projeto meu que é de incluir os Municípios na concessão do microcrédito. Eu entendo que o microcrédito orientado é uma das formas de você, seguramente... Digo não resolver, mas complementar ações do Bolsa Família na medida que você vai buscar incrementar produção, melhorar a renda, aumentar emprego. E essa tem sido no mundo inteiro uma das saídas para a pobreza. E por acreditar nisso, por ter apresentado esse Projeto e por entender que esse assunto precisa ser melhor debatido, esclarecido, é que apresentei esse Requerimento para ouvir essas autoridades sobre o assunto, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Pela ordem o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu pediria, enquanto aguardávamos o nobre Senador Pedro

Simon, uma inversão de pauta para que pudéssemos colocar em votação o...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Só um instantinho, Flexa Ribeiro. Senão... Ele já levantou a questão de ordem. A questão de ordem dele já foi rejeitada, foi negada pela Mesa, e agora ele pediu recurso ao Plenário.

Então, é melhor terminar isso aí senão não acaba.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então, tão logo termine o Item 5. E também, Presidente, gostaria se possível, que o Presidente agendasse para a próxima terça-feira aquela Audiência Pública da regulamentação da Lei Kandir. É da maior importância, até porque a Lei Kandir agora deste ano, a Medida Provisória que foi liberada trouxe uma série de implicações que os Governos dos Estados estão...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Flexa Ribeiro, o Ministério da Fazenda e a Receita Federal se colocaram à disposição no mesmo momento. Os Governadores é que pediram o adiamento à época, e até agora...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Naquela altura.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Pois é, querido. Houve uma eleição e mudaram quase todos os Governadores. Agora nós temos que fazer essa reunião com os novos Governadores. E convidar os Governadores atuais, eles já pediram adiamento e não vieram. Eu entendo V.Exª, mas... Tá bom, vamos fazer então com os novos. Senador Pedro Simon...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Façamos com a presença dos atuais e dos novos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Com certeza. Senador Pedro Simon, nós estamos aguardando V.Exª apenas para podermos votar para que V.Exª esteja presente. Já estamos algum tempo aqui aguardando para que nós possamos votar o pedido de V.Exª ao Plenário, para que o Projeto da Super-Receita, ao invés de votarmos hoje aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, siga para a Comissão de Constituição e Justiça, vá antes à Comissão de Constituição e Justiça. Foi pleito de V.Exª.

Então, agora levo ao Plenário o pedido do Senador Pedro Simon para a votação da questão de ordem levantada por ele que foi rejeitada pela Mesa.

Em votação o pedido de questão de ordem do Senador Pedro Simon. Os Srs. Senadores que concordam com o Senador Pedro Simon, permaneçam como se encontram.

Então, rejeitado. Mantém-se em votação. Com a palavra o Relator para o encaminhamento da votação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*pronunciamento fora do microfone*).

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Mas aí pede para os outros. Quatro a três.

SENADOR EDUARDO SUPLICI (PT-SP) – Eu entendi que estavam votando com o Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Pedro Simon pediu que fosse, ao invés de votássemos aqui agora na Comissão de Economia, antes fosse à Comissão de Justiça. Foi explicado ao Senador Pedro Simon que a Comissão de Justiça já vai naturalmente depois de votado aqui.

Então, ele pediu assim mesmo, apresentou uma questão de ordem. A Mesa negou a questão de ordem. E a Mesa colocou em votação agora. Pelo número de votantes, mas se quiser nós fazemos novamente outra votação. O Senador Pedro Simon apresentou a proposta, coloco em votação. Os Srs. Senadores que concordam com a questão de ordem de adiar a votação e encaminhar à Comissão de Justiça, antes de votarmos aqui, permaneçam como se encontram.

Então, é contra... Somente então três agora. Tem o Senador Alvaro Dias, e o Senador...

Então, agora inverteu. Perdeu. Quatro a três.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*pronunciamento fora do microfone*)

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Não adianta. O problema tem que votar. O Senador Romero Jucá disse que não tem *quorum*. Vota com quatro, com três ou com dois? Então, segue para a Comissão de Justiça, pela votação dos quatro votos.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma observação, até porque o Senador Eduardo Suplicy, por exemplo, não participou do debate. Eu acho que nós tivemos todo o respeito para aguardar o Senador Pedro Simon, eu podia até regimentalmente ter requerido que como ele não estava presente no momento o Requerimento caia, e não fiz isso. Porque acho que a gente está tratando aqui de forma leal e procurando construir uma solução. Mas a questão é o seguinte. Nós fizemos um entendimento com o Senador Rodolpho Tourinho, que é Relator da matéria, e o Senador Rodolpho Tourinho agregou uma série de acordos que foram feitos, inclusive de procedimentos administrativos, e esses acordos estão no texto para ser votado agora. O que o Senador Pedro Simon levanta? O Senador Pedro Simon levanta que nesse texto inicial existem algumas, em tese, inconstitucio-

nalidades que precisavam passar para a Comissão de Constituição e Justiça. O que é que eu estou levantando? Estou levantando o seguinte. Eu não quero discutir aqui a constitucionalidade. Vai ser discutido lá. O que eu quero discutir aqui é agregar alguns procedimentos a mais que nós fizemos no entendimento, inclusive no que diz respeito à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Procuradoria-Geral da Fazenda, porque existiam papéis que poderiam ser superpostos e nós construímos o entendimento das instituições para atuarem, e essa construção ela está no texto do Senador Tourinho, acordada. Então...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Jucá, a Mesa está lembrando que inclusive V.Ex^a agora tem que apresentar um Requerimento no Plenário do Senado para seguir para a Comissão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – É. Não pode nem ser aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*pronunciamento fora do microfone*)

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Não. Da minha parte não tem problema. Eu neguei e...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – O recurso tinha que ser do Plenário. Mas o que eu quero explicar ao Senador Suplicy... Porque nós estamos discutindo aqui mérito. Na verdade eu não estou...

Então, nós queremos inserir o que foi feito parte do entendimento, e essa matéria sendo votada hoje, ela vai para a Comissão de Constituição e Justiça. Se nós invertermos as bolas, se for primeiro para a Comissão de Constituição e Justiça, lá nós vamos fazer, pela constitucionalidade, vai voltar para cá, e aqui vão ser inseridas outras matérias que podem ser suscitadas, e que são novamente inconstitucionais e vai ter que voltar para a Comissão de Constituição e Justiça de novo.

Então, estou querendo exatamente construir um procedimento... Nós queremos discutir mérito. Nós não vamos querer aqui dar golpe, aprovar fora do entendimento. Agora, eu acho que nós temos um trâmite normal, um trâmite operacional mais consistente, e é exatamente esse trâmite que eu estou relatando aqui. A gente votar aqui na CAE e amanhã estar na Comissão de Constituição e Justiça para ser discutido.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, houve um erro de encaminhamento da Mesa, que deveria ter encaminhado preliminarmente à Comissão de Justiça, mas agora eu creio que fato consumado, a ordem dos fatores não altera o produto. Eu acho que para agilizar nós poderíamos votar hoje

e depois encaminhar à Comissão de Justiça, com a concordância do Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu perguntaria o seguinte, esse novo texto do Relator, quando é que ele entregou à Comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Depois do pedido de vista, quando foi a última data que ele entregou o texto? O Relator sabe a data? É mais rápido. Nós tiramos logo a dúvida.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)
– Foi antes das eleições.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Antes das eleições. 29 do 6. Junho.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Quer dizer que esse acordo que o Líder está falando chegou aqui no dia 29 do 06.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – 29 do 6.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)
– Não é o acordo, não. Pela ordem, Sr. Presidente. O Relatório... Eu apresentei o relatório no dia 29 de junho.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu sei. Mas o Líder falou que foi feito um entendimento e agora V.Ex^a está trazendo...

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)
– Eu iria apresentar agora o fruto desse entendimento que houve...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Esse entendimento é diferente do seu Parecer. É uma coisa nova.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)
– É diferente do Parecer.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Aí que eu quero chegar. Esse novo entendimento que o Relator vai apresentar agora, ninguém conhece. Ninguém conhece.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Esse novo parecer não foi distribuído.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Não. Não, nós estamos tomando conhecimento agora. Alguém conhece?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Mas não deixou ele apresentar ainda.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sim, mas ele vai apresentar hoje.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Exatamente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Correto. Eu quero então dizer que eu vou pedir vista dele, porque eu não conheço.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Podíamos então dar como pedido de

vista, e o pedido de vista solicitado pelo Senador Pedro Simon na próxima Sessão então nós...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É isso aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – É assim? Fica bom assim Líder? Fica bom assim, Relator?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Desde que se leia o Parecer desde que se discuta e se combine de votar na próxima Sessão. Porque nós estamos construindo um entendimento.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Mas eu concordo o seguinte, não precisa nem ler.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Já distribui logo. E na próxima Sessão nós votamos. Combinado assim?

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)
– Não tenho nada a opor. A minha posição aqui, inclusive, em relação a se votar ou se discutir, rediscutir esse assunto aqui, Sr. Presidente, é para deixar muito claro que eu estou pronto para voltar a relatar ou apresentar. Não é o novo Relatório, mas pontos que foram levantados...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Sei. Pontos que foram acordados.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)
– ...e eu quero deixar esse meu voto, de poder votar hoje, exatamente, se eu estou pronto para apresentar tudo àquilo que foi discutido longamente com o Governo ao longo dos últimos 15 ou 20 dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Se quiser ler agora... O pedido de vista... Ele vai pedir vista de qualquer maneira. Então, perde a finalidade.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Em tese a vista já foi dada. Em tese a vista foi dada, o Relatório não é novo, vão ser colocados adendo...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Pelo amor de Deus, o próprio Líder...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu podia discutir aqui a questão de formalidade. Porque a vista já foi dada, nós vamos fazer adendo de Plenário...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Não, não. Nós não vamos conceder vista. Nós vamos só adiar. Nós não vamos conceder vista. Nós vamos adiar a votação.

(tumulto)

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Então pronto, vista coletiva. Fica bom assim, Senador Pedro? Senador Garibaldi também concorda, então...

(risos)

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – E eu peço ao Senador Pedro Simon que na próxima Sessão nós possamos votar.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – (*pronunciamento fora do microfone*).

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Cópia.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Eu distribuo hoje ainda, na forma de... Porque eu tenho aqui pontos. E eu distribuo hoje a re-arrumação do... Não é o novo Relatório, é uma re-arrumação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Alvaro Dias. Ok, então encerado a Sessão.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – De acordo, Sr. Presidente. Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Minto. (*soa a campanha*) Perdão. Tem um Projeto aí do Senador do Flexa. Item 5.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Item 05.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – (*soa a campanha*) Item 30. Aviso nº. 28313438/2006, não terminativo, referente a Programa de Emissão de Títulos de Administração e Passivo de responsabilidade do Tesouro Nacional. Autoria, Ministério da Fazenda, Relator, Senador Eduardo Azeredo. Em discussão. Como ninguém discute, em votação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o Item 30.

Qual é o próximo? Item 5. (*soa a campanha*) Projeto de Lei do Senado 181/2005, terminativo, autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu e dá outras providências. Senador Alvaro Dias, Senador Flexa Ribeiro, Relator. Pela aprovação do Projeto. Relator com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – É submetido a exame desta Comissão, para decisão terminativa, Presidente, o Projeto de Lei do Senado 181/2005 de autoria do eminente Senador Alvaro Dias, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu, o FUNREF, e dá outras providências. O PLS 181/2005 não apresenta vício de regimentalidade. O Parecer é favorável pela aprovação, com a mudança aqui do art. 3º, onde se lê: O contribuinte do imposto, leia-se, com a criação do fundo o contribuinte do imposto sobre a renda... E daí para diante. Esse é o Parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Em votação o Parecer. Senador Pedro Simon, o seu voto. Sim. Senador Eduardo Azeredo, sim. Senador Gilberto Mestrinho.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador ACV, Antônio Carlos Valadares, sim. Senador Gilberto Mestrinho, sim. Senadora Ideli Salvatti, sim. Senador Alvaro Dias, sim. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sim, com a modificação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Sim, com a modificação. Senador Rodolpho Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Sim. Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Diante das justificativas muito bem fundamentadas do Senador Flexa Ribeiro, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Suplicy, deixou voto consignado. Sim. Quem mais? Senadora Lúcia Vânia, também deixou consignado, sim, o voto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Eu não posso mais conceder questão de ordem a V.Ex^a, porque a Sessão já estava encerrada. Mas como V.Ex^a é Líder do Partido dos Trabalhadores e do Estado de Santa Catarina, eu concedo a questão de ordem a V.Ex^a...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu vou pedir, inclusive, a presença do Senador Álvaro Dias aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – ...a pedido do Senador Heráclito Fortes. Com a palavra V.Ex^a.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, já alguns dias atrás eu expus a V.Ex^a o desejo da União Nacional da Construção Civil, que realizou um estudo com a Assessoria da Fundação Getúlio Vargas, que estabelece o papel que a construção civil tem, pode vir a ter no desenvolvimento sustentável do nosso País.

Este estudo faz um encadeamento a respeito dos investimentos necessários em vários setores, na questão dos transportes, da geração e transmissão de energia, na questão de água, esgoto, saneamento básico, habitação... E este estudo foi apresentado ontem ao Ministro do Desenvolvimento... Da Indústria e Comércio, e deverá ser apresentado ao Presidente da República no dia 13, próximo.

Então, como eu já havia exposto a V.Ex^a, acho que seria extremamente pertinente, positivo, se eles pudessem também fazer uma apresentação aqui à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Então, nestes termos, eu estou apresentando um Requerimento para que nós possamos ter um momento da CAE destinado a que a União Nacional da Construção Civil possa vir a apresentar, e a minha sugestão, até para facilitar a vida, porque eles virão a Brasília no dia 13 para a audiência com o Presidente, se poderia ser no dia 14 pela manhã. Então esta é a minha proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Por determinação de V.Ex^a, então está marcado para o dia 14.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Agradeça.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Ainda em relação ao item 5, nós vamos também consignar também os votos do Senador Edison Lobão, Senador Jonas Pinheiro e Senadora Ana Júlia Carepa. Requerimento do Senador Tourinho, que já li há pouco. Em discussão, como ninguém discute, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento do Senador Rodolpho Tourinho contra o voto do Senador Tasso Jereissati. Senador Flexa, diga lá.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senadora Ideli, V.Ex^a tem todo o apoio nosso para a Audiência Pública que V.Ex^a requereu. Eu só queria uma confirmação. É União Nacional da Construção Civil ou é a Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não. Eu posso inclusive, Senador Flexa, eu posso lhe passar aqui a lista de todas as entidades que participam. Então, V.Ex^a pode até...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – É que quando for convidar o representante, eu tenho a impressão, Senadora Ideli, que é a Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil. Só para ajudar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não. Está aqui a lista das entidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Fica, portanto, encerrada a presente Sessão, até a convocação de uma nova reunião. *(soa a campanha)*

Sessão encerrada às 13h00

Ata da 30ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 5 de dezembro de 2006, às 10:00 horas, na Sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e quarenta minutos do dia cinco de dezembro do ano de dois mil e seis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores César Borges, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Heráclito Fortes, Valter Pereira, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Romero Jucá, Wellington Salgado, Pedro Simon, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy, João Ribeiro, Patrícia Saboya Gomes, Aelton Freitas, Antonio Carlos Valadares, Siba Machado, Serys Shessarenko, Osmar Dias, Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, Jorge Bornhausen, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Mão Santa, Sérgio Cabral e Fernando Bezerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos o Presidente comunica o recebimento do seguinte documento para conhecimento, Mensagem nº 236/06, de 28 de setembro de 2006, da Presidência da República, encaminhando, nos termos do inciso I do art. 7º da Lei nº 9.069/95, relatório de execução da Programação Monetária referente ao 2º trimestre de 2006. O expediente será posteriormente encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Lembro aos Senhores Senadores Membros da Comissão que no dia 6/12/06, às quinze horas, está convocada uma Audiência Pública com a presença do Ministro de Estado de Minas e Energia, Exmo. Sr. Silas Rondeau, e do Presidente da Petrobras, Ilmo. Sr. Sérgio Gabrielli, a fim de “prestar esclarecimentos acerca das negociações com o governo da Bolívia no sentido de preservar a integridade dos investimentos, instalações e operações da estatal brasileira na exploração e comercialização de gás natural naquele País”, em atendimento ao Requerimento nº 57/2006-CAE, de autoria do Senador Jefferson Péres. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da Pauta da Reunião; Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2006, não terminativo, que “dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis nºs 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga dispositi-

vos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de junho de 2004, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, e 9.317, de 5 de dezembro de 1996; e dá outras providências”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece Parecer favorável ao Projeto com acolhimento integral das Emendas nº 01 (de teor idêntico ao da Emenda nº 54, que fica, assim, prejudicada), nº 65 (de teor idêntico ao das Emendas nºs 68, 77, 87 e 132, que ficam, assim, prejudicadas), nºs 94, 105, 106, 108, 111, 112, 116 e 118; acolhidas na forma das Subemendas nºs 01 a 07 que se seguem as Emendas nºs 53, 55, 104, 107, 110, 115 e 117; com as Emendas nºs 142 a 150 e 152 a 158 que apresenta (que incluem o acolhimento parcial das Emendas nºs 2, 17 a 20, 24 a 26, 42, 44 a 51, 69, 72, 83, 85, 92, 93, 102, 120, 121, 140 e 141); restando rejeitadas as demais Emendas. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em 04/07/06, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 11/07/06, foi encerrada a discussão da Matéria. Em 28/11/06, após a leitura do novo Relatório, o Presidente concede Vista Coletiva nos termos regimentais. A Presidência concede a palavra ao Relator, Senador Rodolpho Tourinho. Em seguida, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, que comunica a retirada dos Destaques de sua autoria, Eduardo Suplicy, que solicita que os quatro Destaques de sua autoria sejam votados, Osmar Dias, Romeu Tuma, Aloizio Mercadante e Ney Suassuna. A Presidência coloca em votação o Parecer do Relator, ressalvadas as Emendas, que é aprovado por unanimidade pela Comissão. Usam da palavra os Senadores Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Romero Jucá, Osmar Dias e Rodolpho Tourinho. Passando para votação dos Destaques, a Comissão aprova o Requerimento nº 25, que requer destaque para votação em separado da Emenda nº 108, e em relação aos Destaques para Votação em Separado das Emendas nºs 151, 104 e 94, a Comissão rejeita Requerimentos nºs 22, 23 e 24. Portanto, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto com acolhimento integral das Emendas nº 01 (de teor idêntico ao da Emenda nº 54, que fica, assim, prejudicada), nº 65 (de teor idêntico ao das Emendas nºs 68, 77, 87 e 132, que ficam, assim, prejudicadas), nºs 94, 105, 106, 111, 112, 116 e 118; acolhidas na forma das Subemendas nºs 01 a 08 que se seguem as Emendas nºs 53, 55, 104, 107, 110, 115, 117 e 108; com as Emendas nºs 142 a 150 e 152 a 158 que apresenta (que incluem o acolhimento parcial das Emendas nºs 2, 17 a 20, 24 a 26, 42, 44 a 51, 69, 72, 83, 85, 92, 93, 102, 120, 121, 140 e 141); restando rejeitadas as demais Emendas. Sendo assim, a Co-

missão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33-CAE. Usam da palavra os Senadores Osmar Dias, Ana Júlia Carepa, Romero Jucá, Aelton Freitas, Jefferson Peres, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy e Eduardo Azeredo; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2003, não terminativo, que “altera o § 2º do artigo 18 e o artigo 122 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências, restabelecendo as regras originalmente asseguradas aos aposentados que permanecem ou retornam à atividade sujeita ao Regime Geral da Previdência Social”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A matéria é retirada da Pauta a pedido do Relator; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2004, terminativo, que “dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente sobre os veículos automotores que especifica, e dá outras providências”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2005, não terminativo, que “dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem atendimento por telefone, internet ou outro meio similar”, de autoria do Deputado Wellington Fagundes, tendo como Relator o Senador João Ribeiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A apreciação da matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2005, terminativo, que “estabelece normas gerais para a simplificação do procedimento de registro de empresários e pessoas jurídicas no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CCJ e com as Emendas nºs 02 e 03 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005, não terminativo, que “dá nova redação aos incisos I e III do caput do art. 5º e aos incisos I e III do caput do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de

dezembro de 2001 (igual a incidência da CIDE sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação)”, de autoria do Deputado Roberto Balestra, tendo como Relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Em 03/10/06, foi concedida Vista à Senadora Ideli Salvati, nos termos regimentais. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, para estabelecer que parte do produto da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) seja destinada ao município de origem”, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2004, terminativo, que “altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, para incluir a obrigatoriedade de identificação do apostador nas loterias de números administradas pela Caixa Econômica Federal”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2004, terminativo, que “dispõe sobre o emprego de rendimentos auferidos das aplicações, no mercado financeiro, das receitas tributárias da competência dos Estados, Distrito Federal, Municípios e das transferências obrigatórias da União para os entes federados, bem assim dos Estados para os Municípios”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 11/04/06, foi lido o Parecer pela Relatora, sendo adiada a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2006, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para estabelecer limites à cobrança de multa, juros de mora e despesas de cobrança decorrentes de inadimplemento de obrigações de consumidores”, de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2004, terminativo, que “acrescenta dispositivo à Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, para es-

tabelecer o percentual mínimo do produto de arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinado à conservação, recuperação e ampliação da malha rodoviária”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 04/07/06, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2003, terminativo, que “modifica a redação do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7713, de 22 de dezembro de 1988, alterada pelo artigo 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e pelo artigo 30 da Lei nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda das pessoas físicas acometidas pelas moléstias que especifica”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2006, não terminativo, que “altera o art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, para prorrogar, por mais dez anos, a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2003, terminativo, que “autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Fornecedores de Cana-de-açúcar – PROAF – Cana-de-açúcar”, de autoria do Senador Renan Calheiros, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2003, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”, de autoria do Senador Osmar Dias, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica”, de autoria do

Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Jefferson Peres, que oferece Parecer pela rejeição dos Projetos. A apreciação da matéria é adiada; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que “acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica”, de autoria do Senador Almeida Lima, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, incluindo como beneficiário da lei os representantes comerciais”, de autoria do Senador Leonel Pavan; e com o Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2005, terminativo, que “altera a legislação tributária federal para incluir os estabelecimentos de ensino médio entre as pessoas jurídicas passíveis de adesão ao Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, e dá outras providências”, de autoria do Senador Ney Suassuna, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável ao PLS nº 129, de 2003, ao PLS nº 183, de 2003, e ao PLS nº 291, de 2005, nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 17-Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2004, terminativo, que “acrescenta § 6º ao art. 43, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a formação do cadastro positivo nos Sistemas de Proteção ao Crédito”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Gilberto Mestrinho, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CCJ aprovada. A apreciação da matéria é adiada; Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2005, terminativo, que “altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 11.052, de 29 de dezembro de 2004, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores da forma incapacitante de linfangioleiomiomatose pulmonar”, de autoria do Senador Fernando Bezerra, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 02 que apresenta, e com o acolhimento da Emenda nº 01, de autoria do Senador Romeu Tuma. Em 05/09/06, foi lido o Parecer pelo Relator, sendo encerrada a discussão e adiada a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 19-Projeto de Lei do Sena-

do nº 191, de 2006, terminativo, que “concede isenção tributária à Academia Brasileira de Letras, à Associação Brasileira de Imprensa e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e cancela os débitos fiscais dessas instituições”, de autoria do Senador José Sarney, tendo como Relator o Senador Jorge Bornhausen, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 20-Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2004, não terminativo, que “acrescenta o § 9º ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, excetuando a aposentadoria no valor de um salário mínimo do cálculo da renda mensal per capita para a percepção do benefício da prestação continuada”, de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. Em 05/09/06, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna nos termos regimentais. A apreciação da matéria é adiada; Item 21-Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira”, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, tendo como Relator o Senador Flávio Arns, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. A apreciação da matéria é adiada; Item 22-Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2002, terminativo, que “concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual”, de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta, e pela rejeição das emendas nºs 05 e 06 apresentadas pelo Senador Ney Suassuna. Em 02/12/03, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 23-Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2005, não terminativo, que “altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, acrescentando dispositivo sobre a concessão de financiamento para a aquisição de tratores, colheitadeiras, máquinas, implementos e equipamentos agrícolas”, de autoria do Deputado Moacir Micheletto, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer

pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da matéria é adiada; Item 24-Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, não terminativo, que “altera o § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, para incluir a literatura de cordel entre os segmentos beneficiados com a dedução integral do imposto de renda devido sobre as quantias destinadas a doações e patrocínios”, de autoria do Senador Efraim Morais, tendo como Relator o Senador Leonel Pavan, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 25-Emenda nº 01-Plen oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2005, não terminativa, que “reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidentes sobre os produtos que menciona”, de autoria do Deputado Nelson Bornier, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer pela rejeição da Emenda nº 01-PLEN. A apreciação da matéria é adiada; Item 26-Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2001, não terminativo, que “altera a Lei 8036, de 11 de maio de 1990, que ‘dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências’”, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Osmar Dias, usa da palavra para discutir a matéria o Senador Romeu Tuma. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela rejeição do Projeto; Item 27-Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2005, não terminativo, que “dispõe sobre a destinação dos valores havidos ilicitamente pelos agentes públicos e recuperados pelas pessoas jurídicas de direito público ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente”, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 28-Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2006, Complementar, não terminativo, que “define montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal”, de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 29-Projeto de Lei do

Senado nº 237, de 2005, terminativo, que “altera a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para submeter os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia ao regime cumulativo da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. Usa da palavra o Relator, Senador Romeu Tuma e, em seguida, o Senador Romero Jucá, que solicita Vista. É concedida Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 30-Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2006, não terminativo, que “acrescenta art. 2º-A à Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e art. 1º à Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, e art. 2º-D, à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para permitir a concessão dos benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e de Vale-Transporte aos trabalhadores desempregados, durante o período de frequência a curso de capacitação, readaptação ou reciclagem, e dá outras providências”, de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Wellington Salgado, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada. A Comissão aprova, ainda, os itens constantes da Extrapauta, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 241, de 2006, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 30,000,000.00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) – BIRD, destinada ao financiamento adicional ao Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado de Pernambuco (PCPR II)”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Usa da palavra o Relator, Senador Romero Jucá. A Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2003, terminativo, que “altera o inciso III do artigo 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a incluir cinquenta e oito municípios do Estado de Minas Gerais como beneficiários do Fundo de Financiamento Constitucional do Centro-Oeste

(FCO)”, de autoria do Senador Aelton Freitas, tendo como Relator o Senador Wellington Salgado, que oferece Parecer Favorável ao Projeto e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02 apresentadas. Em 23/05/06 foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Usam da palavra os Senadores Wellington Salgado, Valter Pereira, Eduardo Azeredo, Jonas Pinheiro, Lúcia Vânia, Romero Jucá e Antonio Carlos Valadares. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por sete votos favoráveis, cinco votos contrários e quatro abstenções; Item 03-Ofício “S” nº 01, de 2005, não terminativo, que “comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, que o Município de São Paulo realizou, sem a prévia autorização daquela entidade, operação de crédito, relativa ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz, por meio do Aditivo Contratual de 5.2.2004, em desacordo com o artigo 32 da Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000 e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001”, de autoria do Ministério da Fazenda, tendo como Relator o Senador Luiz Otávio, que oferece Parecer pelo arquivamento da matéria, tendo em vista a não caracterização de uma operação de crédito no aditivo contratual firmado entre a Prefeitura de São Paulo e a Eletropaulo. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e três minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura a realizar-se hoje, 5 de dezembro de 2006, às 10h40, na Sala de Reuniões nº 19 na Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa e leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata será publicada no Diário Oficial do Senado.

Comunico aos membros desta Comissão que recebemos os seguintes documentos para conhecimento. Mensagem nº. 236 de 28 de setembro de 2006, da Presidência da República, encaminhando nos termos do inciso I, do art. 7º da Lei 9.069, Relatório de Execução da Programação Monetária referente ao segundo trimestre de 2006. O expediente será posteriormente

encaminhado aos membros da Comissão por meio de Ofício Circular.

Lembro aos Srs. Senadores membros da Comissão que amanhã, dia 6, está convocada uma reunião para uma Audiência Pública com a presença do Ministro de Estado de Minas e Energia, Silas Rondeau, e do Presidente do PETROBRÁS, Sérgio Gabrielle, a fim de prestarem esclarecimentos acerca das negociações com o Governo da Bolívia, no sentido de preservar a integridade dos investimentos, instalações e operações da estatal brasileira na exploração e comercialização do gás natural.

Em atendimento ao Requerimento nº. 57/2006 da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria do Senador Jefferson Peres. Eu pediria que hoje nós tivéssemos também a oportunidade de votarmos alguns projetos, inclusive de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo em vista a pauta que se acumula nesta semana, bem como tem uma mensagem da Presidência da República de um empréstimo externo para o Estado de Pernambuco. Ainda precisa de designação de Relator, são trinta milhões de dólares do Estados Unidos da América e precisa ser votado.

Pauta: Item 1. Projeto de Lei da Câmara nº. 20/2006 não terminativo. Dispõe sobre Administração Tributária Federal. Altera as leis que já foram aqui relacionadas ao longo dessas últimas discussões a respeito do Projeto de Lei que cria a Super-Receita do Brasil.

Autoria, Presidência da República. Relator: Senador Rodolpho Tourinho. Com a palavra o Relator, Senador Rodolpho Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)

– Sr. Presidente, Senador Luiz Otavio, eu, a rigor, não teria nada a acrescentar ao relato que já fiz acerca de 15 dias atrás. Encaminhamos na terça-feira passada, na própria terça-feira, eu quero lembrar só que o pedido de vista foi feito em função de não se conhecer exatamente as poucas modificações que haviam sido feitas entre o Relatório apresentado em junho e o que eu apresentei na semana passada.

Então, naquele mesmo dia na própria terça-feira isso foi viabilizado através de três formas: Primeiro colocado no mesmo dia na minha página eletrônica, em segundo lugar encaminhado aqui pela CAE para cada Senador dessa Comissão e depois também enviado por e-mail para cada Senador dessa Comissão.

Então, eu digo isso porque havia dúvida se teria sido ou não encaminhado. Foi encaminhado na própria terça-feira conforme eu havia prometido. E me coloco aqui agora só para esclarecer alguma dúvida, se for o caso, desde que foi pedido um pedido de vistas cole-

tivo. Eu estou pronto para responder qualquer dúvida que exista.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. Em 4 de julho de 2006 foi concedido vista coletiva nos termos regimentais. Em 11 de julho, encerrada a discussão da matéria. Em 28 agora de novembro, após a leitura do novo Relatório, o Presidente concedeu vista coletiva nos termos regimentais. O Relator já usou da palavra.

Então, vamos à votação do Parecer do Relator. A primeira opção retirando os destaques.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu quero registrar que, primeiro, o excelente trabalho feito pelo Senador Rodolpho Tourinho, que é um especialista na matéria, entende dessa questão, viveu todos os lados do sistema, e sem dúvida nenhuma pôde colaborar com a competência dele e melhorar o texto.

O Governo tinha algumas posições que eram um pouco divergentes. Nós conseguimos avançar e construir um entendimento em diversas matérias... *(soa a campanha)*

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Gostaria de informar aos presentes e aos interessados na matéria, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, não, mas os órgãos de classe que se encontram aqui no Congresso Nacional, no Senado da República, que existe um telão na sala nº. 09 da Ala Alexandre Costa para poder ser acompanhada a Sessão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Então, como eu estava registrando o trabalho do Senador Tourinho propiciou que nós pudéssemos construir um entendimento em diversas questões. E essas questões avançaram bastante.

Então, tendo em vista a construção que foi feita, mesmo o Governo discordando de alguns aspectos pequenos do texto, nós não vamos apresentar nenhum destaque. Nós vamos seguir o Parecer ajustado do Senador Tourinho e votar na completeza da matéria na forma como ele está apresentando. Portanto, qualquer destaque da minha pessoa, eu retiro...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Romero Jucá, V.Ex^a retirando 21 destaques existentes, ficamos apenas com dois destaques do Senador Eduardo Suplicy para serem discutidos e votados. Senador Suplicy, o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, em acordo com o Relator Senador Rodolpho Tourinho, retirou as 21 Emendas apresentadas ao Projeto que cria a Super-Receita do Brasil. V.Ex^a... E apresentou dois destaques. O nº. 22 e o nº. 23.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Eu gostaria que eles fossem considerados.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Então serão mantidos, discutidos e votados os dois... Senador Osmar Dias, logo depois o Senador Romeu Tuma, que precisa fazer uma pergunta, um questionamento ao Relator Senador Rodolpho Tourinho. Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, essa é uma matéria extremamente complexa e que exige conhecimento técnico para se discutir e até para formar um juízo e fazer... E dar o voto para aquilo que seja o melhor para o Brasil.

Eu sinto segurança em votar essa matéria em função de ter como Relator o Senador Tourinho, que é um especialista, um técnico na matéria, e isso nos trazem segurança. Mas efetivamente, como muitos Senadores aqui, eu também tenho dificuldade em entender qual é a decisão melhor para o Brasil. Vou confiar no Relator e consultei o meu partido.

Então, a posição que eu declinar aqui no voto será a posição do meu partido. Porque é uma matéria tão complexa e importante que eu não faria aqui um voto isolado. Trago a posição do PDT em relação a essa matéria, e como eu disse, confiando aqui no Relatório de quem entende da matéria, e que pode, portanto, nos dar sustentação no voto que daremos. E, sobretudo, porque a grande responsabilidade da proposta é do próprio Governo. O Governo é quem fez essa proposta.

Então, como ela será aplicada e quais os resultados dela em benefício dos brasileiros, nós veremos a seguir. Agora, eu fiquei realmente com uma dúvida, uma dúvida que me foi colocada, que se ao aprovarmos da forma que está, se nós não estaremos criando a possibilidade de uma promoção automática para aqueles que não sendo auditores, sendo técnicos, serão praticamente colocados no mesmo nível dos auditores. E se isso não trará problemas futuros, por exemplo, no acesso à carreira principalmente em relação à Receita.

Então, essa dúvida eu tenho. E gostaria de que o nosso Relator, Senador Tourinho, respondesse. Se não houve com essa... Se não haverá com essa aprovação a possibilidade de que os técnicos já sejam automaticamente nivelados com os auditores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Tourinho, vamos ouvir logo a questão de ordem aqui do Senador Romeu Tuma para que nos possamos encaminhar à votação do Projeto, e depois os destaques.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O questionamento do Osmar Dias, o Senador, é importante

a gente ter uma clareza. O Senador Tourinho, a gente tem fé de ofício. Não põe dúvida sobre o seu trabalho permanente nessa área, que é um dos mais competentes na área fiscal e... Mas o que eu quero perguntar, Senador Tourinho, e eu passo a V.Ex^a, se o texto foi consolidado para a análise durante a discussão em Plenário. Se já foi consolidado o texto com o Relatório de V.Ex^a.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)

– Senador Romeu Tuma, o texto já está praticamente consolidado. Existem todas as informações disponíveis, é só se juntar. E normalmente é consolidado e depois de aprovado...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Tourinho, V.Ex^a não quer fazer parte da Mesa? Foi inclusive destacado aqui o seu lugar. V.Ex^a parece que tem alguma diferença com a Mesa ou com...

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)

– Não, não é com a Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Quer demonstrar realmente a sua irritação. Senador Osmar Dias está sentindo muito calor. Talvez por isso que pediu um destaque para ligarem o ar-condicionado. Senador Suplicy, deixe só o Senador Relator sentar para V.Ex^a usar da palavra.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Presidente, só uma coisa, antes de começar...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pois não, Senador Aloizio Mercadante do Estado de São Paulo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Com há modificações no Relatório, eu eventualmente apresentarei um ou dois destaques após a apresentação do Relatório. Só queria registrar essa possibilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Suplicy, V.Ex^a permitiria votar logo o Projeto e passar a palavra a V.Ex^a com os destaques? Só para nós queimarmos etapas?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu estou encaminhando à Mesa um Requerimento para destaque relativo à Emenda nº. 94. E eu gostaria, Sr. Presidente, de...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Então V.Ex^a apresentou três requerimentos?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Exato. Mas avalio que seria importante eu poder fazer aqui indagações sobre três pontos, de tal maneira que quando o Relator, Senador Rodolpho Tourinho usar da palavra, ele possa responder a respeito dessas questões que são dúvidas pertinentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Então V.Ex^a exige que primeiro votemos o Projeto. Discutamos para votar o projeto. Então V.Ex^a pede a palavra para discutir ainda o Projeto?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy para discutir o Projeto.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Perdão, Senador Suplicy, cinco minutos para encaminhar, tendo em vista que já foi vencida a etapa da discussão.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Está bem. Sr. Presidente, há questões de mérito importante relativamente à proposta de unificar os procedimentos de fiscalização e arrecadação para que se institua isso que se denominou a Super-Receita. Há, entretanto, elementos de dúvidas. Como, por exemplo, o Dr. Osíres Lopes Silva tem levantado questões sobre a constitucionalidade dessa proposição.

Por outro lado, nós tivemos ainda a oportunidade na semana passada, ao receber a visita do Ministro da Previdência, Nelson Machado, de ouvir os seus argumentos sobre por que é que seria importante unificar a administração na Super-Receita. Ponderando que, por exemplo, empresas muitas vezes se deparam tendo que atender a fiscalização da Receita, a fiscalização da Previdência e com isso levando a um excesso de atividades que poderiam ser racionalizadas. E do ponto de vista da administração pública, também haveria a duplicação de esforço que poderia ser racionalizada numa única.

Por outro lado, que seria importante ter uma racionalidade maior em as duas administrações sendo unificadas para o propósito comum de bem fiscalizar cada empresa.

Ressaltou, por exemplo, que há situações em que uma empresa está simultaneamente sendo objeto de cobrança de dívida de um lado da Receita e de outro da Previdência, como que numa disputa, sendo que as duas são da União, e isso poderia ser melhor racionalizado.

Há, entretanto, algumas dúvidas que me parecem pertinentes, que foram objeto de preocupação das entidades que tratam com este trabalho, e em especial no que diz respeito a certas proposições que o Relator, Senador Rodolpho Tourinho, colocou.

Então, eu mencionava essas três que são dúvidas importantes. A primeira é referente à Emenda

94, de fraude fiscal com uso de interpostas pessoas ou laranjas.

Cada vez é mais comum a fiscalização da Receita detectar fraudes fiscais em que o verdadeiro interessado realiza atos e negócios jurídicos, contratos (F) sociais, movimentação financeira, cumulação de patrimônio em nome de terceiros ou laranjas. Muitas vezes o laranja é empregado ou funcionário do verdadeiro interessado. A fiscalização tem como objetivo constituir o crédito tributário em nome do verdadeiro interessado, e para tanto deve comprovar quem é o verdadeiro interessado.

Quando o tal laranja é empregado ou funcionário, cabe à fiscalização comprovar a relação de trabalho e desconsiderar o ato ou negócio jurídico fraudulento. Se for aprovada a Emenda como está redigida, tais procedimentos serão praticamente inviabilizados. Uma decisão judicial pode levar anos. Nesse caso, prescreverão direitos da Fazenda Pública antes de ser possível fazer a construção do crédito da forma como deve ser feita. Esse é um ponto.

O segundo ponto é referente à Emenda 108, que inviabiliza a fiscalização das operações de sonegação mais sofisticadas. O estabelecimento de prazo máximo para os procedimentos de fiscalização vai tornar impossível para a fiscalização apurar corretamente os casos mais sofisticados de sonegação. Tomemos como exemplo o mercado financeiro. Fiscalizar a apuração do lucro real de um Banco envolve rever milhares de sofisticadas operações financeiras. A obtenção desses dados, depuração e conferências, são operações tão complexas que a Receita Federal tem delegacias especializadas. Praticamente todas as operações superam o prazo de 180 dias. A maior parte delas ultrapassa o prazo máximo de 12 meses. Da mesma forma as fiscalizações que envolvem informações do exterior são extremamente complexas e demoradas para serem corretamente feitas. Por este motivo foram criadas as Delegacias de Assuntos Internacionais.

Aprovar a Emenda como está, poderia significar empurrar a fiscalização da Receita Federal para as fraudes menos complexas, criando uma área de fiscalização segura para os grandes contribuintes. Trata-se de uma dúvida que acredito pertinente, inclusive, conversei com o Ministro da Previdência, Nelson Machado, a respeito desta questão, e eu agradeço se o Senador Rodolpho Tourinho puder das às explicações de... Será que ele não considera que limitar o processo de fiscalização por um período máximo de 12 meses não irá representar um enfraquecimento da finalidade de fiscalização?

Emenda 110 é o terceiro ponto. A notificação do devedor e abertura de prazos para recurso adminis-

trativo. Hoje a Receita Federal encaminha diretamente para a Procuradoria da Fazenda Nacional os débitos declarados pelos contribuintes que não tenham sido pagos na esfera administrativa. Estes débitos são inscritos em dívida ativa diretamente. Na semana passada o Presidente Lula e o Ministro Mantega afirmaram que é muito importante dar maior agilidade e eficácia à execução judicial da dívida pública. Mas será que esta Emenda, como está, não estaria inviabilizando este esforço? O contribuinte apura e declara o débito. É uma confissão de dívida. A Emenda diz que a Receita Federal deve notificar o contribuinte e esse teria prazo para recorrer administrativamente. Ora, recorrer do débito que ele próprio declarou. Este expediente fará com que a inscrição em dívida ativa possa levar anos para ocorrer, o que vai inviabilizar o esforço que o Presidente afirma ser fundamental para melhorar a arrecadação sem aumentar a carga tributária sobre os contribuintes que cumprem corretamente suas obrigações. Com respeito a...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Suplicy, V.Ex^a poderia...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Vou concluir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Mercadante, me ajude com o tempo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Já concluí, deixando então a explicação para os destaques posteriormente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Relator, Senador Rodolpho Tourinho. Com a palavra então o Senador Ney Suassuna, o Relator não tem nada contra. Senador Ney.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Muito obrigado, Sr. Relator de não ter nada contra. Sr. Presidente, a Emenda 94 eu ia pedir destaque dela. No entanto, eu consultei. São 62 Senadores que assinaram. Eu sou o primeiro deles. Analisando, e ela foi acatada, e analisando essa colocação dos Srs. Senadores que são contra a retirada, analisando que isso já estava no Código Civil, isso já estava colocado em diversos outros... Diversas outras leis, eu resolvi não fazer do destaque, e acompanhar a maioria dos Senadores, dos sessenta e tantos Senadores que preferem que a lei, no caso a Constituição Federal no art. 114, Item 7º, diz que só a justiça e o Juiz poderiam fazê-lo. E também o art. 50 do Código Civil.

Então, se essas cartas maiores determinam isso, não há porque a gente não fazer valer o que é lei.

Por esta razão, retiramos o destaque e concordamos não só com a maioria de todos... Porque esse

debate foi um debate grande, Sr. Relator. Só para ter uma idéia, eu procurei ver se a gente achava uma outra redação que desse conforto aos fiscais e desse conforto ao empresariado. Não encontramos. Nem um lado, nem outro lado encontraram outra solução. Por essa razão, mantemos a Emenda uma vez que a vontade da maioria dos 62 Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Relator. Senador Aloizio Mercadante com a palavra.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Rodolpho Tourinho, eu não tive a oportunidade de negociar pessoalmente com o Senador a matéria, e sou aqui testemunha da dedicação e do aprofundamento que V.Ex^a teve ao longo de todo esse período para negociar o Projeto. Portanto, eventuais diferenças eu apresentarei no momento subsequente. Mas eu queria pelo menos alguns pontos que me parecem essenciais, saber o posicionamento de V.Ex^a.

Primeiro, a possibilidade de compensar dívida previdenciária com um débito, com receita fiscal. Porque eu entendo que o sistema de seguridade ele tem um orçamento próprio e isso representa em última instância patrimônio dos trabalhadores. Eu acho que nós deveríamos manter a vedação que a Câmara introduziu nesse dispositivo. Me parece uma questão relevante.

Segunda preocupação, em relação à notificação da dívida ativa. Para que isso não se transforme em mais uma matéria protelatória. Nós temos aí montanhas de recursos de dívida ativa, se não me engano só a Receita Federal são mais de trezentos bilhões de reais, e que não são recuperados, é um prejuízo monumental para o tesouro, e esse é um tema, anos e anos para conseguir inscrever a dívida ativa, um débito, e essa é uma das razões, inclusive, do alto nível de sonegação e prejuízo, sobretudo, para aqueles que pagam de forma correta os seus tributos ao fisco.

A terceira preocupação que eu teria é em relação ao prazo para implantar esse processo de integração. Eu acho que nós precisamos de um prazo na lei para que de fato as coisas possam ser discutidas com tranquilidade, com calma, com eficiência. São duas estruturas muito pesadas e acho que há pleitos, inclusive, do ponto de vista do funcionalismo que são legítimos, prerrogativas de carreiras, expectativas de função que precisariam ser feitas com a devida cautela. E, além disso, existem algumas... Alguns dispositivos do código do contribuinte que foram acrescidos ao Projeto, aos quais eu tenho divergências e farei... Quer dizer explicitarei numa instância posterior para não prejudicar a tramitação da matéria, sei do empenho do Líder Romero Jucá em relação a essa ques-

tão, mas nós temos outros momentos da votação que eu eventualmente voltarei a discutir, porque não me parece adequado alguns dispositivos. Mas esses três pontos são os que mais eu daria ênfase e gostaria de saber a avaliação de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho, Relator da matéria.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu quero responder por ordem aqui das colocações que foram feitas ao Senador Osmar Dias.

Primeiro lugar, agradecendo a confiança expressada por ele no meu trabalho e também do partido dele. E também assegurar a ele, pelo menos do nosso ponto de vista, a preocupação do Senador Osmar Dias é basicamente em relação a duas categorias que existem tanto na Previdência quanto na Receita, como existem nas Receitas Estaduais que é a questão, digamos, da parte técnica, ou em alguns lugares chamada agente de tributos com os auditores. Se isso não estaria, em bom português, propiciando uma elevação ou geral de salários, ou um “trem da alegria” como era chamado no passado.

Acho que essa deve ter sido uma preocupação do Governo, de não fazer isso. Não há nenhum indício que isso esteja acontecendo ou que venha a acontecer. No meu entendimento não há nenhum artigo que se permita que isso venha acontecer. O que o eu acho importante notar é que essas duas carreiras, a carreira do técnico e a carreira do auditor elas foram, primeiro, a carreira do técnico era uma carreira de nível médio. E também estou tomando o exemplo das Receitas Estaduais, das Secretarias de Fazenda Estaduais, e a Receita do auditor era... A carreira do auditor era de nível universitário. Ora, ao longo do tempo, o que ocorreu é que em termos de preparo, as pessoas que ocuparam os cargos técnicos passaram também a ter por mudanças gerais na própria sociedade, a ter curso universitário. E hoje até em alguns lugares já se exige que mesmo na carreira do técnico seja curso universitário.

Com a própria utilização da informática em toda a Receita, quer a Receita Federal, Estaduais, é evidente que essas coisas mudaram e precisam ser discutidas. Agora, respondendo objetivamente eu não vejo nenhum sinal de qualquer coisa que esteja sendo feita para beneficiar a carreira dos técnicos. Apenas esclarecer aquilo que acontece hoje. Depois respondo ao Senador Eduardo Suplicy, inicialmente colocando pontos de constitucionalidade que foram aqui discutidos também. Eu pelo menos estou convencido não haver essa inconstitucionalidade, mas creio que o lugar principal

para definir se há ou não qualquer inconstitucionalidade como em qualquer outro Projeto é na Comissão de Constituição e Justiça, para onde esse Projeto da Super-Receita irá após a CAE.

Três pontos foram colocados pelo Senador Eduardo Suplicy, e aí já estaria respondendo aos próprios destaques que foram feitos por V.Ex^a.

Primeiro, a Emenda 94. A Emenda 94 é aquela que não permite que a própria Receita faça nenhum julgamento de desqualificação de pessoa jurídica e pessoa física. Entendendo-se que isso só pode ser feito pela justiça. Não há nenhum aspecto específico nessa questão de fraude fiscal. Acho que a coisa é mais ampla. Essa questão de se julgar, de fazer o julgamento, de desqualificar pessoa jurídica tornando-a pessoa física, isso no nosso entendimento deve ser feito pela justiça.

Esse, aliás, também é o entendimento... E aí já respondendo também ao Senador Ney Suassuna, é o entendimento de 62, pelo menos 66 Senadores que apoiaram essa Emenda. E nós entendemos que esse tem sido um problema sério. E é preciso então qualificar o que é essa questão desqualificação desse ato jurídico.

O segundo ponto é a questão do prazo máximo para fiscalização. O que existe hoje, Senador Suplicy, é que não há nenhum tempo fixando, limitando a fiscalização. Não existe. Pode levar anos e anos nesse processo de fiscalização. Às vezes se estendem por um, dois anos, e os prazos que são oferecidos para o contribuinte também são muito pequenos. O que se procurou dar nesse caso é um prazo. Agora, se a Receita julga que esse prazo não é o prazo ideal, que precisa ser alterado, eu acho que isso depende aqui da votação. Mas pelo menos nós partimos de um prazo de zero para um prazo de um ano. Se a Receita julgar que isso não é o ideal, através da liderança do Governo, isso pode ser negociado aqui ou na CCJ. Mas eu entendo que deva ter um prazo. Algumas coisas são importantes na discussão desse Projeto, que, aliás, isso não é um Projeto meu, é um Projeto do Governo. Isso é um Projeto do Governo Federal. Eu apenas sou o Relator, e procurei ao longo que estou com esse Projeto, praticamente quase um ano, buscar ouvir todas as áreas envolvidas.

Fizemos Audiências Públicas, além de Audiências Públicas recebi no meu Gabinete todos os sindicatos, mais de uma vez, o Projeto trazia em si muitos conflitos de classe, muitos que existiam, existiam posições divergentes dentro do próprio Governo. Nós procuramos tirar tudo isso e apresentar, afinal, em junho, uma posição que era uma posição praticamente final sobre o projeto. Foi feito de junho para cá. Apenas não foi

votado em junho, porque entendia-se que no período eleitoral não seria conveniente. As modificações que foram feitas agora e já distribuídas para todos foram muito poucas. De forma que eu quero deixar claro aí que esse é um Projeto que chegou aqui com muito problema. Nós tivemos a preocupação de olhar o lado do contribuinte. Eu acho que está na hora e já tarda esse tipo de providência de se olhar o lado do contribuinte. Evidentemente isso tem que ser cada vez mais negociado com a Receita Federal, mas tem que se olhar o lado do contribuinte. Não é só se fazer a Super-Receita.

Eu quero lembrar que o Projeto do Código de Defesa do Contribuinte está aqui no Senado há sete anos. Desde 99 ele está aqui, e foram feitas discussões ainda no outro Governo, com Everardo Maciel, com o Ministro Mallan, nesse Governo, de forma que eu creio também que é hora de se pensar nessa questão do contribuinte. De mesma forma que introduzimos um outro ponto aqui que julgamos importantes, discordando do Governo, em relação aos servidores. Aquela posição de deixar os servidores fixados, sobretudo, os da área administrativa, e alguns também da Procuradoria e da Receita, e não redistribuídos, nos parecia uma situação não só incomoda para o servidor, mas, sobretudo, injusta e trazendo insegurança jurídica e pessoal muito grande para eles, introduzimos também essas modificações, e imaginamos que elas devam ser sempre mantidas para que você tenha da melhor forma possível o funcionamento desse novo órgão.

O terceiro ponto colocado pelo Senador Suplicy é a Emenda 110, de inscrição em dívida ativa. O que existe e foi colocado é que se não houver uma notificação prévia para o contribuinte, tendo em vista problemas que existem no preenchimento de documentação dos débitos e créditos tributários federais e do DARF, isso às vezes ocorre, é apenas uma cautela que eu acho que pode até funcionar em benefício do próprio fisco, porque aquilo que está sendo colocado em dívida ativa já não haverá nenhum tipo de contestação. A idéia é essa. Não se quer atrasar nenhum processo de inscrição em dívida ativa. Não se quer absolutamente isso. O que se quer dar no fundo também é celeridade, mas com segurança.

Esses são os pontos colocados pelo Senador Suplicy em relação aos destaques, e do Senador Mercadante, em primeiro lugar é a Emenda 104, é a possibilidade de compensação. O nosso entendimento desde a hora que nós estamos tratando e centralizando todos os tributos federais, apesar de terem naturezas diversas, como tem a contribuição previdenciária. Mas assegurado que vai para o orçamento da Previdência, nós demos também aí um prazo para a adaptação dis-

so. São dois anos para se verificar essa possibilidade e como fazer essa compensação.

O segundo ponto colocado pelo Senador Mercadante eu já me referi, é a Emenda 110, e o terceiro ponto colocado também agora pelo Senador Mercadante, que era o prazo para a implementação, para que houvesse uma integração dessas áreas todas, eu friso que esse é um Projeto do Governo, que não veio com nenhum tipo de prazo para a implantação, e admiti eu, que não há necessidade desse prazo, desde que o próprio Governo ache que pode entrar em vigor imediatamente.

Eu creio ter, Sr. Presidente, tirado ou pelo menos colocadas as questões aqui relativas às dúvidas que foram colocadas pelos Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Em votação o Projeto. Com os destaques para serem votados posteriormente. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Senador Pedro Simon, pela ordem. Antes de votarmos, vamos ouvir o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, eu lamentavelmente estou chegando... Eu não... Eu cometi a imprudência de vir hoje cedo, saí às seis horas e chegava aqui às nove. Devia ter vindo ontem de noite. A gente tem que ver que ou tu vens de carro ou tu vens dois dias antes para poder chegar. Então não posso nem reclamar. Mas eu apenas vejo, apenas para constatar, que desde a última reunião, que eu deixei minha Assessoria preparada para receber os estudos e poder analisar aqui. Mas eles só foram distribuídos ontem, Sr. Presidente. Quer dizer, a parte mais importante que a gente podia realmente ter, que é a comparação feita, eu recebi...

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, o Relator Senador Rodolpho Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Senador Pedro Simon, eu tinha esclarecido aqui antes, nós distribuímos aqui o Relatório, conforme foi solicitado por V.Ex^a na última terça-feira, nós distribuímos na própria terça-feira. Distribuímos o Relatório aqui pela CAE, fisicamente, distribuímos esse Relatório também enviando por e-mail, no mesmo dia na terça-feira, e ainda assim avisamos que estava na minha página eletrônica. Foram três formas que foram colocadas na terça-feira.

Então, eu só quero colocar isso, independente das dúvidas que existam, para dizer que eu cumpri com a minha palavra de colocar naquele dia à disposição dos Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Pedro Simon, eu pediria a V.Ex^a. talvez completasse o que o Senador Rodolpho Tourinho que nós vamos votar o Projeto agora. E logo os destaques, já temos três destaques. Vamos discutir os destaques, e votaremos depois dos destaques. Depois da votação, esse Projeto ainda segue para a Comissão de Constituição e Justiça. Apenas para V.Ex^a realmente acompanhe desde o início, como foi feita a Sessão de hoje.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – A não ser que ele me permita aqui um aparte, mas é referente à observação que o Senador Rodolpho Tourinho há pouco fez, referente ao prazo máximo de fiscalização. Eu conversei, tendo em conta a sua ponderação, de que se o Governo considerar que um prazo maior seria mais... Se o Governo considerar adequado um prazo maior do que o de 12 meses, que V.Ex^a estaria disposto a considerar.

Então, eu perguntei à Assessoria do Ministério da Previdência se eles considerariam um prazo maior até dois anos em vez de 12 meses, ou 24 meses, e eles disseram que isso seria considerado mais razoável, mais de bom senso.

Então, pergunto a V.Ex^a se aceitaria que ao invés de 12, colocasse 24 meses. Já seria um passo no sentido de um entendimento.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Senador Suplicy, eu entendo que o que se quer nesse momento é colocar determinados aspectos relativos à defesa do contribuinte. Quando se coloca um prazo é exatamente para não ficar em aberto. Agora, se a Receita julga que esse prazo de 180 mais 180, ele não é o ideal, e eu entendo que a Receita tem competência para julgar isso e deve julgar, eu evidentemente que acataria essa posição. Passaríamos para um ano, mais um ano. Se isso facilita realmente esse entendimento acho que é importante ouvir a Receita. E eu acataria isso. Daria meu Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Suplicy, a palavra...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pela ordem Senador Romero Jucá. Senador Pedro Simon, V.Ex^a... Então com a palavra o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Só pela ordem para registrar, já que o Senador Tourinho concorda com a colocação do Senador Suplicy, nós apoiariamos e retificaríamos o prazo para 12 meses, mais 12 meses. Portanto, fica fechado o entendimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O que eu entendi, ele concorda com o aumento do prazo, mas com o prazo determinado pelo Suplicy. Consultar o Ministério da Fazenda. Foi o que eu ouvi aqui. Não fechando ainda o acordo.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)
– Olha, eu acho que pode vir da Receita. O Noronha está aqui e nós discutimos inclusive esses aspectos da Super-Receita na segunda-feira passada lá na FIESP, o Noronha estava presente, e acatamos a posição da Receita. Foi sempre essa posição de negociar, mas sempre olhando algumas coisas que não tinham vindo no Projeto. Primeiro a questão do contribuinte, depois não nessa ordem necessariamente, a questão do servidor público fixado e também desse relacionamento que hoje é muito ruim. Isso é que é preciso se esclarecer. Em algumas áreas entre técnicos e auditores. É preciso reconhecer que esse problema precisa ser analisado e discutido não é aqui. Lá na Fazenda ou na Super-Receita, onde for. Mas o problema existe.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, a liderança do Governo encaminha o posicionamento condizente com o Senador Tourinho. Se o Senador Rodolpho Tourinho entende que o prazo pode ser aumentado, o Governo acompanha tanto a Receita Federal quanto o Ministério da Previdência, portanto pode passar para 12 meses mais 12 meses, atendendo ao Senador Suplicy com aquiescência do Senador Tourinho. Quero registrar se o Parecer do Senador Tourinho fosse contrário, nós acompanhá-amos o Senador Tourinho porque temos um acordo de entendimento de votação para cumprir aquilo que foi acordado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Então V.Ex^a retira os destaques?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Não, eu fiz a sugestão. V.Ex^a aceitou. Então, se ele aceitou está aceito.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Então retiramos os destaques e votamos o Projeto como o...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Referente a um dos pontos. Esse prazo referente a esse ponto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – 108. Qual é o 108 aqui? Ok então? Então, o Senador Suplicy retira o 108, e ficamos com dois destaques. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, só para esclarecer quem está vendo a TV Senado. É que o Senador Tourinho continua no PFL, portanto é da oposição, e o Senador Suplicy continua no PT. É Senador do Governo.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Embora pareça o contrário.

(risos)

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)
– Senador Osmar Dias, eu devo lhe responder o seguinte. Ao longo... Eu encerro o meu mandato... Estou encerrando meu mandato. Mas ao longo desses quatro anos o que procurei sempre foi olhar não questões de Governo ou de oposição, mas procurei sempre olhar aquilo que fosse melhor para o meu País.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – E só para complicar mais um pouco, na verdade o Senador Suplicy não apresentou esse destaque. Continuam os três. Esse era um outro que ele estava e pensando, mas não tinha apresentado ainda. (risos) Então permanecem os três.

Então, em votação o Projeto. Os Srs. Senadores que concordam, ressalvados os destaques, permaneçam como se encontram. Aprovado o Projeto com o Relatório do Senador Rodolpho Tourinho, por unanimidade, ressalvado os três destaques. Votaremos agora os destaques. Requerimento nº. 22. Requer nos termos do art. 312, inciso II Regimento Interno do Senado Federal destaque para votação em separado da Emenda nº 151 ao Projeto de Lei da Câmara nº. 20/2006 que cria a Super-Receita do Brasil. 151 destacado. Votamos logo? Com a palavra o Relator... São três destaques.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)
– Eu entendo aqui que são os três destaques feitos pelo Senador Suplicy.

Bom, o segundo que é a Emenda 108 chegamos ao acordo, o terceiro ponto é a questão da inscrição em dívida ativa... Eu não creio que isso seja um ponto tão importante. Quando você quer assegurar a celeridade e que essa inscrição seja feita de uma forma correta para que possa ser executada. Seria contra isso, mas não tem nenhum problema em rediscutir esse assunto também se a Receita julgar esse ponto, eu creio que não tem muita razão.

E o ponto da 94, que é a Emenda que modifica ou que faz com que... Permite a desconsideração da pessoa ato ou negócio jurídico que implica em reconhecimento de relação de trabalho, com ou sem vínculo empregatício, deverá sempre ser precedida de decisão judicial. Eu mantenho meu ponto de vista, que é preciso deixar claro o limite de atuação da autoridade fiscal que não pode se sobrepor à competência do Poder Judiciário, que esse é que é capaz e tem a capacidade de julgar uma desconsideração. Tornar uma pessoa jurídica e uma pessoa física. Eu mantenho também meu Parecer contrário com relação a esse destaque.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Tourinho, permita um questionamento? Que não impede que se recorra à justiça. Havendo a decisão que contraria o interessado, não há impedimento de recurso à justiça.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – O recurso a justiça existe sempre em qualquer ato...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pela ordem o Senador Romero Jucá, depois o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma solicitação. Já que os três destaques têm Parecer contrário, que os três pudessem ser votados em globo, já que o mesmo, todos têm o Parecer contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Aloizio Mercadante, com a palavra.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sobre essa questão, eu entendi que o Senador Tourinho é contrário à Emenda apresentada pelo Senador Suassuna.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – A favor.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Não, não. Sou a favor dela.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu queria, no entanto, registrar a minha preocupação...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – O destaque é que o Senador Suplicy apontou é para retirar. A proposta do Senador Rodolpho Tourinho é para manter a Emenda.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Apesar do expressivo apoio que a Emenda recebeu, eu acho que nós devíamos manter aberta a negociação sobre esse tema, e buscar uma forma de redação que não prejudique a autoridade tributária, fiscal, no seu trabalho de fiscalização de relações de trabalho.

Nós poderíamos manter aberta a negociação para ver se até a votação em Plenário a gente constrói um texto mais, eu diria, convergente, mais consensual. Porque me parece que é um tema bastante sensível.

Quero lembrar que esse tema já apareceu no passado, foi objeto no mesmo impasse, posteriormente nós chegamos... A Receita tinha demonstrado disposição de buscar uma solução que ela não apresentou, portanto acho que o Senado está apresentando a Emenda, porque não se viu contemplado no compromisso que tinha firmado com a Receita Federal de buscar uma solução, e até o Plenário, eu particularmente

vou me dedicar para tentar buscar uma redação que seja mais equilibrada e que a gente possa definitivamente superar essa questão preservando o papel da Receita na fiscalização dos contratos de trabalho, na defesa da Receita, sem prejuízo, evidentemente, daqueles profissionais que optam por essa natureza de contrato trabalhista.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Senador Aloizio Mercadante, nós buscamos que tanto a liderança de um lado quanto do outro, ou seja, o Governo e as lideranças das várias categorias apresentassem uma redação mais palatável. Não tivemos sucesso. São 66 Senadores que assinaram. Eu, inclusive, pensei até em fazer um destaque, retirando para dar essa oportunidade. Mas quando a gente lê a Legislação pertinente, vê que a liberdade de iniciativa é um princípio constitucional que assegura a todos o poder de organizar os seus próprios negócios, conforme lhes sejam convenientes. É o art. 170 da Constituição Federal. A gente vê também que a liberdade de contratar é exaustivamente tratada no Código Civil, art. 421 e outros. Que a Constituição Federal no seu art. 114 inciso VII atribui expressamente a Justiça do Trabalho competência e exclusiva para compor os conflitos decorrentes da relação do trabalho, inclusive para reconhecimento de vínculo empregatício. E nós vemos ainda que somente o Poder Judiciário nos termos dispostos no art. 50 do Código Civil, é competente para proceder a desconsideração da personalidade jurídica. Houve reuniões exaustivas também dentro das categorias. Tanto a Previdência quanto os fiscais da Receita estão de acordo. Isso foi um ponto pacífico entre eles. A discordância está na área de trabalho.

Nós procuramos essa redação. Não encontramos. Nós fomos aos Senadores que assinaram, e a grande maioria, a maioria esmagadora não quer a retirada. Por essa razão nós não apresentamos o destaque e sugerimos que seja votado o Parecer favorável do Relator. Essa foi a nossa colocação imparcial. Temos a oportunidade de fazê-lo ainda na Comissão de Constituição. Estou de acordo que a gente busque uma relação. Agora, que o Relator está cumprindo a Legislação que existe, tanto a constitucional como a infraconstitucional não temos dúvida. Isso está claro, pacífico, transparente na Legislação que existe no País.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Em votação então os três destaques oferecidos pelo Senador Eduardo Suplicy, conforme

o líder do Governo pediu que fossem votados em conjunto...

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)

– Pela Ordem, Sr. Presidente. A votação não poder ser em conjunto, desde que nós acordamos. Então, não poderemos votar contra no segundo. Que é a mudança do prazo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR)

– Tem um que tem o Parecer favorável e dois que têm Parecer contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO

(PMDB-PA) – Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado pelo Relator que acatou a Emenda do Senador Eduardo Suplicy, que é a Emenda nº. 108. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Agora vamos votar os destaques que o Relator, Senador Rodolpho Tourinho é contrário e mantém o seu Relatório.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR)

– A liderança do Governo encaminha o voto junto com o Senador Tourinho, portanto contrário ao destaque.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB)

– O PMDB também.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO

(PMDB-PA) – Os Srs. Senadores que concordam com o Parecer do Senador Rodolpho Tourinho, que rejeitam as outras Emendas apresentadas pelo Senador Eduardo Suplicy permaneçam como se encontram. Aprovado o Parecer o Senador Rodolpho Tourinho. Que mantém...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP)

– Eu voto a favor das Emendas que apresentei.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO

(PMDB-PA) – Voto vencido. Senador Pedro Simon vota com o Senador Eduardo Suplicy. A matéria está aprovada. Passamos ao outro Item.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO

(PMDB-PA) – Pela ordem o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)

– Sr. Presidente, é que eu sou Relator do Item 16 que tem três Projetos. Projeto do Senador Almeida Lima, Leonel Pavan e Ney Suassuna. São projetos que tratam das contribuições das micro e pequenas empresas. Como nós aprovamos o Super Simples, o Projeto na semana passada, eu peço a retirada desse Item 16 para que eu possa analisar novamente os projetos sob à luz do Projeto aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO

(PMDB-PA) – Solicitação de V.Ex^a. atendida, retirada do Item 16 a pedido do Senador Osmar Dias do PDT

do Estado do Paraná. Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa, eleita Governadora do Estado do Pará.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA)

– É só para um esclarecimento. Em relação à questão que o Senador Mercadante colocou que era a Emenda que o Senador Ney Suassuna não justificou, mas está garantido o destaque para a retirada da Emenda.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR)

– Não, não. Essa matéria já foi votada. Foi votado contrário o destaque, nós já encerramos a votação da Super-Receita. Agora vai à CCJ.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA)

– Mas nós vamos ter chance, então, de retirar...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR)

– Lá e no Plenário também.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA)

– No Plenário. Essa questão sim. Relator, eu concordei com muitas coisas. Mas essa parte não.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR)

– E ele com você também.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA)

– Eu sei que ele concordou, mas só “umazinha” que eu não concordei com ele.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG)

– Pela ordem, Senador Aelton Freitas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO

(PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Aelton Freitas. Senador Romero Jucá, V.Ex^a não tem porque impedir que o Senador Aelton Freitas fale.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR)

– Eu só quero pedir a V.Ex^a colocar nas prioridades a matéria que eu sou Relator que trata do empréstimo do Governo de Pernambuco que V.Ex^a falou no início da Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO

(PMDB-PA) – Encerrarei esta Sessão sem incluir e votar o Projeto que o Senador Rodolpho Tourinho incluiu. O pedido de V.Ex^a só será acatado... Porque como V.Ex^a é de Pernambuco, eu tenho que ceder a esta pressão de Pernambuco por inteiro. Senador Aelton, com a palavra.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG)

– *(pronunciamento fora do microfone)*... até o Triângulo Mineiro. Do Triângulo Mineiro no FCO.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO

(PMDB-PA) – Incluído em pauta também.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO

(PMDB-PA) – Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM)

– Sr. Presidente *(soa a campanha)*

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Eu pediria silêncio para ouvirmos o Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, eu sou suplente nessa Comissão, o Senador titular está presente mas era outro assunto. Cheguei atrasado. Eu me pergunto, por isso eu não sei, V.Exª deu ciência à Casa de que amanhã estarão aqui o Ministro de Minas e Energia acompanhado do Presidente da PETROBRÁS?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Já foi inclusive lido no início da Sessão, o expediente da proposta de V.Exª, Senador Jefferson Peres, de uma Audiência Pública amanhã com a presença do Ministro Silas Rondeau de Minas e Energia e o Presidente da PETROBRÁS, Sérgio Gabrielle, às 15h, porque realmente temos outros compromissos e vamos confirmar para às 15h a reunião.

O Ministro tem que almoçar, nós temos que almoçar, não podemos também deixar... Amanhã. Pela ordem o Senador Eduardo Suplicy. Antes, Senador Eduardo Suplicy. Antes, Senador Suplicy, V.Exª já teve oportunidade de falar várias vezes hoje, e o Senador ACV, Senador Antônio Carlos Valadares, ainda não ouvimos.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Muito obrigado a V.Exª. Sr. Presidente, é apenas para dar maior esclarecimento, maior orientação na distribuição da pauta. Por exemplo, aqui nós temos índice da 30ª Reunião. Só temos os Projetos dizendo se os projetos são terminativos ou não. Eu gostaria que V.Exª orientasse aí a Assessoria no sentido de colocar ainda alguns dados. Por exemplo: O autor e o Relator. Porque aí a gente sabe que tipo de projeto se trata.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Secretário, Dr. Gonzaga, pela primeira vez V.Exª esqueceu de colocar o nome do autor e do Relator.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sim, mas a gente tem que consultar a pauta internamente. Se for para consultar internamente, então não precisava. Estou falando no cabeçalho, logo na frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Estão dentro. Em todas as páginas. Mas a partir de hoje serão incluídos...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – No próprio índice. No próprio índice colocar o autor e o Relator. Agradeço a V.Exª e ao nosso Gonzaga.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – O Secretário Gonzaga vai incluir na pauta

também no índice. Senador Suplicy, V.Exª parece que está com um pouco de raiva. Pode falar.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Não. Senador Luiz Otavio, na imprensa hoje é informado que o Ministro Guido Mantega, da Fazenda, estará comparecendo ao Senado no dia 20. Agradeceria se talvez o Líder do Governo, Romero Jucá e V.Exª, pudessem esclarecer para que estejamos todos informados. Se trata de um comparecimento para expor todos os planos da área econômica, exatamente é isto?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – É, ele vai aproveitar. Houve um convite aprovado pelo Plenário do Senado, e será no Plenário do Senado, inclusive, já autorizado pelo Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, a presença do Ministro Guido Mantega, que foi agendado por ele, foi transformado num convite, ele confirmou o convite, e marcou a data que ele fará um Relatório a respeito dos quatro anos de Governo do Presidente Lula e abordará, com certeza, a questão do crescimento, da relação do PIB, crescimento econômico, e as metas do novo Governo e do próprio Ministério da Fazenda para 2007.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Fui eu, foi de minha autoria o Requerimento convocando o Ministro Mantega...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Aí foi transformado em convite.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – ...que marcou a data. Para esclarecer o Senador Eduardo Suplicy, é para discutir, é claro a situação atual do País, mas principalmente as medidas que estão sendo propostas para dar novos rumos à economia do País no segundo mandato do Presidente Lula. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Exatamente, Senador Jefferson Peres.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Extrapauta. Votamos logo o empréstimo de Pernambuco ou vamos em frente com a pauta? Senador Eduardo Azeredo, com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – É só para pedir a retirada de pauta do Item 2, a pedido do autor, Senador Paulo Paim...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Será retirado de pauta o Item 2, a pedido do Senador Eduardo Azeredo.

Senador Pernambuco. Nós temos dois Extrapauta aqui. Rapidinho.

Item 1. Mensagem do Senado Federal, 241/2006, não terminativo, que propõe ao Senado Federal que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil no valor de 30 milhões de dólares dos Estados Unidos, de principal entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD.

Autoria, Presidência da República. Relator, Senador Romero Jucá. Com a palavra o Relator.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, esse Projeto prevê, como V.Exª bem ressaltou, o empréstimo de 30 milhões de dólares do BIRD para o Governo de Pernambuco para o Projeto combate à pobreza rural. É um programa que já está em andamento, vai atender a 80 mil famílias, e, portanto, o Parecer é favorável, já que esse Projeto ele atende todos os preceitos da Legislação a quem deve se submeter. Portanto o Parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu solicito urgência da matéria para o Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – O Senador Romero Jucá solicita votação de pedido de urgência. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado a urgência ao financiamento de empréstimo externo ao Governo do Estado de Pernambuco.

Item 2. Projeto de Lei do Senado 277/2003, terminativo. Esse é terminativo. Altera o inciso III do art. 5º da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, a incluir 58 Municípios do Estado de Minas Gerais como beneficiários do Fundo de Financiamento do Centro-Oeste. Senador Aelton Freitas, o autor, e o Relator é o Senador Wellington Salgado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, que Item é esse?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Item extrapauta. Item 2.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ah, por isso que não está aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Quer relatar? Fica mais fácil. Ao invés de encaminhar. O Senador Eduardo Azeredo, então, vai ser o Relator *ad hoc*, tendo em vista a ausência

do Senador Wellington Salgado. Está aqui. Manda lá o Projeto inteiro. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, o Projeto do Senador Aelton Freitas, ele trata exatamente da inclusão de Municípios mineiros aqui da redondeza de Brasília no Fundo Constitucional do Centro-Oeste. É um Projeto que busca trazer um tratamento igualitário. São Municípios que fazem parte aqui da Região do Noroeste Mineiro, do Triângulo Mineiro, alguns também da Região Norte.

O Relatório do Senador Wellington Salgado é favorável na medida em que ele coloca que os Municípios dessas regiões são realmente Municípios do Centro-Oeste.

Então, é de justiça que ao tratarmos do Fundo do Centro-Oeste, que incluamos também esses Municípios da região mineira do Centro-Oeste. O Projeto é do Senador Aelton Freitas, e o Parecer é, portanto, favorável. Quero também encaminhar favoravelmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Em discussão. Para discutir o Senador Valter Pereira. Do PMDB do Mato Grosso do Sul.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – (*pronunciamento fora do microfone*)... E ao tomar conhecimento de um Projeto que interfere diretamente em recurso da Região Centro-Oeste, que represento, gostaria de aprofundar o meu conhecimento sobre o assunto e pediria vista neste Projeto, se fosse pertinente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Tem um problema. Já foi solicitado vista no dia 23 de maio de 2006. Foi concedido vista coletiva nos termos regimentais. O Projeto, Senador Valter Pereira, inclusive é terminativo. Então ele é votação nominal. Se assim V.Exª... Já que não podemos conceder outro pedido de vistas, mas...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Só fazer um apelo ao Senador. Na verdade, não há nenhum prejuízo para os Municípios de Mato Grosso, Senador. É a inclusão de Municípios mineiros que estão... Lindeiros no Centro-Oeste, a possibilidade de incluir. Na verdade, não há nenhum prejuízo para os Municípios de Mato Grosso.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Mas veja o seguinte, Senador. Se é um Projeto que vai estender o benefício do Fundo do Centro-Oeste para um Estado que não está incluído nesta região, é difícil entender essa matemática de como que vai estender o benefício sem tirar da Região Centro-Oeste. Essa operação que é o complicado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Não retira. Você está incluindo mais Municípios que têm as mesmas características da região. A divisão centro-oeste não é uma divisão que seja... Uma divisão estática. Você tem Municípios de Minas Gerais do Triângulo Mineiro que fazem parte da Região Centro-Oeste. Não geograficamente, mas na prática fazem parte. E colaboram, inclusive, para o progresso da região centro-oeste, para o seu Estado do Mato Grosso, os Municípios mineiros colaboram também para a economia desses Estados.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Veja o seguinte, Senador. Eu não tenho nenhuma restrição até porque eu não aprofundi. Com a anuência de V.Ex^a, se fosse o caso, eu aprofundaria e viria talvez com disposição de votar a favor.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– *(pronunciamento fora do microfone)*

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)

Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO

(PMDB-PA) – Senador Jonas Pinheiro com a palavra.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu me reservo então para tomar uma posição em Plenário.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, esse Projeto, a primeira vez que veio a esse Plenário, nós discutimos esse Projeto. E naquela oportunidade o Senador Aelton deixou bem claro que a fonte da idéia desse Projeto nasceu de uma viagem que ele fez com o Presidente Lula. E o Presidente Lula garantiu a ele que ao apresentar o Projeto, teria recurso novo para atender essa região do Triângulo Mineiro do Estado de Minas. Não estaria envolvendo de forma nenhuma o Projeto que constitucionalmente é recurso do centro-oeste.

Inclusive, Sr. Presidente, naquela oportunidade eu ponderei também que teria que mudar o que é que é o centro-oeste brasileiro. Porque o FCO, ele é um fundo constitucional e constitucionalmente o centro-oeste é composto pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Goiás.

Então, aí nós teríamos, se fosse para mexer no recurso do centro-oeste, teria, com certeza, que também mexer no relacionamento das grandes regiões do Brasil. Este fato também pra mim não é novo.

Em 1975, quando foi estabelecido o programa POLOCENTRO, Programa do Cerrado Brasileiro, o programa veio com característica deste Projeto do Senador Aelton. Porque o POLOCENTRO que foi o programa que tem sido de encontro ao cerrado, ele abrangia o Estado de Mato Grosso, e Mato Grosso

não era dividido, o Estado de Goiás, Distrito Federal e Triângulo Mineiro, que era abrangido também pelo programa... Pelo POLOCENTRO.

Portanto, dentro daquele raciocínio aqui defendido pelo Senador Aelton de que não haverá interferência dos Municípios mineiros no recurso que constitucionalmente é do FCO, são dos Estados que hoje compõem o FCO, evidentemente eu não tenho nada contra. Eu apoio o Projeto. Dentro dessas condições.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia, depois o Senador Romero Jucá.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Sr. Presidente, embora eu entenda que há um compromisso de não tirar recursos do centro-oeste para o Triângulo Mineiro, eu acredito que não seria oportuno a votação desse Projeto hoje, um vez que a criação da SUDECO deverá vir para essa Comissão dentro dos próximos dias. Eu acredito que aí a gente poderia discutir com mais profundidade essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, primeiro eu quero dizer, Sr. Presidente, que realmente os mineiros são competentes. Porque eles conseguem ser do sudeste, conseguem ser do nordeste e agora vão ser do centro-oeste. Ou seja, são nacionais. A orientação técnica do Governo era contrária a esse Projeto. Mas eu quero registrar que em homenagem ao Senador Aelton, que manteve o contato com o Presidente da República, a liderança do Governo vai encaminhar favoravelmente mesmo tendo a nota técnica contrária.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Pois é, então, Presidente, deixa eu só complementar. Quero dizer só o seguinte, para que esse fundo seja mais forte, a presença dos mineiros, a presença da bancada mineira defendendo o Fundo vai fazer com que o Fundo seja mais forte ainda.

Então, nós vamos agregar força ao centro-oeste, Senadora Lúcia Vânia. Pode deixar, daqui a quatro anos, com o nosso futuro Presidente Aécio Neves, vai dar força para o FCO, também. *(risos)*

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Senador Azeredo, eu acredito que essas promessas do Presidente Lula, não dá para a gente acreditar. Porque, na verdade, a gente está cansado de ver essas promessas e, no entanto, se nós colocarmos Minas Gerais no Fundo do Centro-Oeste vai desestruturar tudo que nós já temos encaminhado.

Portanto, eu solicitaria que fosse votado depois da criação da SUDECO.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Romero Jucá. Já falou. Então, continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. A votação é nominal. Senador Aelton, só chamo a atenção de V.Ex^a, o *quorum* está na marca. E o risco de rejeitar o Projeto dele. É o risco de rejeitar o Projeto. Pode consignar o voto, sim. Não tem problema. Senadora Ana Júlia Carepa, como V.Ex^a vota?

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Vou votar favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senadora Ana Júlia Carepa vota sim. Senador Eduardo Azeredo. Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – (*pronunciamento fora do microfone*)

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – V.Ex^a vota não, então. Não. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Eu preciso fazer uma pequena declaração de voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pois não.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Pelo seguinte. O Fundo do Centro-Oeste é dividido entre Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Norte e Distrito Federal. Mato Grosso. É que lá no Paraná a gente fala assim. E aí é a primeira vez que eu vejo um Fundo que era dividido em quatro, ser dividido em cinco e ninguém perder. Essa é a primeira vez. Claro que vai perder. É o mesmo Fundo. Mas eu não posso votar nessa matéria, Sr. Presidente, porque sinceramente eu não tenho como avaliar o impacto disso para as regiões. Então, vou me abster.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Abstenção do Senador Osmar Dias. Senador Rodolpho Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu também acho que haverá perda para alguém.

Então, entendo que nesse caso até deve ser codificado. Eu também me abstenho.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Rodolpho Tourinho vota...?

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Me abstenho também.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Se abstém.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSDB-SE) – Sr. Presidente, eu posso pedir vistas?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Não, já foi concedido vistas.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSDB-SE) – Já foi dado vistas, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Romero Jucá, como vota V.Ex^a?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSDB-SE) – Sr. Presidente, eu estou com a palavra, ainda?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Não, nós estamos em votação, meu querido.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSDB-SE) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pela ordem a V.Ex^a, mas nós estamos em votação.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSDB-SE) – Eu agradeço V.Ex^a. Sr. Presidente, é o seguinte, é preocupante tomar uma decisão dessa espécie. Essa redistribuição territorial vai implicar em mudanças de somas, de recursos. E como disse o Senador Osmar Dias, alguém vai tomar prejuízo e alguém vai ganhar com isso. Como não há pedido de vistas, eu também vou me abster de votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador então Antônio Carlos Valadares se abstém. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Favorável. Sim. Senador Aelton Freitas.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Só conta para voto. Senador Gilberto Mestrinho.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Me abstenho.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Se abstém. O Senador Antônio Carlos Valadares já votou. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senadora Lúcia Vânia, não. Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, eu quero alertar para o precedente que está se abrindo nesse instante. Nós estamos, na verdade, iniciando um processo de revisão das zonas. As zonas de influência dos fundos constitucionais. Portanto, meu voto é contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Vota não o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, eu quero alertar ao precedente que está se abrindo nesse instante. Nós estamos, na verdade, iniciando um processo de revisão das zonas, nas zonas de influência dos fundos constitucionais. Portanto, meu voto é contrário, e me reservo ao direito de recorrer à Mesa, e recorrer ao Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pois não. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Heráclito Fortes, não. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, meu voto claro que tem que ser favorável. Acho que essa é uma teoria que o dinheiro não sabe nadar. Porque o que está diferenciando aí é simplesmente o rio.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Pedro Simon. Favorável o Senador Pedro Simon. Sim. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sim. Com o Relator.

Então, sete votos, sim, quatro votos, não... Cinco votos, não, e quatro abstenções. Fica, portanto, aprovado. Está aqui. Sete votos sim, cinco votos não, quatro abstenções. Aprovado. Fica, portanto, aprovado o Projeto de Lei do Senado nº. 277/2005, terminativo.

Entramos na pauta agora, no Item 29. Projeto de Lei do Senado.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, pode recorrer ao Plenário essa matéria?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pode. O processo Legislativo não acaba. Você pode recorrer o tempo todo. Tranquilamente. Cabe recurso em Plenário, Senadora Lúcia Vânia, para ser apreciado pelo Plenário do Senado. Viu, Senador Valter Pereira? V.Ex^{as}. podem recorrer para votação em Plenário no Senado.

29, Projeto de Lei do Senado 237/2005, terminativo. Altera a Lei 10.637, 30 de dezembro, e a Lei 10.883 de 29 de dezembro de 2003 para submeter os serviços

de geração e transmissão e distribuição de energia ao regime cumulativo (*soa a campanha*) da contribuição para o Programa Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público, PIS/PASEP e da contribuição sobre financiamento e seguridade social, COFINS. Autor, Senador Rodolpho Tourinho. Relator, Senador Romeu Tuma. Pela aprovação do Projeto. Lembro também que o Projeto é terminativo. Os Srs. Senadores que concordam...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu peço vistas do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Romero Jucá, para prejudicar o Projeto do Senador Rodolpho Tourinho, pede vistas. Pela ordem Senador Rodolpho Tourinho. Vista coletiva, então.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Eu só queria deixar claro que esse Governo, e acho que o Senador Romero Jucá tem todo o direito, está além de regimental, de verificar essa questão. Mas eu estou até indo a favor de todas as teses que são defendidas pelo Governo. Porque esse Governo colocou na modificação ou na reformulação do setor elétrico, Senador Jucá, uma questão importante que é modicidade tarifária. Baixar preço de energia. Depois que isso foi aprovado aqui no Senado, logo depois, modificou-se a questão do PIS/COFINS, e aumentou a carga sobre energia. Todos brasileiros estão pagando mais. Eu só quero deixar claro que esse meu Projeto não é contra o Governo, não é contra ninguém. É a favor dos consumidores de energia elétrica, é a favor dos industriais que precisam de energia, a favor, enfim, do crescimento do País. É só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Qual é o outro Projeto que tem para botar na pauta? Deixa eu ver se tem algum não terminativo aqui, porque a pauta está muito cheia de Projeto. Eu inclusive, para conhecimento do Plenário e dos Srs. Senadores membros da Comissão, eu apresentei o Projeto de... Aquele Projeto que eu sou Relator com relação ao reluz da Prefeitura Municipal de São Paulo na administração da Prefeita Marta Suplicy. Eu já apresentei meu Projeto pelo arquivamento, tendo em vista a presença da ex-Prefeita Marta Suplicy no Plenário desta Comissão, com a sua equipe da Prefeitura, ela esteve presente prestando todos os esclarecimentos e o meu Parecer é pelo arquivamento do Projeto.

Estou só anunciando que já apresentei e já virá na pauta da próxima semana, será incluído na pauta. Com relação ao Projeto das contas do reluz, com relação à Prefeitura Municipal de São Paulo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – V.Ex^a já leu esse Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Já li o Relatório, ela esteve presente, prestou todos os esclarecimentos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não pode votar hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pode até.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Poderia votar hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pode. Senador Romeu Tuma propõe que seja votado hoje. Da minha parte não tem nenhum problema.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque não tem mais o que discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – O Líder do Governo também, o Líder do PDT, Líder do PFL, Senador Suplicy...

Então, os senhores Senadores que concordam com o Parecer pelo arquivamento permaneçam como se encontram. Aprovado o Parecer. O Projeto vai ao arquivo. Senador Osmar Dias, pela ordem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Se V.Ex^a concordar a gente poderia votar o Item 26 também. O meu Parecer é contrário. Porque é um Projeto de muitos outros que tentam mexer no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço que é um perigo. E aqui está se propondo a compra de carro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Item 26, Projeto de Lei do Senado, a pedido do Líder do PDT, Senador Osmar Dias. 281/2001, não terminativo. Altera a Lei 8.036, de 11 de maio de 1990 que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências. Autoria, Senador Mozarildo Cavalcanti. Relator, Senador Osmar Dias PFL rejeição do Projeto.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, o Projeto é simples, mas é complicado para o FGTS que tem a sua destinação garantida para o benefício do trabalhador, principalmente, a aquisição da casa própria. E seria um grande precedente aberto se nós aprovássemos um Projeto desse. Ele está propondo que o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço seja permitido a utilização desse Fundo para aquisição de veículo automotor destinado ao uso pessoal ou familiar.

Pelas razões claras, óbvias que já foram colocadas aqui intensamente em todos os projetos que tentam aproveitar os recursos do Fundo de Garantia para outras finalidades, o meu Parecer é pela rejeição do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – O Projeto em discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Para discutir o Senador Romeu Tuma. Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senador Osmar Dias tem toda razão. Eu tenho certeza que o Fundo é do trabalhador. É uma reserva que ele tem para o futuro, e usam indistintamente para tudo que é buraco que aparece, e todo mundo vai em cima do Fundo. Eu acho que nós temos que concordar com o Senador Osmar Dias e nos acautelar em apresentar Projeto que desvincule esse dinheiro das necessidades diretas do trabalhador.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o Relatório do Senador Osmar Dias pelo arquivamento do Projeto.

Encerrada a presente Sessão, tendo em vista a pressa do Líder do Governo de ir para outras Reuniões de Comissões, e que... Encerrada a Sessão. *(soa a campainha)*.

Sessão encerrada às 12h03.

Ata da 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 6 de dezembro de 2006, às 15:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às quinze horas e dezessete minutos do dia seis de dezembro do ano de dois mil e seis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, e do Senador Rodolpho Tourinho, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Flexa Ribeiro, Romero Jucá, Wellington Salgado, Aloizio Mercadante, Ideli Salvatti, Patrícia Saboya Gomes, Delcídio Amaral, Aelton Freitas e Serys Shlessarenko. Deixam de comparecer os Senadores César Borges, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Arthur Virgílio, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Valter Pereira, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, João Ribeiro e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente comunica o recebimento do Ofício

nº 479/2006-COFIG/MF, de 04 de dezembro de 2006, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 12 da Resolução nº 50/93 do Senado Federal, relatório sobre financiamentos com recursos orçamentários da União consignados ao Programa de Financiamento às Exportações-PROEX, relativo ao segundo trimestre de 2006. O expediente será posteriormente encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a Presidência dá início aos trabalhos com a realização de Audiência Pública com a presença do Ministro de Estado de Minas e Energia, Exmo. Sr. Silas Rondeau, e do Presidente da Petrobras, Ilmo. Sr. Sérgio Gabrielli, a fim de “prestar esclarecimentos acerca das negociações com o Governo da Bolívia no sentido de preservar a integridade dos investimentos, instalações e operações da Estatal Brasileira na exploração e comercialização de gás natural naquele País”, em atendimento ao Requerimento nº 57/2006-CAE, de autoria do Senador Jefferson Péres. A Presidência solicita a condução dos convidados à Mesa a fim de dar início às suas exposições. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Jefferson Péres, Patrícia Saboya Gomes, Ideli Salvatti, Tasso Jereissati e Rodolpho Tourinho. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 60/2006-CAE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para instruir o PLS nº 138/2002, Complementar, que “autoriza o Poder Executivo a instituir, para feitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando a redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do artigo 43 da Constituição Federal, e dá outras providências”, com a presença dos Exmos. Srs. Simão Robinson Oliveira Jatene, Governador do Estado do Pará; Senadora Ana Júlia Carepa, Governadora Eleita do Estado do Pará; José Reinaldo Tavares, Governador do Estado do Maranhão; Jackson Lago, Governador Eleito do Estado do Maranhão; José Wellington Barroso, Governador do Estado do Piauí; Marcelo de Carvalho Miranda, Governador do Estado do Tocantins; Alcides Rodrigues, Governador do Estado de Goiás; Blairo Maggi, Governador do Estado de Mato Grosso; Maria de Lourdes Abadia, Governadora do Distrito Federal; e do Deputado José Roberto Arruda, Governador Eleito do Distrito Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – *(soa a campanha)* Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, 4ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura a realizar-se hoje, 6 de dezembro, às 15h17 na Sala de Reunião nº 19 na Ala Alexandre Costa.

Nós iniciamos logo os nossos trabalhos, mesmo ainda com a ausência do Presidente da PETROBRÁS, Dr. Sérgio Gabrielli, e com a presença já do Ministro de Minas e Energia, Dr. Silas Rondeau, tendo em vista que hoje nós temos a Ordem do Dia no Plenário do Senado, pesado, inclusive com a votação, pelo menos, foi o acordo feito na Comissão de Economia e na Comissão de Constituição e Justiça do Senado da Super-Receita. Da Super-Receita do Brasil. Com certeza vai demandar tempo e condições de votação ainda hoje.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata será publicada no Diário Oficial do Senado Federal.

Comunico aos membros dessa Comissão que recebemos o seguinte documento para conhecimento dos membros da Comissão de Economia. Ofício nº 479 do Gabinete do Ministro da Fazenda de 4 de dezembro de 2006. O Ministério da Fazenda encaminhando em cumprimento ao art. 12 da Resolução 50/93 o Relatório sobre o financiamento com recursos orçamentários da União consignados ao Programa de Financiamento de Exportação, PROEX, relativo ao segundo trimestre de 2006. O expediente será posteriormente encaminhado aos membros da Comissão por meio de Ofício Circular.

A pauta hoje é Audiência Pública com a presença do Ministro de Estado de Minas e Energia, Sérgio Gabrielli, digo, Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau e o Presidente da PETROBRÁS, Sérgio Gabrielli, a fim de prestar esclarecimentos acerca das negociações com o Governo da Bolívia no sentido de preservar a integridade dos investimentos e instalações e operações da estatal brasileira na exploração e comercialização de gás naquele País. Atende ao Requerimento 57/2006 de autoria do Senador Jefferson Peres.

Antes, eu também queria colocar em votação o pedido, o Requerimento do Senador Flexa Ribeiro, que requer nos termos regimentais que seja dirigido convite às autoridades abaixo relacionadas para Audiência Pública no âmbito dessa Comissão, para que seja debatido o PLS 138 complementar que autoriza o Poder Executivo a instituir para efeitos administrativos a região do complexo geoeconômico e social denominado Corredor Centro-Norte e de desenvolvimento, vi-

sando a redução de desigualdades regionais por meio do seu desenvolvimento.

Nos termos do art. 43 da Constituição Federal e dá outras providências. Relação de convidados é o Governador do Estado do Pará, o Governador do Estado do Maranhão, Governador do Estado do Piauí, Governador do Estado de Tocantins, Governador do Estado de Goiás, Governador do Estado de Mato Grosso e Governador do Distrito Federal.

O Senador Flexa Ribeiro incluiu aqui apenas os Governadores atuais, eu acredito que nós possamos também convidar os Governadores eleitos, tendo em vista que esse assunto vai ser debatido também com interesse dos novos Governadores, Governadores eleitos. Portanto, eu concluo o Governador do Pará, Simon Robson Jatene, mas também a Governadora eleita Ana Júlia Carepa. Da mesma forma no Maranhão, o Governador José Reinaldo Tavares com o Governador Jackson Lago que foi eleito Governador do Estado do Maranhão, Piauí é o mesmo Governador, Governador José Wellington Barroso e o Governador de Tocantins também, Marcelo Miranda. Governador de Goiás Alcides Rodrigues é o Governador que foi reeleito e o Governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, bem como no caso do Distrito Federal, a Governadora Maria de Lourdes Abadia, também convidaremos o Governador eleito, nosso colega no Senado, José Roberto Arruda, hoje Governador eleito pelo Distrito Federal.

Em discussão. Como ninguém discute. Em votação. Os senhores que concordam permaneça como se encontram. Aprovado o Requerimento do Senador Flexa Ribeiro.

Convido o Ministro de Estado de Minas e Energia, Dr. Silas Rondeau, para comparecer a nossa reunião a convite do Senador Jefferson Peres, bem como o Presidente da PETROBRÁS, Sérgio Gabrielli, para comparem a Mesa.

S.Ex^{as.}, tanto o Ministro Dr. Silas Rondeau, como o Ilm^o. Sr. Presidente da PETROBRÁS, terão 30 minutos para fazer a sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpeção pelos Senadores, pelas Senadoras presentes e inscritos. A palavra será concedida aos Srs. Senadores e as Sr^{as.} Senadoras pela ordem de inscrição, intercalando os oradores de cada partido. Acredito que isso não seja necessário hoje. Com a palavra o Exm^o. Sr. Ministro Silas Rondeau, Ministro de Minas e Energia do Brasil para fazer a sua exposição.

MINISTRO SILAS RONDEAU – Em primeiro lugar, o meu muito bom dia a todos, Srs. Senadores desta Casa, dizer da honra que nós temos em estar hoje aqui com vocês, para tratar este assunto de interesse nacional, o que confirma a regra de que essa Casa, sempre preocupada com temas de tamanha relevância

traz uma discussão aberta e transparente aqui nessa Casa os assuntos de maior interesse nacional.

Eu queria propor aos Srs. Senadores, iniciar com aspectos gerais, relativos à questão do gás natural no Brasil com o foco mais estreito no que foi o contrato de importação na Bolívia e o detalhe sobre a questão do contrato que é o que foi solicitado aqui da... Se ele é bom, o quanto ele foi bom, porque é que ele é bom, eu passar na sequência para o Presidente da PETROBRÁS, Dr. José Sérgio Gabrielli.

Pois bem, a próxima, por favor. Sumarizando, nós abordaremos sobre esses três temas. O mercado brasileiro de gás natural, o cenário de gás na Bolívia, seguido do que constitui hoje, o que nós chamamos dos novos contratos de gás na Bolívia que nada mais é do que a regularização dos aspectos legais, das condições de trabalho para as atividades de exploração e produção de gás ali no território boliviano pela PETROBRÁS.

O mercado brasileiro de gás natural. No Brasil, a matriz energética hoje de 2005, nós temos o gás natural participando com 9,3%. Damos um destaque aí para a questão que do ponto de vista da matriz energética brasileira, nós temos em energia renováveis algo próximo de 45% já, e o gás natural participa no seu global com 9,3%. Eu queria também só chamar a atenção, Srs. Senadores, de que agora em dezembro, nós estaremos entregando para a sociedade brasileira o Primeiro Plano Nacional de Energia, que é o foco visto pelo planejamento integrado de todas as áreas que tratam da questão energética do País envolvendo aí discussões aprofundadas com universidades, órgãos de classe, setoristas e agentes de uma maneira geral em que se enxerga o Brasil até o ano dois mil e trinta.

Nesse trabalho, aparecerá, Senador Tourinho, e o senhor conhece bem essa nossa área, o espantoso número do crescimento para a necessidade de energéticos que vai de 219 milhões de toneladas equivalentes de petróleo chegando a 577 milhões de toneladas equivalentes de petróleo e a necessidade energética para o atendimento do crescimento da sustentação da economia brasileira no ano de 2030.

Nesse cenário que eu não vou mostrar aí, nós estamos só consolidando, mas a participação do petróleo e seus derivados se mantém basicamente com o mesmo tamanho daquela fatia da pizza. O que significa que é esse o esforço monumental que nós temos que nos empenhar para o atendimento do petróleo e seus derivados, e de uma forma lateral também para o atendimento de um percentual próximo que crescerá alguma coisa do gás natural, mas terá um grande significado.

Aqui nesses slides, nós, mais uma vez, trazemos agora o gás natural para a matriz elétrica brasileira. O que é que nós geramos de eletricidade a partir desse energético que reduz de 9,3 para 4,1, hoje, pelo lado da oferta. E o gasoduto da Bolívia para o Brasil no que diz respeito à mudança de paradigma. Boa tarde, Senador. Muito obrigado pelo convite... Nós começamos agora.

Então, eu dizia, Sr. Senador, que o gasoduto da Bolívia teve um papel importante para o Brasil no que diz respeito a uma quebra de paradigma. O Brasil, até o início da década de 90, não utilizava o gás como energético participando de uma forma expressiva ou quase nenhuma, em nenhum dos seus energéticos, e o Brasil ele não investia na exploração do gás porque não tinha mercado.

Por outro lado, os mercados não se desenvolviam, porque não tinham gás e aí era aquela situação do ciclo vicioso que é quebrado a partir da implantação do gasoduto Brasil-Bolívia, em que após a oferta do gás boliviano, foi possível desenvolver esse mercado com custo, a maior parte dele bancado pela PETROBRÁS, no momento que ele incentiva os consumidores, principalmente os industriais para migrarem da sua matriz energética original que era tradicionalmente para esse nicho de mercado, o óleo combustível, o diesel e alguns casos também gasolina, chegando, então, a quebrar esse ciclo vicioso justamente com a necessidade de pesquisa exploratória, agora também no Brasil redirecionada para buscar o gás e confirmar o gás nacional.

Então, o mercado brasileiro de gás natural, ele se apresenta com uma evolução a partir das reservas provadas de gás natural com esse perfil. Nós saímos de 1996, de uma reserva de 223 bilhões de metros cúbicos e estamos em 2005 com 306 bilhões de metros cúbicos. Mais na frente nós vamos ver que hoje o consumo interno do mercado brasileiro está em torno de 40,8 bilhões de metros cúbicos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*pronunciamento fora do microfone*)

MINISTRO SILAS RONDEAU – Sim. Aquele dentezinho ali que cai... Santos não está aí, não? Aqui são as reservas provadas de lá, estejam aí, isso as provadas é o que está lá, é a evolução das reservas provadas de gás. Sim, as que estão provadas até 2005, é como está aí.

Então, aquele dentezinho ali, Senador Tourinho, que cai de 326, cai 20 ali, foi quando houve a reconfirmação dos valores de mexilhão. Mas isso aí, 306 bilhões para um consumo hoje no mercado da ordem de 40,8, aí nós estamos colocando que o mercado brasileiro, hoje, está demandando, significa que a re-

lação reserva/produção do gás no Brasil é de 21 anos. No próximo, nós observamos aí que o crescimento de 2000 para 2005, nós temos aquela partezinha azul embaixo é o volume do gás que está sendo reinjetado, aquele lilás primeiro, está ruim para ver aí por conta da resolução da data-show, mas a segunda faixa de baixo para cima refere-se à queima, depois o amarelo o consumo utilizado na própria produção no processo e o disponível para o mercado é a última faixa ali, o que nós vemos claramente entre 2000 e 2005, um crescimento de 16 milhões de metros cúbicos/dia para 23 milhões do gás natural no Brasil.

A evolução do aproveitamento do gás natural nacional. Na próxima, nós, agora, compomos o gás natural do mercado brasileiro, o produzido no Brasil e a necessidade que nós temos, visto pelo lado do mercado, da demanda.

Então, o que nós observamos aí? Em 2000, o gás natural do mercado brasileiro praticamente atendia o industrial, o GNV, a geração elétrica e a última faixa, que é o azulinho ali, é o residencial, comercial e co-geração.

Em 2005, ele praticamente atende ao mercado industrial, o que revela de uma forma bastante clara o crescimento, principalmente do consumo industrial, saindo de 12 milhões de metros cúbicos para 23, 35 milhões de metros cúbicos. Para suportar, então, essa demanda, nós temos e eu vou apresentar rapidamente qual é o plano que nós consideramos, que estamos considerando, inclusive, no Planejamento Nacional de 2030 que é como nós vamos agregar gás para atender, agora, no curto e no médio prazo a necessidade de demanda conforme está se configurando o crescimento desse mercado.

Temos aí a opção do GNL, a PETROBRÁS já tem estudos bastante avançados, primeiramente em dois pontos, um deles o terminal no Ceará em Pecém com a capacidade de produção de 6 milhões de metros cúbicos/dia, a partir de uma regra de regaseificação, que pode ser, os estudos técnicos estão sendo ultimados, o importante nesse estudo é a variável tempo e há um esforço muito grande feito pelas equipes técnicas da PETROBRÁS, mesmo considerando aí nesse estudo, como eu estou colocando, o primeiro trimestre de 2008, até mesmo chegando com maiores esforços para tentar antecipar para o último trimestre de 2007. Vai ser muito difícil, o Gabrielli não gosta quando eu falo isso, mas nós estamos participando de um esforço muito grande no Ministério e no Conselho no sentido de antecipar essa produção. É um desafio muito grande, mas o certo é que com duas unidades de regaseificação de GNL, uma no Ceará, em Pecém e outra no Rio de Janeiro, na Baía da Guanabara, nós teremos adicionalmente,

até 2008, já uma disponibilidade, a maior, de 20 milhões de metros cúbicos/dia. Até 2008.

O gás natural liquefeito tem todas as vantagens, a questão da flexibilidade, tem seguramente o menor prazo de implementação em relação às outras alternativas, tem uma questão também de natureza ambiental que é melhorar os níveis de emissão dos poluentes, reduz significativamente. Diversificação de fontes de suprimento de gás e uma vulnerabilidade das exportações dele em função do mercado, spot mundial, nós podemos estar equilibrando de uma forma mais justa a presença desse gás em função, naturalmente, da questão da hidroeletricidade brasileira. O nosso parque elétrico ele é hidrotérmico, por quanto, em situação em que eu tenho hidráulidade favoráveis, esse gás poderá ser deslocado. Enfim, uma série de vantagens que foram estudadas pela equipe da PETROBRÁS, de sorte que o GNL, fará parte sim de antecipação de disponibilidade do gás para o mercado nacional. Junto com ele tem o PLANGAS que é um programa específico de antecipação da produção de gás natural, basicamente, acelerando a produção nas bacias do Espírito Santo, na bacia de Santos e na bacia de Campos, onde investimentos maciços estão sendo aplicados nas áreas de exploração e produção de transporte, de procedimento.

O PLANGAS, ele prevê a incorporação ao mercado, a oferta para o mercado nacional de 24 milhões de metros/dia, até 2008 e até 2010, 39 milhões acrescidos. Que somados aqueles outros 20, nós teremos até 2008, pelo menos mais 44 milhões de metros cúbicos na oferta de gás natural para o mercado brasileiro.

A disponibilidade total do gás, e aí nós vamos considerar a produção nacional, o contrato de importação da Bolívia e o GNL. O GNL as duas barrazinhas verdes que parecem ali na previsão, conforme eu falei, até o final de 2008, ele aparecendo conservadoramente, a partir do primeiro semestre de 2009. A propósito porque a nossa tese é, todas as ações no sentido de atender as demandas do mercado de gás com ênfase para o entendimento da matriz elétrica brasileira, mesmo de uma forma conservadora, nós temos condições de estar suportando esse crescimento.

Então, que o nós podemos chamar a atenção nesse quadro é observar que entre 2000 e 2010 a crescente presença da produção nacional, que é a primeira barra lilás, que sai de 16 milhões de metros cúbicos/dia e chega em 2010 com 65 milhões de metros cúbicos/dia.

O contrato da Bolívia vem tomando carga até 2007, ou seja, já a partir do próximo janeiro após a recuperação dos dutos e a complementação dos dutos do País, São Paulo, Rio, Campinas, Rio, enfim,

condições de puxar esses 30 milhões de metros cúbicos/dia que complementados já nos anos 2009, 2010 com GNL atingirá aquelas cifras conforme está marcado no gráfico.

Isso foi Brasil, e para Bolívia o que é que significou esse contrato na visão nossa para a Bolívia? Até o início da década de 90, como eu citei, a Bolívia não tinha muito mais gás do que o uso doméstico deles e um contrato de exportação para a Argentina que estava na ordem de 6 milhões de metros cúbicos na época. E aí o seguinte, não se investia na exploração do gás porque não tinha mercado do gás. Com a implantação do GASBOL, na Bolívia também começa um novo ciclo em que as atividades exploratórias para suportar os valores do gás contratado para o Brasil que era inicialmente de 26 bilhões, hoje de 30, 24 milhões, hoje de 30, não é isso? 24 mais 6, 30. Então, iniciou-se o que nós chamamos do novo ciclo virtuoso na Bolívia em que, com uma presença muito grande da PETROBRÁS, elevou-se de uma forma substancial a capacidade de produção de gás na Bolívia que hoje supera os 40 milhões de metros cúbicos/dia.

Então, a Bolívia estava mais ou menos nessa situação como eu citei. Em 97, ela tinha uma produção menor do que 15 milhões de metros cúbicos/dia. E em 2005, superior a 40 milhões de metros cúbicos/dia. E dá para ver claramente a reta, a rampa de crescimento a partir do ano 2000, considerando que em julho de 99, foi quando a primeira molécula do gás boliviano chegava no Brasil através daquele gasoduto, um crescimento muito importante na questão da produção de gás natural na Bolívia.

Então, visto pelo lado do Brasil, a importância do gás boliviano para nós está muito clara no momento que nós podemos com isso e isto está muito claro na manifestação, principalmente das indústrias de São Paulo, Rio de Janeiro e de Minas Gerais em uma substantiva redução de custo para as empresas que puderam converter os seus processos. Normalmente migrando de óleo combustível, alguns de óleo diesel, no caso, de frotas de veículos de ciclo OTTO, substituindo a gasolina.

Houve também um traço muito importante para o Brasil nessa diversificação da sua matriz, porque, a partir daí, passou a participar de uma forma significativa. Note que metade da participação do gás da matriz energética, metade dela foi ocupada para a produção de energia elétrica. E, como eu falei também, uma importância muito grande dessa incorporação, desse energético, no que diz respeito à redução das emissões dos poluentes ambientais.

Essa exportação de gás, o contrato da Bolívia com o Brasil, nós entendemos e não podemos ignorar a sua

importância no momento que nós temos aí um volume de importação na ordem de 26 milhões de metros cúbicos, hoje, e já chegando em 2007, segundo eu falei aqui, em 30 milhões de metros cúbicos/dia.

Divisas geradas para o nosso País vizinho da ordem de 1,4 bilhão de dólares/ano. E uma produção de 31 mil barris/dia de condensado que associado ao processo do gás e ele é refinado na Bolívia que produz basicamente os seus derivados com exceção do diesel, ele praticamente, esse condensado atende a demanda dos derivados na Bolívia, e naturalmente a arrecadação dos impostos que em 2005, já chegou a seiscentos e três milhões de dólares.

Esses contratos, então, que foi discussão e eu acredito o motivo que nos trouxe aqui para debater sobre eles. Trata-se de um processo e de uma decisão da Bolívia que teve início com uma consulta popular que foi feita, isso, antes de 2005, que desencadeou com a Lei dos Hidrocarburos que é de maio de 2005 e o Decreto Supremo que é de maio de 2006 já na gestão do então Presidente da Bolívia, Presidente Evo Morales. Decreto Supremo é uma figura que para nós equivale a um Decreto-Lei, é como eles citam lá, é um Decreto-Lei.

Então, após a edição desse Decreto e que vem de um referendo popular, como eu falei, dois Presidentes antes, que vem de uma Lei de Hidrocarburos também antes desse Presidente, ele regulamenta a partir desse Decreto Supremo e diz o seguinte: “As empresas que estão atuando na Bolívia tem 180 dias para se adequarem às novas normas, senão estariam sido convidadas a se retirar do País”. Mas ele, veja só... Mas, veja só, nós temos que entender o contexto em que isso foi criado. Mas, veja só, 10 dias depois após essa publicação nós nos dirigimos, eu como Ministro de Minas Energia, o José Sérgio Gabrielli como Presidente da PETROBRÁS, nossas equipes, o Diretor Internacional, Nestor Cerveró, enfim, as equipes que estamos aqui, e mantivemos uma pauta de entendimento em que dentro desses 180 dias, nós estaríamos trabalhando os principais aspectos no que diz respeito ao contrato de exploração e de produção de gás lá na Bolívia.

E esses grupos técnicos, um estudaria as condições para a condução desses negócios durante a fase de transição, as questões jurídicas, enfim, interpretações de contratos, outra, estudando a definição das condições desses contratos que inclusive precisariam regulamentar o que ele chama de Decreto Supremo e, depois, em que condições se poderia assinar esses contratos no último dia que venceu o prazo no dia 28 de outubro de 2006. E de fato, a PETROBRÁS, foi à última das 12 empresas que assinaram o contrato,

regularizando, de acordo com a visão do Decreto Supremo, assinou esses contratos e que seria submetida ao Congresso da Bolívia, a partir de então, segundo a visão do Governo, não teria mais nenhum questionamento sobre a sua aplicabilidade e sobre a sua segurança jurídica e regulatória. Ninguém mais do que os Srs. Senadores aqui sabem qual é a importância de um contrato chancelado por uma Casa como é o Congresso.

Então, ele dizia o seguinte, isso foi explorado de uma forma muito negativa e às vezes aumentada, de que o grande problema é que os contratos da PETROBRÁS seriam ilegais, porque a Lei dos Hidrocarburos remetia a necessidade de aprovação pelo Senado e os contratos que estavam lá não tinham sido chancelados pela Casa, pelo Congresso Boliviano.

Então, nós trabalhamos diretamente, o Ministério com as nossas equipes e a PETROBRÁS durante todo esse tempo e chegamos à conclusão, finalmente, na aprovação do dia 28, que poder-se-ia sim assinar um contrato, esse contrato não é ruim para a PETROBRÁS, esse contrato traz a segurança jurídica que estava sendo reclamada, portanto, diminuir-se-iam os riscos a ele associados, dentro de taxas de retorno, consideradas adequadas dentro do Plano de Negócio da PETROBRÁS, basicamente diante dessas três vertentes a PETROBRÁS, sempre conduzida, sempre acompanhada por uma equipe do Ministério de Relações Exteriores ou Ministério de Minas e Energia apoiando o processo, como não poderia ser diferente, assinou-se esse contrato.

Esse contrato, então, no dia 28 de novembro, um mês exatamente depois de assinados os contratos da YPFB com essas operadoras ali é aprovado pelo Congresso Boliviano, isso é uma coisa muito importante, foi aprovado pelo Congresso Boliviano e no dia 30 de novembro, dois dias depois, sancionado em lei pelo Presidente da Bolívia, isso, me corrijam, foi sancionado em lei pelo Presidente da Bolívia, está em fase de publicação.

Com isso, nós temos condições de sentar aqui com os senhores e dizer como foi feito esse contrato, porque ele é bom para a PETROBRÁS e porque, a partir de agora, a PETROBRÁS se sente muito mais à vontade para discutir os passos seguintes. A Bolívia com isso, não se constituiu inimigo do Brasil, é sim um País que tem a maior fronteira com o Brasil hoje. É importante que nós mantenhamos as nossas relações e do ponto de vista comercial, eu acredito e fiz isso escrevendo, fiz isso numa manifestação escrita à diretoria da PETROBRÁS, elogiando a postura.

Durante muito tempo, houve sempre uma provocação feita por aqueles que gostam da via mais ime-

diatista de se pensar que era usar da força, um enfrentamento absolutamente de confronto e fazer valer a diferença do que representa a economia do Brasil em cima da Bolívia.

A PETROBRÁS teve essa postura de buscar sempre a linha negocial do entendimento, e foi assim que nós conseguimos chegar ao ponto que nós estamos. De sorte que, os contratos que serão detalhados a partir de agora pelo Presidente Gabrielli, eles permita, então, a atuação do Brasil na Bolívia sobre um marco regulatório e uma segurança jurídica, agora, inquestionável no que diz respeito ao entendimento do Governo da Bolívia.

Então, a atuação da PETROBRÁS na Bolívia é importante do ponto de vista estratégico para o Brasil, pelas questões geopolíticas, pela questão que nós temos um grande fornecedor de gás em potencial, ainda com grandes reservas a serem exploradas, está próxima e nós já temos um gasoduto ligando o principal mercado industrial brasileiro com a principal e mais pródiga fonte de gás que é a Bolívia.

Então, é importante, sim, para o Brasil essa ligação estratégica que está mantida, congelada, por enquanto, no seu volume de 30 milhões até que sejam criada as condições de confiança, que naturalmente nós entendemos que podemos recuperar a partir desse momento.

A PETROBRÁS entende que esses contratos firmados, eles permitem, como eu falei, a remuneração adequada dos seus investimentos, esses detalhes poderão ser melhor esclarecidos pelo Sr. Presidente da PETROBRÁS, mas certamente dentro de uma política que a PETROBRÁS tem de atuação internacional e a PETROBRÁS atua mais 22 Países além do Brasil. Existem contratos melhores do que o contrato com a Bolívia que foram assinados agora, mas existem contratos piores. E é nesse mix que a PETROBRÁS atua internacionalmente além do mercado brasileiro e tem esse resultado fantástico. (interrupção no áudio) da PETROBRÁS e é isso mesmo que acontece com uma empresa internacional.

A PETROBRÁS entende, aliás, a PETROBRÁS, todas as empresas que assinaram esses contratos, estão ali listados, já estou terminando, essa é a última transparência. Está lá a ANDINA que é a empresa do grupo REPSOL, a BRITISH GAS, uma inglesa que atua na Bolívia, a CANADIAN ENERGY, que pelo nome já diz é do Canadá, a PETROBRÁS que, diga-se de passagem, é o maior *player* na área de produção na Bolívia, aí a importância destacada sempre dada pela imprensa boliviana no caso da PETROBRÁS, porque ela tem uma presença de 72% da produção do gás na Bolívia é diretamente sobre a responsabilidade da

PETROBRÁS, ou diretamente ou através de parceria. E por aí, vai, REPSOL, ESPANHOLA, TOTAL, FRANCESA, então, são 12 empresas em 43 contratos que foram assinados dentro desse contexto.

Então, eu pediria, na seqüência, se os Srs. Senadores me permitem, que o Presidente Gabrielli fizesse o detalhamento e a partir daí, Sr. Presidente, naturalmente a todas perguntas poderiam ser esclarecidas, se os senhores concordam.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Dr. Sérgio Gabrielli, Presidente da PETROBRÁS.

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Boa tarde Exm^{as}. Srs. Senadores e Senadora, é com muito orgulho que estou aqui atendendo esse convite para explicar um pouco alguns detalhes do contrato da PETROBRÁS com a YPF.

Eu queria começar, antes da entrar no detalhe, tentar chamar a atenção para três aspectos que me parecem relevantes nessa apresentação. O primeiro aspecto é que esse contrato, depois de um longo, penoso e árduo processo de negociação é um contrato equilibrado que garante a rentabilidade aos investimentos da PETROBRÁS na Bolívia.

Portanto, é um contrato economicamente atraente que dá uma taxa interna de retorno superior a 15%, portanto, é um contrato que do ponto de vista econômico é um contrato atraente. Taxa interna de retorno sobre o investimento. 15% sobre o investimento, no período do projeto. Superior a 15%, porque depende dos preços, independente da simulação de preços, você vai ter rentabilidade distintas.

Segundo elemento importante que uma vez que ele passou por um processo de legitimação pelo Congresso Boliviano e é a primeira vez que isso acontece na história da Bolívia, ele tem quase um poder de lei. E, portanto, do ponto de vista regulatório, ele tem uma estabilidade equivalente à estabilidade do Governo da Bolívia. Nós podemos considerar que isso não é tão estável quanto o Governo do Vaticano, porém é um Governo estável, legitimamente eleito e com um Congresso legitimamente eleito.

O terceiro elemento importante é que com isso, dada a rentabilidade, dada a estabilidade jurídica, isso abre possibilidades para analisar novos investimentos na Bolívia, tanto pela PETROBRÁS, como por outras empresas internacionais que operam na Bolívia.

Dado isso, eu começarei falando um pouco das mudanças ocorridas ao longo do tempo no contrato com a Bolívia. Eu vou começar em 1996.

Em 1996, nós fizemos as sísmicas em San Alberto. Simultaneamente a sísmica, sísmica é uma atividade inicial de prospecção de petróleo e de gás. Simultaneamente as atividades sísmicas, portanto, nós não temos certeza que tem gás, é uma atividade exploratória, nós iniciamos a construção do GASBOL, portanto, nós iniciamos a construção do gasoduto sem certeza do volume de reservas existentes. Isso, em outubro de 2006.

Em agosto de 98, nós descobrimos San Alberto. Descobrimos o San Alberto em agosto de 98, aí nós descobrimos em agosto de 98. A certificação das reservas de San Alberto e San Antônio. A San Antônio foi descoberto em 99, a certificação das reservas de San Alberto foram realizadas em setembro de 99. Em junho de 99, nós descobrimos San Antônio e essa altura o GASBOL já estava inaugurado.

Portanto, nesse período, nós fizemos simultaneamente a construção do gasoduto que tem uma parte do Brasil e outra parte na Bolívia enquanto avançávamos nos estudos exploratórios para a descoberta de gás na Bolívia. Em abril de 2000, nós assinamos um contrato de venda de gás. Abril de 2000. Esses contratos de venda de gás de abril de 2000 definiram volumes e formas de ajuste preços para a venda do gás da Bolívia ao Brasil, usando o GASBOL. A estrutura de financiamento do GASBOL envolvia um contrato de *ship-or-pay* no volume final chegamos com um volume de 30 milhões de metros cúbicos/dias que nós temos que pagar trazendo ou não trazendo o gás. Envolvia um contrato de *take-or-pay* que chegava a 24 milhões de metros cúbicos/dia, podendo atingindo 30 milhões de metros cúbicos/dia. Isto até o início de 2003.

Em 2002, nós concluímos a construção do GASRIG(F) que é um gasoduto interno a Bolívia, que liga a San Alberto a San Antônio a Rio Grande, de onde nós fazemos a compressão para trazer para o Brasil, eu vou mostrar um mapa um pouco mais adiante.

Em abril de 2003, nós estamos com o GASRIG(F) operando dentro da Bolívia, estamos com o gasoduto operando no Brasil para a Bolívia. Estamos com a produção em San Alberto e San Antônio operando. O problema é que o mercado brasileiro, neste momento demandava de 9 a 10 milhões de metros cúbicos/dia e nós pagávamos 24 milhões de metros cúbicos/dia e 30 milhões de *ship-or-pay*.

Nós adotamos uma política de estímulo lá no mercado interno, repassamos as variações de preço de contrato ao contrato da Bolívia, mas não repassamos essas variações de preços nas vendas que nós temos

aos distribuidores brasileiros. Conseqüentemente, o mercado brasileiro cresceu até setembro de 2005, quando a demanda brasileira atingiu 24 milhões de metros cúbicos, portanto atingiu o limite do *take-or-pay*. Neste momento usamos os termos contratuais nossos com as distribuidoras, nós começamos a reajustar os preços que vendíamos as distribuidoras e as distribuidoras no Brasil têm o monopólio estadual da distribuição do gás natural e, portanto, a definição dos preços para o mercado interno de cada Estado, em alguns Estados depende da distribuidora estadual e outros dependem da agência reguladora estadual.

A PETROBRÁS não tem nenhuma interferência na definição dos preços nem das políticas de distribuição de gás dentro de cada Estado. Nós entregamos o gás no *city-gate* das distribuidoras estaduais. No caso particular de São Paulo, por exemplo, que é o maior mercado desse gás, a PETROBRÁS é, por lei, proibida de participar da distribuição estadual.

Portanto, a partir de 2003, nós tivemos uma situação não somente de crescimento do mercado brasileiro de gás natural como de um enorme crescimento do preço do petróleo. E esse preço do petróleo crescendo também impactou sobre o preço dos óleos combustíveis porque o gás natural, ele se define o teto do seu preço pelo combustível alternativo. Seja ele, o óleo combustível, seja ele o GLP, seja ele a lenha em alguns casos, seja ele outros energéticos que possam substituir o gás natural.

Do ponto de vista regulatório, o início das negociações lá na década de 90, encontrava uma situação regulatória desse tipo. Nós tínhamos uma empresa estadual na Bolívia que tinha o monopólio na Bolívia para as atividades de hidrocarbonetos na Bolívia que fez um acordo com a PETROBRÁS para prospectar gás natural na Bolívia. Esta mesma empresa que estava com a atividade de exploração e produção aqui na Bolívia, ela comprava a produção desta iniciativa e ela destinava essa produção para o *Gas Sales Agreement* que é o contrato de venda de gás da Bolívia ao Brasil, onde a PETROBRÁS comprava e revendia esse gás para as distribuidoras estaduais que eram empresas estatais estaduais. Esse era o quadro original regulatório da assinatura desses contratos.

Começaram algumas mudanças na Bolívia. Primeiro, na Bolívia se alterou a situação regulatória na Bolívia com o processo de privatização, várias empresas internacionais passaram a atuar na produção e exploração de gás na Bolívia, essa atividade de produção e exportação na Bolívia vendia o gás a YPFB que continuava existindo. A YPFB comprava esse gás produzido pelas diversas empresas, aqui a PECON que era uma empresa privada Argentina que a PE-

TROBRÁS adquiriu posteriormente e essas empresas vendiam, portanto, vendiam o gás a YPFB, que por seu turno, vendia a PETROBRÁS através desse contrato que por seu turno repassava para as distribuidoras estaduais.

Nós temos contratos vários aqui entre PETROBRÁS e a distribuidora estadual, temos o *Gas Sales Agreement*, temos esses contratos da YPFB com as diversas empresas dentro da Bolívia. Tivemos, aqui, definição dos sócios da GASBOL, aqui nós temos a ENRON e a SHELL como importantes sócios do GASBOL aqui no Brasil e tivemos também uma entrada de capitais privados, vários capitais privados nas distribuidoras estaduais brasileiras.

Esse quadro modifica, portanto, substancialmente, o quadro original dos contratos com a Bolívia. Do ponto de vista da nossa presença, os dois campos que eu mencionei, San Alberto, e San Antônio são esses, além desses dois campos, nós temos um campo da PETROBRÁS energia que é a antiga PECON em Copocaranda(F), esse GASRIG(F) é um gasoduto que liga, portanto, as áreas de produção a planta de compressão do Rio Grande dentro da Bolívia, nessas áreas de produção total é de 22, dos 30 milhões de metros cúbicos da Bolívia, a PETROBRÁS é proprietária de 7,6 milhões/dia, desse campo e é a operadora desses campos.

Portanto, aqui nós somos sócios da REPSOL e da TOTAL, nós não somos os únicos donos da San Alberto e San Antônio, somos sócio da REPSOL e da Total. Há o GASRIG(F), a PETROBRÁS tem 44,5%, portanto, participa também desse gasoduto interno da Bolívia. Dentro da Bolívia, nós temos o GTB que é o gasoduto, a parte boliviana do GASBOL, a PETROBRÁS aqui tem 11%, se eu não me engano, do GASBOL na parte boliviana e o gás é entregue aqui na fronteira a TBG aonde a PETROBRÁS tem 51%, nós temos sócios privados também na TBG. Então, dentro da Bolívia esta é a situação da exportação de gás do Brasil para a Bolívia e a presença da PETROBRÁS dentro da Bolívia.

Além disso, nós temos duas refinarias, essas refinarias foram adquiridas no ano 2000, são refinarias para o padrão PETROBRÁS, são 40 mil barris/dia em Cochabamba e 20 mil barris/dia em Santa Cruz. A capacidade de refino da PETROBRÁS hoje é de um milhão e oitocentos mil barris, quase um milhão e novecentos mil barris, portanto, nós estamos falando aqui em sessenta mil barris que são capacidades de refino muito pequenas para a PETROBRÁS.

Do ponto de vista dos investimentos, a história dos investimentos da PETROBRÁS, o pico dos investimentos aí em 2002, 2003 em diante, portanto, há uma

redução significativamente dos investimentos, o que significa que a maturação dos investimentos ocorreu previamente a 2003, esses investimentos posteriores a 2003 são investimentos essencialmente de manutenção de produção, não há expansão da capacidade produtiva, significativa aqui nesse período, não há atividade exploratória significativamente na Bolívia nesse período. E os investimentos, portanto, foram realizados em torno de um bilhão de dólares, foram realizados predominantemente anteriormente a 2003.

Do ponto de vista dos contratos, nós temos um contrato de risco compartilhado entre a YPFB e a PETROBRÁS Bolívia e outras produtoras dentro da Bolívia, esse contrato é um contrato submetido à legislação boliviana com o Fórum em Santa Cruz, sendo, no entanto, que o Tribunal Arbitral é a Câmara de Comércio Internacional. Portanto, é um contrato submetido à legislação boliviana, mas seguindo as regras internacionais de arbitragem. É um contrato interno a Bolívia.

Existe um outro contrato que é um contrato de venda destas produtoras a YPFB que também segue as mesmas regras contratuais com Fórum em Santa Cruz. Esses dois contratos são contratos internos a Bolívia.

O outro contrato é o contrato entre esse sistema de produção que é feito pela parte final pela YPFB que é um contrato entre a YPFB e a PETROBRÁS Brasil que é um contrato internacional. Esse é um contrato de exportação de gás que é chamado de *Gas Sales Agreement* e esse contrato internacional, ele está sujeito às regras das atividades internacionais. O Fórum é em Nova Iorque e o Tribunal Arbitral é a *American Arbitration Association*. Este contrato é que está, que discute a questão do preço do gás que a Bolívia exporta ao Brasil. Esse contrato, absolutamente, de forma absolutamente estrita das regras do contrato, nós vemos tendo reuniões sucessivas entre PETROBRÁS e YPFB, nesse exato momento, nós estamos tendo uma reunião desse contrato na Bolívia, nesse exato momento, nós temos um prazo até 10 de novembro para concluir as negociações sobre preços e nós achamos que teremos uma boa posição também nesse contrato. O contrato que nós vamos apresentar detalhes aqui é o contrato entre a YPFB e a PETROBRÁS Bolívia de produção e exploração de gás dentro da Bolívia.

Então, os contratos. Vamos comparar aqui o contrato original que nós tínhamos com o contrato atual. Do ponto de vista do investimento, nós temos um investimento de risco pelo consórcio que era o investimento original do contrato e é um investimento de risco pelo consórcio e o consórcio aqui é PETROBRÁS, REPSOL e TOTAL também nesse contrato atual. Portanto,

não há diferença no que se refere à assunção de risco pelo contrato.

Do ponto de vista do operador também não há diferença, nós continuamos com operadores. Do ponto de vista da comercialização há uma ligeira diferença, enquanto que no contrato anterior, a comercialização era através da YPFB no contrato de exportação para o Brasil e Argentina, à parte da venda direta e do controle dos preços do mercado interno era interno a Bolívia e hoje, isso nós não temos mais.

Então, objetivamente, a situação de venda para o Brasil permanece exatamente igual, apenas que a venda interna no mercado regulado, no mercado interno boliviano, nós perdemos esse direito porque passamos a fazer isso, em todos os casos, através da YPFB. A PETROBRÁS pode propor contratos de comercialização, mas a YPFB precisa aprovar esses contratos. Portanto, há uma perda de liberdade de comercialização para o mercado interno boliviano. Porque, para o mercado brasileiro, isto continua absolutamente da mesma forma que o contrato anterior.

A exportação de petróleo no contrato anterior era livre, porém, sem a obrigação legal de atender ao mercado interno, agora nós temos atendimento prioritário do mercado interno de petróleo e gás, porém respeitada a viabilidade econômica desse negócio. Nós não seremos obrigados a fazer um negócio no mercado interno que não tenha viabilidade econômica. E isso é dividido em todos os produtores e não apenas por nós.

Do ponto de vista da atividade de operação, isso aqui é muito importante que nós tínhamos exclusividade na atuação da área de operação, continuamos com exclusividade na atuação da área de atuação. Ou seja, nenhuma outra empresa pode entrar nas nossas áreas para fazer a atividade de operação. A remuneração, há uma ligeira diferença, a remuneração, o fluxo de caixa de todos os ingressos era para a PETROBRÁS que pagava todas as despesas e tributos. Agora o fluxo de caixa é diferenciado, nós recebemos a nossa parcela, os nossos custos e a nossa parcela do lucro adicional que eu vou explicar como se define no momento seguinte, e a YPFB fica com a parcela correspondente a parcela dela, os impostos e os gastos do transporte do gás de petróleo evidentemente dando todas as garantias legais, e que na eventualidade, na inadimplência da YPFB, eles serão responsáveis pelo pagamento e não nós.

Do ponto de vista da liberdade operacional, esse contrato é um contrato um pouco mais complexo do ponto de vista de gestão. O contrato atual da YPFB, um maior controle na aprovação de planos de trabalho, custo recuperáveis e processo licitatórios, portanto, nós vamos ter um processo todo o mês de aprovação

de contas e de negociação, e de definição dos nossos projetos para o próximo mês. Portanto, isso vai exigir uma gestão muito mais controlada e uma gestão um pouco menos livre do que temos no contrato atual. Do ponto de vista da propriedade dos hidrocarbonetos, a única diferença que ocorre do contrato atual para o futuro contrato é que a propriedade do hidrocarboneto é da YPFB no ponto de oficialização. E isso, portanto, eu vou falar nas duas linhas aqui para fazer o mesmo assunto, isso aqui permitia a contabilização de reservas nas nossas contas. Na nossa maneira de ver, também isso permite a contabilização das reservas que é o nosso direito à parcela correspondente na produção que nós no contrato. Por quê? Pelas regras de contabilização de reservas, o elemento determinante para a contabilização de reservas é que o produtor tem o risco de mercado da comercialização do seu produto. Como, nesse contrato, nós temos o risco de mercado pela parcela adicional aos custos recuperáveis que nós temos nessa atividade, nossos Advogados e nossos técnicos, acham que nesse sentido nós podemos contabilizar as reservas, de acordo com a reserva da SEC, que é a CVM americana.

Do ponto de vista de solução de controvérsias, a única diferença que ocorre é o fórum que deixa de ser o fórum de Santa Cruz para ser o Fórum de La Paz. Portanto, nós mantemos as mesmas regras contratuais de análise das controvérsias e de solução das controvérsias através de um processo de arbitragem de acordo com as regras da CCI, da Câmara de Congresso Internacional, só que, dessa vez o Fórum não é Santa Cruz, o Fórum é La Paz. O tratado de Proteção de Investimento no Brasil, não está em questão no contrato, porque é um contrato, porque é um convênio, é tratado entre a Holanda e o Brasil, esse tratado, portanto, protege os investimentos da PETROBRÁS na Bolívia porque os investimentos da PETROBRÁS na Bolívia são feitos pela nossa subsidiária holandesa e não pela PETROBRÁS, Brasil.

Portanto, como a nossa subsidiária holandesa que faz o investimento na Bolívia, essa subsidiária está protegida pelos tratados entre a Holanda e a Bolívia sob a proteção de investimentos, portanto não há nenhuma alteração em termo de proteção de recorrer a esses mecanismos de proteção no contrato anterior e no contrato atual. Do ponto de vista das condições econômicas que eu já mencionei, diversas assimilações de preços futuros indicam que o contrato, é um contrato rentável, é um contrato que permite a recuperação dos investimentos realizados, evidentemente que dá uma maior parcela do fluxo futuro também para a Bolívia e o que faz com que o contrato, seja um contrato equilibrado no sentido de manter um equilibrado entre

as diversas partes que faz com que o contrato tenha sustentabilidade no longo prazo.

Do ponto de vista de confiabilidade, essa uma cláusula padrão tradicional em contratos de exploração e produção no mundo inteiro. Não há nenhum elemento excepcional no que se refere a esses contratos da Bolívia e ele também não muda nada em relação ao contrato original. O contrato original é o contrato final tem as mesmas condições de confiabilidade. Em termos de pessoal também não há alteração, há uma ligeira alteração em relação ao treinamento. O custo de treinamento do pessoal da YPFB que nós nos comprometemos a fazer pela PETROBRÁS, tinha um custo de cinquenta mil dólares por ano, cinquenta mil dólares por ano pode ser muito grande para cada um de nós, mas para a PETROBRÁS não é um número significativo, porém hoje esse valor não existe mais e todos os custos de treinamento serão recuperáveis com a comprovação do desembolso.

Então, essencialmente as três comparações do contrato da Lei de Hidrocarbonetos, antes do Decreto Supremo e o contrato atual. Antes, na Lei de Hidrocarbonetos prévio ao Decreto Supremo, os impostos eram em torno, o imposto e participações em torno de 50% e a PETROBRÁS tinha em torno de 50%. Com o Decreto Supremo, os impostos e participações continuaram com 50%. A YPFB passou a ter 32% e a PETROBRÁS teve uma parcela pequena durante a fase de transição que era 18%. Agora, com o contrato, nós mantivemos os 50%, temos os custos de depreciação que são recuperáveis, e, além disso, à parte sobran-te vai ser dividida entre a YPFB e a PETROBRÁS de acordo com a tabela que modifica essas proporções dependendo do nível de preço de mercado, dependendo do volume de investimentos, dependendo do ritmo de produção e da depreciação. Portanto...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – *(pronunciamento fora do microfone)*

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Estão aqui. Impostos e participações estão aqui embaixo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – *(pronunciamento fora do microfone)*

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Ela entra nos lucros porque ela vai participar desta parcela variável acima dos custos. Ela é dona dos hidrocarbonetos, ela é dona dos hidrocarbonetos, a lei... É. O Estado boliviano passa a ela, porque ela tem o monopólio dentro do Estado. E é dona dos hidrocarbonetos, isso é daqui, já é desde essa lei, não é nem do Decreto Supremo, é da Lei de Hidrocarbonetos.

Então, conseqüentemente, essa divisão aqui é uma divisão entre o proprietário dos hidrocarbonetos com o operador dos hidrocarbonetos.

Então, do ponto de vista da participação governamental total, considerando todos os impostos, a Lei de Hidrocarbonetos revogada dava em torno de 60% para o Governo Boliviano, a Lei de Hidrocarbonetos vigente hoje dá em torno de 76% para o Governo Boliviano, o Decreto Supremo elevava em 76% para 95%, e o contrato atual dá cerca de 80% para o Governo Boliviano e YPFB incluída aqui entre o Governo Boliviano.

Bom, com isso, nós chegamos à idéia, portanto, que dada à estabilidade jurídica e dada à rentabilidade prevista nesse contrato, com várias simulações de preço, é um contrato equilibrado, é um contrato sustentável e é um contrato que permite as diversas partes analisarem novos negócios dentro da Bolívia. Muito obrigado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Muito obrigado Dr. Sérgio Gabrielli, muito obrigado Sr. Ministro Silas Rondeau, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, que é o Senador Jefferson Peres, autor do Requerimento 57/06.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – *(interrupção no áudio)* contratos com a PETROBRÁS com a Bolívia e também as nossas inquietações quanto ao gargalo energético no Brasil. Pelo menos, no futuro próximo. Eu não vou fazer, dizer nada, fazer nenhuma pergunta que lhes cause constrangimento, é uma decisão política do Governo Brasileiro. Tanto o Sr. Ministro, como o Presidente de uma empresa estatal tem que seguir a decisão da cúpula governamental e qualquer coisa que os senhores dissessem, concordando comigo, levaria uma crise diplomática amanhã com a Bolívia. Mas eu não sou tão otimista como os senhores não a respeito da estabilidade, um Governo que rompe contratos, que chantageia, a palavra é minha, eu não quero que os senhores concordem, não. Eu sei que os senhores no íntimo concordam, mas não precisa dizer, chantageia o Brasil, “ou faz ou muda em seis meses, ou então, eu não dou mais o gás que vocês precisam”. Isso se chama chantagem. Um Estado Democrático de Direito não faria isso. Congresso, quatro convoca-tórias da constituinte estabelecia o *quorum* qualificado para a aprovação, de repente como ele não obteve a maioria de 52% e não de dois terço, mudou o *quorum*, simplesmente alterou a regra do jogo e acabou.

Então, se amanhã ele não estiver satisfeito com a renda do petróleo, que é importante para ele também, tanto divisas como Receita Fiscal, ele muda, ele encosta a PETROBRÁS outra vez na parede e acabou. Mas, muito bem, não precisam os senhores fazerem comentários quanto a isso também, eu posso fazer, porque pouco me importa o Sr. Evo Morales, ele pode

morrer de raiva se souber o que eu disse, não acontece nada.

Mas, Dr. Gabrielli, voltando um pouco atrás, não propriamente o problema do gás, quanto às refinarias, o senhor declarou logo no início da crise que a PETROBRÁS não aceitaria ser mera prestadora de serviço. Depois de ter feito um investimento vultuosíssimo lá. O contrato referente às refinarias não transformou a PETROBRÁS, de fato, uma mera prestadora de serviço? É a primeira pergunta que eu lhe faço. E é pergunta, mesmo, eu gostaria de um esclarecimento. O senhor declarou dias atrás que desequilíbrio, oferta e demanda gás no Brasil nos coloca diante de duas opções, ou racionamento ou aumento de preço. E que no caso de aumento de preço as distribuidoras teriam margem para absorver, os representantes das distribuidoras dizem que não tem margem para isso e realmente é uma questão controversa, difícil se eles não tiverem mesmo margem, o consumidor vai ter que pagar mesmo. A opção vai ser essa mesmo, e o senhor não tem culpa disso não, eu estou apenas lhe perguntando, dada a minha preocupação com a nossa matriz energética e até porque faltando gás, o gás não sendo suficiente, Sr. Ministro, nós podemos estar diante de um problema sério, aproximadamente, principalmente se São Pedro não nos ajudar e principalmente se o desejo do Presidente da República que é o meu também, o Brasil retomar um crescimento de 5% ao ano.

Crescimento de 5% ao ano, se houver problema hídrico e com esse problema próximo do gás, eu acho que em 2008 vamos ter um apagão, estamos caminhando para um apagão, também o senhor não tem culpa disso, não. Estou apenas (interrupção no áudio) e me preocupa muito, porque eu estou torcendo por um crescimento de 5% ao ano, mas não será sustentável se o problema energético não for equacionado e é um problema que exige investimentos, como o senhor sabe, porque são projetos, às vezes, de longa maturação.

Então, eu lhe perguntaria como é que está esse problema da oferta de energia de um modo geral, tendo em vista um possível e até provavelmente, eu diria, quem sabe, uma margem de crescimento de 5% ao ano, como estaria isso, digamos até o prazo médio até 2010.

Finalmente, como não poderia deixar de ser, eu sou Senador pelo Amazonas, eu faria duas perguntas de cunho regional ao Dr. Gabrielli. Dr. Gabrielli, se não houver outra liminar suspendendo as obras, qual é o cronograma do gasoduto Quari-Manaus (*inaudível*) na hipótese de não haver interferência judicial? (*risos*) Pelo cronograma da PETROBRÁS, quando será inaugurado o gasoduto Brasil-Bolívia, Quari-Manaus? Perdão, a

Bolívia está na minha cabeça, eu quero tirar a Bolívia da minha cabeça. (*risos*)

Ministro Silas Rondeau, V.Exª sabe que eu tenho conversado, há muito tempo não converso sobre isso, é uma demanda antiga do Amazonas, a extensão da linha de transmissão do Tucuruí até os Municípios do baixo Amazonas, o Projeto da ELETROBRAS seria via Juruti no Pará todos os anos a bancada do Amazonas inclui dotações orçamentárias para esse fim desde 2004, eu coloco e parece que não está em execução essa linha. Gostaria de um esclarecimento de V.Exª se realmente o projeto vai ser executado, se for, quando a extensão de Juruti até Parintins começará a ser implantada? Eram essas as perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Com a palavra o Presidente da PETROBRÁS, Sérgio Gabrielli.

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Senador Jefferson Peres, apesar do Senador pedir para que eu não me manifeste, eu acho que...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Se V.Sª quiser.

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Eu acho que nós tivemos um episódio da Bolívia com o Brasil e da YPFB com a PETROBRÁS que não é específico da Bolívia com o Brasil e da YPFB com a PETROBRÁS, é um episódio hoje generalizável, com formas diferentes em cada lugar, mas a disputa pela renda petroleira e pela renda de hidrocarbonetos é um fenômeno que atinge os Estados Unidos, o Estados Unidos está discutindo mudança da legislação de impostos, a Inglaterra, a França, a Rússia, a China, a Venezuela. Portanto, é um fenômeno mais ou menos generalizado. Ou a indústria de petróleo adapta-se e convive com esses riscos que é parte da história da indústria do petróleo... Certa vez um técnico, um diretor de uma empresa de avaliação de risco, me disse que, infelizmente, não tem petróleo na Suíça, só tem petróleo e gás em lugares conturbados, onde as questões são partes da vida da indústria.

Em relação à pergunta do Senador sobre a prestadora de serviços, a PETROBRÁS afirmou isso e está afirmando. Esse contrato de exploração e produção não é um contrato de prestação de serviço, é um contrato de produção compartilhada, é um contrato em que nós assumimos o risco de mercado e não temos uma remuneração fixa.

Portanto, não é um contrato de prestação de serviço, é um contrato de produção compartilhada, da mesma maneira que nós temos na Angola, que nós temos na Nigéria, que nós temos na Colômbia e em outros Países do mundo.

As refinarias, a proposta da refinaria da legislação boliviana é a nacionalização das refinarias. A Cons-

tituição boliviana diz que a nacionalização deve ser precedida de uma indenização, precedida, portanto, prévia e justa. O que nós estamos concordando nesse momento? Nós contratamos um Banco Internacional para avaliar os ativos da PETROBRÁS, a YPFB está contratando um outro Banco Internacional para avaliar do ponto de vista deles, esses dois Bancos, depois vamos nos encontrar...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) –

Quem será o desempatador?

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Não. O processo de compra, de qualquer ativo entre empresas, é geralmente assim: Você tem dois Bancos contratados por cada um, caso não haja acordo, se contrata um terceiro Banco e se chega a um processo ou não das questões. Isso é um processo normal, não tem nenhuma excepcionalidade no caso da Bolívia em relação a aquisições de ativos. E está em andamento, não tem prazo. Até este momento, nós temos pleno controle operacional das empresas, das refinarias. Toda a atividade operacional das refinarias está sobre nosso controle absoluto. Nós vendemos o produto à distribuidora, na porta da refinaria. Mas dentro da refinaria, o controle é absoluto da PETROBRÁS, não há nenhuma interferência na gestão das refinarias que são nossas. Elas são alienáveis, são vendíveis, são possíveis de vender. Isso exatamente que se está discutindo, é um processo de venda da nossa participação, nós podemos discutir se vendemos 49% ou vendemos 100%. Isso é um direito que nós vamos ter que fazer no momento que chegarmos às conclusões. Nós temos algumas condições para permanecer na refinaria. Mas isso não está em questão nos contratos. O contrato não trata das refinarias. O contrato trata da atividade de exploração e de produção.

Em relação ao meu comentário sobre a oferta e demanda, o que eu quis dizer foi o seguinte, Senador. Nós estamos com um programa extremamente intenso de aumento da capacidade de produção de gás brasileiro, de exploração para a descoberta de novas reservas no Brasil, de transporte de gás no Brasil, nós pretendemos chegar em 2011 com 71 milhões de metros cúbicos/dia produzidos no Brasil. 71 milhões de metros cúbicos no Brasil, mais 30 milhões vindos da Bolívia, dão 101 milhões de metros cúbicos no Brasil. Além desses 101 milhões de metros cúbicos no Brasil, nós vamos ter 20 milhões que vão vir de duas unidades de regaseificação para fazer GNL de diferentes partes do mundo. Esse GNL, a idéia de fazer um GNL, Gás Nacional Liquefeito, não é Gás Liquefeito de Petróleo, é natural, é um gás comprimido a 600 vezes o volume, é comprimido porque a temperatura vai a menos 168

graus e ele é transportado por navios, principalmente. E ele precisa de uma unidade de regaseificação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*pronunciamento fora do microfone*)

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Este é um gás que tem preço internacional. Ele chega, hoje, a preço de hoje, o (*inaudível*) que é a referência principal para esse gás está hoje em torno de cinco dólares, um milhão de BTU, hoje, mas ele tem uma flutuação grande, é um preço que varia muito. Se você acrescenta os custos de regaseificação, ele deve estar chegando em torno de 6, 6,5.

O gás da Bolívia hoje, sai a 4,6, mais 1,7. 4,6 mais 1,7 dá 6,3. Porque o preço do gás é determinado não por um preço internacional, porque o gás não é uma *commodity* internacional, o preço do gás é determinado pelo combustível alternativo. Então, é o preço do combustível alternativo que determina o teto que o consumidor vai pagar pelo gás, porque ele encontra alternativas. Se ele encontra alternativas, isso define o preço do gás. O problema do gás, portanto, do preço do gás depende do combustível alternativo. O que eu mencionei? Nós estamos prevendo um crescimento de demanda no Brasil até 2011 de 17,7% ao ano.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*pronunciamento fora do microfone*)

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Não. O GNL não é abundante no mercado internacional, o GNL, hoje, representa mais ou menos 15% do volume de gás no mundo, 85% do gás no mundo é transportado via gasodutos, o GNL ele é essencialmente um produto do mercado do hemisfério norte, o maior, provavelmente nesse horizonte de tempo, o maior produtor de gás GNL vai ser o Catar, além do Catar, nós temos a produção de Trinidad e Tobago, temos produção na Argélia, temos produção na Líbia, temos produção no Irã, na Indonésia, Nigéria, então, são produções crescentes, mas nesse momento não há grande disponibilidade de GNL, o mercado de GNL, está um mercado se aquecendo bastante e isso é um mercado novo que está se expandindo no mundo.

O elemento central, portanto, é que nós estamos preparados para atingir uma demanda extremamente alta no Brasil e crescendo 17,7% ao ano. O que eu mencionei é que nós, por exemplo, de abril de 2003, nós trazíamos de 9 a 10 milhões de metros cúbicos na Bolívia e pagávamos, porque tínhamos o contrato *take-or-pay* e 24. E pagávamos trinta milhões de transporte.

Para expandir o mercado, para atingir esses limites que nós estávamos pagando, trazendo ou não, nós não repassamos para as distribuidoras estaduais, os preços que nós pagávamos a Bolívia. Só para dar

um exemplo, de setembro de 2005, quando nós começamos a alterar os preços dentro do Brasil, a partir de setembro de 2005, quando atingimos 24 milhões, nós começamos a alterar os preços para as distribuidoras. De setembro de 2005 para cá, nós aumentamos cerca de 90% o preço que pagamos a Bolívia. Para as distribuidoras têm diferentes variações de preço, dependendo dos contratos que nós com as distribuidoras, mas em média eu diria que nós ajustamos com as distribuidoras do Brasil, nesse período, em torno de 40%, 40, 45%. Algumas distribuidoras repassaram para os consumidores 60%, 70%, 80%, outros repassaram menos. Mas a venda nossa para as distribuidoras foi com certeza um ajuste de preços interno menor do que o ajuste que nós fizemos com a Bolívia. Essa questão que eu mencionei sobre o ajuste de preço na Bolívia. Depende da distribuidora.

Eu diria que a média do nosso preço para a Bolívia em torno de 90%, a média das distribuidoras em torno de 40 internamente da PETROBRÁS para as distribuidoras. Quanto elas fizeram para o mercado, eu nem sei muito porque não é exatamente o nosso mercado.

Portanto, o que eu mencionei é que se a demanda continua crescendo no mesmo ritmo que vinha crescendo, a oferta não vai conseguir continuar crescendo desse nível. Essa questão é questão de equilíbrio entre a oferta e demanda.

Em relação ao Amazonas, eu estou tentando chegar de Manaus, desde cinco horas da tarde ontem, saiu lá de Manaus hoje às 5 da manhã, consegui sair às 5 da manhã, estive lá com o Governador Eduardo Braga, nossas obras, nós estamos com três mil homens trabalhando, as obras estão plenamente dentro do cronograma. Nós devemos estar com o gasoduto em operação, provavelmente na primeira metade ou o primeiro terço de 2008. E esperamos que não tenhamos também liminar. Quer dizer, o equilíbrio regulatório não é só um problema da Bolívia, é um problema do Brasil também.

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Com a palavra o Sr. Ministro Silas Rondeau.

MINISTRO SILAS RONDEAU – Sr. Senador, primeiro com respeito à suposta crise energética que tem sido muito comentada pelos especialistas, como tem dito a imprensa, veja só. Nós não temos risco de apagão previsto naturalmente dentro de todas as áreas que o setor sempre se pautou que é o risco do déficit mais a questão das variáveis e dos custos marginais de operação em função da hidraulicidade. Nós não temos nenhum temor que justificasse esse tipo de atitude, embora isso seja um evento absolutamente

estatístico. Existe uma Resolução do Conselho de Política Energética, o CNP, Conselho Nacional, em que estabeleceu, acho que o então Ministro Tourinho, foi quando nós aprovamos aquilo que 5% o risco de déficit aceitável para a operação do sistema elétrico brasileiro e nas simulações que foram realizadas agora essa semana com as variáveis que foram introduzidas ainda não considerando o resultado do despacho que a PETROBRÁS fará, após a regularização do acidente que houve nos dutos condensados na parte da Bolívia, nós não temos nenhum risco superior a esse valor e não temos nenhum valor de custo marginal da simulação superior a setenta e sete e noventa reais.

O que eu diria é o seguinte, até 2010, no que diz respeito à oferta de energia e os contratos que foram feitos do ambiente de contratação regulada, nós estamos perfeitamente atendidos. O que se diz é o seguinte, olha, mas o Brasil tem só número macros, a capacidade instalada para atender ao mercado elétrico brasileiro que assim esteja interligado ou no sistema isolado, os dois, é de 104 mil megawatts, capacidade instalada disponível, os 96 mil megawatts que nós temos dentro do Brasil, 96 mil dentro do Brasil, mais a importação que eu tenho da Venezuela, mais a importação da metade de Itaipu, mais a importação que eu tenho no sul em função de contratos que eu tenho de energia ou de gás na fronteira. Quando eu somo isso tudo, a capacidade que o Brasil tem, que com conta com ela, quer seja interno ou externo dá 104 mil megawatts para uma ponta em torno de 60 mil megawatts e a energia média em torno de 50. Visto dessa forma, nós estaríamos absolutamente tranquilos. Mas todo mundo que conhece o sistema hidrotérmico, predominantemente hidráulico no Brasil, nós corremos sim o risco e esse risco ele está sendo enxergado através da questão do monitoramento dos 5%.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Desculpe interrompê-lo, já foram vencidas todas as restrições ambientais a respeito das duas hidroelétricas do Madeira? Em primeiro lugar, segundo, já há uma decisão a respeito da conclusão de Angra III?

MINISTRO SILAS RONDEAU – Quanto ao Madeira, as audiências terminaram sem nenhum problema agora, estamos agora só aguardando a licença prévia, as audiências já ocorreram e estamos aguardando pelo prazo, após as análises. As licenças para a primeira, para janeiro e isso acontecendo naturalmente, teremos condições de leiloar no primeiro quadrimestre de 2007.

Com respeito à Angra dos Reis, não. Nós estamos com excesso mútuo na pauta para uma deliberação acerca de se o empreendimento de Angra III, em função da oportunidade de custo de tarifa, ela irá participar da

oferta a partir de 2012 que é quando nós começamos a ter que repor a energia de 2013 e 2015.

Uma decisão, reconstrução de Angra III, não. Um cronograma para a implantação do Madeira, restrição de natureza ambiental, não temos nenhum problema aí configurado. Estamos dentro desse cronograma, mas o que eu queria dizer é o seguinte. A questão do gargalo energético que tem sido muito colocado e voltado, então... O que nós do Governo estamos fazendo, o que o Ministério de Minas e Energia faz para dizer com tanta tranquilidade que nós não precisamos nos preocupar com respeito a essa questão do abastecimento de energia elétrica no curto prazo como foi colocado aqui? Nós estamos com três pontos, aonde se atua.

Planejamento: Nós estamos com plano decenal de energia elétrica na praça sendo revisado a segunda versão agora para até o ano 2016. Estamos entregando a matriz energética e o Plano Nacional de Energia até o dia 15 de dezembro em que todas as variáveis dos energéticos possíveis e as oportunidades que o Brasil têm, incluindo o gás, ali estão com todos os cenários em que normalmente se utiliza de um recurso e ferramenta de planejamento como que nós apresentamos.

Nós temos um sistema de monitoramento e isso é feito mensalmente, monitoramento de todo o sistema elétrico, no que diz respeito à oferta, a demanda e isso nós estamos lá no CMSE com a IPE(F), com a ANEEL, com a ONS, mas o Ministério, enfim, todos os agentes envolvidos no processo como um todo, acompanhando mensalmente essa questão da necessidade do curto e no longo prazo. E isso é atendido a partir dessas necessidades que são monitoradas amiúde como eu falei, mensalmente, com leilões de energia. Que são leilões de cinco anos para investimentos de longo prazo como o senhor citou a questão das hidroelétricas, com leilões de térmicas que têm condições algumas delas com partes de atender até em 18 meses, mas com três anos, com leilões de um ano e ainda com um mecanismo interno de troca de energia, porque as empresas distribuidoras são obrigadas a declarar 100% da sua necessidade e contratá-las. E caso eles errem tem condições de fazer um mecanismo de troca de energia dentro do próprio ano. Isso fez com que nós já tenhamos seguido 2005 e 2006, com certeza, perfeitamente ajustado à oferta e demanda no ambiente de contratação regular.

Diante disso, com os leilões de energia nova, os leilões de linha e transmissão que aumentaram a eficiências dessa distribuição de energia dentro do Brasil, nós estamos com todas as variáveis no sentido de garantir de que não há nenhuma surpresa de curto prazo e de médio prazo. No curto prazo, nós

estamos enxergando com o CMSE, no médio prazo nós acompanhamos com a questão dos leilões e no longo prazo nós enxergamos através do planejamento da ferramenta de planejamento. Só para exemplificar que o eu estou dizendo, veja, de 2003 a 2006 foram agregados de geração nova, ao contrário do que muito se cita que não foi agregado nada, foi agregado ao sistema de geração no Brasil, 15 mil megawatts. Ou seja, nós tivemos um crescimento da oferta de energia para o sistema, 15 mil megawatts que corresponde ao crescimento de 17%, uma vez, 1,8 vezes o valor da energia que nós tínhamos programado.

Entre 2007 e 2012 empreendimentos que já estão licitados ou em construção estarão agregando mais 12,8 mil megawatts também tanto em geração hidráulica como em geração térmica.

Então, o Brasil está sim disponibilizando energia sim, na medida certa de que, de um lado, se houver uma sobre oferta o consumidor paga, porque essa energia toda é contratada e se houver uma sub oferta, ele paga pelo outro jeito que é uma tarifa mais cara por conta da pressão do preço de curto prazo, que primeiramente vai para o ambiente de contratação livre, mas que reflete nas distribuidoras por conta de uma exposição que ele não tem culpa, portanto, ele tem o direito de passar para a tarifa diretamente.

No que diz a linha e transmissão, também, nesses quatro anos, incorporando ao sistema de transmissão brasileiro, pelo menos mais 14 mil quilômetros de linhas de transmissão. Cresceu aí 19% só o sistema de reforço dos caminhos em que as usinas do norte, partilham com a hidráulica eventualmente se favorável do sul e aí transitam energia em que última análise seria como a água tivesse sendo transportada, foi o que aconteceu agora com o sul. Nós tivemos a pior estiagem registrada nos últimos 76 anos.

Até dezembro de 2002, a capacidade de transporte do sudeste para o sul estava limitada alguma coisa na ordem de 2000 megawatts. Na crise, no período seco de 2006, nós chegamos a transportar 6.500 megawatts para o sul, algumas localidades, a Senadora Ideli sabe disso chegaram a racionar a água para beber, mas não faltou energia de maneira nenhuma. Isso é o efeito da linha de transmissão.

Então, esse sistema, robustamente interligado em que as hidráulicas são intercambiais através de um processo inteligente e único no mundo, o senhor conhece isso. Nós temos um sistema interligado nacional, hoje modelo por conta da quantidade de energia agregada no sistema malhado de rede de transmissão.

Então, isso, com tudo isso, eu só quero exemplificar essa posição de que, efetivamente, nós esta-

mos monitorando e acompanhando. É claro, não se pode dar um salto maior de oferecer mais energia do que precisa, porque aí nós estaremos impondo uma tarifa muito maior e ter o cuidado de não deixar faltar energia, porque aí sim, as térmicas, mais caras, serão obrigadas a despachar e com isso também e principalmente o preço de liquidação do mercado aumentar significativamente.

E só para terminar o exemplo que eu estou dando de como isso está sendo monitorado no curto, no médio e no longo prazo, ainda nós estamos, só outorgadas e usinas, geração dentro desse período que nós estamos agora de 2003 para 2006, pelo menos 37 usinas foram outorgadas e estão gerando também.

Então, há sim, uma preocupação e acompanhamento do Governo, do Ministério de Minas e Energia, no setor elétrico no sentido de sempre manter esse equilíbrio. É claro que visto sobre a ótica negativa, sempre que houver uma situação de um desastre meteorológico, um sistema predominantemente hidráulico terá problema, é claro. Mas nós temos tempo e mecanismo de monitoramento para monitorar isso e tomar as medidas em tempo para evitar um desabastecimento sistemático que comprometeu tão gravemente num passado recente a situação do setor elétrico brasileiro.

Com respeito à questão, segundo a questão sua, Sr. Senador, que é referente ao atendimento ao baixo Amazonas a partir de uma linha de Tucuruí. Nós temos duas alternativas, a primeira eu vou logo falar, que é a interligação Tucuruí-Manaus, cujo processo ele já está em fechada.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) –
(pronunciamento for a do microfone)

MINISTRO SILAS RONDEAU – A linha diretamente para Parintins é uma linha que sai de Juruti e chega a Parintins também atendendo Maués, Barinha, Nova Olinda, etc. Nós tivemos a última reunião entre a ELETROBRAS e a ELETRONORTE e a CELPA agora na sexta-feira para acertar a questão do financiamento. O projeto básico está pronto, o projeto executivo está pronto, é uma obra que será, por lei, executado pelo concessionário da CELPA e se fecharem isso dentro do um processo de financiamento a partir da RGR, da ELETROBRAS, essa obra estará em operação em julho de 2008. Fechando o financiamento agora, nós estamos querendo fazer isso antes do fim do ano, fechando a linha de financiamento de RGR para a CELPA, uma vez que já foi vencida toda à parte de projetos básicos, enfim, ela estará em operação ambiental também em julho de 2008.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, eu estou sentindo a ansiedade da Senado-

ra Patrícia Gomes de brigar com a PETROBRÁS por causa do preço do gás no Ceará.

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Eu seria, inclusive, o próximo inscrito, mas a Senadora Patrícia me solicitou, porque ela tem um outro compromisso fora que cedesse o meu lugar a ela, eu faço com muito prazer Senadora Patrícia. Com a palavra a Senadora Patrícia Saboya.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Obrigada Senador Tourinho, obrigada Senador Jefferson Peres pela oportunidade, realmente, eu estou muito ansiosa, estava muito ansiosa para vir a essa Audiência Pública.

Primeiro eu quero cumprimentar o Sr. Ministro Silas Rondeau, cumprimentar o Presidente da PETROBRÁS, Sérgio Gabrielli, dizer que é uma alegria poder recebê-los hoje na nossa Casa e tratar de um tema que certamente preocupa a todos nós brasileiros.

Eu há umas duas semanas, acabei me pronunciando sobre esse tema e apesar da Audiência Pública não tratar especificamente de questões do meu Estado, mas trata especificamente da questão da Bolívia e do Brasil, e como um dos argumentos da PETROBRÁS teria sido justamente do cancelamento de um contrato, a mudança em relação ao contrato da Bolívia, então, por isso eu peço aqui a permissão aos senhores para tratar de um assunto do meu Estado que é a siderúrgica e fazer um breve histórico desde quando nós estamos nessa luta.

Bom, nós assinamos diversos protocolos e documentos negociados há praticamente uma década entre o Estado do Ceará, a Secretaria da Fazenda, a Secretaria de Indústria e Comércio, a PETROBRÁS, a SEGÁS que é a empresa de gás, estabelecendo premissas e obrigações para o fornecimento de gás natural a siderúrgica do Ceará. São protocolos de 1º de agosto de 96 aditivos de 97, 98, 2002 e 2004. Em 10 de abril de 2001, o Estado do Ceará e a usina siderúrgica firmaram um protocolo de intenções com compromissos gerais do Estado do Ceará, perante a usina e vice-versa, ratificando o compromisso de assegurar o fornecimento de gás natural ao projeto.

Em 30 de janeiro de 2004, Sr. Ministro, a PETROBRÁS, a SEGÁS e a Usina firmaram na presença, inclusive da Ministra e eu já tive a oportunidade da Ministra Dilma de conversar com ela, um termo de referência para ratificar as condições comerciais básicas dos respectivos contratos de fornecimento de gás natural com a correção monetária do preço a partir da data da assinatura do referido termo.

Em 18 de agosto de 2005, recentemente, em reunião com a participação da Ministra Dilma, inclusive de V.Ex^a, Ministro das Minas e Energia, do Governador do meu Estado, Lúcio Alcântara e do senhor Sérgio Gabrielli, Presidente da PETROBRÁS e da Sr^a. Maria das Graças, Secretária de Petróleo e Gás Natural de Combustíveis, foi acordado em Ata o suprimento de gás natural à usina.

As premissas citadas acima, eu gostaria, só me permite, eu sei que posso ser um pouco cansativa, mas é importante para mim e para aqueles que estão nos ouvindo esse histórico. As premissas citadas acima e após diversas exaustivas reuniões da usina com as equipes técnicas e comerciais da PETROBRÁS formalizaram o contrato de contrapartida e o contrato de compra e venda de gás natural com a CEARÁ STEEL, que é a siderúrgica, que foram em solenidade agendada e organizada pela PETROBRÁS, assinada pelo Presidente Sérgio Gabrielli, pelo Diretor de Gás e Energia Dr. Ildo, que eu também tive a oportunidade de conversar com ele, pelo Governador de meu Estado, Lúcio Alcântara, e pelos representantes da siderúrgica numa solenidade realizada no dia 17 de outubro de 2005 na presença dos parceiros da siderúrgica. Os italianos e os coreanos, e também do Vice-Presidente do BNDES, naquela ocasião. O contrato de contrapartida ratificado pelo Governo do Estado é válido e eficaz. E o contrato de fornecimento é a sua parte integrante desse contrato, portanto produz também efeitos do ponto de vista legal, de prática de negócios ético e documental.

Essa é a compreensão que nós temos, tanto de escritórios jurídicos que nós procuramos para nos informar, como pela própria Procuradoria do Governo do Estado Ceará. O Governo do Estado do Ceará investe, desde 1994. O primeiro momento nessa época, inclusive, o Governador era o ex-Ministro Ciro Gomes, com o objetivo de financiar, foi o primeiro contrato a fábrica de lubrificantes, que foi no valor de dezessete milhões e noventa e quatro.

De lá para cá, o Ceará já investiu em terrenos, no terminal marítimo para derivados, em tubovia de derivados, sessenta e quatro milhões de dólares e mais cento e trinta e sete milhões, que não estão reajustados, trinta e sete milhões de reais e sessenta e quatro milhões de dólares.

Essa carta foi no dia 25 de 2006. É uma carta que foi assinada, Sr. Ministro pelo Sr. Rogério Almeida Manso da Costa Reis. Ele é Gerente Executivo de Marketing e Comercialização, Gás e Energia. Essa carta fala o seguinte, que o contrato de contrapartida firmada entre o Governo do Estado do Ceará e a PETROBRÁS com a interveniência da USINA SIDERÚRGICA DO

CEARÁ LTDA estabelecia em sua cláusula 13 condições precedentes cujo cumprimento era necessário dentro do prazo estipulado.

Tendo em vista que tais condições precedentes não foram cumpridas pelo Governo do Estado no prazo previsto, o contrato de contrapartida foi extinto de pleno direito. Essa foi uma carta mandada por esse senhor, dizendo que o contrato, então, como está dito aqui, tendo em vista tais condições, o contrato de contrapartida foi extinto de pleno direito. As condições comerciais diferenciadas de preço e incentivo através de contrapartidas que balizaram o contrato de contrapartidas e a minuta do contrato de compra e venda de gás natural, que seria celebrado entre a PETROBRÁS e a Usina, anexa em parte integrante daquele, originam-se a despeito de seu caráter não vinculante do protocolo de intenções celebrado do ano de 1996 entre a PETROBRÁS e o Estado do Ceará. Adicionalmente, as condições previstas do contrato, o quarto termo aditivo, introduziu no protocolo de intenções alterações visando delinear as condições de fornecimento de gás natural, usina, sendo que essas não são mais válidas, tendo em vista a necessidade de celebração do contrato de compra e venda no prazo de 24 meses, contando da data da assinatura do aditamento. O que não ocorreu.

Portanto, com o término da vigência do quarto aditivo, o protocolo de intenções, bem como seus aditivos, também restam extintos. Essa é a correspondência que chegou. A PETROBRÁS tem alegado em algumas reuniões, que o Governo do Estado tem participado e com representantes tanto das duas empresas, das três empresas que é a VALE, a empresa coreana e a empresa italiana alegam nas suas reuniões, seus encontros, que a PETROBRÁS teria encaminhado isso alegando questões, primeiro, jurídicas, que o Governo do meu Estado não teria cumprido algumas questões jurídicas. Eu tenho, inclusive, nas minhas mãos o Projeto de Lei que foi encaminhado pelo Governador Lúcio Alcântara a Assembléia Legislativa do meu Estado, e eu me lembrava quando V.Ex^a tratava da questão da Bolívia, falando que era uma contrato que tinha passado pelo Senado e que esse era um contrato que não podia ser, como é que se diz, não poderia ser extinto, é uma questão também de compromisso, de palavra. Isso aconteceu no meu Estado, só que em outra proporção. O Estado do Ceará, esse contrato passou pela Assembléia Legislativa, foi aprovado por unanimidade, por todos os 46 Deputados da Assembléia Legislativa, foi sancionada pelo Governador Lúcio Alcântara, mesmo assim o contrato aqui diz que ele está extinto.

A PETROBRÁS também tem alegado que é a questão de desequilíbrio de contas e que isso daria

um prejuízo, ora, eu escuto de quinhentos milhões de dólares, ora eu escuto como eu ouvi ontem no jornal, o valor de um bilhão de dólares, se eu não me engano. E eu não entendo, por que é que esse... Eu estou aqui, trouxe um gráfico que mostra que em outubro de 2005 que foi quando foi assinado esse contrato, inclusive estava aqui era um dos piores momentos do preço do gás. Isso é um gráfico, depois eu posso passar a V.Ex^a e ao Presidente também Gabrielli. Eu escuto muitas vezes nos jornais relatando como se não existisse esse contrato. E é isso que eu quero tratar. Porque fica parecendo muito ruim, muito feio para nós cearenses, como se o Estado do Ceará não tivesse cumprido um acordo que tinha sido feito. Nós cumprimos sim o acordo que tinha sido feito. E a PETROBRÁS, até agora, não nos apontou qual foi à cláusula jurídica que nós deixamos de cumprir, e isso é muito ruim. Eu estou aqui como representante do meu Estado e sei que essas cláusulas foram cumpridas, e se nós temos alguma notícia de que isso não aconteceu, a PETROBRÁS teve de ter a responsabilidade, e a obrigação de nos informar o que é que não foi cumprido, porque não foi cumprido e o que precisa ser feito para ser cumprido, que nós não sabemos. Eu já me pronunciei nessa Casa diversas vezes, nós já fizemos Audiência Pública no Ceará, inclusive, anteontem tivemos uma Audiência Pública que convidamos a Ministra Dilma, convidamos também a PETROBRÁS, não tinha nenhum representante, no caso, para participar dessa Audiência Pública na Assembléia Legislativa, e eu trouxe aqui, novamente, o contrato, o contrato que está aqui rubricado, assinado por todas as partes e a anexo que não é... Quer dizer, não é o anexo, mas faz parte de um contrato de compra e venda de gás que entre si celebra de um lado, petróleo brasileiro, PETROBRÁS e do outro lado a *offshore* na forma abaixo. Aqui está que foi rubricado, foi rubricado. Não está assinado, a PETROBRÁS alegou naquela ocasião que era uma prática sua e que depois que o Governo cumprisse as cláusulas jurídicas, inclusive esse projeto que foi encaminhado para a Assembléia Legislativa, o contrato seria assinado.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) –
(pronunciamento fora do microfone)

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Pois é, esse aqui é o contrato mãe, e esse aqui é o que eles chamam de protocolo, mas na verdade não me parece nem um protocolo, mas sim um contrato. Não é uma carta de intenção, eu vou esperar, talvez, depois o Ministro me possa explicar o que é que é. O contrato está aqui, o contrato de compra e venda de gás natural e, inclusive, está aqui o anexo que eu tomei o cuidado de trazer com o preço estabelecido naquela

ocasião de 2 e 44, aqui no contrato, escrito, assinado pela PETROBRÁS.

Isso é... Eu queria, assim, quando a PETROBRÁS, ela afirma que esse contrato está extinto por conta dos descumprimentos, talvez seja essa questão que mais me incômoda. O povo do Ceará é um povo muito pobre, muito sofrido, mas é um povo muito sério e isso tem criado um constrangimento tremendo, principalmente para mim que sou da base aliada desse Governo, porque eu vi na televisão e no Programa de Governo do Presidente Lula, ele citando o pólo siderúrgico do Ceará como algo já pronto e resolvido. Essa era uma das grandes bandeiras, o Presidente Lula tem falado diversas ocasiões na questão do desenvolvimento do nordeste e que é preciso investir e às vezes ter um pouco de prejuízo. Eu sei que a PETROBRÁS não pode simplesmente chegar e assinar um contrato e fazer alguma coisa e ter um prejuízo, ela não pode. Apesar de que eu temo, que ela é uma empresa subordinada ao Governo do Brasil, uma empresa estatal, e o Presidente Lula tem reafirmado em diversas ocasiões. O pólo siderúrgico do Ceará, o pólo siderúrgico do Ceará! E eu fico surpresa quando isso acontece, quando nós recebemos nenhum tipo de informação, eu que sou da base aliada que era até pouco tempo atrás, Vice-líder do Governo, soube pelos jornais do rompimento desse contrato. Então, eu lamento muito, até disse, é difícil você começar um novo Governo em que você quer dialogar com a oposição, se você sequer pode discutir com aquelas pessoas que lhe apoiaram. Presidente Lula, o Estado do Ceará, depois do Estado do Senador Jefferson Peres, foi o Estado que lhe deu a maior votação, ele teve 83% de votação do Ceará.

Portanto, ele é muito querido, é amado pelo povo do Ceará e isso para mim, não é só uma afronta ao povo do Ceará, é também do Presidente Lula que deu a sua palavra e que se comprometeu. Nós tivemos diversas solenidades para que isso acontecesse lá no Ceará, lá no Rio de Janeiro, está aqui, perdoo, inclusive está aqui, fotografia do Sr. Sérgio Gabrielli, Governador do meu Estado, representante da VALE assinando esse contrato. E eu fico assim, entendo até, por exemplo, a forma carinhosa como o Governo do Brasil tem tratado as questões da Bolívia, mas não tem sido esse o tratamento que o povo do meu Estado tem tido. Infelizmente, não. Já refinaria, que era uma decisão técnica, até hoje nós não sabemos o motivo porque ela não foi para o Ceará e para o Pernambuco. Até porque nem sequer a bancada do nosso Estado foi recebida para tratar sobre isso, por diversas ocasiões, nós pedimos audiência ao Presidente para se tratar desse assunto.

Então, isso tem me deixado muito incomodada, muito triste com esse Governo, com a forma de tratamento como o meu Estado tem sido tratado.

Então, eu quero, para finalizar as minhas palavras, me desculpa, Presidente, Sr. Ministro, eu realmente estou emocionada com essa situação, porque esse investimento para o Ceará significa oitocentos milhões de dólares. São três mil e quinhentos empregos diretos, dez mil empregos indiretos. Aumento do PIB, a previsão que nós fazemos de 5%, é um empreendimento que o Ceará sonha há 14 anos e é essa a oportunidade que nós temos de ver esse sonho realizado. Então, a PETROBRÁS não pode virar as costas para o Ceará nesse momento.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) –

Qual é a capacidade de...?

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – De um milhão... Qual é a capacidade? Eu não sei a capacidade, não.

Então, eu queria aqui, só para terminar, fazer, colocar não só a minha indignação em relação a condução das coisas que eu não consigo realmente entender o que está acontecendo, fica parecendo o meu Estado não cumpre com a sua palavra, e cumpriu com a palavra, nós temos a prova disso. Então, eu queria saber se a PETROBRÁS, por exemplo, não acha que para cumprir a determinação do Presidente Lula e de pagar uma dívida que nós temos para com o nordeste brasileiro, nós não temos que abrir mão, às vezes de um lucro imediato, mas investir em algo que nós sabemos que pode ser o futuro do nordeste, a primeira siderúrgica do nordeste brasileiro. Esse é o nosso sonho e é isso que nós desejamos e é isso que nós queremos.

Então, Ministro, me perdoe mais uma vez se eu estou emocionada em relação a isso, mas se trata do meu Estado, do meu povo e nós não podemos abrir mão, mesmo que eu fique só nessa história, mas eu não vou abrir mão disso, de jeito nenhum porque isso é um direito que o povo do Ceará tem. Obrigada.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Próximo. Então, com a palavra o Ministro Silas Rondeau, Ministro de Minas e Energia do Brasil.

MINISTRO SILAS RONDEAU – Senadora Patrícia Gomes, eu compreendo, principalmente na qualidade de cidadão, a inquietação que lhe move com suas palavras, aliás, qual o Estado que não se orgulha de uma Senadora que tão bravamente enfrenta essa situação em defesa dos interesses do seu Estado.

Eu queria dizer o seguinte, eu, pessoalmente, tenho orientações e recomendações do Sr. Presidente da República, o Presidente Lula para que as questões de infra-estrutura que envolvam qualquer item de natureza energética, aí eu estou falando do contrato da CHESF, do contrato da PETROBRÁS do gás, CHESF com energia, seja tratado em caráter de prioridade porque essa é a prioridade que ele escolheu para esse segundo momento do seu Governo. E a usina siderúrgica será, a senhora muito bem citou, já foi, inclusive, nomeada várias vezes por ele como sendo um dos exemplos de pólo de desenvolvimento que estariam sendo criadas ali no Ceará. É claro, e eu não vou repetir aqui o óbvio, que o Presidente Lula não só no seu primeiro Governo, mas sinaliza claramente dentro da atuação agora no seu segundo mandato que é um Presidente republicano. Não fez aceção jamais de nenhum tipo de Estado, de nenhum tipo de ideologia que movesse esse ou aquele Governo.

Naturalmente que ele não faria com o Estado do Ceará, como a senhora muito bem colocou, votou também nele e tem um Governo amigo da base aliada. É por isso que ele defende como nordestino também de uma forma muito entusiasmada, todos os projetos de infra-estrutura, a Transnordestina, as siderúrgicas, como também a nossa refinaria do Pernambuco. Eu acho que aqui, na realidade, no momento em que Governador é aliado, o povo ama o Presidente, votou tão bem, enfim, eu tenho absoluta certeza também que a PETROBRÁS não faz nenhum tipo de aceção ao Estado A, ao Estado B, ao Estado C. Eu acho que aqui existem pontos que nós devemos identificar claramente e a forma de solucionar. Nesse sentido, eu tenho pedido, o Gabrielli é testemunha disso, para que nós examinemos de uma forma mais fria e como é que nós podemos sustentar um projeto em que eu tenho, pelo menos, quatro integrantes em que a conta toda fecha em um deles, é isso. Eu tenho certeza que diante da necessidade que nós temos de levantar um projeto como esse, nós temos também o compromisso, aí empresarial, não é somente da PETROBRÁS, qualquer uma de manter o equilíbrio dentro de uma operação naquilo que for possível, mesmo considerando a variável política que seja necessária mexer. Mas, identificarmos claramente quais são os obstáculos e aí enfrentarmos de uma forma absolutamente fria e identificarmos como é que nós podemos resolver. E ninguém melhor do que o próprio Gabrielli, com quem eu tenho conversado com ele sobre isso, de dizer exatamente a visão da PETROBRÁS e qual é o caminho, qual é a luz que nós temos no final desse túnel. Ela não é uma pedra que foi desgastada pela metade. Nós temos sim e sempre tivemos. A PETROBRÁS tem desafios em vários países, conseguiu sair muito bem em todos os

seus grandes embates, não será a Usina Siderúrgica do Ceará que nos destruirá diante desse conceito que a PETROBRÁS sempre teve com esses desafios, não é isso Gabrielli?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Dr. Sérgio Gabrielli, Presidente da PETROBRÁS.

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Senadora Patrícia Gomes, compartilho aqui das palavras do Ministro Silas, da bravura do povo cearense, dos seus representantes muito bravos na defesa dos interesses do Ceará.

Primeiro, eu queria falar um pouco do sucesso que nós tivemos na negociação com a Bolívia. Eu atribuo o sucesso que nós tivemos na negociação com a Bolívia de encontrar um contrato equilibrado a uma perfeita combinação da ação política do Governo Brasileiro que abriu todos os espaços de negociação política com a Bolívia e da ação empresarial da PETROBRÁS. Foi a combinação dessas duas coisas que deu o sucesso da negociação com a Bolívia. Acredito que esse tipo de situação se repete agora com o Ceará. Acredito que as questões políticas são fundamentais, mas nós temos que buscar o equilíbrio do contrato. Nós não estamos discutindo as questões formais do contrato, poderíamos discutir. Essa carta, se eu não me engano, foi dirigida a CEARÁ STEEL e não ao Governo Ceará. Qual é o problema? Eu vou falar pela primeira vez sobre isso, não gostaria de falar, mas no Senado, eu acho que eu sou obrigado a falar.

Esse projeto é um projeto que tem três sócios, é um sócio fornecedor de matéria-prima, tem um sócio fornecedor dos equipamentos e tem um sócio comprador do produto. O fornecedor de matéria-prima vende o seu produto a preço de mercado e, portanto, vende adequadamente com condições equilibradas comercialmente. O sócio provedor dos equipamentos e da tecnologia vende o seu equipamento, vende a sua tecnologia, podemos até discutir a eficiência da tecnologia num tempo moderno, com escassez de gás etc., mas não é essa que está em questão a preço de mercado. E o comprador que é um comprador coreano, compra na Coreia a um preço subsidiado em 60%. Onde é que está o subsídio? O subsídio está entre quinhentos milhões de dólares e um bilhão de dólares de prejuízo da PETROBRÁS e duzentos milhões de dólares de prejuízo do Governo do Ceará. Nós achamos que é um absurdo essa situação. Nós achamos que é um absurdo do ponto de vista econômico um projeto que vai dar um prejuízo para o Governo do Ceará de duzentos milhões de dólares e um prejuízo da PETROBRÁS de quinhentos milhões de dólares a um bilhão.

O que nós fizemos? Chamamos os sócios, discutimos com os sócios alternativas, propusemos a eles

várias alternativas, nós temos tido várias reuniões com eles, soube inclusive, que eles deram uma entrevista hoje ao jornal O Globo. Nosso problema não é com o Governo do Ceará, nós queremos viabilizar o negócio com o Ceará, mas não achamos justo que o Ceará pague tanto e que a PETROBRÁS pague tanto. Nós estamos propondo, portanto, várias alternativas. Propusemos vincular o preço do gás ao preço do produto e fazer um mecanismo de variação disso de diminuir o risco futuro da PETROBRÁS e do Ceará. Estamos juntos com o Ceará, não estamos contra o Ceará, estamos juntos com o Governo do Ceará.

Propusemos vincular o preço do gás ao (*inaudível*), uma vez que uma possibilidade de fornecimento pode ser o gás natural liquefeito, cujo preço é (*inaudível*), e, portanto, isso... Mas isso com amortecimentos para não afetar no curto prazo o projeto do Ceará.

Propusemos variação de preços do gás com base no óleo combustível que seria um uso alternativo para usar, no caso deles não pode, porque ele é usado como redutor do aço.

Propusemos modulagens diferentes para os preços crescentes. Essas discussões estão ocorrendo, nós achamos que essa discussão não é com o Governo do Ceará, nós estávamos recusando discutir publicamente isso, porque a nossa discussão não é com o Governo do Ceará, nós achamos um absurdo, tanto a PETROBRÁS, quanto o Governo do Ceará doarem ao povo coreano setecentos milhões de dólares, porque eles vão comprar 60% mais barato do que o preço internacional.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*pronunciamento fora do microfone*)

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Não, é porque é 60% abaixo do preço internacional. Nós propusemos comprar o produto, nós compramos o produto. Nós compramos pelo mesmo preço, nós compramos, e viabilizamos o projeto, nós compramos o chapa de aço, a esse preço nós compramos, nós propusemos isso também. O problema de equilíbrio econômico, nós achamos que é possível ter solução, não é um problema político, não é um problema de apoio ao desenvolvimento cearense, é um problema de transferência de recursos do povo brasileiro, dos acionistas da PETROBRÁS, do povo do Ceará para um dos sócios, porque os dois sócios vão vender a preço de mercado. É um dos sócios. Então, conseqüentemente nós achamos que tinha desequilibrado o projeto.

Então, a discussão não é sobre a filigrana jurídica do contrato. O problema é de equilíbrio econômico do contrato.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Presidente me perdoa aqui interromper, V.Ex^a

terminou, mas eu acho que essa, por que o contrato foi assinado?

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Nós não assinamos o contrato. Nós assinamos um protocolo que tinha uma série de condições. A discussão...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Eu tenho todas elas aqui.

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Nossa avaliação jurídica é perfeitamente válida do nosso ponto de vista de que o contrato, ele é extinto, mas não é essa discussão nossa, porque achamos que há um compromisso tácito, nós temos um compromisso tácito.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – A minha discussão é exatamente essa, é a ruptura de um contrato que foi assinado e rubricado por todas as partes aqui, eu tenho a fotografia de V.S^a.

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Eu não estou negando isso, eu não estou negando, Senadora, eu estou dizendo apenas...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Mas eu estou falando uma coisa de contrato, o contrato não pode se acabar, o Ministro acabou de dizer.

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Nenhum contrato desequilibrado economicamente se mantém nisso. Nenhum contrato desequilibrado.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – E esse juízo quem tem que fazer é o Estado do Ceará e o povo do Estado do Ceará, me perdoe, mas é o povo do Estado do Ceará que tem que fazer. A PETROBRÁS precisa recuar um pouco, talvez, dá um passo atrás e pensar mesmo no lucro imediato que nós só vamos conseguir chegar aonde o Presidente Lula tem anunciado tanto se a PETROBRÁS abrir um pouco mão disso. Me perdoe, mas não é mandar dinheiro para coreano que nós estamos fazendo. Não, é porque o que vocês chamam de prejuízo, para nós, nós chamamos de investimento para o Ceará. Por que é que nas contas do próprio Governo do Ceará, V.S^a está dizendo que não é inimigo do Estado do Ceará e por que o Governo do Estado do Ceará está contra essa decisão da PETROBRÁS? Por que o Governo do Estado não aceita a ruptura desse contrato. Porque ontem mesmo o Governador Lúcio Alcântara saiu atirando também como o ex-Ministro Ciro Gomes dizendo que o que a PETROBRÁS está fazendo é uma injustiça, que ela está dando um calote da mesma forma que nós falamos da Bolívia. É exatamente isso que nós temos que tratar aqui. Eu não estou envolvida nas negociações da empresa, não me interessa quanto a PETROBRÁS ganhe ou quanto a empresa ganhe, o que me interessa é que essa siderúrgica vai trazer empregos para o meu Estado, vai trazer empregos para

o nosso povo e que a PETROBRÁS sabia tanto é que foi o pior momento, está aqui o gráfico, V.S^a tem isso, por que é foi assinado nessa época, a 2 e 44 nessa época? Está aqui nos anexos do contrato, eu tenho tudo na mão. O senhor não pode dizer que isso aqui é apenas uma carta de intenção. Pelo amor de Deus, é o Governo Brasileiro que assinou isso aqui, não foi qualquer pessoa.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Me desculpe intervir, o problema não é só do Ceará, o problema interessa ao Brasil, o Ceará está dentro do Brasil, eu posso dar um palpite também, me permita. Dr. Gabrielli, aqui estão os dados da usina, seria produção inicial de um milhão e quinhentos mil toneladas de chapas de aço destinadas a exportação, como futura segunda etapa que pode dobrar essa produção para três milhões de toneladas, portanto é uma usina de razoável porte, na segunda etapa seria quase do tamanho da CSN, com o impacto poder multiplicador certamente no Ceará muito grande porque pode gerar uma série de indústria subsidiadas, o poder multiplicador é... Eu não sei se a PETROBRÁS pode ou não vender esse preço. Agora o que me preocupa, agora me permite discordar de V.S^a. V.S^a se preocupar se os coreanos, estão comprando aço subsidiado sem encontrar o impacto benfazejo dessa unidade na economia, impacto socioeconômico na economia do Ceará.

O Governo Brasileiro subsidia as usinas de alumínio em Barbacena, preço subsidiado, houve até um tempo atrás, até os contratos se extinguirem. Subsídio, porque energia elétrica na indústria de alumínio, é matéria-prima, é um insumo importantíssimo, é o preço, o custo, ele implica, ele tem um grande peso no custo de produção, na usinagem de alumínio.

Então, o Governo Brasileiro entendeu que valeria à pena subsidiar energia que evidentemente, quem estava comprando a chapa de alumínio, estava, portanto, recebendo uma chapa abaixo do custo, devido o subsídio da energia elétrica, mas o Governo Brasileiro entendeu a época que aquilo era importantíssimo para o Pará e para o Estado do Pará e para a geração de divisa. É uma decisão política, portanto, do Governo Brasileiro. É claro que a PETROBRÁS, como empresa interveniente tem o direito de opinar. Agora a PETROBRÁS decidir se isso é bom ou não para o Ceará porque beneficia o coreano, me desculpe, mas eu não concordo, não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu até quero fazer para que não haja qualquer problema com o Senador Tasso Jereissati, mas assim, nós todos sabíamos que nós temos ordem do dia com votação nominal, a informação que tem, inclusive, a usina parou, porque são autoridades.

Eu queria ver como é que nós vamos conduzir, porque se fosse votação que pudesse ser feita só com manifestação da liderança, não haveria nenhum impedimento de nós continuarmos. Nós temos embaixadores e autoridades.

Então, eu sei que o assunto é extremamente relevante para o Ceará, tem um grau de controvérsia grande e eu não quero também impedir que o assunto flua, mas eu quero saber como é que nós vamos fazer. Porque com a votação nominal é muito difícil a gente permanecer aqui ou fazer qualquer tipo, até porque não é pertinho o Plenário, a gente ir e voltar, e são votações de autoridades que a gente tem que ficar indo e voltando muitas vezes. Então, eu queria ver como é que nós conduzimos.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, nós suspenderemos a Sessão ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Dependemos da decisão do Plenário. A Senadora Patrícia Saboya Gomes está dizendo que se o Presidente Sérgio Gabrielli responder o questionamento feito por ela e por V.Ex^a também e o Senador Tasso pediu também para ser inscrito e, então, com a palavra o Presidente da PETROBRÁS.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Não seria melhor responder os três, depois do Senador Tasso, não? Representante legítimo do Ceará.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – O Senador Tasso parece que quer fazer um questionamento direto, haja vista que ele fez também a sua inscrição.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Na verdade, eu como representante do Ceará, eu estou profundamente chocado em relação ao descumprimento do contrato da PETROBRÁS com o Estado do Ceará e na implantação da siderúrgica. Chocado por várias razões, isso é uma negociação que na verdade não tem três anos, tem muito mais do que três anos até. Isso é uma negociação antiga. Começou mesmo em 94, passou por 96 e por várias etapas dessa negociação quando modificações em função das circunstâncias foram sendo feitas dentro de uma estratégia muito clara de se instalar no Estado do Ceará um complexo siderúrgico que teve até como investimento inicial, Senador Jefferson Peres, a construção do porto. O porto foi construído dentro dessa visão, o porto do Pecém dentro dessa visão que globalizava toda uma negociação com o Governo Federal. Desde o fornecimento do gás até a construção do gasoduto e várias outras obras importantes que vieram sendo efetuadas. Dentro dessas discussões culminou com a assinatura em... A última assinatura que há um contrato, outubro de 2005, que

há um contrato de fornecimento de gás com a siderúrgica que ia ser feita. Em função desse contrato, o Estado investiu muito mais recursos e esse contrato foi assinado, tão bem assinado, teve várias solenidades com a presença de Ministros, com a presença do Presidente da PETROBRÁS, com a presença do Governador do Estado, uma no Rio de Janeiro, outra lá em Fortaleza, outra no Porto do Pecém e tão solidificado estava todo esse entendimento jurídico que o Presidente Lula, em todos os seus programas de televisão eleitoral anunciou como grande obra do Governo, ele chamava de Complexo Siderúrgico do Ceará como obra do seu Governo. No debate e nos debates com o Governador Geraldo Alckmin anunciou também o Complexo Siderúrgico do Pecém com a obra fundamental do seu Governo e nós fomos surpreendidos agora com a notícia de que a PETROBRÁS havia de uma maneira unilateral rompido com esse projeto, com esse protocolo, causando um prejuízo gigantesco ao Estado do Ceará. Talvez, como estão bem gosta de dizer o Presidente Lula, um dos maiores prejuízos da história daquele Estado.

De uma maneira unilateral, sem nenhum tipo de conversa preliminar, nem com as autoridades do Estado, nem com os empresários responsáveis pela implantação do projeto.

A meu ver, isso é importante colocar algumas coisas, eu gostaria de saber a explicação para isso, para uma atitude de uma empresa estatal que o Governo Federal é o dono da empresa e monopolista, portanto, ela só tem sentido ser estatal e monopolista, porque ela atende a interesses estratégicos do País, ela não pode se comportar como empresa privada qualquer, senão não teria sentido. E o que significa isso, qual é o significado, até onde vamos chegar e que pode o Estado do Ceará esperar a curto prazo dessa decisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Presidente da PETROBRÁS.

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Exm^o. Senador Tasso Jereissati, Exm^o Senador Jefferson Peres e Exm^a Senadora Patrícia Gomes, a PETROBRÁS acha que o empreendimento da Usina Siderúrgica do Ceará só é sustentável a longo prazo se for equilibrada entre os sócios e os fornecedores. Se o projeto economicamente não for equilibrado...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Porque o Presidente da República anunciou isso, o senhor anunciou essa dúvida para ele?

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Se não for equilibrado...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – O Presidente da República isso ou ele estava enganado ou ele não sabia?

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Senador a Sessão de hoje é para discutir a situação da Bolívia. Nós levamos sete meses discutindo um contrato com a Bolívia, nós acreditamos que podemos levar sete meses discutindo um contrato com a CEARÁ STEEL. Nós queremos ter uma solução equilibrada e achamos que podemos chegar a uma solução equilibrada. Nós não queremos romper o contrato, nós queremos uma solução equilibrada e uma solução equilibrada porque o modelo, não sei se os Senadores sabem, mas o modelo de fornecimento de gás previsto, a PETROBRÁS recebe um preço, o Governo do Ceará paga uma parte desse preço, é por isso que o prejuízo é do Governo da Ceará e da PETROBRÁS. O fornecedor de matéria-prima recebe preço de mercado, o fornecedor do equipamento e da tecnologia recebe preço de mercado e o produto é vendido abaixo do preço internacional, é por isso que o projeto é desequilibrado entre as empresas e os fornecedores, não é com o Governo do Ceará. O Governo do Ceará, não deve dar mais um centavo do projeto porque ele já está no limite do que ele pode dar. O problema é entre as empresas sócias do projeto e o fornecedor do gás que é a PETROBRÁS e isso é um processo de negociação entre as empresas e a PETROBRÁS.

O envolvimento político da questão, evidente que é um desenvolvimento real, mas isso vai significar assumir o pagamento de um custo de longo prazo, num horizonte de vinte anos, entre depender do preço do gás, por isso a variação de valores. No caso da PETROBRÁS entre quatrocentos e oitenta milhões de dólares e um bilhão de dólares, dependendo do cenário de preços, isso é o prejuízo que a PETROBRÁS vai ter se assinar esse contrato. Porque esse contrato não está assinado ainda.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – A conta do Governo do Estado e das empresas que nós fizemos é cento e oitenta e dois milhões divididos entre as três, agora. Esse cálculo agora, inclusive porque no cálculo da PETROBRÁS, eu não sei se V.S.^a viu, no cálculo da PETROBRÁS vocês falam até em malha, e é do Pecém para o Pecém, vocês estão computando 120%, enquanto todos os empreendimentos da PETROBRÁS é de 100%. Vocês estão pedindo 15%, enquanto todos os empreendimentos são de 8%. Por que essa diferença com essa negociação? E a última pergunta, eu entendo que o senhor está dizendo aí, agora me diga uma coisa, por que sabendo de tudo isso, a PETROBRÁS assinou esse convênio?

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Não assinou. Tudo bem, o convênio, o memorando sim, o contrato não, o contrato não está assinado. Isso é uma discussão jurídica, Senadora.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Então assinou o memorando de má fé?

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Não, assinou para viabilizar uma etapa.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – O senhor me desculpe, Presidente, mas eu preciso dar umas informações que estão profundamente equivocadas aqui, eu não sei se elas são equivocadas, Presidente, ou se elas são distorcidas de uma maneira proposital.

O que V.S.^a está chamando de prejuízo é o que nós chamamos no Estado do Ceará, no Estado da Bahia, no Estado do Rio Grande do Norte, no Estado de São Paulo, no Estado do Rio de Janeiro de subsídio. Quando o Estado da Bahia fez um esforço gigantesco que mudou a Bahia, agora, recentemente, e conseguiu graças ao trabalho dos seus representantes instalar, ela, o Estado da Bahia, diretamente, abriu mão de uma série de recursos, investiu uma série de recursos para tornar viável um empreendimento tido como um empreendimento que alavanca o desenvolvimento.

Então, por favor, essa visão de prejuízo é uma visão equivocada, a palavra é mal colocada. Nós demos o incentivo primeiro, até agora o incentivo não foi recebido pela empresa empreendedora, só a PETROBRÁS recebeu esse incentivo até agora.

Senador Tourinho, em 1996, se eu não me engano, eu posso me equivocar no ano, nós fizemos um incentivo, demos o incentivo fiscal a PETROBRÁS na instalação da LUMINOR e mais, eu não chamo de prejuízo, não foi prejuízo que nós tivemos com a PETROBRÁS, foi incentivo. Com o objetivo desse incentivo fiscal servir de base, já que nós não tínhamos recurso para garantir o fornecimento de gás a um preço que tornasse a siderúrgica competitiva, nós demos o incentivo diante a PETROBRÁS que recebeu, não sei a conta exata, mas deve ser mais de cem milhões a preço histórico, cento e trinta e sete milhões que a PETROBRÁS recebeu já de incentivo do Estado para servir de contrapartida para garantir o fornecimento de gás a determinados preços que seriam os preços competitivos.

Essa, primeiro, nessas contas, qualquer conta que seja feita, tem que levar em consideração o preço dos incentivos capitalizados, atualizados, trazidas a valor de hoje dos incentivos que foram dados a PETROBRÁS, e hoje, portanto, é incentivo do Estado que está na mão não dos coreanos, nem dos italianos, está no bolso da PETROBRÁS.

Segundo, isso não é prejuízo, é incentivo aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado que é uma política que todos os estados brasileiros fazem e fizeram.

Então, eu gostaria de corrigir. Segundo, essa conta de quinhentos milhões, eu vi, não é correta, porque, primeiro, ela não leva em consideração os incentivos já dados aos investimentos já feitos pela, no caso, pelo Estado e dados a PETROBRÁS, portanto, a PETROBRÁS deve ao Estado. E segundo porque o preço de mercado é levado em consideração, o mercado spot que a longo prazo, contratos como os que V.S^a sabe melhor do que eu, o Ministro sabe melhor do que eu, não são feitos contrato nenhum de longo prazo, de atacado, de grandes quantidades a empresas, a preço do mercado spot. Eu não sei se esses números são feitos de uma maneira proposital, ou é distorcer os números para causar uma confusão, a meu ver, maliciosa, maliciosa para que as pessoas não entendam a gravidade do problema que a PETROBRÁS está causando.

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Senador, primeiro lugar, a PETROBRÁS não se manifestou, pela primeira vez a PETROBRÁS está se manifestando publicamente aqui, porque ela acha que seria uma discussão com os sócios privados, portanto, não tem nenhuma criação de situação de conturbação sobre o assunto, porque a PETROBRÁS fez isso no plano da negociação comercial com os sócios privados.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Isso não existe.

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Se o Senador me permitir falar.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Eu vou lhe permitir, mas alguns princípios que V.S^a está colocando precisam ser imediatamente esclarecidos. Não existe negociação entre duas empresas privadas. Toda a negociação foi feita a três. Estado do Ceará, PETROBRÁS e Governo do Brasil. Não é PETROBRÁS, via Ministério e a empresa privada com o objetivo de trazer uma empresa privada para investir no Brasil. Evidentemente, se desde o início, só fosse colocada a discussão entre duas empresas privadas, uma das quais, monopolista e estatal isso nunca teria havido porque não é lucro imediato para essa empresa. Esta negociação é a três. O incentivo é do Estado, não é da empresa, que nós repassaríamos a empresa siderúrgica que nós quiséssemos, ou aquela que estivesse disposta a investir no Ceará e não essa empresa que está aí, apenas.

Portanto, essa conversão de que a negociação é comercial entre os dois, não é possível, a PETROBRÁS não é uma empresa comercial comum, ela é estatal e

monopolista e precisa atender... E entrou nessa história por ser pertencente ao Governo Federal.

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Senador, há uma relação comercial entre a PETROBRÁS, fornecedora de gás e a CEARÁ STEEL que é de três empresas privadas, duas internacionais e uma brasileira. Portanto, queiramos ou não existe essa relação comercial.

O segundo elemento que eu queria comentar é que subsídios ocorrem quando se ajusta um custo a preço de mercado, é isso que subsídio. Prejuízo é quando o ajuste de custo faz venda abaixo do preço de mercado. E é isso que está acontecendo na Usina Siderúrgica do Ceará, por isso que eu estou chamando de prejuízo. Não é que no caso da FORD na Bahia, o subsídio é para vender automóvel a preço de mercado. Porque uma das alternativas que nós oferecemos foi trocar o contrato de off-taker(F) da venda das chapas, nós compramos as chapas a esse preço. Não há problema, a PETROBRÁS precisa de chapa de aço para programa de gasoduto, para plataforma, nós precisamos de chapa de aço. Uma das alternativas que nós colocamos na Mesa de negociação foi nós compramos o produto a esse preço nós compramos porque é abaixo do preço de mercado, por isso que é prejuízo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – O preço da chapa também que foi negociado?

SR. SÉRGIO GABRIELLI – É. Nós propusemos, Senador, o Senador não tinha chegado ainda, mas eu falei que nós apresentamos várias alternativas de mudança de preço e vinculação do preço do gás ao preço da chapa, vinculação do preço do gás ao um fundo de ajuste ao longo do tempo para em função da variação do preço do gás.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Mas isso é uma negociação aceitável.

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Mas nós propusemos, está escrito, nós apresentamos, tem Ata escrita com as três empresas.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Desde que a preço base seja razoável que...

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Com todas as empresas, o problema é que nós não podemos aceitar, Senador, é assinar um contrato que no início dá um prejuízo de quinhentos milhões de dólares a PETROBRÁS.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Esse prejuízo não é fácil, o senhor depois me mostra essa conta (*soa a campainha*) A que preço o prejuízo? A que preço? Está colocando a que preço de mercado?

SR. SÉRGIO GABRIELLI – A Senadora perguntou, porque a diferença de preço, é porque o preço do gás que a siderúrgica está considerando é 3 e 90.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – E o preço que V.S^a?

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Nós consideramos 5 e 50.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Cinco não é o preço do mercado.

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Porque o preço do gás, hoje, é mais do que isso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – No atacado não existe esse preço a longo prazo. Não existe esse preço. V.Ex^a, eu lhe garanto que nenhum contrato de gás a longo prazo para siderúrgicas e grandes consumidores tem este preço. A pessoa me garante o contrário que acima de cinco, preços de longo prazo.

SR. SÉRGIO GABRIELLI – O preço de gás é um preço local com exceção do GNL. Todo o preço de gás é dependente das condições de infra-estrutura para distribuição. Com exceção do GNL. O GNL tem preço internacional. Não existe nenhum caso no mundo de siderúrgica com preço de base no GNL.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Tasso, o Ministro Silas quer fazer uma observação que talvez equacione o problema, talvez momentaneamente.

MINISTRO SILAS RONDEAU – Não, quem sou eu para resolver no momento o problema. Mas, olha, na realidade é o seguinte, Senadora Patrícia e Senador Tasso, veja só, eu quero dizer, mais uma vez, me senti muito orgulhoso de estar aqui com os senhores. Hoje, fui convidado para tratar do assunto do gás da Bolívia, na realidade, eu encontrei um caminho do gás da Bolívia com o Ceará, está certo, porque na realidade, no planejamento da PETROBRÁS, através do GASENE, nós estaríamos integrando toda essa malha, e eu acho que faz parte da equação de solução de todo o atendimento do gás, até o Ceará com a questão do gás da Bolívia pela integração que eu tenho desses gasodutos. Mas, infelizmente, e isso naturalmente todos nós entendemos, o assunto acabou se concentrando na Usina Siderúrgica do Ceará, que é um assunto muito importante, é importante para o Governo, é importante para o Estado do Ceará, é importante para a PETROBRÁS também. Mas eu acho que não está arredondado suficientemente até porque eu percebi aqui que tem bastante dúvida para ser esclarecida. Eu proponho o seguinte, eu me comprometo com o Ministro de Estado de Minas e Energia chamar uma reunião com os três participantes: O agente privado, a PETROBRÁS e o Governo. Vamos tentar fazer, vamos chegar num ponto em que a gente tenha condições, e até mesmo, e me comprometo juntamente com o Gabrielli, numa

outra audiência específica sobre a questão da Usina Siderúrgica do Ceará agora nós podemos...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Podemos fazer isso e nós apoiamos tanto a posição do Ministro, quanto a posição do Senador Tasso Jereissati, quanto a Senadora Patrícia Saboya Gomes. Com certeza, nós podemos criar esse ambiente, marcarmos uma nova data e acataremos.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Gostaria de parabenizar o Ministro e agradecer por duas razões, primeiro, isto tem sentido. Porque é um investimento em que os Estados estão envolvidos, então isso tem sentido. E tem recursos do Estado do Ceará do ponto de vista estratégico envolvido, assim como o País também. Inclusive é importante a participação do Ministro como o Ministro porque não é visão apenas da empresa PETROBRÁS. É evidente, que a empresa quer sempre aumentar os seus lucros o máximo. Mas uma empresa monopolista tem que estar sobre cuidados de qualquer órgão em qualquer parte do mundo.

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Mas não é monopolista.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – É apenas impressão. (*risos*) É apenas uma leve impressão de nós da torcida do Flamengo e do Corinthians.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Então ficamos combinados...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Só para terminar, e a outra, Ministro, como ente político, porque isso tudo que foi dito aqui é inconcebível que o Presidente da República tenha feito todo um discurso falando dessa siderúrgica e depois vai ser dito aqui que o Presidente, ou o Presidente não sabia de nada, ou aqui está sendo chamado o Presidente de sei lá o que.

Então, é muito importante que haja e uma visão do Estado Brasileiro sobre a questão do Estado do Ceará sobre a questão das empresas, mas a empresa tendo o olho do Estado em cima dela também.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Ok, então, ficamos combinados que faremos... A Senadora Patrícia Saboya Gomes vai apresentar, a Senadora Patrícia apresenta o Requerimento para nós fazermos uma nova Sessão ou então, participamos já lá mesmo no Ministério. Uma reunião primeiro no Ministério, é isso? Com a presença do Presidente da PETROBRÁS que também hoje deu uma demonstração clara de competência, de capacidade que também articulado com o Ministro pode ajudar muito em vencermos essa etapa, esse impasse. Ok, Presidente? Senador Rodolpho Tourinho, eu gostaria também de ouvir a opinião de V.Ex^a.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)

– Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Presidente da PETROBRÁS, eu com muito prazer cedi o meu tempo para a Senadora Patrícia, mas nós já estamos na Ordem do Dia. As coisas que eu queria saber até dizem respeito também de alguma forma ao Ceará que uma das coisas, GASENE, são as mesmas, Presidente. Gasene, Manati, Urucum, Porto Velho, enfim, nenhuma novidade, então eu me permitiria, se pudesse, mandar um e-mail para o senhor, solicitando informações técnicas, nada mais do que isso e eu acho que não tiraríamos também a importância do que essa discussão sobre a questão do Ceará, que a Bahia evidentemente apóia com toda a força nisso em relação a tudo que pode ser feito para desenvolver o nordeste que também é do Presidente Gabrielli.

De forma que eu creio que é um bom caminho, esse caminho de sentar, eu acho que é importante Senador Tasso, e buscar a solução, que tem que ter a solução. É realmente um investimento importante para o Ceará, como foi importante para a Bahia o complexo da FORD. Custou no começo muito e hoje, eu acho já zerado com relação a todo aquele investimento que foi feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Eu passo a palavra ao Dr. Sérgio Gabrielli como Presidente da PETROBRÁS para suas considerações finais.

SR. SÉRGIO GABRIELLI – Bom, eu quero agradecer o convite a Comissão para vir expor os detalhes do contrato do gás e a oportunidade de ter discutido também a situação da Usina Siderúrgica do Estado do Ceará. Eu acho que se nós pudéssemos fazer uma discussão sem grande repercussão pública é melhor, é mais produtiva, porém estamos considerando a possibilidade também de fazer essa discussão mais amplamente. É evidente que nós consideramos o projeto, deve ser viável, porque um projeto que não é economicamente viável, ele não se sustenta ao longo prazo, nós consideramos a importância disso, não se sustenta, não porque o Governo do Ceará pode vir a continuamente ficar dando o subsídio, mas a PETROBRÁS não vai poder continuamente dar subsídio. Ele vai em algum momento, ela vai colocar o processo do desequilíbrio. Então isso se torna insustentável se o projeto só se viabiliza com o prejuízo da PETROBRÁS e com Governo do Estado.

Portanto, nós achamos que devemos encontrar uma saída e achamos que é possível encontrar uma saída, é um processo negocial que nós consideramos normal, não há nenhuma coisa anormal, as cartas que foram enviadas para a empresa são cartas comuns

em contratos desse tipo, não há nenhuma anomalia especial para o caso do Ceará.

Portanto, nós estamos concordando com esse encaminhamento, sugestão do Ministro Silas e aceita pelo Senador de fazer uma reunião e posteriormente, se for o caso, vir a Comissão para discutir o problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Ministro Silas Rondeau para as suas considerações finais.

MINISTRO SILAS RONDEAU – Srs. Senadores, eu quero mais uma vez agradecer o convite de V.Ex^{as} aqui, para estar aqui debatendo esses assuntos que como nós vimos não só importantes, mas são capazes de inflamar a nossa discussão até o momento que foi paralisado praticamente por conta do compromisso de vocês, ao ponto que eu agradeço isso, me coloco também como sempre, mais uma vez, ao inteiro dispor para sempre que houver um tema de interesse envolvendo o Ministério de Minas e Energia, nós estaremos aqui para prestar esses esclarecimentos, aqui na hora, ou encaminhamentos suplementares ou através de qualquer outro meio.

Eu queria só terminar afirmando que o Brasil, ele não terá soluções energéticas. Nós estamos absolutamente seguros de que com o apoio da classe técnica, com o apoio dos senhores aqui no Congresso que eu tenho certeza que estarão juntamente conosco para vencer todos os desafios da agenda do desenvolvimento do País, mas principalmente no que diz a questão de petróleo, gás e energia elétrica, nós estaremos contando com os senhores e certamente ultrapássemos esses óbices.

O Brasil, agora, nós temos sim, uma cultura de planejamento, o senhor não estava aqui, Senador Tasso, estamos oferecendo agora até o dia 15 de dezembro já o Planejamento Nacional de Energia até o ano de 2030, nós temos sim, um Comitê de Monitoramento que acompanha no curto espaço a sincronia entre o crescimento da carga e o atendimento das novas fontes e nós temos, sim, por obrigação, mas também por prática exercido a melhor transparência possível para que deixe tranqüila a sociedade de uma maneira geral.

Então, estou à disposição sempre para que nós venhamos aqui discutir qualquer assunto referente a questão de energia e mais uma vez agradecer o convite, mas principalmente agradecer o apoio dessa Casa aos grandes desafios que nós temos que enfrentar no sentido de nos dar as ferramentas que essa Casa pode dar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Fica portanto encerrada a presente Sessão.

(soa a campanha)

Sessão encerrada às 17h51

Ata da 32ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 12 de dezembro de 2006, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia doze de dezembro do ano de dois mil e seis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Lúcia Vânia, José Agripino, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Gilberto Mestrinho, Ney Suassuna, Pedro Simon, Valter Pereira, Aloizio Mercadante, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy, Patrícia Saboya Gomes, Delcídio Amaral, Aelton Freitas, Antonio Carlos Valadares, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Jonas Pinheiro, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Gerson Camata, Mão Santa, Sérgio Cabral, Valdir Raupp, Ana Júlia Carepa, Fernando Bezerra e João Ribeiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos o Presidente comunica o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento, Mensagem nº 245/06 (nº 1.034, na origem), de 1º de dezembro de 2006, da Presidência da República, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês outubro de 2006, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas; Aviso nº 40/06 (nº 476, na origem), de 23 de novembro de 2006, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de outubro de 2006, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; e Aviso nº 41/06 (nº 501, na origem), de 06 de dezembro de 2006, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de novembro de 2006, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. Os expedientes serão posterior-

mente encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da Pauta da Reunião; Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2005, não terminativo, que “dispõe sobre a duração do trabalho dos farmacêuticos”, de autoria do Deputado José Carlos Coutinho, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Aelton Freitas, usa da palavra o Senador Romeu Tuma, que solicita Vista. A Presidência concede Vista ao Senador Romeu Tuma nos termos regimentais; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2005, terminativo, que “estabelece normas gerais para a simplificação do procedimento de registro de empresários e pessoas jurídicas no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CCJ e com as Emendas nºs 02 e 03 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador José Agripino, usa da palavra o Senador Romero Jucá. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 02-CCJ-CAE, 03-CAE e 04-CAE por dezessete votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2004, terminativo, que “dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente sobre os veículos automotores que especifica, e dá outras providências”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2005, não terminativo, que “dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem atendimento por telefone, internet ou outro meio similar”, de autoria do Deputado Wellington Fagundes, tendo como Relator o Senador João Ribeiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A apreciação da matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2006, não terminativo, que “altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para permitir a comercialização, por supermercados, de medicamentos cuja venda e dispensação não dependam da apresentação de prescrição”, apresentado como conclusão do Parecer nº 552, de 2006, da Comissão de Direitos Hu-

manos e Legislação Participativa, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Aelton Freitas, usa da palavra o Senador Ney Suassuna. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela rejeição do Projeto; Item 06-Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005, não terminativo, que “dá nova redação aos incisos I e III do caput do art. 5º e aos incisos I e III do caput do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (igual a incidência da CIDE sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação)”, de autoria do Deputado Roberto Balestra, tendo como Relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Em 03/10/06, foi concedida Vista à Senadora Ideli Salvatti, nos termos regimentais. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, para estabelecer que parte do produto da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) seja destinada ao município de origem”, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2004, terminativo, que “altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, para incluir a obrigatoriedade de identificação do apostador nas loterias de números administradas pela Caixa Econômica Federal”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2004, terminativo, que “dispõe sobre o emprego de rendimentos auferidos das aplicações, no mercado financeiro, das receitas tributárias da competência dos Estados, Distrito Federal, Municípios e das transferências obrigatórias da União para os entes federados, bem assim dos Estados para os Municípios”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 11/04/06, foi lido o Parecer pela Relatora, sendo adiada a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2006, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetá-

rias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para estabelecer limites à cobrança de multa, juros de mora e despesas de cobrança decorrentes de inadimplemento de obrigações de consumidores”, de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2004, terminativo, que “acrescenta dispositivo à Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, para estabelecer o percentual mínimo do produto de arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinado à conservação, recuperação e ampliação da malha rodoviária”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 04/07/06, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2003, terminativo, que “modifica a redação do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7713, de 22 de dezembro de 1988, alterada pelo artigo 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e pelo artigo 30 da Lei nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda das pessoas físicas acometidas pelas moléstias que especifica”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2006, não terminativo, que “altera o art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, para prorrogar, por mais dez anos, a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2003, terminativo, que “autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Fornecedores de Cana-de-açúcar – PROAF – Cana-de-açúcar”, de autoria do Senador Renan Calheiros, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2003, Comple-

mentar, não terminativo, que “altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”, de autoria do Senador Osmar Dias, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Jefferson Peres, que oferece Parecer pela rejeição dos Projetos. A apreciação da matéria é adiada; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que “acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica”, de autoria do Senador Almeida Lima, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, incluindo como beneficiário da lei os representantes comerciais”, de autoria do Senador Leonel Pavan, e com o Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2005, terminativo, que “altera a legislação tributária federal para incluir os estabelecimentos de ensino médio entre as pessoas jurídicas passíveis de adesão ao Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, e dá outras providências”, de autoria do Senador Ney Suassuna, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável ao PLS nº 129, de 2003, ao PLS nº 183, de 2003, e ao PLS nº 291, de 2005, nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 17-Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2004, terminativo, que “acrescenta § 6º ao art. 43, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a formação do cadastro positivo nos Sistemas de Proteção ao Crédito”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Gilberto Mestrinho, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CCJ. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Gilberto Mestrinho, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por dezessete votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, com a Emenda nº 02-CCJ-CAE; Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2005, terminativo, que

“altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 11.052, de 29 de dezembro de 2004, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores da forma incapacitante de linfangioleiomiomatose pulmonar”, de autoria do Senador Fernando Bezerra, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 02 que apresenta, e com o acolhimento da Emenda nº 01, de autoria do Senador Romeu Tuma. Em 05/09/06, foi lido o Parecer pelo Relator, sendo encerrada a discussão e adiada a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2006, terminativo, que “concede isenção tributária à Academia Brasileira de Letras, à Associação Brasileira de Imprensa e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e cancela os débitos fiscais dessas instituições”, de autoria do Senador José Sarney, tendo como Relator o Senador Jorge Bornhausen, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 20-Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2004, não terminativo, que “acrescenta o § 9º ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, excetuando a aposentadoria no valor de um salário mínimo do cálculo da renda mensal per capita para a percepção do benefício da prestação continuada”, de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. Em 05/09/06, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 21-Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira”, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, tendo como Relator o Senador Flávio Arns, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. A apreciação da matéria é adiada; Item 22-Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2002, terminativo, que “concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual”, de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como

Relator o Senador César Borges, que oferece Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta, e pela rejeição das emendas nºs 05 e 06 apresentadas pelo Senador Ney Suassuna. Em 02/12/03, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 23-Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2005, não terminativo, que “altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, acrescentando dispositivo sobre a concessão de financiamento para a aquisição de tratores, colheitadeiras, máquinas, implementos e equipamentos agrícolas”, de autoria do Deputado Moacir Micheletto, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da matéria é adiada; Item 24-Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, não terminativo, que “altera o § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, para incluir a literatura de cordel entre os segmentos beneficiados com a dedução integral do imposto de renda devido sobre as quantias destinadas a doações e patrocínios”, de autoria do Senador Efraim Morais, tendo como Relator o Senador Leonel Pavan, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 25-Emenda nº 01-Plen oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2005, não terminativa, que “reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidentes sobre os produtos que menciona”, de autoria do Deputado Nelson Bornier, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer pela rejeição da Emenda nº 01-Plen. A apreciação da matéria é adiada; Item 26-Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2003, não terminativo, que “dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas, do dobro das despesas realizadas em Programas de Hospedagem para Lazer do Trabalhador, institui o vale-hospedagem e dá outras providências”, de autoria do Senador Leonel Pavan, tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador José Agripino, usam da palavra os Senadores Romero Jucá e Leonel Pavan. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01,

02 e 03—CAE apresentadas; Item 27-Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2005, não terminativo, que “dispõe sobre a destinação dos valores havidos ilicitamente pelos agentes públicos e recuperados pelas pessoas jurídicas de direito público ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente”, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A Presidência designa o Senador Ney Suassuna Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Parecer pelo Senador Ney Suassuna, usam da palavra o Senador Romero Jucá e a Senadora Patrícia Saboya Gomes. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela aprovação do Projeto; Item 28-Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2006, Complementar, não terminativo, que “define montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal”, de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Após a leitura do Parecer pelo Senador Rodolpho Tourinho, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, que solicita Vista nos termos regimentais, Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Osmar Dias, Valter Pereira, César Borges, Jefferson Peres, Aelton Freitas e Patrícia Saboya Gomes. A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 29-Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2005, terminativo, que “altera a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para submeter os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia ao regime cumulativo da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. Em 05/12/06 foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Romeu Tuma, usam da palavra os Senadores Romero Jucá e Rodolpho Tourinho. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por dezessete votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, com as Emendas nºs 01, 02 e 03-CAE; Item 30-Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2006, não terminativo, que “acrescenta art. 2º-A à Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e art. 1º à Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de

1985, e art. 2º-D, à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para permitir a concessão dos benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e de Vale-Transporte aos trabalhadores desempregados, durante o período de frequência a curso de capacitação, readaptação ou reciclagem, e dá outras providências”, de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Wellington Salgado, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 31-Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2006, não terminativo, que “autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Incentivo à Conservação da Natureza, destinado a promover a conservação da natureza, mediante a concessão de incentivos fiscais”, de autoria do Senador Delcídio Amaral, tendo como Relator o Senador João Ribeiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 32-Projeto de Lei do Senado nº 610, de 1999, não terminativo, que “institui normas para fixação de tarifas a serem cobradas pelo abastecimento de água e pelos serviços de esgotamento sanitário no país, regula a transferência do controle das instituições provedoras desses serviços e dá outras providências”, de autoria do Senador Geraldo Melo, tendo como Relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada. São apreciadas, ainda, as Matérias constantes da Extrapauta, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999) – Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências”, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece Parecer favorável ao Projeto com o acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 1, 5, 6 e 7-CCJ; 8, 12, 13, 14 e 15-CAE; 17, 18, 19, 20, 22, 24, 26, 29, 30, 32 e 33 de Plenário; e ainda 39 e 41-CCJ-CAE, nos termos do Substitutivo que apresenta, ficando rejeitadas as demais Emendas. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Após a leitura do Relatório pelo Relator, usam da palavra os Senadores Edison Lobão, Romeu Tuma e Osmar Dias. A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 02-Mensagem Do Senado Federal nº 244, de 2006,

não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$ 3,074,360.33 (três milhões, setenta e quatro mil, trezentos e sessenta dólares dos Estados Unidos da América e trinta e três centavos), entre a República Federativa do Brasil e o DF Deutsche Forfait S.R.O, cujos recursos destinam-se à aquisição de equipamentos hospitalares a serem fornecidos pela empresa MDS Nordion Inc, no âmbito do “Programa de Modernização Gerencial e Reequipamento da Rede Hospitalar”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Osmar Dias, colocado em votação a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova também Requerimento de Urgência para a Matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se hoje, 12 de dezembro de 2006, às 10h45, na Sala de Reuniões nº 19, na Ala Alexandre Costa. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam, e as Sras. Senadoras, permaneçam como se encontram. Aprovado. Com a presença, inclusive, do Senador Romeu Tuma, nosso Vice-Presidente.

SENADOR JORGE BORNHAUSEN (PFL-SC)
– Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Um minutinho só, Presidente Bornhausen. A Ata será publicada no Diário Oficial do Senado Federal. Comunico aos membros desta Comissão que recebemos os seguintes documentos para conhecimento: Mensagem nº 245/2006, de 1º de dezembro de 2006, da Presidência da República, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º... Senador Heráclito Fortes, bom dia. Da Lei nº 9.069, o demonstrativo das emissões do real, correspondentes ao mês de outubro de 2006. As razões dela determinantes é a posição das reservas internacionais a ela vinculadas; Aviso nº 40, de 23 de novembro de 2006, do Ministério da Fa-

zenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41, da Resolução do Senado Federal 43, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no Ministério da Fazenda no mês de outubro de 2006, tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios; Aviso 41, nº 501 na origem, de 6 de dezembro de 2006, também do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de novembro de 2006, tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios. Os expedientes serão posteriormente encaminhadas aos membros da Comissão, por meio de ofício circular.

Quinta-feira, teremos a 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, dia 14 de dezembro de 2006, às 10h, na sala de reuniões também aqui com Audiência Pública com a finalidade de apresentar e debater assuntos referentes à política nacional para o setor e suas conseqüências no PIB na geração de emprego e no IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, em atendimento ao Requerimento 59, da eminente Senador Ideli Salvatti, Líder do Partido dos Trabalhadores no Senado Federal. Foram convidados o Dr. Paulo Simão, Coordenador da Unidade Nacional da Construção, o Dr. Décio Tenerelo, Presidente da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança, ABECIP e o Dr. José Carlos de Oliveira Lima, Coordenador do Comitê de Cadeia Produtiva da Indústria da Construção Civil da FIESP, da Federação das Indústrias de São Paulo. Pela ordem, o Senador Jorge Bornhausen, do PFL Santa Catarina.

SENADOR JORGE BORNHAUSEN (PFL-SC)

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, extra pauta foi apresentada pelo Senador Tourinho o relatório sobre o Projeto de Lei do Senado 646/99, a respeito das Emendas de Plenário, uma vez que ele já foi aprovado nesta Comissão e na Comissão de Constituição e Justiça, eu devo esclarecer a V.Ex^ª. que esse projeto estava com o Senador Ramez Tebet e que deixou de ser apreciado, em função dos motivos que todos nós desta Casa conhecemos, mas eu quero fazer aqui uma homenagem a ele, que lutava por esta igualdade entre FISCO e contribuinte. Como esse projeto pode merecer um pedido de vistas, eu solicitaria que fosse feita a inversão da pauta e lido o relatório do Senador Rodolpho Tourinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Pedido de inversão de pauta, do Senador Jorge Bornhausen. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Inverteremos a pauta e iniciaremos com o projeto da Comissão de Assuntos Econômicos que se encontra em reexame, o Projeto de Lei do Senado 646/1999, complementar, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências. Que tem como autor o Senador Jorge Bornhausen e Relator, o Senador Rodolpho Tourinho, a quem passo a palavra. É extra pauta. Invertamos a pauta, a pedido do Senador Bornhausen... Uma cópia para o Senador...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Esse é um projeto bastante antigo que já está aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – O projeto já foi votado aqui, foi para o Plenário, no Plenário, ele foi Emendado e sofreu Emendas e retornou à CAE. Com palavra o Relator, Senador Rodolpho Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)

– Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, o Projeto de Lei que estamos apreciando veio a esta Comissão de Assuntos Econômicos em caráter de reexame, após ter sido exaustivamente debatido e aprovado com aprimoramentos pela CCJ e por esta Comissão, tanto na tramitação ordinária como em uma segunda oportunidade, na apreciação de Emendas de Plenário. Trata-se do Projeto de Lei 646/1999, Lei Complementar, de autoria do eminente Senador Jorge Bornhausen, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e que ficou conhecido como Código de Defesa do Contribuinte.

Vê-se, portanto, que o Código de Defesa do Contribuinte já tramita nesta Casa há sete anos, período em que teve como Relatores os eminentes Senadores Edison Lobão, Bello Parga, Roseana Sarney e Ramez Tebet, a quem, neste momento, presto as minhas homenagens e reconhecimento pelo aprofundamento que vinha fazendo sobre o código quando nos deixou. Inclusive em várias oportunidades tivemos ocasião de conversar com o Senador Ramez Tebet sobre essas mudanças, de forma que a minha homenagem é muito especial a ele.

Honrado que fui com a designação dessa Relatoria, Sr. Presidente, coube-me fazer uma acurada análise dos dispositivos do código de todas as Emendas de Comissão e de Plenário, mesmo aquelas que já haviam sido aprovadas, pois, desde a apresentação do projeto, no ano de 1999, mudanças de ordem política, legislativa e administrativa nos obrigam a atualizá-la e adaptá-la ao panorama da política tributária vigente. Alguns dispositivos do código, então inovadores, pas-

saram a ser tratados por outros diplomas legais, outros ficaram obsoletos, em razão de avanços tecnológicos, alguns foram confirmados pela jurisprudência dos Tribunais Superiores ou outros rejeitados.

Além desse processo de adequação que eu promovi no projeto, as alterações que hora apresento se limitam a dispositivos que tenham sido objetos de Emendas.

Sr. Presidente, considerando que o parecer já está à disposição de todos os Srs. Senadores, acompanhado de tabela comparativa entre o texto original e o texto que submeto à aprovação desta Comissão, entendo que a matéria já está suficientemente debatida, desde lá 1999, e amadurecida para votação.

Este instrumento legal vem para proteger o contribuinte brasileiro e em boa hora, quando estamos, em paralelo, discutindo a fusão da Secretaria da Receita Federal com a Receita Previdenciária. Nada mais justo e oportuno do que o legislativo modernizar a legislação tributária para proteger o contribuinte, razão pela qual parabeno o autor do projeto, o Senador Jorge Bornhausen, também V.Ex^a., Presidente Luiz Otávio, por incluir esta matéria tão importante na pauta da CAE.

O meu voto, diante do exposto, em reexame, o voto é pela aprovação do PLS 646/1999, com acolhimento parcial ou total das Emendas, conforme está detalhado no parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Há um pedido de vistas da Senadora Ideli, o Senador Romeu Tuma também reforçou o pedido e será concedido pedido de vista... Senador Lobão, por favor, V.Ex^a. com a palavra.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, que este é um País de muitas leis, nós temos, em plena vigência, cerca de 180 mil leis no Brasil. Todavia, ainda nos faltava uma lei desta natureza, um diploma legal que possa proteger também o contribuinte. Foi muito oportuno o Código de Defesa do Consumidor, mas, indiscutivelmente, faltava-nos este diploma legal, o Código de Defesa do Contribuinte. E já que se pede vista, eu deixarei para discutir mais profundamente esta matéria, por ocasião da sua votação, eu que fui Relator na Comissão de Constituição e Justiça e apresentei a ele o meu parecer favorável.

Então, quando tivermos que votar, já na próxima semana, este projeto, eu falarei mais amplamente sobre as suas qualidades e sobre o seu mérito. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu gostaria de cumprimentar o Senador Bornhausen pela iniciativa do projeto e também o Senador Tourinho, porque a cada projeto ele tenta configurar dentro do projeto da Super Receita, alguns artigos importantes em defesa do contribuinte. Eu acho que realmente nós temos feito várias alterações nessa área de busca de uma melhor aplicação tributária e falta esse elemento importante que é o contribuinte, porque ele, em tese, pouco pode fazer quando está sob fiscalização. O Senador Tourinho verificou o problema do prazo, o prazo do tempo que o fiscal pode abrir e terminar, que é um debate que está havendo para alterar para dois anos, não é isso, Senador Tourinho? E V.Ex^a. tem procurado de todas as formas equilibrar para poder sair um projeto harmônico e acredito que conseguirá a aprovação desse do Senador Bornhausen.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Presidente, eu também gostaria de cumprimentar o Senador Jorge Bornhausen pela autoria do projeto, mas eu vou aguardar o momento da discussão do projeto, para me manifestar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Vista coletiva concedida. Passamos, então, à pauta original.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – V.Ex^a. me designou Relator de um projeto ou de uma mensagem, que solicita um empréstimo à República Federativa do Brasil. Não sei se V.Ex^a. gostaria que eu apresentasse o parecer agora ou entraríamos a pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Não, Senador Osmar Dias, é interessante, porque é um projeto de três milhões e setenta e quatro mil dólares dos Estados Unidos da América para o programa de modernização gerencial e reequipamento da rede hospitalar. Isso é uma Mensagem da Presidência da República e, como trata-se de um projeto para a área de saúde, inclusive um valor bastante importante esse recurso. Então, eu darei a prioridade para este projeto. Então V.Ex^a. já fica designado Relator e, por conseguinte, pode relatar o projeto. V.Ex^a. com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, assim como V.Ex^a. já explicou, é o valor de três milhões e setenta e quatro mil e trezentos e sessenta dólares e trinta e três centavos de empréstimo. Os recursos da operação de crédito destinam-se à aquisição

ção de equipamentos hospitalares a serem fornecidos pela empresa MDS Nordium e no âmbito do programa de modernização gerencial e reequipamento da rede hospitalar.

Com efeito, de acordo com os dados disponibilizados em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, os equipamentos a serem importados, serão destinados ao tratamento de câncer, à realização de diagnósticos por imagem e por endoscopia e visam a dotar de infra-estrutura de alta tecnologia 50 unidades hospitalares.

Apesar, Sr. Presidente, de que os cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional tenham chegado à conclusão que o custo do empréstimo está um pouco acima do convencional, ou seja, 8.05% ao ano, a própria Secretaria destaca que é um empréstimo de extrema importância, devido à sua aplicação, à sua finalidade. Por isso, a própria Secretaria do Tesouro Nacional dá parecer favorável. O processo cumpre todas as exigências legais e o nosso parecer é favorável à contratação desses recursos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Em discussão o parecer do Senador Osmar Dias. Como ninguém discute, em votação. Os Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Fica, portanto, aprovada a Mensagem do Senado Federal 244/2006, não terminativa, de autoria da Presidência da República, que autoriza a contratação de operação de crédito externo no valor de três milhões e setenta e quatro mil e trezentos e sessenta dólares dos Estados Unidos da América e trinta centavos, entre a República Federativa do Brasil e o Banco FORFER/SRO(F), cujos recursos destinam-se à aquisição de equipamentos hospitalares a serem fornecidos pela empresa MDS Nordium, no âmbito do programa modernização gerencial e reequipamento da rede hospitalar. Pela ordem, o Senador Rodolpho Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Eu queria consultar V.Ex^a. da possibilidade de inversão de pauta de dois projetos. São projetos de minha autoria, considerando que estaríamos terminando a...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Quais são os itens, Senador Tourinho?

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – É o Item 17 e o Item 29. Está aqui o Senador Gilberto Mestrinho, que é o Relator e o Senador Tuma, também que é o outro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Item 17. Proposta do Senador Rodolpho Tourinho de inversão de pauta. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Bom dia, Senador Aelton Freitas. Item 17 e o Item...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Depois o Senador Osmar Dias, depois o Senador Pedro Simon.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Não, é só para voltar ainda naquele item, porque ele não foi votado. O empréstimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Ainda não?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – V.Ex^a. colocou em discussão e houve um pedido de pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Osmar Dias, sempre atento, houve uma intervenção do Senador Rodolpho Tourinho, que foi para suspender a votação do projeto. Mas ele agora já a quer... Então, em votação, foi só discutido...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Com o voto favorável do Senador Tourinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – O Projeto de Mensagem do Senado Federal 244/2006, não terminativo. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Fica aprovado o projeto, com o voto do Senador Rodolpho Tourinho. Voltamos ao Item 17 e, antes, pela ordem, o Senador José Agripino, do PFL do Rio Grande do Norte.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de submeter a V.Ex^a. e ao Plenário também o pedido para inversão de pauta, para que pudessem ser apreciados os itens que eu vou relatar, Item 2 e Item 26 da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Então Item 2 e 26. Combinado. Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É possível a inversão, Sr. Presidente, do Item 28 da pauta?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – 28?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É.
SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Pedro Simon, Item 28.

Então, Item 17, Projeto de Lei do Senado 263/2004, terminativo, que acrescenta o § 6º ao art. 43 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 90, para dispor sobre a formação do cadastro positivo nos Sistemas de Proteção ao Crédito. Autoria: Senador Rodolpho Tourinho; Relator: Senador Gilberto Mestrinho, do PMDB do Estado do Amazonas. O parecer é favorável ao projeto com Emenda nº 01 na Comissão de Constituição

e Justiça. Com a palavra o Relator, Senador Gilberto Mestrinho, se o Senador Aelton Freitas permitir e o Senador Romeu Tuma.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Tourinho apresentou a esta Casa um projeto da maior importância, porque estabelece o cadastro positivo daqueles que são bons pagadores. Nós temos, no Brasil, o sistema SERASA que relaciona os maus pagadores, mas os bancos emprestadores, financiadores etc, não podem identificar os bons pagadores. Em toda a parte os bons pagadores têm vantagens na concessão de taxas, na preferência de empréstimos etc. E o Senador Tourinho, com o seu projeto, ele corrige essa anormalidade que há no sistema brasileiro de crédito e com isso o parecer que coloquei aqui ele é favorável por vir preencher essa lacuna.

De fato, a colocação é pertinente, o projeto atende a todas as formalidades constitucionais etc. A técnica... E merece a aprovação desta Comissão. Este é o parecer, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – O parecer é favorável. Em discussão. Como ninguém discute, em votação. Como o projeto é terminativo, votação nominal. Nós vamos aguardar para votarmos os projetos terminativos ao final da Sessão. Então, o parecer é favorável. Encerrada a discussão. Votaremos ao final da Sessão.

Item 29. É, Senador Tourinho? O próximo. O Item 29 é o Projeto de Lei do Senado 237, também terminativo, ele foi concedido vistas na reunião passada. Ele altera a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para submeter os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia ao regime cumulativo da contribuição para os programas de integração social e de formação do patrimônio do servidor público, PIS/PASEP, e da contribuição para o financiamento da seguridade social, do COFINS. Autoria: Senador Rodolpho Tourinho; Relator: Senador Romeu Tuma, pela aprovação do projeto, com Emendas de nº 01, 02 e 03 que apresenta. Com a palavra o Relator. Não, o Relator é o senhor.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não é o Senador Tourinho o Relator?

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – O projeto é meu.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – O projeto é dele e o Relator é V.Ex^a. Item 29. Líder Jucá, bom dia.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O projeto é meritório do Senador Rodolpho Tourinho para os programas de integração social e formação do patrimônio do servidor público, PIS/PASEP, nós fizemos

duas Emendas que acredito que foram aceitas, três Emendas que foram aceitas pelo Senador Tourinho, pergunto ao Senador Tourinho se não há nenhuma restrição às Emendas apresentadas.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)

– (*pronunciamento fora do microfone*)(inaudível).

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então, eu proponho a aprovação, com as Emendas apresentadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Em discussão. Encerrada a discussão. Colocaremos... O Senador Jucá vai discutir? Sabe qual é o item?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu sei. 29, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Quem soprou? Alguém (*risos*) soprou aí.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Que diz respeito ao fim da cumulatividade do PIS/COFINS. Eu quero registrar, essa matéria é uma matéria de iniciativa do Senador Tourinho, é uma questão que ele tem defendido ao longo do tempo e quando discutimos aqui a questão do PIS/ COFINS, quando se mudou do sistema de cumulatividade para não cumulatividade foi exatamente fazendo um equilíbrio, tinham áreas que pagavam mais e tinham áreas que pagavam menos, quem pagava na cumulatividade terminava pagando menos quando tinha cadeia. Quando não se tinha cadeia, foi o caso específico das duas áreas que o Senador Tourinho registrou neste projeto. Eu quero dizer, que não vou criar óbice à tramitação do projeto, mas a posição do Governo é contrária e, portanto, eu faço questão de registrar, independente de, não vou pedir verificação, não vou pedir vista, não vou pedir nada disso, mas quero registrar que efetivamente a posição da área econômica do Governo é que seja mantido da forma como é hoje, ou seja, o processo da não cumulatividade para essas áreas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho, autor do projeto.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu entendo perfeitamente a posição do Senador Jucá, nós temos discutido esse assunto ao longo do tempo e eu só quero dizer, quando ele se refere à posição do Governo, que eu também estou a favor da posição do Governo, Senador Jucá, só que a favor da posição do Governo que trata da rede de energia, não da área de arrecadação.

Porque no fundo, essa questão do PIS/COFINS, eu venho me batendo nisso desde o começo, nós tínhamos acabado de fazer a reforma do sistema elétrico

brasileiro aqui proposto pela Ministra Dilma, conseguimos a aprovação disso, era um projeto muito complicado, mas que uma das partes importantes desse projeto era da modicidade tarifária, ou seja, o que se queria era dentro da reforma do sistema elétrico, mas também buscar as menores tarifas para o consumidor. E logo que esse projeto foi feito, pouco tempo depois veio a questão do PIS/COFINS e tudo aquilo que havia sido conseguido de redução nas tarifas daquelas medidas que haviam dentro do novo sistema elétrico brasileiro, veio o PIS/COFINS, o novo PIS/COFINS e tomou isso de volta, o que é uma incoerência, eu acho que a maior carga tributária no sistema elétrico brasileiro é um problema grande, é um problema adicional a todos os problemas que o setor tem há muito tempo, de forma que eu quero deixar muito clara essa posição, eu acho que existem aí dois Governos, o Governo interessado no sistema elétrico brasileiro, que seria favorável a essa minha proposta e o Governo de arrecadação, que seria contrário. Eu recomendo que isso seja visto, até para recuperar a própria reforma que foi feita no sistema elétrico.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Em discussão. Encerrada a discussão. Como o projeto é terminativo...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, só...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Romeu Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Romero Jucá e Senador Tourinho, eu tenho a impressão que o veto presidencial no caso das energéticas trouxe realmente um prejuízo, o relatório e a exposição de motivos na apresentação do projeto, o Senador Tourinho faz um esclarecimento perfeito, então ele tenta repor aquilo que foi retirado durante a discussão da Medida Provisória do sistema energético. Então eu acho que é uma correção, Senador. Concordo com V.Ex^a. de defender o ponto de vista, mas eu acho que o Senador Tourinho tem uma preocupação para com os beneficiários do PIS/PASEP, que são os funcionários públicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Encerrada, como disse, a discussão. Votaremos ao final da Sessão, por ser matéria terminativa. Atendendo agora à solicitação do Líder José Agripino, do PFL do Estado do Rio Grande do Norte, vamos colocar em pauta o Item 2. Depois o Item 26.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Isso. Obrigado, Presidente. Sr. Presidente, é o parecer preparado sobre o Projeto de Lei de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães, que estabelece normas gerais para a simplificação do procedimento de registro de empresários e de pessoas jurídicas do âm-

bito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. O objetivo do Senador Antônio Carlos é simplificar o processo de abertura e encerramento de atividades de empresas.

O objetivo do PLS é unificar os cadastros de empresários e de pessoas jurídicas, simplificar os procedimentos de inscrição e cancelamento de registro e permite aos órgãos de fiscalização fazendária de todas as esferas da federação o acesso às informações cadastrais e econômico-fiscais dos contribuintes.

A proposição cria o alvará de funcionamento provisório, que será expedito imediatamente após o ato de inscrição e permitirá o início das operações do estabelecimento, ressalvados os casos em que o risco da atividade seja considerado alto.

O autor justifica a proposição, argumentando que a burocracia representa um dos maiores entraves ao desenvolvimento econômico do País, o que é uma verdade flagrante, as dificuldades atualmente impostas pelo Estado à abertura e ao fechamento de empresas são bem conhecidas, o que se reflete na demora dos procedimentos, fato que é confirmado por estudos comparativos do Banco Mundial.

O voto é favorável, Sr. Presidente, com as considerações que eu passo a fazer e com as Emendas que eu estou apresentando.

O PLS 415/2005, que facilita e simplifica substancialmente a inscrição e a baixa do registro das empresas e demais pessoas jurídicas no País e regulamenta o compartilhamento de cadastros e informações econômico-fiscais, previstos no art. 37, inciso 12 da Constituição Federal merece o apoio do Congresso Nacional. No entanto, é conveniente fazer um pequeno reparo à redação do § 5º do art. 4º, onde se lê que os contribuintes poderão declarar a suspensão de suas atividades, cessando, a partir de então, as exigências de obrigações tributárias, principais e acessórias, e a aplicação de penalidades.

Presumivelmente, o objetivo é impedir que após a suspensão das atividades sejam criadas novas obrigações tributárias, principalmente em decorrência de exigências acessórias, já que uma empresa que suspendeu suas atividades não dará origem a novos fatos geradores.

Não obstante a redação atual pode dar margem à interpretação de que enquanto as atividades estiverem suspensas não haverá cobrança de obrigações tributárias pré-existentes. Sugerimos uma redação alternativa por meio da Emenda que apresento no final.

O voto, é claro que é favorável e à CAE são apresentadas duas Emendas.

Emenda nº 1. Dê-se ao § 6º do art. 2º do PLS 415/2005 a seguinte redação: § 6º. Os agentes opera-

cionais poderão firmar convênios com órgãos e instituições capacitados tecnicamente, visando à facilitação da inscrição e da baixa do registro de empresários e pessoas jurídicas.

Emenda nº 2, da CAE. Dê-se ao § 5º do art. 4º do PLS 415/2005 a seguinte redação: Os empresários e as pessoas jurídicas poderão declarar a suspensão de suas atividades, cessando, a partir de então, a exigência de novas obrigações tributárias, principais e acessórias, e a aplicação de penalidades, inclusive enquanto houver pendências tributárias que impeçam a baixa e a emissão da respectiva certidão, quando for o caso.

Com essas Emendas, Sr. Presidente, eu acho que o texto fica claro, sem margem de interpretação duvidosa com relação ao objetivo precípuo do Senador Antônio Carlos Magalhães, que é o de garantir facilidade na abertura e no encerramento de atividades de empresas e na fiscalização dessas mesmas empresas, através de um cadastro atualizado. Este é o parecer, com o voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Em discussão. Para discutir, o Senador Romero Jucá, Líder do Governo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que o Governo já tem também um projeto tramitando na mesma linha, mas o projeto do Senador Antônio Carlos Magalhães é meritório e, portanto, como o mérito é o mesmo, nós vamos acompanhar o parecer do Senador José Agripino e vamos votar favoravelmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – (*inaudível*) para votação terminativa. Mas vamos ainda a dois projetos, o 26 e o 28, o 26 ainda do Senador Agripino e o 28 do Senador Pedro Simon.

Então, Item 26. Com a palavra o Relator, Senador José Agripino. Que é o Projeto de Lei do Senado 488/2003, não terminativo, que dispõe sobre a dedução do lucro tributável para fins do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas do dobro das despesas realizadas em programas de hospedagem para lazer do trabalhador, institui o vale hospedagem e dá outras providências. Com a palavra o Relator.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, o PLS 488/2003 é de autoria do Senador Pavan, aqui presente, na minha opinião, de todo meritório, ele cria o programa de hospedagem para o lazer do trabalhador e institui o vale hospedagem e dá outras providências.

Dispõe sobre a dedução do lucro tributário para fins de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas do dobro das despesas realizadas em programas de hospedagem para o lazer do trabalhador e institui o vale

hospedagem e dá outras providências. O projeto institui incentivo fiscal na forma de dedução como custo operacional para fins do imposto sobre a renda das despesas efetuadas com a hospedagem para o lazer dos trabalhadores. As despesas realizadas durante o período base da pessoa jurídica, além de constituírem custo operacional, poderão ser consideradas, em igual montante, para o fim de benefício fiscal, previsto no inciso II do § 1º do projeto.

O reparo que eu tenho a apresentar, Sr. Presidente, ao projeto é com relação ao montante a ser descontado do lucro tributável. O Senador Pavan propõe, como limite para dedução do lucro tributável, o dobro das despesas efetuadas com o vale hospedagem. O que eu estou propondo, através de Emenda que apresento, é que este limite seja estabelecido em 4% do lucro tributário, no máximo 6%, na medida em que se compute cumulativamente os incentivos já concedidos ao programa de alimentação do trabalhador, ao programa de desenvolvimento tecnológico industrial e ao programa de desenvolvimento tecnológico agropecuário, com uma proposição de que o limite individual para um ou para o outro se situe em 4% e o cumulativo para os dois possa atingir o montante de 6%.

Acho que é meritória a proposição, é interessante para o trabalhador, para a atividade produtiva. Faço apenas um reparo, ao invés de se deduzir o dobro da despesa feita com a concessão do vale hospedagem, se estabeleça um limite de 4%, segundo as Emendas que apresento.

A Emenda. Suprima-se a expressão “do dobro da Emenda do PLS 488/2003”.

A outra Emenda. Dê-se ao § 2º do art. 1º do PLS 488/2003 a seguinte redação: Art. 1º, § 2º. A dedução a que se refere o *caput* deste artigo não poderá exceder, em cada exercício, isoladamente a 4% e, cumulativamente, com a dedução de que trata o art. 1º da Lei 6.321, de 14 de abril de 76, e o art. 25 da Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, a 6% do Imposto de Renda devido.

A Emenda que apresento em seguida: Dê-se ao art. 5º do PLS nº 488/2003 a seguinte redação: Será concedida vantagem para o uso do vale hospedagem em época de baixa estação, na forma do disposto em regulamento, ou seja, em matéria a ser regulamentada.

Com as Emendas que apresento, a parecer é favorável pedindo o voto desta Comissão para que a iniciativa do Senador Pavan se transforme em lei e possa ser aplicada. É o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Em discussão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente. Eu peço vista do projeto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – O Senador Romero Jucá pede vistas. Já foi concedido vistas a este projeto ou não? Senador Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, primeiro, eu não sei, me parece que já tinha sido pedido vista a este projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Não.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – E teria um projeto para vir este projeto?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Na próxima Sessão.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, me permite fazer um comentário?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Pois não, V.Ex^a. é o autor do projeto.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – A ABIH, Associação Brasileira de Hotéis do País, ajudaram a elaborar este projeto e que certamente vai trazer um grande benefício ao Governo, na arrecadação de impostos inclusive. Na França, em 1972(F) foi criado um sistema quase igual, que é o cheque hospedagem, na França, e movimentou e muito a economia em função do turismo na França, deu um resultado muito grande. E aqui no Brasil se espera movimentar em torno de seis bilhões de reais na baixa temporada, gerando aí mais de um milhão de empregos. Esse é um projeto apenas para a baixa temporada, aonde as empresas irão facilitar, através de vale, através de parcerias com agências de viagem, através de parcerias com os hotéis, com o *trade turistic*, enfim, para que se tenham vantagens, os trabalhadores, se tirem férias na baixa temporada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Pavan, eu queria pedir autorização a V.Ex^a. para, já foi pedido vista o seu projeto, foi concedido vistas...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Para a próxima semana. Não é por nada, é que nós temos votação nominal de todos esses projetos que foram votados e os Senadores começam a sair e nós vamos ficar sem o quorum. Então, nós fazemos isso, depois nós retornarmos à matéria.

O Item 28 é do Senador Pedro Simon. Como é não terminativo, nós podemos votar logo o projeto. Esse é melhor ainda. É o Projeto de Lei do Senado nº 235/2006, complementar, não terminativo, que define o montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal, nos termos do art. 91 dos atos... Das disposições constitucionais transitórias da Constituição Fede-

ral. Autoria: Senador Pedro Simon. Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes. O parecer é favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente,.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Pois não, Senador Simon. Eu vou designar um Relator *ad hoc*.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O Relator sou eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Não, V.Ex^a. é o autor.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Ah, tá.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Então o Relator pode ser o Senador Tourinho. Senador Rodolpho Tourinho, V.Ex^a., que é especialista no assunto.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Não dá para indicar outro, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – O Senador Pedro Simon pede que indique outro Senador, não concorda com a indicação, mas eu vou insistir, então ele autoriza V.Ex^a.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – (*pronunciamento fora do microfone*)(inaudível).

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Deixa o teu voto consignado. Pronto. São os projetos que foram...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Com o Relator. Os três projetos. O Senador Heráclito deixa o seu voto consignado. 28. Conseguiu aí?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – 28, é o Projeto de Lei do Senado 235. Pela ordem, o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – O projeto 26, de autoria do Senador Leonel Pavan...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Não, esse já passou, foi pedido vistas.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu sei, mas eu quero levantar uma questão, que é o seguinte. Ele será terminativo na Comissão de Assuntos Sociais. Então, como nós vamos ter tempo ainda de fazer reunião na Comissão de Assuntos Sociais, eu retiro o meu pedido de vistas para que possa ser votado aqui e possa ser encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais, sem compromisso efetivamente de na Comissão de Assuntos Sociais...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Então retornamos ao Item 26.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – E eu gostaria só de registrar ao Senador Pavan que o pedido de vistas se deu não por conta do mérito do dispositivo, eu acho que o mérito do dispositivo é perfeito, a minha questão é o seguinte, toda vez que se dá isenção de Imposto de Renda nós temos que ter na consciência que 50% dessa isenção não é o Governo Federal que paga, são os Estados e Municípios. Porque o imposto de renda faz parte da base de cálculo do FPM e do FPE, então cada isenção concedida, na verdade, atua, na ponta, contra Prefeitos e contra os Governos dos Estados, que já vivem dificuldade, então é por isso que eu pedi vistas, mas eu retiro o pedido de vistas, vamos votar com o Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Item 26. Retornamos ao Item 26, Projeto de Lei do Senado 488/2003, não terminativo, de autoria do Senador Leonel Pavan, que teve como Relator o Senador José Agripino. Foi encerrada a discussão, foi retirado o pedido de vistas pelo Líder do Governo, Senador Romero Jucá, então colocaremos em votação. Em votação o projeto. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o projeto e o parecer do Relator e segue à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Passamos agora ao Item 28.

SENADOR ROMEO TUMA (PFL-SP) – Com as Emendas do Senador José Agripino?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Com as Emendas do Senador José Agripino.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Com as Emendas. Já está... É não terminativo. Agora Item 28, Projeto de Lei do Senado 235, complementar, não terminativo também, de autoria do Senador Pedro Simon, que tem como Relator *ad hoc* o Senador Rodolpho Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Esse é um projeto, Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, muito importante essa questão da devolução aos Estados e Municípios de perdas decorrentes no ICMS de exportação, é um assunto que, aliás, se arrasta há longo tempo e louvo muito o projeto do Senador Pedro Simon. É bom lembrar que quando essa Lei Kandir foi feita, os Estados tinham um retorno da ordem de 55% daquilo que era exportado. E esse número, não precisa ser 100%, 55 a 60 naquele tempo, davam toda a cobertura aos Estados, porque você tem também uma parte nessa legislação de bens, de bens imóveis aí, bens móveis e outras despesas como comunicações, que você compunha isso, de forma de 55% era suficiente. Hoje, esse número atinge menos de 20%,

o que é totalmente insuficiente para a cobertura da perda dos Estados e Municípios.

Então é conveniente, vem num momento certo esse projeto do Senador Pedro Simon, a Senadora Patrícia Saboya é favorável ao projeto, com modificações que faz, para evitar qualquer inconstitucionalidade, o parecer dela é favorável e também faz alguns ajustes de técnica legislativa, conforme estão previstos no relatório. Então o parecer é favorável, da Senadora, o meu parecer também é favorável e enfatizando o mérito desse projeto do Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Em discussão. Como ninguém discute...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Pedro Simon, depois o Senador Romero Jucá, que...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu quero pedir vistas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – O Senador Romero Jucá marcando...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – E vou dizer por quê.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – O Senador Pedro Simon não gostou. Pela cara...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não, mas eu vou dizer por quê. Ele nem sabe ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Ele está jogando ali, no celular ali, quando ele acabar essa...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu posso falar?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Pedro Simon...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu quero registrar o seguinte, eu pedi vistas, porque nós temos aqui programada uma audiência de Lei Kandir e eu tenho me batido que nós temos que construir uma sistemática permanente que defina a questão da Lei Kandir. Não é possível a gente estar aqui discutindo resíduo e o que vai pagar atrasado sem ter uma sistemática que leve em conta o novo fundo e que dê previsibilidade para a questão das exportações e dos investimentos.

Então, eu estou pedindo vistas, eu acho que era fundamental que nós fizéssemos aqui essa audiência, me parece que o Presidente Luiz Otávio marcou já com os novos Governadores, porque efetivamente já é um outro momento que vai se viver a partir de janeiro...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Permissão, Senador Romero Jucá, pedi também à Senadora Lúcia Vânia e ao Senador Bornhausen que deixem consignados os votos, para nós votarmos os projetos que já foram discutidos aqui e aguardando apenas o quorum.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Então...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – O Senador Bornhausen deixa o voto consignado. E a Senadora Lúcia Vânia quer ver os projetos. Mantenho a palavra ao Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Então, eu estou pedindo vistas exatamente para que a gente possa construir um mecanismo permanente. O Governo tem uma proposta, os Governadores, através do CONFAZ já fizeram uma contraproposta e eu acho que já passou da hora de se efetivamente construir um dispositivo, nós não podemos ficar, todos os anos, dependendo da discussão final do Orçamento para discutir quanto vai ter de Lei Kandir para ser repartido para os Estados. Isso tem que ser um fundo permanente que construa, através de receitas de importação, se abatam as despesas de exportação, enfim, porque hoje existem Estados que perdem e que ganham, efetivamente era importante fazer esse equilíbrio. Então, eu peço vistas e espero que a gente possa fazer rapidamente essa audiência e debater com profundidade esse tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Simon, V.Ex^a. então com a palavra e depois o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, essa matéria vem sendo discutida há um bocado de tempo. Aliás, eu vou fazer justiça ao Senador Jucá, o Senador Jucá vinha defendendo essa posição como Líder do Fernando Henrique e continua defendendo essa posição como Líder do Governo Lula. Então se há uma pessoa que está sendo coerente é V.Ex^a. Agora, o resto não, o PSDB e o PFL e eu, nós vínhamos... Perdão, o PT, o PMDB, vínhamos lutando para resolver essa questão da Lei Kandir. E o Fernando Henrique foi deixando, foi deixando, foi deixando e não aprovou. E agora aconteceu a mesma coisa com o Lula, a mesma coisa.

Então, quando vem o Líder do Governo dizer aqui “eu estou esperando, o senhor indicou os (*inaudível*) Senadores, está na hora de fazer a reunião”, isso está falando doze anos depois. Os sete anos de Fernando Henrique mais os quatro anos do Lula. E não vai levar nunca isso. E essa é a principal questão que está levando a bancarrota os Estados, por exemplo, o Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul explodiu nas suas exportações, só que as exportações não pagam mais

ICMS, o que todo mundo acha que é justo porque não se exporta imposto, nenhum País do mundo exporta imposto. Então, todos os Países do mundo não cobram imposto de exportação. Eu estranho é que a Constituinte, que já naquela época tinha que discutir essa matéria, não tenha resolvido isso, lá na Constituinte. Lá na Constituinte ficou o imposto de exportação entregue aos Governos de Estado para, logo depois, acontecer o que aconteceu. Eu votei contra a Lei Kandir. Votei contra e voltei contra como discuti muito a proposta do ensino, onde as Prefeituras ficarão encarregadas de fazer a inovação da lei de educação e o Governo fica com a responsabilidade de entregar depois. As Prefeituras, e eu, participamos do congresso, elas estão enlouquecidas, porque elas vão ter que fazer, não tem nem dinheiro, aí já é uma coisa que não é má fé, o Governo Federal a médio prazo não vai ter dinheiro de cumprir a lei, e se cumprir quebra a Prefeitura, porque a Prefeitura é que tinha que entrar com dinheiro e não pode entrar. Aqui foi a mesma coisa. E eu queria, apresentei Emenda, mas não foi aprovado. A Emenda dizia textualmente de que o Estado da Bahia exportou tanto, deixou de arrecadar tanto, receberia da União esse tanto. O que é que eles aprovaram? O Governo Federal fará um fundo de não sei o que tentará dar a compensação aos Estados que deixaram de arrecadar com as exportações. Esse é o principal motivo do Rio Grande estar quebrado. É um bilhão por ano. Um bilhão. O rigor desses quatro anos que ele está sendo Governador, quatro bilhões nós deixamos de arrecadar. Porque, em vez de receber um bilhão este ano, vai receber trinta e cinco, quarenta milhões.

Então, o que está dizendo aqui é botar uma coisa clara. Quer dizer, não a União não entregando ao Estado essa verba das exportações o Estado pode usar, repare como não... O Estado pode usar o crédito que tem e abater para pagar, a União não perde nada. Na verdade, é contábil, porque aquele é um dinheiro que a União não vai poder receber porque o Estado não vai poder pagar.

Então, em vez de fazer uma arrolagem que nunca vai acabar, se resolve essa questão, o Estado pega esse crédito, paga a dívida e está solucionada a questão. Quer dizer, aí vem o nobre Líder, com a sua inteligência que eu reconheço e diz: “Temos que nos reunir para fazer esse estudo, para resolver a questão dessa coisa”. Eu acho que ele está totalmente certo. Tanto ele está certo, porque o assunto é tão delicado que há doze anos que está sendo feito. Como eu não sei se vai levar mais doze anos para fazer, até resolver o problema que S.Ex^a. quer, vamos fazer assim, vamos fazer assim porque ninguém perde, volto a repetir. Agora, o que é que está se propondo agora? Proposta apresentada

lá no Rio Grande do Sul pelo ilustre... Que concorreu ao Senado pelo PT, ele defende que nós, o Rigotto e os outros Governadores do PSDB, do PMDB e do PFL não encontraram saída, não fazem nada nesse sentido. E que, então, ele irá encontrar a saída. A saída é os Estados permitirem, a União permitir, por exemplo, um Estado que nem o Rio Grande do Sul, que não tem mais situação para contrair crédito, mas concorda que o Rio Grande do Sul faz o que é quer com o Banco Mundial diretamente ligado a esse crédito. Ele recebe do Banco Mundial, o Governo Brasileiro paga a dívida que ele tem, e com isso dele pagar com o dinheiro do Banco Mundial em vez do dinheiro do Banco do Brasil, ele em vez de gastar um bilhão ele gasta quatrocentos milhões, a diferença, e sobra seiscentos milhões para aplicar. Em certa parte eu não consigo entender, eu não sou Economista, como é que... Eu só me lembro que vocês, o Senador Jucá não tinha nascido ainda e eu já brigava, gritava, com o escândalo do juro internacional, era uma barbaridade, e agora eu vejo o Banco Mundial emprestando pela metade do Tesouro brasileiro. Pela metade do Tesouro brasileiro. Isso, embora, o ilustre candidato ao Senado do PT tenha defendido essa tese, porque, se ele fosse eleito, era a tese que ele ia defender, isso já está sendo feito, o Governo do Rigotto já entrou no Banco Mundial, o Banco Mundial já esteve aqui e já concordou. Aí o Governo do Rio Grande do Sul entrou com um pedido na Secretaria do Tesouro, porque precisa de uma autorização da Secretaria do Tesouro para permitir que se faça a operação. Na Secretaria do Tesouro, casualmente, estava o Ex-Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul no Governo do PT anterior, até agora está esperando o Juiz decidir. A pedido nosso e da bancada gaúcha aqui no Senado, já aprovamos em Plenário duas moções, pedindo ao Presidente Lula que autorize a Secretaria do Tesouro a liberar essa operação. Não fez, não fez e não tomou providências. Eu acho que, com todo o respeito, fora eu Líder do Governo e já fui, mais uma vez no Governo do Itamar, eu me posicionei contra o Governo do Itamar, porque eu achava que a situação daqui do (*inaudível*) era correto. E nós aprovamos e o Itamar terminou reconhecendo que estava certo. Eu acho que a obrigação, “e eu sou o Líder do Governo e tenho que defender o Governo”, não é bem assim.

Então, não precisava fazer. Era ver qual é o número de lá e qual é o número de cá, e nós não precisamos fazer discurso aqui e falar, falar, falar, se não vale nada. Aliás, dizem alguns que é que não vale mesmo, o passarinho era um que dizia: “Olha, eu estou aqui há não sei quanto tempo, eu já falei bonito, eu falei tão bonito que a oposição, todo mundo me aplaudia de pé, mas eu não me lembro de nenhum discurso que

eu tenha feito e que eu tenha conseguido um voto a mais”. Quer dizer, os caras votam como iam votar, te aplaudem, mas não resolve nada. Eu acho que nesse caso aqui eu dou razão ao Jucá, tem que se encontrar uma solução, mas a maneira de encontrar uma solução, meu amigo Jucá, é votar esse projeto aqui. Porque tu votando esse projeto aqui, o Governo vai correr para encontrar solução definitiva. O Governo vai correr para encontrar solução definitiva, um mês, dois meses, no terceiro mês que São Paulo faz uma compensação, os outros fazem uma compensação, eles vão dizer: “Espera aí, vamos fazer essa questão. Assim não pode continuar”.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Pedro Simon, só para ajudar V.Ex^a., eu não sei se o Senador Romero Jucá tem essa informação, a Relatora, Senadora Patrícia Saboya, ela inclusive acatou, ela incluiu uma Emenda, que com relação ao montante repassado, que será apurado anualmente, no substitutivo apresentado por ela, aprimorada a técnica legislativa, ela suprimiu o dispositivo que permitia aos Estados abaterem os valores correspondentes na dívida da União.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O substitutivo, mas não sobra nada. Quer dizer, o substitutivo da minha querida amiga Patrícia Saboya não sobra nada, porque, se abate esse artigo, transforma em Projeto de Lei... Transforma em substitutivo. Agora, a única coisa que o substitutivo tem é que acaba com o projeto, porque se tira esse item e não tem o que fazer. Olha, em primeiro lugar... Isso ainda vai para a Câmara, não vai para a Câmara?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Ele segue para a Câmara.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Vai para a Câmara. Eu faria um apelo, deixa andar esse negócio, tem um tempo enorme, matar aqui, é matar e acabou, fica tudo igual. Agora, deixa esse projeto andar, pode ser que nesse andamento V.Ex^a. mesmo e o Governo tenham uma saída para essa situação que nós vamos ter. Porque, como está, não pode. O Rio Grande do Sul está falido, a tese é essa, não tem mais condições, não tem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor dá licença um pouquinho. Ontem eu estive numa... Desculpa, Presidente. O Suplicy também esteve, na solenidade de entrega de prêmios da Revista Isto É aos (*inaudível*) da Editora Três. E eu encontrei com a Yeda Crusius, que dou os parabéns, porque ela foi agraciada também e ela, a gente sente de perto o desespero dela por causa dos problemas financeiros, que devem ser de todos os Estados, porque essa luta aí, e está aqui o nosso Senador que luta para ver se

resolve esse problema da Lei Kandir e esse encontro de contas talvez fosse uma solução muito melhor para o Governo Federal do que Estadual. Porque pagar um décimo em 10 prestações, aquilo está sangrando muito forte os Governadores, que não têm como investir e isso você vê o Pará, o Rio Grande do Sul... E eu vi que a Yeda estava falando para o Presidente que tem que encontrar uma solução, senão quebra os Estados.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu tive a honra, nobre Líder, eu tive a honra de ser convidado pelo Presidente Lula e tive uma longa conversa com ele. Eu, quando falo com ele, eu saio entusiasmado, falamos quase duas horas e meia, e eu saio feliz, tranquilo, eu acho que o tempo passa e não acontece nada, quer dizer, entrou por aqui e sai por aqui do que eu falei, “(inaudível) muito bom, não sei o que”, e eu fico entusiasmado. Agora já aprendi a não ficar entusiasmado. Mas ele disse que...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Simon, peço permissão a V.Ex^a. para colher o voto do Senador José Agripino naquelas matérias inclusive que ele foi o Relator, para deixar consignado o seu voto, para nós termos condições de votar, pela questão do quorum.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Se pudesse fazer a votação...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Não, vamos continuar aqui, só para não perder quem está de saída.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, eu quero consignar o voto favorável às matérias, todas elas que eu acompanhei e que têm caráter terminativo nesta Comissão. O meu voto será sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Continuando então, a palavra assegurada ao Senador Pedro Simon. Senador Pedro Simon com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É importante que possamos ouvir o conteúdo do diálogo do Senador Pedro Simon com o Presidente Lula, ele estava chegando neste ponto... Só para... Estamos prestando atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Foram duas horas e meia de conversa, eu não se ele vai retransmitir a conversa toda. Eu não sei se é essa a idéia de V.Ex^a.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Precisamos dar a oportunidade, (*risos*) dele nos relatar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Eu (*risos*) asseguro.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O Presidente Lula fez questão de salientar que quando ele

abraçou, as duas vezes que ele encontrou a Governadora e a abraçou, ele deu um abraço de solidariedade, dizendo: “Eu sei, Governadora, como está difícil a situação do Rio Grande do Sul, como é dramática a situação do Rio Grande do Sul e nós temos que fazer tudo para resolvê-lo. Se uma desgraça não para o Rio Grande, mas para o Brasil, se de repente essa crise no Rio Grande do Sul levasse a um retrocesso em tudo aquilo que o Rio Grande do Sul já foi e que o Brasil ia perder”. Eu achei muito profundo e muito correto e mostra que o Presidente da República tem sentido a situação, da dificuldade que o Estado está vivendo, a situação financeira.

Então, eu acho, meu querido Líder, que essa é uma proposta, eu sei que ela não é definitiva, mas ela é uma proposta que vai nos encontrar uma saída. A única coisa garantida e que não tem o que discutir é que as exportações nunca mais vão pagar o imposto de exportação, porque não tem lógica. A carne, por exemplo, hoje o Brasil é o maior exportador de carne de mundo inteiro, coisa que não acontecia quando tinha que pagar o imposto, por quê? Porque nós não tínhamos... A carne brasileira melhorou muito, é verdade. Mas a verdade é que com o não pagamento de imposto facilitou a venda. Facilitou imensamente a venda e nós podemos concorrer com a Austrália e com os outros Países, que também faziam assim. E agora, estávamos algum tempo em segundo lugar e agora ultrapassamos a Austrália e estamos em primeiro lugar.

Então, eu acho que o nobre Líder podia deixar votar essa matéria. Está certo que se fosse matéria final... Eu acho que o Líder tinha que estar preocupado em não deixar passar a matéria, porque aí o Presidente da República teria, ou sancionar ou vetar, tendo desgaste das duas maneiras, mas como essa matéria tem uma longa caminhada, tem outra Comissão, vai para o Plenário, se passar, vai para a Câmara e na Câmara, aliás, nenhum projeto importante, pelo menos meu e dos que eu conheço, o máximo que a Câmara faz é pegar o teu projeto, copiar direitinho, assinar um Deputado e mandar de volta para cá. Eu já tive umas duas dúzias de projetos que eu consegui, e é difícil passar aqui, consegui passar no Senado e foi para a Câmara, aí foi para a Câmara, um ano depois, brigando, gritando, gritando, aí o que é que eles fizeram? Um Deputado faz... Isso é uma decisão que eles tomam coletiva, Bancadas... As Lideranças com a Presidência da Câmara, um Deputado, se acha que o projeto é interessante, é bom, apresenta o projeto, aprovam ligeirinho, ligeirinho e mandam para cá. E aí tem que aprovar aqui porque o projeto é importante e não vai chorar, “não, é meu, não, é meu...” Então, deixa passar. Era isso, Sr. Presidente.

(*risos*)

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Deixa passar, *(risos)* deixa passar. É um apelo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, deixa eu fazer aqui um posicionamento ao Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Logo depois o Senador Flexa Ribeiro, que está aqui *(inaudível)* para falar.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Primeiro, eu quero registrar que o Senador Pedro Simon tem razão, eu sou coerente, eu tenho defendido aqui, a doze anos do meu mandato, o mesmo posicionamento em questões econômicas e em todas as questões da minha atuação. Essa questão da Lei Kandir, eu quero recordar um pouco, Senador Pedro Simon, ela foi aprovada no Governo passado. E a Lei Kandir, quando ela foi aprovada no Governo passado, ela tinha um prazo de validade, por quê? Porque se discutia que, ao dar essa condição para que se instalassem empresas, se ampliasse a exportação, no prazo de dois ou três anos, a atividade econômica que seria inserida com essa exportação criaria a renda necessária para que o Estado pudesse ter uma espécie de ampliação da arrecadação e a contrapartida...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Jucá, eu vou pedir também o voto consignado do Senador Gilberto Mestrinho. Sim.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – O que é que aconteceu? A Lei Kandir ela tinha data para acabar, a Lei Kandir iria acabar no final do Governo do Fernando Henrique. Eu participei dos entendimentos do grupo de transição com o Ministro Palocci, então coordenador do grupo de transição, para que se fizesse mais um ano, efetivamente esse foi o pleito dos Governadores. De lá para cá, eu tenho vivido na Comissão de Orçamento o dilema anual de quanto vai se por, como vai se por e como vai se repartir a questão de recursos da Lei Kandir. É um “parto” todo ano essa questão, os Governadores acham pouco, o Governo acha muito, não vem na previsão orçamentária, nós temos que criar receita para alocar essa questão, então é uma dificuldade. E há três anos que nós estamos discutindo um modelo que retire isso da discussão do Orçamento, nós temos que ter um modelo equilibrado, que tenha receitas e que tenha distribuição de recursos, que se faça o batimento da receita da importação com o prejuízo da exportação ou não arrecadação da exportação para se fazer essa questão.

Então, nós quase... O ano retrasado, quando eu fui Relator do Orçamento, quase que chegamos a fechar um modelo, quase. Alguns Governadores não concor-

daram, São Paulo não concordou e aí não se fechou o modelo. Esse posicionamento de pedir vistas, não é um posicionamento contra a Lei Kandir nem contra os Estados, eu tenho aqui pautado a minha atuação ajudando os Estados de todas as formas, inclusive ajudando a arrolar dívidas, como no caso do Rio Grande do Sul e de São Paulo, que eram soluções extremamente complicadas.

Então, o que é que eu quero me comprometer? Eu estou pedindo vistas, trarei na próxima semana o posicionamento, é claro que essa questão ela não poderá ser tratada isoladamente da forma como está, não poderá. Quer dizer, não adianta discutir perda de Lei Kandir para trás, se a gente não está dando nem o recurso, o Senador Flexa me cobra todo dia a questão da Medida Provisória desse ano, porque o recurso tem que ser liberado até o final do ano e não foi liberado ainda, e é um bilhão e pouco, essa discussão aí é ela é mastodônica na frente da questão da aplicação anual da Lei Kandir.

Então, eu acho que nós temos que construir essa ação, eu entendo a situação dos Estados, eu gostaria muito que o meu Estado tivesse problema de Lei Kandir, que tivesse empresas que estivessem exportando não estivessem recebendo e nem isso tem. Quer dizer, às vezes a situação de um é difícil e a de outros é pior. Mas eu, como Líder do Governo e tendo que opinar economicamente sobre uma matéria como essa, que está no contexto de uma discussão maior, eu tenho a obrigação de pedir vistas e trarei na próxima semana, não é para retardar, na próxima semana eu trarei um posicionamento meu por escrito.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – *(pronunciamento fora do microfone)* *(inaudível)*.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não, não próxima terça-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Então, na próxima terça-feira, dia 19, V.Ex^a. devorará... *(risos)* Não devorará, devolverá o processo. *(risos)*

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Voto favorável é demais. Tenho *(risos)* que olhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro então.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Luiz Otávio, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, Senador Pedro Simon, Senador Romero Jucá, este é um assunto da maior importância da Nação brasileira. O Senado deveria e deve se debruçar sobre essa questão, para que nós pudéssemos chegar a um consenso e regulamentar a Lei Kandir. É insustentável a situação dos Estados exportadores brasileiros.

Insustentável, como bem disse, a coerência do Senador Romero Jucá pelo Senador Pedro Simon que ele defendia como Líder do Governo Fernando Henrique e defende como Líder do Governo Lula a necessidade de se regulamentar, de se chegar a um consenso entre União e Estados com relação ao ressarcimento dos ICMS isentos na exportação. O Estado do Pará, assim como o Estado do Rio Grande do Sul, o Estado do Mato Grosso, o Estado de Minas, de São Paulo, 21 Estados, Senador Pedro Simon, 21 Estados hoje são superavitários na balança comercial de exportação e, em função disso, eles são credores de ressarcimento por parte da União. O que acontece, Senador Pedro Simon, é que vários projetos já tramitaram aqui pelo Senado, o Senador Rodolpho Tourinho tem um, que é muito simples, em que os Estados cobriam do ICMS das empresas exportadoras e as empresas exportadoras usariam esses créditos para pagar os impostos federais, ou seja, haveria um encontro imediato entre os impostos...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – *(pronunciamento fora do microfone) (inaudível)*.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – É isso. Quer dizer, a União não aceita. Eu mesmo tive, Senador Rodolpho Tourinho e Senador Pedro Simon, um projeto aprovado aqui, que cria o fundo de compensação às exportações, formado por 30% do Imposto de Importação e do Imposto de Renda e do IPI sobre a importação. Senador Jucá, são dois impostos, o II e o ICM sobre a exportação, gerados em função da entrada de produtos no Brasil e que podem e devem contribuir para a missão mais nobre desses impostos, que é alavancar a exportação, então seria tirado desses impostos para criar esse fundo.

Então, eu acho... E, Senador Pedro Simon, foi aprovado o projeto há um ano, por unanimidade, aqui na CAE e está lá no Plenário, nunca foi pautado, não chegou na Câmara, está no Plenário e não será pautado, porque não há interesse do Governo, não há interesse da Fazenda em colocar em votação.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Mas pode a Mesa não por em votação um projeto?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pode, a pauta é feita pela Mesa Diretora, pelo Presidente, fica lá. Está lá há um ano e não entra em voto, não entra em pauta, não é pautado.

Então, eu pediria, Senador Luiz Otávio, V.Ex^a. está concluindo o seu mandato aqui à frente da Comissão de Assuntos Econômicos com proficiência, com competência, com determinação em que presente esteve e de forma determinada em colocar em votação, em colocar em discussão as questões maiores da Nação brasileira, eu pediria a V.Ex^a., V.Ex^a. já o fez e, lamen-

tavelmente, tivemos que desmarcá-la por duas vezes, mas que V.Ex^a., ao concluir a sua missão à frente da CAE e que com certeza terá outras missões maiores a nível da Nação brasileira, eu solicitaria a V.Ex^a. para que fizesse, pelo menos, a primeira reunião para discussão da regulamentação da Lei Kandir, ainda com V.Ex^a. na Presidência, podíamos marcá-la para a próxima terça-feira, convidando os Governadores em exercício e os Governadores eleitos e o Ministro da Fazenda, para que nós pudéssemos abrir a discussão, pelo menos V.Ex^a. ficaria nos anais do Congresso como sendo o Presidente da CAE que abriu essa discussão que parece uma caixa preta, porque ninguém quer discutir isso, de tal forma que nós pudéssemos, ao iniciar a próxima Legislatura, dar já sequência a essa primeira discussão presidida por V.Ex^a.

É a proposta que faço agora porque, necessariamente, a regulamentação é fundamental, até porque este ano de 2006, Senador Romero Jucá, foi uma luta no Orçamento de 2006 se colocar recurso para a Lei Kandir. Se colocou cinco bilhões e duzentos milhões, dos quais um bilhão e trezentos milhões por excesso de arrecadação que o Governo Federal ainda, até hoje, já meados de dezembro, ele simplesmente não quer reconhecer o excesso de arrecadação para liberar os recursos para os Estados. E, pior ainda, de um bilhão e novecentos e cinquenta milhões orçamentados em 2006, só agora, final de novembro, início de dezembro é que as parcelas, Senador Romero Jucá, estão sendo liberadas para os Estados.

Então, eu pediria, solicitaria a V.Ex^a. que nós marcássemos essa primeira audiência para regulamentar a Lei Kandir e resolver de uma vez por todas a questão de 21 Estados brasileiros. Aí não entendo como a bancada de 21 Estados brasileiros, interessados na regulamentação da Lei Kandir, que é, sem dúvida nenhuma, mais do que a maioria necessária, nós não aprovemos a regulamentação a nível do Senado Federal e também na Câmara Federal no interesse de todos esses Estados.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Fica, portanto... Pela ordem, o Senador Osmar Dias e depois o nosso Senador Valter Pereira também quer usar da palavra e o Senador Romero Jucá pediu vistas já desse projeto.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – É, eu sei que pediu vistas, mas é exatamente isso, o Senador Flexa Ribeiro falou que não sabe como 21 Estados não conseguem. Não conseguem por causa disso, porque pede vistas, o Governo vem e pede vistas e não deixa. Era assim no outro e é assim agora também, então esse projeto do Senador Pedro Simon não é só para o Rio Grande do Sul, para Estados como o Paraná, que

são exportadores de matéria-prima, que têm perdas significativas em função da Lei Kandir, dependem da aprovação de um projeto desse para, pelo menos, ter a compensação e poderem obter créditos em organismos internacionais pela anulação desse problema grave, que é a falta de capacidade de endividamento que os Estados têm. Eles não têm o crédito do ICMS e não podem obter crédito nos organismos internacionais porque ficam com sua capacidade de endividamento comprometida. E o Senador Pedro Simon quer simplesmente resolver um dos dois problemas. Ele não está nem resolvendo os dois, está resolvendo um, que é permitir que os Estados abatam da sua dívida com esse crédito de ICMS.

Então, não vejo porque, já que esse projeto também é antigo, pedir vistas por mais uma semana. Claro que o ano vai terminar, Presidente, o ano vai terminar e nós não vamos votar isso e vai ficar para o próximo ano, então é um pedido de vistas para postergar mesmo, não tem outra justificativa. E os Estados vão perder muito com isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Valter Pereira com a palavra.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, eu acho que a proposta do Senador Flexa Ribeiro...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Valter, só um momentinho, o Senador Osmar Dias concedeu um aparte ao Senador Pedro Simon. E eu retorno.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Obrigado, Presidente. Eu acho que, como é tradicional, nós temos a obrigação de atender a um pedido de vistas, principalmente a um Líder do Governo. Mas V.Ex^a. tocou num assunto que é muito importante, todos nós sabemos que o pedido de vistas não tem vistas coisa nenhuma, é só para chegar no fim da ano, então eu acho que nós podíamos, na minha opinião, com todo o respeito, até votar, e eu, por exemplo, votaria contra o pedido de vistas, sem querer ofender o Líder, mas apenas para dizer, com todas as letras, que ele não tem nada por apresentar, não tem nada por dizer, há dez anos que ele está conhecendo essa matéria. Então, é uma questão política, vamos votar ou não vamos votar. Agora, dizer que ele precisa... Então, eu concordo, vão dar, S.Ex^a. está há doze anos com essa matéria, vamos dar duas horas de prazo, tem vistas por duas horas, às 14h nos reunimos aqui novamente e ele traz a profundidade da análise que ele vai fazer do pedido de vistas. E eu acho...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Presidente, eu encerro apenas dizendo o seguinte, que dia 19 é a próxima terça-feira, vai ter diplomação dos Senadores

eleitos, dificilmente vai dar quorum nesta Comissão no dia 19. Então, é claro que nós não vamos votar nem nesta Comissão mais este projeto, que poderia ser votado hoje, ir para o Plenário ainda este ano e ser votado este ano e, infelizmente, não vai acontecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu quero registrar que lamento algumas colocações que foram feitas, porque, primeiro, a Lei Kandir não existe há doze anos, essa discussão não existe há doze anos, essa discussão existe a três anos. Este projeto ele manda calcular, de 96 para cá, a perda dos Estados do ICMS e manda alguém pagar, eu quero saber quem vai pagar, é a União vai pagar? Nós vamos aumentar a carga tributária para pagar esses anos todos, é essa a decisão dos Senadores e Senadoras desses Estados, nós vamos aumentar a carga tributária, nós vamos cortar o Bolsa Família, nós vamos tirar de onde esses recursos?

Então, essa é uma questão que tem que se criar um mecanismo, existem Estados que ganham com o Imposto de Importação, o Senador Flexa Ribeiro falou aqui, então todo mundo quer ganhar e nós temos que criar um fundo onde entrem os recursos do Imposto de Importação e esse Imposto de Importação, com outras receitas definidas, equalize as exportações, no limite que cada Estado e que a União puder fazer.

Então, a discussão aqui não é parar, não é paralisar, não é prejudicar ninguém, me desculpem, eu estou tratando isso com a maior seriedade possível. Eu tenho sido Relator do Orçamento e tenho acompanhado a dificuldade que é essa questão. Todo ano o Governo, num gesto de entendimento com os Estados, amplia a Lei Kandir, que já devia ter acabado há três anos. Agora, como Líder do Governo, eu não posso pegar uma matéria dessa e votar favorável, sem saber de onde é que vai sair o recurso, que não tem nem calculado. Quer dizer, no projeto não está calculado quanto é essa perda. Quanto é essa perda? É o quê? Cinquenta bilhões, oitenta bilhões, cem bilhões, é isso, nós vamos fazer de conta aqui, nós vamos fazer de conta, vamos aprovar e fazer de conta e depois cobrar o Governo que está querendo quebrar os Estados? Eu prefiro discutir. Se eu estou sendo mal interpretado, lamento, mas o que está escrito aqui neste projeto não é factível de ser realizado hoje. Não é factível. Nós vamos mexer na Lei de Responsabilidade Fiscal? Nós vamos abater de ICMS futuro ou passado as dívidas dos Estados que foram arroladas aqui nesta CAE com muita dificuldade? A União assumindo e por isso aumentando o endividamento público. Nós vamos mexer na Lei de Responsabilidade Fiscal, é essa a

posição dos Senadores e Senadoras? Vamos discutir, vamos discutir. Se depender de mim, não mexe na Lei de Responsabilidade Fiscal, isso é uma conquista do povo brasileiro, dos governantes futuros, não só do presente, da classe política e da democracia. Agora, vamos discutir, porque para dar de um lado tem que se tirar do outro, ou arrecadar, e o País não agüenta mais aumentar a carga tributária. Ou agüenta? Nós vamos aumentar a carga tributária, para dar para os Estados a compensação?

Então, essa discussão, me desculpem, mas essa discussão eu quero fazer com os Governadores, com o Ministro da Fazenda e quero fazer com profundidade, exatamente para evitar esse tipo de mal-entendido, porque essa conta alguém vai ter que pagar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Presidente, eu peço vistas por 24 horas, há um pedido de vistas por uma semana e eu peço por 24 horas. V.Exª., se eu não me engano, deve submeter a votação qual dos dois pedidos de vistas que fica prevalecendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, eu acho que a proposta do Senador Flexa Ribeiro foi a mais sensata apresentada aqui sobre esse assunto. Por quê? Porque nós estamos num momento de transição. Novos Governadores estarão assumindo os seus mandatos no início do ano. Obviamente, todos eles estão com o diagnóstico, todos eles estão com as suas planilhas atualizadas acerca dos prejuízos que têm sofrido as suas Unidades Federativas. E nesse instante, esta Audiência Pública com os Governadores reveste-se da maior importância. É preciso encontrar uma solução, talvez a solução seja a moratória do que passou da dívida passada, mas que é preciso encontrar uma solução para o futuro, isso é indiscutível. É indiscutível por quê? Porque a Lei Kandir, na verdade, deu aos Governadores, atribuiu aos Governadores uma condição de pedintes, o que a gente vê hoje dos Estados que são prejudicados são Governadores com pires nas mãos pedindo, implorando para que o Governo faça os seus repasses, que são feitos de forma parcimoniosa, às vezes lesando, às vezes não, freqüentemente lesando os credores. Mas a proposta que eu acho que deveria prevalecer hoje, independentemente se vai acarretar alguma demora ou não é de chamar os Governadores para debater este assunto, porque são eles que diretamente estão atrelados à solução desse problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Valter Pereira, Senador Pedro Simon, Senador Osmar Dias, o pedido de vistas do processo somente poderá ser aceito por uma única

vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo Relator. Isso obedecido o § 4º.

Então, se nós temos duas propostas de prazo, vamos votar as duas propostas e nós temos já algum problema de... 5, 7, 9, 10, 12, 13... Vamos ter um probleminho aqui...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – É nominal a votação do pedido de vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Necessariamente, não, mas, se tem duas propostas, como é que eu vou decidir qual é? Por voto, não é?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Como se decide o quorum de matérias não nominais.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Aqui nós temos decidido tendo quorum. Ocorre que nós vamos ter votação de duas propostas. Então, se eu coloco em votação, tem a proposta do Senador Osmar Dias e a proposta do Senador Romero Jucá. O Senador Romero Jucá não pode acatar a proposição do Senador Osmar Dias? Ficaria mais fácil. Já que V.Exª. está pedindo vistas, então ele propõe um prazo de 24 horas.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Em 24 horas, nós não vamos ter o cálculo do montante que diz respeito a este projeto. Nós vamos fazer um esforço para trazer na próxima semana, porque eu tenho o compromisso de trazer na próxima semana, agora, amanhã, eu não tenho essa informação. Se o Plenário quiser votar 24 horas por uma questão de posicionamento, paciência, eu não sou fiscal da consciência de ninguém e tem hora aqui que é preciso ter muita paciência, porque a gente quer fazer as coisas de uma forma parceira e trabalhando e também está sendo mal interpretado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – O Senador Rodolpho Tourinho também pediu a palavra e o Senador César Borges e o Senador Eduardo Suplicy também já estava com o dedo levantado há algum tempo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, me parece que seria adequado fazer uma solução de bom senso...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – O voto consignado da Senadora Lúcia Vânia, também sim, e do Senador Flexa Ribeiro. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Como na próxima terça-feira... Eu, por exemplo, teria aí um impedimento, os que fomos eleitos, o próprio Senador Pedro Simon, acredito, deverá estar na Sessão de di-

plomação que se dá na respectiva Assembléia Legislativa de cada um dos eleitos nos Estados.

Então, a terça-feira pela manhã estará em boa parte prejudicada para aqueles que fomos eleitos nesta... Então, quem sabe, possa V.Ex^a. definir uma reunião na próxima semana, que não terça de manhã, por causa deste fator. Mas aí, havendo...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Podemos marcar para terça à tarde, ou quarta ou quinta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E aí, havendo compromisso do Líder de que então terá este parecer, porque a preocupação do Senador Osmar Dias é norma, “se for adiar para a próxima semana talvez não haja Sessão”, mas se V.Ex^a. garantir que ela irá acontecer e o Líder tendo dito que na próxima semana terá o parecer, então aí poderá haver um entendimento e V.Ex^a. marca, para que inclusive o Senador Pedro Simon esteja presente, como autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Eu vou decidir da seguinte forma, e aí, se V.Ex^{as}. concordarem, eu darei o prazo de 24 horas, que é a posição do Senador Osmar Dias, e o Senador Romero Jucá, se não conseguir as informações para amanhã, na reunião que teremos amanhã nós decidiremos o que fazer, é uma solução que eu acho que nós atenderíamos tanto o Senador Osmar Dias quanto o Senador Romero Jucá. O Senador César Borges quer usar da palavra e o Senador Rodolpho Tourinho também. Senador César Borges, por favor.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu queria contraditar um pouco as colocações do meu prezado amigo, Líder do Governo, Romero Jucá. Quando ele coloca sobre os ombros do Senado Federal a responsabilidade, eximindo, é claro, a responsabilidade, eximindo o Executivo, como se nós estivéssemos contra o País, a favor de derrubar a Lei de Responsabilidade Fiscal e não é correto, nem justo. Porque nós sabemos como o Executivo tenta e resolve as suas questões. Nós verificamos o Executivo aqui votar uma Reforma Tributária que nada mais foi do que fazer a desvinculação da Receita da União e a permanência da CPMF, e não foi feita nenhuma Reforma Tributária. O Governo pode fazer o Orçamento ao seu talante, pode contingenciar, pode aumentar a carga tributária, como vem aumentando nos últimos anos. Agora, os Estados e os outros entes federativos, os Municípios, que se arrebuem. Quer dizer, sempre que se resolve o problema do Governo Federal, da União, que é uma entidade, a União, e os Estados, que estão lá precisando efetivamente assistir a sua população na Educação, na Saúde, na Segurança Pública não podem ter revista uma situação que lhes leva efetivamente a

uma situação de desespero nos Estados brasileiros. E essa lei como está hoje, a Lei Kandir, colocada onde o Estado teria que se sentir estimulado para aumentar as suas exportações, ela funciona ao inverso, o Estado não procura, por que não aumentar a exportação? Aumentar a exportação significa que eu vou ter no Estado um rombo maior nas minhas contas, que ficarei devedor às empresas exportadoras. O exemplo da Bahia é típico, nós levamos a Ford, hoje a Bahia representa 50% de toda a exportação do Nordeste brasileiro, é uma indústria que está voltada para o mercado externo em torno de quase 40% da sua produção. Tudo isso vai para as costas de quem? Do Estado. E como é que o Estado vai fazer frente a isso? Aí quando nós Senadores, que temos a representação dos Estados aqui, todos os Estados, cada um aqui representa e o Senado representa aqui e cada um representa o seu Estado, não é uma representação proporcional, cada Estado está representado aqui por três Senadores, estamos procurando desempenhar o nosso papel, porque sentimos nas nossas bases, com os Governadores e não interessa qual é o partido do Governador, o partido do Rio Grande do Sul é o PSDB agora eleito, o da Bahia é o PT, pouco importa, o importante é que o Estado tenha condições para atender as necessidades da população. Aí esse discurso, “não, nós queremos ir contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, de onde é que vem o dinheiro?” O Governo Federal sabe onde está o dinheiro e como é que ele pode ser utilizado, inclusive quando ele malversa esses recursos, inclusive em campanhas eleitorais, com seu “Aerolula” e tantas outras coisas. Aí não, não se pode falar do Governo Federal. Me desculpe, eu tenho o maior apreço pelo Senador Romero Jucá e até pela sua argumentação, entretanto, eu acho que compete ao Governo Federal nesse momento, havia uma Lei Kandir que previa realmente acabar a compensação, mas no momento onde uma questão maior, que é o equilíbrio fiscal dos Estados brasileiros, responsáveis por uma população que está lá na base, precisando da assistência, assim como a questão dos Municípios e o Governo Federal quer se eximir inteiramente de se debruçar sobre o assunto, de dar um apoio, de tentar uma solução e querer jogar sobre os ombros dos Senadores agora essa “irresponsabilidade”, isso nós não podemos aceitar, Senador Romero Jucá, eu acho que...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Senador César Borges, V.Ex^a. me permite um aparte?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu darei a V.Ex^a. logo em seguida. Eu só queria lhe dizer o seguinte, eu acho que o Governo tem que ter a honestidade de dizer, porque não adianta pedir vistas uma semana para vir aqui e ser contra, para quê? Não

vai discutir, vai simplesmente procrastinar e daqui uma semana ser contra, Senador Pedro Simon, então que diga logo hoje que é contra, que se posicione, vamos para a luta política, para a democracia, para o voto aqui da Comissão. O que o eu acho é que o Governo Federal não quer perder tempo com esse problema, ele não quer se aprofundar nesse problema, ele quer é se livrar desse problema. Mas os Governadores dos Estados sabem das suas dificuldades. Pois não, Senador Romero Jucá, eu lhe dou um aparte. Esse era o meu raciocínio.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Senador César Borges, eu quero deixar claro, talvez V.Ex^a. tenha chegado depois, eu me manifestei várias vezes sobre essa questão. Primeiro, eu não estou colocando a responsabilidade sobre o Senado da República, pelo contrário, eu disse aqui que Governadores e que o Ministério da Fazenda chegaram três anos atrás a construir um modelo, eu participei da reunião com o Ministro Palocci e com todos os Governadores, muitas reuniões com o CONFAZ, no sentido de criar um dispositivo permanente que equalize essa questão, que eu acho que é o correto. Essa proposta que nós estamos discutindo aqui não é uma proposta de mecanismo para equalizar isso não. Essa proposta aqui ela está dizendo o seguinte, vai se pegar toda a diferença, que, em tese, está se colocando e os Governos têm colocado ao longo dos últimos dez anos, de diferença de Lei Kandir que, em tese, não foi repassada, porque o que foi para o Orçamento foi repassado, o que está se discutindo é o que não foi repassado, vai se juntar esses dez anos de débito e vai se repassar para os Estados, é isso que está dizendo aqui. Quer dizer, eu defendo o mecanismo permanente e eu acho que nós temos que discutir o mecanismo permanente. Agora, não adianta a gente discutir dez anos de diferença de Lei Kandir no atual sistema sem a gente discutir o modelo, porque se nem o modelo está saindo do entendimento entre Estados e a União...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – E por que não está saindo, Senador?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não está saindo porque alguns Estados não concordaram.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Ou porque o Governo Federal não apresentou essa proposta?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não, o Governo Federal apresentou uma proposta, o CONFAZ ficou de apresentar uma contraproposta, os Estados se reuniram várias vezes no Ministério da Fazenda, exatamente no sentido de querer esse fundo, só que a situação fica indefinida e todo ano isso vai terminar

na discussão do Orçamento, o que é ruim, porque ninguém sabe, você não pode fazer uma política de investimento e de exportação sem saber no ano seguinte quanto é que vai ter de Lei Kandir ou de qualquer outro mecanismo para compor essa exportação, então nós temos que ter um mecanismo definido, nós estamos defendendo isso aqui. Agora, esse projeto não é isso. Esse projeto, e eu digo o seguinte, eu não sei se algum Senador aqui sabe quanto custa esse projeto, eu não sei, eu não tenho o estudo ainda, por isso é que eu estou querendo, na próxima semana eu quero chegar aqui e vou dizer, “a União repassou para os Estados depois que deveria ter acabado a Lei Kandir em 2002, tantos bilhões. Esse estudo aqui pretende que seja repassado tantos bilhões”. E eu quero saber de onde é que vai sair o dinheiro. É isso que eu quero discutir, eu quero discutir concretamente, eu não quero fugir do debate. Agora, eu quero fazer o debate com informações. Porque não adianta aqui fazer de conta, é aquilo que eu disse, não adianta fazer de conta, não adianta a gente aprovar aqui e mandar pagar dez anos de Lei Kandir para trás, meu Deus do céu, como é que nós vamos fazer isso? Nós vamos por no Orçamento esse ano para o ano, como é que nós vamos fazer? Qual é a operacionalidade que nós vamos dar a isso?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu encerro reafirmando a minha convicção de que o Governo Federal não tem nenhum interesse em resolver isso. Se tivesse, faria alguma proposta, faria uma Medida Provisória, qualquer coisa para resolver esse assunto. Nós debatemos aqui esse assunto já há quatro anos e não avançamos, aí os Srs. Senadores fazem as suas propostas, é natural que seja assim. E o Governo continua sempre procrastinando a questão. Essa é a realidade, Senador Romero Jucá, não é outra, o Governo não quer discutir essa questão. Se possível, não quer dar compensação nenhuma aos Estados com relação à Lei Kandir. É isso aí, Sr. Presidente, por isso é que eu acho que nós devemos votar o quanto antes uma proposta como essa do Senador Pedro Simon, para inclusive ser catalisador de uma discussão profunda sobre esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Jefferson Peres com a palavra, do PDT do Estado do Amazonas.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, o Senador César Borges tem razão quando diz que o Governo Federal precisa se entender com os Estados em torno de uma solução permanente para isto. Mas não creio que a solução virá com um projeto como este, cujo impacto eu não sei qual é. Eu acho que nós temos que todos levar em muita consideração o problema de equilíbrio fiscal no País, nós não temos

superávit, é um engano, nós temos déficit nominal. Nós temos superávit primário, mas há um déficit nominal. A União não pode simplesmente, porque o Presidente da República quer ser bonzinho com os Estados, quer ser o justo mesmo com os Estados, justo, mas não pode. No escuro, está se comprometendo a transferir montantes que vão agravar ainda mais esta situação. Não é só o déficit da Previdência, não, há muito mais coisas aí que o Governo vai ter que enfrentar, sim, queira ou não queira. Queiram ou não queiram os “desenvolvimentistas”, entre aspas, a questão fiscal é muito séria neste País. De forma que por isso, apesar da autoria, do autor, da apesar da Relatora, mas eu não voto assim, sem saber qual é o impacto, eu não voto favor disto, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Presidente, o projeto é do dia 1º de agosto de 2006. Portanto, nós já estamos com cinco meses, se em cinco meses e, se em cinco meses o Governo não calculou o impacto, não é em uma semana que vai calcular, não é? Então, pelo amor de Deus, vamos ser pelo menos sinceros. Se o projeto causa impacto, o Governo não quer que o projeto seja aprovado, que façamos aquilo que disse o Senador César Borges, vamos votar e rejeitar. O Governo vota contra, a oposição, se quiser, vota a favor do projeto, agora, dizer que pediu vistas para uma semana para fazer o cálculo do impacto, quando nós já tivermos um prazo enorme para que se faça esse cálculo e não foi feito, quem não fez do dia 1º de agosto até hoje, vai fazer em uma semana o cálculo? Não acredito.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Antes o Senador Aelton Freitas pediu a palavra.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, ouvindo de ambas as partes à importância do projeto, a gente vê a característica do brasileiro, até a minha, enquanto estudante, eu só estudava mesmo quando precisava tirar nota na prova, a gente vê aqui que chegou num denominador, acredito que uma semana seria de bom tamanho, sim, ainda mais da maneira como V.Exª. vem conduzindo esta Comissão...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Aelton. Para o Senador Pavan deixar consignado o voto também para...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – (*pronunciamento fora do microfone*)(inaudível).

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Apenas para nós podermos votar os projetos que já foram discutidos à votação nominal.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Presidente, eu registro o meu voto favorável, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Aelton.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Presidente, então, uma semana eu acho que ficaria de bom tamanho, ouvindo inclusive pessoas que têm a “cabeça no lugar”, o “pé no chão”, como ouvimos os nobres Senadores aqui e na terça-feira, o senhor decidiria a melhor maneira para a gente chegar num denominador, eu acho que ficaria de bom tamanho, para a gente ter número e realmente saber o impacto econômico que traz, eu sou muito a favor do projeto, da autoria, da Relatoria, mas também tenho que me preocupar, porque, como disse o Senador Jefferson Peres, é um “tiro no escuro”.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Valter Pereira com a palavra, do PMDB do Mato Grosso do Sul.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Indiscutivelmente, o projeto se reveste de uma magnitude que não pode ser de forma nenhuma desconsiderada e acho que seria muito inconveniente que se produzisse uma votação apressada sem dar a oportunidade de discutir melhor essa matéria nesse momento em que novos Governadores se preparam para assumir em seus Estados. Entendo que essa... O pedido de vistas por uma semana é o mínimo que se poderia efetivamente conceder para que pudesse salvar este projeto. Afinal de contas, falou-se muito aqui nesse enfrentamento, quem é do Governo vota contra e quem é oposição vota a favor, isso daí significaria jogar a oportunidade de enfrentar esse problema, porque, amanhã, se este projeto for aprovado e o Governo se vir na falta de uma solução plausível, qual é o resultado? O resultado seria o veto. E nós estaríamos então perdendo a oportunidade de enfrentar o problema, que os Estados estão aguardando com tanta ansiedade. É preciso considerar aqui uma questão que é fundamental, discute-se um período longo, mas por que não se considerar o instituto da prescrição na abordagem deste problema, porque não se estabelecer um prazo, o prazo que é comum nas dívidas, prazo de cinco anos, para se estabelecer um norte, para se estabelecer um marco.

Então, essas questões só podem ser avaliadas se realmente tivermos os números que faltam no projeto, quanto vai custar a fatura, a União terá condições de enfrentá-la sem impor uma nova carga tributária, uma maior carga tributária? Então, essas questões, eu acho que são necessárias de serem esclarecidas

para podermos adotar uma posição que seja a posição ideal para os Estados e para a União. A grande verdade é que essa questão da Lei Kandir precisa ser enfrentada pelo Senado. O Senado, na verdade, já vem negligenciando, o problema não é de agora. O Senado já procrastinou essa discussão o que pôde e o que não devia. Portanto, Sr. Presidente, eu acho que conceder a vista por uma semana significa reabrir uma discussão ou adiar uma discussão e comportar aí, aliás, admitir aí algumas opções, algumas alternativas que o projeto precisa contemplar para que seja palatável não só para os Governadores como também para o Governo Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Com a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes, Relatora do projeto.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Sr. Presidente, eu quero em primeiro lugar pedir desculpa pelo meu atraso a esta Comissão, sendo Relatora de um projeto tão importante e tão polêmico como esse, porque eu vi as discussões. Eu queria, não sei se essa proposta já foi feita, e eu vi que há uma pedido de vistas do Senador, Líder do Governo, Romero Jucá e do Senador Osmar Dias, eu procurei, dentro do substitutivo, atender tanto ao mérito da questão do projeto do Senador Pedro Simon, que eu considero que tem toda a razão em buscar uma saída para a questão das perdas...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senadora Patrícia, o Senador Osmar Dias vai se retirar e já deixou consignado o voto dele nas matérias que hoje terão que ter votação terminativa por votação nominal. V.Exª. continua com a palavra.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Então, eu procurei, de alguma forma, atender ao projeto do Senador Pedro Simon, que tem razão em buscar uma saída para os Estados, que têm perdido muitos recursos em relação a essas perdas e vejo também a necessidade de que nós pudéssemos ter realmente a questão de um estudo que tratasse do impacto fiscal desse projeto. Eu sugeriria inclusive... Pelo que eu estou entendendo, há uma discussão, e eu acho que é essa a preocupação sensata do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, de qual o valor desse impacto fiscal e que o projeto deveria talvez tratar de um limite, porque, dependendo do que os Estados possam imaginar, ninguém sabe qual será essa compensação, de 5, 9, 10 bilhões, quanto isso custaria para a União. Mas, da mesma forma, há a nossa preocupação, afinal de contas, somos representantes dos nossos Estados, de que a gente possa encontrar uma saída.

Então, eu acho que, depois de feito esse estudo com um prazo, que eu acho que a Consultoria do Se-

nado e o Tesouro poderiam passar essa informação ao Líder do Governo, nós poderíamos também estabelecer uma Emenda que tratasse do limite máximo anual para essas compensações. Não sei se isso resolveria talvez o problema, a dificuldade que o Governo tem em votar essa matéria. De qualquer forma, Senador Romero Jucá, eu acho que nós temos que encontrar uma saída, porque todos os anos esse problema vem rolando, não é deste Governo, é desde o Governo Fernando Henrique, essa em uma reclamação geral de todos os Estados que perdem.

Então, eu sugiro que seja feito o mais rápido possível, eu acho que o Senador tem a palavra, tem o compromisso de trazer essas informações do impacto, eu também, como Relatora, posso procurar a Consultoria do Senado o mais rápido possível para encontrar essa saída e nós podemos propor uma Emenda que possa estabelecer esses limites, contanto que não prejudique a União e nem prejudique os Estados e eu acho que o Senador Pedro Simon tem razão, este projeto ainda vai para a Câmara, ele também vai ser analisado na Câmara, nós temos que ouvir evidentemente os Governadores e encontrar uma saída.

Então, a minha proposta, não sei se é a mesma que alguns Senadores já fizeram, mas que a gente possa ter o mais rápido possível essa decisão do valor do impacto disso para a União e encontrar uma Emenda, a redação de uma Emenda que estabeleça este limite.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – O Senador Jucá propôs pedido de vistas para trazer na própria Sessão, na terça-feira, e o Senador Osmar Dias pediu depois que o prazo fosse de 24 horas. O Senador Flexa Ribeiro, antes de sair, pediu que fosse feita inclusive uma Audiência Pública, convidando, na próxima semana, quando o Senador Jucá trouxesse o projeto de volta, os Governadores atuais e os Governadores eleitos e reeleitos nos Estados também da federação.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Mas isso possibilitaria que nós votássemos semana que vem?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – O Senador Romero Jucá (*risos*) parece que viaja semana que vem.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu vou ficar de plantão aqui (*risos*) até o dia 31. E dia 1º eu vou para a posse do Presidente Lula. Eu queria agradecer as palavras sensatas da Senadora Patrícia e dizer o seguinte, a nossa idéia é não só levantar essa questão das perdas, porque da forma como o projeto está hoje ele não tem limite. Quer dizer, na verdade, quanto mais crescerem as exportações, mas a União

vai ter que dar para os Estados também, quer dizer, é um procedimento que não tem... Quando o âmagô da Lei Kandir era um período de transição, exatamente esses repasses, para que o Estado pudesse se adaptar à nova economia que é introduzida no Estado com a ampliação das exportações, porque isso gera renda, isso gera receita, isso gera um outro tipo de mecanismo que gera riqueza no Estado.

Então, quer dizer, exportação não é prejuízo para os Estados, exportação, em tese, é uma atividade que gera outras ações que geram riquezas. Agora, eu pretendo trazer não só o impacto, porque eu acho que essa é uma questão que a gente tem que discutir de imediato, mas pretendo também resgatar talvez até a proposta que quase se fechou no Ministério da Fazenda, até para apresentar como proposta minha e a gente poder em cima disso debater, porque o que nós temos que ter é um modelo consistente e equilibrado dessa questão. Não adianta ficar dependendo de favor do Orçamento, de Bancada votar isso ou votar aquilo, nós temos que ter, isso tem que se ter previsibilidade. E essa proposta, como ela é oriunda do Senado, é importante que ela saia daqui bem construída, por quê? Porque a Câmara será a Casa revisora e depois ela voltará para o Senado e o Senado que precisa dar a última palavra nesse projeto, porque o Senado é a Casa da federação. Efetivamente, é aqui que se definem as questões do equilíbrio dos Estados, não é na Câmara dos Deputados. Daí o meu cuidado efetivamente que a gente possa agregar nessa proposta um mecanismo permanente e, mais do que isso, ter idéia do impacto e saber como nós vamos tratar essa questão para o futuro. E eu agradeço as colocações da Senadora.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Eu também agradeço o aparte do Senador Romero Jucá. Eu entendo, eu acho que a intenção do autor do projeto, o Senador Pedro Simon, foi justamente trazer essa discussão para a Casa, porque como todos os anos nós tratamos disso, mas não chegamos a nenhuma conclusão, o Senador Pedro Simon quis justamente abrir uma porta para provocar essa discussão, evidentemente com a intenção que o seu projeto pudesse ser aprovado, mas acho muito importante que nós pudéssemos já estar discutindo. Afinal de contas, se não fosse o projeto do Senador Pedro Simon talvez essa discussão não estivesse acontecendo nesta Comissão nesse momento.

Então, eu agradeço também o aparte, peço desculpas ao Senador Pedro Simon se de alguma forma no relatório tenha prejudicado a intenção do seu projeto, não foi essa a minha intenção, foi apenas buscar um consenso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Então, ficamos combinados que a partir da próxima semana nós faremos a reunião, uma audiência e antes, logicamente, já combinado com o Líder do Governo, com os membros da Comissão, que ele trará de volta o projeto na próxima terça-feira, dia 19. É isso? A proposta do Senador Osmar Dias, que seria de 24 horas, todos que se manifestaram até agora, pelo menos é o que se verificou, com exceção do Senador César Borges, acharam conveniente dar o prazo de uma semana. Pelo menos eu entendi assim, o Senador Aelton, o Senador Jefferson Peres, a Senadora Patrícia Saboya Gomes, o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Romero Jucá, o Senador Valter Pereira. Então é isso?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu quero inclusive fazer o registro, se eu tiver esses dados antes de uma semana, eu repassarei para o Gabinete dos Senadores os dados efetivamente, para que na terça-feira, quando se venha o processado, se tenham as informações.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Domingo à tarde. *(risos)*

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – É uma boa data. *(risos)*

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Domingo à tarde. Então, fica concedido vistas coletivas, nós retornaremos daqui a uma semana e faremos, logo após a vinda do projeto, marcaremos para terça ou para quarta, logo depois, a audiência, conforme a proposta do Senador Flexa Ribeiro. Vamos votar logo os projetos que foram nominais. Senador ACV, V.Ex^a, sim; Senador Jefferson Peres, sim; Senador Aelton Freitas, sim; Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador César Borges, sim; Senador Valter Pereira, sim; Senador Eduardo Suplicy, sim; Senador Pedro Simon, sim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É mais de um projeto?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – São três. Vale para os três. Para os três. Senador Romero Jucá, sim também, não é? Sim.

Então, vamos votar ainda o Item 1, que é pedido do Senador Aelton Freitas, que foi pedido vistas pelo Senador Romeu Tuma, salvo minha memória. Deixou aqui.

Então, item 1, Senador Aelton Freitas, é o Projeto de Lei da Câmara nº 113/2005, não terminativo, que dispõe sobre a duração do trabalho dos Farmacêuticos. Autoria: Deputado José Carlos Coutinho. O Senador

Aelton Freitas é pela rejeição do projeto, a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. Com a palavra o Relator.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, no que tange aos aspectos econômicos, devemos ressaltar que a redução da jornada de trabalho dos Farmacêuticos, nos termos estabelecidos pela proposição, tem implicações que não podem ser desprezadas. De acordo com estimativas da Associação Brasileira das Redes de Farmácia e Drogarias, ABRAFARMA, o País contaria hoje com cem mil Farmacêuticos, dos quais apenas 65,6 mil trabalham em drogarias ou farmácias privadas. Mesmo considerando uma jornada semanal de 44 horas para esse contingente, há atualmente um déficit da ordem de 120 mil Farmacêuticos, em função da demanda existente.

Desse modo, a redução da jornada dos atuais Farmacêuticos virá a agravar uma situação que hoje é bastante incômoda para o cidadão. A falta de profissionais constitui um ônus ao qual se sujeita toda a sociedade.

Além disso, há que se destacar que as regiões mais pobres do País são justamente as que sofrem com a falta desses profissionais.

A aprovação do Projeto de Lei da Câmara poderia dificultar ainda mais a situação das regiões menos privilegiadas, criando obstáculo adicional à existência de Farmacêuticos e de drogaria em face da impossibilidade de contar com os servidores Farmacêuticos.

Nos casos dos Farmacêuticos lotados em serviço público, outros aspectos devem ser considerados. Em primeiro lugar, a proposição incorre em vício de iniciativa, tendo em vista que a Carta Magna, em seu art. 61, § 1º, inciso II, assegura que é iniciativa privada do Presidente da República as leis que dispõem sobre o regimento jurídico dos servidores públicos, da União e dos militares das Forças Armadas.

No que tange aos servidores civis, devemos lembrar que, de acordo com o art. 19 da Lei 8.112, de 90, a jornada de trabalho será fixada em função das atribuições pertinentes aos respectivos cargos e respeitado o limite no mínimo de seis horas.

Enfim, Sr. Presidente, resumindo este projeto, nós fizemos visita a vários órgãos e contatamos vários segmentos, dentre eles a CNC, Confederação Nacional do Comércio, e constatamos de que a maioria dos pequenos comércios de farmácia fechariam se tivessem que contratar dois técnicos com um período de seis horas cada um. Eis aí um dos fundamentos que nos levou a ser pela rejeição do projeto, discutimos com vários Senadores e o nosso parecer ficou pela rejeição deste projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – O Senador Romeu Tuma fez um pedido de vistas, deixou consignado aqui um pedido de vistas deste projeto. O parecer do Aelton Freitas é pela rejeição. Concedido vistas e, na próxima reunião, nós colocaremos em votação. Ainda tem o Item 5, que o Senador Aelton Freitas pediu para votar. Pois não, pela ordem, o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – A matéria que o Senador Osmar Dias... A matéria que o Senador Osmar Dias relatou referente ao empréstimo do DEUTSCHE BANK ele terminou não sendo pedido, por um lapso à urgência, então eu gostaria de pedir a urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Eu já tinha anotado aqui o pedido de urgência para votação do empréstimo para os hospitais, tendo em vista que trata-se do tratamento do câncer.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Exatamente. Eu queria pedir urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Pedido de urgência ao empréstimo de três milhões de dólares dos Estados Unidos da América para os hospitais, para a aquisição de equipamentos para diagnóstico de câncer. Em votação. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o pedido de urgência. Com a palavra o Senador Aelton Freitas, para o Item 5, Projeto de Lei do Senado 146/2006, não terminativo, que altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para permitir a comercialização por supermercados de medicamentos cuja venda e dispensação não dependem da apresentação de prescrição. Autoria: Apresentado como conclusão do parecer nº 552/2006 da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; Relator: Senador Aelton Freitas, pela rejeição do projeto. Com a palavra o Relator.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, como membro de ambas Comissões, tanto da de Direitos Humanos quanto desta, lá a gente acata os projetos que vêm de sugestão pessoal, naquela Comissão, este projeto teve o parecer favorável, mas quando a gente vai analisar o impacto, o risco que oferece e após uma consulta profunda à ANVISA, constatamos que, de acordo com as informações do Sistema Nacional de Informações Toxicofarmacológicas, o SINITOX, os medicamentos são a principal causa de intoxicação em seres humanos, desde 1996 isso é constatado e em 1999 foram responsáveis por 28,3% e em 2000 por 30,4% de todo o total de intoxicações que aconteceram no País naquele ano, tendo constatado também 79 óbitos por medicamentos e um

total de 377 mortes por intoxicação resultante de uma letalidade igual em todos casos.

Com isso, chegamos à conclusão de que seria bem melhor evitarmos essa liberdade da venda de medicamento, mantendo assim sob o vigilância e o acompanhamento de técnicos da área farmacêutica. Por isso, optamos também pela rejeição deste Projeto de Lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Em discussão o Item 5, Projeto de Lei do Senado 146/2006, não terminativo. Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o que está se pedindo é que se comercialize produtos que não tenham necessidade de receita nos supermercados. A maioria dos supermercados hoje, os maiores, já têm uma farmácia dentro, que é uma farmácia, apenas ocupa o mesmo espaço.

Então, para esses supermercados de maior nível, isso não é problema, porque muitos deles até têm a própria cadeia de farmácias, pertence ao próprio supermercado.

Então, nesse caso está resolvido. Sobram os pequenos supermercados, que não têm essa oportunidade. É essa a colocação que está sendo feita, não é isso, Sr. Relator? E está se vetando que seja vendido em prateleira que não numa farmácia, então eles continuarão tendo a farmácia, se ela existir, como farmácia.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – O que o existe, tendo inclusive o acompanhamento do Farmacêutico, somos de pleno acordo, mas vender na prateleira como qualquer outro produto de consumo é que é o nosso parecer contrário.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Entendi, Sr. Presidente, e acompanho o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Em discussão. Como ninguém discute, em votação. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer do Relator, pela rejeição do projeto.

A Senadora Patrícia Saboya Gomes pede que seja votado o Item 27, Projeto de Lei do Senado nº 393/2005, não terminativo, dispõe sobre a destinação dos valores havidos ilicitamente pelos agentes públicos e recuperados pelas Pessoas Jurídicas de Direito Público ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente. Autoria: Senadora Patrícia Saboya Gomes; Relator: Senador Artur Virgílio, pela aprovação do projeto. O Relator Artur Virgílio não está presente e eu designo o Senador Ney Suassuna para o Item 27. O parecer é pela aprovação o projeto. A matéria

ainda será apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, com decisão terminativa. Com a palavra o Relator, Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – O Presidente localizou aí a página qual é, por favor?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Página 452.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, o parecer é o seguinte. A recuperação de valores havidos de forma ilícita e sua destinação como receita ao Fundo Nacional para a Criança e Adolescente homenageia a necessidade de incremento das políticas públicas relativas aos jovens brasileiros, principalmente por se estar diante de uma crônica falta de interesse estatal na formação desse tão importante estamento(F) social. A inserção em favor das vinculações constitucionais e fundos existente no art. 167, item IV da Constituição Federal preserva a constitucionalidade da proposição no ponto. É de se registrar, igualmente, que a proposição anda bem quando define os conceitos centrais de seu âmbito normativo, afastando com isso a insegurança jurídica. Portanto, após essa análise, o voto foi pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 393/2005.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Em discussão o parecer do Senador Ney Suassuna, pela aprovação do projeto. Com a palavra o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, essa matéria, eu sei que ela é mais um passo na luta da Senadora Patrícia na questão da criança e do adolescente. Havia uma solicitação de pedido de vista, de orientação do Governo, exatamente para discutir o mecanismo. Mas como não há impacto fiscal e é na linha exatamente do fortalecimento do trabalho junto à criança e ao adolescente, nós vamos desconsiderar a orientação ao pedido de vista e nós vamos votar favoravelmente ao projeto da Senadora Patrícia.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Em votação o projeto. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 393, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, com decisão terminativa. Com a palavra a autora do projeto, Senadora Patrícia Saboya Gomes, do Estado do Ceará.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer o nosso Relator *ad hoc*, Senador Ney Suassuna, agradecer ao Líder Romero Jucá, que com a sua sensibilidade, sabe que essa é uma causa importante para as crianças e adolescentes do nosso País, nós temos dificul-

dades, o Governo tem tido dificuldades em cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente, então, o que nós estamos fazendo, como disse o Senador Romero Jucá, não é criando nenhum tipo de dificuldades para o Governo, mas esses serão recursos recuperados da União, que forem desviados, de alguma natureza, dinheiro por corrupção, recurso por corrupção, para que esse recurso vá para o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Eu acho que essa é uma conquista muito importante para todas as crianças do Brasil, para aqueles que têm uma luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente e eu quero, portanto, agradecer a todos pela sensibilidade e pela colaboração na aprovação deste projeto, inclusive a V.Exª., Senador, Presidente Luiz Otávio, que colocou em votação já agora no final, eu cheguei atrasada, mas V.Exª. compreendeu os meus motivos e colocou em votação. Muito obrigada a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Ney Suassuna, ainda... Fica, portanto, encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h51

Ata da 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de dezembro de 2006, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e trinta minutos do dia dezoito de dezembro do ano de dois mil e seis, na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Lúcia Vânia, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Valter Pereira, Patrícia Saboya Gomes, Delcídio Amaral, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores César Borges, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Gerson Camata, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra e João Ribeiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Ao ser anunciada a 1ª Parte da Reunião, Audiência Pública com a finalidade de “instruir a deliberação dos Projetos de Lei do Senado nºs 216, de 2003, 265, de 1999, e 167, de 2001, ora apensados, e que tratam, respectivamente, de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no merca-

do interno, da instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos e do gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde”, em atendimento aos Requerimentos nºs 54, 55 e 56/06-CAE, de autoria dos Senadores Romero Jucá, Antônio Carlos Valadares e Arthur Virgílio, respectivamente, com a presença da Exma. Sra. Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente; do Exmo. Sr. José Agenor Álvares da Silva, Ministro de Estado da Saúde; do Exmo. Sr. Luiz Fernando Furlan, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; do Sr. Marcelo Barbosa Saintive, Representante do Ministério da Fazenda; do Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná; do Sr. Eugênio Carlos Deliberato, Presidente da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos, ANIP; do Sr. Francisco Simeão Rodrigues Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados, ABIP; do Sr. Hersílio Coelho de Moura, Presidente da Associação Brasileira do Segmento da Reforma de Pneus, ABR; fizeram uso da palavra os Senadores Osmar Dias, Romeu Tuma, Jefferson Peres e Heráclito Fortes, que propõe o adiamento da Audiência Pública constante da Pauta da Reunião. Colocada em votação a sugestão, a Comissão delibera pelo seu adiamento. Em seguida, a Presidência passa a Segunda Parte da Reunião com a apreciação das matérias constantes da Pauta, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999, Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências”, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece Parecer favorável ao Projeto com o acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 1, 5, 6 e 7-CCJ; 8, 12, 13, 14 e 15-CAE; 17, 18, 19, 20, 22, 24, 26, 29, 30, 32 e 33 de Plenário; e ainda 39 e 41-CCJ-CAE, nos termos do Substitutivo que apresenta, ficando rejeitadas as demais Emendas. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em 12/12/06 foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. A matéria é retirada de pauta a pedido do Autor; Item 02-Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2005, não terminativo, que “dispõe sobre a duração do trabalho dos farmacêuticos”, de autoria do Deputado José Carlos Coutinho, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. Em 12/12/06 foi concedida Vista ao Senador Romeu Tuma nos termos regimentais. A apreciação da matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2004, terminativo, que “dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI, incidente sobre os veículos automotores que

específica, e dá outras providências”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2005, não terminativo, que “dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem atendimento por telefone, internet ou outro meio similar”, de autoria do Deputado Wellington Fagundes, tendo como Relator o Senador João Ribeiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A apreciação da matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2003, não terminativo, que “altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, utilizando-se do saldo do referido Fundo”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005, não terminativo, que “dá nova redação aos incisos I e III do caput do art. 5º e aos incisos I e III do caput do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (igual a incidência da CIDE sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação)”, de autoria do Deputado Roberto Balestra, tendo como Relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Em 03/10/06, foi concedida Vista à Senadora Ideli Salvati, nos termos regimentais. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, para estabelecer que parte do produto da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) seja destinada ao município de origem”, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2004, terminativo, que “altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, para incluir a obrigatoriedade de identificação do apostador nas loterias de números administradas pela Caixa Econômica Federal”, de au-

toria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2004, terminativo, que “dispõe sobre o emprego de rendimentos auferidos das aplicações, no mercado financeiro, das receitas tributárias da competência dos Estados, Distrito Federal, Municípios e das transferências obrigatórias da União para os entes federados, bem assim dos Estados para os Municípios”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 11/04/06, foi lido o Parecer pela Relatora, sendo adiada a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2006, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para estabelecer limites à cobrança de multa, juros de mora e despesas de cobrança decorrentes de inadimplemento de obrigações de consumidores”, de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2004, terminativo, que “acrescenta dispositivo à Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, para estabelecer o percentual mínimo do produto de arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinado à conservação, recuperação e ampliação da malha rodoviária”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 04/07/06, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2003, terminativo, que “modifica a redação do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7713, de 22 de dezembro de 1988, alterada pelo artigo 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e pelo artigo 30 da Lei nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda das pessoas físicas acometidas pelas moléstias que especifica”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2006, não terminativo, que “altera o art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, para prorrogar, por mais dez anos, a não inci-

dência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2003, terminativo, que “autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Fornecedores de Cana-de-açúcar – PROAF – Cana-de-açúcar”, de autoria do Senador Renan Calheiros, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2003, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”, de autoria do Senador Osmar Dias, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Jefferson Péres, que oferece Parecer pela rejeição dos Projetos. A apreciação da matéria é adiada; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que “acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica”, de autoria do Senador Almeida Lima, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, incluindo como beneficiário da lei os representantes comerciais”, de autoria do Senador Leonel Pavan, e com o Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2005, terminativo, que “altera a legislação tributária federal para incluir os estabelecimentos de ensino médio entre as pessoas jurídicas passíveis de adesão ao Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, e dá outras providências”, de autoria

do Senador Ney Suassuna, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável ao PLS nº 129, de 2003, ao PLS nº 183, de 2003, e ao PLS nº 291, de 2005, nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 17-Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2003, não terminativo, que “dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências”, de autoria do Deputado Bispo Wanderval, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da matéria é adiada; Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2005, terminativo, que “altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 11.052, de 29 de dezembro de 2004, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores da forma incapacitante de linfangioleiomiomatose pulmonar”, de autoria do Senador Fernando Bezerra, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 02 que apresenta, e com o acolhimento da Emenda nº 01, de autoria do Senador Romeu Tuma. Em 05/09/06, foi lido o Parecer pelo Relator, sendo encerrada a discussão e adiada a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2006, terminativo, que “concede isenção tributária à Academia Brasileira de Letras, à Associação Brasileira de Imprensa e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e cancela os débitos fiscais dessas instituições”, de autoria do Senador José Sarney, tendo como Relator o Senador Jorge Bornhausen, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 20-Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2004, não terminativo, que “acrescenta o § 9º ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, excetuando a aposentadoria no valor de um salário mínimo do cálculo da renda mensal per capita para a percepção do benefício da prestação continuada”, de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. Em 05/09/06, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 21-Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destina-

dos, no Orçamento da União, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira”, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, tendo como Relator o Senador Flávio Arns, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. A apreciação da matéria é adiada; Item 22-Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2002, terminativo, que “concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual”, de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta, e pela rejeição das emendas nºs 05 e 06 apresentadas pelo Senador Ney Suassuna. Em 02/12/03, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 23-Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2005, não terminativo, que “altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, acrescentando dispositivo sobre a concessão de financiamento para a aquisição de tratores, colheitadeiras, máquinas, implementos e equipamentos agrícolas”, de autoria do Deputado Moacir Micheletto, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da matéria é adiada; Item 24-Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, não terminativo, que “altera o § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, para incluir a literatura de cordel entre os segmentos beneficiados com a dedução integral do imposto de renda devido sobre as quantias destinadas a doações e patrocínios”, de autoria do Senador Efraim Morais, tendo como Relator o Senador Leonel Pavan, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 25-Emenda nº 01-Plen oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2005, não terminativa, que “reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidentes sobre os produtos que menciona”, de autoria do Deputado Nelson Bornier, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer pela rejeição da Emenda nº 01-Plen. A apreciação da matéria é adiada; Item 26-Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2006, não terminativo, que “dispõe sobre o pagamento, pelas sociedades cooperativas,

da contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), e dá outras providências”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 01, 02, 03, 04 e 05 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 27-Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2001, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que ‘estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências’”, de autoria do Senador Ney Suassuna, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 28-Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2006, Complementar, não terminativo, que “define montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal”, de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 12/12/06 foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. A apreciação da matéria é adiada; Item 29-Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2006, não terminativo, que “dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseñiase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios”, de autoria do Senador Tião Viana, tendo como Relator o Senador João Ribeiro, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 30-Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2006, não terminativo, que “acrescenta art. 2º-A à Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e art. 1º à Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, e art. 2º-D, à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para permitir a concessão dos benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e de Vale-Transporte aos trabalhadores desempregados, durante o período de frequência a curso de capacitação, readaptação ou reciclagem, e dá outras providências”, de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Wellington Salgado, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da maté-

ria é adiada; Item 31-Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2006, não terminativo, que “autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Incentivo à Conservação da Natureza, destinado a promover a conservação da natureza, mediante a concessão de incentivos fiscais”, de autoria do Senador Delcídio Amaral, tendo como Relator o Senador João Ribeiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 32-Projeto de Lei do Senado nº 610, de 1999, não terminativo, que “institui normas para fixação de tarifas a serem cobradas pelo abastecimento de água e pelos serviços de esgotamento sanitário no país, regula a transferência do controle das instituições provedoras desses serviços e dá outras providências”, de autoria do Senador Geraldo Melo, tendo como Relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada. Foi apresentado e lido o Requerimento nº 61/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, “a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o PLS nº 113, de 2005, que trata sobre a duração do trabalho dos farmacêuticos”, de autoria do Senador Romeu Tuma, ficando adiada a sua discussão e votação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Declaro aberta a 33ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se hoje, 19 de dezembro, às 10h30, na sala nº. 19, na Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos eu quero lembrar que temos marcados para hoje a primeira parte da pauta da Ordem do Dia será a Audiência Pública com a finalidade de instruir a deliberação dos Projetos de Lei do Senado nº. 216/2003, 265/1999 e 167/2001, ora apensados e que tratam respectivamente de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno da instituição da Política Nacional de Resíduos

Sólidos e do gerenciamento de resíduos de serviços de saúde em atendimento aos Requerimentos nº. 54, 55 e 56, de autoria dos eminentes Senadores Antônio Carlos Valadares, Arthur Virgílio, e Senador Romero Jucá, respectivamente.

Foram relacionadas várias autoridades e vários convidados do setor. Essa Audiência Pública é pela primeira vez que ela se realiza na Comissão de Assuntos Econômicos. Em outras Comissões, salvo Comissão de Fiscalização, já aconteceu lá essa Audiência Pública.

Como nós temos nessa primeira parte a Audiência Pública e na segunda parte que teremos a pauta de votação dos projetos, inclusive, foi incluído na pauta o Item 1, o Projeto do Senador Jorge Bornhausen, chamado o Código de Defesa do Contribuinte, que foi pedido vistas na semana passada pela Senadora Ideli Salvatti, com o prazo de retorno para hoje, para votação aqui na Comissão de Economia. Ela está mandando o Projeto para cá, mas eu tenho um Ofício aqui do Senador Bornhausen pedindo que seja... Ele diz aqui: “Constando da Ordem do Dia de hoje, na CAE, Item 1 da pauta, apreciação e votação das Emendas de Plenário”, na verdade esse Projeto já foi aprovado. Ele foi para o Plenário e lá ele retornou do Plenário aqui para a Comissão. É o PLC 646/99. Foram apresentadas as Emendas no Plenário. Ele retorna à Comissão. O chamado Código de Defesa do Contribuinte. “Venho solicitar ao ilustre Presidente, dada à realização de Audiência Pública em conjunto com outras duas Comissões Permanentes de que por certo retardará o horário daquela apreciação e votação, por compromissos de viagem assumidos, requeiro nos termos regimentais a retirada de pauta do referido PLC”.

O Senador Bornhausen pede a retirada, tendo em vista essa Audiência Pública que vai retardar o horário da apreciação e votação, e por compromissos de viagem assumidos por ele. Portanto, a Mesa acata o pedido e...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E tem o meu, que eu tenho que devolver hoje também, estou pedindo uma audiência pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Também o Senador Romeu Tuma do PFL do Estado de São Paulo, pediu vistas no Projeto de Lei do Senado 113/2005 que trata da duração do trabalho dos farmacêuticos. Foi relatado pelo Senador Aelton Freitas na semana passada. O Senador Romeu Tuma pediu vistas e hoje apresenta um Requerimento nos termos do art. 113, combinado com o inciso II, art. 90, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal realização de Audiência Pública em conjunto com a

Comissão de Assuntos Sociais. Então nós trataremos posteriormente também dessa matéria.

Pela ordem, Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí, Presidente também da nossa Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Gostaria de uma informação de V.Ex^a, se foi remitada a essa Comissão por parte do Governo do Estado do Piauí informações a respeito do empréstimo que será contraído por aquele Estado, que consta do Item 258 da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – 258... Essa mensagem foi lida no Plenário do Senado na semana passada, e chegou aqui na quinta-feira. É isso? Foi designada a Senadora Lúcia Vânia como Relatora. Ela defendeu ontem, está em Extrapauta. Como é nós fazemos sempre com os empréstimos para os Estados. Mas eu não sei se ela foi solicitada alguma informação no Relatório dela? Ou não?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vou explicar. O Governador do Estado manteve contato comigo, nós temos todo o interesse na aprovação desse recurso, e para facilitar, solicitamos que já fosse mandado para cá algumas informações sobre a execução do primeiro programa. Esse é a segunda etapa. E pelo visto não chegou...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Não. Até agora nenhum documento do Governo do Estado do Piauí.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – ... Para que não entre com Requerimento oficialmente de informação, seria mais prático o adiamento. Quando é a próxima reunião da Comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Aí nós temos na próxima só... Provavelmente na próxima Legislatura.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não tem quinta-feira uma Extraordinária?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Não, não. Não, programada não tem nenhuma. Nós temos só Audiência Pública da Lei Kandir. É amanhã. Mas também já foi procurado por vários interessados, inclusive a Senadora Patrícia Saboya Gomes, do Ceará, me ligou agora há pouco, que foi ela que foi a Relatora dessa matéria, ela inclusive pediu que... Ela é Relatora. Aliás, o Projeto é do Senador Pedro Simon. Lembrei-me agora. Lei Kandir. E ela é Relatora. E ela pediu agora, disse que está chegando logo mais, porque também ela não teve ainda confirmação das autoridades, principalmente dos Governadores eleitos, que foram convidados.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não haveria possibilidade de na Sessão de amanhã, antes ou após a discussão?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Podemos. Da nossa parte não tem problema, Senador Heráclito Fortes. Nós ficaremos aqui permanentemente. Agora, o problema nosso será o *quorum*. V.Ex^a está percebendo a dificuldade de contra um hoje. E até justificável. Hoje o Brasil inteiro diploma os Parlamentares eleitos, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Senadores da República, bem como os Governadores dos Estados, os vice-Governadores e o Presidente da República já foi diplomado. Mas hoje, dia 19, é o prazo final para a diplomação. Então realmente a Câmara Federal não votará nada hoje. Não haverá deliberação na Sessão de hoje, tendo em vista a diplomação.

Então, nós estamos com dificuldade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vamos aguardar então se essas informações chegam. Elas chegando, não haveria necessidade de protocolar... E aí nós ajudaríamos a agilizar esse processo. Caso contrário, eu então solicitaria as informações.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Ok. Audiência Pública. Primeira parte da pauta. Com finalidade de instruir a deliberação dos Projetos de Lei já citados. O assunto é com relação ao atendimento aos Requerimentos dos Senadores Romero Jucá, Antônio Carlos Valadares e Arthur Virgílio. Fala da contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno.

Apenas também para conhecimento, nós estamos concluindo todas as solicitações, todos os requerimentos, todas as propostas de Audiências Públicas deste ano. Não ficará pendente nenhum Requerimento votado até a semana passada, até a última Sessão com relação a Audiências Públicas. Nós temos agora esse Requerimento do Senador Romeu Tuma que ficará para o próximo ano, se for votado ainda hoje. Pois não, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Essa Audiência Pública que se inicia agora tem prazo para terminar? E iniciar...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Nós vamos estabelecer um tempo regulamentar para quem é a favor... Nós convidaremos primeiro os representantes, tanto do Governo Federal, do Ministério do Meio Ambiente, de outros Ministérios que foram convidados, como as entidades interessadas na matéria. E daremos tempos iguais, essa é a minha proposta, para que os que são contra possam se manifestar, esclarecer as suas dúvidas, os seus pontos de vista, bem como quem é a favor. Aí encerraremos

a audiência e determinaremos um prazo máximo de 30, 45, uma hora, no máximo, para cada parte poder se manifestar. Tempos iguais para que não possamos dizer que amanhã... Que um ou outro teve o privilégio de usar mais tempo para a sua exposição.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu tenho tarefa em outras Comissões, então eu retorno aqui, digamos, meio-dia?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – é, meio-dia e trinta, mais ou menos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Combinado. Senador Osmar Dias, com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Presidente, apenas para fazer aqui uma confirmação da posição do PDT, que o PDT assumiu, e que encaminhou à imprensa e está encaminhando ao Presidente do Senado para que a questão do reajuste salarial, esse assunto que virou polêmica no País, e que vem sendo tratado como se todos os Parlamentares e todas as lideranças tivessem se omitido diante do assunto, o que não é verdade. Não houve omissão. Houve uma decisão adotada por um Colégio, e esse Colégio teve uma representatividade. Mas há aquele que não concorda. E o PDT deliberou, reunindo a sua bancada aqui no Senado, que os Presidentes da Mesa e do Senado devem submeter este assunto ao Plenário, para que cada Senador e cada Deputado possam, votando, em aberto, ou seja, de forma transparente, mostrar ao País qual é a decisão de cada um. O que pensa cada Senador e cada Deputado a respeito desse aumento. De nossa parte, nós consideramos que o aumento não deve ultrapassar a inflação do período. A inflação do período de quatro anos, que é o período que nós não tivemos nenhum aumento.

Então, gostaria de registrar aqui, como farei no Plenário do Senado, e não faço isso de forma demagógica, não. Porque muitas vezes isso é feito de forma demagógica. É porque o sentimento nosso é de que nós devemos ter todas as condições para exercer o nosso mandato de uma forma livre, tranqüila, de cabeça erguida, sem constrangimento. E eu não posso, em função de um aumento desses, passar por constrangimento que eu não passo em função de agir de forma correta durante toda a minha vida, e de repente ficar constrangido em função de uma decisão adotada que nós consideramos inoportuna, e, sobretudo, injusta nesse momento para com a sociedade brasileira. Os trabalhadores não tiveram aumento nessa proporção. Nenhum trabalhador. Nem do serviço público e nem do serviço privado. O que estou dizendo é de abso-

luta sinceridade. Eu não posso inclusive ouvir dentro de Casa, das minhas filhas, da minha família, que isso não vai pegar bem para ninguém. Nem para o Congresso Nacional e nem para nenhum político. Porque isso virou motivo agora de chacota na rua. E nós não podemos passar por isso.

Eu estou falando aqui de forma muito sincera. Eu prefiro que o Senado e a Câmara revejam essa posição, tomem atitude que achem correta e digna de colocar isso no Plenário para que os Senadores possam votar. Quem achar que é certo reajustar em 91% o seu próprio salário, vote a favor. Quem achar que não vote contra. Mas esse é o meu pensamento individual, pessoal, e o pensamento que eu reflito aqui da pancada do PDT no Senado. Nós somos contra esse aumento e queremos que o Presidente Renan Calheiros e o Presidente Aldo Rebelo coloquem esse assunto para ser debatido no Plenário das duas Casas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Osmar Dias, V.Ex^a permite, é que agora estava recebendo a informação que o suprimimento está apreciando e estaria seis a zero com a liminar favorável à suspensão da decisão da Comissão de Líderes e da Presidência das duas Casas. E seis a zero, praticamente dá a vitória no interesse da exposição de V.Ex^a.

Então, vamos aguardar um pouquinho, que eu acho que até daqui uma hora nós teremos o resultado, e qual é o mérito da liminar que está sendo concedida pelo Supremo. E a melhor pesquisa é dentro de Casa, Senador, porque a gente sente pela esposa a reação que ela sente pelas ruas que vai mais do que a gente, e a gente infelizmente tem que ficar praticamente o dia inteiro nessa Casa.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Exato, Senador Romeu Tuma. Quando é só a esposa ainda a gente fica em dúvida. Quando é a esposa e as filhas, aí a gente tem certeza.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A esposa é mais dura.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – As filhas são muito mais duras.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu não sei se felizmente... Infelizmente eu não tive filha. Tenho nora. Então meus quatro filhos, meus netos, minhas netas, sempre tem uma participação ativa porque recebe na escola, na faculdade, no supermercado, em todo lugar o olhar é diferente da sociedade.

Então, isso reflete no coração de cada um e que transmite: “Ó, pai, cuidado”. Aí a esposa: “Olha, você toma cuidado porque está acontecendo isso, isso é isso”.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – E para encerrar então, Sr. Presidente, eu cheguei à conclusão

nesse final de semana que não dá. Que isso tem que ser revisto. Porque não dá para viver tranquilo quando você tem uma pecha dessa em cima de sua cabeça de que você foi co-responsável. Nós não fomos. O PDT se pronunciou antes. O Senador Jefferson Peres pediu tempo da liderança e falou em nome da bancada, quando ele disse que... Até disse que não votaria em nenhum dos dois a Presidente se eles não se pronunciassem a respeito do assunto. Essa foi uma opinião pessoal dele. Não é uma questão da bancada, essa de não votar nos dois candidatos. Mas é uma posição fechada da bancada de não concordarmos com esse aumento e discutirmos isso no Plenário. Nós já tínhamos essa convicção na semana passada, e eu voltei desse final de semana mais convicto ainda pelo que eu ouvi dentro de Casa.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Jefferson Peres, com a palavra.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Permite-me, enquanto não temos quorum que vamos discutindo este assunto, mesmo. Eu tenho aqui em mãos, Senador Tuma, da Globo Online, um resumo da discussão no Supremo, que ainda não acabou. Estão julgando a Ação Direta de Inconstitucionalidade que foi apresentada pelo PPS. Julga inconstitucional, e pede como medida liminar que seja suspenso. E realmente como V.Ex^a disse está seis a zero. Pela concessão da liminar.

De forma que é isso... Eu, quando eu fiz o meu apelo na quarta-feira ao Presidente Renan Calheiros que não fizesse isso porque eu considerava um desatino, e me parece que é, veja o resultado: Quem pagou o pato foi o Deputado ACM Neto. Aquela facada não foi contra a pessoa dele, não. Aquilo é muito simbólico. É uma mulher do povo esfaqueando um Deputado por causa do aumento. É o povo querendo assassinar o Congresso por causa disso. Que coisa triste, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero louvar aqui a atitude do Senador Osmar Dias que de maneira equilibrada traz este problema a esta Comissão. Quero dizer que por todos os aspectos é um assunto constrangedor, afinal de contas, estamos aqui sem posição de liderança nem tampouco com assento na Mesa. E, portanto, sem nenhuma ingerência contra este fato. Eu tenho me negando a comentá-lo, porque tenho visto que alguns companheiros, com uma dose

elevada de hipocrisia, combatem o aumento, mas lá atrás uns votaram a favor e outros defenderam.

Então, é uma questão que está se tentando fazer disso um jogo político. A posição do Senador Jefferson, aliás, foi através da posição dele que eu tomei conhecimento do aumento, quero dizer isso, eu estava no Plenário quando foi falado. Eu tenho me resultado a falar mais abertamente sobre o assunto, porque espero, Senador Romeu Tuma, que na próxima reunião de bancada alguma coisa seja dita e alguma posição seja tomada. Mas eu concordo plenamente com que disse o Senador Osmar Dias com os constrangimentos desnecessários que nós estamos passando, e ele fala das filhas que cobram igualmente. E as filhas que já cobram o presente de Natal maior por conta do aumento. Aí vem a confusão formada. Aumento que não existe ainda. (*risos*) De forma que eu acho que V.Ex^a encontrou um foro apropriado para tratar desse assunto, com tranquilidade, e vamos esperar que haja uma solução por parte desse colegiado maduro e experiente para que nós possamos tirar esse peso que de repente cai sobre nossas costas.

Aliás, peso às costas em véspera de Natal só do Papai Noel carregado de presente. Com esse tipo de peso, nós dispensamos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Nós ontem tivemos a chance e a oportunidade no Plenário do Senado, dois Senadores, inclusive o Senador Heráclito Fortes, se manifestaram juntamente com o Senador Eduardo Suplicy em solidariedade ao Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto. E nós pessoalmente falamos com o Senador Antônio Carlos lá no Plenário e aqui agora em nome da Comissão de Assuntos Econômicos também apresentamos a nossa solidariedade ao Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, ao seu pai, o Senador que foi nosso colega aqui, Antônio Carlos Magalhães Júnior, D^a. Arlete, a sua avó, que é a esposa do Senador Antônio Carlos Magalhães, a toda a família e principalmente ao povo baiano da forma que o Deputado foi agredido.

Senador Jefferson Peres também registra e o Senador Romeu Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria só acrescentar o seguinte. Claro, ontem quando recebi a notícia me assustei bastante. Não foi muito clara. Só no Globo News é que deu que o ferimento foi leve em razão da impossibilidade dele andando dela ter acertado com toda força que desejava. Mas agora, me ligou a minha secretária, que esta senhora, ela acha que a mesma ligou para alguns Gabinetes, inclusive o meu, dizendo que estava com o dinheiro apreendido, do Fundo de Garantia, que ia matar a alguém e tal. Não se referiu. Ela apenas revoltada. Como tinha um

Delegado da Polícia Federal no Gabinete, ela pôs no viva-voz para todo mundo ouvir. Ela disse que tinha ligado para o meu Gabinete porque eu era Corregedor, também não era tão louca assim, ligou para o Gabinete do ACM, e para outros Gabinetes. Antes de cometer o desatino. Mas não se referiu à pessoa que ia fazer. Era uma revolta porque ela não conseguia liberar o Fundo de Garantia. Provavelmente em razão de ouvir o aumento e ela ter mil ou dois mil aprendido no Fundo de Garantia por... Ela já não tem um equilíbrio perfeito, e procurou. Pode ser uma hipótese, mas ela já havia demonstrado esta vontade nos telefones. Só que não deu para identificar de onde era e o que é que era. Acha a secretária que é pela voz, pela forma com que ela deu a entrevista ontem nas televisões. É claro que no primeiro instante nós ficamos muito assustados, procuramos saber, mandei o Chefe de Gabinete no gabinete do Antônio Carlos saber o que tinha havido, disse que era um ferimento leve e que provavelmente ele sairia hoje, e espero que sim. E que em breve esteja entre nós novamente, pela sua juventude, por tudo que possa representar para o futuro do País. E o ACM foi muito equilibrado ontem quando fez as suas declarações. É a sua grife, o equilíbrio e a manutenção do princípio de respeito às autoridades.

Então, a nossa solidariedade também pela iniciativa do Luiz Otávio ontem e nós... Ontem não, ontem foi segunda. Isso mesmo, ontem. E nós endossamos, todos nós endossamos o desejo do pronto restabelecimento do ACM Neto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Vamos iniciar então a audiência. Primeiro registrando que o Ministro da Indústria e Comércio me ligou pedindo que ele foi designado pelo Presidente da República para representá-lo em Mato Grosso do Sul, em Três Lagoas, na cidade em que a filha do Senador Ramez Tebet é Prefeita para uma solenidade hoje, e ele não estará presente aqui. Da mesma forma do Ministério da Fazenda, o Ministro Guido Mantega estará à tarde na audiência que foi provocada pelo Senador Jefferson Peres no Plenário do Senado Federal. E o Ministério da Fazenda, o Secretário de Acompanhamento Econômico, Marcelo Barbosa, me ligou dizendo que o Ministério da Fazenda não tinha nenhuma posição contrária com relação ao Projeto, nenhuma manifestação favorável ao Projeto até porque não estava, muito pelo contrário, não está com o Ministério da Fazenda ainda nenhuma posição definida do Governo com relação ao Projeto. O Ministério da Fazenda, me disse o Secretário Marcelo, que muito pouco tem a ver com esta questão, e que no momento não há ainda uma posição definida com relação ao Projeto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª poderia repetir...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Nós temos aqui presentes o Márcio Rodrigues de Freitas, Diretor de Qualidade Ambiental do IBAMA, o Dr. Fabiano Geraldo Pimenta Júnior, Secretário de Vigilância em Saúde, representando o Ministro da Fazenda, o Sr. Márcio representando a Ministra do Meio Ambiente, o Dr. Alan Jones, Secretário em exercício do Meio Ambiente do Estado do Paraná, representando o Dr. Roberto Requião, Governador do Estado nosso colega aqui no Senado Federal, Roberto Requião, e Lupércio Friolani, Diretor Executivo da ABR, representando o Sr. Hersílio Coelho de Moura, Presidente da Associação Brasileira de Segmento de Reforma de Pneus.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, vamos chamar nossos suplentes para participarem da audiência. Só vem representante.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu acho que teria que suspender.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu gostaria de falar exatamente com V.Exª sobre esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – ... Os Presidentes das Associações...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas antes, Sr. Presidente, eu queria que fosse repetido para que ficasse nos anais o nome desse funcionário público categorizado que não vem, não é contra, nem a favor, muito pelo contrário, até parece que não faz parte de um Governo que tem um contexto. Tem que decidir por um contexto que agrade o Governo. Ou que não agrade o Governo. Eu queria... Porque isso é um bom exemplo de servidor que realmente honra um Governo ao tomar uma decisão dessa natureza jogando a batata quente para quem quiser. É fantástico. Se tivesse que eleger no final de ano, seria o humorista do ano. Eu quero parabenizá-lo por esta linha muito boa, e o Brasil...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Só para fazer justiça, ele disse que estava à disposição. Que se nós quiséssemos ele viria à audiência, o Marcelo Barbosa, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. Mas que realmente muito pouco teria a acrescentar o Ministério da Fazenda com relação a essa matéria.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria fazer uma sugestão antes, de dizer que o Ministério da Fazenda só tem uma posição, é a tesoura, para cortar sempre de alguém alguma coisa, e para arrecadar. Mas eu queria sugerir a V.Exª que suspender a Audiência Pública. Nós vamos aqui debater, e

vamos ter o quê? Os representantes das empresas aqui presentes, a maioria...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – O Diretor de Qualidade Ambiental do IBAMA.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pelos titulares, mas não vamos ter pessoas...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – O Secretário de Vigilância do Ministério da Saúde.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois é. Por mais capacitadas que sejam esses representantes, eles não terão nenhum poder de decisão. No mínimo vão consultar. Quer dizer, foram mais honestos do que o que não veio porque não tinha nada a dizer e muito pelo contrário, estão aqui à disposição. Mas a realidade é que não terão um poder de decisão que é o que esse assunto exige porque já se arrasta há muito tempo. Gostaria que V.Exª...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – A audiência, a finalidade é instruir a deliberação dos projetos. Ela foi solicitada pelos Senadores Antônio Carlos Valadares, Arthur Virgílio e Romero Jucá e por isso ela está acontecendo, Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Como eles não se encontram aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Apenas nós estamos cumprindo com a maior tranquilidade todas as pautas, inclusive está aqui a Senadora Patrícia Saboya Gomes que da mesma forma como aprovaram na semana passada uma Audiência Pública a respeito da Lei Kandir, que será realizada amanhã, é isso? Amanhã, às 10h, ela mesma me ligou há pouco e disse: “Luiz Otavio, o nosso problema amanhã de estar presente, nós temos problema com relação à diplomação...”.

Então, eu apenas agendei para que amanhã não se diga o seguinte: “Não, aprova o Requerimento e ninguém dá seguimento à aprovação do Requerimento, não marcam as audiências”.

Então, está aqui para que nós possamos cumprir a nossa obrigação. Se realmente ela vai acontecer ou não... Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Heráclito, eu gostaria de concordar com V.Exª, visto que não veio nem Ofício dos Ministros convidados. Não houve nem manifestação. Tem os representantes.

Então, o que eu acho que... Não dá para chamar o suplente, né Senador Jefferson. *(risos)* Porque o Se-

nado já tem acho que mais de 30, 40% de suplentes. Que, aliás, tem representado bem os seus Estados, mas eu não vejo razão para a Audiência Pública que não vai ter uma resposta satisfatória a que se conclua o nosso...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Osmar Dias, por favor.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Eu solicito a V.Exª que submeta ao Plenário a realização ou não da Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Por determinação de V.Exª, que é o meu eterno Presidente, nós vamos colocar no Plenário para votação, por proposta do Senador Osmar Dias. Pelo que eu vejo vai ser aprovada a suspensão ou transferência da audiência. O Senador Jefferson Peres, Senadora Patrícia, Senador Romeu Tuma...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – *(pronunciamento fora do microfone)*

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – É o titular. Ele é o titular sempre. Para nós ele é o Ronaldinho. Mesmo que não ganhe, ele joga.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, eu votaria pela suspensão, pelo cancelamento da audiência ou adiamento, mas que se suspendesse a Sessão e alguém informasse às pessoas que aqui estiveram... Não tem nada... E em respeito a elas, mas que não...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Então, Senador Romeu Tuma...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Poderia chamá-los e agradecer em público.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Já foram chamados aqui. Foram chamados já todos os representantes das entidades de classe, e representantes do Governo. Fica, portanto encerrada... Faltou aqui o Dr. Francisco Simeão Rodrigues Neto, Presidente da Associação Brasileira de Indústria de Pneus, ABIP. E também o ANIP, o Diretor-Geral representando o Sr. Eugênio Carlos, Presidente da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos, Vilien José Soares.

Fica então agradecida à presença e adiada a Audiência Pública por decisão do Plenário, fica encerrada a presente Sessão.

(soa a campanha)

Sessão encerrada às 10h59.

Ata da 35ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 20 de dezembro de 2006, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e cinquenta e três minutos do dia vinte de dezembro do ano de dois mil e seis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, e dos Senadores Flexa Ribeiro e Rodolpho Tourinho, Presidentes Eventuais, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores César Borges, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Heráclito Fortes, João Batista Mota, Flexa Ribeiro, Mão Santa, Valdir Raupp, Wellington Salgado, Valter Pereira, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Antônio Carlos Valadares, Osmar Dias e, ainda, do Senador Magno Malta. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, Jorge Bornhausen, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Gerson Camata, Garibaldi Alves Filho, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Ney Suassuna, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Ideli Salvatti, Fernando Bezerra, João Ribeiro e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência dá início aos trabalhos com a realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir a regulamentação da Lei Kandir de Compensação dos Estados Exportadores, em atendimento ao Requerimento nº 53/2005-CAE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, tendo como convidados o Exmo. Sr. Simão Robinson Oliveira Jatene, Governador do Estado do Pará; a Exma. Sra. Ana Júlia Carepa, Governadora Eleita do Estado do Pará; o Exmo. Sr. Cláudio Lembo, Governador do Estado de São Paulo; o Exmo. Sr. José Serra, Governador Eleito do Estado de São Paulo; o Exmo. Sr. Aécio Neves da Cunha, Governador do Estado de Minas Gerais; o Exmo. Sr. Germano Antônio Rigotto, Governador do Estado do Rio Grande do Sul; a Exma. Sra. Yeda Crusius, Governadora eleita do Estado do Rio Grande do Sul; o Exmo. Sr. Paulo Hartung, Governador do Estado do Espírito Santo; o Ilmo. Sr. Bernard Appy, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; e o Ilmo. Sr. Júlio Almeida, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. O Presidente convida para sentarem-se à Mesa, a fim de dar início às suas exposições, o Exmo. Sr. André Puccinelli, Governador Eleito do Estado do Mato Grosso do Sul; a Exma. Sra. Rute Tostes, Secretária Executiva de Estado da Fazenda do Governo do Estado do Pará, representante do Exmo. Sr. Simão

Robinson Oliveira Jatene, Governador do Estado do Pará; o Sr. André Paiva, Assessor do Ministério da Fazenda, representante do Exmo. Sr. Bernard Appy, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; e o Sr. Ricardo Luiz Oliveira Souza, Coordenador do Centro de Política Tributária, representante do Exmo. Sr. Aécio Neves da Cunha, Governador do Estado de Minas Gerais. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Valter Pereira, Delcídio Amaral, Flexa Ribeiro, Rodolpho Tourinho, Wellington Salgado e Eduardo Azeredo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – *(soa a campainha)* Declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se em 20 de dezembro de 2006, às 10h50, na Sala de Reuniões nº 19, na Ala Alexandre Costa. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Fica de ser publicada no Diário Oficial do Senado.

Audiência Pública, com a finalidade de discutir a regulamentação da Lei Kandir, de compensação dos Estados exportadores, em atendimento ao Requerimento 53/2005 da CAE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. Convido o Governador eleito do Mato Grosso do Sul, Dr. André Puccinelli, para compor a Mesa. Convido também a Secretária de Fazenda do Estado do Pará, Dra. Rute Tostes, neste ato representando o Governador Simão Robson Jatene, Governador do Estado do Pará. O Senador Flexa Ribeiro, que estava aqui até pouco. O Senador Delcídio Amaral também do Mato Grosso do Sul. Concedo a palavra ao Dr. André Puccinelli, Governador eleito do Estado de Mato Grosso do Sul, para sua exposição e, em seguida, ouviremos a Secretária de Fazenda do Estado do Pará. Com a palavra o Governador eleito. Pela ordem, o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – *(pronunciamento fora do microfone) (inaudível)* para se estabelecer um contato com o Líder do Governo, que esteve aqui nesta reunião e que foi quem criou maior óbice à proposta do Senador Flexa.

Então, seria importante que ele participasse aqui, para ele conhecer o diagnóstico que vai ser apresen-

tado pelo Governador André Puccinelli. Pelo menos ele, já que é uma peça fundamental na aprovação da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Eu pediria à Secretaria, ou ao Secretário, Dr. Gonzaga, que convidasse o Senador Romero Jucá, Líder do Governo, para participar da Sessão. Com a palavra o Dr. André Puccinelli.

(troca de presidência)

SR. ANDRÉ PUCCINELLI – Senador Luiz Otavio, Presidente da CAE, Sra. Secretária de Fazenda do Estado do Pará, Srs. Senadores, senhores presentes. Mato Grosso do Sul é uma Unidade Federada das mais recentes, desmembrado do antigo Mato Grosso em 77 e instalado como Estado em 79. Nós acompanhamos desde Mato Grosso uno, lá exercendo a profissão de Cirurgião, desde os idos de 74, e vimos a aura que se instalou no Estado com a independência obtida e não tivemos a proficiência do Senador Jonas Pinheiro, que anteviu que filho novo que da casa se liberta, aos 21 anos emancipando-se, eles acabaram ultimamente nos ultrapassando na questão política e na questão estrutural do Estado.

O Estado de Mato Grosso do Sul deve seis bilhões e quatrocentos milhões de reais à União, oitocentos e cinquenta e dois milhões de reais de precatórios, cento e trinta e três milhões de reais de dívida para com a PETROBRÁS e as dívidas de curtíssimo prazo, que gerarão em torno de cem milhões de reais. Isto nestes poucos anos de vida. O Estado endividou-se e todos os Governadores têm méritos no endividamento para a infra-estruturação do Estado, porque os recursos auridos foram para a execução de infra-estrutura e todos têm culpa. Não cabe aqui dizer quem tem mais ou menos culpa. Todos têm méritos e todos têm culpa. Chegamos a essa situação em que a dívida do Estado ela em LDO prevista no ano passado para vigorar este ano prevê uma capacidade de pagamento de quatrocentos e cinquenta milhões de reais, de um Orçamento de cinco bi, e com a SELIC na ponta da dívida do Estado para com a União chegando em torno agora que o COPOM arbitrou a última taxa do ano em termos que pagar setecentos e oitenta milhões de reais.

A exemplo do Mato Grosso do Sul, que paga aproximadamente pouco mais da sua dívida para com a União, existem outros dez Estados. Os onze primeiros no ranking de endividamento dos Estados para com a União, se fossem empresas, quebrariam. Não pagam sequer os seus juros, aumentando ano a ano o seu débito nominal. O que tem isto a ver? Um dos fatores causadores do endividamento maior dos Estados foi que as receitas, na sua ponta, foram combatidas pela

Lei Kandir. Nós somos o terceiro mais endividado proporcionalmente do País. Rio Grande do Sul 2,8 vezes a receita corrente líquida, Alagoas 2,4 vezes a receita corrente líquida, Mato Grosso do Sul 2,1, Paraíba, Sergipe e assim por diante, até o décimo, décimo primeiro não pagam os encargos da dívida para com o Governo Federal.

De 1996, de setembro de 96 para cá, fazendo com que as finanças dos Estados, principalmente exportadores inicialmente de produtos primários semi-elaborados e depois num rateio injusto que foi proporcionado pela Lei Kandir, incluindo-se as exportações dos produtos industriais fez com que nós temos uma folha, que o Senador Valter poderia estender a todos os Senadores aqui presentes, para que, num simples olhar de uma única folha, se saiba o que, a exemplo de Mato Grosso do Sul, ocorre com os Estados que têm a Lei Kandir.

Nós vimos o embate último da liberação deste ano, em fevereiro de 2006, de uma parcela de novecentos milhões de reais, que totalizava a metade da safra 2004 comercializada em 2005. Àquela época a soma, segundo a União, dos valores exportados objeto da Kandir, era em torno de dez bilhões e quatrocentos milhões. O Governo Federal fez um acordo, premido pelos Governadores, de pagar, de ressarcir metade deste valor. 10.4, 5.2. Os últimos novecentos milhões pagos aos Estados da safra 2004, vendida 2005, foram novecentos milhões de reais em fevereiro deste ano. Ou seja, a primeira vez que o Governo Federal atingiu o ressarcimento de metade, do que ele diz, de valor exportado. Na realidade, com esta tabela, nós veremos que de 2003 para frente, há um salto em relação aos números de Mato Grosso do Sul. É porque os números que nos eram sonogados, nós passamos asnos valer pelas própria pernas e, em contato com as Unidades Federadas nós chegamos à conclusão de que o valor de 10,4 bi não é este, e sim, não é menor do que 15 bilhões, e pode passar de 18 bi. Para não errarmos, ousamos afirmar que a desoneração por exportação dos produtos primários semi-elaborados e industrializados, pela Lei Kandir, no ano de 2004, foi, no mínimo, 15 bilhões de reais, podendo ultrapassar 18.

Então, é 15 no mínimo, nos dizem 10.4, nos pagam “na marra”, desculpem o vocábulo “na marra”, 5.2 com atraso de 18 meses. As finanças estaduais sucumbem a isto. E nesta planilha eu trago, item a item, ano a ano, o que foi desoneração por exportação, desoneração por outros créditos como bens de ativos, energia elétrica e comunicação, o total, na soma dos dois, desonerado do Estado de Mato Grosso do Sul, o quanto nós tivemos do ressarcimento pela Lei Kandir e pelo auxílio financeiro à exportação, FEX, e nós ve-

remos que a perda líquida citando Mato Grosso do Sul foi: Em 2006, computando-se até final de outubro, 225 milhões de reais, ressarcimento 50 milhões; Em 2005, 290 milhões de reais de perda líquida, ressarcimento 63 milhões; Em 2004, quando as *commodities* estavam no auge do seu valor comercial, 317 milhões de reais de perda líquida, ressarcimento 53 milhões; Em 2003 para trás os números são bem menores, porque nós não havíamos nos unido e fizemos a soma das informações das Unidades Federadas e não mais nos valem das informações do Governo Federal.

Resumo da ópera, Mato Grosso do Sul não tem sequer 20% do ressarcimento do total que é exportado. Contribui para que o Tesouro Nacional aufira as divisas, nós possamos ter hoje oitenta e dois bilhões de dólares de divisas e nós, Estados, estamos empobrecendo. A Lei Kandir era por quatro anos, já tem dez. Estamos lutando para que os números sejam os reais e, no mínimo, para contribuímos com o Brasil, que nos seja dado de retorno um ressarcimento em torno de 50%. Mas 50% dos números reais. São dez bilhões e quatrocentos que o Governo Federal nos disse. Nos pagou cinco e duzentos, 18 meses após completou o pagamento da metade. Na realidade, os números são 18 bilhões e se pelo menos tivéssemos garantido em curto tempo, tal qual o tempo da comercialização da safra e da internacionalização das divisas pelo País, os Estados pudessem ser ressarcidos, no mínimo, em 50% do valor real. E isso faria com que não quebrassem os Estados.

Há uma outra sistemática. A forma de rateio da Kandir é proporcional às exportações dos produtos primários e semi-elaborados. E também dos produtos industrializados. O que faz isso? Quem é o Estado mais industrializado da Nação? São Paulo. Os produtos primários e semi-elaborados que ele exporta representam, no seu percentual de entrada de receitas, 2%. 98 são produtos industrializados. E o rateio de retorno aos Estados é proporcional aos produtos industrializados, num percentual de 98%. O nosso Estado, que tem dificuldades e tem uma incipiente industrialização, que se inicia agora, é fornecedor de matéria-prima, principalmente do setor do campo, grãos... Produtos primários e mal semi-elaborados. Torta de soja, farelo de soja, a fibra do algodão... Nós entramos com as nossas exportações ao contrário de São Paulo, 98% são de produtos primários. Ou seja, nós temos uma dupla gravação. Não recebemos de retorno o que contribuímos para reservas do País e, por sermos produtores de produtos primários, que nós não conseguimos comercializá-los em nosso território, poderíamos... Bom, vamos fechar. Tributa tudo. A soja que é produzida em Mato Grosso

do Sul é toda tributada. Não tem mercado interno para comercialização. Somos obrigados a exportar.

Então, nós somos fornecedores de matéria-prima e estamos, como se diz, como diz o pantaneiro lá no meu Estado, que cavalga, estamos “de buçal e bridão e de freio curto e espora na ilharga” pelos Estados maiores. Por que isto? Porque temos 70 Deputados Federais e nós temos oito? Não. Porque um Governo Federal não está sensível à penúria que os Estados produtores de produtos primários, e o nosso Centro-Oeste é o mais gravado neste aspecto, por esta questão.

As divisas já se encontram em torno de 82 bilhões de dólares, não há tanta instabilidade econômico-financeira por parte do País. Já se passaram dez anos, quando a Lei Kandir foi promulgada para ser por quatro anos. E se sequer crescer a 5 ou 6% do PIB, há que se fazer crescer infra-estruturando os Estados, a 5, a 6% também. Unindo as duas propostas, mas me atendo principalmente à Lei Kandir, objeto, Senador, da questão. Se a Lei Kandir não ressarcir o valor das perdas de forma proporcional pelo valor real no mínimo em 50%, nós Estados estamos contribuindo com 50% para com a União. Não é justo que a União demore 18 meses para nos pagar o até 50% que ela diz ser, e é inferior ao número real. E segunda proposta, é que a forma de rateio seja proporcional, ponderando-se maior a exportação de produtos primários e semi-elaborados e ponderando-se a menor os produtos industrializados. Senão, os Estados produtores de produtos primários sempre ficarão “de buçal e bridão e espora na ilharga”.

Como segundo ponto importante, para que se cresça 5, 6% do PIB, é que se façam crescer as Unidades Federadas e se possa renegociar a dívida dos Estados em outros parâmetros que não os parâmetros de agiotagem feita por instituição financeira. Quando, me permita Senador, tergiversando um pouquinho e saindo um pouco da questão, quando foi elaborada a questão do endividamento dos Estados, puseram SELIC na ponta, e previram um cenário de entrada de receitas a 4,5% de crescimento de PIB. Este crescimento não se configurou. Configurou-se 2.3. Ou seja, as receitas dos Estados, que entrariam na proporção de 4,5% do PIB projetado, não se configurou. Entrou menos receita. A hipérbole descendente de decréscimo de débito dos Estados fez-se ao contrário, uma hipérbole ascendente. E hoje os Estados estão tal qual no auge dos tempos do BNH, “pagou duas casas e está devendo três”. Unindo a Kandir e a renegociação da dívida dos Estados, as Unidades Federadas todas crescem a 5, a 6, a 8% do PIB. Basta que condicionem os Governadores que possam eventualmente ser um pouco mais espertos e que não possam pagar a renegociação da

dívida pessoal e que sejam obrigados a investir o que seria desonerado do percentual de encargos para investimentos infra-estruturais e investimentos na área de Segurança Pública, de Educação e de Saúde. Obrigando-se isto e renegociando-se a Lei Kandir os Estados crescerão e o nosso País crescerá.

Obrigado aos Senadores, que aqui tiveram a paciência de ouvir, entre aspas, “as bobagens” que eu disse, mas é o clamor de um Estado que tem o nosso Senador Delcídio Amaral, o nosso Senador Valter Pereira, o nosso Senador Juvêncio, que será substituído pela Senadora Marisa, e que na representação equânime das Unidades Federadas clamamos e suplicamos aos Senadores que aqui estão, que defendam o nosso emancipado Mato Grosso do Sul, mais ainda imberbe, sem voz e sem voto, num pacto federativo que não faz nos respeitar, principalmente quem produz produtos primários. Ao Senador Delcídio e, através dele, ao Senador Valter e, através dele, ao Senador Juvêncio, em nome dos Senadores da minha Bancada, o agradecimento a todos os Senadores. E que esta Comissão possa ser a voz dos que suplicam que não se faça como nos tempos da arena de Nero, que o polegar seja colocado para baixo e onze Estados sucumbam, porque morrerão. A Lei Kandir é um dos fatores para a agonia seja mais breve, se ela continuar nestes parâmetros. Obrigado aos Senadores.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pois não. Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Se V.Ex^a. me permite, Presidente, nós estamos hoje com várias Comissões funcionando e eu também sou Relator de projetos em outras Comissões, mas eu não poderia deixar aqui de reiterar a fala breve e objetiva do Governador eleito André Puccinelli. Nosso Estado, infelizmente, e não cabe aqui procurar explicar o porquê que essa separação nos levou a ficar num patamar, estabelecer um patamar menor do que dos nossos conterrâneos mato-grossenses aqui representados pelo Senador Jonas Pinheiro, quando da nossa separação, mas esse talvez, Sr. Presidente, é o problema mais grave que os Estados vão se defrontar nos próximos quatro anos, e V.Ex^a. representa e muito bem o Estado do Pará, que também tem dificuldades assemelhadas como grande exportador que é, principalmente de minério, de bens minerais e eu entendo que a Comissão de Assuntos Econômicos, e aqui também registrando o brilhantismo e a competência com que o nosso Senador Luiz Otavio também paraense e conhecedor, como empresário que é, das dificuldades que o Pará enfren-

ta com relação à Lei Kandir, e o meu querido Valter Pereira, Senador por Mato Grosso do Sul, que muito bem nos representa e nos representará nos próximos quatro anos, esse é o grande desafio da Comissão de Assuntos Econômicos a partir do próximo ano. É o fantasma da Lei Kandir, os números assustam, porque são reconhecidos dez bilhões, mas, nas contas, nós temos valores muito maiores, próximos a 18 bi. E quando há um comprometimento da União em pagar, em 18 meses, 50% de uma dívida que não é de dez, é de 18. E há outra questão, que é o endividamento dos Estados. Nós temos uma situação de... O problema da dívida dos Estados preocupa sobremaneira e inviabiliza qualquer investimento, principalmente na infra-estrutura dos Estados. Não sobra dinheiro para nada. Essa é a verdade.

Então, eu entendo, meu caro Presidente, que esse deve ser o principal tema, talvez o tema mais importante a ser discutido na Comissão de Assuntos Econômicos ao longo dos próximos anos. E espero, e o Governo tem sinalizado, meu caro Presidente Luiz Otavio, que olha com preocupação e sensibilidade a dificuldade dos Estados. Nós esperamos que isso aconteça. E evidentemente, Governador, tenha certeza, conte com o nosso apoio incondicional não só no Senado, mas tenha absoluta convicção que as nossas Bancadas na Câmara dos Deputados vão se alinhar com esse, que é o principal desafio e talvez um dos maiores... Um dos temas que foram... Talvez o tema mais discutido da campanha de 2006 em Mato Grosso do Sul, como prioridade absoluta a questão da dívida e da Lei Kandir, e por isso, Sr. Presidente, nós não podemos perder essa oportunidade e o momento é agora, nós não podemos procrastinar uma decisão que vai afetar diretamente o dia-a-dia do nosso Estado e, acredito, de boa parte dos Estados brasileiros.

E eu queria só pedir autorização de V.Ex^a., porque vou ter que me retirar porque sou Relator de mais dois projetos na Comissão de Assuntos Sociais, mas não poderia deixar de destacar, aproveitando a vinda do Governador André Puccinelli e também da Secretária Executiva de Estado da Fazenda do Governo do Pará, Sra. Rute Tostes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Nobre Senador Delcídio Amaral, V.Ex^a. tem toda permissão para se retirar, mas a sua ausência aqui será sentida, em função do debate que nós vamos poder travar. Eu quero parabenizar o Governador eleito, Dr. André Puccinelli, do Mato Grosso do Sul, e dizer que V.Ex^a., ao vir até aqui a convite da CAE, demonstrou, junto com a Secretária Executiva da fazenda do Governo do Estado do Pará, a preocupação real dos Estados brasileiros. V.Ex^a. dissertou com mui-

ta propriedade e competência a situação econômica e financeira do seu Estado, as dificuldades que V.Ex.^a encontrará ao assumir, dia 1º de janeiro, o comando do Mato Grosso do Sul. A sua Bancada aqui representada pelo Senador Valter, pelo Senador Delcídio e pelo Senador Juvêncio, posteriormente com a Senadora Marisa, ela com certeza vai estar coesa no sentido de resolver esta questão. Nós temos, e o Senador Presidente Luiz Otavio ele tem, ao longo do seu mandato à frente da CAE, buscado encontrar uma solução de consenso entre o Governo Federal e os Governos estaduais. Lamentavelmente, ainda não tivemos, por parte do Governo Federal, o encontro de uma fórmula que possibilite este acordo. Ainda na reunião passada, e o Senador Presidente Luiz Otavio, pediu que eu o substituísse, o que eu faço com muita honra, enquanto ele fazia um contato com o Líder do Governo, o Senador Romero Jucá, porque na Sessão da semana passada nós íamos aprovar um Projeto, se não me falha a memória, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que tratava da questão da distribuição da Lei Kandir. E o Senador Romero Jucá solicitou que fosse sobrestada a aprovação, com o compromisso de que ele estaria aqui agora nesta audiência, trazendo uma posição do Governo Federal, para que nós pudéssemos, evidentemente, Governador, não definir, Senador Valter, não definir a questão, mas iniciar, abrir uma discussão que possibilitasse chegar a bom termo. Lamentavelmente, o Governo, novamente, não se faz presente, como não entendeu aqui o convite também o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, o Exmo. Sr. Bernardo Appy. O importante é que, como bem disse o Senador Delcídio, este assunto seja pauta, Senador Valter, Senador Jonas, seja pauta, na próxima Legislatura, prioritária da CAE. São 21 Estados brasileiros hoje que têm direito ao ressarcimento pela Lei Kandir. 21 Estados brasileiros.

Então, é necessário que ela seja regulamentada, para que se evite que os Governadores, que os chefes dos Executivos estaduais venham junto às suas Bancadas, a cada episódio de aprovação do Orçamento anual, com negociações, com pressões, para que recursos sejam alocados para a Lei Kandir do ano seguinte.

Ainda agora, Governador André Puccinelli, em 2006, nós conseguimos, com muito esforço, muito esforço mesmo, na discussão do Orçamento em 2005 para 2006, alocarmos cinco bilhões e duzentos milhões de reais, dos quais um bilhão e trezentos os Estados não irão receber. Não irão receber. Só irão receber o referente a três milhões e novecentos mil reais. Por quê? Porque em 2004, Orçamento de 2004 para 2005, o Senador Luiz Otavio participou da discussão, nós

conseguimos alocar, naquela altura, os mesmos cinco bilhões e duzentos, sendo que um bilhão e duzentos referente ao excesso de arrecadação no ano de 2005. No ano de 2005, esse excesso ocorreu. E foram liberados os cinco bilhões e duzentos na integralidade. Quando foi para o Orçamento de 2006, o Governo não tinha mais que discutir o valor dos cinco bilhões e duzentos, ou, se o discutisse, era para fazer excesso de arrecadação a partir dos cinco bilhões e duzentos. Os cinco bilhões e duzentos deveriam estar sacramentados no Orçamento e, lamentavelmente, a Fazenda não aceitou e tirou o que era um direito, e aí eu quero saudar aqui a presença do Sr. André Paiva, Assessor do Ministério da Fazenda, que gentilmente atendeu o convite e é da maior importância a sua presença, porque esse diálogo tem que ser feito entre o Executivo, tem que ser feito entre os Governos estaduais e o Congresso, através, inicialmente, da Comissão de Assuntos Econômicos, para que possamos, de uma vez por todas, regulamentar a questão da Lei Kandir. Como eu dizia, então, este ano, como nós não conseguimos na discussão de 2005 do Orçamento de 2006 vencer politicamente que os cinco bilhões e duzentos já eram devidos, já eram consagrados aos Estados, novamente foram colocados um milhão e trezentos no excesso de arrecadação que, como a receita já era efetuada em 2005 com excesso e se criou um adicional de receita para se tentar alcançar e, lamentavelmente, que nós temos, como o Brasil não cresceu os 5% definidos pelo Governo, porque todos nós gostaríamos que crescesse não 5, mas 6 ou 7%, mas, lamentavelmente, vai crescer 2.8%, nós não vamos ter o excesso de arrecadação que propicie a liberação de um bilhão e trezentos.

Então, os Estados ficarão penalizados ainda mais em 2006 do que já o foram em 2005. Ainda há pouco, o Presidente, Luiz Otavio, colocou em pauta um projeto da maior importância do Senador Rodolpho Tourinho, prorrogando o prazo de validade da Lei Kandir por mais quatro anos. Porque ela expiraria agora em 2007 e aí a dificuldade seria muito maior. Nós temos quatro anos a mais da Lei Kandir, mas a Lei Kandir tem que ser, de qualquer maneira, regulamentada, para dar a solução definitiva. E não é difícil regulamentar. Existem várias propostas. Tem propostas nossa, tem proposta do Senador Rodolpho Tourinho, tem propostas de vários Senadores, para que se possa chegar a um consenso, tem proposta do Governo do Estado do Pará, tem proposta do Ministério da Fazenda, o que nós precisamos é encontrar o caminho. Porque tem dois impostos, Dr. André, tem dois impostos, originados pelo comércio exterior brasileiro, que é o Imposto de Importação e o Imposto de Renda sobre... O IPI

sobre a importação, melhor dizendo, que geram para a União recursos de alta monta e que esses recursos, ao invés de serem usados para a sua nobre finalidade, que é de incentivar a exportação, eles são considerados como do Tesouro para efeito de superávit primário, quando eles deveriam retornar para os Estados que contribuem com a Balança Comercial, para que possam então incentivar as suas exportações. Porque é muito fácil a União Federal fazer incentivo com tributos que não são dela. Ou seja, ela isenta o ICMS e os Estados como o Estado do Pará, o Estado de Mato Grosso, e o Governo Puccinelli foi sábio ao fazer a comparação dos Estados industrializados com os Estados ainda em desenvolvimento, que exportam insumos primários, então que você demanda uma exportação forte com o Estado do Pará com insumos primários e que você não tem nenhuma receita da exportação e tem demanda de serviços. Os Estados são cobrados na área de Segurança, na área de Educação, na área de Saúde, na área de Transporte, por quê? Porque você tem uma migração forte para esses Estados, que são atraídos por esses projetos de capital intensivo e que não chegam a gerar receita. Então a união tem que comparecer para isso.

Acho que esta reunião é uma reunião, eu diria, Presidente Luiz Otavio, V.Ex^a. encerra com chave de ouro a vossa Presidência à frente da CAE. Abrindo essa discussão, que é, sem dúvida, junto com a revisão do pacto federativo, os dois assuntos da maior importância para esta Comissão tratar na próxima Legislatura. E V.Ex^a., que fez um brilhante trabalho à frente desta Comissão, abre com esta Sessão, com esta Audiência Pública, essa discussão.

Então, eu quero, feitos esses comentários iniciais, eu quero passar a palavra à Ilma. Sra. Rute Tostes, que representa, neste ato, ela como Secretária Executiva da Fazenda do Governo do Estado do Pará, representa o Governador Simon Jatene. O Governador Simon Jatene ontem à tarde, fez uma ligação, me comunicando da impossibilidade de vir, porque hoje é o encerramento dos trabalhos legislativos na Assembleia do Estado do Pará e ele teria que comparecer a esta Sessão, até como está deixando o Governo, para fazer os agradecimentos aos Deputados desta Legislatura, que o ajudaram no seu Governo, e também fazer o seu depoimento de talvez até uma prestação de contas do que foi feito no Estado do Pará, nesses quatro anos de Governo de Simon Jatene. Eu passo a palavra à Dra. Rute Tostes.

SRA. RUTE TOSTES – Exmo. Sr. André Puccinelli, Governador eleito do Mato Grosso do Sul e que hoje vive o mesmo problema do nosso Estado em relação às perdas decorrentes da Lei Kandir, Senador

Luiz Otavio, nosso amigo, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Flexa Ribeiro, nosso amigo e colega também André Paiva, de muitas lutas no CONFAZ/CONTEP, representante do Ministério da Fazenda, senhoras e senhores. A crise no federalismo fiscal brasileiro não é um problema recente. Já se arrasta, diria até, com certeza, há mais de vinte anos. Discussões decorrentes foram feitas nos mais diversos foros e mais diversos níveis e até agora sem solução. Os motivos são conhecidos por todos. Temos os desequilíbrios verticais e horizontais, as diferenças entre situações econômicas entre os Estados, a simetria entre o Governo central e os Estados e, principalmente, a ausência de uma política nacional de desenvolvimento regional, o que nos levou hoje à famigerada guerra fiscal e que não vemos soluções de curto prazo, pela ausência justamente dessa política de desenvolvimento regional que, a meu ver, caberia ser capitaneada pela União.

Então, nesse cenário nada favorável aos Estados, porque os sistemas de transferências atuais vigentes só agravam esse problema. Para termos uma idéia, dados da própria Secretaria da Receita Federal, em 85, da receita administrada pela União, em torno de 80.3 eram receitas compartilhadas e 19.7 eram receitas não compartilhadas com Estados. Nós fechamos 2005 tendo como receitas não compartilhadas 56% e receitas compartilhadas em torno de 44. Então, houve uma migração das receitas compartilhadas para receitas não compartilhadas, o que agravou ainda mais a situação e o equilíbrio fiscal dos Estados, que arcam com a maior parte dos gastos como Saúde e Educação.

Agregada a essa situação, como eu disse, nada favorável aos Estados, tivemos então a edição da Lei Complementar 8796, que é a chamada Lei Kandir. Eu queria registrar que o Estado do Pará não era contra o espírito da lei. Nós não podemos importar impostos. Realmente, pelas razões já conhecidas de competitividade, de custo Brasil e pelo saldo da Balança Comercial, o que não achamos justo é não sermos ressarcidos devidamente pelas nossas perdas. Hoje o Estado do Pará já acumula perdas em 10 bilhões de reais. Do total, fomos ressarcidos, com o seguro receita, em torno de 20%. Seriam doze bilhões e, se formos ressarcidos em 20%, teríamos hoje em torno de dez bilhões dessa perda.

Esse modelo tributário, além de não resolver o problema da desigualdade do crescimento, agravou ainda mais. Eu acho que a parte técnica já foi brilhantemente detalhada aqui pelo Governador eleito, eu acho que nós teríamos que objetivar a questão e dizer o seguinte: Precisamos urgentemente da regulamentação do art. 91 da DCT. E o Dr. André inclusive tem

participado nos diversos foros, sabe, com certeza, que o Estado do Pará nunca se furtou a nenhuma discussão e encaminhamento de solução desse problema. Inclusive temos hoje três propostas nesse sentido, uma da União, uma do Estado de Minas Gerais e uma do Estado do Pará e temos discutido, o que nos causa um pouco até de ansiedade, é que não vemos avançar essa solução, que, a nosso ver, seria uma solução simples e é a regulamentação do art. 91, que é claro, dar aos Estados essa segurança, porque realmente é uma situação humilhante ao início de cada ano estarmos aqui junto ao Congresso solicitando inclusão no Orçamento de valores que vá atender essas demandas do Estado.

O nosso perfil do Estado, econômico, é eminentemente exportador de produtos primários e semi-elaborados. Então ele é penalizado duas vezes, porque os insumos são importados de outros Estados e nós temos que honrar com esses créditos. Não somos ressarcidos devidamente e participamos, de maneira definitiva, no saldo da Balança Comercial. Eu trouxe um número aqui, que inclusive exemplifica isso de forma clara. O saldo da Balança Comercial brasileira em 2005, o Brasil foi 44 bilhões de dólares e do Pará foi 4.4. Então, 10%. Até novembro de 2006, já temos saldo acumulado da Balança de 41 e do Pará cresceu 5.5, aumentando essa participação para 13%.

Então não achamos justo estarmos aqui pedindo ano a ano o ressarcimento, negociando com o Governo Federal um cronograma, estarmos inclusive sob pena de termos um desequilíbrio nas nossas contas, que hoje estão totalmente saneadas, nós temos todos os índices de ajuste fiscal impostos pela União através da Secretaria de Tesouro Nacional sendo cumpridos nos últimos dez anos, então pedimos a colaboração dos Senadores, pedimos a colaboração do Ministério da Fazenda, que possamos então encaminhar uma solução de regulamentação desse art. 91.

Quero finalizar, agradecendo tanto ao Senador Luiz Otavio quanto ao Senador Flexa por essa oportunidade. O Governador lamenta muito de não estar presente, porque ele é um incansável defensor da regulamentação dessa lei, dessas perdas e em todos os momentos está aqui tentando conseguir aquilo que é de direito do Estado, que é o ressarcimento das nossas perdas. Muito obrigada.

SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro. Sr. Presidente, acabou de chegar o representante do Estado de Minas Gerais, do Governador Aécio Neves. Eu pediria que V.Ex^a. o convidasse para fazer parte da Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu pediria que tomasse assento à Mesa

o Dr. Ricardo Luiz Oliveira de Sousa, representante do Governador Aécio Neves, do Estado de Minas Gerais. Agradeço à Dra. Rute Tostes e concedo a palavra ao Dr. André Paiva, Assessor do Ministério da Fazenda.

SR. ANDRÉ PAIVA – Primeiro lugar é uma saudação e um agradecimento ao Senador Luiz Otavio, que preside esta Comissão e esta Sessão, e justifico aqui, em nome do Secretário Bernardo Appy, que lamenta não poder estar presente a esta Sessão, devido a uma agenda apertada que está enfrentando em função dos projetos que o Governo Federal vem trabalhando para o próximo período, queria saudar os componentes da Mesa, o Senador Flexa Ribeiro, Secretária Rute Tostes e o Governador eleito do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, e também o Dr. Ricardo, que chega representando o Governo do Estado de Minas Gerais, saudar todos os presentes.

Bom, a questão da Lei Kandir tem sido um debate permanente, do ponto de vista pelo menos do Ministério da Fazenda, ao longo desses últimos quatro anos. Desde o início nós vimos tentando algum entendimento possível na federação, com os Estados, e também com o setor exportador brasileiro de um modelo que racionalize a questão e o cenário envolvendo o ICMS no comércio exterior.

É importante para que a gente aponte caminhos e soluções para esse problema a partir de diagnóstico. Nós temos hoje a Lei Kandir que proporciona um fundo de valores que são rateados entre os Estados a partir de critérios definidos lá em 2000. Então, nós temos, na prática hoje, um fundo que é basicamente uma transferência que nada tem a ver com a própria desoneração do ICMS das exportações. É um fundo orçamentário, cada Estado (interrupção no áudio) com um critério predeterminado, fixo, independente dele desonerar mais as exportações através da aceitação dos créditos dos exportadores, também não tem influência no aspecto atual o fato dos Estados exportarem mais ou menos. É um critério pré-estabelecido. Esse critério substituiu o seguro-receita. O seguro-receita fazia com que os Estados que arrecadassem menos em função da Lei Kandir tivessem a diferença da receita corrigida de um período anterior à edição da lei suprido pela União, dentro de determinados limites. Acontece que esse sistema do seguro-receita logo se esgotou, tanto que em 2000 se formatou esse outro sistema do fundo orçamentário. O pressuposto da época da Lei Kandir era que o dinamismo da economia resultante da desoneração das exportações e de outros elementos introduzidos pela Lei Kandir como o crédito superativo imobilizado, o dinamismo da economia supriria essa questão. O fato é que a arrecadação dos Estados, do ICMS, evoluiu de um patamar que era antes da Lei

Kandir de em torno de 7,3% do PIB e de fato ele caiu um pouco depois da Lei Kandir, ele chegou, em 1998, a em torno de 6,8% do PIB, hoje está em 8% do PIB nacional a arrecadação do ICMS dos Estados. Ou seja, de fato, os Estados tiveram recomposta, claro que não só para os efeitos do dinamismo da economia, teve outros elementos como o preço dos combustíveis, a questão da evolução das comunicações e da própria energia elétrica, que são base importante do ICMS. O fato é que o ICMS se recuperou plenamente e superou os patamares anteriores à Lei Kandir. Então se entendeu mecanismo de fato do seguro-receita está extremamente superado.

Diante disso, o que é que resta verificar em relação ao ICMS do comércio exterior? Quais são os problemas reais que afligem os Estados e os exportadores e todos os intervenientes para não transformar essa discussão da Lei Kandir numa mera discussão de valores orçamentários? A cada ano nós temos experimentado, na prática, isso. Uma discussão de quantidade a União deve ou não repassar para os Estados, sem pensar na racionalização de fato do modelo e de quais os problemas ele, na prática, tem implicado.

No caso dos exportadores, o problema está dado e é bem conhecido e diagnosticado. Os exportadores têm dificuldades, porque acumulam créditos do ICMS dos insumos das suas exportações. Os Estados, por outro lado, reconhecidamente, têm um problema em relação a esses créditos, a Secretária Rute Tostes mesmo falou. Nós temos situações em que um Estado exportador comprou insumos provenientes de outros Estados, e o que é que acontece? Ele acaba tendo que arcar com um crédito do exportador de um tributo que ele não arrecadou. E aí de fato se justifica em parte a resistência dos Estados nesse aspecto, em tentar ou querer restringir a utilização desses créditos. Agora, de onde vem esse problema do crédito na interestadual? Vem do próprio modelo, da estrutura de modelo do ICMS. A questão, já conhecida e discutida já por inúmeras vezes nas discussões da Reforma Tributária, que é a questão de origem e destino. Nós temos no ICMS um modelo, em que parte da arrecadação fica no Estado onde ocorre a produção e parte da arrecadação fica para o Estado onde ocorre o consumo. Isso faz com que toda vez que seja adquirido um produto num Estado consumidor ele tenha que pagar imposto para o Governo do Estado de onde ocorre a produção. Isso é um modelo que não se experimenta. É mais ou menos como os Países exportarem tributo, os nossos Estados exportam o tributo, que é o ICMS, porque os consumidores dos outros Estados pagam o tributo para o Governo do Estado de origem. É mais ou menos o que acontece no ICMS. E esse é para o

problema que acaba interferindo nas exportações, porque os Estados resistem em dar aproveitamento a esses créditos, porque... Ora, por quê? Porque eles não arrecadaram aquele imposto. Aquele imposto foi muitas vezes arrecadado em outros Estados.

Agora, combinou-se isso com isso os problemas que nós vemos, que esse impõe às importações. Nós temos hoje no Brasil um sistema tributário que acaba por favorecer a importação em detrimento da produção nacional. Porque no ICMS o Estado que importa mercadoria, na importação, ele fica com todo o imposto para ele. O insumo para ele que entra no exterior via importação ele não arca com qualquer crédito do ICMS pago para outro Estado.

Então, o que é que os Estados preferem? Preferem que as suas empresas importem, do que comprem no mercado nacional. Se é para receber um ativo imobilizado, que importe. Então, o que os Estados fazem no âmbito da guerra fiscal? Acabam por estimular as importações. É outro movimento negativo para o nosso sistema econômico. Estimulam as exportações e em detrimento de quê? Das compras no mercado nacional. Porque a compra no mercado nacional vai implicar um ônus tributário para o Estado a partir do crédito e, na importação, os Estados têm o benefício de ficar com aquele imposto e, se possível, se ele puder também pegar importações para vender para outros Estados, melhor ainda, porque ele fica com a parte da origem, que é a parte interestadual.

Então, nós entendemos que se não resolvermos essas questões estruturais do ICMS, para racionalizar o nosso modelo com o comércio exterior, nós não vamos estar resolvendo de fato nossos problemas. Nós temos analisado e visto todas as propostas, desde a proposta do CONFAZ, que se replicou aqui em algumas propostas do Congresso Nacional e outras que advieram não ainda atacaram o centro do problema, o centro com a racionalização do nosso sistema tributário, para permitir que a nossa economia não seja afetada por esse sistema tributário e que tenha um nível de neutralidade desejável e que deve ser perseguido constantemente, para que os nossos exportadores não sejam prejudicados, nem no nosso mercado interno seja prejudicado por uma tributação mais favorável das importações, que é o que tem ocorrido no âmbito da guerra fiscal.

Então, diante desse cenário nós discutimos já, em bastante detalhe, uma proposta em que nós interferiríamos nesse modelo, tivemos a oportunidade de discutir amplamente com os Estados, já abrimos uma discussão com os exportadores e, com certeza, discutiremos aqui, na sequência, com o Congresso Nacional, e hoje mesmo já considero uma abertura para a dis-

cussão dessa possível proposta, em que nós comporíamos um fundo, um fundo patrocinado pela União e pelos Estados, que permitiria que os Estados dessem vazão a esses créditos dos exportadores. Como? Nós faríamos um regime especial para os exportadores, eles teriam um mecanismo em relação às suas exportações que permitiria usar os créditos da importação a partir de um débito que se estabeleceria para exportação e esse fundo para ressarcir integralmente esse ICMS da exportação dos exportadores seria bancado parte pelo ICMS da importância dos Estados e parte por aporte da União.

Então seria um sistema novo, um dos dificultadores, mas que num futuro próximo, a gente entende que pode equacionar é que ele depende de mudança constitucional para sua melhor conformação. Nós estamos evoluindo bastante na proposta e estamos entendendo que teremos um espaço muito apropriado para discutir, agora no curto prazo, essa questão integrando essa discussão no bojo da discussão da Reforma Tributária, que deve ser, com certeza, agora retomado, num período muito breve, na discussão do Governo Federal com os novos Governos Estaduais, com os recém-eleitos Governadores e vamos prosseguir também a discussão com o segmento exportador do Brasil e, possivelmente, no curto prazo, com apresentação de uma proposta da Reforma Tributária e que nós conseguirmos um consenso desses atores envolvidos, possamos discutir aqui no Congresso Nacional, esperamos que a apresentação num curto prazo e a discussão também no menor prazo possível, a aprovação de um sistema que racionalize de vez essa discussão. Se não for dessa maneira nós vamos continuar simplesmente o sistema de transferência de recursos da União para os Estados. Não é no bojo da Lei Kandir que deve se discutir a partilha federativa. Não é esse o espaço apropriado para isso. O que nós temos de discutir em relação à Lei Kandir e a desoneração do ICMS da exportação é um modelo que de fato racionalize o nosso sistema tributário. E a União também não tem tributação sobre as exportações. Ao encontro da declaração do Senador Flexa Ribeiro, eu queria colocar junto a ela que a União também desonera os seus tributos sobre a exportação. Não há incidência de PIS/COFINS sobre a exportação e a União não pede esse tributo para ninguém. Na importação, o tributo que nós temos é o Imposto de Importação. E ele é regulatório. Os impostos, Senador Flexa Ribeiro, eles têm na partilha federativa o próprio IPI, tanto o que incide no mercado interno quanto o que incide na exportação já é partilhado com os Estados. Fora as destinações de partilha dos tributos, nós temos o II, que é o imposto regulatório. E a PIS/COFINS da

importação é um imposto de equalização, é a própria PIS/COFINS que tem a sua destinação constitucional prevista, para a seguridade social.

Bom, mas a questão de fato é que discutir também a destinação parcial de novos impostos para Estados é de novo voltar à discussão da partilha federativa. A discussão da partilha federativa não é para ser feita no âmbito da Lei Kandir. Que façamos ela no fórum adequado, na Reforma Tributária. Mas não na Lei Kandir. O que nós deveríamos procurar na Lei Kandir, é o que eu coloquei originalmente, é de fato um modelo que racionalize esse sistema de tributação que os Estados fiquem confortáveis em dar curso aos créditos. Nós entendemos, e já pusemos isso na Reforma Tributária, que o ideal é uma migração do sistema do ICMS hoje, do sistema misto, que privilegia um parte grande de imposto de Estado de origem, que ele migre para uma preponderância do um Estado de consumo, que a arrecadação do ICMS pertença ao Estado de destino. Isso nós podemos conseguir na Reforma Tributária, vai racionalizar essa questão, vai racionalizar a questão da Reforma Tributária e resolver de vez vários problemas que afligem e que, em certo sentido, tornam o nosso ambiente econômico, o nosso ambiente para o desenvolvimento e o ambiente para investimento ainda negativo. São aspectos negativos para o nosso ambiente econômico.

Ditas as considerações, eu só queria acrescentar que hoje os exportadores já estão... Nós tínhamos um número do final do ano passado que indicava que os exportadores tinham algo em torno de 13,5 bilhões em ICMS acumulado. Esse número deve fatalmente crescer agora no ano de 2006 para a casa dos 15, 16 bilhões, o que significa, na prática, que os Estados ainda estão usando o ICMS na exportação como fonte de financiamento. Como? O exportador paga nas suas aquisições e acaba ficando com esse tributo como um crédito acumulado lá na sua escrita fiscal. Então, se nós não atacarmos o conjunto das questões, não é só tratando de repasses da União para os Estados que nós vamos resolver. Esse é o nosso entendimento e a contribuição inicial que nós queremos dar para o debate, eu infelizmente não ouvi o pronunciamento do Governador eleito André Puccinelli, as questões, algumas, que foram levantadas pelo Senador Flexa Ribeiro e pela Secretária Rute Tostes eu procurei aqui tratar, mas fico à disposição para, na sequência, a gente poder aprofundar alguns pontos que os Senadores e a Mesa entenderem conveniente. Muito obrigado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Muito obrigado. Eu queria até, an-

tes de passar a palavra para o Dr. Ricardo Oliveira de Sousa, representante do Governo de Minas Gerais, já colocar alguns aspectos, Sr. André Paiva, talvez com o pensamento um pouco dos Estados e um pouco do que aconteceu no passado. Eu acho que isso é muito importante, Senador Flexa Ribeiro, que se coloque claramente o passado. Às vezes a gente vai esquecendo o que aconteceu. Mas o que aconteceu foi o seguinte. Houve uma previsão de que ela terminasse em 2006. Só que essa previsão morreu. Porque dentro da Reforma Tributária, ou a mini Reforma Tributária, ou seja, lá o que se queira chamar, ela voltou a existir.

Então, às vezes o Governo coloca, e ouvi isso algumas vezes do Ministro da Fazenda, dizendo que a Lei Kandir teria acabado. Não, não acabou, não. Ela não acabou. Esse é um ponto importante para se deixar, porque ela foi prorrogada...

SR. ANDRÉ PAIVA – É a Emenda Constitucional 42.

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Foi promulgada essa Emenda, ela existe, então é uma falácia dizer que o Governo não podia fazer mais nada e que ela acabou. Não acabou. Então cabe ao Governo fazer o aporte dos recursos. E eu acho que os fatos às vezes, dependendo na interpretação que é dada, eles variam um pouco. Quando o senhor diz que os Estados estão, mais ou menos, não foi isso que o senhor disse, mas mais ou menos se apropriando do ICMS de exportação, eu acho que não é verdade, eu acho que aqui o Governo Federal é que deixou de pagar aquilo que está previsto na Emenda, aquilo que veio no espírito da Lei Kandir. É bom lembrar que quando a Lei Kandir foi feita, e eu me lembro bem, eu era nesse tempo Coordenador do CONFAZ, negociei com o Kandir, com então Ministro da Fazenda, Pedro Parente, cobria 59% e esses 59% que os Estados recebiam das exportações representava absolutamente 100%. Você tinha aquela diferença que vinha de créditos, de energia, enfim, todo aquele resto que não precisava se mexer. Então, aqueles 59, que eram 100%, representam hoje 22%, o que fica muito longe de 100%.

Então, eu gostaria apenas de lembrar esse passado, dizer outra vez uma coisa que eu digo sempre, acho que a pior coisa que acontece hoje para o País é a exportação de tributos. Mas não é só a exportação de tributos. Porque quando o senhor se refere também que os Estados incentivam a importação, eu queria lembrar que o incentivo à importação é muito pequeno de ser feito. Ele pode ser feito através de um fundo, como já aconteceu num determinado Estado, o que não devia ter sido permitido nem pela Justiça nem por ninguém, mas aconteceu, e, de outro lado, o incentivo à impor-

tação, é muito difícil o Estado incentivar a importação de alguém. Mesmo porque ele não tem acesso àquilo que o empresário está pensando. Se ele vai importar, se ele vai comprar no mercado nacional, aquilo é uma decisão do empresário. Agora, o senhor tenha certeza que o Estado tem uma grande capacidade de desincentivar a exportação. Esse é que eu acho que é o pior problema, é aquilo que mais se deve analisar hoje em relação a essa questão da Lei Kandir. E, de uma forma muito simples, eu não conheço um Secretário de Fazenda, eu gostaria até de pedir o testemunho da Dra. Rute, que goste de exportador. Não gosta. Não gosta pelo seguinte, porque o exportador só traz problema para o Secretário de Fazenda. É infra-estrutura que tem que ser feita, é imposto zero. É imposto zero. O exportador, na cabeça do Secretário de Fazenda é gastador dos recursos do Tesouro Estadual. Ele não gosta, ele evita o exportador, ele evita receber o exportador, porque ele sabe que é problema.

Então, nós estamos frente a uma situação que eu acho que é muito séria, a do Governo não reconhecer efetivamente, o Governo Federal não reconhecer a sua responsabilidade nessa área. Entendo que é preciso analisar a questão da compensação de importação, acho que é preciso se colocar isso, nunca foi colocada claramente, mas é preciso se fazer isso e é preciso se entender também que os exportadores hoje estão exportando imposto, na medida em que eles não conseguem receber a diferença, porque o Governo Federal não paga. Em síntese, é isso. Qualquer coisa fora disso, é a gente estar criando uma nova teoria sobre a exportação. A verdade, o passado, a história, diz que é exatamente isso.

Eu não podia me furtar a fazer essas observações, até para talvez aumentar o debate, mas deixando claro a posição de quem assistiu a constituição da Lei Kandir, quem participou disso, quem tem vivenciado, como fui Secretário de Fazenda oito anos do Estado da Bahia, depois, esse tempo quase todo, também Presidente do CONFAZ, Coordenador do CONFAZ, assistindo todo o desenrolar dessa história e de repente os Estados não podem ser acusados disso. Não podem. O Governo Federal, sim, não tem cumprido com aquilo que devia cumprir e que hoje está na Constituição. Mas desculpe essa intervenção que julguei necessária, e passo a palavra para o Sr. Ricardo Oliveira de Sousa, representante do Estado de Minas Gerais.

SR. RICARDO OLIVEIRA DE SOUSA – Em primeiro lugar gostaria de me desculpar pelo atraso, mas, em razão do vôo, eu tive que chegar um pouco mais tarde e estou aqui representando, a pedido do Secretário da Fazenda, o Governo do Estado de Minas Gerais. O pensamento de Minas Gerais é exatamente

te o mesmo do Senador Rodolpho Tourinho, nas palavras que intermediaram a palavra do representante do Governo Federal e nós gostaríamos de aprofundar um pouco mais o debate, porque nos parece que o encaminhamento que, pelo menos foi sinalizado por parte da União, é de encaminhar uma proposta que foi já discutida no âmbito do CONFAZ. E já antecipando eventual discussão, me parece que essa proposta não foi efetivamente formalizada, encaminhada pelo Executivo da União às Casas legislativas, mas, de qualquer forma, existem alguns pontos lá que são de grande preocupação pelo Estado de Minas Gerais e também pelos demais Estados. Um dos pontos que foram ventilados nesse anteprojeto, ou nessa proposta, que a gente denominou internamente no âmbito do CONFAZ de Alternativa 2, em contraposição à alternativa apresentada em janeiro de 2005, ela foi revalidada em março de 2006, a proposta que a União levou para a discussão no âmbito do CONFAZ e que nos parece, estará sendo encaminhada, ou será encaminhada para esta Casa. Uma delas é a questão que diz respeito à tributação opcional pelo exportador. Ora, se o tributo consiste numa remuneração, quer dizer, numa obrigação pecuniária compulsória, que não tem caráter de sanção, como poderíamos imaginar um sistema tributário em que a tributação fosse opção do contribuinte? Ora, ou a lei impõe efetivamente a tributação ou ela não impõe a tributação e, se for o caso de estimular determinadas atividades, ela usa os mecanismos adequados como isenção ou não incidência, redução de base de cálculo, enfim, os mecanismos adequados pela técnica da tributação.

Então, dentro desse primeiro desenho que foi colocado, esse ponto nos causa uma preocupação muito grande. A questão, no pano de fundo, visa a resolver um problema que foi levantado pelo Dr. André, que é a questão dos créditos nas operações interestaduais. Uma maneira de se resolver esse problema dos créditos das operações interestaduais, porque o Estado que exporta e que vai sofrer o acúmulo de créditos de ICMS em decorrência de uma exportação sua cujos insumos para a produção do produto efetivamente exportado tenham se originado de outro Estado, realmente ele vai suportar créditos que ele não recebeu os correspondentes débitos. Então efetivamente este Estado exportador ficaria com o prejuízo. Como poderíamos solucionar essa questão? Seria a tributação integral das exportações, mas garantido efetivamente, através do fundo, e aí o que nós temos que discutir realmente é a questão dos aportes ao fundo, quem contribui para esse fundo e em que medida, sendo que a parte da União não pode ser, vamos dizer assim, deixada de lado, ela tem papel relevante nisso, na discussão

desse prejuízo que foi causado em razão da mudança gradual do modelo federativo, do pacto federativo, que estava retratado na Constituição original em 88, que foi severamente modificado com as contínuas alterações implementadas a partir da Lei Complementar 87/96. Então, se fosse a exportação integralmente tributada, mas garantido o ressarcimento efetivo ao exportador, ao contribuinte exportador, esse problema dos créditos das operações interestaduais poderia ser solucionado. Seria uma forma de solução.

A outra questão, que foi muito bem lembrada pelo Senador Rodolpho Tourinho, é exatamente o art. 91 do ADCT, na alteração que foi implementada, em que, nitidamente, a intenção, quer dizer, o próprio texto do art. 91 mostra claramente que os Estados deveriam ser ressarcidos, sim. E a questão de mera previsão orçamentária ou não, quer dizer, um artifício que ao não se prever determinadas verbas no Orçamento para essa finalidade conseguisse, de certa forma, empurrar para um momento seguinte esse efetivo ressarcimento, quer dizer, isso nós não podemos concordar. Nenhum Estado iria concordar. Na verdade, a questão, no nosso entendimento, não se limita a discutir formalmente o texto da Lei Complementar 87/96, discutir o texto formal da Lei Kandir. O que nós precisamos é a efetiva exportação, o efetivo ressarcimento da exportação, para repassarmos esses recursos aos exportadores, para que assim nós não exportemos tributos efetivamente.

Então esse seria um outro ponto. Uma outra questão que não foi comentada é a seguinte, que também, de certa forma, é decorrente dos créditos das operações interestaduais, é a questão de que os créditos advindos com a exportação eles são misturados, vamos dizer assim, com todos os créditos das operações de vendas no mercado interno. Então, aqueles produtos que determinado exportador, que opera também no mercado interno, ele vende no mercado interno tributado, então o que acontece? Ele acaba absorvendo, deduzindo parcela significativa dos débitos referentes às vendas no mercado interno com créditos que se destinaram à exportação. E em nenhum momento houve, vamos dizer assim, a intenção ou a sinalização de ressarcimento também desses créditos. Então, na verdade, os exportadores, diante das dificuldades dos Estados em ressarcir em espécie os créditos da exportação, eles passam a organizar seus negócios de forma que tenham também operações no mercado interno que absorvam, nas vendas tributadas para o mercado interno, créditos referentes à exportação. E essa questão continua em aberto. Como também continua em aberto a questão dos saldos credores acumulados até hoje. O estoque de saldos credores acumulados, que é um direito do exportador, quem pagará essa con-

ta? Então essa discussão também tem que vir à tona. Não adianta consertar daqui para frente, sendo que o estoque existe e o estoque é levado... Quer dizer, os contribuintes do setor exportador pressionam os Governos Estaduais, os Secretários de Fazenda para que dêem vazão também a esses créditos, a esse saldo de créditos acumulados na exportação.

Eu não gostaria de me alongar muito, até para favorecer o debate e também em razão do nosso atraso, mas essas regras de transição, no modelo que foi aventada a possibilidade de solução, o que foi chamado pelo representante da União como uma solução alternativa que resolveria o sistema e as incoerências desse sistema, ele tem um ponto também que ele não define, por exemplo, as regras de transição. Porque no modelo proposto, em que haveria uma incidência com uma alíquota equivalente à alíquota da exportação sobre as importações, esse seria o aporte de recursos para esse fundo. Pois bem, os Estados tipicamente exportadores, que não é o caso de Minas Gerais. Minas Gerais inclusive talvez tenha o maior superávit da Balança Comercial, ele gera o maior saldo da Balança Comercial entre as Unidades Federadas do Brasil, mas os Estados importadores também têm que ter uma forma de compensação, porque o modelo puro levaria ao raciocínio de que os Estados predominantemente importadores, com saldo negativo de Balança Comercial, ou seja, com Balança Comercial deficitária, seriam levados a pagar a maior parte dessa conta.

Então, a equalização, a divisão do bolo meio a meio ela não fica equilibrada. Então esse também é um ponto que nós entendemos que deva ser considerado nas discussões, principalmente se o ponto de partida ou o ponto de referência dessas discussões for o modelo apresentado pelo Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Murilo Portugal, em 15 de março de 2006, aos Secretários de Fazenda reunidos no CONFAZ.

Então essas seriam as considerações iniciais do Estado de Minas Gerais, colocando à disposição para quaisquer questões que forem suscitadas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, que é o autor do Requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Rodolpho Tourinho, senhores convidados, Exmo. Sr. Governador eleito do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, Dr. André Paiva, representante Ministério da Fazenda, Sra. Rute Tostes, Secretária da Fazenda do Estado do Pará, Dr. Ricardo Oliveira de Sousa, que representa o Governo do Estado de Minas Gerais.

Bom, esse, Senador Tourinho, é um assunto que V.Ex^a. tem um domínio pleno, até porque, como já foi dito aí, Secretário da Fazenda por oito anos, Presidente do CONFAZ, pelo Estado da Bahia, representante do Estado da Bahia, e que é um lutador, desde que cheguei aqui, para tentar resolver essa questão da regulamentação da Lei Kandir. Eu acho, e repito, e aí eu quero fazer uma sugestão e um apelo ao Governador André Puccinelli. Governador, esta é uma questão política, essencialmente política. 21 Estados da federação brasileira, uns mais e outros menos, têm interesse direto no ressarcimento das exportações. Então, a sugestão que eu faço é que os Governadores, ao assumirem o mandato a 1º de janeiro, formem uma frente, no sentido de, junto com o Senado Federal, possamos criar uma relação com o Governo, de tal forma que se avance efetivamente, de forma eficaz, para uma solução a médio prazo, para que nós tenhamos até uma meta para resolver o assunto no ano de 2007, porque 2007 já vai estar novamente orçamentado na lei, os recursos para a Lei Kandir, mas em 2008 é importante que esse fundo esteja regulamentado e que não precisemos mais ficar, de uma forma ou de outra, mendigando junto ao Governo Federal recursos que são efetivamente devidos aos Governos Estaduais.

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Posso lhe apartear?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com muita honra, Senador Rodolpho Tourinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – V.Ex^a. coloca, Senador Flexa Ribeiro, como uma questão política. Efetivamente. Mas não devia ser. Eu acho que esse é o ponto importante que nós devemos ter o entendimento entre o Governo e Estados, o Governo Federal e Estados, porque, se está na Constituição, não pode ser uma questão política. Imagina se a gente viesse agora a questionar o FPM o FPE. Está na Constituição. Então, eu acho que, como V.Ex^a. coloca, está certo. Porque efetivamente virou uma questão política. Agora, eu acho que quem paga por isso, o País paga um preço muito alto por isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Nada, é com muita honra que V.Ex^a., que incorporo vosso aparte e quero dizer a V.Ex^a. que eu continuo dizendo que é política, e sabe por que é que é política? Está escrito na Constituição também que é obrigação do Governo Federal diminuir as desigualdades regionais. Está lá escrito. É lei. Faz parte da Constituição. E, lamentavelmente, também, o que acontece é que cada vez mais se aprofundam as distâncias, os abismos entre as regiões desenvolvidas e em desenvolvimento. E aqui nós temos o Governador de Mato Grosso do Sul, Centro-Oeste, uma região em desenvolvimento,

o Senador Tourinho, do Nordeste, uma região em desenvolvimento como é Mato Grosso do Sul, do Senador Valter, como é o Mato Grosso, do Senador Jonas, como é a Amazônia do Senador Raupp, e minha, do Estado do Pará, são regiões que está dito na carta constitucional que é obrigação do Governo Federal diminuir as desigualdades. Se possível, até eliminá-las. Mas nós queremos que elas sejam diminuídas e, na verdade, o que se vê é concentração, cada vez mais, de recursos nas regiões desenvolvidas. Então é, como é a questão do desenvolvimento regional, também uma questão política.

Então, os Governadores são peças fundamentais para que a União possa efetivamente sentar à Mesa e dar uma solução. Porque, Dr. André, a realidade é que o Governo Federal não tem interesse de fazer a regulamentação. Por que não tem o interesse? Porque, na realidade, é de lá que vão ter que sair os recursos. Porque V.Ex^a. diz que a União não se beneficia da exportação, porque já desonerava os seus tributos da exportação. E está correto. Está correto. Eu, como empresário, que sempre defendi e é correto, porque é mundial, os impostos não são exportados. Agora, nós precisamos saber como atender esses Estados que ficam tolhidos na sua capacidade, eu já não digo nem na capacidade de investimento, mas na capacidade de gestão desses Estados. É isso que está ocorrendo. V.S^a. colocou aqui um ponto, que era aquilo, e o Senador Tourinho falou na questão temporal. Quando foi criada a Lei Kandir, lá nos idos dos anos 90, quando foi criada a Lei Kandir, foi criada num momento de emergência, em que as exportações brasileiras estavam em depressão. A Balança Comercial brasileira era negativa. Então, haveria necessidade de se fazer um incentivo para que essas exportações fossem aumentadas. Aí a Lei Kandir veio naquela altura e os Estados brasileiros, para atenderem a União e atenderem o interesse da Balança Comercial, aderiram à Lei Kandir, mas eu confesso que naquele momento não foi feito um estudo, até porque não havia esse estudo profundo, para ver a repercussão que poderia ocorrer a esses Estados mais à frente. Hoje o quadro é completamente diferente. Nós temos uma balança superavitária, nós temos um saldo de oitenta bilhões de dólares, e isso tudo é benefício para o Governo Federal. É benefício, por que? Porque cai o Risco Brasil, diminui as taxas de empréstimos, quer dizer, são economias que o Governo Federal está fazendo em cima da vantagem que é a implementação das exportações.

Então, Dr. Davi, a coisa mais tranqüila que poderia ocorrer, eu diria, porque aí seria uma compensação imediata, Governador, é um Projeto até do Senador Rodolpho Tourinho, em que os Estados estariam au-

torizados a tributarem as exportações e as empresas usariam esses créditos para pagarem os impostos federais. Ou seja, a compensação seria feita imediatamente. Imediatamente. Aí o Governo Federal, ele diz: “Não, isso aí não podemos nem conversar sobre isso”. Essa é uma solução correta. Quer dizer, não há conta a ser feita, não há fundo a ser criado, não há nada. É a melhor solução. Os Estados tributam as suas exportações e as empresas, como não podem exportar o tributo, compensam diretamente nos impostos federais esses recolhimentos aos Estados. Os Estados não estariam sendo prejudicados, a União estaria fazendo o seu papel de fomentar as exportações. Então, essa é a primeira proposta, porque eu acho que é a coisa mais tranqüila que tem que ser feita.

Outra proposta. Eu apresentei...

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Senador, posso...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pois não, o Projeto é seu.

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Eu, desde a época que apresentei esse projeto, evidentemente que eu imaginava que nós tínhamos um tempo de negociação e que era difícil estabelecer um percentual em cima disso. Hoje você imaginar, Senador Flexa Ribeiro, que os Estados seriam 100% remunerados, eu acho que não é justo com a União. Então teria que se negociar um percentual qualquer. É aquele 59% que antigamente atendia, eu não sei exatamente, o CONFAZ teria que fazer, é só para lembrar, para não assustar, não é 100%, é um valor menor do que 100% a ser negociado, eu diria, em torno daqueles 59%. Desculpe a interrupção.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então o que é necessário ser feito é se sentar à Mesa e abrir uma negociação, para se chegar a esses percentuais que precisam ser feitos. O projeto que eu apresentei, a PEC, no sentido de criar um fundo, a finalidade do Projeto era se criar um fundo de compensação. Esse fundo de compensação seria formado por 30% do Imposto de Importação e do IPI sobre a importação. 30% desses valores arrecadados pelos Estados... Pela União, formariam o fundo de compensação, que seria distribuído aos Estados, em função da Balança Comercial de cada Estado. Ou seja, do superávit de Estado por Estado na exportação.

SR. ANDRÉ PAIVA – (*pronunciamento fora do microfone*)(inaudível)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Seria. Então, seriam exatamente os dois impostos, que teriam uma finalidade nobre na importação, que é fomentar a exportação. Então essa é uma outra proposta, Dr. André, que está...

Existe uma terceira proposta, não sei se é do Estado do Pará ou Minas Gerais e que me parece que é por onde caminha a União, de se criar um fundo tripartite, em que participariam o Governo Federal, os Governos Estaduais e os empresários, os exportadores, de tal forma que esse fundo fosse criado com parte de cada uma dessas fontes. Ou seja, existem várias formas. Nós temos é que chegar a uma delas e definir isso. Quando o Dr. André diz que os Estados melhoraram a sua arrecadação, realmente melhoraram, mas não melhoraram em função da sua base produtiva, porque o Estado do Pará luta há 12 anos para mudar a base produtiva do Estado e melhorou a arrecadação. Melhorou por quê? Melhorou a gestão. Melhorou a gestão e, mais do que isso, eu não sei no Mato Grosso do Sul, mas acredito que os Estados menos desenvolvidos tenham a sua arrecadação de ICM perigosamente sustentada em cima de tributos em cima de combustíveis, energia e serviços de comunicação. Perigosamente, em cima disso. O Estado do Pará é mais de 60% da...

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – *(pronunciamento fora do microfone)*(inaudível)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Isso. De todos os Estados em desenvolvimento. No Estado do Pará, ele chega a mais de 60, quase 70%. Não sei a quanto chega Mato Grosso, mas deve ser perto disso também. Então isso é um perigo que os Estados não podem continuar com uma base de arrecadação desta forma. Então não é, o aumento da arrecadação não se deveu à mudança da base produtiva, como previa a Lei Kandir. Porque a lei cano ir dizia: “Nós vamos fazer a compensação até que os Estados possam fazer...” Aí vou falar diretamente do Estado do Pará. O Estado do Pará já foi o maior saldo da Balança Comercial brasileira há alguns anos. Hoje é o quinto maior do Estado. E 40% da sua base econômica é em cima da exportação. Puramente em cima da exportação, de quê? De minério. De minério, de madeira, produtos semi-elaborados, ou primários até.

Então eu não acho justo. Eu acho justo que se desonere a exportação... Agora, eu não acho justo, e aí eu penso num Projeto, Senador Tourinho, em que essa isenção, no caso dos semi-elaborados, no caso das *commodities*, como é o caso também de Mato Grosso do Sul, ela tenha um patamar de isenção. Porque quando a *commodity* está deprimida é obrigação do Estado de incentivar. Agora, quando a *commodity* está super valorizada, como é agora, não é justo que você transfira da sociedade para o lucro das empresas. Porque a isenção toda que ocorre passa para o lucro das empresas e não volta para a sociedade.

Então, é preciso que haja um... Então, um outro Projeto que a gente podia estudar, Governador Puccinelli, é que os produtos industrializados sempre foram isentos. Sempre foram isentos, como foi dito aqui, acho até que por V.Ex^a., que São Paulo se beneficiou, que não tem produto praticamente semi-elaborado e é o maior exportador de produto industrializado. Então ele se beneficia também quando ele já não tinha essa receita.

Então, que se retome a tributação em cima do semi-elaborado, para propiciar duas condições, Dr. Davi, importantes. A primeira, como ele diz, que é a questão da Lei Kandir, constitucional. E a segunda, constitucional, para diminuir as desigualdades regionais. Porque esses insumos estão nas regiões em desenvolvimento. O Presidente da Vale, o Dr. Roger Agnelli, deu uma entrevista, saiu no domingo nos jornais do Pará, ele dizendo que ele prevê para o Estado do Pará nos próximos oito anos, que é o plano de investimento, a Vale vai investir no Estado do Pará até 2015 algo em torno de quinze bilhões de dólares e ele prevê uma migração de pelo menos um milhão de pessoas no Estado do Pará e ele se preocupa que o Estado do Pará não vai ter condições de atender às necessidades desse contingente humano que vai vir para o Estado. É real isso. É real...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – *(pronunciamento fora do microfone)* (inaudível)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sete milhões. Representa 15% da população. O Pará tem uma taxa demográfica que nos últimos dez anos ele cresceu um terço da sua população. Passou de cinco milhões de habitantes para sete milhões de habitantes. Então, é um crescimento que a receita não acompanha o atendimento das necessidades. Então, é real isso. Então, nós precisamos encontrar uma solução, sob pena desses Estados não atenderem às necessidades da sua sociedade. Eu mesmo já tinha conversado com o Governador, “Governador, vamos ao Supremo”, quando estava se discutindo a Lei Kandir, libera ou não libera, porque?. Por uma questão política, o Governo passou a liberar agora a partir de novembro, quando tinha que ter liberado, o acordo feito pelo Presidente Renan, era para liberar mês a mês desde a aprovação do Orçamento e ele foi contingenciado e passou a liberar agora, novembro e dezembro. Então, é ir direto ao Supremo Tribunal Federal e dizer: “Olha, não me pagam, eu também não pago os meus compromissos”, vão fazer um encontro de contas com a União. Porque a União retém direto no FPE, mas não repassa o que ela tem que repassar. Fica uma relação desigual.

Então, eu pediria, Dr. André, que o senhor levasse ao Ministro, levasse à área da Fazenda, para

que a gente pudesse, já na Legislatura seguinte, dar continuidade às audiências e, Governador Puccinelli, chamando os Governadores para que, em bloco, possemos então encontrar a fórmula e resolver de vez essa questão do ressarcimento dos Estados exportadores. Da forma como está, não tem condições de continuar. Isso eu acho que é consenso. O único consenso que existe, me parece, é esse. E eu espero que desse consenso participe também a União. Era o que eu tinha a comentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Antes de, Senador Flexa Ribeiro, passar a Presidência a V.Ex^a., eu queria fazer mais um comentário, possivelmente o último comentário que tenho oportunidade de fazer, já que estou encerrando meu mandato, sobre a questão da Reforma Tributária. Há cerca de dezesseis anos acompanho isso e quero dizer o seguinte, não haverá nenhuma solução nessa questão das exportações, da Lei Kandir, e sei que V.Ex^a. tem essa enorme preocupação com isso e com razão, não só pelo seu Estado do Pará, mas também pelo Brasil, não haverá nenhuma condição de se implantar um sistema permanente em relação às exportações se não se fizer a Reforma Tributária. E eu digo o seguinte, essa Reforma Tributária, André, é essa que está aí. E é pena, é lamentável que não tenha sido feita. Como disse, há quinze ou dezesseis anos, tem até projetos meus que foram encaminhados, como Consultor do BID, que foi uma época de se fazer um projeto de Reforma tributária, esse Projeto que está aí é o único capaz hoje de ser aprovado. Lamentavelmente, o Governo não quis aprovar. Porque havia o acordo com os Governadores e aí, André, eu queria lhe dizer, sei que nesse momento V.Ex^a. aqui representa também, e deve representar todos os Governadores, se nós perdermos essa proposta que está aí, dificilmente uma outra será construída nos próximos anos. Por quê? Existem duas questões fundamentais, Senador Flexa, existem duas questões fundamentais nessa Reforma Tributária, que foram fruto de acordo. E acordo, na medida que ele não é cumprido, ele se esgarça, ele vai embora. O acordo em relação aos incentivos fiscais, ao reconhecimento do passado dos incentivos fiscais. Esse acordo eu fiz ainda Coordenador, ou Presidente do CONFAZ, com o falecido Governador Mário Covas. Porque a posição de São Paulo é uma posição fundamental nesse reconhecimento, que outros Governadores não queiram assumir até esse ônus de reconhecer o passado que pega a todos nós, pega, sobretudo, o Nordeste, eu não tenho dúvida disso. Mas esse acordo e, sobretudo, considerando a própria ausência de Mário Covas, vai ser difícil de ser mantido.

Então esse é um ponto importante. Ele ainda poder ser votado pelos Governadores, André. Com certeza. Não vai ter outra solução. E a outra questão também importante aí é o Governo Federal reconhecer que todos os Governadores abriram mão de um assunto extremamente importante para eles, que é a capacidade de legislar. Os Governadores abriram mão da capacidade de legislar sobre ICMS.

Então, está na hora de aproveitar o acordo do incentivo fiscal, está na hora de aproveitar o fim do incentivo fiscal, o fim da guerra fiscal, e está na hora de aproveitar aquilo que é de mais importante, que é a questão da unificação das alíquotas, da unificação do ICMS. Isso o Governo Federal não teve a visão da importância disso e se limitou a analisar quanto daria do FDR, do Fundo de Desenvolvimento Regional, para os Estados. E não quis dar.

Então, vamos perder o bonde da história. Nós vamos perder o momento mais importante se não fizermos essa aprovação agora. Porque depois também não faz. E aí vai perder aquele acordo que foi feito com Mário Covas, vai perder a unificação do ICMS, pode ser que os novos Governadores que cheguem não vão querer abrir mão disso, é possível que pensem diferente, levou-se muito tempo, levou-se talvez cinco anos para se conseguir que todos aceitassem essa unificação e aí perde-se tudo e com isso vai se perder também o que V.Ex^a. conseguiu através disso que está sendo tentado aqui em relação à Lei Kandir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, eu gostaria primeiro de, se possível, ouvir os comentários do Dr. André a respeito do que eu disse, aí eu retorno aí. Mas eu queria só dizer que V.Ex^a. tem toda razão da necessidade de se fazer uma agenda positiva no início do novo Governo. Porque, se nós não fizermos essas reformas necessárias logo no início do Governo, nós não a faremos de novo...

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Não é fazer agenda, é que tem que aprovar (*pronunciamento fora do microfone*)(inaudível) consenso e aprovar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Isso. Fazer a...

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Porque o Governo fica botando a culpa nos Governadores. Os Governadores não têm culpa nenhuma disso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – É interessante, o Estado do Pará ela é duplamente penalizado. Nós temos hoje um grande exportador, senão o maior exportador de energia do Brasil, aí quando chega na energia, o ICMS é cobrado no destino e não na origem. Então, nós exportamos a energia e quem

recebe o ICMS são os Estados do Nordeste e do Sul, para onde essa energia é exportada. E o Estado do Pará, de novo, é penalizado. Isso representa, eu já fiz uma estimativa, já até defasada, vai aumentar agora com a duplicação, já entrou em operação a duplicação de Tucuruí, quando entrar a Belo Monte, entrarem as outras, representa hoje mais de quatrocentos milhões de reais por ano no Estado do Pará se fosse cobrado ICMS na produção de energia. Como é penalizado Paraná, Minas Gerais, que são produtores de energia, Mato Grosso, que também está se tornando produtor de energia, quer dizer, são penalizados. Então é um peso e duas medidas. Por favor.

SR. ANDRÉ PAIVA – Senador Flexa Ribeiro, uma das questões que o senhor colocou é que isso é uma questão política. De fato é inegável a grande feição política que essa questão tem, porque trata de uma questão que envolve os entes da federação, e a União, pelo menos de tudo que eu tenho participado, a União tem um interesse enorme de resolver, seja pela regulamentação do dispositivo constitucional, seja pela introdução de modificações mais profundas na nossa Constituição, que dêem conta de uma solução mais definitiva para o problema. Agora, as soluções que têm sido postas à frente da União, afora o modelo que nós discutimos e que o Estado do Pará apresentou uma proposta convergente e o Estado de Minas também apresentou uma proposta convergente, o que nós temos visto são modelos em que a União paga a conta, em que se estabelece uma espécie de substituição tributária em que a União paga um imposto sobre exportação para os Estados. Eu desconheço um modelo no mundo em que um ente de uma federação paga tributo para outro. Isso não é e eu acredito que nem vai ser, nem num futuro próximo e nem distante, uma solução aceitável para o Executivo Federal. Ora, vai ter uma base tributada em que a União paga tributo para os Estados. Toda vez que essa base tributária aumenta, e é desejável que ela aumente, só tem um caminho para a União, aumentar a carga no sistema interno. Porque, de onde é que a União vai tirar dinheiro para pagar esse imposto para os Estados? De onde é que a União tira dinheiro? O Congresso Nacional discute aqui todos os anos o Orçamento e sabe da dificuldade de se fazer uma alocação dos recursos. De onde é que se tiraria recurso para o desejável aumento da base exportadora, para a União pagar um imposto para os Estados toda vez que os Estados exportarem, todas as vezes que aumenta exportação a União paga mais para os Estados?

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Toda vez que aumenta (*inaudível*) reduz a alíquota.

SR. ANDRÉ PAIVA – Bom, mas aí nós temos um modelo, que um ente da federação é o contribuinte, compreendeu? Eu desconheço em algum lugar do mundo um sistema desses. Por isso que nós insistimos em que o modelo deva inter-relacionar as questões. A fonte de recurso pode ser dada pelo Orçamento. Sem problema. Mas tem que ser um modelo em que a racionalidade seja intrínseca ao próprio ICMS. Nós não podemos querer que tenha uma formatação em que um ente da federação é tributado por outro. Nós não vamos conseguir um fenômeno que resolva isso. Tanto essa solução quanto a compensação nos tributos federais é a mesma situação. Se o Estado tributar a exportação e compensar nos tributos federais o resultado prático é o mesmo.

Então, acho que nós temos que evoluir na discussão. E isso pode ser uma base, esse tipo de discussão é uma base, para que a gente possa estabelecer um modelo, a exemplo do que nós fizemos na discussão com todos os Estados, mas que Minas e Pará acabaram interagindo com propostas no caminho.

E eu quero dizer que daquela proposta que nós apresentamos em março de 2006, a própria discussão com os Estados não levou a uma evolução do modelo. Então nós temos já questões adicionais que nós fomos trabalhando com vistas a tentar aprimorar o modelo e, na retomada da discussão, provavelmente no âmbito da Reforma Tributária, nós vamos estar com essas questões. Porque o nosso modelo proposto justamente vincula a questão do ICMS do comércio exterior com a questão dessa tributação na origem que nós temos no ICMS com a questão interestadual, porque aí se relaciona com a questão da energia elétrica, do petróleo e de toda a conformação interestadual do ICMS. Agora, é importante que não se regrida nisso, o que se experimenta hoje na energia elétrica, nos combustíveis derivados do petróleo é o ambiente desejável para o tributo do tipo de ICMS, onde o consumidor de um determinado Estado compra sua energia elétrica da sua residência e o seu imposto vai para o seu Governo. Não tem cabimento o consumidor de energia elétrica de um determinado Estado pagar imposto para um Estado que não presta nenhum serviço para aquele cidadão. Então a tradição é que o cidadão paga tributos para os seus Governos. Para o seu Governo, o Governo Federal, o seu Governo Estadual ou seu Governo Municipal. Agora, o cidadão pagar, como ocorre no ICMS, o seu tributo para o Governo do Estado que não lhe oferece qualquer serviço é uma anomalia que a gente só encontra no sistema do ICMS brasileiro.

Então a gente tem que trabalhar para resolver isso. Eu concordo que a convivência dos dois modelos traz essa sensação de prejuízo. “Ah, para os ou-

tros produtos é origem, mas justamente para aquele que é o produto...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – O senhor me permite um aparte? Então a energia está como aquele soldado do batalhão que é o único que está com o passo certo e os outros todos errados. Eu acho que é o contrário, é o único que está com o passo errado e os outros corretos. Na atual conjuntura. Quando mudar, muda para todo mundo. O que não dá é ser diferente em relação ao restante.

SR. ANDRÉ PAIVA – O nosso sistema hoje convive com essa diferença. Não é só energia elétrica, o petróleo e os combustíveis derivados também estão nessa mesma condição. Mas de fato, no nosso ver, é a condição mais desejável para um tributo de consumo, que é o tipo do ICMS.

Teve outras questões colocadas aqui, que dizem respeito a um debate mais técnico do problema, eu poderia me aprofundar, especialmente na questão histórica, a gente poderia referir que a Constituição de 88, quando consagrou a desoneração dos produtos industrializados do ICMS, já previu a desoneração, por Lei Complementar, dos semi-elaborados e dos primários, dos demais produtos, não condicionou, em nenhuma hipótese, a qualquer tipo de ressarcimento ou mecanismo de transferência de recursos da União para tanto. Na Emenda Constitucional 42, essa sim, ficou lá previsto no art. 91 do ADCT que se criaria esse sistema e se manteve o da Lei Kandir vigente até que um novo sistema sobrevenha.

Então, historicamente, a gente pode verificar que a discussão da desoneração já estava prevista desde a Carta de 88 e eu, no meu modo de ver, ela não configura uma repactuação do modelo federativo brasileiro. Talvez o que nós precisemos de fato seja isso, uma reforma mais ampla, uma reforma do sistema tributário e que reveja essa questão e aí resolva, talvez oportuna e definitivamente, a questão dessa relação do ICMS no modelo da nossa federação. Eu concordo, em gênero, grau e número, com o Senador Tourinho, que a gente conseguiu avançar num modelo de Reforma Tributária, foi um modelo consensuado com os... Razoavelmente consensuado com os Governadores e com o Congresso...

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Foi consensuado, sim. Naquela hora, sim.

SR. ANDRÉ PAIVA – Sempre restaram ainda...

SRA. RUTETOSTES – (*pronunciamento fora do microfone*)(inaudível)

SR. ANDRÉ PAIVA – Na verdade, houve vários momentos em que parece que o consenso está muito próximo. Mas, na aprovação final, o que nós vimos ago-

ra na reforma é sempre com alterações, para retomar numa outra Casa Legislativa. Aconteceu na Câmara na primeira vez, no Senado e está de novo acontecendo isso na Câmara e se fosse aprovada aquela reforma era para devolver e finalizar no Senado. Quer dizer, o acordo de concreção, nós não chegamos, sempre faltou eu acho que alguns pequenos detalhes.

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – No Senado, foi aprovado naquele momento, você tinha condição de aprovar dez dias depois na Câmara. Não tinha dúvida nenhuma. Isso eu fui um dos Relatores, tenho certeza disso, não tinha nenhum problema. Agora, na medida em que o tempo passa, é aquilo que eu disse antes, vai se esgarçando. O acordo vai embora. Agora, só queria deixar claro também, eu vou ter que me ausentar, Senador Flexa, ICMS no destino, de imediato, jamais. Não há a menor chance. O único caminho que existe é o caminho que está nessa proposta que foi aprovada no Senado, dar um tempo, e finalmente a gente conseguiu achar um caminho.

Então, mais uma razão, além do acordo, além daquilo que os Governadores abriram mão do seu direito de legislar tem esse também. É o caminho que tem para o destino.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Tourinho, me permita um aparte. Eu queria só que antes de V.Ex^a. sair, é que eu estou com um raciocínio e, se eu estiver errado, eu queria também que o Senador Flexa me corrigisse diante da posição do Sr. André. O caso de Minas. Minas exporta, está vivendo feliz. Aí vem o Governo e acha “temos que desonerar a exportação”. Aí tira-se o imposto de Minas, que passa a importar sem o imposto. E aí vem para poder repor com a Lei Kandir. Aí agora, o Sr. André diz que é contra os outros Estados subsidiarem o Estado de Minas. É isso que você está falando? Que a União está subsidiando o Estado? Quer dizer, nós éramos felizes, funcionávamos, cobrávamos, o Estado, para o bem da União, é claro, vem e tira aquilo para desonerar a exportação. Aí, na sua posição agora, você diz que você é contra, porque não é a favor de tirar o dinheiro de outro local para dar para o Estado? É esse o seu raciocínio? Pelo menos o que eu entendi você colocando agora aí.

SR. ANDRÉ PAIVA – As duas assertivas não foram as minhas. Talvez elas descontextualizadas possam parecer isso. A questão é a seguinte. A primeira assertiva é que o benefício das exportações não é um benefício da União, não é um benefício dos Estados, é um benefício de todo o País.

(tumulto)

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – País tributário é outro, André. País tributário é outro. *(risos)*

SR. ANDRÉ PAIVA – Veja, o benefício tributário com o aumento das exportações acontece nos Estados. Ora, se eu tenho uma base produtiva que só fornece para o mercado externo, eu tenho um limite, que é o consumo do País. Se eu passo a exportar, obviamente que a minha base de consumo ampliou. Tem gente fora do País consumindo a minha produção. É isso que acontece na prática. O que é que essa produção que é exportada...

(tumulto)

SR. ANDRÉ PAIVA – O dinheiro é gasto na economia do País. Aumenta consumo e renda no País. Emprego no País. O benefício...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu sei que você é União *(inaudível)*.

(tumulto)

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Os entes federados são diferentes

SR. ANDRÉ PAIVA – Mas eu queria saber se alguém há de negar que o benefício é para o País, da exportação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – É para o País, não tem dúvida. Não é para o Estado.

(tumulto)

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas é o que eu estou falando. O que eu estou falando é isso.

SR. ANDRÉ PAIVA – É para todos. É para o Estado, para a União, para...

(tumulto)

SR. ANDRÉ PUCCINELLI – Xará. Xará.

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Isso é teoria. Na prática, em termos tributários, isso não existe.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas, Senador Tourinho, o que eu não aceito, o que eu não aceito, André, desculpe até se eu estou falando assim, mas é que eu fiquei aqui pensando enquanto você falava, analisando, porque eu achei que eu estava entendendo errado. O que eu não aceito é eu estar feliz e falarem para a gente...

SR. ANDRÉ PAIVA – Não, mas o que eu me referi...

(tumulto)

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – “Olha, você está feliz, mas nós precisamos que o País inteiro esteja feliz. Aí então vamos desonerar”. Aí você vem aqui e diz o seguinte: “Olha, eu sou contra. Por que é que o Estado vai levar, que vai tirar de outro...” Nós não queremos. Só quero o que é nosso. O que é de Minas. E vocês tiraram, num acordo, pelo bem da União, pelo bem do País...

SR. ANDRÉ PAIVA – Num momento necessário.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Num momento necessário. Aí vocês chegam agora e dizem o seguinte: “Não, vocês estão se dando bem, porque estão tirando de outro para cá”. Não, não é assim, André. Com todo respeito a todo o seu conteúdo acadêmico, às teorias, discussão...

SR. ANDRÉ PAIVA – O suposto da discussão, e me parece que era um suposto razoavelmente aceito aqui, e eu também entendi assim, é que nós não deveríamos exportar imposto. O suposto é esse. Se for para continuar suportando imposto na exportação, seja a União pagando para os Estados, sejam os contribuintes pagando para o Estado o dinheiro vai sair de algum lugar do País. A União nunca...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu sei, mas você não pode falar é que Minas está pegando dinheiro dos outros.

SR. ANDRÉ PAIVA – Não, em nenhum momento eu falei isso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Você falou. Você é contra. Você colocou aqui. É que, entre as palavras, com todo o respeito, você falou assim: “Olha...”

SR. ANDRÉ PAIVA – Essas “entre palavras” não são minhas.

(tumulto)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Falou que estavam pegando dinheiro da União. Porque, no raciocínio deles é que o dinheiro da União, que você teria que tirar dos outros Estados para passar...

SR. ANDRÉ PAIVA – Não são minhas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Os outros Estados, que não consomem, vão pagar para lá, não é isso? Foi o que você colocou aqui.

SR. ANDRÉ PAIVA – Não. Então houve algum mal-entendido. É que eu tratei da parte do ICMS na interestadual e quando eu usei a palavra exportação em um dado momento, pode ter soado assim como a exportação para o exterior. Quando eu falei que hoje o ICMS é suportado pelo Estado do consumo, eu quis dizer que quando uma mercadoria é produzida em de-

terminado Estado, ela fica com uma parte do imposto e esse imposto é pago pelo consumidor do outro Estado. Foi a isso que eu me referi. Foi esse aspecto que talvez tenha causado essa confusão, porque eu tratei dos dois elementos.

SR. ANDRÉ PUCCINELLI – Xará, onde é que está depositado o dinheiro proveniente da competitividade das *commodities* exportadas?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Senador Tourinho, eu vou fazer um comentário sobre V.Exª. Então eu gostaria de...

SR. ANDRÉ PUCCINELLI – Senador Valter, só um minutinho. André, onde é que estão depositados os recursos provenientes das exportações das *commodities* pela competitividade que foi estabelecida com a isenção. Está onde? No Mato Grosso do Sul? Em Minas Gerais? Ou nos oitenta e dois bilhões das reservas auferidas pelo Governo Federal? O Governo Federal vem aonde de retorno? Se pelo menos desse serviço... Ele ainda nos tira com contribuições, como bem falou a Sra. Rute Tostes, de 83% que era no início, hoje menos de 50%. E não nos dá retorno em infraestrutura, a nossa 163, que corta de Norte a Sul ou de Sul a Norte, conforme o sentido que se vá, está lá, tem um fluxo rodoviário intenso e o Governo Federal não faz nem terceira pista.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*pronunciamento fora do microfone*)(*inaudível*)

SR. ANDRÉ PUCCINELLI – Isso é utopia. Quando ente federado é nominado, para ele não chega dinheiro. Quando fica amorfo, veio para o Brasil. Claro que veio para a Nação, veio para o Brasil. Mas em que cofre está? No Tesouro Nacional.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Nós só queremos o que é nosso.

SR. ANDRÉ PAIVA – Bom, mas é que o querer o que é nosso significa isso, é um tributo sobre a exportação. É isso que... Se o País entender que é isso, tinha que...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não, não. Mas onde é que está esse dinheiro?

SR. ANDRÉ PAIVA – Estabelecer um tributo pago pela União ou pelo contribuinte é...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É o que o Governador colocou.

SRA. RUTETOSTES – (*pronunciamento fora do microfone*)(*inaudível*)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Dr. André, o importante é que a União não pode se isentar...

SR. ANDRÉ PAIVA – Não, e nem se furtou em nenhum momento. Tanto é que até hoje, diferentemente do que o Senador Rodolpho Tourinho colocou, a União vem pagando as transferências da Lei Kandir.

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Olha, e vem pagando a duras penas, reduzindo valores, não cumprindo aquilo que está na Constituição.

SR. ANDRÉ PAIVA – A duras penas, Senador. Porque, infelizmente, o nosso Orçamento fiscal é assim. O Orçamento fiscal do Brasil é difícil. Não é fácil, não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Dr. André, nós estamos falando...

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Não é difícil para aumentar determinadas coisas. Esse que é o problema.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Nós estamos falando da União que o senhor está se referindo aqui ou da União que encaminha a Lei Orçamentária para o Congresso, em que, no ano passado, os recursos para a Lei Kandir eram zero, este ano os recursos para a Lei Kandir, zero. Então, como é que o senhor diz que a União não quer, se...

SR. ANDRÉ PAIVA – Não, não. Não foi zero, não. 3,9 bilhões.

SR. ANDRÉ PUCCINELLI – Inferior à metade de dois anos atrás. E num número fictício, que a União diz que é 10.4 e nos mente que é 18.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – E 2005 foi zero. Foi zero o recurso para a Lei Kandir.

SR. ANDRÉ PAIVA – Na remessa, porque tradicionalmente a gente estava fazendo essa discussão no Congresso Nacional.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não, não. Tradicionalmente, ele não aceita fazer a reposição da Lei Kandir. Essa que é a realidade. Não aceita.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – André, você faz uma discussão em casa e corta a mesada do filho? Estamos em discussão, não tem dinheiro...

SR. ANDRÉ PAIVA – E é assim mesmo que funciona.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas é assim?

SR. ANDRÉ PAIVA – Mantém a mesada integral do filho se está sem dinheiro (*risos*) no orçamento da família, não?

(*troca de presidência*)

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, deixa eu só dá uma palavrinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Eu era Governador de Minas na época em que foi assinado essa questão da Lei Kandir. E o combinado foi exatamente que os Estados iam abrir mão de cobrar o ICMS sobre exportação, para incentivar a exportação, porque exportação era fundamental para o Brasil, porque a exportação é que ia trazer divisas para poder ter a compensação, do ponto de vista, na época o câmbio era um problema enorme. Então, os Estados fizeram isso. Nós todos, Governadores, concordamos na época, mas, desde que o Governo Federal fizesse a compensação. E a compensação de hoje ela não chega nem a um terço do que a gente perde. Minas Gerais está perdendo aí 80%. Agora, não é possível que nem essa parte pequenininha o Governo Federal não possa assumir. Então, na verdade, nós estamos perdendo, Minas Gerais perde para poder ajudar um esforço nacional de exportação.

SRA. RUTE TOSTES – André, eu gostaria de ratificar um ponto que foi destacado aqui pelo Senador Flexa, que você falou especificamente sobre o crescimento do ICMS. E eu queria te dizer o seguinte, agora nós estamos encerrando o ano de 2006 no Estado do Pará com crescimento real da arrecadação própria de 12,5%. E eu posso te afirmar o seguinte, em nenhum momento isso é resultado do efeito multiplicador dos investimentos derivados da Lei Kandir. Porque a nossa pauta de exportação, mais de 60% é minério, que trabalha como *commodities* e que os preços são determinados pelo mercado internacional. Então, a desoneração só aumenta o lucro dos exportadores.

Então, eu queria fazer essa ratificação em relação ao que o Senador falou. E eu acho que a gente poderia objetivar aqui, perguntando o seguinte. Você falou que durante o ano de 2006 avançou nas audiências com os exportadores e com os outros segmentos.

Então, eu gostaria que fosse detalhado qual é o cenário que a União está trabalhando, a expectativa, o cronograma. Já foi discutido, e agora? Vai fazer em forma de Projeto de Lei e encaminhar? Como é que o cenário, para a gente poder ter uma expectativa de médio ou curto prazo da solução desse problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu vou pedir ao Dr. André que responda ao questionamento da Dra. Rute após o Senador Valter usar da palavra, que é o próximo inscrito e V.S.^a. poderia responder em conjunto. Por favor, com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, eu estou há poucos dias aqui no Senado,

como V.Ex.^a. bem sabe., e tenho acompanhado aqui na CAE as discussões sobre essas questões fundamentais ao equilíbrio federativo. E agora eu preciso fazer um registro. O registro da perda que esta Comissão vai ter e que o Congresso vai ter com a ausência do Senador Rodolpho Tourinho. Indiscutivelmente, em todas as discussões, S.Ex.^a. tem se notabilizado pelo extraordinário conhecimento e pela grande dedicação à causa dos Estados e à causa da federação, de maneira geral. Veja, V.Ex.^a. que, em fim de mandato, pouca motivação teria um Parlamentar de estar aqui presente, “no apagar das luzes” da Sessão Legislativa e da Legislatura e, no entanto, o Senador Rodolpho Tourinho está aqui. Está presente e fazendo a sustentação, como se estivesse no primeiro dia de um novo mandato.

Então, ao fazer esse registro, eu quero dizer que o Senador Rodolpho Tourinho, ao deixar o Congresso, ele deve preparar a sua caminhada de volta, porque o Brasil precisa de pessoas experientes, de políticos dedicados à causa pública, e os Estados, no momento em que sentem que há um desequilíbrio nas suas relações com a União Federal, mais do que nunca precisam de conhecimento e de experiência do padrão da que foi demonstrada aqui durante a passagem do Senador Rodolpho Tourinho. Portanto, a nossa saudação ao Senador Rodolpho Tourinho e a nossa prece para que ele pavimente rapidamente o seu retorno para esta Casa.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)
– Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)
– Senador Valter, eu queria agradecer muito suas palavras amigas e dizer que estarei fora daqui, mas sempre à disposição dessa luta dos Estados, aliás, que é a luta pelo País, não é só a luta pelo meu Estado. Mas o que eu acho é que em toda essa discussão nós temos que entender muito uma coisa, é que a exportação é uma coisa fundamental, mas, se o Governo Federal, André, não tiver o entendimento claro, preciso, de para onde vão esses benefícios, vai ser muito difícil a gente chegar a uma conclusão. Essa é uma experiência acumulada aí, Valter, ao longo de dezesseis anos, de sempre tentar. Tentar. E estou tentando até a última hora. Eu tento há dezesseis anos, e até a última hora vou tentar mostrar a importância que é isso e a importância de se aproveitar esse projeto de Reforma Tributária que aí está, que foi aprovado pelo Senado, que parou na Câmara pelo Governo Federal, não tenho nenhum medo de afirmar isso, por não querer cumprir com o Fundo de Desenvolvimento Regional, por colocar obstácu-

los, por achar que filosoficamente a Lei Kandir, que é parte, que está dentro desse bojo, tinha acabado. Não acabou. Está na Constituição. De forma que é retomar e eu acho que o Governo Federal tem que ter a sabedoria e a humildade de retomar esse projeto, porque é uma das coisas que destrava o País. Porque, se não aproveitar agora, e aí, André, eu usaria você como um porta-voz disso, vai levar mais cinco anos para construir uma outra. Tenha certeza disso. Mas eu quero nesse momento é agradecer as palavras do Senador Valter, agradecer muito essa sua apreciação, sei que pra mim é um incentivo a continuar olhando toda essa área. Muito obrigado, Senador Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – O que se observa claramente em toda essa discussão é a falta de seriedade com que a coisa pública, com que a relação entre os entes públicos é estabelecida. Há uma desconfiança, uma desconfiança entre os entes federados. Uma desconfiança que se funda exatamente na falta de cumprimento de determinadas obrigações assumidas por esses entes. No caso da Lei Kandir, isso está muito claramente definido. O Governo não faz o repasse compatível com a contribuição que os Estados têm dado para essa política de exportação. O Governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, recém-eleito, veio pessoalmente a esta Audiência Pública. De todos os Governadores convidados, foi o único que compareceu pessoalmente. O Governador do Pará, o Governador de Minas, estão bem representados por seus auxiliares, mas o peso político da presença do Governador André Puccinelli é reflexo basicamente da situação angustiante em que ele assume o comando do Estado.

Mato Grosso do Sul, e aqui vai uma observação, especialmente sobre a fala do Dr. André, que essa questão da Lei Kandir ela tem que ser observada, sim, no contexto da situação geral em que o Estado se encontra, da questão do endividamento e da questão da sonegação que a União tem feito em outras áreas com os demais entes federados. No caso de Mato Grosso do Sul, isso começou a se dar já na aprovação da Lei Complementar nº 31, que criou o Estado. Ali a União Federal assumiu um compromisso e não cumpriu, o compromisso de pagar os inativos do antigo Estado de Mato Grosso. E Mato Grosso do Sul teve que arcar sozinho com a implantação de toda a infra-estrutura destinada à vida do novo Estado, ao sucesso do novo Estado. E aí é que começou o drama do Estado, porque

os Governos, os primeiros Governos de Mato Grosso do Sul foram compelidos a executar obras que seriam de atribuição da União Federal. Aí começou o grande endividamento. Mais recentemente, Sr. Presidente, no Governo Fernando Henrique, para fazer uma repactuação da dívida do Estado, o Governo Federal impôs uma condição, que o Estado abrisse mão de um de seus principais ativos, a Companhia Energética de Mato Grosso do Sul, que foi privatizada como condição para que se fizesse a repactuação. Pois bem, o Estado então sempre cedendo. No caso da Lei Kandir, o que se observou foi esse relatório apresentado pelo Governador do Estado, onde ficou configurado, pelos números compilados, que a União está repassando cerca de 20% daquilo que o Estado teria de crédito. Ora, Sr. Presidente, esta situação efetivamente exige uma tomada de posição do Congresso. A Constituição, como observou claramente aqui o Senador Tourinho, precisa ser cumprida. A obrigação do governante é dar exemplo. O exemplo começa pelo cumprimento da lei, da Lei Maior, da Constituição e da legislação infra-constitucional também. Hoje, infelizmente, nós estamos desfalcados de membros desta Comissão, porque estão atendendo à infinidade de outros compromissos em outras Comissões e até fora delas, e estamos desfalcados da presença de Governadores. Eu acho que essa questão da Lei Kandir, enquanto não tiver um engajamento integral dos Governadores de Estado, enquanto não tiver o engajamento efetivo, sobretudo, dos componentes desta Comissão, dificilmente chegará a bom porto.

Então, é preciso que aqueles que remanescem neste mandato e que permanecerão nesta Comissão, comecem a debruçar sobre esta questão já nos primeiros dias da próxima Legislatura, no caso nosso, da próxima Sessão Legislativa, que vai se inaugurar no mês de fevereiro, dia 1º de fevereiro. E para que venhamos assegurar os recursos necessários nos próximos exercícios, é preciso que já no início da Legislatura essa discussão seja reiniciada, com o engajamento de todos, com a presença de Governadores, com a presença dos componentes desta Comissão, a fim de que o Governo no próximo ano não venha frustrar mais uma expectativa com relação aos recursos que deverão ser destinados e, sobretudo, à questão da regulamentação da distribuição do rateio desses recursos.

Era essa a observação que eu gostaria de fazer a V.Ex^ª, mas gostaria de frisar, antes de terminar, que o Governador André Puccinelli, para fazer face às dificuldades que está enfrentando neste primeiro momento, quando ele enxergou o perfil do endividamento que tem e das necessidades que o Estado tem de investir, foi compelido a adotar algumas soluções que hoje são

extremamente antipáticas diante da opinião pública e até do setor público. Veja que o fez o Governador. O Governador iniciou uma discussão junto aos Poderes para começar o saneamento pela redução das vinculações constitucionais, e aqui cabe um registro disso, desse fato, no sentido de que ele conseguiu um razoável sucesso diante da compreensão que tiveram os demais Poderes para o momento que está passando o Estado, e que conseguiu também, num esforço conjunto, um esforço que é bom que se proclame aqui, envolveu até o seu adversário, o atual Governador do Estado, que emprestou a sua autoria para algumas medidas importantes como, por exemplo, um acréscimo de alguns percentuais em atividades econômicas, quer dizer, um reajuste tarifário e algumas atividades econômicas tidas como supérfluo, como condição para iniciar o seu Governo com as condições mínimas de governabilidade.

Assim, é por essa razão que o Governador André Puccinelli, hoje, comparece pessoalmente, para mostrar que Mato Grosso do Sul precisa efetivamente dos recursos que a Lei Kandir confiscou. Ele precisa, o Estado precisa efetivamente de resgatar aqueles créditos que a União insiste em esconder e insiste em negar aos Estados. Era essa a intervenção que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu agradeço ao nobre Senador Valter Pereira e concedo a palavra ao Dr. André, para que ele possa nos esclarecer como é que andam os entendimentos com relação à negociação lá com a Fazenda.

SR. ANDRÉ PAIVA – Bom, a notícia que eu posso dar para vocês é que o Governo está trabalhando na perspectiva de não jogar fora o acúmulo de discussão que já se tem sobre a matéria, o nosso entendimento é que isso é um ponto de partida para estabelecer o entendimento com os novos Governadores eleitos, é essa a pretensão, que num período próximo a gente obtenha um novo acordo em cima da Reforma Tributária, seja essa ou seja essa com aperfeiçoamentos ou de uma nova que atenda os anseios de todos os interlocutores, dentro do possível, a gente sabe que é difícil num tema como a Reforma Tributária ter aquele ponto, vamos dizer, de consenso geral, mas o ponto mais próximo possível do consenso seja buscado num curto espaço de tempo, para que logo no início da próxima Legislatura, na volta do recesso, a gente possa retomar a discussão no Congresso e a tramitação da Reforma Tributária.

A questão específica da Lei Kandir pode tomar dois contornos. Um, que eu acho que no nosso entendimento é o mais apropriado, é ela ser tratada no con-

junto da Reforma Tributária, que a gente encaminhe a solução para esse problema, aproveite a Reforma Tributária para encaminhar também essa solução definitiva para a questão da Lei Kandir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas primeiro temos que encontrar a solução.

SR. ANDRÉ PAIVA – Exatamente. Uma discussão que... Isso tudo pressupõe a discussão, para todo o tema da Reforma Tributária e, igualmente, para o tema da Lei Kandir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sim, mas qual é a proposta efetiva da União para resolver a questão da Lei Kandir?

SR. ANDRÉ PAIVA – Nós estamos propondo que o modelo do ICMS mude. E dentro dessa nova concepção de modelo a União não se furtará de participar de uma transição, aportando recursos, para que os Estados tenham um conforto. Que nessa transição de modelo, nós usemos os recursos que hoje a União já gasta, vai estar gastando esse ano próximo de 6,5 bilhões em transferência dos Estados entre IPI de exportação, Lei Kandir e auxílio exportação, são as três rubricas que hoje a União tem usado para fazer repasse para os Estados vinculados a essa questão do ICMS na exportação. Então que a gente use esses recursos e use esses recursos de maneira racional, para mudar o modelo e aproveitando esses recursos para fazer uma transição a mais confortável possível do ponto de vista da receita de todos os entes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas, Dr. André, pelo que eu entendi V.S.^a, está dando a solução para a questão da Reforma Tributária, para a implantação do IVA. Nós estamos buscando aqui, e isso é uma questão, isso é uma questão de transição, para que haja o Conselho da Reforma Tributária, mas a Reforma Tributária que virá, neste bojo dessa compensação não está a Lei Kandir. A Lei Kandir vai continuar existente.

SR. ANDRÉ PAIVA – Senador, é que o suposto é que o novo modelo vai trazer uma nova configuração. É impossível pensar toda a solução para esse modelo atual se nós estamos pensando num modelo novo. Se nós vamos ter um modelo novo no futuro, que é o desejável, a transição vai justamente compor a migração dessa situação hoje, que tem o sistema do ICMS mais a Lei Kandir, para um novo modelo. Aí dentro dessa transição nós vamos usar todos os...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas o novo modelo que se tem conhecimento é a redução do número de alíquota e cobrança no destino. E isso não resolve, porque a desoneração...

SR. ANDRÉ PAIVA – Não, na verdade, a cobrança no destino faz com que o ICMS ganhe o seu contorno que deveria ser original.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas não na exportação.

SR. ANDRÉ PAIVA – Ele transforma o ICMS num imposto sobre consumo. Não vai ter qualquer sentido mais continuar. Não exporta tributo nem na interestadual mais, para os Estados vizinhos, vai exportar para outros Países?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas Dr. André, mas na exportação você não tem o consumo do Estado. Como é que você vai tributar uma coisa que não vai existir?

SR. ANDRÉ PAIVA – Exatamente. Essa é a pergunta. Não há como tributar uma coisa que não existe, Senador. Nós não temos modelo hoje. E no sistema de mercado globalizado, como tem outros Países que continuam exportando tributos, nós não vamos achar esse modelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas nós vamos ter.

SR. ANDRÉ PAIVA – Por isso que a Reforma Tributária vai ter que dar, se o problema federativo é que os Estados precisam de uma participação “X” para atender suas responsabilidades, e a União “Y”, isso tem que ser discutido na partilha federativa e não na Lei Kandir. É isso que eu tentei...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Mas eu acho o seguinte, se nós embutirmos hoje na questão da Reforma Tributária a discussão da Lei Kandir, será que nós não vamos estar adiando ainda mais a solução de um tema...

SR. ANDRÉ PAIVA – Essa é a segunda hipótese que eu falei. Essa pode ser uma conclusão.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Que já está praticamente definido, que é a Reforma Tributária? O que está dependendo agora é de manifestação efetiva do Congresso. Quer dizer, então eu acho que há que se separar. Eu gostaria de fazer uma pergunta ainda, Dr. André, que é o seguinte. Nas discussões de nível técnico que estão sendo realizadas, das quais certamente V.S^a. esteja participando, existe assim uma idéia de que percentual o Governo suportaria transferir para os Estados?

SR. ANDRÉ PAIVA – Percentual exatamente...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Do ICMS de exportação.

SR. ANDRÉ PAIVA – Não, nós não discutimos essa questão a partir dessa premissa, Senador. Conforme eu já lhe referi, ou a gente vai achar uma solução para um modelo ou então a gente vai continuar discutindo, como o Senador referiu, uma espécie de

“mesada” da União para os Estados e essa “mesada” vai ser discutida a partir da realidade orçamentária da União. Por isso que nós queremos sair dessa discussão. Nós não queremos permanecer nessa discussão.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Então até a “mesada” vai sair fora agora?

SR. ANDRÉ PAIVA – A nossa idéia é que, com certeza, é que a mesada vá sumir.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Então vai piorar, *(risos)* viu, Sr. Presidente. *(inaudível)* se a “mesada” já está sendo insuficiente, se eliminar a “mesada”...

(tumulto)

SR. ANDRÉ PAIVA – Senador Valter, desculpa, isso não significa que a União vai se furtar de participar dessa transição, de forma que o modelo seja implementado sem uma ruptura do modelo, seja da receita dos Estados, enfim, um modelo que mantenha a governabilidade das receitas, das arrecadações dos Estados. Essa é a proposta. Agora, a gente não pode pensar que nós temos um modelo que está enviesado por uma determinada conformação do ICMS atual e tentar perpetuar uma outra parte, que é o ICMS na exportação, para sempre. Quer dizer, a nova realidade que o sistema tributário oferecer vai ter que dialogar com essa questão. Elas não são questões estanques, que possam ser tratadas absolutamente e definitivamente separadas. Se nós discutirmos um novo modelo para o ICMS, uma Reforma Tributária que tratar o ICMS de outra maneira diferente do sistema que nós temos hoje, com certeza vai tratar essa questão também de maneira diferente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu estou entendendo, pela sua fala, que o Governo está efetivamente decidido a não repassar os recursos da Lei Kandir para os Estados. Quer dizer, então existe já, pelo que eu estou sentindo, uma posição política do Governo de não repassar. Tanto é verdade que nos Orçamentos vêm diminuindo essas dotações e o que o senhor está acabando de dizer é que vai diminuir ainda mais. Esse é o entendimento que eu estou tendo.

Então, isso que é muito ruim. Porque a obrigação de fazer os repasses já é uma obrigação existente. Já é uma obrigação constitucional e infra-constitucional. Então, infelizmente, o que nós estamos sentindo é que realmente o Governo continua se dando bem com esse modelo, continua decidido a não repassar aquilo que foi confiscado dos Estados. Infelizmente, é essa a situação que nós estamos nos deparando.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Valter, Dr. André, olha o

raciocínio lógico. Eu lamento que V.S^a. tenha usado a expressão “mesada”.

SR. ANDRÉ PAIVA – Não, quem usou foi o Senador, (*risos*) não fui eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – A mesada (*risos*). V.S^a repetiu a...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Mas ele não falou Mensalão. Ele falou (*risos*) “mesada”. É diferente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – A expressão “mesada” quer dizer que a União considera isso como ela...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Uma dívida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Isso. Ela estando dando uma esmola aos Estados, quando, na realidade, Dr. André, raciocine comigo, se os Estados...

SR. ANDRÉ PAIVA – Senador, por favor. De mesada para esmola mudou completamente a configuração da palavra. A verdade é a seguinte, Senador, o que eu quis dizer é que hoje o sistema de repasses nada tem a ver com a desoneração do ICMS para exportação. Esse é o modelo que está consagrado. Se vocês olharem no seu Estado, o Mato Grosso do Sul, se exportar mais não muda participação dele no fundo que a União repassa, se ele der ou não der o crédito para exportador o dinheiro que ele recebe não muda. Quer dizer, hoje o sistema ele simplesmente está segregado. Uma coisa é o repasse e outra coisa é o mundo da exportação nos Estados. Esse que é o modelo do nosso ponto de vista é inaceitável. E por isso talvez a expressão “mesada” de alguma forma tenha sido usada pelo Senador. Agora, daí para partir para esmola, não. A União não se furta e não tem se furtado de participar da discussão do problema.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Não é esmola, é dívida. O que o Sr. Senador Presidente está colocando é que os Governadores hoje têm que vir o “pires na mão” diante da União Federal, da poderosa União Federal, para conseguir algumas migalhas, para implantar a sua infra-estrutura, para superar as suas dificuldades. Infelizmente, é isso que está acontecendo. Quer dizer, então, no momento que se estabeleceu a discussão para a concepção da Lei Kandir, naquele momento o que se falou foi diferente, naquele momento havia, sim, um compromisso da União Federal em fazer a compensação. “Nós vamos retirar o tributo do que seria atribuído aos Estados e nós vamos compensar com o retorno”. E isso daí infelizmente...

SR. ANDRÉ PAIVA – Desculpe, Senador, eu sequer participava em 1996. Mas o texto da Lei Kandir não reflete isso que o senhor está referindo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Mas a negociação foi assim.

SR. ANDRÉ PAIVA – O texto da Lei Kandir não trata, não vincula qualquer repasse da União à exportação. O texto que está na Lei Kandir e que foi trocado em 2000, a pedido dos Estados inclusive...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Mas a negociação política toda foi conduzida no sentido de que haveria a compensação.

SR. ANDRÉ PAIVA – Mas o texto consagrado pelo Congresso é um texto que dizia do seguro-receita. Não trabalhava a questão de exportação. Não estava vinculado a absolutamente a nada disso. Era comparar a arrecadação de 95, 96 do Estado com a arrecadação futura. Se essa arrecadação aqui fosse menor que aquela do passado, a União...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – O que é que é isso, Dr. André? Isso é compensação.

SR. ANDRÉ PAIVA – Exatamente. Nada a ver com exportação. Não tinha, absolutamente. Tanto é que se o Estado podia ter toda a sua exportação desonerada, se no ano seguinte, como aconteceu nos dois anos seguintes, vários Estados pararam, não receberam mais nenhum centavo. E continuavam exportando. E exportavam bem. Só que não recebiam mais nenhum centavo mais. Porque o que foi negociado e o que saiu da Lei Kandir nada tinha a ver com exportação. Só para deixar claro. A Lei Kandir, o texto está aí, a Lei Complementar 87/96, nada que tinha a ver com isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com a palavra o Governador Puccinelli.

SR. ANDRÉ PUCCINELLI – Dr. Xará, dizem que todos os “Andrés” são bons, mas nós estamos fuzilados lá e o senhor está (*risos*) empedernido aqui. Por que é que precisávamos aumentar as exportações? Qual seria a sua resposta? Quando foi feita a Lei Kandir ela foi feita para propiciarmos o quê? Melhor exportação. Correto? Principalmente isto. Por que se precisava exportar mais?

SR. ANDRÉ PAIVA – A Lei Complementar 87/96 é uma lei muito mais ampla. É a norma geral do ICMS. Até então o ICMS vinha sendo regulado por um convênio do CONFAZ. Convênio 66/89. A Lei Kandir introduziu essa medida e introduziu outras medidas, que deu crédito do ativo imobilizado, desonerando...

SR. ANDRÉ PUCCINELLI – Só falta saber introduziu em quem, (*risos*) desculpe o ser chulo nessa coisa. Dr. Xará, principalmente porque nós precisávamos. Exportar é preciso. Usou-se uma frase, “exportar é preciso”, precisávamos de divisas e, para que os nossos produtos pudessem ter competitividade no exterior, eram desonerados do ICMS. O ICMS era tri-

buto de quem? Dos Estados. Então, os Estados, quer queira, quer não, contribuíram para que internalizássemos divisas. Até aqui concordamos? Essas divisas foram parar onde?

SR. ANDRÉ PAIVA – As divisas são as divisas que o País hoje tem.

SR. ANDRÉ PUCCINELLI – Tudo bem. São as divisas que o País tem. Quem é que detêm a chave do cofre onde estão estas divisas?

SR. ANDRÉ PAIVA – Mas a proposta é que as divisas que o caixa que o Estado monta para ter segurança é para ser usado... Está dentro do Orçamento da União.

SR. ANDRÉ PUCCINELLI – Cadê os serviços decorrentes do aumento de divisa, da capitalização do Estado, União, para que pudéssemos ter serviço? O que é que ocorreu? Constituição de 88, vigente a partir de 89. Àquele tempo se fez uma conta a grosso modo da seguinte forma. Os Estados detinham à época aproximadamente 54% do bolo tributário, do aferimento, da grana, do dinheiro, do pecun(f), do aracoti(f), do money, do larjan (f). 54, a União passava a mão, no bolo. Detinha. Vamos ser menos chulos, detinha. Hoje são 62%. Os Estados diminuíram de 27 para 24%. Os Municípios diminuíram de 19 a 14%. O que é que foi isso? Foi o não compartilhamento das contribuições. O que é que foi isso? A Kandir. O que é que foi isso? A centralização dos recursos. O que mais os Municípios tiveram? E eu fui Prefeito. Nós tivemos a municipalização da saúde e na totalidade, gestão plena. Nós temos a obrigatoriedade de não menos 15%. O Senador Serra, que foi autor da Emenda, da PEC 29, 12% Estados e 15% Municípios. Continuou 25% na Educação. Temos os encargos variáveis de 13 a 15% sobre a receita corrente líquida para pagarmos a União. A União, como um grande agiota que é, o que é que ela viu quando renegociou a dívida dos Estados? Impôs. Impôs o quê? Impôs uma renegociação da dívida num cenário que o PIB cresceria 4,5%. Aí dizem assim: “As receitas dos Estados entrarão na base de 4,5%”. Configurou-se uma média nos dois últimos anos de PIB, 2,3. O que é que se configurou? Que as receitas entraram aproximadamente nesse valor. Muito bem. O que é que isto ocasionou? Com SELIC na ponta do devedor, você tem uma hipérbole ascendente. Hoje você pagou a dívida em valores nominais da época, se você pegar a dívida existente na época e você usar quaisquer índices de inflação que não sejam a SELIC, você vai ver que já pagou duas casas, não é? O mesmo exemplo que eu utilizei.

Então, o que é que os Estados estão fazendo? Os Estados estão dizendo: “A ‘mãe’ União tem oitenta e dois bilhões de dólares de reserva. A ‘mãe’ União quer

instituir o IVA”. A única coisa que talvez nos salve é a Reforma Tributária, mais ou menos nos parâmetros do substitutivo (*inaudível*) com os pisos em torno de 7% e o teto em torno de 20%, com a escolha por parte dos Estados de cinco produtos. Porque aqui o que o Senador Tourinho falou é verdade. Os três itens maiores são telefonia, energia elétrica e combustíveis, que nós pusemos as alíquotas lá na estratosfera, para podermos fazer frente. E aí o Governo Federal quer que nós não tenhamos na estratosfera ou taxaço do diesel, que é um insumo maior para que produza (*inaudível*).

Então, é um círculo vicioso. Só para encerrar, Sr. Valter, o que nós estamos pedindo é que agora o País não vai esclarecer a 4, a 5, 6, a 7, a 8% do PIB se não houver crescimento dos seus filhos, juntos, que são os Estados.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – E Municípios.

SR. ANDRÉ PUCCINELLI – E Municípios. Não cresce. O que se quer? Renegociação da dívida dos Estados em outro parâmetro. Por que para nós é dado a ter-se como indexador o IPCA, o INPC e a União para conosco utiliza a SELIC? O que nós queremos? Renegociar, regulamentando art. 91 da Lei Kandir em outra forma, em que o Governo não nos oculte a verdade, não é mentir não, é diferente ocultar a verdade de mentir. “É 10.4”. Não é 10.4, não. O senhor mesmo falou que pode chegar a 15, 16, e chegou a aludir, não é iludir, o senhor chegou a aludir que poderia chegar a dezessete bilhões. Quanto que é metade de 17? O que nós queremos é sociedade. Como é que é uma sociedade boa? 50%. Não como ocorre hoje demonstrado pelos números, porque Matemática é uma ciência exata, que em torno de 20% é que ocorre de ressarcimento da Kandir, na marra. Na marra de que jeito? Quando os Governadores sufocados chegam aí e pedem para suas Bancadas: “Vamos bloquear tudo”. Saiu a última negociação por causa disso. A verdade tem que ser dita. Os Governadores, morrendo, somaram as Bancadas e disseram: “Vamos bloquear tudo”. Será que precisamos chegar ao ponto de eu, Governador, com seis Deputados Federais eleitos e dizer: “Vamos bloquear tudo”. Aí Minas Gerais fazer a mesma coisa, São Paulo fazer a mesma coisa, para que o Governo... Nós queremos é negociar o que é o justo. O justo é o Governo Federal fazer o “dever de casa”, diminuir despesas, melhorar qualidade de gestão, evitar desperdícios, para, diminuindo despesas, ter sobra na ponta, não com aumento dos 54% de tributos totais que tinha para 62%. Nós estamos morrendo. Nós não temos capacidade de cumprir os 25%. O FUNDEB que vem aí não tem ainda a sua regulamentação e diz que vem por Medida Provisória, a regulamentação dos ín-

lices, não tem e, se não houver, pela anualidade e a anterioridade, vigência agora, nós não teremos como aplicar no ano que vem.

Então, o que a União está fazendo? Ela não está fazendo o “dever de casa”, na diminuição de suas despesas. Ela está arrecadando, aumentando seu bolo e fazendo-nos vir a sermos pedintes, suplicantes aqui. É o que está acontecendo, Xará. A verdade é essa. Isso não é ofensivo. Não estou querendo, ao dizer essas palavras, ofender ninguém. Mas a realidade é essa. Tem onze Estados que não conseguem pagar os encargos da dívida e a sua capacidade de pagamento é inferior, prevista em LDO. É só pegar a LDO dos Estados todos. Não pagam. Vão acumulando débito. Como é que vão fazer para pagar? Ah, mas a LRF... É mentira. Não é verdade o que o Ministro do Planejamento está falando. É mentira. Estou afirmando. Não há infringência nenhuma a nenhum artigo da LRF à repactuação da dívida dos Estados em outros parâmetros.

Então, é isso que nós estamos suplicando. Não adianta ter uma União forte e os Estados fracos, não se consegue isso.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com a palavra o Senador Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Aproveitando essa lembrança do Governador André Puccinelli, eu gostaria apenas de ponderar que nessa esteira do FUNDEB vêm mais encargos para os Municípios, para os Municípios e os Estados. Os Municípios brasileiros já estão sendo penalizados, porque quando há um confisco de recursos do Estado, automaticamente está-se confiscando também os repasses que estes têm que fazer aos Municípios. E no FUNDEB vêm mais encargos. Encargos para os Estados e encargos para os Municípios, porque o Governo hoje está fazendo a sua propaganda do FUNDEB, uma propaganda bonita, que aumentou os recursos, só que ele não está dizendo, em momento algum, que parte desses recursos são recursos que estão sendo atribuídos aos Estados. E atribuídos aos Municípios também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Agradeço ao Senador Valter Pereira e vamos encaminhar ao encerramento, porque o Dr. André está sendo chamado ao Ministério, porque o Ministro vai estar no Plenário daqui a pouco. E eu, antes de encerrar e passar a palavra aos convidados para suas considerações finais, eu quero dizer que eu vou, e pediria o apoio do Senador Valter e dos outros pares, eu vou apresentar um Requerimento, Senador, para que o Senado Federal crie uma Comissão de Senadores para acompanhar a discussão da trami-

tação dos acordos entre os Estados, Governadores e a União com relação à regulamentação da Lei Kandir. Para que a gente possa efetivamente, através do Senado Federal, saber e ajudar, contribuir para que essa solução possa vir a curto prazo, dentro ainda do exercício de 2007.

Então, eu farei esse Requerimento, apresentarei esse Requerimento e vou pedir aos meus pares que seja aprovado, para que a gente dentro de uma Comissão possa ter acesso à negociação. Eu, ao encerrar, gostaria de passar a palavra aos nossos convidados, para suas considerações finais, iniciando com o Governador eleito, Dr. André Puccinelli, e agradecendo Dr. André, agradecendo aqui a sua presença, a demonstração inequívoca da preocupação e do interesse em resolver os assuntos do seu Estado do Mato Grosso do Sul e lhe desejando sucesso, que Deus o abençoe nessa nova empreitada, que como em todas as outras que V.Exª. tão se houve bem, com certeza absoluta, o seu Estado vai ganhar na sua administração a partir de 1º de janeiro. Com a palavra o Governador eleito, André Puccinelli, para suas considerações finais.

SR. ANDRÉ PUCCINELLI – Senador Flexa Ribeiro, Sra. Rute Tostes, representante do Pará, Ricardo Luiz, representante do Estado de Minas, e Xará. Não me queira mal, Xará. Só leve as agruras e as angústias nossas para os seus chefes. Eu quero agradecer aos Senadores, e é importante que esta Comissão, que representa a federação na sua essência, possa continuar nos defendendo. Ao senhor, Senador Flexa Ribeiro, e ao Senador Luiz Otavio, Presidente da Comissão, os nossos agradecimentos. E, através dos senhores dois, a todos os Parlamentares que compõem esta Comissão. Verdadeiramente, a suplica dos Estados é angustiante. Nos defendam. Obrigado a todos. E, Xará, lute lá por nós. Essa ótica sua é caleidoscopicamente estrábica.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Obrigado, (*risos*) Governador eleito, André Puccinelli. Com a palavra o Dr. André Paiva.

SR. ANDRÉ PAIVA – Eu queria cumprimentar a Comissão por esta iniciativa, a discussão desse tema é, tem uma relevância muito grande para o País e para a federação, nós estaremos sempre dispostos aqui a participar do debate. Queria dizer que as questões todas que o Governador André Puccinelli colocou, são questões de mais alta relevância. Mencionou a questão da distribuição federativa do bolo tributário, das dívidas, a questão do FUNDEB agora que se avizinha. São todas questões de grande importância, só que nós não podemos ter todos esses supostos dentro do suposto da Lei Kandir, porque a Lei Kandir não é para ser um instrumento de partilha federativa. É isso que nós de

alguma maneira tentamos colocar aqui. Não sei se pareceu estrábica essa visão, mas, se pareceu, é ela mesmo. Não achamos que não é o ambiente para se decidirem todas essas questões da federação. Talvez o ambiente da Reforma Tributária seja um ambiente onde essa discussão de fato possa ser feita e a gente possa ter um maior número de variáveis compondo a equação e aí a gente consiga uma equação que deixe todos numa posição mais confortável aí, desde a re-discussão do aspecto fiscal da nossa federação, com a questão das vinculações, enfim, e todo esse cenário fiscal, que eu sei e compreendo, de uma maneira muito fraterna até, a posição, sou funcionário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, o Rio Grande do Sul como vocês sabem, não é um Estado que está numa das situações melhores fiscais, talvez se pudesse dizer das piores, então, de maneira fraterna, compreendo as questões trazidas, mas, de fato, em relação à Lei Kandir, a equação dela sozinha não vai conseguir resolver todas essas outras questões. Então nós temos que tratar essa questão no âmbito, ao nosso modo de ver, do modelo do ICMS. Era essa a contribuição para o momento e estamos sempre às ordens e dispostos aí para participar e tentar avançar nesse importante debate da questão do ICMS das exportações. Uma saudação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Agradeço ao Dr. André e concedo a palavra, para suas considerações finais, à Drª. Rute Tostes.

SRA. RUTE TOSTES – Agradeço o convite, a oportunidade, principalmente aos nossos ouvintes, porque é uma matéria muito árida e quanto mais nós discutirmos e conseguirmos socializar as informações é melhor e aproveito a oportunidade para me despedir, já que estarei deixando o Governo no dia 31, e quero dizer para o André que eu espero que tu estejas te livrando de (*risos*) mim, mas não do (*risos*) problema, que o próximo Governo continue na luta, na busca desse problema tão grande para o nosso Estado, que inclusive compromete o futuro do nosso equilíbrio econômico e da diminuição das nossas desigualdades sociais. Então, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Agradeço à Dra. Rute Tostes e concedo a palavra ao Dr. Ricardo Oliveira de Sousa, para suas considerações finais.

SR. RICARDO OLIVEIRA DE SOUSA – Em primeiro lugar, agradecer a oportunidade de estar aqui representando o Estado de Minas Gerais, parabenizar as palavras do Governador eleito do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, que representam, sem dúvida, o sentimento e a percepção de todos os demais Es-

tados, e dizer que realmente não podemos perder a oportunidade de resolvermos por inteiro essas questões na discussão, tão logo se inicie a nova Legislatu-
ra, em torno da Reforma Tributária. Agora, eu entendo que também essa reforma deva ser mais ampla, deve contemplar também as crescentes receitas que a União, desproporcionalmente, vem incrementando nas contribuições não compartilhadas com os entes federativos e que isso tudo venha a ser discutido de modo a realmente proporcionar uma equalização das contas de todas as Unidades Federadas. Muito obrigado então ao Senador Flexa Ribeiro e aos demais componentes da Mesa e aos presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Agradecendo a presença de todos os convidados, dou por encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 13h40.

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Ata da 1ª Reunião da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura, realizada em 7 de novembro, de 2006, às 14:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às quinze horas do dia sete de novembro do ano de dois mil e seis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aelton Freitas, reúne-se a Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, com a presença dos Senadores Edison Lobão, Romeu Tuma, Ney Suassuna e Ideli Salvatti. Deixam de comparecer os Senadores Sérgio Guerra, Valdir Raupp, tendo falta justificada em virtude de serviços realizados no âmbito da Comissão Mista de Orçamento, e Fernando Bezerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos com a realização de Audiência Pública com a presença dos Senhores Antonio Gustavo Matos do Vale e José Irenaldo Leite de Ataíde, Diretor de Liquidações e Desestatização e Chefe do Departamento de Liquidações) – Deliq, do Banco Central do Brasil, respectivamente, tendo como finalidade prestar esclarecimentos a respeito da Liquidação das Instituições Financeiras, em atendimento ao Requerimento nº 03/05-CAELIF, de autoria do Senador Aelton Freitas. Após a exposição dos convidados, usam da palavra, para interpelá-los os Senadores Edison Lobão, Romeu Tuma e Aelton Freitas. Em seguida, é aprovado pela Subcomissão o Requerimento nº 01/06-CAELIF, que

requer, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. Francisco José de Siqueira, Procurador-Geral do Banco Central, para participar de uma audiência pública, a ser realizada no dia 22 de novembro de 2006, para prestar esclarecimentos a respeito da Liquidação de Instituições Financeiras. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezesseite minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Aelton Freitas**, Presidente

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária de Liquidação das Instituições Financeiras Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Em 7 de novembro de 2006, o que estava previsto para às 14 horas, acontecendo agora às 15, na sala de reunião nº 19 da Ala Alexandre Costa. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu convido que a nossa secretaria convide o Sr. Antônio Gustavo Matos do Vale e o José Irenaldo Leite de Ataíde, diretor de liquidação e desestatização e chefe do departamento de liquidação, DELIQ, do Banco Central, afim de prestar esclarecimentos a respeito das liquidações e das instituições financeiras em atendimento ao Requerimento nº 3 de 2005, da CAELIF. Consultando a nossa Assessoria, tivemos o parecer favorável de que a gente poderia começar esta Sessão e no decorrer da mesma os nobres Senadores vão chegando, marcando a presença e participando da Sessão. Que nós temos uma meta e um objetivo de concluirmos os nossos trabalhos até a primeira quinzena de dezembro, então peço a compreensão de V.Ex^{as} e vamos tentar ir dando andamento da nossa maneira, enquanto isso os nobres Senadores chegam. Agradeço ao nosso convite, a oportunidade de tê-los aqui com a gente para um esclarecimento tanto a essa Comissão, quanto ao povo brasileiro que espera uma posição, não só do nosso trabalho, mas também de esclarecer vários fatos e dúvidas que tem nesse sentido. Como os convidados já se encontram aqui na nossa Mesa, agradeço a presença do nobre Senador Edison Lobão que acaba de chegar e convido para participar aqui da Mesa com a gente. De acordo com o art. 94, § 2º e 3º, a presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão uma breve exposição e em seguida abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras que estiverem presentes, já temos a grata satisfação e a presença do nobre Senador Edison Lobão, enquanto outros que estão por vir, às vezes não chega, a gente vai intercalando as perguntas e as dú-

vidas que estiverem para ser sanadas. A palavra aos Senadores será concedida na ordem da inscrição ou pela chegada. Como chegou o nobre Senador Edison Lobão, eu já peço a Mesa que já o inscreva e com a preferência do autor do Requerimento. Os interpellantes dispõem de três minutos, assegurado de igual prazo para a resposta do interpellado. Com a palavra o primeiro convidado, o Sr. Antônio Gustavo Matos do Vale, diretor de liquidação e desestatização do Banco Central para fazer a sua exposição.

SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE

– Boa tarde a todos, muito obrigado, nobre Senador Aelton Freitas, Senador Edison Lobão, para mim, pessoalmente, é uma satisfação poder voltar a esta Casa e dar todas as explicações necessárias sobre esta área da qual eu gerencio no Banco Central. Quer dizer que do mesmo modo é para o Banco Central uma satisfação, igualmente, poder voltar ao Senado e prestar todos os esclarecimentos necessários. Inicialmente, Senador Aelton Freitas, Senador Edison Lobão, eu gostaria de dizer que em toda a história da intervenção estatal foram registrados 891 processos, dos quais 741 ocorreram sobre a vigência da lei 6.024 de 13 de março de 74, lei essa que consolidou a legislação relativa às intervenções e liquidações extrajudiciárias de instituições financeiras. Atualmente existem ainda 69 liquidações extrajudiciais em andamento. Observando os marcos históricos do plano real e do PROER, verificamos que o período de 94 a 98 experimentou o maior incremento de decretações de regimes especiais com o registro de 190 ocorrências. Como consequência da incapacidade de adequações das instituições financeiras ao novo regime de estabilização da moeda que se iniciou em 1994 com o advento do plano real. Esse quadro caótico foi revertido com o ajuste do mercado bancário às novas regras da economia editada pelo plano real, graças, entre outras coisas, a firme atuação da supervisão bancária e pela maior amplitude do instrumental jurídico conferido a ação saneadora do Banco Central, como a lei 9947 de março de 97, a lei de responsabilidade solidária. Cujos dispositivos estimularam acionistas e controladores a sanar crise de insolvência bancária mediante a reorganização societária, transferência do controle acionário, na qual, inclusive teve fundamento legal o PROER. Dessa forma, e desde então, consolidou-se forte tendência declinante da decretação do regime especial. Do outro lado, no âmbito do sistema financeiro público estadual o saneamento teve início com a edição do Decreto-Lei 2321 de fevereiro de 87, que instituiu o regime de administração especial temporário o RAET, e depois complementado com o PROES em 1997 da qual este Senado Federal teve papel preponderante na medida em que todos os pro-

cessos de saneamento aqui transitaram e foram aprovados especificamente nessa Casa, nesta Comissão. O saneamento do mercado possibilitou a supervisão dos processos de liquidações extrajudiciais fixar como meta prioritária do Banco Central, a redução dos seus prazos de duração com o objetivo de atender dois aspectos relevantes, a economia dos recursos públicos envolvidos no custeio da administração dos processos e o atendimento do justo anseio dos credores em receber o quanto antes o que lhe é devido. Os nossos melhores esforços, entretanto, não tem sido suficiente para poter(F) nosso processo de maior porte e por isso mesmo mais representativos, devido a obstáculos as vezes insuperáveis, entre eles as demandas em curso na esfera judicial. De fato, esta Comissão deve ter constatado que o prolongamento de liquidações no tempo decorre de fato, ou circunstância, cuja solução extrapola a esfera de competência do Banco Central. Neste quadro, inclui-se casos crônicos, alguns com até 15 anos ou mais, como os do grupo de LOGICRED, com 19 anos de duração, resultante de questionamento judicial dos controladores quanto ao valor da dívida com o Banco Central, ainda sem decisão definitiva, o caso da CELTA CORRETORA por exemplo, cujo processo iniciado há 17 anos depende também de decisão judicial, relativamente a cobrança do crédito reclamado contra a bolsa de valores do Rio. Outros, como os grandes bancos liquidados após o advento do Plano Real, já alcançando hoje a faixa dos dez anos de existência, tem o seu desfecho dificultado pela complexidade das relações jurídicas com os credores, dentre os quais se conclui evidentemente o Banco Central e a magnitude econômica dos processos. Situação bastante conhecida e que concentra as preocupações dessa Comissão. Ainda sim, podemos assinalar que a média de duração dos processos de liquidação extrajudicial conduzido pelo Banco Central tem melhorado nos últimos anos. Para se ter uma idéia da redução do número de liquidações, assim como do tempo médio da sua duração, noto que nos dois últimos quadriênios as decretações recuaram dos 190 casos verificados no período 94/98, para 67 no período 99/2002 e para 26 no período 2003/2006. Nos mesmos períodos é importante ressaltar, verificaram-se 47 encerramentos no período 99/2002 e 75 encerramentos no período 2003/2006. Ou seja, um total de 122 encerramentos contra 93 decretações. A redução da duração média das liquidações também experimentou o resultado positivo nos mesmos períodos, contra uma média geral de quatro anos, a duração no período 99/2002 baixou para três anos e no último quadriênio, dois anos. Relativamente aos grandes bancos liquidados no âmbito do PROER, Econômico, Bamerindus, Nacional, mercantil

e Banorte, o Banco Central em seus demonstrativos contábeis de junho de 2006, reconhece os valores dos empréstimos daquele programa, calculado com base nos encargos pactuados na forma determinada nos respectivos contratos. Assim, a exceção do Bamerindus que não tem mais dívidas do PROER, e do Mercantil cujos lançamentos foram sobrestados enquanto a questão permanecer sobre júdice, os liquidantes das demais instituições foram orientados a adotar igual procedimento. Na seqüência, iremos enfrentar o exame dos reflexos desses ajustes no âmbito tributário. Sob outro aspecto, especialmente em relação às metas de encerramento das liquidações das quais eu mencionei, a situação de cada Banco é a seguinte.

Banco Econômico. O Banco Econômico está sendo feito, atualmente, a verificação da situação de 76 mil contratos de financiamentos alienados a Caixa Econômica Federal e dos pertencentes à carteira própria, habilitados, mas ainda pendentes de homologação por parte do gestor do SCBS. A execução dos trabalhos está sendo conduzida em conjunto com a CEF e visa apurar eventuais diferenças de saldos devedores e/ou credores entre o Banco e a CEF. Também estão sendo finalizadas as liquidações das empresas coligadas no exterior e seus reflexos serão oportunamente registrados na contabilidade do Banco. Internamente, prepara-se o processo de alienação das empresas não financeiras controladas indiretamente pelo Banco. Quanto ao encerramento da liquidação, não prosperaram tentativa da controladora do banco nos últimos anos. Quanto ao encerramento da liquidação, não prosperaram infelizmente tentativa da controladora do Banco nos últimos anos de negociar o fim do regime. As condições apresentadas não atendiam as exigências das garantias necessárias e as conveniências de ordem geral conforme previstos nos artigos 19, 21 da lei 6024.

Do Banco Banorte. Do Banco Banorte está em andamento negociação com o FGC, projeto de encerramento de liquidação extrajudicial apresentado em parceria com o UNIBANCO que fez um acordo com os controladores retirando as ações que moveram contra a liquidanda, o Banco Bandeirantes e o Banco Central. O projeto continua em fase de apuração nos números relativos ao patrimônio e também do levantamento da posição de carteira de crédito mobiliário perante a CEF.

O Banco Nacional. Em agosto de 2002, os ex-administradores encaminharam ao Banco Central minuta de projeto que visava o encerramento da liquidação extrajudicial. Posteriormente esse projeto não foi para frente por própria iniciativa da empresa controladora do Banco Nacional. Em janeiro deste ano, o UNIBANCO

apresentou minuta de um plano de recuperação econômica financeira das massas liquidandas do Banco Nacional e suas controladas, com vistas a um possível encerramento da liquidação extrajudicial. Mas o Banco Central considerou inviável a proposta por não contemplar o pagamento dos créditos oriundos dos empréstimos PROER de acordo com os encargos contratuais. Entretanto as negociações prosseguem e esperamos que em breve tempo, o UNIBANCO, que recentemente chegou a um protocolo de entendimento com os controladores, conclua a elaboração de um projeto de encerramento que atenda as expectativas do Banco Central.

Banco mercantil. Em relação ao Banco Mercantil encontra-se sobre júdice a questão da cobrança dos juros do passivo do PROER, que é o núcleo da divergência entre os controladores e o Banco Central, e que tem inviabilizado as tentativas de soluções de encerramento pela via administrativa. Por esse motivo, também, encontram-se suspensas cautelarmente autorizações para alienação de quaisquer garantias vinculadas aos empréstimos concedidos no âmbito do PROER. Em janeiro deste ano, o Tribunal Regional Federal, em Recife, decidiu pela não aplicabilidade do provisionamento de encargos passivos no balanço patrimonial do Banco Mercantil relativo aos juros ajustados no contrato do PROER e considerou aplicável apenas a TR. O Banco Central interpôs em junho desse ano, recurso especial e recurso extraordinário perante o STJ e o STF, com o objetivo de reverter a decisão do Tribunal Regional.

Banco Bamerindus. O Banco Bamerindus ostenta uma situação de patrimônio líquido negativo, uma situação falimentar e o liquidante já havia sido autorizado em 2003 a ingressar com o pedido de falência do grupo. A medida, entretanto, foi suspensa diante da existência de manifestação de interesse por parte de terceiros, entre eles o FGC, de viabilizar uma solução para a liquidação extrajudicial. Fato que nos dá muita esperança de que nós possamos chegar a um bom termo no caso do término da liquidação do Banco Bamerindus também como os outros.

Enfim, Sr. Senador Aelton Freitas, Senador Edison Lobão, esse é um pequeno relato a respeito das liquidações hoje em andamento no âmbito do Banco Central e me coloco a inteira disposição da Comissão para prestar todos os esclarecimentos necessários e ao mesmo tempo me coloco à disposição da Comissão também no âmbito do Banco Central para prestar todas as informações, caso não seja possível aqui nesse recinto. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Com a palavra o segundo convidado, Sr.

José Irenaldo Leite de Ataíde, chefe do departamento de liquidações do Banco Central.

SR. JOSÉ IRENALDO LEITE DE ATAÍDE – Boa tarde a todos. Eu só queria agradecer o convite para os esclarecimentos que eu possa dar sobre essa matéria. E dizer, preliminarmente, que sou funcionário do Banco Central desde 1973, admitido por concurso naquele ano e trabalho nessa área de liquidações desde o ano de 1977 quando foi criado o departamento, há época chamada de controle de operações especiais e que cuidava do acompanhamento desses regimes especiais, entre eles, então a intervenção, o regime de administração temporária e a liquidação extrajudicial. Hoje o departamento é denominado, Departamento de Liquidações Extrajudiciais, uma vez que os outros regimes são raramente utilizados pelo Banco Central nos últimos anos. A unidade que eu chefo é composta de 70 funcionários que hoje tem atribuição basicamente de acompanhamento desses processos de liquidações. Como o diretor disse, hoje são 69 liquidações, temos então, uma média de um funcionário por cada instituição em liquidação extrajudicial. As atribuições do departamento são basicamente o acompanhamento e o monitoramento desses processos. A autorização dos pedidos de vendas de bens formulados pelo liquidante e o julgamento dos recursos que sejam apresentados ao Banco Central sobre decisões tomadas pelo liquidante nos processos de habilitação de créditos, de reconhecimento de obrigações jurídicas e etc. Nos últimos anos, como o diretor já falou nesta introdução dele, as liquidações tem sido bastante diminuídas em quantidade, isto por efeito das mudanças a vidas, tanto na conjuntura econômica, na conformação e na estrutura do sistema financeiro, de modo que hoje, basicamente, metade das liquidações remanescentes são de administradoras de consórcios. Só recentemente houve uma liquidação do Banco Santos, de uma corretora, mas em geral, as liquidações, cerca de 35 ou 40 liquidações são de administradoras de consórcios. Esses são processos mais simples, mas céleres e de maneira geral eles são encerrados mediante a decretação da falência. Já que, se tratando de administradoras de consórcio, essas empresas não têm ativos próprios e dificilmente, quando submetidas a esses regimes, elas conseguem realizar ativos e fazer o pagamento dos credores, dos consorciados. Então o processo de liquidação se restringe ao levantamento e a apuração dos bens existentes, a retomada de alguns bens em processo de execução e o encaminhamento para o Poder Judiciário. Eu acho que são essas as colocações iniciais que eu poderia fazer, me coloco à disposição para que na medida do possível e nos limites das mi-

nhas atribuições possa esclarecer as questões que os Srs. Senadores apresentarem. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – A presidência que agradece a explanação de V.Ex^{as} e passa a palavra ao primeiro orador, nobre Senador Edison Lobão.

SR. SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, Senador Aelton Freitas, Dr. Gustavo, diretor do Banco Central, Dr. Irenaldo, Senador Romeu Tuma, esta Subcomissão foi constituída há bastante tempo, atendendo a clamores que a Comissão Titular, Comissão de Assuntos Econômicos ouvia e recebia, vindas de instituições financeiras e também com preocupações da sociedade junto aos interesses do próprio Banco Central. Movida fundamentalmente pelo interesse em relação ao Banco Central, a sorte que ele teria ao final dessas liquidações, é que se constituiu esta Subcomissão que tratou de ouvir, desde logo, os responsáveis pela massa falida dos bancos em questão, diversos deles e diversas instituições. Ouvimos em Audiência Pública inúmeras autoridades e interessados notadamente desses bancos a que me referi. A Subcomissão reuniu um acervo considerável de informações a esse respeito. Ouviu os liquidantes também que aqui vieram, alguns dos quais puderam falar e junto com os donos originais desses bancos. Foram momentos bastante elucidativos dessas questões todas que permearam a Subcomissão ao longo desse tempo. Agora, estamos diante de duas autoridades superiores do Banco Central. Já contávamos com essa reunião, em alguns contatos anteriores, sobretudo com o Dr. Gustavo, nós havíamos, tanto o Senador Aelton, quanto eu e os demais membros dessa Comissão, o Senador Tuma, contemplado a hipótese dessa audiência final exatamente com os diretores do Banco, estamos encerrando a Legislatura e a Comissão precisa apresentar o seu trabalho final. Eu vejo, Dr. Gustavo, que V.S^a junto com seus companheiros, o Presidente do Banco, Dr. Meirelles, com quem estive certa vez junto também com V.S^a, esses altos funcionários do Banco Central tem prestado notável serviço a essa extraordinária instituição brasileira. Nós precisamos ter confiança no Banco Central. E eu diria que os brasileiros confiam no Banco Central. É claro que, num momento ou noutro há discordância quanto a determinados procedimentos e a determinadas providências que se adotam no Banco Central. Providências, algumas das quais, podem até perigosamente conduzir os mais legítimos interesses da instituição a algumas dificuldades. Os próprios jornais têm falado isso com alguma frequência. Veja que o valor econômico, por exemplo, diz: Banco Central pode ter de pagar bilhões a donos de Banco liquidado. Refere-se basicamente ao Banco

Econômico. Mas é também o caso do Banco Nacional e dos demais bancos. O que nós desejamos é que estes bancos privados tenham os seus legítimos interesses atendidos e o Banco Central defenda por outro lado, na medida da sua jurisdição e do interesse nacional também, o interesse da própria União Federal e do Banco Central. Não se quer que os bancos privados arrostem prejuízos que não lhe caibam, como não se deseja, sobretudo, que o Banco Central pague aquilo que não deve. Mas há de se encontrar o meio termo, o território comum que é o da justiça. Nós não podemos por tantos anos, e aqui já se falou em 19 anos, em 10 anos, em 15 anos, em 8 anos, por tanto e tanto tempo permitir que esta situação se prolongue sem uma definição. No meu entendimento e entendimento haurido ao longo dessas audiências todas, quanto mais tempo passa, mais difícil fica, no meu entendimento, a situação de todos, seja a do Banco privado, cujos interessados, cujos proprietários viram os seus interesses escapando por entre os dedos por tanto anos, seja do Banco Central que eventualmente possa responder pesadamente por determinadas situações que não tenham sido, eventualmente, bem encaminhadas. Eu teria algumas indagações que começaria com o Dr. Gustavo, sobretudo, no que diz respeito ao Banco Nacional. V.S^a já acabou de dizer que houve uma proposta que por razões internas do Banco Central, entendimentos do Banco Central, não puderam ser acolhidas essas propostas, mas que o UNIBANCO diligencia uma nova negociação com o Banco Nacional. A minha pergunta inicial é no sentido de que, de saber o que definitivamente impede a liquidação do Banco Nacional?

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Com a palavra o Dr. Gustavo.

SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – O senhor vai desculpando que eu não entendo muito. Mas, muito obrigado, Senador Edison Lobão, primeiramente eu queria agradecer as palavras elogiosas que o senhor disse sobre o Banco Central, sobre o corpo funcional do banco ao longo do tempo. Eu posso garantir ao senhor que a angústia nossa não é diferente da angústia que porventura existe sobre os membros da Comissão e sobre as demais pessoas envolvidas nesse processo. Eu tenho um respeito muito grande por todos os controladores que tiveram, em determinada circunstância, o seu Banco envolvido nesse processo de liquidação. Mas ao mesmo tempo, qual é o nosso grande problema em relação aos bancos dos quais o PROER, vamos dizer, permitiu o pagamento de todos os seus clientes. Na realidade, esses bancos, em liquidação no âmbito do PROER, todos devem ser lembrar, todos os seus clientes tiveram os seus ativos pagos com recursos

emprestados pelo Banco Central e recursos públicos, evidentemente, na medida em que o Banco Central ao emprestar esses recursos teve que honrar com quem os emprestou. Então, na realidade, e esse é o nosso grande problema. Quer dizer, o Banco Central tem um entendimento legal que esses recursos, onde existem garantias que foram financiadas pelo próprio Banco Central. Quer dizer, o Banco Central além de financiar todo o déficit dessas instituições, também financiou as garantias que foram dadas no âmbito do PROER para cumprir a lei. Então o Banco Central entende legalmente, baseado em pareceres legais, baseado na lei e não pode ser diferente, o Banco Central enquanto instituição pública e nós enquanto funcionários públicos, não podemos ir além do que a lei nos permite, e essa lei reza claramente que nós temos a obrigação de buscar os juros contratuais desses empréstimos até o limite das garantias. É isso que nós temos feito ao longo do tempo e os controladores não concordam e alguns deles buscaram, a grande maioria, buscaram a via judicial para buscar seus direitos. O que é legítimo, a justiça existe para ser buscada mesmo. Em relação à questão do Banco Central pagar bilhões, eu tenho uma divergência a respeito porque em todos os processos que existem entre o Banco Central e os controladores, se tratam basicamente do Banco Central receber seus créditos mediante determinada correção ou mediante outra correção. Ou seja, em todos os casos nós estamos falando do Banco Central receber mais ou receber menos, jamais em pagar. Em relação ao Banco Nacional, a pergunta que o senhor fez. A proposta que foi feita em conjunto pelo UNIBANCO, em janeiro desse ano, contemplava o pagamento dos créditos do Banco Central de uma forma divergente daquela que a procuradoria jurídica do Banco Central entende que os créditos do PROER deveriam ser corrigidos. Foi dito isso ao UNIBANCO, aos controladores e nesse momento nós estamos levantando os números dentro desse conceito para ver se consegue se montar uma proposta ao Banco Central por parte deles, UNIBANCO e os controladores, contemplando a tese jurídica da lei de falências e ao mesmo tempo contemplando todos os ativos e passivos de modo a pagar os outros credores do Banco Nacional. O caso das dívidas trabalhistas, das dívidas fiscais e todo esse processo que envolve uma liquidação tão grande quanto o Banco Nacional. É isso que nós estamos trabalhando neste momento, inclusive com a contratação de consultorias contábeis, consultorias... Empresas de auditoria independente que estão levantando todos esses números para se construir uma proposta para que se possa levar tanto do âmbito técnico porque eu gostaria inclusive de enfatizar esse processo, um processo de levanta-

mento de liquidação não depende especificamente de uma pessoa, ele é feito na área técnica por diversos técnicos, depois ele é submetida à área jurídica do Banco Central e só aí que ele é submetido à diretoria colegiada como um todo, não é a decisão de uma pessoa isoladamente, seja o diretor, seja o Presidente do Banco. Eu tenho muita esperança pessoal de que esse processo a gente consiga avançar brevemente, e possamos chegar a uma condição de se propor e aprovar condições mínimas para que se caminhe no levantamento da liquidação deste Banco.

SR. SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – O senhor teria condições de nos informar quais os principais ativos do Banco Nacional e como está contabilizado o FCVS do mesmo Banco?

SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – O principal ativo do Banco Nacional, sem dúvida nenhuma é o montante de FCVS que são quase em toda a sua totalidade garantias do empréstimo de PROER comprado pelo Banco Nacional com dinheiro emprestado pelo Banco Central, ou seja, pela União Federal. Então, este sim é o principal ativo e ele foi contabilizado no último balanço do Banco Central por um valor de mercado estimado, você lembra quanto Irenaldo, em torno, entre 55 e 60%, eu não tenho esse número especificamente, mas é em torno desse número, eu posso fornecer ao senhor o valor correto depois, mas entre 55 e 60% é o valor que está hoje contabilizado no ativo do Banco Nacional.

SR. SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – E se o Banco Central contabilizasse esse ativo a 100% do seu valor de face, você entende que a liquidação já teria sido encerrada?

SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Eu gostaria de dizer, Senador Edison Lobão, que o conceito jurídico estabelecido no âmbito do Banco Central de que o crédito do Banco Central, oriundo dos empréstimos do PROER, são corrigidos contratualmente até o limite da garantia, desse ponto de vista do ativo, não importa muito por quanto ele está contabilizado, importa por quanto que ele está contabilizado no passivo, por quê? Porque o contrato do PROER e o legislador que o fez naquela época, colocou dentro do contrato que o crédito do Banco Central seria corrigido pelo valor dos ativos em garantia mais 2%. De forma a que efetivamente jamais o crédito do Banco Central fosse menor do que aquelas garantias de modo a preservar o dinheiro público, que é o que interessava o legislador daquela época. Ou seja, fazer exatamente com que o controlador, que naquela circunstância, é por isso que ele precisou do PROER, ele estava com o seu patrimônio negativo, ao longo

do tempo ele não pudesse pagar o seu empréstimo e ainda seguir com dinheiro.

Então é por isso que foi feito o contrato nessas bases. Ou seja, o passivo sempre seria maior que o ativo. Então o fato de ser contabilizado pelo valor de mercado e pelo valor de face é uma coisa meramente, vamos dizer, restrita ao tempo da contabilização. A rigor, se nós chegarmos a um acordo administrativo, com respaldo judicial de que o crédito do Banco Central deve ser corrigido pelos valores contratuais até o limite da garantia, sem dúvida nenhuma não terá a importância de quanto esse valor está contabilizado ou não. Agora, nós, evidente, temos que fazer a correção do ativo pelo valor de mercado, mesmo porque não poderíamos gerar dentro da massa obrigações tributárias desnecessárias, que é uma das razões. Irenaldo, se você quiser, ao longo da nossa conversa, certo, Senador, com toda a liberdade, se o senhor permitir, o irenaldo pode interferir nesse processo, já que como o senhor viu, ele está a muito mais tempo do que eu nesse negócio.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Nos ajudaria muito.

SR. JOSÉ IRENALDO LEITE DE ATAÍDE – É. Na verdade, essa questão do valor pelo qual a garantia está contabilizada, ela é neutra em relação ao problema do encerramento da liquidação. Hoje, o que dificulta de certa maneira o encerramento da liquidação é, em primeiro lugar, a não definição dos quantitativos do passivo tributário e do passivo trabalhista que ainda permanece no Banco Central e que está sob júdice. Há uma enormidade de ações de natureza fiscal, propostas pelo Tesouro Federal e por prefeituras e estados e isso tudo continua sob júdice. Então, nós não podemos ainda ter uma apuração muito rigorosa sobre esses números, porque os processos estão em fases diferentes, diversas, alguns já com penhoras decretadas, outros com sentença de primeira instância, outros estão em grau de recurso em tribunais de segunda instância e assim por diante. Além de muitos outros que estão na instância administrativa. Ou seja, há um pré-requisito para poder encerrar a liquidação que é a satisfação plena e integral de todos os credores, obedecida a ordem de preferência deles todos, os trabalhistas, os fiscais, nos três níveis da federação e, em seguida, o Banco Central, no caso, que tem garantias reais, os credores quirografários por fim. Ora, um encerramento, como se costuma dizer, de maneira negociada, a partir de uma proposição feita por controladores ou por terceiros interessados, como no caso o UNIBANCO que teria, ao que nos consta, já firmado um protocolo de entendimentos nessa direção, requer, não só a recomposição do credor do Banco Central,

mas também a reserva de ativos líquidos suficientes para honrar todas as obrigações tributárias que estão pendentes, seja na instância judicial, seja na instância administrativa, a reserva de bens líquidos para honrar todos os processos trabalhistas ainda pendentes, e mais, composição ou acertos com todos os credores quirografários. Os senhores não de convir que isso é uma tarefa de complexidade técnica é muito grande, e incluiu avaliação de processo a processo. E por isso que é preciso contratar auditoria externa, é preciso examinar tudo com muito cuidado, por quê? Porque o Banco Central tem que cuidar não só da composição, segundo essa previsão contratual e dentro do entendimento que ele expôs baseado na Lei de Falências de que o seu crédito deve ser satisfeito integralmente até o limite das garantias constituídas, mas também deve cuidar para que todos os demais credores sejam pagos na medida das forças da massa. Esse também é um processo demorado. E quando se trata, então, de um projeto apresentado por um terceiro interessado, no caso uma instituição financeira que absorveu a parte boa, chamada boa do Banco Nacional em 1995, e por isso mesmo permanece na condição de prestador de serviço e de representante da liquidação do Banco Nacional para efeito de cobrança e de defesa nos processos judiciais, todos eles têm que ter a segurança de que esses acordos serão feitos sem que posteriormente sobrevenha, recaia sobre ele responsabilidades além, está certo? Porque afinal de contas, senão os acionistas deles é que impugnarão esse acordo mais a diante. E é por isso que esse projeto, até agora, não pode ser esboçado com clareza, apenas no primeiro pré-projeto apresentado havia uma previsão de que o Banco Central fosse pago com a correção pela TR e aí nós não aprovamos, o Banco Central indeferiu o processo nestas bases, mas permanece aberto ao exame de novas proposições. Imagino que em pouco tempo isso será possível até porque o passivo trabalhista já está em um número que é suportável pelos ativos da massa e as ações fiscais, elas estão prestes a se obter uma definição mais clara sobre isso, quanto ao indexador porque as ações são propostas baseadas na correção igual a de CDI e etc. E no caso das liquidações a lei prevê um outro indexador que seria a TR. Mas, já há decisão judiciária nesse sentido, é preciso buscar uma linha de equilíbrio e nós achamos que o UNIBANCO já avançou bastante nessa avaliação.

SR. SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Seguindo este caminho e obedecidos os requisitos estabelecidos pelo próprio Banco e pela lei e as obrigações cumpridas, com quem fica a última palavra na suspensão da liquidação, no acerto final com o liquidante ou com o Banco Central diretamente?

SR. JOSÉ IRENALDO LEITE DE ATAÍDE – Com o Banco Central. A diretoria colegiada do Banco Central é que aprecia em caráter definitivo a viabilidade do projeto, está certo? E julga se são suficientes as garantias apresentadas e as condições de pagamento aos credores. Obviamente o projeto deve contemplar também, na forma da lei, as anuências necessárias dos próprios credores, porque afinal, o Banco Central não substituiu os credores, especialmente os credores privados.

Então, se houver qualquer tipo de composição em que haja alguma definição de prazo ou de taxas diferentes daquelas previstas em lei ou nos contratos, isto terá a forma de inovações que serão evidentemente acordadas com os credores privados, mas o Banco Central é que apreciará, em caráter final, a viabilidade do encerramento e feito isto, cumpridas as condições, é expedido um ato de encerramento pelo Presidente do Banco Central.

SR. SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – E de acordo com o último balanço patrimonial do Banco Central, houve alteração na forma de contabilização do crédito relativo ao Banco Nacional? Teria sido aquela informação, Dr. Gustavo, de 65%?

SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Não, aquela informação que eu disse é do ativo do Banco Nacional. A pergunta do senhor, só para mim entender, em relação ao ativo do Banco Central?

SR. SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Do Banco Central.

SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Houve sim. Quer dizer, na realidade o que é que mudou? Durante todo o PROER, o PROER estabelece nos contratos, como eu disse no início, que o crédito do Banco Central deveria ser corrigido pelo valor das, o custo médio das garantias mais 2%. Mas disse também que enquanto não se fosse possível obter esse valor, ele poderia ser corrigido pela TR. Foi o que o Banco Central vem fazendo ao longo do tempo, ele veio corrigindo o seu ativo e conseqüentemente, ou melhor, o passivo das instituições e conseqüentemente o ativo do Banco Central por TR. E, como eu disse, paralelamente durante todo esse processo, nós, todos os controladores apresentaram algum tipo de propostas para levantar a liquidação, momento em que foi dito que o entendimento legal do Banco Central, sempre foi que o Banco Central apesar de estar contabilizando pelo TR, tinha o entendimento de que os seus créditos deveriam ser corrigidos segundo a lei de falências, o art. 26, § único da lei de falências que determina a correção pelas cláusulas contratuais. No momento que nós manifestamos esse entendimento do ponto de vista do Banco Central legal, os controladores, evidentementemen-

te, não concordaram e muitos tomaram a via judicial, buscando no entender deles, a correção apenas pela TR. Nesse momento, quer dizer, nós iniciamos todos os estudos jurídicos, os estudos técnicos, os estudos econômicos com vistas, de um lado a contestações daquelas ações movidas pelos controladores e do outro lado, a adequação da contabilidade do Banco dentro daqueles critérios da correção pelos contratuais.

Então, na realidade, mesmo porque, nesses momentos não precisavam mais, eu não tinha a menor necessidade. A manutenção daqueles critérios transitórios do qual o contrato do PROER determinava. Esses estudos foram concluídos ao final de ano de 2005, inclusive com um parecer da Procuradoria-Geral do Banco Central nesse sentido, que o Banco Central recomendava a contabilização dos valores devidos ao PROER de acordo com a lei de falência. Como terminou no final do ano passado, durante o primeiro semestre de 2006, esse resultado final dos estudos foi reconhecido no balanço de junho de 2006 do Banco Central que foi aprovado pelo Conselho Monetário em agosto de 2006. Imediatamente, nós orientamos os liquidantes a proceder essa alteração em seu passivo obedecendo a este critério de mudança da contabilidade.

Então, efetivamente, a mudança da contabilidade dos bancos, onde existem créditos do PROER, foi alterada no balanço de 30 de junho, sim, aqueles que não existiam o crédito do PROER, não. Não tiveram nenhuma alteração. Quer completar alguma coisa Irenaldo?

SR. SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Doutor Gustavo, qualquer de nós é capaz de entender as preocupações que o Banco Central, das quais o Banco Central se reveste, com base na lei, tornando-a no meu entendimento em muitos momentos, mais rigorosa do que ela própria o é, no encaminhamento dessas liquidações. Isto resulta em que, no desatendimento certamente dos interesses legítimos de controladores e na perpetuação no tempo desses processos. Ora, nós temos 19 anos, 10 anos para resolver problema dessa natureza, é um tempo demasiado longo para os controladores, acionistas e para o próprio Banco Central, e para a própria opinião pública que vai se cansando ao longo dessa jornada. Eu vou dar um exemplo pior até, que não está, creio eu, na jurisdição mais do Banco Central, porque os controladores decidiram ir à justiça diretamente. É o caso do Banco Ipiranga. É uma demanda que tem 30 anos na justiça, o Banco Central interveio, deixou o controlador principal reduzido a miséria, literalmente. Era um patrimônio de trezentos milhões de dólares que virou cinza, de um dia para o outro. O banqueiro, evidentemente, um milionário tornou-se absolutamente pobre, é tão pobre hoje

que para vir do Rio de Janeiro a Brasília acompanhar o processo do seu interesse, ele vem com passagem paga pelo Advogado, porque ele próprio não tem com o que custear sequer a sua passagem aérea, por força de uma intervenção, no meu entendimento, desastrosa do Banco Central. Resultado final, o Banco Ipiranga, os controladores acabam de ganhar na justiça, no Superior Tribunal de Justiça, e vão receber bilhões de reais do Banco Central. Isso tudo por conta de quê? De uma e de certamente, ou nós entendemos que a justiça decidiu mal e não é este o meu entendimento ou entendemos que o Banco Central decidiu mal. Ora, do mesmo modo que aconteceu com o Banco Ipiranga, eu não estou longe de imaginar que em alguns casos, desses muitos que aqui já foram mencionados, estejam na mesma situação. Repito aquilo que eu disse no início, a minha preocupação superior é com o Banco Central, o interesse do Banco Central, legítimo e não com o ilegítimo, não com o ilegítimo. Mas eu tenho preocupação também, assim como a Comissão por inteiro, com a situação dos controladores que estão aí largados a margem do caminho quase que como destroços de guerra, isso não é justo. Ou nós chegamos a uma conclusão o mais rápido possível e vejo que V.Sª está se esforçando e todos os seus companheiros do Banco Central. Mas ou chegamos a isto ou este calvário continuará, sobretudo, para os controladores. O que eu desejo, Sr. Presidente, é que, neste momento que parece que estamos chegando ao final dos trabalhos dessa Subcomissão, possa ela emitir um relatório que seja um farol, uma luz para ajudar o Banco Central até a resolver esse grave problema do sistema financeiro nacional, o que nós não podemos é prosseguir com o nosso sistema financeiro submetido a tais riscos, a tais dificuldades e a tais demoras, com prejuízos tão graves para controladores e para acionistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – A presidência que agradece a participação de V.Exª e as colocações tão bem feitas e pontuadas. Com a palavra o nobre Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, Aelton Freitas, senhores diretores do Banco Central é um prazer e uma honra está com o senhor. Senador Edison Lobão, V.Exª disse que essa Subcomissão está ao final.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Dessa Legislatura.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ah bom, porque a primeira que eu compareço, talvez recém nomeado, já me assustei que vim com um bonde praticamente já sem força elétrica para continuar. Mas é, eu faria, sem dúvida nenhuma o meu início do que o Edison Lobão aqui falou. Participei de várias CPIs

e o Banco Central sempre nos apoiou. Eu estive na direção da Polícia Federal, na Receita e nunca tive nenhuma dificuldade para conseguir as informações, principalmente dos casos graves de lesão ao Patrimônio Financeiro Bancário e o Banco Central sempre colaborou. E mesmo com o atual Presidente, nós já tivemos nessas últimas CPIs, Mensalão, mais não sei o que, e as dificuldades de quebra de sigilo que o Banco Central solicita às instituições financeiras, o prazo é fixado pela CPI e sempre aqui se cobrou que o Banco Central estava atrasado. E realmente a fixação do prazo para a entrega da quebra de sigilo é da CPI e isso foi explicado pelo Ministro e ficou claro para nós. Isso já tinha eu conhecimento dessas dificuldades. Mas realmente eu estava fazendo uma conta quando o Senador Edison Lobão falava do Banco Nacional e V.Sª falou da intervenção em 95, são onze anos. Onze anos que está uma evolução aí que ninguém sabe como vai acabar, acho que é do Banco Nacional, se eu não me engano. Eu fiz aqui, para não perder a consciência depois de velho, disse que é bom fazer aritmética permanentemente, porque aí ocupa o cérebro. Mas eu estive numa CPI, a CPI dos precatórios. Foi a primeira que se descobriu o sistema de colocar pessoas que tinham total desconhecimento na movimentação financeira, os laranjas, os depósitos somente começando na região do Paraná, ligação Foz do Iguaçu, Ciudad Del Leste, surgiu o maior problema dessa lavagem de dinheiro e se fixava como se fosse venda no Paraguai e realmente era lavagem de dinheiro que ia e voltava, depositado em grandes bancos, inclusive no BANCO DO BRASIL. E nós investigamos o Perón, que é o Banco de Rondônia e tinha várias falcaturas que foram feitas dessa lavagem de dinheiro e estavam sobre intervenção do Banco Central. Quando eu fui lá fazer o levantamento, tomei um susto, falei: “Como é que está sob intervenção do Banco Central e a maioria das falcaturas que foram feitas de lavagem de dinheiro foram feitas dentro do Perón”, que não sei nem se fechou já ou não o Banco. Que está sob intervenção. Era mais uma prática de crime e o interventor... E vários setores, porque eu não sei qual é a razão, nem vou discutir, que normalmente o interventor designado pelo Banco Central são membros da fiscalização aposentados, não sei se ainda é assim.

(pronunciamento fora do microfone)

Então, eu não... Eu não estou pondo dúvida sobre isso, mas é, a aposentaria nos leva a um distanciamento da evolução natural da profissão que exercemos. Eu fui delegado durante 50 anos, hoje eu vou perdendo o estribo se eu não estiver todo dia em contato com alguém de lá para me dizer o que está acontecendo,

como é que a lei foi modificada. Aqui fala muito em lei de falência, que eu estou lendo nessas perguntas que foram feitas. A nova lei de falência é usada em substituição à antiga? Já foi enfatizada como estão nessas liquidações extrajudiciais, o uso da lei de falências. Porque as primeiras, todas as intervenções são anteriores a nova lei de falência, foi praticamente durante o processo do PROER, que houve uma avalanche de liquidações extrajudicial de forma abrupta, não estou discutindo a correção ou não, mas elas estão sendo procrastinadas de uma forma assustadora. O Banco Excel, o Banco Econômico e que o próprio Senador Eduardo veio aqui e fez uma série de denúncias, não sei se o senhor lembra que houve negociações anteriores a proposta de venda do Banco. Para poder já escolher quem poderia adquirir, houve praticamente uma vinda muito forte de bancos estrangeiros para a compra de bancos nacionais e se aproveitaram desta fase de dificuldades com as liquidações extrajudiciais na compra dos ativos dos bancos. E não sei se na compra do ativo, se o passivo ficou nas costas do Banco Central, trazendo dificuldades nos seus balanços. Que aqui fala em balanço e balancete, balancete é diferente do balanço. Pelo menos eu aprendi em contabilidade isso. Então, de junho, o balancete de junho diz uma coisa e o balanço de maio diz outra.

Então, tem uma dificuldade de entender, o balancete é provisório, o balanço é o definitivo. Então são várias coisas, eu não sei, Senador, se poderia solicitar ao nosso diretor que estão aqui com tanto carinho, com tanto respeito a esta Comissão se nós não poderíamos pedir um resumo de cada Banco que está sob intervenção em que fase se encontram. Todo o histórico, para que a gente possa realmente ter conhecimento, em apoiar o Banco Central ou reclamar de uma coisa que sobre o ponto de vista técnico, possa trazer uma facilidade maior ou mudar até a legislação para facilitar o trabalho dos senhores. Porque eu sei que, pelo Banco Central, está liquidado, liquidado, assinado e pronto. Mas hoje as discussões na justiça são terríveis. E mesmo V.Sª está dizendo sobre os problemas trabalhistas, fiscais e tudo que se carrega ao longo do tempo, as vezes até fundo de garantia hoje, eu acho que deve ter muito processo sobre isso. Que quando o Banco não vai bem, não paga mais nada. As obrigações legais eles deixam de pagar, a primeira coisa que fazem. Não sei se eu estou errado, qualquer empresa é assim. Chegou... O que ele tem obrigação fiscal, ele deixa de lado, eu sei que eu devo e pago quando puder.

Então, isso deve ter uma dificuldade muito grande nas liquidações do Banco Central. Eu sei que a parte fiscalizadora, ela é presente, mas ela é deficitária no

número de pessoas que pudesse exercer permanentemente uma fiscalização efetiva e longa dentro dos Bancos, agências e tudo isso. Eu agradeço, até por terem me convocado, porque eu nem sabia que estava na Comissão, mas fico feliz, porque posso agradecer sempre a efetiva colaboração do Banco Central com alguns setores que eu dirigi na Administração Pública.

SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE

– Inicialmente, eu gostaria de agradecer as palavras do Senador Romeu Tuma e do Senador Edison Lobão a respeito da atuação do Banco Central ao longo do tempo. Sintetizando um pouco o que o senhor disse, só fazendo um pequeno parêntese, no caso do Banco de Rondônia, naquela oportunidade ele estava submetido a um regime de administração especial temporária que é efetivamente um regime de que ao longo do tempo, ele se revelou, vamos dizer, não muito adequado na medida de que ele transferia a administração para pessoas indicadas pelo Banco Central, mas mantinha os problemas. Então ficava cada vez mais difícil e isso era possível antes da Constituição de 1988 onde era possível que o Banco Central, de certa forma, utilizasse recurso da reserva monetária para resolver os problemas de liquidez desse Banco. Após a Constituição de 88, isso não se tornou mais possível, o Banco Central não decretou mais nenhum regime de administração especial temporária. Mas reduziu sim, um pouco, tanto que o Senador Edison Lobão, quanto o senhor disseram. Na realidade, o que nós precisamos, efetivamente, e isso eu tenho absoluta razão em todos esses processos, é que nós temos uma lei de liquidação que ela é subsidiária à lei de falências, aliás, fazendo um parêntese, aquele que eu citei da lei de falências do qual o Banco Central corrige os créditos que ele detém quanto às empresas do PROER foi mantido... Tem claro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – *(pronunciamento fora do microfone)*

SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE

– Mas foi mantido na nova lei de falências aprovadas, o artigo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – *(pronunciamento fora do microfone)*

SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE

– Isso. Exatamente um deles. Mas o que eu quero dizer para o senhor, que nós temos realmente, isso eu acho que o trabalho da Comissão é de fundamental importância naquele farol, o senhor, o Senador Edison Lobão disse, nós precisamos mesmo de enfrentar na próxima Legislatura no Congresso Nacional uma revisão da lei 6024 que é a lei de liquidações extrajudiciais, nós passamos... Essa lei, é uma lei de 1974.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor me permite só o Senador Aelton, esse alerta que faz o nosso diretor do Banco Central seria bom que a Relatoria já colocasse a modificação da lei citada por ele em que termos a colaboração para ser um projeto da Subcomissão a ser apresentado em Plenário.

SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Claro, sem dúvida. Como eu ia dizendo, Senador, como a lei 6024 é uma lei subsidiária à lei de falências, e é uma lei que ultrapassou a Constituição de 1988 e agora nós temos uma lei nova, a lei de falências, então é razoável que é uma nova lei de liquidações subsidiária à lei de falência seja discutida do âmbito do Congresso Nacional, que é a Casa ideal para que se discuta isso e nós podemos, inclusive, achar saídas legais para todos esses processos que nos angústia, como angústia todo mundo como o senhor disse. Mas nós temos uma lei que ultrapassou a Constituição de 1988, então ela nos trava muito do ponto de vista da modernidade, vamos chamar assim, já que de certa forma ela ficou ultrapassada. Aliás, todas essas ações que o senhor disse, todos esses destinos que são judiciais, em grande parte, é efetivamente porque uma lei que não prevê todas as condições que existe no mundo moderno.

Então, eu acho que a Constituição tem um trabalho muito importante nesse processo, de que na próxima Legislatura nós possamos avançar num processo de mudança da lei 6024 da qual eu já coloco o Banco Central a inteira disposição para, como se diz, não só ajudar o Senado, mas como ajudar efetivamente na elaboração de um Projeto de Lei nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Nobre Senador Romeu Tuma, V.Ex^a foi apresentado pelo seu partido a esta Subcomissão no dia 8 de novembro de 2005, em substituição ao nobre Senador Rodolpho Tourinho, é que esse ano, essa Subcomissão não fez nenhuma reunião, essa é a primeira, nós teremos três consecutivas, não é faltoso, pelo contrário, está substituindo um Senador que também era muito presente e atuante. O Senador Rodolpho Tourinho, e a sugestão de V.Ex^a consultando a secretaria da Mesa, a Comissão pode fazer um relatório concluindo os nossos trabalhos no final dessa Legislatura e apresentando um Projeto de Lei pela própria Subcomissão, sugerindo, colocando a sugestão de V.Ex^a. E com isso, eu queria aproveitar o momento, porque tem algumas indagações ainda, de repente algum dos nobres Senadores tem que, às vezes, ir para outra Comissão ou Plenário.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com licença, Presidente, eu pedi se pudesse fazer um resumo de todos os bancos que estão sob intervenção,

situação, um pouco de histórico, coisa sucinta porque tem perguntas aqui que a gente fica meio balançado para falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – É isso que eu ia colocar na pauta.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque ela tem um cruzamento aqui de idéias, que a gente fica até preocupado em fazê-las para não trazer uma situação mais difícil para os diretores do Banco Central. Então essas coisas, dentro do histórico, se pudesse ser feito, a gente ia ter muito mais consistência até para modificar a legislação proposta pelo...

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – A Subcomissão optou em um determinado momento de escolhermos os cinco maiores bancos.

Então, com isso eu queria colocar em votação tanto a sugestão do nobre Senador Romeu Tuma, colocar em discussão, quanto um Requerimento que convoca também, que convida para estar aqui com a gente, o diretor jurídico do Banco Central, Dr. Francisco José Ciqueira, Procurador-Geral do Banco Central porque toda a resposta que a gente vê, a gente vê que é embasado em algum parecer jurídico. Em alguma...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (*pronunciamento fora do microfone*) O departamento jurídico é excelente, e que tem medidas que o Presidente não aceita.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Então, é que na próxima reunião já tem uns ex-diretores do Banco Central convidados, então eu queria colocar em discussão e votação, tanto esse resumo dos bancos, principalmente dos cinco maiores para que essa Subcomissão tenha o conhecimento e também o convite ao procurador jurídico, Dr. Francisco José de Ciqueira, está em discussão. Em votação, aprovados os dois requerimentos.

Então, com a palavra ainda, algum dos nobres Senadores ainda tiver mais alguma pergunta, alguma colocação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu estava falando com o Senador Edison Lobão, que é meu guia, minha estrela guia em todos os segmentos, desde a hora que eu vim para este Senado, eu acho que a experiência dele da Administração Pública tem um valor enorme. Porque ele sabe pesar, classificar e não tem agressividade nas colocações que faz e a gente aprende muito com ele. É a gente esperar um pouquinho alguma coisa mais consistente, para no sentido maior de buscar a realidade e ajudar o Banco Central a solucionar esses problemas que se arrastam 10, 15 anos. Eu acho que alguém pega um processo, apresenta antes de liquidar. Acaba aposentando antes de liquidar o processo.

Então, isso fica uma interrogação. Porque tem hora que diz assim: Não, o Banco tal, os controladores do Banco Y, X, vão receber uma bolada em dinheiro muito maior do que ficou congelada.

Então, quem paga esse prejuízo, quem vai responder por esse montante amanhã, então são interrogações que estão aqui nesses papéis todos. Porque eu não vou perguntar, porque eu vou constranger sem nenhuma, sem nenhum resultado efetivo na resposta. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Pelo que tenho ouvido, nobre Senador Romeu Tuma, dos nobres pares, esta Subcomissão provavelmente será uma das primeiras a ser aprovada pela próxima Legislatura e eu acho que tornará quase que permanente pela importância e pelo benefício que pode trazer a esta Casa, ao Banco Central e ao País. Mas como o nosso mandato, como Parlamentar, encerra agora, nessa Legislatura e nós vamos ter mais três reuniões daqui para a primeira quinzena de dezembro, se Deus quiser, deixar o nosso trabalho, essa parte concluída aqui, desejo muita boa sorte, muita felicidades aos nobres Senadores que continuem prestando esse grande serviço ao País como V.Ex^a sempre faz. Com muito prazer, como assistente.

Então, aproveitando esse momento, eu tenho algumas perguntas a fazer aos nobres convidados. A primeira é que o HSBC ficou responsável por serviço de cobrança de créditos não transferidos, bem como o serviço de apoio a administração e operação do Bamerindus em intervenção. Por esse serviço o HSBC era remunerado em 3% dos valores de crédito de cobrança, acrescido de mais 6% dos valores efetivamente recuperados. Ou seja, os que tinham êxito chegavam a 9%. Com a experiência de V.Ex^{as}, essas taxas são razoáveis no mercado financeiro na atual conjuntura.

SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Primeiramente, eu quero, respondendo concretamente, Senador Aelton Freitas. Efetivamente, o HSBC por uma razão prática, a rigor, na época já que ele assumiu a parte boa do Banco Bamerindus, era razoável que ele continuasse com todo o sistema de cobrança, mesmo porque eram mais de três mil pontos de atendimento naquela oportunidade entre agências, postos de serviços e uma série de serviços prestados em todo o País e a liquidação, evidentemente, ela não tinha a menor condição nem do ponto de vista material, nem do ponto de vista jurídico de assumir todo esse trabalho.

Então, a assunção pelo Banco HSBC de todo o serviço de cobrança e do serviço de cobrança judiciais naquela oportunidade era o que se revelava mais adequado ao interesse da massa. Só para o senhor ter uma idéia, naquela oportunidade, existia cerca de

90 mil operações de crédito em cobrança no âmbito do Bamerindus. Eu confesso, quer dizer, ao senhor, sem nenhum constrangimento, eu desconheço qual é o índice de remuneração de que o HSBC tem em relação ao Bamerindus, o senhor me disse que seria 3% sobre o valor total da cobrança e mais 6% sobre o crédito recuperado. Quer dizer, eu realmente desconheço esses valores, não sei se o Irenaldo conhece, mas se você puder responder para mim, já que se trata de uma parte eminentemente operacional.

SR. JOSÉ IRINALDO LEITE DE ATAÍDE – Posso realmente, no início do processo de liquidação do Bamerindus, houve esse contrato com a previsão de percentuais nessas bases para a cobrança da cerca de 90 mil operações de crédito. E é razoável no sentido de que, se não fosse assim, o Bamerindus, embora tendo já fechado as suas agências, teria que manter a mesma estrutura de cobrança nos pontos, nos domicílios e nos lugares onde as operações de crédito foram geradas. O que significaria uma dupla estrutura de custos de modo que a liquidação seria muito mais onerada. O que o se fez? Na medida em que se vendeu as agências para o novo Banco, ele também levou o encargo de promover a cobrança por percentuais de 3%, 6%, realmente. Isso durou durante alguns anos, mas a partir de, se não me engano, de 2001/2002, já sobre a gestão do atual liquidante, esse contrato foi revisto, de modo que hoje o pagamento é feito por número de processo e apenas um percentual de êxito ao final. Essas bases se modificaram, eu não tenho os números recentes, evidentemente, mas poderia fornecer à Comissão se necessário. O liquidante demonstra com clareza de que houve uma redução grande nesses dispêndios, nessas despesas de cobrança. Agora, comparando realmente com despesa de cobrança de bancos que funcionam normalmente e que geralmente tem carteiras de créditos vencidos, inadimplidos, lançados a prejuízos, que vão para um setor de cobrança diferente, esses percentuais não são tão exagerados não, embora no caso concreto do Bamerindus esses percentuais já foram alterados, não existe mais essa remuneração de 3%.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Então eu queria pedir a V.S^a, juntamente com esse balanço resumido, principalmente das cinco maiores instituições que o nobre Senador Romeu Tuma solicitou e nos passasse o que aconteceu de 2001/2002 para cá, a título de esclarecimento. Isso, esse do HSBC e do Bamerindus. Doutor Gustavo, um outro caso bem parecido que a gente assusta com o número de cobrança, é, que eu acho que o senhor pode nos explicar bem. Conforme comprovados também em documentos, uma empresa contratada para adminis-

trar os processos judiciais pode ter custo tão distante como, por exemplo, o caso da rede ferroviária federal que também está em liquidação. A rede ferroviária fez recentemente uma tomada de preço para administrar dez mil processos entre os melhores escritórios de advocacia do País. E os valores oscilaram entre sessenta mil reais e cem mil reais por mês. Enquanto o Banco Central contrata, pelo que sabemos, sem solicitação, prestadores de serviço para exercerem a mesma atividade e os mesmos valores cobrados para administrar em média 3 mil processos, ou seja, 30% da rede. Quantias essas que ultrapassam a três milhões de reais por mês, ou seja, de 30 a 45 vezes mais. Quantias estas que ultrapassa a três milhões de reais. Será que somente escolhidos pelo Banco Central tem qualificação ou os da rede tem paridade ou não tem. Ou seja, trata-se de uma fraude de processo de liquidação? Por que a diferença tão discrepante? Repetindo, a rede contratou neste ano de 2006 os melhores escritórios de advocacia do País, colocou em licitação, e os ganhadores cobram entre sessenta e cem mil reais por mês, para fazer o mesmo tipo de trabalho, com 30% da demanda, o Banco Central está gastando em média três milhões de reais por mês.

SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Deixa eu entender um pouco, Senador. O Banco Central ou é alguma liquidação que nós estamos falando.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Liquidações, mas paga pelo Banco Central em várias empresas. No caso, em média de três mil liquidações que passa hoje pelo Banco Central?

SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Não, eu desconheço pagamentos no âmbito do Banco Central para esse tipo de cobrança, eu acho que o Banco Central...

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Se somarmos o que cada liquidante faz em cada instituição chega a ser esse número.

SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Ah, o senhor está falando no caso das liquidações, porque a pergunta ficou implícito que era cobrança do Banco Central, porque o Banco Central também cobra os seus créditos.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – As liquidações gastam três milhões por mês, enquanto a da rede está gastando de sessenta e cem mil reais por mês.

SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Especificamente no âmbito da cobrança.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – De liquidação, na cobrança.

SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Eu desconheço completamente esses nºs.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – E acompanhamento jurídico.

SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Eu desconheço completamente esses números, principalmente levando em conta o número que o senhor está me dizendo que é em torno de três mil processos. Só para o senhor ter uma idéia, o Bamerindus tem 90 mil processos de cobrança judicial, o Econômico tem cerca de setenta e tantos mil processos de cobrança judicial.

Então, eu realmente não sei que média é essa, eu gostaria até que depois o senhor pudesse me passar essa média que eu faço questão absoluta de verificar. O que eu poderia dizer para o senhor, quer dizer, a comparação, eu não sei se é adequada, entre a Rede Ferroviária Federal que é uma empresa comercial e um Banco desses em liquidação. O Banco tem um processo de cobrança, na realidade, muito mais difícil na medida em que ele cobra dinheiro, eu não sei que tipo de cobrança que a Rede Ferroviária faz e nem conheço os termos desse contrato. Mas que o eu posso dizer para o senhor é que essa disparidade provavelmente não deve existir e eu me coloco a inteira disposição para saber de onde que a Assessoria do senhor tirou esses números para que eu possa, dizer, sanar de uma vez por todas essas dúvidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – A nossa Assessoria colocará em vossas mãos ainda nesta semana, esse comparativo correto e eu pediria também a V.Exª que até a nossa penúltima reunião, que viesse para a gente voltar a discutir e procurar fazer no relatório final exatamente esse comparativo.

SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Perfeitamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Só mais uma pergunta, para ser bem objetivo. Se recentemente o senhor, com o Assessoramento do Dr. Irenaldo passaram a alegar que o passivo dos bancos em processo de liquidação teria correção diferente dos critérios que o senhor vinha adotando até então. Se tiveram, qual o total desse prejuízo causado ao Banco Central e conseqüentemente ao Tesouro? Visto que os senhores encerraram a liquidação de algumas instituições até o advento do novo procedimento.

SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Bem, posso...

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – A vontade, por favor. Se recentemente o senhor, com o Assessoramento do Dr. Irenaldo, passaram a alegar que o passivo dos bancos em processo de liquidação teria correção diferente dos critérios que o senhor vinha adotando até então. Qual o total

do prejuízo causado ao Banco Central e conseqüentemente ao Tesouro Nacional, vistos que os senhores encerraram liquidação de algumas instituições até o advento do novo procedimento.

SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE

– Perfeito.

Bem, então, vamos primeiro qualificar um pouco que não sou eu, muito menos o Dr. Irenaldo, nem nós dois em conjunto, que mudamos o entendimento. Não houve mudança do entendimento, na realidade, como eu tive a oportunidade de explicar logo no início, o Banco Central sempre tratou os seus créditos do PROER como uma correção com base nos índices contratuais. Enquanto isso não era possível, o Banco Central utilizou outra cláusula dos contratos do PROER que permitia a correção pela TR até quando esse processo tivesse definido. Quando a Procuradoria do Banco Central concluiu seus estudos jurídicos dizendo que o Banco Central poderia reconhecer na sua contabilidade aquele entendimento que já existia, a diretoria do Banco Central tomou essa decisão, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional. Então não houve nenhuma mudança de critério e não houve, até então, nenhum prejuízo do Banco Central entre as liquidações que foram levantadas, por quê? Porque nós ainda não levantamos nenhuma liquidação que envolvia empréstimo do PROER. Logo, se a gente não levantou nenhuma liquidação onde estivesse envolvido empréstimo do PROER. E essa mudança teve exclusivamente nos do empréstimo do PROER, não houve prejuízo, já que não foi tomado nenhum ato a respeito. E aumentando um pouco mais a minha resposta até para a gente clarificar o entendimento, o entendimento jurídico do Banco Central e da nossa procuradoria é de que os créditos do Banco Central, que são respaldados por garantias reais são corrigidos pelos contratos até o limite da garantia. Aqueles créditos onde não existem garantias reais, eles são corrigidos por TR até que o patrimônio se iguale. A partir do momento que o ativo ultrapassar o passivo, eles são corrigidos por TR mais juros legais. É esse o entendimento e sempre foi esse o entendimento. Então concretamente na pergunta do senhor, não houve prejuízo já que nós não levantamos nenhuma liquidação no âmbito do PROER.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Para concluir, como V.S^a disse sobre o PROER, os controladores entendem que ao ser ressarcido empréstimos feitos no âmbito do PROER, o Banco Central beneficiou-se em detrimento a outros credores e consideram que isso seja ao arripio(F) da lei. E, inclusive, ajuizaram uma ação nesse sentido.

V.S^a não entende que houve inconsistência legal no empréstimo do PROER?

SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE

– Não. No empréstimo do PROER, eu não acho que existe inconsistência legal. Muito pelo contrário, o PROER, ele foi feito naquelas circunstâncias que era absolutamente necessário, tendo em vista o momento por qual passava o sistema financeiro nacional e tendo em vista os problemas que tiveram os grandes bancos naquele período. É bom ressaltar que nenhum, nenhum dos clientes, pessoas físicas ou pessoas jurídicas, que tinham os seus valores naqueles bancos que passaram pelo processo de liquidação por problemas patrimoniais dele mesmo, foram prejudicados. Eu entendo que isso é uma opinião eminentemente pessoal, que se aqueles grandes bancos tivessem sido liquidados naquela oportunidade e todos os clientes perdessem os seus haveres, pessoas físicas, aposentados, pessoas jurídicas, grandes empresas, o mal teria sido muito grande no âmbito do País. Agora, o Banco Central muito pelo contrário, o Banco Central jamais se beneficiaria em detrimento dos outros credores. O Banco Central, segundo a lei 6024 é responsável exatamente na condução do processo de liquidação extrajudicial, uma das suas obrigações básicas é proteger os credores, todos os credores, inclusive o próprio Banco Central na medida em que alguns casos ele é credor também.

Então, quer dizer, nós em todos os processos conduzidos no âmbito do Banco Central de levantamento de liquidação, quer dizer, a nossa função básica é proteger os credores e sob hipótese nenhuma o Banco Central iria prejudicar algum credor. Apesar dele, enquanto órgão público, tem mesmo uma preferência legal aos seus créditos em relação aos credores quirografários na medida também que não as tem em relação aos trabalhistas, em relação aos fiscais conforme manda a lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Eu dou por satisfeito. Consulto ao nobre Senador Edison Lobão, se tem mais alguma pergunta, alguma colocação. Aos nobres convidados, se queiram fazer mais alguma colocação. Então a presidência encerra... Está encerrada a lista de inscrição, a presidência encerra essa reunião e agradece muito a presença, a participação e a colaboração de V.Ex^{as}, muito obrigado pela oportunidade.

SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE

– Muito obrigado também, Senador.

Sessão encerrada às 16h17

Ata da 2ª Reunião da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de novembro, de 2006, às 14:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às quinze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e dois de novembro do ano de dois mil e seis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aelton Freitas, reúne-se a Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, com a presença dos Senadores Edison Lobão, Valdir Raupp e Delcídio Amaral e, ainda, do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Romeu Tuma, tendo falta justificada em virtude de missão oficial do Senado Federal, e Fernando Bezerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos com a realização de Audiência Pública tendo como convidados os Senhores Carlos Eduardo de Freitas, Luiz Carlos Alvarez e Cláudio Mauch, ex-Diretores do Banco Central, e Francisco José de Siqueira, Procurador-Geral do Banco Central, tendo como finalidade prestar esclarecimentos a respeito da Liquidação das Instituições Financeiras, em atendimento aos Requerimentos nºs 03/05-CAELIF, e nº 01/06-CAELIF, respectivamente. A Audiência é realizada com a presença dos Senhores Carlos Eduardo de Freitas, ex-Diretor do Banco Central, e Francisco José de Siqueira, Procurador-Geral do Banco Central. Após a exposição dos convidados, usam da palavra, para interpelá-los, os Senadores Paulo Paim, Edison Lobão e Aelton Freitas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e sete minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Aelton Freitas**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Havendo número regimental, pelo menos na lista de presença, porque hoje é um dia onde estão sendo aprovadas várias Comissões de Orçamento e também há uma CPI concomitantemente com a nossa reunião, mas declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária da Liquidação das Instituições Financeiras, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária e da 52ª Legislatura.

Hoje, 22 de novembro de 2006, o que estava previsto para as 14h00, acontecendo agora às 15h21, na Sala de Reunião nº 19, da Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Aprovada. Será publicado no Diário do Senado Federal, juntamente com os seus registros de estenotipia informatizada. Eu não coloquei em votação, mas como teve a anuência do nobre Senador Edison Lobão, nós consideramos aprovada a ata anterior.

Audiência Pública com a participação dos senhores Carlos Eduardo de Freitas e do Sr. Luiz Carlos Alvarez, Cláudio Mauch, ex-Diretores do Banco Central e também do Dr. Francisco José Siqueira, Procurador Geral do Banco Central, a fim de prestar esclarecimentos a respeito da Liquidação de Instituições Financeiras em atendimento aos Requerimentos nº 03/05-CAELIF E nº 01/06-CAELIF, respectivamente.

Os convidados já se encontram presentes. Desde já pedimos desculpas pela demora do início dos nossos trabalhos e solicito ao Secretário que conduza o Sr. Carlos Eduardo de Freitas, ex-Diretor do Banco Central e o Sr. Francisco José Siqueira, Procurador Geral do Banco Central, ao Plenário da Comissão e também à mesa aqui ao nosso lado direito.

De acordo com o Art. 94, § 2º, Inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará às seguintes normas: Os convidados farão uma breve exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos nobres Senadores. Se encontra presente o nobre Senador Edison Lobão, mas temos o compromisso de vir outros Senadores que se encontram na Comissão de Orçamento.

O nobre Senador Paulo Paim que acaba de chegar e ter a felicidade de ter o seu relatório aprovado agora na Comissão de Educação. Eu quero parabenizá-lo porque 105 emendas, conseguir sintetizar em cinco e ter a aprovação unânime do Plenário, parabéns nobre Senador Paim. Agradecemos muito pelo seu trabalho e pela...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só o fiz porque tive o apoio de V.Exª., do Senador Lobão e de tantos outros que ajudaram muito, pela importância que é a Educação para o nosso País, a sensibilidade foi de todos.

A Comissão são 27 Senadores, cinco abriram mão inclusive, inclusive o próprio Presidente da Comissão abriu de duas Comissões para que a gente pudesse aprovar o relatório de manhã. Parabéns a V.Exª., V.Exª. estava lá e deu uma bela contribuição para o acordo. Muito obrigado a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Muito obrigado e agradeço a presença

de V.Ex^a. aqui nessa Subcomissão que também é tão importante para o nosso País.

Mas os convidados farão uma breve exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos.

A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, com preferência para o autor do requerimento. O interpelante dispõe de três minutos, assegurado de igual prazo para resposta do interpelado.

Com a palavra, o primeiro convidado, Dr. Carlos Eduardo de Freitas, ex-Diretor do Banco Central para fazer a sua exposição.

SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS – Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Aelton Freitas, Srs. Senadores Edison Lobão, Paulo Paim e demais autoridades presentes, Dr. Siqueira.

Eu queria iniciar, Senador, cumprimentando V.Ex^a. pela iniciativa de organizar essa Subcomissão e essa Audiência Pública.

A prática de Audiências Públicas ao que sei, é uma prática comum, por exemplo, no Congresso Norte Americano, que é a maneira pela qual especialistas, funcionários do Governo, especialistas do setor privado podem trazer ao Parlamento que no fundo é o foro da nação as suas opiniões, seus esclarecimentos, seus pontos de vista, porque fizeram uma coisa, porque não fizeram, porque deixaram de fazer, como é que corrigiram.

Então, eu queria cumprimentá-lo. É muito importante, eu agradeço.

Já saí da Diretoria do Banco Central já há três anos e meio, até um pouco mais, de maneira que há muito tempo não tinha oportunidade de vir aqui, agradeço a V.Ex^a. a oportunidade de debater aqui no Senado.

Eu vou diretamente à questão de Liquidações. Eu tive ocasião de ocupar na Diretoria do Banco Central nessa minha passagem) – eu tive uma passagem anterior, na década de 80, onde durante três anos dirigi a área externa do Banco.

E, nessa minha última passagem a partir de dezembro de 99 até a minha saída em maio de 2003, eu respondi por essa área de Liquidações Bancárias. Uma área complexa, difícil, como todos os senhores sabem.

E eu acho que um ponto que eu queria comentar, que eu vou me concentrar na minha exposição, não sei exatamente quanto tempo eu tenho, mas vou procurar ser breve é a questão do PROER, para esclarecer alguns pontos que me parecem de suma importância.

As Liquidações, como todos sabem, quer dizer, um Banco vai para a Liquidação porque ele tem uma

estrutura de ativos fragilizada e tem um conjunto de passivos e um patrimônio líquido negativo.

Então, é necessário liquidar, monetizar esses ativos para pagar os passivos até o ponto em que for isso suficiente. Em havendo insuficiência, há ação de responsabilidade contra os ex-Administradores e, hoje em dia, também acionista, acionistas controladores procedem para arresto de bens que houver necessidade. Se não, simplesmente a Liquidação se encerra, os passivos recebem juros de TR até o momento da igualação do ativo com o passivo, a partir dali recebem os juros contratuais ou o que seja. Esse é o regime normal, as Liquidações têm se encerrado nessa linha.

Muitas nós temos que requer falência, a Procuradoria requer a falência, em alguns casos temos um êxito imediato em outros demora mais, esse processo leva algum tempo isso...

O PROER. PROER introduziu duas novidades. Duas novidades Sr. Presidente, a primeira é que o PROER introduziu ativos bons nas massas.

No momento em que aqueles Bancos vinham com dificuldades, receberam empréstimos do Banco Central para poder passar sua parte boa aos novos, vão se manter a higidez do Sistema Bancário Brasileiro, eles, como parte desses empréstimos, eles compraram garantia sob a forma de Títulos do Tesouro de várias naturezas: Dívida Externa, da Dívida Interna, do Fundo de Compensação de Variações Salariais, etc. etc.

Então, essa foi a primeira novidade. Aquilo que era incomum passou a ser uma possibilidade, quer dizer, os títulos eram bons, eram títulos contra o Tesouro, tinham uma taxa de juros mais baixa, naturalmente um deságio em mercado. Abro um parêntese, se me permite V.Ex^a., isso costumou-se até chamar de “moeda podre”. Essa moeda nunca foi podre! Eram Títulos do Tesouro pagos normalmente. Vamos dizer, apenas eles cursavam uma taxa de juros de Copom menor que a taxa de juros de mercado, então eram negociados com deságio.

Então, a primeira novidade que os Bancos sob liquidação extrajudicial no pré introduzem é o ativo que pode ser bom. O que isso muda em relação às outras Liquidações?

Muda no sentido de que abre-se uma possibilidade de que o ativo consiga pagar o passivo, a taxa de juros TR e haja um excesso. Haja um excesso que pertence, eu não tenho a menor dúvida, pertenceria e pertence aos credores não aos acionistas.

O Art. 129, da antiga Lei de Falências reproduzido...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Elton e Sr. Carlos, como eu tenho que sair, eu tomei a liberdade de fazer um aparte a V.Ex^a. para lhe explicar.

Esse assunto do PROER, por exemplo, é um assunto importantíssimo que a gente fala tanto do PROER. Eu mesmo: “Ah, o PROER, para os Bancos e tal”.

E V.Ex^a. está dando explicações que essa Casa precisava ter recebido há muito e muito tempo, é muito importante. Então, eu tenho que abrir um espaço na biblioteca destinado aos deficientes. Estou aqui o pronunciamento em braile, para o senhor ter uma idéia. E é agora nesse momento.

Como eu tenho que ir lá, eu vou ver ter que sair, eu sei que outros Senadores virão aqui, mas eu gostaria muito muito que a gente recebesse as palestras de ambos para que a gente possa conhecer mais um pouco a história do PROER, com o carinho e respeito de V.Ex^a. que eu sei que o fez com a maior responsabilidade.

Eu só quero registrar, eu que muitas critiquei gostaria muito muito de saber mais. Então, eu peço de desculpas aqui de público porque eu vou ter que ir lá na biblioteca abrir esse espaço para os deficientes.

Parabéns a ambos e parabéns a V.Ex^a. Senador Lobão e nós, é claro, que tomaremos...

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Agradecemos a presença de V.Ex^a. e sabemos da correria que está e o movimento que está na Casa hoje.

SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS – Coloque-me a vossa disposição quando quiser e...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Gostaria muito.

SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS – Estou às ordens, estou baseado aqui...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu vou pedir à taquigrafia que nos consiga depois a sua palestra e também a do Sr. Francisco.

Muito obrigado, desculpe a interrupção.

SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS – Obrigado pelas suas palavras generosas.

Então, isso introduz essa que é uma possibilidade nova.

Dizia eu, sem dúvida alguma o Art. 129 da antiga Lei de Falência reproduzido na nova ele é claro, ele diz o seguinte, que se a massa comportar, se massa comportar o pagamento do principal e dos juros, será restituída ao falido a sobra que houver. Ou seja, se ela comportar o pagamento do principal e dos juros, quer dizer, ela paga também os juros, o que então e só o que então sobrar é que será restituído ao falido. Senão, nós iríamos ter as sobras beneficiando o falido, o que seria um contra-senso.

Sr. Presidente, se me permitir, eu não consegui tirar... Esse aqui é um artigo que eu publiquei no Jornal do Brasil em 21 de agosto de 2002. Eu queria pedir a

V.Ex^a. se pudesse mandar tirar um cópia eu gostaria de deixar.

Por que isso é importante, se me permite? É importante registrar para mostrar que a posição do Banco Central é una. Aperfeiçoamentos houve, eu vou chegar lá.

O Dr. Antônio Gustavo, que me sucedeu na Diretoria, adotou uma estratégia diferente. Ele aperfeiçoou a estratégia para perseguir) – o Dr. Siqueira poderá explicar isso com mais brilhantismo e com mais sapiência e sabedoria do que eu, mas com a mesma... O importante é registrar, quer dizer, 21 de agosto de 2002, jamais, em momento algum, o Banco Central pensou ou imaginou encerrar Liquidações pagando juros de TR. Jamais.

Então, ali nós tínhamos esse pensamento. Ou seja, com base no Art. 18 da Lei 6024, diz que na decretação da liquidação extrajudicial, o item “b” diz: “Não haverá fluência de juros, mesmo que estipulados contra a massa enquanto não integralmente pago o passivo”. Isso é pacífico.

A Lei de Falências ela vai dizer no 129 isso, que se sobras houver, elas só pertencerão ao falido depois de pagos os empréstimos, os passivos de acordo com as taxas de juros contratuais.

Mas o Dr. Siqueira explicará que o Art. 26 da Lei de Falência, eu estou falando da antiga Lei de Falências, isso tudo está replicado na nova. O Art. 26 diz que contra a massa não correm juros, mas no Parágrafo Único excetua dessa disposição os empréstimos que é em garantia.

Então, foi a segunda novidade que as operações do PROER introduziram passivos ficou em garantia. Então, Sr. Presidente nós temos um quadro dúbio, como é do gosto dos Advogados. Suscita a celeuma, o debate, o raciocínio, as teses e tudo que nós estamos falando aqui são teses judiciais, teses jurídicas. As Cortes é que decidirão, ao final, quem vai ficar com o quê. Nós estamos falando aqui em tese em posições forenses. Então, é importante reproduzir isso é para mostrar.

Quer dizer, a minha visão enquanto Diretor com a Procuradoria, com o Departamento de Liquidações, nunca ninguém inventou absolutamente nada, a minha foi “não”. Olhei, para o 129, Não olhei para o 26. Olhei para o 129 e digo: “Bom, se a Lei 6024 não tem a exceção que tem a Lei de Falência, a aplicação subsidiária se fará apenas naquilo que a 124 é omissa”, que seria no caso das sobras. Bom, esse foi um raciocínio.

Discuti eu, a meu tempo, uma estratégia, ou seja, o 129 ou o 26, não, isso eu não discuti. O 26, a idéia da garantia não esteve presente na discussão. Não se cogitou disso, eu não cogitei e fui direto para a visão do 129, que me pareceu adequada.

Muito bem. O que acontece? E, nessa linha, eu levei à Diretoria Colegiada do Banco Central um voto de princípios. E depois, numa Liquidação específica, a Liquidação do Banco Mercantil, nós propusemos encerrá-la dessa forma, ou seja, haveria o encerramento com o pagamento do incontroverso e as sobras que iriam ser depositadas em juízo para saber de quem eram. Segundo nós, do Banco Central, pertencia aos credores. Segundo os acionistas, pertencia a eles acionistas.

Evidentemente, isso iria pegar todas as sobras quaisquer que elas fossem, porque os créditos do Banco Central, do PROER, fluíam juros, a taxa da garantia que são esses títulos mais uma margem de 2%. Então, se prevalecesse essa tese nas Cortes, voltaria tudo para o Banco Central, que era o principal credor.

Bom, sucedido... Isso foi aprovado, havia um problema que eu vou entrar nele depois, um pequeno problema. O controlador do Banco Mercantil pediu um adiamento de 90 e ele tinha lá, o voto aprovado inclusive dava a ele 90 dias, ao que eu posso me recordar. Ele pediu um adiamento, que eu concedi.

Posteriormente, eu saí da Diretoria, ele pediu um segundo adiamento que meu sucessor também concedeu, aí ele voltou com uma proposta nova. Quando eu... O Banco Central surgiu e disse: “Não, não é no 121. Não é nas sobras não, posso eu aplicar subsidiariamente a Lei de Falência em cima do 26) – ou seja, em cima das... Se tem garantias, os créditos garantidos terão juros sim e se esgotarão na própria garantia”. E essa tese então foi a tese esposada. Ela persegue exatamente o mesmo objetivo.

Tomando emprestadas as palavras de um colega meu ilustre, “a matriz é a mesma”. A matriz é a mesma. Então, isso é importante ficar claro. Conversando ali com meus amigos jornalistas e os colegas do Banco Central, eu dizia exatamente isso, Sr. Presidente. A Administração Pública ou privada é um trabalho diuturno. As pessoas não acreditam muito nisso, mas não há essas coisas, esses espasmos.

Nós não habituamos com isso à época da inflação galopante, então nós tínhamos espasmos de política econômica, depois entrávamos e ficávamos, se me permite o termo, jiboiando, parados. Não. A Administração é todo dia. E todo dia ela se aperfeiçoa. Todo dia são vistas, são descobertas novas oportunidades, novas maneira de ver.

E a Administração Pública, o antigo Procurador Geral Adjunto do Banco Central aqui presente me ensinou: “A Administração Pública ela pode sempre corrigir, mudar os seus atos, aperfeiçoá-los”. Então, isso eu queria deixar muito claro, Presidente.

E me perguntará V.Ex^a.: “Bom, mas o senhor não viu. Antes o senhor visse e tivesse levado isso. Como é que o senhor agiria?” Eu disse: “Olha, fazer história contra-factual é muito complicado, muito difícil, mas eu não sei, eu talvez optasse por essa segunda”. Se ele estivesse sendo trazida, infelizmente eu não discuti, não. Eu gosto muito e sempre gostei no Banco Central de submeter às idéias a uma discussão. Eu faço a advocacia do diabo, eu vou para um lado, eu vou para o outro. Eu estou formando o meu convencimento. Eu preferi não discutir. Se tivesse discutido, eu talvez não...

Ela tem três vantagens em relação à minha solução. Ela tem três vantagens. A primeira vantagem é aquele ponto que eu não toquei e queria tocar. Ela elide uma discussão, é claro que depende dela ser aceita, o Banco Central não tem decisão, porque os controladores podem reagir, podem se insurgir contra essa tese e recorrerão à Justiça. Isso é normal numa democracia, não tem nenhuma novidade em relação a isso. Mas ela elide uma discussão sobre o valor dos Títulos.

Por que isso é importante? Esses papéis não têm mercado claro. Se o senhor for comprar uma ação da Companhia Vale do Rio Doce, o senhor vai agora. O senhor liga ali e o senhor sabe quanto é que ela vale. Se o senhor for comprar uma LFT, o senhor liga ali, o senhor sabe quanto ela vale. Esses são títulos longos, têm um mercado restrito, há um problema de avaliação.

Eu cheguei a encarar e me... Felizmente eu não tive que decidir. Eu não tive que chegar a decidir. Mas quando nós aprovamos a ordem da Diretoria, eu chamei o Dr. Elói e disse: “Bom, como é que a gente faz com o valor? Eu queria guardar os Títulos todos”. Não, vamos encerrar e vamos guardar os títulos”. Ele disse: “Não pode”. O Dr. Elói me disse: “Não, não pode, Diretor. O senhor tem que fixar um valor”. Eu falei: “Bom, então vamos vender”.

Aliás, abro um parêntese: Eu vinha tentando fazer um leilão desses papéis há muito tempo e não conseguia muito por objeção dos controladores, usando, se me permite o Dr. Siqueira, a máxima latina de *valet quantum vendi potest*. Quer dizer, os bens valem por aquilo que você pode vender.

Esse é um ponto que nós discutimos muito ao tempo dos processos de desestatização. Ele dizia: “O banco vale isso”. Eu digo: “Não. *Valet quantum vendi potest*, Ponto. Não tem discussão. Vale o quanto o senhor pode vender. Então, tentei realmente me insistir e fazer, porque o leilão aberto, honesto, claro, como todos os leilões que nós sempre fizemos no Banco Central, como sempre foram feitos, não por mim, por

todos, daria um valor claro ou teria um valor monetário. Isso não foi possível.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Boa tarde. Boa tarde, tudo bem?

SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS – Boa tarde. Então, isso não foi possível e nós tínhamos então... O controlador pediu: “Não, vamos avaliar os Títulos”. A avaliação poderia me criar um problema. Se os Títulos fossem sub-avaliados, as sobras seriam sub-avaliadas e eles ficariam em garantia de uma sobra sub-avaliada. Isso poderia gerar um ganho espúrio, um enriquecimento sem causa para o controle.

Isso me preocupou, isso me preocupou. Eu discuti, fui pra frente, fui para trás, não consegui encontrar solução. Não tive que decidir. Não tive que decidir porque o controlador pediu o adiamento. Então, o problema se resolveu por si próprio.

Então, esse é um problema que a nova, a nova estratégia do Banco Central elide essa discussão. E elide mesmo que nós tivéssemos que fazer um leilão. Um leilão de um papel que não tem um mercado claro é complicado. Então, esse foi um ponto que, a meu ver, talvez a nova estratégia seja a melhor.

Bom, segundo, ele trava a Liquidação, porque ele diz: “Não, eu só vou aceitar a Liquidação quando eu receber as garantias”. Então, ele evita que se liberem os bens em caso de sobras potenciais que os bens dos ex-controladores sejam liberados. Então, eu acho que é uma segunda vantagem que a alternativa tem.

E a terceira que é mais defensiva, não sei se posso dizer isso, mas se ela não der certo... Se essa tese não prevalecer, a tese do 26, tem a tese do 129. Essa eu acho indiscutível. Essa eu acho indiscutível. Se não se pode discutir a do 26, não precisa do 129. Então, ela é mais defensiva porque ela interpõe.

Então, por essas três razões, se tivesse aflorado ao tempo de 2002, essa alternativa eu teria considerado, eu teria discutido pelo menos em grande profundidade.

A outra alternativa inicial? Perfeita, correta, juridicamente adequada, eticamente perfeita, com a mesma matriz. Não me arrependo em nenhum momento de ter seguido por aqui.

Mas voltando, quer dizer, a idéia do aperfeiçoamento, o Banco Central continua a trabalhar e nesse continua, talvez até se ele tivesse lá a continuar, tivesse chegado à mesma conclusão.

Então, esse ponto, Sr. Presidente, que eu queria deixar muito claro desde o início, eu acho que seria o ponto mais sensível, mais importante que eu teria a dizer. Agradeço à V.Ex^a. o tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Nós é que agradecemos e, com a

palavra, o segundo convidado, Dr. Francisco José de Siqueira, Procurador Geral do Banco Central, para fazer sua exposição.

SR. FRANCISCO JOSÉ DE SIQUEIRA – Obrigado, Senador Aelton Freitas, Senador Edison Lobão, Senador Valdir Raupp. É um prazer estar com os senhores aqui e poder trazer da parte da Procuradoria Geral do Banco Central os esclarecimentos que esta Subcomissão julgue necessários para bem se desencumbrar da missão que abraçou na avaliação desses processos de liquidação extrajudicial ou do regime que vigora em algumas dezenas de instituições financeiras ou do mercado de modo geral.

Sem uma intenção professoral, eu pediria vênia ao Ilustre Presidente para fazer uma abordagem do ponto de vista da evolução legislativa em matéria de liquidação extrajudicial a partir dos anos 30 por um decreto posto pelo Governo Vargas logo depois de assumir num regime revolucionário.

Uma preocupação, evidentemente, que vinha ainda do século passado, em que se dera conta o Governo Imperial ainda, de que o tratamento legal a ser dado a uma instituição financeira em situação de dificuldade de liquidez não se poderia comparar de uma empresa qualquer do mercado, dada a natureza das operações desempenhadas pela instituição financeira e dada a natureza da clientela com quem ela trabalha.

Já ali em 1930, instituído o Regime de Liquidação, o legislador instituiu uma falência fora de juízo, me permitam, não é uma aleivosia, mas só para melhor compreensão dessa linguagem, e atribuiu então a uma Inspeção Geral de Bancos a condução desse processo, abraçando a legislação falimentar apenas de forma suplementar para conduzir o processo na habilitação do crédito e na satisfação dos credores com a realização do ativo e o pagamento dos passivos.

Nos anos 40, houve um revigoramento dessa legislação pelo Decreto-Lei nº 9228, de 1946, que veio logo em seguida ao Decreto-Lei de Falência, que era o Decreto-Lei nº 7661 do ano anterior.

E o legislador aí não inovou e nem era necessário. Ele fez remissão expressa ao processo de falência como de aplicação supletiva ao Regime de Liquidação e atribuiu ali a recém criada Superintendência da Moeda e do Crédito, antecessora do Banco Central, o papel de decretar esse regime e conduzir o processo.

Tínhamos ali já uma preocupação do legislador com a apreensão do patrimônio dos administradores e controladores para satisfazer eventuais faltas ou insuficiências de patrimônio para atender aos credores da instituição financeira.

E ali já se dava não ainda um processo de indisponibilidade de bens que só surge mais recentemente

no final dos anos 60, mas um regime de arrecadação de bens à semelhança do que ocorria no processo de falência e o arresto judicial desses bens por proposta da Superintendência da Moeda e do Crédito. O regime ali era ainda incidente sobre a modalidade da culpa genérica em que se avaliava se o administrador tinha tido culpa na realização dos atos de negócio de que resultara o insucesso da instituição.

Nos anos 50, em 1953 mais precisamente, com a volta do Governo Vargas, ali instituiu-se uma legislação sobre regime de responsabilidade de administradores e ali se estabeleceu já uma disciplina mais clara a respeito do alcance da responsabilidade deles) – essa lei cuidava especificamente de responsabilidade) – para que os investidores, poupadores, aplicadores das instituições tivessem maiores chances de haver os seus créditos confiados à banca de então.

Em 1964 surge o Banco Central, criado o Conselho Monetário, o Banco Central pela Lei nº 4595, cujo Art. 42 declarou expressamente que a partir dali, por alteração dada ao Art. 2º da Lei nº 1808 de 53, a responsabilidade seria objetiva, não mais se pequiriria a respeito da culpabilidade do administrador de instituição financeira, porque o legislador entendeu que essa culpa era presumida: Presume-se que você tenha culpa. Prove o contrário.

E veio, no final dos anos 60, em 1969 mais precisamente, no Governo Costa e Silva ainda, um Decreto-Lei instituindo aí sim o regime de indisponibilidade. Esse regime se agregava à legislação existente sobre liquidação extrajudicial, estabelecendo que os bens dos administradores – do controlador ainda não, só surgem mais recentemente – mas os administradores que tivessem exercido seu múnus na instituição durante os últimos 12 meses ficavam automaticamente com seus bens indisponíveis, acautelados por lei e postos à disposição do Judiciário para que fossem apreendidos, avaliados, alienados para satisfazer aos credores da instituição quando concluído o inquérito realizado pelo Banco Central se desse pela insuficiência de patrimônio da massa para satisfazer ao universo dos credores.

Em 1974, essa Casa aprovou a lei ainda vigente de que falou o ex-diretor Carlos Eduardo de Freitas, consolidando toda essa legislação produzida desde os anos 30 e criando um Estatuto da liquidação extrajudicial e, novamente, por seu Art. 34, fazendo expressa remissão à Lei de Falência para não trazer para o bojo da nova lei toda uma disciplina do processo concursal, do processo habilitatório de crédito, declaratório, o julgamento do crédito, os recursos, a arrecadação dos ativos, a apuração e a realização do passivo, o legislador remeteu expressamente à Lei de Falência. Aplicam-se as disposições da Lei de Falência às situações de Li-

quidação em tudo que não contrarie a Lei nº 6024 de 74. Essa é uma disposição ainda vigente.

Veio de persalto marcada a década e estamos nos anos 70, vamos para o Governo Sarney que produziu uma legislação muito rica em termos de experiência em regime de intervenção no sistema financeiro, criando uma legislação que se adequava à solução de liquidez de Bancos oficiais, principalmente o Decreto-Lei nº 2321 de 1987, e logo em seguida, também, uma legislação que acabou sendo coroada pela Constituição que viria no ano seguinte, estabelecendo o princípio da correção monetária para determinados passivos de instituições financeiras, porque a Lei nº 6024 vinha de uma herança comparativa com a legislação falimentar e não previa o pagamento de correção monetária e tão pouco de juros se a massa não fosse suficiente para suportá-los.

E aí é suponível que a gente poderia encontrar em termos de cenário numa inflação galopante que vivemos durante muito tempo o proveito que muitos administradores de instituições financeiras e controladores tiveram. Por quê? Os ativos estavam corrigidos a preço de mercado e os passivos represados sem correção alguma.

E havia, o Dr. Carlos Eduardo falou bem isso, um grande interesse dos próprios administradores e controladores, acionistas, enfim, de travarem o processo mesmo, porque quanto mais demorasse esse processo, tanto mais lhes favorecia. Não havia correção monetária dos passivos, dos ativos sim, a valor de mercado.

A Carta de 1988, pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mais especialmente no Art. 46, estabeleceu uma disciplina, se me permite Senador, só uma leitura para compreensão do texto. Alguém me censurou ali antes se eu iria ler com óculos, eu vou tirar porque eu não leio de perto com óculos: “São sujeitos à correção monetária desde o vencimento até seu efetivo pagamento sem interrupção ou suspensão, os créditos junto à entidades submetidas aos regimes de intervenção ou liquidação extrajudicial, mesmo quando esses regimes sejam convertidos em falência. O disposto nesse artigo diz o Parágrafo Único – aplica-se também às operações realizadas posteriormente à decretação dos regimes previstos no caput do Art. 46. As operações de empréstimos, financiamento, refinanciamento, assistência financeira de liquidez, cessão ou sub-rogação de créditos ou cédulas hipotecárias, efetivação de garantias de depósitos públicos, compra de obrigações passivas, inclusive as realizadas com recurso de fundos que venham a ter essa destinação”.

Qual a razão dessa transcrição? É para lhes dizer exatamente o seguinte. O legislador constituinte instituiu o princípio universal da correção monetária para os

passivos de empresas submetidas a regime especial. A partir dali, dúvida mais não houve a respeito desta incidência plena de correção monetária.

Os juros sim, por remissão expressa ao Art. 26 da Lei de Falência antiga, o 124 da lei atual, são pagos se houver sobras, salvo no caso de garantias reais, hipótese em que as garantias são discutidas são discutidas, são executadas e os juros pagos até o limite em que elas suportem.

Essa situação que discutimos nesse contexto quando falamos de operação de PROER ou operações não cursadas pelo PROER, enfocando já essa questão das instituições financeiras de que tanto a imprensa fala ultimamente.

Então, nós temos as duas situações. Temos operações cobertas por essa legislação porque financiamentos concebidos mediante garantia dentro do Programa do PROER e operações outras sem garantia, providas de um tipo de assistência relacionada com saque na conta reserva bancária e outro tipo de coisa corrigida apenas com base no princípio da Lei nº 8177, de 1991. Este é o dilema que se coloca: Corrige-se de uma forma, de outra não, e que leva a uma preocupação a que o Banco Central teria mudado o critério de correção de que também falou o ex-Diretor.

Nas operações do PROER, nós celebramos contratos, então temos um ato jurídico perfeito firmado entre as partes com agasalho no texto constitucional. E temos, onde não haja o contrato, a incidência de uma norma para igualmente prover meios para satisfação de créditos de investidores diante da uma situação de *default* da instituição em que num quadro como noutro há um ilícito contratual ou extracontratual de natureza civil a ser reparado.

Eis que, portanto, em matéria de PROER, que é um grande foco de que tanto se fala e se discute pela imprensa mais modernamente a respeito do *peace*(F) dessa mudança de regra, não houve mudança de regra alguma. Há um contrato celebrado que estabelece a constituição de uma garantia e porque constituída mediante títulos em sua grande maioria sem uma cotação pronta de mercado, as partes estabeleceram que na necessidade de quitações intercorrentes ou de apropriações de valores do curso da Liquidação, far-se-ia uma Liquidação, não quitação, mas uma liquidação provisória com base na TR até que se apurassem efetivamente os valores constituídos por aquelas garantias.

E o Banco Central, nesse contexto, autorizou um tipo de contabilidade que visualizava a cláusula provisória de “pode contabilizar”. Eu não estou renunciando direito até porque, indisponível o patrimônio público, não poderíamos renunciar? E, mais recentemente, reavaliada bem essa situação e valorizados esses papéis,

o Banco Central reexaminou a questão e foi sim aprovado pela Procuradoria Geral um parecer, aprovado por mim, estabelecendo que esta contabilização de operações garantidas do âmbito do PROER poderia fazer-se sim com base nos contratos, apropriando-se na contabilidade os valores das garantias e fazendo-se provisões dedutivas de acordo com as boas práticas contábeis aconselhadas por nossos contadores, nossos profissionais na matéria. Então, em linhas gerais, este é o problema que se levanta ou que sobressai nesse contexto.

Temos sim algumas demandas de natureza judicial, a Procuradoria Geral presta aos dirigentes da Casa o assessoramento legal, de natureza preventiva no acompanhamento dos atos administrativos praticados e defende em juízo a autarquia quando haja qualquer demanda qual seja a situação de que falamos aqui. Nós nos defendemos.

Existem decisões ainda em grau de recurso que sinalizam pelo menos uma delas na direção do interesse de controladores nessa matéria. Dizem: “Não, é TR mesmo”. Mas nós nos reservamos o momento de sustentar isso no âmbito do STJ, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, há recurso já admitidos pelo Tribunal Regional Federal, um para o STJ e outro para o Supremo e nós vamos defender a autarquia nesses dois pretórios, nesses dois Tribunais, como é da tradição da Casa. E esperamos, o Poder Judiciário vai dizer, num determinado momento, qual é o direito, a face da matéria, do argumento que levamos nesse processo.

Sei que desse contexto os senhores legisladores acabam em algum momento se impacientando com o rito do processo. Nós herdamos um pouco isto de uma prática em que mesmo modernamente, mesmo atualmente, se você sinaliza com um leilão de venda desses títulos, podem ter certeza que o grupo de controle logo: “Espera aí, vamos esperar, avaliar melhor”. Por quê? Como são papéis sem cotação líquida de mercado, a tendência é que o mercado diga um preço qualquer e há uma álea, há uma incerteza sobre esse valor. Então, quanto mais haja uma demora na realização do ativo e quando mais o vencimento desses papéis se aproxime no tempo, que muitos deles são de longo prazo, mais também o valor de mercado tende a se aproximar do valor nominal, porque há um momento em que o valor de mercado, que seria no resgate, acabaria sendo igual ao valor nominal.

E há benefícios que se possa avaliar, digamos, nessa visão, eu acho que os controladores, os ex-administradores têm suas razões, questionem e caberá ao Judiciário finalmente dizer com quem estará a razão.

Quero deixar aqui também um registro de que nós temos uma preocupação com a necessidade da

mudança dessa legislação, até porque a nova Lei de Falência, a Lei nº 11.101 de 2005, aprovada por esta Casa e já em vigor, novamente estabelece, numa de duas disposições a aplicabilidade das normas de falência, aí já na via inversa, não foi a Lei de Liquidações dizendo: “Que aplique-se a Lei de Falência”. O legislador disse: “A Lei de Falência se aplica”, declaradamente até que o Congresso produza uma lei específica para Liquidações Extrajudicial em substituição a esta que aí está.

Era esta a mensagem que eu queria trazer, Senador Aelton Freitas, Senador Lobão e estou à disposição dos senhores para responder as preocupações, as indagações, voltados, sobretudo, à minha área, à área jurídica do Banco, evidentemente, os questionamentos de natureza jurídica, eu estaria muito à vontade para respondê-los aos senhores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Com a palavra, o primeiro orador, nobre mestre nosso aqui nesta Casa, minha referência, Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Muito obrigado, Sr. Presidente, sobretudo pelas referências imerecidas de V.Ex^a. a esse seu colega.

Sr. Presidente, Dr. Carlos Eduardo de Freitas, com quem convivo há muitos anos e de quem tenho a honra de ser amigo. Dr. Francisco José de Siqueira que hoje dirige a Procuradoria do Banco, é reconfortante para todos nós brasileiros, ouvir uma dissertação tão profunda como a que acabamos de ouvir, seja de um ex-Diretor do Banco, Diretor por duas vezes, seja do atual Procurador Geral dessa instituição extraordinária. Homem dotado de grande espírito público, patriotismo, competência técnica, talento intelectual, conhecimento jurídicos.

Este país nosso, há 40 anos, na verdade, era um território. Pouco mais do que isto. Um território com uma população de 60 milhões de habitantes. Uma legislação confusa, uma economia que balançava ao sabor das ondas, até que veio a Revolução em 64. E, com ela, o primeiro Presidente da República, Castelo Branco, teve a felicidade de nomear um dos homens mais talentosos que eu já conheci na minha vida, o Prof. Roberto Campos.

O Prof. Roberto Campos, o Ministro da Fazenda, Bulhões, que eram assessorados por gênios da natureza do nosso Ministro Mário Henrique Simonsen, que começou como Assessor do Roberto Campos e terminou Ministro da Fazenda e do Planejamento.

Esses homens, então, criaram uma legislação, um conjunto de leis para o Brasil com a ajuda fundamental do grande Advogado Bulhões Pedreira e de outros talentos iguais, até que chegaram à criação

do Banco Central, ainda em 64, a que V.Ex^a. acaba de se referir.

Até então, o sistema bancário era empiricamente regido por uma instituição criada para fazê-lo mais ou menos na órbita do Banco do Brasil e do Ministério da Fazenda e nada mais.

Foi a partir aí que o sistema bancário ganhou corpo, ganhou uma sistematização. Com o Brasil os bancos cresceram.

O Brasil saltou da 48ª posição econômica do mundo para 8ª rapidamente graças a uma Administração capaz, competente e séria. Nós hoje estamos verificando que o Regime Revolucionário era realmente sério. Quantos Presidentes saíram deste país naquele período e praticamente viviam com seus salários de aposentadoria de militar e nada mais.

Está aí a viúva do Presidente Costa e Silva vendendo bens de família para poder viver. Com a do Presidente Figueiredo não foi diferente. A filha do Presidente Geisel tem dificuldades que eu convivo com eles e verifico.

Era um período diferente daquele que se está vivendo inclusive nesses dias. E não sou fazendo nenhuma acusação ao Presidente da República. Nós estamos fazendo apenas uma menção ao que está na imprensa todos os dias. E estou até no convencimento de que o Presidente da República nada não tem nada a ver com isso, mas o fato é que se dá neste período.

Chegamos ao período, então, das intervenções, que começou lá atrás. Algumas que já duram 30 anos, que estão sendo questionadas na Justiça. O STJ acaba de decidir uma delas que eu mencionei aqui da vez passada, que é o caso do Banco Ipiranga, caso do Banco Ipiranga. E, naquela ocasião, eu disse aqui que uma de duas: ou a Justiça decidiu mal e nós devemos e entender que por um Colegiado ou por vários, a Justiça há de decidir bem, ou então, o Banco Central decidiu muito mal quando fez a intervenção e a liquidação do Banco Ipiranga.

Eu ainda há pouco lia um artigo do Prof. Delfim Neto, outro que merece os elogios da Nação Brasileira por sua genialidade no setor da economia e da administração, em que ele elogia o PROER, mas não tem as mesmas palavras de elogios à administração do Banco na aplicação do PROER.

O fato é que aí estão inúmeros Bancos sendo liquidados extrajudicialmente, contestando os seus controladores com veemência tudo quanto foi feito pelo Banco Central. E nós, brasileiros, que não estamos nem no Banco Central e nem na Controlaria dos bancos sob intervenção, preocupados com o que possa vir a acontecer com o erário, com o erário.

O Dr. Carlos Eduardo de Freitas que esteve por duas vezes no Banco Central por longo tempo e, seguramente, fez o melhor que pôde com seu espírito público para defender o interesse público, viveu certamente esse período e momentos desta natureza. Há de ter tido suas noites de insônia pelas decisões macro que teve que tomar. Eu no seu lugar seguramente teria perdido também anos de vida pelas decisões fundamentais que tivesse que tomar naquela Diretoria.

Mas o fato é que decisões foram feitas e hoje nós estamos diante desta situação com dezenas e dezenas de intervenções realizadas, algumas ou muitas já resolvidas, mas algumas poucas ainda embutidas nas nossas preocupações.

Eu volto ao Dr. Carlos Eduardo para dizer que o país é seu devedor por tudo quanto) – pelo menos naquilo que veio ao meu conhecimento) – o senhor fez pela preservação dos interesses da economia no timão da Diretoria do Banco Central. O PROER a mim me parece também que foi uma criatividade extraordinária. Ali funcionou aquilo que o Geisel chamava de “imaginação criadora”.

Países como o Japão tiveram que aplicar centenas de bilhões de dólares para salvar o seu sistema bancário. Creio que foi o Japão exatamente aquele que mais gastou na preservação do seu sistema bancário. Fê-lo devidamente, porque se há uma coisa numa nação organizada que não pode ruir é o sistema bancário. E nós aqui procuramos salvar o sistema com poucos recursos. E foi o PROER o responsável pela genialidade dessa pequena aplicação.

Portanto, eu creio que aqueles que articularam, bolaram o PROER, agiram com extrema inteligência que, aliás, começa a ser copiado em outros países que tiveram as mesmas dificuldades, alguns dos quais até ainda estão tendo.

Mas eu perguntaria ao Dr. Siqueira, que está neste momento ainda e eu espero que por mais tempo, por muito mais tempo na Procuradoria do Banco, eu pergunto tendo em vista a presença do Diretor de Liquidação, que esteve aqui a semana passada que fez algumas declarações, e é com base nelas que eu até pergunto à Vossa Excelência.

Quando os contratos do PROER venceram e não houve pagamentos, o BACEN considerou pagos os PROERs e os Bancos passaram a dever na conta reserva bancária conforme declara o voto do Banco Central nº 454, de 97, os lançamentos em contas corrente e manifestações do Banco Central ao Ministério Público.

Por isso, durante dez anos o BACEN lançou créditos da reserva bancária, atualizados na forma do Art. 9º, da Lei nº 8177, juros pela TR. Os Bancos em

liquidação lançaram os créditos na mesma forma. As auditorias independentes, as fiscalizações do BACEN, do Tribunal de Contas sempre referendaram estes lançamentos. Por que pergunto eu, agora há alteração súbita, no sentido de mudar a correção da TR pura para taxa de juros contratuais, cujos contratos foram liquidados e que coincidem com a situação superavitária dos Bancos em liquidação? A mim me parece uma coincidência muito grande.

Será que há interesse em eternizar essas liquidações? Que eu até estou convencido que não há, mas a impressão que fica é esta. Completados os trinta anos de vigência do crédito o que vai acontecer? É também uma indagação que faço. E o Tesouro Nacional terá pago, então, quanto de juros? São as perguntas que eu faço ao Dr. Siqueira.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Obrigado, Senador. Com a palavra, o nobre Procurador Dr. Francisco José Siqueira.

SR. FRANCISCO JOSÉ DE SIQUEIRA – Muito obrigado, Senador.

Senador, eu não tenho presentes os termos de voto a que V.Ex.^a se reporta, mas eu posso dizer do ponto de vista da interpretação jurídica dessa norma, que é a matéria a cargo da Procuradoria Geral do Banco Central.

O fato de a contabilidade proceder ao registro de um fato econômico, de uma determinada forma, dentro um princípio de conservadorismo que se aplica no regramento desse tipo de procedimento, na avaliação jurídica não altera a substância do fato do ponto de vista da sua defesa.

Eu não sou talvez, Senador, a pessoa mais autorizada para dissecar um pouco o aspecto contábil. Talvez até o Prof. Carlos Eduardo, possa me socorrer nesse ponto aí. Mas eu vou me aventurar a falar da questão do ponto de vista legal.

Nós temos a convicção muito firme de que o uso de uma metodologia de contabilização desses ativos do Banco perante empresas em liquidações como se vinha fazendo até recentemente, cada liquidação tem uma peculiaridade quando se trate dessa matéria relacionada com o contrato de empréstimos com garantias de títulos no âmbito do PROER.

Tenho conhecimento que algumas contabilizações se faziam, tendo em vista o custo do título, uma correção que se fazia. Outro se fazia com base na TR mesmo dentro do conceito daquela cláusula de execução provisória. Então, tudo isso traduzia o quê? Uma visão do fato a ser demonstrado a sociedade ou aos controladores, ou aos credores, enfim, que são os maiores interessados, que traduzia uma realidade

extraída da interpretação da fonte do contrato no caso do PROER, mais especificamente.

Eu posso lhe dizer que esse contrato é de natureza padrão. É uma espécie de contrato piloto de adesão, vamos dizer assim, mas piloto cuja cláusula 4ª ela é praticamente a mesma em todos os contratos, porque esses empréstimos são feitos mediante um instrumento de contrato pré-aprovado no âmbito do Banco Central. Se preenchem as condições etc, mas a cláusula acaba sendo praticamente a mesma.

Ela, a cláusula, prevê a possibilidade de apropriação dos valores de uma forma provisória com base na TR até que se realizem as garantias e aí se efetive o pagamento já com a moeda da liquidação mesmo. E se fez assim, isso é verdade. Se fez.

Eu não vejo é contradição do ponto de vista legal. É certo que V.Exª. pode com muita autoridade dizer: “Bom, mas o Tribunal Regional Federal de Recife viu”. Viu, é verdade. Ele viu exatamente na linha de argumentação que V.Exª. menciona, digamos, do ponto de vista de usar a TR.

Mais recentemente, no julgamento de uma ação relacionada com a indisponibilidade de bens dos controladores do Banco Econômico, houve um Juiz que entendeu, também. Disse: “Olha, já que há demonstração financeira aí, mostrando que há equilíbrio entre o ativo e o passivo, não há razão plausível para se manter a indisponibilidade de bens dos ex-administradores e controladores”. É verdade, deu essa interpretação, também.

Neste fato aí cabe, evidentemente, aos credores quirografários, se for de seu interesse, questionar a decisão, porque não houve julgamento de mérito. É uma decisão transitada em julgado, mas sem apreciação de mérito, ou seja, a causa pode ser retomada a qualquer momento.

Em relação a esta do Banco Mercantil de Pernambuco, há uma ação dos controladores que obteve uma decisão nessa direção e que é, como eu disse a pouco, objeto de um recurso especial e de um recurso extraordinário por parte do Banco Central.

A convicção, só para resumir o que eu tentei expor, Senador, da Procuradoria Geral do Banco Central é de que não há falta de justa causa e de amparo legal na mudança que se fez na contabilidade agora respaldada por um parecer da Procuradoria Geral que foi chamada a se pronunciar a respeito desta mudança. Então, nós nos pronunciamos e afirmamos sim que poderia... Até disse mais, deveria ser feito desta forma.

Quanto à sua outra indagação “há interesse em prolongar, em perpetuar?” Certamente não. Esta é uma questão um pouco cultural no Banco Central a condução desse processo, a cultura, eu digo do pró-

prio processo, não é uma cultura da Casa, eu digo do processo de liquidação, porque há muitas amarras, muito óbices, muitos obstáculos. V.Exª. veja o seguinte: numa liquidação de uma sociedade de crédito imobiliário, por exemplo, nós temos contrato de duração de 30 anos, vamos supor.

Então, já se entra na instituição mirando uma dificuldade que ocorre já na segunda geração e aí um esforço, evidentemente de compor, de arrecadar, de avaliar ativo, de vender esses ativos para dar curso ao processo. Quando se trate, no entanto, da ação expropriatória, ou seja, de venda dos bens para satisfazer, eu diria que o comportamento na área dos controladores, dos acionistas principalmente, ainda está muito marcado pelo momento em que não havia a correção dos passivos, mas o ativo corrigia a valor de mercado. E ainda hoje não é difícil com um mero recurso a dados indicadores produzidos pelos nossos economistas e financistas, a demonstrar que mesmo num processo de liquidação em que haja, como há, correção monetária hoje e plena desde a Constituição de 88. Se essa correção se dá com base na TR apenas, é muito evidente que a correção dos ativos que compõem a massa, muito certamente vão se fazer por um índice maior do que a TR.

E, com isso há uma tendência de os ativos se valorizarem mais que os passivos e, também aí, há um ganho intrínseco que favoreceria o grupo de controle. Eu não estou aqui querendo atirar pedra em nenhum controlador, não é isso. Absolutamente não os menciono.

Eu estou falando da cultura do processo de liquidação, está muito marcada por esse viés que nós precisamos superar.

Posso dizer a V.Exª. que há sim eu acho que um esforço muito grande que se faz do Banco Central para tentar encerrar várias liquidações. Temos consciência de que essas liquidações de grandes Bancos, esses que podemos mencionar, Econômico, Nacional, Bamerindus, BanNorte, Mercantil, Bancos mais de porte médio, mais grandes no contexto, pela complexidade dos atos que antecederam a intervenção do Banco Central, acabou o processo se tornando mais complexo também para o encerramento. A exigir um conserto de interesses maior que facilitasse o encaminhamento do processo com respeito ao que o Banco Central entende que é sagrado em face da lei, ou seja, das cláusulas contratuais, ou seja, sem quebra de contratos.

Não sei se respondi de todo o que V.Exª. me indagou, mas estou à vontade para novo questionamento.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Mas ao final, o PROER foi quitado ou não foi?

SR. FRANCISCO JOSÉ DE SIQUEIRA – Em caso específico, o PROER?

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – De um modo geral.

SR. FRANCISCO JOSÉ DE SIQUEIRA – Geral?

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Geral.

SR. FRANCISCO JOSÉ DE SIQUEIRA – Não. O PROER nós temos um crédito ainda muito volumoso, eu não saberia precisar a V.Ex^a., o que representa de todo, mas perante todos esses Bancos que foram tomadores de recursos desse Fundo no momento que antecedeu o processo de liquidação.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Bom, eu tenho aqui um extrato, são as notas explicativas de 2003 e 2004 do Banco feitas pelo liquidante e homologadas pelo Banco Central, no caso de um desses Bancos, que é o caso do Banco Nacional. No dia 13 de novembro, aqui está, é o extrato, uma cópia do extrato. Dia 13 de novembro, fala-se aqui em liquidação do contrato. São vários itens do extrato do Banco estabelecendo a liquidação da linha do processo PROER. Então, me parece que há uma certa contradição: Ou foi liquidado ou não foi liquidado.

Nas notas explicativas, dizia assim, 13 de novembro de 96...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – De 2006.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Não de 96. 1996.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Desculpe.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – “Tendo em vista a insuficiência patrimonial e incapacidade financeira da instituição para honrar seus compromissos, foi decretada através do ATO PRESI nº 584 a liquidação extrajudicial do Banco Nacional, Raed, sendo indicado como termo legal dessa liquidação o dia 19 de setembro de 1995, 60 dias retroativos da data da decretação do Regime Especial de Administração Especial Temporária”.

“Nesse momento, as linhas de crédito rotativos do PROER foram liquidadas unilateralmente pelo Banco Central juntamente com os passivos interfinanceiros em aberto na data através do débito na conta de reserva bancária, mudando-se dessa forma a característica do teto junto àquela Autarquia, cujas garantias vinculadas não foram liberadas. Na data dessa posição financeira, o comprometimento total do BACEN registrado na rubrica, outras obrigações diversas, monta o valor atualizado de 13 milhões 158 mil 246, contra 13,087 apresentados no exercício anterior”.

“Cabe ressaltar que, nesse exercício, foi procedida uma amortização parcial dessa dívida realizada

com recursos próprios no montante de 164 milhões, conforme determinação do expediente – e aí vem o número) – de 2004”.

Há aqui um outro documento do próprio Banco Central, que é o Voto nº 457, que diz assim: “Uma vez vencidos os empréstimos do criado programa, os correspondentes valores foram levados a débito das contas reservas bancárias das respectivas instituições financeiras e, em seguida, decretada a sua liquidação extrajudicial. Referidos títulos assim como parte integrante de seus ativos deverão ser utilizados a partir de então para honrar obrigações da massa junto aos diversos credores”.

Então, são documentos que demonstram uma posição que, aparentemente, é contestada pelo próprio Banco.

SR. FRANCISCO JOSÉ DE SIQUEIRA – Senador, eu pude fazer à distância uma leitura de o que se diz) – eu não conheço o documento, eu me reservo a examiná-lo depois, enfim, para compreender melhor o que se pretendeu estabelecer nisso aí.

Mas eu posso lhe dizer que esses contratos de PROER assinados à época desses fatos contemplam a cláusula específica de que a liquidação, ou seja, a quitação da dívida só se opera a débito da conta reserva bancária da instituição se ela tiver fundos.

Por que o que ocorreria é o seguinte. Se tem um contrato, digamos, de financiamento com garantia do PROER, digamos, um contrato de um bilhão, suponha, para argumentar. E a instituição tem dificuldade de girar seu negócio e acaba sendo submetida a um regime de intervenção ou liquidação, vamos dizer, liquidação no caso aí. O que ocorria? Ela levava a débito da conta reserva bancária, além dos limites das disponibilidades, todo aquele valor e virava a reserva bancária pela diferença entre o que existia e o valor da obrigação amortizada.

Há disposição expressa nesses contratos que, feito isso aí, isso não gera a quitação em face do Banco Central, porque seria uma compensação, vamos dizer assim, ou uma liquidação à conta de recursos que não existiam. E com a eficácia, aí sim, tivesse ocorrido efetivamente isso, de eu transformar uma dívida que antes era constituída sob garantia real numa dívida sem garantia e, esta sim, seria uma dívida corrigida meramente pela TR.

Eu estou supondo que seja isso, pela leitura que V.Ex^a. fez, mas eu não posso atestar porque eu não li o documento, não conheço.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Eu posso encaminhar a V.Ex^a., esses documentos todos a que me referi.

SR. FRANCISCO JOSÉ DE SIQUEIRA – Sim.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – E aqui, nesse extrato, refere-se especificamente a liquidação. Muito obrigado, estou satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – O Dr. Carlos Eduardo manifestou, quer fazer alguma colocação?

SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS – Sr. Presidente, me permite...

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Com a palavra V.Ex^a.

SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS – Ilustre Senador pelas palavras dirigidas à instituição a qual servi durante 40 anos e Dr. Siqueira, a mim próprio.

Eu gostaria se me permite, Sr. Presidente, Dr. Siqueira, só aduzir um par de esclarecimentos sobre a vossa questão muito oportuna, olhando mais a questão do ponto de vista econômico.

Ainda que a tese atualmente esposada pelo Banco Central não prevalecesse, podia haver uma impressão nessa Comissão falsa. Uma impressão de que os créditos supostamente quitados teriam uma correção pela TR e ponto final. Não. Não. Eu apresentei à Diretoria Colegiada um voto conceitual, um voto específico, tenho um artigo publicado em jornal dizendo que não. Ainda que, como dizem os Ilustres Advogados, *ab absurdo*, não prevalecesse essa tese.

O Art. 129, a Lei de Falência diz claramente que as sobras não podem beneficiar o falido. E aí me parece, não sou Advogado, mas que a aplicação subsidiária é clara, porque não há a menor referência a sobras na Lei 6024. Aliás, é natural que não haja, porque a presunção não era de sobras.

Eu comecei a minha intervenção hoje aqui dizendo que o PROER introduziu duas novidades: uma delas, um crédito garantido, que não é natural num sistema bancário e a outra, a perspectiva de sobras pela inclusão de ativos de qualidade superior, que não é normal. Um Banco não vai à liquidação, Senador, com ativos de qualidade superior. Ele vai à liquidação porque os ativos dele são de muita baixa qualidade.

Então, ainda que não prevalecesse, e por isso que eu ousaria, ousei aqui dizer) – eu não quero fazer história contra-factual, mas talvez, se essa tese ao tempo em que eu estive no (*inaudível*) tivesse sido em 2002 sido suscitada, como eu disse, eu fui direto ao 129, não olhei para o 126, talvez tivesse ficado, porque ela é mais defensiva, que ela tem duas etapas.

Então, só para dizer que do ponto de vista econômico, a defesa do erário se faz tanto num como no outro. Repito e insisto: A matriz é a mesma.

Então, Senador, a preocupação com a defesa do erário é uma permanente, é uma constante com uma estratégia ou outra estratégia. Os Advogados têm es-

tratégias diferentes, aperfeiçoam, vêem uma maneira melhor de defender o interesse do seu cliente, no caso, o erário.

A preocupação do Banco Central com tornar mais expedito o processo de liquidações, ela ficou clara por tensão do Dr. Armínio Fraga em dezembro de 99, quando ele tirou da Diretoria de Fiscalização a questão de liquidações e passou para a Diretoria de Desestatização. Ou seja, uma Diretoria que tinha um espaço, uma capacidade ociosa para seu País, e daí que surgiram essas idéias.

A idéia que levou ao voto do Mercantil de dezembro levou a esse artigo porque havia um Diretor pensando nisso, pensando nisso. Ativos que foram liquidados, como o Pólo Petroquímico de Camaçari por valor expressivo e cujo caixa foi trazido antecipadamente para o Banco Central.

Também aprovei um voto nessa linha na Diretoria: “Tem caixa, olhou o fluxo de caixa, tem espaço, traz para o Banco Central, não há razão...”. O controlador contestou isso, a Procuradoria obteve um par de brilhantes vitórias em juízo e esses valores são trazidos.

Então, a preocupação na expedita é uma preocupação permanente. Pedimos falência, eu fiz o melhor que eu pude, como diz o outro, para tocar. O meu sucessor faz também, provavelmente, o melhor do que eu, mas essa é uma preocupação permanente.

Agora, a defesa do erário é uma restrição ao desenvolvimento, nós queremos tornar o mais veloz possível com todos os cuidados na defesa do erário.

Então, essa questão: “Precisava? Não? Já foi liquidado?”, então não, então também é assim, *Ab absurdo*. Se for, não melhora a posição dos acionistas, porque eles vão se haver diante do artigo 129.

Então, esses pontos que eu queria, Sr. Presidente, só aduzir de esclarecimento.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Dr. Carlos Eduardo, eu acho que a defesa do erário é um dever do administrador público e até um gesto nos dias de hoje bonito, a ser elogiado. Agora, não é em prejuízo do legítimo interesse da parte privada.

Quando se trata do legítimo interesse, aí já não se trata também de defender o erário e sim de reconhecer que existe aquele legítimo interesse da outra parte.

Então, o que eu acho é que o erário deve ser defendido exatamente na fronteira de seu direito sempre, não fazer isto é não cumprir o dever do administrador, mas ir, além disto, é também ferir o direito do outro lado.

SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS – Me permite, Senador? Não podia concordar mais com V.Ex^a., com toda razão. Esses princípios sempre pautaram a nossa atitude no Banco Central e a de meus colegas.

E também não estou aqui, pretendendo defender essa posição, inclusive é uma posição do Banco Central que vem após... Eu não posso aqui me arvorar na posição de atuar. Hoje o Banco Central tem Diretor, tem titular, que não sou eu, que cuida e defende os interesses. Eu não estou aqui para defender especificamente. Eu estou apenas a dizer que a posição adotada posteriormente, o problema é que na posição que eu adotei, não havia essa discussão.

Essa posição, é uma posição defensável, uma posição que pode fazer, ela pode ser defeitos em relação à posição que eu adotei, mas ele tem qualidades, talvez olhando, quem sabe eu não adotaria essa segunda posição, foi só isso que quis. Agora, não posso concordar. Mas eu tenho certeza que a atual Diretoria, com absoluta convicção de que ela trabalha exatamente com essa preocupação: defender o erário, naturalmente, sem impor condições inaceitáveis.

O Dr. Siqueira está convencido num ponto, eu só quis dizer, não estou aqui para defender inclusive medidas que não são minhas e nem teria sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Dando por satisfeito, o nobre Senador Edison Lobão com suas perguntas sempre, suas colocações pertinentes e bem colocadas e esclarecedoras, eu peço a permissão agora para também fazer as minhas ponderações e as nossas perguntas.

Mas, às vezes, Dr. Carlos, V.S^a. pode falar: “Mas por que eu que já fui Diretor e há três anos estou fora estou sendo convidado?” Da mesma forma o Dr. Siqueira fala: “Mas a minha área é jurídica, não é de liquidação”.

Eu quero dizer que após dois anos de pesquisas e oitivas com todos os ex-controladores e liquidantes dos cinco maiores Bancos em liquidação extrajudicial, nós estamos chegando agora ao fim dos trabalhos dessa Subcomissão. E é com certeza que cumprimos os nossos objetivos traçados quanto à sua criação.

Na reunião de hoje, teremos oportunidade de ouvir e questionar a Direção do Banco Central com a presença do ex-Diretor, Dr. Carlos Eduardo de Freitas, além disso, como percebemos em todos os casos analisados, dúvidas e problemas de ordem jurídica, como aconteceu em várias outras oitivas, é que nos trouxe a convidar também, a participar desse nosso encontro o Procurador Geral do Banco Central, Dr. Francisco José de Siqueira, responsável pelas ações contra as Instituições Bancárias e, de certa forma, também pelo fim das liquidações.

Após esses depoimentos, tenho convicção de que estaremos prontos para concluir o que foi, de fato, predominante.

Para que essas liquidações perdurassem por mais de dez anos, Dr. Carlos, e é por isso que nós o convidamos, porque V. S^a. participou naturalmente desses trabalhos por meia década, até mais, sendo Diretor por duas vezes, e diante das conclusões a que chegamos, poderemos cumprir o nosso papel de Parlamentar, de representantes do povo, sugerindo diretrizes para acabar com as atuais liquidações, bem como projetos de leis que garantam mais transparência e agilidade aos projetos futuros.

O nosso objetivo, Dr. Siqueira, é sempre o de buscar soluções que evitem perdas significativas ao Tesouro.

Então, eu agradeço a presença de V. S^{as}. e peço permissão, porque as minhas perguntas parecem ser bastante contundentes, mas não é, procurei ser objetivo ao máximo, porque os nossos trabalhos vieram nos trazendo a tal ponto.

Tenho esta como a nossa penúltima reunião, teremos mais duas, mas a última é para fechar os nossos trabalhos. E como em reuniões e oitivas anteriores foram trazendo dúvidas, foram esclarecendo, trazendo à tona, é que nós chegamos a essas perguntas. E eu peço permissão e, às vezes, desculpas pela objetividade e, às vezes, a maneira sucinta da pergunta, mas é no intuito de ser o mais breve possível.

Gostaria de saber de V.Ex^a., porque a Procuradoria Jurídica de Banco Central sempre autoriza o Departamento de Liquidação, eu digo sempre porque foi o que nós percebemos nas oitivas anteriores, a alterar os balanços e sempre essas alterações dificultam ainda mais o encerramento das liquidações, transformando-as, pelo que a gente percebe, desculpa, mais uma vez eu digo, a nossa maneira leiga de entender, mas parece que torna aí até fonte de emprego e parece que emprego vitalício.

SR. FRANCISCO JOSÉ DE SIQUEIRA – Obrigado, Senador Aelton Freitas.

Bem, eu gostaria de manifestar um pouco a minha perplexidade com a extensão da indagação. V.Ex^a. disse que é contundente sim, um pouco contundente.

A Procuradoria Geral não autoriza sempre a mudança. Posso lhe assegurar que na minha gestão já há quatro anos, a única passagem efetiva a respeito de contabilidade de ativos do Banco Central, ou seja, de passivos da instituição perante o Banco Central e que ensejou a redefinição de critério, foi esta.

Nós somos ouvidos sim a cada momento em que se decreta uma intervenção, em que se enceta um processo de negociação para levantamento da liquidação, encerramento, somos. Agora, não há uma mudança de contabilidade assim generalizada como

pareceu ou pelo menos um tanto desencontrada de muda agora, muda depois, não.

Ao que me consta, houve sim essa consulta enfocando a questão da garantia real e aí nós examinamos e posso dizer que examinamos pela primeira vez essa questão com esse nível para reorientar a normatização do Banco Central a respeito dessa contabilidade no balanço do Banco Central e, seguramente, na orientação para que os liquidantes procedam a contabilização dessa forma, assegurada evidentemente, digamos, a metodologia dentro de uma interpretação que entendemos plenamente razoável, adequada a lei em vigor sobre a matéria, prestigiando os contratos firmados com base na legislação do PROER.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Eu tive oportunidade na explanação do pronunciamento do Dr. Carlos Eduardo de ver que ele se sentiu aliviado, quando disse até por duas ou três vezes aqui que não precisou decidir em alguns casos que vinham até ele que ele não precisou decidir. E eu fique naquela dúvida: “E se tivesse que decidir alguma coisa, qual seria a posição?”.

Então, o que nos trouxe a convidá-los a esta reunião é porque em vários momentos, técnicos, contadores da melhor qualidade, a hora que chegava numa decisão de responder, jogava, a gente percebe, para um parecer jurídico. E parece que o parecer o dava segurança e o norteava para isso, e às vezes é por isso a objetividade das minhas perguntas, mas fazem dois anos já que a gente está aqui, nós chegar num finalmente.

Como só temos essa reunião que eu considero uma das mais importantes para concluirmos o nosso trabalho, eis aqui a questão.

E na nossa última reunião, nós tivemos aqui o Dr. Antônio Gustavo do Vale e o Doutor Irenaldo. E, felizmente, em todas elas, nos dois anos, a Assessoria do Banco Central, que é capaz também de fazer a análise que nós estamos fazendo aqui.

Mas, Dr. Carlos, a minha pergunta continua a V.Ex^a. É que eu estou me dirigindo para dizer às dificuldades que, às vezes, os outros que aqui vieram também anteriormente, tiveram em responder e sempre buscavam um parecer jurídico e é por isso que nós sentimos a necessidade de tê-lo aqui com a gente no dia de hoje. Mas quando a resposta é contábil, é matemática, a gente que é um pouquinho da área sabe que dois mais dois é quatro e vice-versa, mas quando joga para um parecer jurídico, a gente fica sem resposta e aumenta mais as dúvidas ainda.

Mas eu gostaria de saber, Dr. Siqueira, como o senhor sabe, está nessa Comissão, tem um vídeo já de mais de um ano atrás, de um seminário interno do

Banco Central que serve também, nos serviu como prova contundente e deixou muito a gente em dúvida, principalmente após assisti-lo sobre uma indagação feita por liquidante a V.Ex^a., que dizia, ele fez a seguinte pergunta: “Se houvesse um interesse da massa de que fosse conflitante com o Banco Central, que posição ele deveria ter? O que ele deveria fazer?” E na resposta que nos assistimos no vídeo por V.Ex^a. é “o que fosse melhor para o Banco Central”, é claro. E também foi dito nesse vídeo “que a massa que se lixe”.

Quer dizer, é uma reunião interna, mas veio à tona e aconteceu aqui nessa reunião. Aquilo aumentou muito a dúvida dessa Comissão e de todos que assistiram e também a Assessoria do Banco Central que aqui estava, e nós temos cópia desse vídeo aqui.

Bom, diante disso, a minha pergunta ao senhor é: Como nós Senadores e a população brasileira podemos acreditar se o trabalho executado pelo Departamento de Liquidações ou por esse Procurador, poderia estar correto dentro da lei?

Repito, eu quero que o senhor me entenda, em cima de um vídeo que a gente assistiu, a dúvida que surtiu e hoje é o momento de ter isso esclarecido.

SR. FRANCISCO JOSÉ DE SIQUEIRA – Muito obrigado, Senador.

Não terá sido minha essa afirmação não, Senador. Eu faço uma observação, evidentemente, nós desenvolvemos no âmbito do Banco Central por sua Procuradoria, um ciclo de estudos, uma jornada de estudos e desenvolvemos atividades durante quase dois anos promovendo seminários, encontros, discutindo assuntos de interesse do Banco e do Banco no relacionamento externo dos órgãos jurídicos do Banco e outros órgão jurídicos e tomei conhecimento sim de que houve num arroubo, digamos, de um participante que pertence aos quadros da Procuradoria sim, esta afirmação de que deve usar, digamos, a lei de uma forma que atenda ao interesse do Banco.

Essa não é a posição oficial da Procuradoria Geral do Banco Central, não. Esse é um registro que pode estar num vídeo, mas eu, falando em nome da Procuradoria Geral, eu digo o seguinte: o liquidante de instituição financeira ele tem responsabilidades próprias, ele é gestor de um interesse dos credores da massa, da massa objetiva, da massa subjetiva e tem o papel de bem gerir esse conjunto, esse acervo, administrá-lo, arrecadá-lo, avaliá-lo, aliená-lo, enfim, e satisfazer aos credores, e ele tem responsabilidade civil, administrativa e penal por esses atos. Então, ele não deve, é verdade, praticar o ato, seria um ato sob suspeita, digamos, de estar sob a tutela de alguém porque tem a competência, a prerrogativa de nomeá-lo ou destruí-lo.

Isso pode parecer um pouco assustador, às vezes, e é uma questão que muitas vezes merece reflexão nossa no âmbito do Banco Central, é a confusão que se faz mesmo entre a pessoa do liquidante que pertence ou pertenceu aos quadros do Banco Central com a figura do próprio Banco Central. Não. Ambos têm papéis legais, prerrogativas, interesses que são independentes nesse processo.

O Banco Central como Banco dos Bancos, como supervisor bancário, ele tem sim a competência de examinar, de avaliar, formar seu convencimento, decretar intervenção e nomear essa pessoa para administrar. Pode ser da Casa, pode ser de fora dos quadros. No momento em que essa pessoa é investida, ela representa a instituição com toda a autorização legal, com toda a competência, com toda a independência.

Se há essa suspeita, eu quero, em nome da Procuradoria Geral, dizer que não é a posição oficial da Procuradoria, conquanto eu tenha conhecimento de que houve este fato e que teria sido exposto aqui no Plenário da Sessão num determinado momento.

Esse colega que fez a exposição sim, pertence à Procuradoria, aos quadros da Procuradoria Geral, mas devo ressaltar com toda a clareza que não é a posição oficial da Procuradoria Geral do Banco Central. O liquidante há de atuar com autonomia, com independência, porque ele tem deveres e responsabilidades próprias. Ele presta contas ao Banco Central, mas como Juiz do Processo de Falência, como órgão supervisor dos atos dele. Claro que se aí ele cometer ato em desalinho com a norma, será cobrado por isso, mas jamais será induzido pelo Banco Central, que lhe deve cobrar lisura no ato, praticar de uma forma suspeita atendendo interesse do Banco Central.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Pois não, com a palavra o Dr. Carlos Eduardo.

SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS – Eu fui citado por V.Ex^a, eu gostaria de fazer um par de intervenções.

Eu acho que eu me expressei mal, jamais tive medo de decidir, Sr. Presidente. Jamais temi a decisão, porém, sempre a tomei com todos os cuidados. Posso ter tido acertos e posso ter tido erros.

O que pode ser exigido de mim como servidor público é zelo, trabalho, dedicação e honestidade. Jamais me foi requerida infalibilidade, Sr. Presidente, nem eu poderia oferecê-la a quem quer que fosse. Eu posso errar e posso acertar.

Quando o Dr. Armínio Fraga me convidou para, pela segunda vez, ocupar a Presidência do Banco Central, eu disse a ele: “Presidente, a única coisa que eu lhe prometo é que os meus erros serão autênticos”.

Então, o que disse aqui foi que depois de aprova-do o voto do Banco Mercantil, eu me vi diante de uma situação. Eu tinha um título que eu queria vender num leilão, quero fazer também uma observação.

Os títulos eles são longos, podem ter, não têm essa precificação clara, mas eles são precificáveis num leilão aberto, num leilão público. Os economistas e os analistas de mercado têm como precificar sim. O que pode haver é que num determinado momento de uma conjuntura econômica incerta, a variância – desculpe a tecnicidade – a variância pode abrir muito.

Então, eu me lembro que tive uma ou duas reuniões com o controlador do Banco Mercantil e disse a ele: “Dr. Afonso, já que não há condição de vender, o senhor quer trazer uma avaliação? O Departamento do Banco Central que cuida disso vai examinar. Olhe e tome cuidado. Se a avaliação vier baixa, ele vai me comprar os papéis, ele vai me comprar os papéis”.

E pode ser e até, isso não cheguei a dizer, mas olhando em retrospecto, que julgasse esse Departamento que não havia como avaliar os papéis naquele momento, que era um momento de incerteza no mercado.

Então, o que eu quis foi: considere esse problema, explorei até um certo ponto, não tive necessidade de decidir. Se tivesse, teria decidido. Evidentemente, teria consultado a Procuradoria. Jamais empurrei meus problemas para a Procuradoria. Tanto que na minha primeira como na minha segunda passagem, eu decidi. Num caso específico eu me lembro que a Procuradoria disse que eu podia fazer e eu não fiz, e eu não fiz. Eu perguntei ao então Procurador Geral: “Se eu fizer e for responsabilidade minha?” Ele respondeu: “Nós vamos defendê-lo”. Eu disse: “Está bom, muito obrigado. A responsabilidade é minha e eu não vou fazer”.

Na minha passagem anterior à Procuradoria, disse: “Não pode”. Eu digo: “Eu vou fazer”. Então, jamais fugi, apenas eu disse, comentei, foi um comentário digamos *an passant* que eu disse: “É um caso complicado”. Eu acabei não tendo que decidir. E eu poderia inclusive decidir voltar à Diretoria Colegiada e dizer: “A minha proposta não está boa, eu vou reformulá-la”.

É só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Achei muito oportuna a participação de V.Ex^a, porque tinha ficado aqui na dúvida, acredito que eu como um leigo, a imprensa que aqui estava, os telespectadores da TV Senado que vão nos assistir logo mais, essa reunião está sendo gravada e transmitida logo mais, mas a sensação que tive é que V.Ex^a, não precisou decidir em nenhum momento, essa Diretoria atual precisou e toda a pergunta que a gente fez foi em cima de um parecer jurídico, não foi

bem contábil. Então, estava aqui essa dúvida. Então, achei muito oportuna a participação de V.Ex^a. até para esclarecer para a população brasileira, que são oito milhões de telespectadores/dia que nos assistem e trouxe essa dúvida.

Com isso, eu tenho percebido que todo o problema vai para a Diretoria Jurídica. Quer dizer, em cima do parecer, parece que tranqüiliza e a gente que já é da área de matemática gosta de resultados, dois mais dois é quatro. “É isso aqui, e é assim e assado e está para todos eles”. Não. Sempre tem um parecer jurídico acobertando ou protegendo é a sensação que nós tínhamos.

SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS – O parecer jurídico é fundamental, mas o administrador não é escravo da Procuradoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Ok.

SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS – A Procuradoria defende o administrador, mostra a ele os riscos jurídicos a que ele pode estar sujeito. Ele decide.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – A sua participação aqui engrandeceu muito essa reunião e tenho certeza que vai nos ajudar a chegar num denominador comum bem interessante.

Se tivéssemos aqui com a maioria ou com toda a Comissão, nós iríamos apresentar um requerimento solicitando somente cópia de todos os pareceres emitidos pela Procuradoria Jurídica do Banco Central nos últimos cinco anos referentes aos assuntos que envolvem o Departamento de Liquidação. Mas como a nossa conversa e o interesse é chegar num denominador só, eu queria solicitar a V.Ex^a., se pudesse encaminhar para essa Comissão, que acredito que nós vamos concluir um trabalho a quatro mãos e a seis, que o nosso interesse aqui é só ajudar em todos os sentidos o Governo, o Banco Central, a massa, enfim, ajudarmos naquilo que estiver ao nosso alcance.

E é por isso a minha última pergunta e a minha sugestão: se V.Ex^{as}. acharem cabível, é mais uma sugestão no intuito de exatamente de ajudar. O que o senhor acha da idéia de criarmos um grupo de trabalho designado por essa Subcomissão? Porque o Senador Aelton Freitas deixa de ser Senador agora em 31 de janeiro e vai para a Câmara, mas pelo que a gente tem ouvido dos membros dessa Comissão, vão procurar torná-la até permanente. Hoje ela é provisória, ela tem dois anos de vida, e por esses dois anos, eu tive a felicidade de ser eleito Presidente e reeleito Presidente, mas naturalmente deixaremos e a gente já vê a mobilização dentro dos que vão permanecer por mais quatro anos e até dos eleitos que vêm a importância

dessa Comissão em querer torná-la permanente aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Mas o que V.Ex^a. acha de ser designado para essa Subcomissão um grupo de trabalho e dentro desse grupo de trabalho ter um Membro do Conselho Federal de Contabilidade e um membro do Ministério Público Federal para acompanhar e, se preciso, ajudar o Banco Central o imediato encerramento dessas liquidações que estão causando, pelo que a gente tem conhecimento, enorme prejuízo financeiro à nação e dado até, através desta Casa, que é a Casa da transparência, uma maior transparência ao processo que todos nós sabemos ser um grande embaraço para todos que estão envolvidos nesse processo?

O parecer de V.Ex^a., pode ter certeza que será muito benéfico ou que positivo ou que negativo, mas para a gente tomar o rumo, porque quem está alheio, às vezes não tem o conhecimento de quem está dentro da situação.

Fique a vontade caso V.Ex^a. queira fazer alguma colocação também, tá? Fique à vontade.

SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS – Não é nenhum prejuízo a nação. Não é nenhum prejuízo. Não há que se falar, não é nenhum prejuízo. Os interesses do erário estão devidamente defendidos, então não há nenhum prejuízo.

Há uma discussão, nas Cortes se prevalece uma tese à outra, as teses defendem interesses gerais, mas eu só queria, Sr. Presidente, se me permite, não enxergo qualquer espécie de prejuízo à nação.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – É que pela informação que a gente tem, principalmente ouvindo os liquidantes como aqui vieram anteriormente das cinco instituições maiores, caso essas massas, o Banco Central perca as ações que tem na Justiça, segundo informação, isso custa dois bilhões de reais ao erário por ano.

SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS – O Banco Central ele pode perder as ações, ele tem que perseguir e o Banco Central que eu sei, pelo menos ao tempo que eu estava, têm absoluto convencimento e suas razões. Não há nenhuma razão, não vejo, pelo menos, aliás, eu estou entrando em seara que não são minhas.

SR. FRANCISCO JOSÉ DE SIQUEIRA – Fique à vontade.

SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS – Eu estou aqui atropelando o... Eu estou me metendo em coisas que já não mais me dizem respeito. Mas o Banco Central tem que defender os interesses do Tesouro, é isso que ele tem que fazer da melhor maneira que ele acha. É isso que ele está fazendo. Ele não tem que abrir mão de direito, ele não tem, como é que

diz? Concordar não, transigir se ele não vê razão para a transigência, não há nenhuma razão para transigir. Se ele não vê razão para transigência, não há que se falar em prejuízo.

Evidentemente, o resultado de uma ação na Justiça vai depender das decisões dos Juízes, não há... Quem falou em prejuízo, Sr. Presidente, falou equivocadamente. Não há prejuízo.

E se o Banco Central ganhar? E o Banco Central perder? E se o Banco Central ganhar? Quanto é que o Tesouro recebe? Então, isso é que é preciso examinar com calma.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Essa aí é a dúvida, porque, para se ganhar, não leva nada, mas o custo mensal dessa Administração da massa pelo que a gente tanto visto e conferido a outras autarquias, a outras instituições, é “n” vezes maiores. Então, isso tem um custo fixo que não será restituído pelo que a gente tem percebido.

SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS – Sr. Presidente, há um custo, evidente que eu não quero entrar em polêmica, há um custo da Administração da massa. Se o Banco Central ganhar, ele tem ganhado, o Tesouro tem ganho sim, ele está defendendo todo o interesse dele que é, como nós sempre defendemos com a nossa estratégia, agora com o outra estratégica, mas é a mesma matriz, vamos receber esses juros contratuais desde o início. O Banco Central vai receber, isso não tenho dúvida, porque se não for pelo 26 é pelo 129, eu não tenho a menor dúvida disso.

Mas enfim, é evidentemente o resultado de uma ação é o que der. E pode ganhar e vai ganhar sim, vai ter grandes... O Tesouro vai ter um grande lucro, perdão.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Muito obrigado.

SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS – Me perdoe, Sr. Presidente, a ênfase.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Fique à vontade, é muito oportuno.

SR. FRANCISCO JOSÉ DE SIQUEIRA – Bem, Senador, secundando um pouco o que disse o Diretor Carlos Eduardo, a Procuradoria Geral do Banco Central tem muita tranquilidade com as teses que sustenta a respeito dessa matéria.

É evidente que a última palavra cabe ao Poder Judiciário. Pode haver uma decisão adversa ao interesse do Banco Central? Pode. No entanto, em relação a esses créditos perante empresas em liquidação extrajudicial cobertos por garantia de PROER ou não, em qualquer circunstância, se houver perda de ação, o que vai ocorrer é o Banco Central receber menos do que se receberia.

Vamos supor que se confirme uma decisão estabelecendo que essa remuneração do crédito do Banco Central se fará por TR e não pelo custo médio como diz a norma, da garantia, o Banco Central receberia menos do que teria de receber se a decisão for de acordo com a fórmula prevista no contrato.

Não tenho como quantificar isso aí, evidentemente, tampouco eu saberia dizer quanto é que custa uma administração dessa, de cada uma dessa instituição. Não quero devolver a questão para o Diretor de Liquidações, mas esse dado nós temos no Banco Central.

Havendo interesse de V.Ex^a., antes mesmo de concluir os trabalhos, levarei isso e o Diretor encaminhará, não há problema nenhum, eu acho que a Subcomissão tem todo o direito, todo interesse e todo o direito de ter acesso a essa informação.

Já em relação aos pareceres da Procuradoria Geral, nós lidamos mesmo quando se trate de empresa em liquidação, com um conjunto de matérias que goza de uma proteção legal de sigilo por uma lei, a Lei Complementar nº 105, aprovada por esta Casa em 2001.

Então, eu teria dificuldades de mandar essa documentação ressaltada a hipótese de que haja uma requisição formal. Aí a Subcomissão eu acho que ela não teria a competência constitucional a quebrar, mas o Senado requisitando, mandaria, não há problema, não. V.Ex^a. falou de cinco anos, o tempo que aprovar, digamos. Desde que aprovado, nós mandaremos.

E eu quero dizer que o único obstáculo que me impede de assumir o compromisso de mandar, já que grande parte desses pareceres aprovados por mim mesmo, é a questão de sigilo apenas. Não é um é algo que tenhamos interesse nenhum, pelo contrário até de ocultar à Comissão. Não. A Comissão tem todo o interesse de obter a informação. Temos, no entanto, essa limitação.

Sobre o grupo de trabalho de que V.Ex^a. falou, eu acho que é um proposta interessante. Agora, eu sugiro que o Presidente da Subcomissão pode mandar um ofício, um expediente ao Diretor de Liquidações que aqui esteve ou ao Presidente do Banco Central a seu juízo que examinaremos isso com toda a boa vontade, não tenha dúvida.

Eu vejo que qualquer esforço do Congresso e temos acompanhado o esforço de V.Ex^a. lidando com essa matéria no curso desses dois anos é bem vindo, vem ao encontro de um interesse do Estado aí representando pelo Banco Central de encontrar saída para encerrar esses processos mesmo.

Só que quando essas questões acabam aportando no Judiciário como parte desses ativos que estão sendo questionados, fica difícil, porque nós já preci-

samos realmente de convencer o Juiz, o Ministério Público etc. Mas quando haja esse esforço e ele dê encaminhamento a uma proposta que venha a atender a esta necessidade de busca da solução, pode ter certeza de que o Banco Central é um parceiro e está ao seu lado para buscar esse entendimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Como a Comissão tinha quorum ao ser aberta, se fosse arbitrário, eu poderia aprovar aqui pela gente mesmo e solicitar, mas eu prefiro ser mais democrático e deixar para a reunião da semana seguinte. Pretendemos findar os nossos trabalhos nesse mandato no dia 12 de dezembro, mas sendo aprovado na próxima Sessão, quem sabe vai servir muito para a próxima Legislatura, para a próxima Subcomissão.

Caso não, eu me dou por satisfeito, agradeço muito a presença de V.Ex^{as} e podem ter certeza que vocês engrandeceram muito o nosso trabalho e vão nos ajudar, com a graça de Deus, a concluirmos um trabalho que a população brasileira espera da gente.

Muito obrigado pela presença e com a palavra, eu passo...

SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS – Parabéns, obrigado.

Só cumprimentá-lo mais uma vez pela iniciativa que é sempre muito importante que o servidor público venha esclarecer ao povo em geral o que ele está fazendo, o que ele fez e o que ele deixou de fazer. Meus parabéns.

SR. FRANCISCO JOSÉ DE SIQUEIRA – Muito obrigado, Senador. Repito. Acompanhamos o trabalho que V.Ex^a. vem desenvolvendo nesta Subcomissão, abordando especificamente esse assunto. Não posso dizer que lamento o fato de não continuar sob sua Presidência, porque V.Ex^a. diz que está indo para a Câmara, mas quero dizer que é um projeto, um trabalho que goza de toda a simpatia do Banco Central, naquilo que constitui a busca de uma solução para esse processo, que reconhecemos se arrastam sim, há algum tempo e nós precisamos sim da parte do Banco Central ter aliados no Congresso, no Ministério Público, no Judiciário. Enfim, como V.Ex^a. tem demonstrado pessoalmente como Parlamentar esse esforço na busca de uma solução que atenda da melhor forma ao interesse público que é, no final, o que interessa a todos nós. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Eu que agradeço e, com a graça de Deus, declaro encerrada essa Sessão.

Sessão encerrada às 17h07.

Ata da 3ª Reunião da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 20 de dezembro, de 2006, às 15:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às quinze horas e cinqüenta minutos do dia vinte de dezembro do ano de dois mil e seis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aelton Freitas, reúne-se a Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, com a presença dos Senadores Edison Lobão, Romeu Tuma, Valdir Raupp e Delcídio Amaral. Deixam de comparecer os Senadores Sérgio Guerra, e Fernando Bezerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Presidente esclarece que a presente reunião tem como finalidade a discussão e votação do Relatório Final da Subcomissão. A Presidência dá início aos trabalhos concedendo a palavra ao Relator, Senador Edison Lobão, que passa a leitura de seu Relatório. Após a leitura e discussão da matéria, o Presidente coloca em votação o relatório, que é aprovado por unanimidade pela Subcomissão. O Presidente esclarece que, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, o Relatório será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e doze minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Aelton Freitas**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Havendo número regimental, com a graça de Deus, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, em 20 de dezembro, às 15 horas na Sala de Reunião nº 9 da Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que concordarem, queiram permanecer como se encontram. Aprovada. A Ata será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com os seus registros de estenotipia informatizada.

Pauta: Discussão e votação do relatório final da Subcomissão Temporária de Liquidação das Instituições Financeiras, destinada ao acompanhamento de

liquidações de instituições financeiras pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL.

Como hoje é praticamente a última reunião, também, da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, muitos Senadores marcaram presença, mas estão em outras Comissões nesse momento que está acontecendo também já a Sessão Plenária. Mas felizmente se encontra aqui presente, nesse momento, o nobre Senador Edison Lobão que é o Relator de todo esse relatório por qual eu destino a palavra.

Nobre Senador para proferir o seu mandato. Com a palavra o nobre Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos chegando ao final desta Legislatura, com a Comissão tendo feito, no meu entendimento, a Subcomissão, um trabalho de bastante realização com muitas Audiências Públicas e com uma investigação, embora ela não tenha o caráter investigatório, bastante profunda do que tem ocorrido com as liquidações extrajudiciais dos Bancos brasileiros.

Indicado por V.Exª para fazer o relatório, elaborei esse trabalho com a participação da nossa consultoria e também da Assessoria dessa Comissão.

O relatório se compõe de 48 páginas já entregue aos cuidados de V.Exª e ao exame de todos os membros da Subcomissão que é composto de uma introdução, a segunda parte é o objetivo da Subcomissão, um resumo dos trabalhos que aqui realizamos, uma avaliação do Sistema Financeiro Nacional e os regimes especiais, a intervenção nesses Bancos, a aplicação do RAET, a liquidação extrajudicial, faço também uma avaliação da situação do BANCO ECONÔMICO e da intervenção ali realizada, examinamos o problema da liquidez do PROER e o pagamento de juros ao BANCO CENTRAL DO BRASIL, ingressamos rapidamente na situação do BANCO NACIONAL, mais aprofundamento o BAMERINDUS, o BANCO BAMERINDUS também sobre intervenção. A crise de liquidez desses Bancos, a compra do BANCO BAMERINDUS, o chamado “Banco Bom” pelo HSBC e finalmente as conclusões.

E aqui, Sr. Presidente, se diz na parte final, como não existem precedentes nos tribunais, o Poder Judiciário irá dirimir o conflito e pacificar o entendimento em relação à correção dos passivos dos Bancos em liquidação se não houver alteração de entendimento por parte do BANCO CENTRAL DO BRASIL ou dos ex-controladores. É importante que se observe que os financiamentos do PROER foram liquidados na data do vencimento dos contratos de abertura de crédito rotativo ao amparo do PROER, mediante débito na conta de reservas bancárias, ficando o BANCO CEN-

TRAL credor da instituição pelo saldo negativo da referida conta.

Dessa forma, decretada a liquidação extrajudicial o BANCO CENTRAL limitou-se à massa, pois não havia saldo credor nas reservas bancárias para liquidar os financiamentos.

Por outro lado, os contratos sob o âmbito do PROER, previam que o teto da reserva bancária não concretizaria a liquidação dos financiamentos concedidos pelo programa. A contradição legal levou a que os ex-controladores questionassem o prazo dos financiamentos do PROER alegando ainda que a Circular 2.636 de 1995 que regulamentou o PROER estabelecia a concomitância do prazo de vencimento do mútuo em termo final dos títulos que os garantiam.

Para o BANCO CENTRAL, como os Bancos em liquidação não teriam liquidado o financiamento do PROER, o empréstimo com garantias reais, o credor, nessas condições, conforme prevê o Parágrafo Único do art. 26, do Decreto-Lei nº 7.661 ainda de 1945 e vejam, aqui abro um parêntese para dizer que, tantas e tantas vezes, eu tenho falado contra a exuberância do número de leis que existem no Brasil. Nós temos mais de 180 mil leis. E recentemente tomei conhecimento de um trabalho muito bem feito por uma associação em São Paulo que demonstra que somente de 1988 a esta parte, a legislação tributária conseguiu ultrapassar esse número de leis que temos no Brasil, esse outro número de leis, temos 180 mil leis e mais 230 mil leis de caráter tributário, leis emitidas pelo Governo Federal, pelos Governos Estaduais e pelas Prefeituras Municipais. 410 mil, como pode um empresário lidar com tantas leis, já não digo nem as pessoas físicas.

E ainda assim temos um Decreto de 1945, ou seja, da época de Getúlio Vargas ainda, um Decreto-Lei em vigor. A Lei 6.024/1974 e o Decreto-Lei a que me referi de 1945, em letra e em espírito, determinam que a totalidade dos recursos arrecadados das empresas em liquidação, extrajudiciais ou falimentar, forme um só montante constituído pelos seus diversos ativos aos quais devem ser agregados os rendimentos deles. O saque antecipado de quaisquer valores que compõem a massa, ainda que para credor, mesmo que privilegiado, prejudica os demais credores. Evidentemente, está que a lei que regula a liquidação extrajudicial não prevê a cobrança de juros e nem prevê o privilégio aos créditos com garantia, pois o PROER introduziu essa nova situação.

Fica evidente também que apesar de correta a iniciativa do PROER que distinguiu os Bancos em “banco bom”, *good bank*, e “banco ruim”, *bad bank*, carecia o BANCO CENTRAL de instrumental jurídico adequado para aplicá-lo, chegando mesmo a impro-

visar a regulamentação, isso é uma posição clara do embasamento legal para a contabilização do passivo dos Bancos em liquidação.

A mudança de interpretação legal e as alterações contábeis atestam essa afirmativa. Os principais problemas para encerrar uma liquidação extrajudicial são determinar os valores do ativo e do passivo. Houve significativa melhora no prazo de liquidação de instituições financeiras. Todavia, o prazo médio continua muito alto.

Observaram-se divergências de interpretação e interesses entre o BANCO CENTRAL, o Juiz e o credor da massa em liquidação e os liquidantes. Por exemplo, a substituição do Sr. Francisco Sales Barbosa em 10 de janeiro de 1996 teria sido por conta de sua divergência em relação ao acordo com o BANCO EXCEL. Há pouca transparência nas avaliações do ativo e dos passivos dão margem à corrupção. Além disso, alguns ativos como Fundo de Comércio, isto é, a marca, a carteira de clientes e segredos comerciais, foram cedidos sem ônus aos Bancos adquirentes em alguns casos e em outros não.

A despeito de avaliações de propostas que possam ter ocorrido durante a intervenção, não houve razões convincentes para que as escolhas dos Bancos adquirentes, a chamada parte boa, ocorresse sob sigilo por parte do BANCO CENTRAL. Um ponto de grande preocupação tem sido a atuação dos liquidantes. Sabe-se que após a decisão da liquidação de uma instituição financeira, a boa administração da massa é fundamental para se diminuir ou impedir eventuais prejuízos aos cofres públicos.

Sendo assim, o BANCO CENTRAL DO BRASIL deveria acompanhar pormenorizadamente, o trabalho dos liquidantes, das instituições financeiras. Mas não é o que parece ter ocorrido ao longo do tempo. Se críticas podem ser feitas em termo de fiscalização em geral dos Bancos, em relação à atuação dos liquidantes, as evidências de uma fiscalização pouco vigorosa são ainda mais evidentes, conforme os exemplos vistos no presente relatório.

Entre as sugestões, de alteração da Lei 6.024 de 1974, sugerimos extinguir a liquidação extrajudicial, dessa forma continuaria a intervenção a ser decretada pelo BANCO CENTRAL, sim, com possibilidade de decretar a liquidação de requisitar a falência.

Todavia, a administração da liquidação extrajudicial deve ser atribuição do Poder Judiciário por meio do rito sumário como em outros Países isto ocorre.

Cabe observar ainda que a época do lançamento do PROER existia a possibilidade de contribuições extraordinárias por parte dos Bancos que formam o sistema financeiro, quando dos empréstimos pelo PRO-

ER evitando-se dessa forma a assistência de liquidez com recursos administrados pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL, o que tornaria o programa bem mais transparente.

Finalmente, sugerimos uma análise por parte da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, ouvindo em Audiência Pública os dirigentes do FGC, do BANCO CENTRAL e da Federação Brasileira dos Bancos, FEBRABAN, sobre a situação do fundo garantidor para avaliar a situação daquele fundo em uma eventual crise de liquidez do sistema financeiro que possa resultar em problemas semelhantes em relação a alguns Bancos.

Sr. Presidente, este é o resumo a que pude chegar do trabalho em gente que aqui realizamos. Devo dizer que o PROER, no meu entendimento, constitui uma inovação engenhosa, criativa, talentosa dos nossos administradores da economia brasileira. Muitos Países em crise tanto quanto o Brasil, aquela época, não puderam aplicar o mesmo sistema, pois ele não existia e não era do conhecimento de todos. Mas já agora, algumas nações procuram valer-se do nosso sistema de controle desses Bancos para dirimir dúvidas e remover tais problemas.

Cumprimento, portanto, os criadores do PROER pela engenhosidade desse sistema. Todavia, Sr. Presidente, não posso deixar de concluir, com uma palavra de elogio por um lado ao Banco Central por ter acudido o sistema financeiro a tempo antes que ele ruísse no epicentro de um vulcão de dificuldades. Esses Bancos, muitos deles, estavam realmente no limiar de uma grande derrocada, todavia o Banco Central que foi rápido nas suas intervenções tem sido lento, lamentavelmente, lento no encaminhamento das decisões finais. Não sei se a partir de algumas liquidações, cujos liquidantes não são fiscalizados pelo BANCO CENTRAL com a presteza que no meu entendimento devia ocorrer e nem com a presença mais amiúde das autoridades do BANCO CENTRAL. Alguns desses liquidantes podem eventualmente ter cometido ou praticado gestões temerárias que careciam de correção e de maiores cuidados.

Os controladores dos Bancos têm peregrinado pelas portas do BANCO CENTRAL e até do Poder Judiciário a busca de uma recuperação de eventuais direitos legítimos e, todavia, não tem sido ainda atendidos. Oxalá, possa o BANCO CENTRAL acelerar essas liquidações, concluí-las do melhor modo possível para que prejuízos maiores sejam evitados para os controladores.

No mais, Sr. Presidente, reconhecer o trabalho de V.Ex^a, sobretudo, que teve a iniciativa de pedir a Constituição dessa Subcomissão, tem sido um Presidente

atento, diligente, operoso e que ao deixar o Senado, dentro de alguns dias, nos deixará muita saudade, a saída de V.Ex^a do Senado constituirá uma perda grande para os nossos trabalhos e para o dinamismo das funções que aqui exercemos.

Nessa Subcomissão, V.Ex^a não esteve ausente em nenhum momento, pelo contrário, a sua presença foi total, foi permanente e a sua participação até na inquirição das testemunhas foi de modo a permitir que este Relator buscasse mais dados nestas inquirições para a elaboração do seu relatório.

Sr. Presidente, agradeço a escolha do meu nome para a função que aqui neste momento exerço de Relator da Subcomissão. E submeto, não apenas a V.Ex^a, mas a todos os membros dessa Subcomissão o trabalho que foi possível realizar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Nobre Senador Edison Lobão, mui digno Relator desse tão profundo e bem feito relatório que eu já esperava um serviço de qualidade de V.Ex^a, mas estou encantado ao ler, ao ouvir e agora ao assistir o resumo do seu relatório.

Eu é que agradeço muito a Deus e a todos os senhores pela oportunidade que estou tendo de ter trabalhado aqui nessa Casa ao lado de pessoas tão ilustres, principalmente de V.Ex^a, estou aprendendo e aprendi muito, estamos indo agora para a Câmara dos Deputados, mas a interação das duas Casas se fazem muito necessário e para mim, um dos portos seguro que eu sinto que terei nos próximos quatro anos e por longos anos ainda será de V.Ex^a, o Gabinete de V.Ex^a e a nossa parceria tentando fazer o melhor pelo Legislativo desse País, tanto na Câmara Federal, tanto aqui no Senado na pessoa de V.Ex^a.

Quero cumprimentá-lo pelo brilhante relatório que fez, agradecer por esses anos que nós passamos aqui juntos e acredito que muitos frutos, muitas benesses ainda virão aos cofres públicos, ao povo brasileiro e que o nosso trabalho também tenha servido de ajuda ao BANCO CENTRAL para ter uma luz, um norte para saber como concluir boa parte dessas liquidações que muitos esperam dela. Credores que tem recursos na massa falida que não sabe de quem receber, como fazer. Acredito que vai servir e muito.

E queria pedir a sugestão, e se possível, o voto de V.Ex^a na possibilidade da gente encaminhar cópia do Relatório de V.Ex^a ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da República para que possam tomar conhecimento e de repente tomar as devidas providências, mas peço a opinião, o Parecer e o voto de V.Ex^a, até pela experiência que tem, pelo conhecimento que tem e a experiência de vida.

V.Ex^a é uma referência para mim e tenho certeza que tudo que tomar, qualquer decisão compartilhado com V.Ex^a, estaremos fazendo o que for melhor e mais acertado.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Nada a opor a essa iniciativa, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Então, está aprovado. Agradeço mais uma vez a participação de toda essa Comissão, em especial do nobre Relator, Senador Edison Lobão.

Muito obrigado pela oportunidade, tenham todos um bom final de ano, um feliz Natal e um feliz 2007.

Me desculpe que tive a aprovação do nobre Relator, então, tenho que colocar em votação segundo o nosso Secretário Dr. Gonzaga. Em votação o relatório. Em discussão. Não tendo nada a discutir, os Senadores que concordar permaneça como estão. Aprovado.

Sessão encerrada às 16h12.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Trigesima Primeira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 22 de novembro de 2006, quarta-feira, às 9:30 horas.

Às onze horas e vinte e seis minutos, do dia vinte e dois de novembro de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARIA DO CARMO ALVES, JONAS PINHEIRO, FLEXA RIBEIRO, IDELI SALVATI, PAULO PAIM, PATRÍCIA SABOYA GOMES, AUGUSTO BOTE-LHO, EDUARDO AZEREDO, TEOTÔNIO VILELA FILHO, WELLINGTON SALGADO, DELCÍDIO AMARAL, MOZARILDO CAVALCANTI, EDUARDO SUPLICY, ROBERTO CAVALCANTI, GERALDO MESQUITA JUNIOR, MÃO SANTA, VALDIR RAUPP, ROMERO JUCÁ E LUIZ PONTES**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião é iniciada com a discussão e votação das emendas da Comissão que serão apresentadas à Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2007 – PLN nº 15 de 2006. O Senador Antônio Carlos Valadares inicia a leitura das emendas aprovadas pela Comissão no último ano. A seguir o mesmo profere o seu relatório relacionado às emendas apresentadas à LOA. Foram apresentadas cento e dez emendas à LOA. Nos termos do art. 25, inciso I, da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Comissão de Assuntos Sociais poderá apresentar até cinco emendas, relativas às matérias que lhe sejam afetas. Pautado em critérios estabelecidos no artigo 100 do

Regimento Interno, que determina a competência da Comissão, o Relator indica as seguintes emendas ao PLN nº 15 de 2006, que passarão a ser de autoria da Comissão: **Emenda nº 001/CAS: FUNASA – Saneamento Básico (R\$ 250.000.000,00)**, apresentada pelos Senadores Mão Santa, Lúcia Vânia, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Romero Jucá,

Cristovam Buarque, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Valadares e Flexa Ribeiro; **Emenda nº 002/CAS: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE – Rede Sarah – (R\$ 200.000.000,00)**, apresentada pelos Senadores Mão Santa, Rodolpho Tourinho, Lúcia Vânia, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Heráclito Fortes, Romeu Tuma, Romero Jucá, Flávio Arns, Antônio Carlos Valadares e Flexa Ribeiro; **Emenda nº 003/CAS: INCOR – Fundação Zerbini (R\$ 200.000.000,00)**, apresentada pelos Senadores Rodolpho Tourinho, Valdir Raupp, Antônio Carlos Valadares e Heráclito Fortes; **Emenda nº 004/CAS: FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – Estruturação da Rede Básica de Serviços De Proteção Social Básica (250.000.000,00)**, apresentada pelos Senadores Mão Santa, Lúcia Vânia, Maria do Carmo Alves, Fátima Cleide, Mozarildo Cavalcanti e Ideli Salvati; **Emenda nº 005/CAS: SECRETARIA ESPECIAL DE APOIO À MULHER – Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres (R\$ 100.000.000,00)**, apresentada pelos Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide e Cristovam Buarque. Os senhores Senadores e Senadoras membros da Comissão subscrevem todas as emendas. Em votação, as emendas foram aprovadas por unanimidade. **EXTRA PAUTA – REQUERIMENTO Nº 37, DE 2006 – CAS.** “Requer a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das questões atinentes a *Contribuição Assistencial à luz do PLS 248/2006*, a ser realizada no âmbito da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência” **Autor:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **EXTRA PAUTA – REQUERIMENTO Nº 38 DE 2006 – CAS.** “Requer a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das questões atinentes à *Jornada de Trabalho dos Farmacêuticos*, devendo ser convidadas as entidades representativas de empregados e empregadores do setor, e outros a serem definidos pela própria comissão” **Autor:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **EXTRA PAUTA – REQUERIMENTO Nº 39, DE 2006 – CAS.** “Requer a realização de Audiência Pública, para o dia 14 de dezembro de 2006, com vistas a tratar das questões atinentes ao *“Instituto Aerus de Seguridade Social”*. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados representante da Secretaria de Previdência Complementar, representantes da Varig, do Instituto Aerus de Seguridade Social, do Sindicato Nacional dos Aeronautas e outros

a serem definidos por esta comissão” **Autor:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores **Romero Jucá, Patrícia Saboya Gomes, Flexa Ribeiro, Paulo Paim e Roberto Cavalcanti.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião, sob a presidência do Senador **Antônio Carlos Valadares**, às doze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa ordinária, da 52ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, realizada no dia 04 de outubro de 2006. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu quero esclarecer a esta Comissão que a Sessão de hoje será dedicada, exclusivamente, à discussão e aprovação das Emendas ao orçamento da União. Emendas de Comissão. Nós temos direito, como as demais Comissões, a apresentarmos cinco Emendas. No ano passado, os itens contemplados foram os seguintes: Fundo Nacional de Assistência Social – Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica Nacional, foi aprovado o valor de 250 milhões de reais. O Ministério da Integração Nacional obteve, para apoiar Obras Preventivas de Desastres, o valor de 300 milhões de reais. O Ministério das Cidades, para apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, o valor de 300 milhões de reais. O Fundo Nacional de Saúde – Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais de Pesquisas no Campo da Saúde) – Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais, obteve 200 milhões. A Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, para Saneamento Básico para Controles de Agravos, um valor totalizando 300 milhões de reais. Foram essas as ações aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais ao orçamento do exercício de 2006. Agora vamos ao exercício de 2007. Antes, porém, eu concedo a palavra, pela ordem, à nossa Vice-Presidente, Senadora Patrícia

esta Comissão, relativos ao orçamento de 2007. Com a palavra a nossa Vice-Presidente.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Caro Presidente Valadares, Senador Paulo Paim e as pessoas que nos acompanham nesta Comissão, nós tivemos uma, agora há pouco, uma conversa com a Secretaria das Mulheres, que está aqui representada por algumas pessoas, em que há uma preocupação de que esta Comissão possa ajudar num complemento das ações, principalmente com o objetivo. O objetivo principal das Emendas propostas pelo Ministério das mulheres, seria o fortalecimento da autonomia econômica para que a mulher pudesse, na verdade, as mulheres que estão em situação de risco, as mulheres que vivem abaixo da linha da pobreza, pudessem ser capacitadas a terem uma renda. A melhorar a sua renda. Várias Emendas foram apresentadas nesse sentido. Emendas de valores menores. Nós chegamos ao acordo de que nós poderíamos juntar essas Emendas numa só. Eu queria só ver qual é o nome do programa... É autonomia...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O programa referente... Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Exatamente. Essa de incentivo à autonomia econômica da mulher no mundo do trabalho.

Então, tem uma Emenda que é do Senador Paulo Paim, da Senadora Fátima Cleide, três da Senadora fielmente Cleide e uma do Senador Cristovam Buarque. A minha sugestão é que nós pudéssemos juntar todas essas Emendas para atender a Secretaria Especial de Proteção à mulher com uma Emenda única, que claro, dependendo do valor que V.Exª estipular. Mas eu creio que 50 milhões seria um valor razoável para que a gente pudesse juntar todas essas Emendas e aprovar. Não sei se o Senador Paulo Paim, que inclusive é autor de uma delas, concorda ou deseja alterar esse valor.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Patrícia, com todo carinho que eu tenho pela Secretaria Especial das mulheres, e eles também nos procuraram, mas a minha maior orientadora nesse tema é V.Exª.

Então, o encaminhamento que V.Exª fizer, com certeza eu vou seguir com a maior tranquilidade, que eu entendo que será o melhor para as mulheres. E se desse para botar mais, muito melhor. Mas V.Exª está fazendo um equilíbrio.

Então, eu acompanho V.Exª, a sua posição em relação a que a gente possa aglutinar e aprovar a Emenda das mulheres.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Eu agradeço o Senador Paulo Paim pela con-

fiança. Antes disso eu já tinha conversado. Os representantes da Secretaria Especial de Proteção à Mulher concordam com esse valor. Eu posso só ver um aceno... Concordam com esse valor. E nesse momento, como também apresentei uma Emenda à Comissão, que é do Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que tem sido uma das minhas maiores bandeiras e maiores lutas nessa Casa, o valor que nos foi aconselhado, pela própria Secretaria de Direitos Humanos, seria um valor de 13 milhões.

Então, nós colocamos esse valor, apesar de que eu imaginava que poderia ser um valor maior. E existem mais de cem Emendas, e evidentemente que o Presidente está aqui, coitado, numa situação muito difícil de ter que escolher apenas cinco dessas Emendas.

Eu conversando, também com a Assessoria, pensamos o seguinte, que nesse Programa de Autonomia Econômica para as Mulheres, nós poderíamos também incluir as meninas e meninos que são vítimas da violência sexual, com programas que poderiam já ser usados para a capacitação. Só que ao invés... Eu não vou fazer aqui uma batalha, porque eu sei da dificuldade do Presidente de ter que escolher essas Emendas com o compromisso da Secretaria Especial de Proteção das Mulheres. De que possa também, como não vai ser aprovada essa Emenda da Secretaria de Direitos Humanos, de Combate à Exploração Sexual, que neste programa, específico da Secretaria das Mulheres, possa ser incluído também as meninas que são vítimas de violência sexual. Sendo assim, Presidente, pra mim estaria resolvido o problema. Ficam 50 milhões. E a própria Secretaria das Mulheres se responsabiliza em acatar a minha Emenda de combate à exploração sexual neste programa específico.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pois não, Senadora Patrícia. Antes de conceder a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, eu gostaria de fazer o Relatório das Emendas que foram apresentadas, como também o parecer sobre elas, que será verbal. De vez que não houve tempo de fazer um parecer por escrito, devido o grande número de Emendas que foi apresentado, e também devido à escassez de tempo para a elaboração de um parecer mais aprimorado. Porém, espero em Deus ter a inspiração necessária ladeado aqui pelo Senador Jucá, que é um “expert” em orçamento, e pela Senadora Patrícia, que entende, como todos nós sabemos, dos problemas ligados à adolescência, e uma defensora intransigente do fortalecimento desse setor.

Então, foram apresentadas 110 Emendas ao PLN nº. 15/2006, junto à Comissão de Assuntos Sociais. As Comissões Permanentes, como é do conhecimento de todos, podem apresentar até cinco Emendas. Nesse

sentido, e buscando simplificar o processo de encaminhamento por parte dessa Comissão, procedemos à aglutinação de diversas Emendas. Ou seja, nós englobamos, já que houve repetição de Emendas com valores diferentes, é bem verdade, nós englobamos várias Emendas em uma só. Por exemplo: As referentes a saneamento básico, para a FUNASA e Ministério da Saúde, foram apresentadas as seguintes Emendas: De nº. 01, 38, 41, 42, 45, 47, 51, 61, 76, 77, 79, 86, 87, 92, 93 e 94. E os autores dessas Emendas, faço questão de discriminar os autores, para conhecimento público. Foram os seguintes: Senadores Mão Santa, Lúcia Vânia, Paulo Paim, Roberto Cavalcante, Romero Jucá, Cristovam Buarque, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Valadares e Flexa Ribeiro. Foram os Senadores que apresentaram essas Emendas.

Então, a proposta que eu faço para Saneamento Básico é igual à que foi aprovada, um valor semelhante ao que foi aprovado no ano passado. De 250 milhões de reais para o setor: Saneamento básico. Agora, ainda para o Fundo Nacional de Saúde, foram apresentadas, direcionadas para a Rede Sarah, as Emendas de nºs. 10, 11, 12, 46, 53, 54, 63, 85, 88, 89 e 95. Os autores e as autoras foram os Senadores Mão Santa, Rodolpho Tourinho, Lúcia Vânia, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Heráclito Fortes, Romeu Tuma, Romero Jucá, Flávio Arns, Antônio Carlos Valadares e Flexa Ribeiro.

Então, a proposta que eu faço é de 200 milhões de reais para a Rede Sarah, que atende, sem dúvida alguma, a uma faixa da população carente, e que os Senadores conhecem, vamos dizer, a situação da Rede Sarah precisa de apoio de financiamento público para o seu funcionamento adequado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu estou terminando o Relatório. Logo em seguida darei a palavra pela ordem a V.Ex^a. Também há Emendas... Quatro Emendas. As Emendas nº. 04, 80, 81 e 96, de autoria dos Senhores Senadores Rodolpho Tourinho, Antônio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Heráclito Fortes, direcionadas para o INCOR. Ultimamente a imprensa tem divulgado a situação difícil do ponto de vista financeiro do INCOR, que é uma instituição que atende as várias faixas da população, inclusive a população atendida pelo SUS. E é preciso que haja um aporte de recursos suficiente para minorar a crise sofrida por essa instituição modelar, que inclusive funciona aqui, hoje, na cidade de Brasília, que tem uma aparelhagem das mais modernas, se não a mais moderna de todo o País.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Gos-taria, Senhor Presidente de.....

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Não foram aprovadas, ainda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu sei disso.. De subscrever esta emenda...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu também quero subscrever.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Da maior importância, principalmente pelas dificuldades que estão sendo relatadas da Fundação Zerbini.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – A sugestão é que quando nós aprovemos as cinco Emendas, todos nós sejamos subscritores de todas as Emendas, porque é uma Emenda da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Exatamente. Muito obrigado a V.Ex^{as}.. Para o Fundo Nacional de Assistência Social, Serviço de Proteção Social Básica foram apresentadas várias Emendas, os autores e as autoras, Senadores Mão Santa, Lúcia Vânia, Maria do Carmo Alves, Fátima Cleide, Mozarildo Cavalcanti e Ideli Salvatti.

Bom, para o INCOR, nós sugerimos... Voltando ao INCOR, uma Emenda no valor igual para a Rede Sarah. Duzentos milhões de reais. Logicamente que vamos colocar em votação ainda. É sugestão do Presidente, que é o Relator. Agora, existem outras, voltando ao Fundo Nacional de Assistência Social, Proteção Social Básica. No ano passado, Álvaro, foi quanto do ano passado? Foi 250 milhões.

Então, nós podemos repetir o mesmo valor: 250 milhões de reais. O pessoal está anotando aí, não é?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Tudo na modalidade 99 de aplicação a definir. É importante que se diga isso. Para depois não...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Modalidade 99, aplicação a ser definida. Isso. Dá mais flexibilidade. Agora, há outras Emendas que foram apresentadas para os setores de apoio às obras preventivas de desastre, o Ministério de Integração Nacional, Secretaria Especial de Proteção à mulher, Secretaria Especial de Política de Promoção de Igualdade Racial.

Então, nós temos... E ainda, Ministério das Cidades, Habitação e Infra-estrutura Urbana. Todas as emendas relacionadas ou direcionadas para esses setores, essas áreas. Ocorre que dessas que eu relacionei por último, nós temos que escolher apenas uma, porque já temos quatro. Já temos quatro sugestões com o Fundo Nacional de Assistência Social. Agora, a nossa Vice-Presidente, ela apresentou uma argumentação invencível. Primeiro, porque a mulher merece a

nossa prioridade. Segundo, porque a apresentação, a justificação da Senadora Patrícia Gomes, ela nos convenceu de vez que ela se volta para a autonomia econômica das mulheres. No valor de 100 milhões de reais. V.Exª poderia fazer um resumo da importância desta Emenda, que são várias Emendas englobadas numa só, no valor de 100 milhões. Para os Senadores que acabaram de chegar. Agradeço a V.Exª.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Pois não. Eu que agradeço a V.Exª. Na verdade, Srs. Senadores, foram apresentadas cinco Emendas de autoria tanto do Senador Paulo Paim, Fátima Cleide, Cristovam Buarque, que trata da questão específica da autonomia econômica da mulher no mundo do trabalho. Esse é um pleito da Secretaria Especial de Proteção à Mulher, e visa justamente capacitar aquelas mulheres que hoje vivem numa situação de risco. Não necessariamente só de violência, mas em situação também de pobreza, que não deixa de ser, evidentemente, uma violência.

Eu também tinha apresentado uma Emenda de valor menor, que tratava da questão do combate à exploração sexual, que é o tema que eu venho procurando debater e defender. Inclusive hoje eu quero registrar uma matéria que foi feita no CORREIO BRAZILIENSE, uma matéria espetacular, talvez um dos estudos mais brilhantes que já foram feitos por uma jornalista, a jornalista Érica, que trata da questão e explica uma coisa que tem sido tema do nosso debate. O porquê que isso acontece. E o próprio Ministério, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, fez uma pesquisa em que relata que em quase mil Municípios brasileiros existe a prática da exploração sexual de crianças e adolescentes. E essa pesquisa que a jornalista faz, essa matéria que a jornalista faz, Senador Paulo Paim, é muito interessante porque mostra claramente que nestes Municípios, nestes mil Municípios, essas meninas e esses meninos não freqüentam as escolas. Ou então, a freqüência nas escolas é bem menor do que em outros lugares. Mostra e comprova aquilo que a gente vem lutando muito e debatendo nessa Casa, das políticas sociais. Que o Brasil precisa, de uma vez por todas, enfrentar esse problema e investir em políticas sociais ousadas e criativas que realmente dêem uma perspectiva de vida melhor a essas crianças. Não basta dizer que tem 97% das crianças, ou 98, ou 99% das crianças matriculadas nas escolas no Brasil. Por quê? Porque as crianças não vão à escola. Elas podem estar matriculadas, mas essas, por exemplo, que estão envolvidas em redes de exploração sexual, estão matriculadas, mas não vão à aula. Não vão à aula porque têm medo, porque têm vergonha, porque já têm um carimbo na testa de que são meninas, que

são meninas que se envolveram com exploração sexual. Por isso, é muito importante que a gente consiga de uma vez por todas implementar essas políticas.

Mas eu compreendo que a situação do Presidente e de todos os Senadores, que nós temos 110 Emendas aqui que foram apresentadas, e dessas 110 Emendas, nós só podemos apresentar cinco delas. Eu acho que nós poderemos ser contemplados com a Secretaria Especial de Proteção à Mulher, já que eles assumem o compromisso, de neste programa de cem milhões que nós estaremos aprovando, de incluir também as meninas que são vítimas de violência sexual. Portanto eu quero agradecer ao Senador Antônio Carlos Valadares pela sua sensibilidade. Mais uma vez, Senador Romero Jucá, Paulo Paim, todos que estão aqui presentes, porque nos ajudaram a compreender essa necessidade, que é de vital importância. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Exª pelo brilho da apresentação, que certamente comoveu a todos nós. Uma justificação plausível, totalmente de acordo com a realidade nacional. Meus parabéns a V.Exª, minha Vice-Presidente. Eu, sem maiores delongas, colocarei em votação as Emendas globalizadas que foram apresentadas pelos diversos Senadores. Saneamento básico, FUNASA, 250 milhões. Rede Sarah, Fundo Nacional de Saúde, 200 milhões. INCOR Fundação Zerbini, 200 milhões. Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, Serviço de Proteção Social Básica, 250 milhões.. Ministério... Secretaria Especial de Proteção à Mulher, que foi totalmente justificada pela nossa Vice-Presidente, Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres, 100 milhões de reais.

Cinco Emendas em votação. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam as Emendas ao orçamento da União referente ao exercício de 2007, permaneçam como se encontram. Aprovadas por unanimidade. Parabéns aos Senadores e Senadoras.

Encerro a presente reunião, convocando... Antes de encerrar, porém, concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Paulo Paim, com muito prazer.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Valadares, eu tenho dois Requerimentos de Audiência Pública que eu queria aprovar, nem que a gente não fixe a data, a combinar num segundo momento, eu queria ver se V.Exª poderia colocar em votação pra mim. E um outro esclarecimento rápido, Senador Valadares, se me permitir ainda...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A nossa Assessoria, ouvir os pleitos do Senador Paulo Paim, para que a gente providencie ainda nessa Sessão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – É, já estão na Mesa. É uma leitura rápida. Dois requerimentos. E tem um outro esclarecimento que eu gostaria de fazer a V.Ex^a, que eu acho muito positivo, o Senador Crivella e outros Senadores encaminharam uma série de Emendas a essa Comissão contra o ensino do jovem, qualificação profissional... Inclusive eu encaminhei. Nós aqui, mediante esse acordo que fizemos, que eu assino na íntegra, eu quero dizer que como eu sou Relator na Comissão de Educação, eu estou lá acatando Emendas na área da qualificação, já que eu sou muito apaixonado pelo ensino técnico.

Então lá todas as Emendas que aqui nós não podemos contemplar, lá naquela Comissão eu estou acatando. É uma forma também de atender também os nossos Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Paulo Paim, também eu gostaria de pedir a V.Ex^a que não se ausentasse logo após o término dessa Sessão, porque em seguida nós temos uma reunião informal com o pessoal ligado aos nossos projetos, Projeto de Lei nº. 68, da nossa autoria, e o Projeto de Lei nº. 250 da autoria de V.Ex^a, que trata da regulamentação da aposentaria dos deficientes, da situação do pessoal de risco, o art. 40, § 4º da nossa Constituição.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Que o Senador é o Rodolpho Tourinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E o Relator é o Senador Tourinho, do Estado da Bahia. Ele fez um belíssimo trabalho...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Inspirado no Projeto de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E também no Projeto de V.Ex^a. Nós temos uma parceria muito produtiva aqui nesta Casa.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Vamos aprovar na quarta-feira, se Deus quiser. Lá e aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Houve um pedido de vista da Comissão de Justiça, eu não sei porque alguém lá disse que era inconstitucional. Ora, nós estávamos apenas regulamentando um artigo cuja omissão está prejudicando, vamos dizer, uma faixa da população muito importante para o desenvolvimento social do nosso País.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – V.Ex^a tem toda a razão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB) – Sr. Presidente, gostaria que constasse em Ata aquilo que foi estabelecido, que todos os Senadores

farão parte e assinassem as Emendas do INCOR e sucessivamente todas as outras. Fosse extensivo a todos os outros.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Roberto Cavalcante, a observação de V.Ex^a será levada em conta, e foi uma observação importante, já que todos os Senadores se engajam na luta dessas instituições que tanto trabalham nas diferentes Unidades da Federação em favor das populações mais pobres.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB) – Tanto o INCOR como as demais Emendas. Perfeito?

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Está bem. V.Ex^a será atendido. Requerimento. Muito Obrigado, minha Vice-Presidente. Requerimento de autoria do Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública, com data a ser marcada posteriormente, com vistas a tratar das questões atinentes ao Instituto AEROS de Seguridade Social. Para tanto gostaríamos que fossem convidados representantes da Secretaria de Previdência Complementar, representante da VARIG, do Instituto AEROS de Seguridade Social, do Sindicato Nacional dos Aeronautas, e outros a serem definidos para esta Comissão. O outro Requerimento... Vou colocar os requerimentos todos em votação. É também extrapauta, que requer a realização de Audiência Pública para tratar de questões atinentes à contribuição assistencial à luz do PLS nº. 248.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, só esse que seria no dia 30. É o único que tem data. Os outros poderão ser no momento que entender mais adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então este será no dia 30. Os Senadores e as Senadoras que aprovam os requerimentos permaneçam como se encontram. Aprovados por unanimidade.

Também há um outro Requerimento do Senador Paulo Paim, que requer realização de Audiência Pública, com data a ser acertada posteriormente, com vistas a tratar de questões atinentes à Jornada de Trabalho dos Farmacêuticos. Devendo ser convidadas as entidades representativas dos empregados e empregadores do setor, e outras a serem definidos pela própria Comissão. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento do Senador Paulo Paim.

Encerrada esta Sessão.

Convocada uma outra para a próxima semana, quarta ou quinta-feira, a Secretaria irá comunicar os Srs. Senadores o dia, se será quarta ou quinta, como também o horário para a realização da próxima Reunião da Comissão de Assuntos Sociais. Agradeço a V.Ex^{as}.

Sessão Encerrada às 11h52.

Ata da 32ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 29 de novembro de 2006, quarta-feira, às 9:30 horas.

Às dez horas e trinta e dois minutos, do dia vinte e nove de novembro de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARCO MACIEL, JONAS PINHEIRO, MARIA DO CARMO ALVES, FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAM, LÚCIA VÂNIA, LUIZ PONTES, ROMERO JUCÁ, VALDIR RAUPP, GERALDO MESQUITA JUNIOR, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATI, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, HERÁCLITO FORTES, DEMÓSTENES TORRES, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, WELLINGTON SALGADO, ROBERTO CAVALCANTI, MOZARILDO CAVALCANTI, DELCÍDIO AMARAL E EDUARDO SUPLYCY**. Também compareceu o Deputado Rafael Guerra. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senador Antônio Carlos Valadares declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Por solicitação da Senadora Lúcia Vânia, o Presidente sugere a inversão de pauta, que é aprovada. Passa-se à apreciação dos projetos. **ITEM 11 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2002**, “Dispõe sobre o exercício da Medicina”. **Autor:** Senador Benício Sampaio. Tramitando em conjunto com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, DE 2002**, “Define o ato médico e dá outras providências”. **Autor:** Senador Geraldo Althoff. **Relatora:** Senadora Lúcia Vânia. **Parecer:** contrário ao PLS nº 25, de 2002 e favorável ao PLS nº 268, de 2002, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado. O Presidente concede palavra à Senadora Lúcia Vânia para relatar o projeto. **EXTRA PAUTA – ITEM 12) – REQUERIMENTO Nº 40, DE 2006- CAS**, “Requer que seja realizada uma audiência pública com o objetivo de esclarecer os Senhores Senadores acerca dos problemas financeiros por que vem passando o Instituto do Coração) – Incor e seus impactos na área de saúde não apenas do estado de São Paulo, mas do Brasil todo, o Incor é uma referência para o nosso país e para a América Latina”. Requer, ainda, que sejam convidados a comparecer à audiência o Prof. Dr. Jorge Elias Kalil Filho, Presidente do Conselho Diretor do Incor, o Prof. Dr. Maurício Rocha e Silva, Presidente da Comissão Científica e de Ética e o Prof. Dr. David Everson Uip, Diretor Executivo do referido Instituto”. **Autores:** Senador Eduardo Suplicy e Senador Antônio Carlos Valadares. **Resultado:** Aprovado. **EXTRA**

PAUTA) – ITEM 13 – REQUERIMENTO Nº 41, DE 2006- CAS, “Requer, nos termos regimentais desta Casa, seja convidado o Diretor-Presidente da Fundação Zerbini, entidade que administra o Instituto do Coração do Hospital das Clínicas, Doutor Ademar Silveira Sabino, para prestar esclarecimentos na Comissão de Assuntos Sociais sobre a crise pela qual vem atravessando a referida Fundação.” **Autores:** Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Antônio Carlos Valadares e Senador Eduardo Suplicy **Resultado:** Aprovado. **EXTRA PAUTA – ITEM 14 – REQUERIMENTO Nº 42, DE 2006- CAS** “Requer nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno, a realização de audiência pública em conjunto por esta comissão e a Comissão de Educação, em consonância com o Requerimento nº 28, de 2006) – CE, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2002, bem como das demais matérias apensadas, com as presenças dos seguintes convidados”: Senhor Joaquim Lima, Diretor Executivo da Diretoria de Benefícios da Caixa Econômica Federal (CEF), Senhor Paulo Eduardo Cabral Furtado – Secretário executivo do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CCFGTS”. **Autor:** Senador Eduardo Azeredo. **Resultado:** Aprovado. Os demais itens da Pauta: (de 01 a 10) ficam adiados. Às dez horas e cinquenta e seis minutos o Senador Augusto Botelho assume a presidência. Às onze horas e vinte e três minutos o Senador Antônio Carlos Valadares reassume os trabalhos. O senador Presidente registra a presença dos (as) Senhores (as) – Lívia Garção, Secretaria Geral do CFM, Gerson Zafalon, 2º Secretário do CFM, Alceu Pimentel 2º Tesoureiro do CFM, Mauro Luiz de Britto, Presidente do CRM – AL, Mauro Brandão, Comissão Nacional em Defesa do PLS 25/2002, Dirceu de Lavor, Comissão Nacional em Defesa do PLS 25/2002, Neumar Figueiredo, Comissão Nacional em Defesa do PLS 25/2002, Salomão Rodrigues Filho, Comissão Nacional em Defesa do PLS 25/2002, Roberto Gurgel, Comissão Nacional em Defesa do PLS 25/2002, Sérvulo Numes, Comissão Nacional em Defesa do PLS 25/2002. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores: Eduardo Suplicy, Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho, Ideli Salvati, Lúcia Vânia, Papaléo Paes, Paulo Paim, Demóstenes Torres e Eduardo Azeredo. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e vinte três minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro da estenotipia informatizada. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Havendo número Regimental, declaro aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, realizada no dia 22 de novembro de 2006. Os Senadores e as Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Na Mesa dois requerimentos para apreciação dos Srs. Senadores e das Srs. Senadoras. Requerimento da autoria do Senador Eduardo Suplicy subscrito pelo Presidente desta Comissão que requer nos termos regimentais seja realizada uma Audiência Pública com o objetivo de esclarecer aos Srs. Senadores acerca dos problemas financeiros que vem passando o Instituto do Coração, INCOR, e seus impactos na área de saúde. Não apenas no Estado de São Paulo, mas no Brasil todo o INCOR é referência para o nosso País e para a América Latina. (*soa a campanha*) Requeiro ainda sejam convidados a comparecer a audiência o professor Dr. Jorge Elias Calil filho, Presidente do Conselho diretor do INCOR, o professor Dr. Maurício Rocha e Silva, Presidente da Comissão Científica e de Ética, o professor David Everson Uipe, diretor executivo do referido instituto.

Segue-se a justificação do Requerimento que tem como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy. Em votação. Para encaminhar a votação o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de informar que também subscrevi o Requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti para que o Presidente da Fundação Zerbini possa comparecer na mesma audiência. Gostaria de salientar que o tema de como a sociedade brasileira quer ajudar o INCOR a superar os problemas que tem vivido, tem sido uma preocupação inclusive do próprio Presidente da República, que ainda duas semanas, juntamente com o Ministro Guido Mantega, o Ministro da Saúde, conversaram com os diretores do INCOR que estão aqui sugeridos para estarem presentes e inclusive, esta Comissão de Assuntos Sociais, na semana passada, resolveu destinar um montante significativo de recurso como Emenda a Comissão para o INCOR. E avalio que será uma oportunidade para que todos nós estejamos mais conscientes de como esse problema, os problemas do INCOR podem ser resolvidos, mas inclusive para que nossa Comissão, o Senado Federal esteja também acompanhando a destinação a mais adequada e correta dos recursos para o INCOR.

Então avalio que se trata de uma audiência de grande relevância.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Exª... Logo em seguida, à discussão e encaminhamento do Requerimento, logo em seguida eu colocarei o Requerimento da autoria de V.Exª.. em votação.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Eu ia propor que colocássemos conjuntamente, já que a matéria é a mesma e o INCOR tem como mantedora a fundação Zerbini.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu atendo a questão de ordem de V.Exª...

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Votando conjuntamente poderíamos discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Até por economia processual.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Exª..., a sua sugestão Senador Mozarildo Cavalcanti. O segundo Requerimento, como eu disse é da autoria do Senador Mozarildo, também subscrita por mim e pelo Senador Suplicy que requer a participação em Audiência Pública do Presidente da Fundação Zerbini, que é o Dr. Ademar Silveira Sabino. Naturalmente que a data será marcada posteriormente entre os autores do Requerimento e os convidados.

Na próxima semana o Senador Suplicy já me disse pessoalmente que não há possibilidade, então a secretaria da Comissão fica aguardando a dada mais adequada para a realização dessa Audiência Pública que é da maior importância visando esclarecer ao Senado e ao Brasil a verdadeira situação financeira do INCOR e conseqüentemente da Fundação Zerbini. E como se referiu o Senador Suplicy na semana passada, essa Comissão manifestou a sua boa vontade para encontrar uma solução, no ponto de vista financeiro visando: não a pagar dívidas, mas dar apoio financeiro a realização de suas atividades específicas, principalmente as voltadas para atendimento a população que tem direito ao SUS. Senador Augusto Botelho deseja se referir sobre esses dois requerimentos?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Não, Senador. Antes de V.Exª. entrar na pauta, eu gostaria de fazer uma proposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pois não. Então em votação os requerimentos, os senhores Senadores e as senhoras Senadoras que aprovam os dois requeri-

mentos de convite para Audiência Pública a respeito do INCOR permaneçam como se encontram. Aprovados os requerimentos. A secretaria da Comissão tomará as providências cabíveis. Senador Augusto Botelho, pela ordem V.Ex^a...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR)

– Senador Presidente, eu gostaria de propor a V.Ex^a. uma inversão de pauta em virtude da grande ansiedade dos médicos do Brasil pela aprovação do ato médico, eu gostaria que o item 11 fosse o primeiro item a ser votado nessa Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu prefiro submeter o Requerimento de V.Ex^a. ao Plenário para de forma democrática tomar a decisão que for mais conveniente. Há um Requerimento então, do Senador Augusto Botelho propondo a inversão de pauta para que o item 11 se torne o primeiro item da pauta nesta Comissão hoje pela manhã. Os Senadores que aprovam essa inversão permaneçam como se encontram.

Então, aprovada a inversão de pauta. Senadora Ideli Salvatti pela ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, eu queria deixar aqui consignado porque eu tenho atividade lá na CPI das ambulâncias e eu não vou poder participar de todo o debate.

Mas eu recebi inúmeros telefonemas, inúmeras solicitações para o pedido de vista do projeto. E eu quero deixar aqui consignado em primeiro lugar, não aplaudam antes de saber o que eu vou falar. Tentei buscar todas as informações a respeito das questões que esse é um projeto que levou muito tempo de debate, é um projeto que tem um grau de polêmica muito grande, muito acentuado, mas as informações que nos foram prestadas desde ontem é que isto foi produto do que vai ser debatido hoje e apresentado para votação, foi produto de um acordo de conversas intensivas com atas, inclusive com a concordância de entidades que representam os diversos segmentos.

Eu não quero fazer aqui o pedido de vista com o objetivo de prolongar ainda mais o debate. Portanto, eu conversei com a Senadora Lúcia Vânia e a posição que nós gostaríamos de poder apresentar é: O projeto será debatido se for aprovado, ele não terá o caráter terminativo nesta Comissão, nós faremos o recurso para que ele seja votado no Plenário tendo em vista que com isto, nós poderemos ainda fazer algumas avaliações mais aprofundadas, se for o caso de querer algum aperfeiçoamento a votação no Plenário permite ainda apresentar algum tipo de Emenda, algum tipo de aperfeiçoamento. Portanto, eu não farei o pedido de vista, mas já quero deixar consignado que faremos o Requerimento para que a matéria seja le-

vada ao Plenário para que caso haja qualquer dúvida, qualquer questão ainda possamos fazer o debate e o aprimoramento antes dele sair dessa Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Ex^a., Senadora Ideli Salvatti. Obrigatoriamente após a apreciação desta Comissão, sendo o projeto aprovado, os Senadores terão que, caso queiram a discussão no Plenário, interpor recurso subscrito por 1/10 dos Senhores Senadores.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – E é isto Senador, que eu estou dizendo buscar fazer, até para garantir que o debate e a aprovação de uma matéria que casou e tem causado tanta polêmica e tanta discussão seja apreciada pela totalidade dos Senadores e Senadoras e não apenas pela Comissão aonde o projeto está como terminativo. Então uma matéria dessa envergadura merece o posicionamento explícito e claro de todos os Senadores e Senadoras. Por isso que nós vamos...sendo aprovado como eu acredito que deva acontecer,mas nós nos esforçaremos para levar o projeto ao Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu acho que a proposta de V.Ex^a. é democrática e visa sobretudo, desfazer qualquer dúvida a respeito dessa matéria que tem suscitado muito debate, e debates acalorados, com a participação naturalmente da Relatora que se debruçou sobre esta matéria tão importante que há muito tempo já está, desde a Comissão de Justiça, passando agora na Comissão de Assuntos Sociais.

Como houve a inversão de pauta e a Relatora já dispõe do parecer completo em face do trabalho realizado anteriormente, eu concedo a palavra à Relatora para a leitura do parecer, convidando-a para participar aqui da Mesa ao nosso lado esquerdo. Que é o lado do coração que tem muito a ver com saúde.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Cumprimento o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, cumprimento os Srs. Senadores e cumprimento a todos que nos assistem aqui hoje com as suas presenças aqui na Comissão de Assuntos Sociais, bem como aqueles que nos vêem pela televisão.

Eu gostaria em primeiro lugar, por ser esse projeto um projeto extremamente polêmico, eu gostaria de dizer aqui como é que nós fizemos esta, chegamos a esta proposta. Não foi fácil, foi uma proposta que eu não posso considerar como minha, é uma proposta feita há muitas mãos, eu tive a colaboração em primeiro lugar do Senador Tião Viana, que foi o Relator na Comissão de Justiça. E lá naquela Comissão ele já deu um passo importantíssimo no sentido de melhorar o substitutivo que estava em apreciação naquela Comissão. Eu tive

sempre a preocupação de levar a todos atores envolvidos neste projeto, que o Senador Tião Viana ao fazer o seu substitutivo na Comissão de Justiça, ele não entrou no mérito da questão, ele simplesmente, ele avaliou a juridicidade, a constitucionalidade da matéria. Então foi aprovado lá e havia uma reclamação que o projeto não havia sido debatido, mas não havia como debater naquela instância de votação.

Então nós trouxemos o debate para esta Comissão. Recebi a incumbência do Senhor Presidente dessa Comissão de não ultrapassar este ano na apreciação das matérias, porque é de seu estilo não deixar nenhum projeto sem apreciação, seja ele aprovado ou não, mas que a sua gestão que encerra esse ano, eu gostaria que ela fosse coroada com naturalmente, a apreciação desse projeto. Porque eu acredito, que ele tem sido para todos nós aqui, para todos nós que participamos dessa Comissão, um Presidente que tem colaborado enormemente para que tivéssemos êxito, principalmente nas questões que lidam o cotidiano das pessoas.

Então eu gostaria de pedir um pouquinho de paciência a todos que nos ouvem aqui, para detalhar como nós estabelecemos a estratégia para se chegar a esse entendimento. É preciso dizer aqui que o entendimento é um entendimento que buscou consenso. Agora infelizmente, ele não consegue unanimidade e nem eu teria como buscar essa unanimidade. Eu acho que o que nós poderíamos ter feito, foi feito aqui na busca do consenso. Nós adotamos como estratégia não trabalhar em cima do texto existente, nós adotamos como estratégia solicitar aos profissionais de saúde que cada um da sua área apresentasse as propostas para que a gente pudesse colocar o que os profissionais de saúde desejavam e que os médicos desejavam para a regulamentação da sua profissão. É preciso deixar claro aqui que muitos não sabem que a profissão, a medicina não é regulamentada através de lei, existem Decretos, resoluções, mas havia a necessidade, segundo os juristas que nos acompanharam nesse debate, e quero aqui ressaltar a presença do jurista Íris Gandra que nos orientou nesta área jurídica, o Dr. Marcial que é um voluntário também da área jurídica que nos acompanhou e a consultoria aqui do Senado da República.

Então todos eles foram unânimes, todos os pareceres que nós tivemos na área jurídica foram pareceres unânimes de que nós teríamos que regulamentar a profissão, a medicina que era a única das profissões que ainda não tinha uma lei para regulamentá-la. Foram realizadas várias audiências, foram realizados vários encontros com o grupo que participava da questão do “não ao ato médico”.

Então, a gente entendia que aquele grupo se manifestava, porque tinha assim uma certa razão pela insegurança que eles sentiam e a gente pode sentir essa segurança no debate. Então tinha uma razão de ser, nós termos um pouco de cautela na avaliação do projeto. E assim fomos fazendo o trabalho até que nós conseguimos, depois de muito tempo, juntar os dois grupos, os que eram contra o ato médico e os que eram a favor do ato médico.

Então na verdade, a primeira vez que o grupo se encontrou não foi fácil, porque havia muitas contradições, havia muitas incompreensões e havia até mesmo estigma em torno do projeto porque talvez, pela falta de debate anterior, ele tinha sido, tinha se criado um preconceito a respeito desse projeto de regulamentação. No entanto, eu quero aqui dizer que eu não poderia, eu não poderia fazer a leitura deste Requerimento, deste projeto, se eu aqui não dissesse como foram feitos, quais foram as pessoas que participaram desse trabalho. Foram realizadas cinco reuniões técnicas especiais conjuntas. Antes de nós juntarmos os grupos, nós fizemos várias reuniões, nos estados, nas assembleias legislativas, onde nós recebemos convites, nós estivemos para conversar com os diversos grupos.

Então foram realizadas posteriormente cinco reuniões técnicas especiais conjuntas entre a equipe do gabinete e as duas equipes representativas dos médicos e das outras 13 profissões de saúde, no período de 1 de setembro a 1 de novembro isso após todo esse trabalho anterior que nós fizemos. A equipe representativa das 13 profissões de saúde era composta de Rosane Maria Nascimento da Silva, Conselho federal das Nutricionistas; Maria Tereza Mendonça de Rezende, Presidente do Conselho Federal das Nutricionistas; Miquelini Figueiredo Reinaldi, Conselho Federal das Nutricionistas; Ana Cristina de Oliveira Brasil, Vice-Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, mestre em saúde pública, professora da Universidade de Fortaleza, professora da Faculdade Integrada do Ceará; Maria Inês Anete Feltrin, representante da Associação Brasileira de Córdio-Respiratória, Fisioterapeuta e Terapeuta Intensiva, coordenadora do serviço de fisioterapia do INCOR, São Paulo. Rodolfo Valentin Carvalho Nascimento, Conselho federal de psicologia; Noemi Ymagushi Tomita(F), Presidente do Conselho Federal de Biologia; Ageu Medeiros, Conselho Federal de Enfermagem; Arnaldo Zubioli Conselho Federal de Farmácia, Gener de Moraes, Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia; Marcela Abissara Issas(F), Conselho Federal de Biomedicina. Antônio Augusto Fonseca Garcia, Conselho Federal de Nutricionistas; Dr. Edson de Oliveira Andrade, Presidente

do Conselho Federal de Medicina; José Luiz Gomes, Presidente da Associação Médica Brasileira, professor da Escola Paulista de Medicina; Alceu José Peixoto Pimentel, obstetra e professor da Universidade de Alagoas. Mauro Brandão Carneiro infectologista, Fundação Oswaldo Cruz. Salomão Rodrigues, Psiquiatra; Sérgio Garb, Associação Brasileira de Otorrinolaringologia; Nelma Macedo Castro.

Convidados especiais, Ministério da Saúde, doutora Maria Helena machado, diretora do Departamento de Gestão do Trabalho e da Regulação da Saúde, Conselho Nacional dos secretários de Estado de saúde, CONAS, Jurandir Frutuoso, Presidente do CONAS, secretário do Estado de Saúde do Ceará. Assessoria do gabinete, consultoria legislativa do Senado: Dr. Sebastião Moreira Júnior, Alcinda Maria machado Godoy, Luiz Carlos Romero, Consultoria jurídica: Carlos Macial e André Braga.

Eu gostaria antes de ler o relatório, de colocar algumas posições que foram encaminhadas aqui para que os senhores Senadores possam ter uma avaliação da apreciação do substitutivo por várias categorias envolvidas nesse projeto. Eu quero dizer que nós tivemos o cuidado de encaminhar o substitutivo para todas as entidades representativas e para todas as pessoas que acessaram o meu gabinete solicitando o substitutivo, nós tivemos o prazer de encaminhar o substitutivo para que fosse apreciado.

Eu gostaria aqui em primeiro lugar de relacionar a posição do Ministro da Saúde, Dr. José Agenor Álvares da Silva.

Senhora Senadora, precedendo o nosso intento mais uma vez, saúdo o êxito do seu trabalho na Comissão de Assuntos Sociais, como Relatora da proposição que regula o exercício da medicina, oportunidade em que também parabeno todos os Assessores e profissionais de saúde pelo grande esforço e que, diretamente contribuíram para a elaboração por consenso do substitutivo que será apresentado por V.Ex^a. As propostas ultimadas vão ao encontro dos interesses de todos os profissionais de saúde e principalmente contribui de modo significativo para o aprimoramento e fortalecimento do Sistema Único de Saúde, nesse sentido destaco as salutares iniciativas de se bem delimitar os atos privativos do médico e de se excepcionalizar expressamente desse campo a prática de outros. Em face disso, espero sinceramente que V.Ex^a. obtenha também em sua iniciativa de aprovar o substitutivo na Comissão de Assuntos Sociais e que ao final essa proposição venha a se converter em lei, atenciosamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senadora, com a de-

vida licença, eu vou me ausentar em face de votação nominal na Comissão de Justiça, da qual eu sou membro titular, daqui a pouco eu volto. Passo então a presidência ao Senador Augusto Botelho.

(troca de presidência)

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – CFM, Nota Oficial.

A Associação Médica Brasileira e o Conselho Federal de Medicina manifesta o seu total apoio ao Projeto de Lei 268/2002 que dispõe sobre o exercício da medicina e plena concordância com os seus artigos de forma como apresentado pela sua autora, a Senadora Lúcia Vânia. Esse texto, além de resultado de anuência de mais de uma centena de reuniões da Senadora Lúcia Vânia com os demais segmentos interessados no assunto, também represento o anseio de toda a categoria médica em ter a sua profissão regulamentada.

A AMB e o CFM não podem deixar de enaltecer o trabalho realizado pela Senadora que empenhou o valioso esforço na construção de terço consensual entre as posições envolvidas e trabalha de forma consistente pela sua aprovação na Comissão de Assuntos Sociais do Senado da República. Assinado: Presidente da Associação Médica Brasileira, José Luiz Gomes do Amaral, Edson de Oliveira Andrade, Presidente do Conselho de medicina.

O Conselho Federal de biologia, em nome do Conselho Federal de biologia, CFBIO e do meu próprio, cumprimento V.Ex^a. pelo esforço e êxito obtido na redação do Projeto de Lei do Senado 25 de 2002, de comum acordo com todas as entidades, doutora Noemi Tomita.

Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, Luciana Andréia... Eu não vou ler do Conselho Regional porque nós já tivemos da área... Eu gostaria de ler aqui o da fisioterapia, Professor Eldo, me dá o da fisioterapia aqui, por favor.

Apesar de toda a discussão que tivemos, a área de fisioterapia tem um segmento que... Eu solicitaria aos presentes que após a nossa fala aqui, a gente abriria para os Senadores se manifestar em nome das categorias que estão aqui, porque do contrário o trabalho fica difícil de ser levado avante.

Coordenadora do CREFITO 2: os Conselhos regionais de fisioterapia e terapia ocupacional, órgãos de controle social do exercício profissional da fisioterapia e da terapia ocupacional em todo o território nacional, respeitosamente reconhecem todo o brilho e mérito de nosso esforço na tentativa de harmonizar e solucionar o impasse estabelecido a partir da tentativa de regulamentação do exercício profissional de

medicina, sem que ofensas éticas e legais se desdobrem e desqualifiquem o exercício das demais atividades regulamentadas de saúde. Destarte forçoso se faz informar a V.Ex^a. que em relação à fisioterapia e a terapia ocupacional, o acordo não é pacífico e nem consensual pelos danos éticos, legais e sociais que serão causados aos conjuntos de profissionais e aos dependentes da assistência de saúde por eles prestados. A matéria efetivamente não foi levada ao conhecimento e a discussão dos signatários destas e nem de outras entidades componentes de nossas estruturas sócios profissionais, sendo que tínhamos que afirmar com apreço e consideração.

CREFITO 2 ao 12: Aqui eu acho que, novamente do CREFITO, eu faço questão de ler para que os senhores entendam onde é que eles estão, uma parte está, pelo menos eu acredito que a pessoa que se fez representar aqui seja representativa de todos, mas eu estou vendo a medida que nós recebemos aqui algumas manifestações, que talvez por falta de compreensão ou de detalhamento, de discussão, a maioria ainda não absorveu satisfatoriamente o projeto.

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Primeira Região, CREFITO 1, no uso de suas atribuições conferidas na lei 6316 de 75, vem pelo presente, manifestar a nossa preocupação com os encaminhamentos do substitutivo referente a determinados itens ainda não consensuais no que tange as atribuições dos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais. Nesse sentido, apresentamos a seguinte consideração: Considerando que o movimento de “Não ao ato médico” construir um espaço democrático de divergências e de discussões, lutando pela dignidade de profissões de saúde, pela garantia da continuidade das ações profissionais, na assistência prestada a população no processo de fortalecimento do Sistema Único de Saúde. Considerando que reconhecemos o empenho de V.Ex^a. no sentido de um acordo pactuado entre os atores envolvidos e dos Conselhos Federais das Profissões de Saúde, no nosso caso o Conselho de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, vem trabalhando incessantemente em prol de uma negociação que atenda a necessidade de regulamentação da medicina sem resultarem prejuízo do SUS e ao cumprimento dos princípios éticos, legais e técnicos que norteiam os profissionais de saúde. Considerando que os itens referentes à prática de acupuntura, fisioterapia respiratória e indicação de hortas, são de maior demanda de discordâncias das categorias profissionais envolvidas.

Quarto, considerando que o substitutivo apresenta avanços significativos no âmbito geral, mas da mesma forma persiste entraves conflitantes para um

pacto harmonioso que garanta uma ação interdisciplinar coerente de qualidade. Vimos solicitar a viabilização de espaço democrático para maior discussão onde poderemos avançar e fortalecer o movimento de pactuação, levando um consenso que garanta o direito para todas as categorias profissionais, principalmente beneficiados à qualidade da assistência prestada a população brasileira.

Vejam senhores, a dificuldade que nós temos nessa situação. O Conselho Administrativo de Representante de Associação Brasileira de Fisioterapia Córdio Respiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva, reunido no dia 25 do 11 de 2006, apreciou o substitutivo 268 do Projeto de Lei e vem por meio desse esclarecer.

A convite do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional COFFITO e a SOBRAFIR, participou das reuniões no dia 24 do 10, 31 do 10 e 1 do 11 no gabinete da Senadora Lúcia Vânia em Brasília, Distrito Federal para tratar de assuntos pertinentes ao PL 025 de 2002. Na oportunidade foi apresentado para discussão o art. 4, alínea 5º que apresentava a seguinte redação: São atividades privativas do médico, entubação naso orotraqueal, controle da ventilação pulmonar, instalação e retirada de equipamentos de respiração artificial. Após intenso debate com a presença dos médicos representantes da Associação Médica Brasileira e Terapia Intensiva, foi acordado que: A entubação e a definição do modo ventilatório e ununcial(F) é de responsabilidade médica, a definição de nova modalidade da ventilação mecânica invasiva, na presença de intercorrências, eventos que alteram o curso clínica do paciente é responsabilidade médica.

A supressão da ventilação mecânica é um ato compartilhado, o médico deve confirmar e estar presente na unidade e no ato da esturbação. Observando que a redação final não expressa exatamente os pontos acordados, a SOBRAFIR recomenda a revisão das alíneas 4º, 5º e 6º do presente substitutivo e sugere a redação abaixo: são atividades privativas do médico entubação oronasotraqueal, definição de estratégia ventilatória inicial para ventilação mecânica invasiva e confirmar a desse desentubação.

Aqui tem a sugestão que eu vou ler no final do relatório. Tem aqui ainda do COFFITO para os senhores entenderem o nosso esforço no sentido de contemplar os fisioterapeutas sem, no entanto, colocar em risco a vida do paciente. Essa foi sempre a nossa grande preocupação. Nós não tivemos, em momento nenhum, a preocupação de agradar A, B ou C, a nossa preocupação é o paciente. Eu acho que a responsabilidade desse projeto é uma responsabilidade muito grande que extrapola qualquer ligação pessoal que tenhamos com essa ou aquela categoria. Aqui tem uma coloca-

ção também da Maria Inês Janete Feltrin e ela no final, ela coloca o seguinte: Nessa ocasião, é convidada para a reunião, ao pude contribuir na discussão do art. 4º, alínea 5º que versava sobre a atuação médica em relação aos procedimentos ventilatórios em terapia intensiva. Estiveram presentes representantes também da Associação Médica Brasileira de Terapia Intensiva. A reunião foi organizada de modo a garantir a palavra a todos os presentes com a conclusão clara e imparcial. Presenciei um clima de busca pelo entendimento no qual todos os participantes puderam externar suas posições e ouvir as contra argumentações.

Embora o texto final não tenha expressado o que de fato foi acordado, isso provavelmente, mais por não compreensão dos termos técnicos, o processo de discussão foi democrático e transparente, mostrando o empenho de todos ao atendimento e a melhor maneira de garantir qualidade e responsabilidade dos profissionais de saúde ao usuário do Sistema de Saúde. Nesse sentido, a SOBRAFIR e a minha pessoa em particular agradece ao COFFITO por essa oportunidade e parabenizam a Senadora pela iniciativa de reunir as lideranças das profissões da área de saúde para uma participação madura e democrática na discussão do Projeto de Lei 25. Doutora Maria Inês Anete Feltrin, diretora do Serviço de Fisioterapia do Instituto do Coração, HC FMUS, São Paulo, secretária executiva da SOBRAFIR, Associação Brasileira de Fisioterapia Córdio Respiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva.

Aqui também uma notícia do COFFITO, profissionais de academia e acadêmicos de fisioterapia, reunidos em Plenário no último dia 4 do segundo Fórum Nacional de Políticas Profissionais de Fisioterapia e da Terapia Ocupacional, manifestam-se virtualmente, manifestam-se voluntariamente em apoio ao Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional a favor da profissão. A Plenária de fisioterapia do Segundo Fórum Nacional de Políticas Nacionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, também manifesta aos profissionais do Brasil, assim como os estudantes das profissões a estranheza pelo fato do Presidente do COFFITO 3, de tratar desde a posse de 2004 tão fraterno, isso já é uma briga interna que eu não vou mencionar. Mas na verdade, eu fiz questão de ler todas as manifestações que nós temos a favor, contra e a pessoa representante da fisioterapia esteve conosco e talvez algum termo técnico do substitutivo não tenha deixado maior clareza, isso nós vamos ver agora na leitura do relatório.

Antes de iniciar o meu relatório, quero mais uma vez cumprimentar o Senador Tião Viana que foi uma das pessoas que muito trabalhou em torno deste projeto. O Projeto de Lei do Senado número 25 de 2002

e 268 de 2002 tratam da regulamentação do exercício profissional da medicina. O PL 25 de 2002 de autoria do Senador Geraldo Althoff, tem por objetivo definir o campo de atuação do médico e as atividades privativas deste profissional. O projeto estabelece que o ato médico, é todo procedimento técnico profissional praticado por médico habilitado e dirigido para promoção primária, secundária e terciária. Determina que as atividades de prevenção que envolvem procedimentos de diagnósticos, de enfermidade ou impliquem indicação terapêutica são atos privativos do médico.

O projeto delega ao Conselho Federal de medicina a competência para fixar a extensão e a natureza dos procedimentos próprios dos médicos, inclusive o campo privativo de sua atuação e para definir procedimentos médicos experimentais, os aceitos e os vedados para utilização pelos profissionais médicos. Também determina como privativos do médico as atividades de coordenação, direção, chefia, perícia, auditoria, supervisão e ensino de procedimentos médicos privativos.

O art. 5º do projeto busca preservar o campo de atuação das demais profissões de saúde ao excluir da aplicação da lei o exercício da odontologia, da medicina veterinária e todas as profissões de saúde regulamentadas por lei observado os limites de sua atuação. A infração aos dispositivos da lei é configurada como crime de exercício ilegal da medicina, nos termos do código penal brasileiro. Na justificação, o autor alega que o surgimento de inúmeras profissões de saúde gerou a necessidade de se delimitar e se caracterizar legalmente o campo de atuação do médico, uma vez que as nossas profissões passaram a atuar em atividades que no passado eram exclusivamente médicas.

O projeto foi distribuído para ser analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais, não foram apresentadas Emendas. O PL 25 de 2002 foi apensado ao Projeto de Lei 268 de 2002 de autoria do Senador Benício Sampaio que dispõe sobre o exercício da medicina. Esse projeto é bem mais amplo que o anterior, pois além de definir o campo de atuação do médico, regula o trabalho médico em seus aspectos trabalhistas e éticos dos conselhos profissionais de medicina e do processo de sanções disciplinares.

O PL 268 de 2002 estabelece quais as atividades devem ser privativas do médico, são elas: A formulação de diagnóstico no zoológico, a prescrição terapêutica medicamentosa, a intervenção cirúrgica, a indicação e execução de procedimentos, diagnósticos terapêuticos e invasivos e a determinação de prognósticos. O projeto preserva a competência do odontólogo e do psicólogo nos seus respectivos campos de atuação. Determina ainda como atividade privativa do médico

ocupar os cargos de diretor técnico, chefe de clínica, coordenador de controle e de avaliação de procedimentos médicos, auditor médico e superior médico, bem como quaisquer outros de chefia, coordenação ou supervisão de atividades médicas privativas.

De acordo com o autor, o exercício da medicina está regulado por um conjunto de normas dispersas que inclui quatro leis ordinárias, um Decreto e numerosas resoluções do Conselho Federal de Medicina, além de um dispositivo constitucional que trata de acumulação de cargos e empregos públicos. O objetivo do projeto é, pois, instituir a lei do médico promovendo a consolidação da matéria. Os dois projetos foram analisados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que concluiu pela aprovação do PL 25 de 2002 na forma do substitutivo e pela rejeição do PLS 268 de 2002. As proposições vêm para serem apreciadas para essa Comissão de Assuntos Sociais a quem compete decidir de forma terminativa sobre elas.

Análise: saúde é o Estado de completo bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doenças, segundo a definição da Organização Mundial de Saúde. Essa conceituação amplamente aceita no mundo todo representa uma evolução significativa em relação à visão mais antiga em que a saúde era encarada como a simples antítese da doença. A mudança de postura em relação ao tema teve reflexo direto do modo de implementar a atenção a saúde do ser humano.

Se antes a imagem mais comum era do médico atando de forma isolada, a beira do leito, cuidando do doente, hoje esse trabalho é freqüentemente multidisciplinar com participação de diversos profissionais e com ênfase em ações preventivas. O aporte para novas categorias profissionais para atuação na área de saúde em muito contribuiu para o aprimoramento dos serviços prestados para a população e para a evolução técnico científica do setor. No entanto, a divisão de trabalho no âmbito de novas equipes de saúde ainda não está devidamente estabelecida, podendo gerar conflitos e desgastes entre os seus componentes. Como os diferentes profissionais são treinados em separado, é bastante comum que eles desconheçam as competências, potencialidades e limites de atuação um dos outros. Além disso, a constante evolução tecnológica da área e as mudanças estruturais dos modelos de atenção a saúde, torna ainda mais difícil a delimitação precisa dos papéis dos profissionais que prestam atendimento de saúde no Brasil. Por isso é imperativo a necessidade de regulamentação e delimitação do espaço de trabalho dos profissionais de saúde, a fim de evitar que disputas entre as categorias possam trazer prejuízos para o atendimento da população.

Da mesma forma é importante que os pacientes tenham conhecimento das atribuições e responsabilidades dos diferentes profissionais que os atendem. Das profissões de saúde regulamentadas no País, a medicina é a única não tem ao seu campo de atuação delimitado no documento legal. Apesar de ser profissão muito antiga, as leis que tratam do seu exercício não cuidam de determinar qual a área de atuação do médico e nem quais atividades que devem ser exercidas exclusivamente por médicos. Esse vácuo normativo contribui para a ocorrência de conflitos com as diversas outras categorias profissionais de saúde em função da amplitude da atuação da medicina e da incorporação por outros profissionais de práticas antes restritas aos médicos.

A melhor maneira de solucionar os conflitos nesse campo é sem dúvida, a edição de diploma legal que determine de forma clara, as atribuições privativas dos médicos e as atividades que podem ser compartilhadas com os demais profissionais de saúde. Não obstante, um objetivo que em princípio parece bastante simples, mostrou-se muito difícil de alcançar na prática. A apresentação da primeira proposição sob análise, o PL 25 de 2002, provocou enérgica reação por parte dos representantes das demais profissões de saúde que culminou com a criação do movimento nacional contra o PLS de 25 do 2 e a organização de protestos em diversos pontos do País. Esses profissionais temiam que a aprovação do projeto conduzisse a uma hegemonia da medicina sobre a área de saúde, relegando-os a condições de técnicos sem autonomia para o pleno exercício de suas atividades elaborais. A aprovação do projeto na CCJ, mesmo com alterações foi conturbada e duramente criticada pelo movimento contra, ainda que aquela Comissão tivesse se restringido a apreciar apenas a constitucionalidade e a juridicidade da proposta.

O PLS número 268 de 2002 a despeito de tratar do mesmo tema, recebeu pouca atenção dos grupos envolvidos na discussão e foi preterido pelos membros da Comissão. Em função da relevância para as proposições da saúde pública brasileira, assumi a relatoria da matéria em setembro de 2004, ciente do grande desafio que teria pela frente. O objetivo a que me propus foi produzir um texto de consenso que fosse aceito por ambos os lados da polêmica, mas que acima de tudo atendesse os interesses da sociedade.

Desta forma a estratégia adotada foi de ouvir os vários atores interessados no tema para identificar de forma objetiva os pontos de conflitos e tentar... E tentar propor soluções que atendesse aos diversos interesses envolvidos. Foram produzidos por meu gabinete de apoio, pela Consultoria Legislativa do Senado, di-

versos estudos e análises comparativas da legislação brasileira e internacional a respeito do tema com a finalidade de subsidiar a elaboração de uma proposta a ser discutida com representantes do Movimento Nacional quanto ao PLS e da Coordenação em Defesa do Ato Médico.

Prudentemente fiz-me acompanhar ainda de renomados juristas ao longo de todo o processo de discussão. Durante as negociações foram realizadas mais de 30 reuniões em que foram ouvidas cerca de 1800 pessoas entre especialistas, Parlamentares, consultores e representantes dos grupos de interesse com destaque para as duas audiências públicas realizadas no âmbito dessa Comissão de Assuntos Sociais, sendo uma delas transmitida em vídeo conferência para todas as Assembléias Legislativas do País. Todos tiveram oportunidade de se manifestar e contribuir para o processo de construção do substitutivo que eu ofereço nessa oportunidade. Não obstante os esforços despendidos, o processo de negociação obteve poucos avanços nos anos de 2004 e 2005 em função notadamente do estigma criado em torno dos projetos e das posições duras assumidas por ambos os lados durante os momentos iniciais da tramitação.

Foi necessária muita paciência e tenacidade para que não perder o foco, o objetivo precípuo dos trabalhos da Relatoria, que era o de oferecer a sociedade brasileira uma proposta de regulamentação da atividade médica que deixasse bem claros os limites de atuação da medicina. A partir dos meados de 2006, após a realização de Audiências Públicas, foi possível manter reuniões regulares em que os grupos interessados discutiram frente a frente os tópicos mais polêmicos das proposições. Com a nova postura de negociação, os entendimentos avançaram de modo bastante satisfatório resultando na elaboração de uma Minuta de Substitutivo que representa o consenso obtido entre a coordenação em defesa do ato médico e o movimento contra o PL 25 de 2002.

Participaram ainda das reuniões, representantes do Ministério da Saúde e do Conselho nacional de Secretários da Saúde. A principal diferença do substitutivo em relação ao PL 25 de 2002, resiste no abandono do conceito de ato médico, passou-se então a definir o campo de atuação do médico e dentro deste campo quais atividades são privativas do médico. Com isso, obteve-se harmonização com as diversas leis que tratam da regulamentação profissional no Brasil. A definição do campo de atuação do médico e de suas atividades privativas foi delimitada de forma a não interferir com as demais profissões de saúde, cujas atribuições estão resguardadas. Isso representou um avanço significativo em relação ao PLS 25 de 2002 e trouxe mais segu-

ranças as categorias profissionais que atuam na área de saúde. Em relação ao CFM, o substitutivo retira a competência para definir o campo de atuação privativa do médico, mas deixa a possibilidade do órgão emitir normas sobre a quais procedimentos podem e quais não podem ser praticados por médicos.

A fiscalização e o controle da execução desses procedimentos são deixados a cargo dos Conselhos Regionais de Medicina. O art. 3º do PLS 25 de 2002 teve a sua redação alterada para evitar que os demais profissionais sejam impedidos de dirigir serviços de saúde. Com efeito, o substitutivo acordado guarda mais semelhança com o PLS 268 de 2002, do que com o PLS 25 de 2002. Ainda sim foram efetuadas alterações significativas, especialmente no que se refere ao escopo da proposição. O substitutivo tem apenas oito artigos e trata essencialmente do campo de atuação e das atividades privativas do médico, enquanto o PLS nº 268 de 2002 tem 63 artigos e trata praticamente de todos os aspectos da prática médica.

Em relação ao campo de atuação dos médicos não há diferenças significativas entre essa proposição e o substitutivo. No tocante às atividades privativas por sua vez, o substitutivo é mais detalhado e extenso e excetua diversas atividades que podem ser praticadas por outros profissionais de saúde. Esse detalhamento associadas as decisões, permitiu que o texto final fosse permitido por consenso entre os representantes dos médicos e os demais profissionais da área. O substitutivo que eu ofereço à consideração dos membros dessa Comissão é fruto de mais de dois anos de trabalho de negociação, conduzido de forma bastante democrática, com participação de todos os segmentos interessados a matéria, o sucesso na obtenção do consenso, somente foi possível graças à disposição dos grupos envolvidos para o debate franco e a busca do atendimento.

O voto. Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado 25 de 2002 e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 268 de 2002 na forma do seguinte: Projeto de Lei 268 de 2002. Esse é o substitutivo. Art. 1º: O exercício da medicina é regido pelas disposições desta lei. Art. 2º: O objetivo da atuação do médico é a saúde do ser humano e as coletividades humanas em benefício da qual deverá agir com o máximo de zelo com melhor de sua capacidade profissional e sem discriminação de qualquer natureza.

Parágrafo único. O médico desenvolverá suas ações profissionais no campo de atenção a saúde para: Primeiro, a promoção, a proteção e a recuperação da saúde; segundo: A prevenção, o diagnóstico e o tratamento das doenças; terceiro: A reabilitação dos

enfermos e portadores de deficiência. Art. 3º: O médico integrante da equipe de saúde que assiste o indivíduo a coletividade, atuará em mútua colaboração com os demais profissionais de saúde que a compõem. São atividades privativas do médico: A formulação do diagnóstico nosológico e a respectiva prescrição terapêutica. Segunda: indicação e a execução da intervenção cirúrgica e prescrição dos cuidados médicos pré e pós-operatórios. Indicação da execução e a execução de procedimentos invasivos, sejam diagnósticos terapêuticos ou estéticos, incluindo os acessos vasculares profundos as biópsias e as endoscopias. Quarto: entubação traqueal. Quinto: definição de estratégia ventilatória inicial para ventilação mecânica invasiva, bem como as mudanças necessárias diante das intercorrências clínicas. Sexto: supervisão do programa de interrupção de ventilação mecânica invasiva, incluindo a desentubação traqueal. Sétimo: execução da sedação profunda, bloqueios anestésicos e anestesia geral. Oitavo: emissão de laudos dos exames endoscópicos e de imagem dos procedimentos de diagnósticos invasivos e dos exames a anotomopatológicos, indicação do uso de órtese e prótese, exceto as órteses de uso temporário. Prescrição de órtese e prótese oftalmológica, determinação do prognóstico relativo ao diagnóstico nosológico, indicação de internação e alta médica no serviço de atenção à saúde, realização de perícia médica e exames médicos legais, excetuados os exames laboratoriais e análises clínicas, toxicológicas genéticas e de biologia molecular, atestação médica de condições de saúde, deficiência e doença, atestação de óbito, exceto em caso de morto natural em localidade em que não haja médico, diagnóstico nosológico privativo do médico para efeito desta lei restringe-se a determinação da doença que acomete ao ser humano aqui definido como interrupção, cessação ou distúrbio da função do corpo, sistema ou órgão caracterizado por no mínimo de dois dos seguintes critérios: Agentes etiológicos reconhecido, grupo identificável de sinais ou sintomas. Só um instantinho. Grupo identificável de sinais ou sintomas, alterações anatômicas ou psíquico patológicas.

Parágrafo 2º: Não são privativos do médico os diagnósticos funcional, sínio funcional, psicológico, nutricional e ambiental e as avaliações comportamental e das capacidades mental, sensorial e percepto-cognitiva. Parágrafo 3º: As doenças para efeito dessa lei encontram-se referidas na décima revisão da classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados a saúde. Parágrafo 4º: Procedimentos invasivos para efeito dessa lei são os caracterizados por quaisquer das seguintes situações: Invasão da epiderme e derme com uso de produtos químicos e

abrasivos, invasão da pele atingindo o tecido subcutâneo para a injeção, sucção, pulsão, insuflação, drenagem, instiração ou enxertia com ou sem o uso de agentes químicos ou físicos. Invasão de orifícios natural do corpo atingindo órgãos internos. Parágrafo 5º: Excetua-se do rol de atividades privativas do médico: Aplicação de injeções subcutâneas, intradérmicas, intramusculares, intravenosas de acordo com a prescrição médica. Caracterização nasofaringeana, orotraqueal, esofágica, gástrica, interal, anal, vesical, venosa, periférica. Aspiração nasofaringeana ou orotraqueal. Pulsões venosa e arterial periféricas de acordo com a prescrição, realização de curativos com desbridamento até o limite do tecido subcutâneo, sem a necessidade de tratamento cirúrgico, atendimento a pessoa sob o risco de morte iminente. O disposto nesse artigo não se aplica ao exercício da odontologia no âmbito da sua área de atuação. O disposto nesse artigo será aplicado de forma que sejam resguardadas as competências próprias de profissões de assistente social, biólogo, biomédico, enfermeiro, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, profissionais de educação física, psicólogo, terapeuta ocupacional e técnico e tecnólogo de radiologia.

São privativos dos médicos: Direção e chefia de serviços médicos, coordenação, perícia e auditoria de supervisão vinculada de forma imediata e direta à atividades privativas de médicos. Ensino de disciplinas especificamente médicas, coordenação dos cursos de graduação em medicina, dos programas de residência médica e dos cursos de pós-graduação específicos para médicos.

Parágrafo único: A direção administrativa de serviços de saúde não constitui função privativa do médico. A denominação de médico é privativa dos graduados em cursos superiores de medicina e o exercício da profissão dos inscritos no Conselho Regional de Medicina com jurisdição na respectiva unidade da federação.

Art. 7º: Compreende-se entre as competências do Conselho Federal de Medicina, editar normas sobre quais procedimentos podem ser praticados por médicos, quais são vedados e quais podem ser praticados em caráter experimental.

Parágrafo único: A competência fiscalizadora dos Conselhos regionais de medicina abrange a fiscalização e o controle dos procedimentos especificados no CAPUT, bem como aplicação das sanções pertinentes em caso de inobservância das normas determinadas pelo Conselho Federal.

Art. 8º: Essa lei entra em vigor 60 dias após a data da sua publicação. Esse é o relatório, somos pela sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Antes de colocar o projeto em discussão, eu gostaria de registrar a presença neste Plenário do Deputado Rafael Guerra que é o Presidente da Frente Parlamentar da Saúde do Brasil no Congresso Nacional, envolvendo Senadores e Deputados Federais.

Senadora Lúcia Vânia, nós sabemos das dificuldades vivenciadas por V.Ex^a.. do esforço realizado para que chegasse a esse parecer, um alentado parecer que se desdobra em artigos, parágrafos e incisos, apenas 8 artigos, mas que entre artigos, incisos e parágrafos chegam a 52 dispositivos, eu tive essa curiosidade de verificar, significando dizer que o projeto não é simples, é um projeto muito polêmico, desde o início da sua discussão, mas que V.Ex^a.., com a sua atividade política, a sua habilidade conseguiu estabelecer um texto que tenho certeza, tem a aprovação da maioria, eu não digo da totalidade, de todos os segmentos voltados para a saúde. Portanto, o seu trabalho tem que ser reconhecido e elogiado mesmo por aqueles que não concordam com todos os artigos e concernentes ao ato médico que agora está sendo discutido.

O Projeto de Lei 25, que V.Ex^a.. propõe a rejeição, ele era muito resumido, muito sintético para representar uma matéria tão importante como essa da regulamentação da profissão do médico. Portanto V.Ex^a.. ao rejeitar, também rejeita a possibilidade do Conselho de Medicina se transformar no Legislativo estabelecendo ou fixando normas alcançando outras profissões, prejudicando as atividades de outros segmentos da saúde, restringindo portanto, o exercício da profissão dos segmentos variados da saúde que merecem o nosso respeito e tem a sua autonomia, tem a sua regulamentação e não poderiam ser invadidos por normas baixadas por um Conselho que poderia se arvorar de legislador e obtendo assim um caráter legiferante que não lhe é concedido pela Constituição, pelas leis e nem pelo próprio povo já que os eleitos somos nós, os Senadores e os Deputados Federais. Portanto eu quero enaltecer o trabalho de V.Ex^a. sem nenhum juízo de valor de que já que o Presidente só vota em caso de empate. E eu estou vendo que pela presença dos Senadores aqui, no início havia um número, um quorum adequado para a votação. Entretanto, neste momento não há. Porém eu vou abrir a discussão para os Senadores que queiram se manifestar sobre a matéria. O Senador Papaléo Paes deseja se manifestar como primeiro orador escrito nesta Sessão para falar do Projeto de Lei 268 que tem o substitutivo de autoria da nobre Senadora Lúcia Vânia. Com a palavra V.Ex^a. que é Presidente da Subcomissão de Saúde do Senado Federal.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Senhor Presidente, senhores Senadores, eu quero neste momento reconhecer o trabalho feito pela Senadora Lúcia Vânia como um trabalho que levou fundamentalmente em consideração a democratização das discussões. Senadora conseguiu debater com todas as classes que compõem o grupo de saúde e não poderia sair um documento melhor do que esse, até igual pode sair outro, mas melhor do que esse, não. Senadora, a senhora enfrentou uma questão assim, eu digo política nessa área da saúde, aonde as diversas profissões que atuam na área de saúde por serem muitas, elas começaram a se sentir incomodadas, exatamente porque estavam em cima de uma falsa propaganda de que os médicos, que o Conselho Federal de Medicina iria fazer imposições em cima das outras profissões. Nada disso. Eu tenho uma filha odontóloga e tenho uma filha fisioterapeuta e eu sou médico. Quando começou esse Movimento do Ato Médico, o que foi que aconteceu? Elas vieram me cobrar. Eu perguntei: Minhas filhas, vocês já leram? Não, não lemos, mas estamos ouvindo. Então é arriscado para uma profissional que fica seguindo os que os outros falam sem ter consciência do que está acontecendo na realidade, diante de documento para poder discutir.

Então as minhas filhas leram, fiz cópias suficientes para que elas pudessem distribuir para os seus colegas e depois não tiveram argumento nenhum para nós, porque não tem argumento? Porque ninguém está interferindo de forma alguma em nenhuma profissão. Nós estamos trazendo para os médicos a sua responsabilidade através de uma lei. Então de agora em diante da aprovação dessa lei, nós vamos ter a legalização da atividade médica regida por uma lei, claro.

Então, a senhora está de parabéns, eu ainda a pouco com muito respeito, recebi um documento dos psicológicos fazendo as suas reivindicações, mas agora está muito claro agora que ouviram a leitura deste Projeto de Lei, desta lei e viram que realmente não há nenhuma interferência em cima da profissão do psicólogo. Inclusive, nesse parágrafo 2º do 15º, se eu não me engano, esse parágrafo ele fala até duas vezes na questão da autonomia do psicólogo. Como é que posso eu, raciocinar que eu, como médico, dou um diagnóstico que tem uma indicação com tratamento com um fisioterapeuta como é que eu vou querer interferir no procedimento do fisioterapeuta? De forma alguma. Então era assim que estava sendo entendido por alguns profissionais. Ainda a pouco, uma senhora me pergunta ali: Então quer dizer que para eu ir no psicólogo, eu tenho que passar primeiro no médico? Claro e evidente que não, mas o diagnóstico é do médico, o diagnóstico nosológico, o psicólogo pode

ser procurado por qualquer pessoa que queira. Não é obrigatório você passar no médico, mas o diagnóstico é do médico. Da mesma maneira o fisioterapeuta. Eu vou dar o diagnóstico médico e tem indicação de tratamento fisioterápico, manda para o fisioterapeuta. O procedimento do tratamento é do fisioterapeuta, não é o médico que vai dizer o que ele deve fazer.

Então, não se está interferindo em profissão nenhuma, nós estamos defendendo aqui, há muito tempo, não essa questão que foi amplamente divulgada de maneira errada na questão do Movimento Contra o Ato Médico, mas sim a regulamentar a nossa profissão através de uma lei.

Então eu quero parabenizar V.Ex^a.. Senadora Lúcia Vânia, parabenizar. Parabenizar a ação efetiva e a direção desta Comissão do Senador Antônio Carlos Valadares, que se empenhou, que sempre nos dá a orientação de que nós façamos os nossos pareceres considerando a necessidade das discussões necessárias para que esses pareceres venham para cá e sejam aprovados com a dignidade que essa Comissão se impõe e por conseguinte hoje nós estamos vindo com muita alegria, muita satisfação que aquela realidade que foi planejada não sei por quem, não sei com intenção de transformar isso num grande movimento contra os médicos. Hoje já se esclareceu tudo, não existe esta força porque não existe a quem contrapor esta força. Então parabéns Senador Antônio Carlos Valadares, parabéns a Senadora Lúcia Vânia. Eu sou de parecer favorável. A Lúcia Vânia deseja enfatizar o dispositivo aqui que V.Ex^a. referiu por ocasião da discussão.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – O Presidente me pedia a definição sobre a atuação dos psicológicos, onde é que estava preservado a atuação. Então eu disse que seria no parágrafo 2º do artigo 4º: Não são privativos dos médicos os diagnósticos funcionais, sinésio funcional, psicológico, nutricional e ambiental e as avaliações comportamentais e das capacidades mental, sensorial e percepto cognitiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Augusto Botelho, eu só quero avisar a Comissão de que já há número legal visível para a apreciação da matéria. Com a palavra V.Ex^a...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eu vou ser bem breve. Só para fazer um comentário a respeito do trabalho da Senadora Lúcia, que eu participei de perto, eu participei de algumas reuniões e fiquei tranqüilo quando ouvi ela manifestar o que ela já falou aqui nessa reunião, de que o principal objetivo desse projeto não é o médico, não é psicólogo, é o paciente. É o ser humano, é a pessoa. Foi quando eu vi que ela fez essa visão, que confio muito e sei que

ela tem uma sensibilidade muito grande com as pessoas, eu fiquei despreocupado. E por coincidência nós temos duas pessoas não médicas aí e o Senado parece até que conhece o Código de Ética dos médicos, nós não podemos de tratar de aparentes e pessoas com as quais temos grandes ligações afetivas. Esse ato médico está sendo tratado por uma pessoa que é não médica, então está dentro do código de ética e a PEC 29 que foi aprovada por V.Ex^a.. Presidente foi o Relator, não médico também.

Então graças a Deus o Senado respeita o Código de Ética Médica e parabéns ao relatório que abrangeu, eu de forma clara e melhor do que qualquer um de nós, o ato médico. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Antônio Carlos Valadares eu também quero, Senadora Lúcia Vânia cumprimentar-lhe pelo trabalho efetivado, sobretudo pela prudência com que procurou ouvir conforme acaba de nos relatar realizando inúmeras audiências e procurando ouvir as mais diversas entidades e representativas de todos os segmentos interessados. É possível e conforme nós estamos percebendo que nem todas as reivindicações foram compatibilizadas porque não é tão fácil realizar isto. Mas eu aqui embora suplente, manifesto o meu voto favorável ainda que conforme a Senadora Ideli Salvatti expressou, será importante dada a relevância, a importância desta matéria, ainda que ela seja que votada em caráter terminativo, haja ainda a oportunidade do Plenário do Senado examinar qualquer alteração que se avalie, seja importante. Os meus cumprimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu quero esclarecer a Comissão que o recurso a que se referiu a Senadora Ideli Salvatti e V.Ex^a. também, só pode ser apresentada após turno suplementar. E esse turno suplementar ocorrerá na próxima reunião.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – E requer 10% dos Senadores pelo Regimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – 81 são 9.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – 81.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – 81.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – 9 Senadores, então.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Dada a importância da matéria, eu acho que é de bom senso que se leve para o Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O Senador Paulo Paim, alguns Senadores que me pediram para apressar, estão interessados em participar da votação e vão participar de reuniões em outras comissões e inclusive, reuniões partidárias. Inclusive eu que tenho uma reunião do partido que já começou pela manhã, o PFL tem também outra reunião. Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Valadares, de forma muito rápida, Senadora Lúcia Vânia, primeiro cumprimentá-la pela forma como ela conseguiu encaminhar essa discussão com todos os setores, é um tema que eu diria muito e muito tempo está em debate e V.Exª. conseguiu contemplar no seu relatório, não 100% que é possível, nós sistemas disso. Nós sabemos que na discussão do Estatuto do Idoso foi isso, no Estatuto da Pessoa com Deficiência está sendo assim, da Igualdade Racial é a mesma coisa, a gente contempla o máximo, mas não vai se contatar a todos. Mas quero dizer que votarei a favor, eu sei que V.Exª. concordou com a possibilidade de ainda ser remetida a Plenário para que se tenha a última oportunidade, eu diria de que aqueles setores que ainda entenderam que não estão contemplados possam, então apresentar as suas restrições a V.Exª... Eu quero mais é cumprimentar V.Exª., acho que foi um trabalho brilhante, eu mesmo recebi hoje médicos estão presentes lá do meu Rio Grande do Sul, como recebi aqueles que não são médicos e ouvi a todos e pedi muito que conversasse com V.Exª... Eu acho que foi um trabalho que merece aqui os elogios de toda a Casa e quero cumprimentar pelo acordo feito, o acordo feito que votaremos aqui, mas teremos ainda uma outra votação no Plenário para que efetivamente não fique nenhuma dúvida sobre a importância do seu trabalho. Parabéns a V.Exª..

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu gostaria de fazer um registro das presenças, antes de colocar em votação, de pessoas ligadas ao setor saúde de todo o Brasil. Lívia Garçon, secretária geral do Conselho Federal de Medicina, Gerson Zafalon(F), segundo secretário, Alceu Pimentel, Mauro Luiz de Brito, Presidente do CRM Mato Grosso do Sul, Emanuel Fortes Presidente da CRM de Alagoas, Mauro Brandão Dirceu, Neomar Figueiredo, Salomão Rodrigues Filho, Roberto Gel, Celso Nunes, Comissão nacional e defesa do PLS 25 também está presente e Jurandir Marcondes da AMB. Dentre outras autoridades ligadas à área da medicina que recebam as nossas homenagens e nossos respeitos. Em votação, votação nominal tendo em vista que se trata de um projeto terminativo, mas que irá ser

votado no Plenário tendo em vista acordo já feito de recursos para o Plenário.

Senadora Maria do Carmo Alves do PFL, como vota?

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Rodolfo Tourinho?

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senadora Lúcia Vânia, voto já conhecido. Senador Luiz Pontes?

SENADOR LUIZ PONTES (PSDB-CE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com o Relator a Senadora Lúcia Vânia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Augusto Botelho?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com o Relator, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senhor Presidente, antes de declarar voto, o que eu entendi, vota-se com acordo para Plenário?

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V.Exª. não estava aqui, estava em outra Comissão, que vai haver um recurso a ser proposto pela Senadora Ideli Salvatti que fez um acordo com todos os segmentos e com os Senadores no sentido de que esse projeto, ao invés de ir diretamente para a Câmara, porque ele é terminativo, ele vai desembocar no Plenário do Senado para que todos os Senadores tomem conhecimento e participem da sua discussão de forma democrática, não sejam apenas uma Comissão que aprove o projeto, mas que o Plenário tome conhecimento do mesmo e tome uma posição.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senhor Presidente, isso é uma proposta, tudo bem. Fizeram acordo a meia noite(F), pode ser uma proposta que joga por terra o Regimento, ou é terminativo ou não é terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Não, é que o Regimento Interno permite um recurso e vai haver o recurso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pa-ciência, o recurso seja colocado em votação, mas se fazer acordo para recurso... Tudo bem, eu quero apenas que fique o registro. Não é um bom exemplo, não é um bom exemplo. O recurso é um direito regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu estou apenas di-zendo o que aconteceu aqui, a Senadora Ideli Salvatti propôs recurso para o Plenário.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu não sabia, eu pensei que tivesse sido o Senador Su-plicy, eu estava estranhando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Não, foi a Senadora Ideli Salvatti. O Senador Suplicy, eu acredito que apóia também essa pretensão da Senadora Ideli Salvatti.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Se-nador Heráclito, utilizar-se regimentalmente o Regi-mento não é mau exemplo, ao contrário, é o exercício democrático das nossas regras e normas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não é isso, é abrir uma brecha de acordo. Já foi feito, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Mas o acordo não será aprovado a não ser que a Comissão se manifes-te, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero apenas o registro desse Senador quando ver o mau exemplo de partido de lideranças. Agora eu só quero que isso fique registrado, porque às vezes quando vai de encontro aos interesses do partido, há uma revolta.

Então o que dá para rir, dá para chorar, pau que bate em Chico, bate em Francisco, eu quero só que fique o registro. É prática até democrática.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Gostaria de registrar o seguinte: Regimentalmente falando, um acordo não pode ser aprovado se não, por 10% do Senado não as-sinar esse acordo, então 10% dos Senadores precisam fazer o recurso. Caso contrário, não há recurso, nós vamos mandar diretamente o projeto para a Câmara dos Deputados e vamos passar a votação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agradeço a V.Exª...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Continuar a votação, Senador Heráclito Fortes vota com a Relatora?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O Senador Demóste-nes Torres com a Relatora?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Com a Relatora, só dizendo o seguinte, eu também vou fazer um comentário a respeito disso, senhor Pre-sidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V.Exª. tem a palavra.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Na realidade, a Senadora Ideli avisou que vai recorrer, só isso. Naturalmente. Agora, claro que é uma maneira de dizer que vai votar com a Senadora Lúcia Vânia, mas que admite uma rediscussão no Plenário, é isso que está colocado. Quer dizer, vamos tirar da Comissão de Assuntos Sociais quando podíamos matar a maté-ria aqui tranqüilamente. Agora muito bem, ela avisou... Exatamente. (*pronunciamento fora do microfone*)

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Bom, ela avisou, mas se não vieram os 10%, nós não iremos...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Eu estou com a nossa querida Senadora Lúcia Vâ-nia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu voto com a Relatora Lúcia Vânia, só fazendo também a declaração do trabalho bem feito por ela e há muito tempo, um trabalho longo, foram Audiências Públicas, mas que eu quero votar favoravelmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – (interrupção no áudio) Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Roberto Ca-valcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB) – Com a Relatora, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então o projeto, ele foi aprovado por unanimidade e na próxima Sessão da Comissão nós o colocaremos em turno suplementar como dispõe o Regimento da Casa. E após a votação do projeto em turno suplementar, a Mesa aguarda recursos no prazo regimental, se houver recursos,

enviaremos a matéria para o Plenário. Não havendo recurso, automaticamente ele irá para a Câmara dos Deputados para a sua finalização. Não havendo... Com a palavra o Senador Augusto Botelho, seguido do Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eu gostaria de fazer um Requerimento para que o projeto tramitasse em regime de urgência, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Não há condições de atender V.Ex^a. desde quando turno suplementar tem que aguardar a próxima reunião da Comissão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente, é que colocasse em votação um Requerimento meu de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Educação, com relação ao fundo de garantia, são dezenas de projeto sobre o fundo de garantia e o governo já pediu uma Audiência Pública, eu quero apenas que seja conjunta para nós podermos ter uma discussão adequada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O Requerimento de V.Ex^a.. já está aqui em minhas mãos. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senadora Lúcia Vânia com a palavra para as palavras finais.

SENADORALÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria de agradecer muito os senhores Senadores pela confiança, eu sei que muitos aqui depositaram o seu voto, acompanhou esse trabalho, sabe da intenção que nós tínhamos de contemplar essa Casa, com um projeto que fosse de qualidade e que viesse enaltecer mesmo o trabalho dessa Comissão e dessa Casa, porque na verdade muito dos senhores que participaram do debate puderam ver a seriedade com que os Parlamentares encararam essa discussão. Portanto, muito obrigado a todos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Mas nós aprovamos, eu não quero aprovar nada não. Nós aprovamos no Regimento, uma Audiência Pública sobre os aposentados do aeros(F), qual é a situação deles? Eles praticamente não terão mais salário a receber no início de janeiro. Eu só queria acordar com V.Ex^a.. que fosse dia 14 próximo, a audiência eu já fiz uma comunicação por e-mail.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Tenho audiência com o INCOR já marcada. Eu gostaria que sua Assessoria se comunicasse diretamente aqui com a secretaria, agradeço a V.Ex^a..

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Está bom, eu acerto com eles. Valeu.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sabe que V.Ex^a. aqui tem prioridade. Declaro encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 12h03

Ata da 33ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 6 de dezembro de 2006, quarta-feira, às 9:30 horas.

Às dez horas e trinta e oito minutos, do dia seis de dezembro de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES, com a presença dos (as) Senadores (as) MARIA DO CARMO ALVES, FLEXA RIBEIRO, LÚCIA VÂNIA, ROMERO JUCÁ, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, GERALDO MESQUITA JUNIOR, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATI, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, HERÁCLITO FORTES, JOSÉ JORGE, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, WELLINGTON SALGADO, GERSON CAMATA, DELCÍDIO AMARAL E MOZARILDO CALCANTI. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senador Antônio Carlos Valadares declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente informa que as reuniões da Comissão de Assuntos Sociais terão, a partir de hoje, o acompanhamento de um intérprete de libras, permitindo assim, uma maior compreensão daqueles que são portadores de alguma deficiência auditiva. Esta é uma iniciativa da Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, com o integral apoio do Excelentíssimo Senhor Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado. O Presidente comunica que fica retirado de pauta o item 07 – PLS 131 de 1999, para atender solicitação da mesa de leitura de requerimento de tramitação conjunta com o PLC 18 de 2002. Também fica retirado de pauta o item 12 – PLS 142 de 2006, para atender solicitação da mesa de leitura de requerimento de retirada de tramitação da matéria. Passa-se à apreciação dos projetos. ITEM 03 EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2004 Emendas nº 01, 02, 03 e 04 de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004, que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização de Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências” e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência

Social e dá outras providências”. (Dispõe sobre o segu-
rado de sociedade conjugal ou união estável). Autora
do Projeto: Deputada Zulaiê Cobra. Autor das Emen-
das: Senador Romero Jucá. Relatora das Emendas:
Senadora Lúcia Vânia. Parecer: Favorável. Resultado:
Aprovado. ITEM 11 PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 268, DE 2002, “Dispõe sobre o exercício da Me-
dicina”. Autor: Senador Benício Sampaio. Tramitando
em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 25, DE 2002, “Define o ato médico e dá outras pro-
vidências”. Autor: Senador Geraldo Althoff. Relatora:
Senadora Lúcia Vânia. Parecer: contrário ao PLS nº
25, de 2002 e favorável ao PLS nº 268, de 2002, na
forma do Substitutivo que apresenta. Obs: Na reunião
do dia 29/11/2006, o substitutivo foi aprovado. Matéria
em Turno Suplementar. Resultado: Não tendo sido ofe-
recidas Emendas no Turno Suplementar, a Emenda nº
01-CAS (Substitutivo) oferecida ao PLS 268 de 2002
é definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do
Regimento Interno do Senado Federal. EXTRA-PAUTA
ITEM 18 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE
2005 “Altera dispositivos da Lei nº 8.213, de 24 de julho
de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios
da Previdência Social, e dá outras providências”. Autor:
Senador Aloizio Mercadante. Relator: Senador Romero
Jucá. Parecer: Favorável. Resultado: Aprovado com 12
votos sim. ITEM 02 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº
65, DE 2006 “Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.998, de
11 de janeiro de 1990, para assegurar que parcela dos
recursos alocados em ações de qualificação profissio-
nal, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego,
seja destinada à população afrodescendente”. Autor:
Deputado Sandes Júnior. Relator “ad hoc”: Paulo Paim.
Parecer: Favorável, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado. ITEM 04 PROJETO DE LEI DO
SENADO Nº 20, DE 2004 “Revoga a alínea h do inciso
I do artigo 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991
e a alínea h do inciso I do artigo 11 da lei nº 8.213, da
mesma data, acrescentadas pela Lei nº 9.506, de 30
de outubro de 1997. (Dispõe sobre os segurados da
Previdência Social)”. Autor: Senador Luiz Otávio. Re-
lator: Senador Romero Jucá. Parecer: Favorável, com
duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado
com 13 votos sim. ITEM 17 – PROJETO DE LEI DO
SENADO Nº 89, DE 2005 “Vincula recursos para a Se-
gurança Social” Autor: Senador Paulo Otávio. Relator:
Senador Valdir Raupp. Parecer: Favorável ao Projeto
na forma do Substitutivo que apresenta. Matéria em
Turno Suplementar. Resultado: Aprovada a Emenda
nº01-CAS (Substitutivo), por 13 votos sim. Não ten-
do sido oferecidas Emendas no Turno Suplementar,
a Emenda nº 01-CAS (Substitutivo) é definitivamente
adotada. EXTRA-PAUTA ITEM 19 REQUERIMENTO

Nº 43, DE 2006 – CAS “Em aditamento ao Requeri-
mento nº 42/2006 – CAS, já aprovado, requer que seja
também convidado para a Audiência Pública conjunta
com CE o Presidente da Confederação Nacional do
Comércio, Antônio Oliveira Santos”. Autores: Senador
Eduardo Azeredo, Senador Paulo Paim e Senador Flexa
Ribeiro. Resultado: Aprovado. Os itens 01, 05, 06, 08,
09, 10, 13, 14, 15, 16 e 17 ficam adiados. Às onze ho-
ras e dez minutos o Senador Papaléo Paes assume a
presidência. Às onze horas e trinta e quatro minutos o
Senador Antônio Carlos Valadares reassume os traba-
lhos. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores:
Lúcia Vânia, Papaléo Paes, Geraldo Mesquita Junior,
Romero Jucá, Flávio Arns, Paulo Paim, Augusto Bo-
telho, Flexa Ribeiro, Romeu Tuma e Ideli Salvati. Não
havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra,
encerra-se a reunião às doze horas e dez minutos,
lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Se-
cretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente
Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor
Senador Antônio Carlos Valadares, e publicada no Di-
ário do Senado Federal, juntamente com o registro da
estenotipia informatizada. – Senador **Antônio Carlos
Valadares**, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CAR-
LOS VALADARES (PSB-SE)** – Havendo número re-
gimental, declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária
da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Le-
gislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, pro-
ponho a dispensa (*soa a campanha*) da leitura e a
aprovação da Ata da reunião anterior realizada no dia
29 de novembro de 2006. Os Senadores e as Sena-
doras que aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.

Comunico que fica retirado de pauta o Item nº 7,
PLS 131/1999, para atender solicitação da Mesa de
leitura de Requerimento de tramitação conjunta com
o PLC 18/2002.

Também fica retirado de pauta o Item 12 PLS
142/2006, para atender solicitação da Mesa de leitura de
Requerimento de retirada de tramitação da matéria.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presiden-
te, se me permitir, só dizer que o Item 7 é de vossa
autoria e eu sou o Relator, mas foi mediante entendi-
mento, inclusive conosco para que se faça um debate
na Audiência Pública.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CAR-
LOS VALADARES (PSB-SE)** – Agradeço a V.Exª..
Gostaria também de levar ao conhecimento dos ilus-
tres pares que as reuniões da Comissão de Assuntos
Sociais terão, a partir de hoje, o acompanhamento de
um intérprete de libras, permitindo assim uma maior

compreensão daqueles que são portadores de uma alguma deficiência auditiva. Esta é uma iniciativa da Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, com integral apoio do Exmº. Sr. Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado. O Presidente da Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, é o Senador Eduardo Azeredo do PSDB de Minas Gerais.

Passemos à apreciação do Item nº 3, decisão não terminativa, Emenda de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 25/2004. A autora do projeto é a Deputada Zulaiê Cobra. O autor das Emendas é o Senador Romero Jucá, Relatora Senadora Lúcia Vânia com o Parecer favorável. Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para a leitura do seu Parecer.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Relatório: Essa Comissão examina as Emendas de números 1, 2, 3 e 4 de Plenário, oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº 25/2004, que permite a inclusão no âmbito do sistema previdenciário público dos integrantes da sociedade conjugal ou união estável que prestam serviço sem remuneração em suas próprias residências e que não estejam enquadrados em nenhuma das categorias do segurado obrigatório do regime geral da Previdência Social. Cabe-nos assinalar que o PLC nº 25/2004 foi aprovado nessa Comissão no dia 23 de junho de 2006 na forma do substitutivo apresentado pelo Relator.

Em 15 de setembro de 2005, o Plenário dessa Casa aprovou em turno único o substitutivo ao projeto. Em 9 de novembro de 2005 a matéria foi incluída na Ordem do Dia de Sessão deliberativa para discussão em turno suplementar, anunciada a matéria foram lidas as Emendas nº 1, 2, 3 e 4 do Plenário de autoria do Senador Romero Jucá. A seguir, é lido e aprovado o Requerimento nº 1.274/2005 de autoria do mesmo Senador solicitando o adiamento da discussão do substitutivo ao projeto para a audiência da Comissão de Assuntos Econômicos.

Em 4 de julho de 2006 aquela Comissão aprovou o Parecer do Relator, favorável ao projeto, na forma do substitutivo aprovado por essa Comissão, bem como as Emendas de nº 1 a 4 do Plenário. A proposição retorna, portanto, a CAS para análise das quatro Emendas apresentadas em Plenário. As Emendas de nº 1 e 2 têm por finalidade tornar facultativa a contribuição do integrante de sociedade conjugal ou união estável que exerçam atividade contínua no âmbito de sua residência, sem fins lucrativos sobre a alegação de que a filiação obrigatória ao regime previdenciário só é viável se associado ao exercício de uma atividade remunerada.

A Emenda nº 3 objetiva estabelecer novos parâmetros para a contribuição previdenciária do integrante da sociedade conjugal ou união estável que exerce atividade contínua no âmbito de sua residência sem fins lucrativos. Como regra geral, a alíquota desse segurado será de 20% sobre o respectivo salário de contribuição. Para aquele, porém, que optar pela exclusão do direito ao benefício de aposentaria por tempo de contribuição, alíquota será equivalente a 11% sobre o salário de contribuição. Todavia, se o segurado que contribuiu com a alíquota de 11% vier a dedicar a decidir pela obtenção do direito da aposentaria por tempo de contribuição, poderá fazê-lo, desde que complemente a contribuição mensal por meio de recolhimento de mais 9% acrescido dos juros moratórios do que trata o art. 34 da Lei 8.212 de 24 de julho de 91.

Finalmente, a Emenda de nº 4, acertadamente, pretende adequar a proposição ao dispositivo de nº 28 de Lei 8.212 de 24 de julho de 91 que estabelece o salário contribuição de cada categoria de segurado e por consequência a base de cálculo da sua contribuição.

Análise: Em relações as Emendas 1 e 2 assistem a razão do seu autor ao afirmar que deve ser do cidadão que não exerça atividade remunerada a decisão de filiar-se ou não ao sistema previdenciário público, isso não pode de modo algum constituir uma imposição do Estado, até porque, grande parcela da população brasileira sequer percebe um salário mínimo mensal.

Ademais, enfatize que a expansão da cobertura previdenciária deve ser feita em bases realísticas, assim, esse projeto, para que não venha a ser transformado, se transformado em lei colocar na ilegalidade milhares de cidadãos por falta de absoluta capacidade de contribuir para a previdência, não pode colocá-lo no rol dos segurados obrigatórios.

Quanto a Emenda nº 3, estamos igualmente de acordo com o seu autor, que afirma que a adoção de uma alíquota inferior a 11% estaria ferindo o princípio constitucional da equidade entre outros inscritos na lei maior, como por exemplo, o art. 201 que prevê o equilíbrio atuarial da Previdência Social e o § 5º do art. 195, que estabelece que nenhum benefício ou serviço de seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Parece-nos justo também que o segurado da sociedade conjugal ou união estável que tenha contribuído a alíquota de 11% só faça jus a aposentaria por tempo de contribuição se complementar a contribuição mensal mediante o recolhimento de mais 9% em razão do mesmo princípio constitucional da equidade.

Aos que argumentam que tal sistemática deverá ser pouco atraente, vale lembrar que o segurado que contribuir com a alíquota de 11%, se não fizer jus a

aposentadoria por tempo de contribuição, passará a ter uma série de outros importantes benefícios do regime geral da previdência, tais como aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, auxílio doença, salário maternidade, pensão por morte dos dependentes do segurado que falecer e auxílio reclusão.

Finalmente a Emenda nº 4 é pertinente e necessária para que o projeto, se transformado em lei, tenha eficácia vez que o inciso V do art. 28 proposto pelo projeto não estabelece a base de cálculo da contribuição. Ao contrário, dos incisos I, II, III e IV do mesmo dispositivo da Lei 8.212 de 1991 que define o salário de contribuição de cada categoria do segurado e em consequência a base de cálculo da contribuição.

O voto: A vista do exposto, opinamos pela aprovação das Emendas 1, 2, 3 e 4 de Plenário. Sala das comissões, Lúcia Vânia, Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em discussão a matéria. Continua em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão. Em votação em primeiro lugar o Parecer favorável as Emendas de Plenário, ao Projeto de Lei da Câmara nº 25/2004 em globo. As Sr^{as}. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado o Parecer relativo às Emendas. A matéria vai a Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Papaléo, pela ordem.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Sr. Presidente, eu faço uma proposta de inversão de pauta para nós termos em discussão agora o Item 11. É turno suplementar da Lei 268. Projeto de Lei do Senado 268, uma proposta que nós fazemos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu vou atender V.Ex^a.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Pela ordem também, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pois não, Senador Geraldo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Eu queria solicitar também a inversão de pauta para que seja apreciado, assim que for possível, o item 13, PLS 248 de 2006, de autoria do Senador Paim, relatado pelo Senador Valdir Raupp.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Continue, Senador Geraldo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Eu estava solicitando, Presidente, a inversão de pauta também para que apreciemos, assim que for possível, o PLS 248 de 2006, um projeto de fundamental importância de autoria do Senador Paim, Ok?

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Colocarei em prioridade o pedido de V.Ex^a.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Muito obrigado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, pela ordem também, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Jucá, com a palavra V.Ex^a.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu gostaria de pedir a inclusão do Projeto de Lei 261 de 2005, o relatório já está sobre a Mesa, é uma matéria antiga, já foi aprovado por acordo na Câmara dos Deputados e como Relator, eu gostaria também que V.Ex^a pudesse colocar em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O Item 11 a que se referiu o Senador Papaléo Paes é o Projeto de Lei do Senado nº 268/2002 que dispõe sobre o exercício da medicina. Na verdade, esse projeto já foi votado na última Sessão. A incumbência da Comissão nesta Sessão é de votá-lo em turno suplementar. Esse projeto, da autoria do Senador Benício Sampaio tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 25/2002, que define o ato médico e dá outras providências também, tem autoria do Senador Geraldo Althoff.

A Relatora, Senadora Lúcia Vânia, o Parecer é contrário ao PLS nº 25/2002 e favorável ao PLS nº 268 na forma de substitutivo que apresentou. E o substitutivo já foi, como eu disse, aprovado na Sessão anterior. Não foram apresentadas Emendas. Isso significa que nós podemos, de imediato, colocar o projeto em discussão. Não havendo mais... V.Ex^a deseja discutir, Senador Flávio Arns. Eu concedo a palavra a V.Ex^a, então.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Pois não, Sr. Presidente. Eu já estive antes da Sessão conversando com a Sr^a Relatora, Senadora Lúcia Vânia, e em primeiro lugar eu quero dizer assim do reconhecimento pelo grande trabalho que foi feito. Foram, eu diria, dezenas de reuniões, discussões com todas as áreas e o que culminou com a apresentação de um substitutivo e que, hoje, está sendo objeto deste exame em turno suplementar.

Eu tinha feito para a Senadora e, com todo o respeito também, e reconhecendo o grande trabalho algumas observações, algumas das quais, ela me es-

clareceu como Relatora e outras, inclusive, pedindo para que pudessem ser objeto de análise na discussão na Câmara dos Deputados.

Então, eu gostaria só de enfatizar que de fato a intenção, seria a apresentação de Emendas, mas a Sr^a. Relatora, eu gostaria só que me confirmasse isso também até para que o público alvo da profissão ficasse mais tranquilo, mais seguro e que isso não fosse objeto de intranquilidade, de insegurança no exercício dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no Brasil para que esse esclarecimento fosse feito.

Então, eu faço a observação em relação às três Emendas que seriam apresentadas. A primeira delas se refere ao exercício da acupuntura. Todos nós sabemos que é um assunto polêmico, assunto polêmico dentro do próprio Conselho Federal de Medicina onde existe uma quantidade de médicos que faz o exercício da acupuntura, mas sabemos também que existem outros profissionais com preparação para a área que também fazem o exercício da acupuntura. E essa prática vem se tornando cada vez mais popular no Brasil com a participação, assim, de milhares de pessoas, eu diria e objeto de muitas reportagens também tecendo comentários sobre os efeitos benéficos e eventualmente com as dificuldades que o mal exercício pode acarretar.

A gente sabe que existe um projeto de tramitação aqui dentro do Senado Federal para a regulamentação do exercício da acupuntura e o Relator é o Senador Ney Suassuna e existe um Requerimento de minha autoria aprovado para a realização de Audiência Pública nesse sentido.

Então, na conversa com a Senadora, eu expus, não da minha parte, mas um alerta que a sociedade havia trazido, particularmente em relação ao § 4º do art. 4, o inciso II que é a inovação da pele atingindo o tecido subcutâneo para a injeção, sucção, pulsão, insuflação, drenagem, instilação, etc. e V.Ex^a, inclusive, me assegurou, na conversa de que este ponto foi objeto de debate e em função do debate se incluiu esse artigo, mas V.Ex^a me assegurando de que essa redação, na verdade, não impede o exercício da acupuntura aguardando naturalmente a regulamentação da profissão, do exercício, não da profissão, mas do exercício dessa atividade.

Então, eu só gostaria que V.Ex^a, para as pessoas e profissionais que atuam nesta área, pudesse fazer novamente esta questão. E outro aspecto que eu mencionei, inclusive, a V.Ex^a também é no art. 7º e por consequência o art. 6º em que V.Ex^a fez ponderações porque os profissionais da área colocam que o disposto neste artigo será aplicado de forma que sejam resguardadas as competências próprias das profissões

de assistente social, biólogo, biomédico, enfermeiro, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, profissional de educação física, psicólogo, terapeuta ocupacional e técnico e tecnólogo de radiologia. A observação que, e são as duas únicas observações e eu até acho que são poucas observações dadas à discussão que aconteceu em relação à matéria, mas a observação que fazem é do porque da menção destas profissões caso surja, não sei se todas elas estão contempladas aqui ou se surgir uma nova profissão na área da saúde. Eu imagino que todas essas estejam regulamentadas, eu acho que todas elas estão regulamentadas e o que as pessoas surgiriam seria um parágrafo que dissesse, a senhora fez as ponderações o disposto nesse artigo não exclui as competências e a privatividade do exercício das demais profissões de saúde regulamentadas, nos seus respectivos campos de atuação. Com a dúvida se todas as profissões estão incluídas, eu não saberia, ou se alguma profissão nova vier a ser regulamentada, porque na verdade o que se está dizendo nesse artigo é que essas profissões continuarão a exercer, tudo que vêm exercendo, de acordo com a lei que as regulamentou.

Então, porque é que isto não seria feito dessa maneira, a exemplo, suponho, da odontologia que aqui diz o disposto nesse artigo, não se aplica ao exercício da odontologia no âmbito de sua área de atuação. Quer dizer, esse âmbito da área de atuação deve estar regulamentado, suponho, na lei de odontologia.

Então, seriam as duas únicas observações, fruto de debate com os conselhos todos, os acompanhamentos, as sugestões que vieram, e eu diria que é pouca coisa em função da discussão todas que aconteceu.

Então, agradeceria de V.Ex^a, assim as explicações para que isto ficasse claro.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Lúcia Vânia, só para que eu não repita, eu já quero fazer das palavras do Senador Flávio Arns, muitos questionamentos que eu faria, mas o que mais me foi solicitado foi sobre a acupuntura.

Então, V.Ex^a explicou a mim também e eu queria aproveitar esse momento para responder a todos, obrigado.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu agradeço ao Senador Flávio Arns e Senador Paim e quero primeiro dar uma explicação. Quando a gente solicitou que não fizessem Emendas, é porque eu não posso dar aqui um Parecer favorável ou não, mesmo depois, sem ouvir todo o pessoal que participou do acordo, porque isso aí foi um acordo fechado com muita dificuldade e qualquer alteração que eu, porventura, tenha que fazer, terá que ser ouvido todo esse grupo novamente.

Agora, como o projeto vai para a Câmara, isso poderá ser discutido com o grupo novamente. Porque, do contrário, nós não terminamos esse trabalho. Eu acho que já conseguimos avançar muito, e sei que o projeto não é um projeto perfeito. Eu acho que tem restrições pelo lado médico, tem restrições pelo lado das demais profissões, mas é o possível dentro daquilo que a gente dialogou, conversou e acordou. Agora, em relação à acupuntura, eu quero deixar claro que esse foi um debate muito forte que nós tivemos durante todo o período de discussão. Porque, na verdade, todos nós sabemos da importância da acupuntura e ela está, inclusive, já é considerada pelo Ministério da Saúde. No entanto, para não colocar aqui, especificamente, a acupuntura, porque ela não está regulamentada, nós traríamos um problema muito sério de inserir no computo geral as profissões que não estariam regulamentadas, isso seria muito ruim. Mas quando nós colocamos invasão da pele, atingindo o tecido subcutâneo para injeção, sucção, pulsão, insuflação, drenagem, instilação, ou enxertia, a gente não pôs estimulação. Porque, na verdade, a acupuntura, ela é estimulação, ela não é nenhum desses outros itens colocados aqui.

Então, como não coloca a estimulação, está subentendido nem que sim, nem que não, como está hoje, aguardando a sua regulamentação. Porque seria uma irresponsabilidade minha colocar aqui uma atividade que não está regulamentada e cujo projeto já está aqui e que naturalmente vai definir os parâmetros que nós devemos ter dentro dessa profissão. É claro que ela não é uma profissão que vai ser exercida sem alguns limites como todas as outras são.

Portanto, eu pediria desculpas a vocês, eu tentei até ver a possibilidade de fazer isso, mas eu incorreria nessa dificuldade com a regulamentação da acupuntura. Mas podem ter certeza que aqui os médicos e todas as pessoas que participaram do debate entendem que estimulação é acupuntura e estimulação não está aqui nesse elenco de ações.

A segunda pergunta é em relação a colocar a acupuntura também, outras profissões que não tivessem regulamentadas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Se V.Ex^a me permite.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Aliás, regulamentada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Colocar acupuntura não, mas existem várias profissões na área da saúde que estão regulamentadas e o próprio artigo diz, “resguardadas as competências próprias das profissões de...”. Quer dizer, aquilo que já está regulamentado, eu imagino na área da saúde. Porque especificar...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu confesso para vocês que eu queria retirar esse artigo. Era meu desejo retirar esse artigo. No entanto, os médicos também acordaram em retirar o artigo, no entanto, o movimento contra o ato médico não aceitou. E os médicos aceitaram e eu achei que era conveniente fazer isso.

Agora, se a Câmara entender de suprimi-lo, eu acho que não tem nenhum prejuízo para o projeto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só queria assim deixar claro a V.Ex^a, e não é assim, não existe propriamente um conflito, no meu ponto de vista o artigo deve permanecer, só que nós corremos o risco, e isso pode ser corrigido na Câmara, porque eu não tenho certeza se todas as profissões estão especificadas aqui, talvez a gente esqueça de alguma, e tem mais uma coisa, e de repente nós regulamentamos uma outra profissões e teríamos que mudar na outra profissão este artigo. Por isso que eu disse, manter o artigo, porém com a redação, o disposto nesse artigo não exclui as competências e a privatividade do exercício das demais profissões de saúde regulamentadas, nos seus respectivos campos de atuações.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Aí nós estaríamos impedindo a acupuntura. Você fecharia a acupuntura. Porque não está regulamentada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É. É que a acupuntura não consta no § 7º, (soa a campanha), mas de qualquer forma, o que até faria nessa sugestão da gente que tirássemos o § 6º por consequência, porque o § 6º diz o disposto neste artigo não se aplica ao exercício da odontologia, no âmbito da sua área de atuação. Eu imagino que no âmbito da sua área de atuação seja a regulamentação da profissão de odontólogo.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – A especificação da odontologia, mais pelo sentido da cirurgia, é uma coisa muito específica e muito próxima do médico, e há uma resolução, um acordo disso, os médicos... É unânime isso.

Então, na verdade, a gente não ia botar aquele artigo, esse que você sugere colocar como a área de saúde regulamentada. As funções de saúde regulamentadas, as atividades.

Então, na verdade, se não tivesse aquele artigo, não teria nenhum problema, só faria a ressalva à odontologia, mas acontece que o movimento, eu quis dar tranquilidade ao movimento, citando uma por uma as funções, as profissões que estavam envolvidas no grupo de saúde, na ação de saúde.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu acho importante isto, porque isso dá tranquilidade, era só

a preocupação de pensar, será que estão todas. (risos)

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Não, estão todas, as que estão regulamentadas. Agora, eu concordo com V.Exª que ela inibe as que virão a ser regulamentadas, terá que ser feito um acréscimo, eu acho que na Câmara, a gente pode achar uma terminologia correta para consertar isso, de forma que não bloqueie a acupuntura que foi a nossa grande dificuldade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E V.Exª já assegura que a redação do substitutivo que estamos votando não impede o exercício da acupuntura.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Não, não, impede.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Por profissionais que não sejam médicos.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – No debate que nós tivemos, isso é unânime. Quer dizer, a terminologia utilizada é estimulação e que não consta (*soa a campanha*) do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O Senador Augusto Botelho deseja fazer alguma indagação a Relatora.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Não, eu apenas queria dar uma ajuda na Relatora. A odontologia entrou aqui porque os dentistas fazem também cirurgia buco-maxilo-facial. É uma cirurgia de trauma na boca, no rosto, eles fazem essa cirurgia, então, tinha que ficar claro porque eles fazem uma atividade cirúrgica invasiva também sem ser na área exclusivamente da boca.

Outra coisa, essas profissões que estão citadas aqui, Senador Flávio Arns, muitas delas já estão nas atividades delas fazer a acupuntura, dentro das atribuições dela, já inclui a acupuntura, por isso que a Senadora não precisou incluir um item só de acupuntura, e a palavra estimulação ficando fora também, ninguém está proibindo a acupuntura. Que é lógico que a acupuntura é um procedimento médico de saúde, aliás, um procedimento de saúde deve ser tratado por trabalhadores da saúde, isso tem que ficar bem claro que são os trabalhadores de saúde que devem fazer a acupuntura. Não chegar um Advogado querer fazer acupuntura, está meio fora do padrão. Muito obrigado, Presidente, é isso que eu queria...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu acho que ele explicou bem, porque o odontólogo, como a gente disse, ressaltou que é ato privativo do médico, atos invasivos e o ato dos dentistas é invasivo porque ele faz cirurgia e etc.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e não sendo

oferecidas Emendas nessa discussão suplementar, a Emenda nº 1, substitutivo, oferecida ao PLS 268/2002 é definitivamente adotada nos termos do art. 284 do Senado Federal, a matéria vai a Secretaria Geral da Mesa. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, apenas para louvar o trabalho da Senadora Lúcia Vânia, dizer que a gente sabe o quanto foi difícil construir esse entendimento, e sem dúvida nenhuma a liderança do Governo apóia o relatório e elogia a competência, a sensibilidade e a paciência da Senadora Lúcia Vânia em torno desse trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu já tive a oportunidade na outra Sessão, quando da aprovação do primeiro turno desta matéria, de me referir ao trabalho valoroso da Senadora Lúcia Vânia, da sua inteligência, do brilho do seu Parecer, todo ele montado num objetivo e que todos nós buscamos que é o consenso, logicamente que se existem pequenas resistências, elas poderão ser, de forma ponderada, resolvidas na Câmara dos Deputados.

Portanto, meus parabéns a V.Exª, Senadora Lúcia Vânia e a todos aqueles que participam dessa Comissão num debate construtivo em favor dessa matéria. Senador Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu queria pedir o beneplácito de todos os Srs. e Srªs. Senadoras, para que eu pudesse rapidamente relatar a matéria que eu solicitei que diz respeito à Previdência que é uma matéria simples e que combate fraudes porque eu tenho que me deslocar até a CCJ para discutir e votar a Super-Receita que é uma matéria extremamente complexa e eu estou sendo chamado lá, se V.Exª pudesse inverter.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Jucá, antes, porém, antes da leitura de V.Exª, eu convidarei o Senador Papaléo Paes para presidir a Sessão, de vez que também eu estou sendo convocado por duas Comissões, a Comissão de Orçamento e a Comissão de Justiça, das quais eu sou membro titular, como V.Exª.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu pediria a V.Exª, se fosse um minuto, como é terminativo, essa matéria, só estão faltando dois Senadores que estão vindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Nesse caso, eu poderia aguardar.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Senão, nós encerraríamos a discussão e ficaria pronto para a votação só...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Nós encerraríamos a discussão com a leitura de V.Ex^a, na próxima Sessão nós votaríamos. Senador Papaléo Paes.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – É o Projeto de Lei do Senado 261 de 2005, é o Extra-pauta.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá para o seu relatório.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, essa proposta de Projeto de Lei, Sr. Presidente, tinha sido apresentada como Medida Provisória e nós transformamos aqui no Congresso em Projeto de Lei, foi uma negociação com o Governo. Ela foi proposta inicialmente, quando eu estava ainda no Ministério da Previdência e ela visa exatamente duas questões.

Primeiro, diminuir a contribuição dos autônomos para que eles possam pagar menos, isso já foi, inclusive, colocado no Super-Simples, mas precisam ser regulamentados os procedimentos, ou seja, aquele autônomo que hoje paga 20%, vai poder pagar 11% de recolhimento e esse projeto prevê também combate às fraudes e as irregularidades. Eu vou relatar aqui basicamente algumas das providências.

Primeiro, estabelece que os cartórios, por que quais foram os problemas que nós vimos quando estávamos na Previdência, começamos a cruzar dados de cadastro? Nós verificamos que muitas pessoas que tinham morrido continuavam recebendo o benefício família, não era comunicado. Nós identificamos que várias pessoas recebiam mais de um benefício da Previdência, porque não havia cruzamento de dados e várias fraudes que eram feitas, perpetradas e depois viravam direitos, porque não havia uma legislação que determinasse que ao descobrir a fraude, podia se anular a fraude.

Então, nós temos aqui, nessa proposta, uma sistemática que responsabiliza os cartórios pela informação do óbito ao sistema da Previdência, que é importante; nós temos uma punição para a empresa que não comunicar que o trabalhador estava trabalhando e ele fosse depois ao auxílio doença. Por que o que nós descobrimos? A empresa não registra o trabalhador, o trabalhador trabalha um ano, dois anos, quando ele adoece, para pegar o auxílio doença, aí a empresa registra naquele mês e aí, efetivamente, houve um prejuízo para o trabalhador. Então, nós estamos criando um sistema de penalização para a empresa que vai fazer *(soa a campanha)* com que a empresa

tenha uma multa se ela não informar no dia que o trabalhador entrou aquilo que efetivamente ele começou trabalhar, exatamente para evitar que o auxílio doença seja manipulado da forma como está sendo feito hoje. Há também um outro dispositivo, que na época a gente até criou ele, por conta daquele crime da Suzane Richthofen, que era o seguinte, é proibir que alguém que seja, por exemplo, você mata o pai e depois fica recebendo uma pensão do pai, porque a lei manda e não tem nenhuma lei que proíba essa questão.

Então são alguns dispositivos que endurecem a questão do combate à fraude e um dispositivo que também diz que, mesmo que tenha passado o prazo se for descoberto má fé, falsificação de documento, ou qualquer tipo de ação, é imprescritível e mais se a Previdência notar isso, o prazo é de dez anos, o prazo da prescrição é dez anos, mas se a Previdência notar qualquer tipo de ação de má fé, suspende-se o prazo de prescrição exatamente para que se possa fazer a investigação.

Então, esse é o cerne da questão, Sr. Presidente, eu diria que é mais uma ação importante para se combater fraudes na Previdência para se ter o cuidado de atuar de forma responsável na Previdência, a Previdência, hoje, é um grande problema no País e esses mecanismos vão ajudar exatamente na operacionalização de todo esse combate à fraude. Então o voto é favorável e eu peço a aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá, matéria em discussão. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria de aproveitar a oportunidade e agradecer ao Senador Romero Jucá os elogios ao nosso relatório e dizer a V.Ex^a que concordamos inteiramente com a sua proposta e é uma proposta que vem, sem dúvida nenhuma, ajudar a coibir as fraudes na Previdência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, solicito ao Senador Romero Jucá que faça o seu relatório sobre o Projeto de Lei do Senado nº 20/2004 que revoga a alínea H do inciso I do art. 12 da Lei 8.212 de 24 de julho de 1991, e a alínea H do inciso I do art. 11 da Lei 8.213 da mesma data, acrescentadas pela Lei nº 9.506 de 30 de outubro de 1997 que dispõe sobre os segurados da Previdência Social. O autor é o Senador Luiz Otávio, Relator, Senador Romero Jucá.

Então, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá para proferir o seu relatório.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, o Parecer é favorável ao Projeto do Senador Luiz Otávio, nós fizemos duas Emendas de ajustes,

mas é exatamente dizendo que o detentor de mandato eletivo federal, estadual, municipal que não seja vinculado a regime próprio da Previdência da instituição, que na verdade estão se concluindo, passa a ser do regime geral de Previdência, e portanto passa a ser a opção de se enquadrar no sistema de Previdência pública fazendo as contribuições normais e recebendo os tetos normais, é uma opção para que o membro de mandato legislativo possa optar pelo sistema público geral da Previdência dentro das regras normais, sem nenhum tipo de regalia. O Parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Em discussão a matéria.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero dizer ao Senador Romero Jucá que concordo inteiramente com as proposições, eu acho que isso vai contribuir bastante, resguarda também direitos do trabalhador e combate às fraudes, sem dúvida alguma, eu acho que são aspectos muito importantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, assim como o relatório anterior do Senador Romero Jucá, essa matéria fica aguardando *quorum* para a votação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – ...Aquele projeto que faltavam votos antes e votei e estou dando o meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Senador Paulo Paim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – As votações estão suspensas enquanto não há *quorum*.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Voto atrasado e ultrapassado. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Papaléo Paes, eu estou chegando agora aqui na Comissão de Assuntos Sociais, eu estava na Comissão Mista de Orçamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – O senhor não estava no aeroporto não?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu lamentavelmente passei pelo apagão aéreo ontem durante 9 horas para chegar aqui, da minha querida Belém até Brasília, levei 10 horas, mas cheguei, graças

a Deus. Mas eu vinha da Comissão Mista de Orçamentos que estamos aprovando lá os relatórios setoriais e quando cheguei aqui já tinha aprovado o Parecer da nobre Senadora Lúcia Vânia sobre o ato médico. Eu quero fazer aqui, Senadora Lúcia Vânia, o meu registro para os anais da Casa parabenizando-a pelo magnífico trabalho que V.Exª desempenhou e eu participei nos primeiros momentos a pedido do Conselho Regional de Medicina e do Conselho Federal de Medicina, nas primeiras reuniões, ainda ano passado com V.Exª. E sei de quanto V.Exª se dedicou para poder conciliar os diversos interesses de todas as profissões que teriam que ser ouvidas e consensadas no seu relatório, o que V.Exª fez com grande brilhantismo.

É um ato de justiça que essa Casa pratica ao aprovar a legalização da profissão, legalização, a normatização da profissão de médico que é a mais antiga existente, eram umas poucas que ainda não estavam normatizadas.

Eu quero parabenizar V.Exª e parabenizar a CAS pela aprovação já em segundo momento.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Posso usar a palavra?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia. Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador Papaléo, aproveitando aqui a carona do Senador Flexa, eu também quero parabenizar a Senadora Lúcia Vânia pelo trabalho gigante que ela empreendeu na Relatoria desse projeto e uma das coisas que me chamou a atenção, Senadora, foi de que V.Exª, e isso poderia ter acontecido numa situação tão conturbada como que a senhora verificou no tratamento dessa questão, poderia surgir um relatório que traduzisse a tentativa de se equilibrar, Senadora Lúcia Vânia se equilibrou aqui, tal. Mas, não, a senhora de forma competente compôs de forma responsável conflitos de interesses, muitos conflitos de interesses e V.Exª compôs de forma responsável, V.Exª não se equilibrou numa situação controversa, V.Exª compôs conflitos de interesse e ofereceu a essa Casa um relatório que, tenho certeza absoluta que terá a aprovação de seus pares, de toda a Comissão, de certamente do Plenário do Senado, pela competência, pela responsabilidade e pela dedicação com que V.Exª se ouviu na sua feitura e no desempenho da tarefa difícilíssima. Alguns outros, teriam no seu lugar, inclusive renunciado a tanta complicação, mas V.Exª foi até o final de forma responsável e ofereceu a essa Casa um relatório extremamente ponderado, fruto de tratativas com todos os setores envolvidos na questão. Meus parabéns mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu agradeço ao Senador Flávio Arns, as referências elogiosas ao meu trabalho, eu quero estender esses agradecimentos também ao Senador Geraldo Mesquita que pode acompanhar, eu acho que ele conseguiu sintetizar a nossa preocupação. Quer dizer, nós tínhamos a preocupação não de acomodar a situação, mas principalmente de buscar a conciliação entre as diversas atividades. Mas eu quero aqui registrar, Sr. Presidente, os meus agradecimentos e o meu reconhecimento à consultoria do Senado que é preciso que a gente elogie esse trabalho porque eu acredito que nós temos aqui os melhores profissionais para nos Assessorar. Tiveram ampla paciência e sabedoria de buscar a terminologia correta para que a gente pudesse chegar nesse acordo.

Então, eu quero agradecer o Dr. Sebastião, que foi incansável e paciente durante todo esse período, Dr. Romero e Dr^a. Alcinda que está aqui conosco e que foram, eu tenho que debitar a eles o sucesso desse trabalho, e o meu Gabinete, através da coordenação do Prof. Heldo Mulatinho, que também foi o interlocutor paciente com todos os segmentos.

Portanto eu agradeço a todos os senhores essa oportunidade que eu tenho aqui agora de fazer os meus agradecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Senadora, permita-me eu também fazer um reconhecimento. Além da sua capacidade como Senadora, como uma pessoa preparada que já exerceu diversos cargos públicos nesse País, com desempenhos brilhantes, eu quero também fazer um reconhecimento a todos aqueles que acompanharam esse processo junto com a senhora e destacar a consultoria do Senado Federal. Nós temos um quadro de primeiríssima linha e quero destacar aqueles que estão militando na área da saúde, porque já tive oportunidade como Presidente da Comissão de saúde de ter a Assessoria desses profissionais, profissionais que são, além de dedicados, competentes e de um nível de conhecimento realmente admirador. Então parabéns a todos esses profissionais e parabéns mais uma vez ao trabalho que V.Ex^a com muito brilhantismo e tenho certeza absoluta que foi o máximo que nós poderíamos ter como um documento aceitado por todas as profissões da área da saúde. Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – (*pronunciamento fora do microfone*) para as votações, eu solicito, então, que possamos fazer a leitura do relatório do Projeto do Item 13, abri-

amos a discussão e aguardaríamos o *quorum* para a sua votação, se V.Ex^a consentir.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Senador, será aceita a sua proposta, Senador, mas antes do Item 13, nós temos o Item 02, é uma decisão não terminativa que é o Projeto de Lei da Câmara nº 65 de 2006, que acrescenta dispositivo a Lei 7.998 de 11 de janeiro de 1990 para segurar que parcela dos recursos alocados em ações de qualificação profissional no âmbito do Programa de Seguro Desemprego seja destinado à população afro-descendente. Autor Deputado Sandes Júnior, designo como relator “ad hoc” o Senador Paulo Paim. Em seguida, a Relatoria do Senador Paulo Paim, V.Ex^a, Senador Geraldo Mesquita fará o seu relatório.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, agradecer a V.Ex^a, Senador Valadares, inclusive para eu ser o Relator *ad hoc*, com muita honra representando aqui o Senador Rodolpho Tourinho. Senador Papaléo Paes, eu quero em primeiro lugar dizer que essa posição assumida pelo Senado de votar sempre aqui os projetos da Câmara, eu espero que um dia a Câmara haja da mesma forma. Ontem eu ouvi inclusive o líder Aloizio Mercadante na Tribuna fazendo um apelo para que a Câmara vote também os projetos votados aqui no Senado. Esse projeto específico trata da questão dos afro-descendentes, V.Ex^a colocou muito bem, há um projeto construído aqui de acordo com todas as lideranças de todos os partidos, inclusive com o aval das lideranças do Governo, com os Ministros correspondentes à área, que é o Estatuto da Igualdade Racial e a Câmara engavetou. Não tem problema. Nós não faremos o mesmo aqui, por isso eu vou dar o Parecer favorável a esse projeto sobre... É o projeto 65/2006 que altera a Lei 7.998 de 11 de janeiro de 1990, a fim de assegurar recursos para a qualificação profissional da população afro-descendente. Eu vou direto, Sr. Presidente, para simplificar na análise, o projeto em exame preenche os requisitos materiais e formais quanto a sua constitucionalidade, razão porque não há obstáculo a sua tramitação nessa Casa, particularmente no que concerne aos requisitos formais à matéria de competência privada da União conforme o disposto no art. 239 da Constituição Federal. Antes a inexistência de iniciativa reservada a matéria a outros poderes da União, não existe óbice a livre proposição do projeto sobre o tema por parte dos membros das duas Casas. A espécie normativa igualmente e adequadamente a regulamentação do assunto.

Ainda mais, a proposição é jurídica, encontra-se regida segundo os cânones da boa técnica legislativa e das prescrições da Lei Complementar 95 de 26 de fevereiro de 98 que dispõe sobre a elaboração e

redação da alteração das leis. No que diz respeito ao mérito, recordamos que na justificação da proposta, o seu autor afirma que embora os negros representem em torno de 45% dos contingentes de treinando-se em qualificação profissional, o valor dos recursos investidos na formação profissional dos afro-brasileiros representa apenas 10,9%. Esses são os principais requisitos, Sr. Presidente, eu vou ao voto, até porque eu quero contribuir com o Senador Geraldo Mesquita Júnior que quer dar um Parecer sobre um projeto de interesse do conjunto do Movimento Sindical, hoje com grande manifestação em Brasília, com cerca de mais de 10 mil trabalhadores e aqui, com os presidentes das confederações, acompanhando esse debate. Por isso, Sr. Presidente, de imediato, eu digo que o meu voto é favorável com a seguinte Emenda.

Art. 2º, Parágrafo Único, dos recursos alocados pelo Programa de Seguro Desemprego, em ações de qualificação profissional, pelo menos 20% serão destinados a programa de formação nacional de negros e pardos, segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, sendo reservado as mulheres parcela que no mínimo corresponda a participação relativa desse contingente na população de negros e pardos brasileiros. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Matéria em discussão. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Cumprimentar o Senador Paim e dizer que o relatório que ele apresentou foi corretamente, V.Exª escolheu a pessoa que sempre trabalha pelas minorias nessa Casa. O Rodolpho Tourinho é um especialista em economia e no sistema tributário, então alcançou a tese apresentada pelo autor do projeto. Então, eu acho que vem de encontro à expectativa dessas alterações no campo social que o Governo tem procurado fazer.

Então, cumprimento V.Exª por ter escolhido Paim como relator *ad hoc* do relatório do Senador Rodolpho Tourinho que está lá envolvido com a Super-Receita.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Queremos reafirmar que o relatório do Senador Rodolpho Tourinho e o Relator *ad hoc* escolhido foi o Senador Paulo Paim. A matéria continua em discussão, não havendo mais quem queira discutir, vamos a votação. Os Srs. Senadores que concordam pela aprovação permaneçam como se encontram. A matéria está aprovada com uma emenda.

Próxima matéria do Item da pauta de hoje é o Item 13, decisão terminativa, também matéria precisará de *quorum* qualificado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Votação nominal. Pela ordem Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Como Relator, o Senador Valdir Raupp está ausente, eu conversei com o Senador Paulo Paim que é o autor do projeto da possibilidade de nós negociarmos esse relatório com o Relator e o autor do projeto, no sentido de adequar algumas questões que ainda, a nosso juízo, são necessários de negociação.

Então, eu solicitaria a V.Exª, como nós não temos ainda o quorum para votar, que esse projeto seja colocado na pauta da próxima semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Senador Flexa Ribeiro, o Relator *ad hoc* escolhido foi o Senador Geraldo Mesquita, então o Senador Geraldo Mesquita concordando, nós tiraremos de pauta a matéria e deixaremos para a próxima semana.

Senador Geraldo Mesquita sobre o Item 13, que V.Exª foi escolhido como Relator.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, vamos fazer a leitura do relatório, travar a discussão necessária, e eu, particularmente, sou de opinião que devamos ler o relatório, discutir e aprová-lo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, pela ordem. Antes dessa questão que eu acho que também deve ler o relatório, eu queria só fazer um apelo. Como nós já temos número para votar as matérias terminativas, a gente pudesse efetivamente votar rapidamente as matérias terminativas, depois nós voltaríamos para essa matéria que é...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Falta um ainda. Só se tem alguém escondido aí. Senador Antônio Carlos. Senador Antônio Carlos Valadares, venha reassumir o seu posto.

(troca de presidência)

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Pronto, Senador Flávio Arns também... Já temos número, Sr. Presidente, então poderíamos votar rapidamente o 261 de 2005 e o PLS 20 de 2004 também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O Parecer já foi lido?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Já foi lido, já foi encerrada a discussão, é só colher os votos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A discussão já foi encerrada, então passemos a votação. Nominal. Já temos número, já temos *quorum* adequado para a votação.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Só registrar aos Senadores que estão chegando, essa é uma matéria para combater fraudes da Previdência, o Parecer é favorável, eu já li o Parecer, portanto pedi o voto, sim, de todos os Srs. e Sr^{as}. Senadoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Se faltar algum Senador, por favor, é só levantar a mão. Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Romero Jucá. Senador Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Flávio Arns, Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Augusto Botelho? José Jorge?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eduardo Azeredo? Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Falta alguém? Bom, os que estão presentes foram chamados. Faltou algum Senador? Não, todos já votaram. 12 votos, o projeto, aprovado, portanto, na forma regimental. Senadora Ideli Salvatti, pela ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Queriam solicitar se houvesse concordância por todos os membros que votaram por unanimidade esse projeto,

que nós pudéssemos apresentar o Requerimento de urgência.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não, é terminativo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Ah, é terminativo? Não vai para...? Está ótimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então, V.Ex^a já se conformou?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Já estou conformada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Ex^a.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Só se a Lúcia Vânia recorrer ao Plenário, né?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – O Item 4 também é terminativo, Sr. Presidente. PLS 20 de 2004, Item 4.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Projeto de Lei do Senado nº 89 de 2005, Senador Paulo Otávio é o autor, Relator, Senador Valdir Raupp.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Tem uma nominal ainda, tem mais uma nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Essa é rápida, questão de minutos. A presidência esclarece que a Comissão de Assuntos Sociais ao apreciar o projeto decidiu pela transformação da matéria em Projeto de Lei ordinária. Em atendimento à conclusão do Parecer e ao que preceitua o inciso I do art. 91 do Regimento Interno a proposição passa a tramitar em decisão terminativa, conforme comunicação do Presidente do Supremo Tribunal feito em 28 do 11 de 2006. Como não há Emendas, como não houve Emendas, encerrada a discussão, não é isso? Então a matéria é definitivamente adotada nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Então, a secretária está me explicando, como não houve votação nominal no primeiro turno, vamos fazê-la neste momento.

Façamos a chamada nominal. Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Paulo Paim? Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador José Jorge?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pronto. Wellington Salgado, 12. Aprovado.

O Senador Valdir Raupp deixou o seu voto consignado, 13, então.

Agora o PLS nº 20 de 2004, Senadora Ideli Salvatti, só mais uma, decisão terminativa. É terminativo. O autor é o Senador Luiz Otávio, Projeto de Lei nº 20 que revoga a alínea H do inciso I, do art. 12 da Lei 8.212. Parecer favorável com duas Emendas que apresenta. Senador Romero Jucá, ele é o Relator. Mas já deixou o voto consignado, logicamente favorável. Em discussão. A discussão, já houve, mas eu abro exceção para V.Exª, se V.Exª quiser encaminhar. Pois não, então passemos a votação nominal.

Projeto de Lei nº 20 de 2004, com as emendas. Senadora Maria do Carmo? Como vota? Com o Relator. Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Romero Jucá já deixou o voto consignado, Geraldo Mesquita? Senador Flávio Arns com o Relator, como não está muito preocupado está com o Relator, Paulo Paim também não está muito preocupado, deve estar com o Relator.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com certeza, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador José Jorge?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Romeu Tuma? Deixou o voto. Wellington Salgado? Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pronto, Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – 13 votos favoráveis, aprovado com as duas emendas. Vamos agora ao Projeto solicitado pelo Senador Geraldo Mesquita é o nº 13, o item 13, terminativo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – É terminativo. Vamos fazer a leitura, travar discussões e...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Mesquita para fazer a leitura do Parecer.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Agradeço, Presidente. Presidente, Senador Flexa pediu ali pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V.Ex^a tem a palavra, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, eu já conversei com o nobre autor do projeto, Senador Paulo Paim e com o Relator *ad hoc*, Senador Mesquita, não há efetivo *quorum* para aprovação desse projeto. Eu pediria que nós deixássemos o projeto para discussão na próxima semana, mesmo porque eu tenho assuntos de negociação, de objeto de negociação com o autor e com o Relator, esse projeto foi inserido em pauta, foi feito uma Audiência Pública, ele é um projeto que tem que ser discutido, ele trata da obrigatoriedade, da retenção da contribuição sindical, assistencial dos trabalhadores pelas empresas. Inclusive, daqueles trabalhadores que não são sindicalizados também.

Então, foi feito como o Senador Paulo Paim coloca e o Senador Raupp coloca no seu Parecer, uma Audiência Pública com o setor dos trabalhadores.

Então, é preciso que isso aí, nós não somos contra o projeto, eu estou dizendo isso ao Senador Paulo Paim e ao Relator *ad hoc*, Senador Geraldo Mesquita, mas que é preciso aprofundar a sua discussão para saber se os fundamentos que aqui estão são realmente de consenso entre as partes.

Então, como nós não vamos, Presidente Antônio Carlos Valadares, não há como ser aprovado porque nós não temos *quorum*, e para evitar pedido de vista, seria de bom que nós negociássemos a retirada de pauta para a próxima semana. É o pedido que faço.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Se o Senador Geraldo Mesquita preferir fazer a leitura do Parecer, V.Ex^a tem toda a autorização aqui da Mesa.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Em consonância, inclusive, o que propõe o Senador Flexa. Eu acho que a Comissão, a Casa tem o direito de tomar conhecimento dos termos do relatório, e nada impede que a discussão seja travada, tratativas sejam feitas em torno da questão e do projeto. Eu peço desculpas ao Senador Flexa, nosso querido e grande amigo e grande Senador, mas eu acho que a Casa tem o direito de, a partir desse momento, tomar conhecimento do teor do projeto até para que a gente possa enriquecer essa discussão, e eu passo a ler, então, o relatório, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A leitura do Parecer abre realmente a discussão em torno da matéria.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Abre a discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V.Ex^a tem razão. Senador Flexa Ribeiro está compreendendo. Concedo a palavra a V.Ex^a.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – O Projeto de Lei, antes de mais nada, eu queria dizer que para mim é uma honra relatar um projeto do Senador Paim, um guerreiro nessa Casa, perfilando-se sempre nas fileiras daqueles que lutam pelas causas sociais, pelos excluídos, pelos discriminados, pelos trabalhadores brasileiros, enfim. Eu quero dizer que não sendo o meu relatório, o relatório é do Senador Valdir Raupp, contudo ele traduz também o meu pensamento acerca da questão, portanto eu me sinto muito à vontade para proferir o referido relatório. É o Projeto de Lei, Senador, do Senado, nº 248 de autoria do Senador Paim, desse ano já que acrescenta capítulo 3 A, ao título 5 da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 43 para dispor sobre a contribuição assistencial.

A proposição pretende regulamentar o desconto da contribuição assistencial devida pelos trabalhadores a suas entidades sindicais. Conforme explica o autor, atualmente as entidades sindicais enfrentam verdadeira maratona para obter das empresas o desconto em folha de pagamento das contribuições assistenciais, mesmo quando fixadas em assembléia de categoria ou convenção coletiva e observados os estatutos fixados em decorrência da autonomia sindical.

A discussão de mérito envolvida na presente controvérsia está centrada na restrição imposta pela Portaria nº 160/2004 onde se estabelece que as contribuições instituídas pelos sindicatos em assembléia geral da categoria, em especial a confederativa, e/ou as constantes de convenção, ou acordo coletivo e sentença normativa, em especial a contribuição assistencial são obrigatórias apenas para os empregados sindicalizados.

No que diz respeito à contribuição confederativa é verdade que a afirmação de que a Súmula nº 666 do Supremo Tribunal Federal pacificou o entendimento, segundo o qual essa contribuição só é devida pelos trabalhadores filiados ao sindicato. *Verbis*, a contribuição, confederativa de que trata o art. 8º, inciso IV da Constituição só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo. Nesta mesma esteira de entendimento, se posiciona o egrégio Tribunal Superior do Trabalho, conforme o precedente normativo nº 119. A orientação jurisprudencial nº 17 da seção de dissídios coletivos do Tribunal Superior do Trabalho está consignada também nos seguintes termos: As cláusulas coletivas que esta-

beleçam contribuição em favor de entidade sindical, a qualquer título, obrigando os trabalhadores não sindicalizados, são ofensivas ao direito de livre associação e sindicalização constitucionalmente asseguradas, e, portanto, nulas sendo passíveis de devolução por via própria os respectivos valores eventualmente descontados. Por seu turno, a segunda turma do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do recurso extraordinário nº 189.960-3, em decisão unânime, tendo como Relator o Ministro Marco Aurélio, sobre a contribuição assistencial, assim se posicionou. A contribuição prevista em convenção coletiva, fruto do disposto no art. 513, alínea A da CLT é devida por todos os integrantes da categoria profissional não se confundindo com aquela versada na primeira parte do inciso IV, art. 8º da Constituição Federal.

Estabelecido o dissenso entre a posição adotada pelo TST e o STF, logicamente prevalece à última porque é de hierarquia superior no âmbito do Poder Judiciário.

Portanto, a restrição que se quer estabelecer a contribuição assistencial não tem o respaldo do Supremo Tribunal Federal. Além disso, a Portaria nº 160/2004 do Ministério do Trabalho e Emprego não se harmoniza com o disposto no art. 87 da Constituição Federal, pois a competência ministerial nesse caso é para expedir instruções para a execução das leis e não para a sua regulamentação restritiva, ainda mais considerando a posição do STF sobre a matéria em sentido contrário.

Extrapolando a competência normativa de Ministro de Estado a regulamentação pretendida, afeta em caso ao Presidente da República nos termos do art. 84, inciso IV, ainda assim para garantir a sua fiel execução.

Na outra vertente constitucional está à disposição contida no art. 8º, inciso I, segundo a qual é vedado ao poder público à interferência e a intervenção na organização sindical.

Não se trata, portanto, Sr. Presidente, de liberalidade atribuída à administração, mas de expressa vedação constitucional. Imiscuir-se em assunto que diz respeito à sobrevivência financeira das entidades sindicais, limitando-lhe a receita sem amparo judicial suficiente para isso, só pode ser interpretado como interferência do poder público na organização sindical. Em relação à contribuição confederativa, a interpretação da matéria é uniforme, o mesmo não acontece em relação à contribuição assistencial, cuja aplicação é recorrente nos instrumentos normativos de negociação coletiva, mesmo antes da Constituição de 88, tendo sido exigido, por algum tempo o direito de oposição do trabalhador renitente.

Todavia, não é razoável que apenas a parcela de trabalhadores sindicalizados, algo em torno de 20% no Brasil, seja responsável pelo custeio das atividades sindicais durante o processo de negociação coletiva onde todos os trabalhadores de determinada categoria profissional serão ao final beneficiados. Essa desproporção é discutida há muitos anos pelo viés simplista do direito de associação em contraposição ao direito social dos trabalhadores onde se reconhecem os acordos e convenções coletivas do trabalho, art. 7º, inciso XXVI da Constituição Federal.

Ora, o direito de melhores condições de trabalho é de todos os trabalhadores, por intermédio inclusive de suas organizações sindicais. Não se associar ao sindical é um direito individual, mas beneficiar-se de sua atividade sem a devida contraprestação mínima é obrigar os associados de uma pessoa jurídica de direito privado, o sindicato, a suportarem sozinho o ônus pelo exercício de uma prerrogativa imposta por lei, o Estado que a todos os trabalhadores beneficia. Pois é evidente o interesse social da entidade sindical. Trata-se para os não associados de mera prestação de serviço que, portanto, deve ser suportada equitativamente por todos, inclusive pelos não associados, destinatários da norma coletiva que lhes asseguram direitos que individualmente não seriam capazes de alcançar por ação individual.

Justa, portanto, a contribuição assistencial, desde que não seja exorbitante e evidente a demonstração dos benefícios alcançados pelos não associados. Nesse diapasão, correto está à disposição contida no § 2º do art. 610 A que limita em 1% a limitação bruta anual o valor da contribuição assistencial, ressaltando-se apenas a necessidade de se substituir à expressão “remuneração” por “salário”, a fim de dar mais consistência técnica a proposta.

Destaque-se ainda que o Senado Federal no ano de 2004 aprovou o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.125 de autoria do Senador Paulo Paim que sustava os efeitos da Portaria nº 160 de Ministro de Estado do Trabalho e Emprego e que até hoje aguarda a deliberação da Câmara dos Deputados. Essa proposição, contudo necessária de alguns aprimoramentos, especialmente no que concerne aos servidores públicos, uma vez que o projeto só se refere aos servidores públicos federais. Razão pela qual sugerimos Emendas corretivas transpondo essa previsão para artigo autônomo, retirando do bojo da CLT o disciplinamento da matéria para melhor adequação legislativa.

Por fim, concluindo, concordamos com o eminente autor quando assevera que as contribuições sindicais são fundamentais para o funcionamento e desenvolvimento das entidades sindicais. Sem esses recursos,

a prestação de serviços relevantes aos trabalhadores acaba sendo impedida ou dificultada. Ainda mais, essas contribuições reverterem em benefício de toda a categoria, inclusive dos trabalhadores não filiados a uma entidade sindical.

Não possuem, razão, ponto, aqueles que argumentam a inexistência de filiação como base para recusa dos recolhimentos.

O voto, Sr. Presidente, em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 248/2004, repito, de autoria do Senador Paulo Paim, com as Emendas que hora são apresentadas. Emenda nº 1, dê-se ao *caput* e ao art. 1º do art. 610 A da CLT, introduzidos pelo PLS nº 248 a seguinte redação: Art. 610 A, a contribuição assistencial, destinada ao financiamento da negociação coletiva e de outras atividades sindicais será descontada compulsoriamente de todos os trabalhadores integrantes da respectiva categoria profissional, sindicalizados ou não, conforme prerrogativa prevista na alínea E, do art. 513 desta consolidação. § 2º, é vedada fixação de percentual de contribuição superior a 1% do salário bruto anual do trabalhador em atividade. E por fim a Emenda nº 2, acrescente-se ao PLS 248 o seguinte artigo, renumerando-se o art. 2º, como art. 3º. Art. 2º, a contribuição assistencial de que trata essa lei é devida pelos servidores públicos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, da administração direta, autarquias e fundações públicas, pela participação de sua entidade sindical no processo de negociação coletiva, devendo a assembléia geral fixar um valor percentual que não poderá ser superior a 1% do vencimento básico de cada servidor. Acrescentaria ainda uma última Emenda, art. 4º que trata da revogação das disposições em contrário que teriam a seguinte redação: Revoguem-se as disposições em contrário. É o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A discussão tem início com a leitura do relatório e, na próxima Sessão, daremos continuidade. Com a palavra o Senador Paulo Paim. Como não há *quorum* para votação, nós iremos permanecer na discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Antônio Carlos Valadares, eu quero fazer rápidas ponderações. Primeiro, eu não sinceramente não entendi qual era o interesse do setor empresarial quanto a esse tema. Esse é um tema que tem a ver com a organização dos trabalhadores. Já está assegurado na Constituição e isto não vem acontecendo de hoje, quando eu era sindicalista há mais de 30 anos atrás, nós já decidíamos na assembléia dos trabalhadores a contribuição para a entidade sindical.

Ora, essa contribuição, em nenhum momento, ela pode ser somente para os sindicalizados. Eu pergunto para o setor empresarial, se for o caso, quando você faz um acordo coletivo, ou um dissídio coletivo é só para os sindicalizados ou para toda a categoria? Duvido que me responda que não é para toda a categoria. O próprio sistema “S” que nós não interferimos e até tentamos trazer o debate em certos momentos, mas em nenhum momento tolhendo o direito do empregador desse desconto para os seus quadros. Hoje, ele existe em todo o País. Eu poderia ir além, eu poderia falar aqui da própria contribuição partidária que todos os partidos recebem. Por que será que somente a entidade sindical, que é a entidade que efetivamente está lá na base e no contato direto com os trabalhadores, não teria direito embasado naquilo que manda a própria Constituição e que vinha sendo recolhido normalmente. Houve uma interferência indevida do Ministério Público do Trabalho que invés de fiscalizar as condições de trabalho, o próprio Ministério do Trabalho começou a atuar o sindicato quando cumpria a decisão da assembléia.

Devido a isso e para evitar esse conflito que passou a acontecer entre empresários, trabalhadores, sindicatos, Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho que diziam que estavam tendo alguns abusos, é que nós resolvemos, mediante duas Audiências Públicas, duas, uma com mais de mil dirigentes sindicais, lá no Petrônio Portela e outra nessa Comissão, apresentar o projeto que limita em 1% para não haver aquilo que alguns dizem que poderia ser o abuso.

Sinceramente, Senador Flexa Ribeiro, eu particularmente entendia que essa era uma matéria tranqüila, tanto que me disseram os líderes que aqui passaram, nós deixamos o voto tranqüilo e vamos a voto. Não precisa se preocupar em votar num primeiro momento, porque essa matéria será aprovada por unanimidade. No próprio Fórum do Trabalho montado pelo governo, onde estão os empresários, as centrais sindicais e as confederações, foi aprovado exatamente isso, o limite de 1% e ninguém questionou. Esse projeto está em debate já há mais de um ano, eu diria, está todo esse ano aqui no Congresso Nacional e não houve um questionamento de ninguém, pelo contrário. O Ministério Público do trabalho disse, é fundamental que se vote rapidamente para terminar esse impasse e o sindicato, naturalmente, a respectiva categoria só vai descontar no limite de 1% aquilo que assembléia decidir soberanamente.

Senador Flexa Ribeiro, hoje há um grande movimento aqui em Brasília de trabalhadores de todo o País, eles estão acompanhando num telão lá do lado de fora esse nosso momento. Eu estava convicto que

o projeto seria aprovado por unanimidade, que não haveria nenhum tipo de obstrução, até porque esse era o grande entendimento que nós construímos, que houve um debate no primeiro momento, mas porque não 1,5 e chegamos nesse grande entendimento que o limite máximo é 1%. Se a assembléia decidir que é zero, é zero. Agora, o que não pode mais é esse conflito permanente, e não são todos os empresários, quer dizer, eu acho que 80% do empresariado nacional não têm essa posição, porque não são todos que estão fazendo a obstrução de fazer com que haja assinaturas em massa e de levar ônibus à porta do sindicato, para não permitir que o sindicato tenha fôlego de fazer a sua atividade política, que é uma antipolítica que não é bom para ninguém.

Eu quero aqui dar os meus cumprimentos ao Senador que estava conosco, na última Audiência Pública aqui da Comissão. Roberto Cavalcanti, um grande empresário, ele veio aqui e defendeu o projeto, junto conosco. Olha, eu faço questão porque eu acredito que para a boa saúde da democracia, nós precisamos de sindicatos fortes, para fortalecer o próprio processo de negociação, de discussão entre as partes. Eu que tenho discutido tanto aqui e diversas vezes, Senador Flexa Ribeiro, V.Exª foi no meu Gabinete em diversos projetos, representando inclusive o setor empresarial, eu tranqüilamente discutimos e construímos grande entendimento, por isso me surpreendeu, confesso, me surpreendeu essa posição de um projeto para mim tão tranqüilo que vai diminuir o impasse, inclusive, entre empregado e empregador. Por isso eu faço um apelo a V.Exª, faço um apelo a V.Exª que esse projeto, uma vez votado aqui que busca, quase esse grande entendimento, quase não, esse grande entendimento entre todos os setores e que a gente continue fazendo o debate, V.Exª diz, “mas ele é terminativo”. Bom, é terminativo, mas o debate continua na Câmara dos Deputados. Eu me prontifico a V.Exª, porque lá na Câmara dos Deputados, como fiz com outros projetos e quando dou a palavra V.Exª sabe que nós a cumprimos na íntegra, nós fazemos Audiências Públicas quantas forem necessárias lá na Câmara dos Deputados até construirmos um grande entendimento se é que tem alguma dúvida sobre o tema ainda.

Então, eu faço um apelo a V.Exª, os Senadores não estão aqui porque eles entenderam que era tranqüilo a votação desse projeto. Eu falei com todos para... E o movimento social também trabalhou nesse sentido para que a gente pudesse votar essa matéria, porque ele fosse para a Câmara dos Deputados e nós faríamos lá as Audiências Públicas que V.Exª entender junto com o setor empresarial que é necessário. Esse é o apelo que eu faço a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Paulo Paim, V.Exª tem tido, ao longo dessa convivência comigo, em todos os projetos que são reconhecidos aqui no Senado e reconhecido na Comissão de Assuntos Sociais, como digo da maior importância como é esse que é motivo de abertura de discussão nesse instante pelo Presidente Senador Antônio Carlos Valadares. E V.Exª mesmo já se pronunciou de inúmeras vezes que estivemos juntos e buscando o entendimento, buscando uma negociação para aprovar, inúmeros projetos de V.Exª, eu acho que... Para não dizer a totalidade, mas quase a totalidade, votei pela aprovação, porque são de interesses reais do cidadão brasileiro.

Então, não sou contra, eu quero deixar claro, que não sou contra ao projeto que V.Exª está apresentando e tão bem relatado aqui pelo Relator *ad hoc* Geraldo Mesquita. Apenas acho que nós devemos nesse instante que não há como abrir, concluir uma discussão em que estão presente quatro Senadores para que a gente possa considerá-la concluída a discussão, vamos manter e aí eu quero aqui parabenizar a posição do Presidente no sentido de abrir a discussão, manter o projeto em discussão e semana que vem, com a presença dos Senadores, como V.Exª diz, são todos pela aprovação por unanimidade, não estão as lideranças que se colocaram a favor do projeto, elas... V.Exª muito bem sabe que não há como deixar voto consignado para um projeto terminativo no número que nós estamos aqui representados, presentes. Então eu pediria também a V.Exª, no entendimento, porque V.Exª diz que não entende como que o setor empresarial pode se colocar contrário ao projeto. Não, o setor empresarial não se coloca contrário ao projeto, ele apenas quer que o projeto seja realmente discutido com mais profundidade, inclusive com a participação do setor da sociedade como um todo. E existem pontos, eu tenho recebido algumas informações e lamento só que isso tenha ocorrido de ontem para hoje, porque se tivesse sido feito isso anteriormente eu já o tinha procurado, como tinha procurado o Senador Valdir Raupp para que nós pudéssemos, quando da abertura da discussão, pudéssemos realmente encerrá-la e colocá-la em votação.

Então, eu mantenho a solicitação ao Presidente no sentido de que a discussão não seja encerrada, até mesmo porque não há como concluir uma discussão de um projeto dessa magnitude sem que haja um Plenário em condições de fazer o aprofundamento do questionamento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – V.Ex^a me permite um aparte?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com muita honra, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Flexa Ribeiro, eu estou nessa Casa há 20 anos e percebo que algumas vezes o pedido de vista, ou deliberação de *quorum*, porque se há entendimento, nós já votamos, projetos terminativos em inúmeras Comissões com o voto do Senador quando ele teve que se retirar, mas entendo que V.Ex^a, nesse momento, regimentalmente tem dois caminhos: Um, que pode ser feito, é ter o pedido de vista que é legítimo e eu não vou aqui ferir o Regimento. E outro é V.Ex^a alegar que não há *quorum* e que efetivamente são dois caminhos.

E eu quero, no mínimo, em consideração aos milhões de trabalhadores que tem interesse que esse conflito termine e eles querem ter o direito de trabalhar livremente e de ver o seu sindicato representar eles como as entidades dos empresários os representam e muito bem. E tem os sindicatos que estão fechando porque eles proíbem o legítimo desconto de uma assembléia para atividade sindical.

Eu quero, então, que nós assumamos se V.Ex^a entender, que a gente assuma aqui o compromisso que esse é pedido de *quorum* ou vista, não importa, o termo é que não se vote hoje, seja efetivamente para que V.Ex^a possa olhar com mais cuidado o projeto, ou, enfim, aqueles que citaram, e que a gente faça um acordo aqui, como nós já fizemos inúmeras vezes que na próxima quarta-feira o projeto seja discutido e votado. Esse é o acordo que eu estou propondo a V.Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, da minha parte é até uma honra assumir esse compromisso com o Senador Paulo Paim. Nós vamos ter de hoje até a próxima quarta-feira para aprofundar o conhecimento e os questionamentos, e na próxima quarta-feira, Senador Paulo Paim, vamos concluir a discussão e vamos colocá-lo em votação, sem nenhuma dificuldade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Para que a gente entenda o projeto que já foi relatado com muito brilho pelo Senador Geraldo Mesquita, o desconto de 1% incidirá sobre a remuneração bruta do trabalhador. O único trabalho que o empresário vai ter é de fazer o repasse para o sindicato. Não há nenhum prejuízo para a empresa. O trabalhador faz questão pelas manifestações já efetivadas junto ao autor da proposta de que a matéria é de fundamental importância para a autonomia dos sindicatos e para a valorização da assistência aos trabalhadores.

Portanto, conforme já evidenciei, por falta de *quorum*, evidente, nós colocaremos a mesma matéria para votação definitiva na próxima quarta-feira, esperamos que esses entendimentos sejam consagrados na próxima reunião entre o Senador Flexa Ribeiro e o Relator, como também o autor da matéria, Paulo Paim.

Antes de encerrar, tem um Requerimento que é da autoria do Senador Eduardo Azeredo, também do Paulo Paim e Flexa Ribeiro, que requer que seja convidado para a Audiência Pública conjunta com a Comissão de Educação, o Presidente da Confederação Nacional do Comércio Antônio Oliveira Santos, em aditamento ao Requerimento nº 42 de 2006-CAS.

Os senhores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h10.

Ata da 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e da 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 7 de dezembro de 2006.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia sete de dezembro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Paulo Paim, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho, César Borges, Cristovam Buarque, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Geraldo Mesquita, Antônio Carlos Valadares e Flexa Ribeiro, reúnem-se a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando a ausência o Senador Valdir Raupp. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Educação a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 42-CAS/2006, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, aditado pelo Requerimento nº 43-CAS/2006, de autoria dos Senhores Senadores Eduardo Azeredo, Paulo Paim e Flexa Ribeiro, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 018, de 2002, que “Acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990 (possibilita a utilização do FGTS para aquisição de lote urbanizado) que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 122, 198, 223 e 356 de 1999; 73, 203 e 245 de 2000; 101 e 185 de 2001;

95, 113 e 124 de 2002 e 319 de 2003”. Comparecem à Audiência Pública o Senhor Paulo Eduardo Cabral Furtado, Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS Ministério do Trabalho e Emprego; Senhor Eduardo Soares, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedores de Educação Superior ABMES; Senhora Inês da Silva Magalhães, Secretária Nacional de Habitação Ministério das Cidades; Senhor Joaquim Lima de Oliveira, Diretor Executivo da Diretoria de Benefícios Caixa Econômica Federal e Senhor Pedro Cortêz, Representante da Confederação Nacional do Comércio no Conselho Curador do FGTS. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão passa a Presidência ao Senhor Senador Augusto Botelho. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Edison Lobão, Marcelo Crivella, Eduardo Azeredo, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Romeu Tuma, Flexa Ribeiro e Antônio Carlos Valadares. O Senhor Senador Augusto Botelho, Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Sociais, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e trinta e sete minutos, determinando que eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.) – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

Ata da 35ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 13 de dezembro de 2006, quarta-feira, às 9:30 horas.

Às dez horas, e onze minutos do dia treze de dezembro de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARIA DO CARMO ALVES, FLEXA RIBEIRO, LÚCIA VÂNIA, NEY SUASSUNA, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, GERALDO MESQUITA JUNIOR, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATTI, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, DELCÍDIO AMARAL, EDUARDO SUPPLY FÁTIMA CLEIDE E MOZARILDO CAVALCANTI**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senador Antônio Carlos Valadares declara aberta a reunião da Comissão, propondo a

dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente informa que tendo em vista o término da 52ª Legislatura no dia 22 do corrente e para efeitos do § 2º do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, o presidente solicita a gentileza dos ilustres colegas no sentido de providenciar a devolução dos processos que lhe tenham sido distribuídos à Secretária da Comissão, para o cumprimento do disposto no art. 332 do Regimento Interno. Atendendo ao ofício do Líder do PMDB, Senador Ney Suassuna, o Presidente comunica a indicação, por parte desta presidência, do Senador Geraldo Mesquita Júnior como membro titular da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, em substituição ao Senador Papaléo Paes. A presente reunião destina-se em primeira parte a realização de Audiência Pública sobre a crise e os problemas financeiros porque vêm passando o Instituto do Coração INCOR e Fundação Zerbini, conforme o Requerimento nº 40, de 2006-CAS, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Antônio Carlos Valadares, e o Requerimento nº 41, de 2006-CAS, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy. O Senador Antônio Carlos Valadares dá início a reunião convidando para comporem a mesa os Senhores: **Prof. Dr. JORGE ELIAS KALIL FILHO** – Presidente do Conselho Diretor do INCOR; **Prof. Dr. DAVID EVERSON UIP** – Diretor Executivo do INCOR; **Prof. Dr. PROTÁSIO LEMOS LUZ** – Que representa aqui o Dr. Maurício Rocha e Silva – Presidente da Comissão Científica e de ética do INCOR; **Dr. ADELMAR SILVEIRA SABINO** – Diretor Presidente da Fundação Zerbini, informando que terão cada um 10 minutos para a sua exposição. Usaram da palavra os seguintes convidados: Prof. Dr. Jorge Elias Kalil Filho, Prof. Dr. David Everson Uip, Prof. Dr. Protásio Lemos Luz, e Dr. Ademar Silveira Sabino. Às onze horas e vinte e três minutos o Senador Romeu Tuma assume a Presidência. Às onze horas e quarenta e sete minutos o Senador Antônio Carlos Valadares reassume os trabalhos. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores **EDUARDO SUPPLY, ROMEU TUMA, PAULO PAIM, MOZARILDO CAVALCANTI, FLEXA RIBEIRO E HERÁCLITO FORTES, E TAMBÉM OS SENHORES SENADORES TIÃO VIANA E ALOIZIO MERCADANTE**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a primeira parte da reunião às doze horas e vinte minutos. A reunião foi reiniciada às nove horas e trinta e nove minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e seis. O Presidente, o Senador Antônio Carlos Valadares dá início à segunda parte da reunião, passando à apreciação das Matérias: **ITEM EXTRA-PAUTA) – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE**

2003) – COMPLEMENTAR, que “Regulamenta o § 4º do artigo 40 da Constituição, dispondo sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos, nos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física”. **Autor:** Senador Antônio Carlos Valadares, **que tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, DE 2005 COMPLEMENTAR**, que “Estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores de deficiência”. **Autor:** Senador Paulo Paim **e com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 08, DE 2006 COMPLEMENTAR**, que “Estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores da deficiência física conhecida como “Síndrome da Talidomida” e dá outras providências”. **Autor:** Senador Marco Maciel. **Relator “ad hoc”:** Senador Geraldo Mesquita Júnior. **Parecer:** Favorável ao PLS 68, de 2003 – na forma da Emenda nº 01-CCJ (Substitutivo), e pelo arquivamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 250, de 2005, e 08, de 2006, ambos complementares. **Resultado:** Aprovado com a Emenda nº 02-CAS de autoria do Senador Paulo Paim. Os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, e 12 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores: Paulo Paim, Geraldo Mesquita Júnior e Antônio Carlos Valadares. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às dez horas e quatorze minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Declaro aberta a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, realizada no dia 6 de dezembro de 2006. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Tendo em vista o término da 52ª Legislatura no dia 22 do corrente, para os efeitos do § 2º do art. 89 do Regimento Interno, solicito a gentileza dos ilustres colegas, no sentido de providenciar a devolução dos processos que lhes tenham sido distribuídos à secretaria da Comissão para o cumprimento do disposto

no art. 332 do Regimento Interno. Agradeço, então, a colaboração de todos os Srs. Senadores.

Atendendo ao ofício do nobre líder do PMDB, Senador Ney Suassuna, comunico a indicação, por parte dessa presidência, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, como membro titular da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência em substituição ao Senador Papaléo Paes.

A presente reunião destina-se, em primeira parte, a Audiência Pública atendendo aos requerimentos nºs 40 de 2006 de autoria do Senador Eduardo Suplicy, 41 de 2006 de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, subscritos por esse Presidente para a discussão sobre a crise financeira, porque passa o Instituto do Coração, INCOR, e a Fundação Zerbini. Dando início à reunião, gostaria de convidar para compor a Mesa os nossos ilustres convidados. Professor Dr. Jorge Elias Kalil Filho, Presidente do Conselho diretor do INCOR. Professor Dr. David Everson, Diretor Executivo do INCOR. Dr. David Everson Uip. Professor Dr. Protásio Lemos Luz, que representa aqui o Dr. Maurício Rocha e Silva, Presidente da Comissão Científica e de Ética do INCOR. E o Dr. Ademar Silveira Sabino, ele, como nós sabemos é o Diretor Presidente da Fundação Zerbini. Ele ficará um certo tempo aqui, em seguida ele irá a Câmara dos Deputados cumprir uma missão inadiável, para que V.Exª tem todo o direito.

Srs. Senadores, como foi anunciada, esta reunião tem a precípua finalidade de, atendendo ao Requerimento do Senador Eduardo Suplicy e outro do Senador Mozarildo, ouvirmos autoridades ligadas ao INCOR e a Fundação Zerbini sobre a crise financeira porque passa esta instituição que tantos relevantes e assinalados serviços tem prestado a Nação brasileira, não só à população de São Paulo, mas à população do Brasil inteiro e quiçá até do exterior. Pessoas que confiam não apenas na notável atividade científica, tecnológica, voltada exclusivamente para as doenças do coração e o atendimento de urgência nos casos em que se requer um tratamento especial. O INCOR sempre é uma referência nacional e, por este motivo, é que esta Comissão, preocupando-se com o noticiário amplo que, acerca de um mês atrás, trazia preocupações sobre o funcionamento e até a possibilidade de fechamento do INCOR. Esta Comissão tomou cuidado de, não apenas prover, através de uma Emenda orçamentária de iniciativa dessa Comissão, recursos visando debelar a crise, no que diz respeito ao atendimento urgente, inadiável das populações que se beneficiam com o SUS, já que mais de 60% do atendimento dessa instituição, 80% dessa instituição se voltam para as populações mais pobres e que são credoras da Nação através da Emenda 29 que aqui foi aprovada, que

garante o financiamento público para o setor saúde. Que, por coincidência, eu fui o Relator desta Emenda e foi aprovada pelo Senado Federal por unanimidade e que tem hoje, no Senado Federal, uma proposta da autoria do Senador Tião Viana, visando regulamentar a PEC 29 de modo a assegurar ao setor saúde a tranquilidade de recursos certos e determinados para o exercício da atividade nobilitante da saúde e que está ainda nesta Casa, na Comissão de Desenvolvimento Regional, na Comissão de Justiça já saiu de lá e eu sou o Relator, para a minha honra, eu sou Relator dessa iniciativa louvável do Senador Tião Viana que é um grande médico, um dos Senadores médicos dessa Casa. Portanto... Naturalmente que se depender dele, o INCOR irá para o Acre. Ele é um Senador querido naquele Estado, tanto isso é verdade que foi reeleito, pela segunda vez com uma votação extraordinária. Bom, dando início a--

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Gostaríamos de conceder a palavra pela ordem ao Senador Supply, um dos autores do Requerimento de convocação desta reunião.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu pergunto se como autor do Requerimento, eu poderia fazer algumas breves perguntas porque, como os senhores diretores do INCOR vão fazer uma exposição, se eles já poderia, inclusive na sua exposição responder algumas perguntas específicas que eu tenho, e aí eu abriria mão de depois fazer quaisquer perguntas, inclusive em função do volume de responsabilidades... (interrupção no áudio) na manhã de hoje, então eu agradeço isso e se puder ser feito. Eu, em três minutos, no máximo, dois minutos, faria as indagações de natureza geral para o Presidente do INCOR e o diretor do INCOR.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Supply, se eu atender o Requerimento de V.Ex^a, que eu considero até justo e compreensível, até mesmo eu seria obrigado a deixar a Sessão pelas obrigações que eu tenho também, Comissão de Justiça, Comissão de Orçamento, assim também os demais Senadores, então seria de bom ouvido que V.Ex^a aguardasse o pronunciamento dos convidados por iniciativa de V.Ex^a, inclusive.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Não tem problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E eu atenderia com muito prazer, seria o primeiro orador a falar logo após a ouvida dos convidados.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Podia fazer um resumo.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Nós poderíamos conceder, assim, um tempo máximo de dez minutos, mas se puderem resumir em cinco ou seis minutos, daria tempo para que os Srs. Senadores participassem dos debates e das outras atividades que tem na Casa no dia de hoje, a exemplo do Senador Supply.

Pela ordem, eu concedo, em primeiro lugar, pela ordem dos convidados, o Dr. Jorge Elias Kalil Filho, Presidente do Conselho diretor do INCOR.

SR. JORGE ELIAS KALIL FILHO – Bom dia, bom dia a todos, queria em primeiro lugar agradecer a oportunidade ao Senador Valadares, iniciativa do Senador Supply. Gostaria de agradecer a todos os Senadores, não só por essa possibilidade dessa Audiência Pública, mas todo o apoio que o Senado Federal tem dado as ações do INCOR ao passar do tempo. E sobretudo nessa crise que nós estamos enfrentando agora.

Como o Senador Valadares mencionou, eu sou, atualmente, Presidente do Conselho diretor do INCOR, essa função eu fui alçado em março deste ano, depois que o Conselho deliberativo do HC, que é o órgão máximo da instituição, do complexo, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina retirou da direção o então Presidente do Conselho diretor que era o professor de cardiologia. Porque havia discordância sobre a conduta do professor Ramirez e que se estava com medo na instituição de que, o professor Ramirez não estava tomando as medidas cabíveis para a recuperação econômica e financeira do INCOR, Fundação Zerbini que se sabia já que estava mal, mas que não tinha idéia, digamos do tamanho do problema.

Ao assumir essa função, nós vimos que a administração em si do Instituto do Coração estava indo bem, estava indo muito bem, apesar das dificuldades, mas que nós estávamos com uma série de problemas que poderiam aparecer num futuro breve, na medida em que os recursos da fundação estavam cada vez mais escassos e que isso afetaria no atendimento do hospital. Então eu fiz diligências para que nós pudéssemos trocar, junto com uma série de professores e colegas, que nós pudéssemos trocar também o sistema curador da Fundação Zerbini. E nós trocamos o estatuto da Fundação Zerbini, nós trocamos o Presidente do Conselho Curador da Fundação Zerbini e como nós estávamos numa economia, numa situação quase de guerra, eu diria assim, esse Conselho achou que eu deveria acumular as duas funções, então eu fiquei também Presidente do Conselho Curador da Fundação

Zerbini. E quando, então, nessa situação, o Conselho Curador pediu que nós fizéssemos uma avaliação rápida da situação financeira e o que nós verificamos, então, eu fui alçado essa posição no final do mês de julho. Então, no mês de agosto, nós avaliamos em detalhes a situação financeira com a equipe do senhor Sabino que já era o Diretor Presidente da fundação e nós verificamos realmente que a situação estava muito grave. Não só porque nós tínhamos reais de caixa, nós tínhamos problema de crédito, nós havíamos já comprometido grande parte dos nossos recebíveis, como eu vou explicar para os senhores.

Então, mas porque a Fundação Zerbini estava numa situação desse tipo quando, no passado, a gente sabia que a Fundação Zerbini era superavitária e a situação financeira do INCOR era resplandecente. Na verdade, o que ocorreu é que em 1997, nós tínhamos uma situação financeira muito tranqüila, tendo em caixa aproximadamente cinqüenta milhões de dólares, quando nós resolvemos, tendo em vista as filas e a demanda de serviços na área de cardiologia muito grandes, na cidade de São Paulo que nós deveríamos implementar o segundo prédio de INCOR que já estava no esqueleto e que precisava ser terminado. Eu digo nós, mas na verdade, eu não participei dessas decisões e foi decidido, então, que se deveria retomar essas obras.

Para que nós pudéssemos retomar essas obras, nós fomos ao Governo do Estado que era o detentor do terreno e detentor do esqueleto e o Governo do Estado, naquela ocasião, mencionou que não estava em condições, apesar de achar importante que o INCOR fizesse o segundo prédio, não estava em condição de financiar essa obra e pediu que a Fundação Zerbini usasse os seus recursos próprios, ou seja, os seus cinqüenta milhões de dólares, que foram utilizados e não foram suficientes, para completamente terminar o prédio e também equipá-los. E por isso o Governo do Estado sugeriu que nós com o aval do Hospital das Clínicas, nós fizéssemos um empréstimo junto ao BNDES. Esse empréstimo foi feito, aproximadamente cinqüenta milhões de dólares também na época e como os senhores lembram, naquela época, os empréstimos do BNDES, eles eram baseados numa cesta de moedas, pouco tempo depois houve a desvalorização de 99 e com isso nós praticamente duplicamos a nossa dívida com o BNDES.

Bom, o prédio ficou pronto e nós precisávamos fazê-lo funcionar, porque ele já estava devidamente equipado e não existia pessoal no Estado, o Estado não poderia nos fornecer o pessoal e pediu que nós também contratássemos pessoal, o que nós fizemos? Contratamos mil e quinhentos funcionários e durante

cinco anos, eles ficaram trabalhando apenas com recursos da fundação. E a fundação já arcava com outros recursos do seu custeio do dia-a-dia. Com isso, nós aumentamos muito o rombo financeiro e para que pudéssemos manter o nosso nível de custeio, salários e material, fizeram, eu acho que, no passado, os gestores fizeram outro erro. Eu acho que o primeiro, a construção do prédio foi um erro, porque ele não tinha sido negociado suficientemente com o Governo do Estado, essa construção. Eu particularmente, acho que foi, talvez um erro talvez nós colocarmos um funcionários se eles não eram do Estado, porque a atividade que nós temos, como nós atendemos fundamentalmente pacientes do SUS, ela não é rentável nessas condições se não tiver verba orçamentária. Aí nós fizemos, como eu lhe disse, nós recorremos a bancos privados para pagar o custeio e com isso nós demos como garantia os recebíveis futuros do nosso faturamento de convênios e particulares.

Como já foi mencionado aqui, o instituto do coração ele atende 80% dos pacientes do Sistema Único de Saúde e 20% dos pacientes conveniados. O Dr. David Uip, quando ele apresentar o INCOR, ele vai detalhar um pouquinho mais isso. E quando nós vemos a receita é 50% do que vêm do faturamento SUS e 50% de convênios e particulares.

Então, nesse caso específico, o que nós fazemos, nós faturamos no privado e redistribuímos esse dinheiro no atendimento público, na medida em que o INCOR dá atendimento de igual qualidade, sendo público ou seja privada e com isso nós redistribuímos o dinheiro privado para o atendimento público dando o atendimento de Excelência de qualidade que os senhores conhecem.

Bom, como isso tudo não bastasse, nós, acatando uma solicitação dessa Casa e da Câmara dos Deputados, nós construímos o INCOR Brasília e começamos a operar o INCOR Brasília. O problema é que o hospital, no início da operação, ele tem dificuldades, sem dúvidas operacionais e financeiras. E não foi previsto, apesar de ter sido previsto no convênio com as duas casas do Congresso Nacional que o início da operação seria respaldado financeiramente pelas casas do Congresso, infelizmente, a fundação não apresentou as contas como deveria no momento adequado, para que viessem os recursos do congresso e facilitasse a nossa operação. Com isso, além das perdas que nós já tínhamos das outras formas, se acrescenta a perda do funcionamento do INCOR Brasília.

Bom, isso tudo nos levou a uma situação falimentar que nós encontramos e que nós achamos por bem informar ao País, porque nós achamos que o País não pode prescindir de uma instituição como o Instituto

do Coração que tem trinta anos e que presta serviços importantes para a Nação, não só no atendimento a pacientes, de uma forma geral, mas também no ensino. Nós formamos grande parte dos cardiologistas e dos cirurgiões cardíacos do País e da América Latina, como também em pesquisa, uma vez que é o hospital que mais produz cientificamente na América Latina.

Na verdade, todo o atendimento que nós vemos na ponta, ele não é decorrente só porque nós temos médicos bons, ele é decorrente ao fato que nós temos médicos bons, e que nós temos ensino e pesquisa de qualidade que é um desafio constante ao profissional e faz com que ele se mantenha utilizado e se mantenha na ponta do conhecimento. *(soa a campainha)* Além disso, tudo isso, toda essa Excelência ela foi dada porque nós tínhamos, desde o início da operação, a Fundação Zerbini. A Fundação Zerbini nasceu praticamente junto, com outro nome na época, com o Instituto do Coração, e o que ela faz? Ela arrecada os serviços prestados pelo INCOR e reinjeta esse dinheiro no próprio Instituto do Coração e com isso o que nós fazemos? Nós conseguimos manter profissionais de alta qualidade, que de outra forma não ficariam no serviço público pela baixa remuneração. Nós treinamos enfermeiras de altíssima qualidade e médicos de alta qualidade e que lá ficam, porque nós temos a Fundação Zerbini.

Então, se nós perdermos a Fundação Zerbini, nós perdemos também a Excelência do INCOR. E nós estamos nessa situação que nós, tenho certeza que podemos recuperar, porque nós, operacionalmente, somos positivos, nós só estamos negativos por causa dessa dívida financeira. E nós viemos aos senhores para nos ajudar para que a gente mantenha o padrão de Excelência do INCOR e que a gente consiga servindo ao povo brasileiro. Uma vez que mais da metade dos pacientes que vão ao Instituto do Coração não são naturais de São Paulo, eles são naturais de outras partes do Brasil e procura o Instituto do Coração como referência para tratar os seus problemas.

Então, nós queremos continuar como hospital servindo ao povo de portas abertas a população e manter o nosso papel social, muito obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço ao professor Dr. Jorge Elias Kalil Filho. Agora nós passamos a palavra ao Dr. David Everson Uip, Diretor Executivo do INCOR.

SR. DAVID EVERSON UIP – Muito bom dia, muito obrigado aos Senadores pelo convite, Senador Tião Viana, Senador Suplicy, muito obrigado. Eu rapidamente quero mostrar aos senhores “o que é o IN-

COR”, INCOR, Fundação Zerbini. Primeiro por favor. Podia apagar a luz?

Então, aquilo que o Dr. Kalil falou, o INCOR se preocupa com a assistência, com o ensino e com a pesquisa. Próximo.

Então, uma base de resumo, o atendimento de 2000 a 2005. Esse fato é muito interessante, hoje o INCOR atende pacientes de todo o Brasil, os nascidos no Estado de São Paulo são 40% dos atendidos. Não dá para nós sabermos a localidade imediata por conta que em chegando em São Paulo ele dá um endereço do parente, isso é uma prática habitual, mas 40% são nascidos no Estado de São Paulo e 60% em todo o País. Próximo.

Note os senhores, as consultas ambulatoriais crescem a cada ano, chegando em 2005 a duzentas e quarenta mil consultas/ano. Próximo. Exames e diagnósticos por imagem, também beirando os duzentos e sessenta mil por ano. Próximo. As internações, catorze mil internações por ano. Próximo. Cirurgias, 2006, nós vamos fechar com cinco mil cirurgias cardiovasculares e torácicas. Próximo. Os leitos disponíveis, com esta última ampliação, estamos tendo praticamente 600 leitos disponíveis.

Isso aqui é muito importante, da receita além do orçamento, nós atendemos 18% convênios, 2% particulares e 80% do Sistema Único de Saúde. Esse é um dado extremamente relevante por conta que o que o SUS nos remunera por conta da altíssima complexidade dos doentes que procuram o INCOR, praticamente representa 20 a 30% do que nos custa. Então o SUS nos remunera por conta da complexidade muito menos do que nós precisaríamos. Aqui é só um exemplo de diárias, em termos de alguns procedimentos de cirurgia cardíaca, nós recebemos 131.91 reais em 2003 e isto em 2006 é menos do que foi em 2003 por conta até da alta complexidade, o implante de marca passo, ele nos remunera a 35.26 reais.

Então, note os senhores que as diárias pagas são diárias que nos obriga, ao dar assistência, enfermagem, alimentação e estadia. O valor real, cinco vezes isso que nós precisaríamos. O próximo. E aqui eu acho extremamente relevante e positivo é por atitude médica, principalmente cirúrgica, o que representa no contexto da cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo e no País. Existem cirurgias que só são feitas no instituto do coração, na cidade de São Paulo, algumas, praticamente, o Brasil inteiro procura o INCOR para ser atendido, por conta da relevância da gravidade. O próximo.

A produção científica que é outro braço absolutamente fundamental do INCOR. O próximo. Note os senhores que o INCOR, ele aumenta a sua produção

a cada ano e esse chuleio azul mostra a incorporação do bloco dois, onde nós temos um aumento significativo do número de pesquisas.

Então, hoje o INCOR, ele tem, em andamento, 499 pesquisas de ponta, sendo que é o instituto que mais publica na América Latina e é comparável, hoje, aos principais hospitais da Ásia, dos Estados Unidos e da Europa. O próximo. Livros de capítulos e livros é a produção científica do INCOR, note os senhores que aumenta a cada ano. O próximo. Teses fundamentalmente de doutorado, de pós-graduando que vem de todo o Brasil e da América Latina, são preparados por nós. O próximo. Protocolos de pesquisa em andamento, aquele número que eu falei aos senhores, praticamente 500 pesquisas estão sendo feitas no INCOR, desde a pesquisa básica até as pesquisas clínicas. O próximo. Pesquisas concluídas, o nosso referencial não é só a pesquisa feita, mas sim a concluída e a apresentada em nível internacional e publicada nas melhores revistas do mundo. O próximo.

Os prêmios, o INCOR, seguramente, é uma das instituições mais premiadas nessa área em todo o mundo. Aqui estão os prêmios de cada ano, nós estamos fechando 2006 com um número de 41 prêmios nacionais e internacionais. O próximo. Um resumo, e note os senhores que a produção a partir do bloco 2 é uma produção que ela foi praticamente dobrada por conta dessa incorporação. Produção e ensino, 2004 e 2005, também, nós treinamos e preparamos profissionais de todo o País nos seus diversos graus, desde graduação, residência, pós-graduação senso lato e senso estrito, não só na área médica, mas também multiprofissional. São 1697 alunos. O próximo.

Os programas de residência médica que extrapolam as portas do INCOR, nós temos programas de cooperação com o Estado de São Paulo e praticamente com todo o País. O próximo. Note os senhores, programa Brasília, Goiás, Paraíba, Ceará, Minas Gerais, Londrina. O próximo. Aqui os convênios internacionais, as principais universidades do mundo. O próximo. As informações financeiras é um resumo. A nossa receita, ela é oriunda, nós temos em média trezentos e dez milhões/ano, cento e setenta e um milhões, Fundação Zerbini, cento e trinta e nove milhões do Hospital das Clínicas. O custeio, duzentos e setenta e nove milhões, Fundação Zerbini cento e quarenta milhões, Hospital das Clínicas, ou seja, Estado de São Paulo, cento e trinta e nove milhões. Note os senhores, esse dado é absolutamente fundamental, nós vamos fechar o ano de 2006 com um balanço primário positivo de aproximadamente trinta e um milhões. O próximo.

De janeiro a outubro, também, nós fechamos com o balanço primário positivo de vinte e quatro mi-

lhões. O próximo. Então, a origem das dificuldades, construção do bloco 2 INCOR, oitenta e oito milhões, contratação de pessoal e custeio pela fundação privada que seria, deveria ter sido pago pelo Estado, cento e oitenta e oito milhões. A implementação do INCOR 2, que é o custeio trinta e dois milhões mais as despesas financeiras. Além disso, o próximo, nós temos um investimento de patrimônio, que eu vou mostrar daqui a pouquinho, que são os equipamentos de duzentos e vinte milhões.

Então, o bloco dois, isso é uma coisa muito importante, a Fundação Zerbini não resolveu construir o INCOR. A Fundação Zerbini, ela terminou uma obra que estava inacabada, então, aqui tem um histórico e na verdade a revisão do projeto do bloco 2 ocorreu em 1997, de algo que começou em 77, vinte anos após e a retomada da obra só ocorreu em 98. O próximo.

Note os senhores que não havia muita alternativa, nós tínhamos que acabar o INCOR 2, porque essa é uma fotografia aérea do INCOR iniciado. O próximo. É como o INCOR estava, INCOR 2, quando a fundação resolveu que deveria acabar, terminando essa obra. Note, é uma visão diferente, o próximo. As retomadas das obras. O próximo. Aí já o INCOR em fase final, INCOR 1 e INCOR 2. E aqui o INCOR 2 terminado, que trouxe um grande aporte de possibilidades na assistência, no ensino e na pesquisa. O próximo. Aqui o investimento em aparelhos. Este número atualizado, nós temos investido hoje duzentos e onze milhões de aparelhagem que é ofertada a população brasileira. O próximo.

Então, resumidamente, nós temos aí uma apresentação bem curta do que é o INCOR, do ponto de vista assistência, ensino e pesquisa e também a etiologia das suas dificuldades. Eu quero usar mais um minuto, se me permitir, Senador, de tentar mostrar aos senhores o que significa a perda da viabilidade da Fundação Zerbini, é a quebra do modelo. A semelhança da Fundação Zerbini que foi a primeira, nós temos hoje no Estado de São Paulo mais trezentas fundação.

Então, esse modelo, uma fundação privada, sem fins lucrativos que apóia ensino, pesquisa e assistência, faz do INCOR hoje uma referência nacional por conta da sua qualificação. A perda traz para o INCOR, hoje, *(soa a campanha)* Um custo trabalhista de oitenta milhões de reais, se a fundação fechar, o que vai nos custar são oitenta milhões de reais para dar as pessoas que vão ser demitidas. Nós vamos ter que esse patrimônio ele entra na insolvência e de alguma maneira vai a leilão. Fora a perda da capacidade pensante, da capacidade de realização desse estudo.

Então, nós estamos aqui pedindo ajuda e até agradecendo pelo que já ocorreu em cima de um mo-

delo, que é o modelo que nenhum de nós tem dúvida que é o melhor modelo hoje para a saúde desse País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço ao Dr. David Everson Uip a contribuição e agora passo a palavra ao professor Dr. Protásio Lemos Luz que representa aqui o Dr. Maurício Rocha e Silva, Presidente da Comissão Científica e de Ética do INCOR. V.Exª terá dez minutos.

SR. PROTÁSIO LEMOS LUZ – Srs. Senadores, eu não preparei nada, Senador Suplicy, Paulo Paim, para falar aqui, eu resolvi falar com os senhores do coração. Mas antes de sair de casa, eu peguei uma coisa para ler e peguei aleatoriamente para não gastar tempo no avião. E caiu na minha mão esse editorial, só para deixar claro para os senhores, editorial em revista científica, é alguma coisa que alguém escreve, um comentário que é feito a respeito de um trabalho e outro e quando isso acontece é que o trabalho publicado é muito importante.

Então, esse editorial aqui fala a respeito da importância da medicina clínica e do papel do médico. E esse editorial é a respeito do trabalho do INCOR, é o trabalho do MAS(F), que é um trabalho de comparação de cirurgia, tratamento clínico e angioplastia em doença coronária. E eu vou ler para os senhores uma ou outra frase só para os senhores terem idéia do impacto que isso tem. Ele diz assim: Pereira e colaboradores usaram um método muito engenhoso que era saber a importância que tinha a opinião do médico em comparação ao estudo que é feito por acaso. E o que o Dr. Madi demonstrou é que a opinião do médico é mais importante do que a simples determinação de tratamento por um método estatístico. Isso foi tão importante que merece um editorial que é lido no mundo inteiro. E aqui diz, especificamente, assim, esse relato intrigante do INCOR é digno de nota tanto da sua demonstração da importância do julgamento clínico, como pela sua maneira única, metodológica de fazer. E aí ele diz que, na medida que a gente pensa em medicina, essa importante lição que vem do MAS(F) 2, que é o estudo do INCOR, deveria ser mantido na nossa cabeça.

Então, isto é um editorial que foi escrito a respeito de um dos trabalhos do MAS, eu cito isso porque falar a respeito do atendimento médico é simples de compreender, porque alguém vai lá e se trata, o Tuma por exemplo, e ele melhora. É simples, todos nós compreendemos isso. Agora, a produção científica, como é que se faz isso, é muito mais complexa para as pessoas que não estão no Sistema de Ciência e Tecnologia. O que o INCOR fez nos últimos anos e começou

com o professor Fúlvio, há vinte ou trinta anos atrás, foi o seguinte, antes do INCOR ter a primeira pedra, eu fui para os Estados Unidos para fazer o primeiro treinamento, então eu sou mais antigo que todo esse pessoal aqui, eu fiquei cinco anos nos Estados Unidos e só voltei porque o Dr. Fúlvio ligava para mim e dizia: Venha que nós temos uma fundação e nós vamos fazer tempo integral e nós vamos fazer pesquisa.

Então, este é o sistema que foi montado no INCOR e tem mais ou menos trinta anos, só que isso é muito complicado. Quer dizer, para fazer isso, você precisa formar as pessoas primeiro. Depois você precisa fixar as pessoas no hospital, ter tempo integral. E, para isso, as pessoas precisam viver e as pessoas precisam salário e dedicação. Agora, sem isso, a gente não chega a esse tipo de produção, não chega. Então quando o David mencionou a nossa participação, eu posso dar um testemunho melhor porque eu sou cardiologista e vou aos congressos o tempo inteiro. Nos últimos dez a quinze anos, o INCOR é uma das cinco instituições que mais produção no mundo, não é só na América Latina, nós estamos junto com o Japão, com a Harvard, com a John Hopkins, com a Alemanha, com todo mundo na área de cardiologia. Agora, isto só se fez porque foi feita uma determinação, administrativa e política, de construir um sistema de pesquisa que, claro, implica em gastos.

Meus amigos, educação e pesquisa não é como negócio você compra hoje, vende amanhã e ganha “X”. Não. Quer dizer, pesquisa e educação são coisas que se faz a longo prazo, mas elas são básicas para o desenvolvimento do País.

Então, por exemplo, os cento e tantos alunos que nós temos de pós-graduação, não servem só São Paulo, eles servem para o País inteiro e servem para o exterior também. As pesquisas que nós fazemos, elas são de área básica. Nós temos mais de dez pesquisadores da área básica profissionais, o professor Kalil é um deles, ele ganhou recentemente o maior prêmio de pesquisa das academias do terceiro mundo é o prêmio Nobel de pesquisa dessa área. O Kalil é a pessoa que ganhou, por quê? Por causa deste sistema. Quer dizer, nós temos biologia molecular, nós temos biologia vascular e uma série de outras coisas que são de primeira linha, nós temos uma porção de autoridades internacionais. Por exemplo, o Dr. Sossa(F) que lida com arritmias e assim outros tantos. Agora, isso que é preciso compreender. Quer dizer, o INCOR não é só um hospital de assistência, o hospital é de assistência e muito boa e dirigida aos indivíduos pobres principalmente. Mas o INCOR é muito mais do que isso, o INCOR é um instituto modelo de ensino e de produção científica.

Então, o que eu queria ficasse claro na mente de todos, claro, eu sei que está, eu estou repetindo uma coisa que eu sei que está na sua mente. É que nós estamos falando a respeito de uma estrutura de pesquisa de uma estrutura de ensino de primeira qualidade. E se nós deixarmos isso cair, não cai simplesmente uma instituição, cai um modelo, cai uma porção de gente.

Ontem, eu estava na escola paulista de medicina, numa reunião conjunta da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Nacional de Medicina. Quando eu fui falar o Dr. Rubens Belfort, que muitos conhecem, o Dr. Suplicy com certeza conhece, disse antes ao me introduzir. Olhe, eu apresento a minha solidariedade a você para o INCOR porque o que está em jogo não é só o INCOR, é um sistema inteiro de que o País precisa.

Então, este é o ponto. Agora, para chegar no nível que nós chegamos, precisa muita coisa e principalmente formação de pessoal. Agora não se forma um pesquisador de um dia para o outro, você demora anos e depois para mantê-lo e para que ele possa produzir é preciso laboratório, é preciso auxiliar, é preciso uma série de coisas.

Então, além do aspecto estritamente assistencial, o que nós procuramos salientar e reivindicar é a manutenção de um sistema que é altamente produtivo, altamente produtivo.

Então, isso é a mensagem que eu gostaria de deixar e gostaria de lembrar que uma série de modificações estruturais foram feitas e estão em andamento na Fundação Zerbini para que se possa atender as necessidades todas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço ao professor Protásio a sua contribuição e logo, em seguida, eu concedo a palavra ao primeiro inscrito e também autor de um dos requerimentos, o Senador, pelo Estado de São Paulo, Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Antônio Carlos Valadares, Dr. Jorge Elias Kalil Filho, Presidente do Conselho diretor do INCOR, Dr. David Everson Uip, diretor executivo e Dr. Protásio Lemos Luz, também Presidente da Comissão Científica. Primeiro, quero externar aqui o meu agradecimento ao trabalho do INCOR para a população de São Paulo do Brasil. Eu mesmo, em algumas ocasiões, eu estive no INCOR. Sempre fui ali atendido, com a maior atenção, nós Senadores, temos a possibilidade de estarmos sendo atendidos sempre que ocorrer qualquer problema e até para que tenhamos, façamos o nosso check-up de quando em quando. Felizmente, do ponto de vista do coração, tenho estado bem, mas todas às vezes que lá pude fazer este controle da mi-

nha própria saúde, fiquei extremamente impressionado com o trabalho que se realiza ali no INCOR com a verdadeira multidão de pessoas que, diariamente. Se nós formos ao INCOR neste instante agora veremos centenas, senão milhares de pessoas, sendo atendidas, isso se dá, eu sou testemunha todos os dias naquela instituição.

Então, se trata para quem, porventura, esteja precisando de um atendimento de saúde, sobretudo, da área do coração de algo fundamental, estratégico. E tendo em conta este conhecimento e a seriedade dos médicos e de todos que ali trabalham, então é natural que esta Comissão de Assuntos Sociais tenha deliberado, realizar uma... Aprovar uma Emenda de valor muito significativo, de duzentos milhões de reais para o INCOR poder enfrentar as suas dificuldades. E, eu próprio, tendo a possibilidade de apresentar Emendas, fiz algumas para a área da saúde, outros para a educação, mas, inclusive, para o INCOR designei uma verba naquilo que tenho direito de fazer. Mas exatamente por estarmos querendo contribuir para que o INCOR possa ultrapassar, resolver os problemas é que nós temos aqui a responsabilidade de perguntar sobre o que é que aconteceu com os recursos que foram destinados para o INCOR.

Então, com respeito, por exemplo, a natureza da dívida, embora já tenha exposto de alguma maneira, mas eu vou pedir que explicitem um pouco melhor, se essa dívida do INCOR, hoje, ela se refere, sobretudo, a construção do anexo do INCOR em São Paulo e também da construção do INCOR em Brasília ou refere-se a outros pontos.

Então, se puder distinguir isto. O Dr. Jorge Elias Kalil, em alguns momentos, citou cifras na ordem de milhões de dólares e tudo. Mas se nós formos examinar o volume de recursos destinados ao INCOR, neste período, se poderia exatamente nos dizer quanto que foram estes recursos, mas, sobretudo, qual foi a sua destinação e se, porventura, foram detectados problemas na destinação dos recursos, o que é que está sendo feito para apurar responsabilidades? Está se desenvolvendo ou se desenvolveu um procedimento de controle de eventuais procedimentos indevidos? Quem é que está fazendo isto? (*soa a campainha*) O Conselho Curador, é o Tribunal de Contas apenas do Estado de São Paulo, se há recurso também da União, existe averiguação não apenas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, na medida em que trata-se de uma instituição relacionada ao Governo Estadual. Porque há aportes da secretaria da saúde, do Governo Estadual para o INCOR, mas também há aportes, como os que estamos aqui aprovando do governo da União e, portanto, o Tribunal de Contas da União também,

de alguma forma, colabora na apuração de possíveis procedimentos que eventualmente não tenham sido os mais adequados. Há fundamento na informação de que o Ministério Público e a própria Polícia Federal fizeram a averiguação de possíveis desvios de procedimentos? E há definição de responsabilidades sobre o que aconteceu em gestões ao longo destes anos que puderem, que eventualmente levaram a esta situação? Teria sido verdade que, em alguns momentos, certas empresas resolveram fazer doações de equipamentos e, então, em princípio poderia aparecer que, bem, esta é uma doação muito bem vinda, afinal uma empresa está doando um equipamento importante para o INCOR, mas em seguida se apresenta um contrato de manutenção, ao longo, digamos, de cinco, de dez anos, onde o preço da manutenção se averiguou depois, era suficiente para se adquirir alguns equipamentos. Se é verdade que isso foi constatado e se de fato aconteceu, que providências foram realizadas?

O que é que efetivamente aconteceu quando o INCOR, a Fundação Zerbini e a PREVI fizeram um entendimento para gerenciar o hospital Matarazzo. Quanto efetivamente se destinou para esta finalidade? E por que é que depois não se levou a diante aquela proposição e o que acontece com aquilo que se tinha em mente primeiramente realizar? Quais são as dificuldades, qual é a maneira de resolver o problema, vai se aproveitar, não vai se aproveitar e, enfim, em que pé ficou o eventual aproveitamento daquele edifício onde havia uma instituição importante de saúde no Brasil. *(soa a campanha)* Se houve responsabilização de qualquer pessoa que porventura tenha tido função de responsabilidade, de direção do INCOR, a partir da averiguação que foi realizada e que procedimento se averiguou. Mas, sobretudo, se for aprovado, já foi aprovado aqui, pelo Senado, mas, vai ser aprovado agora nos próximos dias o orçamento onde as Emendas aqui referidas serão, então, aprovadas pelo congresso, por ambas as casas. Pois bem, que garantias poderemos ter de que estes recursos serão administrados com a maior seriedade possível e levando em consideração toda aquela nossa expectativa de que, efetivamente, os recursos serão bem administrados?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Se V.Ex^a autorizasse, todos poderiam se expressar, porque nós precisamos nos dividir aqui. Aqui nós não estamos na CPI. Então tem dois aspectos importantes, se houve qualquer tipo de falcatura que o Suplicy fez um ques-

tionário importante que eles poderão esclarecer. E outro é buscar a solução para o INCOR. Independe um do outro, eu acho isso. Então se V.Ex^a coordenasse, todos perguntariam e aí nós...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu não tenho objeção, Sr. Presidente, que possam todos juntar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E aí nós faríamos rapidamente. Cada um sai lá, vai votar, vem correndo para cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Atendendo a sugestão de V.Ex^a e a compreensão do Senador Suplicy, eu concedo a palavra, então, ao Senador Tião Viana que é o próximo orador inscrito. Depois, ao Senador Romeu Tuma e aos Senadores Paulo Paim e Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, eu quero dizer da satisfação-

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Só vou votar e volto. Me desculpe.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – ...neste momento da audiência na Comissão de Assuntos Sociais junto, ouvindo o professor Kalil, ouvindo o professor David Uip, ouvindo o professor Protásio, nomes ,muito elevados dentro da ciência médica brasileira, dentro da vida, da saúde pública desse País que trazem, dividem nesse momento suas vidas em contribuir com uma instituição que está à frente do nosso tempo, eu começo comparando que ouvi do Presidente do Equador ao Presidente Lula recentemente, que nós não estamos vivendo uma época de mudanças, mas uma mudança de época dentro da América Latina. E o INCOR já está além do nosso tempo da medicina brasileira comum, por quê? Porque achou um modelo onde a pesquisa, onde o conhecimento se mostraram imprescindíveis para a sua vida cotidiana e acho que isso é uma grande lição para as demais instituições desse País. Nós sabemos da vida de pesquisa e de investigação científica que tem várias instituições, mas são investigações que não tem uma interface com a saúde pública brasileira, com aquilo que é exercido em termos do que a sociedade busca naquela instituição e o INCOR consegue reunir, consegue ser uma interseção disso. Eu fico muito reconhecido ao INCOR, toda a vez que visito aquela instituição. Pude visitar as linhas de pesquisas, unidades de pesquisas básicas que o INCOR desenvolve, tenho o mais elevado respeito. Diria que é uma instituição imprescindível ao nosso País.

Quando olho as regiões brasileiras, sei dos embriões de desenvolvimento científico que ocorre na Bahia e alguns outros lugares, mas sei que o INCOR

poderia emprestar, ceder essa sua feição, hoje, esse seu modelo as regiões brasileiras, o que seria marcante na vida da saúde pública, não só do Brasil, mas da própria América Latina. Há profissionais em todo o Brasil que precisam de mais reunião, de mais organização científica no modelo de assistência para que nós possamos avançar. E quando eu me refiro a essa mudança de época, eu me refiro a um modelo que nós temos também no nosso campo da saúde pública brasileira que é o SUS, o mais belo, talvez, arcabouço de saúde pública desenhado nesse planeta, mas que é injusto e cruel quando ele impõe determinadas condições. Uma delas é a não possibilidade de captação de recursos para poder fazer mais pelo paciente, paciente carente, sobretudo. O INCOR conseguiu dar esse passo, preserva o acesso ético e a responsabilidade social e consegue ser um captador de recursos e não tem culpa da dívida que foi adquirida por decisões políticas que eu nem questiono o mérito a época, porque acho que a época a razão era correta. A consequência da gestão é que não foi adequada no sentido de governos darem a solução, que aquele momento, que o Governador Mário Covas adotou pudesse ter de fato de uma solução mais sustentada.

Então, hoje eu me preocupo mais, respeitando o papel fiscalizador do Ministério Público, do Tribunal de Contas, do parlamento em si, com as soluções. Eu acho que nós temos um passo dado nessa Emenda que foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais pelo Senador Valadares e outros Senadores. Acho que o governo do Presidente Lula mostrou sensibilidade, o Ministro da Saúde está empenhado no assunto e entendo que nós podemos dar um passo definitivo. A minha tese, Presidente, agora, a minha sugestão nesse momento, é que a Comissão de Assuntos Sociais como um todo assine, todos os seus Senadores, uma carta ao Presidente da República pedindo que ele assegure um mínimo de cem milhões de reais, que sejam viabilizados na execução orçamentária e isso pode ser perfeitamente absolvido dentro dos 30% obrigatórios para cada Emenda que foi feita dentro do orçamento para a saúde do Brasil. E ao mesmo tempo nós teremos essa mesma carta enviada ao Governador José Serra para que ele assuma o mesmo valor pelo Governo do Estado de São Paulo. Porque a responsabilidade do INCOR não pode ser transferida para a União, é uma responsabilidade do Estado, da União e de todo o País.

E eu acho que nós poderíamos assim proceder, defendendo, com isso, uma instituição que é um patrimônio do Brasil, que é um patrimônio de toda a sociedade brasileira que precisa dela. Então, a minha sugestão a V.Ex^a é essa. Acho que o Presidente

Renan pode também assumir essa sugestão da Comissão de Assuntos Sociais, muito bem presidida por V.Ex^a que, inclusive, foi o grande defensor e talvez o maior responsável da aprovação da Emenda 29, que já deu passos definitivos no modelo de saúde que nós devemos ter, mais justo e mais garantido em termo do suporte financeiro no Brasil.

Quando nós apontamos a crise da gestão, a crise da sobrevivência financeira, nós procuramos, muitas vezes achar culpados, é claro que os culpados têm que aparecer, mas eu me preocupo mais com a capacidade de financiamento. O Brasil não gasta duzentos dólares per capita com saúde, os irmãos da Argentina gastam quatrocentos e cinquenta dólares per capita com saúde e os irmãos uruguaios seiscentos dólares per capita com saúde.

Então, deveríamos sempre olhar para esses fatores também. No mais, o meu respeito desejo de superação do Brasil com essa causa chamada INCOR. *(soa a campainha).*

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço ao Senador Tião Viana pela iniciativa louvável em que essa Comissão deverá se dirigir ao Presidente da República pedindo prioridade na liberação de recursos para essa instituição, visando ajudar a debelar a crise porque está passando nesse momento e eu quero dizer ao Senador Tião Viana que em contato que tive com o Relator geral do orçamento, ele está garantindo que, pelo menos, cem milhões do orçamento da União serão destinados ao INCOR, significando dizer que, pelo menos 50% do que foi aprovado por essa Comissão será objeto de atendimento do nosso Senador Valdir Raupp.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Permita V.Ex^a ressaltar que nunca houve isso na história das comissões do Senado Federal, é um valor desse volume aprovado, parabéns a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu agradeço a V.Ex^a também a sua louvável contribuição. Concedo a palavra, neste momento ao Senador Romeu Tuma do Estado de São Paulo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Bom, eu aqui não saudaria ninguém, porque são todos meus amigos e eu sou dependente da mão deles e da inteligência e da competência desse grupo que trabalha no INCOR. Eu conheço um pouquinho da história do INCOR, professor Protásio, Uip, Dr. Jorge Kalil agora que eu posso ter contato, vou tomar um café com o senhor, porque toda a segunda e sexta eu estou lá acompanhando e inclusive curioso acompanhando as pesquisas que se fazem e se procura desenvolver no INCOR. O INCOR, hoje, tem uma cultura médica

tão importante que é reconhecida internacionalmente como um dos grandes fornecedores de tecnologias e de pesquisa, que tem se conseguido principalmente na área cardíaca.

Outro dia conversando com um técnico em educação, pessoas que são voltadas para o interesse da educação, Tião Viana, e eles me diziam o seguinte, a educação é importantíssima, nós temos que ter uma visão, mas se não olhar direito para a saúde, a educação não caminha, porque a falta de atenção na primeira fase de vida em que não há uma assistência correta na saúde, nenhuma criança vai conseguir acompanhar a evolução educativa.

Então, essa é uma parte importante, acho importante os questionamentos que o Suplicy fez, mas eu me lembro os grandes nomes que passaram para lá, Fúlvio Pileggi, Giovanni Bellotti, Adib Jatene, e tantos outros, Uip participou e todos trabalharam.

Eu conheci o INCOR ainda quando era uma diretoria na faculdade de medicina e funcionava no prédio velho, eu ia lá de vez em quando fazer uma consultinha, porque a gente estressava e corria para o hospital do coração. Departamento de cardiologia até que se criou o INCOR pelo professor Zerbini e depois a fundação para fazer uma colaboração efetiva de carrear recursos externos para dentro da fundação e melhorar, inclusive, a área de pesquisa.

Professor Protásio, aqui nós temos lutado muito para investimento em pesquisa e há uma indiferença de governo nisso, não que eu estou fazendo acusação, não, é que eu tenho ouvido muito a importância da pesquisa. Tem agora uma audiência de nano tecnologia, eu liguei para o Rogério, meu filho, para saber dentro da nano tecnologia, o que é que era, porque me disseram que ela pode descobrir a cura do problema do açúcar no sangue, tipo dois, então ele me deu uma explicação, a inclusive o filme da viagem... Que foi um filme, que botam um robô dentro do corpo, chega ali ele faz a cura, isso seria a nano tecnologia. Mas tem uma coisa importante, o que o Suplicy perguntou, realmente houve inquérito já, o Ministério Público que cuida das fundações é permanentemente exigente na área da fundação, toda a fundação tem que se submeter ao Ministério Público, existe um setor especializado, já houve inquérito, já esteve na polícia, isso há alguns anos atrás. Agora, não sei, me parece que abriram outro inquérito para apurar se houve ou não lesão à fundação durante a última gestão.

Hoje, nós temos o Sabino, o Sabino eu conheço, porque o Sabino é um homem que trabalhou na direção da Câmara por muitos anos, teve uma qualidade exemplar de lealdade, de cultura, de administração e veio trabalhar comigo para a minha honra na minha

primeira secretaria, fomos parceiros durante, até ele ir para a INFRAERO e depois para a fundação. Então, é um homem que tem condições de saber o que ocorreu. Só Dr. Kalil, Dr. David Uip, Dr. Protásio, eu acho que nós temos que lutar aqui, Senador Presidente, que é muito interessado nessa área de pesquisa e está sempre lutando por isso, que nós temos que encontrar um caminho de passar diferenciada do BNDES para o Governo do Estado, foi uma fuga temporária para uma necessidade política e de interesse público de construir o segundo prédio, mas sem a capacidade de projeção de futuro de poder pagar.

Então, nós temos que encontrar um caminho legal do governo reassumir essa dívida. Tirar das costas do INCOR, porque ela não tem essa responsabilidade, isso é um setor público. Quem colabora com a fundação quer colaborar com a ciência e não com a construção do prédio.

Então, hoje, com essa massa de informações distorcidas que às vezes a imprensa pública, um discurso aqui ou lá, muita gente que colabora ficou com medo, professor Protásio, se afastou. Então nós temos que recuperar essa imagem altamente positiva que não perdeu na sua área de aplicação da ciência para poder trazer de volta aqueles que sempre colaboraram com o INCOR. E a fundação ter aquela capacidade de conversar.

Olha, tem uma coisa que eu fiquei preocupado. Quando o Bueno estava lá, ele não saía daqui, atrás de um, atrás de outro, nunca mais veio ninguém aqui pedir nada, a gente faz porque tem o contato, agora tem o Sabino. Mas com um período muito largo sem nenhuma conversa com os Parlamentares que sempre deram uma parte da sua... Acredito, do bom uso do dinheiro para miséria, para a pobreza, às vezes eu entro no INCOR fico ali angustiado de ver aquela fila de (interrupção no áudio) Às vezes para pegar um ou dois comprimidos de doenças que precisam permanentemente tomar remédio. Ainda essa semana liguei para ele para comprar um medicamento que não tinha mais condições de adquirir pelo INCOR. Porque eu falei com o Governador, Governador precisa ajudar ele falou: O INCOR eu ajudo, eu estou ajudando a pagar a falha, mas na fundação não ponho um tostão, não quero por nada lá não, porque, contou uma história que vocês sabem melhor que eu. Eu acho o seguinte, nós temos um objetivo: é tirar a dívida das costas da Fundação, do INCOR, temos que encontrar um caminho, eu ouvi o Adib conversando com o professor Ramirez uma vez, eu tentei ajudar porque eu acho que o governo tem que assumir essa dívida ou o governo tentar perdoar. Não dá para vocês ficarem desesperadamente querendo pagar uma dívida e investir no entendimento de

gente que precisa de uma assistência médica, não dá para você mandar embora. O sacrifício dos médicos lá é permanente, cortar salário, cortar, isso é ruim, soa mal para aqueles que têm a devoção e praticamente tempo integral lá dentro. É, e o próprio sistema acaba enfraquecendo, porque vai desanimando. Desculpa, eu acho que as perguntas que foram feitas, o que o Tião Viana falou, eu estou endossando, o Suplicy vai ter os esclarecimentos, que eu acho que a sociedade acaba tendo o interesse e eu sei das providências que foram tomadas. Conheço a seriedade e a busca da verdade e a punição daqueles que, por acaso, praticaram qualquer tipo de ilícito. Não tenho nenhuma intranquilidade quanto a essa administração, então, o que eu queria é ficar à disposição. Estou lá na Comissão de orçamento e vou brigar. Se puder rodar para os duzentos, nós vamos rodar, não é Valadares. Vamos tentar rodar para os duzentos, mas todos nós demos uma parte, a liberação da dotação individual da cada um de nós, também devia sair rapidamente, porque não adianta você fazer uma indicação e não sair.

Então, eu acho que tem que ter um conjunto, o Tião tem relações fortes com o governo, é um representante atuante sério aqui nessa Comissão, é um grande membro do governo, a gente segue, normalmente, fica inibido de achar que tem que votar contra o que ele pede, então ele poderia intervir para liberação das verbas individuais que foram também, que dá uma boa soma.

Então, eu agradeço a presença dos senhores e acredito não só na inteligência, mas na capacidade administrativa de cada um. Boa sorte.

Só para revisar. Só queria dar um exemplo, Senador, desculpa, eu estive agora em Cleveland, eu troquei o desfibrilador aqui e médico do INCOR, o Dr. Roberto me trocou, aí para ir, a época mandaram em Cleveland, depois da cirurgia, isso há oito anos atrás, eu vou lá, o médico fala, o Edimar(F) me acompanha se não tenho nada para fazer, se está tudo certinho.

Então, essa é uma qualificação tão importante, é individual, mas eu acho que ela tem a ressonância em todos aqueles que são atendidos pelo INCOR. É endossado inteiramente, e olha que eles fazem um monte de exame lá, não tem uma correção, nunca trocaram um medicamento e nem me pediram nenhum exame além daqueles que foram feitos pelo INCOR.

Então, eu acho que a qualidade internacional do INCOR não pode ser desmerecida por falta do dinheiro. O governo tem que enxergar com mais carinho e passar essa dívida para a Administração Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Romeu Tuma, se não fosse incômodo para V.Ex^a, gostaria que presi-

disse a Sessão enquanto eu vou a Comissão de Justiça e logo em seguida estarei de volta para a continuidade. O Senador Paulo Paim é o próximo orador inscrito, concedo a palavra, portanto a V.Ex^a.

(troca de presidência)

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Valadares, Senador Romeu Tuma, que assume nesse momento os trabalhos. Eu quero dar um depoimento muito rápido. Não vou nem precisar citar cada um dos convidados que estão na Mesa, pelos quais todos eu tenho o maior respeito. E eu acho que, Dr. Protásio, eu assisti aqui toda a sua fala e vi o carinho, o amor, a solidariedade que V.Ex^a e todos aqui demonstraram com a população brasileira e não somente com o INCOR. Pelo centro de Excelência que é o INCOR. O Dr. Sabino sabe, eu tive duas vezes no INCOR, fui muito bem tratado, não por ser Senador da República. Eu vi o atendimento que davam a todas as pessoas, isso me sensibilizou muito Senador Romeu Tuma. E nas duas vezes foi tratamento de Excelência mesmo e numa segunda vez que eu estive lá, os senhores mesmo recomendaram que eu viesse e não precisava voltar a São Paulo que eu fizesse o tratamento aqui em Brasília. Aí falamos com o Dr. Sabino, de imediato, fomos recebidos pelo Dr. Andrei, se não me engano, me deu um atendimento de primeiríssima e ele me falava já das dificuldades que ele entendia que o INCOR estava atravessando e do atendimento que eles estavam dando, de forma cada vez mais abrangente, para a população de todo o País e claro aqui, principalmente, dessa região, já que nós estamos aqui no coração do Brasil.

Eu quero aqui demonstrar toda a minha solidariedade, todos nós atuamos nessa área, eu que tenho uma preocupação muito grande com a questão social e de combate a todo o tipo de discriminação, sinto que o INCOR cumpre esse papel e por isso que o Dr. Sabino nos procurou aqui, eu me lembro, Sabino, eu achei bonito aqui que todos os Senadores fizeram questões de todos nós somos autores dessa Emenda. No dia que foi votado aqui, todos os Senadores fizeram questão de dizer que todos estavam se sentindo autores da Emenda por importância dela. Claro que eu entendo que as perguntas feitas pelo Senador Suplicy é importante, para que os senhores possam esclarecer, não deixando nenhuma dúvida de qual são os procedimentos que tomaram e estão tomando para que o nosso INCOR continue vivo, vivo, muitos e muitos e muitos anos. Eu dou esse depoimento muito rápido e quero concluir com outro depoimento. Eu estive recentemente conversando com um cidadão aqui no Congresso Nacional, ele me contou a seguinte história que eu

vou resumir em um minuto, porque eu sei que o tempo aqui para vocês e para nós é muito importante. Que um cidadão do primeiro escalão da república estava na Coréia e se sentiu mal, mas como ele tinha parente no Japão, “vou fazer a minha operação no Japão que eu tenho que ir para lá”. Foi para o Japão, chegando no Japão, depois dos exames, disseram o seguinte: Você não vai ser operado aqui, você vai ser operado no centro de Excelência do Brasil que é o INCOR de São Paulo e ele fez a operação aqui. Mandaram de volta para o Brasil, recomendaram o INCOR, como V.Ex^a, Dr. Protásio falou aqui desse entendimento que vocês têm com outros países e eu me lembrei dessa história. Ele foi operado e está muito bem, sim, senhor. Então, eu acho que é mais um depoimento de apoio, de solidariedade ao INCOR por tudo que tem feito ao povo brasileiro. E tenho certeza que os senhores darão o devido esclarecimento. O Sabino é conhecido nosso aqui da Casa de muitos e muitos anos, foi diretor da Câmara, esteve aqui no Senado conosco também e depois foi requisitado pelo INCOR.

Então, esse depoimento é claro que eu vou ficar aqui ouvindo as respostas dos senhores, mas eu tenho certeza que o Senado da República, a Câmara dos Deputados dará todo o apoio pela importância que é para o povo brasileiro o INCOR, era isso só.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Passo a palavra ao ilustre médico Dr. Mozarildo, professor Mozarildo, os dois médicos que estão a nossa direita aqui.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Obrigado, Senador Tuma. Eu ouvi aqui atentamente tanto a palavra do Senador Tião Viana que é lá do Estado do Acre, como ouvi o Senador Suplicy, o Senador Tuma lá de São Paulo, o Paulo Paim lá do nosso Rio Grande do Sul, o que demonstra claramente que o INCOR, hoje, na verdade, é uma grande instituição nacional.

Então, evidente que o governo de São Paulo tem a obrigação sim de, não só de manter e ajudar na manutenção, como primar por essa estrutura que foi montada com tanto sacrifício, com tanta abnegação. Esse modelo, realmente, como foi dito aqui, ele não pode fracassar. E nós sabemos que é importante, que os percalços encontrados e já explicados aqui, porque não possam atrapalhar o excelente trabalho que vem prestando o INCOR.

Eu tenho dito e disse hoje numa entrevista cedo porque fiz o Requerimento convidando o Dr. Sabino que é o Presidente da fundação, expliquei que na verdade eu queria só ouvir explicações, bem de perto, porque eu tenho uma consciência nítida, até porque já fiz duas vezes check-ups no INCOR de São Pau-

lo e uma vez aqui no INCOR DF. E vi o que? Que na verdade, muito mais de 80% da clientela é SUS, quer dizer, é uma clientela que na verdade nem paga, que nem o Ministério da Saúde não paga adequadamente o trabalho que é feito. Então apenas 20%, se é que é muito, se é tudo isso, é que tem convênio ou eventualmente algum paciente particular. E aqui no DF, por exemplo, eu tive a oportunidade de ver que o Dr. Andrei, inclusive conversando com ele, a dificuldade que o INCOR aqui estava tendo para conseguir ter o SUS. É impressionante, hoje em dia qualquer hospital particular não quer SUS, porque realmente o SUS não paga, faz de conta que paga, mas não paga o serviço que se presta e aqui no DF, nem SUS o INCOR conseguia ter, não sei se já tem, mas tive uma conversa há um tempo atrás, porque havia uma espécie de monopólio do SUS aqui no Distrito Federal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO 1 – Hoje a secretaria de saúde não nos repassou já pelo quarto mês o que nós prestamos de serviço ao SUS.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – E todo mundo sabe que o SUS paga de uma maneira irrisória o serviço prestado, tanto o serviço do médico, quanto o exame laboratorial, enfim, nós sabemos que realmente, o modelo é bonito, mas a realidade é muito feia e ainda por cima atrasa quatro meses a pagar o serviço realizado, acho que realmente precisamos mudar. A idéia do Senador Tião de nós fazermos realmente essa carta em que o Presidente se comprometa de liberar efetivamente esses recursos que saíram do orçamento agora, todo o ano, eu sei que a maioria dos Parlamentares colocam nas suas Emendas individuais, uma parcela, mesmo que pequena, para o INCOR e eu tenho a impressão que esse movimento tende a aumentar e, espero mesmo, que haja essa compreensão de que o INCOR não é apenas uma instituição paulista para servir aos paulistas, mas é uma instituição que serve. Eu sou testemunha, quantos pacientes vão lá do meu Estado, lá do extremo norte, lá para o INCOR para serem operados, e cirurgia de altíssima complexidade.

Então eu quero dar aqui o meu testemunho disso e me colocar à disposição, não só o diagnóstico para mim está feito, é buscarmos justamente a terapia adequada para que realmente rapidamente possamos tirar qualquer preocupação com relação a permanência e a ascensão ainda mais do INCOR. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu vou, qual dos senhores pretende ser o primeiro. Doutor Kalil, então, com a palavra para responder os questionamentos que foram feitos.

SR. JORGE ELIAS KALIL FILHO – Eu gostaria de, em primeiro lugar, agradecer as palavras elogio-

sas do Senador Suplicy, do Senador Tião Viana, do Senador Romeu Tuma, Paulo Paim, Mozarildo que nos deixa muito reconfortados, que nesse momento de crise nós temos certeza que existe o reconhecimento não só aqui dessa Casa, mas de todo o povo brasileiro e nós temos sentido isso e tem nos dado muita força nessa luta. Eu queria lhes dizer também que a atual direção, a atual, digamos, gestão do Conselho Curador do INCOR começou em agosto com a minha presidência, nós fizemos uma alteração estatutária importante e a primeira providência desse Conselho Curador foi realmente abrir as contas, não só para a instituição, mas para todos e que nós pudéssemos analisar em detalhe todas as questões relativas a utilização dos recursos.

Eu quero lembrar também aos Senadores de uma maneira geral, o INCOR, ele não só, ele tem recursos que são provenientes do atendimento médico, mas também tem muitos recursos estaduais e federais que ele capta para pesquisa e para outros projetos. E eu gostaria, o senhor fez perguntas muito pertinentes e que nos dá a oportunidade ímpar de responder ao País o que o senhor perguntou. Eu pediria que o Dr. David tem algumas questões que pertencem a questão operacional do INCOR, eu pediria que o professor David respondesse para o senhor e eu gostaria de depois, complementar as respostas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com a palavra o Dr. David.

SR. DAVID EVERSON UIP – Eu acho uma oportunidade ímpar de esclarecer a Nação porque tem muita coisa dita, algumas são até lendárias. Eu trouxe, depois eu posso disponibilizar ao senhor e aos Senadores todas as auditorias que foram realizadas na Fundação Zerbini, eu tenho aqui três privadas e duas públicas. As privadas, a KPMG, a Trevisan(F) e uma terceira que começou há duas semanas. Tenho aqui também a auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e tenho aqui uma auditoria encomendada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo através do promotor de fundação, aonde, eu quero que os senhores atendam a situação que essa gestão, ela adquiriu, eu vou pedir a licença de ler o último §, essa auditoria foi encaminhada, quem solicitou, o Promotor de Justiça civil de fundações da capital, Dr. Paulo José de Palma, então o último §: “Concluimos, esse relatório de auditoria, portanto, sem qualquer ressalva quanto aos registro e controles financeiros e contábeis da Fundação Zerbini, cabendo administração providências visando o saneamento financeiro da fundação pela importância que ela representa para a sociedade, principalmente pelo serviços prestados ao INCOR”. Essa é a auditoria encomendada pelo Minis-

tério Público Estadual. Em seguida e por conta disso, nós fomos surpreendidos com uma porção de denúncias pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Distrito Federal. Eu tenho aqui também, Senador, a denúncia do Ministério Público Federal, que na verdade não é uma denúncia, ela foi uma recomendação. Em cima dessa recomendação, o Conselho Diretor do INCOR e o Conselho de Curador da Fundação Zerbini respondeu da seguinte forma que “esse Conselho”, o Conselho Diretor, “apóia e colabora irrestritamente na realização de auditorias contábeis e financeiras da Fundação Zerbini recomendadas pelo Ministério Público Federal, bem como solicitar que se iniciem de imediato com relação ao INCOR, o hospital é o ditado regularmente como Unidade de Complexo Hospital das Clínicas. Dois, convidar os Procuradores Gerais da República”, tem os nomes, “para conhecerem as instituições embasando assim melhor os seus julgamentos”.

E a outra coisa que era questionada pelo Ministério Público Federal era a dupla fila. Então, nós também estamos dizendo que nós estamos prontos a discutir a dupla fila porque o Estado de São Paulo, você sabe, 37% dos paulistas tem saúde complementar, convênios, então não tem sentido atender o indivíduo que tenha convênio e não cobrar do seu convênio, onerar o Estado ou honrar o Sistema Único de Saúde.

Então, essa foi a resposta. A despeito disso, Senador, nós entendemos que nós devíamos refinar a auditoria porque avaliando cada uma, elas foram auditorias contábeis.

Então, neste momento acontece uma auditoria de processos e contratos. Eu também trouxe todos os processos que foram, que estão sendo avaliados por essa auditoria, um por um, incluindo aqueles que o senhor citou de contratos de manutenção de longo prazo, nós estamos avaliando a compra de aparelhos tanto em São Paulo, como em Brasília, como também todos os contratos e serviços. E eu quero afirmar ao senhor que quando o Dr. Nilo que está aqui presente apresentou isso ao Conselho Curador estava presente o curador de fundações, o Dr. Ayrton, então, isto está sendo tratado com toda a transparência. É o desejo da direção do INCOR e da Fundação Zerbini que isso seja apurado no máximo rigor e o senhor pode ter certeza que as responsabilidades vão ser apontadas. Nós entendemos que essas auditorias feitas objetivaram muito a parte contábil, nós precisamos de mais. Agora, eu quero reforçar um pouquinho as palavras do Senador Romeu Tuma do Senador Tião Viana, a gestão hoje, que pode ter sido vista no passado como temerária é uma gestão absolutamente clara e transparente. Desde o início do meu mandato eu apresento a todos

os funcionários do INCOR, todos os meses tudo que acontece no ponto de vista de investimento, de custeio, para deixar isso muito claro. E as pessoas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – *(pronunciamento fora do microfone)*

O Senador conhece. E aqui as pessoas que estão presentes, são pessoas que o senhor conhece há muitos anos são pessoas que tem o compromisso com a verdade.

Então, o senhor pode estar absolutamente seguro, o senhor como nosso Senadores do Estado de São Paulo, que não vai ficar uma pedra sem que seja absolutamente auditada e vigiada. Nós não estamos satisfeitos com tudo isso que eu mostrei para o senhor, nós queremos mais. Agora, entendemos que isso é um problema que não compromete o modelo. A gestão temerária, você troca as pessoas, nós trocamos, a Fundação Zerbini, quando o Dr. Sabino assumiu tinham 130 pessoas, hoje tem menos de 30. O Conselho Curador foi totalmente modificado, o estatuto do Conselho Curador foi totalmente alterado, na forma de impedir que qualquer fato que cause dúvida possa prosseguir.

Então, nós temos uma mudança de conceito, nós temos uma mudança de controle e nós temos uma mudança de vigilância. Eu tenho a impressão que se, eventualmente, ocorreu alguma coisa, não vai voltar a acontecer por conta das medidas que foram tomadas. E a sociedade, ela está representada nos Conselhos, tanto nos Conselhos Consultivos e Deliberativos, Conselhos Curadores e etc. Agora, isso não pode empernar a solução, que ela é dramática. O que está acontecendo? Toda a vez que o Ministério Público Federal ou Estadual vem a público e faz uma denúncia, toda a nossa negociação estanca, então nós estamos convidando o Ministério Público Federal para que acompanhe, que audite, que faça o que quiser, da mesma forma que o curador de fundações, ele está convidado em estar presente a todas as reuniões e tem acesso aquilo que ele quiser.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Me permitiria um minutinho. É que o Senador Valdir Raupp está presente como membro dessa Comissão e é o que tem a caneta do orçamento. Pergunto se V.Ex^a, como chegou agora, gostaria de fazer o uso da palavra e quem sabe nos dar uma esperança grande da aprovação na Emenda de Comissão. Sei da responsabilidade de V.Ex^a, sei a seriedade com que está tratando a Relatoria. Tenho às vezes conversado com o senhor e as dificuldades de ordem econômica, buscar o dinheiro, mas aqui eu sei que V.Ex^a vê com simpatia até porque é membro da Comissão. Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Obrigado, Presidente Senador Romeu Tuma, Srs. Senadores, senhores convidados, Dr. Protásio Lemos, Dr. Jorge Elias Kalil, Dr. David Everson Uip, Dr. Ademar Sabino já velho conhecido nosso aqui do congresso, estivemos conversando antes de ontem. Eu não acompanhei, peço desculpas de não ter acompanhado desde o início a reunião, tive outras atividades, não foi possível vir aqui desde o início. Mas os atendimentos já estão bastante avançados com relação ao orçamento e o Relator setorial que está apresentando nesse momento, o Deputado Júlio Semeghini já no entendimento prévio comigo, já conseguimos alocar em torno de 50 milhões de reais para o INCOR, nós sabemos do apelo nacional, não só aqui do Congresso, mas de todo o País, pelos bons serviços prestados que deve continuar prestando esse serviço a toda a população brasileira.

Então, é uma necessidade, os Senadores, principalmente os Senadores aqui têm reivindicado, têm defendido não só no Senado, como na Câmara dos Deputados, também, melhores condições de trabalho para o INCOR. E nós só temos a agradecer a vinda do INCOR para Brasília, ficou mais perto não só do Congresso, dos Parlamentares, da população de Brasília, do centro-oeste, mas do norte também, o meu Estado, Estado de Rondônia no norte do País, antes qualquer emergência tinha que se deslocar para São Paulo, agora já pode ficar aqui no meio do caminho que é Brasília.

Então, isso vem atender não só Brasília, o centro-oeste, mas toda a região norte do Brasil.

Então, nós somos gratos por isso e o que depender de mim, o Presidente disse que caneta está com o relator, mas a tinta, está bem pouca.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A expectativa é que V.Ex^a dobre o cinquenta e dê metade do que foi a proposta da Comissão. Essa é a nossa esperança.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – O seu pedido é uma ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Arrume mais um pouquinho aí. Mas eu acho que todo mundo ficou muito feliz com a presença de V.Ex^a aqui, eu acho que inclusive o próprio povo brasileiro fica na expectativa-

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Nós trabalhamos aqui num colegiado tanto na Comissão de Orçamento em torno de 80 Parlamentares, Senadores e Deputado Federais e depois o Congresso que deve aprovar semana que vem o nosso orçamento, mas no final ainda depende do Presidente da República, dos Ministros da área econômica, mas eu sei que a equipe do INCOR é forte suficiente para alavancar esses

recursos que nós vamos colocar na Comissão de orçamento. Então eu acredito que dá para chegar no pleito que já falaram aqui de passar de cinquenta para cem milhões, eu creio que seja possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com a palavra o Dr. Kalil para complementar a exposição do Dr. David.

SR. JORGE ELIAS KALIL FILHO – Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer ao Senador Valdir Raupp que ele renova, duplica a nossa esperança com suas palavras e o INCOR está muito agradecido a sua manifestação. O que eu gostaria ainda de voltar a responder ao Senador Suplicy, que quando eu assumi a presidência em final de julho, começo de agosto eu devo lhe dizer que não foi sem medo, porque eu sou um cientista que trabalha no INCOR há 22 anos e nós sabíamos a situação econômica difícil da fundação e eu estava com medo de me deparar com alguma situação de má administração de fundos e pudesse, inclusive, me comprometer. O nosso Conselho Curador, a primeira coisa que fez foi tomar as atitudes para que o sistema fosse absolutamente transparente e que nós não ficássemos mais a dependência de uma ou duas pessoas para tomarem as decisões, e que as decisões fossem claramente tomadas num colegiado, em que esse colegiado tivesse uma participação muito clara do Instituto do Coração, do Hospital das Clínicas e da sociedade civil e que nós acompanhássemos todo o processo. Isso está garantido com o novo estatuto. E só a partir daí que nós nos sentimos suficientemente tranquilos para que tudo evolua. E como medida complementar a isso, tendo em vista que o nosso consultor detectou processos que ele acha que poderíamos ver em mais detalhe, nós, apesar de toda a dificuldade financeira, nós estamos pagando dois auditores de uma empresa conhecida de auditoria para que a gente veja o processo de compras. E nós acreditamos que a partir daí sempre será assim.

Além disso, o que nós queremos é cada vez mais concentrarmos as nossas ações da Fundação Zerbini no INCOR nas atividades do INCOR e que nós não vamos mais nos envolver com programas outros de saúde pública que são fundamentais, mas que nós achamos que a Fundação Zerbini, ela tem que concentrar o seu foco nas atividades de cardiologia do INCOR e que, hoje em dia, existem várias outras fundações e outras entidades, mesmo organizações não governamentais que se especializaram também nas questões de saúde e nós não precisamos devolver a Fundação Zerbini, porque a gente acha que essa alteração do foco foi um dos motivos que a gente perdesse talvez o controle. Mas, o que eu gostaria de assegurar isso sim, que a nossa dívida, ela sem dúvida, ela foi

desequilibrada, isso o nosso consultor está aqui, se o senhor quiser que ele responda, o consultor que foi seu aluno no Getúlio Vargas e que foi desequilibrada a situação financeira na medida em que nós tomamos o empréstimo para construir, equipar o prédio e para fazer o funcionamento no início e que também nós tivemos alguma dificuldade operacional aqui em Brasília e que nós vamos conversar com Casa como é que nós vamos resolver.

Então, essa é, sem dúvida, uma ação. O senhor veja, o senhor fez uma pergunta que diz respeito à ação da PREVI e do hospital Matarazzo e que eu lhe digo, essa foi uma decisão que foi tomada sem a anuência do Conselho Curador, uma coisa que hoje em dia já não é possível e nós achamos que não é pertinente esse tipo de ação por quê? Um, desvia o nosso foco no INCOR, dois, nós iríamos com essa atividade iniciarmos uma atividade no hospital que faria a concorrência ao próprio Hospital das Clínicas do qual nós participamos.

Então, nós achamos que temos que centrar as ações e sobretudo termos um controle absoluto de todos os processos, coisa que nós nos certificamos, não só na mudança do estatuto, com a mudança do Conselho Curador, agora com toda a tomada de decisão passando pelo Conselho Curador. Eu espero que com isso, eu tenha respondido a pergunta que o Dr. David não tinha respondido de acordo com as minhas anotações.

O que eu quero lhe dizer também é que na última reunião do Conselho, nós detectamos um problema num determinado processo de empréstimo junto à rede bancária e na mesma hora o curador de fundações, que estava presente na reunião solicitou, ele requisitou o processo para ele, para que ele fizesse a apuração devida. Então estamos trabalhando muito próximos de todos os curadores de fundações no Estado de São Paulo e queremos trabalhar também, estamos trabalhando já o Sabino entrou em contato com o promotor Bizzoli para que ele trouxesse o que ele havia apurado para que nós pudéssemos apurar e abrir todos os documentos necessários para que fizéssemos as apurações devidas e que, sobretudo, nós responsabilizássemos os gestores de então.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Suplicy de-seja falar pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu queria agradecer os esclarecimentos do Dr. Jorge Kalil Filho e do David Everson Uip dizer que considero importante essa diretriz porque eu próprio, quando, por

exemplo, tive uma responsabilidade executiva junto a Câmara Municipal de São Paulo, Presidente daquele organismo, ali detectei uma série de problemas e a forma como resolvi enfrentá-los foi exatamente de fazer com que houvesse transparência em tempo real como a melhor maneira de prevenir irregularidades.

Então, como o Dr. David descreveu e o Dr. Jorge Elias Kalil de estar a cada momento tornando transparente os procedimentos, inclusive aqueles de compra de equipamentos e tudo para que qualquer pessoa possa estar acompanhando se porventura estiver sendo... Vamos supor que na compra de um equipamento, de um ar condicionado, de um equipamento importante ali para o funcionamento do hospital seja de São Paulo, seja de Brasília, se constate um eventual abuso na cobrança de preços ou numa licitação que eventualmente possa ocorrer de cartas marcadas, então que haja os procedimentos imediatos para se detectar isso e evitar que ocorram problemas dessa natureza.

Então, eu acho que isto é importante para nós sabermos, queria sugerir, Presidente Antônio Carlos Valadares, que quem sabe possa a Comissão de Assuntos Sociais ter, se for possível, ter acesso a estas informações que o Dr. David Uip menciona e trouxe aqui como os Relatores de auditoria realizados para que essa Comissão possa estar acompanhando de perto, hoje, e aquilo que vai ocorrer no futuro. Mas a diretriz aqui colocada é muito importante para prevenir problemas com aquilo que vai ser decidido e inclusive pela palavra do Relator Valdir Raupp que aprova algo que tem todo o nosso apoio, mas também com a responsabilidade de estarmos examinando como é que serão destinados esses recursos com a maior seriedade possível.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Senador Valadares?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Crivella, antes de V.Exª fazer o seu pronunciamento, eu gostaria de dizer que o Senador Suplicy será atendido na sua pretensão, sem dúvida alguma, porque os diretores do INCOR nada tem a esconder, há um desejo, um compromisso de transparência na execução do orçamento da instituição e, como se trata de uma instituição que têm a ajuda do poder público, é de bom alvitre que nós possamos acompanhar o desenrolar de todos os gastos e todas as despesas e receitas mesmo porque é um dever de todos aqueles que compõem essa Comissão, não só apoiar, mas saber o que está acontecendo no âmbito do INCOR. Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Presidente, ilustre Senador Antônio Carlos Vala-

dares, eu gostaria de saudar essa Mesa, começando pelo Dr. Ademar Silveira Sabino que já foi Presidente aqui da Câmara dos Deputados e que recentemente me fez um gesto tão importante. Eu queria tornar pública a ajuda que o senhor deu a um paciente que estava realmente necessitado e que Deus o abençoe. Eu quero agradecer a presença do Dr. Protásio, Dr. Jorge Elias Kalil e também do Dr. Ademar.

Presidente, nós lidamos aqui no Senado Federal com uma dificuldade já há quatro anos. Na época o Relator do nosso plano plurianual de investimentos, Senador Saturnino Braga, do Rio de Janeiro, propôs que o superávit primário fosse reduzido a meio por cento a cada ano. Se isso tivesse sido adotado, hoje teríamos um superávit primário de 93, 65% do nosso PIB, quando estamos fazendo 4,25 na lei, de fato fazemos mais do que isso. Eu não sei se o Paim tem o número, mas em 2005 nós chegamos a 4,50, 4,60% do PIB. Como é que nós conseguimos um superávit tão alto, já que esses recursos são dos impostos dos brasileiros que não devolvidos a eles em forma de serviço ou investimento. Eu entendo investimentos em áreas importantes como essa, Senador Antônio Carlos Valadares, a CPMF, grande parte dela e as contribuições não são vinculadas, vão para o superávit primário o Presidente Lula visita o INCOR, todos os brasileiros se preocupam, é assunto de página em todos os jornais e na hora que a gente senta com o Ministro do planejamento não há recurso para investir. Porque é que nós não fizemos aquela diminuição no superávit primário proposta pelo Senador Saturnino Braga que inclusive renunciou a Relatoria e foi substituído pelo Sibá Machado. Porque não aceitava apresentar o seu relatório mantendo o superávit que o Palocci impunha. Nós não fizemos a redução porque achávamos que seria inflacionário. Pois bem, nesses quatro anos a inflação foi muito módica, caiu, esteve lá em baixo, mesmo com os juros caindo de 26,5%, que foi quando o Presidente Lula assumiu, para os 13 que é hoje. 13 pontos caíram os juros e a inflação não subiu. De tal maneira que nós vivemos sempre sobre premissas extremamente pessimistas e a saúde não pode esperar. Quem está precisando de um transplante, quem precisa fazer uma cirurgia grave no coração, morre. Morre exatamente porque nós, aqui no congresso e na área financeira do governo agimos, no mínimo sem generosidade, sem sentir a dor do nosso próximo. Eu tenho colocado Emendas, esse ano coloquei também para o INCOR. São Emendas individuais e vou lutar muito para liberá-las, até porque bate no meu gabinete pessoas desesperadas, pessoas a beira da morte, são pais com o filho no colo que não encontram, na rede pública do meu Estado, condições de tratar seus

filhos. E mais uma vez eu quero agradecer ao senhor Dr. Ademar por esse gesto tão nobre que salvou aquela criança no INCOR e quantas crianças tem sido salvas lá. De tal maneira, Sr. Presidente, que eu queria prestar a minha solidariedade, fazer um apelo às autoridades de governo para que a gente possa pensar mais na saúde do nosso País, ao invés de termos um Banco Central priorizando apenas o controle da inflação que já mostrou-se estabilizada e agora chegou a hora de não deixar um instituto como esse passar pelo vexame de ter que todos os meses lutar tanto para fechar as suas contas, pagar seus fornecedores, pagar seus funcionários e manter o atendimento do nosso povo, sobretudo mais carentes, a minha preocupação maior é que, se nós temos uma instituição em São Paulo com tanta carência imagine aquelas do Piauí, meu Deus, imagine aquelas do Ceará. Pois é, imagine aquelas do sertão das áreas mais pobres do norte, lá da terra de Valdir, como as pessoas não devem estar sofrendo.

Sr. Presidente, parabéns a nossa Comissão por essa Audiência Pública tão importante e quero me colocar inteiramente à disposição de todos os nossos doutores e dizer que, enquanto for Senador, destinarei todos os anos Emendas orçamentárias para um instituto tão importante, uma fundação tão brilhante. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Antônio Carlos Valadares, quero saudar aqui os nossos convidados professor Dr. Ademar Sabino, Dr. Protásio, professor Dr. Jorge Kalil Filho, professor Dr. David Uip e dizer que a preocupação com relação a crise da Fundação Zerbini e do INCOR, é uma preocupação nacional porque, não é só de São Paulo, o INCOR, ele além de ser referência nacional na parte cardiológica, ele é também um patrimônio dos brasileiros. Porque para lá são encaminhados pacientes de todo o Brasil, do meu Estado, o Estado do Pará, ele também é um ponto de referência todas às vezes que, lamentavelmente, há necessidade de um atendimento de maior especialização. Eu não estive aqui, desde o início estava na Comissão de Relações Exteriores na sabatina do novo embaixador do Brasil nos Estados Unidos, mas, depois que cheguei aqui, pelas exposições dos nossos convidados praticamente fui atendidos nas minhas preocupações. A nota técnica que pedi para a Assessoria do Senado, ela é bastante contundente com relação as questões que envolveram um passado recente da administração da fundação e do próprio hospital, mas pelo que já foi dito aqui das propostas e das ações tomadas para que isso seja saneado e

não seja novamente, possa vir a acontecer, eu acho que nós temos só que estarmos solidários como todos estamos aqui no Congresso Nacional, especialmente aqui na Comissão de Assuntos Sociais com relação ao caminho de recuperação do INCOR.

Acho que o Dr. Jorge Elias colocou aqui com bastante propriedade, eu não sou da área médica, tenho um filho médico que trabalha em São Paulo e tenho certeza absoluta que o direcionamento do foco da Fundação Zerbini para a área que ela tem a expertise no caso cardiológica, e não para atuações e outras atividades que outros hospitais podem atender sem prejudicar a intenção primeira da Fundação Zerbini que acaba, ao tentar abrir para outras atividades, prejudicando a atividade que é referência, eu diria, internacional também no caso da coisa. Já foram respondidas as perguntas aqui, as questões que a Assessoria tinha levantado. Eu só quero dizer ao Senador Crivella, nós aprovamos aqui por unanimidade uma Emenda de Comissão, propondo duzentos milhões de reais para a Fundação Zerbini, o nosso nobre Senador Valdir Raupp, Relator geral do orçamento já se comprometeu aqui de elevar a Emenda aprovada nos relatórios parciais de cinquenta milhões para cem milhões, o que já é o dobro do que estava anteriormente previsto nos relatórios parciais, mas é a metade do que foi proposto pela Comissão de Assuntos Sociais.

Agora, mais importante do que isso, é nós estarmos atentos, Presidente Antônio Carlos Valadares, para que o governo, como bem disse o Senador Crivella, o governo efetivamente faça a liberação desses recursos. Lamentavelmente que nós temos vistos ao longo desses anos é que há um contingenciamento, principalmente de áreas de importância como é a área de saúde, em detrimento de gastos mal direcionados e outras questões como é a questão da propaganda, da mídia, você deixa de investir numa área da saúde para investir acima do estimado no orçamento para a divulgação, que eu não vou o contrário, eu só acho que tem que ser de forma consciente sem que prejudique, se houver recursos para atender as áreas principais, como é o caso da saúde, da segurança, da educação, que se faça o investimento nas outras áreas meio da execução.

Ainda agora, ainda ontem o Ministro Augusto Nardes do Tribunal de Contas da União completou o seu relatório dizendo aquilo, Senador Antônio Carlos Valadares, que em Audiência Pública aqui no Senado nós já havíamos denunciado que o lamentavelmente acidente que houve pelo descontrole do tráfego aéreo foi motivado, sim, por falta de recursos na liberação para o controle do tráfego aéreo e para a manutenção dos equipamentos e para a compra de novos equipa-

mentos. Ora, foram perdidas 154 vidas no acidente, quantas milhares de vidas são perdidas por falta de liberação de recursos na área da saúde e que não tem a divulgação da mídia, porque não tem a comoção que trouxe para a Nação brasileira o acidente aéreo. Mas talvez, talvez não, com certeza, inúmeras vezes superior, se nós fôssemos detectar as perdas de vida por falta de investimento na área da saúde que ocorre da Nação brasileira.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª me permite um aparte.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pois não, Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agradeço a generosidade supra regimental do nosso Presidente, mas eu estou pedindo esse aparte, Senador Flexa porque eu tenho um compromisso em outras comissões, essas atividades nossas aqui, infelizmente, não permitem que se fique numa reunião como essa no seu conjunto pelas atividades. Mas Presidente Valadares, eu quero parabenizar V.Exª pela audácia de trazer essa questão para cá. Eu acho que hoje essa Comissão vive um dia feliz, porque traz um problema que é nacional. O Senador Tuma que além de defensor é também cliente permanente do complexo, o Senador Suplicy que me perdoe, mas essa é uma... E o Senador Mercadante está aqui e que tem lutado por essa questão. Que me perdoe, mas não fiquem com essa convicção de que o INCOR e a Fundação Zerbini é de São Paulo não, são do Brasil, nós não abrimos mão disso. Eu digo, porque sou um de Estado pobre, com recursos, na área, escassos, hoje já muito evoluído, exatamente produto de convênios e de treinamento feito em São Paulo com médico do Piauí, mas quantas e quantas vezes nós somos socorridos pela entidade. E eu acho que essa questão, ela tem que ser resolvida o mais rápido possível. Nós não podemos permitir, de maneira nenhuma, que ela perdure. Um Brasil em que se perde tanto recurso pelo ralo. É inadmissível que uma entidade com prestação de serviço, Senador Flexa, Fundação Zerbini, pelas pessoas que por ali passaram. Eu certa vez estive no México acompanhando o Senador Sarney que teve que se socorrer de um hospital equivalente do México e vi uma coisa fantástica, logo no início o INCOR valia-se da tecnologia mexicana, tanto é que o diretor é um brasileiro. É, o diretor do correlato é um brasileiro. Exatamente, e hoje nós damos aula para o mundo. Quando eu disse que o INCOR e que a fundação são entidades nacional, eu fui modesto, elas são internacionais, porque nos seus corredores você vê gente do mundo inteiro usando os seus serviços e a sua tecnologia. Portanto, eu quero parabenizá-los, a todos, a bancada de São Paulo, a

sensibilidade do Raupp e eu acho que se apartar mais um pouquinho o coração dele, preventivamente ele vai ajudar mais um pouco. É uma questão de... E encerrando, Senador, dizer que vocês tiveram uma felicidade danada, colocaram nesse contexto o Sabino que é uma figura adorada por todos nessas duas casas, pela vivência de muitos anos e tudo isso facilitou que nós acordássemos para o problema. Portanto, eu parablenizo e acho que esse é um momento que nós só temos que louvar de maneira especial a iniciativa do Presidente, o Valadares. Parablenizo a todos os senhores que estão aqui e agradeço a generosidade infinita do Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flexa Ribeiro, o Senador Heráclito Fortes, ele é um defensor intransigente não só em palavra, também em atitudes, em gestos. Porque quando eu cheguei aqui, por ocasião da elaboração do orçamento nesta Comissão, encontrei uma Emenda da autoria do Senador, também uma Emenda de V.Exª, de tantos outros, mas a Emenda dele bateu todos os recordes, no valor de quinhentos milhões de reais, a Comissão aprovou duzentos milhões por iniciativa nossa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Como eu sei que o Governo é carcará e a tesoura do Relator sempre é impiedosa, eu já fiz com a gordura.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Nós colocamos a coisa em duzentos milhões de reais e possivelmente o Relator Geral, Valdir Raupp, já que se comprometeu, de transformar essa Emenda de duzentos milhões em cem milhões de reais, o que será uma aporte de recurso considerável para uma instituição como o INCOR que está sofrendo essa crise.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Para V.Exª ver, quando alguns tentam fazer negócio com dinheiro público a troco de 10%, a gente tenta salvar vidas segurando-se nos 10%, que a impiedosa tesoura faz com que sobreviva as nossas intenções.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Parabéns a V.Exª e concedo mais uma vez a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Só digo que ser apartado pelo nobre Senador Heráclito Fortes é sempre um privilégio, ele que defende as teses como esta, que aqui na CAS estamos discutindo agora. Eu tenho certeza absoluta que todos nós, preocupados que somos com a seqüência da atividade do INCOR, principalmente o Senador Heráclito Fortes que deve dentro, em breve, passar por um check-up no INCOR porque ele está precisando, porque esse

espaço que ele ocupa atualmente, ele precisa ter uma redução porque a inteligência dele é proporcional ao espaço ocupado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu agradeço a V.Exª e louvo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – A preocupação pela amizade que nos une, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu agradeço a V.Exª, sei que V.Exª não precisa dos serviços do INCOR, como eu não preciso daquele que lhe trata tão bem que é o Dr. Pitangui, cada um recorrendo as suas necessidades. (*risos*).

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Bom, na medida em que o Senador Heráclito não discuta como tem discutido com a Senadora Ideli Salvatti, o seu coração estará sempre equilibrado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Enquanto a Senadora não estiver presente, tenho certeza que os batimentos cardíacos do Senador Heráclito estão na normalidade.

Mas, só para encerrar, eu quero parabenizar a direção tanto da Fundação Zerbini, quanto do INCOR e dizer que nós todos, como foi dito aqui do Brasil, estamos na expectativa de que o INCOR vai vencer essa crise e vai mais do que isso, vai continuar na sua linha de ser uma referência, como também referi internacional na sua atividade, a sua especialidade da cardiologia. Parabenizo a todos e nos colocamos à disposição, o Senado Federal, a Comissão e os Senadores em particular.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Como último orador inscrito eu concedo a palavra ao Senador Aloízio Mercadante do Estado de São Paulo.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Peço desculpa aqui a Audiência Pública, nós temos três comissões funcionando, vários projetos sendo votados e eu não pude acompanhar toda a discussão, recebi um resumo da apresentação do instituto do coração, do INCOR. Sou testemunha da competência, da Excelência dessa instituição e da forma republicana com que trata todo o cidadão dentro do espírito do sistema único de saúde. E tenho me empenhado junto ao Governo Federal para buscar soluções mais permanentes para essas dificuldades que o INCOR atravessa. Está definida, eu acho que já foi feito o informe público dos vinte milhões de reais de aporte este ano que precisam ser, financeiro precisa ser executado o mais breve possível. E também fiquei muito satisfeito da decisão do Relator Geral do Orçamento que vai fazer um aporte no orçamentário de cem milhões para o próximo ano, o que seria uma contribuição muito grande do Governo

Federal, da União, do orçamento federal, do Congresso Nacional para fortalecer uma instituição de Excelência que todos reconhecem como tal.

Agora, eu acho que essa atitude do congresso, do governo, precisaria também ser acompanhada do lado do BNDES, buscando uma repactuação na dívida que alivia a situação de quase inadimplência que a instituição foi colocada e uma decisão, eu diria, sobretudo, do Governo do Estado de São Paulo mais estruturante desse problema. Porque, em última instância, o responsável jurídico, político, institucional é o Governo do Estado. E ele não pode simplesmente transferir a responsabilidade para a União sem ter uma contrapartida muito nítida. O aporte de recurso que o Governo Estadual é insuficiente, é muito aquém das suas possibilidades, considerando que é o Estado mais rico da federação e também não vejo ainda uma atitude para o próximo ano condizente com os desafios que o INCOR atravessa.

Por isso registro aqui a minha expectativa que o novo Governador, o novo secretário de saúde se debrucem sobre esse tema, já no início do próximo governo tome uma atitude que o Governo Federal está tomando, que o Congresso Nacional está tomando de forma supra partidária, todos os Parlamentares, todos os partidos. Inclusive de outros estados que não tem uma instituição como o INCOR. Nós estamos tirando recursos de outro Estado porque reconhece que é uma instituição nacional de Excelência que atende o Brasil inteiro, mas que o Governo do Estado assuma a sua responsabilidade de forma mais efetiva e busque equacionar definitivamente a solução. E do ponto de vista da gestão do hospital possa-se manter a Excelência, fazendo todos os ajustes necessários para aumentar a eficiência e reduzir, evidentemente, essa exposição financeira indevida que a instituição atravessou. Essa é a minha recomendação e tenho certeza que essa Audiência Pública vai fortalecer uma solução definitiva e os apelos e as atitudes que estão sendo tomadas no congresso serão ouvidos também no Palácio do Bandeirantes em São Paulo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Para as despedidas finais e considerações finais dos convidados, falará em nome de todos o professor Dr. Jorge Elias Kalil Filho, Presidente do Conselho Diretor do INCOR, V.Exª tem cinco minutos.

SR. JORGE ELIAS KALIL FILHO – Mais uma vez eu gostaria de agradecer todas as manifestações dos Srs. Senadores, todas muito positivas e que nos dão, digamos, um ânimo essa, para voltarmos e continuarmos essa luta que tem sido muito dura na medida em que já se arrasta por algum tempo e que nós

ainda não conseguimos colocar dentro da linha que gostaríamos. O que eu devo dizer para os senhores é que o Instituto do Coração como instituição, apesar de toda essa crise, ainda não sofreu em nada no seu atendimento no dia-a-dia, nós continuamos mantendo as nossas portas abertas e fazendo o mesmo número de operações e consultas que normalmente nós fazemos. É a nossa intenção assim continuarmos, melhorarmos, aprimorarmos e termos essa conversa com o poder público, seja aqui no Senado, na Câmara, ou diretamente com o Poder Executivo para que nos dê o reforço necessário para nós continuarmos com essa missão que nós sabemos que é nobre e que representa não só o atendimento aos pacientes, mas também toda a parte de ensino e pesquisa. É muito importante que esse aporte de capital venha, para que a gente continue sendo uma instituição que sirva a população carente nesse País, talvez a única que consiga dar tanta complexidade para a população carente. Queria agradecer mais uma vez e nos colocarmos à disposição dos senhores para qualquer esclarecimento, qualquer ajuda e espero não tê-los como pacientes, mas se precisar como paciente estaremos sempre de portas abertas para os senhores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Antes de encerrar essa reunião de Audiência Pública, eu gostaria de agradecer aos Srs. Senadores e Senadoras que compareceram e participaram dos debates e, assim também, a todos aqueles que, recebendo o convite desta Comissão aqui, estiveram presentes fazendo os esclarecimentos necessários ao povo brasileiro e ao Senado Federal sobre a verdadeira situação que atravessa o INCOR neste momento de crise que é do conhecimento de todos.

Esperamos que nos debates aqui travados, através dos debates aqui travados, nós possamos encontrar soluções mais adequadas para a normalidade dessa situação de vez que ela toca de perto não apenas os interesses do Estado de São Paulo, mas de toda a população brasileira que se beneficia dessa instituição modelar, que é gravada na memória de todos nós, na consciência de todos nós como o mecanismo de mais alta importância para salvar vidas brasileiras.

Eu quero agradecer a presença do professor Dr. Jorge Elias Kalil Filho, Presidente do Conselho Diretor do INCOR, professor David Everson Uip, Diretor Executivo do INCOR, professor Dr. Protásio Lemos Luz que representa o Dr. Maurício Rocha e Silva, Presidente da Comissão Científica e de Ética do INCOR e também o nosso querido amigo e sempre dedicado a causa pública do Brasil o Dr. Ademar Silveira Sabino, Diretor Presidente da Fundação Zerbini, eu queria também aproveitar o ensejo para dizer no que se re-

fere ao que aqui falou o Senador Mercadante, de que é uma obrigação no Governo do Estado se solidarizar, participar ativamente das atividades de saúde do INCOR. Que, aqui no Distrito Federal, infelizmente, o INCOR está com atraso de recebimentos de mais ou menos quatro meses da secretaria de saúde do Distrito Federal. Isto é inconcebível, desde quando não só o Governo Federal, como também a própria Emenda 29, obrigam a que o Distrito Federal e os estados possam contribuir com o setor saúde com, no mínimo, o percentual de 12% das suas receitas líquidas. No ano passado já tive a oportunidade de fazer pronunciamento no Senado Federal, demonstrando por A mais B, que vários estados da federação não estão cumprindo religiosamente o que manda a nossa Carta Magna, de um contribuição obrigatória de 12% das suas receitas. E o que está acontecendo no Estado de São Paulo merece, sem dúvida alguma não só no que se refere ao INCOR, como também aqui no Distrito Federal uma fiscalização mais intensa dos órgãos federais e principalmente do Senado Federal, da Comissão de fiscalização e controle, visando coibir possíveis descumprimentos como aqui já foi denunciado de estados que deveriam observar a nossa Constituição. No que se refere aos Municípios, eu posso dizer o seguinte. Que os Municípios ficam com o grande peso da responsabilidade de conduzir com uma estrutura mínima de recursos financeiros o atendimento às populações mais pobres, enquanto que os estados se arvorando de órgãos mais poderosos, infelizmente, não estão no mesmo caminho dos Municípios brasileiros.

Por isso, que esta Comissão, neste instante, se solidariza com o INCOR e com todas aquelas instituições que, de forma desinteressada, trabalham pelo desenvolvimento da saúde do nosso País. Queremos crer que esta reunião, que eu considero histórica, importante, irá, sem dúvida alguma repercutir favoravelmente não só no que consta do atendimento melhor do INCOR, mas de todas as instituições que cuidam da saúde no Brasil.

Agradeço a V.Ex^{as}, está encerrada a primeira parte da reunião e suspensa até amanhã a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h21.

Reunião reaberta às 9h40 do dia 14 de dezembro de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO VALADARES(PSB-SE) – Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Relembro aos Srs. Senadores e as Sr^{as}. Senadoras que tendo em vista o término da 52ª Legislatura do dia 22 do corrente para

os efeitos do § 2º do artigo 89 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a gentileza dos ilustres colegas no sentido de providenciar a devolução dos processos que lhes tenham sido distribuídos à secretaria da Comissão para o cumprimento do disposto no artigo 332 do Regimento Interno.

Nesta Sessão, nós temos três afazeres, três tarefas. A primeira é votarmos uma pauta mínima de dois projetos. Há um não terminativo que não exige a votação nominal que é o Projeto de Lei do Senado número 68 de 2003, que tem como autor o Senador Antônio Carlos Valadares, o Presidente e como Relator, o Senador Tourinho. Acontece que S.Exª já deixou aqui o relatório pronto, com o parecer definitivo sobre a matéria e eu pediria ao Senador Geraldo Mesquita que lesse o parecer na condição de Relator *ad hoc*.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, submetida a essa Comissão um conjunto de vários projetos de leis do Senado, todos complementares, o nº. 68 de 2003 que dispõe sobre a concessão de aposentaria aos servidores públicos nos casos de atividades exercidas exclusivamente sobre condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integralidade física, o nº. 250 de 2005 estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentaria dos servidores públicos, portadores de deficiência e o nº 8 de 2006 que estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentaria aos servidores públicos portadores de deficiência física. Daí eu vou ressaltar a autoria dos projetos, teve a iniciativa tanto de V.Exª, Presidente, Senador Antônio Carlos Valadares, Paulo Paim, Senador Marco Marciel e outros Parlamentares.

É um assunto de extrema relevância, o parecer é longo, creio que não é o caso de declinarmos todo o parecer, apenas algumas questões que consideramos aqui relevantes, como disse, é o conjunto dos projetos de Lei Complementar, objetivam conceder condições especiais de aposentaria a servidores que se encontram da mesma forma em condições especiais.

Todos os projetos tiveram, já foram, já tramitaram na CCJ, não é isso, já tiveram aprovação naquela Comissão e ora estão submetidos à Comissão de Assuntos Sociais. Quando se afigura injusta as suas aprovações, temos a certeza de que os projetos terão guarida nessa Casa por se tratar de matéria de interesse de ampla categoria de servidores portadores de deficiência, servidores que cumprem função na qual incorre grave, tem a sua segurança sempre em risco, como o caso dos policiais, servidores portadores, como disse, de deficiências e o projeto submetido a essa Casa me coube relatar *ad hoc*, os projetos quanto à

constitucionalidade, sem sombra de dúvida já fator superado na Comissão de Constituição e Justiça e está pronta a ser submetida a essa Comissão.

Somos pela constitucionalidade e juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do projeto ora em apreciação na forma do substitutivo apresentado, Senador Antônio Carlos. E o nosso parecer é favorável, o substitutivo que regulamenta o parágrafo 4º do artigo 40 da Constituição, dispondo sobre a concessão de aposentaria especial aos servidores públicos, portadores de deficiência e servidores policiais que exercem atividade de risco e aos servidores que exerçam atividade sobre condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integralidade física é constituído da seguinte peça: O artigo 1º: Estabelece que essa Lei Complementar, que regulamenta o parágrafo 4 do artigo 40 dispondo sobre a aposentaria especial dos servidores, titular de cargos efetivos da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios, incluídas as suas autarquias e fundações a ser concedida aos portadores de deficiência, aos servidores policiais que exerçam atividades que os exponham a risco contínuo e aos servidores que exerçam atividades sobre condições especiais que prejudicam a saúde ou a integralidade física. Está delimitado a clientela do projeto.

O artigo 2º: Estabelece que a aposentaria especial será devida ao servidor que seja portador de deficiência, independentemente de idade, desde que cumprido o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo no cargo efetivo que se dará a aposentaria após 25 anos de contribuição. O parágrafo único considera portador de deficiência para fins da Lei Complementar pessoa cometida por limitação físico motora, mental, visual, auditiva, múltipla que a torne hipo suficiente para a regular inserção social.

O artigo 3º: Estabelece que a aposentaria especial será concedida independentemente de idade ao servidor policial que exerça de forma constante e habitual por 30 anos, se homem ou 25 se mulher à atividade que o exponha a risco.

O Artigo 4º: Estabelece que a aposentaria especial será devida independentemente de idade, uma vez cumprido o tempo mínimo de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentaria ao servidor que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudique a saúde ou a integralidade física durante 15, 20 ou 25 anos, conforme o agente nocivo relacionado no anexo 1 dessa Lei Complementar. Os demais artigos estabelecem complementarmos as condições em que as aposentadorias estão concedidas e nosso foto é favorável na forma do referido substitutivo, Presidente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES(PSB-SE) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, esse projeto de sua autoria veio em boa hora. O Senador Rodolpho Tourinho fez o devido relatório com muita competência como sempre, parabéns a ambos. O Senador Rodolpho Tourinho fez o seu relatório na CCJ e aqui o Senador Mesquita Júnior como sempre fez a leitura no seu entendimento contemplando a origem do projeto original, baseado no substitutivo também, naturalmente o Senador Rodolpho Tourinho. Senador Valadares, quando esse projeto foi votado lá na CCJ, eu estava lá e tinha uma Emenda de nossa autoria que incluía, Senador Mesquita Júnior, no artigo 3º: A aposentaria especial será concedida independente de idade ao servidor policial, aí eu fazia uma Emenda colocando peritos e agentes, agentes penitenciários que trabalham também em chamadas posições que exponham em risco a vida, peritos e agentes penitenciários.

Na conversa que eu tive naquela Comissão, eles me diziam que lá estavam discutindo se era constitucional ou não o projeto, entenderam que era e que essa Emenda eu deveria apresentar aqui. Como ele veio extrapauta hoje, eu sou totalmente a favor, eu estaria propondo, falei aqui já com o Relator, no artigo 3º, depois ao servidor policial, vírgula, peritos e agentes penitenciários e continua tudo igual como está exatamente no relatório. Seria a inclusão na aposentaria peritos e também agentes penitenciários que estão expostos também a uma situação considerada de alto risco e dizer, Sr. Presidente, que esse projeto vem em boa hora que todos os outros setores que atuam nessa área, eles acabam tendo o direito a aposentaria especial. Somente o servidor policial civil, por isso que não fala militar, porque o militar já tem, somente eles e os agentes penitenciários e peritos que não tem esse direito. É uma discriminação. Alguns Estados já concederam esse direito também como foi recentemente o Estado do Paraná. A maioria dos estados concederam, mas alguns Estados ainda não concederam como é o caso do Rio Grande do Sul. Lá inclusive, eu tive uma conversa muito fraternal, eu diria com o Governador Rigotto e também com o secretário de segurança e eles ficaram de remeter, inclusive, um projeto para a assembléia com esse mesmo objetivo, mas que entendia também para fortalecer a situação dos Estados que já tomaram essa posição, seria fundamental que também o Congresso Nacional referendasse essa posição. Por isso eu estou propondo que a gente acrescente a palavra

“peritos e agentes penitenciários” no projeto de V.Exª que contemplaria na íntegra essa visão daqueles que trabalham em áreas consideradas de alto risco.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES(PSB-SE) – Passo a palavra ao Relator para se pronunciar sobre a Emenda proposta pelo Senador Paulo Paim.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Presidente, acolho integralmente a Emenda do Senador Paim e o artigo 3º passa a ser redigido da seguinte forma: Aposentaria especial será concedida independentemente de idade, ao servidor policial, aos peritos e aos agentes penitenciários que exerçam de forma constante e habitual por trinta anos se homem ou 25 anos se mulher atividades que os exponham a risco.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES(PSB-SE) – Srs. Senadores, esse projeto, ele foi apresentado, Projeto de Lei complementar da nossa autoria em 2003. Graças ao Relator, o Senador Tourinho, foi possível o andamento desse projeto na Comissão de Justiça que analisou detidamente a matéria e chegou à conclusão de que se tratava de uma matéria constitucional com alguns acréscimos que motivaram a apresentação de um substitutivo. Nós sabemos que existem agentes que causam, sem dúvida alguma, situação de risco as pessoas que manipulam determinadas substâncias ou agentes químicos, como por exemplo, o arsênio e seus compostos, os asbestos, o benzeno, o cromo, o mercúrio, o berílio.

Então todas as pessoas, funcionários que estejam nessa situação lidando com esse tipo de material poderão requerer a aposentaria especial naturalmente de acordo com as normas estabelecidas no projeto e que aqui foram lidas pelo nobre Relator Senador Geraldo Mesquita. Os Senadores que aprovam o Parecer favorável, Emenda nº01-CCJ (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 68 de 2003, e a Emenda nº02-CAS ao PLS 68 de 2003 permaneçam como se encontram. Aprovado. Prejudicados os PLS 250 de 2005 e PLS 08 de 2006. Agora, passemos... É o que eu vou ler agora que é do Senador Paulo Paim. (Interrupção no áudio) O Projeto de Lei do Senado nº 248 de 2006 que acrescenta capítulo 3 ao título 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452 de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição social e dá outras providências, o autor, Senador Paulo Paim, o Relator é o Senador Geraldo Mesquita. A discussão já se iniciou na Sessão anterior. Continua em discussão. O Senador Geraldo Mesquita com a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Apenas uma breve memória do que

ocorreu em torno desse projeto de tamanha importância proposto pelo Senador Paim. Na reunião na qual nós fizemos a leitura do relatório, Presidente, a maioria dos Senadores presentes não opuseram qualquer resistência à aprovação do projeto, a não ser o Senador Flexa Ribeiro que pediu vista, inclusive, se não me falha a memória. Pediu para que o projeto não fosse votado para que pudéssemos discutir. De fato nós nos reunimos com o Senador Flexa posteriormente e as observações e ponderações feitas pelo ilustre Senador, com todo o respeito, não tiveram de parte desse Relator acolhida, o projeto retorna hoje para sua apreciação final e votação, trata-se de um projeto terminativo e aguardamos a orientação de V.Ex^a acerca de como nós vamos proceder em torno dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Encerrada a discussão. Concedo, pela ordem a palavra para o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu queria mais uma vez dialogar com a Casa sobre esse tema. É um tema que no meu entendimento não é polêmico, é um tema tranqüilo que visa regulamentar uma situação de impasse que está acontecendo entre o Ministério do Trabalho, o Ministério Público do trabalho, os empregadores e os sindicatos. Ou seja, há um movimento para que uma contribuição, que é aquela que é decidida na assembléia dos trabalhadores, fruto do acordo ou dissídio coletivo, que muitos preferem quando se está no processo que já acontece esse desconto há muitos e muitos anos. Mas infelizmente, um setor do empresariado tem feito um movimento para que o trabalhador não contribua com sua entidade sindical. Para evitar esse conflito que eu quero repetir, não é de todo o empresariado, é de um setor que nós apresentamos esse projeto para discussão aqui na Casa.

Tive essa semana ainda uma conversa muito boa com o próprio Ministério do Trabalho que entende que essa questão de fato tem que ser regulamentada para evitar essa discussão e essa polêmica permanente. Fiz a discussão também o próprio Senador Flexa Ribeiro que fez uma série de ponderações e que gostaria também, conforme ele me disse, se construísse um entendimento para que de uma vez por todas, esse tema seja votado, resolvido e evitado esse impasse permanente. Na última reunião que estava presente o Senador Flexa Ribeiro, ficou acertado que na reunião de ontem, eu quero aqui fazer inclusive, não a defesa, mas uma justificação em nome de V.Ex^a, que de forma muito ética não a fez, porque eu sei que V.Ex^a perguntaram porque essa reunião está acontecendo hoje, porque havia um acordo para que na reunião de

ontem essa matéria fosse votada, quando terminamos a Sessão, V. Ex^a: “Olha, respeitando então o acordo, nós poderemos amanhã de manhã reabrir a Sessão e com os Senadores presentes vamos cumprir o acordo”.

É eminente, Sr. Presidente, a falta de quorum, eu não tenho nenhuma dúvida que aqui não existem o número de Senadores necessários para votar um projeto terminativo. V.Ex^a cumpriu a sua parte, os sindicalistas cumpriram a sua parte e o autor e o Relator cumpriu a sua parte, nós estamos aqui e claro que nós não vamos criar nenhum constrangimento a V. Ex^a percebendo que precisamos de onze Senadores no Plenário e temos só o autor e o Relator, não tem lógica nenhuma, nós queremos, sabendo que a votação tem que ser nominal, V. Ex^a chamaria a votação nominal, se nós insistíssemos e ficaria constatado que não tem Senadores para votar a matéria.

Eu agradeço ao Senador Cristovam que embora esteja havendo uma Sessão do Mercosul no momento, se deslocou até aqui, porque se houvesse a votação, ele daria o seu voto, mas nós precisamos de onze votos. Eu lamento muito, Sr. Presidente, que quando chegam questões como essa que são acordadas, Sr. Presidente, com todas as centrais sindicais, não teve uma que ficou fora, com todas as Confederações de Trabalhadores, não teve um setor da sociedade que se mostrou contra a votação do projeto, pelo contrário, a maioria disse para a mim o seguinte: Tudo bem vamos votar aqui no Senado e vamos continuar o debate na Câmara. Mas percebo que aquelas forças que eu chamo invisíveis, como é o caso do Estatuto da Desigualdade Racial, a força invisível trabalha que eu não sei da onde vem, confesso que não sei. Que agora mesmo eu falava, quero aqui até resgatar a Senadora Ideli, a Senadora Ideli me disse com todas as letras: “Paim, se der quorum, nós não vamos obstruir, se der quorum, vote então o projeto”. É claro que é legítimo. E V.Ex^a também que é um guardião do Regimento diria também isso. A Senadora Ideli em conversa com V. Ex^a e comigo, falou a ambos e V. Ex^a pode aí confirmar ou não. Se der quorum, vota. Agora se não der quorum, nós sabemos também que se não tivermos quorum e estamos aqui com três Senadores, fica praticamente impossível a possibilidade de votarmos um projeto que seria o primeiro passo para sairmos desse impasse, nós sabemos muito bem que esse debate continuará na Câmara dos Deputados. Ainda ontem eu conversava com o Deputado Tarcísio Zimmermann, e me dizia ele que existe um movimento já na Câmara dos Deputados em relação a esse tema e que seria muito bom que o projeto fosse já do Senado, lá eles fariam tantas Audiências Públicas quanto necessário, convidando empregado, empregador, Ministério do Traba-

lho, Ministério Público para a versão que saísse de lá, mediante esse amplo entendimento, fosse então de uma vez por todas votada aqui no Senado se tivesse uma alteração.

Mas infelizmente o que vimos e que embora, eu quero aqui cumprimentar todas as Confederações dos Trabalhadores que estão aqui de plantão, eu diria mais ou menos uma semana, se depois me permitirem os líderes aqui, se me deram a relação de todas as Confederações aqui presente, eu gostaria de encaminhar, se V. Ex^a permitir para que fique nos anais da Casa esse movimento feito pelas Confederações. Eu não vou citar aqui um por um que eu faria uma injustiça. Até gostaria de citar todos que estão aqui, desde o Artur, o Gabriel, o Calixto, o Schulte. Enfim, não posso citar todos, mas faço aqui, Sr. Presidente, um apelo que eu sei que V. Ex^a, pelo compromisso que tem com essa causa e V. Ex^a, eu sei o esforço que fez para essa reunião acontecer ainda hoje que na primeira reunião da Comissão de Assuntos Sociais, a gente coloque na pauta e vote essa matéria. Eu repito e insisto, Sr. Presidente, essa matéria visa terminar com um conflito que existe hoje, infelizmente entre, repito, Ministério Público do trabalho, empresários que acabam inibindo, proibindo de forma truculenta até a atividade sindical, quando a Constituição fala tanto da liberdade e autonomia sindical. E essa contribuição que nós estamos discutindo, Sr. Presidente, é bom que se diga, essa desatreia o movimento sindical do Estado, ao contrário do que alguns dizem, que quem decide a contribuição ou não, no limite de até 1% é a lembro leia dos trabalhadores. E se vai destinar X ou Y para a Confederação, para a Federação, para a central é a assembléia soberana dos trabalhadores.

Me parece que existe setores, Sr. Presidente, que é querem manter o movimento sindical meio a cabresto para que cada vez que ele precise se movimentar legitimamente para fazer a política sindical que tenha que estar de pires na mão, nesse ou naquele departamento na busca da sustentação econômica, que não é isso que é quer o movimento sindical. E por isso, nós estamos apenas regulamentando, algo que não precisaria nem lei, que isso aqui seria, no meu entendimento, aplicado de forma automática, mas como criaram esse conflito... Eu dizia outro dia e tenho que repetir aqui. Há trinta anos atrás, eu fui sindicalista durante cinco anos, sempre aprovei na assembléia dos trabalhadores (*soa a campanha*) A contribuição e nunca houve polêmica, comigo não houve um empresário que ousou vir com tal de carta de oposição dizendo que o cidadão não é sindicalizado, porque nós, na época lembrávamos que dizíamos: O acordo não é para todos, não só para os sindicalizados. E nunca houve atrito nenhum, mas infe-

lizmente, recentemente, por ação do Ministério Público do trabalho que tem outro entendimento, por parte de alguns, não de todos e de alguns fiscais do trabalho começaram a criar esse conflito permanente. Se querem fazer a reforma sindical, vamos fazer a reforma sindical num debate de alto nível, mas não de via indireta desarmando as entidades, retirando uma contribuição que é legítima e histórica, essa contribuição, como alguém aqui disse na Mesa, numa outra oportunidade, é totalmente improcedente o argumento, que os sindicalistas estariam criando uma nova contribuição, isso não é verdade. Essa é uma contribuição que existem algumas décadas e só de alguns dois três anos para cá é que começaram, inclusive, em querer fechar as entidades sindicais, para que a entidade sindical vendendo até o prédio que tem para devolver, um movimento feito pelos próprios empregadores dito em nome dos trabalhadores.

É por isso, Sr. Presidente, que eu quero deixar demonstrado aqui a minha indignação e a minha rebeldia por essa forma de agir dos chamados agentes ocultos que não aparecem para o debate, não dizem porque são contra, mas não permitem que essa questão seja de uma vez por toda resolvida. Era isso, obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES(PSB-SE) – Senador Paulo Paim, eu quero assegurar a V. Ex^a e ao movimento sindical que tendo em vista uma outra reunião que faremos na próxima quarta-feira, há perspectiva de que esse projeto, com a presença numérica exigida pelo Regimento possa ser aprovado com o quorum mínimo estabelecido no nosso Regimento Interno, de vez que se trata de uma matéria de mais alta importância que consolida, sem dúvida alguma, a autonomia sindical prevista na Constituição Federal e isso tem que ser respeitado, já que há um conflito, como disse V. Ex^a, inclusive no âmbito do Ministério Público do trabalho dispondo sobre a falta de exigência, da cobrança de até 1% da remuneração do turno do trabalhador, já há uma contestação nesse sentido, V. Ex^a houve por bem apresentar uma proposição para deixar as coisas bem claras e esse projeto não há qualquer divergência quanto a sua aprovação nesta Casa. É preciso apenas que haja o número suficiente de Senadores e Senadoras para colocarmos em votação e obedecermos ao quorum regimental.

Mas o que eu quero, mais uma vez, prestar a minha solidariedade ao movimento sindical e a V. Ex^a. E tranquilizá-los de que na próxima quarta-feira já estamos convocando uma nova Sessão que será a última dessa Legislatura quando então, vamos convocar os Senadores que compõem essa Comissão, afim de

que, com o seu voto, possam restabelecer aquilo que está sendo objeto de divergência, de ameaça à autonomia sindical a que V.Ex^a se referiu com muita ênfase e até com uma certa indignação, já que nós sabemos da tradição de sua luta, não apenas no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil, em favor da manutenção da preservação dos direitos dos trabalhadores no que diz respeito ao movimento sindical. Não se trata de um favor, não se trata de um privilégio, não se trata de uma invasão nas atribuições da classe empresarial, antes pelo contrário significa garantia daquilo que é previsto na Constituição e que tem sido uma tradição a cobrança compulsória, mas de acordo com os próprios trabalhadores, a assembléia dos trabalhadores em favor dessa cobrança que não pode ultrapassar 1% e que será aplicada de acordo com a vontade dos próprios trabalhadores.

Quer dizer, se os próprios trabalhadores que contribuem para a criação desse fundo que podemos assim chamar de fundo, se essa contribuição é uma contribuição obrigatória, mas espontânea dos trabalhadores, não há porque haver contestação seja nos tribunais, seja no âmbito da classe empresarial. De modo que eu acho que V.Ex^a agiu acertadamente ao apresentar essa proposição que teve o condão de obter o apoio das diversas organizações sindicais, da confederação e dos trabalhadores, houve uma consulta a todos os segmentos interessados, V.Ex^a agiu de forma democrática e para obter o melhor resultado. Falta, então, a nossa Comissão fazer a sua parte, porque a parte essencial já foi efetivada, já foi executada por V.Ex^a e pelo movimento sindical. V.Ex^a tem a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – V.Ex^a me permite só um pequeno aparte porque é uma frase que eu queria deixar registrado nos anais da Casa. É só uma frase que eu devia ter dito antes, quero dizer agora: O chamado empréstimo consignado, eu não vejo empresa nenhum ser contra descontar do salário do trabalhador para mandar para o banqueiro, aí pode, o empréstimo consignado, o que é? É o desconto em folha de pagamento ele manda direto para o bancário, aí pode. Agora, se o trabalhador quer fortalecer a sua entidade, com um percentual nunca acima de 1% para que ele possa buscar um ganho para ele, que ele não tem que devolver para banqueiro, nem para empresário nenhum, aí não pode, aí as forças reacionárias desse País se articulam e diz: Não, com isso aí, eles vão estar mais organizados e daí eles podem nos pressionar mais. Então o empréstimo consignado desculpe o brilhante pronunciamento de V.Ex^a, como sempre, mas eu tinha que usar esse termo, na hora de tirar o dinheiro do trabalhador, de uma forma ou de outra, lá da folha de pagamento e mandar para o

banqueiro, pode. Agora, quando é um acordo do seu próprio trabalhador, com a sua entidade de um dinheiro que ele receberá e não tem que devolver, porque ele é fruto da luta dos trabalhadores em cima do acordo coletivo, desculpe interromper V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES(PSB-SE) – V.Ex^a realmente contribui com essa argumentação para fortalecer esse objetivo maior nosso que é o de aprovar até o final dessa Legislativa o projeto lei nº 248 de 2006. Eu encerrarei, então a discussão e ficamos, então, comprometidos de que, na próxima quarta-feira estaremos colocando o projeto em votação. Então, eu não só determino a nossa secretaria da Comissão a fazer a devida convocação dos Srs. Senadores, das Sr^{as}. Senadoras, como eu sugiro que o nobre Relator, Senador Geraldo Mesquita e V.Ex^a possam contribuir também para a presença e garantir o quorum na próxima reunião. Eu encerro esta reunião.

Sessão encerrada às 10h15.

Ata da 36ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 14 de dezembro de 2006, quinta-feira, às 14:00 horas.

Às quatorze horas e dezesseis minutos, do dia quatorze de dezembro de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador PAULO PAIM. O Senador Paulo Paim declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública conforme o Requerimento nº 39, de 2006-CAS, com vistas a tratar das questões atinentes ao Instituto Aerus de Seguridade Social. O Senador Paulo Paim dá início a reunião, convidando os palestrantes, que terão 15 minutos com 5 minutos de tolerância para suas exposições, para comporem a mesa. Usaram da palavra os seguintes convidados: Sr. LUIS ANTÔNIO CASTAGNA MAIA – Advogado do Sindicato Nacional dos Aeronautas; Sra. GRAZIELLA BAGGIO – Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas; BRIGADEIRO JOSÉ CARLOS PEREIRA – Presidente da Infraero; Sr. MANOEL DA SILVA NEVES – Presidente da APRUS Associação dos Participantes e Beneficiários do Aerus; Sr. ÉLNIO BORGES MALHEIROS – Representante dos Trabalhadores do Grupo Varig; Sra. MARIA APARECIDA TAVARES LEITE – Presidente da Associação dos Aeronautas e Aeroviários do Brasil; Sra. CRISTINA STEPHAN DORNELLES Advogada; Sr. MIGUEL

DAU) – Gestor Judicial da Varig. O Senador Paulo Paim registra a presença do Senador Cristóvam Buarque. Faz uso da palavra o Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR. O Senador Paulo Paim, Presidente em exercício, decide, com a aquiescência do Senador Geraldo Mesquita Júnior, pelo envio de carta à Senhora Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal, com os assuntos abordados na reunião. Fica registrada também a sugestão do Senador Geraldo Mesquita Júnior de solicitação de audiência com a Ministra Ellen Gracie, para que sejam encaminhados os assuntos da pauta da audiência. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores: Geraldo Mesquita Júnior e Paulo Paim. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro da estenotipia informatizada. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Declaro aberta a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 35ª Reunião realizada nos dias 13 e 14 de dezembro. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº. 39/2006, de nossa autoria para discussão sobre o Instituto Aerus de Seguridade Social, e naturalmente todos aqueles institutos correlatos a nossas companhias aéreas.

Dando início à reunião, a Mesa está sendo formada pelo Sr. Luís Antônio Castanha Maia, Advogado do Sindical Nacional dos Aeronautas e também pela Srª. Graziella Baggio, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, e o nosso Brigadeiro, José Carlos Pereira, Presidente da INFRAERO. E também por parte do Sr. Manuel da Silva Neves, Presidente da APRUS, Associação dos Participantes e Beneficiários da Aerus. Cada convidado disporá do tempo de 15 minutos, com uma tolerância, se for necessário, de mais cinco, que essa Presidência vai conceder.

E numa segunda Mesa, chamaremos ainda a Srª Maria Aparecida Tavares Leite, da Associação de Aeronautas e Aeroviários. E Glênio Borges, do Grupo VARIG. Trabalhadores do Grupo VARIG. E o Leonardo Paixão, se vier, ou seu representante.

Passo a palavra nesse momento ao Luís Antônio, Advogado do Sindicato Nacional dos Aeronautas, por 15 minutos mais cinco, se assim necessário. E dizendo que depois de todos os painelistas falarem, eu ainda vou conceder a palavra para três pessoas do Plenário que assim entenderem e darem seu ponto de vista. Quero de imediato registrar a presença desse lutador, desse Senador que em momentos como esse, que estão envolvidos questões dos trabalhadores, dos aposentados, dos pensionistas, que é o Senador Geraldo Mesquita Júnior, está sempre presente com a gente e eu vou pedir que depois ele faça parte da Mesa para que acompanhe os trabalhos. Senador Geraldo Mesquita Júnior, quer fazer uma saudação?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Antes do Dr. Luís se pronunciar, eu queria em primeiro lugar pedir desculpa pelo atraso com que cheguei aqui. Nós estamos hoje instalando o Parlamento do Mercosul, Senador, o senhor esteve presente, e estamos aqui recebendo as delegações dos Países que fazem parte, quando nós estamos nos seus Países somos recebidos com a gentileza enorme. É natural que a gente retribua, e em decorrência disso me atrasei um pouquinho. Quero apenas saudar e cumprimentar os nossos convidados, as nossas convidadas, e dizer que eu estou aqui porque eu tenho, na sua pessoa, a liderança que aponta rumos, aponta caminhos, aponta a solidariedade com aqueles que, por vezes, não conseguem se colocar, e V.Exª sempre atento às questões abre portas, principalmente dessa Casa aqui para a discussão de temas importantes como esse que nós vamos aqui atenciosamente ouvir e debater para que juntos possamos encontrar caminhos que aliviam a angústia, o sofrimento de categorias imensas e enormes como as que estão hoje aqui representadas. É uma saudação a todos e vamos à nossa audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passo a palavra ao Dr. Luís Antônio Maia.

SR. LUÍS ANTÔNIO CASTANHA MAIA – Boa tarde a todos. Muito obrigado ao convite da Comissão de Assuntos Sociais. Queria registrar aqui a minha admiração pelo Senador Paim, que há muitos anos conheço e que não há luta nesse País em defesa dos mais fracos, que não tenha a presença do Senador. Então, eu queria fazer esse registro. Ele mesmo apontou a questão do Estatuto do Idoso e o tema que nós vamos conversar aqui hoje trata dessa questão também. E eu queria fazer o meu registro também ao Senador Geraldo Mesquita, a nossa admiração pelo trabalho que ele desenvolve.

Nós vamos falar um pouquinho sobre Previdência Complementar, como esses dois fundos, essas duas

entidades chegaram a essa situação que a gente vê hoje. Nós estamos falando do Aerus Fundo de Previdência Complementar, que era patrocinado pela VASP, e do Instituto Aerus de Seguridade Social, que é patrocinado por uma série de companhias, dentre elas a VARIG, a TRANSBRASIL, as empresas do Grupo VARIG. Antigamente, inclusive TAM, AIR FRANCE e por aí fora. Esse segundo instituto é o Aerus, Instituto Aerus de Seguridade Social.

A Previdência Complementar funciona de um jeito bastante diferente da Previdência Pública. A Previdência Pública funciona num regime chamado regime de repartição simples. Significa que ao final do mês se passa o chapéu entre o pessoal da ativa, e paga os aposentados. Se faltar dinheiro, recorre-se ao orçamento da União. A Previdência Pública, portanto, ela não acumula recursos. Ela é a partir do rateio, do gasto necessário ao pagamento das aposentadorias.

A Previdência Privada é diferente. Desde a Lei 6.435/77 que a Previdência Privada funciona, a Previdência Complementar. Nós estamos falando da Previdência Complementar sem fins lucrativos. Ela funciona de uma forma diferente. Ela funciona através de um chamado regime de capitalização. No regime de capitalização, cada geração vai acumulando recursos para que no momento em que acontece a aposentadoria, esses recursos estejam integralmente constituídos. Significa acumula-se durante a fase ativa para no momento da aposentadoria passar a receber. Isso acontece de tal forma que as reservas dos Fundos de Pensão são divididas em duas. Reserva dos ativos, reserva dos aposentados. Ou seja, reserva dos benefícios a conceder e reserva dos benefícios já concedidos. Quando esse universo se aposenta, o dinheiro já está todo lá porque a essência do regime de capitalização. Como é que nós vamos acumular dinheiro? Como é que nós vamos saber? Nós vamos precisar de um atuário, e o atuário vai fazer essa conta de qual é a média salarial, de qual vai ser o valor pago pelo INSS, de qual é a expectativa de sobrevida dessas pessoas. Essa sobrevida vai ser dada por um mecanismo chamado de tábua de mortalidade, ou tábua biométrica. E a tábua métrica ela vai nos apontar de acordo com cada população, com cada grupo de trabalhadores, do Banco do Brasil, da PETROBRÁS, da VARIG, da VASP, da TRANSBRASIL, ela vai nos apontar qual é a expectativa de vida daquele universo. E qual o percentual daquelas pessoas que vai chegar a cada idade. Então, a tábua de mortalidade, agora nós temos uma tábua que é feita pelo IBGE. Então, ela vai dizer, ou seja, se o sujeito vai se aposentar aos 55 anos e vai sobreviver até os 80, nós temos aí 25 anos onde vai ser necessário cobrir as aposentadorias. Se o valor da

aposentadoria for mil reais, nós vamos ter 25 anos de treze prestações de mil reais. É mais ou menos esse o cálculo que o atuário vai fazer.

Em síntese, Previdência Complementar funciona em regime me de capitalização. Acumula-se o recurso para que no momento que houver a aposentadoria, esses recursos estejam disponíveis. Ou seja, na lógica de um Fundo de Pensão, se alguém tivesse prejuízo, e a lógica é ninguém ter prejuízo, nunca, seria universo de aposentado. Por quê? Porque esse universo já tinha sua reserva constituída no momento da aposentadoria. Aerus, Fundo de Previdência Complementar patrocinado pela VASP. Esse Fundo, a VASP foi privatizada lá em 89/90, vendida pelo Estado de São Paulo, na época comprada pelo Grupo Canhedo. Chegou a haver inclusive uma CPI relativa ao caso VASP.

Em 1993, houve uma primeira intervenção do Ministério da Previdência Social nos Aerus, Fundo de Previdência Complementar. Havia uma dívida grande da patrocinadora que já se arrastava do tempo que a VASP era estatal e que não foi honrada pelo novo comprador. Houve uma intervenção, houve a contratação dessa dívida de uma forma irregular, e, portanto, cessou a intervenção. Em 1995, nós estamos falando do pessoal da VASP, Aerus VASP. Em 1995 houve uma segunda intervenção que teve como mote original um golpe aplicado no Fundo pela sua própria direção, que por coincidência, era a mesma direção do antigo Banco GNPP. Ou seja, acumulava. A Diretoria do Fundo era a mesma Diretoria do Banco GNPP. Esta Diretoria deu um golpe, tem gente na cadeia inclusive até hoje por conta desse episódio. Isso resultou em Inquérito Policial, etc, resultou em condenação e resultou em intervenção no Fundo de Pensão. No Aerus, Fundo de Previdência Complementar.

A partir daí assume o interventor e começa a conduzir esta entidade. O que é que aconteceu? No primeiro ano o interventor, autoridade pública nomeado pelo Ministro da Previdência Social, diz para VASP: Esse ano você não precisa contribuir com nada para o Fundo. O que é curioso. O Fundo funciona em regime de capitalização, vive de dinheiro. O regulamento do Fundo obriga uma contribuição anual e esse regulamento é um contrato que a patrocinadora firmou e o interventor disse: “Não precisa contribuir nada este ano”. Em 96 o interventor disse: “Não precisa contribuir nada este ano também”. E em 97, o interventor, autoridade pública nomeado pelo Ministro da Previdência disse: “Também não precisa contribuir com nada”. E se não bastasse, no ano de 1998, o interventor pega dez milhões de reais em valores da época e repassa, empresta, se é que dá para chamar isso de empréstimo, esses dez milhões de reais do caixa dos apo-

sentados e pensionistas, e repassa diretamente para a VASP, em troca de um cheque da VASP avalizado pelo casal Canhedo com o vencimento para dali a 15 dias, que evidentemente não foi honrado, 60 dias que evidentemente não foi honrado, dali a seis meses esse cheque foi depositado. A VASP ingressa na justiça para cassar o cheque, sustar o protesto, alegando que o juro cobrado, que era o mínimo atuarial do Fundo de Pensão, era extorsivo, e oferecendo em troca, em garantia, títulos públicos de 1902. Isto no ano de 1998. Em 99 de novo o interventor autoriza a não pagar, e assim por diante não pagar contribuição normal. Mas não é só. A VASP descontava do salário dos seus empregados a contribuição do próprio empregado e não repassava o Fundo de Pensão. O que caracterizou apropriação indébita. Ou seja, o trabalhador da VASP achava que estava contribuindo porque era descontado em folha e aquele recurso não era repassado para o Fundo de Pensão.

Nós tivemos finalmente o ano passado, fevereiro de 2005, decretada a liquidação do Aerus, Fundo de Previdência Complementar, patrocinado pela VASP. Por que foi decretada a liquidação? Porque o Fundo não tinha mais dinheiro. Como é que o Fundo que funciona em regime de capitalização não tinha mais dinheiro? Como é que um Fundo que estava há dez anos administrado pela União não tinha mais dinheiro? Quando foi a própria União que autorizou contra o regulamento a entidade a VASP a não pagar nada em 95, 96, 97, 98 e 99. Quando foi a própria União que pela mão do interventor emprestou em valores à época, em 98, dez milhões de reais sem garantia nenhuma? Do Fundo de Pensão, o dinheiro dos velhos, dos órfãos, para a VASP. Quebrou o Fundo de Pensão. Decretada a liquidação do Fundo de Pensão na não da União há dez anos.

Pois bem, nós ingressamos à época, pedimos, e essa questão é importantíssima, pedimos que a Secretaria de Previdência Complementar nos exibisse as cópias dos relatórios do interventor que propunha a convalidação em liquidação da entidade. E é prática absoluta e permanente da Secretaria de Previdência Complementar negar acesso a qualquer documento, e negou acesso a esse documento. Ou seja, o seu Fundo de Pensão quebrou, mas o motivo é segredo. Nós tivemos que entrar com cautelar de exibição de documentos, perder mais um tempo para isso, graças à magistratura essa cautelar foi despachada com rapidez, foi concedida a liminar e aí finalmente nós podemos ter acesso à documentação do Aerus onde está essa história que eu acabei de contar.

Ou seja, uma negociação ilegal feita em 1993, porque então a VASP já não pagava o que devia, em

95 uma nova intervenção, dez anos sob intervenção, e o interventor autorizando a companhia a nada pagar emprestando dinheiro do Fundo de Pensão para a companhia patrocinadora, e além de tudo a companhia patrocinadora descontava sob as barbas do interventor do salário dos seus empregados e não repassava ao Fundo de Pensão o que caracterizou apropriação indébita e resultou, inclusive, em Inquérito Policial.

Nós ingressamos com Ação Civil Pública, tivemos na segunda instância no TRF da primeira região uma antecipação dos efeitos da tutela, ou seja, a Desembargadora Federal, Dr^a. Neuza Alves da Silva, determinou que como restava evidente a responsabilidade da União sobre esse caso, que a União fosse obrigada a pagar mensalmente aquilo que seria da responsabilidade do Aerus que então não estava pagando nada e continua sem poder pagar nada porque não tem dinheiro. Um Fundo que foi construído sob regime de capitalização, que ficou dez anos sendo administrado pela União, não tem dinheiro. Obtido antecipação tutela nesse caso pelas mãos aqui da Desembargadora Federal.

Caso Aerus VARIG TRANSBRASIL. Outro caso. Segundo o Fundo de Pensão dos Aeronautas. Esse Fundo de Pensão tinha um funcionamento atípico. O Aerus foi criado a partir de um estudo de um grupo interministerial. Porque a aposentadoria de Aeronáutica é uma coisa extremamente delicada. Nós coméntamos a poucos dias na magistratura. O Advogado pode trabalhar mancando. O Promotor pode trabalhar gripado. O Juiz pode trabalhar no finalzinho de uma crise renal. A situação dos aeronautas é completamente diferente. Ou o Aeronauta está 100% ou então não vai trabalhar. Então é uma categoria absolutamente atípica. Que, além disso, é uma categoria que é efetiva reserva de pilotos no País em caso de algum conflito bélico. Então, essa preocupação com os aeronautas particularmente levou a esse grupo interministerial na época e foi criado um Fundo de Pensão com uma conformação ligeiramente diferente.

Primeiro, contribuição do participante, segundo, contribuição da patrocinadora, terceiro, uma terceira fonte de financiamento. Esta terceira fonte de financiamento era um percentual da receita voada doméstica. Ou seja, cada vez que era vendido um bilhete aéreo de viagem doméstica, de viagem aqui no País, 3% daquilo era repassado pelo instituto. Ou seja, a companhia aérea tão-somente repassava para o consumidor esta terceira fonte, e isso era repassado. Por quê? Porque foi conclusão de um grupo interministerial que deveria funcionar o Fundo de Pensão. Por quê? Por conta da necessidade de capitalização do Fundo de Pensão. Isto foi perdurando, esta terceira fonte deveria durar durante 30 anos.

Em 1990, curiosamente a VASP, que é a patrocinadora do outro instituto também estava comprometida a fazer esse repasse. A pagar? Não. Não é ela que paga, não era ela que pagava. Era descontar, era embutir no bilhete aéreo e repassar para o Instituto Aerus de Seguridade Social.

Pois bem, em 90 a VASP pediu ao então DAC, Departamento de Aviação Civil, que ela não queria mais pagar a terceira fonte O DAC respondeu: Não é você que paga a terceira fonte, em primeiro lugar. Você só inclui no preço da passagem e repassa para cá. Em segundo lugar, esta terceira fonte de financiamento é condição da concessão. Se você não quiser pagar ou repassar devolva a concessão. Porque você assumiu esse compromisso quando recebeu o Contrato de Concessão.

Pois bem. Isso em 90. Em 91, volta à mesma companhia ao DAC e o Brigadeiro, sete ou oito meses depois, incredivelmente disse: “Pensando bem, não precisa mais pagar a terceira fonte. Está dispensado de pagar”. Numa penada foi quebrada a terceira perna de financiamento do instituto. Foi quebrada.

Primeiro, não cabia ao DAC opinar sobre custeio de Fundo de Pensão. Segundo, não houve qualquer processo administrativo a respeito disso. Muito menos consulta ao Aerus, que era vítima disso. Ao Instituto Aerus de Seguridade Social. Então, aí nós já temos um problema sério. Terceiro, a Secretaria de Previdência Complementar que é a quem compete falar sobre custeio de Fundo de Pensão, nada falou, e deixou que esse ato acontecesse. Então, foi quebrada uma perna de financiamento do instituto. *(soa a campanha)* Isto em 1991.

Em 95, houve a criação de um segundo plano de benefício. Só havia um plano. Que era um plano multipatrocinado. Todos os empregados das companhias participavam do mesmo plano. Em 95 foi criado um segundo plano de benefícios. Duas conseqüências aí. O primeiro, esse segundo plano se originou do dinheiro do primeiro plano. Só que o primeiro plano não autorizou sair dinheiro dele para um segundo plano. Então, ficou uma situação do ponto de vista lógico, insolúvel. Como é que eu tiro o dinheiro daqui se aqui não admite sair dinheiro para cá? Então, ficou uma situação insolúvel. Mas a Secretaria de Previdência Complementar aprovou isso, e aprovou em conseqüência à redução do custeio. As patrocinadoras reduziram o que deveriam pagar por força dessa alteração. Isso em 1995.

1998, nós tivemos a saída da TAM que também era patrocinadora do instituto. Só que o regulamento da entidade dizia que quem pretender sair, a patrocinadora que pretender sair deve aportar recursos para que nós possamos cobrir essas reservas. A TAM saiu retirando

o recurso. Ela tirou dinheiro de dentro do plano sem que o regulamento permitisse, e levou para um Banco e montou uma Previdência num Banco. Aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar sem que o regulamento da entidade permitisse. Isto em 97.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Dr. Maia, cinco minutos para concluir. Conforme o combinado, 15 mais cinco.

SR. LUÍS ANTÔNIO CASTANHA MAIA – Perfeito. Em 2002, provavelmente nos últimos dias de dezembro de 2002. Aí acontece uma outra modificação. Nós comentamos, havia um plano de benefício. Em 95 foi criado um segundo ilegalmente, o Fundo então passou a ter dois planos. Em 2002 a Secretaria de Previdência Complementar aprova um estilhamento do plano. São invés de dois planos. Passou a haver 19 planos de benefícios dentro do Aerus. 19. Mas a Secretaria de Previdência Complementar aprovou um texto de regulamento que dizia: A partir de agora a VARIG contribuirá com quanto quiser, quando quiser e se quiser. E por acaso nunca mais quis. Isto a secretaria... Ora, a VARIG, a TRANSBRASIL, as companhias aéreas tinham aderido a um contrato, e elas o obrigaram frente àquele contrato. Como é que um terceiro fora daquele contrato, diz: “Não precisa mais cumprir o contrato”. Como é que esse terceiro faz isso? Fez. E foi a União, foi a Secretaria de Previdência Complementar que autorizou. Então, é inacreditável que esse Fundo tenha sobrevivido tanto tempo. Tamanha a fúria da União, os ataques das autoridades públicas autorizando todos esses... Mas não é só.

Num determinado momento a VARIG não conseguiu mais pagar a sua contribuição ao Fundo. Pediu prazo. Um ano. Perfeito. Não conseguiu pagar. Mais um ano. Não conseguiu pagar. Mais três anos. Não conseguiu pagar. Mais três anos. Não conseguiu pagar. Mais dez anos. Não conseguiu pagar. Mais dez. Não conseguiu pagar. 20 anos. Renova por mais 20. A VARIG fez 21 contratos de renegociação de dívida com o Aerus. E não poderia ter celebrado o primeiro. E quem autorizou cada um dos 21 foi a União, pela Secretaria de Previdência Complementar, autorizou contratos flagrantemente ilegais. Por que eram ilegais? Porque havia vedação expressa. Segundo, porque se o regime de capitalização empilhar contratos não significa capitalizar o Fundo. 21 contratos com a VARIG. Oito contratos com a TRANSBRASIL.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Em que período se deu? Mais ou menos.

SR. LUÍS ANTÔNIO CASTANHA MAIA – Se não me engano, desde 89. Se não me engano. O primeiro processo. Alguém pode até me corrigir depois. É isso. E foi até agora. Até agora era renovação, renovação,

renovação. Cadê as garantias? Sem garantia. Houve o deboche de se oferecer e a União aceitou, de se oferecer como garantia uma conta bancária, sem dizer qual dinheiro que entrava nessa conta. A garantia era o número da conta. A conta 20 mil e pouco no Rio de Janeiro. Mas de onde que entra dinheiro nessa conta? Não dizia. Num dos contratos sequer isso dizia. E a União aprovou. Resultado: *(soa a campainha)* Quando foi decretada a quebra, a liquidação do instituto... Do instituto, não. Dos planos--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Um minuto para concluir.

SR. LUÍS ANTÔNIO CASTANHA MAIA – Perfeito. O plano VARIG e TRANSBRASIL. Nós entramos também, nós já tínhamos uma Ação Civil Pública em curso. Essa Ação Civil Pública... Pedimos uma antecipação dos efeitos da tutela quando houve o anúncio da redução das aposentadorias para 30% do que era das pensões para 30% do que era. No desespero das pessoas, de velhos, viúvas, órfãos, pensionistas que dependiam desses valores. Foi concedida também na segunda instância do Tribunal Regional Federal aqui da 1ª Região, antecipação dos efeitos da tutela, obrigando a União a arcar porque restava evidente a responsabilidade da União.

No último momento agora, a União ingressou com em pedido no Supremo Tribunal Federal de suspensão de liminar. Esse pedido de suspensão de liminar foi encaminhado para a S.Exª, Ministra Ellen Gracie. No caso dos trabalhadores da VASP Aerus, foi suspenso o efeito da liminar até o trânsito em julgado da sentença final da Ação Civil Pública. O que equivale a dizer: Quando todos estarão mortos. No caso Aerus, VARIG e TRANSBRASIL, também foi suspenso. A multa. Não a decisão foi suspensão, a multa fixada contra a União para que obrigasse a União a fazer aquele pagamento. Era a maneira de constranger a União. Então, S.Exª tão-somente suspendeu a multa até que o Tribunal julgue o mérito desse agravo de instrumento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Dr. Maia, se puder concluir... Terá a oportunidade depois no debate ainda de continuar.

SR. LUÍS ANTÔNIO CASTANHA MAIA – Perfeito. Então, como última frase. Este é o nosso dilema hoje, é a nossa angústia hoje. Nós já estivemos no Supremo Tribunal Federal, já distribuimos memoriais a todos os Ministros com mil e trezentas páginas. Por quê? Perguntava o Ministro: Por que o senhor traz mil e trezentas páginas? Porque é inacreditável. O que estou lhe contando é inacreditável. Se eu não trouxer essas folhas todas aqui não vai acreditar que o inter-ventor meteu a mão no dinheiro dos velhos e repassou

e ninguém cobrou nada e que a própria União autorizou empréstimo e ninguém falou nada. É inacreditável.

Então, mil e trezentas folhas para provar isso. O nosso desespero hoje é que o Supremo Tribunal Federal julgue este agravo regimental sobre a suspensão de liminar. Muito obrigado e desculpe. Extrapolei ligeiramente.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Como essa audiência vai ser transmitida ao vivo para todo o País, eu faço questão de lembrar aqui todos os que foram convidados. Foi convidado o Sr. Erno Dionízio Brentano, liquidante do Fundo de Pensão Aerus, e se eles não falarem é porque não se fizeram presente. Foi convidada Maria Batista da Silva, liquidante do Fundo de Pensão Aerus VASP. Foi convidado o Sr. Leonardo André Paixão, Secretário de Previdência Complementar, foi convidado Carlos Eduardo Gabas, Secretário-Executivo da Previdência, e foi convidado Miguel Dau, gestor judicial da VARIG, e os outros que eu não citei aqui estão presentes e vão falar. Conseqüentemente todos saberão os que estão aqui presentes.

Então, de imediato e passo a palavra a Srª. Graziella Baggio, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

SRA. GRAZIELLA BAGGIO – Boa tarde Senador Paim, boa tarde aos demais Senadores presentes, e a todos aqui no recinto. Eu vou tentar... Não sei se vou ter a mesma competência, mas acho importante a gente pontuar algumas questões que me parece ser extremamente relevantes para esse caso.

A questão da mudança do regulamento do Aerus foi uma coisa que o Sindicato Nacional dos Aeronautas acompanhou com muita veemência, porque naquele momento, em 2002, nós já tínhamos a possibilidade de uma liquidação do plano de Previdência da TRANSBRASIL. E obviamente uma das demandas também dos trabalhadores encaminhadas pelo sindicato era que a Secretaria de Previdência Complementar reconhecesse que o Fundo de Pensão Aerus estaria enquadrado na Lei 108. Exatamente por conta de ser uma concessionária de serviço público, e obviamente, ao você estar na 108, você teria definitivamente a possibilidade da participação paritária dos trabalhadores na administração dos fundos. Nós sentimos uma grande dificuldade quando em 2001, início de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar da época sinalizou com a possibilidade da liquidação do plano da TRANSBRASIL, e obviamente a nossa dedicação passou a ser bastante e exclusiva de como melhorar a administração do Fundo com a participação efetiva dos trabalhadores.

Confesso que nós talvez acumulamos aí mais do que 150 horas, no sentido de estar em Brasília conversando com as autoridades, tentando buscar junto às autoridades o reconhecimento deste Fundo dentro da Lei 108. Que foi um trabalho praticamente em vão pelos... Considerado em vão pelas pessoas, assim, que se dedicaram muito nessa questão. E outra coisa que me chama muita atenção, que muito próximo ao final do ano de 2002, nós tivemos aí a informação que a administração do Aerus foi buscar junto às empresas que estavam em débito com o Fundo uma garantia para as dívidas do próprio Fundo, da empresa com esse Fundo. Garantia essa que nos pareceu até tardia, porque essas garantias já deveriam existir anteriormente e oficialmente os acordos serem cumpridos das negociações que foram feitas. Naquele momento, a TRANSBRASIL ofereceu através de um termo de compromisso, se não me engano, Dr. Maia, mas uma garantia no valor de toda a dívida da TRANSBRASIL com o Fundo através das ações que estavam em curso do ICMS. O que para nós ainda ela não está totalmente liquidada ou discutida na justiça. Mas nos parece efetivamente importante citar, porque no nosso entendimento a administração do Fundo ela já deveria ter executado esta dívida para evitar a redução de benefício daqueles trabalhadores que participam do plano da TRANSBRASIL. E essa alternativa jamais a direção do Aerus levou a cabo judicialmente para que pudéssemos evitar a situação que hoje os trabalhadores da TRANSBRASIL se encontram.

E uma outra curiosidade que me pareceu, bastante, peculiar dos interesses da época, é que em 2002, segunda edição do Diário Oficial do dia 31 de dezembro de 2002, me parece bastante pertinente essa data, é publicado a autorização da SPC para mudança de regulamento aonde chegamos exatamente na situação que o Dr. Maia citou aqui. As patrocinadoras, plano VARIG, naquele momento pagava o que queria, quando queria e como queria. E as dívidas todas que estavam negociadas no decorrer daquele período não foram honradas.

Então, acho importante citar, Senador, porque é óbvio que a gente percebe claramente a resistência e até pela sustentação da própria União que recorreu no STF para suspender essa liminar que nós obtivemos no TRF aqui, nos dois planos, os argumentos utilizados é que o Governo não deveria estar patrocinando esse Fundo de Pensão, porque esse patrocínio seria inconstitucional. Nós não estamos falando aqui de patrocínio, nós estamos falando de responsabilidade da União de ter deixado acontecer o que aconteceu dentro dos dois Fundos. É completamente diferente. Não sou Advogada, mas diante de todos os fatos, e

principalmente esse da concordância da mudança do regulamento na segunda edição do Diário Oficial do dia 31 de dezembro de 2002, me parece ser pertinente. Me parece ser muito pertinente. E que não pode ser desconsiderado.

De lá, desta data efetivamente até o dia de hoje, o Sindicato Nacional dos Aeronautas busca na justiça, inclusive, invalidar essa mudança de regulamento na Ação Civil Pública que nós temos em curso. Claro que se dependermos dos trâmites normais, possivelmente e muitos de nós não estaremos mais aqui para aguardar essa decisão. Mas o que nos aflige efetivamente é que primeiramente os trabalhadores não tiveram a oportunidade de participar de fato dentro dos fundos. E isso é uma coisa que me parece ser o tripé de dar certo, os Fundos de Pensão que me parecem, inclusive, ser uma proposta do Governo, inclusive estendida ao próprio serviço público, que está em curso a discussão na Casa. E se essa discussão ela não for feita, nós teremos que efetivamente encontrar uma saída, e eu não vejo nenhuma outra saída a não ser criar um grande seguro. Porque o trabalhador não pode pagar, ele nunca deixou de contribuir, diga-se de passagem, dentro do regulamento. Se você deixar de contribuir por mais de três meses, me corrija se eu tiver errada, você perdeu seus direitos naquele Fundo. Então, todos os trabalhadores, aproximadamente nove mil trabalhadores recebendo benefício, mas é outro agravante que acabou por toda situação que foi gerada dentro do Fundo, na administração, dentro do Fundo efetivamente na questão de não cumprimento dos acordos e em função das próprias patrocinadoras, nós chegamos numa situação que nós temos nove mil recebendo benefícios que estarão perdendo seus benefícios talvez no início do ano, a partir de março já está suspenso o benefício reduzido, porque já está reduzido. Nós temos mais em torno de nove mil trabalhadores que eram da ativa e com a liquidação tiveram o seu direito suspenso de exercitar a retirada das suas reservas que estavam dentro do Fundo.

Então, problema ele não é única e exclusivamente os aposentados, mas é a nossa prioridade os aposentados, manutenção do benefício, e também rever efetivamente o investimento que o trabalhador fez e acreditou num Fundo de Pensão que chegou na situação que chegou.

Confesso, e por mais que os Advogados da União insistam em dizer que a União não tem responsabilidade, não foi isso que entendeu o TRF. E não só na decisão do Aerus como na decisão do Aerus, o entendimento foi idêntico. Nós queremos ver cumprida essa decisão. No caso VASP nós tivemos a oportunidade do Governo criar uma Medida Provisória para fazer o

pagamento durante 14 meses. Medida Provisória esta aprovada na Câmara e no Senado, pronta para pagar, e lamentavelmente nós somos recebidos pelo Ministro da Previdência numa audiência, estávamos em torno de umas cem pessoas, que nos garantiu que iria cumprir a decisão nas próximas horas. Bastava ser citado. Saímos daqui com uma tranquilidade talvez não total, mas de certa forma parcial, porque estaríamos vendo efetivamente a decisão cumprida, e também a necessidade desses trabalhadores que estão há mais de 15 meses sem receber benefício nenhum da VASP. O dinheiro na conta do Fundo de Pensão, depois de uma árdua trajetória de convencimento do depósito na conta da liquidante do Fundo de Pensão para ser distribuído esse dinheiro. E fomos traídos efetivamente, traídos por instrumentos jurídicos da Procuradoria da União, cassando a nossa liminar na sexta-feira, às onze e meia da noite. E obviamente o que o Dr. Maia aqui colocou foi o fato da gente ter a necessidade de ter este agravo julgado pelo pleno do STF, até para que nós possamos, a partir desse julgamento do agravo, tomar outras iniciativas. E o mesmo se dará com a questão da VARIG. Eu não tenho dúvida. Principalmente porque nesse momento nós temos uma sentença válida. Só foi tirada a dúvida, claro que agora só nos resta a outra opção de condenação da União. Talvez prisão... Nós não podemos... Multa com dinheiro vamos ter que usar outra coisa. Mandar prender, alguma coisa nesse gênero. Mas de qualquer forma, nós vamos precisar num curto espaço de tempo o resultado do STF para a tranquilidade, inclusive, desses pensionistas e também desses aeronautas e aeroviários que fazem parte do Aerus que ainda estão na ativa.

Por outro lado, Senador, é deprimente a situação que nós estamos assistindo de centenas, senão milhares de beneficiários, pessoas doentes, pessoas precisando de medicação, pessoas inclusive que têm nos deixado assim bastante preocupados, porque a tensão de todos nossas ela é muito grande. Lamentavelmente diante dessa redução de benefício não quero culpar nada, mas basta estar vivo para morrer. Mas nós perdemos o índice de perda dos trabalhadores da aviação a partir do momento que foi anunciada a redução nos benefícios. Ele cresceu assustadoramente. Para aquilo que a gente via no ritmo normal de mortalidade. Pelo menos é isso que conseguimos detectar. As pessoas têm um limite, e esse limite está sendo, de certa forma, alcançado.

E por último, Senador, para não estender, eu já participei nessa Casa de diversas oportunidades onde nós discutimos a questão da VARIG, da crise do setor aéreo, da VASP, da VARIG, da própria TRANSBRASIL, e essa Casa, o Senado, inclusive, já aprovou em

duas Comissões autorização para o Governo fazer um encontro de contas naquela ação de diferença tarifária. Eu acho que o senhor inclusive acompanhou esse período, foi exatamente na votação do Projeto da ANAC, principalmente naquele momento. Fez parte do Projeto, foi retirado para não voltar para Câmara, mas houve um compromisso e um documento formal de duas Comissões onde autoriza o Governo a fazer o encontro de contas.

Eu gostaria de fazer um apelo, Senador, porque de certa forma os dois planos de recuperação que foram aprovados nas duas empresas (*soa a campanha*), VASP e VARIG, nesses dois planos prevêm a quitação desses Fundos. Com alguns ativos que ainda não estão em condições de serem executados. Um deles é do próprio Aerus, que já está julgado. E o que a gente tem assistido, por mais que a União tenha por obrigação, a Procuradoria da União recorrer até a última instância o que eu gostaria de fazer, Senador, e a esta Comissão, através da sua pessoa, é um apelo no sentido de que a gente consiga buscar junto à própria Procuradoria da União, ao próprio Presidente da República, a sensibilidade com relação a essa questão social imposta pelas nove mil pessoas que hoje terão, daqui mais um mês, seus benefícios suspenso totalmente. As dificuldades que elas estão enfrentando, e mais do que isso, aqueles que foram... Estão ou que foram funcionários da VARIG, e poderiam ter de fato algo para se sustentar através do recolhimento de suas reservas de poupança, da retirada por terem sido demitidos, e não puderam fazer exatamente por conta da liquidação do Fundo.

E nós todos sabemos que os trabalhadores ficaram mais de... Muitos estão já seis meses sem salário, ainda dentro da VARIG, mas seis meses sem salário porque não estão trabalhando. Muitos já foram demitidos com quatro, cinco salários atrasados e também não receberam suas rescisões, e a possibilidade do encontro de contas ou a execução parcial desta ação que se encontra no STJ, com relação à diferença tarifária, viria eliminar todo esse problema social que hoje está colocado trabalhadores e suas inúmeras consequências. Porque se multiplicarmos cada aposentado, obviamente por três, o senhor imagina que montante nós estamos falando. Além do que a VARIG sempre foi uma grande família e hoje os filhos voam ou voavam porque foram demitidos, estão dependente de novo de seus pais, e obviamente sem aposentadoria nós estamos aí numa consequência dramática.

E o apelo que eu faço também é nesse sentido, apesar de entender que a União tem que recorrer, mas eu acho que nós poderíamos, talvez numa ação proativa, buscar junto ao Procurador, sensibilizá-lo a

essa questão. Que a Procuradoria da União ela vem recorrendo insistentemente em cima de um quesito que não me parece ser exatamente aquilo que o STJ já julgou anteriormente, e acaba usando esses recursos, único e exclusivamente para protelação. E nós não temos mais tempo para protelar. Esses trabalhadores estarão a partir de março na sua grande maioria sem nenhum benefício, caso não for feita alguma coisa, além de nós termos esses demais que são da ativa com necessidade de sobrevivência. Eu acho extremamente necessário uma ação conjunta, proativa, daqueles que podem ajudar e de fato a gente poder ter atendido e automaticamente o Governo perderia a sua responsabilidade e pagasse. Esse é o grande problema. Claro, o patrocinador, ele não pagou. É ele que tem que pagar. Mas automaticamente a União foi condenada. Então, basta a União buscar através da boa vontade, do social e do seu empenho buscar a conclusão desse processo para que a gente possa no mínimo eliminar essa condição de... Que eu diria assim... Inaceitável para que os trabalhadores foram levados em acreditar no Sistema Previdenciário, numa fiscalização que não foi bem feita, com várias pendências e interrogações e interesses que eu coloquei aqui que me deixa muito preocupada, não execução, três, quatro anos de dívidas que o Aerus já poderia ter executado, a própria VARIG, execução de dívidas da própria VARIG para a quitação da dívida. (*soa a campanha*) Eu estou à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Me desculpa se eu me excedi.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – A senhora ficou exatamente dentro do tempo. Eu só quero dizer a todos que as propostas de encaminhamento que estão sendo levantadas junto a essa plenária e à Mesa, nós vamos ao final ver como é que vamos proceder. Mas com certeza vamos interagir junto... Não só o Governo Federal, mas também de forma muito respeitosa fazer um apelo mediante até uma proposta de carta que está na minha Mesa para que haja a devida urgência na apreciação dessa situação por parte do Supremo Tribunal Federal, que no fim a gente fará a devida leitura. Mas confesso que tanto eu como o Senador Geraldo Mesquita Júnior que está aqui durante todo o período, estamos muito, muito preocupados. E estamos entendendo a gravidade da situação. Pelas últimas informações que vocês nos passaram, provavelmente mais de nove mil famílias não terão mais salários entre esse fim de ano e primeiro de março.

Passo a palavra nesse momento ao Brigadeiro José Carlos de Pereira, Presidente da INFRAERO. Quero dizer, Brigadeiro, se me permitir, quero fazer essa colocação aqui em público que toda vez que

V.Ex^a é convidado para um debate aqui no Senado, V.Ex^a nem sequer manda representante. Eu acho isso muito, muito bonito. V.Ex^a sempre se faz presente, participa do debate, coloca seu ponto de vista. Como seria bom se todos os convidados... Não só aqui no Senado, em todas as instâncias do Parlamento, da vida pública brasileira, agisse da forma que V.Ex^a mais uma vez faz. Esteve aqui pela manhã, eu liguei, V.Ex^a tinha compromisso, mas disse “estou suspendendo e vou atender mais uma vez a convocação do Senado”. Gostaria que alguns convidados que eu já citei aqui, que também convidados, tivessem aqui conosco para esse debate. Parabéns e passo a palavra a V.Ex^a.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Exm^o. Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Exm^o. Senador Geraldo Mesquita Júnior, companheiros de Mesa, minhas senhoras e meus senhores.

Sr. Presidente, a participação da INFRAERO nessa questão ela é ao mesmo tempo bastante periférica, se nós fomos entender isso institucionalmente. E tem uma profundidade muito grande quando analisamos do seu ponto de vista social. A INFRAERO acompanhou bem de perto toda a questão que envolveu a VARIG, passo a passo, nós tínhamos enorme interesse nisso, não só como credores, nós somos grande credores da dívida da VARIG, como também pela questão aérea do País. Pelos fatores da indústria de transporte aéreo.

Por ocasião da recuperação judicial, como disse foi levado a juízo, o Conselho de Administração da empresa em sucessivas reuniões deliberou pelo apoio integral da empresa ao processo de recuperação judicial. Isso foi colocado de forma clara ao Juiz responsável, e o grande elemento motivador da posição do nosso Conselho de Administração da empresa foi, primeiro, o fato de ser credora. Então, interessava a empresa, INFRAERO como empresa que a VARIG se recuperasse. Até por uma questão meramente contábil. A falência da VARIG seria profundamente prejudicial não só ao País como empresa, pelo... Nós não conseguiríamos obter nenhum retorno do fato. E a certeza que nós tínhamos, ou pelo menos gostaríamos de imprimir essa certeza na preservação dos milhares de empregos que a VARIG representava. E neste contexto de empregos, o Aerus, o Fundo de Pensão. Não há Fundo de Pensão sem empregados.

Então isso foi um elemento profundamente motivador na época do nosso Conselho de Administração até numa reunião memorável em que essa decisão foi tomada. E essa foi a postura da empresa, acreditando na recuperação, acreditando firmemente na manutenção dos empregos, e em consequência do seu Fundo de Pensão, e a garantia de tudo que essas pessoas acreditaram um dia nas suas vidas que elas teriam.

A partir daí, Sr. Presidente, nós acompanhamos, continuamos acompanhando a nossa participação realmente não é... Não temos uma participação direta em cima disso, mas pode V.Ex^a estar certo. A Comissão, os aposentados, a VARIG, de que contém com a INFRAERO para no limite das nossas possibilidades legais ajudar a contribuir em tudo que foi possível para que essa questão tenha um final feliz e sejam mantidos os empregos, seja mantida a dignidade e a esperança que as pessoas tiveram no empenho, afinal de contas das suas vidas. Então essa é a posição da empresa no momento e nós estamos inteiramente à disposição. O que for possível a INFRAERO fazer, colaborar, o nosso corpo jurídico, o nosso corpo de empregados, o que nós pudermos fazer está à sua disposição, Senador.

Era só isso que eu tinha a dizer, e o meu tempo fica para os debates, se for o caso, que me parece que é importante também. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos de imediato a palavra ao Sr. Manuel da Silva Neves, Presidente da Associação dos Participantes de Benefícios do Aerus. V.Ex^a dispõe de 15 minutos, se necessário mais cinco.

SR. MANOEL DA SILVA NEVES – Em primeiro lugar queria agradecer a Presidência dessa Comissão por ter convidado a participar dessa reunião. Cumprimentar os colegas da Mesa, senhoras e senhores.

Nós da APRUS queríamos acrescentar mais alguma coisa ao que já foi dito. O Castanha Maia e a Graziella expuseram “bastantemente” como está a situação do Aerus. Mas nós queríamos dar ênfase em algumas coisas que são importantes e que nós estamos notando no dia-a-dia com os nossos associados, nossos assistidos e pensionistas.

Quando foi criado o plano dois, em 95, o Aerus tinha aproximadamente 30 mil participantes. E desses 30 mil, aproximadamente 25 mil passaram para o plano dois. Como foi dito, quando eles passaram para o plano dois, eles levaram com eles a participação da empresa, que já naquela época já não estava sendo efetuada normalmente. Já havia acordos de dívida. A partir de 95, praticamente a empresa não fez mais nenhum depósito das suas contribuições junto ao Aerus. O que aconteceu? Com essa sangria que houve do plano um, ou seja, do plano original com a criação do plano dois, o plano um que tinha um maior número de aposentados, são aproximadamente 4.700, aproximadamente, é que tem uma folha de pagamento maior, inclusive gira em torno de 12 milhões e 600 mil, essa folha de pagamento desses 4.700 aposentados. E o plano dois, que embora com um número maior, mas atualmente tem aposentados aproximadamente 2.700

com uma folha de seis milhões e pouco. O que acontece? O plano um que havia sofrido essa sangria em 95, com esse volume maior de saídas mensais, obviamente ele ficou quase que zerado.

Então, quando ocorreu à intervenção, nós tínhamos no plano um aproximadamente 7.4% do que teria que ter. Enquanto que no plano dois ainda tinha uma reserva um pouco maior, aproximadamente 32%. Então, o que é que acontece? Essa reserva de 7.4%, ela está se esvaindo. E ela já teria se esvaído inclusive à parte de liquidez que era 3.4 em setembro desse ano. Ocorre que como foram... Ocorreram, segundo a informação de Aerus, vendas de parte mobilizado, ele conseguiu estender até dezembro e agora já houve uma nova extensão até março de 2007. Mas obviamente isso não vai ter uma condição de se prorrogar. E infelizmente isso está levando ao desespero esse grupo grande de participantes que dependem do Aerus.

Para fazer uma idéia, existia dentro do Aerus e dentro da Fundação Ruben Berta, e nas associações de ativos como AMVAR(F), APVAR, ACVAR, e a própria APRUS, planos de saúde, que atualmente estão acabando.

Na APRUS nós tínhamos aproximadamente 280 vidas assegurados em planos de saúde. Atualmente estamos com 85, porque o restante vai ficando sem condições sequer de pagar o seu plano de saúde.

Se for pagar o plano de saúde não vai ter como sobreviver. Isso das outras associações igualmente está acontecendo que estão se extinguindo seus planos, porque estão sem condições. As pessoas, tanto os ativos pertencentes a essas associações dos ativos como os próprios aposentados estão ficando nessa situação. É desesperador, nós recebemos lá diariamente telefones, é de uma enormidade de pessoas que estão acometidas de doenças graves, inclusive, e que no momento que perderem o plano de saúde a qual estão vinculados nesse momento não vão ter condição de se associar a outro plano de saúde, até porque já tem uma doença estabelecida, dificilmente outro plano vai aceitar, e eles estão realmente desesperados.

Então, o que nós queríamos trazer aqui é porque realmente a esperança que nós sentimos que possa ocorrer para os assistidos e pensionistas do Aerus e os próprios ativos, seria a solução via terceira fonte e via diferença tarifária. E ainda a ação exarada pelo Sindicato dos Aeronautas.

Logicamente uma das situações que está mais próxima, que dependeria também da própria União, como já foi dito aí, seria a diferença tarifária como uma solução, pelo menos, emergencial. Não vai solucionar totalmente o problema, não. Porque o valor da dívida necessária para o plano funcionar é maior do

que na realidade a garantia da dívida existente. Mas pelo menos iria dar uma condição de que houvesse uma continuidade e uma solução para essas pessoas que estão realmente desesperadas.

É o que eu queria passar para vocês e coloco meu tempo à disposição dos debates também. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nesse momento eu convidaria os quatro painelistas que falaram nesse primeiro momento, que retornasse aqui a primeira fila, e eu convidaria mais quatro pessoas para vir à Mesa para fazermos um segundo momento. Mas eu peço uma salva de palmas aos quatro aqui pela brilhante exposição que fizeram, e que mostraram toda a preocupação com o drama de milhares e milhares de famílias que estão nessa situação. E essa Audiência Pública tem como principal objetivo ajudar abrir os caminhos para a solução.

Então, eu convido nesse momento a Sr^ª Maria Tavares Leite, para sentar à Mesa. Participa o Glênio Borges, trabalhador de Grupo VARIG, e também a Cristina Dornelles, e naturalmente convido o Senador Geraldo Mesquita Júnior para que fique na Mesa com a gente. Eu gostaria, Senador Mesquita, que sentasse aqui ao nosso lado, para ajudar a compilar inclusive as respostas.

Então, de imediato, já que ele fez a devida correção do nome que estava tomando nota, eu convido o Sr. Elnio a fazer uso da palavra pelo tempo de 15 minutos mais cinco, depois dos outros dois expositores passaremos a palavra ao nosso querido Senador Geraldo Mesquita Júnior, e em seguida vou dar a oportunidade se alguém mais do Plenário quiser fazer uso da palavra terá também essa oportunidade, e depois vamos para os encaminhamentos. 15 minutos mais cinco.

SR. ELNIO BORGES – Sr. Senador Paulo Paim, Sr. Senador Geraldo Mesquita, demais autoridades, colegas parlamentares presentes, mais uma vez estamos aqui. A nossa presença, por um certo lado, tem sido lamentavelmente constante, porque vemos lutando em relação a esse assunto, agora já vão mais de quatro anos, e pôde já ser visto pelas explanações anteriores que não temos alcançado um nível razoável sequer de sucesso.

Como o Dr. Castanha Maia colocou bastante bem, até de uma forma emocionada, essa questão no que diz respeito aos Fundos de Pensão de Aeronautas, tanto da VASP quanto os do Grupo VARIG, vem sendo tratada pelas autoridades governamentais responsáveis fundamentalmente pela fiscalização e até mais precisamente por determinar padrões para a operação dos planos de benefícios de modo a assegurar sua transparência, solvência, liquidez e equilíbrio finan-

ceiro, tem sido absolutamente mal feita, permitindo a situação que nós encontramos hoje.

Então em 91 é preciso entender, é preciso perguntar por que foi permitido que a terceira fonte, um dos fatores fundamentais para o equilíbrio do plano de pensão dos aeronautas pudesse ter sido retirada. É preciso entender, perguntar claramente por que em 1995 o Governo, a SPC, Secretaria de Previdência Complementar, ou órgão correspondente, autorizou que fosse de um plano de aposentadoria do Aerus que já não tinha o equilíbrio correto fosse retirado Fundos para a criação de um segundo plano. É preciso entender também por que em 98 foi autorizado que a TAM saísse retirando o dinheiro desse Fundo que já era deficitário, e retirou dinheiro à vista do Fundo que já era deficitário. As 21 pactuações elas respondem pelo fato de que as patrocinadoras, especialmente a patrocinadora VARIG, a partir de 95, deixou de recolher a sua parcela. A parcela da patrocinadora deixou de ser recolhida ao Fundo. É interessante notar, que foi dito que os trabalhadores acreditaram no Fundo de Pensão, mas há que se esclarecer que não só acreditaram como foram obrigados a participar, sob pena de demissão. Os trabalhadores da VARIG foram obrigados a contribuir com o Fundo, a partir de 95 o único dinheiro que entrou no Fundo foram dos trabalhadores ativos da VARIG, então. De sorte que o dinheiro que tem no plano hoje desde aquela época é exclusivamente em alguns casos mais de 24 anos de contribuição obrigatória de funcionários da empresa.

Há quatro anos atrás, em 2002, os trabalhadores hoje nós temos uma sigla virtual, trabalhadores do Grupo VARIG, na verdade nós representamos as associações de aeronautas e a Assembléia Geral do Sindicato Nacional dos Aeronautas, viemos a Brasília mais precisamente à SPC trazendo formalmente um pedido de intervenção no Instituto Aerus com a finalidade saneadora prevista na Lei Complementar 109. A intenção era de que o Estado intervindo, pudesse sanear o plano. E haviam condições de saneamento naquela época. Procuramos, inclusive, o Dr. Castanha Maia para que fosse o nosso Advogado àquela ocasião. Obviamente não por falta de qualificações e capacidade, mas não foi possível fazermos. Constituímos outro Advogado, e administrativamente começamos um esforço para resolver a questão do Aerus. Apesar de que havia colegas que achavam que o Aerus tinha seus próprios meios, seus próprios mecanismos para solucionar o problema.

O que encontramos de parte da SPC, formalmente, e inclusive de parte do Ministro, foi uma postura que começava por questionar a legitimidade jurídica das associações para solicitar a intervenção e solicitar pro-

vidências. Enfrentamos isso na justiça, aqui junto ao STJ, conseguimos finalmente fazer com que o Ministro fosse obrigado a responder, respondeu, mas respondeu tergiversando, lamentavelmente. E nós continuamos na luta durante esses... Até 2005 lutando para conseguir um movimento de parte da SPC para tentar sanar o problema do Aerus.

Em 95 fomos ao Ministério Público Federal e levamos as mesmas ponderações que fazíamos à SPC em 2002, indicando inclusive que dos dez itens que garantem a intervenção da SPC no Instituto de Seguridade como o Aerus, pelo menos oito estavam precisamente inscritos pela atuação do próprio Fundo. Levamos isso ao Ministério Público e o Ministério Público tomou a providência de instaurar um inquérito e questionar diretamente as autoridades a respeito do que nós trazíamos.

Neste momento nós descobrimos que ao mesmo tempo em que o Ministério da Previdência e a própria SPC relutavam e até declaravam que não havia a necessidade de intervenção na Aerus, havia a necessidade de fazer uma inspeção, inspeção essa que gerou um Auto de Infração, e este Auto de Infração vem ao inquérito do Ministério Público Federal e confirma que todos os itens que deveriam ter imposto a intervenção saneadora estavam lá efetivamente aferidos pelo representante da SPC que foi encarregado de fazer a inspeção. Mas nós só soubemos disso porque chegou ao Ministério Público. Muito semelhante ao que o Dr. Castanha Maia aqui relatou, de documentos que só aparecem quando de alguma maneira a justiça intervém.

Pois bem, essa é a situação que nós vivemos hoje em relação precisamente ao Aerus. Isto é fruto de um processo de longo tempo. E há uma necessidade de se encontrar efetivamente uma solução. Eu tenho dito e vou trazer aqui aos senhores, especialmente aos Srs. Parlamentares, a noção de que nós somos as primeiras vítimas da Lei de Recuperação judicial. Pode parecer estranha essa forma de colocar, mas a verdade é que somos mesmo. Por óbvio a lei não foi construída com esse sentido de vitimar ninguém. Mas se tornou uma ferramenta em face à irregularidade com que ela vem sendo praticada. E o fracasso da recuperação da VARIG resulta exatamente nisto. De sorte que há algumas perguntas que precisam, na nossa visão, serem respondidas. Mais até, e fundamentalmente para se encontrar uma solução, mais do que tentar fazer com que o judiciário atue. Não que não devamos tentá-lo. O caminho do judiciário é um dos caminhos da sociedade. Mas a velocidade com que o judiciário atua é incompatível com as necessidades que nós estamos aqui discutindo. Essa é a nossa visão dentro do processo. Vejam bem que essa liminar da qual hoje conversamos,

hoje aqui, o Dr. Castanha Maia expôs, é uma eliminar de segunda instância, na verdade em sentido contrário do entendimento preliminar do juízo de 1ª Instância, que agora vem a ser cassada por outra liminar da 3ª Instância, e que ao final disso, se conseguirmos acelerar esse processo é para que isso tudo corra na 1ª Instância aonde vai se julgar o mérito da 1ª Instância. Por consequência vamos à segunda, para julgar o mérito na 2ª Instância, e aí julgar o mérito na 3ª Instância. E aí tudo isso nós estamos discutindo aqui terá sido feito pó. Não há dúvida quanto a isso.

Então nós entendemos que o que é possível, os Srs. Senadores têm ao longo desse tempo todo participado. Não é a primeira vez que estou aqui na Comissão de Assuntos Sociais, estivemos em outras Comissões, nesse assunto específico de Aerus, eu tenho até um documento aqui, o Senador Paim solicitou uma nova técnica, onde nós, já percebendo isso em 2003, é o STC nº. 6.110/2003 percebendo que a fórmula de solução devia passar até por uma participação dos próprios trabalhadores na empresa em recuperação para salvar o Fundo de Pensão. A maneira dos ativos até abrirem mão do valor que tinham aplicado ali. E tudo isso voltou à SPC e nós não tivemos solução.

Então eu deixo algumas perguntas aqui para serem feitas... Eu imaginava que o Sr. Erno Brentano é o liquidante aqui estivesse, a SPC aqui estaria. Uma das coisas é de que forma, por que se está fazendo, se está promovendo irregularmente a liquidação do Aerus? Porque é irregular. Porque a Lei 109 não prevê que se possa fazer em entidade Previdência Complementar uma liquidação parcial. Não há essa previsão.

Da mesma forma, na Lei 6.024 a qual obrigatoriamente tem que se referir um processo de liquidação semelhante a esse. As instituições financeiras privadas e públicas que se assemelham neste caso não podem ter liquidação de departamentos. Não se pode liquidar ou ter marketing de um Banco. Ou liquida o Banco ou não liquida. Então, primeiramente, por que se estaria procedendo a uma liquidação apenas dos planos VARIG? Isso é uma questão de mais uma irregularidade da SPC.

Uma outra a se perguntar diretamente ao liquidante do Aerus, que neste caso, segundo a Lei 6.024 se equipara a figura do liquidante de uma massa dessas, a do síndico da falência, se ele tem noção, que ele é um agente público, um agente da União. E quando ele vai à Assembléia de Credores da VARIG, e troca 20 anos primeiro depois de 30 anos de promissória que pagariam oito milhões de reais por mês no mínimo, hoje se pagando 50% do benefício da suplementação dos colegas que já são assistidos, e é quase a totalidade desses 50%, troca por uma ação. O resultado de

uma ação que é ação de congelamento tarifário. Ele tinha autorização, o Sr. Brentano voltou como agente da União, representando a SPC com noção de que quando ele aceita essa dação em pagamento, ele está tacitamente em nome do Governo abrindo mão de continuar o litígio na ação de congelamento tarifário? Essa é uma questão que precisa ser colocada. Porque aceitar novar as condições de pagamento enquanto síndico da massa, síndico da falência, é preventivo em lei. Não é possível fazer isso. Ele não pode novar essas condições. E especialmente como agente da União, ele aceita a dação em pagamento de uma ação onde a União é o pólo passivo, a União não deveria mais continuar recorrendo.

Então, como sugestão, independente além de se manifestar esta Casa na medida do que for possível, junto ao STF para acelerar esse procedimento de liminar, que pode até... Vai julgar, pode até julgar contrariamente, eu queria chamar a atenção da Casa para se ver a situação específica dessas pessoas para o momento. As pessoas não vão morrer amanhã. Eu sinto muito, a palavra é pesada e o assunto... Mas já estão morrendo hoje, Senador. Se formos comparar o percentual de óbitos dos últimos anos entre os participantes do Aerus e esse dos últimos meses, nós vamos ver que o número já extrapola a média. Isso está acontecendo. Está acontecendo. Está acontecendo agora, enquanto nós estamos falando.

Então, eu, como um leigo, como um cidadão que acompanha a vida do País, imagino que entre o Legislativo e o Executivo haja uma interação diária, uma troca de interesses legítimos, interesses na formulação de leis, na aprovação de medidas, enfim, na discussão da Administração Pública, e me parece, repito, como leigo, me parece talvez um caminho seja aproveitar esse diálogo que é necessário todos os dias para que o Executivo tome a providência de ultrapassar a burocracia que está em torno dessa questão, assumir as responsabilidades (*soa a campanha*) do fiscal que não fiscalizou. Assumir que o seu agente da SPC reconheceu que vai aceitar em pagamento para este Fundo exatamente do dinheiro que sair do congelamento tarifário, e promover o mais rapidamente possível esta solução. Esta é a forma. Caso contrário, o esforço da empresa que o Brigadeiro José Carlos coloca aqui para nós, o esforço da INFRAERO para poder justamente preservar eventualmente empregos e o Fundo de Pensão, pois sem Fundo de Pensão, sem trabalhador não tem Fundo de Pensão, terá sido completamente em vão. Porque quem arrematou esta empresa não tem compromisso com esse Fundo de Pensão, aliás, já está querendo, já está agindo nesse sentido para tirar a VARIG LOG de dentro do Fundo

de Pensão com o dinheiro, deixando só os seus aposentados e a dívida.

Então, não tem compromisso para o futuro. A sucessão trabalhista que aqui nesta Casa foi debatida, fortemente debatida, no art. 60 da Lei 11.111 onde não se permitiu a isenção da sucessão trabalhista na fase da recuperação judicial. Isso foi fruto de debate, Emenda que foi recusada. Hoje é objeto de uma grande discussão jurídica como se houvesse a sucessão trabalhista. Então, também, Brigadeiro, não sobra nenhum emprego. A VARIG que nós vemos dentro da forma que foi conduzida, sofreu um processo de falência branca aonde as condições que seriam para a falência, foram subvertidas nas prioridades dos pagamentos de modo a estabelecer novas prioridades. E o Fundo de Pensão fica completamente abandonado. A não ser que o Governo honre a palavra do seu agente, o Sr. Erno Brentano, fazendo com que o congelamento tarifário se torne líquido, e uma vez líquido indo aos cofres do Aerus para poder enfrentar as suas responsabilidades.

Isso era o que nós podíamos trazer de contribuição até o momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu queria registrar a presença nessa Audiência Pública do nosso querido Senador Cristovam Buarque, liderança incontestável em todo o País. E que aceitando o nosso convite vai participar aqui dentro do possível, naturalmente, do nosso debate. Eu registro mais uma vez a presença do Senador Mesquita Júnior e que sempre tem acompanhado e participado ativamente dos trabalhos dessa Comissão de Assuntos Sociais e também da Comissão de Direitos Humanos.

Eu gostaria de insistir com todos que nós, antes de encerrarmos essa reunião, vamos ver os passos que essa Comissão pode dar no caminho de ajudar a construir uma saída para os nossos milhares e milhares de aposentados.

Passamos a palavra de imediato à Associação dos Aeronautas e Aeroviários do Brasil para a sua Presidente, Maria Aparecida Leite.

SRA. MARIA APARECIDA LEITE – Senador Paulo Paim boa tarde, Senador Geraldo Mesquita, a todos os senhores aqui presentes boa tarde.

Senador, eu não vou me deter mais a dados técnicos porque os nossos Advogados, Dr. Castanha Maia, já expôs tudo e nós vamos tornar as pessoas aqui cansativas. Eu vou me deter mais ao lado social. No pedido ao senhor e a esta Comissão que aqui se encontra, de interceder junto à Ministra Ellen Gracie no julgamento desse agravo de instrumento, visto que nós estamos em São Paulo com pessoas internadas gravemente no Hospital Emílio Ribas, e no Hospital

do Câncer. Essas pessoas estão morrendo porque todos nós sabemos que a saúde pública no País ela é falida. Não existe Interferon, não existe o coquetel de Aids para poder dar para essas pessoas, e se nós não comprarmos com o nosso dinheiro, essas pessoas morrem. É o que está acontecendo. Foi ceifada dessas pessoas, o direito delas de receber suas aposentadorias que pagaram 20, 30 anos, por incompetência do nosso Governo Federal. A verdade é essa. Não vou me ater aqui também mais nisso. Mas mais ao lado social para pedir aos senhores a urgência em tudo aquilo que o Dr. Maia aqui explicou. Que as pessoas não podem mais esperar. Está se requerendo cestas básicas em igrejas, remédio em igrejas, tirando, fazendo-se rifas, isso e aquilo para comprar coquetel de Aids para dar para essas pessoas. Isso é inadmissível porque essas pessoas têm seu dinheiro dentro do Fundo de Pensão. Foram 20 anos, 30 anos como o Dr. Maia aqui falou. Se nós estivermos 100% nós podemos entrar dentro do avião para trabalhar. Se nós não estivermos, nós não podemos. A nossa profissão ela é altamente qualificada, é uma profissão que se você não tiver realmente 100% você não pode exercer ela. Tem o desgaste físico, emocional, o desgaste pelo fuso horário. Por tudo aquilo que os senhores já estão cansados de saber. Eu não vou me estender a mais nada. Pedir ao senhor encarecidamente que atenda ao nosso pedido, intercedendo junto, intercedendo naquilo que for possível junto ao Supremo Tribunal Federal para que essas pessoas pelo menos possam a vir a ter um natal digno. É isso que nós pedimos a essa Casa. Por isso nós confiamos nos senhores e colocamos os senhores aqui para nos representar. É isso só que eu tenho a pedir. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passaremos de imediato para depois irmos para os encaminhamentos, a palavra à Sr^a. Cristina Dornelles, que também dispõe do mesmo tempo assegurado aos outros painelistas.

SRA. CRISTINA DORNELLES – Minha muito boa tarde a todos aqui presentes. Mas minha calorosa saudação ao Senador Paulo Paim que tão bem representa os interesses de todos os que estão clamando por alguma justiça social, especialmente os interesses também do Estado do Rio Grande do Sul, da onde eu venho. A minha saudação ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, se fazendo presente em pleno mês de dezembro, no finalzinho de ano. É tão importante.

Bom, eu queria falar aqui não só como uma Advogada que sou, que representa um pouco mais de uma centena de aposentados e pensionistas do Rio Grande do Sul, mas queria falar aqui também como filha de um aposentado do Aerus, que veio a falecer em setembro

último, e teve seu estado de saúde bastante agravado devido à notícia da perda dessa aposentadoria.

Desde o início da liquidação do Plano de Pensão da TRANSBRASIL é que eu me debrucei única e exclusivamente sobre essa matéria. Eu praticamente parei minha vida profissional em todos os outros ramos do direito para estudar somente a Previdência Privada do nosso País, buscando também subsídios no direito comparado nos outros Países que estão mais avançados nessa matéria com uma Legislação mais moderna do que o nosso.

Eu queria começar falando sobre uma inovação na interpretação da Lei Completamente 109/2001 que conforme já foi exposto pelo meu colega Dr. Castanha Maia, é a lei que regulamenta, que normatiza, que coordena, que fiscaliza o funcionamento dos Fundos de Pensão. Essa lei ela foi exaustivamente discriminada para fazer com que os Fundos fossem poupanças muito seguras. E por que isso? Pela importância que é a Previdência Social num País, e especialmente a cultura da Previdência Complementar que move as pessoas a reservarem parte de seus salários todos os meses para uma velhice digna, para uma aposentadoria que vem a... Como diz a própria palavra Previdência Complementar, a complementar a Previdência Social. Que se sabe que no nosso País ainda precisa muitas melhoras. Por que é que eu digo que houve uma inovação na interpretação da lei? Porque foi permitido a liquidação de alguns planos de benefícios dentro do Instituto Aerus de Previdência. Não existe previsão na Lei Complementar para liquidação de planos. Existe uma previsão de liquidação da entidade, do instituto. Porque senão se permitiria livrar-se, digamos assim, da parte podre. E qual seria a parte podre? A VARIG, a TRANSBRASIL, que como patrocinadoras não contribuem mais com o Fundo de Previdência. Essa inovação ela não pode ser permitida. Não pode ser permitida por quem? Pelo esforço conjunto, acredito eu, dos poderes. Principalmente pelo judiciário, que tem a obrigação de fiscalizar a interpretação, o funcionamento das leis que já passaram pelas Casas, do Senado e da Câmara. De qualquer forma, essas decisões do judiciário elas demoram consideravelmente até serem efetivadas, até serem cumpridas. E essa é uma característica do nosso País. Não vou aqui lamentar essa característica. Acredito, sim, o judiciário demora. Mas nós vivemos num Estado Democrático de Direito. E graças a Deus nós temos mais de um nível recursal. Porque o que seria da população, o que seria do povo brasileiro se uma decisão fosse incontestável? Nós não vivemos num País assim.

Então, depender do esforço unicamente do judiciário, acredito, Sr. Presidente, não vai ser suficiente.

Não há tempo disponível para isso. A Secretaria de Previdência Complementar, órgão do Ministério da Previdência Social, está lá na Lei Complementar 109, ela tem a obrigação de normatizar, coordenar, supervisionar e fiscalizar o funcionamento do Fundo de Pensão. Ela tem acesso irrestrito a todos os documentos que compõem o Fundo.

O objetivo disso é um só. É garantir transparência, solvência, liquidez e equilíbrio para esses Fundos de Pensão, para esses planos de benefício. As garantias para que isso aconteça se dão através de resseguro, de um Fundo de solvência ou de garantias de reservas garantidoras. Então, tendo em vista esse funcionamento da Lei Complementar, é evidente que não há uma previsão de liquidação de um plano de benefício. Um plano de benefício, quando ele apresenta algum problema dentro do Fundo de Pensão, ele deve ser imediatamente saneado. A figura do administrador especial, a figura do interventor, ela serve exatamente para isso, para sanear um plano de benefício. Para achar soluções para um plano de benefício. Para fazer com que o dinheiro que não está chegando dentro do Fundo, venha ao Fundo e garanta o direito dos aposentados, dos pensionistas, que é exatamente para eles que esse Fundo deve existir. A liquidação do plano significa agora uma violação constitucional. É a violação ao princípio do direito adquirido. Enquanto as pessoas contribuem para um Fundo de Pensão, enquanto elas contribuem dentro do seu plano de benefício, elas têm uma expectativa de direito. Elas esperam alcançar a aposentadoria.

No momento que elas solicitam essa aposentadoria, que essa aposentadoria é concedida, elas têm um direito adquirido. E esse direito não pode ser violado, sob pena de estarmos pisoteando a Constituição do nosso País. Existe uma regra, Sr. Presidente, no direito comparado, que é a regra da pessoa prudente. Eu diria que a Secretaria de Previdência Complementar não agiu com prudência. Não agiu com a prudência devida nesse caso específico do Instituto Aerus. Claro, do Instituto Aerus da VASP, infelizmente os nomes são muito parecidos, então me permita ressaltar o Aerus da VASP, sim, teve sua liquidação decretada, mas a liquidação do instituto. O Aerus TRANSBRASIL VARIG teve a liquidação de um plano, a violação *data maxima venia*, no meu parecer, é maior.

Dentro desse princípio da pessoa prudente, cabia à Secretaria de Previdência Complementar agir imediatamente no momento em que detectasse uma dificuldade do instituto no recebimento dos valores que deveriam ser aportados pelas patrocinadoras. Buscando informações junto à Secretaria de Previdência Complementar de porque ela não fez isso à contento.

A justificativa foi a seguinte. Se nós estabelecêssemos uma intervenção no Fundo de Pensão, nós estaríamos sinalizando para a população, e para os órgãos de aviação que a VARIG não vinha bem. Nós estaríamos sinalizando que a falência da VARIG era próxima. Por isso nós não intervimos no Fundo de Benefício, no Fundo de Pensão do Aerus. A Secretaria agindo assim correu um risco. E o respingo é o que vem agora.

Não há como o Governo, digo aqui o Executivo, que através do Ministério da Previdência busca garantir a aposentadoria nesse País se eximir da responsabilidade de solucionar essa questão. No nosso País, Sr. Presidente, nós temos uma movimentação em Fundos de Previdência Complementar na ordem de 400 bilhões de reais por ano. São 14 milhões de pessoas em todo o País que contribuem, todos os meses, para um Fundo de Previdência Complementar. É a cultura dessa aposentadoria complementar que vai restar fortemente abalada. Sem contar o todo sofrimento que esses aposentados, que esses idosos, que essas pensionistas estão passando desde março desse ano na eminência de ficar absolutamente desabrigados sem a complementação de suas aposentadorias.

O simples fato, Sr. Presidente, da comunicação de um instituto, do falecimento de um aposentado significa dentro desse processo tão falho de liquidação esdrúxula de um plano de benefício, significa a imediata interrupção do pagamento da antecipação da reserva matemática. Significa condenar uma família de um aposentado falecido à absoluta míngua.

Eu queria aqui só para finalizar invocar Aristóteles que diz que os homens têm uma tendência a negligenciar a obrigação que eles esperam que o outro execute. No meu parecer, Sr. Presidente, foi isso que fez a Secretaria de Previdência Complementar. E existe, sim, por parte do Governo uma ciência de que a fiscalização da Secretaria é absolutamente ineficiente e isso se refere à criação da PREVIC, da super agência para viabilizar uma fiscalização eficiente desses Fundos que gerenciam tanto dinheiro.

Apenas para concluir, eu queria trazer à ciência de V.Ex^{as}. e dos presentes nessa sala que a UNITED AIRLINES, os aposentados da UNITED passaram pela mesmíssima coisa em maio do ano passado. Houve a liquidação do Fundo de benefícios dos aposentados da UNITED, e se viu aí uma movimentação dessa categoria de pessoas buscando uma solução que também parecia muito distante. A solução foi através do Fundo garantidor do Governo. Eles agora recebem os seus benefícios. Houve uma composição entre os aposentados e o Governo e se encontrou uma solução digna para a situação.

No Brasil nós temos o Instituto de Resseguros. O instituto... Não houve um pedido formal da Secretaria de Previdência Complementar, no caso do Aerus, para que fosse feito um resseguro. Mesmo havendo uma indicação muito forte para isso. Então, eu queria concluir só trazendo essa explanação que acredito, sim, numa solução que envolva não só o judiciário, mas o Executivo e o Legislativo. Essa sim vai ser uma solução que vai conseguir ser eficaz no tempo que nós temos disponível. Uma solução de um só dos poderes não será eficiente. Agradeço a oportunidade.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nesse momento eu desfaço essa Mesa. Peço ao Senador Mesquita Júnior que continue aqui conosco, e é com satisfação que convido ainda o Sr. Miguel Dau, gestor judicial da VARIG que chegou a estar conosco, e que continuo lamentando a não presença do Sr. Erno Dionízio Brentano, liquidante do Fundo de Pensão Aerus, plano VARIG TRANSBRASIL, Maria Batista da Silva, liquidante do Fundo de Pensão Aerus, VASP, e também do Leonardo André Paixão, Secretário da Previdência Complementar, e Carlos Eduardo Gabas, Secretário-Executivo do Ministério da Previdência que não se fizeram presente, não mandaram representante. Mas quero dizer que a maioria dos convidados está aqui. E lamento a ausência desses quatro.

Então, de imediato, antes que o Senador Mesquita possa fazer uso da palavra, eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Miguel Dau, gestor judicial da VARIG. Tem 15 minutos com mais cinco.

SR. MIGUEL DAU – Sr. Presidente, muito boa tarde. Sr. Senador, a todos os presentes. Eu acabei me atrasando um pouco. Fui obrigado a comparecer à cerimônia de emissão do certificado de homologação da empresa aérea da ANAC, até esse minuto da assinatura eu ainda era o responsável pelas operações da VARIG. E eu não poderia deixar de comparecer. Mas consegui hoje praticamente estar em quatro lugares hoje em Brasília durante o longo desse dia de hoje. E não poderia deixar de comparecer aqui.

O que eu tenho a acrescentar de tudo que foi dito e até antes da minha presença aqui, é que o papel do gestor judicial, papel esse que eu assumi no dia 17 de agosto deste ano, é de fazer cumprir o Plano de Recuperação Judicial que foi aprovado esse ano em Assembléia de credores. Quer dizer, o meu papel é de fazer cumprir *ipsis litteris* esse plano. Posso até propor aos credores alguma alteração. Mas eu de foro próprio não posso alterar qualquer dos itens e cláusulas previstas nesse plano. E esta administração da VARIG remanescente, da RIO-SUL e da NORDESTE, é uma

administração que é acompanhada pelo juízo da 1ª Vara Empresarial, pelo Ministério Público, pelos credores e por um administrador judicial escolhido pelo juízo da 1ª Vara. O que eu tenho a acrescentar em relação à questão Aerus, que considero muito sensível, é que este plano, da mesma forma como o Aerus, dependem da solução final da ação de defasagem tarifária. Esse plano, tanto quanto grande parte da solução de um Instituto Aerus, pesa no julgamento e no trânsito em julgado da ação de defasagem tarifária. Esse plano sem essa ação ele não é exequível. Ele não tem capacidade de geração de recurso para fazer frente às dívidas equacionadas através desse plano. Então, é isso que eu tenho a acrescentar, e de que esta administração, a começar por mim e todas as pessoas que participam dessa administração, nós estamos trabalhando de forma a acelerar dentro das nossas capacidades o julgamento dessa ação. Mas isso não depende somente da administração. Isso depende de todo um rito do judiciário. Nós esperamos e temos a sensibilidade de que o judiciário entende essa situação vivida pelas empresas, pelos funcionários. Porque também não são só os funcionários aposentados, nós temos os funcionários que ainda estão por se aposentar, e outros que estão inclusive desempregado, e que até agora não tiveram a capacidade e a empresa infelizmente ainda não tem capacidade de poder fazer o pagamento das verbas rescisórias. Essa é a realidade de que nós vivemos e nós necessitamos de recurso, e esse plano é lastreado, é balizado tanto na ação de defasagem tarifária quanto também nas ações que estão sendo... Que estão correndo em determinados Estados brasileiros em relação à cobrança de créditos de ICMS que foram indevidamente cobrados pelos Estados, e isso foi já objeto de uma ação no Supremo. E agora é uma questão do reconhecimento desse crédito perante os Estados. Somente o Rio de Janeiro foi o único Estado que reconheceu e que acabou gerando créditos da companhia.

Nós temos hoje aproximadamente uns 670 milhões de reais de créditos a serem recebidos de diversos Estados. E isso com certeza isso está inclusive previsto no plano. Grande parte desses recursos serão canalizados diretamente aos trabalhadores. E eu espero que a maioria dos Governadores e até o apoio do Governo Federal de se conseguir receber esses recursos, esses créditos para o “saldamento” dessa dívida, principalmente relacionado aos trabalhadores.

Era isso, Presidente, que eu poderia acrescentar em relação à gestão, que se iniciou em 17 de agosto, até esse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nesse momento eu passo a palavra ao

Senador Geraldo Mesquita Júnior, para que ele faça suas considerações. E em seguida eu vou entrar nos encaminhamentos. E dentro dos encaminhamentos, aqueles painelistas que quiserem usar da palavra, poderão fazer. E mesmo alguém no Plenário que não teve oportunidade, se entender que tem a contribuir para nós encaminharmos... Claro que não soluções definitivas, porque esse não é o Fórum. Mas pelo menos propostas que possam contribuir para a solução do problema. Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Muito obrigado, Senador Paim. Mais uma vez cumprimento a todos. O quadro deixa a gente para lá de preocupados, deixa a gente tonto. É algo... Olhem, hoje pela manhã o Senador Paim tentou aprovar um Projeto aqui que regulamenta uma questão que diz respeito aos trabalhadores e aos Sindicatos de Trabalhadores nesse País. Trata-se da contribuição assistencial, apenas regulamentar o assunto, que gera discórdia e polêmica entre o Ministério do Trabalho e a Procuradoria do Trabalho e o Senador Paim em boa hora propôs um Projeto que pacifica o assunto. Mas surpreendentemente o Projeto, segundo o Senador Paim, em razão de forças ocultas, que se movimentam nessa Casa e representam interesses pesados, o Projeto foi obstado. O Projeto nós não conseguimos aprovar. E o Senador Paim lembrou com muita propriedade que é um segmento talvez pequeno do empresariado, colocou como obstáculo o fato da contribuição circular pela folha de pagamento. E eles não gostariam de fazer esse recolhimento e repassar para os sindicatos. E lembrou o Senador Paim com muita propriedade: Mas eles não se incomodam de forma alguma em recolher os valores dos empréstimos em consignação que as pessoas estão por necessidade fazendo, e se encalacrando, e repassar para a banqueirada. Isso aí eles não se incomodam. Não há qualquer empecilho. Isso se resolve com uma agilidade incrível nesse País. Como se resolveu com agilidade incrível nesse País, por exemplo, eu nem lembrava da expressão, que é uma pressão para mim maldita, mas fui ali e o Paim me aclarar a memória do famigerado PROER. O que é que foi o PROER? Foi utilização de recurso público, recurso nosso, que saiu do bolso de cada um de nós aqui para salvar banqueiro, me desculpem a expressão, alguns inclusive trampolineiros. Isso foi feito aos auspícios sob o patrocínio da União, do Governo Federal.

Então, eu me movo muito, Senador Paim, pela lógica das coisas. Quando o assunto diz respeito e interessa proximamente a banqueirada, a quem pode muito nesse País, olha as coisas aqui acontecem numa agilidade, numa rapidez surpreendente. É vapt-vupt. Quando o assunto diz respeito... Eu estou aqui nessa

Casa há quatro anos. E essa lógica eu já observei. Quando o assunto diz respeito aos trabalhadores, àqueles mais desassistidos, inclusive, olha, é tanta dificuldade, é tanto obstáculo que se tem que superar. No final, a gente fica com a impressão de que quando se consegue algum resultadozinho, foi fruto de uma concessão, e não da garantia da obtenção de um direito. Quando se tenciona nesse País retirar direitos adquiridos de trabalhadores, a coisa também é célebre, a coisa também flui com uma rapidez incrível. Aqui está se tratando--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador, sem querer atrapalhar, mas só porque acho que o momento merece essa reflexão que V. Exa. está fazendo. Acabaram até com o direito de termos acordo, e conseqüentemente, se não houver acordo, dissídio coletivo. Essa Casa acabou. O Congresso acabou. Se o sindicato de Empregado e Empregador não se entenderem, não dá para instalar o dissídio. É ou não é Dr. Maia? Não dá mais agora. Tem que deixar por isso mesmo. Veja o absurdo que nós chegamos. Eu tinha que dar esse complemento porque acho que essa reflexão a gente tem que fazer.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – é verdade. Então, eu fico vivamente impressionado. Agora, também não me entrego. Como o Paim não se entrega, como muitos aqui não se entregam. Como vocês não se entregam. Agora, precisamos ser objetivos. O depoimento da Advogada, a companheira lá do Rio Grande do Sul relatando um caso inclusive da sua própria família. Imaginem quem tem salário hoje no País, pelas dificuldades que passa, pelos constrangimentos que passa, para poder sobreviver. Já deve viver com o coração na mão. Imagine as pessoas que recebem primeiro um corte de um benefício, e em seguida recebem a notícia de que brevemente não terão mais nem esse benefício truncado. É algo assim que vai além do desumano, do cruel, do perverso.

Vejam uma coisa. O setor... A Previdência Complementar ela é fortemente regulada pelo Poder Público, pela União, e é fortemente fiscalizada. A União não tem como se eximir de responsabilidades. Ainda mais com um relato de fatos aqui que me deixaram estarecido. O Dr. Maia relatou fatos aqui que só a credibilidade dele nos assegura que ocorreram. De interventores... Quem é interventor num organismo como esse? É a União. Seja lá a pessoa física que estiver lá representando a União. Mas é a União. Interventor dispensar contribuição de empresa. Acredito até que se deva estar documentado. Coisa absurda. Coisa vergonhosa.

Então, de qualquer forma, Senador Paim, amigos e amigas, a União não poderá se eximir de responsabi-

lidade desse processo todo. Desastrado. Pode-se falar, tudo bem, setor privado, má gestão, etc. Mas a União chegou inclusive a intervir. Além de regular e fiscalizar chegou a intervir. Então ela é parte desse processo. E ela terá que assumir suas responsabilidades. Vocês estão tentando fazer com que essa responsabilidade cole na União através dos caminhos que a Advogada muito bem lembrou. Do nosso Poder Judiciário.

Agora, o quadro também que se afigura nesse espectro aí é o pior possível também. Daqui que obtenhamos e colhamos um resultado favorável, esperamos, rogamos a Deus que seja favorável, a infelicidade já se abateu sobre talvez grande parte das pessoas que hoje anseiam por um benefício desses. Por um resultado desses.

Portanto, creio que visitar a Ministra Ellen Gracie, podemos ir lá, Senador Paim, com representantes aqui dos interesses aqui postos. Podemos ir. Com toda a abertura, com toda franqueza conversar, porque o judiciário tem que priorizar mesmo. Assim como um hospital tem que priorizar um atendimento de vida ou morte, uma fila de transplante, o judiciário também tem que priorizar. Eu me perfilo junto àqueles que pensam dessa forma. O judiciário tem que priorizar, sim. O judiciário tem que ter sensibilidade social. Não basta seguir o que está ali no roteiro do Código de Processo Civil, do Código de Processo Penal. O judiciário tem que ter sensibilidade também. O judiciário tem que abrir os olhos para a realidade de cerca de dez mil pessoas nesse País e talvez muito mais pelo que a gente colhe de vocês aqui. Tem sim que ter sensibilidade. Tem sim que colocar como preferência para julgamento, num agravo como esse. Por que é que não se julga um agravo desses? Outros estão na frente? Mas eu creio que a situação em que está posta a questão que vocês trazem aqui, que diz respeito a milhares de pessoas, merece do judiciário, merece dessa Casa aqui, merece do Congresso Nacional, merece do Poder Executivo que todos nos movimentamos e nos movimentemos para que a solução, Senador Paim, venha no tempo presente e na medida da necessidade das pessoas. Agora. Porque daqui a 10 ou 15 anos, alguns ainda se beneficiarão. Mas a grande maioria morreu frustrada, morreu se sentindo injustiçada, morreu se sentindo violentada. A verdade é essa.

Então, humildemente eu me coloco aqui à deposição de uma pessoa que exerce uma liderança nessa Casa. Uma liderança natural. Tem líderes aqui que se chamam de líderes. Agora, têm outros que são líderes. O Senador Paim é Líder. Líder por quê? Porque está comprometido de corpo e alma, e de pensamento, com causas de grande repercussão social e nacional.

Portanto eu me coloco sob a sua liderança, Senador Paim, para que a gente possa conversar, seja com quem for necessário. Com a Ministra Ellen Gracie, com Casa Civil da Presidência da República, com o seu companheiro Lula, para que a gente possa fazer com que as coisas aconteçam. Que a gente fica com a sensação de que isso tudo a máquina é feita para que a coisa não se resolva, para que o negócio estique, para que... E para que talvez as pessoas esqueçam. Ou morrendo não tenham mais a oportunidade de reivindicar direitos sagrados e consagrados.

Portanto, eu deixo aqui a minha disposição, o meu interesse em acompanhar o Senador Paim e outros parlamentares, acompanhar vocês nesse périplo que vocês fazem dramático, em busca do resgate dos interesses e direitos que vocês durante uma vida inteira construíram e que hoje precisam ter presente nas suas vidas. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu quero dizer que embora o Senador Geraldo Mesquita Júnior fale de uma certa liderança nossa, isso é daquela bondade dos grandes homens. Os grandes líderes que são aqueles que são humildes, e acabam debitando para a gente uma liderança que eu acho que ele tem, eu diria, e que nos orgulha muito estar do lado dele. Em momentos como esse a gente tem parceiros nessa Casa. E o Senador Geraldo Mesquita Junior tem sido um parceiro permanente. Por isso que eu tenho muito orgulho em dizer que eu me sinto aqui liderado por vocês. Eu sei que essa também é a posição do Senador Geraldo Mesquita Júnior e todos aqueles que têm esse compromisso.

Eu vou encaminhar da seguinte forma, se assim vocês entenderem. Como eu recebi aqui do sindicato uma série de documentos, a assessoria baseada nesses dados, ela formulou a seguinte carta que eu e o Senador Mesquita Júnior assinaríamos autorizado pelo Presidente dessa Comissão para que a gente agisse assim. Eu vou ler a carta e vou ver se o Plenário concorda que essa carta seja remetida hoje ainda à Ministra Ellen, sem prejuízo da possibilidade de uma visita a ela, e a outras pessoas que assim vocês entenderem. E como também que uma carta semelhante a essa seja remetida a outras autoridades mediante o quadro dramático que aqui foi colocado por todos vocês. E que foi com muita sensibilidade aqui na reflexão que fez o nosso Senador demonstrado ao País que é o desespero. Eu, se me permitirem, tem um senhor que está ali atrás, o senhor pode levantar. Me mostrou hoje pela manhã, ele me mostrou um cartaz que estava com ele, não sei se ele tem o cartaz aí, mostrando a

situação desesperadora não só dele como de milhares e milhares de aposentados, pensionistas do nosso sistema aéreo. Ele me mostrava esse cartaz pela manhã, e nesse cartaz ele procurava mostrar a situação de desespero de alguém que não sabe se vai receber o seu salário efetivamente a partir do mês de março. Eu gostaria aqui depois ao encerrarmos a reunião o senhor tivesse... Fizesse para nós a gentileza de nos trazer à Mesa aqui no encerramento e daí então a TV Senado pode registrar, na hora que eu for para o finalmente, o senhor seria convidado no encerramento a trazer à Mesa aqui antes de nós encerrarmos a reunião demonstrando essa realidade.

E agora eu leria a carta então, e pediria a todos que estão presentes que ponderassem se essa carta contempla a preocupação dos senhores e das senhoras, ou se nós deveríamos mudá-la e alguma outra proposta de encaminhamento que já foi sugerida à Mesa. Então a carta seria nos seguintes moldes em nome da Comissão de Assuntos Sociais.

“Sr^a. Ministra: No dia 13 de dezembro de 2006 estiveram na Comissão de Assuntos Sociais do Senado representantes de participantes do Aerus, Fundo de Previdência Complementar e Instituto Aerus de Seguridade Social. Na reunião foi exposta a situação dos participantes daquelas entidades. No caso Aerus VASP, houve intervenção federal durante o período de dez anos, decretada a liquidação da entidade, em fevereiro de 2005. No caso relativo ao Instituto Aerus, foi exposta uma série infundável de renegociações de dívidas aprovadas pela União. Ministério da Previdência Social nunca honradas o que deixou a entidade sem o acúmulo de recursos necessário ao pagamento de aposentadorias e pensões. Quanto a esse segundo caso, ainda foi exposto a nós o fim da chamada terceira fonte de financiamento, ocorrida ainda em 1991, quando a entidade teve suprimida uma de suas três fontes de financiamento. Fomos informados ainda da existência de decisões judiciais do Tribunal Regional Federal da 1ª Região relativo aos dois casos, onde a União foi responsabilizada por via de antecipação dos efeitos da tutela concedida por insolvência das duas entidades complementares. Em momento seguinte, a União interpôs pedidos de suspensão de liminar junto a esse Supremo Tribunal Federal. No primeiro caso, ou seja, Aerus -VASP, foram suspenso os efeitos da decisão do TRF até o trânsito em julgado da ação. No segundo caso, Aerus VARIG TRANSBRASIL foi suspensa a multa diária que constrangia a União ao pagamento. São as SL 127 e 129 referentes ao Instituto Aerus de Seguridade Social e Aerus Fundo de Previdência Complementar respectivamente. O tema sem dúvida é relevante, e mereceu ponto despacho de

V.Ex^a. Houve interposição pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas de agravo regimental frente a essas decisões, requerendo fosse levado ao pleno do Supremo Tribunal Federal. Dada a gravidade da situação, envolvendo tanto cidadãos da terceira idade quanto órfãos desses cidadãos, resolveu esta Comissão de Assuntos Sociais acompanhar o tema e pautar essa discussão. Nada obstante e tendo presente o acúmulo de trabalho desse Supremo Tribunal Federal, cuja independência e soberania a todos orgulha, vem essa Comissão de Assuntos Sociais rogar a V.Ex^a que leve os agravos regimentais a julgamento no pleno dessa Corte Maior, o que permitirá que se defina a situação de angústia que vivem as milhares e milhares de pessoas afetadas. Trata-se tão-somente de requerer a preferência no julgamento dada a permanente atuação do Poder Legislativo em defesa da cidadania, e particularmente da terceira idade e dos menores dependentes. Tão-somente requer que seja agilizado o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal”.

Esta é a carta. Claro que é uma leitura. Se algum dos presentes quiser fazer um comentário, que sintetize o documento, não sei se o Dr. Maia gostaria de fazer comentário, enfim, qualquer um dos presentes. Eu não estou aqui me referindo especificamente a um ou outro. Se quiserem fazer algum comentário ou se entendem que a carta contempla a vontade desse Plenário, claro que vocês não vão votar. A decisão é dos Senadores. Mas antes da decisão, eu queria saber se o Plenário concorda ou tem algum considerando a fazer.

Então, eu peço que quem quiser fazer considerando, use o microfone. Dr. Maia? também queria fazer o considerando? O microfone da bancada mesmo. Só peço que ocupe a bancada e faça o considerando. O primeiro aqui foi... É bom que cada um na hora de falar identifique o nome para efeito da gravação.

SR. ELNIO BORGES – Excelência, não sei e ficaria efetivamente então a cargo da consideração da Mesa, mas apenas para que se registre sempre com precisão esta situação, não sei se seria o caso constado a carta, repito, mas na questão das repactuações, além de como aí mencionado, elas não terem sido honradas em nenhuma das vezes, essas repactuações não foram acompanhadas das garantias de pagamento exigíveis por força de lei por consequência a SPC nesse aspecto específico não foi apenas uma testemunha de uma repactuação que deixou de ser honrada posteriormente. Ela permitiu que não houvesse garantia. Por isso é a situação.

No caso específico mencionado que no Aerus da VASP houve intervenção por dez anos. No caso do Aerus houve administração especial de representante da Secretaria de Previdência Complementar por três

anos e posterior intervenção para executar uma liquidação feita ao arrepio da lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – É uma contribuição ao debate da formulação final. Como nós vamos encaminhar em nome da Comissão de Assuntos Sociais, eu faço um apelo que aqueles que quiserem contribuir de forma de aprimorar a redação, de preferência que me encaminhe por escrito, e assim mesmo eu vou permitir aos dois inscitos. Dr. Maia, e em seguida V.Ex^a.

SR. LUÍS ANTÔNIO CASTANHA MAIA – Excelência, eu só queria cumprimentar. Porque o texto apanha exatamente a preocupação, e então independentemente de vir algum acréscimo, é porque passa a ser uma situação de certa delicadeza. O Poder Legislativo ao Poder Judiciário, um poder absolutamente soberano, então parece que está numa dose correta, no sentido de que ele não entra no mérito, ele apenas pede a agilidade no julgamento, o que não causaria nenhum constrangimento. Nem a íntegra dos autos já está com os Ministros. Então, só o cumprimento pela iniciativa desse Ofício que eu entendo que é importantíssimo porque da mesma forma como o judiciário é independente e soberano, também o Legislativo tem o seu compromisso social expresso aqui nessa reunião hoje na postura de V.Ex^a.

E a idéia levantada pelo Senador de uma eventual audiência com a Ministra, me parece extremamente pertinente com a Ministra Presidente. Há poucos dias inclusive no Supremo eu assisti, ouvi porque tinha uma audiência ao mesmo momento no Salão Branco do Tribunal dos partidos no aguardo da votação da Cláusula de Barreira. E foram recebidos com toda grandeza porque o assunto envolvia. Então esses assuntos da maior grandeza eu entendo que estão sendo tratados com essa grandeza e não caracterizam influência, mas tão-somente um exercício pleno do próprio Poder Legislativo da representação inerente ao Poder Legislativo.

Ainda o Senador Geraldo levantou a questão de uma eventual articulação junto ao Poder Executivo que eu acho que seria extremamente interessante, porque nós estamos num nó nesse sistema. Olha só, se a União pagar o que deve para a VARIG, a VARIG paga o que deve para a Aerus. E aquele processo está relativamente avançado. Enquanto isso as pessoas vão morrendo. Então é uma situação maluca isso. Com o perdão da expressão. Então, na verdade a União essa questão de fazer, obrigar a União agora a fazer esse pagamento ela vai nesse sentido de vamos tentar... A própria Graziella Baggio que está aqui ao meu lado, Presidente Sindical do Nacional dos Aeronautas, levanta essa questão da possibilidade do encontro de

contas agora nas companhias aéreas o que poderia ser colocado no bojo de uma articulação com o Poder Executivo, conforme foi levantado pelo Senador Geraldo. Obrigado, licença.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito bem.

SR. MANOEL DA SILVA MENDES – No caso, como está sendo encaminhado essa proposição para o STF, no caso a diferença tarifária está no STJ. Não seria interessante que houvesse uma proposição específica para o STJ dentro desse sentido? Porque o STF não vai estar atuando, acredito eu, num assunto que está dentro do STJ ainda. Então eu acredito que no caso específico da VARIG de diferença tarifária, seria interessante que fosse feita o encaminhamento ao STJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – *(pronunciamento fora do microfone)*... Já que estamos fazendo aqui um debate mais democrático possível.

SR^a. GRAZIELLA BAGGIO – Senador, se o senhor me permitir, é óbvio que essa carta à Ministra ela tem por objetivo acelerar e colocar em pauta os dois agravos que lá estão. Para nós é extremamente importante isso. Paralelo a isso, talvez o que o companheiro Neves está tentando buscar é um apoio, e isso eu não sei se é possível neste momento, mas um apoio desta Comissão no sentido de se manifestar junto ao STJ no que se refere à necessidade de acelerar o processo de diferença tarifária que contempla a dívida dos Fundos de Pensão.

Então são duas coisas diferentes que na minha sugestão, enquanto estive na Mesa, eu considero tudo uma ação proativa dos agentes que aqui estão presentes e outros que poderão se agregar nesse sentido. Ou seja, discutir com o Executivo, convencer o Executivo, convencer o Procurador, fazer efetivamente o papel de ir buscar, sensibilizar essas pessoas que hoje estão no ponto para a decisão.

Então, seriam duas situações. A carta para a Ministra do Supremo sem entrar em detalhes. Só para pedir para agilizar. E dois, paralelo a isso, buscar junto ao STJ levar o apoio desta Comissão e a preocupação dessa Comissão no sentido de acelerar o julgamento daquela ação porque depende a vida desses trabalhadores que estão em benefícios. São duas ações.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Deixa eu dar o encaminhamento então, se é que entendi bem o que é que pensa o Plenário. Nós faríamos duas cartas: Uma a STJ, com muita precisão sobre o tema levantado agora por V.Ex^a e outra nos moldes que está aqui com alguma pequena correção,

e que em resumo a gente quer apenas pedir que eles dêem preferência, digamos, que agilizem a deliberação sobre os agravos como você colocou muito bem. Essa seria a intenção. Quanto a isso, há entendimento. Então, logo que encerrarmos, a gente pode aprimorar e as duas cartas com os participantes que estão aqui.

Dois: Houve a proposta do Senador Geraldo Mesquita Júnior que eu entendo também procedente. Então nós vamos tentar, Senador, pela sua posição, e eu que senti que houve o apoio imediato do Plenário, marcarmos uma audiência com a Ministra Ellen com o objetivo de que vá na mesma linha da carta. Sem prejuízo de uma ação junto ao Executivo. Que também faremos na mesma linha na proposição de V.Ex^a. Então isso está deliberado.

SRA. CRISTINA DORNELLES – Senador, só queria fazer uma contribuição no seguinte sentido. Acho que inclusive se poderia solicitar essa preferência com base no Estatuto do Idoso, reforçar essa solicitação, porque com certeza nos processos isso já foi levantado, já foi abordado, mas tendo em vista que o Estatuto do Idoso é uma Lei de sua autoria, então seria importante ressaltar, inclusive, na ação do congelamento tarifário que o Aerus, como terceiro interessado nessa ação, porque ele tem essa garantia do recebimento dos valores que forem aportados lá para VARIG, o crédito da VARIG. Então, ressaltar essa questão de que vai garantir o direito de pessoas que efetivamente já contam com mais de 60 anos, não podem esperar e têm preferência no julgamento do judiciário. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Olha, mediante o que foi colocado, e pelo que percebi há entendimento no Plenário. Eu apenas vou decidir pelos encaminhamentos que serão feitos em nome da Comissão de Assuntos Sociais depois de uma conversa que já tive com o Presidente da mesma, que aí é de autoridade dessa Mesa. Mas apenas pergunto aos Senadores presentes se concordam que os encaminhamentos aqui levantados.

Conseqüentemente essa Comissão então fará duas cartas: Uma à Ministra Ellen, num primeiro momento, nos moldes que está aqui apresentado e lido, com uma leve correção, e uma segunda ao STJ, se necessário, que eu peço a contribuição de V.Ex^a para a gente detalhar o objetivo da mesma, que é para o eixo principal é as tarifas. Congelamento das tarifas. E faremos então uma redação adequada logo que termine essa reunião. E também daremos o encaminhamento conforme proposto do Senador Geraldo Mesquita Júnior de interagirmos junto ao Executivo para que se agilize o pagamento devido aos nossos queridos aposentados e pensionistas que estão desesperados. E a simbologia que eu falava aqui desse senhor, ele

que me fez um apelo muito forte antes aqui, para que a audiência acontecesse, já que tínhamos previsto que ela seria pela manhã, e pela manhã ela não pode acontecer e acabou acontecendo agora à tarde. Eu confesso a vocês que como eu sou do Rio Grande do Sul, são muitos... Você que também teve muito tempo lá conosco, são muitos, muitos, muitos os idosos que nos procuram desesperados com essa situação. E exatamente o que eles me diziam era isso: “Olha, nós sabemos que talvez tenhamos o direito a receber. No máximo em janeiro, fevereiro, março em diante só Deus sabe o que pode acontecer”. Se vocês me permitirem, alguém poderia dizer, mas é um encerramento meio piegas, mas eu vou me dar esse direito. Por essa ser a última reunião que nós estamos realizando, é a última Audiência Pública que a gente está realizando esse ano, se vocês me permitirem, e eu sei que o Senador Geraldo Mesquita vai entender, eu sei que ele vai assinar comigo essa pequena mensagem, como chega o Natal agora, e eu escrevi uma pequena mensagem que estou remetendo à grande parte das pessoas que de uma forma ou de outra conviveram conosco durante esse período. Idosos, negros, índios, aqueles que lutam pelo direito da livre opção sexual. Para Advogados, para empresários, para líderes sindicais, para todos os Deputados e Senadores. Eu acho que esse momento pra mim triste, mas ao mesmo tempo... Não digo alegre, mas um momento de muita força, de muita energia, que a gente está aqui reunido nessa quinta-feira à tarde pensando como alguém disse aqui de apontar para o horizonte e dizer: Quem sabe, o senhor e a senhora de cabelo branco que estão em casa na expectativa e ouvindo essa Audiência Pública que possam sonhar com o Natal melhor. Eu vou encerrar essa reunião com essa pequena mensagem. A gente que tem muita fé. Eu tenho muita fé. Eu sempre digo que o pessimista ele é um derrotado por antecipação. Eu prefiro ser otimista. Eu digo aqui e estou encaminhando a todos os Senadores e Deputados, enfim, a seguinte mensagem: “O Natal está chegando, a festa do ano novo também. 2006 foi um ano de muita luta. Quero te agradecer muito, mas me sinto inquieto. Há tanta coisa ainda por fazer. Nosso povo, nossa gente, precisando tanto de nós. São os pobres, são os idosos, são as crianças, são os índios, são as pessoas com deficiência. A discriminação por gênero, por raça, por religião, por cor... E tantas outras. Quero compartilhar contigo mais esse momento. Pois há muitos desafios pela frente, e esse é um desafio. Nós precisamos muito de vocês, em 2007, em 2008, em 2009, no longo das nossas vidas. Quero eu acalmar a minh'alma, que só ficará bem quietinha se vocês prometerem ficarem ao nosso lado. Se continuarem trabalhando com a

gente. Sei que podemos contar com vocês. Obrigado, Jesus. Eu já me sinto abençoado pela luta de todos os dias”.

Está encerrada a reunião. (*palmas*)

Sessão encerrada às 16h32

Ata da 37ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 20 de dezembro de 2006, quarta-feira, às 9:30 horas.

Às onze horas e dezessete minutos do dia vinte de dezembro de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARCO MACIEL, JONAS PINHEIRO, RODOLPHO TOURINHO, MÃO SANTA, MARIA DO CARMO ALVES, FLEXA RIBEIRO, LÚCIA VÂNIA, VALDIR RAUPP, GERALDO MESQUITA JUNIOR, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, HERÁCLITO FORTES, GÉRSON CAMATA, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, DELCÍDIO AMARAL, MAGNO MALTA E EDUARDO SUPLICY**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senador Antônio Carlos Valadares declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente informa que a presente reunião é a última do ano de 2006 e relata as atividades dos últimos dois anos da Comissão de Assuntos Sociais. Passa-se à apreciação dos projetos. **EXTRA-PAUTA PLC Nº 105, DE 2006**. “Dá nova redação ao art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Dispõe sobre o recurso de revista e cria incidente de uniformização de jurisprudência na Justiça do Trabalho).” **Autor:** Presidência da República. **Relator:** Senador Delcídio Amaral. **Parecer:** Favorável com quatro emendas que apresenta. **Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA REQUERIMENTO de Urgência:** “Nos termos do Art. 336, inciso II, requer a urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2006”. **Autor:** Senador Delcídio Amaral e outros. **Resultado: Aprovado.** Os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10 ficam adiados. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Paim, Delcídio Amaral e Valdir Raupp. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e um minuto, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador

Antônio Carlos Valadares, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 36ª Reunião realizada no dia 11 de dezembro de 2006. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram.

Tendo em vista o término da 52ª Legislatura no dia 22 do corrente, para os efeitos do § 2º do art. 89 do Regimento Interno do Senado, solicito aos ilustres colegas que ainda não tenham providenciado a devolução à Comissão dos Projetos que estão sobre vossas relatorias, que tenham a gentileza de providenciar, no sentido de dar cumprimento ao disposto no art. 332 do Regimento Interno.

Srs. Senadores, antes de dar início a esta Sessão, eu gostaria de fazer um breve relato das atividades desenvolvidas pela Comissão de Assuntos Sociais no decorrer deste ano.

Srs. Senadores, chegamos ao fim de mais uma Legislatura e é hora, naturalmente, de fazermos um balanço de nossas atividades como Parlamentares e representantes do povo. Nos últimos dois anos, tive a honra de presidir uma das principais e mais nobres Comissões desta Casa, a Comissão de Assuntos Sociais. Durante este período, um dos mais profícuos e gratificantes, pude aprender muito sobre os graves problemas sociais que aflige o nosso País e discutir importantes projetos e proposições. Com a colaboração valiosa da minha querida colega Senadora Patrícia Saboya, Vice-Presidente da Comissão, trabalhamos intensamente para dar prosseguimento aos Projetos de Lei, Requerimento e Audiências Públicas que tivessem como tema questões sociais.

Dentre tantos, podemos destacar as intensas discussões sobre o PLS nº 25/2002 que define o ato médico. Trata-se de matéria da mais alta relevância basilar para o aprimoramento da prestação de saúde em nosso País e para a definição das respectivas competências dos diversos segmentos profissionais da área, realizamos várias Audiências Públicas e debatemos exaustivamente o assunto com dois Ministros da Saúde, representantes da classe médica e demais autoridades sanitárias. No último dia 6 de dezembro, após um amadurecimento das discussões e propostas, aprovamos o relatório da Senadora Lúcia Vânia sobre

o projeto que define com a clareza necessária o que seja o ato médico. Ainda na área da saúde, participamos efetivamente sobre as discussões das crises de abastecimento de medicamentos contra a Aids nos hospitais do Rio de Janeiro. Debates as atividades de responsabilidade da FUNASA e a fixação das regras atinentes à permanência de pacientes nas Unidades de Tratamento Intensivo. Nos outros segmentos de nossa competência, também consideramos muito produtivos esses dois anos à frente da Comissão de Assuntos Sociais. Criamos a Frente Parlamentar do Pleno Emprego, aprovamos diversos projetos ligados à inclusão dos deficientes físicos, dos indígenas, pertinentes a atividades dos empregos domésticos e da melhoria da legislação da Previdência Social, amparando trabalhadores deficientes. Apenas para citar mais alguns, aprovamos iniciativas de concessão de incentivos fiscais para projetos de preservação ambiental, da preferência do idoso na restituição do imposto de renda e para a ampliação dos recursos do fundo da garantia para a compra da casa própria.

Por último, não poderia deixar de lembrar do magnânimo Estatuto da Igualdade Racial aprovado no final de 2005, após a concorrida Audiência Pública, o estatuto, como os senhores sabem é uma peça rara de afirmação dos afro-descendentes brasileiros como legítimos e plenos cidadãos do nosso País. Como locus privilegiado de suas discussões e proposições, podemos, dizer que a Comissão de Assuntos Sociais desempenhou papel importantíssimo para a sua consolidação e materialização.

Eu quero agradecer, no momento em que estamos prestes a encerrar esta Legislatura e consequentemente os nossos trabalhos na Comissão de Assuntos Sociais, aos diversos Presidentes das Subcomissões que aqui forem instaladas. A Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das pessoas com deficiência, presidida pelo eminente Senador Eduardo Azeredo, trouxe um cabedal de discussões, de conhecimentos e de definições, visando atender essa faixa da população brasileira que precisa da compreensão, da assistência e de todos aqueles que entendem ser o deficiente uma pessoa igual a todos nós, apenas com deficiências físicas que podem ser superadas pela inteligência, pelo conhecimento, pela cultura e pelo trabalho.

Portanto, eu quero agradecer ao Senador Eduardo Azeredo pelo empenho, pela forma brilhante com que defendeu os interesses dos deficientes na Subcomissão Permanente. Também eu gostaria de agradecer ao Senador Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Promoção e Defesa da Saúde, Senador Papaléo Paes que no exercício de suas atividades nobilitantes deu uma contribuição

nobre à discussão dos grandes temas que mais chamam a atenção da população e da saúde pública do Brasil. Também quero destacar a atuação ímpar do Presidente da Subcomissão Permanente do Trabalho e da Previdência, Senador Paulo Paim. Um grande timoneiro nas defesas da população brasileira no que se refere aos temas sociais que mais tocam de perto os interesses da comunidade nacional.

Então, eu queria, Srs. Senadores, enfatizar que neste ano, por exemplo, nós tivemos a ocasião, no primeiro semestre de 2006, de aprovar, no primeiro semestre, 34 proposições com mais dez no segundo, 44 projetos, mais 43 requerimentos, durante o ano inteiro e fizemos, nada menos do que 15 Audiências Públicas no ano de 2006, o que confere, sem dúvida alguma a Comissão de Assuntos Sociais uma posição de destaque nos trabalhos que foram realizados pelo Senado Federal, isso graças ao empenho dos Senadores e Senadoras integrantes desta Comissão que tiveram comparecimento, sem dúvida alguma, em comparação com outros anos de funcionamento dessa Comissão, tiveram um comparecimento elogiável, votando projetos terminativos e não terminativos, requerimentos de convocação de Audiências Públicas, apresentação de Emendas e discussão dos mais variados temas que aqui foram trazidos pelos Srs. Senadores, pelos Deputados Federais e também pelo Governo Federal.

Agradeço, portanto, a todos. Pela ordem Senador Paulo Paim, em seguida... Não, Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Eu agradeço, Sr. Presidente, Senador Valadares, caros colegas. Esse parece ser um momento daquele lugar comum, encerramento do período, relatório apresentado pelo Presidente, mas há dois fatos, Presidente, que faz com que todos nós percebamos e essa Casa também que nós estamos além de um momento comum. É o final da sua gestão, como Presidente dessa Comissão, e eu faço questão absoluta aqui de ressaltar que esse momento deixou de ser comum por fatos, assim, relevantes.

V.Exª, no início da sua fala, se referiu a peculiar condição dessa Comissão, Comissão de Assuntos Sociais. Eu tenho certeza absoluta, a maior convicção de que a sensibilidade que V.Exª tem, nata, o fato de V.Exª conduzir com denodo, com entusiasmo essa Comissão, sem transigir, inclusive, não impediu que V.Exª... E contribuiu para que V.Exª apresentasse a Casa hoje aqui, o resultado, o resultado farto, resultado de muitas realizações nessa Comissão que eu tenho certeza absoluta também que a par da eficiência de V.Exª, do compromisso de V.Exª com essa Comissão, com essa Casa, V.Exª contou também com o apoio, a

colaboração inestimável daqueles que prestam serviço nessa Comissão, servidores leais e dedicados ajudaram enormemente que V.Exª tivesse uma gestão profícua, cheia de realizações, e eu quero parabenizá-lo com simplicidade, agora com energia, com disposição, V.Exª levou essa Comissão a colher resultados nessa nossa área surpreendentes, a acolher resultados de grande repercussão na Casa e para um País, inclusive, projetos de fundamental importância que foram aqui apreciados e votados, graças, como eu disse, a eficiência com que V.Exª conduziu os trabalhos dessa Comissão com apoio inestimável, repito, de servidoras e servidores leais e dedicados. Eu quero deixar aqui a minha, o meu reconhecimento e o meu respeito pelo seu trabalho, pelo trabalho dessa Comissão e torcer para que os anos vindouros sejam também, da mesma forma, profícuos e cheios de realizações como nós colhemos durante essa temporada, meus parabéns. E eu quero dizer, inclusive, que para mim foi um privilégio participar dessa Comissão sob a presidência de V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Geraldo Mesquita, eu agradeço a V.Exª, as palavras que me tocam, principalmente pela sinceridade com que foram proferidas e dizer que essa Comissão contou com a sua presença permanente, assiduidade, o seu compromisso com o social, a sua participação realmente foi de grande proveito, sem dúvida alguma, para o funcionamento normal dessa Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Valadares, eu pedi a palavra, pela ordem, primeiro dizendo da importância da pauta de hoje e percebo que temos, nessa quarta-feira, fim de ano um *quorum* até privilegiado, estamos avançando muito, mas muito mais do que simplesmente votar projetos hoje que todos aqui são importantes, eu quero é cumprimentar V.Exª, pelo trabalho que fez, um trabalho ímpar, eu estou na Casa há 20 anos, e com certeza, eu tivesse de dizer, nas Comissões que eu trabalhei, V.Exª estará sempre entre aqueles de uma situação de destaque, eu diria que receberia o prêmio máximo. Por quê? V.Exª além de ser um democrata, ter compromisso com o social, V.Exª abre espaço para que a gente pudesse trabalhar livremente. Toda a vez que V.Exª é chamado em outra Comissão, por um outro trabalho, V.Exª pedia a aos Senadores que continuassem aqui discutindo, votando, deu muito espaço para mim a Subcomissão, V.Exª, “olha Paim, marque a audiência, faça a Subcomissão, estarei presente, mas se eu não puder estar por motivo outro, aqui dentro da Casa, numa outra atividade, eu sei que será um bom trabalho”.

Eu quero, em nome dos trabalhadores, que estiveram aqui em 15 Audiências Públicas, V.Exª colocou, entre a maioria delas, eu tive a alegria de participar com V.Exª, realizamos audiência, inclusive, fora de Brasília, graças a forma com que V.Exª incentivou para que esse debate realizasse. Eu quero dizer muito, muito obrigado. É muito bom trabalhar com Senadores como V.Exª, como Parlamentares como V.Exª. O País, eu tenho certeza, absoluta, se pudessem aqui desse País, a maioria dos trabalhadores vir aqui dar um depoimento, todos diriam “batam palma de pé”, o Senador Valadares merece pela forma de atuar e com o compromisso que tem com toda a nossa gente. Negros, aqui passaram negros, índios, idosos, aposentados ou não, desempregados, servidores públicos, trabalhadores da área privada, enfim, todos tiveram...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Deficientes.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Deficientes, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, todos tiveram espaço aqui nessa Comissão. Então não tem palavra, só dizer a V.Exª muito, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Exª, inclusive a sua participação, realmente, brilhante nessa Comissão. Os seus projetos tiveram repercussão nacional, um deles que já veio da Câmara diretamente, o Estatuto do Idoso, V.Exª foi o autor e as diversas Audiências Públicas que foram realizadas tiveram a iniciativa de V.Exª que naturalmente como Presidente de uma Subcomissão importante como a do Trabalho e Emprego, digo melhor, mereceria dessa Comissão uma abertura para que V.Exª pudesse realizar o seu trabalho de forma livre, com a participação dos trabalhadores, agradeço a V.Exª. A sua contribuição certamente agiu positivamente para os trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito obrigado.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Delcídio queria falar, pela ordem. V.Exª é Relator de um projeto daqui a pouco...

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Isso. Eu gostaria de fazer exatamente uma observação sobre o Item 2 da pauta. Mas antes disso...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Tem a palavra V.Exª.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente, mas antes disso, destacar a forma competentes como que V.Exª presidiu a Comis-

são de Assuntos Sociais e tem presidido. Com a sua... Com o habitual bom senso, com habitual serenidade, a Comissão de Assuntos Sociais, eu sou membro suplente da Comissão de Assuntos Sociais, mas tive a oportunidade de acompanhar, apesar das dificuldades que V.Exª sabe muito bem, mas acompanhar o trabalho profícuo, desenvolvido ao longo desse ano legislativo pela Comissão de Assuntos Sociais não só sobre o comando de V.Exª, mas também o trabalho e ninguém faz nada sozinho, da equipe, da secretaria que cuida de todos os projetos e de todas as atividades relativas a Comissão de Assuntos Sociais.

Por isso eu quero parabenizá-lo e não tenho dúvida nenhuma que como as coisas caminham, V.Exª no próximo ano, terá outros desafios também, ou na Comissão de Assuntos Sociais ou em outras Comissões pelo brilho, pela competência e pela maneira leal e acima de tudo, eficiente com que conduz os trabalhos, que sempre conduziu os trabalhos sob sua responsabilidade.

Então, eu não posso deixar de registrar esse trabalho de toda a equipe da Comissão de Assuntos Sociais. E gostaria, Sr. Presidente, de fazer um registro, eu sou Relator do Item 2 da pauta e tomei conhecimento que também sou Relator de um projeto do Executivo tratando do mesmo tema. Em função da correria de final de ano, desses atropelos, eu gostaria de solicitar a V.Exª, de nós retirarmos ao Item 2 do pauta até que eu faça um juízo conveniente desse projeto vis-à-vis, com o projeto do Executivo do qual eu também serei Relator. Até por uma questão de bom senso, até por lucidez da condução de um assunto tão importante para o País.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Delcídio Amaral, eu agradeço a V.Exª as palavras generosas e quero dizer que V.Exª nesse Senado é uma referência. Referência de trabalho consciente, devotado ao Senado e ao povo do Brasil, do seu Estado, e notadamente dando o exemplo de ética, de decência, de compromisso com a verdade. V.Exª não teve uma atuação, vamos dizer assim, mais permanente aqui nesta Comissão, em virtude de suas ocupações na CPI dos CORREIOS, que V.Exª foi Presidente, e como V.Exª é homem de inteira responsabilidade, aquele cargo que o Senado lhe deu, V.Exª desempenhou com raro brilho, com muita eficiência e se tornou, sem dúvida alguma, não só aqui no Senado, em todo o Brasil, uma figura respeitada, conhecida e admirada.

Portanto as palavras de V.Exª me emocionam com a validade com que elas foram proferidas e pela sinceridade. Agradeço a V.Exª. Eu retirarei de pauta o Item 2 e, logo após a palavra do Senador Valdir Rau-

pp, nós entraremos na apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 105 que tem como autor o Presidente da República e como Relator o Senador Delcídio Amaral que dá nova redação ao art. 896 da CLT. Eu concedo a palavra pela ordem, ao Senador Valdir Raupp, grande Relator do orçamento da União que conseguiu, com a inteligência que lhe é peculiar e à aplicação dos trabalhos na Comissão Mista de Orçamento, aumentar o nosso orçamento de investimento, orçamento de investimento de 16 bilhões para 27 bilhões de reais, significando dizer que na Relatoria do Senador Valdir Raupp, as receitas alcançaram um patamar verdadeiro, transparente e essas receitas serão, sem dúvida alguma, no próximo ano, instrumento para a melhoria da condição de vida brasileira e isso se deve a V.Exª, Senador Valdir Raupp, como Relator do Orçamento Geral da União. Concedo a palavra a V.Exª.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Senador Antônio Carlos Valadares, srªs. e Srs. Senadores, esse trabalho do orçamento, Sr. Presidente, foi um trabalho em equipe. Ninguém faz nada sozinho, nós tivemos um trabalho realmente árduo, durante 45 dias, tivemos pouco tempo para aprovar o orçamento, tendo em vista o calendário eleitoral que só depois do segundo turno nós começamos a nos reunir, instalar os comitês, as relatorias setoriais, mas graças a Deus conseguimos cumprir a risca o calendário determinado a 45 dias atrás, estamos entregando, entregamos já na segunda-feira o relatório geral, deve iniciar a discussão e votação hoje à tarde, não sei se concluir, mas pelo menos vai iniciar e possivelmente votar no Congresso entre quinta e sexta-feira, dia 21 e 22. A minha fala, Sr. Presidente, é para me associar as palavras do Senador Paim, do Senador Delcídio Amaral, dos demais Senadores dessa Comissão, no que diz respeito a condução dos trabalhos, V.Exª conseguiu conduzir com inteligência, com equilíbrio, com maestria a presidência dessa Comissão. E atendendo dentro da medida do possível, todos os pleitos, anseios da sociedade brasileira no que diz respeito às causas sociais. Eu acho que essa Comissão teve um papel importantíssimo e um avanço muito grande nas conquistas sociais do nosso País.

Então parabéns a V.Exª, e eu tenho certeza que está concluindo os trabalhos nessa Comissão como Presidente, mas certamente irá conduzir se tudo der certo outra Comissão no Senado porque V.Exª realmente conseguiu conduzir com inteligência e com equilíbrio essa Comissão. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Exª, sobre Senador Valdir Raupp. O trabalho de V.Exª é um exemplo para todos nós. Eu, então, passarei a pala-

vra, nesse instante, ao Senador Delcídio Amaral para na qualidade de Relator, apresentar o seu Parecer ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2006.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Sr. Presidente, Projeto de Lei da Câmara de nº 105, de 2006 ele versa sobre modificações no art. 1º da CLT e essa sugestão parte do próprio Tribunal Superior do Trabalho, do TST, restringindo as hipóteses de cabimento de recursos de revista contidas na alínea B no art. 896 da Consolidação. Pela redação atual desse dispositivo, aquele recurso pode ser interposto para dirimir divergências entre os tribunais regionais na interpretação de leis estaduais, convenções e acordos coletivos, sentenças normativas e regulamentos de empresas que possuam aplicabilidade em área territorial mais ampla que a competência dos Tribunais Regionais do Trabalho. Sendo adotado o projeto ora em exame, mantém-se o recurso de revista unicamente para apreciação de divergência quanto à aplicação de leis estaduais, o que no presente momento se aplicaria hipoteticamente apenas aos tribunais regionais da 2ª e da 15ª Região cuja competência territorial abrange distintas regiões do Estado de São Paulo.

É importante registrar, Sr. Presidente, que a proposição acrescenta, no entanto, o § 7º, ao art. 896 que estabelece que codificada a divergência entre tribunais regionais contra a interpretação de regulamento de empresa, de sentença normativa, de convenção ou acordo coletivo poderá ser suscitado incidente de uniformização de jurisprudência a ser processado pela Sessão de dissídios individuais do Tribunal Superior do Trabalho.

Outro ponto, Sr. Presidente, da proposição e alteração do § 6º do art. 896 dispondo o não cabimento do recurso de revista para os processos cujo valor de alçada seja de até 60 salários mínimos. Quanto da análise, no que se refere a constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do projeto, não há nada a se observar com relação a proposição ora em análise como também ela se encontra absolutamente adequada e integrada efetivamente a legislação brasileira. Quanto ao mérito, igualmente a proposta merece aprovação por representar uma tentativa de tornar mais célere o andamento dos processos trabalhistas sem representar ademais, redução dos direitos e garantias processuais conferidos as partes, é importante essa conclusão, porque hoje, Sr. Presidente, nós precisamos ter celeridade na justiça. E hoje em função desse todo arcabouço jurídico, legal, existente, esses processos se estendem por anos e anos, exatamente em função desse labirinto complicado ou dessas chicanas jurídicas que são, infelizmente, utilizadas no País.

Portanto, eu acho que esse é o maior mérito desse projeto que nós estamos analisando e que partiu de uma sugestão do próprio Tribunal superior do trabalho dos seus membros. É importante, também, registrar algumas correções, Sr. Presidente, no tocante alteração no § 6º para excluir da abrangência do recurso da revista as causas cuja expressão econômica seja igual ou inferior a 60 salários mínimos. É cabível ponderar que ao restringir o cabimento do recurso a questão da ordem puramente monetária o projeto termina por denegar aos processos nessa condição, a possibilidade de reexame de questões fundamentais.

Ainda que o aumento do valor de alçada seja aceitável de forma a reduzir a possibilidade de apresentação de recursos protelatórios em causas, cujo valor é comparativamente pequeno, a eliminação peremptória das hipóteses de cabimento ora admitidas pelo § 6º e inobservância de disposição constitucional e contrariedade a súmula de jurisprudência do TST, parece-nos excessiva no intuito de querer acelerar também, devagar que andou o Presidente porque o santo é de barro. A sua manutenção adaptada ao novo valor de alçada proposto oferece um balanço justo entre a busca da celeridade processual e a necessária recorribilidade de questões capazes de gerar grave lesão aos direitos das partes.

No mais, cabem algumas alterações puramente formais. A primeira inclusão na Emenda de uma remissão ao conteúdo da proposta, a modificação do trâmite dos recursos de revista no TST de forma a facilitar a compreensão da norma a primeira vista. Outra alteração, também de forma necessária é a inversão de ordem de alguns termos da redação do § 7º de forma a torná-lo mais claro.

Finalmente, faz-se necessário suprimir na redação do art. 3 do PLC a referência ao prazo de vigência expressa por meio de algarismos, o uso de algarismos no texto a ser alterado na CLT, contudo, deve ser observado a fim de manter a coerência formal da consolidação.

Diante o exposto, nosso voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 105 com as Emendas que dá nova redação ao art. 896, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452 de 1º de maio de 43 e também ao § 6º do art. 896 da CLT, associado também por último, a alteração no texto do § 7º do art. 896 da CLT com a redação dada pelo art. 1º do PLC 105/2006 na seguinte redação que consta aqui dos anexos. E por último a Emenda que suprime a redação do art. 2º do PLC nº 5/2006 com referência ao prazo de vigência expressa por algarismos que eu já relatei anteriormente na análise.

Portanto, esse é o meu voto, meu voto pela aprovação com essas observações que foram feitas pelo Relator que vos fala, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Delcídio Amaral, V.Exª está relatando uma matéria da mais alta importância que vem contribuir sem dúvida alguma para o desafogo dos processos judiciais que tramitam na Justiça do Trabalho. Eu tive a ocasião de visitar, há poucos dias, o Tribunal Superior do Trabalho e verifiquei o acúmulo que existe de processos de vários e vários anos, quando alguém, utilizando-se dos meios adequados, dos recursos existentes, entra com alguma medida na Justiça do Trabalho que vem até aqui a Brasília já sabe que esse processo pode demorar entre 15 e 25 anos. Esse projeto, que está V.Exª relatando, vai diminuir a pauta do Tribunal e vai evitar os recursos meramente protelatórios que tanto prejuízo tem dado principalmente aos trabalhadores que têm pequenas indenizações para receber e que empresários inescrupulosos entram com recursos para que essas decisões sejam tomadas anos e anos, às vezes, muitas vezes, o requerente, quer dizer, o trabalhador beneficiado, a pessoa beneficiada morre e a sua família não recebe a indenização devida ou a reparação devida, fruto justamente de uma legislação permissiva que agora graças ao Presidente da República e o relatório brilhante com as modificações feitas isso vai ser coibido.

Eu sugiro a V.Exª que logo após a votação, que eu tenho certeza que vai ser unânime, sugiro a V.Exª que requeira urgência da tramitação deste projeto porque nós podemos colocá-lo em votação no Plenário hoje ou amanhã, dependendo da velocidade com que o Requerimento seja apresentado. O Requerimento pode ser apresentado no âmbito da Comissão ou no Plenário, mas no Plenário, obrigatoriamente vai fazer com que a nossa Comissão envie para o Plenário votar entre hoje e amanhã.

Então sugiro a V.Exª a adoção dessa medida para dar maior velocidade a tramitação dessa matéria.

Em votação. Senadores e Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade, portanto o Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2006, com quatro emendas, de autoria da Presidência da República, que vem da Câmara dos Deputados e que tem como Relator o Senador Delcídio Amaral. Concedo a palavra a V.Exª.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Sr. Presidente, requeiro a V.Exª caráter de urgência o encaminhamento desse projeto para que nós aproveitemos ou a Sessão de hoje--

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Já temos um requerimento aqui pronto para V.Exª.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – --ou a Sessão de hoje ou a Sessão de amanhã do Senado Federal para que nós venhamos a aprovar esse projeto que tão importante, principalmente para os trabalhadores que ficam a mercê dessas manobras procrastinatórias, como V.Exª colocou com muita objetividade e com muita clareza.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O Requerimento no Plenário, Senador Delcídio Amaral, tem que ser assinado por 11 Senadores. Eu gostaria que a sua Assessoria providenciasse isso o mais rápido possível para que nós tenhamos essa alegria de votarmos esse projeto daqui até amanhã.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim e meus parabéns ao relatório, Senador Delcídio Amaral.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, rapidamente, só cumprimentar o Senador Delcídio Amaral, eu quero fazer, se me permitir, parte das suas palavras em relação Senador Delcídio, e também a minha mesma visão. Eu acho que, eu acho não, eu tenho convicção que o trabalho que V.Exª fez na presidência daquela CPI foi um trabalho gigantesco. Eu aproveito essa oportunidade, V.Exª com total independência, com total coerência com a sua história, alguns não compreenderam, mas faz parte da vida, mas V.Exª firme e tranquilo presidiu aquela Comissão com diplomacia, com tranquilidade, ouvindo a todos, dando espaço para todos e o resultado conseguido e o avanço conseguido foi graças a presidência de V.Exª, por isso tivemos aquele grande entendimento, na reta final ainda que foi possível, V.Exª, muito firme, disse “olha, o espaço é esse, é por aqui que nós vamos encaminhar essa discussão e o resultado, para mim, foi o possível naquele quadro”, e o mérito é de V.Exª. Por isso eu quero deixar registrado nesse momento que V.Exª mais uma vez retrata pelo seu relatório, a sua experiência e conhecimento nessa área, da justiça do trabalho, que é sem sombra de dúvida... Eu que venho dessa área do movimento sindical, muitos processos ficam às vezes 10, 15 anos, o trabalhador já morreu e ainda não foi julgado. E V.Exª, ao fazer esse relatório, com o conhecimento que tem, busca acelerar o processo.

Por isso, fiz questão de assinar aqui também o Requerimento de urgência, mas a minha fala é mais cumprimentando o Senador Delcídio Amaral pela sua história, pela forma como se conduz nessa Casa e fora dela, naturalmente, sempre defendendo no meu entendimento também aqueles que mais precisam

com essa visão no social. Parabéns, Senador Delcídio Amaral.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Srs. Senadores, nós vamos, então, aprovar daqui a pouco o Requerimento da autoria do Senador Delcídio Amaral e outros Senadores, pedindo urgência. Esse Requerimento ele será votado novamente no Plenário, ou seja, será confirmado no Plenário, então não há necessidade daquele outro Requerimento sobre o qual eu falei de 11 assinaturas, porque a própria Comissão vai validar o Requerimento de V.Ex^a, fazendo com que ele seja apreciado no Plenário.

Eu submeto, então, o Requerimento à votação: os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Esse Requerimento juntamente como o processado, vão para o Plenário do Senado. Eu gostaria de dizer aos Srs. Senadores que tem alguns outros projetos que são de natureza terminativa e nós, por falta, evidente, de um *quorum* exigido pelo Regimento, nós vamos encerrar a Sessão, mas antes de encerrar, eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar mais uma vez V.Ex^a e quero ver se a gente assume um compromisso, nós todos aqui, e achei que é possível. Logo na retomada dos trabalhos que vai ser na primeira semana de fevereiro que a gente apreciasse esses projetos que eu entendo de suma importância, e entre eles um de V.Ex^a, Senador Valadares. V.Ex^a teve um projeto aqui que eu tive a alegria de ser Relator que instituiu gratificação de adicional por tempo de serviço aos empregados em geral.

Eu quero cumprimentar V.Ex^a, esse é mais um projeto com viés social que eu gostaria muito de tê-lo aprovado já esse ano. O projeto é seu, eu somente sou Relator. E praticamente aprovo na íntegra esse projeto que já é consagrado nos acordos coletivos e que V.Ex^a torna, então, uma norma legal.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Só que ele é terminativo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Infelizmente, nós não podemos votar nesta Sessão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Fazendo um breve comentário, aproveitando essa oportunidade que V.Ex^a dá.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço. Eu quero

aproveitar também esse ensejo para parabenizar o trabalho também de V.Ex^a com relação ao salário mínimo. O Governo bateu o martelo, e já definiu que o salário mínimo será de trezentos e oitenta reais, com mais de 5% de ganho acima da inflação, significando dizer que a Comissão da qual V.Ex^a faz parte que é a Comissão de Salário Mínimo, ela efetuou um trabalho que repercutiu positivamente. Aí está o resultado, o salário mínimo, aos poucos, readquirindo a sua verdadeira feição de dar ao trabalhador uma remuneração condigna, a fim de manter a sua família e ter uma situação remuneratória adequada. Logicamente que ainda não atingimos o ideal, mas o objetivo é esse.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – São pequenos avanços.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O nosso objetivo é atingir um salário mínimo de quantos reais?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu tinha trabalhado com a idéia de quatrocentos reais para esse ano, não foi possível. Mas é bom lembrar que estávamos em trezentos e sessenta e sete e quatrocentos e vinte e avançamos mais uma vez. E nesse entendimento feito com o Governo e com as centrais também, Presidente, que eu acho importante, se fez uma escala onde cada ano o salário mínimo avança um mês em direção a janeiro.

Então, vai ser primeiro de março, depois primeiro de fevereiro, até chegar primeiro de janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Antes era em abril.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Antes era em abril. Foi maio, depois para abril, então está avançando. Eu acho que nós temos que continuar com essa insistência aqui, muitos acham que a gente até insiste demais, mas nós vamos continuar até que o salário mínimo, efetivamente no Brasil, atinja aquilo que manda a Constituição. Se atingir o que manda a Constituição, claro que a longo prazo, nós chegaremos ainda em algo de mil e quatrocentos reais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Nós temos também um sergipano na Constituição, é o Jackson Barreto, Deputado Federal Jackson Barreto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Jackson Barreto, Walter Barelli é o vice e eu fui o Relator. E os projetos vão para o Plenário ainda nessa linha de procedimento visando atingir um dia, nem que seja daqui a cinco, dez anos, o salário mínimo adequado para o trabalhador viver com a sua família e claro que aí seria em torno de mil e quatrocentos reais. Mas, Presidente, eu queria concluir ainda dizer que vamos trabalhar muito ainda, eu quero dizer, vamos insistir para apro-

var o projeto que garante que a Comissão Interna de Prevenção a Acidente, a CIPA, será toda eleita pelo voto direto, porque hoje somente a metade é pelo voto direto os outros são indicados. Para mim fica muito no termo biônico ainda. O bom mesmo é que a Comissão interna de prevenção de acidente seja uma Comissão com esse objetivo. E por isso, o voto direto. E quero dizer também, Senador Mesquita Júnior, que mais uma vez aqui conosco que nós vamos insistir muito para vê se na primeira semana de fevereiro, aprovamos o projeto que V.Exª é o Relator que limita em 1% a contribuição das entidades sindicais.

Nós sabíamos que dificilmente votaríamos hoje. Eu conversei com V.Exª, como conversei com o Relator, mas quero dizer, Senador Geraldo Mesquita Júnior que eu tenho muito orgulho de ter apresentado esse projeto que vai terminar com esse conflito entre o Ministério Público do trabalho, o Ministério do Trabalho, os sindicatos, os trabalhadores e os empregadores e tenho certeza que aí na primeira quinzena de fevereiro a gente há de aprovar esse projeto. Vejam que hoje os sindicalistas não estão aqui. Não estão aqui porque eu havia conversado com V.Exª e V.Exª tinha me alertado, “olha, Paim, dificilmente vai dar *quorum* para os terminativos”, mas fica o compromisso da Comissão, e já conversamos também com o Senador Flexa Ribeiro de na retomada dos trabalhos esse projeto vir a pauta e ser votado rapidamente.

E ainda quero, se me permitir, dizer, Senador Valdir Raupp que saiu nesse momento, o projeto dele que regulamenta a profissão de taxistas, eu tenho recebido milhares de e-mails de todo o País, para o projeto dele. O meu relatório está pronto e vamos fazer de tudo para votá-lo também no início do ano. E aí eu termino, Sr. Presidente, agradecendo a V.Exª mais uma vez por me permitir, inclusive, fazer esses comentários de matérias que vamos votar na primeira semana, ou na primeira quinzena de fevereiro e mais uma vez, muito obrigado e parabéns a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Exª eu gostaria de enaltecer o trabalho que aqui foi realizado de Assessoria, da nossa secretária Gisele, o nosso Álvaro, de outros funcionários do Senado que aqui trabalham...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito bem! Uma salva de palmas (*palmas*)

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – ...Elias, Luiza, Thiago, Ariana, Rônia e Paulo e Chica, a nossa copeira. Agradeço a todos, a forma carinhosa, cordial com que trataram a todos nós durante esse período em que presidi esta Comissão.

Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 12h02.

Ata da 3ª Reunião (Extraordinária) da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 30 de novembro de 2006, quinta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas do dia trinta de novembro de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a presidência do Senhor Senador **PAULO PAIM**, com a presença dos (as) seguintes Senadores (as) – **AUGUSTO BOTELHO E FLÁVIO ARNS**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. Esteve presente também o Senhor Senador **ROBERTO CAVALCANTI**. Reúne-se a Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência para a realização de Audiência Pública conforme Requerimento nº 37 de 2006 – CAS de autoria do Senador Paulo Paim, com vistas a tratar de assuntos pertinentes à “CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL À LUZ DO PLS 248 DE 2006”. O Senador Paulo Paim dá início à reunião informando que cada convidado terá 10 minutos para a sua exposição com tolerância máxima de 2 minutos e convida os palestrantes para comporem a mesa. Usaram da palavra os seguintes convidados – **Sr. JOSÉ CARLOS PERRET SCHULTE** – Secretário Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio; **Sr. QUINTINO MARQUES SEVERO** – Central Única dos Trabalhadores; **Sr. MAURÍCIO CORREIA DE MELLO** – Ministério Público do Trabalho; **Sr. JOSÉ CALIXTO RAMOS** – Presidente da Nova Central; **Sr. JOÃO CARLOS GONÇALVES** – Força Sindical; **Sra. SHAKTI PRATES BORELA** – Ministério do Trabalho e Emprego; **Sr. JOÃO PEREIRA DE JESUS** – Social Democracia Sindical; **Sr. MOACYR ROBERTO TESSCH AUERSVALD** – Coordenação Confederativa dos Trabalhadores; **Sr. JOÃO DOMINGOS** – Confederação dos Servidores Públicos do Brasil; **Sr. CARLOS ALBERTO SCHMITT DE AZEVEDO** – Confederação Nacional das Profissões Liberais **Sr. GLADIR ANTÔNIO BASSO** – Confederação Geral dos Trabalhadores. Concluídas as apresentações, o Senhor Senador **PAULO PAIM** anuncia a abertura da lista de inscrições e que cada inscrito terá 3 minutos para sua exposição. Fizeram também uso da palavra o Senhor Senador Roberto Cavalcanti e os Senhores Célio Moreira – Nova Central, José Alves Paixão – Sindicato dos Empregados no Comércio em Belo Horizonte e Região Metropolitana, Artur Bueno de Camargo – Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins, Ernane Garcia Ferreira – Coordenação Federativa dos Trabalhadores do Estado do Paraná, Antônio da Costa Miranda – Nova Central Sindical de Trabalhadores – MG, Wilson Pereira – Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado

do Paraná, Rosane da Silva – Central Única dos Trabalhadores e Sebastião José da Silva. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

– Senador **Paulo Paim**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Um bom dia a todos. Eu gosto muito de ser pontual, são 10 horas em ponto no meu relógio, vamos iniciar pelo meu relógio.

Então, declaro aberta a presente Reunião. Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

A presente reunião destina a Audiência Pública atendendo ao Requerimento nº 37/2006 de nossa autoria com vistas a tratar das questões atinentes à contribuição assistencial à luz do PLS 248/2006. E nós convidamos, de forma muito tranqüila, e sem fazer nenhum tipo de discriminação, tanto representante de centrais sindicais, de confederações, nos moldes que fizemos aquela Audiência Pública lá no Petrônio Portela e vamos fazer aqui um debate tranqüilo sobre esse tema que preocupa a todos nós da forma como está sendo tratada, infelizmente, a contribuição assistencial. Quero avisar a todos que o Senador Valdir Raupp que no meu entendimento está sensível a esse tema, é Relator do Orçamento da União.

Então, ele está envolvido numa série de reuniões ainda hoje, mas dentro do possível, ele tentará passar aqui, mas mesmo que ele não passe, eu vou propor que a gente, no final, faça algum tipo de documento, aí a gente pode acertar isso, para a gente entregar em mãos a ele por parte do Movimento Sindical, porque eu acho que nós vamos caminhar bem aqui nesse debate da Audiência Pública. Até porque... Quem é que é do Rio Grande do Sul aqui? Eu estou vendo aqui o Schulte, o Quintino e mais lá atrás. Na segunda-feira ele vai está lá no Rio Grande do Sul. Ele vai fazer uma palestra na FIERGS, eu vou acompanhá-lo, eu vou estar com ele, e depois nós estaremos na Assembléia Legislativa onde vamos discutir aquela Emenda que eu fiz para o meio ambiente para recuperar os rios e no caso aí o Rio dos Sinos.

Então, nós podemos até acertar de repente até, se assim entendermos, lá também na assembléia ele receber um documento do movimento, tal, enfim, em relação principalmente a essa questão que é o eixo dessa reunião.

Então, apenas aqui adiantando alguns encaminhamentos se vocês assim entenderem no final. Eu vou agir da seguinte forma, eu vou chamar sempre dois aqui, dois fazem a exposição e voltam. Porque se chegar o Relator ou um outro Senador, ele tem lugar também aqui à Mesa.

Então, para a gente pegar a ordem que está aqui, não tem nada a ver com hierarquia, eu vou chamar primeiro, então, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, CNTC, Secretário-Geral, presente o Schulte, depois eu vou chamar pela ordem também aqui, a CGTB, em seguida vem a CUT, a CAT, a Força Sindical, SDS, pela ordem que a Assessoria colocou aqui, que não houve influência nenhuma de nossa parte. O representante da Central Geral dos Trabalhadores, CGTB, está? Se não está, vamos à frente. Central Autônoma dos Trabalhadores, a CAT, está o representante? Central Única dos Trabalhadores, Central Única dos Trabalhadores o companheiro Quintino Severo, então o Secretário-Geral.

Então, de imediato, eu passo a palavra pela ordem, como aqui eu fiz a chamada para o companheiro Schulte fazer a sua exposição e como eu quero também dar oportunidade, mesmo para companheiros que não estão aqui na minha lista, mas que eu sei que são líderes sindicais em nosso País, para que eles possam também, porque esse microfone aí vai poder ser usado, que eles possam também fazer o uso da palavra e a gente fazer um debate aqui o mais democrático possível, nos moldes do que a gente fez aqui no Petrônio Portela que eu entendi que foi de altíssimo nível, como são todos os debates dos trabalhadores.

Então, se vocês assim entenderem que a gente garanta no primeiro momento para cada expositor, e eu quero combinar com vocês, se 10 minutos cada um está bom, dez minutos para cada um dos expositores, depois retornam, depois a gente abre um debate, para que todos possam participar, se sentirem que não estão contemplados para aquilo que ouviram até o momento. E no final vamos tentar entrar na linha do encaminhamento, o que entendemos que seria mais importante que o Relator fique sabendo no debate dessa importante Audiência Pública.

Nos informam que chegou aqui o representante do Ministério Público do Trabalho, Dr. Maurício Corrêia de Mello, a proposta aqui, pelo menos, rapidamente aqui, foi que ele fosse convidado para estar nessa primeira Mesa, já. Dr. Maurício, então? Aqui, Dr. Maurício.

O Schulte pediu aqui e a Mesa acata que eu fizesse a leitura já do projeto para que ninguém tivesse nenhuma dúvida, inclusive, eu acho que está na Mesa, está com vocês aí, mas eu faria a leitura.

Projeto de Lei do Senado 248, esse é o eixo do nosso debate, acrescenta ao capítulo 3 A do título 5 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452 de 1º de maio de 43 para dispor sobre a contribuição assistencial e dá outras providências. O Congresso Nacional decreta, esse é o projeto que nós vamos debater, a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, aprovada pelo Decreto 5.452 de 1º de maio de 43, passa a vigorar acrescida do seguinte capítulo 3 A ao título 5º. Vou direto, artigo, a contribuição assistencial destinada ao financiamento da negociação coletiva e de outras atividades sindicais será descontada compulsoriamente de todos os trabalhadores e servidores membros da categoria profissional, sindicalizados ou não, conforme prerrogativa prevista na alínea do art. 513 da consolidação e na alínea e do art. 240 da Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990.

§ 1º, o percentual da contribuição assistencial devido a ser creditado por entidade sindical e representativa e a forma do rateio serão fixados pela Assembleia Geral dos Trabalhadores. É vedada a fixação de percentual de contribuição, superior a 1% da remuneração bruta anual do trabalhador em atividade. Ainda o art. 610 B, as fraudes, os desvios, ou a recusa arbitrária do empregador em efetuar o desconto da contribuição da categoria em folha de pagamento serão considerados ilícitos punível do previsto nos arts. 553 e 598 desta consolidação, cabendo a apuração pelo Ministério Público do Trabalho, primeiro, sem prejuízo das penalidades ilegais fixadas pela consolidação. É vedada a concessão de empréstimos, orçamento bancários, órgãos públicos e é vedada a participação em concorrências públicas de empresas em situação irregular com as obrigações relativas à regulamentação das contribuições aqui citadas, assistenciais.

§ 2º, em se tratando de órgão ou empresa pública, o não regulamento das contribuições assistenciais serão tipificados como ato de improbidade administrativa.

Esse é o projeto que nós apresentamos, fruto daquele debate amplo que tivemos lá no Petrônio Portela, onde se não me falha a memória, estavam os representantes de todas as centrais sindicais e de todas as confederações.

Mediante aquele debate, eu pedi à consultoria do Senado que apresentasse uma minuta. Essa minuta, eu remeti para o Conjunto do Movimento Sindical Brasileiro. Depois que recebi, pelo menos da ampla maioria, não vou dizer que recebi de todos para não cometer nenhuma injustiça. Quando recebi, eu acho que de

90% daqueles que participaram, daquele evento que eu poderia apresentar o projeto para o debate, isso não quer dizer que o projeto estava ali contemplando 100% do que cada um pensava. Dizia o seguinte, apresente o projeto, vamos ver quem é o Relator, e faremos Audiências Públicas e faremos o debate para ver o que será melhor, tanto para o conjunto dos trabalhadores e naturalmente para as suas entidades que são as entidades sindicais.

Então, fruto dessa pequena retrospectiva que eu aqui apresentei é que nós estamos realizando, hoje, essa Audiência Pública. Claro que eu vou torcer para que a gente chegue aqui num grande entendimento. E que a gente possa, aí eu vou abrir para vocês, senão eu começo a falar demais, a começar a entrar nos encaminhamentos e deixar já que a gente possa fazer um grande movimento a nível nacional para aprovar aquilo que vocês entenderem que seja o melhor para o conjunto dos trabalhadores. Schulte, com a palavra por dez minutos.

SR. JOSÉ CARLOS PERRET SCHULTE – (*intervenção no áudio*) a iniciativa do Senador e companheiro Paulo Paim de solicitar essa Audiência Pública onde as entidades sindicais, o Ministério Público, o Tribunal Superior do Trabalho e outros poderão se manifestar quanto a esse tema de grande importância e vital ao Movimento Sindical. Cumprimentar a todos os companheiros aqui presente.

A contribuição assistencial é uma contribuição, hoje, que representa as entidades sindicais de base nos sindicatos que varia entre 70 e 80% das arrecadações das entidades. Entidades essas que têm o compromisso de dar toda a assistência aos trabalhadores, fazer a luta dos trabalhadores por melhores salários, melhores condições de vida, discutir a nível nacional tudo aquilo que vem de proposta que retira direitos, esse dinheiro é usado dessa forma e, além disso, dar assistência que falta aos trabalhadores no seu cotidiano e sua família, assistência médica, assistência odontológica, além daquela que é obrigação das entidades assistência jurídica. E através dessa contribuição, que nós mantemos e sustentamos todas as entidades sindicais e toda a luta dos trabalhadores, portanto. E de uns anos para cá, nós viemos recebendo um ataque bastante forte contra essas contribuições, com diversos argumentos advindos não só da justiça do trabalho, como também do Ministério Público, numa verdadeira, e posso afirmar para vocês, uma verdadeira perseguição a Organização Sindical, nós consideramos dessa forma, que as autoridades vêm perseguindo a Organização Sindical para que ela não possa fazer essa luta. Nós vinculamos a isso aí é uma proposta neoliberal de esfacelamento da Organização Sindical para que a Organização Sindical

não possa e não tenha condições firmes para poder defender os direitos dos trabalhadores e vir a grande proposta que está sendo apresentada pelo neoliberalismo de poder, com o esfacelamento das entidades sindicais, com asfixia financeira, nós não poderemos nos mobilizar, nem mobilizar as categorias para que nós possamos defender os nossos interesses que vem atrás da proposta de flexibilização. Esse pessoal a mim e a nós, eles não têm mais nada do que essa intenção, de asfixiar o Movimento Sindical para que seja retirado o direito dos trabalhadores a todo o momento sendo atacado, os direitos previdenciários dos trabalhadores e é dessa forma que nós entendemos.

Para isso, nós tivemos a compreensão do companheiro e Senador Paulo Paim de apresentar um projeto para nós regulamentarmos, porque não querendo mais nada que regulamentar a questão, nós queremos regulamentar o art. 513 letra E da CLT para acabar com esses ataques, a discriminação que está sendo feita com a Organização Sindical.

Então foi apresentado o projeto, o projeto não é mais nada do que o existente, somente ele regulamenta e limita e limita o total das contribuições. Ou seja, o projeto prevê que não poderá as entidades sindicais, as assembleias sindicais aprovar valores maior do que 1% da renda anual do trabalhador, da renda anual do trabalhador. Um trabalhador que ganha quinhentos reais, vai pagar cinco reais por mês do seu salário, é 1% disso aí.

Então, nós não estamos aqui com um projeto que vá retirar direito dos trabalhadores, vá sacrificar trabalhadores, mas sim, os trabalhadores vão contribuir, vão contribuir para a sua categoria, para ela formar luta e conseguir melhores condições de vida e salário, essa é a realidade. Quanto a essa discussão do projeto de apoio ao projeto ou não, nós temos que dizer o seguinte, o projeto tem o apoio do Movimento Sindical e a nossa confederação e aqui nós estamos representando também o Fórum Sindical dos Trabalhadores que agrega todas as confederações e mais oito centrais sindicais. Nós somos as entidades que primeiro discuti com o companheiro Paim para que fosse elaborar. Evidentemente que um projeto na discussão com todo o Movimento Sindical, ele fica com a possibilidade de ter alguma contrariedade de alguém ou alguma modificação até apresentada pelo Relator. Nós aqui tentamos nesse projeto, e tentou o Paim também, contemplar toda a Organização Sindical, inclusive os servidores públicos, que nós soubemos que na questão dos servidores públicos, na questão da negociação ainda tem uma certa complicação.

Hoje, nós recebemos uma cópia do relatório que o Senador Raupp elaborou, e nesse relatório, ele ex-

clui essa questão dos funcionários públicos para que seja uma discussão em um outro momento. Evidentemente, que depois nós vamos ver as colocações que serão feitas pelas entidades representativas dos servidores públicos, principalmente a CSPB, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, quanto a essa questão.

Agora, no relatório do Senador, ele faz essa retirada, mas quando ele se manifesta a uma modificação, a uma Emenda no § 1º do art. 610, letra A, ele peca, ele peca no seguinte sentido, ele faz uma nova redação, e nessa nova redação ele coloca que fica a contribuição assistencial vinculada ao acordo ou convenção coletiva, que é um dos grandes problemas também que nós temos com a área empresarial. Ou seja, na data base que esse assistencial também é para nós formarmos as lutas, as campanhas salariais, o que é que ocorre? Ficando essa vinculação ao acordo ou convenção coletiva, ou seja, só pode o sindicato exercer o direito a solicitar o desconto em folha de pagamento dos empregados pelas empresas e creditar o sindicato, após a assinatura do acordo ou convenção até mesmo a própria liberação do próprio Ministério do Trabalho. Aqui nós contrariamos, nós achamos que não deva, nós podemos aceitar a Emenda, mas desde que ela retire a palavra “de acordo” ou “convenção coletiva” e fique da seguinte forma, “o percentual de contribuição assistencial devido a ser creditado para a entidade sindical signatária será fixado por assembleia geral dos trabalhadores”. Eu acho que aí já é o suficiente, entendeu, Paim? Por quê? Porque hoje, o que ocorre? As negociações começam a andar o patrão diz assim, “vamos para a justiça, vamos para a justiça”. Se hoje a própria Constituição, que é um erro da nossa Constituição diz que para entrar com um processo de dissídio coletivo na Justiça do Trabalho tem que ser por comum acordo, Sindicatos Patronais e Sindicatos dos Trabalhadores têm que concordar, ou seja, para nós entrarmos com dissídio coletivo, o patrão tem que acordar com nós que nunca ele vai concordar, nunca vai ter dissídio coletivo, então nós não teremos mais arrecadação por sindicato.

Então, nós temos que garantir isso aí, porque essa garantia vai fazer com que na negativa do empresário, na negativa de negociação, nós tenhamos condições de fazer uma campanha salarial e buscar realmente a força dos trabalhadores, até mesmo para a sua manutenção em momentos, inclusive, de greve se for necessário nas nossas mobilizações.

Então, nós contrariamos essa parte. *(soa a campanha)* Do resto que ficou no projeto existe a concordância de nossa parte, das partes das entidades a qual a gente representa, de que o projeto é de uma

iniciativa excelente e eu acho que dessa forma ele acaba com toda a polêmica existente. Porque o que nós precisamos é o seguinte) – Que deixe o sindicato trabalhar, que o Ministério Público deixe o sindicato trabalhar, que a fiscalização do Ministério do Trabalho vá fiscalizar o direito dos trabalhadores e não as contribuições advindas dos trabalhadores para o sindicato, que nos deixe dessa forma. Se nos deixar isso aí, nós teremos um Brasil maior, porque essas entidades, esse movimento do País que alavanca as conquistas sociais da sociedade brasileira e que se junta as outras instituições para conseguir tudo aquilo que a sociedade brasileira precisa.

Então, nós só queremos apelar para isso e não estamos aqui, deixamos bem claro, nós não estamos aqui saqueando o trabalhador como dizem em certos processos que entram contra nós. Nós estamos simplesmente regulamentando e já dei exemplo de valores aqui do que ocorre isso por trabalhador, e, diga-se de passagem, sessenta e cinco reais para um trabalhador que ganha quinhentos reais por mês é o que ele vai pagar anualmente ao sindicato. Sessenta e cinco reais que ele vai passar para o sindicato, para o sindicato muitas vezes conseguir o aumento salarial para ele que muitas vezes corresponde a trezentos, quatrocentos reais por mês. O salário mínimo hoje é trezentos e cinquenta, a maioria da categoria dos trabalhadores tem pisos salariais acima de quinhentos reais, então a função do sindicato está sendo exercida, sim, está sendo exercida, sim. E nós comprovamos e as categorias dos trabalhadores, a sociedade que hoje nos ouve sabem disso porque eles são os trabalhadores que nós representamos. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu só queria informar ao Plenário mais uma vez que essa Audiência Pública está sendo gravada e vai para todo o Brasil, é como se fosse ao vivo, eu quero que vocês gravem bem isso, pela importância dessa Audiência Pública. Vai ao vivo, não tem corte, não tem nada, ela está retransmitida e vocês saberão o dia em que ela vai ao ar, provavelmente ainda nessa semana para todo o País.

Então, eu peço que na fala de cada um, é importante que depois cada um se identifique, então, para quem tiver ligando a televisão agora. Esse debate é para, como o Schulte coloca muito bem, é para regulamentar a questão da contribuição assistencial, e é uma iniciativa do conjunto do Movimento Sindical Brasileiro e por isso essa Audiência Pública.

Passo a palavra, de imediato, ao nosso companheiro Quintino Marques Severo, representando a Central Única dos Trabalhadores, é o Secretário-Geral.

SR. QUINTINO MARQUES SEVERO – Obrigado, Presidente, um bom dia Senador Paulo Paim, saudar aqui também o Schulte e ao Dr. Maurício, do Ministério Público e gostaria, inclusive, de cumprimentar e dizer que para nós é importante que o Ministério Público esteja nessa Mesa, Senador, porque, com certeza, a gente tem que fazer um diálogo importante acerca desse tema. Eu quero saudar a todos os companheiros e companheiras do Movimento Sindical, em especial a Rosane, nossa Secretária de Política Sindical da CUT, a Lúcia Reis da Executiva Nacional e o nosso Vice-Presidente, companheiro Wagner Gomes da nossa Central Sindical. Saudar também todos os telespectadores, pessoas que estão nos assistindo, dizer para nós, Senador Paulo Paim, que essa audiência, em especial esse tema, tem sem sombra de dúvida uma grande relevância, até porque aqui na própria justificativa do projeto está comentando aqui que o Movimento Sindical tem feito uma peregrinação para conseguir atingir os objetivos quando se trata de buscar a sustentação financeira do sindicato para fazer a luta em defesa dos trabalhadores, em defesa dos seus direitos. De fato isso vem ocorrendo e vem ocorrendo especialmente no último período onde grande parte das centrais sindicais estão aqui, já fizemos em peregrinação aqui em Brasília. Foi no TST, no Ministério Público do trabalho, tivemos no Ministério do Trabalho também, nos espaços aqui tanto do Executivo, tanto no Judiciário, na tentativa de encontrar uma solução definitiva para esse problema, uma solução que dê conta de não mais sermos questionados, nem pelo Ministério Público, nem pelo Ministério do Trabalho acerca desse tema e dessa contribuição importante que os sindicatos têm se utilizado para a defesa dos seus interesses, especialmente das suas categorias representadas.

Então, portanto, essa regulamentação para nós, ela é um tema de uma grande relevância porque vai nos ajudar, ao invés de nós ficar fazendo peregrinação, nós vamos estar fazendo luta nas nossas bases, nas nossas categorias a fim de defender os interesses dos nossos trabalhadores. E evidentemente, que o empresário tem tido, tem se aproveitado deste vácuo que a própria legislação deixa em grande parte dos acordos coletivos e no momento de fazer desconto, não faz, ou faz lista para uma empresa para nos contar, ou faz movimento e muitas vezes não desconta mesmo sem lista, sem abaixo assinado dos trabalhadores e na grande parte das vezes joga os trabalhadores contra o seu próprio sindicato e evidentemente recorre depois para o Ministério Público.

Então, eu acho que a regulamentação desse tema, ele é fundamental exatamente para que pos-

samos garantir aí a tranquilidade e a sobrevivência tranqüila dos sindicatos. Eu acho que um outro dado importante também é que a proposta aqui representada, evidentemente que nós vamos levar para os debates nas instâncias da nossa central, mas nos parece e tem aqui, eu pessoalmente uma grande simpatia pela proposta, até porque também essa proposta ela regulamenta o valor da contribuição, o percentual da contribuição e esse percentual, inclusive, da forma que evidentemente o nosso meio também há distorções e houve muita distorção durante o período aonde não tem regulamentação, inclusive abusos de desconto, que levou inclusive o Ministério Público a intervir. Eu acho que esse elemento importante na presença inclusive do Ministério Público aqui, nós ressaltar de que a regulamentação, o estabelecimento de um percentual que limita o excesso e limita o abuso ele é fundamental, inclusive, para que a gente possa ter consistência na defesa dessa proposta, seja junto ao conjunto do próprio parlamento aqui dos Senadores, seja junto ao Poder Judiciário. Porque ele acaba estabelecendo um limite que, na nossa opinião, um limite razoável está dentro da chamada razoabilidade que o próprio TST tem trabalhado esse tema. Então nos parece que essa regulamentação também leva em consideração esse elemento importante que é o elemento de estabelecer parâmetros, de estabelecer limites para que de fato, a gente possa ter segurança ao defender, aí não vai haver abusos também por parte do movimento sindical e levar questionamentos, inclusive, o que tem ocorrido nesse último período.

Também é importante essa questão da regulamentação, porque, durante esse período, nós temos visto uma intervenção, digamos assim por parte tanto do Ministério Público, quanto do Ministério do Trabalho na própria Organização Sindical, porque a Constituição veda isso, impede que o Estado intervenha na Organização Sindical e eu acho que isso que vem ocorrendo nos últimos períodos, tem sido uma intervenção na nossa opinião que nós precisamos impedir e regulamentar, portanto, impedir que não ocorra mais esta forma arbitrária que o Movimento Sindical vem sofrendo de intervenção.

Por outro lado sofre a intervenção, sofre a pressão e sofre a privação pelos empresários e por outro lado também sofre pelo próprio judiciário na medida em que impede a garantia do desconto da sobrevivência financeira do sindicato.

Então, nos parece, Senador, companheiros e companheiras, num primeiro momento, que essa proposta é uma proposta que atende em grande parte o que nós estamos e temos defendido dentro da Central Única dos Trabalhadores, que é essa questão da re-

gulamentação, do estabelecimento de limite, da aprovação em assembléia, achamos que a assembléia é o fórum, que se ele aprova o acordo coletivo, se ele aprova a pauta, ou aprova a pauta e aprova o acordo, por que não aprova também o valor que a categoria vai contribuir para o seu sindicato?

Então, na nossa opinião, esse é o fórum, esse é o espaço aonde os trabalhadores têm a oportunidade de serem convocados, de serem mobilizados para estarem lá, para aprovar ou para rejeitar. Quer dizer, então esse é um espaço legítimo. Se ele é legítimo para aprovar pauta e se é legítimo para aprovar o acordo, por que não é legítimo para aprovar também aquilo que a categoria vai contribuir para o seu sindicato, para sustentar a sua luta?

Então, nos parece que esses elementos que estão contidos na proposta original, pelo menos que tiver acesso aqui, Senador, são elementos que dão conta de atender aí essa nossa demanda em termos de contribuição para os nossos sindicatos. E por último, quero dizer que nós, certamente, vamos continuar fazendo esse diálogo no interior do próprio parlamento, no interior da nossa entidade, nós especial da CUT e evidentemente que vamos, se assim aprovamos, acredito que sim, vamos nos empenhar nessa mobilização para que o projeto seja aprovado, que é um projeto de interesse, me parece, do conjunto do Movimento Sindical e que, portanto, cabe a nós de forma conjunta sair à defesa, fazer a mobilização junto aos Senadores, junto, inclusive, aos outros órgãos de Estado para que a compreensão seja uma compreensão que isso vai acabar com o conflito, vai resolver um conflito que não tem sido bom nem para nós, para os trabalhadores, certamente não é bom também para o conjunto do poder público em geral e do próprio judiciário.

Então, queremos mais uma vez aqui agradecer a oportunidade, Senador, por essa audiência e dizer que nós, evidentemente, vamos levar o conhecimento da proposta para o interior da nossa central, mas de imediato aqui quero dizer que tem uma grande simpatia da nossa parte, está muito dentro daquilo que nós temos defendido, portanto, creio que não terá nenhuma divergência de fundo que possa impedir que a gente esteja junto nessa mobilização para garantir a aprovação desse projeto. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – De uma forma bem descontraída eu gostaria de dizer que a nossa responsabilidade aumenta a cada minuto que passa. Eu fui informado nesse momento pelo João Domingos da CSPB que via web está sendo transmitido ao vivo para o mundo todo essa audiência. Ou seja, todos os Países que quiserem, naturalmen-

te ligando o canal estarão assistindo essa audiência, além das gravações que serão reproduzidas num segundo momento.

Então, nós estamos ao vivo. Estão me informando aqui também e serve também como orientação, que na sala ao lado já chegaram mais 95 delegados para esse debate orientados pela CNTI. A sala ao lado está praticamente lotada, todos sejam bem-vindos. Quero dizer que a consultoria do Senado aqui é da mais alta qualidade, então a redação dada pelo projeto original, teve a contribuição dessa consultoria e essa consultoria está Assessorando o Relator agora, então estão aqui conosco presente, o Ostrovsky e a Roberta, vamos dar uma palma para os dois aí, (*palmas*) eles estão aqui ouvindo... Eles estão aqui ouvindo, assistindo e vão naturalmente passar isso para o Relator. Estão aqui os dois, eu pediria que os dois pudessem se levantar. Eles ajudaram na elaboração, estão aqui, (*palmas*) e pode saber que eles estão ouvindo cada fala dos senhores aqui para o que o Relator fique a par do resultado dessa audiência.

Então, passo, agora de imediato, ao representante do Ministério Público do Trabalho, Dr. Maurício Corrêa de Mello para que faça as suas considerações com o olhar no projeto apresentado, se nós conseguimos resolver esse impasse de uma vez por todas. V.Ex^a tem dez minutos com a tolerância devida de mais dois.

SR. MAURÍCIO CORRÊA DE MELLO – Bom dia a todos e a todas presentes, eu agradeço o convite para esse diálogo que agora foi revelado que é um diálogo mundial. Cumprimento a Mesa na pessoa do Presidente Paulo Paim e cumprimento todos os integrantes, representantes dos movimentos sindicais e pretendo ser o mais breve possível para que a gente possa otimizar o nosso tempo.

Inicialmente, eu gostaria de apresentar a minha solidariedade pessoal e em nome do Ministério Público do trabalho a luta pelo fortalecimento dos sindicatos. Esse, talvez, seja já o primeiro grande consenso, Ministério Público do Trabalho tem todo o interesse de que os sindicatos sejam fortalecidos e que existam mecanismos concretos para esse fortalecimento.

O direito fundamental que move a atuação do Ministério Público do Trabalho nessa questão é o direito a liberdade sindical, esse direito foi conquistado na Convenção 98, na Organização Internacional do Trabalho, de 1948 e esse direito foi também assegurado na nossa Constituição de 1988. A liberdade sindical tem dois aspectos, um positivo e um negativo. O aspecto, podemos considerar positivo é o direito de todos os trabalhadores se associarem, de fundarem sindicatos e de se filiarem a esses sindicatos. E o outro lado dessa mesma moeda é o direito de ninguém ser obrigado a

se associar ao sindicato. São duas faces da liberdade sindical. O Ministério Público já atuou em defesa da liberdade sindical, desse ponto de vista propondo ações anulatórias de cláusulas que considerávamos que impediam o livre direito de associação sindical, obrigando os trabalhadores a se sindicalizarem. Esse entendimento acompanha a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho e também do Supremo Tribunal Federal. Mas, o Ministério Público do Trabalho atua também na garantia da associação sindical, e essa atuação na garantia nós podemos considerar prioritária. Ao contrário da atuação que é excepcional, visando coibir algum excesso, a atuação do Ministério Público na garantia da liberdade de filiação sindical, ela é prioridade, ela está dentro do contexto da luta contra todas as formas de discriminação e, portanto, faz parte de uma Coordenadoria Nacional, organizada com propostas concretas nesse sentido. Recentemente, nós tivemos uma vitória, numa situação aqui do Distrito Federal, uma empresa que promovia uma campanha pela desfiliação dos sindicatos, dos associados de um determinado sindicato, de maneira que não restou naquela empresa mais nenhum trabalhador sindicalizado, o Ministério Público do Trabalho atuou, propôs uma ação civil pública que obteve uma antecipação de tutela favorável a essa defesa de liberdade sindical, o que foi reconhecido pelo próprio sindical, nós temos aqui um boletim informativo desse sindicato dando notícia dessa atuação do Ministério Público do Trabalho e rapidamente, vou ler um pequeno trecho da decisão que diz o seguinte – Estamos certo que a Constituição de 1988, no caput do seu art. 8º estipula a livre associação profissional e sindical, e com base na farta documentação carreada aos autos, esse Juiz se convence da veracidade(F) das alegações apresentadas pelo autor por demais satisfativas para demonstrar o fundado receio de dano de difícil reparação. E daí porque ele considera que a prova inequívoca da coação dos réus para a desfiliação dos seus empregados, tanto que ressaltados nos respectivos termos de rescisão contratual. E a partir dessa conclusão, ele determina que todas as empresas componentes do grupo se abstenham da prática de quaisquer atos que coajam, forcem desfiliação, discriminem, dispensem, ainda que sem justa causa ou negue emprego a trabalhador filiado, seus empregados a se desfiliarem, ou a permanecerem desfiliaados a categoria profissional dos trabalhadores no comércio – não vou identificar a empresa aqui para não expor desnecessariamente. Mas é um caso concreto que eu passo para o Senador e, então, a nossa proposta, temos até uma proposta legislativa nesse contexto de combate a todas as formas de discriminação, em especial essa discriminação que

impede o trabalhador de se associar ou de permanecer associado a uma questão importante, a inversão do ônus da aprova, ou seja, aquela empresa que há um indício que ela promove um tipo de discriminação em especial essa quanto à liberdade de associação, ela seja obrigada a provar que não discrimina. Então é um aspecto importante nas nossas ações e que fortaleceria a atuação sindical.

Nós defendemos o direito de oposição, como já constou na jurisprudência do TST e um outro consenso que eu acho que já surgiu aqui da Mesa é a limitação de abusos que possam acontecer.

Então, volto a dizer, o fortalecimento dos sindicatos é um direito, é uma garantia o qual o Ministério Público do Trabalho tem por obrigação zelar. Pretendemos que haja na evolução desse diálogo a construção de um consenso que permita esse fortalecimento sindical. Muito obrigado.

/

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nós vamos, nesse momento, pedir aos nossos convidados que retornem ao Plenário e vamos convidar para a segunda Mesa Nova Central, Sr. Presidente José Calixto Ramos, convidar a representante do Ministério do Trabalho, Srª Shakti Prates Borela. E na ordem aqui eu vou chamando e vamos dar já como missão cumprida. Central Geral dos Trabalhadores, CGTB, não sei se o Laerte já chegou a CAT, o representante na ordem aqui a Força Sindical. Força Sindical é o João, não é? Está presente o João? Isso, da Força Sindical, João Pereira de Jesus, SDS. O Juruna está representando...? Primeiro é o Juruna, então. Juruna você fica na outra mesa, então, é para respeitar a ordem aqui.

Então, na outra Mesa, fica sendo a Social Democracia, e a CAT e a CCT, para a próxima Mesa, está bem? Vamos lá, nós estamos aqui para... É um trabalho coletivo aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Abusando até da liberdade, Presidente, se fosse possível eu fazer um apelo ao representante do Ministério Público e também ao representante do Ministério do Trabalho que permanecesse nessa Sessão até o final.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ficou o apelo feito em público.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Porque são as duas entidades que mais têm se envolvido nesse processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – É bom participar do debate qualificado que faremos aqui com certeza.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu queria que participasse até para que formasse uma opinião e eles,

se for o caso, fazer uma réplica, alguma coisa, para ajudar a construir esse grande projeto de V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu quero dizer também da alegria de estar aqui conosco o Senador Roberto Cavalcanti, é um Senador comprometido com as relações capital e trabalho, tem sido aqui um companheiro nessa mediação na busca de um grande entendimento, eu daria uma salva de palmas para o Senador que está aqui na Mesa. Fez questão de... “Olha, quando é que vai ser, estarei lá para contribuir”. Então eu vou passar de imediato aos três convidados que estão aqui na Mesa, começar pelo Calixto e o Senador no momento que entender fazer uso da palavra terá toda a liberdade. Calixto, Nova Central, dez minutos.

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Caro Senador Paulo Paim, Sr. Senador, companheiros representantes das centrais sindicais aqui presentes, Ministério Público, Senador Roberto Cavalcanti, Ministério Público, Ministério do Trabalho, companheiros, companheiras e meus companheiros que estão na outra sala.

Eu queria primeiramente pedir desculpa de ter chegado um pouco atrasado em face de um trabalho que estavam realizando com o nosso Conselho de Representantes da CNTI. Mas eu diria que esse movimento, essa Audiência Pública, é um momento histórico até, e é de grande importância para o Movimento Sindical Brasileiro, diria até para a própria sociedade, considerando a influência do sindicalismo junto à sociedade.

Começaria dizendo que tudo isso iniciou-se a partir do momento que o Ministério do Trabalho, de forma arbitrária, criou a Portaria 160, isso já faz um pouco mais de dois anos, cuja Portaria com a intervenção desta Casa, através do Senador Paulo Paim, nós conseguimos um Decreto Legislativo que eliminou aquela Portaria e as confederações através de uma ação direta de inconstitucionalidade, conseguiram no Supremo Tribunal Federal a revogação daquela Portaria. Começou tudo por aí. O processo caminhou, até que nós chegamos à conclusão de que a ação do Ministério Público do Trabalho por não existir nenhuma lei que disciplinasse esse tipo de contribuição, essa ação estava sendo muito drástica a ponto de criar sérias dificuldades para algumas entidades sindicais. Baseou-se o Ministério Público em descontos absurdos, descontos arbitrários e evidente que terminou ponto no mesmo patamar todas as entidades sindicais sofreram as mesmas consequências pelo fato de uma meia dúzia terem naturalmente extrapolado, quer dizer, o desconto que se pretendia o desconto razoável. É quando começamos a conversar, primeiramente, com o Tribunal Superior do Trabalho que evidente casou

até uma polêmica muito grande. E quando nós fomos ao TST foi exatamente para tentar junto aquela Casa, suavizar um pouco a drasticidade do anunciado 119, pelo menos que ele voltasse a aplicar o anunciado 74 que era menos draconiana do que o 119. Não fomos bem entendidos e comentaram uma série de interpretações totalmente diferentes daquilo que nós tínhamos feito no TST. Diziam até que o Senador Paulo Paim que já tinha apresentado o Projeto de Lei do Senado 248, ele próprio havia já apresentado Emendas em decorrência dessa reunião das Centrais Sindicais que nós tivemos com o TST. Isso não foi verdade. Claro que o Senador não ia apresentar uma Emenda ao seu próprio projeto sem ele ter tomado a tramitação natural. É quando conversamos com o Senador Paim e ficamos tranquilos porque ele nos afirmou, “o projeto, o meu projeto, ele vai ser levado à discussão na íntegra, como está. Quem desejar apresentar Emendas que apresente na oportunidade”. Isso nos tranqüilizou e tirou toda aquela celeuma que estavam já crucificando as Centrais Sindicais como tivesse ido ao TST pedir uma Emenda diferente do que apresentava o Senador Paulo Paim.

Muito bem. Tivemos a oportunidade de conversar bastante com o Assessor do Senador Raupp, tivemos com ele um tempo relativamente grande, conversando e também com o próprio Senador, ele também nos garantiu de que o seu relatório iria contemplar praticamente as nossas pretensões, claro que dependia muito e substancialmente das opiniões oferecidas pelo Senador Paulo Paim que é exatamente razoável.

Chegando ao relatório do Senador, a conclusão que nós chegamos é que é um relatório que atende praticamente as nossas pretensões, e quando eu digo as nossas pretensões, são as pretensões da absoluta maioria das Organizações Sindicais Brasileiras. Isso porque o projeto limita o desconto ao máximo de 1%, só que, contrariando um pouco algumas turmas do Tribunal Superior do Trabalho que não há consenso, não há jurisprudência firmada ainda o desconto será para toda a categoria profissional e não apenas para os filiados ao sindicato. E o relatório nos traz apenas uma pequena novidade que nós gostaríamos de conversar depois com o próprio Relator, mas nós queríamos já deixar patenteada aqui a nossa preocupação, quando vejam que no projeto original diz lá no seu § 1º do artigo, diz que o percentual de contribuição assistencial devido a ser creditado para a entidade sindical representativa e na forma de rateio serão fixado por assembléia geral dos trabalhadores. De pleno acordo, nós não estamos absolutamente contrariando. Só que o relatório, ele vai um pouco mais além, porque ele vincula, ele vincula tudo isso a convenção ou ao

acordo coletivo de trabalho. E nós entendemos que se nós vincularmos o acordo a convenção e por alguma razão malograr o acordo ou a convenção, você não terá o desconto necessário daquele grupo ou daquela categoria profissional para a manutenção das ações do seu sindicato. Nesse aspecto nós gostaríamos de chamar a atenção e pedir ao Relator uma oportunidade para depois conversamos com ele a respeito.

Muito bem, mas acontece que o trabalho, ele não se encerra nessa oportunidade, ele não se encerra aqui. Quer dizer, a partir dessa primeira audiência, terminado, ou terminada as discussões de acordo de entendimento do seu Relator, que é Senador Paulo Paim, aliás, do Presidente, terminar essas discussões, então, esse processo terá ainda um segmento muito, eu diria, muito, talvez demorado ou não, mas ele tem, nós temos que percorrer ainda um caminho relativamente longo, partindo do princípio que do resultado dessa Comissão, o Relator vai tirar as suas conclusões, vai modificar ou não o seu relatório, ainda vai aprovar na Comissão e depois ainda vai ao Plenário do Senado.

A partir daí também não se encerrou a nossa peregrinação, nós vamos ainda ter que peregrinar também na Câmara dos Deputados.

Então, a nossa caminhada, minha gente, ainda é longa. (*soa a campainha*) E por que nós pedimos a interferência do Senador Paulo Paim na apresentação de um Projeto de Lei do Senado? É exatamente para tentarmos evitar que o Ministério Público do Trabalho como fiscal da lei que é, ele não interfira com a mesma drasticidade que vinha interferindo exatamente porque existe uma lei. Como não existia a lei e o dirigente sindical se achava no direito de arbitrar ou de sugerir o tipo de contribuição que melhor lhe a conviesse aí é claro que o Ministério Público, nesse caso, tem razão, aí teria que tentar coibir esse abuso porque ele é exatamente o fiscal para essas finalidades. Considerando que a lei seja aprovada, aí nós vamos discutir, talvez a inconstitucionalidade da lei ou não, mas aí, nós, talvez, estejamos contemplados e o Ministério Público também contemplado porque aí a lei vai falar mais alto do que as nossas opiniões individuais.

Então, caro Senador, eu queria, em nome da nossa central, da nossa confederação, dizer que, repetindo, para nós esse momento é um momento de muita importância, porque é a vida das entidades sindicais, basta lhe dizer, Senadores que nós temos entidades sindicais que representam já uma grande empresa com quinhentos e mais empregados trabalhando naquela entidade. E a pressão do Ministério Público fez com que essa instituição tivesse até que demitir um bom número de empregados porque não tinha mais a sustentação necessária para manter todo aquele ou toda

aquela gama de serviços que é prestado pelo determinado sindicato ou pelas entidades sindicais.

Então, eu tenho que, na verdade, em meu nome, em nome dos meus pares, eu tenho que louvar essa iniciativa e agradecer exatamente essa oportunidade, esperando que o Senado da República que tem prestado excelentes serviços ao País preste também à coletividade sindical brasileira e depois nós vamos trabalhar também na Câmara dos Deputados. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só para tranquilizar a todos os dirigentes sindicais aqui trouxeram delegações, que como a sala 15 lotou com o telão, a estrutura do Senado já providenciou um outro telão na sala 7 que também está quase lotada. É sinal que o debate é um debate importante para todo o País, e também informar para vocês, aproveitando a fala do Calixto, do Presidente Calixto da Nova Central que, na verdade, esse projeto está destinado para essa Comissão e é de caráter terminativo. Quer dizer, que se nós trabalharmos bem, eu diria, mediante um grande acordo, ele é aprovado aqui e naturalmente num trabalho junto com os Senadores, eu tenho certeza que o Roberto Cavalcanti vai nos ajudar, ele vai direto para a Câmara. Então é importantíssimo que a gente faça um movimento intenso para que seja aprovado esse ano aqui no Senado e é um caminho a menos. Ele não precisará passar pelo Plenário do Senado, a não ser, claro, que haja recurso. A gente tem que trabalhar para que não haja esse recurso, porque vai haver um debate lá na Câmara e naturalmente vocês vão fazer as Audiências Públicas lá num segundo momento.

Vamos em frente, convidamos nesse momento, então... Passar a palavra aqui para o... Pela ordem, era Força Sindical, Juruna, é você mesmo. Pela Força Sindical, o Sr. Carlos Alberto Gonçalves, o nosso conhecido Juruna, Líder Sindical que todos nós conhecemos.

SR. CARLOS ALBERTO GONÇALVES – Obrigado, Senador Paulo Paim, saudar a presença do Senador Roberto Cavalcanti, nosso companheiro Calixto representando a Nova Central Sindical, saudar os demais companheiros das demais centrais, da CUT, da CGT, da SDS e demonstrar que o que estamos fazendo aqui no sentido de pensar arrecadação financeira, ela vai muito além disso. Ontem mesmo estávamos todos juntos na luta pela melhoria do salário mínimo no nosso País, pela correção da tabela do imposto de renda em várias capitais. Em São Paulo tivemos um ato unitário que reuniu todas as centrais demonstrando o amadurecimento do nosso movimento, demons-

trando a possibilidade que teremos no próximo ano, na próxima gestão do Governo Lula, no sentido de que possamos trabalhar a unidade dos trabalhadores para garantir os nossos direitos e também da necessidade de uma reforma sindical seja debatida com todas as entidades.

Caro Senador, essa proposta que vem sobre a regulamentação da taxa de contribuição assistencial, ela vem do interesse dos trabalhadores, não só dos sindicatos, mas do interesse dos trabalhadores que observaram que a entidade sindicato, além das lutas pelas suas reivindicações, de melhoria de condições de trabalho, que tem necessidades de gastos, de um orçamento, aí destinados aos seus Advogados, a sua Assessoria técnica, aos carros de som, a imprensa a divulgação, nós também sabemos que no nosso País as entidades sindicais prestam um serviço social também aos seus associados, no sentido de uma assistência social, uma assistência médica, uma escola de educação, formação de profissional.

Então, essa contribuição, ela é importantíssima para todos os sindicatos, no sentido não só da sua ação social, mas também para a sua ação de reivindicações, porque sem financiamento entidade sindical, entidade nenhuma tem autonomia.

Então, nesse aspecto, as entidades sindicais têm vindo aqui no Congresso Nacional, aqui no Senado, tem ido ao Tribunal Superior do Trabalho no sentido de que essas questões possam ser debatidas do ponto de vista de um Projeto de Lei que possa regularizar essa situação.

Eu acredito que nós não podemos nos pautar por um, dois, três, cinco sindicatos, ou sindicalistas, que exageraram talvez na contribuição, mas pensarmos no conjunto de sindicatos e sindicalistas que cobram aquilo que é razoável, que decidem a assembléia e que fazem um serviço positivo aos seus associados e a sua categoria. E uma questão importantíssima para nós, muitas vezes se compara a nossa Organização Sindical, a nossa estrutura de organização com Países de outros continentes no sentido de que lá não se cobra de todos, mas nós temos que olhar naqueles Países, onde se cobra de todos é porque prestam o acordo coletivo a todos os trabalhadores e não só os sindicalizados e esse é o caso aqui no Brasil. Aqui no Brasil, aquele companheiro que pertence à categoria, que pertence aquele sindicato, associado ou não, ele é contemplado com a negociação coletiva, com os ganhos que o sindicato faz negociação com o patronato, ou com os representantes patronais, então, nesse aspecto, para nós é importante que a cobrança seja feita de todos os companheiros e que essa decisão seja tomada em assembléia ampla, porque na assembléia que decide

os pleitos da campanha salarial, ela é aberta a todos os trabalhadores sindicalizados ou não. E no princípio, claro, aqui nós sindicalistas, as centrais que estiveram lá no Tribunal Superior do Trabalho, nós conseguimos fazer com que nós divulgássemos o nosso sindicato o princípio daquilo que é razoável.

Então, nesse aspecto, eu vejo que a vinculação a convenção coletiva, como disse o Calixto, para nós, ela não deve ser vinculada ao resultado da negociação, mas a assembléia que deflagra o processo de negociação, porque muitas vezes se não houver acordo os trabalhadores seriam prejudicados, além de não ter acordo, ainda não ter a sustentação financeira do seu sindicato, mas para nós, a vinculação que queremos, na nossa opinião, na opinião da Força Sindical é o que seja vinculado ao processo de negociação, e nesse processo de negociação, o primeiro ato é a assembléia que decide o pleito de negociação e o valor que seria, no máximo, na nossa opinião, na opinião das demais centrais e das forças sindicais seria de 1%.

Então, aqui nós achamos que a sua atividade, a sua ação política aqui no Senado, eu acho que faz com que a gente possa fazer avançar essa idéia do que é razoável, do que é necessário para os sindicatos e a vinculação ao processo da negociação do início da negociação é uma maneira também de demonstrar aos trabalhadores que ainda não são associados e que talvez tenham que pagar só por aquilo que ele vai conquistar na negociação coletiva também seja um instrumento para ele ver que o sindicato está lutando por ele, que se ele for sócio, se ele contribui com seu sindicato, com certeza, ele será mais forte.

Então, quero agradecer aqui, Senador, essa Audiência Pública, as centrais todas aqui pensando nesse interesse social dos sindicatos e na autonomia dos sindicatos que sem financiamento, com certeza, poderiam buscar outros meios escusos que poderiam e poderá, com certeza, prejudicar os sindicalistas e o sindicato.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos de imediato a palavra a representante do Ministério do Trabalho, Srª Shakti Prates. Dez minutos, com mais dois se necessário.

SRA. SHAKTI PRATES BORELA – Bom dia, Bom dia Senador Paulo Paim, bom dia aos representantes dos trabalhadores aqui presente, a todos os participantes, representante do Ministério Público. Em primeiro lugar, é importante parabenizar o Senador Paulo Paim, é importante se dizer que a questão do fortalecimento sindical, cada proposta que busca o fortalecimento da Organização Sindical, ela é bem

vinda, é uma discussão que tem que ser travada cotidianamente no nosso País, a questão do fortalecimento dos trabalhadores e passa necessariamente pelo fortalecimento da Organização Sindical, é um assunto caro ao Ministério do Trabalho, é um assunto extremamente que o Ministério do Trabalho se preocupa tanto que propôs uma Reforma Sindical discutida por meio tripartite por meio do Fórum Nacional do Trabalho. Além disso, nós temos trabalhado no sentido de valorizar cada vez mais os instrumentos coletivos, acordos e convenções coletivas, a negociação coletiva, tanto no sentido de promover, buscar promover o máximo possível esse tipo de entendimento, quanto no sentido de garantir a eficácia desses acordos e convenções por meio da própria fiscalização do trabalho, por meio do nosso trabalho de mediação, realizadas pelas nossas delegacias regionais do trabalho. E é claro que quando a gente fala de fortalecimento da Organização Sindical, nós necessariamente falamos também da sustentação financeira, não existe uma organização forte se ela não tiver meios de buscar a sua sustentação financeira, o seu financiamento que garanta a execução das suas atividades. E, já entrando um pouco, eu gostaria de entrar um pouco no mérito do que o Ministério do Trabalho hoje, até já como uma das consequências das discussões travadas no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho, o que é que nós entendemos a respeito dessa discussão, da sustentação, das entidades sindicais. Inicialmente, a gente tem que pensar que essa discussão, o ideal é que ela seja travada de uma forma sistemática, tratando não só de uma nova contribuição, mas de uma discussão da própria contribuição sindical já existente que prevê o desconto de todos os trabalhadores na forma do art. 578 da CLT, e seguintes, que tem inclusive um caráter não só compulsório, mas de natureza tributária impondo uma série de sanções as empresas que deixem de fazer o seu recolhimento.

Então, nós entendemos que qualquer outra contribuição, ela deve ser tratada em conjunto com esta contribuição, a discussão deveria ser tratada em conjunto, porque algumas considerações que a gente gostaria de fazer a respeito do projeto especificamente, ele, na verdade, ele traz uma nova contribuição, ou ele regulamenta uma já existente, mas lhe dá um caráter de compulsoriedade e lhe dá, inclusive, sanções a serem aplicadas pelo próprio Estado, de uma maneira geral, quando ele estabelece no seu art. 510 B, se não eu não me engano, que as fraudes serão considerados ilícitos e no § 1º, veda a concessão de empréstimo, financiamentos bancários por entes públicos, a participação em concorrências públicas, às empresas em situação irregular.

Então na verdade, ela de certa forma, ela equi-para essa nova contribuição que tem uma natureza bastante distinta hoje, ela equipara a contribuição sindical obrigatória, essa é uma consideração que a gente gostaria de fazer, algumas questões que nós entendemos serem importantes nesse debate é que qualquer contribuição que seja cobrada, ela seja condicionada a negociação coletiva, nós entendemos que isso valoriza o processo de negociação coletiva, que isso valoriza as entidades sindicais nesse processo de negociação coletiva. Que essas assembleias, a partir do momento que você discute que a contribuição, ela vai ser devida por todos os trabalhadores filiados ou não, que se garanta efetivamente a participação destes trabalhadores nas assembleias que decidirão, não só sobre o recolhimento desses valores, a fixação desse percentual, mas também do que será aprovado para se levar para a negociação perante a empresa. Entendemos que a questão da limitação do valor, ela é uma questão fundamental que está colocada essa limitação, a 1% no período anual, eu acho que é uma coisa que tem que ser discutida em termos de percentual, mas é fundamental que tenha uma limitação para evitar os abusos até citados aqui na presente audiência. Entendemos que tem uma outra questão que deve ser pensada nesse projeto que é a inclusão de servidores públicos aqui no projeto, uma vez até que se trata de uma contribuição para financiamento da negociação coletiva e hoje, ainda, nós não temos, pelo menos não em âmbito nacional uma regulamentação dessa negociação coletiva no direito da negociação coletiva que é uma questão que está, inclusive, em discussão, existe um grupo dentro do próprio Ministério do Trabalho com a participação dos representantes das entidades sindicais, de servidores públicos tratando da regulamentação, da negociação e dentro dessa negociação, de uma maneira mais geral, tratando também do financiamento dessa negociação e do financiamento da Organização Sindical dos Servidores Públicos.

Então, é uma consideração que a gente entende que essa questão do trabalhador, do servidor público possa ser tratada de uma forma separada inclusive pelas próprias peculiaridades que ela envolve. Mais de uma maneira geral, são essas as considerações que nós teríamos a fazer. A proposta do Ministério do Trabalho, claro que não é uma proposta, quando a gente trabalha, a proposta saída do Fórum Nacional, ela por si só, não é uma proposta que seja aplicável sem considerar as outras questões que ela prevê de alterações para a Organização Sindical, mas ela está colocada, ela já está, inclusive, a parte que não pressupõe uma mudança constitucional, ela já está colocada para discussão no próprio Congresso Nacional

e nós entendemos que qualquer discussão que venha a levantar essas questões referentes à Organização Sindical, elas colocam o debate na Ordem do Dia e são fundamentais e por isso nós, mesmo com algumas discordância que sabemos que temos, parabenizamos a iniciativa. Obrigada.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nesse momento, a gente desfaz essa Mesa e convida para que venham fazer a sua exposição os seguintes convidados – Social Democracia Sindical, representado pelo Sr. João Pereira de Jesus. E representando a Coordenação dos Trabalhadores, CCT, o Sr. Moacyr Roberto Tesch. E ainda representando o Movimento dos Servidores o Presidente da CSPB, Sr. João Domingos. E aviso aqui que nessa Mesa estava previsto também a participação do MOSAP, mas disse que não poderia estar presente e que se sentiria representado na figura do João Domingos. Passamos de imediato ao representante da Social Democracia Sindical, Sr. João Pereira de Jesus.

SR. JOÃO PEREIRA DE JESUS – Boa tarde, Senador Paim, boa tarde as centrais sindicais, quero cumprimentar aqui, em primeiro lugar eu quero falar o seguinte, eu estou ocupando uma cadeira que para mim é uma honra, o Enilson Simões que é a Social Democracia Sindical e também cumprimentar aqui o Ministério Público, o Ministério do Trabalho e todos os componentes da Mesa.

Esse projeto, Senador, ele é fundamental, para o segmento da área sindical e eu fico feliz em estar aqui, eu sou Presidente do Sindicato e a gente enfrenta muitas dificuldades, eu tenho pouco prazo que eu estou representando uma entidade, mas a gente vê a dificuldade que a gente encontra, até mesmo de manter um sindicato, hoje, com sua economia, com condições de fazer alguma coisa para os trabalhadores e esse projeto, eu acho que vai nos ajudar bastante a conseguir mudar o sistema do meio sindical.

Agora, tem um detalhe, eu acho que não foi discutido aqui, não sei se foi falado aqui ainda, porque eu cheguei um pouquinho atrasado, até peço desculpas pelo atraso, mas há muitas reclamações sobre os trabalhadores, sobre as representações sindicais que disse que não faz nada para ninguém, só quer ganhar dinheiro, não representa, de verdade, a categoria como devia ser representada. Eu acho até mesmo por isso que existe essa questão aí da pessoa não querer contribuir com o sindicato, porque quando você tem respaldo, com certeza, essa contribuição, ela vem simbolicamente, o cara vem tranquilamente fazer a sua contribuição porque ele tem subsídios so-

bre isso. Infelizmente, isso está acontecendo. Mas eu acredito muito, hoje, com esse projeto do Senador, que as coisas vêm dar continuidade, com mais seriedade, com mais respeito ao movimento, aos trabalhadores desse País, onde ele esteja representado por forças sindicais, por centrais sindicais, pela CUT, por todas as centrais que envolve o meio dos trabalhadores e aí os sindicatos que vêm representando a sua base, a sua categoria que eles possam realmente representar de verdade com o coração, com o corpo, com a alma para desenvolver esse meio.

Então, a Central Sindical, ela está de acordo com esse seu projeto que é um projeto que vem dá sustentabilidade ao meio sindical e eu acredito muito no desenvolvimento disso aí, e vamos torcer que realmente esse projeto seja verdadeiramente aprovado e que chegue na Câmara dos Deputados sem nenhum problema e que passe tranqüilo para ajudar o meio sindical. Isso seriam as minhas palavras, por enquanto.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos de imediato ao Sr. Moacyr Roberto, representando a Coordenação dos Trabalhadores, CCT.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Senador Paim, bem como o Senador Roberto Cavalcanti, aqui presente, todos os dirigentes sindicais aqui presentes, representantes das centrais, as mulheres, o Ministério Público, o Ministério do Trabalho, elogiar a participação de todos, em especial ao Senador Paim, um homem que tem a preocupação com as questões sociais, o homem do idoso que combate o racismo, questão do gênero. O Senador que nós deveríamos ter, não só o Paim, mas que fosse um exemplo para as duas Casas que esse mundo tem absoluta certeza que seria maior. Senador Roberto Cavalcanti também.

Senador Paim, eu estava atentamente escutando os palestrantes aqui e agora eu fiquei em dúvida se eu estou na sala certa. De duas, uma. O Ministério do Trabalho que veio aqui não é o Ministério do Trabalho que nós conhecemos, o Ministério Público que veio aqui não é o Ministério Público que nós conhecemos ou essas pessoas têm dupla personalidade. Que personalidade que nós conhecemos no Ministério Público é para ferrar o Movimento Sindical. Quando a gente precisa do Ministério Público para intermediar um movimento de greve, até agora dificilmente ele consegue encontrar. Aquele documento que o Procurador apresentou aqui, eu não sei, mas eu acho que o Procurador que fez aquilo e entrou, eu acho que deve estar passando o inferno austral, porque o modo ope-

rante do Ministério Público não é esse. E o Ministério Público tem atuado com um verdadeiro massacre no Movimento Sindical. O Ministério do Trabalho, por sua vez, que tanto o Governo atual questionava o entreguismo, questionava as pessoas que entregavam e fazia o Movimento Sindical, as barbas como foram feitos, hoje serve de entreguismo para o Ministério Público. Eu nunca vi uma coisa tão impressionante, você fecha uma convenção, de imediato o Ministério Público está com a convenção na mão e de imediato o Ministério Público está com uma ação contra o Movimento Sindical. Eu não sei na verdade a quem esses dois órgãos atende. Porque há dois senhores não têm como entender. Na minha ignorância, Senador, eu imagino que o Ministério do Trabalho é uma entidade para atender os trabalhadores, dar proteção aos trabalhadores e o Ministério Público poder de polícia que ele tem, é para atender o mais fraco. E o que eles fazem na questão das taxas assistenciais é completamente inverso. Eles enfraquecem o Movimento Sindical, ele enfraquece a estrutura sindical que é uma estrutura combativa que aumenta a questão do salário mínimo, que diminui a redução do imposto de renda, que dá as conquistas sociais e fortalece os empresários com essa puxada de tapete para nós.

Senador Paim, a questão do Ministério Público, eu tive o dissabor de participar em Goiânia de uma reunião em que ele pensava que os dirigentes sindicais eram uma tropa de animal, que colocou numa sala um pouco maior do que essa, convidando todo o Movimento Sindical e intimou a todos que fizesse em grupo, em turma, em bando, um reajuste de conduta. Ajuste de conduta para mim é para bandido. Por que o Ministério Público não faz ajuste de conduta para os empresários, para o nosso patrão? Por que o Ministério Público não faz ajuste de conduta para aquelas empresas que enche os ônibus, pagam os ônibus para trazer o sindicato, para trazer a cartinha xerocada? *(palmas)* Por que ele não faz esse processo? Aí o ajuste de conduta não serve para o empresariado, aí o Ministério Público usa a venda, o Ministério do Trabalho desaparece, não existe fiscal para isso. Não se preocupa muito. Na oportunidade em Goiás, eu falei para o Ministério Público que naquele momento ele já determinasse dentro do Ministério Público uma sala com chaveiro bem grande que nós iríamos depositar as chaves dos sindicatos lá para que ele fosse administrar as entidades. Eu tenho uma preocupação muito grande, Senador, se o senhor for lá na constituinte, lá na época da constituinte e foi começar a discutir como começou a questão dos recolhimentos, Gastão Henrique, Fogaça discutiu essa questão, e o Fogaça foi bem claro, Gastão dizendo que era só para os associados, o Fogaça

que era Relator, disse não, é para toda a categoria. As nossas convenções coletivas são as mais universais possíveis, é o cara que gosta, não gosta, quer ou não quer, o Presidente do Sindicato não interessa, ele fechou a convenção, ele é beneficiado.

Agora, pergunto para o Ministério Público, para a representante do Ministério do Trabalho aqui quem é que sustenta a Casa deles, se não for eles, alguém está sustentando, aí tem coisa problema, dentro de casa. E quem tem sustentar o Movimento Sindical são os trabalhadores, é quem participa da categoria, não é o patrão, seja lá quem for. Eu não sei, existe o analfabeto político, tem até uma poesia e tem a questão do ignorante que ignora as coisas. Para mim o Ministério Público e o Ministério do Trabalho estão nesses dois quadros, está pior do que o analfabeto, porque o analfabeto tem conhecimento e eles têm conhecimento e vão para outro lado, ignora o que está escrito na CLT, ignora o art. 513, ignora o que está no art. 8º da Constituição Federal. Aí que eu me pergunto, a serviço de quem eles estão. Se você pegar, Senador, e aí me rendo a V.Sª, o Movimento Sindical tem a maior estima por V.Sª, que o que V.Exª está colocando não é nada mais, Excelência, do que repetir o que tem na Constituição Federal e na CLT, o 513 e o art. 8º. Agora, se o texto de V.Exª que está ali que diz que é o 513, que tem cumprir o 513, por que essa ignorância, por que esse analfabetismo do Ministério Público, do Ministério do Trabalho, tem que sair uma lei para que eles vá lá no 513, 545, art. 8º para eles saber que aquilo ali tem que ser cumprido, eu não entendo, Senador.

Graças a Deus que V.Exª existe, porque senão o Movimento Sindical estava ferrado. Eu pergunto, eu questiono, Senador, se algum dos representantes do Ministério Público, do Ministério do Trabalho, se alguma vez já foi dirigente sindical, você já pegou um maço de filiação e saiu filial ao trabalhador. Nunca passaram por isso, nunca administraram. Eles não sabem, muitas vezes eu até me questiono que muitos representantes, muitas organizações nunca passaram na frente de uma entidade sindical ou se pensaram nisso é um filho de pai, que é empresário não sei quem que ganha, que tem raiva do trabalhador, porque se tiver o mínimo de sensibilidade social, jamais eles fariam o que vocês fazem. Quando for para entrar com o processo, Ministério Público, vá lá no sindicato ver o que eles fazem, vá ver se não tem médico, não tem dentistas, não tem Advogado, não tem um grupo, e ver se aquela máquina que está lá aonde que está sendo colocado o dinheiro. O salário do servidor público somos nós que pagamos, o salário de vocês somos nós que pagamos, é o cidadão brasileiro, é o trabalhador brasileiro. Agora,

nós mantemos vocês e vocês mantêm o trabalhador abaixo do nível de miséria, isso não pode.

Eu questiono a toda a instituição se por um acaso não fosse obrigado a pagar o IPVA, INSS, IPTU, imposto de renda, se V.Exªs iriam lá no guichê da Previdência Social do Imposto de Renda e diria, olha aqui é a minha participação. Do tempo de V.Exª que foram Advogados, que tiveram de correr um período correndo para ser Advogados, por que vocês contribuíam com a OAB? Por que é que hoje, tem o poder de polícia que V.Exª tem, não entra com uma ação contra a OAB porque ela recolhe, porque se não for, não tiver o pagamento a OAB a pessoa não pode exercer a atividade. Porque, o sistema S, porque não faz uma devassa que nem faz no Movimento Sindical dentro do sistema S, certo? Lá na OAB tem uma lei, mas aqui nós temos a Constituição, tem o art. 8º, tem o art. 545, tem o 513. Agora, teve a necessidade do Senador Paim, graças a sua sabedoria, instituir uma lei para que o analfabetismo e a ignorância venham à tona e seja levado à luz. Muito obrigado, Senador.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra de imediato ao Presidente da CPB, Confederação dos Servidores Públicos do Brasil para o seu Presidente, o João Domingos.

SR. JOÃO DOMINGOS – Exmº. Sr. Presidente, Senador da República brasileira, Senador Paulo Paim, um dos que mais prazerosamente nós chamamos de companheiro, falamos de boca cheia companheiro Senador Paulo Paim. Sr. Senador Roberto Cavalcanti, meus colegas de Mesa, senhores a Plenário, dirigentes que estão nessa Plenária nas salas contíguas e no Brasil e no mundo via web. Quero, inclusive nesse momento, se me permite, Senador, aproveitar para agradecer e tornar público o pleito de gratidão da nossa confederação, ao sistema de comunicação do Senado Federal (palmas) que em parceria com o nosso sistema próprio de comunicação tem ampliado os serviços prestados por esse Senado. A TV Senado que hoje é restrita quem tem TV a cabo ou antena parabólica, através de uma parceria estabelecida com a nossa televisão on-line, ela está acessível a principais programas seus, principalmente Audiências Públicas a todo e qualquer cidadão, em qualquer recanto do mundo, desde que tenha um computador ligado a web. Nesse exato momento, nós estamos ao vivo, através do site da CTPB e da Nova Central Sindical.

Bem, Senador, entrando no tema, especificamente, a parte que me toca, que é a questão do setor público dentro desse tema, eu quero confessar que até a semana que vem as minhas motivações eram bem diferentes das que são presentemente para par-

tipicar dessa Audiência Pública que em tão boa hora foi instituída por V.Ex^a. É que até a semana passada a instituição da contribuição assistencial para o setor público, para as entidades sindicais de servidores públicos representava para nós muito mais do que o acesso a uma fonte de custeio que já é universal, mesmo por forças transversas às organizações sindicais do setor privado. Elas significavam muito mais porque era o momento que esperávamos ter superado uma situação injusta que já duram seis séculos que é da constante discriminação dos servidores públicos como classe trabalhadora.

Desde 1943, com o advento da CLT em que há uma rejeição dos servidores públicos como classe trabalhadora em pé de igualdade, tanto nos direitos, quanto nos deveres com os trabalhadores do setor privado. E, hoje, eu digo que as motivações são outras, porque eu sinto hoje uma ponta de decepção e de indignação, porque me parece que o que antes era apenas uma falta de criatividade, de encontrar soluções para integrar o Movimento Sindical dos Servidores Públicos com os trabalhadores da área privada, o que antes parecia apenas falta de criatividade, me parece que está se tornando uma questão cultural desse País. 1943, advento da CLT tinha um artigo que dizia expressamente, essa lei não se aplica aos servidores públicos.

No processo constituinte de 88, quando foram consolidadas todos os direitos e vantagens existentes hoje no mundo das relações de trabalho, ali os servidores públicos tiveram uma vitória de Piurro(F), porque na questão do direito de greve, no direito a sindicalização ele ganhou, mas não levou na medida em que foi estabelecido o princípio do direito da Constituição, mas foi relegado a uma legislação regulamentar posterior que hoje, quase duas décadas depois ainda não veio, portanto foi uma vitória de Piurro(F). Nesse processo recente agora, da Reforma Sindical, o Projeto de Reforma Sindical do Governo, saído do Fórum Nacional do Trabalho já dizia nos seus primeiros artigos, mais uma vez essa lei não se aplica ao servidor público, retornando a uma situação de seis décadas atrás, portanto aquela lei que o Governo entendia como o avanço no mundo do trabalho para a Organização Sindical dos Servidores Públicos significava um retrocesso de seis décadas na medida em que voltava a 1943. Nesse processo todo a nossa confederação adotou como estratégia sair da situação de isolamento e ir buscar, divulgar e buscar a compreensão e, sobretudo, o apoio do mundo do trabalho, principalmente do setor privado. Foi assim que a nossa confederação, hoje, está 100% integrada e submissa às decisões da Nova Central Sindical de Trabalhadores e do Fórum Sindical dos Trabalhadores. Essa estratégia nos per-

mitiu, Senador superar muita coisa. Por exemplo, no mesmo momento que por parte do projeto do Governo se discriminava o servidor público, o Fórum Sindical dos Trabalhadores onde está a Nova Central Sindical elaborou um projeto onde a questão foi amplamente debatida e solucionada, está tramitando aqui no Congresso Nacional um projeto onde já se supera essa questão de falta de criatividade de entender que o servidor público não pode ter acesso aos mesmos direitos e deveres dos trabalhadores da área privada. Até mesmo o Relator do projeto do Governo, o Deputado Zimmermann depois de muito debate se convenceu que era plenamente possível, provavelmente quando se retomar o tema, ele já estará superado também no seu substitutivo essa questão até mesmo o Ministério do Trabalho se convenceu, através de notas técnicas, debates exaustivos da nossa confederação com aquele Ministério, e na última versão do projeto de reforma sindical elaborado pelo Presidente, pelo então Presidente do Fórum Nacional do Trabalho, Oswaldo Bargas já tinha superado porque já tinha entendido que não existe esse tabu que se coloca da impossibilidade que os servidores públicos tenham os mesmos direitos e deveres.

Agora depois de tudo isso se superado, quando a primeira legislação que se apresenta nessa Casa tratando do tema e que nós acreditávamos estarmos no estado de regozijo, não apenas pelo acesso da fonte de custeio, mas por ter superado essa situação de discriminação através do valorosíssimo Senador Paulo Paim, a gente vê agora que o Relator toma a iniciativa de mais uma vez excluir os servidores públicos do contexto geral da legislação. E para maior decepção, ainda vejo aqui a posição do Ministério do Trabalho em posicionamento à posição do Senador. Quero dizer a ilustre colega, que sou servidor público também, acredito que ela ainda está aqui, do Ministério do Trabalho, que a nossa confederação e as instâncias do Movimento Sindical que nós pertencemos rejeitamos frontalmente esse posicionamento do Ministério do Trabalho, ele é um retrocesso.

Primeiro, o Ministério ele tem uma visão um pouco estreita desse tema, sobretudo desse tema negociação coletiva. É verdade que essa contribuição está associada à idéia de negociação coletiva e que nós ainda não temos ainda esse direito assegurado em lei. Por peculiaridades, nós já conseguimos, inclusive, no Governo Itamar Franco, na Lei 8.112, artigo 240, alíneas E e D, estabelecer negociação coletiva para os servidores públicos, mas a falta de criatividade entendeu que era inconstitucional. Esse processo de negociação não pode ser impeditivo de que o conceito do direito seja permitido aos servidores públicos, até porque quando

a representante do Ministério diz aqui que está pega a peculiaridades, a visão do Ministério do Trabalho, eu digo que é um pouco estreita, primeiro, porque a visão dela é exclusiva dos servidores federais e é só nesse âmbito dos servidores públicos que o Ministério do Trabalho está tratando da negociação coletiva e os servidores federais, é claro que é a ponta, é a parte mais visível da nossa categoria, mas numericamente ela é apenas um quinto.

Portanto, as peculiaridades da grande maioria que são servidores municipais e estaduais e de outros poderes, de outras esferas de poderes além do Executivo são totalmente distintas e peculiaridade, cara colega, tem que ser tratado como peculiaridade, no âmbito das peculiaridades, portanto, nada impede que da forma proposta pelo Senador esteja ali concedido o direito, até porque Senador, o problema do servidor público é que toda essa situação o coloca num círculo vicioso, onde ele nunca tem o direito porque nunca teve, então, o que é que nós reivindicamos, que seja concedido o direito da forma proposta como é a intenção do autor do projeto, Senador Paulo Paim, e deixe que a prática resolva as peculiaridades, porque senão nós estaremos sempre nessa situação, o servidor público tem que ficar a parte porque nunca tem esse direito e aí nós nunca teremos porque nunca tivemos.

Então, eu quero fazer aqui, primeiro, um apelo, um apelo ao autor do projeto que nos ajude a superar essas dificuldades, a partir da brilhante Assessoria dessa Casa, dessa Comissão, nós já vamos procurar agendar uma reunião com o Relator, com o apoio técnico da Assessoria e principalmente com o indispensável apoio político e institucional que V.Exª é uma instituição dentro do mundo sindical com o apoio institucional de V.Exª e principalmente com o apoio político da minha Central Sindical que nunca me faltou, com o apoio político do Fórum Sindical dos Trabalhadores que nunca nos faltou que permitam que mais uma vez não se cometa essa injustiça. Os servidores públicos têm uma frase lapidar que defina a nossa situação, nós não reivindicamos, não queremos e não precisamos de privilégio, mas não aceitamos discriminação, é só isso. Nós não queremos nada além, mas não queremos nada a menos. Até porque toda essa situação de discriminação coloca os servidores públicos numa situação em que ele se sente descompromissado das lutas gerais dos trabalhadores e passa a lutar exclusivamente para seus interesses é onde até algumas categorias conseguem alguns privilégios e nós não queremos privilégio.

Portanto, ao encerrar, eu gostaria, primeiro, de fazer essa constatação e até gostar que fosse minha uma frase dita recentemente e com tanta veemente

pelo Moacir, que bom que o senhor existe, Senador, porque ainda resta esperança para nós servidores públicos para mais além dos trabalhadores do setor privado, porque a nossa situação por mais complexa, por ser mais complexa ela depende mais de boa vontade, depende mais de sensibilidade e depende, sobretudo, mais de uma visão ampla do que venha a ser o Movimento Sindical, *(soa a campainha)* da sua importância para o mundo social, não apenas na relação do trabalho, para o mundo social como um todo.

Então, Senador, ao deixar esse apelo, deixo claro a CSPB não aceita pacificamente essa situação de discriminação, vai procurar todas as instâncias, procurar negociadamente, trazendo todos os argumentos técnicos que o Governo nos permitiu convencer ao Ministério do Trabalho, a Câmara Municipal, a Comissão de Trabalho da Câmara Federal, trazer todos esses argumentos para que com a ajuda institucional de V.Exª como autor da matéria e ajuda política das instâncias do Movimento Sindical Brasileiro, nós superamos mais uma vez essa triste realidade de continuada discriminação dos servidores públicos como classe dos trabalhadores. Repito, não queremos privilégio, só não aceitamos discriminação. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nós convidamos os painelistas a se dirigir mais uma vez ao Plenário e vamos fazer uma última Mesa convidando o representante da CAT, Central Autônoma de Trabalhadores, o Sr. Carlos Alberto. Chegou o da CGT? Então está convidado para a Mesa já. Faltava o representante da CGT, Claudir Antônio Passos e o representante da... Que é o Carlos Alberto. O Carlos Alberto está aí?

Então, essa é a última Mesa, em seguida nós vamos para o debate com o Plenário. Vai falar agora o representante da CGT, Claudir Antônio Passos e em seguida o nosso Senador Roberto Cavalcanti. Dez minutos.

SR. CLAUDIR ANTÔNIO PASSO – Bom dia a todos os companheiros, as companheiras, cumprimentar ao Senador Paulo Paim, ao Senador Roberto Cavalcanti, os representantes do Ministério Público, do Trabalho, do Ministério do Trabalho, e a todos os dirigentes de centrais sindicais, federações, confederações, sindicatos que fazem parte não só dessa sala, das outras salas, já que se discute um trabalho extremamente importante e necessário para a sobrevivência das entidades sindicais brasileiras.

Essa discussão que pauta o desconto assistencial é extremamente importante, porque nos últimos tempos, apesar do Movimento Sindical brasileiro ter contribuído decisivamente na Constituição de 88, para

a criação do Ministério Público do Trabalho como órgão de importância para a discussão e a defesa dos interesses dos trabalhadores brasileiros, nos últimos tempos, o Ministério Público do Trabalho, através de alguns Procuradores tem tratado a matéria e outras matérias com total descaso em relação à importância que ela merece para a sobrevivência das entidades sindicais.

O próprio Ministério do Trabalho tem sido cobrado insistentemente para a fiscalização da jornada de trabalho, para a fiscalização do trabalho escravo, para a fiscalização do trabalho infantil, para a fiscalização da falta de registro em carteira, para a fiscalização da extrapolação da jornada de trabalho, para a fiscalização da questão das doenças ocupacionais e nem o Ministério Público do Trabalho e nem o Ministério do Trabalho têm dado uma resposta específica às categorias dos trabalhadores do Brasil. Então, é importante se colocar que nós precisamos, evidentemente, que haja uma discussão importante não só para a aprovação dessa matéria, Senador Paulo Paim, mas que evidentemente, haja uma compreensão por parte dos Procuradores do Ministério Público em estabelecer uma discussão, em que haja a compreensão e entender o significado do que evidentemente significa a contribuição assistencial para as entidades, para a sobrevivência das entidades sindicais em todo o Brasil.

É importante também salientar quando foi dado o exemplo de outros Países, “em País X, País Y, existe isso, só os associados contribuem”. Mas na maioria dos Países desenvolvidos, não só os contratos coletivos, contratos individuais, há uma contribuição por parte das empresas e há uma participação dos Estados, dos Governos que contribuem para as entidades sindicais, tornando-as evidentemente muito mais sólidas e com condições de fazer o enfrentamento.

Portanto, não se pode admitir a condição de que no Brasil, quando nós percebemos o avanço do neoliberalismo em relação a esse tipo de matéria do ponto de vista de enfraquecer, as entidades sindicais na medida em que se percebe que há a insistência na propositura de reformas, como a Reforma da Previdência, Reforma Sindical, Reforma Trabalhista que estão e estarão sendo colocadas para aviltar o direito dos trabalhadores. Portanto, se no primeiro momento, nós temos entidades enfraquecidas do ponto de vista do enfrentamento, num segundo momento, nós enfrentamos a orquestração da eliminação, ou da diminuição dos direitos dos trabalhadores, com certeza, as entidades sindicais, as centrais sindicais de todo o Brasil, não terão como fazer o enfrentamento a nível de fazer uma discussão com a sociedade organizada de poder evitar esse tipo de comportamento.

Portanto, é importante que nós, primeiro, as entidades sindicais brasileiras têm que ser entidades fortes, representativas para poder estabelecer o enfrentamento da negociação, porque no Brasil se fala em negociação coletiva, livre negociação, mas na verdade não é livre negociação não, existe, de um lado da Mesa os dirigentes sindicais atuando com estilingue e do outro lado o patronato atuando com mísseis de longo alcance, portanto é difícil se dizer que é a livre negociação. Até porque nós temos enfrentado nos últimos tempos, principalmente no setor bancário o grande número de interditos proibitórios proferidos por magistrados de todo o Brasil, se de um lado não há fiscalização, do outro há supressão de pagamento facilitando a questão das cartas para não pagamento das contribuições e do outro magistrado proferindo interditos proibitórios para impedir a proximidade da questão das agências bancárias e de empresas de outras categorias, cadê o direito de greve? Cadê o Ministério Público para discutir essa questão dos interditos proferidos pela justiça comum, quando na verdade (*palmas*) a Emenda Constitucional 45, deixa claro que a matéria entre trabalhadores e empregadores têm que ser tratado pela Justiça do Trabalho. E, ao contrário disso, a justiça comum tem proferido interditos a toda a hora e o sindicato não tem dinheiro para poder suspender os efeitos desses interditos perversos, danosos, aos interesses dos trabalhadores, estabelecendo, inclusive, determinadas metros de distância entre as empresas dos trabalhadores e dirigentes, isso é o maior absurdo que já viu em toda a história desse Brasil.

Portanto, aí o sindicato precisa de dinheiro para poder suspender os efeitos nos tribunais. Também se o motivo é dinheiro, não vai suspender coisa alguma. Tem ações individuais plúrimas que os sindicatos vão buscar na justiça, direitos não cumpridos pelo patronato, mas se não tiver dinheiro, não vai conseguir fazer.

Portanto, é importante de que fique claro que o processo do avanço das entidades sindicais e que, com certeza, nos últimos anos, nós já enfrentamos isso, e estaremos enfrentando no próximo ano e nos próximos anos a tendência de reformas como a previdenciária, a trabalhista que vão mexer evidentemente no direito dos trabalhadores, as entidades precisam estar cada vez mais fortalecidas para poder fazer esse enfrentamento e impedir que isso aconteça, nós não podemos permitir que nenhum direito seja suprimido. Ao contrário, os trabalhadores brasileiros precisam melhorar, porque nos Países desenvolvidos, na Europa, na Ásia, em outros continentes que há uma demonstração clara da valorização dos trabalhadores, eles estão quilômetros adiante dos trabalhadores brasileiros, e no Brasil a gente percebe que ao invés de haver organismos a

serviço das organizações para melhorar a questão dos salários, das cláusulas sociais, econômicas, da área de saúde, nós temos um prejuízo enorme, já que as entidades enfraquecidas não conseguem fazer nenhuma movimentação.

Portanto, Senador Paim, mais uma vez, além de várias matérias suas colocadas em pauta, a nível do Senado, mais uma vez essa matéria é espetacular do ponto de vista de buscar garantia de uma questão já consolidadas, mas que em determinados momentos, nós percebemos que não há uma aplicação. Aplicação apenas quando o Ministério do Trabalho, agora que vai se registrar as convenções coletivas, os acordos coletivos ao invés de fazer o registro imediatamente quando vinha sendo feito, nós temos sindicatos a nível nacional que tem cinco, seis meses, aonde as convenções estão lá e não foram até agora arquivadas e protocoladas.

Portanto, é importante que qual é a tarefa afinal de contas dessas pessoas, desses funcionários, ou dessas representações a nível dos trabalhadores? Ministério do Trabalho, não é do patronato, pelo que nós sabemos, Ministério do Trabalho é para defender trabalhador e quando a convenção coletiva, os acordos coletivos não são protocolados e carimbados por entender que uma vírgula está fora do lugar, isso é na tarefa do Ministério do Trabalho para fiscalizar. Isso é uma discussão estabelecida imediatamente é uma denúncia da cláusula do assistencial, Senador, imediatamente há uma denúncia do desconto assistencial e aí, então, a denúncia vai, existe uma fiscalização que vai às empresas pedindo para não fazer o desconto assistencial para as entidades. Isso é o maior absurdo que já se viu, quando, na verdade, o Ministério do Trabalho devia estar atuando para defender os interesses contra a exploração, o trabalho infantil, o trabalho escravo, a carteira assinada e uma série de outras questões de falta de respeito do patronato brasileiro, isso parece que o Ministério do Trabalho não consegue perceber, não vê. Só consegue ver a cláusula, depois de assinada, que deve fazer uma denúncia e mandar a fiscalização para que ela faça, inclusive, estabelecendo multas para as empresas que porventura façam o desconto assistencial. Isso é o maior absurdo! Isso é uma questão que os dirigentes sindicais perplexos em todo o Brasil, e na outra ponta a gente não vê nada disso. O sistema S arrecadando dinheiro, a OAB, ninguém mexe que faz as contribuições compulsórias e obrigatórias. Nós temos muitos colegas e sabemos disso, quer dizer, em todos os outros órgãos contabilistas e outras categorias, todo mundo tem que contribuir e ninguém fala nada. Apenas o Movimento Sindical.

Então dá impressão que muita gente atua, os atores estão colocados num certo universo que é justamente para enfraquecer as entidades sindicais e depois, a propositura de reformas, elas vêm orquestradas, as entidades não têm como fazer o enfrentamento e os trabalhadores, mais uma vez serão os grandes prejudicados nesse País.

Portanto a CGT traz aqui o apoio ao projeto e a necessidade de fazer com que nós tenhamos o cumprimento de fazer com que os trabalhadores aprovem nas suas assembléias, e o que for aprovado em assembléia está definido, e os associados e não associados, por que só o associado? Eu vi na outra Audiência Pública, Senador, o representante do Ministério Público dizendo o seguinte, que entende que a assistência é uma taxa associativa e, portanto, só é devida dos associados, mas o acordo coletivo, a convenção coletiva beneficia associados e não associados, portanto, daqui a pouco se fosse uma taxa que vai ser paga só pelos associados, aí o associado vai se perguntar, por que eu estou pagando mensalidade? Eu vou também me desfilar, eu vou ter o mesmo benefício e aí o que vai acontecer? O sindicato não vai ter filiado algum. Só vai ter um sindicato de gaveta, patrocinado pelo patrão para fazer mais uma vez o jogo da sacanagem.

Então, Senador, gostaria aqui deixar em nome da CGT, da Confederação Geral dos Trabalhadores, o nosso apreço, a nossa consideração em relação a essa matéria e dizer que ela é extremamente importante no momento extremamente oportuno, e dizer que o Ministério do trabalho e o Ministério Público do Trabalho são entidades extremamente importantes e nós as queremos defendendo, junto conosco, o direito dos trabalhadores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu vou passar a palavra nesse momento para o Senador Roberto Cavalcanti que tem sido aqui, eu quero dar esse depoimento, Senador, uma pessoa muito equilibrada, tem contribuído muito aqui para o entendimento e eu entendo que a presença dele aqui na Comissão de Assuntos Sociais e a matéria é terminativa nesta Comissão, e a opinião dele vai ser fundamental no momento do debate que se depender de mim, deveria ser no próximo dia 6, quarta-feira. Quarta-feira, aqui, eu acho que há condições da Comissão deliberar sobre essa matéria.

Então, é muito importante, nesse momento, nós ouvirmos as ponderações do Senador Roberto Cavalcanti, diria um Senador muito influente nessa Comissão. Senador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB) – Eu, em primeiro lugar, gostaria de parabenizar a iniciativa da audiência. Eu sou extremamente favorável

e todos os sindicalistas sabem que através do diálogo, através do debate que se consegue chegar aos entendimentos e a solução dos problemas. E no Brasil a solução dos problemas não é fácil.

Falar em Paulo Paim, e isso aqui não é confete que ele tenha jogado e eu esteja jogando de volta, não. Mas, nessa Casa, a respeitabilidade e o trabalho e a tradição do Paulo Paim é caracterizada e conhecida por todos, dentro da Casa e fora da Casa.

Há dias atrás, o tema era um tema diferente do tema que está sendo debatido aqui, mas é um tema que se referia aos interesses dos trabalhadores brasileiros antes da abordá-lo, eu consultei o meu guru sobre assuntos sociais que é o Paulo Paim. E, voltando ao tema dessa Audiência Pública, eu tenho experiência que é uma experiência interessantíssima para vocês que é do outro lado. Outro lado que significa eu sou filiado a uma sindicato patronal, a uma federação de indústria e a CNI, veja que fato curioso. Mas isso não me tira a sensibilidade social, a sensibilidade de entender que não existe nada no mundo, nem empresa, nem sindicato na qual não haja a sustentabilidade, a sustentação financeira e que (*palmas*) possa sobreviver. Isso é primário, a sustentabilidade financeira ela é primária, é a atividade, é o oxigênio básico de qualquer atividade, quer seja econômica, quer seja sindical, porque sem a mola propulsora destas arrecadações nada acontece, não há consistência e usando as palavras do último orador é muito difícil de se entender que poucos, cada vez um menor número possam beneficiar um todo.

Isso é uma mecânica que não funciona. Na prática isso é um condomínio de um prédio na qual determinados moradores vão dizer – “Não eu não vou pagar a minha taxa de condomínio, eu sou morador do prédio, mas eu quero água, luz, telefone”. Fazendo a... (*palmas*) a comparação é essa realidade.

Mas, eu não vou me aprofundar no tema, o tema é de extremo domínio do Senador Paulo Paim e V.S^{as} podem ter certeza que está na melhor mão, porque como já foi dito anteriormente, se não houvesse Paulo Paim nessa Casa, esse tema sindical seria um tema que não teria um anjo da guarda que é a participação do Paulo Paim.

Eu vou ter que me ausentar, porque tenho outros compromissos assumidos, mas eu gostaria antes de pedir um momento de reflexão de V.S^{as} no sentido e o apadrinhamento do Paulo Paim na continuidade desse tema que é o seguinte. Há poucos dias atrás, eu fiz um pronunciamento no Senado Federal a respeito do FGTS. O FGTS é uma conquista, é um benefício de todo o trabalhador brasileiro. Mas o trabalhador brasileiro está assim, digamos, um pouco cansado das normas e da operacionalidade do FGTS e nós, ao chegarmos

a essa Casa, eu tentei pesquisar e verificar o que é que acontecia na verdade com o FGTS. Tive o apoio da consultoria Parlamentar, o Senador Paulo Paim é testemunha da eficiência da Assessoria Parlamentar, consultoria Parlamentar dessa Casa e, quando puxei lá e pedi, eu quero me aprofundar no FGTS, já tinha numa pasta, num armário todo um trabalho referente ao FGTS. E pasmem, senhores, o FGTS é um assalto ao trabalhador, um assalto legal, porque o procedimento é legal ao trabalhador brasileiro diariamente, historicamente por duas razões – Primeiro, a remuneração paga pelo dinheiro ao trabalhador brasileiro, ao longo dos últimos anos e nós temos estudos para pegarmos amostragens dos últimos dez anos, ela foi negativa numa época em que o País, como um todo, foi considerado no mundo recordista de remuneração financeira.

A remuneração financeira para o trabalhador brasileiro, falando assim extremamente de forma bem simples é o seguinte, o trabalhador brasileiro tem cotas desse fundo, tem dinheiro no fundo, isto é dinheiro, como poderia ser no fundo de investimento de qualquer banco privado, de qualquer outra aplicação financeira que nós todos estamos habitados ou a ler ou a participar. A aplicação do trabalhador brasileiro neste fundo, no FGTS, repetindo, ao longo desses últimos anos, ela tem sido negativa. É criminoso se dar alguém a remuneração financeira durante os últimos dez anos no Brasil de forma negativa. Por quê? Porque se aquele mesmo dinheiro, eu fiz na minha apresentação e eu tenho uma lista, eu fiz, tomei um cuidado muito grande de pegar o nome de todos os convidados e vou encaminhar cópias desses pronunciamentos para essas entidades, o levantamento que nós fizemos, mostra que se o dinheiro tivesse sido aplicado em qualquer outro papel, ele teria uma remuneração pelo menos o dobro do que é o brasileiro remunerado. Isso é um lado da história. O nosso pronunciamento se dividiu em duas partes, essa contratação que é a não remuneração, é uma imoral remuneração a quem aplica o seu dinheiro, trabalhador brasileiro é igual o investidor estrangeiro, o investidor estrangeiro vem aqui no Brasil e aplica o seu dinheiro, tem a melhor remuneração do mundo. O trabalhador brasileiro aplica o seu dinheiro no Brasil aqui no FGTS e tem aplicação negativa.

Então, é uma coisa que (*palmas*) é extremamente importante de ser atendida por V.S^{as}. Um outro trabalho, isso está contido no nosso pronunciamento e a consultoria Parlamentar poderá dar prosseguimento a isso ao Senador Paim que é o anjo da guarda dos movimentos sindicais do Brasil. Então, eu queria o outro lado da história é o seguinte – a CAIXA ECONÔMICA, não tenho nada contra a CAIXA ECONÔMICA,

a CAIXA ECONÔMICA é uma entidade fantástica, merecedora de uma das melhores atenções de nós todos brasileiros, quer sejam os trabalhadores, quer sejam os empregadores, CAIXA ECONÔMICA, parabéns. Agora, já perceberam que no Brasil quando se quer fazer alguma coisa, o primeiro dinheiro que é lembrado é o da CAIXA? Vamos fazer um saneamento... Vamos fazer com o dinheiro da CAIXA. O dinheiro da CAIXA, para que V.S^{as} tenham a consciência, a base do dinheiro da CAIXA é dinheiro do FGTS e há uma extrema má gestão, uma extrema má aplicação da CAIXA no tocante a priorização desses investimentos que são feitos com dinheiro oriundo do FGTS. Então se remunera mal o trabalhador que aplica dinheiro naquele fundo e aquela aplicação, é uma aplicação que ela não beneficia diretamente o trabalhador brasileiro. Para falar bem claro, o seguinte, se nós aplicarmos os dinheiros, os recursos, isso, Senador Paulo Paim, é um defensor aqui na Tribuna do Senado, diariamente, se nós aplicarmos em obras que sejam, por exemplo, na construção civil e prioritariamente para habitações populares, nós estamos invertendo o benefício, porque é exatamente na obra popular e é na construção civil em que se pode gerar empregos formais, que se pode gerar uma multiplicação dos benefícios dos resultados financeiros desse fundo.

Agora tem um ponto que eu deixo como reflexão para V.S^{as} que seria o ponto principal desse nosso diagnóstico que seria o seguinte, as razões pela qual se paga mal, se remunera mal o trabalhador brasileiro e as razões pela qual a CAIXA ECONÔMICA pode fazer toda essa má gestão desses recursos se prende ao seguinte, o que o trabalhador brasileiro paga, a CAIXA ECONÔMICA para cuidar, administrar esses recursos do trabalhador brasileiro, esses sim, são inadmissíveis. Se esse dinheiro tivesse aplicado, digamos, vamos fazer um simulado, se o próprio fundo FGTS tomasse conta de seu dinheiro, ele teria um ganho de pelo menos 30% a mais do ganho que existe hoje. Porque a CAIXA cobra em torno de 30% para administrar os recursos dos trabalhadores. Por meio por cento qualquer fundo de investimento mundial tomava conta desse dinheiro e aplicaria melhor. A CAIXA aplica esse dinheiro cobrando taxas exorbitantes. Não satisfeita com isso, ainda cobra pela operação outros custos exorbitantes.

Então, eu quero aproveitar essa oportunidade, que V.Ex^{as} que representam os principais movimentos dos trabalhadores brasileiros para que prestem atenção a esse tema que se prende a má gestão dos recursos do trabalhador brasileiro do FGTS e a má aplicação e fundamentalmente o custo que a CAIXA ECONÔMICA cobra desse fundo para administrar esses recursos.

Era isso, Senador Paim, desculpem ter trazido um tema que é um tema que foge um pouco ao foco, mas eu encaminharei cópia desse nosso pronunciamento a V.S^{as} e espero que o Senador Paulo Paim seja padrinho desse tema nessa Casa. Meu muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu agradeço muito aqui ao Senador Roberto Cavalcanti que trouxe um tema importantíssimo, e até porque as pessoas estão assistindo esse debate percebe que o conjunto do Movimento Sindical pela forma que aplaudiu a fala desse está preocupado com esse sistema também, que é o FGTS, enfim, a forma como se faz a remuneração ou não de um dinheiro que é do trabalhador e que deveria, quando foi criado, ser revestido principalmente para as obras, ou seja, construção de casas para o trabalhador de baixa renda e que depois foi distorcido ao longo da história, ali naturalmente daquela missão maior que é garantir um retorno para o trabalhador no ato da demissão.

Então, eu agradeço muito ao Senador e pela fala dele eu entendi que ele vai estar conosco no próximo dia 6, nessa reunião da Comissão de Assuntos Sociais e tenho certeza que ele vai apoiar o nosso projeto. Obrigado, Senador.

(palmas)

Eu desfaço a atual Mesa e vou por uma questão de justiça, pedir a representante do Ministério do Trabalho que venha a Mesa mais uma vez, até porque eu sei que ela está com um compromisso e teria que sair e também um representante do Ministério do Trabalho, para que eles façam as suas considerações finais, e depois das considerações finais até o momento que foi exposto eu vou liberar eles porque eles têm outro compromisso e vamos ainda, entre nós aqui, fazer o debate com o Plenário sobre o encaminhamento final da proposta do projeto original e que vamos encaminhar ao Relator.

SR. JOSÉ CARLOS PERRET SCHULTE – *(pronunciamento fora do microfone)*

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Então, eu passo de imediato... Schulte, eu vou dar mais do que isso, eu vou dar direito a tantas réplicas quantas forem necessárias ao conjunto do Movimento Sindical. Acontece, mas acontece que eu quero mais uma vez insistir que essa Audiência Pública está sendo coberta pela TV Senado e pelo Sistema de Confederação Brasileira dos Trabalhadores do Brasil para todo o mundo praticamente. Então esse debate, esse debate continua. Se a representante do Ministério do Trabalho tiver de se retirar claro que nós vamos

entender, eu quero dizer que nós não vamos encerrar o debate se ela tiver que sair.

SR. JOSÉ CARLOS PERRET SCHULTE – (*pronunciamento fora do microfone*)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Então, Schulte, eu não quero aprofundar, mas se vamos aprofundar eu vou ter que dizer, falaram aqui 30 representantes dos trabalhadores mais ou menos e é legítimo e vão falar mais 30 se for necessário, pelo Ministério do Trabalho falou uma pessoa, então eu acho que é legítimo que ela faça as suas ponderações. E se ela entender que tenha que se retirar eu vou entender e acho importante. Eu quero dar esse depoimento aqui que tanto o Ministério do Trabalho quanto o Ministério Público vieram aqui para o debate e eles sabiam muito bem do qual seria o teor do debate que aconteceria aqui e que o representante dos trabalhadores estariam num número bem maior. Normalmente nos debates de Audiências Públicas há uma exigência dos debatedores de que haja o mesmo número de pessoas defendendo a posição que entende a mais adequada e o outro. Não foi de parte deles, nenhum tipo de exigência, eles vieram aqui, participaram da Audiência Pública, ouvi-los como ouviram a todos os painelistas que fizeram uso aqui na Mesa, eu vou ainda estender ao Plenário para que outros que não puderam falar possam também fazer uso da palavra.

Eu acho que estamos sendo aqui muito democráticos. Eu acho que é assim que nós vamos construindo esse grande entendimento e recebendo inclusive apoio aqui do Senador que é um grande empresário. Eu nem falei para vocês isso antes porque não era essa intenção, mas que entendeu também que o projeto procede.

Então, de imediato, eu passo a palavra Srª Shakti para fazer o seu depoimento.

SRA. SHAKTI PRATES BORELA – Obrigada, Senador. Bom, o que eu gostaria de falar é, embora, fazendo as considerações finais, reafirmando mais uma vez algumas divergências que já foram colocadas em relação ao projeto, isso faz parte do debate, entendemos, como eu já coloquei que é importante, que se discuta uma nova contribuição em cotejo com aquelas que já existem, especialmente a contribuição sindical de natureza obrigatória que hoje tem inclusive o aparato do Estado a resguardar o seu recolhimento, é uma contribuição de natureza tributária, e acredito que esse debate, ele é profícuo, ele tem muito ainda a nos esclarecer, todas as considerações que foram colocadas aqui serão levadas ao Ministério do Trabalho. O Ministério do Trabalho está aberto ao debate, está aberto à participação de vocês. Alguns aqui, vários, inclusive, eu já tive a oportunidade de encontrar

em determinados fóruns, em determinados momentos de debates, inclusive promovidos pelo Ministério do Trabalho e é isso que eu quero colocar. Colocar que as portas continuam abertas e que nós estamos, sim, como sempre estivemos dispostos a fazer esse debate, não só sobre essa questão da contribuição sindical em si ou das formas de custeio das entidades sindicais, como de diversas outras questões referentes à Organização Sindical brasileira. Muito obrigado.

(*palmas*)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Agradeço a representante do Ministério do Trabalho, a Srª Shakti, se ela tiver de se retirar, eu quero de pronto agradecer, porque... Há momentos como esse, pessoal, eu quero ser aqui o mais equilibrado possível, que a gente faz convite para alguns departamentos, eu nem vou falar em ministérios, e as pessoas nem respondem e nem parecem porque não querem enfrentar o debate. Eu vou dar um exemplo) – O Estatuto da Igualdade Racial, eu tentei fazer alguns debates, as pessoas não vêm, porque não querem enfrentar esse debate, coisa que não acontece com o Ministério do Trabalho.

O projeto é de minha autoria e ela aqui, a senhora colocou posições de discordância, mas isso é legítimo, nós temos que ter a discordância e vamos construir o que seja melhor para o conjunto dos trabalhadores e se não houver entendimento na negociação, vamos votar que é natural também e vamos torcer para que a proposta que seja de interesse do conjunto do povo brasileiro efetivamente seja aprovado.

Então, eu queria, com esse carinho que eu sei que vocês têm comigo, que nós déssemos uma salva de palma para essa mulher, que ela veio aqui, fez um bom debate e contribuiu para que a gente chegue a um grande entendimento. A senhora está liberada?

SRA. SHAKTI PRATES BORELA – Eu vou tentar ficar mais um tempo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – ... que eu, por exemplo, gostaria de dirigir mais uma pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu já fiz. O Schulte fez da forma dele e que eu respeito, o apelo para que eles ficassem, você também fez. Eu já falei com ambos, ela disse que ficará um pouco mais, e que dá total liberdade a ambos e o Dr. Maurício disse que ficará até o encerramento. Com a palavra o Dr. Maurício. Viu como a gente se entende? Cada um da sua forma de colocar.

SR. MAURÍCIO CORRÊIA DE MELLO – Eu queria dizer que nós temos todos o interesse desse debate e participamos aqui com alegria dele mesmo para receber as críticas que recebemos com toda a humildade.

O Ministério Público do Trabalho é uma instituição como todas as instituições feitas de seres humanos, portanto espelha a composição da sociedade, até porque o acesso ao Ministério Público é democrático, é por meio de concurso público, então, nós temos na nossa composição todos os elementos que compõem a sociedade como um todo. Mas também nós defendemos o interesse da sociedade como um todo e aí muitas vezes desagradamos um ou outro lado da sociedade, o que é natural. Nessa questão específica, eu não escondi os dois lados da nossa atuação. Nós temos uma atuação no sentido de garantir a liberdade para que ninguém seja obrigado a se sindicalizar, mas também o nosso outro lado da atuação que é no sentido de garantir aquele que se pretende se associar e a permanecer associado. Aquela decisão que eu mencionei que trouxe o informativo do sindicato, ela não é uma decisão isolada. Eu tenho aqui uma outra que foi, houve, inclusive, um recurso do TST daquela federação de empregadores inconformados, da confederação não, daquela empresa inconformada com a atuação do Ministério Público e o TST confirmou a decisão de primeiro grau no sentido de garantir a liberdade sindical e de impedir os atos anti-sindicais daquela empresa que pretendia impedir a sindicalização dos seus empregados.

E eu gostaria também de convidar a todos os participantes aqui para conhecer melhor o Ministério Público do Trabalho. Conhecer a complexidade da nossa atuação. Eu invoco aqui até o testemunho de alguns companheiros sindicalistas que conhecem bem a nossa atuação no combate ao trabalho infantil, no combate ao trabalho escravo, no combate as fraudes trabalhistas, no combate a discriminação, na promoção da igualdade, nós temos toda essa complexidade de atuação e convido aqueles que ainda não conhecem essa nossa atuação a conhecê-la melhor. Gostaria de dizer que essa luta pelos direitos humanos, pelos direitos fundamentais, ela é uma luta permanente, ela está em construção sempre e o próprio Ministério Público do Trabalho também está em construção. Esse debate faz parte da construção do Ministério Público do Trabalho. E o nosso objetivo, como eu enfatizei na minha primeira fala, é a construção desse consenso. De pegarmos, quais são aqueles pontos em que não há discordância e a partir desses pontos têm uma proposta sólida. Nós teremos a oportunidade de no aprofundamento do debate, apresentar propostas concretas, nesse sentido que foi da defesa da liberdade sindical, do direito de associação e do combate de discriminação dos empregados que querem se associar ou permanecer associados. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS) – Pessoal, nós vamos encaminhar agora da seguinte forma. Todos fizeram a exposição, todos os convidados, todos tiveram o tempo de 10 minutos. A representante do Ministério do Trabalho me disse que teria que sair um pouco antes, nós vamos levar a nossa Audiência Pública até às 13 horas. Até às 13 eu queria que a gente efetivamente saísse daqui com algumas propostas de encaminhamento. Foi permitido a cada debatedor o tempo de 10 minutos. As considerações que eles fizeram aqui ficaram em torno de 13 minutos. Eu daria no primeiro momento, 3 minutos para aqueles que não puderam até o momento fazer uso da palavra, sem prejuízo de que os nossos convidados no painel possam também usar três minutos depois que eles usarem, Ok? Pode ser dessa forma? Vamos lá, então, chegou aqui o Ernani Garcia Ferreira.

Então, o Ernani está com o tempo de três minutos. Eu vou pedir aqui a minha Assessoria que passe a lista para aqueles que não puderam fazer o uso da palavra e em seguida para aqueles que já usaram para que eles tenham também o direito de mais três minutos. Ernani está com a palavra, três minutos.

SR. ERNANI GARCIA FERREIRA – Saudar o Senador Paulo Paim, saudar também na Mesa o Procurador do Ministério Público o Dr. Maurício, a representante do Ministério do Trabalho, saúdo também todos os companheiros sindicais presentes nessa audiência, saudar também de forma especial os trabalhadores, as trabalhadoras que nos assiste nesse momento, esse assunto, essa pauta desta data é de relevante importância para o Movimento Sindical. Também de forma muito especial e com muito carinho saudar os dirigentes sindicais do Estado do Paraná, Federação da Alimentação que nós viemos numa delegação bastante representativa que faz parte desse auditório.

Quero ser bastante solidário ao Moacir, nosso coordenador das confederações federativa, do seu pronunciamento, a nossa saudação em nome do Estado do Paraná, a nossa coordenação federativa e também da Vice-Presidência da Nova Central Sindical no Estado do Paraná, a nossa saudação especial ao seu pronunciamento Moacir.

E em especial, queria solicitar ao Relator, ao Senador Paulo Paim, que na Emenda fosse possível a supressão no § 1º do art. 610 A da seguinte frase, “de acordo ou de convenção coletiva de trabalho”, porque não só no Estado do Paraná, como em outros Estados, eu tenho certeza, eu tenho acompanhado isso que quando o sindicato por má vontade da classe patronal ou da organização deles que é muito mais forte do que a nossa, não fecha as convenções justamente para enfraquecer o Movimento Sindical. E se mantendo

a situação de acordo com o coletivo, eu entendo que há prejuízo para a Organização Sindical.

Então, eu solicitaria aí a Mesa anotasse a sugestão de supressão do Parecer do então, Relator, o Senador Valdir Raupp. *(soa a campainha)* Com relação a Emenda 2, bem rapidamente...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ernani, está no teu tempo ainda, eu vou descontar, eu ia convidar, então, eu quero ver se os Assessores estão ainda conosco ainda, os Assessores do Senado, se estão aqui ou se deram uma saída. Pelo menos eu tinha visto que o Zé Pinto tinha chegado. Eu peço para a minha Assessoria para ver se um dos Assessores do Senado que estavam aí para que um deles venham aqui porque eu acho que vamos entrar na hora das propostas e encaminhamento. Você dispõe de um minuto e trinta.

SR. ERNANI GARCIA FERREIRA – Na Emenda nº 2 do art. 610 B, quando fala no final da redação que devendo a certidão de regularidade ser fornecida pelo Ministério Público do Trabalho, eu entendo que não deveria ser o Ministério Público por ser de lei e Movimento Sindical, o sindicato profissional local que vai ter que fazer a cobrança, uma mínima diligência, uma fiscalização seria a Justiça do Trabalho. *(soa a campainha)* O sindicato, então, entrasse com uma ação perante a Justiça do Trabalho, hoje, Vara do Trabalho para que a regularidade ou o comprovante de pagamento fosse feito pela Justiça do Trabalho essa cobrança.

Então, seria nesse sentido a minha colaboração, a minha participação dessas duas sugestões que achamos e entendemos de suma importância para que o nosso projeto, que o projeto do Senador seja aprovado na sua totalidade com essas duas ressalvas em nome do Movimento Sindical do Estado do Paraná. Obrigada.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Um dos Assessores que participou de toda essa discussão está na Mesa já, que é o Dr. José Pinto, eu pediria, inclusive, se você tiver por escrito, encaminhe já para ele aqui a sugestão. Quem tiver a sugestão por escrito, encaminha, senão, ele recebe ela da forma que foi exposta. Está bem?

Vamos ver o próximo, inscrito, de acordo com a lista que eu pedi que passasse, só se identifica na hora da...

SR. SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA – Meu nome é Sebastião José da Silva eu sou Presidente da Nova Sindical RJ e da categoria de rodoviários, do Sindicato dos Rodoviários do Rio de Janeiro. Quero parabenizar o Senador Paulo Paim, cumprimentar Ministério Públi-

co, Ministério do Trabalho na Mesa, os companheiros sindicalistas aqui presentes.

A minha fala se motivou, Senador, nas posições precisas do Ministério do Trabalho e do Ministério Público, e eu gostaria de fazer, quase que um apelo em cima de uma experiência que a gente tem de relação com o Ministério Público e com o Ministério do Trabalho. Eu entendo que o Movimento Sindical, ele precisa, além de aprovar esse como está para se fortalecer, ele precisa muito de uma parceria com o Ministério Público e com a justiça do trabalho para que ele efetivamente exerça o papel que lhe é consolidado pelo art. 8º da Constituição. Ou seja, a representação dos seus trabalhadores na sua integralidade. Disseram aqui alguns companheiros que me antecederam da questão da extensão do direito as convenções e acordo coletivo, mas a Constituição não prevê só isso. O trabalhador está enfraquecido. Ele para se dirigir ao sindicato, precisa dar uma procuração e se expor com o seu patrão para cobrar hora extra, ele não vai fazer isso. Então por que a Justiça do Trabalho hoje é uma justiça do desempregado? Por que os sindicatos perderam a força de representar os seus trabalhadores em todas as instâncias do judiciário? Entrar com uma ação coletiva em representação a todos os trabalhadores, há uma má vontade do Ministério do Trabalho em relação a isso e a alegação que os Juizes que a gente procurou conversar a respeito disso, é que será impossível a liquidação posterior em processo de hora extra, etc. Em ações coletivas.

Da mesma forma o Ministério Público, a fiscalização do Ministério do Trabalho seria muito mais eficaz se trabalhássemos em conjunto, porque o sindicato sabe aquele trabalhador que está naquela categoria sem carteira assinada e o fiscal vai lá e faz um relatório que a empresa não tem trabalhador sem carteira assinada e nós sabemos que tem 30, 40%.

Esse é um apelo que eu faço, eu acho que nós temos que ser parceiro. E a primeira semente de fortalecimento do Movimento Sindical é a sua sustentabilidade financeira e o segundo *(soa a campainha)* eu acredito essa vinculação que precisamos fazer com o Ministério Público e com o Ministério do trabalho.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu quero já agradecer aos dois oradores pela precisão do tempo, nenhum ultrapassou o tempo de três minutos, pelo contrário, ficaram em dois minutos e meio que é muito bom para que todos possam fazer o uso da palavra.

Percebo que a lista continua crescendo, tanto que chegou aqui ainda, eu vou permitir de imediato aqui

ao Artur. Paulo Artur use o seu tempo e se identifique na hora da fala.

SR. PAULO ARTUR – (interrupção no áudio) da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação. Primeiramente, Senador Paulo Paim, eu quero parabenizá-lo por essa iniciativa e dizer de que V.Exª não está só fazendo um Projeto de Lei, está resgatando a soberania das assembleias dos trabalhadores, isso é importante a gente frisar (*palmas*) porque, com essa intervenção do Ministério Público junto ao sindicato, está realmente tirando essa soberania, essa autonomia dos trabalhadores. Queria rapidamente fazer uma consideração, eu acho que o Schulte colocou claramente referente a Emenda nº 1 do Senador Relator, Senador Valdir.

Essa questão de nós ficarmos dependendo da negociação coletiva de trabalho para podermos fazer com que prevaleça aquilo que o trabalhador está aprovado para o custeio da entidade, realmente os patrões vão utilizar para poder estar enfraquecendo o Movimento Sindical. O Juruna colocou essa questão também da Força Sindical, e ele colocou que essa contribuição não deva estar vinculada a negociação, mas sim as assembleias que vão aprovar o elenco de reivindicação dos trabalhadores. Acredito, não sei se o companheiro Juruna está aí, mas de que isso seria impossível dentro de uma entidade que tem, por exemplo, ela faz quatro, cinco, seis, às vezes até dez assembleias durante o ano para poder estar aprovando as reivindicações, porque ela é por setor, não é especificamente uma data base exclusiva, então isso ficaria muito difícil.

Então, acredito que o caminho seria ter uma assembleia específica para aprovar com a categoria para aprovar exclusivamente sobre essa contribuição.

Por outro lado, eu queria aqui, também, falar um pouco sobre a questão da representante do Ministério do Trabalho e Emprego que diz que a vinculação (*soa a campanha*) da contribuição à negociação fortalece o Movimento Sindical. Não fortalece. Atrela realmente ao setor patronal e é por isso que nós estamos testando.

Portanto, acredito eu, que este projeto, ele vai servir, não só para podermos estar eliminando de vez essa intervenção do Ministério do Trabalho junto ao Movimento Sindical, mas também para que o judiciário saiba de que eles têm de cumprir aquilo que está na lei e na Constituição Federal, muito obrigado.

(*palmas*)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra a Rosane da Silva, Rosane da Central Única dos Trabalhadores.

SRA. ROSANE DA SILVA – Bom dia a todos os companheiros e as companheiras, especialmente ao Senador, sei que para nós, como o companheiro Quintino já falou em nome da nossa central, da importância desse debate. A CUT vem construindo esse debate desde a sua fundação, desde 83, lutando pela liberdade e autonomia sindical, a necessidade de se alterar a estrutura sindical do nosso País e consideramos que numa sociedade democrática, a gente vive numa sociedade democrática, as diversas opiniões são colocadas e têm que ser respeitadas. Aqui nós estamos num espaço onde o Movimento Sindical de um conjunto está aqui, temos divergências, não só nesse tema, mas em outros temas e acho que é salutar que a gente preze de fato pela democracia, e queria parabenizar também a exposição tanto da companheira do Ministério do Trabalho, como do Ministério Público do Trabalho que são duas instituições que a gente pode ter as nossas divergências pontuais, mas são duas instituições que fazem parte da democracia do nosso País e que a gente tem que, de fato, respeitar com a sua legitimidade que elas têm.

E queria dizer que para nós da CUT, é fundamental expressar isso, o companheiro Quintino já expressou, vamos estar debatendo isso na próxima semana na reunião da nossa direção nacional que reúne trabalhadores do Brasil inteiro, mas que a gente tem muita concordância com o projeto apresentado que é fruto de um debate que a gente vem fazendo o conjunto das centrais sindicais, inclusive fizemos uma audiência com o Presidente do TST, debatemos esse assunto com ele e é esse Projeto de Lei vai em conformidade com aquilo que a gente vem debatendo, e achamos que é essencial que ele esteja de fato vinculada a negociação coletiva, e aí a gente já expressa uma divergência porque nós consideramos que o Movimento Sindical, qual é o papel do sindicato? O papel do sindicato, além de representar os trabalhadores e defender os seus interesses, é negociar os seus direitos. Qualquer sindicato quando ele vai iniciar um processo de negociação coletiva, ele faz assembleia e aprova a pauta, então, nessa pauta também já estaria aprovado esse valor, nessa mesma assembleia.

Então, nós temos pleno acordo e aí é o conjunto das centrais sindicais que debateram no passado, no Fórum Nacional do Trabalho e veio comunicando este debate, temos pleno acordo que tem que estar de fato vinculado (*soa a campanha*) a negociação coletiva, não ao processo de negociação coletiva, mas no momento que tu aprova na assembleia de base a pauta de reivindicação, esse tema já estaria incluído também.

Então achamos que é fundamental e queríamos dizer para o Senador que nós concordamos integral-

mente com o projeto da forma que ele está e achamos que não necessita de nenhuma alteração, e por último fazer um convite para o Senador no dia 6 de dezembro, nós estaremos fazendo a marcha do salário mínimo, a terceira marcha do salário mínimo. As centrais sindicais, as sete centrais sindicais são reivindicando o salário mínimo de quatrocentos e vinte reais, vamos estar marchando nas ruas de Brasília, o Senador é convidado a passar na nossa marcha e falar para os trabalhadores que estarão lá e no dia 6, à tarde, nós vamos fazer na Câmara dos Deputados um Auditório Nereu Ramos um debate sobre o salário mínimo, o Senador está sendo convidado, já deve ter chegado ao senhor o convite e gostaria muito de contar com sua presença para estar fazendo esse debate também que é um mecanismo importante de distribuição de renda no nosso País e queremos, sim, construir aí nesse sentido as centrais sindicais têm uma grande unidade em torno desse tema que é um tema que afeta o conjunto da população brasileira. Obrigada.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – De pronto, eu quero já comunicar que recebi de fato o convite e como participei de inúmeras outras caminhadas, estarei tanto na caminhada pelo salário mínimo, como também no debate à tarde lá no Nereu Ramos.

E quero informar que tomei a liberdade aqui de conversar com o Senador Valadares e o Senador Valadares de pronto pediu que eu anunciasse a vocês. Se depender dele o projeto vai estar na pauta na próxima quarta-feira, quando vai haver um grande movimento aqui em Brasília e vai ser importante que vocês venham aqui aprovar o projeto nos moldes que todos aqui estão indicando.

Passo a palavra ao Presidente Eptácio Antônio dos Santos que é aqui do Paraná, da Nova Central Sindical dos trabalhadores. O Eptácio é o Presidente do seu sindicato, Paraná.

SR. EPITÁCIO ANTÔNIO DOS SANTOS – Bom dia a todos, bom dia ao Senador, aos componentes da Mesa e aos companheiros sindicalistas aqui presente. Eu queria fazer uma ressalva aqui a Emenda, essas Emendas apresentadas pelo Relator, mas, na verdade, essas Emendas, eu acho desnecessárias, o projeto da forma que ele como foi colocado, inclusive endossando o que o companheiro João Domingos falou, os servidores públicos, eu acho que ele está perfeito, não precisaria ter essas Emendas. Mas se for deixado a Emenda aqui no item, no 610 B, a certidão seria fornecida pelo Ministério Público do Trabalho. Devido até as divergências que a gente vem tendo com o Ministério

Público do Trabalho, com o Ministério do Trabalho, não é função nem de um, nem de outro fornecer a certidão, porque quem está cobrando isso seriam os sindicatos, os sindicatos iriam dar a certidão.

Dizer que a gente conhece o trabalho do Ministério do Trabalho em algumas áreas como foi falado pelo nobre Procurador, é claro, mas só que nessa parte, nós temos essa convergência, sim. O Ministério Público do Trabalho fechou um sindicato da nossa categoria em Cascavel, em Cascavel Paraná porque entrou com uma ação exigindo e a Justiça do Trabalho deu uma liminar fazendo com que ele devolvesse as contribuições desde o ano de 2001 até hoje. E a audiência, agora, para, a audiência de instrução desse processo vai ser só em março do ano que vem. Então o sindicato inviabilizou a data base agora em maio do ano que vem, o sindicato está sendo uma arrecadação de mil e quinhentos reais por mês, então, inviabilizou. Então, isso é um fato concreto que está acontecendo e esse apelo dos companheiros que fizeram no sentido de que o Ministério do Trabalho, o Ministério Público tenha um pouco mais de cuidado nessas ações, vá ver o trabalho que esse sindicato fez, as negociações, qual são as conquistas que conseguiu antes de tomar essas atitudes. E no mesmo sentido, na própria cidade de Cascavel, Paraná, o Ministério do Trabalho quando recebeu a convenção para homologar, ser feito o registro, encaminhou de imediato para o Ministério Público também uma convenção no setor de cargas que também entrou de imediato e suspendeu as contribuições (*soa a campanha*) e também o sindicato de lá está nessa situação por esse motivo.

Então um apelo a esses dois órgãos que a gente respeita e devia ser parceira do Movimento Sindical, que a gente tivesse um pouco mais de cuidado nessas questões e visse os sindicatos não como bandidos e sim como parceiro e que defende a classe trabalhadora. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sebastião José da Silva da Nova Central Sindical dos trabalhadores do Rio de Janeiro. Já falou. Agora vamos para o Sr. Célio Moreira, CNCS está certo? Célio Moreira.

SR. CÉLIO MOREIRA – Sr. Senador Paulo Paim, eu quero parabenizá-lo pela iniciativa desse debate, também agradecer aqui a presença do Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho, todos os companheiros aqui presentes. Eu quero, em cima da fala do Dr. Maurício sobre a questão da contribuição assistencial e sobre a questão da autonomia da liberdade dos trabalhadores de se filiarem ou não a uma

entidade sindical é importante ressaltar que a contribuição assistencial, ela não é uma contribuição, o trabalhador, ele não é obrigado a filiar.

Então, ela é uma contribuição assistencial que é aprovada na assembléia e nós entendemos que a assembléia ela é soberana, ela tem que ser respeitada, todas as decisões da assembléia.

Portanto, o Ministério Público, com base no artigo da Constituição que fala sobre a liberdade dos trabalhadores de se filiarem ou não, está interferindo nas contribuições que os trabalhadores aprovam nas suas respectivas assembléias. E a assembléia, ela tem que ser respeitada, a assembléia é o fórum máximo de discussão dos trabalhadores. Tudo aquilo que é discutido e é aprovado precisa ser respeitado. Então nós queremos pedir ao Ministério Público que pare de fazer a interferência porque o mesmo artigo da Constituição que fala da liberdade dos trabalhadores de se filiarem, fala também da questão da autonomia das entidades sindicais que não pode ter interferência do Estado nas entidades.

Então, nós somos eleitos legítimos para poder representar os trabalhadores. Agora, o Ministério Público ele deve, sim, se preocupar com aquelas entidades que porventura estejam extrapolando, mas não podem tratar de forma generalizada como vem sendo tratado e inviabilizando o funcionamento do sindicalismo no Brasil, asfixiando o sindicato, pegando pela parte financeira.

Também em relação a fala aqui da representante do Ministério do Trabalho sobre a questão da vinculação ou não, das contribuições ao processo de negociação, nós entendemos que se houver essa vinculação, há um grande prejuízo, porque as entidades, elas precisam sobreviver. É lógico que o papel do sindicalismo é estar buscando a renovação de acordos, convenções, buscando o fechamento dos acordos e convenções, mas tem momentos que nós enfrentamos dificuldades. E a estrutura, ela continua, ela tem que sobreviver.

Então, se tiver vinculado a isto, ao fechamento do acordo ou da convenção, infelizmente existe, as pessoas são falhas, às vezes vão fechar acordos ou convenções por causa da contribuição, às vezes aquele acordo nem é tão bom para a categoria, mas devido a dificuldade financeira, a dificuldade de sobrevivência das entidades, muitas, às vezes, vão vender a categoria.

Então eram essas são as minhas colocações e eu agradeço pela oportunidade.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu vou seguir aqui a lista de inscrição. Agora

estão encerradas as inscrições. Agora vem José Alves Paixão. Está com a palavra, Vossa Senhoria pode se identificar de preferência.

SR. JOSÉ ALVES PAIXÃO – Senador Paulo Paim, quero parabenizar pela iniciativa de V.Ex^a, aliás, V.Ex^a desde que Deputado sempre abriu as portas do seu Gabinete para receber os trabalhadores, isso... Eu sou de Belo Horizonte, e quero aqui ressaltar o seu trabalho, a sua iniciativa, quero cumprimentar os demais componentes da Mesa.

Senador, o que a gente vê, por exemplo, em Belo Horizonte, parece uma perseguição do Movimento Sindical, veja bem) – O auditor fiscal, quando ele entra numa loja, por exemplo, em vez de ele buscar dos empresários, isso é mais um tipo denúncia que eu estou fazendo aqui, ele em vez de buscar quem não recebeu as horas extras, o problema da discriminação, o problema, por exemplo, do estresse, o problema que acontece da fadiga, da doença mental, do constrangimento, quer dizer, então o senhor vê, ele vai diretamente na contribuição.

Então, o senhor veja, é por isso que a gente acha que há uma discriminação. Empresas, por exemplo, empresas grandes que tinham em Belo Horizonte que há anos que a gente estava buscando dessa empresa que ela contribuísse para a entidade sindical, pois os auditores fiscais estão multando essas empresas por causa da contribuição. E o senhor veja bem, o que é que lá existe? Lá existe o seguinte, existe uma orientação da Dr^a. Rute, que por sinal, nós já estivemos com ela, parece que eles não estão indo nem pela súmula 666, nem pelo precedente 119, está indo pela orientação.

Quer dizer, existe o memorando um e o quatro, por exemplo, que eles dizem o seguinte, se for aprovado em assembléia, se fizer toda a divulgação que pode ser cobrado de todos os trabalhadores. (*soa a campainha*) Eu quero só ressaltar que além de ser aprovado, nós colocamos em jornal de circulação, colocamos boletim, colocamos carros de som na rua e damos o direito a oposição, no sindicato, por exemplo, esse ano foram trinta mil trabalhadores em oposição, em carta, em fila na porta do sindicato, e mesmo assim eles estão cobrando. O que mais eles querem? Por isso que a gente percebe que há uma perseguição muito grande nisso. Eu quero só para ressaltar que o tempo está curto dizer o seguinte, que é quem está custeando as entidades sindicais são os próprios trabalhadores, então não depende de interferência nem do Ministério Público, nem do Ministério do Trabalho. A gente acha que isso é uma ingerência que não cabe a esses dois órgãos. E outra coisa, dia 6, por exemplo, tem um grande movimento em Brasília, eu quero res-

saltar daria para a nossa audiência, quero agradecer mais uma vez a oportunidade e parabenizar V.Ex^a. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra a Antônio da Costa Miranda também de Minas Gerais.

SR. ANTÔNIO COSTA MIRANDA – Senador Paulo Paim, cumprimento pela iniciativa dessa audiência, o senhor tem sido, realmente um batalhador a favor dos trabalhos no Congresso, o trabalhador do Brasil todo reconhece isso. Eu sou da Nova Central de Minas Gerais, sou Vice-Presidente da Federação dos Trabalhadores Transportes daquele Estado. E eu acho que o Moacir levantou uma questão interessante sobre a interpretação que tem sido dada com referência as leis em detrimento da Organização Sindical e dos trabalhadores. Nós temos uma legislação brasileira que é considerada uma da legislação das melhores. Com referência a essa matéria, eu acho que o Moacir foi feliz. Essa matéria tanto no art. 8º, quanto na CLT, nos artigos aqui falados, na nossa opinião, ela está pacificada, mas, infelizmente existe um sentimento do Movimento Sindical do que o Alves acabou de dizer, parece que há uma estratégia de enfraquecer o Movimento Sindical em algum intuito e no sentimento do Movimento Sindical é exatamente para fazer a reforma trabalhista que tira direito dos trabalhadores.

Então, eu acho que a sua iniciativa é boa, da gente retomar isso como foi dito aqui. No art. 8º, quando o legislador coloca que o sindicato tem condição de estipular contribuições e que a assembléia regulamentará isso, eu acho que isso foi muito inteligente, dar a quem o direito, o direito de opinar. Eu acho que o Estado não pode intervir como está inter vindo na nossa avaliação. Outra coisa, rapidamente, o salário mínimo na Constituição foi falado aqui pelo representante da CUT, salário mínimo está lá falando o que é que o salário mínimo deve conter para a manutenção de uma família, isso também numa Constituição é desrespeitado. Então quando é uma interferência a favor da classe trabalhadora é um negócio desastroso, então é esse o sentimento que temos.

Nós queremos dizer, Senador, que não concordamos com essa vinculação ao fechamento numa convenção coletiva de acordo coletivo, na nossa opinião, na Nova Central e de Minas Gerais, e dos trabalhadores de transporte é que se isso acontecer (*soa a campanha*) nós vamos criar uma oportunidade de forçar o sindicato a fechar um acordo que na maioria das vezes não é interessante para aquela categoria para manter o sindicato aberto.

Nós achamos que temos nas assembléias hoje, nós já aprovamos a contribuição em assembléia, onde sindicalizados e não sindicalizados tenham a oportunidade de manifestar.

E finalmente, nós também não concordamos com a discriminação dos servidores públicos. Nós achamos que o servidor tem que estar constando com o direito de também de ter as suas entidades custeadas.

Eu quero dizer, Senador que nós estamos juntos nessa luta, nós temos aí realmente de discutir isso e agilizar o processo para que a entidade sindical possa manter de portas abertas, porque do jeito que está, daqui uns dias, a maioria como disse aqui, tem de fazer um lugar de colocar as chaves e entregar porque não tem viabilidade econômica de continuidade. Muito obrigado, e parabéns para os senhores.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra a Wilson Pereira.

SR. WILSON PEREIRA – Exm^o. Sr. Senador Paulo Paim, demais integrantes da Mesa, companheiras e dirigentes sindicais, companheiros, é com muita satisfação que viemos do Paraná, da Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade naquele Estado para participar deste evento. Queremos parabenizar a V.Ex^a não apenas por este evento, mas pelo que tem feito pelo trabalhador brasileiro, Parabenizá-lo pela sua origem que vem sendo mantida embora tenha assumido um dos maiores, mais relevantes cargos de nosso País, não fazendo como muitos, Sr. Senador, que assumir um cargo relevante nesse País que tiveram a mesma origem de V.Ex^a, mas que saíram do eixo e hoje estão trabalhando contra a classe trabalhadora e contra o Movimento Sindical em nosso País.

Dito isto, V.Ex^a, eu gostaria de pedir ao senhor representante do Ministério Público do Trabalho e representantes do Ministério do Trabalho, com todo o respeito que nós temos pelas duas instituições, que façam uma melhor leitura da Constituição Federal e do art. 513, letra E da CLT. O que o Ministério Público faz hoje está praticando um ato de inconstitucionalidade ao intervir nas entidades sindicais da forma que vem intervindo. Não queremos, Sr. Senador, que nosso País continue sendo aquele País como falou o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Roberto Antônio Busato ao dizer em uma solenidade aqui em Brasília que o Brasil é um País da inconstitucionalidade. Nós precisamos fazer com que a Constituição de 88 que foi feita e em nome de Deus seja cumprida.

Sr. representante do Ministério Público temos certeza de que os senhores, membros desse tão (*soa a campanha*) respeitável órgão, irão cumprir com a

Constituição, irão fazer uma melhor leitura do que estabelece o art. 513 da CLT e diferenciar principalmente o que é associado e o que não é associado. Associado, Sr. Procurador, é aquele que se filia ao sindicato para poder votar e ser votado numa entidade e trabalhador é o conjunto de toda uma categoria aonde ele é beneficiado pela convenção e pelos acordos coletivos e de trabalho firmados por sua entidade igual terá o mesmo benefício que terão os associados. Então há o que se parar, há o que se parar associado para não associado. Os não associados têm os mesmos direitos como já frisamos os acordos e convenções coletivas. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Entre aqueles que já tinham usado a palavra como convidados e painelistas, nós temos inscritos aqui o Moacyr e o Schulte. A pergunta que eu faço, ainda na linha da questão da justiça, se algum dos outros senhores ou senhoras que usaram a palavra quiserem usar o momento de se inscrever é agora. Então passamos a palavra, entre aqueles que usavam como convidado, então passo a palavra ao Moacyr, ao Schulte e ao Claudir. Está com a palavra o Moacyr. E em seguida vamos para os encaminhamentos finais.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD

– Eu só gostaria de fazer uma colocação na questão da Emenda nº 2 aonde que diz lá que devendo a Certidão de Regularidade ser fornecida pelo Ministério Público. Primeiro eu acho não é função do Ministério Público, ele não vai ter condição, não vai ter o arquivo, não vai ter a estrutura, não vai ter a possibilidade dele fazer a emissão dessa certidão.

A certidão deve ser feita através do sindicato que é que tem o cadastro, que tem a arrecadação, que vai saber quem arrecadou e quem deixou de arrecadar. Certo, então eu acho que é só uma observação, que eu acho que deveria ser desnecessária a emenda, mas se for para manter com essa certidão da forma que está que seja feito pela entidade sindical.

A questão do Ministério do Trabalho, ficou aí alguma coisa engasgada, mas agora não é para bater não. No Ministério do Trabalho, é função do Ministério do Trabalho fazer o registro da convenção coletiva, até tem na CLT se a gente for dar uma olhadinha lá, se você não fizer o registro em 8 dias, o patronal vai lá e faz o registro. Desculpa, é depósito, não é o registro, é o depósito. Vai lá, fez a convenção tem que fazer o depósito. Se não fizer o patronal vai lá e faz o depósito. Não traz nada na CLT que o Ministério do Trabalho tem o poder de intervir, de dizer se está certo, se está errado. O Ministério do Trabalho é um depositário, e o

que tem feito? Primeiro ele analisa a convenção para ver se pode, se não pode, quer dizer, a liberdade e autonomia das duas partes de fechar a convenção ficou de lado, e aí eu volto mais um pouquinho, fica a questão do entreguismo.

Uma outra questão é, eu tenho batido muito no Ministério do Trabalho, não é oposição ferrada como eles fazem com a gente não. Mas tem no site do Ministério do Trabalho, dentro do CBO uma verdadeira cartilha que incentiva a prostituição. Se me permitir eu vou ler o que está escrito aqui, porque é órgão do Governo, eu não estou me desfazendo de nada. (*soa a campainha*) Entre as questões e as funções que a prostituição e a prostituta deve fazer, é demonstrar capacidade de persuasão, demonstrar capacidade de expressão gestual e demonstrar capacidade de realizar fantasias eróticas, isso é o Ministério do Trabalho que diz, e entre os recursos que a prostituta deve carregar junto para fazer toda essa coisa, são os acessórios, agenda, cartão de visita, documentos, identificação, gel lubrificante a base de água, guarda roupa de batalha, maquiagem, papel higiênico, preservativo masculino e feminino. O Ministério do Trabalho está fazendo esse belo trabalho, então, e nós acreditamos que prostituição é crime, o art. 227, 228, traz livre isso daí.

Então, nós estamos correndo, nós fizemos quinze mil, quinze mil exemplares desse, estamos distribuindo para todo mundo e eu vou passar um kit desse aqui para o Ministério Público que parece o Dr. Maurício não é da banda que nós estamos reconhecendo que nos ajude a acabar com essa vergonha e estou passando também para a representante do Ministério do Trabalho para que leve lá e tente fazer, nós fizemos encaminhamento ao Ministério do Trabalho, Ministério Público, ao Presidente da República e tudo, só gostaria que nos ajudasse a acabar com essa vergonha, muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS) – Agradeço ao Moacyr que traz aqui um depoimento, mas isso na verdade é um outro debate que nós não vamos fazer aqui hoje, porque tem visões diferentes e eu teria que dar oportunidade a outros setores que querem inclusive a regulamentação da profissão. Dessa profissão que aqui você colocou e nesse momento, nós temos que ter o maior respeito, porque eu acho que, eu na minha visão, em respeito, inclusive à história das mulheres desse País, que é uma história muito bonita e com certeza muito delas que estão na prostituição, talvez não fosse isso o sonho da vida delas e hoje se encontram nessa situação. Então é um tema que merece o maior carinho, o maior respeito,

ainda mais hoje que aqui no Senado nós estamos fazendo uma Sessão de homenagem a luta daqueles que dedicam a sua vida contra a exploração sexual, não só das mulheres, mas como também de crianças e adolescentes.

Eu só faço essa consideração para construir um equilíbrio para que não fique nenhuma distorção, já que essa nossa audiência, como aqui foi dita muito bem, está sendo transmitida para o Brasil todo, e não só para o Brasil, para o mundo. Esse é um outro debate que faremos num momento adequado. Só esse registro para resgatar os fatos. Schulte com a palavra.

SR. JOSÉ CARLOS PERRET SCHULTE – (*interrupção no áudio*) assistenciais, mas parecem outros temas, e que na realidade se relaciona quando a gente fala em convenção coletiva. Aqui a gente acusa a atuação não só do Ministério Público, mas como também do Ministério do Trabalho. O Ministério do Trabalho não tem agido nas questões de fiscalizações tão eficientes quando tem agido com as questões relacionada as entidades sindicais.

Nós temos um sério problema e que eu acho que deve ser colocado nesse momento, que a questão das convenções que foi colocada por diversos companheiros, mas nós temos o representante da Federação dos Frentistas do Estado de São Paulo. 16 sindicatos com convenção coletiva há seis meses na Delegacia Regional do trabalho, a última desculpa dada para não fazer o registro do depósito, para não declarar que foi depositado é dizer que o sindicato patronal não está cadastrado. Isso é um verdadeiro absurdo, isso só apóia a quê? Só traz apoio para quem? Ao descumprimento daquilo que está negociado entre as partes.

Então, eu queria saber do Procurador Maurício, o que o Ministério Público pode fazer quanto a essa questão? Eu acho que aí está uma atuação que o Ministério Público pode ajudar as entidades sindicais frente a isso aí. Não é questão de saber e nem de que está cumprindo a legislação, não está cumprindo, se a convenção tem uma cláusula a isso, uma cláusula aquilo, agora depois de tudo resolvido há seis meses, o Ministério do Trabalho alega que o sindicato patronal não foi cadastrado, quando o próprio Ministério do Trabalho, pelo próprio ex-Secretário de Relações de Trabalho firmou Portaria dizendo que o cadastramento não prejudica nada, ninguém é obrigado a se cadastrar, poderá ou não se cadastrar. Então isso está trazendo um prejuízo tremendo a Organização Sindical, por quê? Porque não é só no Estado de São Paulo, é em todo o País acontecendo isso aí.

Então, nós teremos uma ação do Ministério do Trabalho, aliás, ao Ministério Público do Trabalho frente

ao Ministério do Trabalho para a gente poder resolver essa questão.

Por outro lado é sabido que a minha categoria, a dos comerciários é obrigado por uma determinação de uma lei, ficar liberado, é obrigado a ficar liberado os trabalhos aos domingos, acontece que as centenas e milhares de vezes, centenas e milhares de vezes os nossos sindicatos fazem as denúncias ao Ministério do Trabalho para que sejam fiscalizado o horário de trabalho, porque está sendo desrespeitada as 44 horas semanais porque os comerciários na sua maioria das vezes estão trabalhando 70 horas por semana, de 60 para 70 horas por semana, Paim, (*soa a campainha*) e o Ministério do Trabalho não manda uma fiscalização porque só pode fiscalizar, e tem essa desculpa, só pode fiscalizar o Fundo de Garantia. Eu queria também questionar o Ministério Público se não cabe também que o Ministério do Trabalho haja com relação a isso aí junto a fiscalização do Ministério do Trabalho que não está cumprindo, não está fazendo cumprir a legislação brasileira.

Então, eu acho que esse tipo de ação é que deveria estar nos pautando lá na base e não está só defendendo a questão, estar sempre atingindo para estar voltado, parece que está orquestrado, está voltado a somente defender a questão da contribuição. Por quê? Porque se nós considerarmos, é tudo articulado. O Movimento Sindical nesses últimos quatro anos passou todo ele preocupado o que ia acontecer com a Organização Sindical e aí, Paim, não teve tempo de vir aqui para dentro para lutar contra o banco de horas que a herança maldita do Fernando Henrique, para tirar quatro tipos de contratos de trabalho é uma herança maldita do Fernando Henrique é que ficou aqui que nós todos damos discurso e somos contrários a posição do Fernando Henrique, não podemos, por quê? Porque ficamos defendendo esse tipo de proposta que está sendo colocada.

Então, parece que nessa sintonia que estão fazendo e não quero que seja isso, não quero acreditar nisso que Ministério Público, Ministério do Trabalho, Governo, todo mundo está tudo articulado para não deixar o Movimento Sindical trabalhar em defesa dos trabalhadores e fazer com que seja cumprida a legislação brasileira para passar aquela imagem que tudo tem que ser flexibilizado, que nada está sendo cumprido mesmo e é dessa forma que nós estamos entendendo.

Então, eu gostaria de que o Procurador Maurício nos respondesse essa questão e por isso que eu insisto para que os senhores permanecessem na Mesa justamente para a gente poder fazer algum questionamento, obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Temos somente mais dois inscritos, aí nós vamos encerrar. É o Claudir agora e em seguida o João Domingos.

SR. CLAUDIR ANTÔNIO PASSOS – Só gostaria, Senador, de fazer só um registro em relação ao Dr. Maurício que no Paraná, nós temos a Coordenação Federativa de Trabalhadores, são dez federações, 700 sindicatos de todas as categorias que fazem parte, aonde nós somos atores importantes junto com o Ministério Público em vários temas importantes como meio ambiente do trabalho, lixo e cidadania, trabalho infantil. Há muitos anos, a gente vem fazendo esse trabalho, por isso o resgate de trabalhos importantes, com seriedade e aqueles Procuradores que têm um trabalho sério, nós não podemos misturar ou difundir com outras pessoas que de repente até não tem compreensão de algumas coisas, mas comete erros que podem comprometer milhões de brasileiros por determinadas posições, às vezes equivocadas, podem ser intencionais ou não, às vezes por falta de conhecimento de algumas ações. E até tivemos oportunidade de estar no Ministério Público fazendo conversas com os Procuradores até tentando discutir esse formato através da Coordenação Federativa.

Então, dentro desse cenário é importante que a gente saiba o resgate e a importância que tem o Ministério Público, tanto é que nós ajudamos a construir vários órgãos, no interior do Estado do Paraná através das entidades sindicais, ajudando a fazer reformas, discutindo, botando dinheiro, porque nós entendemos o papel importante que tem, apenas estamos discutindo excepcionalmente nessa questão, a questão controversa do ponto de vista do aviltamento em relação aos trabalhadores. É importante dizer o seguinte, se um dia o trabalhador falta ao trabalho, imediatamente o empregador desconta o dia com os reflexos do descanso semanal. Nesse dia que o sindicato coloca como prazo de oposição, o patronato coloca ônibus à disposição, táxi à disposição para que o trabalhador fique o dia todo na fila para poder fazer a entrega quando já não vem um bloco pronto já com o mesmo teor do cabeçalho e ninguém desconta nada. O trabalhador fica um dia, dois dias fora da empresa para ficar na fila e não há desconto nenhum na folha, portanto há algum equívoco, a quem interessa isso? E uma outra questão importante ao Ministério do Trabalho. Por que é que o Ministério do Trabalho não fiscaliza o banco de horas que sequer faz parte das convenções e acordos coletivos? Por que o Ministério do Trabalho não faz a fiscalização direta sobre a questão das doenças ocupacionais que têm aviltado e deixado seqüelas enormes

em todos os trabalhadores brasileiros? E a gente insistentemente pede fiscalização, mas tem que esperar isso, tem que esperar não sei quem, tem que esperar liberação de diária, o fiscal não pode sair porque é fora da base, o fiscal não pode ir lá porque não pode, o outro não pode porque é muito velho, outro porque é muito novo e aí não acontece coisa nenhuma.

A questão, então, isso é uma questão fundamental que tem comprometido a vida de milhares de pessoas nas mais variadas categorias, LEL, DORT que são as doenças que mais compromete as atividades, por exemplo, se pegar bancários, alimentação e outras categorias, além evidentemente dentro do cenário do meio ambiente do trabalho onde pegam todas as categorias, onde nós temos discutido com frequência junto com o patronato, com os empregos e o Ministério Público saídas para diminuir o número de acidentes de trabalho. Eu só gostaria de finalizar, passar para o Cisso, só que ele quer fazer uma complementação, Senado, sobre esse mesmo assunto.

SR. CISSO – Senador, na realidade--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Vamos conceder mais um minuto, então, para você concluir.

SR. CISSO – Na realidade é uma justificativa só de alguns pronunciamentos que foram feitos aqui em relação a Emenda do art. 602 B, quando fala que a certidão será fornecida pelo Ministério do Trabalho, pelo Ministério Público do Trabalho e alguns aqui pediram pelas entidades profissionais. Nós entendemos que poderia substituir isso daí pela Justiça do Trabalho, por quê? Até para convencimento do Movimento Sindical, porque os sindicatos mediante a lei, eles poderiam ir a Justiça do Trabalho questionar valores não pagos, e a Justiça do Trabalho, no momento de fornecer uma certidão dessa, ela poderia fornecer uma certidão positiva ou negativa de acordo as ações que existem lá.

Então, nós poderíamos tranquilamente substituir por Justiça do Trabalho, dando a oportunidade aos sindicatos a questionar esses valores na Justiça do Trabalho e ela, sim, seria competente para fornecer esse tipo de certidão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra de imediato ao João Domingos como último inscrito nesse período de três minutos e em seguida vamos dar os encaminhamentos aqui finais. João.

SR. JOÃO DOMINGOS – Obrigado, Senador. Eu gostaria de me dirigir a ilustre representante do Ministério do Trabalho porque eu continuo preocupado, doutora, quanto a posição do Ministério do Trabalho em relação a situação dos servidores públicos nesse projeto. Eu gostaria de reportar a senhora de que um

grande avanço que eu considero que ocorreu no Ministério do Trabalho, do atual do Governo foi a mudança de posicionamento que ele tinha no início de ter de dialogar com um universo mais reduzido de interlocutores, por exemplo, exclusivamente no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho, onde só estavam as confederações e estavam excluído o sistema confederativo das discussões, aquele posicionamento do Ministério foi o que ocasionou o emperramento de todos os projetos do Ministério do Trabalho. Há, inclusive, de se dizer, e lamentar, inclusive, que o atual Ministério do Trabalho produziu pouco em termo de resultado, exatamente por ter aquela postura no início.

Somente, a partir do momento que o Ministério reconheceu que por mais legítimo e representativo que eram aqueles interlocutores, eles não representavam o universo e nem a totalidade dos trabalhadores brasileiros e ampliou o leque de suas discussões para formar a sua opinião, é que foi possível desemperrar uma série de questões, como por exemplo, avançou a questão do reconhecimento das centrais que já está muito bem, já está consensuado entre as centrais sindicais, avançou muito no próprio projeto de regulamentação do art. 8º, quando já existem muitas posições coincidentes.

Enfim, a partir do momento que o Ministério reconheceu que o mundo, a representação é mais ampla permitiu tirar do campo do confronto e trazer para o campo do consenso muitas questões (*soa a cam-painha*).

Então, dito isto, eu gostaria de solicitar a senhora que nos recebesse, se possível amanhã em seu Gabinete, eu gostaria que fosse antes do dia 5, porque dia 6 esta Casa estará deliberando, para que a senhora conheça o posicionamento a respeito desse tema de outros segmentos. O Ministério do Trabalho, eu disse aquela hora e confirmo agora, ele tem dialogado com o mundo mais reduzido, com um certo segmento da representação dos trabalhadores no serviço público com um certo seguimento e com uma esfera de Governo, um certo segmento que por mais legítimo, pode ser até o mais representativo, mas não é o único não representa o universo e uma esfera de Governo que é a federal que por mais que seja mais visível, por mais que diz respeito diretamente ao Governo Federal, as eu repito, é apenas um quinto da totalidade dos servidores públicos.

Portanto, a questão é mais complexa e a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, ela detém praticamente quase que a unanimidade da representação dos servidores do âmbito municipal, a maioria dos estaduais e não teve a oportunidade de disputar o posicionamento do Ministério do Trabalho nessa questão.

Então, nós gostaríamos de fazê-lo e isso já deixamos de público aqui a solicitação, se possível, para amanhã, para que a senhora nos receba para que dialoguemos. Não no sentido de impor uma posição ou de vetar outra, mas de compor posições que permita ao Ministério que represente o universo do pensamento e da representação do Movimento Sindical e não apenas de um segmento e de uma instância de uma esfera de Governo. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O João Domingos foi o último inscrito, antes de eu passar a palavra aqui aos nossos convidados, porque vieram a ele perguntas, eu vou tentar dar alguns encaminhamentos e ver se a Plenária concorda.

Primeiro, por tudo que eu ouvi aqui, para mim é consenso, é consenso que isso fique registrado e repercute nos próximos passos que vamos dar que todas as centrais sindicais aqui que estavam representadas, as que não estiveram me mandaram já um comunicado concordando com essa posição, de todas as confederações de que a recomendação seria aprovar o projeto sem Emenda, o projeto original, é isso? (palmas) Eu tenho que aqui registrar o que eu percebi da Plenária, da Plenária essa posição, um. Dois) – Eu digo, que ficou aqui construído um tipo de um acordo de que todas as centrais sindicais e confederação, dentro do possível respeitando a manifestação que farão a favor do salário mínimo estarão aqui no dia 6 que está confirmado que vai a pauta. Eu acho que é importante o Movimento Sindical estar aqui, eu acho que numa demonstração clara que estiveram aqui na votação do fim do fator previdenciário que foi fundamental. Todo o debate que tivemos sobre a política de salário mínimo, numa política permanente de recuperação do salário mínimo, que nós aprovamos por unanimidade com a participação do Movimento Sindical que já vai para o Plenário, fizemos um grande entendimento aqui da redação que foi dada, da política permanente e de um terceiro ponto, que eu tenho recebido muitas correspondências no meu Gabinete que é a demissão de dirigentes sindicais, principalmente do Conselho Fiscal e alguns Suplentes que a gente está demonstrando aqui a nossa indignação, e que esperamos que isso não volte acontecer.

Eu fui dirigente sindical durante um longo período e eu me coloco no lugar daqueles dirigentes sindicais que estão sendo colocados no olho da rua, e que não conseguem emprego em nenhum lugar mais, não conseguem emprego, perdem a estabilidade, enfim, é inadmissível que isso esteja acontecendo e que nós temos que trabalhar seriamente aqui, e eu proporia

num encaminhamento simbólico, para constar nos anais somente, já que vocês não podem votar. Mas eu vou submeter, inclusive, à Comissão de Assuntos Sociais, uma moção, com respaldo dos senhores, de repúdio a demissão dos dirigentes sindicais porque a Constituição assegura a estabilidade no emprego.

Mediante os fatos, tentando ser o mais objetivo possível, eu quero insistir nessa tese, seria muito importante que no dia 6 vocês estivessem também aqui. Nós vamos falar com o Relator, com o Presidente da Comissão, com os Senadores e com as Senadoras da importância desse projeto. Eu quero dizer para vocês que eu tomei a liberdade de falar com alguns Deputados lá na Câmara, e eles me disseram o seguinte, se você conseguir aprovar na quarta-feira e encaminhar o projeto para cá e o Movimento Sindical acompanhar, quem sabe, a gente não consiga aprovar ainda esse ano na Câmara dos Deputados devido a urgência, (*palmas*) devido a urgência do fato em questão. Eu estou falando isso e falo com a maior tranquilidade, vocês podem saber que eu recebo em torno de duas 2.800 correspondências no meu Gabinete por semana e respondo a todas, e claro que eu recebo algumas correspondências também contra esse meu projeto. E eu tenho respondido com a maior tranquilidade. Primeiro, que não existe unanimidade, por mais que a gente tente construir propostas de que a gente consiga um apoio de 100% do nosso povo, sempre vão aqueles que vão discordar, mas eu defendo esse projeto com muita convicção. E por que a convicção? Inclusive, foi colocado aqui pelo representante nosso que é um Senador, é preciso que o conjunto da população entenda, você para fazer política partidária, ao fundo partidário. Quem paga o fundo partidário? É a população brasileira. O sistema S, todos os sistemas que mantêm os empresários, quem paga é a população brasileira.

Enfim, se pegar aqui os exemplos que vocês todos deram no dia de hoje, por que é que só para as entidades sindicais que são eleitas, são legítimos representantes dos trabalhadores, que tem uma história de luta bonita, tantos tombaram, tantos morreram, foram assassinados, torturados por defender a liberdade e por defender melhor qualidade de vida eu diria, em resumo para o nosso povo e para toda a nossa gente. Por que não pode ter uma contribuição decidida soberanamente em assembléia? Não é eu que estou dizendo aqui o quanto que vai ser, pelo contrário, vocês estão apenas concordando e não é um novo tributo e nem uma nova contribuição. Vocês, aqui, por unanimidade, concordando que tem que ter um limite, que em hipótese nenhuma pode ser mais do que 1%, quem quiser aprovar menos que aprove, agora não pode ser mais. É isso que vocês estão aprovando aqui. Não ad-

mite que o trabalhador pague mais do que um% para a contribuição ou mesmo para a sua entidade e ainda a assembléia que vai decidir como é que vai ser distribuído. Então tem limite. O que nós estamos fazendo aqui, ao contrário do que alguns procuram esclarecer, nós estamos colocando um limite, não poderá ser mais do que 1%. Eu acho legítimo, legítimo. Tentem tirar o meu salário para ver se eu consigo fazer política. Claro que eu não consigo. E as entidades sindicais têm que pagar funcionário, têm que pagar médico, têm que pagar advogado, têm que pagar o dentistas, enfim, e todos aqueles, inclusive, os dirigentes sindicais que estão liberados para fazer política, como eu estou liberado para fazer política aqui para o povo brasileiro e eles pagam o meu salário e pagam muito bem e pagam um salário muito bem pago. Eu ganho um bom salário para estar aqui, então eu estou fazendo nada mais do que a minha obrigação e é legítimo que o conjunto do Movimento Sindical, do sindicato, até a sua Central Sindical tenha que ter estrutura para fazer política. Quem é que vai pagar o boletim, quem é que vai pagar a gasolina do carro que vai fazer todo o encaminhamento, enfim, a discussão que vocês têm que fazer com a respectiva categoria?

Então eu falo isso e não estou falando somente para vocês que estão aqui, sei que estão falando para o Brasil e grande parte do mundo como foi dito aqui, da importância que é para a própria democracia, o Movimento Sindical livre, soberano e independente. Livre, soberano e independente. (*palmas*) Totalmente independente. E só vou dizer para vocês o que eu disse para o Presidente do Tribunal Superior, onde eu recebi aquela Emenda, o que eu disse para ele, é preciso que o Ministério Público do Trabalho, e eu sei que você está sensível a essa argumentação e naturalmente o Ministério do Trabalho entenda, e vocês disseram aqui, mas eu disse lá e vou repetir e quero dizer ao povo brasileiro. Quando eu faço um acordo coletivo, eu não faço só para sócio, eu estou dizendo por conhecimento de causa, eu faço para toda a categoria. Mesmo dissídio coletivo, digamos, já está no Tribunal, é para toda a categoria, se eu faço, se o trabalho das entidades é para toda a categoria, como é que o sócio em tese é que vai ter que pagar. O sócio paga e o outro não paga. Eu cheguei a dizer, então, vai chegar num absurdo tal que nós vamos ter que fazer o seguinte, acordo, e seria um absurdo, acordo e dissídio coletivo só para ganhar sócio, daí vão discriminar os outros? Claro que não pode ser. Aí seria o absurdo, do absurdo. E como nós não estamos na linha do absurdo, nós vamos fazer o acordo, enfim, se for dissídio coletivo, enfim, toda a negociação para o conjunto da categoria, eu sei que nem vocês concordariam de fa-

zer e discriminando aquele que porventura não possa pagar a mensalidade de sócio.

Agora, a contribuição outra, isso existe em qualquer parte do mundo, nós não estamos inventando a roda e nem estamos inventando aqui um novo tipo de contribuição. Estará aqui no texto da Constituição. Foi aqui dito por diversos de vocês, mas eu tenho que reafirmar, porque eu penso exatamente assim, eu repito) – Como é que o Movimento Sindical brasileiro vai poder fazer a política sindical interagir com empregado e empregador, enfim, com toda a estrutura que eles têm que ter se não tiver nenhuma forma que ele possa efetivamente ter contribuição para fazer o seu trabalho? É impossível. Por isso que eu faço um apelo ao Ministério Público, sei que o Ministério Público do Trabalho está sensível a essa argumentação. Sei também por todo o debate que já fizemos aqui que o Ministério do Trabalho está percebendo que estamos encaminhando para um grande entendimento. Veja, é uma das poucas vezes que nós temos uma bandeira comum que unifica todo o Movimento Sindical brasileiro. É a luta pelo salário mínimo, é a luta pelo fim do fator previdenciário e a luta, principalmente, também para que haja uma política permanente de recuperação do vencimento dos nossos trabalhadores e naturalmente da política de salário mínimo, mas também quanto a essa questão da contribuição.

Por isso que eu estou muito tranqüilo quanto ao encaminhamento que fiz, o fiz com muita consciência e com muita responsabilidade e eu espero que essa Comissão, que é a Comissão de Assuntos Sociais e do qual eu tenho orgulho de presidir a Subcomissão de Trabalho e Previdência, que é uma Subcomissão dessa Comissão aprove já nesta quarta-feira, dia 6, que a gente remeta de imediato para a Câmara dos Deputados que nenhum Senador faça recurso ao Plenário, que nenhum Senador faça recurso ao Plenário, e eu tenho certeza que se conseguirmos isso, há condição da Câmara dos Deputados de votar essa matéria ainda esse ano, e claro que a mobilização que vocês vão fazer pelo salário mínimo dia 6, farão também para essa questão que isso não é só de interesse, que fique bem claro, essa questão por incrível que pareça, não é de interesse das entidades sindicais, é de interesse do conjunto dos trabalhadores. Nós temos que ter ferramentas para defender o interesse das categorias respectivas que vocês aqui, muito bem, representam. E eu quero dar um testemunho, esses dirigentes que estão aqui, eles não estão aqui hoje só por causa dessa questão, eles estão aqui porque eles estão seguidamente aqui em Brasília defendendo projeto de interesse dos trabalhadores. Como foi na Reforma da Previdência, vocês estiveram aqui dia e noite, inclu-

sive debatendo duramente comigo, entendendo que aquela questão não poderia ser da forma que estava sendo encaminhada e construímos a PEC paralela que foi um avanço, mesmo na Comissão Mista do Salário Mínimo, vocês estiveram aqui numa Audiência Pública e debateram duramente a questão da PEC que tratava, na verdade, não era adequado apresentar naquele momento e que tínhamos que discutir o fim do fator e a Comissão acatou, mas porque vocês tiveram aqui. E vocês estão aqui batendo palmas para nós? Não. Estavam aqui preocupados com os trabalhadores que estavam na expectativa de se aposentar sem o fator e de repente viu que ia surgir ali a tal de idade no momento inadequado e não procedente pelos argumentos que aqui ouvi e o relatório apontou nesse caminho, nós não íamos tratar da idade e sim do fim do fator previdenciário.

Essas são as minhas considerações, quero agradecer muito a todos vocês. Eu só acredito num País efetivamente democrático com a sua população mobilizada, por isso que eu escrevi o livro “O rufar dos tambores”, e quem bate os tambores são vocês. Parabéns a todos vocês.

(palmas)

Eu vou dar para as últimas considerações, vai ser aqui às 9h30. 9h30 iniciamos aqui e vamos pedir até que ele seja o primeiro ponto de pauta, eu vou pedir uma inversão de pauta, o Consultor José Pinto do Senado, ele acompanha todo o debate. Aqui eu não darei a palavra a ele nesse momento, democraticamente, porque ele reuniu tudo e ele vai conversar com o Relator, naturalmente, depois de ouvir o Relator é que nós vamos poder ter uma posição clara para colocar aqui. Claro, que a minha posição está clara a de vocês está clara, também, ele simulou tudo e vai ter que conversar com o Relator que vai dar a última palavra. Nós vamos trabalhar muito para que seja aprovado o projeto na forma original.

Então para as considerações finais Dr. Maurício e em seguida a Sr^a Shakti a qual a ambos eu já agradeço, porque ficaram aqui do início ao fim atendendo ao apelo de vocês, quando eu de pronto, aqui na Mesa disse a eles que se assim entendesse eles poderiam se retirar e já agradeço a presença. Eles de pronto, atendendo um pedido do Plenário ficaram até o fim. Por isso, palmas a ambos.

(palmas)

SR. MAURÍCIO CORRÊIA DE MELLO) – Infelizmente, com os três minutos que eu tenho, eu não vou poder aprofundar as questões importantes que foram colocadas aqui pelo Plenário. Mas muito rapidamente, eu gostaria de dizer em relação à prostituição, podemos

participar de um debate mais detalhado sobre esse assunto em algum outro momento, eu tenho algumas informações para dar sobre esse assunto já que participei da discussão em torno do combate a exploração infantil, da exploração sexual infantil. Com relação ao trabalho aos domingos, eu tenho compartilho dessa preocupação a respeito dessa possibilidade, eu não vejo como a família vai poder conviver se cada um está fazendo uma atividade diferente no domingo que é o dia para a reunião familiar, há uma preocupação social muito grande em relação a isso. Em relação ao registro sindical, também acho que o sistema merece ser aperfeiçoado e sei que o Ministério do Trabalho tem feito esse esforço, num evento recente que participei a representante do Ministério do Trabalho informou o que o Ministério do Trabalho tem feito para aperfeiçoar o sistema de registro sindical tornando mais ágil e mais acessível.

E para concluir, eu queria dizer que enquanto esse debate acontece, a partir daquele consenso que eu estava dizendo, porque mesmo que essa lei seja aprovada, ainda vai ter todo... Pode haver uma discussão e que demore um pouco para ela ser efetivada, eu queria dizer que, enquanto isso, o Ministério Público está lá de portas abertas para receber as denúncias de situações que foram aqui tratadas como as empresas que fazem campanhas pela desfiliação, punindo ou ameaçando trabalhadores que se sindicalizam. Nós temos isso como prioridade tentar impedir que essas empresas haja dessa maneira impedindo o direito sagrado de filiação e de atividade sindical.

Então, gostaria mais uma vez de agradecer a oportunidade de participar desse debate (*soa a campainha*) e dizer que nós continuaremos envolvidos com esse tema através de minha participação e de outros colegas que estão aqui à disposição para isso. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Srª Skakti, representante do Ministério do Trabalho.

SRA. SHAKTI PRATES BORELA – Primeiro, claro agradecer mais uma vez o debate, a riqueza de informações que a gente tem, as questões que vocês colocaram pontualmente, se nós fôssemos tratar uma a uma nós demoraríamos mais do que o tempo que já demoramos até o presente momento. São questões que eu vou levar, claro, ao Ministério do Trabalho, especialmente quanto a essas questões de registro sindical, registro de convenções que dizem respeito a nossa Secretaria, peço até que sejam encaminhadas questões pontuais para a própria Secretaria de Relações do

Trabalho para que se busque uma solução e ao colega João Domingos, quem está coordenando essa discussão dentro da Secretaria de Relações de Trabalho é o Assessor do Secretário, Sr. André Bucá, então eu não posso me comprometer por ele em recebê-lo ou não, não tenho conhecimento da agenda, mas posso fazer o contato assim que voltar para a Secretaria agora à tarde, e agradecer a todos e esperando que a gente possa manter o debate, debate dessa riqueza e isso tudo faz parte do nosso exercício democrático e é isso mesmo. Obrigada.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Olha, eu queria muito, muito agradecer, eu sei que muitos gostariam de fazer algumas outras propostas, mas nós vamos encerrar essa Audiência Pública, primeiro agradecendo ao sistema de comunicação do Senado e dizer para vocês que as últimas três horas desse debate foi ao vivo já para todo o País, e agradecer também ao sistema integrado da nossa CSPB que permitiu que essa audiência fosse transmitida para grande parte do mundo. Todos estão de parabéns, o Senado está de parabéns, agradeço muito ao Dr. Maurício e a Srª Shakti, o Dr. Maurício representando o Ministério Público do Trabalho e a Srª Shakti Prates representando o Ministério do Trabalho.

Eu acho que em momentos como esse, onde todos colocam o seu ponto de vista quem ganha é a democracia, e veja que o encaminhamento final foi pela aprovação do projeto na forma original. Todos estão de parabéns, está encerrada a presente Audiência Pública.

(palmas)

Sessão encerrada às 13h30.

Ata da 4ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 21 de novembro de 2006, terça-feira, às 14:00 horas.

Às quinze horas e trinta e seis minutos, do dia vinte e um de novembro de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Azeredo, reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, com a presença dos Senhores Senadores EDUARDO AZEREDO, PAULO PAIM E PAPALÉO PAES. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. O Senador Eduardo Azeredo declara aberto os trabalhos, submetendo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é

dada como aprovada. A Comissão aprova os seguintes requerimentos, **EXTRA-PAUTA REQUERIMENTO Nº 01, DE 2006 – CASDEF** “Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) em conjunto com a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (CASDEF) para o dia 23 de novembro do corrente, com o objetivo de debater a elaboração da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, objetivando identificar os consensos e dissensos entre as nações e a compatibilidade com a legislação em vigor no Brasil”. **Autores** – Senador Eduardo Azeredo e Senador Flávio Arns. **Resultado** – Aprovado. **EXTRA-PAUTA REQUERIMENTO Nº 02, DE 2006 – CAS** “Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Assistência Social aos Portadores de Necessidades Especiais, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a tratar “da Convenção Internacional para os Direitos dos Portadores de Deficiências à Luz do PLS 06/2003”, para o dia 23 de novembro de 2006, no período das 10 00 às 16 00 horas, com intervalo de 12 00 às 14 00 horas”. **Autor** – Senador Paulo Paim. **Resultado** – Aprovado. O Senador inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº35 – CAS, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que “requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (CASDEF), para serem debatidos entre os senhores Senadores a inclusão das pessoas com deficiência no Mercado de Trabalho segundo a Lei de Cotas”, tendo como convidados a Dra. Maria Aparecida Gugel, Sub) – Procuradora Geral do Ministério Público do Trabalho) – MPT e Vice Presidente da ANPID; Sra. Isabel Filardis, Fundadora da ONG A Força do Bem; Sr. Júlio César Chagas dos Santos, Secretário) – Geral da ONG A Força do Bem; Sr. Antonio Sérgio Riede – Gerente Executivo da Diretoria de Relações com Funcionários e Responsabilidade Sócio) – Ambiental do Banco do Brasil; Sra. Eliane Pinheiro Belfort Mattos e o Sr. Guilherme Bara – Comitê de Responsabilidade Social – CORES, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP. O Senador Eduardo Azeredo convida para compor a mesa os convidados, concedendo 15 minutos a cada um, para suas exposições. O Senador Eduardo Azeredo comunica que o Sr. Alexandre Baroni não pode comparecer porque ficou retido no aeroporto por problemas de tráfego aéreo, será representado pela Sra. Maria Aparecida Gugel. O Senador Eduardo Azeredo registra a presença no público dos seguintes senhores – Gus-

tavo Rocha – Procurador Geral do Trabalho, Luciano Pinto Mello – CONAJE, Adilson Ventura – Presidente da Associação Catarinense para Integração do Cego, Vany Oliveira – INTEGRA, José Borges – INTEGRA, Célia Maria Teixeira Neves – APABBB/DF, Aline Gomes Bravim – Radiobrás, Roselma da Silva Cavalcanti – Diretora de Promoção Social do ICP Cultural, Victor Hugo Pereira – INTEGRALE, Wanda Isabel Melo – Banco do Brasil, Tatiana Heiderich – Instituto Meta Social/ Ser Diferente É Normal, Patrícia Heiderich – Instituto Meta Social/ Ser Diferente É Normal, Eliza Samartini – Assistente Parlamentar – FIESP, Santos Fagundes – Chefe de Gabinete do Senador Paulo Paim no Rio Grande do Sul, Carmem – Maria Alencar Tibau da F. Oliveira Lima – Assessora da Presidência – INTEGRA-DF, Jeane Alves – Assessora de Comunicação – Ministério Público do Trabalho, Carla de Souza Freitas – Professora do Ensino Especial – Secretária de Educação, Damares Orlandeini Boni, Coordenadora Técnica – Escola SENAI “Ítalo Bolegna”, Helvério Siqueira de Oliveira – Diretor – SENAI, Ecildo Lopes de Oliveira – Vice – Presidente – SADEF-RN, Edith Rodrigues Afonseca – Assessora Parlamentar – CNI, Maria Madalena Nobre – Conselheira – CONADE & Consultoria do Ministério do Turismo . Fazem uso da palavra o Senhor Senador Paulo Paim e também o ator Marcos Frola. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às dezoito horas e dez minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Eduardo Azeredo, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Boa tarde. Havendo número regimental declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior e passamos, portanto, aqui já... Aprovado.

A presente Audiência Pública visa debater a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, segundo a Lei de Cotas, atendendo ao Requerimento nº 35/2006 da Comissão de Assuntos Sociais. Nós estamos ainda com... Alguns dos convidados ainda não estão presentes, mas eu gostaria de chamar já para começarmos a audiência para que tome assento à Mesa os seguintes convidados) – A Dra. Maria Aparecida Gugel, Sub-Procuradora Geral

do Ministério Público do Trabalho, e o Sr. Antonio Sérgio Riede, Gerente Executivo da Diretoria de Relações com Funcionários e Responsabilidade Sócio-Ambiental do Banco do Brasil, a Sra. Isabel Fillardis, fundadora da ONG “A Força do Bem”, e o Sr. Júlio César Chagas dos Santos, Secretário-Geral, que estão a caminho, estão ainda num compromisso nesse horário de almoço mas, devem estar chegando já, e também a Sra. Eliane Pinheiro Belfort Mattos, que é Diretora titular do Comitê de Responsabilidade Social da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Eu peço desculpas a todos pelo atraso, mas deve-se também à questão ligada aos aeroportos, já que um ou outro dos nossos convidados não pôde vir por esse motivo e eu próprio também cheguei atrasado, pela dificuldade dos controladores de voo. O Dr. Alexandre Baroni, que não pôde estar presente, está retido no aeroporto por problema de tráfego aéreo. A Dra. Maria Aparecida Gurgel vai representá-lo também, além da sua própria exposição.

O Senado Federal está realizando a 2ª Semana de discussão das questões ligadas a pessoas com deficiência, de valorização da pessoa com deficiência, dentro de uma linha que se colocou de ser uma Casa referência e mostrando para todo o Brasil a possibilidade de nós termos num órgão público o respeito aos direitos das pessoas com deficiência, a busca de termos também sempre as instalações devidamente sinalizadas e preparadas para que as pessoas com deficiência possam pelo Senado transitar. Esta semana tem exatamente o apoio do nosso Presidente da Casa, o Presidente Renan Calheiros, que já no ano passado fez a abertura e agora temos, portanto, tivemos na parte da manhã a abertura desta 2ª Semana.

Está aqui ao meu lado, nós vamos ter o início da audiência, podemos começar... A Dra. Maria Aparecida também fica conosco aqui na Mesa então.

O objetivo desta Audiência Pública é debater com as pessoas convidadas, especialistas da área e representantes de associações e familiares a aplicação da Lei de Cotas e seu impacto na oferta de trabalho às pessoas com deficiência. A Lei 8.213/91 tornou-se conhecida como Lei de Cotas por determinar o percentual de 2% ao 5% das vagas do mercado de trabalho formal para as pessoas com deficiência e a recolocação profissional dos trabalhadores que adquiriram alguma deficiência. A lei foi promulgada há 15 anos, mas sua aplicação começou o se efetivar de fato a partir da publicação do Decreto Federal 3.298/99.

O Decreto determina também novas modalidades de inserção, conforme as necessidades especiais apresentadas pelo trabalhador. Este Decreto estabeleceu o ingresso no trabalho formal por meio da forma

competitiva, onde as pessoas com deficiência concorrem às vagas da reserva de acordo com os critérios estabelecidos para todos os trabalhadores. Participam de todos os processos da seleção competitiva, atende às exigências de escolaridade, habilitação técnica e jornada de trabalho.

O Decreto regulamenta ainda para pessoas com deficiência a forma seletiva de ingresso no mercado formal de trabalho. Isso permite ao empregador contratar o trabalhador com redução da carga horária e pagamento do salário proporcional às horas trabalhadas. Adaptadas, as jornadas ficam compatíveis às necessidades especiais do empregado, assegurando-lhes todas as medidas de proteção trabalhista pertinentes. Para favorecer o trabalho autônomo protegido, o Decreto instituiu a possibilidade da contratação da pessoa com deficiência como autônoma pela intermediação de cooperativas sociais e, nesses casos, as cooperativas podem recorrer a uma série de incentivos fiscais que reduzem os custos da contratação.

O Decreto reconhece ainda a existência de trabalhadores com necessidades especiais bastante complexas, que, para manter a sua qualidade de vida precisam muito mais do trabalho como instrumento de crescimento e humanização do que como fator de produção e renda. São as oportunidades de trabalho oferecidas em oficinas terapêuticas. Essas oficinas são gerenciadas por instituições beneficentes de Assistência Social, Educação ou Saúde.

Essas instituições não precisam adotar as obrigações previstas na legislação trabalhista em geral, como a assinatura de carteira, pagamento de salário, recolhimento de INSS, férias, FGTS e outros, desde que sejam comprovadas as necessidades do trabalho terapêutico. A sensibilização realizada pelas organizações sociais e a ação exemplar das delegacias regionais do trabalho, que vêm intensificando a fiscalização do cumprimento da aplicação legal, ampliaram o acesso da pessoa com deficiência ao trabalho formal por meio da forma competitiva, e eu quero manifestar aqui os meus cumprimentos à ação das delegacias do trabalho nesse campo, no entanto, conforme relatado por familiares de pessoas com deficiência, a inserção no mercado de trabalho, seja pela forma seletiva, trabalho autônomo e com a intermediação de cooperativas ou por meio das oficinas terapêuticas e protegidas não está crescendo na mesma proporção da sua demanda. Estima-se que a estagnação da oferta de vaga em oficinas terapêuticas e cooperativas sociais para pessoas com necessidades especiais complexas ocorre por desconhecimento dos aspectos legais e normativos que regem o assunto.

Há também uma fragilidade no diagnóstico do perfil dos trabalhadores elegíveis a esta categoria de trabalho em oficinas terapêuticas. Muitas instituições relatam receber críticas e acusações indevidas de estarem favorecendo o processo de exclusão ou de não estar trabalhando com o potencial máximo do trabalhador. Por desconhecimento e insegurança as oficinas terapêuticas deixam de funcionar como deviam para o público específico.

Assim, para os jovens e adultos trabalhadores com deficiência intelectual e/ou transtorno mental, com necessidade especial complexa e baixa escolaridade, conforme o Código Internacional de Doenças e Deficiências, o CIDDEF, ou para os trabalhadores com deficiência mental grave a profunda é indispensável uma intervenção mais sistemática e interdisciplinar ou transdisciplinar, com a união das áreas de saúde, assistência social e educação para oferta de oportunidades de inserção laboral terapêutica. Nessas oficinas a remuneração do trabalho está ligada à auto-estima. É muito raro que a profissão ali obtida seja capaz de garantir a subsistência desse trabalhador ou cooperado ou de vir a gerar lucro.

Segundo os levantamentos realizados pela APAE de Belo Horizonte, a procura por oferta dos serviços em oficinas terapêuticas aumentou expressivamente nos dois últimos anos. Para cada grupo de vinte jovens nessas condições, apenas um apresentou competências, habilidades e condições para o mercado formal de trabalho na forma seletiva e apenas um na forma competitiva. E nenhum deles foi capaz de manter-se no emprego com a carteira assinada depois do primeiro ano de trabalho. Estudos e acompanhamentos mais aprofundados estão sendo realizados para identificação das causas. Mas são dados que evidentemente preocupam.

Neste contexto, destaca-se ainda o temor que muitas famílias mais pobres têm de que seus filhos com deficiência intelectual venham a perder o direito de receber o BPC, o Benefício de Prestação Continuada, se porventura a remuneração que recebem pelo trabalho de forma esporádica ou não continue a ser computada como renda quando da renovação do BPC. As famílias começam a restringir que seus filhos participem das atividades desenvolvidas nas oficinas terapêuticas e cooperativas sociais que envolvam remuneração pelo trabalho autônomo e seletivo. Daí o aumento nos casos até de depressão e de seqüelas à deficiência entre aqueles que passam a permanecer em casa sem frequentar qualquer outro espaço social.

Nós temos discutido aqui no Senado alternativas de que as pessoas possam continuar recebendo BPC, evidentemente que esse é um ponto ainda mui-

to controverso, mas é objetivo nosso pelo menos um prazo determinado para que eles possam continuar recebendo, até uma definitiva inserção no mercado de trabalho, digamos assim.

Embora não exista conhecimento até o presente momento de um estudo acadêmico, a não ser esse do estudo da APAE, que mostra a inserção no mercado de trabalho formal das pessoas com deficiência intelectual, com necessidades especiais complexas, pode-se pressupor, pelos resultados positivos, a sua imperiosa validade. Assim, podemos fazer aqui um apelo de que se quisermos valorizar o trabalho para as pessoas com deficiência intelectual complexa e outras associadas como de fundamental importância para a qualidade de vida, é indispensável que a renda recebida por esse trabalhador, oriunda do trabalho terapêutico, não seja computada no cálculo da renda per capita familiar para acesso ao Benefício de Prestação Continuada nem que o BPC possa ser suspenso porque o beneficiário participa de atividades remuneradas nas oficinas terapêuticas e nas chamadas cooperativas sociais e mesmo no trabalho formal, desde que com pelo menos um ano de contrato e renda de até um salário.

Se quisermos que o trabalho, em todas as suas formas, seja o principal instrumento de qualidade de vida, dignidade e cidadania, que se possa exigir dos órgãos públicos responsáveis a adoção das medidas necessárias para que as oficinas terapêuticas e as cooperativas tenham condições adequadas de funcionamento e recebam o apoio governamental necessário, inclusive com as verbas de apoio sendo inseridas de forma transparente no Orçamento da União, dos Estados e Municípios.

Um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas, que resultou na publicação “Retratos do Brasil”, de autoria de Marcelo Nery, aponta aspectos bastante significativos da situação na inserção no mercado de trabalho para pessoas com deficiência habilitadas. Aponta, entre outros, os baixos níveis de escolaridade como um dos principais fatores para a não inserção laboral. Por esse estudo, foi proposto que a empresa de médio e grande porte, quando não conseguir preencher as vagas de reserva por inexistência de profissional com deficiência habilitado, possa investir o percentual de recurso para contratação em formação profissional da pessoa com deficiência.

Diante dessa proposta, que nos parece realmente contundente e assertiva, faço aqui a solicitação a todas as associações envolvidas na área, a partir exatamente da coordenação do CONADE e do CORDE, para analisar a proposta e remeter a esta Subcomissão os pontos positivos e negativos e o impacto dela para a

ampliação das oportunidades de trabalho à pessoa com deficiência.

É nossa intenção contribuir para que novas normas legais permitam o aperfeiçoamento de um processo tão importante à cidadania da pessoa com deficiência.

Na Audiência Pública de hoje as informações prestadas pelos expositores irão contribuir efetivamente para a inserção social das pessoas com deficiência na vida social e no trabalho. Que nós Senadores possamos de fato contribuir para que o trabalho e a renda seja um direito de todos neste País e a fonte primeira da dignidade da vida. Termino aqui, na minha fala inicial dessa audiência, com uma fala de Gonzaguinha que diz que “sem o trabalho o homem se perde, se fere, se mata”. Muito obrigado.

Nós vamos passar então a Dra. Maria Aparecida Gurgel... Esses não chegaram, então, antes de chamar a Maria Aparecida, vamos chamar a Sra. Eliane Belfort Mattos, que é Diretora titular do Comitê de Responsabilidade Social da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e também a Sra. Isabel Fillardis, fundadora da ONG “A Força do Bem” e o Júlio César Chagas dos Santos, que é o Secretário-Geral dessa Organização Não Governamental. Convido para que venham aqui conosco para a Mesa. Composta então já toda a nossa Mesa de expositores, nós vamos então... Concedo a palavra a Dra. Maria Aparecida Gurgel, que é Sub-Procuradora Geral do Ministério Público do Trabalho, pelo tempo que achar necessário.

SRA. MARIA APARECIDA GURGEL – Exmo. Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, eu venho aqui representando também não só a Associação Nacional de Membros do Ministério Público na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Idosos, a AMPI-DE, mas também ao Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, o CONADE, cujo Presidente, Alexandre Baroni, não pode aqui chegar por conta de problemas no aeroporto, problemas de embarque, ele mora em Maringá, é o nosso Presidente nacional, mas não pode aqui chegar, ainda, deverá chegar.

Então, com essas duas representações, eu espero assim trazer para todos os senhores e senhoras a visão legal, necessária e solidária da ação afirmativa por meio da reserva. Eu confesso que trabalhei na nova minuta do Projeto de Lei em curso aqui no Senado e também com base na nova proposição que reduz o número mínimo de empregados em cada empresa, de cem, porque a reserva hoje é aplicada em empresas com cem ou mais empregados, a partir de 2% até o percentual de 5% para empresas de grande porte, que são as empresas com mais de mil empregados. O projeto em curso ele trata de diminuir esse número de

empresas... Ou melhor, aumenta o leque, diminuindo esse número de trabalhadores para empresas com mais de 50 empregados. Significa dizer que nós estamos trabalhando com empresas de médio e grande porte, segundo as estatísticas do IBGE.

Então ao final eu vou... Gostaria de concluir e convencê-los de que a reserva ela se destina a todas as empresas e não a um número limitado de empresas e vou explicar por quê.

Muito bem. A reserva ou cota, como é normalmente conhecida no âmbito da sociedade e, sobretudo, nas relações de trabalho, ela é uma medida de ação afirmativa ou, como querem alguns dizer, uma forma compensatória de lidar com problemas que a sociedade, por alguma razão, não conseguiu lidar.

Então nós temos que trazer para essa discussão vários argumentos. Por que é que nós temos necessidade da reserva de postos de trabalho ou cargos e empregos públicos, quando falamos da administração pública? Significa que a sociedade brasileira, no curso de sua história, deixou de cumprir determinadas obrigações. Uma delas, com a pessoa com deficiência. E essa pessoa com deficiência vista com sua integralidade, com direito à vida, com direito à saúde, com direito à educação, com direito à qualificação profissional, com direito a acesso a bens e serviços como todos nós cidadãos, que nos preparamos, nascemos, nos preparamos e hoje exercemos uma profissão. Então, admitir a reserva, admitir a cota significa que deixamos, o Estado brasileiro deixou de cumprir com determinadas obrigações. Ora, este contexto, esta falta de cumprimento de deveres e obrigações do Estado brasileiro ela não diz respeito somente ao Estado brasileiro, é, digamos, um comportamento mundial. Em todas as sociedades, desde as sociedades mais evoluídas, à exceção de algumas que hoje já não mais admitem a reserva, sobretudo, nos Países nórdicos, todas as sociedades num momento ou outro optam pela reserva como uma medida de compensação.

Muito bem. O que é que implica dizer da reserva? Por que ela é necessária? Para podemos, num curto espaço de tempo ou numa medida que precisa ser temporária, não pode ser uma medida definitiva, nós empreendermos todos os esforços com todas as medidas disponíveis para inserir, para incluir no mercado ou no mundo do trabalho pessoas com deficiência. Todas as deficiências. E aqui no Brasil nós caracterizamos as deficiências. Deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental e deficiências múltiplas. Então a reserva serve, segundo a lei atual, a Lei 8.213, lá no art. 93, que é uma lei, diga-se de passagem, de cunho previdenciário, ela não é de fundo laboral do trabalho, uma lei da Consolidação

das Leis do Trabalho, mas é uma lei previdenciária e que surgiu num momento de busca de definições na sociedade mundial e aqui no Brasil, na década de 90, de implementar ações voltadas para a integração da pessoa com deficiência.

Então, muito bem, bastaria dizer aos senhores que alguns Países que adotam a reserva tal como é a adotada no Brasil, elas são seguidas de outros mecanismos que fortalecem a própria reserva. Então você tem que ter mecanismos outros que digam assim “olha, nós estamos repartindo a obrigação que é de todos nós, nós estamos repartindo esta obrigação com toda a sociedade, no âmbito do trabalho com as empresas, que nessas relações costuma-se dizer que são aos hiper suficientes, que detêm o poder econômico e, portanto, é o lado mais forte dessa relação capital-trabalho, portanto, esse lado mais forte arcará com a obrigação da reserva”, então em vários Países esta obrigação da reserva vem acompanhada de mecanismos facilitadores para que o empresário possa aplicar essa reserva e implementar a reserva de tal maneira que ele possa, por exemplo, adaptar o seu ambiente de trabalho, ter determinados incentivos fiscais e econômicos para a realização desta obrigação que, volto a dizer, é de todos.

Então é comum nós ouvirmos discussões acaloradas por conta, vamos pensar assim, sair do mundo do trabalho, da reserva do trabalho, mas pensarmos na cota nas universidades para estudantes negros. Porque é que se coloca nesses dois pólos um argumento que diz “olha, eu sou estudante branco, eu não tenho essa obrigação, eu não tenho esse dever, isso é um dever do Estado”, não, é importante dizer que quando nós falamos da Estado brasileiro nós colocamos toda a sociedade, então toda a sociedade tem este dever e eu, como estudante branca, também tenho a obrigação de repartir o meu espaço com o estudante negro, que não teve o mesmo número de oportunidades, eu estou procurando aqui não falar “juridiquês” (*risos*), mas trazer uma linguagem comum, habitual do nosso dia-a-dia, então eu tenho a obrigação de repartir com o estudante negro, eu estudante branca, um espaço para que ele tenha compensada a sua falta de oportunidade de estar neste mesmo ambiente universitário.

Então, este argumento nós temos que trazer para as relações de trabalho. Eu, trabalhador branco, ou negro, ou indígena, mulher, homem, seja lá o que for, mas eu, trabalhador sem deficiência, tenho a obrigação de repartir este ambiente do trabalho com trabalhadores com deficiência. Então é isso que nós dizemos da divisão da obrigação para com a reserva, que é uma obrigação do Estado brasileiro, e nós compomos esse Estado brasileiro.

Muito bem. Mas somente a reserva ela dizer “olha, nós estamos aqui adotando um modelo italiano, ou um modelo espanhol, ou um modelo francês de reserva de postos de trabalho”. Então eu elenco, como elenco agora o novo Projeto de Lei, empresas com mais de 50 empregados deverão ter 2% de trabalhadores com deficiência. Bastaria eu dizer isso e estaríamos todos certos e com a garantia de que trabalhadores com deficiência ocupariam aqueles postos de trabalho? Obviamente que não. Porque nós temos outras deficiências a serem sanadas nesse Estado democrático brasileiro, nesse Estado Brasileiro. E quais são estas medidas que continuam faltando para além da reserva? Que medidas são essas, nas relações de trabalho? A qualificação deste trabalhador. Por que é que eu tenho problemas de encontrar no mercado de trabalho trabalhadores qualificados para as funções que estão sendo disponibilizadas? Percebam os dados, eu tive em mãos os dados do Ministério do Trabalho e Emprego, no seu relatório, que, no ano de 2005, de todas as suas fiscalizações realizadas em empresas que devem cumprir a reserva hoje, empresas com cem ou mais empregados, por conta da fiscalização, conseguiu-se inserir em torno de nove mil trabalhadores com deficiência nos postos de trabalho. Para o ano de 2006, a projeção está em 12 mil trabalhadores. Ora, nós temos, os indicadores do IBGE nos dizem isso, que nós temos 14%, em torno de 14% de pessoas com alguma deficiência orbitando nesse mundo das relações de trabalho e somente, desses 14%, somente 537 mil estão empregados. E aí um outro dado diz assim – “As vagas geradas pela reserva atual de empresas com cem ou mais empregados estão em torno de um milhão”. Ora, se eu tenho somente 537 mil inseridos em trabalho formal, alguma coisa está errada.

Então, a reserva por si só não basta. Ela precisa de outros mecanismos que a impulsionem. O Senador Azeredo, no início da sua fala, colocou, nós temos outras modalidades de inserção no mundo do trabalho, a colocação seletiva, as oficinas protegidas, de produção e terapêutica, o trabalho por conta própria, a geração de emprego e renda, as cooperativas, hoje mesmo lançamos aqui uma cooperativa social na APAE-DF, de mães e meninos e meninas com deficiência mental que se capacitaram, se qualificaram para a produção de flores artificiais.

Então, quando a gente percebe que todos esses mecanismos que faltam nessa engrenagem da reserva, nós percebemos o quê? Falhas na qualificação profissional, e por que é que temos falha na qualificação profissional? Porque este trabalhador ele não teve acesso à educação formal.

Então, começamos agora a chegar em outros pontos desta discussão. Para eu implementar a reserva, eu, Estado Brasileiro, reserva seja implementada, nós já concluímos que necessitamos de, neste tempo, agora, para fazer com que as empresas comprem a reserva, porque o Ministério do Trabalho e Emprego está fiscalizando estas empresas, porque Ministério Público do Trabalho está exigindo cumprimento da Lei 8. 213, então, para suprimos essa imediata necessidade nós teríamos que ter o quê? Trabalhadores qualificados para o ocupar estes postos de trabalho.

Muito bem. Ocupamos estes postos do trabalho, a lei tem mecanismos que dizem que estes postos de trabalho são das pessoas com deficiência, dos trabalhadores com deficiência, por um mecanismo que cria, mas permanecemos com problemas, porque se nós não resolvermos a educação formal e metódica destas futuras gerações de pessoas com deficiência, futuros trabalhadores com deficiência, nós não resolveremos o problema do mundo do trabalho, das relações de trabalho.

Então nós temos que fazer, já concluindo aqui, duas questões – Trabalhar a reserva dos postos de trabalho hoje, mas preparar esta sociedade brasileira para a formação educacional destes futuros trabalhadores, e aí entra toda a discussão da necessidade de termos escolas preparadas, Professores capacitados para atender todas as crianças com deficiência, não importa qual deficiência. E este ambiente tem que ser comum, tem que ser de todos. Não são ambientes aqui e acolá, institucionalizados, segregados, chamem do que quiser, mas todas essas crianças na escola para resolvermos o problema futuro.

Bom, então voltando para o nosso problema atual, na defesa da necessidade da reserva, então voltando para esse e esse ponto, que é o crucial, porque é o que nos domina hoje, então eu poderia dizer assim “a reserva está sendo implementada”? Ela está, mas a passos lentos, por conta desta primeira constatação que fizemos, não temos trabalhadores qualificados, com as exigências que este mercado de trabalho tem para com todo e qualquer trabalhador. E nós podemos dizer assim “o empresário está errado em exigir tal e tal qualificação”? Não. Percebam os senhores que é a única, digamos, questão que o empresário, que o empregador não pode abrir mão, que se chama qualificação do seu trabalhador. Exigência de *curriculum* do seu trabalhador. E isto é o óbvio. Se eu, no serviço público, exijo excelência dos servidores e empregados público por meio do concurso público, o empresário, dentro do seu poder hierárquico, aquilo que a gente chama nas relações de trabalho poder potestativo, ele não poder discriminar ninguém, por cor, gênero, con-

dição, nada, mas a única coisa que ele poder fazer é exigir qualificação profissional.

Então, já temos mais uma conclusão, falta ao trabalhador atual em potencial para cumprir a reserva deste um milhão de postos de trabalho abertos para o cumprimento dessa reserva atual, nós temos que ter mecanismos facilitadores de qualificação profissional deste trabalhador hoje. O que está aí em potencial para este mercado.

Basta isso? Eu diria que também não basta. Porque, como concluímos no começo, a reserva, a ação afirmativa da reserva, ela é obrigação de todos nós. Ora, se é obrigação de todos nós, nós temos que dividir os ônus e também os bônus, e eu tenho que assim, por lealdade de tudo que eu já estudei e de tudo que eu já vi a respeito, eu tenho que trazer uma outra questão à baila, e diz respeito aqui e agora, a visão empresarial do cumprimento da reserva. Porque, como o empregador é o hiper suficiente e somente ele atualmente está arcando com esta obrigação de todos da reserva, eu digo a obrigação formal, aquela do ao final do mês ter o balanço dos encargos sociais etc, etc, é desta obrigação que eu estou falando, porque também já concluímos que estes postos de trabalhos reservados para a pessoa com deficiência, nós estamos dividindo entre todos nós, todos os trabalhadores brasileiros.

Então, eles também têm que dividir estes postos de trabalho. Mas o empresário talvez falte uma medida de incentivo, e eu no estou aqui criando ficção alguma, eu estou falando da Lei 8. 212, que trata de seguridade social e que num artigo esquecido, se não me engano, 22 ou 24, fala da possibilidade de incentivos econômicos para o empregador que cumpre reserva. Então nós temos aí uma segunda possibilidade de melhorarmos o mecanismo da ação afirmativa, da reserva, primeiro, com mecanismos facilitadores de qualificação profissional.

Agora, um segundo mecanismo, que diz respeito à necessidade de quem está arcando, embora hiper suficiente nesta relação capital trabalho, também com incentivos econômicos, fiscais que venha a colaborar à inserção deste trabalhador no âmbito da empresa, e aí nós podemos lançar mão de exemplos hoje já existentes...

Por exemplo, hoje, se nós pegarmos o exemplo do contrato da aprendizagem, que também está voltado para a pessoa com deficiência, para o aprendiz com deficiência, nós vemos lá que o contrato de aprendizagem ele tem uma redução de alíquota do Fundo de Garantia. Se nós pegarmos o condomínio de empregadores, nós verificamos um mecanismo facilitador para que vários pequenos empreendedores reúnam-

se num só com uma determinada alíquota para gerar emprego, gerar empregabilidade. Então, nós temos mecanismos constitucionais e legais que poderiam auxiliar, facilitar o cumprimento da reserva. Então este é mais um ponto.

E dizer, por fim, que a reserva, perdoem-me aqueles que defendem medidas compensatórias para não... A reserva tem que ser escolha do empresário, ela não pode ser escolha do empresário, ela é obrigação do empresário, porque já concluímos que ela é obrigação de todos nós, desculpem-me, mas medidas compensatórias para pagamento a Fundos criados para dizer, esta empresa dizer “eu no vou contratar pessoa com deficiência, trabalhador com deficiência, mas eu vou colaborar para um Fundo de capacitação, qualificação”, chamem do que quiser, ela não é, digamos, salutar, porque nós vivemos num momento em que essa higidez, essa saúde nacional, de quebra de preconceitos, de quebra de barreiras em relação às potencialidades da pessoa com deficiência não pode admitir qualquer outra medida compensatória e de dizer “dispenso-a do...” Empresa) – “Dispenso-a da obrigação de contratação para reserva”. Então os paradigmas, os modelos italiano e espanhol não devem ser repetidos aqui no País, porque quando nós conhecemos estes modelos nós percebemos que eles se transformaram em negação da própria sociedade ao trabalhador com deficiência. Então eu no o quero no meu mundo, eu no o quero nas minhas relações cotidianas de trabalho, portanto eu colaboro para um Fundo para quê? Para me ver, como empresa, desobrigado do cumprimento da reserva.

Muito bem. Um outro mecanismo que pode ser associado a tudo isso, que nós temos hoje, eu ouvi alguém aqui falando do Decreto da acessibilidade, que fez o quê? Regulamentou as nossas leis da acessibilidade, Leis 10. 098 e 10. 048, criando mecanismos para tornar todos os ambientes sociais, coletivos e privados, quando nós falamos de empresas, acessíveis. Por que não pensar incentivos econômicos para facilitar ao empreendedor, ao empresário, ao empregador... Facilitações para poder melhor implementar estas exigências necessárias para a acessibilidade da pessoa com deficiência a todos os ambientes, e aqui eu no me restrinjo ao trabalho, nós temos que pensar no acesso desse trabalhador por transporte público, precisamos ter um transporte público acessível para que este trabalhador possa chegar na empresa e para que esta pessoa com deficiência possa chegar à escola, possa chegar ao teatro, possa chegar ao cinema, possa chegar à praça pública, possa chegar a todos os lugares. Nós temos que pensar assim. Se nós somos cidadãos e conquistamos esta cidadania

nós podemos fazer tudo aquilo que nos for permitido, obviamente, mas, se nós pensarmos que o cidadão brasileiro ele é composto de várias vasos faces e de várias composições, nós teremos condições de compreender melhor o que é esta necessidade de acesso a trabalho, e acesso a trabalho digno.

Então, defesa da reserva, devemos fazer a defesa da reserva, porque ainda vivemos numa sociedade que dela necessita. Nós estamos vendo os dados aí de inserção, que são baixíssimos, que são muito baixos. Ainda que com toda a boa vontade da sociedade, das associações voltadas para a pessoa com deficiência, que fazem verdadeiros milagres de capacitar e qualificar os seus associados para esse mundo competitivo do trabalho, ainda assim, é pouco. Então precisamos ainda dessa medida compensatória e temporária, mas temos que fazer toda uma outra lição de casa e toda esta outra lição de casa tem que começar, necessariamente, pela educação. Se nós não prepararmos os nossos filhos, os nossos netos, as futuras gerações para esta convivência amigável e solidária nós não vamos sair do caminho, ou melhor, nós não vamos trilhar este caminho a contento e não adiantaria para daqui a futuras gerações ter reserva, porque ela será somente paliativa, e a reserva ela precisa ser resolutive, ela precisa existir enquanto ela for necessária, mas, para isso, todos os outros mecanismos precisam andar juntos. Muito obrigada. (*palmas*)

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Agradecemos a Dra. Maria Aparecida Gurgel. E eu quero registrar também aqui a presença conosco do Adilson Ventura, Presidente da Associação Catarinense para a Integração do Cego, e o Adilson foi Presidente do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, CONADE. Também conosco o Senador Paulo Paim, que é um dos principais defensores das questões das pessoas com deficiência aqui no Congresso brasileiro. Eu quero também dizer que não está presente, por motivo de força maior, o Senador Flávio Arns, que é inclusive Vice-Presidente desta Subcomissão. Dando seguimento à Audiência Pública, eu passo a palavra à Isabel Fillardis, que é fundadora da ONG “A Força do Bem”, e a Isabel é conhecida de todos, a artista Isabel Fillardis.

SRA. ISABEL FILLARDIS – Olá. Boa tarde a todos. Desculpem o atraso, mas é que as nossas atividades são muitas e estávamos muito com o horário apertadinho, por isso é que eu cheguei um pouquinho atrasada aqui.

Bem, eu quero agradecer a oportunidade, Senador, de nós estarmos aqui e podermos falar um pouquinho do nosso trabalho. Para quem não sabe, eu tenho um filho com deficiência, chama-se Jamal

Anuar, ele nasceu portador de Síndrome de West, é uma síndrome neurológica, ela destrói os neurônios a partir de espasmos, crises convulsivas, e cada espasmo, cada crise convulsiva que a criança tem retarda o desenvolvimento psíquico-motor, até levar à morte cerebral, ou seja, se a criança não tem um diagnóstico correto e precoce, no início da atuação da doença, vamos dizer assim, leva-se à criança ao óbito. Quando nós descobrimos, o Jamal tinha cinco meses e, ao longo de dois anos das nossas vidas, nós vivemos um caos muito grande, porque quando uma família recebe uma criança com deficiência ela patina num ambiente totalmente diferente, é um outro universo, é uma coisa absolutamente assustadora e atordoa todo mundo, então, durante dois anos nós patinamos por esse ambiente, buscando auxílio, buscando informações, não são tantas essas informações, nós estamos muito carentes de informações corretas, de locais onde a gente possa buscar a informação a nível de qualquer tipo de doença e deficiência, mas, graças a Deus, conseguimos chegar ao Hospital Sarah Kubitschek, é um hospital realmente pronto, equipado, que sabe receber as nossas crianças.

Enfim, depois que nós conseguimos reorganizar as nossas idéias e colocar os pés no chão, que eu resolvi apresentar o meu filho à sociedade, porque até então muita gente não sabia que eu tinha um filho com deficiência, por, primeiramente, medo, porque a mãe e o pai ficam com medo, porque a sociedade não sabe lidar com a diferença, o ser humano não sabe lidar com a diferença, a primeira coisa que ele faz é excluir, colocar de lado, e é um erro, é o primeiro crime que a gente comete para uma pessoa que seja portador de qualquer tipo de deficiência, nós estamos inibindo a chance dele ter um mecanismo de sobrevivência. E depois desses obstáculos superados eu resolvi apresentá-lo e tive muitas surpresas. Tive muito apoio, solidariedade e tive... E vi muita coisa ruim mesmo diante desse País, vi o quanto são esquecidos, excluídos, não são tratados como deveriam...

E resolvemos fazer alguma coisa. Fazer o quê? O que é que nós poderíamos fazer para as pessoas com deficiência? Eu digo para as pessoas com deficiência, porque eu poderia fazer um trabalho específico apenas para as pessoas que têm Síndrome de West, mas eu achei que era muito pouco, achei que era muito pouco diante das pesquisas que eu comecei a fazer e vi que no Brasil nós só temos estimativas, 14 milhões, 24 milhões, quiçá 35 milhões de pessoas com deficiência, mas não sabemos onde estão, quem são, quais os maiores casos de incidência de determinadas síndromes no País... Enfim, nós estamos sem uma base. E foi isso que “A Força do Bem” veio fazer, criar um

banco de dados para que nós saibamos onde estão essas pessoas, onde elas estão, em que Estado, em que Município, o endereço, a cara dessas pessoas, o tipo de deficiência, por grau sócio-econômico, por grau de ensino, nós temos hoje, em seis meses de trabalho, mais de trezentos mil cadastrados, e muitos, muitos deles prontos para o mercado de trabalho.

Então, eu não vou me estender muito, porque eu prefiro deixar ao meu Secretário-Geral, que é meu marido, é uma ONG familiar, graças a Deus, que explique um pouco mais a parte científica, a parte prática, a parte administrativa de todo o trabalho que a gente já tem feito. Obrigada. (*palmas*)

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Então nós vamos ouvir o Júlio César Chagas dos Santos, que vai então fazer a sua apresentação, complementando a apresentação da Isabel.

SR. JÚLIO CÉSAR CHAGAS DOS SANTOS – Boa tarde. Eu queria agradecer mais uma vez a oportunidade de apresentar a nossa contribuição dentro dessa discussão que tem sido assim um momento... Me parece que são coisas que elas brotam, a necessidade de uma discussão, porque isso sinaliza, para mim pelo menos, o avanço, que nós estamos realmente caminhando para um futuro realmente de inclusão. Por mais que a gente nunca está satisfeito com os resultados. Acho que o ser humano tem essa coisa do imediatismo, mas é porque em outros Países, a Europa, por exemplo, com 2000 anos e o Brasil só tem 500 anos, a cultura favorece isso acontecer com uma velocidade maior lá fora, e nós temos que nos adequar também com essa nossa diferença interna também de estamos implementando uma cultura nova.

Bem, a minha esposa já iniciou e contou a breve história da nossa organização. O mais interessante nisso tudo é que quando o nosso filho teve essa melhora, meu filho tinha de 15 a 20 crises convulsivas diárias e que levavam ele a um estado totalmente hipotônico e, graças a Deus, há um ano três, há um ano e quarto meses o meu filho não tem mais crise nenhuma e vem apresentando melhora a nível de hoje meu filho já não está num estado hipotônico, já aprendeu a sentar, já aprendeu a fixar a cabeça, o tronco e hoje está aprendendo a andar. E naquele momento a minha esposa falou assim – “Filho, a única forma de nós agradecermos ao universo por essa melhora é nós fazemos alguma coisa por aquelas pessoas que têm filhos com uma necessidade, para poder facilitar o caminho dessas pessoas aqui”. E aí eu fui e falei assim – “Bem, para gente cuidar de alguma coisa nós temos que saber de que universo nós estamos falando”. Nós não tínhamos números, eu quero salientar que nós somos deficientes

só há três anos e que esse é um momento totalmente novo para nós, e aí o que me chamou a atenção foi que quando eu fui procurar saber que universo era esse que eu estava falando, de que número de pessoas é que eu estava falando com deficiência no País, eu só consegui dados estatísticos.

A Organização Mundial de Saúde dizia que eram 16 milhões, o IBGE tinha um dado que dizia que eram 24, 5 milhões, outras organizações internacionais dizendo que eram 35 milhões.

De qualquer forma, eram estimativas, mas com uma distância muito grande da outra e aí eu falei assim – “Isabel, eu acho que o primeiro trabalho que nós temos que fazer é mapear, como saber quem são essas pessoas, como estão...” E a gente criou uma estratégia. A nossa estratégia, na verdade, para a gente até formatar o banco de dados, para saber que informação é que nós gostaríamos de obter, a nossa estratégia era fazer a inserção através de nós sabermos qual era o potencial econômico-financeiro dessas pessoas, porque foi essa a estratégia usada por uma outra classe que era excluída, que eram os idosos, numa oportunidade. No momento em que se fez um senso e soube-se que aqueles idosos representavam tanto “X” gerado de economia dentro deste País, se criou produtos e serviços e assim houve a inclusão natural dessas pessoas.

A nossa estratégia foi dentro exatamente dessa vertente, aliás, a nossa estratégia é essa. Na formatação do banco de dados, dos itens, nós colocamos lá um dos itens, que era qual era a condição sócio-cultural dessas pessoas. E aí nós acabamos cumprindo uma lacuna que estava sendo discutida, que era o cumprimento aí das cotas, porque lá tem a formação cultural de cada pessoa dessas, além das outras informações. Então eu vou colocar, só para vocês, hoje nós estamos com 310 mil pessoas cadastradas no nosso banco de dados a nível de Brasil, hoje nós já contemplamos todos os Estados brasileiros, em alguns momentos nós temos até que... Recebemos alguns e-mails, porque tem alguns brasileiros que são deficientes físicos fora do País e em alguns momentos ele entra em contato através do e-mail querendo saber como é que eles vão se cadastrar, então a gente pede para botar, num campo de observação que nós tivemos que criar, colocar as informações ali, do endereço dele atual, inclusive.

Então o que eu vou apresentar para vocês são dados estatísticos, a nossa última aferição foi ontem, de como é que está o banco de dados hoje a nível de formação cultural de cada pessoa hoje, o que é que representa hoje nesse nosso universo de 310 mil e que eu acho que é uma amostragem bem significativa para esse nosso momento.

Eu depois vou pedir, eu não sei se esse computador tem acesso à Internet... Ali é uma amostra superficial do que é o nosso cadastro hoje, quais são os tipos de informações que ele contém. Mas... É o tipo de deficiência, qual é o nome da pessoa, a data de nascimento, o sexo, RG, escolaridade, endereço completo, telefone de contato, alguns que têm e-mail, o nome do pai, o nome da mãe e a formação do pai e da mãe, qual é a atividade que exercem hoje, até para a gente traçar o perfil sócio-econômico dessas pessoas.

O cadastro por grau de escolaridade, como é que a gente conceituou essa coisa. Nós colocamos ali algumas informações, que eram o seguinte. A informação se ele tinha doutorado, se ele tinha mestrado, especialização e residência, superior completo, superior incompleto, médio segundo grau completo, médio segundo grau incompleto, fundamental primeiro completo e fundamental primeiro grau incompleto, alfabetizado e não sabe ler ou escrever.

Observem, gente, que, para surpresa de ninguém, que o percentual maior são aquelas pessoas que não sabem ler e escrever, o que eu acho que vem até a fortalecer ainda mais a informação que a senhora trouxe aqui. Mas, contrapartida, nós tivemos ali, se nós pegarmos aquele 0, 1% ali, que são pessoas que são doutoradas, num universo de 310 mil pessoas cadastradas hoje, nós também temos que considerar que foi assim uma barreira muito grande para que esse número de pessoas vencesse, e a gente está falando ali daquele doutorado, a média de idade dessa pessoa que está como doutorado ali é uma média de em torno de 45 a 50 anos. Então são outros tempos, são outros momentos deste País e, detalhe, aquelas pessoas que têm doutorado ali, a sua grande maioria, contradizendo também o índice de informação hoje que eu colho, que o maior número de pessoas, a maior deficiência nesse País hoje é a deficiência visual, segundo uma informação, todas aquelas pessoas ali elas têm... Um grande número são, na verdade, deficientes motoras associadas, na verdade, com algum outro tipo de síndrome mental.

E eu fiquei pasmo com essa coisa, porque, se a pessoa está ligada intimamente ao discernimento, à cultura, a você estar com uma saúde mental perfeita para absorver e chegar até a essa condição e que, pelo menos dentro dos nossos números e de nossas informações e levantamentos das nossas Assistentes Sociais, ela contradiz isso. Muito pelo contrário, eu não tenho hoje dentro desse cadastro, a nível de doutorado, nenhuma pessoa com deficiência visual. Nenhuma. E o mestrado nós temos lá 0, 2%, especialização com residência 0, 7%, superior completo 3%, superior completo 3, 3%, médio segundo grau 7, 3, médio segundo

grau incompleto 2, 7, fundamental primeiro grau completo 1, 6 e fundamental primeiro grau incompleto 9, 4, alfabetizados 5, 7.

O que, na verdade, daria para nós entendemos agora é que o fortalecimento hoje, quando eu vi a Dra. Maria Aparecida falando, nós temos uma coisa natural que vai acontecer nessa questão da inclusão, é que as pessoas hoje que estão capacitadas, nós temos hoje dois problemas. Problema número um, as pessoas hoje que estão capacitadas elas estão vivendo dentro de uma informalidade. Em virtude de quê? Porque recebem algum tipo de benefício. E esse tipo de benefício é retirado a partir do momento que são incluídos em alguma empresa e têm a sua carteira de trabalho e têm um contrato de trabalho, e isso retrai a essas pessoas a viverem na formalidade.

O outro problema é que as pessoas hoje que estão formadas, prontas para o mercado de trabalho, elas não são compatíveis com o número de vagas como a senhora vinha falando. Então nós, naturalmente, nós vamos chegar a um momento que o número de vagas disponível para o número de pessoas hoje que nós hoje capacitadas já pronta para o trabalho ou seja, tem uma formação, algum tipo de formação, vai se extinguir naturalmente e você vai ter que entrar um implemento de formação de curso técnico, de capacitação técnica para essas pessoas.

E se nós já temos esses números? São números consistentes, obviamente que crescem naturalmente, dia-a-dia. E se nós já temos isso porque não focarmos paralelamente como estratégia já na capacitação dessas pessoas? Eu fiz convites e eu vou apresentar depois alguns cadastros ali para vocês de pessoas hoje que tem doutorado, coisa e tal, só para não ficar em números, vou ali mostrar pra vocês quem são essas pessoas e onde estão. Mas eu fiz convite para algumas delas estarem aqui hoje, declinaram do convite em virtude dessa condição legal de estar informado, estarem trabalhando, mas recebem recurso com medo de se aposentarem e poder está sofrendo de algum tipo de penalidade gente, eu estou falando de uma realidade, como se 350 reais que é o benefício hoje, fosse resolver o problema de saúde dessas pessoas, como se somado ao salário que já não é pago dentro do teto normal que é pago a uma pessoa dita normal, são tetos inferiores, isso é uma outra informação, como esse valor somado ao salário daria para sustentar as suas demandas.

A pessoa pensa, ela faz uma conta muito rápida dentro da cabeça dela, ela recebe 350 reais de benefício, vai numa empresa é incluído socialmente e ganha mais 400, são 750 reais, aí na hora que ela é incluída ela se retira os 350. Ela fala – O que? Para eu ter

a demanda depois de passagem, só para ela sair de casa ela sabe que é um transtorno, porque não é só a acessibilidade ao mercado de trabalho. Está bom, a vaga está lá, o cara vai trabalhar, mas para ele chegar lá é outro transtorno. Tudo é diferente.

Eu convivo hoje e acho que a minha ansiedade é muito grande de cumprir, de transformar esse caminho, ser um caminho muito mais curto, porque eu hoje tenho uma pessoa, o meu filho com deficiência dentro da minha casa, hoje é uma criança de 3 anos. E o meu empenho e da minha esposa obviamente, a gente é levado por fazer trabalho social, gente, por duas coisas – Extinto próprio ou por algum fato que acontece na nossa vida muito marcante.

Nós temos duas organizações não governamentais que aconteceram as duas coisas conosco, já de muito tempo nós já fazíamos trabalhos sociais e depois de meu filho ter nascido, nós nos empenhamos mais ainda, focados dentro dessa realidade. Mas o que eu digo é que nós temos que discutir algumas coisas hoje que já assolam uma realidade de pessoas que estão totalmente, que não havia uma voz, uma discussão em torno disso. Eu acho que aquelas que estão ali, que já são de uma outra geração têm vivido essa ânsia de querer estar se apresentando – “olha eu sou um cidadão brasileiro, eu cumprio aqui, eu sou um trabalhador eu posso trabalhar, eu estou um capacitado, mas não posso cumprir com minhas obrigações trabalhistas, porque eu tenho que viver na informalidade em virtude do próprio processo, me deixar à margem de conduzir a minha vida é dessa forma.

Então eu queria pedir a atenção, na verdade, nós temos dois Senadores da República aqui, e que são informações para que contemple as discussões no sentido de não utilizar a ferramenta na verdade, como de exclusão. O benefício não pode ser uma ferramenta de exclusão, o benefício tem que ser uma ferramenta da inclusão e até sugiro, eu vinha falando com alguns amigos, que ele contemplasse até um determinado teto, até para não ficar como assistencialismo realmente. Não tem que ficar, mas se o cara ganha 350, ele não pode ser retirado um outro benefício que ele ganha 350, se ele for incluído no mercado de trabalho. Se ele vai para um mercado de trabalho que contemple 2 mil reais, vamos ver qual a condição, analisar essa coisa, traçar algum perfil que eles possam falar assim – Esse cara com esse teto aqui, ele vai ter um custo que ele possa, que ele consegue sustentar, então ele já não merece mais, já não precisa mais desse benefício.

Mas não aquela... generalizar, aplicar a lei de uma forma genérica é muito covarde, porque acaba o Ministério Público desgastando a imagem institucional como o grande vilão dessa história, porque tem que

fazer cumprir, né, doutor? É uma lei, é uma legislação, eles não podem se furtar do cumprimento dessa legislação. Mas nós temos que pensar também por outro lado, a *contrario sensu*, do empresário que fica também numa condição refém de um cumprimento de uma legislação, mas que também, vários fatores contribuem para que ele não cumpra. Não é só da vontade não, porque às vezes tem a vontade, mas não tem onde ele vai buscar? Eu não sei onde estão as pessoas. Tá legal já resolvemos, tem um cadastro que vai ser implementado.

Eu vou disponibilizar uma ferramenta que vai ser colocado para toda a iniciativa privada, para o Ministério Público inclusive, qualquer pessoa tenha acesso. Mas ele tem lá a pessoa que se cadastrou, mas não se cadastrou com a intenção de buscar o mercado de trabalho, porque ele sabe que ele vai ser penalizado.

Então eu queria que houvesse um consenso nessa discussão e de saber de que forma nós poderíamos resolver essa. Uma das nossas teses aqui... claro que a gente não faz sozinho, nós temos uma assessoria, uma consultoria de pessoas que são economistas, que são médicos, que são advogados, tenho alguns voluntários que são juristas, então acho eu tem que... existe a informação do outro lado que tem que ser relevada, para que a gente não fique se sentindo andando numa... como se diz numa esteira rolante, anda, anda e não sai do local. Porque por mais obrigação, por mais cumprimento, ainda existe o fator humano do outro lado que está querendo que ele define na cabeça dele se aquilo é benefício ou prejuízo, que ainda é o grande norte dessa discussão aqui. De saber se ele vai ser incluído ou se ele vai ser excluído totalmente.

O cadastro dentro desse 310 mil também, nós temos lá 43% do sexo feminino, 57% do sexo masculino.

Hoje nós já vivemos assim, algumas coisas e isso aí não é novidade para ninguém, houve apresentação de um relatório onde existe ainda a discussão que a mulher nesse País, ainda não existiu o nível remuneração de igualdade com o homem. Você imagina só, você num único corpo carregar duas situações. Você ainda é deficiente física e ainda é mulher. É mais um dado para gente refletir e para que a gente busque a igualdade dentro da relação, não só para mulher deficiente, mas para a mulher em geral.

Ali eu tenho um cadastro por tipo de deficiência mental, cadastro por tipo de deficiência.

Aí eu tenho visual, 11,90.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – (*pronunciamento fora do microfone*) O auditivo 10,57, o mental 52, 37... (*inaudível*)

SR. JÚLIO CÉSAR CHAGAS DOS SANTOS

– Isso aí ... remete lá para o início do que eu vinha falando das pessoas que tem doutorado e tudo mais, que dentro de um universo a título de amostragem para 310 mil pessoas, nós temos ali que são pessoas com síndromes ou deficiência mental e ainda problema motor.

Obviamente não é... Nós queremos avançar em alguns contextos, nós estamos assim a nível de legislação, a nível de obrigação e a nível de benefícios e acesso, as pessoas com deficiência e visual e auditiva nesse país, elas tiveram grande avanço, porque tiveram acesso a uma série de outras coisas, porque as pessoas com deficiência mental e motora não tiveram ainda. Por tecnologia própria, uma série de coisas, incentivo talvez até porque era uma coisa mais prática da lidar.

A questão da acessibilidade hoje, quando a gente fala da pessoa com deficiência motora, ela tem a deficiência de acesso ao emprego, primeiro por cumprimento das cotas, segundo pela criação de espaço acessível dentro da empresa, porque a empresa tem que modificar toda uma estrutura arquitetônica para receber essa pessoa. Então essas. . E essas deficiências estarem assim aparecendo com um percentual tão alto, diferente das outras duas ali, mais uma vez me traz aqui para discursos da Dr^a. Maria Aparecida.

O cumprimento das cotas em detrimento somente da lei, a gente não pode cobrar sensibilidade de ninguém, mas eu acho que nós temos que ser bem práticos, viu, doutora, no sentido também de analisar a que nível a pessoa está tendo mais acesso a esse mercado e porque que são essas dificuldades, e de que forma nós podemos reconduzir a nível de incentivo.

Porque a gente fica também do lado... eu sou empresário gente, eu tenho uma empresa de assessoria e consultoria aeronáutica, então eu fico vendo também, para eu receber uma pessoa dentro da minha empresa eu tenho que... Pois é. Eu tenho um problema muito sério que é de organização toda de um ambiente, de custeio. Então são coisas que tem que ser analisadas a partir de dados que a gente está trazendo essa contribuição para vocês aqui, no sentido de acrescentar muito mais a informação, acrescentar informação do Ministério Público do Trabalho que já existe hoje um dispositivo legal para que você possa pedir para que se faça cumprimento, não só a lei, mas quando você chega ao empresário e o empresário fala assim – “Olha, eu não sei onde encontra”, você já sabe onde encontra e você possivelmente possa já levar os currículos na mão para ele, “essas são as pessoas que estão do teu Estado porque ali eu consigo mostrar por Estado e por Município, por bairro, por rua, por proximidade da

casa dele. Você quer o quê? O cara que mora a quantos quilômetros daqui?” Eu posso apresentar isso ali através desse cadastro.

Então é uma coisa que foi bem detalhada, pensando até... Porque a nossa estratégia, como nós vimos ali que tinham pessoas ali, inclusive, que eram um outro instrumento que nós tínhamos, de pessoas que não recebem algum tipo de benefício ou tratamento para as suas deficiências.

A idéia era a gente proporcionar isso, para aquelas pessoas que estavam em torno da empresa e aí eu queria chamar atenção também para um detalhe, nós só estamos discutindo aqui, gente, um percentual muito pequeno, de pessoas hoje que têm condição de serem incluídas hoje nas cotas, mas nós sequer tocamos nas pessoas que têm, aqueles que não tem nenhum tipo de informação e nós vamos ter que capacitar essas pessoas, mas ainda existe um universo muito grande de pessoas que tem síndrome degenerativa e que não tem nem sequer... aquelas pessoas que tem problema mental, ali nós temos um percentual muito grande de pessoas que tem gravidade de síndromes degenerativas e mentais que não dá condição dessa pessoa ter coesão de idéias, ter discernimento, estudar, enfim. Se eu quiser capacitar essas pessoas e não tem como absolver isso. E essas pessoas como é que eu trato? Eu vi a Dr^a. citando a Legislação Espanhola. Na Legislação Espanhola, eles criaram um dispositivo, que eu acho que foi o que a doutora tocou, que eles contemplam lá a cota, o número de pessoas para serem incluídas no mercado de trabalho, aquela coisa toda.

Alguém tocou no assunto, e vem cá e as pessoas que tem não condição de serem incluídos no mercado de trabalho de jeito nenhum? E nem de capacitação como é que fica nessa história? Eles criaram lá um artigo, uma linha dizendo que aquelas empresas que normalmente se pede, “eu preciso me adequar, que preciso achar”. Então tem um termo de ajuste nessa relação e nesse termo de ajuste dá um período de carência para essa empresa tem para se adequar. Nesse período que ela está para se adequar, ela proporciona, proporciona e se faz uma conta muito simples, quantas pessoas você teria que incluir nessa história? Teria que incluir dez pessoas. Qual seria o custo médio das pessoas? Seria 10 mil reais. Então com esses 10 mil reais vamos fazer atendimento de pessoas hoje com síndrome degenerativa pelo período que você está de carência. Ele não deixa de cumprir. A gente efetivamente não cria o assistencialismo e não abona, ele de cumprimento da lei, mas dentro daquele período nós temos condições de proporcionar tratamento de melhora de qualidade da vida para aquele nosso irmão.

Nós temos e eu vivi momentos de encontrar pessoas com síndromes degenerativas que estão prestes, e são milhares de pessoas, a vir o falecimento. E nós temos que proporcionar momentos que essas pessoas passem por aqui por uma questão simplesmente gente, espiritual, de passar por aqui com alguma dignidade, com alguma atenção, com algum cuidado, que seja menos árduo a passagem dela para esse mundo.

Então eu pediria também a atenção dessa comissão para esse detalhe. Vamos cuidar das cotas, vamos cuidar... Nós temos assim um grande número de pessoas que precisam nessa atenção.

Eu vou só pedir para que você desça só mais um e ali cadastro por estado.

Aquilo lá está por nível percentual? Rio de Janeiro e São Paulo vêm logo depois, Minas Gerais, Paraná, Bahia, Rio Grande do Sul, Ceará, Santa Catarina, mas nenhum Estado da Federação deixou de ser contemplado, de existir alguém daquele Estado que foi cadastrado até o presente momento no nosso banco de dados. E ali quanto mais para o interior desse País, as dificuldades vão aumentando, dificuldades à informação. Eu recebi uma notícia muito bacana hoje do Senador Renan Calheiros, dizendo que a TV Senado vai para canal aberto e existe uma programação na TV Senado hoje, que é um programa de inclusão que leva muita informação, são muitas informações que as pessoas podem se tirar dúvidas porque os números de e-mails que nós recebemos hoje para tirar dúvidas desde quando ela se aposenta, até como ela tem acesso a um medicamento, como ela tem acesso ao trabalho, como ela tem acesso às escolas, enfim, são tantas carências, e a gente observa também que a carência vem desses Estados mais interioranos.

Então nós fomos fazer agora, participamos de um Fórum lá em Manaus a convite do Ministério Público do Trabalho de Manaus do seu Procurador-Geral, é um Fórum contra a discriminação e nós fomos convidados para falar do problema de deficiência. A expectativa deles de público, até pelo assunto, aquela coisa toda era pequena, mas com a mobilização, com a presença, com o anúncio e a chamada que iam ter lá informações que iriam ser valiosas, nós tínhamos lá um teatro para mil pessoas, lotou aquelas mil pessoas, tiveram que abrir outra sala para mais quinhentas pessoas, com transmissão num telão. E pessoas carentes, pessoas querendo saber, ter acesso a essa informação, de como ela tinha acesso ao trabalho, medicamento, hospital, tratamento e uma série de coisa.

Então eu fico muito satisfeito de um Senado Federal mais uma vez estar abrindo portas, abrindo possibilidade para essas pessoas terem informação a título que diz respeito a ela que não tenha... se sen-

tem totalmente aliviadas do processo de inclusão na questão da deficiência não só no mercado de trabalho, mas a nível de assistência também.

A pedido do meu amigo Aires, eu trouxe... Tem nos dois últimos blocos, eles não vão ser conseguidos projetar, mas você consegue ver na tela aí. Tira do Power Point, os dois últimos quadros lá embaixo. Eu ali com doutorado, uma série de coisas. Aires, eu selecionei ali pessoas com doutorado, especialidades, uma série de coisas até para comprovar do cadastro. Porque mostrar percentual é muito fácil, mas se a gente mostrar a pessoa, vocês vão poder ter a idéia da realidade, da possível realidade destas pessoas. E nesse cadastro, como eu falei ele tem nome, endereço, telefone, porque a gente está *estartou* o nosso procedimento lá na organização, a gente *estartou* também algum benefício para essas pessoas com síndrome degenerativa que não tem nenhum tipo de atendimento hoje, nós criamos, nós fomos presenteados lá pelo artista plástico Romero Brito essa borboleta que vocês estão vendo aí, é símbolo da nossa organização e foi dada por um artista plástico chamado Romero Brito.

E nós criamos camisetas, bótoms, uma série de coisas que nós hoje vendemos e arrecadamos fundos para que a gente possa... E dentro dessa coisa, qualquer pessoa hoje que adquire uma camisa nossa ela recebe um código de uma pessoa que está cadastrada no nosso banco de dados, porque na verdade, para você que está contribuindo, por mais que esteja levando a camisa, você tem que saber se essa verba está sendo aplicada lá para aquela pessoa. Aí você recebe o código, você abre o prontuário eletrônico da pessoa e você pode ligar para a pessoa e – “Olha, eu comprei uma camiseta, que foi dita que a verba está sendo direcionada para cuidados do seu filho ou da sua filha, ou da pessoa lá que tem a necessidade, e eu queria me certificar se isso é realidade” e a pessoa vai lá falar para vocês. E ao mesmo tempo, eu cobro que a pessoa que esteja recebendo esse benefício, ela preste conta para nós, a nível de nota fiscal ou a nível dos recibos que ela está fazendo uso daquela verba que nós estamos dando, ela manda para o nosso escritório, a gente escaneia e bota na pastinha deles. Então você também pode ver se aquela pessoa está fazendo bom uso do dinheiro, que vocês compraram, é uma camisa de 22 reais, mas eu gostaria, eu pelo menos gostaria muito de saber se a pessoa está fazendo, pelo menos no mínimo, falando a verdade com aquele intuito que ela me vendeu aquela camisa.

Então esse é um dos cadastros. Luiz Cláudio dos Santos, me parece que... Ele é de que Estado? Aquele código começa com que letra? Eu não estou vendo. Então é Pará. Essa pessoa...

Então o Luiz Cláudio dos Santos, eu fui fazer aquele contato para saber se ele me autorizava a dizer, mostrar o cadastro dele todo, porque todas as pessoas que nos dão o cadastro nós temos autorização prévia para apresentá-los aqui. As pessoas que recebem um benefício também, algum tipo de ajuda nossa, a gente pega também uma autorização prévia para que as pessoas possam acessar através de um código que a gente dá na compra de algum produto.

Mas o Luiz Cláudio, por exemplo, eu falando com ele, explicando a importância de eu apresentar aqui nessa Subcomissão, que ele tinha conseguido vencer barreiras, que ele tinha que ser apresentado à sociedade de alguma forma para até fortalecer o nosso discurso de inclusão o tempo todo, porque temos aqui, exemplos de alguns deficientes que não acreditam e porque as pessoas dizem o tempo todo que ele não vai conseguir, que é difícil. Ele foi um que quis, que desbravou isso e conseguiu chegar ao doutorado. Mas outros, é a grande maioria também, e isso é uma expectativa nossa, que quando a gente fala com pessoas que não têm nenhum nível e teriam condição de estar absorvendo cultura, que até falam assim) – “Será, você acha que eu sou capaz disso? Puxa, eu não tenho nem trabalho, eu não recebo nada, o Governo não me dá nada, eu não tenho nem remédio para tomar”. Mas a todo o momento eu estou fazendo hoje a apresentação dessas pessoas que têm doutorado e mestrado na nossa página, em alguns programas nós vamos levar, que é para nós incentivarmos aquelas pessoas que o tempo todo só receberam negativas e que estão lá com a sua auto-estima baixíssima poderem acreditar um pouco mais. E nós temos uma população bem jovem de pessoas com deficiência capazes, prontas para o mercado de trabalho, sem acreditar em si próprio, com a auto-estima lá embaixo.

Eu vou encerrar dizendo, e pedir mais uma vez aos Senadores, que todo esse discurso, essa fala que eu estou fazendo aqui foi um motivo muito pessoal meu, mas eu gostaria que, através de vocês que conseguisse multiplicar, pudesse levar a condição de outras pessoas, dessa população que a gente ainda não sabe o número, ter condição no mínimo, de uma passagem digna por este País. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Nós agradecemos, portanto, à Isabel Fillardis e ao Júlio César Chagas dos Santos, que mostraram a ação da ONG “A Força do Bem”, o cadastro de pessoas que estão se colocando para serem inseridas no mercado de trabalho e dentro desse objetivo nosso desta audiência, que também busca

exatamente debater essa inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, nós vamos ainda ouvir mais dois expositores. Eu quero antes no entanto, listar algumas pessoas que estão presentes aqui conosco, agradecendo a presença, Gustavo Rocha, da Procuradoria Geral do Trabalho, o Luciano Pinto Melo, do CONADE, a Evanir Oliveira, da INTEGRA, o José Borges, também da INTEGRA, a Célia Maria Teixeira Neves, da APABB de Brasília, a Aline Gomes Bravim, da RADIOBRÁS, a Roselma da Silva Cavalcanti, Diretora de Promoção Social do ICP Cultural, o Victor Hugo Pereira, do INTEGRALE, a Vânia Isabel Melo, do Banco do Brasil, a Tatiana e Patrícia do Instituto Meta Social, a Elisa San Martini, da FIESP, o Santos Fagundes, Chefe de Gabinete do Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, a Carmem Maria Alencar, também da INTEGRA Brasília, a Jane Alves, do Ministério Público do Trabalho, a Carla de Souza Freitas, Professora de Ensino Especial, a Damaris (*inaudível*) Boni, Coordenadora Técnica da Escola do SENAI, Ítala Polegna, Elvério Siqueira de Oliveira, Diretor do SENAI, Ecildo Lopes de Oliveira, Vice-Presidente do ESTADEF do Rio Grande do Norte, a Ângela Borges, da CNI, Assessora Parlamentar da CNI, a Edith Rodrigues Fonseca, da Confederação Nacional do Comércio, a Dolores Pinto, também acompanhando aqui por nós, do meu Gabinete.

Eu quero então agora, com prazer, passar a palavra para o Antonio Sérgio Riede, que é do Banco do Brasil, Gerente-Executivo da Diretoria de Relações com Funcionários e de Responsabilidade Sócio-ambiental. Com a palavra então o Sr. Antônio Sérgio Riede.

SR. ANTONIO SÉRGIO RIEDE – Enquanto carrega a apresentação, ela está pronta já ali, eu quero cumprimentar o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Paulo Paim, os companheiros aqui de Mesa e todos vocês que estão presentes, dizer que é uma honra para o Banco do Brasil poder participar de uma reunião como essa, mas também é uma grande responsabilidade discutirmos esse assunto. Podemos passar já a primeira tela, por favor?

Em 2003 o Banco do Brasil criou uma diretoria para cuidar de responsabilidade sócio-ambiental, eu acho que é um tema que todo mundo está acompanhando, todos nós sabemos que é um tema que dá margem também para muita postura que é apenas marketing de algumas empresas, e toda empresa que abraça uma causa como essa ela tem que escolher a sua trilha entre ficar muito no mundo da superfície ou fazer um trabalho mais consistente, com todos os ônus que isso impõe.

Eu queria dizer pegando um fala da Dr^a. Maria Aparecida que estava lembrando que a reserva para

pessoas com deficiência, assim como talvez a reserva para negros na universidade, deve ser um estágio passageiro, que a gente quem sabe no futuro não precise mais utilizar isso como estratégia, na hora que a gente atingir a igualdade das oportunidades. No Banco do Brasil a gente tem como horizonte, como meta nossa nessa mesma linha, um dia não precisar ter uma diretoria para tratar desse tema. Que o compromisso sócio-ambiental seja tão introjetado em todas as áreas do Banco do Brasil, que nós não precisemos mais ter uma diretoria para cuidar e para lembrar as demais áreas da empresa de que isso é importante como preocupação nossa.

Então nós criamos essa área e definimos o que nós entendíamos por esse conceito e entendemos que ter um compromisso social e ambiental é um ter a ética como compromisso e o respeito como atitude.

A ética como norte, como balizador e o respeito como ação concreta. Isso nas relações com todos os públicos que lidam com o Banco do Brasil. E nós explicitamos isso públicos ali. São funcionários, colaboradores, a comunidade, o governo, o meio ambiente, concorrentes, fornecedores, parceiros, clientes, acionistas e credores. Então todos esses públicos merecem de nós um comportamento ético é uma atitude respeitosa.

Dentro do trabalho dessa diretoria, nós temos um programa chamado diversidade, e que é um programa que se preocupa além das pessoas com deficiência, também com outros seguimentos, internamente no Banco do Brasil nós temos clareza de que alguns públicos merecem uma questão especial) – mulheres, negros, homossexuais, e as pessoas com deficiência. Hoje em dia nós também temos que ter uma preocupação muito especial com os idosos, porque está sendo muito no Banco do Brasil, agora que não tem mais limite de idade, nós temos funcionários que tomam posse no Banco do Brasil depois dos 60 e próximos aos 70 anos de idade. E que reclamam com justiça pelos seus direitos, pelo cumprimento do Estatuto do Idoso.

Nesse programa o nosso objetivo é respeitar as diferenças existentes entre as pessoas que se relacionam com a empresa, buscar a equidade nas relações internas e externas e eliminar todas as formas de preconceitos existentes com relação a gênero, raça, etnia, orientação sexual, credo, presença de alguma deficiência ou de qualquer outra espécie.

Esses dias eu vi numa pesquisa que dizia que 94% da população brasileira admite que, no Brasil há racismo. E havendo uma pesquisa em 95% que diziam não são racistas. Talvez então os 94% que admitem conheçam os 4% que não são racistas que nunca es-

tão presentes e não há de ter nenhum deles nessa sala entre nós.

No Banco do Brasil, eu também costumo brincar dizendo no seguinte – Nós não somos machistas no Banco do Brasil, mas no Banco do Brasil nós temos 35% de mulheres do quadro de funcionários e apenas 8% de mulheres em cargos de primeiras gestoras. Quer dizer há algo para ser olhado nessa questão. Na gerência média, nós já temos um percentual próximo a proporcionalidades de mulheres, 32%, talvez isso seja um sinal que a gente vai chegar lá, mas se nós chegamos os não vai. Nós também dizemos que no Banco do Brasil que nós não somos racistas, mas a gente vê raríssimos negros em cargas de gerente de agência, ou em cargos de diretoria executiva no Banco do Brasil e como a gente não conhece formas concretas de discriminação ostensiva, alguma coisa dentro dos tetos invisíveis e merecem a preocupação.

A mesma coisa em relação a pessoas com deficiência. Para enfrentar isso podemos ir para a próxima tela, a gente criou uma carta de princípios de responsabilidade sócio-ambiental do Banco do Brasil, onde nós enumeramos 14 princípios que dizem respeito a nossa relação com o meio ambiente, com as gerações futuras, com a sustentabilidade geral, dos negócios, da sociedade, com respeito a acionistas minoritários e tem três itens dessa carta que eu descartei aqui, ela está na íntegra no site do Banco do Brasil e por isso eu não quis exaurir a discussão aqui.

Um dos princípios diz, é o número 3, que nós temos o compromisso de repelir preconceitos de discriminações de gênero, orientação sexual etnia, raça, credo ou de qualquer espécie. O número 9, que nós devemos enxergar clientes e potenciais clientes entre os quais se concluem, então obviamente, aqueles que não são clientes do Banco do Brasil ainda, mas são brasileiros, antes de tudo cidadãos, especialmente num Banco que tem como maior acionista a União que, portanto, é um Banco dos brasileiros que merece tratar a todos, clientes e não clientes com igual respeito. E o 14º princípio, que é contribuir para a inclusão de pessoas com deficiência, dentro do que o Banco do Brasil pode fazer. Vamos em frente.

As coisas que eu vou mostrando daqui pra frente, eu queria deixar claro que não tem a pretensão de ser modelo, ser exemplo ou passar uma idéia de que no Banco do Brasil nós temos tudo feito, pronto e acabado. Que atingimos o auge e que não temos mais o que aprender e o que melhorar, ao contrário nós estamos dando os primeiros passos em direção a tentar respeitar efetivamente a diversidade e ter políticas afirmativas e inclusivas que funcionem de fato.

Para isso na questão das cotas, nós respeitamos de maneira religiosa a legislação e desde 99 todos os nossos concursos, nós estabelecemos uma cota para pessoas com deficiência de 5%. Ao fazer isso desde as provas, elas já são feitas. A pessoa indicando que tem uma deficiência, a prova tem que ser adequada para que a pessoa dependente do tipo de deficiência que ela tem ela consiga fazer a prova. Os concursos do Banco, já algum tempo eles são regionalizados e essa é uma outra vantagem que nós vemos no sentido de procurar alocar as pessoas o mais próximo possível das comunidades que ela vivem, das pessoas com que elas mantêm relações e possam tomar posse assim.

A escolaridade cobrada nos concursos, ela é iguais para todos de 2º grau. Eu já falei da acessibilidade para realizar as provas e depois que a pessoa é aprovada, ela tem que ter toda uma adequação do seu posto de trabalho. O Júlio estava comentando isso. Quando a gente fala de mercado de trabalho, a gente tem que falar no mínimo de três coisas – A gente tem que falar de acesso, a gente tem que falar de permanência no local de trabalho e a gente tem que falar da possibilidade da crescimento, dentro da carreira, porque se você apenas cumprir por exemplo, os dois primeiros passos que já é uma grande coisa, mas você pode realmente frustrar a expectativa das pessoas, ou elas ficarem paralisadas num nível muito baixo da carreira em comparação com outros colegas.

Então nós criamos também dentro do Programa Diversidade, um grupo chamado “Atenção a Pessoas com Deficiência”. Esse grupo pretende promover ações que buscam contribuir para melhoria do atendimento e do relacionamento junto a esse público. E com três eixos específicos e prioritários, voltados para funcionários, clientes e para a comunidade também.

Eu vou me ater mais nas questões voltadas para funcionários já que o tema é mercado de trabalho. Mas o Banco tem ações tem preocupações e tem um grande caminho a trilhar na sua relação com clientes e com também comunidade entre as pessoas com deficiência.

O grupo existe desde agosto de 2003 e é composto por várias diretorias do Banco do Brasil, coordenado pela nossa diretoria, que tem o papel de articular entre todas as áreas intervenientes, as ações que possam proporcionar a melhoria do entendimento e do relacionamento com esses públicos.

Entre as atribuições desse grupo estão – acompanhar o cumprimento e a efetividade da política estabelecida para o segmento de pessoas com deficiência, promover a inclusão das pessoas com deficiência na cultura organizacional, acompanhar a legislação relacionada ao segmento, toda a legislação que existe e

também desenvolver soluções para melhoria do fluxo operacional dos processos para esses três eixos: clientes, funcionários e comunidades.

Dentro do plano de ação que tem dezenas de ações que são iniciativas da várias áreas do Banco que, por exemplo, a questão de seleção, progresso na carreira, capacitação, é com a diretoria de gestão de pessoas. A questão de sistemas informatizados, que tem condição de trabalho para as pessoas é da área tecnológica, a questão da infra-estrutura predial, logística, imobiliário é da diretoria da logística e assim por diante.

Então a gente procura trabalhar em harmonia com todas as diretorias, tentando estimular que todas desenvolvam iniciativas realmente inovadoras para tentar solucionar as questões relacionadas a esse público. Então uma ação que está prevista e que já está realizada é a incorporação da temática a pessoas com deficiência no Programa de Atendimento de Excelência do Banco do Brasil, voltada para todos os seus clientes. Isso inclui, por exemplo, a acessibilidade arquitetônica nas dependências, começando por inventário nacional.

Hoje todas as dependências do Banco que são reformadas ou construídas, elas procuram cumprir rigorosamente a legislação. Desde acesso por rampas, por piso tátil, por equipamentos que tem acesso para que a pessoa tenha autonomia para poder trabalhar com o Banco.

Na questão também de financiamento voltada para pessoas com deficiência, nós temos várias linhas do Banco que não tem uma destinação específica dos valores emprestados que podem servir, por exemplo, pra compra de próteses, pra adaptação de automóveis, enfim, para cirurgias e por uma série de outras iniciativas que estão voltadas para esse público.

Em termos terminais de auto-atendimento adaptados, nós já temos mais de 4 mil terminais prontos em condição de atender pessoas com deficiência e temos mais 5 mil em aquisição, até o final de 2007 serão quase 10 mil terminais preparados para atender pessoas com deficiência.

Também estamos fazendo ajustes nos recursos tecnológicos e canais da comunicação, sendo que o portal da Internet já é acessível, por exemplo, a pessoas com deficiência. Nas centrais de atendimento do banco, nós temos também o atendimento telefônico para surdos e são algumas medidas que ainda precisam ser aperfeiçoadas e serem mais espalhadas por conjunto de dependência do banco, mas que estão em andamento. Vamos em frente.

Também dentro do plano de ação, nós procuramos disseminar esse tema e a preocupação com ele,

para todos os funcionários do banco, através de seminários, palestras, preparação de educadores e assim por diante. Por quê? Porque se a gente fizer um trabalho muito bonito e muito perfeito com as pessoas com deficiência, mas não fizermos um trabalho com as demais pessoas para trabalhar em conjunto com essas pessoas, nós vamos ter muita dificuldade, então a gente nota que hoje dentro daquela brincadeira que eu fiz, que ninguém se assume com preconceito, então não; “eu não tenho problema nenhum para trabalhar com pessoa com deficiência, mas na minha agência só tem três funcionários ou cinco, então eu aqui não quero. A outra – “Não, esse serviço não é própria pra isso“. Então a gente precisa realmente se preparar, aprender diariamente e aí daquele que acha que já aprendeu tudo e não que precisa se reciclar, refletir e melhorar a sua postura para realmente lidar em harmonia com esse segmento.

Com vistas a esse objetivo, nós produzimos, por exemplo, utilizando a TV Corporativa do Banco do Brasil, dois programas chamados Rede Aberta. Um sobre diversidade e outro sobre acessibilidade, uma questão da direita. É um programa reproduzido para todos os funcionários do banco e que tem a presença ativa de pessoas no caso da diversidade, pessoas tanto de segmento de negros, como de mulheres, pessoas com deficiência, pessoas também do movimento de homossexuais, também no Banco do Brasil a gente não tem discriminação, mas só no ano passado a gente conseguiu autorizar a inclusão de, como dependente para plano de saúde, companheiros do mesmo sexo. Então demoramos 197 anos de história do Banco do Brasil para reconhecer esse direito. Então temos muito que fazer ainda.

Também temos a procura de capacitação em libras, Linguagem Brasileira de Sinais, para várias turmas, tendo turmas simultâneas em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, patrocinamos eventos voltados para esse público como, por exemplo, já duas amostras de filmes, um deles eu tenho aqui inclusive o catálogo, até posso dar uma folheadinha para ver a beleza que é um catálogo em braile e uma amostra todinha voltada com filmes para essa temática. Foram feitas duas amostras, a última em 2005 nos Centros Culturais do Banco do Brasil, onde também fizemos exposições até numa das novelas da Rede Globo, não lembro qual é novela das oito, recente, que tinha a menininha cega, América, que a menina visitou uma exposição no Banco do Brasil de quadros de obras feitas para pessoas com deficiência.

Está aqui, desculpa, não tinha visto chegar o Marcos Frota, tudo bom, Marcos? O Marcos representa uma cena lá, então a gente procura incluir e dentro

de um centro que para exposição de outras pessoas, dentro daquela preocupação que não tem que ter um lugar separado, um gabinete segmentado para acesso a essas pessoas. Temos funcionando esse evento, essa Semana de Valorização às Pessoas com Deficiência e também quando ouvi o depoimento do Júlio e da Isabel, eu fiquei na dúvida se vocês tiveram acesso a um trabalho feito que o Senador citou na sua fala inicial feito pela Fundação Getúlio Vargas, através do professor Marcelo Neri e que foi em conjunto com a Fundação do Banco do Brasil, chamado Retratos da Deficiência no Brasil, que é um trabalho que talvez ele não traga essa preocupação que bastante aprofundada com o endereço, com a personalização da pessoa, mas é um estudo que então, eu queria colocar a expressão de vocês, depois eu vou remeter, porque é um estudo que ou pegar o trabalho feito pelo IBGE e que detectou 24 milhões e meio de pessoas com deficiência, segundo a sua autodeclaração, e tem um mapeamento por região geográfica, inclusive separada por bairros, com tipo de deficiência e com cruzamentos disso. Para você ver, por exemplo, por idade, por bairro, por região, qual é o tipo de conjunto de deficiência que pode cometer as pessoas, então é um retrato que pode ser muito útil para políticas públicas País e que é uma parceria da Fundação Banco do Brasil com a Fundação Getúlio Vargas, depois eu teria o maior prazer de enviar isso para vocês também.

Para gente casar o trabalho de vocês, que eu acho que é muito rico também no sentido de personificar, não ficar só no mundo da estatística, do número, e a gente procurar dar solução para este segmento. Podemos avançar por gentileza.

Aqui é só um quadro que não dá boa leitura, mas escancara aquilo que todos vocês já falaram aqui anteriormente. Nos concursos do banco, nós temos dado essa cota de maneira religiosa, de 5%. Entre os aprovados nunca se atinge 5%, por todas as causas que nós estamos colocando aqui, as barreiras anteriores de educação, de acessibilidade, de transporte e que eu acho que já tem muita coisa andando nesse País, está aí a legislação sobre acessibilidade do Senador Flávio Arns, do Instituto para Pessoas com Deficiência, enfim, eu acho que o Brasil está caminhando nessa direção.

Mas temos um passivo ainda para superar que é bastante grande e se retrata ali. Nós tivemos, por exemplo, no primeiro concurso em 99, 64 mil classificados entre as pessoas ditas normais e apenas 208 pessoas com deficiência, vocês, então, em que foram convocados metade dos aprovados entre as pessoas ditas normais e a totalidade das pessoas com defici-

ência, então realmente tem faltado pessoas talvez com escolaridade suficiente para passar nos concursos.

Nós achamos que esse é um problema da sociedade, mas é também do Banco do Brasil, é também dos bancos. Hoje a FEBRABAN da qual a gente faz parte, tem um projeto de fazer um investimento grande em capacitação das pessoas também em educação, para ajudar a adotar pessoas de condições de realmente poderem competir, ingressar no mercado de trabalho e depois de ingressar poder permanecer e acender e crescer dentro do mercado de trabalho. Podemos avançar.

As barreiras... eu não vou... tudo aquilo que nós já falamos aqui, são barreiras, o nível de escolaridade baixo, o alto índice de evasão escolar pelas dificuldades existentes para se locomover, para chegar na escola, para permanecer na escola, para ser aceito pelos colegas de turma, para ter uma atenção diferenciada e adequada dos professores, a tudo isso são barreiras. E acabam fazendo com que a qualificação então, não seja num nível que permita as pessoas a utilizarem nem das cotas existentes, isso não quer dizer que a gente deva deixar de batalhar para que a cota até seja aumentada ou que seja estendida para o maior número empresas, como a Drª. Maria Aparecida citou aqui. Eu que é acho isso. Tem mais alguma? De resto é só colocar a Banco do Brasil para contatos e poder continuar trocando idéias com vocês e construir juntos soluções cada vez mais adequadas para essa questão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Eu agradeço Antonio Sérgio Riede, e eu queria só perguntar) – Então no total o Banco do Brasil teria quantos funcionários com deficiência?

SR. ANTONIO SÉRGIO RIEDE – Hoje nós temos cadastrados 1.444, e isto dá percentual de cerca de 1,8%, dos funcionários total de 82 mil funcionários que nós temos cadastrados. Então a gente está caminhando, está crescendo, mas ainda estamos longe até de chegar nos 5% em virtude desse não preenchimento das vagas que são abertas nos concurso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Então eu quero mais uma vez então registrar a presença do Marcos Frota conosco aqui, também abrilhantando essa Audiência Pública e passar ao último expositor, expositora que é a Srª. Eliane Pinheiro Belfort Mattos, Diretora titular do Comitê de Responsabilidade Social da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

O material também está distribuído aí, nós temos vários folhetos, um dele é exatamente cedido pela FIESP.

SRª ELIANE PINHEIRO BELFORT MATTOS

– Eu cumprimento o Senador Eduardo Azeredo, em seu nome eu cumprimento todos os componentes da Mesa, e cumprimento o Senador Paim, em nome de quem eu quero cumprimentar todos os presentes.

Eu quero contar para vocês que sou empresária há 25 anos, embora não pareça, eu sou tão jovem, não é verdade? (*risos*) E dentro da FIESP nesses 25 anos, há 15 trabalhando com ação social. Na época eu era tida nos corredores da FIESP como a sonhadora, quando eu falava da necessidade da inclusão, muitas vezes eram poucos os meus pares que me compreendiam, isso ainda bem que isso mudou muito.

Nesta gestão, o Paulo me convidou e eu aceitei com muita honra, para dirigir a área das responsabilidades social. E aí ele me pergunta – “Eliane o que nós vamos fazer?” “Nós vamos primeiro trabalhar para que a gente possa está disseminando responsabilidade social para os 170.000 industriais que são a nós filiados e levando em consideração que nós temos 2% de grandes empresas, 6% de médias empresas, e 96% de pequenas empresas. E o Paulo queria que a FIESP, como é hoje, fosse uma casa também inclusiva. Que todos os empresários tivessem naquela casa a sua casa.

A primeira tarefa foi desenhar a agenda de responsabilidade social da FIESP que é o “Programa Sou Legal”, que todos os senhores estão recebendo.

O primeiro passo dessa agenda é o cumprimento da lei, o empresário, ele não pode falar em responsabilidade se não houver o cumprimento da lei, todas elas, que, aliás, não deve ser esse cumprimento só para o empresário, mas sim para todo o cidadão. Mas como estamos falando de empresários, nós queríamos que o empresário pensasse na sua relação tributária, legal, trabalhista e discutirmos e levarmos estas questões.

Em segundo lugar nos preocupava muito aquela empresa que faz para fora e não faz para dentro, nós precisamos de coerência. Nenhum chefe de família tira recursos para aplicar em uma entidade, em uma ONG antes de satisfeito as necessidades de seus familiares, ele seria chamado de responsável. Esse conceito nós levamos também para as empresas. Sair bonito na foto, é muito interessante, mas uma empresa que queira ser duradoura, uma empresa responsável, ela deve ter compromisso com o seu produto, com o seu cliente e principalmente com aquele que o ajuda a fazer da sua empresa um sucesso, ou que é o seu colaborador.

Então ter coerência, uma empresa não pode ajudar economicamente uma creche se ela não sabe em que condições os filhos dos seus funcionários ficam em casa, muitas vezes em situação de risco e aí em

todos os aspectos. E o empresário tem ferramentas que ele pode lançar mão para isso, que são as ferramentas competentes de SESI e de SENAI, além de outros parceiros que ele pode estar lançando mão e desenvolvendo da sua empresa.

Um outro passo, isto não quer dizer que a empresa não deva aportar recurso dentro da sua comunidade, deve e poder fazer isto. O outro passo seria o que nós estamos construindo, uma etiqueta Eco Social, onde teria a responsabilidade social passando por toda a cadeia de fabricação, toda a cadeia do seu produto.

E aonde é que nós ficamos como tema de hoje? Também quando o Paulo me perguntou – “Qual vai ser a nossa política pra...?” Também cumprir a lei. Porém, nós sabemos que a inserção econômica e social desse segmento da população, só se dará com o envolvimento de toda a sociedade. Pois estamos tratando da mudança da cultura como bem foi dito aqui e ações como essa que hoje pela manhã participamos e esta Semana que vamos vivenciar e ações como esta que temos já realizado na FIESP, que envolvam não só os empresários, mas as universidades, os formadores de opinião, órgãos públicos, instituições privadas, enfim a sociedade civil organizada. Nós temos feito inúmeras ações na FIESP com esse propósito. O objetivo é que todos entendam e se engajam comprem e façam cumprir mais do que a lei, o seu espírito que se propicia a inclusão social dessas pessoas e especialmente que as partes se conscientizam da capacidade produtiva e consumidora e da contribuição que pode e deve ser dada por esse segmento para o desenvolvimento do País.

Só então teremos a desejada mudança de paradigma. O portador de deficiência assim não mais será visto pela sociedade, pelo governo como um problema, mas como cidadãos que se lhes dadas condições de se desenvolver, educar e se profissionalizar, responderá aos desafios da construção democrática deste País. Da mesma forma que qualquer outro cidadão. E é com esse espírito que só o sistema FIESP tem calcado suas ações e realizações, utilizando os seus braços sociais SESI e SENAI e parceiros que hoje aqui presentes com reconhecida expertise e sob a coordenação do nosso Comitê, o Cores, tem trabalhado sobre essa bandeira, a bandeira de empregabilidade, que foca as suas ações no interesse da indústria, sim. Nós capacitamos e treinamos as pessoas com deficiência para as empresas, assessorando também, na acessibilidade de suas plantas e não só para indústria, nós acabamos de falar aqui com os bancos temos feito trabalho o SENAI de Itu, que vou falar um pouquinho mais adiante, tem feito parceria com vários setores, não só o industrial, há muito pouco tempo fizemos um

convênio com o HSBC, onde formamos 1700 portadores de deficiência.

Na verdade, nós procuramos disseminar e oferecer as condições técnicas ao empresário paulista para que ele siga o conceito de contratação não pela deficiência, mas focado na eficiência. Todos temos talentos. As empresas, elas já utilizam treinamento como parte das suas estratégias gerenciais, elas estão sempre, reciclando e formando e melhorando os seus talentos. Porque não fazer isso com todos os funcionários? Buscar a eficiência daquela pessoa com deficiência e não termos cargos definidos, a pessoa com deficiência deve ser colocada aonde o seu talento melhor puder servir a esta empresa.

Este conceito tem mudado sobremaneira a visão do empresário sobre as cotas. No início da gestão, o que muito os empresários nos falavam, mas esse é mais um ônus para as empresas, ao passo que contratando a pessoa com deficiência pela sua capacidade de trabalho, assim como ela faz com todos os colaboradores, isso resulta num ganho de competitividade, pois agrega talento e comprometimento que traz qualidade e excelência ao produto ou ao serviço da empresa.

A dificuldade de encontrar deficientes qualificados está sendo superada com a utilização do SENAI de Itu. Essa escola é uma referência nacional em tecnologia e na pedagogia de inclusão voltada para pessoas com deficiência e tem assessorado nesse processo, não só a indústria, temos parcerias importantes com as prefeituras, universidades, empresas dos setores de comércio, de serviço, temos formado professores da rede pública e privada na pedagogia da inclusão para formação de alunos com deficiência auditiva, visual e mental. Só este ano nós formamos mil professores da rede publica.

Essa tem sido a nossa resposta a essas dificuldades porque para quebrarmos o ciclo porque senão ficaríamos apertando essas dificuldades. Mantemos laboratórios itinerantes com *softwares* apropriados para deficientes visuais e desenvolvemos um novo Telecurso que os senhores terão oportunidade de começar a assistir com especifica libras e com todos os curso e aulas legendadas e traduzidas na linguagem de libras. Esta ação vai dar uma grande contribuição para capacitação dos deficientes em todo o País. Pois como todos sabemos o Telecurso é transmitido diariamente pela TV Globo, então essa abrangência vai ser bastante importante. A escola tem atendido também empresa em todo o Brasil, já não 98 empresas atendidas fora de São Paulo, em 22 estados. Nós entendemos o papel e a responsabilidades das empresas com o *locus* para a inclusão econômica e social. Mas temos aprendido

que essa tarefa transcende a nossa capacidade sozinhos essa transformação.

A senhora, Subprocuradora colocou isso com muito propriedade. A senhora colocou alguns pontos, priorizou alguns pontos, que nós vimos sentindo na prática. O nosso esforço agora se volta para envolver toda a sociedade civil e esse é o motivo para estarmos aqui hoje. Então estamos, sempre atendendo chamado do Ministério Público da Bahia, do Paraná, para contar a nossa experiência isso faz parte da nossa estratégia de envolvimento da sociedade porque nós achamos que todos juntos usando de suas atribuições, conhecimento, influência, universalizemos as ações em prol do cumprimento e aperfeiçoamento das leis, para que o espírito da lei seja transformado em realidade.

Eu comungo da sua idéia de que precisamos realmente e a sua, da ONG do Bem, que nós realmente precisamos que ter a coragem de mexer em alguns pontos que travam esse desenvolvimento. Os senhores também receberam o Guia de Direitos da Pessoa com Deficiência, que também é uma contribuição para que todos conhecendo, possam fazer cumprir as leis. A responsabilidade dos governos em todas as suas esferas, via de regra tem sido atendida. Essa tarefa, é muito fácil você cobrar da empresa, todos os outros entes da sociedade não estão cumprindo o seu papel, o que dificulta sobremaneira a inclusão. Seja na locomoção, seja na acessibilidade, na educação integrada, enfim eu moro num bairro em São Paulo dito de classe média alta, o Morumbi, e eu caminho todas as manhãs e eu fico pensando aquela calçadas lindíssimas, onde tem um pedaço de pedra lindíssimo, e um pedaço da grama... como as pessoas podem, um cadeirante pode passar por aí? Mesmo nos locais onde você olha e pensa que existe acessibilidade, não existe. Quanto mais no centro, é uma tarefa inglória, você andar numa cidade como São Paulo numa cadeira de rodas ou tem uma deficiência visual enfim, nós precisamos toda a sociedade fazer com que cada um compra o seu papel.

Até para que a empresa possa cumprir também, porque, evidente que temos que tratar diferentemente entes diferentes, mas numa empresa nós não podemos, não é bom como exemplo e nem é bom para o deficiente que ele chegue todo dia atrasado e isto é aceitável, mas seria muito bom que ele pudesse chegar todo dia, porque tivesse transporte público adequado, porque ele tivesse uma forma de chegar ao trabalho.

Então todos precisamos cumprir o nosso papel. Em São Paulo a população econômica ativa dos portadores de deficiência segundo o IBGE, é de 2, 5 milhões. Eu estou até com medo de falar os dados, porque a gente ouviu tantos dados aqui, que eu já

fico temerosa, dos quais 17% têm vínculo empregatício informal, e cadê os outros? E isso ocorre não é porque as empresas se neguem a contratar. Nós já conseguimos caminhar.

Hoje a empresa já percebeu, nós temos um Fórum de empresa, de troca de experiência que mostra inclusive o quanto à empresa ganha e isso depois eu quero chamar e compartilhar aqui com o meu diretor o Guilherme Bara, que vai contar sobre esta experiência do dia-a-dia das empresas. Não é porque as empresas não querem. Segundo dados do Dr. Ricardo Tadeu, procurador da república do Ministério do Trabalho da 9ª Região, desde 2000, cerca de cem mil deficientes embarcaram, ingressaram no mercado de trabalho, então não é porque a empresa não quer fazer, mas com todas aqueles dificuldades que todos nós aqui falamos. Eu comungo da idéia, da lei de Loas, é um grande impeditivo e penso que a idéia aqui colocada é análoga a que pensamos na FIESP, a pessoa com deficiência, ela gasta muito mais para poder viver, para poder estudar, para poder se locomover. Então, não perder esse benefício, mas acrescentar ao trabalho.

Ainda dentro do cumprimento do espírito da lei, que é da Promoção e da Inclusão da Pessoa com Deficiência, permitir que as empresas com alto índice de automação, com trabalho com periculosidade, ou com funções que dependam de destreza e força física possam promover a inclusão de outras formas, patrocinando equipes esportivas, até porque a empresa já faz isso, tem várias empresas que tem equipes esportivas das pessoas ditas normais, faz parte da sua estratégia de marketing. Porque não também com as pessoas com deficiência? Promover a formação de cursos de arte, formação de professores, bolsas de estudo, enfim até mesmo compras analogamente ao que existem nos Estados Unidos e no Canadá eu acho que nem sempre é bom para lá é bom para cá, mas eles são muito pragmáticos e colocar a preferência de compra das empresas para empresas pequenas e micro empresas de pessoas portadoras de deficiência. Fazer um esforço para que isso... Também é uma forma de inclusão econômica e quando a gente fala de inclusão econômica a inclusão social vem a reboque, isso que eu acho que é interessante nos Estados Unidos, a gente anda em Nova Iorque a gente vê portadores de deficiência. Onde estão os nossos? Porque quando você não tem inclusão econômica, você não está fazendo compras, você não está no lazer, então todas as formas de inclusão, nós precisamos ter a coragem de sentar e acho que empresa, público, as ONGs, porque eu conheço bem de empresa e por mais que eu seja sensível, a causa eu fui buscar alguém, o meu diretor o Guilherme Bara, que nos ajuda na FIESP a desen-

volver as políticas de inclusão. Eu acho que a gente tem ter essa humildade, o que eu entendo bem? E não vamos legislar, porque é tudo muito fácil, me desculpe aqui, mas precisamos ver todos os ângulos antes de termos uma proposta acabada.

Alguma dessas ações de ajustes de conduta já vem sendo feita, mas isso não é uma regra, então muitas empresas ficam reféns do processo, nós temos cidades do interior em que o empresário não sabe mais o que fazer para preencher a sua cota, então fica aquela coisa de briga entre as empresas, “quem dá mais?” Leilão para o deficiente. Porque ele não quer ser autuado. Então a gente também não pode deixar a empresa vulnerável, refém de uma fiscalização, porque a fiscalização ela não está no espírito da lei, ela não está interessada em fazer inclusão, está mudança da cultura desejada para inclusão, nós precisamos de espírito desarmado, de boa vontade para colocar na mesa as necessidades e dificuldades de todas as partes, para a gente encontrar soluções eficientes e eficazes.

A indústria, a indústria de São Paulo, a FIESP quer promover a inclusão social não só desse segmento, mas de todos os excluídos e nós temos trabalhado muito firmemente nesse propósito. Nossa proposta não é assistir os excluídos, mas acabar com a exclusão. Para isso a indústria também precisa crescer e se desenvolver com competitividade para enfrentar países como a China e a Índia.

O professor José Pastori, um dos maiores conhecedores da Legislação Trabalhista do País, demonstra que uma empresa no Brasil tem que obedecer 35 dispositivos no campo do trabalho, a CLT tem 922 artigos complementados por cem leis, a Justiça do Trabalho tem 300 Súmulas, me corrija depois Senador se eu tiver errada. 278 orientações jurídicas, 75 precedentes normativos, 28 instruções normativas, sem falar nos milhares de normas administrativas dos Ministérios do Trabalho e Previdência Social.

Esses dados foram tirados do livro *Relações do Trabalho do Brasil*, a partir de 1924 de Osmani Teixeira de Abreu. Essas exigências somadas às cargas tributárias perversas, o juro escorchoou, compõem um ambiente nada propício para os investimentos. Por essas e outras, razões nós temos assistido um grande êxito das indústrias para outros países. Só este ano 18 grandes empresas construíram plantas industriais e pólos de negócios fora do Brasil. O SINDMAC acaba de abrir uma filial na China para atender os seus afiliados que estão se instalando no oriente. O que eu quero ilustrar com esses exemplos? Que exportar emprego, diminuir atividade econômica, não é bom para o País, não é bom para as nossas empresas, não é

bom para a nossa entidade, não é bom para o trabalhador, incluindo aí a pessoa com deficiência que está integrando tardiamente o mercado produtivo.

Por esta razão em nome no presidente Paulo Skaf, nós conclamamos a razão, a ponderação, a busca de maiores e melhores soluções para todos os envolvidos na casa. Para terminar abro aspas com as palavras do presidente Paulo Skaf, extraídas do seu texto de abertura da agenda de Responsabilidade Social do Programa Sou Legal) – “Discutir, buscar soluções, chamar a sociedade civil para o debate à proposta da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, para firmarmos um pacto pelo desenvolvimento econômico e social com erradicação da pobreza e da exclusão.” Eu peço licença para dividir o pouco desse meu tempo e da minha fala com o Guilherme Bara, diretor da nossa entidade que atua comigo no Cores e desenha as políticas de inclusão da Federação das Indústrias, por favor, Guilherme.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Então vamos ao Guilherme Bara. Guilherme, só lhe pediria que pudesse mais objetivo, porque já começou o processo de votação no Plenário e pelo regimento do Senado, nós temos que interromper as reuniões quando começa o processo de votação no Plenário e eu queria só ouvir o Senador Paim rapidamente para encerrar, então Guilherme Bara e logo em seguida o Senador Paulo Paim.

SR. GUILHERME BARA – Boa tarde. Eu acho que não vou levar oito minutos para... Ouvindo tudo que foi dito aqui, minha fala é no sentido de, baseado na experiência que a gente tem no Fórum Empresarial de Inclusão Econômica, e junto com que foi falado aqui, fazer um resumo pontuando algumas ações interessantes, no meu ponto de vista. Nesse Fórum de empresas, empresas grandes, visionárias, que estão acostumadas a serem líderes nos seus segmentos e trabalham em inclusão como filosofia, como visão dentro das suas organizações, a gente vê a geração de renda para pessoa com deficiência muito importante, por tudo que foi dito aqui, porque a pessoa com deficiência que vai trabalhar, a gente vai estar naturalmente aumentando a demanda pelo transporte, porque ela precisa do transporte para ir trabalhar, a demanda por educação, por capacitação, ela começa a ser respeitada como consumidor, enfim várias empresas se preparam hoje para atender a pessoa com deficiência como consumidor. Etiquetas em braile nas roupas, companhias aéreas com telefones para surdos, enfim a principal feira de reabilitação do Brasil que é REATECH, patrocinada por empresas automobilísticas, que vem na geração... no aumento da geração da renda para pessoas com deficiência uma oportunidade, no

caso dos reabilitados a REATECH lá em São Paulo, mas a gente tem uns quatro ou cinco desafios para fazer essa inclusão ficar ainda maior, todos esses desafios, esses gargalos foram citados aqui, um deles é a capacitação, a gente ainda tem um déficit grande de capacitação e a Drª. Maria Aparecida falou da situação, que ela é contrária a alternativa de capacitação, em vez de a empresa contratar, ela pode capacitar. Eu também vejo que isso é um pouco fugir do problema, mas acho que a gente pode amarrar desde que a gente coloque prazo e algumas características nessa situação. Por exemplo, a empresa ela tem alternativa de investir em capacitação, desde que em um ano e meio ela cumpra a cota, mas, por exemplo, 50%, em vez de cumprir com 2%, ela compra com 3% daqui um ano e meio, tendo a opção de investir em capacitação.

Então se ela colocar prazo, a empresa vai ter que contratar da mesma maneira e eu acho que a gente consegue diminuir esse déficit na área de capacitação. Uma outra situação é a questão da informação e aí eu acho que vem de encontro com o projeto de Júlio, da Isabel que é o empresário que é quer contratar e fala) – onde eu contrato, quem é para que? O deficiente auditivo pode o quê? O deficiente visual pode o quê? Que ferramentas existem para que essa pessoa possa estar na minha empresa com qualidade e existem várias ferramentas, a gente falou aqui no leitor de tela, as impressoras de braile, a questões do telefone para pessoa surda, enfim existem vários recursos e lá em São Paulo além de diretor do Comitê de Responsabilidade Social da FIESP, eu tenho oportunidade de coordenar um projeto para o Governo do Estado, que eu acho que vem de encontros ao de vocês, Isabel que lá a gente faz um mapeamento de serviços para pessoas com deficiência, a gente está mapeando as 645 cidades todos os serviços que existem e fica até como sugestão aos Senadores, para isso ser ampliado, lá em São Paulo foi um Projeto de Lei do deputado estadual José Carlos Stangarlini e fica como idéia a gente está mapeando esse no Brasil inteiro, porque a gente mapeando os serviços que existem automaticamente a gente mapeia o que não existe, isso serve como diretriz para a sociedade.

Então tem essa questão da informação, da capacitação a questão da acessibilidade física que é preparar os ambientes eu acho que a gente poderia estar facilitando, ampliando linhas de crédito do BNDS para reforma, para adaptar os locais de trabalho para pessoa com deficiência, acho que vem de encontro, eu acho que até existe já algumas linha do BNDS, a gente poder ampliar melhor isso, facilitar com que as empresas tenham acesso a essa linha de crédito.

E a gente tem a questão das barreiras social que foi falado aqui. É o empresário ou tomador de decisão que está convencido que poder dar lucro, que pode ser bom para a empresa dele, que é lei, mas ele fala “quando uma pessoa cega tiver na minha frente eu faço o quê? Eu dou a mão, eu cumprimento? Eu finjo que não a vi? Uma pessoa de cadeira de rodas como se dirigir?” E aí vem a parte da sensibilização, que é a gente quebrar essa resistência que a gente tem pela cultura organizacional e aí é muito importante, uma ferramenta eficaz Marcos, a arte, a arte junto com o esporte, o esporte evidenciaria a potencialidade da pessoa, e a arte mostra de maneira muito clara quando a gente usa, por exemplo, atores de deficiência, junto com atores sem deficiência numa peça, a interação. Como pessoas com ou sem deficiência interagem com naturalidade, a gente usa muito lá em São Paulo o trabalho do Beto Montenegro, que é a Oficina de Menestréis, que tem um trabalho bem bacana nesse sentido de ter autores de deficiências visual, física e pessoa sem deficiências interagindo. Isso é muito bacana e é uma arma muito forte para gente sensibilizar e mostrar para as pessoas que pode acontecer de maneira natural essa convivência.

E falando um pouquinho da legislação por último, essa questão das Loas que foi bastante falado, o benefício que faz com que a pessoa com deficiência a própria família não queira que ela entre no mercado de trabalho porque ela corre o risco de perder um benefício que ela tem até, eu acho que está na justificativa desse benefício. Esse benefício é dado baseado na penúltima, aliás, toda legislação quase do mundo inteiro, é baseada na penúltima Conferência da ONU que tratava a pessoa com deficiência como incapaz, a penúltima Conferência, felizmente a Conferência que teve esse ano, mudou esse quadro. A pessoa sendo incapaz, então ela tinha direito a esse benefício de 350 reais, a partir do momento que ela trabalha, ela fala, que ela capaz, então ela nunca mais terá direito ao benefício, porque ela mostrou que é capaz em algum momento da vida dela. Então a justificativa que tem que mudar, em vez dela receber porque ela é incapaz, ela recebe como foi dito aqui, porque ela tem custos extras, e aí você consegue justificar, porque se você continuar na filosofia da lei de hoje querer tornar esse benefício permanente você não consegue, porque você vai contra o princípio de lei que a pessoa com conveniência é incapaz, então você tem que mudar o princípio.

Até para colaborar com os trabalhos aqui no Senado eu encerro agradecendo, acho bem interessante que diversos atores da sociedade se unam, eu acho que tem acontecido cada vez mais em prol da inclusão.

Eu acho que para fazer a inclusão de verdade é mais do que da pessoa com deficiência, é o respeito pela diferença, é pensar o Brasil com plano de desenvolvimento inclusivo, onde a gente pense em cada um e não em todos e sim em cada um porque eu acho que tem uma diferença muito grande. Obrigado. (*palmas*)

SR. MARCOS FROTA – Posso dar uma palavrinha bem rapidinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – vai falar o Marcos Frota.

SR. MARCOS FROTA – Muito rapidinho. Interessa-me muito a questão, o olhar espiritual sobre a questão da inclusão. Todos nós sabemos, todos nós envolvidos com essa questão, sabemos e vivenciamos o quanto é maravilhoso o processo de refinamento espiritual, porque passa uma pessoa com deficiência as sua família e as pessoas que convivem ao redor.

Se a gente conseguir despertar com diversas ações, um olhar espiritualizado da sociedade como um todo para essa causa, quem sabe a gente pode dar um drible e encurtar um pouco o caminho nesse processo de inclusão efetiva. Acabar com o preconceito, por exemplo, despertar na juventude brasileira esse sentimento de acabar com os preconceitos para com as pessoas com deficiência pode ser um golaço agora, é claro que todas as políticas públicas, esse trabalho maravilhoso que a FIESP faz e demonstra com tanta clareza é super bem-vindo, todas as ONGs, toda a lei que começa ser cumprida agora, o escola inclusiva, o esporte como interação e integração, a arte como instrumento de libertação, até espiritualização deles, agora o principal foco é que a juventude brasileira mais leve e mais espiritualizada pode ter uma atitude nova com relação ao preconceito.

Outro dia eu estava em Curitiba, um garoto de cadeira de rodas chegou para ir numa boate, o rapaz da boate disse que não poderia receber aquele garoto porque a boate não estava preparada. Foi incrível a movimentação que todos os jovens estavam perto deles, com elegância, sem agressividade, sem nenhum tipo de banalização daquele ato, todos eles juntos paravam o que estavam fazendo e deflagravam ali naquele momento o maior movimento de inclusão e de acessibilidade que Curitiba já viu. Porque eles sentiram necessidade de atuar coletivamente para que simplesmente um garoto da idade deles, da geração deles pudesse ter o mesmo tipo de lazer, de entretenimento.

Então eu estou aproveitando essa Semana de Valorização. Amanhã eu realizo no Auditório Petrônio Portela o nosso espetáculo que é “Somos todos brasileiros”, para lançar essa campanha. Deficiente que não se expõe não se impõe. A gente não pode mais ficar esperando que a sociedade brasileira se

amadureça, ou se espiritualize, a galera tem que vir à tona, temos que vê-los nas ruas, ocupando os seus espaços, criando situações, até talvez constrangedoras para que esse movimento ganhe um pouco mais de pressa, um pouco mais de urgência, porque nós é que precisamos deles agora. Incluir quase 25 milhões de brasileiros, talvez uma grande oportunidade que o Brasil tem de rever alguns conceitos, alguns princípios, resgatar alguns valores que possam contribuir muito nesse momento que todos nós estamos buscando o refazimento de nosso caráter e a definição da nossa personalidade como nação. *(palmas)*

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Agradecemos ao Marcos Frola. Eu quero também convidar a todos para assistir hoje à noite, dentro da Semana da Acessibilidade, o show dos Paralamas do Sucesso às 8h também no Auditório Petrônio Portela. Ainda dentro da nossa discussão da Audiência Pública, nós temos vários projetos sobre a questão das pessoas com deficiência em discussão.

Um deles que eu tenho em mãos, é o projeto do Senador José Sarney, o Senador José Sarney teve também uma atuação muito importante quando foi Presidente da República e também como Presidente aqui e do Senado. Os projetos dele dizem respeito exatamente às cotas no caso de escolas também e fazendo uma revisão das cotas no caso dos empregos. É mais um dos pontos importantes que nós temos para discussão aqui nesta Comissão de Assuntos Sociais, mostrando exatamente que existe uma sensibilidade dos Senadores para a questão como um todo e o que acontece é que nem sempre se consegue discutir tudo nas nossas reuniões da Comissão de Assuntos Sociais.

Eu passo a palavra com prazer ao então Senador Paim, como último orador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Eduardo Azeredo, como estão nos chamando, o celular toca a toda hora, é para votar em Plenário, então já cumprimento na figura do Senador a todos painelistas, todos foram brilhantes, eu vou ser mais rápido possível. O Santos Fagundes que está aqui atrás, que é meu chefe de gabinete, coordena uma equipe de trinta pessoas e é totalmente cego, para mim é o melhor exemplo da capacidade da pessoa com deficiência e que aqui você da FIESP também mostrou com seu brilhantismo. E eu tenho uma frase, e tem uma frase que diz que o nosso papel também é dar o palco para quem não tem palco e as pessoas com deficiência não têm palco. Então com essa visão eu terei o palco na quinta-feira, porque na quinta-feira eu vou falar no Petrônio Portela, não vou falar hoje, só vou cumprimentar todos vocês, e dizer que eu tenho mui-

to orgulho de ser o autor do Estatuto de Pessoa com Deficiência, houve uma certa incompreensão quando ele foi apresentado. Ele não está aqui hoje, está num tratamento num hospital, eu gostaria de fazer homenagem a um grande homem público que Senador Flávio Arns. Ele é o Relator desse projeto, quando eu entreguei o projeto a ele em resumo, eu acho que não tinha 50 artigos, hoje a assessoria dele me lembrou que já ultrapassou de 200 artigos, construído pela sociedade e pela lavra do Senador Flávio Arns, que tem também um filho deficiente.

Eu diria, vamos dar uma salva de palmas *(palmas)* para o Senador Flávio Arns, que não está aqui, está no hospital, e é Relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência, eu acho que é uma homenagem a todos vocês que dão a vida por essa causa, pode saber que eu não sabia, fiquei muito sensibilizado com a história que vocês contaram.

E para terminar eu vou dar um depoimento. Eu não gosto de um Jornalista, não é que eu não gosto de Jornalista, eu não gosto de um Jornalista, pelo que ele escreve, porque eu não tenho nada contra ele, mas sabe que esse fim de semana eu fiquei solidário a ele? Então, ele tem adversários e ele escreve na Veja, e ele escreveu lá na Veja, “tudo bem que não gostem de mim, tudo para lá, tudo para cá...”, eu vou resumir o que ele diz na Veja. Ele diz o seguinte) – “Mas eu tive um filho deficiente e tenho...” Ele nas palavras dele. E olha que eu não morro de amores por ele. Mas mexeu comigo e eu fiquei solidário a ele. “Mas dizer para mim que foi castigo de Deus eu ter um filho deficiente, estão muito enganados, eu tenho muito orgulho do meu filho, eu amo o meu filho, eu choro com meu filho”, e foi isso que eu senti nele, e que foi um presente de Deus e ele está aprendendo muito de vida com o filho dele e eu fiquei solidário a ele.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – *(pronunciamento fora do microfone)*

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Exatamente, a grande transformação que ele está tendo na vida dele com o filho. E olha que eu não gosto muito do que ele escreve, 90% do que ele escreveu não gosto muito do que ele escreve, 90% do que ele escreve, eu não gosto. Eu acho que ele vai mudar.

Então o trabalho de vocês é um trabalho... todos, todos brilhantes eu vou ter a oportunidade de falar lá na quinta, então não vou tirar o espaço aqui. Então não batam palma para mim, batam pra vocês. *(palmas)* Vocês merecem. Todos, todos que estão aqui. *(palmas)*

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado ao Senador Paulo Paim e faço minha as palavras do Paulo Paim nos dois assuntos – tanto no cumprimento do Senador Flávio Arns, quanto na questão da matéria, porque eu li também, tive a mesma sensação eu também tenho a mesma imagem a respeito e que mudou bastante também.

Mas eu quero ainda, Senador Paim, só um momento, pedindo licença aos membros da Mesa, só para colocar em votação dois requerimentos que refere à Reunião Conjunta e dessa Subcomissão e a Comissão de Direitos Humanos, Legislação Participativa que será realizada na próxima quinta-feira dia 23 de novembro, exatamente para poder discutir a questão da elaboração da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, objetivando identificar os consensos e dissensos entre as nações e a compatibilidade com a legislação em vigor no Brasil.

São dois requerimentos sobre o mesmo assunto da Convenção Internacional, eu coloco em votação, o Senador Paim e eu, estamos de acordo, estamos de acordo. Aprovado. Eu declaro encerrada a reunião como um todo, muito obrigado.

Sessão encerrada às 18h10.

Ata da 5ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência em Conjunto com a 23ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos, da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 21 de novembro de 2006, terça-feira, às 14:00 horas.

Às dez horas e vinte e sete minutos, do dia vinte e três de novembro de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, com a presença dos Senhores Senadores, **LÚCIA VÂNIA, MÃO SANTA E PAULO PAIM**. Também compareceram à reunião os Senadores **CRISTOVAM BUARQUE, EDUARDO SUPLICY, LEOMAR QUINTANILHA, MARCELO CRIVELLA, ROBERTO CAVALCANTI, SIBA MACHADO, FLEXA RIBEIRO E ÁLVARO DIAS**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão, justificando a ausência o Senador Flávio Arns. O Senador Cristovam Buarque declara aberto os trabalhos, submetendo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta – ITEM ÚNICO – Requerimento nº 25, de 2006 – CDH, de autoria do

Senador Paulo Paim, para a realização de Audiência Pública conjunta entre a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF, no âmbito da CAS, com vistas a discutir as implicações da “Convenção Internacional para os Direitos dos Portadores de Deficiências” no PLS 06/2003 (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA), bem como do Requerimento nº. 01, de 2006 – CASDEF, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Arns, com vistas a “debater a elaboração da CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, objetivando identificar os consensos e dissensos entre as nações e a compatibilidade com a legislação em vigor no Brasil”. Com os seguintes convidados – PAULO DE TARSO VANNUCHI, Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ausente, é representado pela Senhora IZABEL MARIA MADEIRA DE LOUREIRO MAIOR, Coordenadora-Geral da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, que também havia sido convidada como palestrante; LUIS FERNANDO ASTORGA GATJENS, Director Ejecutivo del Instituto Interamericano sobre Discapacidad (IID)/ Vicepresidente de la Red Iberoamericana de Organizaciones No Gubernamentales de Personas con Discapacidad y sus familias (RIADIS); REGINA MARIA MELO ATALLA, Diretora do Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente – CVI Brasil; ANA PAULA CROSARA DE RESENDE, Escritora, Advogada Especialista em Direito Administrativo e Empresarial, Mestre em Geografia e Ativista Social; JORGE MARCIO PEREIRA DE ANDRADE, Médico Psiquiatra do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira; ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO, Subprocuradora-Geral da República, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão – MPU; CLEIDE RAMOS REIS, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia; RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA, Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região; JOELSON DIAS, Conselheiro Titular do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE); e membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB; ALEXANDRE CARVALHO BARONI, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), ausente; e o SENADOR FLÁVIO ARNS, Relator do PLS nº. 6/2003 – Estatuto da Pessoa com Deficiência que não comparece devido a problemas de saúde, envia uma representante a Advogada e Assessora ELIZABETE APARECIDA. Participaram também – ANDERSON DOS SANTOS, Membro da Apalba (Associação dos Portadores de Al-

binismo da Bahia); LUIZ CARLS GUILGER, Deficiente visual, convidado pelo Senador Eduardo Suplicy; MARA GABRILLI, Secretária Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida da Prefeitura de São Paulo; JACKSON, Deficiente Auditivo e Presidente da Associação dos Surdos Desportistas de Brasília; NEUMA, Deficiente visual, diretora da Biblioteca Braille de Taguatinga; MARCOS BANDEIRA, Conselheiro do CONADE; PATRÍCIA MOREIRA, Jornalista e membro da ONG Escola da Gente; SANTOS FAGUNDES, Assessor político do Senador Paulo Paim no Estado do Rio Grande do Sul; SUELI CRISTINA MOREIRA, Convidada do Senador Eduardo Suplicy; AYRES NEVES, Chefe de Gabinete do Senador Flávio Arns. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Eduardo Azeredo e Paulo Paim. Também fizeram uso da palavra os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às dezoito horas e doze minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Eduardo Azeredo, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bom dia a cada uma e a cada um. Vamos começar a nossa reunião.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador, faz uma leitura até aqui, depois o senhor faz essa aqui. Foram encaminhados esses ofícios, nas ausências, o que o senhor puder... Aí, depois o senhor dá seguimento daqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bom dia a cada um, bom dia a cada uma. O microfone não está funcionando bem, mas aqui em frente tem um que faz leitura labial.

(risos)

Bom dia, eu declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação participativa, e 5ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa ordinária, e 52ª Legislatura. Sobre a Mesa as Atas das reuniões anteriores. Solicito aos Srs. Senadores e Senadoras presentes à dispensa da leitura. Coloco em votação. Está aprovada. Eu quero dizer a vocês que é lamentável que o Senado ainda não esteja preparado para receber pessoas que tenham certos tipos de deficiências, como locomotor e auditiva. Por exemplo, não temos tradutores em LIBRAS para essa

reunião. E não tínhamos como levar as pessoas que estão em cadeiras de roda para a Mesa lá de cima. Tivemos que nos deslocarmos para aqui para baixo, os Senadores, o que sinceramente eu acho que até positivo, dá uma relação muito mais próxima do que daquela distância.

Então, fica aqui uma cobrança ao Senado, que eu vou fazer por escrito, para organizar a plataforma onde ficam os Senadores e os depoentes para que possam subir aqueles que não têm como se locomover de maneira normal. O Senador Flávio Arns pediu para informar que está impossibilitado de comparecer a essa Sessão, porque ele fez uma cirurgia e está em São Paulo, no hospital. E nós desejamos restabelecimento mais rápido possível, porque esse é um dos grandes nomes que a gente tem aqui, sobretudo por sua dedicação ao assunto da quebra da discriminação, e também da compensação de deficiências para todos.

Em atenção ao convite, também trago aqui uma posição do chefe de gabinete, Paulo do Vale, e que o Ministro por estar na China não pôde comparecer. O Presidente do CONAD também não pode comparecer por razões de trabalho.

Eu abro a Sessão e começo a passar a palavra naqueles que vão fazer pronunciamento. Eu lembro que essa reunião destina-se à realização de Audiência Pública em cumprimento de um Requerimento de autoria do Senador Paulo Paim, para tratar da Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência à Luz. E o Requerimento de autoria do Senador Eduardo Azeredo e Flávio Arns, com vista a debater a elaboração da Convenção Internacional Sobre o Direito das Pessoas com Deficiência. Objetivando, e isso é muito importante, identificar os consensos e dissensos entre as nações e a compatibilidade com a Legislação em vigor. Temos aqui como convidados a Isabel Maria Madeira de Loureiro Maior, representando o Ministro, a quem eu passo a palavra.

SRª. ISABEL MARIA MADEIRA DE LOUREIRO MAIOR – Obrigada Senadora. Bem, bom dia a todos. Bom dia Srs. Senadores, Cristovam Buarque, Senador Paim, Senadora Heloísa Helena, demais Senadores, Parlamentares presentes aqui nesta Casa, gostaria inicialmente mais uma vez apresentar as desculpas do Ministro Paulo Vannuchi, mas como os senhores sabem, ele está em visita oficial à China, e por essa razão não pode pessoalmente comparecer a essa importante Audiência Pública. Gostaria também de cumprimentar a todos que participam dessa Mesa, companheiros de luta do movimento das pessoas com deficiência, há muitos anos, profissionais, pessoas com deficiência, representantes que estão aqui do CONAD, do Conselho Nacional dos Direitos das

Pessoas Portadoras de Deficiência, companheiros dos Ministérios, Srs. Conselheiros que representam as várias áreas da... Governamental e não-governamental, e dizer que para nós todos que somos militantes, e esse ano comemoramos os 25 anos do Ano Internacional da Pessoa Portadoras de Deficiência, naquela época chamada pessoa deficiente, 1981, é muito importante que tenhamos, 25 anos depois, a possibilidade de avaliar o que foi feito nesse período. E, ao mesmo tempo, aguardarmos, com ansiedade muito grande, a homologação pela Assembléia Geral das Nações Unidas do texto da convenção dos direitos... Uma convenção de caráter internacional, uma convenção dos direitos das pessoas com deficiência.

Esse texto foi aprovado em agosto passado, com uma ampla participação. No último dia de aprovação de texto estavam presentes 92 Países ao Plenário, sendo que... 102 Países, melhor dizendo. Sendo que, na verdade, todos os Países participaram da discussão que durou de 2002 até 2006. Portanto, foi um processo extremamente democrático, na própria ONU, com a participação não apenas das delegações oficiais, como também, pela primeira vez, uma ampla participação das delegações não governamentais dos vários Países. E também das Organizações Não-Governamentais que são de caráter internacional, que participam de uma cúpula de organizações que puderam, então, dar a sua opinião e impulsionar de uma maneira extremamente importante o texto desta convenção.

Nós podemos dizer que essa convenção é uma convenção participativa, é uma convenção democrática, é uma convenção que como bem definiu o Embaixador Mackay, responsável pelo comitê *ad hoc* que elaborou o texto, não é a melhor... A mais adequada, talvez, das convenções em todos os seus artigos. Mas é a convenção com que todos os Países podem conviver. Nesse processo, em que nós temos uma convenção com 40 artigos e mais 10 relativos a todo o processo de monitoramento, o que se pôde ver é que somente um item, que está no preâmbulo, foi alvo de votação. Todos os demais pontos da convenção foram aprovados por consenso. Isso é de extrema importância, porque facilita, pois que posteriormente, agora depois de aprovado o texto, os Países possam ratificar e fazer o depósito junto às Nações Unidas.

Nós acreditamos, Senadores, que o Brasil possa ser um dos primeiros Países a internalizar esse processo da convenção. E se possível, que o faça já com todas as características de alteração da Legislação Nacional, que permite que as convenções internacionais de Direitos Humanos, e todas as demais, mas com ênfase, diria agora neste momento, com as convenções de Direitos Humanos, e essa é a primei-

ra do novo século e do novo milênio, que o faça com contratar de força constitucional, e não somente com o contratar de lei. E assim nós teríamos, finalmente, a oportunidade de tornar perene a questão relativa aos direitos das pessoas com deficiência. Outra questão importante, que nós poderemos ressaltar da interface, entre o processo de elaboração e de ratificação próximo da Convenção Internacional, e o Projeto de Lei do Senador Paulo Paim com o substitutivo do Senador Flávio Arns, é o momento em que, por essa discussão tão ampla, que vem do Projeto de Lei desde sua versão na Câmara dos Deputados e agora a versão nº. 06, apresentada no Senado Federal em 2003, é uma grande oportunidade para que possamos adequar a Legislação Nacional a todos os ditames que foram consensuados do ponto de vista internacional. A nossa Legislação, como todos sabem, e quase se torna ocioso repetir, ela é muito avançada. Hoje, como está. Mas, sem dúvida nenhuma, em alguns aspectos, ela poderia melhorar. E como vários dos nossos colegas da área do direito, operadores do direito, porque eu não o sou, sou da área da saúde, mas já aprendi com todos eles que, apesar da nossa Legislação ser bastante avançada, boa partes das nossas regras e das nossas normas estão no nível de Decreto. E portanto, como Decreto, poderiam de repente se tornar... Poderiam desaparecer. O Decreto surge por uma grande pressão, normalmente uma pressão dos movimentos não governamentais, mas é uma norma que pode ser, de repente, retirada por uma autoridade do Executivo. Se nós tivermos a Legislação recepcionada como lei e mais ainda com o nível de disposto constitucional, nós teremos então a certeza de que essa situação não acontecerá, e portanto, as pessoas com deficiência terão garantido os seus direitos.

Há algumas questões que estão... Que nós podemos fazer uma comparação ainda que rápida, porque não é possível num curto tempo dessa audiência em que todos os outros, cada um complementar a fala um do outro, que eu vá aqui poder tecer comentários sobre todos os artigos, tanto da convenção e também aqueles que pertencem ao substitutivo, ao Projeto de Lei 06/2003. Mas alguns me parecem que seriam importantes para que nós fizéssemos alguns comentários. E o primeiro deles, que eu gostaria de levar à consideração de todos, para que possamos debater com mais calma, é o que diz respeito a uma questão que nós não temos muito bem definida na própria Legislação Brasileira, e a convenção também teve uma dificuldade muito grande em fazer. Eu me refiro à definição de pessoa com deficiência. Esse foi um dos itens que ficou, digamos, para o último dia de debates do comitê *ad hoc* na ONU.

O Brasil teve uma participação extremamente importante na definição. Primeiro, porque a convenção já estava praticamente definida, pelo menos na maioria dos seus artigos, quando ainda não sabíamos, pelo menos da Sessão penúltima, realizada em janeiro de 2006 até agosto, se teríamos ou não a definição quer seja de deficiência, quer seja do sujeito de direito da convenção, da pessoa com deficiência. E por que isso? Porque não havia um consenso entre os Países. Muitos Países têm um escopo e um espectro maior em relação ao que chamam de pessoas com deficiência, e outros têm uma visão mais estreita do conjunto de pessoas caracterizadas como pessoas com deficiência. É óbvio que, dependendo da capacidade social e de entendimento das desvantagens apresentadas pelo grupo de pessoas com deficiência, o País fará uma definição mais abrangente ou menos.

E essa questão não nos pareceu, a todos os brasileiros, e, para isso, nós fizemos dois encontros no Brasil, um em dezembro de 2005, que antecedeu a reunião de janeiro, na ONU, e outro em julho, também de 2006, que antecedeu a reunião de agosto. E nessa estiveram presentes, principalmente na segunda Câmara Técnica realizada pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que é o órgão sobre o qual estou responsável no momento, por delegação do Secretário Especial dos Direitos Humanos, nós realizamos com todos aqueles que são, iriam participar da rodada da 8ª Sessão na ONU, em agosto. E o Brasil, então, tirou uma posição. Nós apresentamos ao comitê da ONU uma definição de pessoas com deficiência. Uma definição baseada em tudo aquilo que temos defendido, não só a área governamental, mas a área não-governamental, de que pessoa com deficiência não se limita àquela que apresenta uma redução da sua função, seja ela psicológica, física, motora, sensorial, cognitiva... Não é isso. É muito mais, e como sabemos, a interação da pessoa com o meio. Com os dispositivos que a sociedade coloca para que as pessoas com deficiência possam em determinados momentos compensar e não apresentar o mesmo déficit que apresentariam, se a sociedade não colocar à disposição dessas pessoas, quer sejam atitudes não discriminatórias, quer sejam equipamentos como ajudas técnicas, e aí poderíamos citar muito rapidamente uma cadeira motorizada para quem, com ela, consegue um desempenho muito maior do que se não tivesse. Portanto, quando falamos e tomei por exemplo a cadeira motorizada, o fiz propositalmente. Para que a gente possa colocar aqui mais um fator que está relacionado ao conceito de pessoa com deficiência, que é a questão do poder... Do País em prover

recursos, e portanto, estamos dizendo da questão do nível sócio-econômico da sociedade.

Então, misturando e organizando ao mesmo tempo a questão daquilo que está na pessoa, a limitação funcional, aquela questão que está na sociedade, e em especial a sua atitude, e considerando o nível de desenvolvimento do País do ponto de vista sócio-econômico, nós teremos, sim, aí um conceito mais amplo de pessoa com deficiência. Mas é óbvio que esse conceito estará sempre em comparação com o que as demais pessoas, os demais cidadãos e cidadãs do mesmo País, da mesma sociedade gozam dentro desta mesma sociedade. E sempre que notarmos que há algum grau de diferenciação, especialmente a diferenciação negativa, há que se considerar que o grupo de pessoas, chamadas pessoas com deficiência, deverá ampliar-se ou não precisará ser muito amplo. E esses conceitos é que foram debatidos na ONU.

Portanto, a conceituação que está logo no art. 1º da convenção, ela procura trazer, para o entendimento das nações, esse conceito amplo. E com isso, afasta-se em definitivo de uma lista, seja ela exemplificativa ou exaustiva, das patologias ou das situações de déficit que as pessoas consideradas deficientes, no nosso País, têm hoje que se ajustar a essa questão. Todos sabem que o conceito de pessoa com deficiência e a caracterização de pessoa com deficiência na Legislação Brasileira está, principalmente, não na lei 7853/89, que é a nossa Lei Federal maior sobre o tema, mas está no Decreto 3298 com a alteração trazida pelo Decreto 5296/2004. Nessa conceituação, nós procuramos com uma série de consultas públicas, ajustar à realidade nacional, o conceito que havia sido cunhado em 99, como disse, pelo Decreto 3298. Entretanto, por mais que se procure consertar, que se procure adequar, que se procure ser mais justo em relação à conceituação de deficiência, sempre há uma dificuldade em verificarmos se na área da deficiência auditiva, na área da deficiência visual, na área da deficiência física, na área da deficiência mental ou na área das deficiências múltiplas, que são as várias categorias existentes na Legislação de hoje, se há um equilíbrio entre os graus que ali estão manifestados. Me refiro, por exemplo, ao fato de que, até 2004, não tínhamos, dentro da conceituação da deficiência visual, a presença das pessoas com baixa visão. Tínhamos tão somente aqueles com redução do campo visual, a menos de 60 graus, e aquelas pessoas com déficit auditivo tão grande que dá a elas a condição... Um déficit visual, perdão, desculpe, um déficit visual e não auditivo, dá a elas a condição de cegueira. Mas um grande contingente de pessoas com baixa visão, estava à margem da classificação de pessoas com deficiência. E portanto, não poderia

utilizar-se de todas as políticas de ação afirmativa que o País têm para as pessoas com deficiência. Exemplo) – As cotas de mercado de trabalho, o acesso ao concurso público através de uma reserva de cargos específica e questões dessa natureza. O próprio passe livre interestadual que é um benefício de apoio às pessoas com deficiência de caráter nacional, e teríamos o próprio benefício ou prestação continuada que a Legislação da Assistência Social traz. E aí, por aí vai uma série de outras questões.

Se nós partirmos para o campo da deficiência auditiva, também teremos uma série de dificuldades. A mesma coisa em relação à deficiência motora. Portanto, Senadores, me parece que quando utilizarmos a definição e a conceituação de deficiência, de pessoa com deficiência conforme vem sendo trazido pela Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, podemos já, no projeto do substitutivo, trazer uma conceituação diferenciada para o Brasil. E essa conceituação não deve mais trazer uma lista, e sim toda uma outra maneira de chegarmos ao conceito de pessoa com deficiência.

Eu me refiro a um Projeto metodológico em que possamos avaliar percentuais de desempenho. Levando em consideração o ambiente sócio-econômico, o ambiente próximo à pessoa, os recursos que ela dispõe, e a própria atitude da sociedade. Há uma série de escalas de avaliação e em espanhol, valoração, aqui cumprimentando o nosso convidado e grande amigo, Luiz Fernando Astorga, da Costa Rica, responsável pelo Projeto Sul(F), e para isso depois ele vai também fazer comentários. O importante é que nós possamos ter, a exemplo da Espanha e de outros Países, mas, especialmente o modelo espanhol que é mais próximo de nós, e que vários tivemos a oportunidade de participar de capacitações através da rede governamental inter ibero-americana de cooperação técnica, trazer para o Brasil essa conceituação. Isso significa que a pessoa já não seria mais caracterizada como pessoa com deficiência por um determinado diagnóstico. Não é o fato de ter uma doença que potencialmente levaria, ou não, ao caso de um déficit funcional, vamos tomar, por exemplo, diabetes. Sempre há uma dúvida – A pessoa diabética, ela deve ou não ser considerada pessoa com deficiência? E aí alguns defendem a deficiência orgânica.

E aí nós cairíamos num rol infinito de patologias, medicalizando o conceito de pessoa com deficiência, que é tudo aquilo que nós atualmente já não queremos. Porque consideramos que é muito mais um fenômeno sociológico e antropológico, próprio da inerência humana, do que uma listagem de doenças. A outra questão é que nós podemos, através de uma classificação que

traga percentuais de capacidade de desempenho, fazer com que cada pessoa, de acordo com o seu grau de limitação funcional, receba do Estado, no caso do Estado Brasileiro, e da sociedade, os apoios necessários para o seu próprio grau. E não todos aqueles que seriam necessários igualmente como é feito hoje.

Então, seria muito mais justa a questão de justiça, e aí a justiça meritocrática, talvez se aproximasse mais da justiça da necessidade, do que mantermos a maneira como hoje classificamos pessoas com deficiência.

Então, aqui eu trago, talvez um desafio, e uma proposta, para que autuaremos a maneira como a questão da deficiência é tratada. Para sua própria definição. E nesse caso, o substitutivo deveria ser totalmente alterado nesse aspecto, assim como a Legislação vigente. E é através da proposta do estatuto do Senador Paulo Paim, atualmente com o Relator Senador Flávio Arns, é que então poderíamos, mais rapidamente, recepcionar todo esse novo conceito.

Eu diria a todos aqui presentes que não é uma tarefa fácil. Não é. A própria Universidade de Salamanca levou 10 anos para desenvolver esse processo. Mas nada nos impede de aproveitarmos a experiência desenvolvida por essa universidade da Espanha, e por tantos outros, a própria maneira como o País... Um País menor, com mais dificuldades econômicas, como o Equador, conseguiu dar esse passo à diante. E hoje tem essa caracterização de pessoas com deficiência, baseada em percentuais de desempenho e de comparação entre o que a sociedade oferece e aquilo que a pessoa precisa.

Então, esse fica sendo o primeiro dos nossos comentários, e que acredito, será facilitado pela própria convenção da ONU. Não sei quanto tempo ainda disponho. Terminado.

Se me permite, faria mais um comentário. Temos ainda a preocupação de como o estatuto, ou uma consolidação de leis, fará para evitar que a palavra, conforme depuser o regulamento, apareça no texto. Quanto mais vezes aparecer esta expressão ou algo assemelhado, significa que mais teremos que novamente voltar ao Instituto do Decreto. Teríamos que fazer Decretos complementares à Lei do Estatuto. Portanto, estamos sempre numa balança, em que pesa, de um lado, a nossa possibilidade de colocar dentro do estatuto todas as leis hoje já consagradas, com suas regulamentações. E dentro desse aspecto, algumas questões, nós sabemos que não poderão... Algumas minudências, assim como no Decreto da acessibilidade temos normas de especificação técnica que ali são referidas, alguns detalhes que sabemos que são necessários para o aspecto operacional, muitas vezes

pela própria técnica Legislativa, não podem ser trazidos ao nível de lei.

Mas, por outro lado, se já temos a lei, exemplo, a lei 10.098 e a lei 10.048 que dizem respeito à acessibilidade e seu Decreto, que foi amplamente aceito pela sociedade brasileira, os 5.296, nós temos que pesar como vamos retirar esse Decreto de circulação, permitam-me usar essa expressão, e voltar a regulamentar outros aspectos. Me parece, mais uma vez, que aí deveríamos agir com a capacidade de um cirurgião com o seu bisturi, através de um mecanismo de cirurgia, micro cirurgia. Isso significa que iríamos ao detalhe. E dentro do possível, do mais possível, fazer esse equilíbrio da balança, colocando na lei, no estatuto, portanto, tudo que for possível em termos de elevação da condição de Decreto à condição de lei, e aquilo que não for possível, nós então deixaríamos para a etapa posterior, que é uma etapa do Executivo. E aí, mais uma vez, ainda que representando aqui a coordenadoria e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, a CORD, tem uma preocupação.

Muitas vezes os Decretos levam muito tempo para serem preparados e tornados realidade. Esse é o próprio exemplo da Legislação da acessibilidade. Quer seja por complexidade, quer seja por, às vezes, não ser agenda prioritária. O que nesse momento não é o nosso problema. A agenda da pessoa com deficiência está posta no Governo Federal. Mas nós temos que pensar que isso é uma situação que muitas vezes não é suficiente para acelerarmos os processos. Então, esse é um desafio.

Por outro lado, os Decretos que temos hoje, eles são usados na tentativa de serem leis, mas não contemplam, sabemos, com o mesmo equilíbrio as deficiências sensoriais. E aí, sim, cabe perfeitamente que a convenção que tocou no tema da capacidade de darmos subsídios legais para que as pessoas com deficiência sensorial tenham o mesmo acesso à informação, à comunicação, ao lazer, ao esporte, ao turismo, tudo dependendo dos recursos que sejam colocados para o seu desempenho, isso tem que ser recepcionado na Legislação brasileira, porque aí é que está a nossa maior lacuna. Me refiro a questões como a acessibilidade à leitura por parte das pessoas com deficiência visual, a acessibilidade à comunicação e informação, das pessoas com deficiência auditiva, que, apesar disso, nós já temos um passo, apesar das lacunas da Legislação, nós já demos um passo muito grande. Mas aí caberia, portanto, uma melhor organização dos textos legais. Eu agradeço, peço desculpas por ter me estendido do meu tempo, e acredito que esse debate trará para todos nós uma posição muito mais de otimismo. Porque a convenção da ONU é uma

convenção progressista, e a proposta do substitutivo que vem sendo trabalhado com muita capacidade de todos aqueles que contribuem para o processo desde 2003, que está sendo estudado dentro do Senado Federal, e nós sabemos também que há o outro processo em andamento, que é o processo da Câmara dos Deputados. Que também estuda o mesmo Projeto original, o 3638, também de autoria do Senador Paim, na época como Parlamentar Deputado. Nossas atenções devem estar voltadas para ambas tramitações. E nesse momento, sem dúvida nenhuma, é o substitutivo do Senado que já apresenta um grau de maturação que mais interessa a todos nós.

Muito obrigada.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu vou passar a palavra agora ao

Dr. Fernando, Luiz Fernando, mas antes eu queria colocar um problema com base na fala sobre a categorização do assunto, do tema, do problema da deficiência, Dr. Luiz Fernando, querendo trazer algo de diferente da deficiência, que é limitação. Por exemplo, o caso da diabetes. Eu acho que a gente tem a deficiência, e tem limitação. E nessa limitação eu volto a insistir, falei isso recentemente no Senado, a gente precisa colocar o problema da falta de educação. O analfabetismo, se a gente não trata como uma deficiência, pelo menos tem que tratar como uma limitação. Porque não tem o mesmo desempenho a pessoa que não sabe ler, de que a pessoa que sabe ler. É uma forma de cegueira não saber ler. E eu gostaria de ver o apoio de todos nós que trabalhamos no problema dos que têm deficiências físicas, biológicas, mentais, que também são biológicas, o problema da falta de educação no Brasil como um vetor de manutenção de uma deficiência ou de uma limitação. Passo a palavra ao Dr. Luiz Fernando, com muito prazer de tê-lo aqui conosco.

SR. LUIZ FERNANDO) – Muitíssimo obrigado, bom dia a todos e todas, Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão; Senador Paulo Paim, Vice-Presidente; Senador Marcelo Crivella, membro da comissão, Distintas amigas e amigos Isabel, Paula, Tadeu e outros que compartilham a mesa. Nessa audiência pública tenho a honra de acompanhá-los num esforço extraordinário que o Brasil está fazendo. Parece-me excelente que haja uma atividade como essa no Senado. Não é comum esse tipo de encontros na América Latina. Eu os saúdo sinceramente. Vejo um caminho promissor a partir destes encontros e destes esforços.

Quero falar sobre a convenção durante alguns minutos. Eu fiz um trabalho... Vou me concentrar na convenção, mas quero mencionar que aqui nesse texto

existem duas colunas, há a convenção e há o estatuto. Quero tratar dos pontos de encontro, dos temas que são comuns e dos temas que não são comuns. Creio que seja um exercício interessante. Mas vamos ver a convenção em três grandes capítulos. Começamos então com a notícia.

O que eu queria apresentar-lhes, e que eu chamo de “a notícia”, é o que temos que compartilhar. Temos pela frente a eminente aprovação da convenção. Vocês sabem que em 25 de agosto passado, depois de quase cinco anos de um trabalho intenso do comitê *ad hoc* criado pelas Nações Unidas, pela Assembléia Geral, em 2001, para a elaboração da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Necessidades Especiais, na oitava reunião, foi aprovado o rascunho do texto. É um rascunho porque só se torna a Convenção depois que a Assembléia Geral o aprove. Esperamos que entre 13 e 15 de dezembro o assunto seja submetido à Assembléia Geral das Nações Unidas e seja aprovado. Essa vai ser a data. Chegou-se a pensar que seria o Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro, mas é um domingo, então não poderia reunir-se a Assembléia nessa ocasião. Essa é a perspectiva, que na quarta-feira 13 ou na sexta-feira 15 já tenhamos a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Necessidades Especiais.

Vamos ver em quatro imagens o processo. Ainda que seja possível fixar antecedentes desde a década de 80 e 90, inclusive com um esforço anterior que termina com a elaboração das normas uniformes para equiparação de oportunidades – que já foram um primeiro passo, mas que tinham a limitação de não serem vinculantes para os estados – o que temos como bandeirada de saída desse processo é a resolução 56.168 aprovada pela Assembléia Geral em 19 de dezembro de 2001. Com essa resolução as Nações Unidas iniciaram um processo que, exatamente como estava previsto inicialmente, não quer dizer que teria que terminar numa convenção – apesar de ser muito bom que a tenhamos -, mas que ficasse aberto. Esse comitê *ad hoc* estava pensado para que tivéssemos propostas, mas não havia uma determinação de que fosse feita a convenção. Por sorte, conseguimos que o processo desembocasse nisso.

Isso começa quando o México envia uma pessoa com necessidades especiais como co-presidente da delegação mexicana a Durban (F), na África do Sul, para a Conferência contra o Racismo. Então, eles sugerem no plano de ação, no ponto 180, a necessidade de contar com uma convenção ampla e integral que reconheça a dignidade e os direitos das pessoas com necessidades especiais. Esse pontinho que poderia ter passado despercebido foi defendido pelo México nas

Nações Unidas, no outono de 2001. Teve de enfrentar a resistência principalmente dos países desenvolvidos que não queriam que houvesse um processo ou uma convenção.

Eu conheço esse processo desde o primeiro momento, eu e uma colega, uma amiga brasileira, Rosângela Bergman (F), do Instituto Interamericano sobre Necessidades Especiais. Porque os mexicanos nos pediram que fizéssemos uma campanha internacional para que as organizações tomassem conhecimento e pressionassem seus governos, especialmente dos países desenvolvidos, para que eliminassem a resistência. Por sorte, tivemos êxito e contribuimos de alguma forma para que o México pudesse negociar bem e conseguisse emplacar essa resolução 56.168.

Em síntese, o processo está aí. Peço desculpas aos amigos e amigas cegos, porque não tenho essas lâminas em Braille, mas está aí. A primeira reunião depois de 2001 será em agosto de 2002 e será um debate teórico. Aí os países estavam Tateando, havendo pronunciamentos a favor e contra. Nessa primeira reunião dos estados uns queriam que houvesse e outros seguiam resistindo. Essa reunião pode ser definida por uma palavra em espanhol que é “tal vez” (talvez). Não havia nenhuma segurança de que o processo pudesse avançar como depois avançou.

A segunda reunião foi muito significativa porque já se havia começado a vencer as resistências. Um elemento importante dessa segunda reunião é que o Kofi Anan esteve lá e falou por cinco minutos. Isso teve um significado nas Nações Unidas, nos códigos das Nações Unidas, de que efetivamente deveria haver uma convenção. Era como uma “benção papal”, mas nesse caso era o Secretário-Geral da ONU.

A outra coisa que aconteceu na segunda reunião foi a criação, por iniciativa extraordinária... Pela primeira vez as Nações Unidas sugeriram um mecanismo diferente para elaborar uma convenção. Sempre se criava uma comissão de especialistas muito cara para as Nações Unidas e muito lenta, e que deixava de fora a sociedade civil. Nessa ocasião decidiu-se que se fizesse uma comissão mista, com a participação de 27 estados e 13 representantes das organizações da sociedade civil. Nunca houve tamanha abertura para... Aí realmente seria uma negociação na elaboração do tratado na qual participaríamos. Eu tive a honra de representar as organizações não governamentais das Américas nesse grupo de quarenta pessoas que, finalmente e com muito esforço, consegui fazer o rascunho, sobre o qual se trabalhou na terceira, na quarta, na quinta e na sexta comissão do comitê especial.

Foi uma negociação muito intensa. No final da sexta reunião já tínhamos um texto muito elaborado,

com muitas revisões. O presidente do comitê *ad hoc* fez uma síntese desse texto que serviu de base na sétima reunião desse ano. Era um documento muito processado, muito trabalho. Daí negociou-se o que era possível e só ficaram alguns temas pendentes que, felizmente, foram resolvidos na oitava reunião de agosto. Então foi aprovado, *ad referendum*, esse tratado, que já está no forno. Esperamos que não se queime, e que seja aprovado já em dezembro.

Aqui há algo fundamental que quero destacar. Obviamente que esse foi um esforço de trabalho, um esforço intelectual, um esforço formidável de negociação, que tem como atores os estados, os organismos especializados das Nações Unidas além de outros especialistas, mas tem, sobretudo, a participação da sociedade civil. Desde o primeiro momento, da primeira reunião, houve a presença de representantes de pessoa com necessidades especiais que foram recebidas nas Nações Unidas com certo assombro educado. Éramos gente muito diferente, com muitas características diferentes, com muita diversidade. Pudemos entrar nas Nações Unidas. A primeira reação na porta da frente provavelmente foi de pena. Vieram de muitos lugares, fazendo muito esforço, carregando suas necessidades especiais. Não nos demos conta de que aí se iniciava um processo extraordinariamente importante que, com o lema “nada perto de nós, mas nós mesmos”, (*ininteligível*) das pessoas com necessidades especiais. Haveria uma contribuição política muito importante da sociedade civil e uma contribuição técnica. Os delegados do comitê *ad hoc* das missões dos países não sabiam nada sobre necessidades especiais. Eles sabiam de preconceitos sobre necessidades especiais. Eles se deram conta de que não eram necessários especialistas, porque as pessoas com necessidades especiais eram especialistas e tinham condições e critérios políticos maduros para falar sobre o assunto. Isso foi muito importante, porque vai pesar muito a influência da sociedade civil em Nova Iorque para a elaboração de tratados.

Isso foi feito através do Caucus (F) Internacional sobre Necessidades Especiais que reuniu organizações internacionais, nacionais e regionais de pessoas com necessidades especiais além de ONG relacionadas às necessidades especiais. O Caucus (F) trabalhou com muito empenho, com muita maturidade, e sempre interveio de maneira muito adequada.

O Caucus (F) sempre teve um problema que era a assimetria na participação, ou melhor, na origem. Não sei se vocês sabem, mas, 82% da população com necessidades especiais está nos países do sul. No norte desenvolvido há 18%. Porém, na representação das pessoas que foram à ONU, a imensa maioria era de

gente dos países do norte, por razões lógicas) – recursos, organização. Nem sequer era necessário obter visto para entrar em Nova Iorque, o que se tornou um fator importante. O sul estava sub-representado. É por isso que a Hand Cap Internacional e o Instituto Interamericano sobre necessidades especiais começamos o chamado Projeto Sul, que tinha como propósito mobilizar líderes com necessidades especiais de países pobres, de países do sul, para que interviessem no tratado, para que levassem suas idéias, seus pensamentos, para que o tratado, sendo universal, refletisse a situação de todas as pessoas com necessidades especiais. Há um dado importante – 80 % das pessoas com necessidades especiais dos países do sul vive abaixo da linha da pobreza ou em extrema pobreza. Dever-se-ia dizer coisas que as pessoas com necessidades especiais dos países desenvolvidos não teriam condições de dizer.

Aí há uma conquista quantitativa e qualitativa muito grande. Deixou-se uma marca como sul, falando com o sul. Inclusive, como reconheceu o Presidente Mackey (F), o sul) – tanto as organizações como os países) – foi fundamental para a inclusão de um artigo sobre cooperação internacional bastante bom, bastante favorável. Uma conquista quantitativa foi que participaram da sétima reunião trinta pessoas com necessidades especiais do Projeto Sul, eram de 20 países. Na sétima reunião foram 40 pessoas de 22 países.

Vamos começar agora concretamente a análise do tratado. Isso vai ser uma radiografia, não uma tomografia axial computadorizada. Vai ser rápida, não se preocupem.

Pensem na convenção como um edifício. Sabemos que para todos os edifícios é necessário fazer uma perfuração para colocar diferentes cimentos. O primeiro cimento que podemos citar é a idéia de que as necessidades especiais são um produto social, fruto da relação da pessoa com deficiência com o entorno incapacitante. As necessidades especiais não podem ser vistas como algo inerente a mim enquanto pessoa portadora de deficiência. Eu, que sou uma pessoa amputada, a única perna que me restou é incapaz de me sustenta mesmo com a ajuda de muletas, eu preciso de uma cadeira de rodas. Não é isso. Minha condição é diferente. Minha história de vida é diferente num país, numa sociedade inclusiva, completamente acessível, ou numa medianamente acessível, com a Costa Rica. Mas se eu vivo num país africano, numa aldeia africana, onde não tenho nem ajuda técnica, minha história de vida é outra. E eu sou exatamente o mesmo. A necessidade especial é minha, mas a incapacidade me é outorgada pela sociedade. Isso é muito importante, porque eu posso por toda a culpa na sociedade. Mas

a sociedade não está conduzida por um ente que não existe. Existe o Estado. E o Estado aparece como responsável principal pela incapacidade. Então, que deve pagar. O Estado tem que pagar.

Esse é um enfoque completamente diferente e é assim que se constrói a convenção. O Estado tem de fazer essa correção, tem que eliminar as barreiras criando a acessibilidade. A pessoa já tem a necessidade especial, mas pode-se diminuir a sua incapacidade. O que estamos dizendo é que sejam criadas as condições adequadas para que as pessoas com necessidades especiais participem da sociedade, sejam incluídas nela, e gozem dos direitos em igualdade de condições.

Há algo que ilustra, que (*ininteligível*). Não parte de um modelo matemático absolutamente rigoroso, mas seria interessante desenvolvê-lo. Em outros termos, a incapacidade é uma variável que resulta da interação entre uma variável que está relacionada à funcionalidade da pessoa e outra variável que está relacionada ao entorno e à organização social. Para ilustrar o impacto do entorno na relação entre incapacidade e limitação funcional, desde um ponto de vista matemático, utilizamos a seguinte equação – de um colega brasileiro, Marcelo Medeiros, que trabalha no PNUD – a d (discapacidade) é de incapacidade é igual à limitação funcional pelo entorno. Agora vamos ver os resultados na próxima.

Se dermos valor “0” a um entorno imaginário lindíssimo, que não tenha nenhuma barreira, o produto dessa equação será sempre zero, independentemente do valor atribuído à limitação funcional. Porém, na medida em que o entorno tenha valores maiores, incrementar-se-á o valor funcional da incapacidade na vida das pessoas. Isso é muito mais complexo, é qualitativo. Mas, o que se reflete aí é que se há a limitação funcional “1” e um entorno sem barreiras, a incapacidade é zero. Se a limitação funcional é “5” e o entorno é sem barreiras, a incapacidade é zero. Mas, se a limitação funcional é “1” e o entorno tem barreiras, a incapacidade é “1”. Se a limitação funcional é “5” e um entorno “5”, a incapacidade é “25”. Isso é só para ilustrar, para mostrar com o entorno pode criar condições de falta de acesso que realmente compliquem a vida, que excluam e discriminem as pessoas com necessidades especiais.

O cimento que citei inicialmente é essa consideração de que a incapacidade é um produto social. Mas, a Convenção das Nações Unidas foi edificada sobre oito princípios, e tem que ser consistente nisso. Quais são? Dignidade inerente, autonomia individual e independência das pessoas com necessidades especiais. Não-discriminação, participação e inclusão plena

dessas pessoas na sociedade. Respeito à diferença e aceitação da deficiência como parte da diversidade da condição humana. Igualdade de oportunidades. Acessibilidade. Igualdade entre homem e mulher. Respeito à evolução das faculdades das crianças e direito a preservar sua identidade. Pensem num edifício. Foi construída a base inicial que define a incapacidade e aqui há oito pilotis sobre os quais será montada a estrutura do edifício. São esses oito pontos que estão incluídos no artigo 3 da Convenção.

Outro aspecto que é importante destacar na convenção... Agora, se vocês me disserem que esta é a Convenção que as organizações de pessoas com necessidades especiais redigiram sozinhas... Não! Certamente teria sido outra convenção. Esse é o produto de uma negociação complexa, difícil, intensa, mas muito produtiva. Mas, desse produto, é importante resgatar que, a partir das bases destacadas, foi construído o edifício da convenção com uma lógica sistêmica. Não quer dizer que um artigo (*ininteligível*) dessa lógica de construção. Mas, a convenção também está assentada sobre um tripé que é importante – não-discriminação, direitos humanos e desenvolvimento social inclusivo. Digo isso porque, se compararmos a Convenção Interamericana para a Eliminação de toda forma Discriminação contra as Pessoas com Necessidades Especiais, a convenção da Guatemala... Essa até contribuiu nesse esforço, mas é uma convenção restrita à não-discriminação. Nesse sentido, a Convenção das Nações Unidas é realmente completa. Mas, o tratado está centrado em direitos abordados de forma genérica, não tem caráter prescritivo. Obviamente, deve haver um trabalho complementar dos estados para desenvolver legislação, para desenvolver políticas públicas que dêem reforço aos fundamentos da convenção.

Uma coisa que sempre se evitou foram as listas com enumerações. Pensou-se que se fossem feitas listas em artigos da convenção sempre haveria exclusão. Uma lista não pode ir até o infinito. Então, é melhor tratar isso como um princípio que defina bem a inclusão de todos, sem listas que possam gerar exclusão.

A Convenção é uma rampa. Eu comparo a convenção com uma rampa. Eu gosto muito das rampas, como vocês podem supor! Com a Convenção não foram criados direitos novos e especiais para as pessoas com necessidades especiais. Não existe, por exemplo, um direito à acessibilidade. A acessibilidade é um meio para o exercício de muitos direitos. Por exemplo – a livre mobilidade pode ser entendida como a existência de rampas, de plataformas, de elevadores, pode ser entendida como acesso aos ônibus ou ao entorno urbano, pode ser entendida pelo fato de eu ter mobilidade com a minha cadeira de rodas, e as outras pessoas com

capacidades restritas também, sem nenhuma dificuldade. A acessibilidade tem o fim de gerar condições para que se respeitem outros direitos. Para uma pessoa surda acessibilidade é interpretação em LIBRAS, isso rompe a barreira do acesso à informação e à comunicação. Para pessoas cegas, a existência de textos em Braille, ou em outros sistemas semelhantes, também significa acessibilidade. Nesse sentido, dizemos que a Convenção é um instrumento facilitador para o exercício e gozo dos direitos reconhecidos pelo sistema universal, para que as pessoas com necessidades especiais desfrutem deles plenamente, em igualdade com os demais. Por isso dizemos que é uma espécie de rampa para que as pessoas com necessidades especiais alcancem todos os direitos.

Vamos ver rapidamente o esqueleto da convenção. A convenção, dentro dessa análise... Primeiro temos o preâmbulo. É importante destacar que seus conteúdos não são vinculantes, e busca três propósitos. Aí se apresenta a justificativa do tratado. Em segundo lugar vêm as relações com outros tratados e instrumentos de direitos humanos do sistema internacional, além dos elementos para a interpretação das disposições contidas no resto do tratado. Que outros elementos já temos? Bom, disposições de alcance geral que estão nos primeiros artigos, propósito, definições. No Propósito é interessante destacar que a Convenção não coloca a definição de uma pessoa com necessidades especiais, mas uma descrição, para que não haja interpretação. Aí também se destaca essa relação da pessoa com necessidades especiais e o entorno, da qual falei antes.

Em seguida vêm os princípios gerais e um assunto muito importante, que são as obrigações gerais dos estados. Há dois assuntos que são muito importantes em sua transversalidade. Ainda que haja um artigo sobre mulheres e meninas e outro sobre crianças com necessidades especiais, na verdade, ao longo da Convenção, há perspectivas de gênero e de faixa etária. A questão da idade vai ser abordada em vários artigos da Convenção. Esses dois que aparecem individualmente tratam de chamar a atenção para essa transversalidade.

Também há um artigo sobre situações de risco e emergências humanitárias que é muito importante. Percebeu-se que muitas pessoas com necessidades especiais morreram quando aconteceram as enchentes do sul dos Estados Unidos exatamente porque não se pensou... Isso acontece em todas as partes do mundo, todos os dias. Há uma situação de maior vulnerabilidade diante de situações desse tipo.

Há algo que é importante destacar em quatro artigos do tratado que não abordam direitos exatamente,

mas que são geradores de condições para o exercício dos direitos de maneira multiplicadora. Quais são? A tomada de consciência. Esse artigo está orientado... É o estado desempenhando um papel muito ativo para que a sociedade mude, para que o entorno sócio-cultural seja realmente inclusivo, para romper com as barreiras de atitude. O outro, que está relacionado à acessibilidade física e o entorno comunicativo e informativo... A compilação de dados estatísticos foi o que se questionou muito, no final houve até uma briga. É importante. Em termos de incapacidades há muitos problemas de investigação. Nos países pode ser feito um trabalho rigoroso, podem-se montar centros de investigação que aportem elementos importantes para o planejamento do desenvolvimento e para impulsionar mudanças. É muito importante como está enfocada a cooperação internacional. Coloca-se, já como compromisso das Nações Unidas, que a cooperação internacional e, particularmente, a cooperação para o desenvolvimento tenham um caráter absolutamente inclusivo e acessível. (*ininteligível*) para que aquele estado que receba a cooperação construa e desenvolva programas acessíveis e inclusivos.

Seguindo com o esqueleto, vêm em conjunto os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Sugerem-se também os mecanismos de monitoramento nacionais e surge a necessidade de que haja instâncias, uma ou mais instituições nacionais, que dêem prosseguimento aos compromissos do estado desde que se converta em estado parte dessa convenção. Também se sugerem mecanismos de monitoramento internacional que incluem a criação de um comitê de vigilância, um órgão de vigilância constituído primeiro por doze e depois por dezoito especialistas. Ainda, sugere-se a criação de uma conferencia internacional para discutir nas Nações Unidas os avanços no cumprimento da Convenção. Esse tratado foi aprovado com um protocolo facultativo que dá opção às pessoas com necessidades especiais, a seus representantes e órgãos, de comunicar, de apresentar denúncias de violação dos direitos dos direitos humanos que levem os estados ao banco dos réus. É claro que é um protocolo facultativo ou opcional que os estados poderão ratificar independentemente da Convenção.

Depois vêm o que eu chamo de disposições administrativas, do artigo 41 ao 50, que tratam do depósito, da assinatura, da entrada em vigor, dos idiomas oficiais, das reservas, das emendas, das denúncias ao tratado, etc...

O que estava dizendo é que junto com o rascunho da convenção foi aprovado em 25 de agosto um rascunho do protocolo facultativo, opcional, do tratado que fixa as condições para o recebimento por parte do

comitê de denúncias de pessoas ou grupos de pessoas que estejam sob a jurisdição de um estado-parte e que aleguem ser vítimas de violação das disposições da Convenção. O Protocolo, por sua natureza, pode ou não ser adotado pelos estados de maneira independente da Convenção.

Bom, sempre se diz que quando o assunto são os direitos civis e políticos faz-se a distinção de que os civis são de aplicação imediata – pode ser uma situação absolutamente excepcional para que (*ininteligível*) o estado restrinja as liberdades básicas -, mas os direitos econômicos, sociais e culturais são de aplicação progressiva. O problema é que há uma vacina contra isso quando se fala da indivisibilidade da interdependência dos direitos. Quando se trata de necessidades especiais isso é muito mais profundo. Essa distinção se torna um obstáculo para um exercício pleno. Por exemplo – a livre mobilidade, que é um direito civil, que é uma liberdade. Para a pessoa com mobilidade restrita, se não há rampas, se não há elevadores, se não há transporte acessível, essa liberdade se torna uma quimera. Nega-se-lhe um direito básico. Como com a liberdade de comunicação e expressão. Se não há instrumentos, meios, ela também se torna uma quimera. Então, a interdependência, a indivisibilidade e a integralidade entre direitos civis, políticos, econômicos, culturais e sociais adquire, nessa Convenção, uma dimensão muito mais concreta que nas demais.

Ainda que tenha havido uma proposta inicial da Austrália para que se separassem os direitos civis e políticos, ordenando-os muito bem, dos direitos econômicos e sociais, na verdade eles se misturam. Vocês verão que não há um número contínuo, porque há um conjunto de direitos civis e políticos – há (*ininteligível*) direito à vida, reconhecimento como pessoa diante da lei, acesso à justiça, à liberdade e à segurança individual, direito a não ser submetido à tortura ou outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, proteção contra a exploração, a violência e os abusos, proteção à integridade pessoa, liberdade de ir e vir e de nacionalidade, direito de viver de forma independente e de ser incluído na comunidade, mobilidade pessoal, liberdade de expressão e opinião, acesso à informação, respeito à privacidade, respeito ao lar e à família, participação na vida política e pública. Aí está o conjunto de direitos civis e políticos abrangidos pela Convenção.

(interrupção no áudio).

SR. LUIZ FERNANDO – Porém, como dizia aqui, a interdependência, a indivisibilidade e a integralidade são princípios que devem ser observados para a realização plena do conjunto dos direitos humanos das

pessoas com necessidades especiais. Aqui, os que aparecem são esses, são os direitos econômicos, sociais e culturais. Aparece a educação, a saúde, a habilitação e reabilitação, trabalho e emprego, nível de vida adequado e proteção social, participação na vida cultural, nas atividades recreativas, direito ao lazer e ao esporte.

É bom observar duas coisas. Aqui, na realidade, se definem grandes princípios. Corresponde aos estados o desenvolvimento de estatutos sobre as necessidades especiais montado sobre essa plataforma, que pode ter um desenvolvimento muitíssimo maior em cada assunto. Mas, aqui se definem princípios fundamentais. Outra coisa que é importante destacar é que sempre que surge o tema da saúde se diz saúde e reabilitação, como uma unidade. Isso porque sempre se associou a reabilitação a uma questão médica e de saúde. Na verdade, a habilitação e a reabilitação podem acontecer com saúde, com esse trabalho, com educação, com proteção social. Há muitos mais âmbitos, não somente o da saúde como se pensa tradicionalmente. Por isso aqui aparece um artigo separado.

Há outros dois aspectos que quero destacar que estão relacionados ao específico e com o transversal. Mesmo quando se incluem dois artigos específicos sobre mulheres e sobre crianças, tanto o aspecto de gênero quanto o etário (*ininteligível*) estão considerados transversalmente convenção.

A interdependência, quero destacá-la como um elemento muito importante, porque não podemos entender a aplicação dos direitos de todas as pessoas com necessidades especiais se não há um avanço real e substantivo em direitos econômicos, sociais e culturais.

Vou terminando com a marca do novo paradigma, ou seja, com esse tratado, o modelo-paradigma dos direitos humanos e do desenvolvimento social conta com uma base jurídica de aplicação obrigatória, vinculante e universal, situação que não existia antes. Se (*ininteligível*) um dos modelos, dos paradigmas sobre necessidades especiais, se encontrará uma progressão que vai desde a anulação dos direitos mais fundamentais até um avanço intermediário onde se reconhece parcialmente os direitos das pessoas com necessidades especiais e agora, com essa Convenção, pela primeira vez são reconhecidos todos os direitos dessas pessoas.

Esse tema não é novo. Vem sendo trabalhado. A diferença é que agora, pela primeira vez há um tratado internacional vinculante que abrange o modelo, o paradigma dos direitos humanos e o desenvolvimento social. Com isso é de se esperar avanços na aplicação prática e progressiva desse modelo, o que possi-

bilitaria o desenvolvimento humano das pessoas com necessidades especiais, transitando por caminhos que até hoje fizeram parte de um sonho. A diferença é que com o apoio desse instrumento jurídico, dessa Convenção, podemos avançar nesse sonho de fazer com que as pessoas portadoras de necessidades especiais sejam tenham reconhecida a sua dignidade, inerente e intacta, que sejam sujeito de direitos e não objeto de pena e compaixão, e que participem da construção do desenvolvimento e das *(ininteligível)* onde nos tocou viver.

Termino dizendo o seguinte – hoje, mais do que nunca, com a segurança que deu às pessoas portadoras de necessidades especiais e as suas organizações o fato de terem sido protagonistas da construção dessa Convenção, reiteramos ao mundo que “nada ‘sobre’ as pessoas portadoras de necessidades especiais, mas sim as próprias pessoas portadoras de necessidades especiais”. Obrigada.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Antes de passar a palavra para a Regina Maria Mello Atalla(F), eu quero dizer que eu cometi uma falha algum tempo atrás quando disse que além de não termos rampas para subir, não tínhamos intérpretes de LIBRAS. É que desde o dia 08 de novembro, o Senado contratou, tem lotado aqui quatro pessoas. E eu quero agradecer o trabalho deles e citar os nomes. É Maria de Lourdes Costa, Maria Pereira, Rita de Kássia, e Antônio Carlos. Agradeço muito e parabeno o Senado e ao Presidente Renan Calheiros, por termos essa tradução.

Quero um simples comentário sobre a fala. Eu mandei olhar no dicionário, mas parece que é difícil, alguns de vocês podem me dizer, se existe em português a palavra *descapacitado*. Não existe. Existe a palavra *incapacitado*, ou *deficiente*. Eu creio que essa idéia *descapacitado*, não no sentido de *deficiência*, mas do des. De retirada de uma capacidade é muito interessante. Porque se fala *incapacitado*, dá a idéia de definitivo. Quando se fala *descapacitado*, dá idéia de que a gente pode suprir a *descapacidade*. É uma pobreza lingüística que eu espero que vocês ajudem a superar convencendo os lexicógrafos, a colocarem a palavra no próximo dicionário. Se ainda fosse vivo o meu primo Aurélio Buarque, eu falaria com ele.

Mas eu quero insistir dessa fala uma idéia que eu também coloquei na abertura da semana aqui no Senado. É a idéia de que nós temos dois tipos de *descapacitados* na nossa sociedade latino americana. Os *descapacitados* que têm dinheiro, e os *descapacitados* pobres. E há uma diferença na superação da

descapacidade entre os pobres e os não pobres. Não podemos esquecer isso sempre. Tratar o universo de mulheres, por exemplo, como se não houvesse a diferença entre mulheres ricas e pobres, mulheres negras e não negras, seria um erro. Tratar os *descapacitados* como um universo só, sem fazer a diferença, também é uma falha de análise. E isso a palestra nos ajuda a pensar isso.

Eu passo a palavra, portanto, à Regina Maria Mello Atala, diretora do Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente, CVI- Brasil. Esqueci de comentar que aqui está o Senador, que é o... Que levou a que tivéssemos isso, e que é o Presidente da outra Comissão que trabalha junto, que é o Senador Azeredo. Nosso grande amigo.

(palmas)

SRª REGINA MARIA MELLO ATALA – Muito obrigada, Senador Cristovam Buarque. Queria cumprimentar o Senador Paulo Paim, o Senador Eduardo Azeredo, que enfim, que compõe o time, que se dedicou a essa causa. À causa dos excluídos. E queria me apresentar, enfim, para as pessoas. Meu nome é Regina Atala, sou jornalista, e milito no movimento de vida independente, que chegou no Brasil na década de 80. Esse movimento ele nasce depois da guerra do Vietnã, onde havia um número de pessoas seqüeladas(F), e com deficiências muito severas, que a essa altura eram segregados e asilados nos Estados Unidos.

Então, um belo dia na Califórnia, uma pessoa chamada Eddy Roberts, foi um dos líderes desse movimento, saíram em passeata se rebelando, e não sabiam onde iam dormir. Mas decidiram se rebelar, e daí, nasce no mundo um envolvimento de vida independente. Que pega principalmente o quê? O *impoderamento*(F) das pessoas com *deficiência*, a sua *autodeterminação*, a sua *independência*, e a sua capacidade plena de fazer escolhas.

Então, essa é a filosofia que embasa esse movimento. Hoje nós temos, inclusive a honra de ter o Presidente do CONAD que é o Presidente do CVI- Brasil, do Conselho Nacional do Direito das Pessoas com *Deficiência*, e sou Conselheira também, sou Conselheira Suplente, me orgulho, queria inclusive cumprimentar os Conselheiros presentes, e dizer que essa questão do estatuto, eu fui inclusive no ano passado, eu fui coordenadora da Comissão de Estudos do Estatuto, criada no Conselho Nacional. E eu acho que é, nesse momento começa uma mudança no patamar dessa discussão. Porque até então era muito polarizada. Ou as pessoas eram contra ou as pessoas eram a favor. Mas com uma abordagem muito superficial, sem conseguir fazer uma crítica e um estudo apurado da nossa

Legislação no sentido de aperfeiçoar. Nada no mundo é para sempre. E as leis, como a gente vê hoje, leis de 20 anos atrás, têm problemas muito grandes nessa área que precisam ser revistos.

Enfim, e por participar desse movimento de vida independente no Brasil, tive o prazer de ser convidada pelo Projeto Sul(F) para participar dessas últimas reuniões da ONU, que resultaram no final da redação dessa convenção.

Então, foi extremamente prazeroso, e cheguei à seguinte reflexão. Se há uma Convenção Nacional moderna, progressista, que assegura os paradigmas, que o movimento vem lutando há muitos anos, por que não ter uma Convenção Nacional do mesmo modo? Chamado estatuto... Enfim, que nome tenha esse tratado legal, nacional, que venha auxiliar e a gente reconhecer que aí o Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente, foram, sim, grandes conquistas sociais desses segmentos. E que vem facilitar a vida das pessoas com deficiência. Inclusive a motivação dessa convenção foi reconhecer que, entre as 650 milhões de pessoas no mundo que hoje tem deficiência, 80% como disse o Luiz Fernando, vivem na pobreza. O reconhecimento desse tratado internacional, partir disso também, reconhecer a deficiência como um fenômeno social.

Inclusive, na reunião... Você pode botar a primeira foto? Nessa última reunião, essa foto, ela é, nos momentos finais, dia 25 de agosto foi o último dia da aprovação da convenção. E se disse, nesse dia, inclusive vários representantes de Estados presentes, a ONU, que essa é a maior minoria do mundo empurrada para as margens da sociedade por excessivo tempo. E os resultados são catastróficos, são desastrosos. Porque a pessoa com deficiência, se ela, enfim, na sua maioria pobre, se ela é criança, se ela é mulher, se ela é idosa, ela vai adicionando fatores de segregação social que chega a uma indigência, a uma gravidade que eu, como ativista e como pessoa com deficiência, me assusta até hoje que essa invisibilidade, essa omissão sistemática permaneça. Porque a situação é gravíssima. E não foi a toa que essa convenção foi redigida por esse motivo.

Então, eu vou fazer um... Tentar fazer um filtro entre o que está na convenção, que é conquista, porque a gente não precisa inventar a roda, e os desafios para fazer essa correspondência e a tradução para uma lei nacional. O primeiro, por favor.

Bom, havia, como lhes disse, uma discussão... Para que ter uma convenção de pessoas com deficiência, um tratado internacional de Direitos Humanos se nós já temos sete Tratados Internacionais de Direitos

Humanos? Essa convenção é o 8º Tratado Internacional de Direitos Humanos.

Bom, e aí havia a explicação que é o seguinte, não se trata de criar novos direitos, e sim reconhecer o contexto social da deficiência, a sua especificidade inerente, e conceber um arcabouço legal capaz de conferir materialidade a todo um conjunto de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, negado às pessoas com deficiência, igualdade demais. Essa foi a grande discussão na ONU. Se todas as pessoas têm acesso à saúde, à educação, ao transporte, por que, sistematicamente, até hoje vem sendo negado às pessoas com deficiência? E uma informação para vocês, dos 192 Países que participaram ao longo desse processo na ONU, somente 45 tinham Legislação específica de proteção às pessoas com deficiência.

Então, acho que nesses Países isso vai ser muito importante, nesses países, principalmente onde não há nenhuma Legislação, essa convenção vai ser muito importante como para nós também. Porque ela representa uma mudança de olhar social da pessoa com deficiência. Se passa da visão da incapacidade para a visão da capacidade. O próximo, por favor.

Bom, o texto da convenção. Isso eu vou abordar rapidamente. Estão inscritos vários direitos no âmbito individual e coletivo, era composta como preâmbulo, porque aí é muito importante, porque faz menção a diversos tratados internacionais, e isso, como se trata de uma Lei Internacional de Direitos Humanos é muito importante que se fortaleça, que se marque com muita ênfase essa filosofia e esses princípios no qual se assenta essa convenção.

Bom, composto de 40, 50 artigos... Vou pular isso, que ele já falou. E traz avanços importantes na mudança de paradigmas, baseados na inclusão plena, na valorização da diversidade humana, hoje, inclusive, nos movimentos sociais, quando se fala em diversidade, você associa imediatamente. O negro, a mulher... Mas você não pensa em pessoa com deficiência. Nós não somos poucos, não. Segundo, agora estatísticas de população, 190 milhões, nós não vamos mais 24, nós somos 27 milhões de pessoas com deficiência no Brasil.

Bom, então, esses conceitos foram defendidos por essa coalizão de entidades internacionais, o CAOCs(F), que soma 80 entidades internacionais que fizeram parte dessa ação de defesa da sociedade civil, junto à construção dessa convenção. E que representou e representa a força, a grande força da sociedade civil. O próximo, por favor.

Bom, e aí a gente vai começar... Eu vou abordar do art. 01 ao art. 04. E a gente vai tentar fazer, eu vou tentar fazer um paralelo com o estatuto. Ele diz que o

propósito dessa convenção é promover, proteger e assegurar o desfrute pleno em condições de igualdade, todos os Direitos Humanos, liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência e promover o respeito à sua dignidade inerente.

Então, o estatuto, ele tem que fazer a mesma coisa. Ele tem que ter um propósito muito forte, claro, que dê conta de promover, proteger e assegurar e zelar o cumprimento desses direitos.

Então, sempre que a gente tiver fazendo os dispositivos, gerais ou específicos, a gente tem que usar isso como filtro. Esses grandes princípios. O próximo, por favor.

Bom, e ele diz também, e aí como a Isabel falou, só como uma curiosidade, qual foi a definição de pessoa com deficiência que a convenção escolheu? Como ela disse, não era a melhor definição, mas uma, com a qual, nós poderemos viver. Inclusive, foi tão tenso esse artigo, no penúltimo dia somente, foram duas semanas de reunião, no penúltimo dia ainda estavam presente, pendentes mil reuniões fora de hora, enfim, extras... E o CAOCs(F) chegou a soltar uma nota dizendo o seguinte) – Olha, para ter uma definição muito ruim, é melhor não ter.

Então, se criou uma situação... Como é que vai ter uma convenção dirigida às pessoas com deficiência sem dizer quem são essas pessoas? Então, foi o que ficou. As pessoas com deficiência incluem aquelas que tenham deficiências físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais, permanentes, que ao interagir com diversas barreiras, podem enfrentar impedimentos à sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com os demais.

Então, vamos para o estatuto. Olha só, esse que o Luiz falou no sentido de se fazer uma lista, sempre que você enuncia algo, você deixa alguma coisa de fora.

Então, as injustiças que tem se cometido com a nossa lei vigente, eu, por exemplo, um caso que eu falo sempre, é do renal... Dos renais crônicos. (*soa a campanha*). Que ficam, dependendo da gravidade da situação, dois a três dias ligados a uma máquina e que não são reconhecidos da lei como pessoas com deficiência. E no entanto, nós temos uma... Eu diria que um Frankenstein. Porque hoje seria, e em outros Países tem a conceituação, como citou a Isabel, da deficiência orgânica. Onde estaria melhor definida, tanto a deficiência renal grave como a ostomia. Ostomia entra na lei como deficiência física.

Bom, então eu acho que esse enunciado, essa descrição, ela é a fonte de várias injustiças. E a gente tem que dar conta de modernizar isso e de mudar isso. O próximo, por favor.

Bom, aí as definições, é o art. 2º da convenção, ela fala sobre comunicação, discriminação, o que são os ajustes de acessibilidade (*inaudível*). O próximo, por favor.

Bom, e aí nós vamos para os princípios gerais. E aí eu faço a defesa que no estatuto têm que estar presente todos esses princípios. Por uma questão de coerência, e de... Acho que de justiça. Porque nós temos, hoje, alguns problemas no estatuto, eu me lembro, por exemplo, do art. da educação, que contraria, por exemplo, o que está aí. Ele diz nos dispositivos que hoje está relatado nessa minuta, ainda bem que é uma minuta, a gente vai poder construir algo que a gente quer, melhor, diz que a opção da escola é responsabilidade do adulto ou do responsável. Cadê a pessoa com deficiência? Cadê seu empoderamento? A sua possibilidade, a sua... De tomar decisões, ela mesma.

Então, está incompatível, se está incompatível está errado.

Então, vamos ter que passar um filtro em todas essas incongruências, essas contradições que negam, por exemplo, e que não diz claramente novamente no capítulo de educação, e o capítulo da convenção sobre educação é bem clara que a opção é pela escola inclusiva regular. E não está dito em nenhum momento isso no capítulo do estatuto. É o mínimo que a gente pode assegurar. Porque esse estatuto ele não pode ser menor que essa convenção, nunca. Nem pior. Ele só pode ser igual ou melhor. É a chance que a gente tem de fazer um edifício bem edificado, moderno, justo, que dure muito tempo. E outra coisa, por exemplo, ausências... Passando. Acessibilidade, igualdade e oportunidade, respeito às diferenças... Isso o Luiz já falou e eu vou passar.

O respeito e a capacidades evolutivas dos meninos e meninas, isso foi considerado na ONU. Eu acho isso bem interessante, porque é coerente com o tratado internacional dos direitos da criança. Isso foi tirado do que está na convenção internacional. E assegura esse tratamento de proteção especial, reconhecendo que corre mais riscos crianças, idosos e mulheres e, portanto, nada mais justo do que a lei prever uma proteção especial para promover a justiça. E aí eu faço uma lembrança também que foi uma briga muito grande na ONU, e que só entrou no preâmbulo, nós lembrarmos que as pessoas com deficiências indígenas, elas não sofrem de só uma ou dupla discriminação, não. Ela sofre uma tripla discriminação. E que nós não podemos esquecer de mencionar uma proteção especial às pessoas com deficiências indígenas brasileiras. O próximo, por favor.

Bom, e aí eu quis também trazer essa... O art. 4º das obrigações dos Estados, porque eu vejo, por exemplo, um problema... Hoje se você me perguntar quem é o maior violador do direito das pessoas com deficiência no Brasil? É o Estado. Alguém tem dúvida disso? Bem, então alguma medida tem que ser tomada. Então quando o estatuto divide essa responsabilidade, eu tenho muito receio quando ele diz que o Estado, a família, a sociedade e a comunidade são responsáveis, eu me preocupo muito com isso. Porque senão a gente pode entrar num campo perigoso de culpabilizar uma família pobre, abandonada pelo Estado, sem escola, sem renda, enquanto a obrigação é do Estado. (*soa a campainha*) Então, eu queria fazer essa advertência, isso tem que ser revisto. O próximo, por favor.

Bom, as pessoas falaram, e eu queria só ter o tempo para terminar. Então estou terminando. Os Estados, o que é que é preciso que os Estados façam? Que eles tomem medidas legislativas, administrativas, e outras para tornar efetivos os direitos. É preciso que o Estado, ainda, tome medidas apropriadas para modificar, anular leis, regulamentos, práticas e costumes que constituam discriminação. Isso é obrigação do Estado também. Terem conta em todas as políticas e programas a proteção e promoção do direito das pessoas com deficiência. Nós temos um caso, por exemplo, os senhores conhecem o Decreto 5296, assinado pelo Presidente Lula no dia 03 de dezembro. Esse Decreto chegou a ser chamado de Lei Áurea da acessibilidade. Porque ele traz uma série de comandos que iam de uma situação de inacessibilidade com uma situação de acessibilidade. A lei previu 30 meses para que todos os edifícios públicos tivessem acessíveis. Esse prazo vence em junho do ano que vem. E nada mudou. Por quê? Porque além dessa cultura que não existe, esse conhecimento, porque grande parte dessa omissão eu acho que é o desconhecimento. A gente tem que compreender isso. Uma vez um radialista disse o seguinte) – Olha, o problema da deficiência, ele é muito antigo. Ele é bíblico. Mas as reflexões sobre a repercussão da ocorrência da deficiência, ela é muito nova. E todo conhecimento novo, para ser praticado, ele precisa ser ensinado.

Então, cabe à gente também o grande esforço de disseminação dessas informações. Esse conhecimento não está dado, ele não está construído. E é obrigação do Estado também promover essa ação. E abster-se de ato eupático incompatível com essa convenção. O próximo, por favor.

Bem, empreender pesquisa e desenvolvimento para promover a disponibilidade. Aí eu quero chamar a atenção de vocês para o seguinte. Existe hoje catalogado na norma internacional ISO 9999 das ajudas

técnicas cerca de 30 mil dispositivos de ajudas técnicas. E não existe ainda uma política clara de incentivo a essa área, que pode o quê? Gerar renda, gerar emprego, gerar inclusão, gerar um círculo, um ciclo virtuoso. (*soa a campainha*) Então, é importante que a gente tenha um capítulo muito bem assentado de Ciência e Tecnologia, e fomento à produção industrial interna. Porque isso representa independência do País, isso também vai fazer com que... O que é que acontece hoje? As pessoas que têm dinheiro, que têm recursos, podem comprar equipamentos importados caros. Quem não tem... Fica. Tem um caso terrível, uma pessoa de Camacan, 58 anos, uma senhora que nunca saiu da cama porque não tinha uma cadeira de roda. Ela vivia num caixote de madeira. Isso eu acho que é aviltamento total da dignidade humana e não pode ser mais permitido. A gente não pode mais consentir com essa situação.

Se quiser a gente pode continuar depois. Tem algum problema com a hora, Senador? Pode continuar?

Então, proporcionar informação acessível. Isso é um grande... Há um grande desconhecimento sobre comunicação e acessibilidade. As pessoas também... Ninguém sabe nada. A gente vai ter que transformar isso, ter respeito por todos os dispositivos que venham fazer essa inclusão digital e informacional. Enfim, o próximo. E o Estado também tem que promover a formação de profissionais e de pessoal que trabalha com pessoas com deficiência. E tem que fazer isso para que haja o respeito a esses direitos e que os profissionais possam prestar melhor assistência e melhor serviço. O próximo, por favor.

Em relação aos direitos econômicos, os Estados... Eu botei isso porque eu fico pensando, Senador Eduardo Azeredo, Senador Cristovam, se não seria possível a gente incluir no estatuto uma cláusula de cooperação nacional. Para implementação dessa lei. Como foi incluído na convenção internacional esse dispositivo de cooperação internacional. Que os Estados acordam de fazerem, empreender esforços para que essa lei seja implementada e cumprida. O próximo, por favor.

Na elaboração e na aplicação da Legislação e políticas, para tornar efetiva essa convenção e outros processos, os Estados partes celebrarão consultas estreitas e colaborarão ativamente com as pessoas com deficiência. Isso é muito importante. Isso não está escrito claramente no estatuto, qual é o papel e a importância da sociedade civil. Isso tem que estar muito claro e muito bem assegurado. Próximo.

Bom, e esse eu coloquei, não vou ler todo, ele é longo. É só para dizer o seguinte, o grande tumor da sociedade civil. “Olha, nós vamos ter um estatuto. Poxa,

mas e as conquistas que nós já tivemos? Nós vamos perder isso?” Então, a convenção diz que nada do disposto nos Estados, que é efetivo, *(soa a campanha)* E melhor para as pessoas com deficiência essa Legislação pode ser revogada, ela continua vigente.

Então, a gente pode dizer a mesma coisa no estatuto. O próximo, por favor. Já está terminando. E com os artigos da convenção que, eu acho, que são importantes serem incluídos no estatuto. A tomada de consciência. Hoje a gente tem uma situação que é a seguinte. Em alguns lugares, por exemplo, aeroportos, supermercados, você tem banheiro acessível, você tem vaga. Aí você vai no banheiro acessível, aí está lá trancado, a moça deixou o balde lá com coisa, vira armário. Você vai na vaga, as pessoas que não precisam utilizam a vaga. Se você tem uma fila de prioridades, pessoas ocupando essa fila ou reclamando que idosos ou pessoas com deficiência tenham essa prioridade. Então, a gente tem que reconhecer que esse inconsciente coletivo, esse dado cultural, é muito importante para que a gente faça mudanças dessa cultura.

Então, é preciso sensibilizar a sociedade acerca do direito das pessoas com deficiência, para fomentar o respeito e a dignidade. É preciso fazer isso para combater os estereótipos e práticas nocivas, promover a conscientização sobre as capacidades e a contribuição das pessoas, a autonomia e independência inclusive no mundo... Só uma curiosidade. A convenção assegura um artigo de vida independente, reconhecendo o nosso movimento como um movimento legítimo, e como acho que um paradigma que deve ser observado. Nós fazemos a mesma reivindicação – Queremos que estejam mencionados no estatuto esses princípios. E a capacidade legal também. Do mesmo modo que eu citei aquele artigo de educação, que diz que só o pai e o responsável, vai tomar a decisão da escola, tem que ter um artigo de capacidade legal para assegurar. O CAOCs(F) dizia o seguinte – A falta de capacidade legal significa a morte civil para as pessoas com deficiência. Próximo.

Bom, e aí eu acho que o desafio da configuração do estatuto é assegurar os direitos já conquistados, incluir essas mudanças de paradigma, que a gente acredita que tem um caráter progressista, e que não se pode andar para trás. Agora tem que olhar para frente. Incluir os princípios da dignidade, não discriminação, equiparação de oportunidades, diversidade, participação plena e efetiva na sociedade. Eu lembro a vocês que no estatuto, no capítulo da participação política, fala da pessoa com deficiência somente como eleitor. Por que é que não concebe ele como político? Por que é que não concebe acessibilidade nas campanhas? Então a gente tem que melhorar isso. O próximo.

Bom, e qual o outro desafio que eu acho que o estatuto tem? Que é traduzir com objetividade e especificidade inerente de vários campos de direito das pessoas com deficiência para que eles possam ser conhecidos, promovidos e protegidos. Esse é um grande desafio, fazer esse encadeamento e essa materialização específica desses direitos. Próximo. E o desafio da aplicabilidade. Como disse Isabel, a gente sofre de um mal aqui que você faz uma lei e se demora quatro anos para se fazer um Decreto para que essa lei possa ter a aplicabilidade.

Então, quanto mais objetiva, concreta e auto aplicável for essa lei, é o ideal. Então, é preciso assegurar que esses dispositivos legais, principalmente aos referentes aos direitos específicos, seja efetivamente auto-aplicáveis. Estou terminando. Próximo.

Bom, a força de coerção. O Decreto 5296... Por que é que também ninguém cobriu além do desconhecimento? Porque não há nenhuma coerção. Decreto não pode ter coerção. Só a lei é que pode mandar alguma penalidade.

Então, se ninguém cumprir... Me diz se alguém conhece algum lugar do mundo onde as sociedades não fizeram porque eram obrigadas? Não existe. Qualquer lugar do mundo. Se não houver força de coerção, o cumprimento desse dispositivo está comprometido.

Então, é preciso que o estatuto tenha força de coerção, para obrigar o cumprimento, combater a omissão generalizada, e punir a discriminação, o abuso e exploração das pessoas com deficiência. Próximo.

Bom, informação, cultural e transformação. É urgente reconhecer a importância de assegurar estratégias legais de disseminação massiva dos direitos das pessoas com deficiência. Dos conhecimentos de acessibilidade, como modo de transformar, de enfrentar e transformar a cultura de exclusão vigente na cultura de inclusão plena. Próximo. Por que é que é importante divulgar as informações? Porque a gente combate o desconhecimento e a omissão, instrumentalizar a sociedade para operar tanto as mudanças objetivas como as mudanças culturais, e fortalece o apoio social para a inclusão efetiva. Próximo. E a democracia participativa e legitimidade. Assegurar a participação efetiva da sociedade civil, das entidades, dos conselhos, no texto da lei, incluindo a *(inaudível)* de composição, acompanhamento e fiscalização e defesa dos direitos. Próximo.

Bom, e aí eu queria inclusive propor, Senador Paulo Paim, a Ivanilde, o Senador Flávio Arns que não está aqui, desejando melhoras, que agora a gente tem um desafio. Uma vez, eu acho que há uma disposição dessa Casa, que é louvável, de chamar a sociedade porque a melhor lei é a lei que o povo quer, como é

que vai ser... A gente tem que ter uma proposta sistêmica para assegurar a participação da sociedade civil nesse texto do estatuto. Para vocês terem uma idéia, a convenção internacional ela trabalhou mais de seiscentas horas de reuniões oficiais. Fora as reuniões paralelas.

Então, havia um investimento e recursos, muito grande ali, que foi possível fazer essa Constituição como ela está hoje.

Então, eu proponho que a gente faça realização de seminários, outras Audiências Públicas, debate na mídia, fóruns regionais e locais, e, quem sabe, a criação de um Grupo de Trabalho misto, envolvendo a sociedade civil, o Senado, interessados, especialistas, enfim, acho que a gente pode fazer isso. E queria comunicar finalmente a vocês que o CVI, que o Centro de Vida Independente da Bahia, tivemos uma notícia grata na semana passada, aprovou o nosso Projeto, que nós mandamos para o Fundo Nacional de Solidariedade da Cáritas Brasileira, e nós vamos realizar em março um seminário que vai fazer a mesma coisa que a gente fez aqui. Só que a gente vai fazer oficinas e produzir resultados efetivos para o estatuto.

Então, inclusive eu nem sei se Fernanda está aqui, ela ficou interessada, e dizer a vocês, assim, que a sociedade civil está tentando fazer com os seus poucos recursos se mobilizar para ter uma contribuição efetiva. E a gente solicita essa mesma vontade dessa Casa e a gente... Acho que é bom que esteja aqui no Senado. Acho que facilita essa interlocução. O próximo, que acho que é o último.

Bom, e digo o seguinte, o mundo inclusive é possível e nada sobre nós sem nós que é o nosso lema. Muito obrigada.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu quero parabenizar pela fala, e dizer que vocês têm notado que nós, os Senadores, estamos saindo e entrando aqui. É que no mesmo instante dessa reunião estamos tendo diversas outras na elaboração do orçamento. Cada um de nós tem Emendas, inclusive alguns para movimentos de portadores de deficiência, e se a gente não tiver presente, as nossas Emendas não são provavelmente aprovadas. Eu vou ter que sair agora, o Senador Paim assume a Presidência. Eu lembro que nós tínhamos pensado suspender a Sessão entre 12h00, 12h30, e retomar depois à tarde, às duas, duas e meia. Eu deixo com o Senador Paim, eu acho que ainda poderíamos a Ana Paula falar, e depois se achar conveniente, encerra. Eu vou tentar voltar ainda.

E finalmente, já que chegou aqui o Marcos Frota, quer dizer, eu o chamei para cá que eu acho que ele faz

parte com muita honra de todo esse movimento contra a discriminação e a discapacidade. Além disso, ele, o Marcos, você pode não saber, mas você é uma espécie de Senador. Porque Senador é trapezista que não tem coragem de saltar no ar. Então você é um Senador que tem coragem de saltar no ar, como trapezista que é. Eu espero vê-los aqui a tarde. Mas a Sessão continua sob a Presidência do Senador Paim.

(troca de presidência).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu queria dizer para todos a alegria de poder presidir esta Sessão, que é um evento nacional, mas sem sombra de dúvida com o corte internacional, devido ao debate dessa importante convenção, e dizer, Ana Paula, antes de passar para você, que às vezes a gente se encontra em momentos como esse, e a gente tem que lembrar de tanta gente que trabalhou para esse evento acontecer. Eu queria agradecer muito a uma pessoa especial, ele não está aqui, que está hospitalizado, que é o Relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é o Senador Flávio Arns. Ele trabalhou muito para essa semana acontecer. E ele não pôde participar de nenhum dos eventos, por estar fazendo um tratamento em São Paulo. E podia homenagear todos vocês aqui, todos que foram convidados, que estão aqui na Mesa, o Presidente da Casa, o Renan Calheiros, que trabalhou muito também. Mas eu acho que, nesse momento, eu quero homenagear uma pessoa que se chama Flávio Arns, e que as energias positivas de todos nós se dirijam nesse momento lá para São Paulo, e que ele saia, depois dos exames, com aquela saúde, com aquela fortaleza que eu digo que ele tem, de energia por essa causa, que é a causa de todos nós.

Então, salva de palmas para o grande Senador Flávio Arns. *(palmas)*

O grande articulador desse evento e daquilo que o estatuto avançou. Pessoal, se me permitirem, eu apresentei a primeira versão. E como foi bom. Aqui a todos vocês que falaram o debate, a provocação, aqueles que concordaram, aqueles que discordaram, e esse outro momento, e que eu participei daquela Conferência Nacional onde lá foi dito – Aí, Senador Paim, o estatuto vai ser aprovado correndo? Eu falei – De jeito nenhum. O estatuto só será aprovado quando vocês decidirem que ele deva ser, inclusive, posto em votação. E por isso tudo que eu ouvi aqui foi nessa linha. Vamos trabalhar, vamos discutir, me diz a Assessoria do Senador Flávio Arns aqui à minha direita, que já está com mais de duzentos artigos. 274 artigos. Eu acho que o Projeto original tinha o quê? Uns 50, por aí. 56. E é a sociedade que construiu, são vocês que estão construindo.

E por isso quando eu vejo o resultado da convenção internacional, essa possibilidade que você colocou muito bem agora, Regina, de nós continuarmos o amplo debate envolvendo a toda a sociedade, eu fico muito animado. E mostra, como disse o poeta, eu às vezes troco a frase que ele disse, e eu gosto daquela frase, sempre vale a pena quando a causa não é pequena. E eu digo às vezes quando a alma não é pequena. Pra mim vale de qualquer jeito. Quando a alma não é pequena, quando a causa não é pequena. Sempre vale a pena.

E eu quero também dizer, Isabel, tomara que o movimento negro tenha essa capacidade que vocês estão tendo. Eu sou também o autor do Estatuto da Igualdade Racial, e percebo que nós avançamos muito mais nesse debate. Eu entendo ainda que nós vamos copiando, copiando esse grande debate que vocês estão construindo, chegar aonde vocês chegaram, porque essa causa é também uma causa muito, muito justo. Como é triste ver alguém ser discriminado ou por deficiência ou pela cor da pele, ou por sexo, ou por origem, ou por opção sexual, ou por etnia, ou por raça ou por origem. Isso agride a cada um de nós. Por isso meus cumprimentos a todos vocês.

Eu quis fazer essa fala porque a gente sabe como se trabalhou desde o nosso convidado internacional, como se trabalhou aqui no Senado para esse evento acontecer, e vocês sabem, todos nós trabalhamos. A equipe do Senado, vocês, o gabinete do Senador Flávio Arns, repito, do Senador Eduardo Azeredo, a equipe do Senador Renan Calheiros, e naturalmente vocês todos que fizeram esse momento bonito acontecer. E aí... Vamos para o nosso debate.

Passamos de imediato então a palavra à Ana Paula de Resende, escritora, Advogada, especialista em direito administrativo e empresarial, mestre em geografia e ativista social. Está com a palavra pelo tempo que for necessário para sua exposição.

SRª. ANA PAULA RESENDE – Bom dia. É uma Questão de Ordem. Quanto tempo eu tenho? Como é que vão se encaminhar os trabalhos?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Olha, eu estava acompanhando aqui o meu Presidente. Eu sou soldado raso aqui nessa história. E ele deu a todos, em torno de 20 a 30 minutos. Eu lhe daria também na mesma lógica de 20 a 30 minutos. Foi o que eu percebi aqui do longo debate. Você terá no mínimo 20 minutos. Se necessário 30, vamos aos 30.

SRª. ANA PAULA RESENDE – Bom, eu queria agradecer então a todos que trabalharam para que a gente pudesse estar aqui, queria agradecer o convite. É uma honra poder falar no Senado Federal, e acho que muitas pessoas gostariam de estar aqui no meu

lugar. Mas eu quero falar um pouco mais, eu escolhi para falar sobre a convenção da ONU no Brasil com o foco na mudança cultural e cooperação internacional. Meu nome é Ana Paula Crosário(F) de Resende, e o meu e-mail para quem deseja fazer algum contato, anapcresende... Com s, @terra.com.br. O próximo.

Eu trabalho com implementação de leis. Eu trabalho com justiça. Eu sou Advogada e a gente está do lado de cá do balcão, então a gente acha importante começar do chão, chão. Começar falando do básico. Porque realmente a convenção é importante. Mas a gente tem que lembrar primeiro, que nós vivemos em sociedade. E essa sociedade ela é um campo de lutas, de conflitos, de contradições, e também é o campo da humanidade. Somos nós que fazemos esse mundo do jeito que ele é. Com mudanças ou com resistências. E, lógico, para mudar, a gente, necessariamente, tem que dar pelo menos... Pelo menos sair do lugar. Com certeza, para que a gente saia do lugar, outras pessoas vão resistir. Porque em muitos momentos, nós vamos ter que ocupar outros espaços. E esse fato de ocupar outros espaços, muitas vezes causa resistência e as pessoas não querem. Ou porque é novo, ou porque não entenderam ainda, ou porque tem o sentimento do ser humano de que talvez pense que possa se ocupar o espaço dessa pessoa. Mas a gente precisa trabalhar nisso. Por quê? Com a diversidade cultural, nós, povo, e aqui eu acho que a gente precisa tirar um preconceito do Brasil.

A gente precisa entender que a gente é povo. E precisa parar que povo é só aquele outro lá longe, aquele outro que nunca vai ter voz, que nunca vai ter vez, ou que só serve para eleger e para votar. Nós, povo, precisamos nos apoderar do poder que está previsto no art. 1º, no § Único do art. 1º da Constituição Federal. Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido, seja por representantes eleitos ou diretamente nos termos da Constituição. Nós povo precisamos tomar conta desse poder, para que os nossos representantes eleitos possam representar a nossa vontade. A nossa vontade, a vontade da maioria. E não só, como muitos fazem, graças a Deus não são todos, os representantes só daqueles segmentos, os interesses de só aqueles segmentos que os elegem. Nós precisamos nos apoderar disso, precisamos cobrar, precisamos fiscalizar cada vez mais, utilizar todos os instrumentos que nós já temos para que nós, povo, deixemos de achar que povo é feio. Que ser povo é feio.

Então, esse povo somos nós, e esse mundo vai ser construído do jeito que a gente conseguir, da melhor forma possível, como foi a convenção. O próximo.

A Legislação, como diz o meu marido, “você só fala disso, né?” Não, não falo só disso não, falo de outras

coisas também. As leis organizam a estrutura coletiva e individual. Elas deveriam ser reflexos das necessidades do povo. Elas devem ser para todos. E deve ser uma ferramenta de inclusão, a Legislação.

Bom, no Brasil a gente tem uma hierarquia legal. A gente começa com a Constituição, e a Constituição ela dá um foco de luz. Tudo que estiver fora do que está na Constituição, não vale no ordenamento brasileiro. Porque é inconstitucional. Essa Constituição também foi construída por representantes eleitos, e a gente sabe que construir uma lei não é simples. Porque várias pessoas vão... Vão existir sempre interesses contraditórios. Mas isso também é na sociedade, isso também é na cidade onde a gente mora, isso também em todos os lugares onde a gente está.

Então, a gente precisa lembrar dessa hierarquia constitucional, e aqui eu já deixo um apelo para todos os Senadores e Deputados também. Façam com que a convenção das pessoas com deficiência entre no Brasil como Emenda Constitucional, com o *quorum* qualificado previsto na própria Constituição. Porque isso, para nós, vai ser fundamental. Para que a gente não entre em discussão doutrinária nenhuma. Para que a gente tenha o instrumento na mão, para que a gente possa, depois de sensibilizar, de conscientizar, e que imediatamente a gente também tenha como cobrar. Todos esses reflexos e todas essas conquistas que estão previstas na Constituição e que foram feitas com muito esforço. O próximo.

A gente está falando de inclusão. Para falar de inclusão, a gente precisa de uma prática constante de pensar no outro. Para que o todo seja completo. E pensar no outro, no mundo globalizado, num capitalismo selvagem é extremamente complicado. E o que é pensar nesse outro? É sair da minha posição cômoda, e começar a entender o que o outro precisa. Vou dar um exemplo para vocês do que poderia ajudar muito. Nós temos o INTERLEGIS. Nós temos agora intérprete de LIBRAS. Será que nós também não deveríamos trabalhar, e isso já está previsto na norma técnica da ABNT, com legenda? Tradução simultânea? Porque aí as pessoas que não sabem LIBRAS, e de repente as pessoas que gostariam de acompanhar todas as sessões pela INTERLEGIS, e não tem som no computador. Será que isso não seria um mundo para todos? Não só para as pessoas com deficiência auditiva, que não sabem LIBRAS. Sim, nós temos o problema do analfabetismo, sim. Nós também precisamos trabalhar isso.

Mas a gente também precisa lembrar que as pessoas com deficiência também estão muitas vezes fora da escola. E a gente precisa romper com isso. Por quê? Tem o livro da Cláudia Werneck que é muito interessante que pergunta) – Quem cabe no seu to-

dos? E esse também é um exercício que a gente tem que fazer de reflexão. Quem vai entrar nesse todos? Todos da Legislação, no todos da sociedade? Vamos fazer uma reflexão individual. Como é que eu estou encarando esse todos? A inclusão propõe respeito pela diversidade e a convivência entre os diferentes. Conviver com os iguais é muito fácil. Apesar de que fácil em minha opinião tinha que ser riscado do dicionário, porque na minha vida não tem nada que é fácil. Mas conviver com o que é igual é mais tranquilo. A gente precisa conviver com o diferente, e a gente convive com o diferente.

Então, o processo de inclusão é isso. É um processo. Mas a gente não pode esperar que ele termine para começar a implementar as coisas. A gente não pode esperar que todo o Senado esteja adaptado para se for preciso mudar de sala, a gente poder mudar tranquilamente. Então é um processo, mas é um processo que tem que acontecer imediatamente. E a sociedade se adapta para todos. E lógico, nós também nos adaptamos. Isso é uma questão natural. E eu achei muito interessante uma colocação da Marta Gil, uma socióloga de São Paulo, quando ela fala que nós estamos saindo da barreira, nós saímos de barreiras, que é negativo, para acesso. Que é uma coisa positiva. E a gente precisa entender que nós... Pode passar. Pessoas com deficiência, também fazemos parte do todos e do povo brasileiro. E nós somos agentes sociais. E a gente precisa tomar conta desse poder que nos foi dado pelo art. 1º da Constituição. Nós somos seres humanos, antes de qualquer definição. Com mais uma característica, a deficiência. Só isso.

Quer dizer, como se isso fosse pouco. Nós somos iguais em direitos e obrigações. E é importante que se diga das obrigações. Porque ter uma deficiência não significa só ter direitos, significa, como todo cidadão, assumirem direitos e deveres. Também nós temos que dar uma contrapartida. Nós também fazemos parte dessa sociedade. E para fazer parte dela, nós não podemos querer só a parte boa. A gente também tem que fazer parte como, de tudo. E a gente tem que romper com o ciclo da invisibilidade. Que idéia é essa de invisibilidade? Essa invisibilidade social é muito grave. Por quê? A gente não convive na escola, criamos escolas especiais, a gente perde o direito dessa convivência, de aprender como é que são essas diferenças. E aí, o que acontece? As pessoas não têm escola, porque não tem transporte adaptado, porque não tem transporte acessível, porque não tem saúde, não tem prótese e tem gente na cama, porque não tem cadeira de rodas. As pessoas estão passando fome, e a pobreza está agravando as condições da deficiência, e está virando causa de muitas deficiências.

Então, a gente tem que romper com isso. Como é que nós vamos romper com esse ciclo da invisibilidade? Eu não tenho solução, eu não tenho resposta. Eu tenho algumas práticas. E eu acho que é importante, essas práticas, uma das sugestões que eu sempre falo, é que a gente tem que criar crise. O que é que isso? É mostrar a contradição entre o discurso e a prática. E isso toda hora. Ah é? É. Tem acessibilidade? Tem. Pode vir. Ah e esse degrau, e essa porta do banheiro que não passa a cadeira? Ah, mas o quarto é adaptado. É mesmo? Que bom, não é? Por que é que se colocou então... Tem alguns banheiros que tem aquela pedra de mármore debaixo, para água não voltar. Como eles falam, para não inundar. E a calçada da minha casa, como é que ela está? E a calçada do meu vizinho? E na minha própria casa?

Bom, e falando em casa, já fica aí uma dica que a gente precisa mudar. A gente já está tentando, via CVI Brasil, o CONAD também já está nessa história, que as regras mínimas que constam no site do Ministério das Cidades, para os programas de habitação residencial, quer dizer, nós estamos falando de casas construídas para pobres. Pobres, se por acaso acontecer algum tipo de deficiência, não vão ter dinheiro, porque a gente não tem dinheiro na cartola para arrumar uma casa, para adaptar.

Então, a gente precisa construir com acessibilidade. E lá nas regras mínimas do PAR, continua constando uma porta de banheiro de 60 centímetros. Não sei que diferença faz se construir uma porta com 60 centímetros ou 80.

Então, isso é uma coisa urgente que nós precisamos parar de construir barreiras. E se a gente parar de construir barreiras, a gente já vai avançar muito no futuro. O próximo.

Bom, como eu falei, eu escolhi a questão da conscientização para falar. Então, eu vou falar do art. 8º da Constituição da ONU.

Então, lá está escrito que nós precisamos de medidas imediatas, eficazes e apropriadas. Eu estou falando de hoje. Não estou falando de amanhã. E medida eficaz. Não adianta falar – Ah, mas tem uma sala. Uma sala só não vai adiantar. Que bom que tem uma sala. Vamos avançar. Nós queremos mais uma e nós queremos todas.

E para que é que nós precisamos disso? Nós precisamos sensibilizar a sociedade, a família, e todos para fomentar respeito pelos direitos e dignidade. E por que a família? Porque também é um grande susto. Quando nasce uma criança com deficiência. Tem aí umas teorias psicológicas que falam que você tem que matar aquela criança, que você sonhou para entender e receber aquela criança que chegou. Lógico

que é tudo em idéias. Não é para matar as crianças, não. Por favor. Mas você tem que matar aquele sonho, aquela ideologia do perfeito. Para receber a criança que chegou. Com tudo que ela tem, inclusive com a deficiência. Mas isso não é simples. E esses pais precisam de apoio. Precisam saber que é possível, e é possível que essas pessoas virem gente, e é possível que essas pessoas se transformem em seres humanos melhores, seres humanos bons.

Então, a gente precisa disso, dar esse suporte. Mas precisa também da sociedade entender que nós não podemos esperar mais 30 anos para ter acessibilidade. Para a gente poder ter os nossos direitos garantidos. Por isso a gente precisa lutar contra estereótipos, preconceitos e práticas nocivas. E muitas vezes o preconceito é sutil. Nossa, ela fala! Nossa, é tão bonita numa cadeira de rodas! Quer dizer, a gente precisa romper com isso. O povo precisa entender que nós somos gente. Trabalha? Uai, como que uma pessoa de 36 anos não vai trabalhar? Não é estranho não trabalhar? Estranho é não trabalhar. E não, trabalhar.

Então, a gente precisa arrumar esses preconceitos aí. A gente precisa promover o respeito pelas capacidades. E pelas contribuições das pessoas com deficiência. E a gente pode falar por nós mesmos. Como já várias vezes foram dito aqui, nada sobre as pessoas com deficiência, sem as pessoas com deficiência. Sem a participação e a representatividade das pessoas com deficiência. O próximo, por favor.

Bom, nós temos duas perguntas básicas. Como fazer e manter. Não ainda também a gente só fazer. E falar assim) – Ah, acabou a verba.

Então, a gente tem esse desafio de fazer e de manter.

Bom, mas campanha de sensibilização, programa de capacitação, e ênfase na educação. Cadê o Senador Cristovam Buarque? Educação é tudo. É tudo. A gente precisa educar para todos. E a gente precisa de uma educação de qualidade que permitam com que as pessoas de deficiência também sejam educadas, nesse mesmo sistema de todo mundo. Lógico que a gente vai precisar melhorar o nosso padrão de educação, mas isso a gente vai estar sempre precisando melhorar e sempre precisando... Melhorar, enfim. A gente precisa fomentar, promover atitudes receptivas e positivas referente às pessoas com deficiência. Precisa promover o reconhecimento das capacidades, os méritos, e as habilidades das pessoas com deficiência e de suas contribuições laborais. Muitas vezes, como disse o Luiz Fernando, nós somos “expert”, nós somos peritos. Por quê? Porque a gente teve que aprender na marra como é que fazia.

Então, a gente está mais habilitado. Não que todo mundo esteja habilitado só porque tem uma deficiência. Não. A gente tem porque a gente tem desafios diários. E agora? Como é que nós vamos fazer? Como é que vai entrar nesse restaurante? Como é que vai pegar um processo? Como é que você vai circular pela calçada? Então, como a gente já tem uma prática boa, a gente pode ter algumas soluções, e a gente quer colaborar desde o princípio. Em todas as políticas públicas. Desde a concepção e até a efetivação e fiscalização do cumprimento. O próximo.

Bom, outra coisa importante que eu selecionei é a questão da cooperação internacional. Só voltando um pouquinho, a gente está fazendo agora uma campanha educativa que se chama “Acesso de humor”. A gente já teve acesso de choro, de raiva... E agora quem sabe com o humor a gente consegue transformar? É uma campanha virtual, a gente está lançando *incluvírus(F)* e a gente quer que essa praga pegue logo. O site, para quem quiser saber, [www.planetaeducacao.com.br/acesso de humor](http://www.planetaeducacao.com.br/acesso-de-humor). Nós estamos trabalhando para que essa campanha seja para todos.

Então, se por acaso vocês encontrarem algumas barreiras, remetam e-mails para nós, que a gente encaminha para a parte técnica para... Lógico, nós também temos falhas, nós também somos seres humanos. E, remete para a gente as sugestões para que a gente possa melhorar e fazer essa campanha de acessibilidade para todos.

Bom, e cooperação internacional. Isso é fundamental. Por quê? Muitos Países já estão muito mais na nossa frente. Ah, e a gente também pode colaborar com aqueles que estão lá atrás. Isso aconteceu muito com o Código de Defesa do Consumidor no Brasil. Para o Mercosul implementar as mesmas regras, os outros Países também tiveram que adequar a Legislação do consumidor à nossa, que estava na frente.

Então, a gente tem que pensar nessa cooperação internacional nas duas vias. Tanto que a gente pode buscar essa cooperação internacional quanto que a gente pode levar essa nossa experiência para os outros Países.

É um apoio aos esforços nacionais, principalmente de organizações de pessoas com deficiência. E é fundamental. É mais uma ferramenta. A gente tem algumas ferramentas. Intercâmbio e repasse de informações, experiências, programas de formação e práticas recomendadas. Porque se em outros Países deram certo, a gente não precisa ficar reinventando a roda toda hora. A gente pode ir lá ver o que está dando certo para implementar aqui. E partir de um ponto já avançado. Porque se a gente for ficar descobrindo

como é que inventa a roda, a gente vai perder tempo e energia e não vai avançar. Não vai chegar desse ponto para frente. Que é isso que a gente quer, a gente quer olhar para frente e quer melhorar daqui para lá. E também a cooperação com a investigação e o acesso aos conhecimentos científicos e técnicos. (*soa a campainha*). Esse apito é pra mim?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*pronunciamento fora do microfone*)

SRª. ANA PAULA RESENDE – Bom, pode passar. Olha, eu tenho brigado muito menos, viu Senador. Muito menos. Pode ter certeza.

Bom, a gente precisa de uma assistência apropriada, técnica e econômica, inclusive facilitando o acesso a tecnologias acessíveis através de compartilhamento e transferência de tecnologias. No retira a responsabilidade dos Estados. Isso é fundamental. Essa cooperação internacional não exige nenhum Estado de dizer – Não, não vou fazer porque eu tenho que esperar a cooperação internacional. Não. Tem que fazer hoje aqui e agora. Nós vamos lá buscar a informação, nós vamos... E hoje nem precisa ir lá. Com a internet é muito mais fácil. E a internet também precisa ser para todos. Pode ser uma grande ferramenta para tirar a lei do papel. Porque a gente pode buscar essas estratégias que foram usadas em outros lugares para que a gente possa implementar. Vamos dar um exemplo disso, para vocês entenderem que eu não estou falando nada do nada. A IADS(F) a rede ibero-americana, de pessoas com deficiência e suas famílias, promoveu em março desse ano uma campanha, via Internet, para que, a começar na Guatemala, tirasse do papel o importante instrumento que é o comitê anti discriminação. Esse comitê já foi convocado, já tinha três anos que tinha passado o prazo, já foi convocado e já deve ter sua reunião aí já... A gente espera já para os próximos meses que isso aconteça.

Então, é possível fazer isso. Mas nós precisamos assumir a nossa parte da responsabilidade. E nós no Brasil, nós somos muitos. E mesmo sabendo que a gente é uma formiguinha, uma gotinha d'água no oceano, a gente pode tentar colaborar para conseguir fazer com que isso ande.

Bom, e o monitoramento internacional prevê a criação de um comitê com pessoas peritas sobre o assunto e eleitas para o acompanhamento da implementação da convenção. E isso é muito importante. Porque a gente precisa, sim, ter o acompanhamento internacional para saber se a coisa vai fluir se não vai, como é que vai ficar, se vai ser só mais um tratado bonito de Direitos Humanos, ou se a gente vai conseguir fazer com que a realidade das pessoas com deficiência melhore. Nós temos previstos relatos periódicos

com participação de pessoas com deficiência, não só relatos, reuniões periódicas.

Bom, isso é mais uma ferramenta. E eu coloquei aqui que eu vou contar para vocês a experiência do Poder Judiciário em Uberlândia, e uma representação que nós tivemos que fazer para a OEA. Lá em Uberlândia, Uberlândia é uma cidade no interior de Minas, uma cidade de porte médio. A gente tem mais de 600 mil habitantes, e ela está crescendo. Como ela está crescendo, o Poder Judiciário também tem que crescer. Deveria ser na mesma proporção. Mas enfim, não vamos entrar nesse mérito. Quando cresceu, eles tiveram que alugar alguns outros prédios. Primeiro, alugaram um prédio inacessível.

Bom, nós reivindicamos, lutamos... Mas alugar um prédio inacessível, levando em consideração que as pessoas que administram também são gente... Vai lá. É ruim? É. Lógico que é. Mas nós estamos trabalhando para implementar a acessibilidade. Estamos tentando verba no orçamento para comprar elevador. Tá bom. Daí dois anos depois aluga outro prédio sem acessibilidade. Mais grave, inauguraram no dia 3 de dezembro, dia internacional de luta.

Então, a gente fez uma representação, a gente fez uma manifestação silenciosa, de protesto, na hora da inauguração, e nós entramos com uma Ação Civil Pública via APARO, que é a Associação dos Paraplégicos de Uberlândia, que é a associação que eu faço parte, para que isso não ficasse assim. Coisa estranha. O Poder Judiciário não cumprir a lei. Como é que vai ficar? Quem vai cumprir então? Se o próprio judiciário que deveria cumprir e fiscalizar e dizer qual lei tem que ser aplicável não vai cumprir. E o Juiz então no despacho inicial, primeiro ele não deu antecipação de tutela, porque ele disse que ia aguardar a contestação. Aguardou a contestação, no despacho, ele reconheceu que não eram apenas verossímeis, mas verdadeiras as alegações da autora. Mas que ela desvestia um santo para descobrir o outro.

Então, assim, que ele não podia determinar a construção porque seria uma ingerência do Poder Judiciário no Poder Executivo. E aí nós fomos para o Tribunal de Justiça, em agravo de instrumento, e o Tribunal de Justiça disse que com razão o magistrado. Quer dizer, ele tinha mesmo motivo para dizer isso. Porque não tinha estrutura e não era culpa do Poder Judiciário que não tinha estrutura. Mas que também não podia obrigar o Poder Executivo a fazer. Quer dizer, autonomia entre poderes foi por água abaixo.

Nós começamos a ter dois tipos de pessoas. As que podiam ter acesso à justiça, e as que não podiam ter acesso à justiça. E é importante contar que nós não temos outra opção. Todas as varas de família,

todas as varas de Fazenda Pública estão localizadas nesses dois prédios. E aí eu entrei com dois agravos, que eu provoquei. Primeiro eu pedi para ele fechar. Não vai fechar nunca. Mas não tem problema. Então eu pedi para ele fixar um prazo, e depois do prazo, se não construísse, que tivesse a multa diária. Que são os instrumentos que a gente tem na Legislação para construir a acessibilidade. E isso não aconteceu. E o Tribunal de Justiça simplesmente disse “amém”. Já fez mesmo, então, que faça. E a gente está tentando então, é uma primeira tentativa para que esse comitê da OEA responda como é que nós vamos ficar. E o Governador, vocês sabem, foi reeleito com um número imenso de votos. Tem um programa de acessibilidade muito bonito, no papel. E não se chegam nessas instâncias políticas. Passa o próximo, por favor.

Caminhos. Eu entendo que nós precisamos nos articular com outros agentes sociais para que no movimento de negros, se lembrem das pessoas com deficiência. Para que, hoje está sendo feita, já esse ano, um trabalho bem interessante, com as pessoas com Aids. Para que também lembrem das pessoas com deficiência. Enfim, com outros agentes. Qualquer outro que a gente puder pensar. Quem sabe, os Senadores também não vão ser uns parceiros ótimos como agente social de transformação. Próximo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*pronunciamento fora do microfone*).

SRª. ANA PAULA RESENDE – Sim, contratando na cota pessoal, pessoas com deficiência. Se quiserem passar todos, você pode passar essa é a última tela.

Bom, nós precisamos de atitude pessoal e coletiva, Senador. O senhor chegou no ponto. Essa atitude vem nossa e do outro. Mas essa atitude eu sei que não é para todo mundo, não é toda hora também que a gente consegue ser militante. Mas se a gente não criar a crise, nós não vamos avançar. E criar crise, muitas vezes, é procurar Ministério Público, fazer com que haja processos como o pessoal está fazendo hoje, as pessoas com deficiência visual. Processando as editoras, e conseguiram que elas sejam obrigadas juridicamente a vender em meio digital, para que eles possam ler, ter consumo como todo mundo, consumo adequado. Usando, enfim, de tudo que está aí à disposição de todo mundo. Nós precisamos, sim, de protagonismo social. Nós precisamos sair da invisibilidade social. Nós precisamos romper com esse ciclo. Pensando que se nós fazemos parte desse todos, esses todos podem ficar melhores. E que nossa ação ou omissão, vai fazer a diferença no resultado final. As crises, como eu falei, nós precisamos de leis que avancem. Não que retrocedam.

E o estatuto, como um instrumento não só jurídico, mas como instrumento político, ele pode, sim, ser um grande instrumento para que as pessoas tenham, como disse a Regina ontem, um livrinho na mão e cheguem lá e falem – Tá aqui. É meu direito. Vamos, sim, boicotar essa empresa que não tem acessibilidade. Vamos sim, processar as pessoas que discriminem. Enfim, está tudo aí. Ações judiciais e dois caminhos que eu acho que são muito importantes – A educação e informação para todos. E todos mesmo. Lembrando que filme precisa ter áudio descrição, novela, transmissão de televisão, precisa ter áudio descrição, precisa ter legenda oculta, closed caption. Nós precisamos disso, para que todas as pessoas possam ter acesso a isso. Precisamos de intérpretes de LIBRAS? Sim. Mas precisamos também das legendas e das áudios descrições para que isso seja para todos. E todos, todos mesmo. Muito obrigada.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só quero informar ao Plenário que a Ivanildes, Assessora do Senador Flávio Arns me deu aqui a boa notícia. Ele já fez a operação que tinha que fazer, foi um sucesso absoluto, e provavelmente na semana que vem ele já vai estar-- (*soa a campainha*) Olha, pra mim agora. Porque eu falo demais. (palmas) Mas essa notícia eu tinha que dar. E as palmas espontâneas mostram o carinho que todos vocês têm com o nosso querido Senador Flávio Arns.

Então, de imediato, já que eu falo demais, eu vou passar a palavra para o Dr. Jorge Márcio Pereira de Andrade, médico, Psiquiatra do serviço de saúde, Dr. Cândido Ferreira. Está com a palavra.

SR. JORGE MÁRCIO PEREIRA DE ANDRADE) – Alô. Boa tarde. Eu gostaria, da mesma forma que a Ana Paula, de avisar que eu sou uma pessoa que por força da minha história pessoal, étnica, cassar a minha palavra é difícil. Até porque eu sou um descendente direto de uma miscigenação inclusive de índios Nhambiquaras.

Então, é difícil, eu sou um guerreiro, todo mundo que me conhece aqui sabe disso, pela minha história pessoal, pela minha militância, e eu gostaria de advertir que se a minha palavra for cassada eu vou espernear.

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Jorge, só para ajudar a V.Ex^a, aqui é pedido da Mesa nós já mudamos o horário de encerramento, sabendo que o senhor ia falar agora.

Então, vou ser mais tolerante para o almoço.

SR. JORGE MÁRCIO PEREIRA DE ANDRADE) – Pode passar o próximo, por favor. Exatamente em função dessa brincadeira, já que o acesso ao hu-

mor entrou em ação, e eu faço votos que realmente tenhamos a inclusão da questão do humor nas ações. Eu gostaria de agradecer ao Senado Federal, a todas as pessoas presentes, aos Senadores, os excelentíssimos Senadores, em especial ao Senador Paulo Paim, de quem eu sou um admirador, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa, o CDH e CASDEF. E gostaria também de me apresentar, pode colocar toda a relação de coisas que eu tenho ligadas à minha vida. Primeiro, eu sou médico, psicanalista, analista institucional... Já passou?

Bom, eu sou fundador da FNET, algumas pessoas sabem o que significa, que é um centro de informática e informações sobre paralisias cerebrais, e editor responsável pelo infatível da FNET, que é um boletim eletrônico, via Internet, há 10 anos, e já estamos já com 2.760 edições. Médico dos serviços de saúde, médico Psiquiatra do serviço de saúde Dr. Cândido Ferreira, que é onde eu trabalho, no (*inaudível*), que é um centro de atenção psicossocial que faz parte do Projeto de reforma psiquiátrica e desospitalização e da luta anti-manicomial no Brasil. Eu sou um dos militantes da luta anti-manicomial no Brasil também. Coordenador do 4º Seminário de Educação, Políticas Públicas e Pessoas com Deficiência. É um seminário que eu ajudo a organizar, no Congresso Brasileiro de Leitura, que reúne de três mil a quatro mil educadores de todo o Brasil. E foi onde, em 2003, eu apresentei pela primeira vez uma moção de repúdio ao estatuto da pessoa com deficiência, mobilizando um movimento nacional para a socialização desse estatuto e a participação da sociedade na sua discussão. Além disso, eu sou Conselheiro Consultivo do CVI, Centro de Vida Independente de Campinas, em São Paulo, onde eu milito junto com os nossos colegas e amigos que são pessoas com deficiência, afirmando aquilo que foi colocado na declaração de Madri, em 2003) – Nada sobre a pessoa com deficiência sem a pessoa com deficiência. Eu digo, que eu apenas venho trazer a minha contribuição como cidadão e como principalmente militante de Direitos Humanos, um ex-integrante do grupo tortura nunca mais e da sua equipe clínico grupal, que foi patrocinada pelo Fundo de Apoio a Vítimas da Tortura nos Anos 90, onde eu trabalhei com pessoas que foram torturadas durante o regime militar, atendendo como Psiquiatra e psicanalista, grupal e individualmente, e atendendo também os familiares de desaparecidos políticos, no Rio de Janeiro. Hoje em dia eu moro em Campinas e trabalho e milito em Campinas. A próxima.

Nesse sentido, pode ir passando, há interfaces, ou seja, a convenção e a nossa luta por uma construção de um estatuto da pessoa com deficiência, na minha

opinião, tem que ter um aprimoramento, e eu já faço essa luta desde 2001, 2002, quando já fiz algumas manifestações e principalmente em 2003, como já relatei. Porque eu considero que há questões e analisadores históricos a serem avaliados. Primeiro, é um momento de transformação não só a nível nacional como a nível mundial das concepções em relação à pessoa com deficiência. E daí vem a importância das declarações, das convenções, pacto e tratados internacionais.

E eu dou um exemplo. O exemplo é a mudança do conceito de deficiência mental para deficiência intelectual, que é uma declaração que saiu em 2004, e que eu já entreguei aos Senadores e pessoas da Mesa, que eu tive o prazer e a honra de traduzir e que diz claramente algumas coisas que eu vou ler para vocês que reforçam a necessidade de inclusão da palavra Direitos Humanos dentro do atual estatuto. Foi declarado o seguinte – Primeiro, as pessoas com deficiência intelectual, assim como os outros seres humanos, nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Segundo – A deficiência intelectual, assim como as outras características humanas, é importante reforçar, características humanas, a nossa querida Ana Paula já falou, constitui parte integral da experiência e da diversidade humana. A deficiência intelectual é entendida de maneira diferenciada pelas diversas culturas, o que faz com que a comunidade internacional deva reconhecer seus valores universais de dignidade, autodeterminação, igualdade e justiça para todos. Os Estados têm a obrigação de proteger, respeitar, e garantir que todos os direitos civis, políticos econômicos, sociais e culturais e as liberdades das pessoas com deficiência intelectual sejam exercidos de acordo com as leis nacionais, convenções, declarações e normas internacionais de Direitos Humanos. Os Estados têm a obrigação de proteger as pessoas com deficiências intelectuais contra experimentações científicas ou médicas, sem um consentimento informado ou qualquer outra forma de violência. Abuso, discriminação, segregação, estigmatização, exploração, maus-tratos ou castigo cruel, desumano ou degradante, e eu incluí como as torturas. Os Direitos Humanos são indivisíveis, universais, interdependentes e inter-relacionados. Conseqüentemente, o direito ao nível máximo possível de saúde e bem-estar está interconectado com outros direitos fundamentais, como os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e outras liberdades fundamentais. Isso já o Luiz Astoga nos apontou hoje aqui com a convenção. Para as pessoas com deficiência intelectuais, assim como para as outras pessoas, o exercício do direito à saúde requer a inclusão social, uma vida com qualidade, acesso à educação inclusiva, acesso a um tra-

balho remunerado e equiparado, e acesso a serviços integrados da comunidade. O próximo, por favor.

Nesse sentido, é que eu digo que na convenção já se estabeleceram alguns princípios, que nós deveríamos respeitar na hora de estabelecer as bases, em cima das quais, nós vamos discutir o estatuto. Esses princípios gerais, na minha opinião, eles são importantes porque eles já foram lidos hoje pelo Luiz, em espanhol, e eu vou lê-los em português. Na letra A, na convenção dos princípios gerais diz – O reperto à dignidade inerente, a autonomia individual, incluindo as liberdades de tomar as próprias decisões, e a independência das pessoas. Esse termo, “a liberdade de tomar as próprias decisões” é reforçado na declaração de Montreal em relação às pessoas com deficiência intelectual, e durante longo tempo da história, ainda hoje em dia, são muitas vezes representadas por outros, inclusive a própria família, quando diz respeito à tomada de decisões. E a declaração afirma o direito inerente a essas pessoas de que elas tenham a capacidade, mesmo que limitada do ponto de vista cognitivo, da tomada de decisões. Isso é uma mudança de paradigma em relação à chamada deficiência mental, que hoje deve ser chamada, segundo essa declaração, afirmada pela OMS e a organização pan-americana de saúde, de deficiência intelectual. B) – A não discriminação, C) – A participação e inclusão plenas e efetivas na sociedade. D) – O respeito à diferença e aceitação da diferença como parte da diversidade e dar condição humanas. E) – A igualdade de oportunidade. F) – A acessibilidade. G) – A igualdade entre o homem e a mulher. Essa questão de gênero é fundamental porque estamos em 2006 para 2007 e ainda há, no campo específico das questões de pessoas com deficiência e a convenção foi além do estatuto, quando faz a afirmação de que as meninas e as mulheres passam por situações, quando são pessoas com deficiência, muito mais graves do que os meninos e os homens. Isso é um dado importante que cabe talvez uma interface junto com os movimentos e as declarações de direitos sexuais, direito reprodutivo e as questões de gênero e do movimento feminista no Brasil e fora do Brasil. H) – O respeito às capacidades de evolução das crianças, meninos e meninas com deficiência, e o respeito ao seu direito de preservar a sua identidade. Isso está afirmado no art. 05 da declaração internacional do direito da criança. O próximo.

Nesse sentido é que eu faço a colocação da importância dos termos e dos tempos de afirmação dos Direitos Humanos. Ou seja, no preâmbulo da Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência recentemente aprovada em sua mais recente revisão, no dia... Acho que... A Regina me man-

dou agora em outubro, 25, não de outubro, a última de outubro que ela me enviou, encontramos, a meu ver, o reconhecimento que indica uma das necessárias e imprescindíveis interfaces desta convenção, com o estatuto da pessoa com deficiência. E isso a Mesa toda já falou. Reconhecendo o valor das contribuições das pessoas com deficiência, que são realizadas e podem se realizar para o bem-estar geral e para a diversidade de suas comunidades, e que, grifado – A promoção do pleno gozo dos Direitos Humanos, das liberdades fundamentais por essas pessoas com deficiência e sua plena participação, terão, como resultado, um maior sentido de pertencimento dessas pessoas e conseqüentes avanços significativos no desenvolvimento econômico, social, humano das sociedades, e na erradicação da pobreza. Nós temos que incluir dentro do estatuto esse passo fundamental de todas as declarações mais avançadas a nível internacional, em relação à erradicação da pobreza. São os deficientes ou pessoas com deficiência, os incapacitados ou descapacitados, o nome que nós queiramos dar aos cidadãos e cidadãs brasileiros, que, na sua maioria, vivem na marginalização e na pobreza, e que passam por deficiências e situações de condição de deficiência que precisam estar com sua voz, seu voto e sua presença lembrada aqui.

Eu diria aqui que eu estaria falando hoje que eu falo dos que não falam. Dos que não estão sentados aqui. Que para ascender de onde eu estive, da minha origem, da minha etnia, para estar aqui em 1977, quando me formei, eu era um dos três que eram homens considerados negros. E ainda há quem diga que não tenhamos que ter cotas em universidades. Continuando. Pulou um. Volta, por favor.

O 1º art., ele traz uma questão fundamental, e eu fiz um acréscimo e apresentei isso, uma proposta que eu não vou ler, que são nove páginas, que foi entregue a toda a Mesa, aos Senadores, para que essas idéias que eu estou tirando possam servir e serem utilizadas para debate e discussão. No 1º art. das Disposições Preliminares do Estatuto das Pessoas com Deficiência, trazendo a contribuição da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, eu diria que no artigo fica instituído no estatuto da pessoa com deficiência, destinado a estabelecer as diretrizes gerais normas e critérios básicos, e eu ainda acrescentei “e legais”, não sei se cabe isso, Ana Paula, para assegurar a inclusão social e o exercício dos direitos individuais e coletivos das pessoas, botei no plural, com deficiências, no plural, visando a plena cidadania participativa, fundamentados nos Direitos Humanos.

Eu peço, eu solicito, eu faço um apelo aos Senadores, inclusive à Câmara dos Deputados. Incluem

no texto que deverá ter essa indicação como Emenda Constitucional a palavra Direitos Humanos, no seu 1º art.. Eu fui uma das primeiras pessoas no Brasil que apontou que nós não poderíamos deixar a primeira versão colocando pessoas com deficiência como hiposuficientes. Isso é algo retrógrado, anacrônico, que cabe até as Legislações muito antigas. E que ainda interferem, inclusive, nos julgamentos e nas práticas de processos, ainda no Brasil, no sistema Legislativo lá na prática de juízes, de promotores e de pessoas que fazem o exercício da lei. Continuando.

O 2º art., ele traz, na minha opinião, aquilo que nós temos que trabalhar e que foi apresentado aqui como a questão elementar, que foi debate na convenção e aqui também, no estatuto e na discussão do estatuto tem que ser, que é a questão da definição de deficiência. Que considera-se o que deficiência? Toda a restrição física, mental, e ainda no atual... Na minuta do substitutivo ainda está a palavra mental, e eu solicito a troca para intelectual ou sensorial, de natureza permanente ou transitória que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, e/ou, e eu coloquei no plural, atividades remuneradas, estando enquadradas em uma das seguintes categorias. E eu coloquei essas atividades no plural, remuneradas, para lembrar um dado fundamental. A maioria dos poucos cidadãos e cidadãs brasileiras, com deficiência, que conseguem estar incluídas no mercado de trabalho, elas têm que exercer para sobrevivência, no mínimo duas a três atividades remuneradas.

Então, o plural já indicaria a possibilidade de afirmação em lei do direito delas exercerem mais de uma atividade remunerada. E até serem protegidas nesse sentido, até por Legislação específica, quando elas estiverem impedidas por questões legais do ponto de vista de exercer uma atividade pública, por exemplo. Para que elas possam sobreviver. Essa é uma função fundamental da discussão que eu acho que nós temos que colocar. Qual é a maioria com a qual nós estamos lidando, e não como a minoria que é falada de pessoas com deficiência no Brasil. Continuando.

Nesse sentido, eu faço a afirmação e venho fazendo afirmação de que nós, como latino-americanos, como brasileiros, tenhamos que lembrar o Decreto 3956, que promulga a convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência, em 2001. Por quê? Porque é nesse ponto... Pode passar o próximo. É nesse ponto que nós temos que incluir na consideração do estatuto em relação à erradicação da pobreza, a luta contra a miséria e principalmente contra as desigualdades sociais, esse pedacinho da convenção que eu acho que é fundamental na definição de deficiência.

Que ela é, ela está sendo causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.

Essa é a mudança de paradigmas, pode passar o próximo, que nós podemos talvez pensar quando nós fazemos considerações sobre uma introdução de um conceito fundamental, que é a Organização Mundial de Saúde, está trabalhando junto com a organização pan-americana de saúde, para que todos os envolvidos e não apenas as áreas médicas, passem a considerar quanto à questão da classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde de 2001. Porque é aqui que nós vamos ter mudanças de paradigmas, da conceituação de incapacidade, na concepção de deficiência, de funcionalidade e de saúde. O próximo.

Eu trago para vocês aquilo que a OMS, e tive a autorização, e digo quem quiser pode copiar o que está no computador, o próprio Senado, eu tive autorização expressa, pedi para que essas imagens pudessem ser divulgadas pelo Brasil. São 36 imagens, eu apenas vou usar algumas pouquíssimas aqui, até porque vou respeitar a presença de pessoas consideradas (*inaudível*) cegas ou deficientes visuais. E vou descrever. São resultados de um concurso pela OMS, a *World Health Organization*, em 2005 que escolheu fotografias do mundo inteiro, e elegeu 33 fotografias que demonstrariam a importância do conhecimento da CIF. Da ICF. Que a primeira foto é do Bernard Frank, que é um homem pós pólio, um homem com o resultado da poliomielite, brincando numa praia de Benguela, lá na África. Talvez hoje o continente não só da soropositividade e da aids, mas também o continente por força da história de colonialismo, onde o maior número de pessoas com deficiências negras, na sua maioria, estão excluídas de qualquer forma de cuidado. (*soa a campanha*) E em especial um País onde nós brasileiros, e aí peço ao Senado que preste atenção nisso, ainda exportamos minas terrestres que causam, nos Países onde há conflitos armados, a perda de membros de uma boa parte da população como aconteceu em Angola. Onde uma parte da população ainda está recebendo de avião da Cruz Vermelha, descarregados como a cena de um filme iraniano. Descarregado milhares de pedaços de pau, que são pernas de pau para jovens, adolescentes, crianças e idosos que são o resultado da ação das minas terrestres que causam pessoas com deficiência, resultante daquilo que é a ganância do que nós chamamos de indústria bélica. Continuando.

Nesse sentido, a CIF, a CIF faz uma alteração da concepção de incapacidade. E aí talvez... Lamento a ausência da presença do Senador Cristovam Buarque, nós poderemos talvez esclarecer a questão da descapacidade. Porque incapacidade está sendo uma

tradução feita através da faculdade de saúde pública da USP, que pegou essa classificação, recebeu autorização da OMS, e traduziu o termo "*disability*" como incapacidade.. Se nós talvez quiséssemos aportuguesar e a moda de nossos escritores como Guimarães, criaram o neologismo, descapitados, talvez nós tenhamos que enfrentar uma corrente internacional que já legislou, que já estabeleceu, e inclusive a Organização Mundial de Saúde que já autorizou a tradução como incapacidade, e não descapacidade. E incapacidade, segundo a CIF, é aquilo que indica os aspectos negativos da interação entre um indivíduo com uma condição de saúde dada, e os fatores contextuais, ambientais e pessoais. É um termo genérico que engloba todos os componentes) – Deficiências, limitações nações atividades e restrições nas participações. Expressa o aspecto negativo da interação entre o indivíduo com problemas de saúde e seu meio ambiente físico e social. Esse ponto é fundamental quando nós dizemos o quê? A pergunta que vem em seguida com uma imagem. Pode passar o próximo.

Que é essa pergunta. De quem é a deficiência? E já foi respondida na Mesa que a deficiência, em primeiro passo, é produção, é o resultado de uma questão social, econômica. E que ela é responsabilidade principal do Estado, e que esse sujeito aqui, como imagem que eu vou descrever, é um deficiente carregando aquilo que nós vemos aos milhares também ainda no Brasil, os vendedores ambulantes de bilhetes da sorte e da fortuna. E é um homem lá na Ásia, em algum País do sudeste, que eu não consegui identificar. O próximo.

Nesse sentido, a definição de deficiência, na minha compreensão, no meu entendimento, ela precisa abrir para a pluralidade. Há uma heterogeneidade de tipos, condições e situações, graus, comprometimentos de pessoas com deficiência. Daí a necessidade, quando se falar em deficiência, o acréscimo ali, entre parênteses, do s. Deficiências. Posto que, deficiências, segundo a OMS, por exemplo, essa é mais uma das definições, são problemas nas funções fisiológicas ou das estruturas corporais de uma pessoa. Podem consistir em uma perda, distúrbio, anomalia ou qualquer outro desvio significativo a respeito de uma norma estatisticamente estabelecida.

Essa mudança já é uma mudança que vem em seguida, trabalhando o seguinte conceito. O próximo. Que é uma imagem, também, pode passar aí a pergunta. Que é sobre as limitações das atividades, que é onde eu, e aí eu me incluí, nós, nós podemos trabalhar? Essa é a primeira pergunta no mundo moderno, no mundo hiper capitalista, no mundo globalizado. Onde nós podemos trabalhar? E aí tem uma fotografia, lamento a imagem não está tão perfeita, que é de um

homem atendendo na recepção de um hotel, deitado numa espécie de cama, uma maca, e é uma pessoa com deficiência, atendendo uma outra não, aspas, deficiente, do outro lado do balcão. As mudanças de posição no campo da possibilidade do trabalho são fundamentais. É quando as pessoas com deficiência, de fato, são, independente do grau do comprometimento e da gravidade do tipo de condição ou deficiência que essa pessoa esteja colocada ou da sua funcionalidade, ela vai ser colocada, além da limitação, na possibilidade da realização de alguma atividade. E essas limitações de atividades, são o quê? Segundo a OMS, são as dificuldades que o indivíduo pode ter para realizar as atividades. Essas dificuldades podem aparecer como uma alteração qualitativa ou quantitativa na maneira como a pessoa desempenhar uma ou mais atividades em comparação com outras que não tenham problema de saúde semelhante. Ou seja, coloca todos os seres humanos, independente de condição de serem ou não pessoas com deficiência, com a possibilidade de atravessarem limitações de atividade. O próximo.

E aí vem o conceito que rompe com a questão de incapacidade, que é a funcionalidade. E aí eu trago uma imagem daquele concurso da OMS, que é de (*inaudível*), eu li o nome para vocês verem a diferença multicultural, que é difícil ler. Eu quando estava digitando eu errei umas cinco vezes a digitação desse nome. O que importa, nessa pergunta minha, é o quê? É a música ou o músico? E nós temos uma imagem que eu vou descrever para os nossos amigos. É um homem sem a sua perna... Vamos chamar aqui, prótese, a bengala canadense deixada de lado no chão com um vilão exercitando uma música. E o título em inglês era – Ou seja, era uma Odi, ou seja, era um canto, as pessoas com a questão de funcionalidade, limitações de participação e pessoa com deficiência. Continuando.

A funcionalidade, então, segundo a CIF, pode passar o próximo, na CIF o termo funcionalidade refere-se a quê? Refere-se a todas as funções do corpo, atividades e participação. Enquanto que de modo similar, aí vem a questão da capacidade, é um termo chapéu, como diz em Portugal, ou guarda-chuva como nós chamamos aqui. Para deficiências, limitações da atividade e restrições da participação. Ou seja, ele protege todas essas outras palavras. A CIF engloba também uma lista de fatores ambientais que interagem com esses componentes. O próximo. E é nesse sentido que vem a mudança maior de paradigmas. Que é quando, na era que nós estamos vivendo, que é chamada a era do acesso, onde nós sabemos que têm alguns que entram e alguns que ficam do lado de fora, em todos os espaços, em todas as condições de viver, em todos os ambientes, essa era do acesso e essa era da mí-

dia que porque nós estamos aqui agora cercados de meios de comunicação e eu estou usando um nesse instante, e estou traduzindo também uma imagem, que na realidade é lá do Reinaldo Mondes(F) que mostra numa... Como se fosse numa rampa real, concreta, de acesso, alguns seres humanos, e o primeiro ser humano que sobe a rampa, com uma sombra, essa é uma fotografia feita com luz e sombra, onde aparece um cadeirante subindo um morro. A rampa, como nos disse aí alguém, que nós vamos ter que atravessar na questão da conclusão de um novo documento que tem que estar, no próximo, seguindo um novo paradigma, o próximo, que seria...

Que a classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde, conhecida como CIF, ou seja, portanto ela estabelece uma linguagem unificada e padronizada, assim como um quadro de referência para a descrição da saúde e dos Estados relacionados com a saúde. A CIF, ela foi aceita como uma das classificações sociais, sociais, não é médica, das Nações Unidas sendo mencionada e estando incorporada às regras uniformes para a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência, que foi decretado por uma Assembléia da ONU em 1994. Portanto, a CIF constitui no entendimento da OMS, um instrumento apropriado para o desenvolvimento de Legislação Internacional sobre Direitos Humanos, bem como de Legislação em âmbito nacional. Segundo a OMS (*soa a campanha*), a CIF tem aplicação universal. Ela se aplica à todas as pessoas. Não se refere apenas a pessoas com deficiência. Essa é a mudança de paradigma do que nós entendíamos antigamente como uma classificação que a CID 10, da revisão nº. 10, que é usada inclusive até para a estigmatização e a segregação quando diz respeito a um atestado de uma pessoa com deficiência. Continuando. Isso aí eu tirei... Deixa só a última...

Volta lá porque eu quero que essas pessoas tenham essa referência bibliográfica, que é um livro que está aqui na minha mão. Que é sobre a prevalência de incapacidades. Um estudo da situação com base em sete Municípios de Minas Gerais, Relatório de pesquisa feito por Flávio Couto e Silva de Oliveira e Geraldo Cunha Cury, pelo CAAD de Minas Gerais em 2005. Foi distribuído esse livro aqui na Conferência Nacional, na primeira Conferência Nacional dos Direitos Humanos agora em maio aqui em Brasília. O próximo.

E aí vem a pergunta quando se fala de prevalência das incapacidades ou prevalência de situações de pessoas com deficiência e que são, indispensavelmente para serem pesquisadas, avaliadas e discutidas a nível nacional. Quem e quantos somos? Essa é a pergunta fundamental, não só do ponto de vista epidemiológico,

nem só do ponto de vista estatístico, que é algo que a CIF tem previsão da utilização dela para realizar. Mas sim, para que a gente possa responder a segunda pergunta, que é a diferença na diversidade. Somos iguais. Ou seja, no mundo diverso, multicultural, inter cultural, num mundo de hiper capitalismo, num mundo de evolução a velocidades inimagináveis para a história do homem, com a produção quase que, vamos dizer assim, a obsolescência dos produtos da sociedade moderna é de uma velocidade assustadora. O software que está aqui dentro, já está, entre aspas, totalmente obsoleto. A velocidade de acesso às informações que eu tenho dentro desse aparelho já está totalmente obsoleta. Porque nós somos uma sociedade, que tem uma grande massa, e é uma imagem feita pelo Jerome(F) (*inaudível*) para a Organização Mundial de Saúde, onde tem uma pessoa com deficiência intelectual olhando numa direção, e milhares de outras, essa fotografia é feita na China ou na Indonésia, um País do sudeste asiático, e milhares de pessoas, como se estivessem chapadas na fotografia, que são a homogeneização moderna dos sujeitos não mais como cidadãos, mas como objetos passivos num grande processo de massificação com perda total das suas identidades. Onde esse tipo de pessoa ainda é uma diferença na diversidade. E será que ela é igual a todos eles? Em direitos, principalmente. O próximo. Nesse sentido, eu trago aquilo que há anos, antes mesmo...

E eu faço essa afirmação com muito prazer, porque já em 1996 eu criei um site na internet, o primeiro site em língua portuguesa sobre paralisias cerebrais, e eu afirmei, escrevi, assinei e me responsabilizei) – Deficiências não são doenças. E afirmo para o Senador que ele precisava estar ouvindo isso. Doenças são doenças, deficiências, são deficiências. E eu terei o maior prazer em sentar e esclarecer porque uma pessoa com diabetes não pode ser incluída como uma pessoa com incapacidade. Ela teve e tem uma condição diferenciada, ela tem uma condição de saúde que na realidade pela CIF, ela tem que estar na colocação de que ela está no campo do todos também. E nesse mundo do todo, várias situações orgânicas, elas não são necessariamente condição de pessoa com deficiência. É preciso deixar isso bem claro, inclusive no esclarecimento do que vai estar no estatuto da pessoa com deficiência. A CIF, voltando, constitui então uma classificação da saúde, não da doença. E dos domínios relacionados com a saúde. Domínios esses que nos ajudam a descrever as modificações que se operam nas funções e na estrutura do corpo. O que uma pessoa com uma determinada condição de saúde pode fazer num ambiente padronizado. O seu nível de capacidade. Valoriza-se não a incapacidade, mas

qual o nível de capacidade de exercício desse cidadão, dessa cidadã, num determinado ambiente padronizado. Assim como, nesse momento, faz do seu ambiente real o seu nível de desempenho. Esses domínios são classificados tendo em conta a perspectiva do corpo, do indivíduo e da sociedade, recorrendo a duas listas. Uma lista das funções e estruturas do corpo, e uma lista dos domínios das atividades e participações. E nessa lista das atividades e participações, o meio... E aí talvez a classificação que foi apontada aqui pela colega, ela possa ser incluída, talvez junto à CIF, para a construção de um novo equipamento, uma nova ferramenta de avaliação não só epidemiológica, clínica, como pedagógica de ensinar as pessoas sobre essa mudança de paradigmas.

Isso tudo está num guia para principiantes editado em Portugal, para uma linguagem comum de funcionalidade e incapacidade em saúde, CIF, classificação internacional de funcionalidade e incapacidade em saúde, publicado pela Organização Mundial de Saúde em 2002, sob o título) – (inglês) Aí vem a questão do *desaility and health*. Quer dizer, o “*and health*” mudou porque nós, antigamente, nós trabalhávamos com a noção de doença, classificação internacional de doença. E nós estamos trabalhando com uma classificação ligada à saúde. Com essa nova classificação eu passo ao próximo slide com uma fotografia. Pode passar.

Com essa nova classificação que eu estou trazendo para vocês, a CIF, a Classificação Internacional de Funcionalidade, em que pé. Porque a imagem descreve duas pessoas com deficiência cadeirante, sentadas, uma delas é nada mais nada menos de que um engraxate com uma caixa de engraxate, parecida com caixa de engraxate de primeiro mundo. Mas provavelmente, pela imagem, eu procurei, isso se dá num País como Turquia ou outra coisa semelhante. Onde os dois cadeirantes se interagem, e um deles engraxa o sapato do outro. E aqui é que vem a questão da ampliação dos campos de convivência com as diferenças, quando a gente perguntar isso e responder a possibilidade de que nós temos, passa o próximo, de sair de um modelo médico para um modelo centrado num sujeito. Ou seja, sair das classificações anteriores, o CIDID e o CID 10, baseados, eles eram nas consequências das doenças onde a incapacidade era vista como um Estado da pessoa, era algo inerente à pessoa. Causado diretamente por doença. E deficiência ou outra condição de saúde.

Passou-se então, e essa é a entrada que a OMS traz com a classificação internacional de funcionalidade, a um novo sistema de classificação multidimensional, e interativo, que não classifica a pessoa, mas sim as características da pessoa, as características do meio

ambiente, e a interação entre essas mesmas características. Permitindo assim descrever o estatuto funcional da pessoa. Achei essa frase ótima. Permitindo assim descrever o estatuto funcional da pessoa. O caráter relevante das profundas mudanças introduzidas no seu campo e âmbito de aplicação universal, concorreram para a progressiva utilização da CIF pelos diferentes Estados membros. O Brasil tem já um trabalho sendo feito, e já tem uma versão em português. Que é uma versão que surgiu em 2003, uma versão oficial, publicada pelo centro colaborador da OMS para a família e de classificações em saúde, da Universidade de São Paulo, no Brasil, para qual o Ministério da Saúde de Portugal prestou sua colaboração, e que foi publicado em livro, no Brasil, e esta única versão está autorizada pela OMS em língua portuguesa. Porém, o Ministério da Saúde de Portugal obteve apenas a autorização da OMS para disponibilizar em formato eletrônico a sua tradução adaptada para Portugal. O próximo.

E aí nós vamos ter que trabalhar com novos conceitos de terminologias. E aí que tem um entrelaçamento da utilização de que a Convenção Internacional, as declarações internacionais, os pactos internacionais. E como, por exemplo, essa classificação internacional de um órgão de extrema responsabilidade, que é a Organização Mundial de Saúde, que embora tenha perdido durante algum tempo e ainda vem perdendo força na organização das Nações Unidas, perante o Banco Mundial. Tanto que a palavra desenvolvimento inclusive entra na convenção com muito mais força, talvez, do que na necessidade da erradicação da miséria e da pobreza e da prevenção das epidemias no mundo. Que são questões factuais muito reais para a nossa realidade mundial moderna e que são patrocinadas pelo hiper capitalismo. A CIF, que é um quadro de referência da OMS para a saúde, e incapacidade, introduz uma mudança radical de paradigma. Ou seja, do modelo puramente médico para um modelo biopsicossocial e integrado da funcionalidade e incapacidade humana. A sua armadura conceitual, aqui eu deixei ainda o português de Portugal, assente, ou seja, se mantém num modelo interativo pessoa-meio ambiente. Ou seja, é preciso ter a interação entre o sujeito e o seu meio ambiente para o surgimento de instituições em que nós possamos dizer) – Este sujeito pode ser diagnosticado numa condição de pessoa com deficiência.

A linguagem comum que a CIF proporciona faz clarificar e uniformizar conceitos e terminologias. São aspectos cruciais que fazem com que essa classificação se constitua como uma ferramenta preciosa, com múltiplas finalidades, e seja suscetível de uma vasta gama de utilizações. A CIF, ela pode ser utilizada e

vem sendo utilizada como uma ferramenta estatística, ela vem ser utilizada na investigação e na pesquisa científica e nas pesquisas biomédicas. Ela vem sendo utilizada como uma ferramenta clínica, e ela vem sendo utilizada... E aí é o ponto que eu dou a grande chave para o nosso estatuto, ela vem ser utilizada na discussão e na formulação de políticas sociais. É um campo fundamental que eu vou abordar em seguida. E também pedagógica, indo na direção daquilo que a Ana Paula fala, da necessidade de que todos têm acesso à comunicação e informação, sobre termos da lei e sobre questão como o estatuto da pessoa com deficiência, e a Convenção Internacional, para que os sujeitos passem para uma nova mentalidade e uma postura de apropriação dos conhecimentos. Não sejam apenas alfabetizados no conhecimento. Tornem-se leitores críticos com uma contra leitura crítica de todos os textos, todas as leis, todas as normas, todas as negras que vão interferir na sua vida. E aí, as próprias pessoas com deficiência têm que ser emponderadas como leitores críticos. O próximo.

E aí vêm as aplicações da CIF segundo a OMS. Primeiro, a nível individual. Ou seja, ela pode ser útil para a avaliação dos indivíduos. Por exemplo, ela pode interrogar, qual é o nível de funcionalidade da pessoa? Ela pode ser usada para a planificação individual do tratamento. Que tratamentos ou intervenções podem maximizar, melhorar a funcionalidade desse cidadão? Para a avaliação do tratamento de outras intervenções. Quais os resultados do tratamento? Quão úteis foram as intervenções? Que é uma boa interrogação para os profissionais da área de reabilitação. Para a comunicação entre médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, e outros trabalhadores no domínio da saúde, do serviço social e do serviço da comunidade. Para a auto avaliação por parte dos consumidores. Como avaliar minha capacidade relativamente à mobilidade e à comunicação? Eu digo sempre que hoje, quando nós falamos em cidadania, a primeira palavra que vem antes é consumidores. Nós somos consumidores e depois cidadãos. Lamentavelmente perante o quê? O império que nos domina e que coloca o tempo todo, a força do seu poder de capital traduzindo muito mais o direito do desejo ao consumo, do que a afirmação da condição de princípios de cidadania para o sujeito. E isso é uma questão que eu posso discorrer num outro momento e tem gente que não vai gostar muito. Porque vou fazer algumas interlocuções com o nosso modelo de vida social, econômica e política.

Para as organizações e serviços, passando o seguinte, a CIF também traz algumas mudanças a nível institucional. Por exemplo, para fins educativos e de formação, ela pode traduzir para o planeamento e

desenvolvimento de recursos. Que cuidados de saúde e outros serviços serão necessários? Essa é uma interrogação, por exemplo, que o Conselho Nacional de Saúde, na Resolução 155, promulgada o ano passado em 2005, faz a interrogação quando diz que é urgente no Brasil que se faça um levantamento das condições de atendimento e de acesso aos serviços de saúde no Brasil. É uma Resolução do Conselho Nacional de Saúde. Perguntando que cuidados de saúde e outros serviços são necessários para as pessoas com deficiência, por exemplo, hoje no Brasil. Para melhoria da qualidade, que é uma questão fundamental, a CIF trabalha com qualificadores. Ela não trabalha com quantificadores. Quando ela muda o conceito para uma questão social da pessoa com deficiência, e não médica, ela não quer saber quantos doentes, ela quer saber quantos sujeitos cidadãos e cidadãs têm capacidade para, estão impedidos e limitados por, tem habilidades para. Ou seja, ela muda essa concepção, quando ela faz a sua classificação. Até que ponto servimos bem os nossos clientes? É a grande pergunta que se faz. Quais são os indicadores básicos, válidos e fiáveis para assegurar a qualidade? Para gestão e avaliação de resultado, até que ponto são úteis os serviços que prestamos? Perguntas, interrogações para os grandes gestores de serviços públicos no Brasil. Seja de educação, saúde, trabalho, e todas as áreas que prestam e têm que prestar serviços, integrar e incluir e fazer a inserção real e concreta de pessoas com deficiência.

Para a gestão de modelos de cuidados que integram a prestação de cuidados de saúde. Pergunta fundamental em relação à questão. Qual é o custo, eficácia dos serviços que se prestam. Nós sabemos que na questão de planejamento e gestão de recursos na área de saúde, uma das questões fundamentais é saber o quanto de recursos econômicos nós temos para investir. E quantos são necessários de reais para que a gente faça efetivamente uma prática de saúde de qualidade e democrática e socializada para todos. Como se pode qualificar o serviço com vista o obter melhores resultados a um custo inferior? Uma pergunta fundamental, que é a simplificação. Que é a modificação dessas políticas sociais no campo da saúde, por exemplo.

Aí entramos no ponto fundamental que eu quero abordar na interface entre a convenção e o estatuto, que é a formulação de leis e política. E nesse campo, a nível social, que é o ponto fundamental da classificação internacional de funcionalidade, nós vamos ter que pensar os critérios de elegibilidade como os que se referem a direitos. Eu sei, eu vi uma... As pessoas estão com fome. Tanto que eu tinha sugerido que a gente passasse para tarde essa fala. Eu sabia que ia

ser difícil. Porque está para acabar. Mas eu não posso interromper porque senão eu vou ficar deixando capenga uma afirmação fundamental em relação a isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só para ajudar, sem interromper, que tu já me avisou antes. E quem sou eu para não querer ajudar aqui. É que muitos estão fazendo um apelo por causa do almoço. Estamos aqui desde as 10h00, e já temos 13h40...

SR. JORGE MÁRCIO PEREIRA DE ANDRADE – Então eu vou saltar, e quem quiser depois vai entrar e vai pedir a cópia disso daqui. Mas eu vou colocar uma coisa simples, que é no final, para a avaliação do meio ambiente. Porque a CIF trabalha com essa concepção no que se refere ao design universal, a implementação das normas de acessibilidade, a identificação de facilitadores de barreiras ambientais e a modificação operada na política social. Ou seja, ela discute a avaliação de que mudanças foram realmente feitas.

Nesse sentido, nós vamos ter que fazer a intercessão de dois pontos pelos quais eu me bato e sou militante ativista. Que é a questão das políticas públicas e Direitos Humanos. E tem uma colocação que vem em seguida, que é de que na formulação de políticas públicas, tem uma frase de uma Procuradora de São Paulo, que eu acho que é fundamental e que eu vou ler. A ausência ou a insuficiência dos direitos sociais como trabalho, renda, educação, saúde, moradia, alimentação, bem como a existência de circunstâncias e arranjos sociais que dificultam o acesso a esses direitos e a vida digna, criam sérios obstáculos ao exercício de todos os outros Direitos Humanos, e fundamentais das liberdades. Para que os Direitos Humanos não sejam violados, então é necessária a adoção de medidas concretas, planejadas e bem definidas para a realização desses direitos. Pode passar. É o outro próximo.

A relação existente entre políticas públicas e a realização de direitos, especialmente direitos sociais, é por isso direta, porque demanda prestações positivas por parte do Estado. É nesse sentido que a afirmação que já foi feita tem que ser consolidada. É nessa Casa e na outra aqui do lado que nós temos que trabalhar para que o Estado se torne o principal responsável na área da saúde, da educação, e de todos os outros direitos de pessoas com deficiência. Sem responsabilização de terceiros. Tomando para si essa responsabilidade afirmando cada vez mais... Pode passar o próximo. Pode passar aí, o próximo.

E eu quero colocar apenas um tópico a mais. Que é o tópico da bioética. Nós estamos num mundo de grandes avanços tecnológicos. Pode passar. E nós temos questões bioéticas seriíssimas a serem consideradas. Principalmente, pode passar o próximo, se nós

pensarmos que temas bioéticos em questão hoje em dia, no mundo atual, como epidemias, mulheres, morte e padecimento, envelhecimento, eugenia, eutanásia e vida sustentada, sexualidade, raça e racismo, aborto, genética e desenvolvimento da saúde humana, política de desenvolvimento e Legislação, política de alimentação, crianças e futuras gerações, as obrigações com essas crianças e o seu futuro, homens, casamento e outros tipos de relacionamento conjugais. Podemos dizer que vivemos num tempo das nano tecnologias, da clonagem, da experimentação com embriões, dos chips, dos implantes, de um seminário a ser transformado pelas ciências e suas técnicas. E em especial pelas biotecnologias. Mas também somos ainda um ser humano que não pode deixar de ser ético e político nas suas ações. E apesar de todos os avanços e retrocessos, sejam técnicos, científicos ou tecnológicos, ou históricos políticos e biológicos, cabem a cada um que conseguiu permanecer com o estômago roncando até agora, manter-se acima de tudo, um, ou uma, defensor, ou defensora, intransigente dos Direitos Humanos. Me desculpe se eu me alonguei, se o tema foi demasiado longo para a fala, e eu peço desculpas pelo avançado inclusive da minha fala. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só para uma orientação rápida, nós vamos encerrar, e à tarde nós temos seis painelistas. Alguém aqui está me dizendo que eu faça um apelo para que ninguém fale uma hora. Seis painelistas começando às três, nós vamos terminar... Me ajude na conta. Nove da noite.

Então, o apelo que eu faço, todos foram brilhantes, parabéns a todos que aqui usaram da palavra, mas se puderem resumir na parte da tarde, no máximo em 30 minutos, vai nos ajudar muito. Mas sem sombra de dúvida, Dr. Jorge, V.Exª, como todos os painelistas, deram uma grande contribuição ao debate para a gente poder fazer uma bela sintonia entre o estatuto e a convenção recentemente aprovada.

Então, chamamos a todos para retornar à atividade às 15h00. Bom almoço a todos.

Sessão suspensa às 13h40

Sessão reaberta às 15h21

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Retomo a nossa Audiência Pública. Eu convido... Quem é que está faltando falar? Cadê a lista? Cleide Ramos. Pode vir?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – *(pronunciamento fora do microfone)*

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Quer ajuda para transportar o computador?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – *(pronunciamento fora do microfone)*

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Está pronta? Então, eu passo a palavra à Drª. Cleide.

SRª. CLEIDE RAMOS – Vou apresentar o data show agora a tarde?

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu creio que sim. Tem como fazer a conexão? Quer começar enquanto prepara? Ou prefere esperar?

SRª. CLEIDE RAMOS – Sim, eu posso começar, sim.

Bom, boa tarde a todos, eu sou Cleide Ramos, Promotora de Justiça na Bahia, em Camacan, sul da Bahia. Gostaria de cumprimentar todos os presentes, na pessoa do Senador Paulo Paim. É um prazer enorme estar aqui com os senhores. Gostaria de parabenizar também todas as palestras que foram feitas pela manhã, que foram bastante esclarecedoras, bastante profícuas, e acredito que essa audiência no Senado vai ser realmente histórica e emblemática na luta, na consolidação desses direitos da pessoa com deficiência, diante do advento da Convenção Internacional.

Então, meus parabéns a todos os senhores. Realmente esta Casa está realmente se sobressaindo nesta luta. Gente, eu vou tratar da incorporação dos tratados de Direitos Humanos no ordenamento brasileiro. Vai ser uma explanação muito rápida, até porque o colega Joelson Dias, Advogado, também membro do CONAD ele vai tratar melhor sobre o assunto e ele é finalmente o especialista nessa área.

Bem, o art. 5º, § 2º da constitucional, fala que os direitos e as garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. Esse foi, digamos assim, o arcabouço que vigorou até o advento da Emenda Constitucional 45, que aconteceu agora no ano de 2004, que disciplinou essa validade e incorporação dos tratados, sejam eles de Direitos Humanos, sejam chamados tratados tradicionais ou comuns no ordenamento brasileiro. O sistema de direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal, ele se baseia em três módulos de garantias e direitos, os chamados direitos e garantias expressos, que são aqueles escritos, se encontram no art. 5º a 17 da Constituição Federal, direitos implícitos, que seriam outros da corrente, da interpretação do ordenamento constitucional, e também constantes em outros dispositivos que não naqueles que a lei com direitos e garantias fundamentais. E os decorrentes dos tratados. Isso porque, se a gente retornar para a redação

do art. 5º do § 2º, ele diz o quê? Que mesmo existindo direitos e garantias expressos na Constituição, e princípios que asseguram Direitos Humanos, não se exclui o reconhecimento pelo Governo Brasileiro de outros direitos e garantias que venham expressos em tratados internacionais.

Então, o ponto nº. 1 é que sempre se reconheceu que fora do ordenamento jurídico brasileiro existem direitos e garantias que têm um status de norma constitucional, devido a essa disposição do art. 5º, § 2º, e passa a integrar o chamado bloco da constitucionalidade. Isso sempre conferiu a esses tratados e agora eu vou me ater aos tratados de Direitos Humanos, porque o tratamento dispensado pelo legislador constituinte, quer seja tratado de direito humano ou tratado convencional ou comum, é um tratamento diferenciado. Pode-se dizer que os tratados de Direitos Humanos, eles sempre receberam um tratamento privilegiado. Privilegiadíssimo, eu diria. Em razão mesmo do reconhecimento de que essas normas de direitos e garantias fundamentais que remontam na carta das Nações Unidas e posteriormente passaram a ser... A receber, digamos assim, uma definição legal, a partir da declaração universal dos direitos do homem, 48, e isso continuou em seguida até nós avançarmos, ultrapassarmos os conceitos de direitos civis e políticos, e atingirmos também o conceito de direitos coletivos, os chamados DESCs, Direitos Econômicos Sociais e Culturais.

Então, houve um aperfeiçoamento, digamos assim, da definição. E também do tratamento dispensado a esses Direitos Humanos. E esse tratamento decorre do chamado *jus cogens*, que é o reconhecimento de que esses Direitos Humanos e garantias fundamentais, eles decorrem do próprio direito dito natural, ou seja, o princípio da dignidade humana, ele é anterior mesmo a esse direito escrito. E por conta disso se justifica todo um tratamento diferenciado e especial para os tratados de Direitos Humanos, que foi dado neste art. 5º, § 2º. E conseqüentemente, sempre se reconheceu na nossa Legislação constituinte uma constitucionalidade material. Os Direitos Humanos, sob a égide da nossa Constituição, eles sempre tiveram status de normas constitucionais. Ainda que não sejam normas constitucionais. Em que pese, e aí eu vou mostrar daqui a pouco, em que pese a divergência que existe doutrinária e jurisprudencial em relação a esse tratamento dado a esses tratados de Direitos Humanos.

A constitucionalidade material ela difere da constitucionalidade formal. A constitucionalidade formal, por exemplo, é o que a gente vai encontrar na Emenda que foi feita recentemente, na Emenda Constitucional 45. A Emenda de reforma do Poder Judiciário. A cons-

titucionalidade material ela era reconhecida por uma interpretação decorrente, digamos assim, dessa obrigatoriedade dos Direitos Humanos na esfera internacional. A constitucionalidade formal ela exige que esse Decreto, esse tratado, essa convenção, que ela seja internacionalizada pelo Governo Brasileiro mediante um processo formal de incorporação ao nosso ordenamento. Foi o que fez a Emenda Constitucional 45, quando estabeleceu um *quorum* qualificado.

Então, saiu-se então da pura e simples constitucionalidade material, e avançamos para uma constitucionalidade também informal.

Então, a conclusão que a gente tem, a conclusão nº. 1 é que se o direito à garantia viesse próximo ao tratado internacional de Direitos Humanos, retificado pelo Brasil, nenhuma lei interna poderá revogá-lo diante do status de norma constitucional que o § 2º sempre lhe assegurou.

Então, isso é muito importante para a gente. Normente diante da posição do Supremo Tribunal Federal. A consequência disso é que existe uma hierarquia e privilégio dos tratados de Direitos Humanos. E, conseqüentemente, existe uma impossibilidade de controle da constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. Porque esse núcleo de direitos e garantias fundamentais, eles são considerados cláusulas pétreas pela nossa própria Constituição Federal, no art. 60, § 4º, inciso 04.

Então, conseqüentemente, se são cláusulas pétreas, não têm como eles sofrerem uma arguição ou uma declaração de inconstitucionalidade. Isso é uma interpretação dessa posição que reconhece que desde sempre esses tratados de Direitos Humanos tinham um status de norma constitucional. Ou seja, uma eficácia material. Como consequência disso, a gente tem que a violação dos tratados de Direitos Humanos implica em responsabilidade internacional e violação da Constituição Federal.

Então, se admite que o status desses tratados, desses textos de convenção dos Direitos Humanos, se admite que eles têm esse status de norma constitucional, então caso eles sejam violados, haverá conseqüentemente, via de regra, uma violação do próprio texto constitucional. Isso implica, inclusive, em responsabilidade daquele que render ensejo a essa violação.

Então, em relação a outros tratados, que não têm essa natureza de Direitos Humanos, digamos assim, a doutrina mais avalizada entende que não se trata de dispensar a eles um tratamento de norma constitucional. Conseqüentemente, esses outros tratados ditos tratados comuns, eles seriam passíveis, em tese, de revogação por uma lei ordinária, porque eles teriam uma validade, digamos assim, de lei infraconstitucional.

Então, vejam a diferença de tratamento. Nunca se negou na nossa... Digamos assim, na nossa jurisprudência e na nossa doutrina que os tratados de Direitos Humanos mereciam um tratamento especial.

Bom, essa característica de nossa infraconstitucional de outros tratados, de qualquer modo, ainda seria uma relação de norma infraconstitucional, porém com uma característica de supra legalidade. Isso é uma interpretação dos internacionalistas. Ou seja, admitindo que, mesmo tendo essa característica de norma infraconstitucional, então eles não poderiam ser, mesmo assim, revogados por lei posterior, embora eles pudessem ser submetidos ao controle da constitucionalidade.

Então, vejam bem que existe uma diferença realmente entre esses tratados comuns e os tratados de Direitos Humanos. E essa diferença ela sempre existiu. Com relação aos outros tratados, então, eles sempre foram passíveis de revogação pela denúncia. Por essa característica, mesmo assim, de norma infraconstitucional, porém supra legal, ainda assim eles não poderiam ser revogados por uma lei interna, ordinária, como por exemplo, um estatuto, como esse que a gente está discutindo aqui. Porque um instrumento correto de revogação seria a denúncia.

Bom, a aplicabilidade dos tratados de Direitos Humanos, então, com base nesses privilégios, é uma aplicabilidade imediata, que é dada pelo próprio art. 5º da Constituição Federal. Que diz que todos os direitos e garantias fundamentais tenham a aplicabilidade imediata.

Então, nós adotamos, aqui no Brasil, o nosso sistema internacionalista adota o chamado Monismo Internacionalista Causeniano(F), que com base nesse entendimento de status constitucional dos tratados de Direitos Humanos, reconhece então que não há necessidade de Decreto presidencial para a incorporação no nosso ordenamento jurídico. Porque isso aconteceria automaticamente, aliás, isso acontece automaticamente com a ratificação.

Então, basta o tratado de Direitos Humanos serem ratificado pelo Governo Brasileiro para que ele automaticamente se incorpore ao ordenamento jurídico brasileiro, com o status de norma constitucional. Isso é uma posição doutrinária, mais avançada em relação à posição do STF. Qual é a posição majoritária do STF? Bom, o Ministro Moreira Alves, ele entendeu numa Relatoria que ele fez, que todos os tratados, inclusive tratados de Direitos Humanos, tem status de norma infraconstitucional. Por isso se diz que ele revogaria a lei anterior e admitiria a revogação por norma constitucional. Porque isso é a decorrência natural desse status de infra constitucionalidade. Essa, infelizmente, ainda

é a posição majoritária no Supremo Tribunal Federal, com base numa decisão ainda muito antiga, ainda da década de 70, e que portanto não acompanhou a evolução que os Direitos Humanos receberam nos diversos sistemas legislativos até então. Uma posição minoritária do STF, defendida pelo Ministro Sepúlveda Pertence, entendeu que havia uma hierarquia infraconstitucional. Porém, com um status de supra legalidade. É aquilo que eu falei mais atrás, que é a outra posição.

Então, mesmo tendo essa característica de norma infraconstitucional, ou seja, de ser semelhante a uma lei ordinária, ela não admitiria a revogação posterior por uma lei ordinária. Vale dizer ainda que se reconheça junto com o Supremo Tribunal Federal que as convenções, sejam elas de Direitos Humanos ou outra, ainda que se reconheça que elas têm um status de norma infra constitucional, elas não poderiam sofrer revogação por uma lei ordinária posterior. A doutrina humanista entende e defende a posição que eu propositadamente comecei a defender desde o início, porque assim a gente bate, bate na tecla e aí os senhores vão assimilar mais essa... É um pouco de manipulação da minha parte, eu admito isso. Foi proposital.

A doutrina humanista, então, reconhece desde o início que os tratados de Direitos Humanos têm esse status de norma constitucional material. Isso significa dizer que essa doutrina humanista é contra a posição do Supremo Tribunal Federal. A posição do professor Celso de Albuquerque Mello é de que existe uma hierarquia constitucional, porém, com prevalência dos tratados de Direitos Humanos sobre a Constituição. Olha que interessante. É uma posição que vai um pouquinho além, ela ainda coloca essa Legislação de Direitos Humanos como se ainda ela pudesse ser superior à Constituição. Com base em quê? Com base no princípio de que a norma mais benéfica ao ser humano, seja ela interna ou internacional, é ela que deve ser adotada.

Então, essa posição é uma posição também muito interessante, e que, como Regina falou hoje pela manhã, a gente pode ver um pouco dessa influência humanista do professor Mello no próprio art. 4º, item quarto da Convenção Internacional, que diz que a assinatura dessa convenção pelo Estado parte, não impedirá que outras leis mais benéficas existam no âmbito interno de cada Estado membro.

Então, vejam que interessante. A Emenda Constitucional 45 diz o seguinte, o acréscimo ao § terceiro do art. 5º. Diz o seguinte – Os tratados e convenções internacionais sobre Direitos Humanos que forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros serão equivalentes às Emendas constitucionais.

Bom, e aí os internacionalistas públicos ficaram se questionando – Mas qual a necessidade de se trazer esta constitucionalidade formal com essa modificação no § terceiro, essa inserção do § terceiro da Constituição Federal se desde sempre nós tivemos esse respeito, esse tratamento aos tratados internacionais como normas materialmente constitucionais? Então, isso vai trazer alguma implicação na nossa esfera interna? Então, são os questionamentos que a gente vai poder responder até o final.

Então, veja só, até então havia uma aprovação por maioria simples. Antes dessa Emenda Constitucional de 45. Não havia esse *quorum* qualificado que exigia essa votação em dois terços, e aprovação de três quintos, que o *quorum* de três quintos é um *quorum* típico de Emenda Constitucional.

Então, na realidade, veja bem, o art. 27 da convenção de Viena, sobre os direito dos tratados de 69, ele diz o seguinte, que uma parte não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado.

Então, a gente tem uma consequência prática aí que é o quê? Aquela indagação que a gente faz. Ora, o que acontecerá, por exemplo, com o nosso Projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência, diante desse quadro de se reconhecer que a Convenção Internacional e todos os tratados seguintes de Direitos Humanos, todos os que vierem após a edição dessa Emenda Constitucional, todos eles terão esse status de Emenda Constitucional se forem aprovados com esse Fórum qualificado.

Então, vem a pergunta, e alguém do movimento já assinalou com essa preocupação – Mas como que vai ser se nós não conseguirmos esse *quorum* qualificado? Como vai ser se a gente não conseguir mobilizar todos esses Deputados e Senadores para que haja essa votação expressiva de Emenda Constitucional? Todos sabem as dificuldades que se tem para se conseguir uma votação dessa. Ora, na realidade, o que a gente percebe é que, ainda que essa situação acontecesse, com base nessa tendência dos internacionalistas mais progressistas, de sempre reconhecer essa constitucionalidade dos tratados de Direitos Humanos, não haveria prejuízo. Não haveria prejuízo para o Sistema de Direitos e Garantias Fundamentais. Também não haveria prejuízo em razão do próprio disposto na Convenção Internacional, que resguarda que outras melhorias, que melhorias mais benéficas possam vir a ser feitas.

Então, veja bem, por outro lado, por que é que seria interessante também a gente ter esse *quorum* qualificado? A Ana Paula defendeu hoje pela manhã, não é? Entendendo que isso seria, que isso daria uma

segurança maior. Claro, porque a gente... Como diz o ditado popular, iríamos matar dois coelhos de uma cajadada só. Quer dizer, além da constitucionalidade material, substancial, nós teríamos também uma constitucionalidade formal.

Então, tendo essa natureza de Emenda Constitucional, automaticamente a convenção de direitos de pessoas com deficiência seria uma convenção petrificada, de cláusula pétrea. Ela não poderia mais sofrer nenhuma modificação que fosse, digamos assim, pior em relação aos direitos ali assegurados. Melhor nós já vimos que ela mesma ressalva que isso é possível, melhorias. Mas não poderia haver piores, não poderia haver retrocessos.

Bom, essa integração formal, isso que é importante a gente fixar, ela não vai modificar essa constitucionalidade material, que passa a existir desde a ratificação pelo Governo Brasileiro, independentemente ou não dessa internalização por Decreto Presidencial após votação com *quorum* qualificado do Legislativo.

Bom, outra inovação dessa reforma que teve no judiciário, que levou a Emenda Constitucional 45, ela vem expressa no art. 109, inciso 5º, A. Que diz o seguinte, que a possibilidade que a Justiça Federal, ela venha a ser competente para julgar as causas relativas aos Direitos Humanos.

Então, qualquer conflito futuro que possa existir envolvendo a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, ele vai poder ser dirimido numa justiça, digamos assim, mais especializada. Porque a Justiça Federal, ela lida no dia-a-dia com a Legislação internacional. Coisa que nós que pertencemos à justiça comum, não fazemos. Embora devêssemos, já que essas normas têm esse status de normas constitucionais. Deveríamos usar e respeitar tanto quanto. Porém, não existe essa tradição, digamos assim, nas nossas práticas forenses.

Então, isso acaba trazendo uma tranquilidade também para o movimento, porque abre essa perspectiva de que uma justiça mais especializada e mais sensibilizada para as causas de Direitos Humanos, venha a julgar essas ações onde esses Direitos Humanos e garantias fundamentais estejam sendo discutidos.

Então, nas hipóteses de grave violação dos Direitos Humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes de tratados internacionais de Direitos Humanos, dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar perante o Superior Tribunal de Justiça em qualquer fase do inquérito ou processo incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

Então, está aí fechada essa ampla possibilidade de conquista, na realidade, de um foro privilegiado,

também para o julgamento de causas relacionadas a Direitos Humanos.

Bom, a conclusão que a gente chega não pode ser outra. A República Federativa do Brasil, ela é regida por um princípio que está esculpido no art. 4º, que é o princípio de prevalência dos Direitos Humanos.

Então, qualquer que seja a discussão que venha a ser travada, ou nos tribunais ou fora dos tribunais, não se pode perder em vista que nós temos que respeitar sempre essa prevalência dos Direitos Humanos. Isso é essencial. Então, todos os Direitos Humanos eles são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve tratar os Direitos Humanos de forma global, justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase. Embora particularidades nacionais e regionais devam ser levadas em consideração, assim como diversos contextos históricos culturais e religiosos. É dever dos Estados promover e proteger todos os Direitos Humanos e liberdades fundamentais, sejam quais forem seus sistemas políticos econômicos e culturais.

Então, mais um reforço. Além do nosso art. 4º da Constituição Federal, o § 5º da Declaração e Programa de Ação de Viena, de 93, que foi a segunda conferência mundial de Direitos Humanos, já disse expressamente que os Estados partes sempre têm que ter, em mente, eles têm que se reger por essa prevalência dos Direitos Humanos.

Então, diante da Emenda Constitucional 45, como ficam as modificações ou melhorias que transcendam o texto da convenção? Então, poderão ser feitas por leis ordinárias? Leis internas mais benéficas não implicam em violação da hierarquia das leis diante do disposto nesse art. 4º item 4º da convenção que eu já falei.

Então, o art. 4º, item 4 da convenção, ele diz o seguinte) – Nada nessa convenção deve afetar qualquer tipo de provisão que seja mais benéfica para a realização dos direitos de pessoas com deficiência. E que já está contada na Lei de Um Estado parte ou lei internacional que esteja em vigor naquele Estado. Não haverá nenhuma restrição ou negação de qualquer dos Direitos Humanos fundamentais reconhecidos ou existentes em qualquer Estado membro na presente convenção, em conformidade com a lei, com as convenções e convênios, com os regulamentos ou costumes sobre o pretexto de que a presente convenção não reconhece esses direitos ou que os reconhecem em menor medida.

Então, está aí assim, digamos assim, o tranquilizante principalmente para a sociedade civil, de luta de direitos pelas pessoas com deficiência.

Então, na realidade nós temos algumas melhorias a acrescentar. É claro que um processo de discussão

de Convenção Internacional, isso já foi colocado na fala do Astorga, não é um processo simples, envolve os interesses dos mais diversos possíveis, de diversos Estados membros, com suas peculiaridades históricas, culturais, religiosas... Enfim.

Então, obviamente que nós precisamos e temos que fazer algumas melhorias em relação a alguns conceitos que não foram tratados adequadamente no texto da convenção. Até para evitar aquela possibilidade de que o consenso mais uma vez não acontecesse e que se tivesse que protelar mais ainda, o que para o movimento não era interessante.

Então, a gente tem a questão do acesso à justiça, a gente tem a questão do tratamento dos indígenas, a gente tem a questão dos grupos que residem em áreas de isolamento demográfico. A gente tem a questão, por exemplo, uma questão muito prática que eu tive um caso na minha comarca essa semana que me deixou bastante preocupada.

Apareceu um rapaz de prenome Márcio, com deficiência intelectual, apareceu na comarca vizinha e ele mal sabe falar o nome dele. Ele só sabia falar o nome da mãe, o primeiro nome da mãe, que seria Cibele, ele não tinha informação, não sabe falar onde ele mora de onde ele vem, nós não conseguimos nenhuma informação. Mais de uma semana convivendo com o padre, e inclusive eu tive que colocar ele no abrigo de idosos, porque não tinha um abrigo, e numa situação dessas, sem nenhuma referência familiar, como resolver o problema de Márcio? Quem vai cuidar de Márcio se a família de Márcio é desaparecida? Quem sabe, inclusive, se não foi a própria família de Márcio que jogou Márcio lá no Município de Pau-Brasil? Enfim, e esse Projeto do estatuto, por exemplo, ele prevê como medida de proteção um abrigo. Mas a gente sabe, a gente tem aqui o Dr. Jorge Márcio, que falou um pouco do movimento anti manicomial, a gente sabe que esse modelo asilar, ainda que com o nome de medida de proteção e o nome de abrigo, muda-se a nomenclatura, mas não se muda a essência da medida. Não é uma medida adequada.

Então, isso também é um ponto que, provavelmente, a gente vai discutir nesse processo, ainda, de discussão com a sociedade civil.

Então, é só para ilustrar que nós temos, sim, ainda muitas matérias ainda a serem abordadas. E por fim, o que eu gostaria de dizer é que o movimento das pessoas com deficiência, as pessoas com deficiência no Brasil e no mundo, têm se sobressaído pelo rompimento de todas as barreiras. Desde as barreiras físicas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações, até a pior delas, e a mais invisível, que é a barreira atitudinal.

Então, essa barreira atitudinal, os senhores vão enfrentar também na justiça. E vão enfrentar essa barreira no tratamento que venha a ser dispensado a essa Convenção Internacional. Mas eu quero dizer que eu estou bastante tranqüila, porque eu tenho certeza que essa luta, os senhores vão ganhar também. Os senhores vão vencer também. Eu não tenho dúvida disso. O nada sobre nós sem nós, que foi tanto dito aqui, ele tem mostrado essa força do movimento.

Então, era só essa contribuição que eu gostaria de dar, e muito obrigada a todos.

(palmas)

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, eu tenho a alternativa agora de chamar o Ricardo, que eu acho que tinha compromisso para viajar, não é isso? Então, eu passo a palavra. Depois acho que a Dr^a. Ela. Não é isso? Quer vir para aqui logo?

SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Bem, eu quero inicialmente cumprimentar o Senado do Brasil por esse evento, que já está tendo larga repercussão em âmbito nacional. Quero dizer que é uma honra estar ao lado do Senador aqui, eu estou realmente emocionado. Muito obrigado.

Porque todo cidadão brasileiro que toma como bandeira prioritária a educação tem toda razão e tem que ser acolhida a sua bandeira como prioridade absoluta. Dizem os historiadores que o que fez o Japão ressurgir como Phoenix, das cinzas atômicas foi a prioridade que deu à educação. Tanto é verdade que as únicas pessoas que não devem reverência ao imperador japonês são os professores, que são reverenciados pelo imperador.

Então, de fato essa percepção acerca da prioridade da educação é algo que falta no Brasil e que deveria ser adotado imediatamente. Mas eu gostaria de falar sobre a convenção e sobre o estatuto, o Projeto de Lei do estatuto que tramita aqui no Senado. Eu prefiro, como disse a própria Dr^a. Isabel, apoiar o imediato avanço do Projeto que aqui tramita. Porque ele está muito mais adiantado na discussão, a minha posição em termos de opção política seria por esse Projeto.

Então, penso que nós todos deveríamos concentrar nisso. Realmente há uma distância muito grande entre o Projeto que está aqui no Senado e aquele que tramita na Câmara, sem desmerecer os nobres Deputados. É uma questão só de amadurecimento do processo que aqui se desenvolveu. Mas eu gostaria de tratar a respeito de alguns pontos específicos como membro do Ministério Público do Trabalho, eu gostaria justamente de ressaltar o aspecto laboral, que está apontado no Projeto do estatuto, em face do que

estabelece a convenção, mas outros pontos também como a própria educação, a proposta que consta do estatuto em relação à convenção, também o aspecto da definição, e algumas questões referentes à acessibilidade.

Bem, falando inicialmente acerca do que diz a convenção sobre o conceito de pessoa com deficiência. Essa é uma questão fundamental, porque o conceito, na verdade, estabelece um princípio e uma opção política. Quando a convenção da ONU está a estabelecer que a pessoa com deficiência é aquela com uma limitação física, intelectual ou sensorial que por isso tem dificuldade para exercer os atos normais da vida, e que, em razão do seu ambiente social, têm prejudicados os seus direitos, a convenção, como todos já disseram, está a adotar o critério transcendente do médico. Ou seja, está a institucionalizar a idéia de sociedade inclusiva. Porque ela estabelece que a deficiência esteja na sociedade, em ter aptidão de receber as necessidades de todos. Isso é fundamental. Portanto, o conceito que está delineado no Projeto deve ser aprimorado. Há algumas questões que se colocam a partir da lista estabelecida também no Projeto.

O Projeto está a incluir como novidade os deficientes visuais monoculares e os auditivos que não ouvem com um ouvido apenas. Nesse aspecto o projeto se adiantou ao que estabeleceu o próprio CONAD quando fixou o Decreto 5296 a partir de uma discussão altamente legitimada pela amplitude com que ela se desenvolveu, pela amplitude com que ela se desenvolveu no território do Brasil. Quer dizer, entendeu o CONAD que as pessoas com visão monocular, embora tenham um problema sério, não têm as mesmas restrições sociais do que as pessoas com baixa visão, tal como definem, e os cegos. Também os surdos, que ouvem com um ouvido. Ouvem. Não são efetivamente pessoas que têm aquela chamada surdez social, que não conseguem se comunicar e que não conseguem ouvir os diálogos.

Então, é algo que deve ser revisto. Portanto, me parece que a melhor opção, também o Projeto avança, porque inclui o autismo, inclui as condutas típicas, etc, mas me parece que a melhor opção seria estabelecer o fim da lista. E o critério absoluto de que só será considerado deficiente aquele que tem uma limitação física metal ou sensorial e que em razão do seu ambiente social tenham a sua cidadania prejudicada. E no mais, isso seria discutido caso a caso. Só para os senhores terem uma idéia, o Tribunal Superior do Trabalho considera não deficientes os monoculares. Já há várias decisões nesse sentido, no que diz respeito à disputa de cotas. Já o Superior Tribunal de Justiça, o STJ, entende, sim, que as pessoas com visão mo-

nocular são deficientes para fim de cotas em concursos públicos.

Então, a própria jurisprudência do Brasil vacila, e eu penso que a idéia de se estabelecer o conceito com restrição social, clínica e social, e também uma tabela de funcionalidade a partir da CIF, como bem expôs a Dr^a. Isabel e também o Dr. Jorge, seria uma idéia interessante para que caso a caso fosse desenvolvido. O temor que a Dr^a. Isabel colocou acerca de um estatuto que teria que ser regulamentado, não me parece preocupante. Eu vou explicar porque.

O estatuto se vier a ser aprovado, é uma norma completa com começo, meio e fim. Então, por definição o estatuto prescinde de Decretos. Como é que você pode regulamentar melhor a aplicação de um estatuto de uma CLT ou de um código? Por meio de simples e meras instruções normativas e portarias, que são normas de segundo e terceiro escalão no âmbito do Executivo.

Então, é muito mais fácil você regulamentar um estatuto ou um código ou uma CLT. A CLT mesmo é regulamentada por instruções normativas do Ministério do Trabalho, por portarias, etc. É o que certamente deverá ocorrer, caso venhamos a aprovar o estatuto. Sei também que o Movimento das Pessoas com Deficiência ainda temem o estatuto. Ainda temem a perda de direitos, diz que nós temos uma Legislação completa. Ocorre que, justamente porque, vários dos conceitos estão definidos em Decretos, simples Decretos, eles podem ser alterados monocraticamente pelo Presidente, isso é um risco político, mas há um risco jurídico. Muitos dos conceitos que estão em Decretos, não cabem em Decretos. Deveriam estar em leis. Por isso que o STJ, por exemplo, não considera o deficiente monocular fora da lista de deficientes, embora o Decreto não os inclua. Porque eles entendem que o Decreto aqui é ilegal. E isso é discutível, não sei. De qualquer forma, o Superior Tribunal de Justiça vai nessa linha. Porque trata-se de aplicar um Decreto, apenas. Então, é da maior importância política e jurídica a convolação das normas que estão em Decretos, hoje em lei.

Bem, outro aspecto que eu gostaria de abordar é o que diz respeito à educação. Um aspecto que a Regina já apontou muito bem, que diz, lá no início do Projeto, que a família e o responsável legal da pessoa com deficiência deve optar e escolher por ela que tipo de escola ele vai seguir. Ora, isso quebra todo o direito subjetivo de cidadania das pessoas com deficiência de serem os senhores da própria vida. É claro que é quem tem que ter prioridade nessa escolha é a própria pessoa.

Por outro lado, há um problema que eu não senti ao ler o capítulo inerente à educação, que é a opção

pela escola inclusiva. Isso está ambíguo no Projeto. Extremamente ambíguo. O que é inconstitucional, *data venia*. Porque a Constituição toma essa preferência. Os princípios estabelecidos na Constituição têm força de lei. Acima de qualquer outra. Portanto, a preferência constitucional pela escola inclusiva vai ao encontro do que estabeleceu a convenção da ONU, portanto a Constituição do Brasil faz compatível a nossa Legislação com que estabeleceu a ONU, e Projeto de Lei, data máxima *venia* precisa ser aprimorado nesse sentido. Eu posso dar um depoimento, claro, eu apoio as escolas especiais. Não sou contra elas, não. O que eu acho é que não devem ser um gueto. Elas devem trabalhar em parceria na escola comum. Quer dizer, eu mesmo sempre tive baixa visão, e jogava bola com os meninos de igual para igual. Sempre fui meio perna-de-pau, mas jogava bola. E isso fez com que eu ousasse um cargo no Ministério Público e hoje esteja aqui. Quer dizer, o fato de não me colocar em guetos foi importantíssimo para a minha vida toda. E também para os meus colegas, que aprenderam a conviver comigo desde sempre. E certamente saberão lidar bem com todas as diferenças referentes às pessoas com deficiência visual.

Bem, outro aspecto que eu gostaria de abordar, como eu disse, trata da educação profissional que me parece prioritária. Senhoras e senhores, o Brasil tem cerca de cinco anos e seis meses em média de escolaridade. Tivemos um grande avanço nos últimos 15 anos. Passamos de dois anos e pouco para cinco anos e pouco. É muito pouco ainda em relação à própria América Latina. Mas de qualquer forma estamos a avançar. Todavia, as pessoas com deficiência, infelizmente, segundo o próprio IBGE têm uma escolaridade média que é a metade da média da população brasileira. Dois anos e pouco. Dois anos e quatro meses, Senador.

Então, é um problema sério. A questão da educação da pessoa com deficiência. E eu sinto que isso vai continuar assim enquanto essa idéia não migrar para a escola comum. Nós temos que ter as escolas todas envolvidas na diversidade. Porque você, criança, aprende a conviver com a diversidade na prática. Não na teoria.

Então, você vai aprender a conviver com menino surdo, , você vai aprender a conviver com menino cego, e aprender com tudo isso. Eu me lembro que quando eu aprendi os rudimentos do braille, eu não domino claramente o braille, porque eu tinha baixa visão. Perdi a visão apenas quando adulto já no terceiro ano da faculdade. Aliás, uma coisa fundamental, eu só consegui me formar, e quero aqui fazer um agradecimento de público, graças aos nobres colegas da

turma de 84, vai aí a minha idade, da turma de 84 do Largo São Francisco da USP. Todos se solidarizaram e fizeram gravações em fita. Eu sou produto da turma 1984 da USP em direito.

Então, quer dizer, para eles todos, foi algo muito bacana para todos nós. Nós aprendemos juntos a desenvolver um problema que eu tive que enfrentar na faculdade. Todos ganhamos com isso.

Bem, portanto a questão da educação, inclusive, não está muito bem delineada ainda no Projeto, e na minha opinião não está compatível nem com a Constituição do Brasil tampouco com a convenção da ONU.

Bem, no que diz respeito aos contratos de educação profissional, no art. 48, o Projeto do estatuto versa sobre o contrato educativo, que fala que... Estou a parafraseá-lo, o art. 48 estabelece que o contrato de trabalho educativo se dá no interior de instituições públicas e privadas e tem a finalidade educacional preponderando sobre a produtiva, sem gerar vínculo de emprego no que o estatuto denomina muito bem de oficina protegida terapêutica. Há uma correção a fazer ali. Porque quando ele menciona instituição pública ou privada ele deve frisar muito bem que é sem fim lucrativo. Porque as instituições com fim lucrativo não podem ter um contrato educativo. É o que estabelece já o velho ECA no seu art. 68, de onde se inspirou essa figura. O contrato de trabalho educativo do art. 48 do Projeto está inspirado no art. 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas o art. 68, de origem, ele estabelece que o trabalho educativo se dê em instituições sem fins lucrativos, porque é claro, se ele estiver numa instituição com fim lucrativo o aspecto produtivo prevalecerá sobre o educativo.

Então, essa é uma correção essencial que deve ser feita o quanto antes. No que diz respeito ao estágio, que está regulamentado no art. 49 do Projeto, o estágio profissionalizante, andou bem o Projeto, no sentido de estabelecer que o estágio, da pessoa com deficiência, não se dá por causa da deficiência, como já ocorreu no Brasil. E ainda ocorre em alguns Estados. Contratam-se deficientes como estagiários sem a mínima razão de ser. Isso é inconstitucional, porque o art. 7º, inciso 31 estabelece que não deverá haver discriminação de salário, critério de função ou... Perdão, exercício de função ou critério de promoção em razão de deficiência. Portanto, o estágio profissionalizante é uma modalidade de formação profissional escolar, em que se desenvolve na empresa o conhecimento prático de teoria profissionalizante que se tem na escola de ensino médio ou na universidade.

Então, nesse sentido, andou bem. Porque o Projeto estabelece exatamente assim o estágio profissionalizante, dizendo mesmo que ele serve só para isso

enquanto houver matéria de cunho profissionalizante no ensino médio ou na universidade. Há um probleminha ali de redação também, porque ele menciona o art. 49 que o estágio deve se desenvolver em pessoas jurídicas públicas, e ele esquece das pessoas jurídicas privadas.

Então, tem que corrigir. Já um errinho de digitação, certamente. E no art. 50, o Projeto fixa a aprendizagem da CLT. O que eu estava a dizer aqui para o Guilherme Bara(F) da FIESP, que é o grande avanço. Eu quero deixar bem claro, Senador, existe uma tendência no Brasil de dizer assim – Se a empresa não puder contratar porque é difícil, porque ela tem muita tecnologia ou porque é uma área que não tem tradição de pessoas com deficiência, ela poderia pagar como ocorre na Alemanha ou na França, uma taxa para que as ONGs formassem pessoas com deficiência dentro das ONGs.

Bem, eu sou contra essa proposta e vou dizer porque. Porque ela é exclusiva, perdão ela é excludente. Ela institucionaliza o gueto que nós queremos superar. Na minha opinião, a formação profissional da pessoa com deficiência, se for necessária, deve ocorrer dentro da empresa justamente por intermédio do contrato de aprendizagem, o que já é possível hoje, porque a lei 11.180 de setembro de 2005 rompeu o limite teto da idade para pessoas com deficiência. E aprendizagem pode ser desenvolvida no Brasil em convênio com ONGs e com o sistema S, SENAI, SENAC, etc. As ONGs, no Brasil, têm uma tradição de décadas com relação à formação profissional de pessoas com deficiência, mas elas o fazem dentro das oficinas protegidas de produção e terapêuticas. Aqui um reparo também que eu gostaria de fazer ao Projeto. O Projeto... Penso que no art. 51, não tenho certeza exatamente de que artigo, ele mantém institucionalizadas as oficinas de produção, oficinas protegidas de produção. O que me parece absolutamente equivocado. Absolutamente equivocado. A oficina protegida de produção é um local de trabalho que se desenvolve dentro de uma ONG e que a pessoa fica a vida inteira fazendo exatamente a mesma coisa e ganhando um salário muito menor do que um trabalhador no mercado. Portanto, a oficina protegida de produção deve ser superada. Nós devemos desenvolver um... Por quê? Porque ela mantém a pessoa dentro de uma ONG, trabalhando, ganhando muito pouco, e depois que ela ficou oito meses fazendo exatamente a mesma coisa, uma semana fazendo exatamente a mesma coisa, por que continuar assim e não se trabalhar na perspectiva de se desenvolver um conhecimento profissionalizante dentro da empresa? Portanto, essa idéia da oficina protegida de produção fere frontalmente a Constituição do Brasil, ela não foi

recepcionada pela Constituição do Brasil, embora o Decreto 3298 previsse. É que o Decreto não é lei. Mas se o estatuto, na minha opinião, fortalecer a idéia de oficina protegida, estará a fortalecer um gueto. Inconstitucional e contrário ao art. 27 da convenção da ONU. Porque o art. 27 da convenção da ONU, ao tratar da questão do trabalho, ele diz claramente que o esforço dos Estados membros é no sentido de incluir a pessoa no trabalho comum, fora de guetos.

Então, data máxima *venia* do Projeto, com maior respeito que ele merece, etc, esse é um ponto que deve ser prontamente banido. A oficina protegida, a oficina protegida de produção. Eu até admito a oficina protegida terapêutica, que é outra coisa. A oficina protegida terapêutica, aí sim, é um aprendizado que se faz dentro de uma ONG, para você ter um contato inicial com trabalho, não tem jornada de trabalho, não tem nada disso. É para você, digamos assim, se habilitar. Mas uma vez que você está habilitado, você deve ir para empresa, sair da ONG, e trabalhar como qualquer outro empregado. Não se justifica a manutenção da chamada oficina protegida de produção, que é a eternização de um gueto, contrário ao art. 7º da Constituição do Brasil, contrário ao que preconiza a convenção que estamos por adotar.

Outro aspecto que eu gostaria de trazer aqui, me foi solicitado por pessoas com deficiência em geral, (*soa a campanha*) Uma lista de apoio... Só mais cinco minutos. Uma lista de apoio ao estatuto. São três pontos que se colocam. Primeiro, no que diz respeito ao conceito.

Bom, primeiro eu quero dizer que todos elogiaram muito o estatuto em vários pontos. Houve grandes avanços. Inclusive um que eu esqueci de frisar aqui antes de frisar essas proposituras é que no art. 257 do Projeto, há um redução da cota... Perdão, não redução da cota, mas redução da base de cálculo da cota. Hoje a cota de empregabilidade, de pessoas com deficiência, começa com empresas de 100 empregados para cima. Esse Projeto está a reduzir a base de cálculo para 50 empregados, exatamente como fez a Europa, que já acerca de 40 anos tem cotas de 20 e 50 empregados. Estamos adotando a de 50, tudo bem. Acho que é um avanço importante. Se puder baixar para 20, melhor ainda. Mas acho que 50 é uma boa base de cálculo.

Bem, eu quero dizer uma coisa. Sim, a proposição que fizeram as pessoas. Primeira delas, que na parte que trata da inclusão de comunicação, falta se contemplar o chamado livro por e-mail digital. Porque a pessoa receberia o livro digital e teria a possibilidade de sublinhar, destacar, etc, etc. Também a vídeo-descrição nos filmes, nas televisões, que é muito importan-

te para nós cegos. Porque a hora que eles se beijam, a gente não entende nada. Se não tem ninguém do lado falando “olha, eles estão se beijando”. E aí, se a cena fica mais apimentada ainda, quem tem coragem de avisar “olha, estão fazendo isso. Agora tiraram a roupa”. Não dá.

Então, era melhor que fosse alguém descrevendo e você pudesse ouvir com o fone de ouvido. As pessoas ficam constrangidas às vezes de descrever determinadas cenas. Mas, enfim, é claro que a vídeo-descrição é muito importante também para as pessoas com deficiência visual. A legenda, a legenda também é muito importante para pessoas com surdez, que não lêem LIBRAS, e que enfim são oralizados(F) e precisam da legenda. Outra questão importantíssima que falta ser contemplada na parte de inclusão, e eu digo a vocês, isso realmente é importante. Os documentos pessoais das pessoas, as cédulas de dinheiro têm que ser acessíveis a todos. As pessoas estão vendo, mas eu acho que não é muita gente, principalmente motorista de táxi. Sabe como eu faço para fazer o cara pensar que eu sei como é que é o dinheiro? Eu ponho as notas em posições que eu conheço. Eu.

Então, eu tiro da carteira e falo – Olha, me devolve tanto de troco. Aí ele fala “pô, o cara sabe como é que é”. Mas a rigor eu não sei. Porque a nota não diz nada. Ela deveria ser impressa em alto-relevo. Não tem nenhum sinal na cédula do real que possa ser identificado por pessoas cegas. Também os documentos pessoais, na carteira de identidade, no título de eleitor. O título de eleitor, então, é terrível. É um papelzinho pequenininho. Você sai da junta eleitoral com outro menor ainda. Você fala – “Meu Deus, aonde eu vou por isso?” Quer dizer, as coisas tinham que ser mais claras, os documentos e as cédulas.

Outra questão importante, aqui é uma sugestão que veio dessa lista que me foi passada pela jornalista Isabel da Silva, de São Paulo... E eu concordo. Porque existe no estatuto, no Projeto, um capítulo sobre crimes e penalidades, lá no fimzinho. Só que esse capítulo é muito genérico. Por exemplo, se um arquiteto faz um Projeto inacessível, qual é a pena para ele, arquiteto? Então, o que se sugere, e me parece adequado, é como faz a CLT, Senador, ao final de cada capítulo, existe o item das penas. Certo? A CLT, a velha CLT, já é assim. E funciona bem. O Ministério do Trabalho quando vai fiscalizar já sabe a pena para cada, ambiente de trabalho, não registrar o empregado, etc. Cada capítulo tem a sua pena respectiva. O crime é um setor aparte, mas existem as penas administrativas e as penas criminais.

Então, poderíamos estabelecer ao cabo de cada item, cada título, as penas administrativas de multa,

etc, etc, e no final os crimes. Isso me parece que seria uma bela mudança estrutural, e eu agradeço os membros dessa lista que fizeram essa sugestão.

Bem, eu teria muito mais a dizer, mas quero dizer que o Ministério Público do Trabalho, pra mim, e eu quero dar um depoimento aqui para o Brasil, o Ministério Público do Trabalho, pra mim, cidadão cego, é uma instituição que merece todo o meu carinho, respeito, dedicação integral. Quando eu me formei, eu tinha já um currículo bastante qualificado, que a modéstia me desculpe, mas mesmo assim não conseguia. Eu já estava começando mestrado, Senador, e ninguém me empregava. Nenhuma empresa me empregou. (*soa a campanha*) Tampouco um sindicato muito famoso que hoje, graças a Deus, é defensor da causa. Mas na época não me empregou, por causa da falta da visão. Também fiz concurso para Juiz, em 90, era Assessor de um Juiz, trabalhava redigindo decisões, ajudando um Juiz maravilhoso, Dr. Osvaldo Proes(F) que foi meu primeiro pai, mentor, etc, mas eu não pude ser Juiz, porque o judiciário brasileiro entende que a pessoa cega não reúne condições para exercer a magistratura, com que eu divirjo. Porque eu fazia na prática.

Mas o Ministério Público abriu pra mim a oportunidade de fazer o concurso, havia cinco mil candidatos, eu tive a honra de ser aprovado entre os três primeiros, e exerço a função de Procurador hoje, concluí o mestrado, o doutorado, sou também professor, Senador, por isso o meu grande carinho pelo senhor. E só digo uma coisa a vocês, (*soa a campanha*) A única coisa que o Ministério Público me propiciou foi oportunidade, respeito e instrumentos. Nada mais. E é isso que as pessoas com deficiência precisam no Brasil. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu quero parabenizar a fala do Dr. Ricardo, e dizer que não apenas a fala é boa, mas o exemplo pessoal é bom. E fazer um comentário sobre a escola inclusiva. Eu sou totalmente defensor da escola inclusiva, como Governador aqui no Distrito Federal, fiz um esforço nesse sentido e como Ministro também. Agora, repetindo talvez o que eu falei de manhã. Precisamos que a escola seja inclusiva no Brasil, até mesmo, para aqueles que não têm qualquer deficiência, mas não têm escola. A escola no Brasil é excludente, porque ela não é para todos. E não é de qualidade. É preciso que ela seja de qualidade e para todos. E receba aqueles que são merecedores de cuidados especiais. Desde usar óculos, sem o que o aluno não aprende, até outros tipos de apoio. E volto a falar o que disse o Luiz Fernando de manhã com a palavra descapa-

citado. Nós precisamos fazer com que todos sejam capacitados, compensando as deficiências que um ou outro tenha conforme o tipo. E, além disso, fazer a inclusão, sim, da educação de pessoas, crianças, sobretudo, com e sem deficiências. Eu chamo para falar a Dr^a. Ela Wiecko.

Eu queria, aproveitando a vinda, cumprimentar aqui a Mara Gabrilli, que está aqui conosco, e que se quiser no final falar alguma coisa, eu terei maior prazer em abrir alguns minutos. Pode ser até daí mesmo, se for mais fácil para você.

SR^a. ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO

– Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, meu colega Ricardo, senhoras e senhores, agradeço a oportunidade que me dão de vir fazer alguns comentários a respeito desse substitutivo do estatuto de pessoas com deficiência, frente à convenção internacional, que está prestes a ser... Enfim, ratificada, assinada por vários Países, inclusive pelo Brasil. Eu fiz a minha análise em termos comparativos, mas eu não vou poder deixar de fazer também alguns comentários, é, sobre alguns pontos que eu percebi no estatuto. Haveria outros, mas alguns que dizem mais de perto ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.

Bom, em primeiro lugar eu acho assim, que é importantíssimo, até pela fala do colega do Ministério Público do Estado, diante dessa possibilidade de ser ratificada a convenção pelo Brasil, com o *quorum* ou sem o *quorum*, então como compatibilizar esses dois diplomas legislativos.

Então, eu acho que o ponto nodal realmente é o conceito de deficiência. Com relação aos direitos, a convenção ela arrola, ela é muito longa e vai falando todos os direitos que se aplicam às pessoas com deficiência. Na realidade, nem precisaria fazer essa distinção, porque os Direitos Humanos, eles são aplicáveis a todas as pessoas indistintamente. Mas, enfim, o que eu percebi é que, inclusive o estatuto, ele faz referência a direitos que não estão na convenção. Por exemplo, um deles, o direito à habitação.

Então, com relação aos direitos, não há nenhum problema. O problema realmente está na questão do conceito. Será que o conceito que está na convenção, proposta, é mais abrangente, menos abrangente do que aquele que é proposto pelo estatuto?

Então, o primeiro problema que eu vejo é que o português, ele não é língua oficial nas Nações Unidas.

Então, esse texto que a gente já tem e que todos nós trabalhamos aqui em língua espanhola, ele pode ser traduzido de diversas formas. Eu até tenho percebido, por exemplo, na questão do estatuto de Roma, como ele foi mal traduzido para o português na hora

da sua incorporação pelo Decreto Legislativo, então isso pode também acontecer. Como é que nós vamos, por exemplo, traduzir o que na convenção fala em “descapacidade”. Nós demais o que é o conceito de deficiência, e na convenção diz que as pessoas com incapacidade incluem aquela que tem deficiência. É um pouquinho diferente. É, eu confesso que eu não consegui chegar a uma conclusão definitiva se a convenção, ela é mais abrangente ou menos abrangente do que o conceito no estatuto. Porque, veja o seguinte, na convenção ela é restritiva no sentido de que ela só atinge as pessoas com deficiências físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais a largo passo.

Então, significa... Não é exatamente permanente, ou é... Mas evidentemente é diferente do que está no estatuto que fala em duração provisória ou permanente.

Por outro lado, eu posso analisar como sendo mais abrangente o conceito da convenção quando inclui pessoas com deficiências intelectuais. E o nosso estatuto, ele só fala nas mentais.

Por outro lado, o estatuto diz que considera-se deficiência toda a restrição que dificulta... Restrição física que limita a capacidade, dificultando a sua inclusão social. Entretanto, a convenção ela fala nas deficiências que, ao interagir com diversas barreiras, possam impedir.

Então, nesse ponto, eu vejo que o estatuto é mais abrangente, porque ele fala apenas na dificuldade. E aqui ele fala no impedimento. São verbos diferentes. Por isso que eu digo também que a tradução, ela vai ser importante. Aqui na convenção fala em impedir a participação plena e efetiva na sociedade. O estatuto, ele usa uma expressão, que é muito, está muito expandida, ela é usada muito assim, ela... Ela, vamos dizer, é um jargão. Queremos a inclusão social. Mas, me parece que essa expressão participação plena e efetiva na sociedade, ela é mais rica, ela é mais abrangente do que meramente inclusão social, que diz muito e também não diz. Porque nós podemos começar fazer até diferença entre inclusão social, inclusão econômica. Eu acho que quando se fala em participação plena e efetiva na sociedade, é uma expressão que abrange todos os níveis de inclusão.

Então, eu até preferiria essa modificação no estatuto. Mas, enfim, eu acho que deu para perceber que são conceitos que num instrumento e no outro, eles não são totalmente colidentes. Às vezes eles estão trabalhando junto, mas em alguns detalhes, eles podem um ser maior do que o outro. E nesse caso, evidentemente, aquilo que for mais abrangente, ele deve ser preferido para o estatuto. Agora, o outro ponto que eu gostaria de mencionar já foi mencionado pelo Ricardo,

que é a questão da educação. Eu vou ressaltar, não posso deixar de ressaltar, porque isso é uma bandeira do Ministério Público Federal, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, inclusive pelo manual de educação inclusiva, que editou, e também já foi colocado, a forma como está no estatuto, quer dizer, essa possibilidade de opção, quer dizer, colocando como uma questão de opção da família, na verdade, isso implica numa inconstitucionalidade. Porque o que a Constituição, ela determina, por todos os artigos, é a inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular.

Tem uma questão aqui da convenção que me parece que seria muito interessante ser incorporada no estatuto. Por conta mesmo daquelas coisas que já foram colocadas, que pode não ter... Ser incorporada com o *quorum* qualificado, ou sequer não ser incorporado, enfim. Existe na convenção uma preocupação com a proteção das pessoas com deficiência nas situações de calamidade. E, infelizmente, o Senador sabe que ele é um lutador pela causa ambiental, do jeito que as coisas estão, as calamidades elas tendem a aumentar. E nós precisamos já ter medidas definidas na lei em situações de calamidade que não são apenas por catástrofes ambientais. Eu me lembrei dessa porque é uma coisa que nos preocupa muito, mas outros tantos tipos de catástrofe em que deve ter na lei claramente determinada assim a prioridade, medidas, como atuar na proteção das pessoas com deficiência.

Bom, e agora então eu gostaria de fazer alguns comentários a respeito daquilo que, não tem nada a ver com a convenção, porque a convenção ela não desce essas minutas. A convenção é uma convenção para todos os Países.

Então, os Países, eles têm que legislar, mesmo que essa convenção ela seja incorporada com o *quorum* qualificado, então, que vai ter um status constitucional. Isso não vai significar que não precise de medidas legislativas como leis ordinárias, Decretos, resoluções, portarias, enfim, toda uma pletera de instrumentos legislativos para detalhar. Isso sempre é necessário.

Então, o que é que... Alguns pontos que me chamaram atenção. O estatuto, ele incorpora o que o Decreto 5296 ele trouxe. E aí, ele vai criar, certamente, várias dificuldades. Porque alguns prazos dos 5.296, eles já esgotaram. Algumas medidas já foram, inclusive, editadas, outras estão prestes a editar.

Então, se vem um novo instrumento Legislativo, ainda que vai ter um prazo para a vigência, se não me engano, de seis meses porque é um estatuto e tal, vai criar, vai só dar um conforto para todas aquelas entidades públicas e privadas que, com as quais, o Ministério Público tem mantido um embate no sentido

de agilizar a edição de regras técnicas, por exemplo, principalmente na questão do transporte.

Então, eles vão ganhar um fôlego, vão ganhar mais tempo. Temos mais quantos meses? 36 meses nós vamos ganhar por conta disso.

Então, eu acho que teria que fazer uma revisão àquilo que já está incorporado, *(soa a campainha)* Que o prazo já venceu. Não pode dar a impressão que existe mais algum prazo. Para terminar, porque essa aí assusta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – *(pronunciamento fora do microfone)*

SRª. ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO – É o seguinte. Eu sugiro que se façam mais Audiências Públicas para discutir algumas questões aqui que envolvem Ministério Público, Poder Judiciário... Porque senão vai criar, com aquela coisa de querer ajudar, vai só complicar, vai criar uma confusão, por exemplo, no processo civil, com relação à Ação Civil Pública. Essa criação de uma vara de pessoas com deficiência... Bom, eu, primeiro, não tenho uma reflexão sobre isso, mas eu quero lembrar o seguinte, acabou de sair uma lei sobre violência doméstica. *(soa a campainha)* Então, nessa Lei de Violência Doméstica, inclusive, há uma preocupação de proteção às pessoas com deficiência. Agora está dizendo que uma ação de alimentos, toda ação de alimentos vá para essa vara com deficiência.

Então, imaginemos uma situação que é uma criança com deficiência cuja mãe... E ela junto com a mãe, porque a situação de violência doméstica abrange tanto a mãe quanto a criança, aonde essa ação tem que ser proposta? Quer dizer, foi toda construída uma lógica de criar uma justiça especializada para a violência doméstica e agora se atravessa essa vara para pessoas com deficiência. Então, isso tem que ser melhor pensado para não criar dificuldades maiores.

Então, com o Ministério Público também, porque tem algumas regras que não têm necessidade, e outras que podem criar incompatibilizados e discussões no judiciário. Com isso, então, eu termino. Acho que consegui colocar os pontos mais importantes que eu queria ressaltar. Obrigada.

(palmas)

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu parabeno pela sua fala, Drª. Ela, e eu chamo o Joelson Dias. Não está? Eu, ao mesmo tempo em que convido o Joelson, eu vou pedir licença para comparecer até o plenário, onde o Paim já foi e eu passo a Presidência para ele.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Conforme já anunciou o Senador Cristovam, ele está indo

ao Plenário porque o Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, pediu que ele fosse até lá. Ele já anunciou, então, está com a palavra o Joelson. Joelson, você dispõe do mesmo tempo que os outros dois painelistas usaram antes desse seu momento aí. Que nós todos estamos na expectativa aqui. Está com a palavra.

SR. JOELSON DIAS – Obrigado, Senador. Uma boa tarde a todos. Queria inicialmente agradecer o convite que me foi formulado, e até pelo adiantado da hora já, Senador, e todos os presentes, e em decorrência das brilhantes exposições que já tivemos ao longo deste dia, espero efetivamente nem dispor de todo este tempo. Efetivamente muito já foi dito, eu acho que a Comissão de Direitos Humanos bem assim a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência do Senado foi de uma extrema felicidade em convidar os expositores que ouvimos ao longo de todo o dia de hoje, porque na sua grande maioria, mais do que a experiência acumulada não só a profissional, como a acadêmica, como ativistas, militantes de Direitos Humanos na área das pessoas com deficiência puderam dar o seu próprio testemunho no que vem acompanhando. Tanto no que diz respeito à elaboração do estatuto como também do que foi a adoção, ou será a adoção dessa Convenção Internacional sobre Direitos Humanos pela ONU. Isso só enriquece o nosso debate, e acho que reside justamente nisso, Senador Paulo Paim, o maior mérito do Senado, enfim, do Congresso Nacional.

Nós podemos efetivamente, às vezes, reclamar que o estatuto ainda não contempla todos os nossos anseios. Podemos externar a nossa preocupação de que o estatuto venha eventualmente a derogar, a suprimir direitos que foram historicamente conquistados, mas nós não temos o direito de reclamar de não estarmos sendo ouvidos. A Câmara e o Senado têm sido extremamente generosos em ouvir os segmentos, aberto as suas portas para a nossa manifestação, e a minha esperança, a minha expectativa pessoal é de que assim continue sendo. Acho que nós precisamos ampliar esse debate, esse debate não pode ficar apenas em Brasília, precisamos levar isso também aos Estados. Acho que o INTERLEGIS pode ser uma boa porta para isto, e fica aqui a minha sugestão, se V.Exª me permite, de que o Senado, além de continuar convocando Audiências Públicas como esta, disponha também do INTERLEGIS para que possamos envolver a sociedade civil nos Estados por intermédio dos “experts”, dos especialistas na causa, das suas ONGs, e sobretudo dos conselhos estaduais das pessoas com deficiência.

Eu acho que a realização de uma semana de valorização como essa é de extrema importância, e eu tenho a Audiência Pública de hoje mais como ato simbólico de afirmar a importância da causa, de realmente ter este dia como um marco. Porque, efetivamente somente agora é que temos o substitutivo, a minuta apresentada pelo Senador Flávio Arns, e com certeza é a partir de agora que a discussão, pelo menos a mim me parece, deverá efetivamente começar.

E da mesma forma o mesmo se passa em relação à Convenção Internacional sobre os direitos da pessoa com deficiência, da ONU. A convenção, a expectativa muito grande de que ela venha a ser aprovada agora em dezembro, e obviamente, somente depois dessa aprovação é que a gente poderá analisar e buscar identificar o alcance exato desta convenção. De tudo, o mais importante fica, a meu ver, é o papel da sociedade civil. E é de muita felicidade que o Congresso esteja neste momento seguindo a mesma tendência das Nações Unidas. As Nações Unidas permitiram a participação da sociedade civil, e mais do que a participação, as Nações Unidas efetivamente ouviram a sociedade civil. E é muito importante que o Congresso, assim, também o faça.

Precisamos, sim, eventualmente ter um estatuto, mas desde que seja um estatuto que assegure absolutamente todos os direitos já existentes, e que inclusive avance na proteção dos direitos da pessoa com deficiência. E que se tome, então, o tempo necessário para se garantir esse aperfeiçoamento, para se garantir esse avanço. O que não se pode, ao final, é ter um instrumento amplo, compreensivo, mas que, porventura, não contemplem direitos já adquiridos e depois venhamos a enfrentar uma discussão jurídica para saber se o estatuto, por ser mais amplo, revoga ou não o que já existe. É este o risco que corremos, é esta a solução jurídica que precisamos encontrar. Precisamos, sim, eventualmente ter um instrumento mais amplo, que dê maior proteção, mas que não ameace o que já foi efetivamente assegurado.

E a sociedade civil, como vinha dizendo, tem o seu papel, tem a sua importância. Não somente em lhe assegurar a participação em momentos como esse da semana da valorização da pessoa com deficiência, mas de efetivamente ser ouvida e ser acatada aí as suas sugestões. E claro, quando se fala em sociedade civil, estou incluindo também não somente o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, mas também os conselhos estaduais, os conselhos municipais. É a eles que esse substitutivo do Senador Flávio Arns deve ser remetido, e é deles também que se deve ouvir. Eu deveria...

Pensei até em lamentar o fato da Dr^a. Cleide Ramos ter esgotado a minha fala, mas, de uma certa forma, obviamente já vinha esperando que isso pudesse acontecer. Afinal, eram muitos os expositores. E na verdade, me senti foi extremamente honrado, porque com toda a experiência dela, toda a militância ela ter se manifestado, se pronunciado justamente sobre o tema sobre o qual mais gostaria de falar, me deixou na verdade foi muito honrado de perceber que estou aí seguindo o caminho dos doutos e a experiência realmente recomendava alguma manifestação naquele sentido.

E falo mais especificamente da incorporação desta convenção ao direito interno brasileiro. Para muitos, pode parecer que com a adoção da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, a missão esteja já cumprida. E sem querer desanimar, mas a mim me parece que é justamente o contrário. Estamos apenas começando um trabalho que será extremamente árduo. Tenho aqui do meu lado uma outra autoridade no direito, e falo isso sem... Com muita honestidade, tanto em relação à Dr^a. Cleide quanto em relação ao Dr. Ricardo Tadeu, porque são pessoas realmente reconhecidas no seu meio, que têm um trabalho intenso, mas mais do que isso, que são militantes, realmente, são pessoas apaixonadas pela causa. E já ouvi do Dr. Ricardo Tadeu, ou pelo menos me disseram, o Dr. Ricardo Tadeu ter sido considerações elogiosas à Emenda Constitucional 45, porque permitia justamente agora que um tratado internacional fosse incorporado no direito interno brasileiro, já com o status de norma constitucional. Isso me deixou muito surpreso, e ao mesmo tempo muito pensativo, porque preciso discordar muito dessa manifestação dele. Porque concordamos no efeito final. É muito bom termos a possibilidade de um tratado de Direitos Humanos ter o status de norma constitucional. Mas nós discordamos da maneira como isso acabou acontecendo no Brasil.

E aí, Senador, eu preciso dizer isto, porque foi neste espaço aqui e na Câmara, que a Assembleia Nacional constituinte em 88 se reuniu. E historicamente, pelo menos para nós internacionalistas do direito, defensores dos Direitos Humanos, seguidores da lição de Cansado Trindade, e fica aí a nossa expectativa de que ele venha a ser até indicado para a corte internacional de justiça em AIA(F), é uma outra pregação que faço ao Senado. Para que o Senado efetivamente adira a esse pleito e possamos em substituição a Francisco Rezek, indicar, o Brasil indicar realmente Antônio Cansado Trindade para a corte internacional de justiça e AIA. Mas enfim, nós, seguidores de Antônio Cansado

Trindade, sempre defendemos, aprendemos com ele e sempre defendemos duas coisas.

Primeiro que esses tratados internacionais de Direitos Humanos tinham ou deveriam ter a sua incorporação imediata ao Sistema de Direito Interno Brasileiro. Porque não se poderia conceber o Tratado Internacional de Direitos Humanos com a mesma natureza daquele tratado tradicional, típico, comercial, que estabelece as relações entre os Estados, imunidades entre os diferentes Países. Tratado de Direitos Humanos, pela sua própria natureza, é a proteção da dignidade da pessoa humana, é o sujeito, a pessoa humana é o principal sujeito de direitos. Tinha necessariamente e tem necessariamente que ter uma natureza muito distinta desses tratados comerciais. E por isso então a sua incorporação imediata, antes mesmo de todo esse trâmite de Decretos legislativos e Decretos presidenciais. A simples assinatura, a simples ratificação permitiria essa incorporação automática no direito interno. Essa foi a primeira lição que nos ensinou o Cansado Trindade, mas nos ensinou uma outra também e não menos importante. Ratificado o tratado, acolhido o tratado pelo Congresso Nacional, automaticamente lhe era conferido o status de norma constitucional. E daí a minha divergência com o Dr. Ricardo Tadeu. Não precisávamos, Dr. Ricardo Tadeu, na nossa concepção, na nossa defesa idealista, romântica, quase que grotesca(F) dos Direitos Humanos de um *quorum* qualificado no Congresso Nacional. De dois terços, ou de três quintos para que o tratado pudesse ter o seu status constitucional. Por força do § 2º do art. 5º da Constituição, nós tínhamos convicção plena, absoluta, de que o simples fato do tratado ter sido aprovado pelo Congresso e depois ratificado pelo Presidente, independentemente do *quorum*, já lhe conferiria esse status constitucional. Daí porque...

Disse antes que entendo como verdadeiro retrocesso, me permitam Srs. Senadores me dizer isso na sua Casa como convidado, mas como verdadeiro retrocesso para a causa de Direitos Humanos. Porque é óbvio, se nós, sociedade civil, juntamente com a parceria de todos os Parlamentares, de pelo menos muitos dos Parlamentares que sabemos também muito engajados com a nossa causa, conseguirmos daqui para frente sempre os três quintos em cada uma das Casas para conferir a esses tratados o status de norma constitucional, maravilhoso. Porque agora a própria Constituição diz que assim o é, e o Supremo, por exemplo, não poderá adotar uma interpretação dissonante.

Mas a minha preocupação reside justamente no contrário. E se, porventura, não observante vermos esse *quorum* qualificado? E se, porventura, não alcançarmos esses três quintos? O que isso significa-

rá? Que teremos então duas categorias de Tratados Internacionais de Direitos Humanos? Uma categoria de Tratados Internacionais de Direitos Humanos anteriores à Emenda Constitucional 45, em que todos, absolutamente todos, tinham status de norma constitucional, e agora uma segunda categoria, depois da Emenda Constitucional 45, em relação àqueles que não obtiveram *quorum* qualificado? Seriam então, também Tratados de Direitos Humanos, mas de natureza infraconstitucional? É essas duas categorias para um mesmo tratado que visa a proteção do ser humano é que me parece não ser cabível.

E qual o efeito prático disso? Porque eu sei que muitos aqui não são juristas, e não dominam essa terminologia técnica. A gente infelizmente passa cinco anos além de aprendendo o Direito, aprende também o “juridiquês”, e depois tem muita dificuldade de traduzir para o português. Mas qual é o efeito prático de tudo isso? É que se o tratado tem status constitucional, só uma outra mudança na Constituição é que vai poder mudar aquilo que o tratado assegura. Se o tratado não tem status constitucional, qualquer lei poderá alterar uma disposição do tratado.

Então, uma... Vamos imaginar toda essa dificuldade até chegar numa Convenção Internacional, como chegamos, a dificuldade que será aprová-la, e imaginem se ela não é aprovada com esse *quorum* qualificado, imaginem se ela não tem então esse status constitucional. Significa dizer que depois qualquer Deputado, qualquer Senador pode apresentar aí o seu Projeto de Lei, a Casa vota, o Presidente sanciona, e essa lei poderá então revogar ou derrogar a norma de um tratado.

Então, é essa a principal consequência, quase uma sanção, na verdade, de não se ter o status constitucional como a Constituição antes garantia.

Então, penso, Senador, que devemos efetivamente discutir até que ponto essa Emenda Constitucional 45 significou realmente um avanço. Mas precisamos ser muito pragmáticos. Enquanto essa Emenda existir no mundo jurídico, enquanto ela não for retirada do mundo jurídico eventualmente pelo próprio Congresso, mediante uma outra reforma constitucional, pelo próprio Supremo, precisamos, sim, trabalhar para a aprovação da Convenção Internacional pelos três quintos. Precisamos ser pragmáticos, para que não tenhamos que depois discutir o status conferido a este tratado tão importante.

Eu estou, como todos, considerando que o Brasil, primeiro, vai assinar a convenção. Todos nós falamos. Porque a convenção diz isso, diz aquilo, o estatuto tem que contemplar, mas nós estamos muito longe disto ainda. A convenção vai ser submetida à aprovação agora

pela ONU em dezembro, aí abre-se obviamente para a assinatura, quero eu acreditar que devido à participação da Drª. Isabel Maior, inclusive uma delegação brasileira nós não teremos a mínima possibilidade de que o Brasil não venha a assinar essa convenção. Mas nós temos que lembrar que o processo de ratificação ele é longo, ele é demorado. Ele não poderá acontecer sem a nossa participação, da sociedade civil, e sem a parceria de Parlamentares tanto do Senado como da Câmara. É necessária a votação em dois turnos, e depois até que se o Presidente possa efetivamente ratificar o tratado. E só depois da ratificação pelo Presidente é que efetivamente a convenção trará em vigor para o Brasil e, assim mesmo, depois de obtidas as ratificações necessárias aí também no âmbito da ONU.

Então, precisamos nos manter mobilizados. O fato de termos todos aqui nos manifestado favoravelmente à convenção, de termos todos nos manifestado no sentido de que os direitos ali assegurados devem ser contemplados também no estatuto, não significa dizer que possamos nos desmobilizar e não venhamos a acompanhar o trabalho do Legislativo. E a prova maior disso, o período já demasiado longo de convenções, por exemplo, como a de desaparecimento forçado, que há mais de uma década aguarda, tramita no Congresso, na Câmara mais precisamente, sem a aprovação e por isso o Brasil encontra-se impossibilitado de ratificá-la. Já não há tanto tempo, mas também já tramita e aguarda a aprovação do Congresso, o protocolo facultativo à convenção contra a tortura. Eu cito apenas dois exemplo para demonstrar que muito embora tenhamos Parlamentares favoráveis à nossa causa, nós não sabemos evidentemente se todos estarão favoráveis à nossa causa ou se pelo menos o número de Parlamentares que precisamos para o *quorum* qualificado estarão favoráveis à nossa causa, e aí a própria discussão, o próprio debate interno no âmbito do Congresso pode fazer com que se demore muito tempo para que o Brasil venha a ratificar essa convenção.

E é isso que eu espero que não aconteça. A convenção, como sabemos, prevê um comitê de acompanhamento, um comitê de monitoramento, para saber se os Países estão efetivamente aplicando, seguindo o disposto na convenção, e é óbvio que o que se espera é que o Brasil ratifique o quanto antes esta convenção para que logo que ela venha a ser... Que ela entre efetivamente em vigor no âmbito das Nações Unidas o Brasil possa inclusive pleitear, indicar, nomear pessoas para estar compondo este comitê. Uma outra luta árdua também que não podemos esquecer que teremos é que a convenção impõe ao Estado que a ratifique, ao País que a ratifique, obrigações não somente no âmbito da União, e obrigações não somente no âmbito

do Poder Executivo. Todas as unidades federadas, absolutamente todas as unidades federadas estarão obrigadas a seguir, a implementar o disposto na convenção. Por isso a importância que vai ser a nossa participação enquanto sociedade civil, enquanto conselhos para convencer também as autoridades nos Estados, nos Municípios, no Distrito Federal, a implementar as normas constantes da convenção.

E mais que isso, o papel do... Não só o Executivo terá obrigação de cumpri-la, de claro, prover os fundos, prover os recursos, os meios, garantir o funcionamento dos conselhos, mas o Legislativo também terá que se debruçar sobre essa convenção para saber se o estatuto efetivamente esgota o que está previsto como obrigação do Legislativo segundo a convenção, ou se haverá a necessidade de adoção de outras leis ou mesmo a modificação de leis já existentes por força do que existe na convenção. E fica sempre a expectativa de que o judiciário também se atente para isso. Na esfera do Direito Internacional, uma decisão do Poder Judiciário não passa de um ato administrativo, e por isso está sujeito também a uma avaliação, está sujeito também a um exame por parte das instâncias internacionais.

Então, essa obrigação compartilhada entre os Estados e compartilhada também entre os poderes é que se espera, tenham todos conhecimentos, tenham todos a compreensão logo que a convenção vier a ser ratificada pelo Brasil. E essa obrigação, aliás, compartilhada entre as unidades federadas, reflete o que a pouco veio de muito bem dizer Drª. Cleide Ramos, no que diz respeito à federalização. Justamente por conta dessa obrigação que os Estados, os Municípios também têm de cumprir com as normas de Direito Internacional, é que se estabeleceu um instituto como esse de deslocamento de competência para a Justiça Federal. Não porque a Justiça Federal seja mais competente, seja mais capaz, seja mais rápida do que a justiça comum. Em hipótese alguma. Mas pelo simples fato de que a União precisa de uma salvaguarda, precisa de uma segunda opção, uma segunda alternativa, por exemplo, vamos dizer, se as coisas não estiverem funcionando bem no âmbito dos Estados, no âmbito dos Municípios. Porque o Brasil, independentemente de como a União estiver atuando, será responsabilizado se efetivamente as responsabilidades não forem bem desempenhadas também pelos Estados e também pelos Municípios.

Daí a importância de um instituto como esse da federalização. Mas que se espera que seja, é muito pouco utilizado. Não porque não tem importância, mas pelo simples fato de que se não for utilizado, é sinal de que os Estados, de que os Municípios estão atuando

do bem. Atuando bem e não somente para identificar e punir os responsáveis pelas violações dos Direitos Humanos, mas atuam bem primeiro para evitar, para buscar implementar as medidas necessárias justamente para que essas violações não ocorram.

E daí a importância, ainda sobre o mesmo tema, de se acompanhar par e passo o Projeto de Lei 4667/2004, que tramita na Câmara dos Deputados atualmente que dispõe justamente sobre os efeitos jurídicos, das decisões dos organismos internacionais de proteção de Direitos Humanos. Ou seja, adotada uma decisão por um órgão internacional de proteção, como é que essa decisão será executada aqui no âmbito interno. Daí a importância também de estarmos acompanhando isso. E é importante, isso nos diz respeito diretamente, porque como disse antes, a convenção prevê a criação de um comitê de acompanhamento e monitoramento. Mas mais do que isso, a convenção já vem com um protocolo facultativo, possibilitando que denúncias sejam encaminhadas à ONU, a esse comitê de supervisão sobre eventuais violações de Direitos Humanos no âmbito daqueles Países que a ratificaram.

Daí a importância de um Projeto de Lei como esse, disciplinando como essas decisões serão implementadas no âmbito do Brasil. Porque é óbvio que se espera não somente que o Brasil assine e ratifique a convenção, mas também que o Brasil assine e ratifique o protocolo. Protocolo sem ratificação, sem adesão brasileira, significará um severo comprometimento da Convenção Internacional.

E aliás, aqui fica a crítica também à ONU pelo fato de já não ter contemplado essas disposições do protocolo no próprio corpo da convenção. É simplesmente incrível que na virada do século, o primeiro instrumento internacional de Direitos Humanos, a ONU, tenha se apresentado ainda tão tímida, tão tímida na adoção de um mecanismo de supervisão como é o mecanismo das petições, das denúncias individuais. Afinal, é inconcebível pensar que se concebeu, que se cogitou de um instrumento sem que, ao mesmo tempo, também não se tenha pensado nos mecanismos de implementação deste instrumento.

Não queremos mais uma mera declaração, queremos, sim, uma convenção com a força normativa que tem o instrumento como este aprovado no âmbito da ONU, e com todos os mecanismos para que os sujeitos de direitos possam reivindicar o que foi assegurado nesses instrumentos. E queria, já encerrando a minha manifestação, dizer que estou muito tranquilo sobre o que eventualmente vai ser, ou não, contemplado pelo estatuto se o Brasil vier mesmo a ratificar esta convenção.

E digo isto porque o § 4º do art. 4º da convenção contemplou expressamente a norma mais benéfica à vítima ou ao sujeito de direito. E o que isso quer dizer especificamente? Que nada, absolutamente nada, do que está disposto na convenção afetará ou poderá afetar as disposições que possam facilitar, em maior medida, o exercício dos direitos das pessoas com deficiência, e que figurarem na Legislação de um Estado que a tenha ratificado. Não serão restringidos nem derogados os Direitos Humanos e liberdades fundamentais reconhecidas ou existentes nos Estados partes da convenção, em conformidade com a lei, as convenções, os regulamentos ou os costumes com o pretexto de que na convenção não são reconhecidos esses direitos ou liberdades. Em outras palavras, o que isto quer dizer? Quer dizer que se nossa Legislação nacional interna foi mais avançada do que a convenção, prevalecerá a nossa Legislação Nacional Interna. Se, porventura, a convenção contiver algo mais avançado, que assegure mais direitos, que proteja mais os direitos das pessoas com deficiência, será então implementado o que estiver disposto na convenção ou em qualquer outro tratado, em qualquer outro pacto internacional de Direitos Humanos, seja no âmbito da ONU, seja no âmbito da OEA.

Então, o que me parece, Senador, já concluindo, é que o desafio que se coloca é justamente este. Estabelecer, definir um estatuto que vá ainda mais além do que a Convenção Internacional Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Que assegure absolutamente tudo o que historicamente, até hoje, foi conseguido, mas que se consiga avançar para se proteger ainda mais. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Nesse momento eu desfaço a atual Mesa, e convido a última painelistas, que vai representar o Relator Flávio Arns, que é a senhora Elizabete Aparecida Pereira. Eu convido, e nesse momento eu passo a Presidência dos trabalhos ao nosso querido Senador Eduardo Azeredo, que é o Presidente da Comissão Especial que trata a questão tão importante que é o nosso trabalho, de todos nós, com a pessoa com deficiência. Senador, faz o favor.

(troca de presidência).

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Agradeço ao Senador Paulo Paim, autor do estatuto da pessoa com deficiência, que está em discussão aqui no Senado, e vamos então ouvir a Elizabete, que vai representar o Senador Flávio Arns, que por motivo médico não pôde estar aqui. Mas está tudo bem com ele. Ele está em São Paulo e não pôde vir. Vamos lá.

SRª. ELIZABETE APARECIDA PEREIRA – Exmº.

Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, Exmº. Senador Paulo Paim, autor do Projeto de Lei do Senado nº. 06/2003, que institui o estatuto da pessoa com deficiência, Exmº. Senador Eduardo Suplicy, Srª. Isabel Maior, Sr. Luiz Fernando Astorga, Srª. Regina Atala, Drª. Ana Paula Resende, Dr. Jorge Márcio, Drª. Ela, Drª. Cleide, Dr. Ricardo, Dr. Joelson, senhoras e senhores.

Eu vou ser breve no uso da palavra, não se assustem com essa pasta aqui, porque, na verdade, são apontamentos que eu faço na condição de ouvinte. Em que pese estar aqui representando o Senador, o pra mim é um motivo de muita honra. É uma dupla honra. É uma dupla honra por sentar aqui com autoridades, representando o Senador Flávio, que gostaria muito de estar aqui, eu tenho certeza que todos também prefeririam que ele estivesse aqui falando com a propriedade que lhe é peculiar. Mas dizer da honra de compor a Mesa, então, além das autoridades, e compartilhar com pessoas que tão profundamente conhecem do assunto.

Eu gostaria de enaltecer os Senadores Eduardo Azeredo e Paulo Paim a iniciativa da audiência conjunta. Porque esse debate, ele é fundamental. Nós chegamos num momento que nós temos um Projeto de Lei que já foi amplamente debatido pela sociedade, e continua sendo debatido, e uma convenção recém aprovada em vias de ser ratificada, e que ao ser ratificada vai ingressar em nosso ordenamento jurídico.

Então, é importante a gente cotejar esses dois diplomas que encerram um feixe de medidas protetivas, com vistas à inclusão social da pessoa com deficiência, que representa um segmento digno de todo respeito e consideração da nossa sociedade.

Especificamente em relação ao Projeto de Lei, eu não vou discorrer sobre detalhes, até porque nós estamos tratando de uma minuta. Ela ainda está em processo de formação, de construção. Mas resgatando historicamente, não é? Até para quem está nos assistindo, o Projeto de Lei de autoria do Senador Paulo Paim, e ele atualmente está na Comissão de Direitos Humanos sobre a Relatoria do Senador Flávio Arns, que deu ampla divulgação ao Projeto, discutindo e recebendo sugestões de diferentes segmentos da sociedade. Em março desse ano, ele disponibilizou uma primeira minuta, abrindo-a para um debate. Na ocasião, foi realizado um seminário, no auditório da INTERLEGIS, que contou com a presença de especialistas, profissionais especializados na área, e como esse seminário foi realizado no sistema de videoconferência, isso propiciou que várias pessoas de todo o Brasil assistissem

o seminário, encaminhassem sugestões, o que vem sendo feito, na verdade, até hoje. Ontem, ainda, vindo para Brasília, eu abrindo o e-mail, o nosso colega do gabinete aqui em Brasília me encaminhou sugestões do Ministério Público da Bahia, e que serão... Muito embora nós tenhamos apresentado uma nova minuta, serão analisadas criteriosamente como todos os outros encaminhamentos que foram feitos.

Na verdade, o documento que foi apresentado aqui então aos senhores, ele é fruto de um amplo debate que já ocorreu e que continua ocorrendo. Mas, tendo em vista a aprovação da convenção e que o objetivo dessa audiência foi essa interface, nós julgamos apropriado apresentar para os senhores o texto em construção mais atualizado que nós dispomos até o momento. A nossa postura, hoje aqui, é uma postura de ouvir atentamente tudo que foi dito pelos senhores, e não tenham dúvidas, que será fidedignamente repassado ao Relator do Projeto de Lei em questão. Dessa forma, eu acho que muito mais do que designar-me para representá-lo aqui, eu acho que ele designou para ser porta-voz do que os senhores tinham a dizer. Muito obrigada.

(palmas)

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Agradecemos à Elizabete. E eu passo a palavra ao Senador Paulo Paim para que ele faça algumas considerações a respeito.

SR. SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Deixa eu ser muito rápido. Na verdade, eu reafirmo aqui as palavras da Srª. Elizabete, que representou com muita simplicidade. Eu até diria com muita humildade, a brilhante figura que é pra mim o Senador Flávio Arns. Pra mim, o Senador Flávio Arns é daqueles homens que está à frente do seu tempo. Talvez, quem não o conheça com a profundidade que eu conheço, a sua história, a sua vida, e o compromisso com ele tem com essa causa pode até ter o direito de duvidar que o estatuto pode retroceder.

Quem conhece o Senador Flávio Arns que eu conheço, e como esse Senador conhece aqui do lado, podem ter certeza absoluta. Eu ouvi a preocupação de vocês legítimas, e já ouvi em outros fóruns. Eu tenho reafirmado sempre) – Tenham certeza absoluta. E até o momento não houve uma falha por parte do Senador Flávio Arns, do Eduardo Azeredo, e eu também me coloco nesse time. Nós sempre dissemos) – É isso que nós queremos. Que haja inclusive o contraditório de pontos de discordância, para nesse belíssimo debate que a sociedade está assistindo, eu acho que já foram... Olha, eu não quero ter medo de errar, mas no mínimo umas cinco mil reuniões já fizemos. E se precisarmos fazer mais cinco mil, mais cinco mil faremos.

Eu acho que uma lei não é que nem pão de padaria. Eu sempre gosto do pão quentinho na padaria.

Eu vou lá e pego o pão quentinho e eu gosto do pão quentinho. Por isso que é bonito esse debate. Eu sinto o Flávio não estar aqui nesse momento, mas felizmente ele está bem. Porque tudo isso que foi dito, e me lembro aqui das últimas palavras da nossa querida Regina, não é Regina? Você apresentou ali uma proposta que eu tenho certeza vai para a mão do Relator, onde você está propondo o seguinte, vamos pegar nossas cabeças pensantes, e são tantos aqui, homens e mulheres e deram a vida por essa causa, que só querem melhorar o texto. Olha, tem problema aqui. Por exemplo, a doutora aqui, a última aqui, Ela me disse o seguinte – Tem um outro assunto que eu quero falar que tem que sair da versão atual. Eu digo – Não, a senhora tem que falar, e fale que tem que sair.

Então, daquela proposta original que a gente foi até ousado em reunir ali rapidamente e apresentar, mas aquilo que já apresentamos hoje, graças ao Senador Flávio Arns, sem sombra de dúvida, é um grande avanço. Com a convenção internacional que nós nos comprometemos lá na conferência, estávamos lá, e dissemos lá – Não será aprovado no Congresso, tenham certeza, sem que a convenção seja aprovada. E depois da convenção aprovada, faremos o debate. Porque não adianta aprovar a convenção e no outro dia aprovar o estatuto. Eu concordo com vocês. Vamos aprovar na convenção, vamos fazer agora um belíssimo debate para que efetivamente, como disse aqui o último expositor, que no final a gente possa dizer o seguinte – A lei brasileira está acima da Convenção Internacional em matéria de avanços para as pessoas com deficiência. Se não tiver, não será aprovado.

Eu quero só dar esse testemunho, sem falar muito. Eu estou apaixonado por esta conferência. Por todos que aqui falaram. Porque se não houver aquele que diga – Olha, aqui tem problema. Aqui também tem. Essa aqui tá boa, mas aqui não está bom. Então, não tinha porque fazer a conferência. Para chamar vocês aqui para bater palma, até quem sabe com a maior boa intenção minha ou de outro de um termo errado, uma redação equivocada. Até porque não somos especialistas no tema. Somos os homens de boa vontade, eu diria. E somos apaixonados pela causa como todos vocês aqui são. Vocês são apaixonados, muitos aqui conhecedores com profundidade. Eu via na exposição. O Sr. Jorge falou aqui uma hora. Mas eu vi a profundidade, não mas eu via... E ele queria falar mais. Mas isso é bom. Ele queria falar mais

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu sou testemunha, porque ele falou comigo. Está interessante. Já está longo mas está interessante. Ele falou comigo.

SR. SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – E cada um dos outros que falaram, no mínimo uma hora cada um, se desse, era pouco tempo. Todos, todos, todos.

Então, eu estou muito, muito feliz. Eu sei que nós haveremos de construir, no final, uma belíssima lei sobre o Relatório final do Senador Flávio Arns. Eu que-

ro dizer da minha satisfação, procurei ficar todo o dia aqui. Aprendi mais ainda, cada reunião que eu saio eu aprendo um pouco do convívio com vocês sobre esse tema que nos é tão querido. Não só porque muitos de nós, na família tem pessoas com deficiência, mas além disso. Porque aqui foi dito já não é mais 24,5. Alguém já viu que fica próximo a 30 milhões de pessoas... 27 milhões, já próximo a 30 milhões de pessoas que tem algum tipo... Nós que nos orgulhamos de fazer parte aqui da Comissão de Direitos Humanos, foi tão falado por você – Olha ali a palavra Direitos Humanos, Direitos Humanos, Direitos Humanos.

Então, não batam palmas pra mim, vamos dar uma grande salva de palmas para vocês. Só isso. E eu encerro aqui a minha...

(palmas)

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O Senador Paulo Paim, na verdade, merece muitas palmas, sim, e eu sou testemunha do trabalho dele aqui em todas as suas presenças, sempre. Contribuindo para uma discussão que seja exatamente bem objetiva e que nós possamos chegar ao que todos desejam que é que o Brasil tenha não só a melhor lei, mas a melhor prática. Porque leis boas nós temos, seguramente, mas que podem ser aprimoradas. Mas eu quero ouvir ainda o Senador Eduardo Suplicy, que pode também dar a sua opinião e as suas palavras para todos nós.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Presidente também dos trabalhos hoje, Senador Paulo Paim, e quero cumprimentá-los, também ao Senador Cristovam Buarque, ao Senador Flávio Arns e a todos aqueles que colaboraram para esta Audiência Pública de tamanha relevância para todos nós brasileiros e especialmente para nós Senadores.

Cada um de nós Senadores tivemos a oportunidade de convidar uma pessoa que, de alguma maneira, tivesse uma contribuição a dar de qualquer forma que fosse o seu testemunho, para estar nesta semana aqui conosco. Quando eu soube disso, Sr. Presidente, tive... Encontrei na Catedral da Sé em São Paulo o Sr. Luis Carlos (*inaudível*), hoje com 50 anos, uma pessoa que nasceu em Parelheiros, em fevereiro de 1956, e, nasceu já sem poder ver, e nasceu numa área de sitiantes, ali em Parelheiros, dentro do Município de São Paulo, mas numa área praticamente rural. E ele quase não teve oportunidades de aprendizado, até porque quando era ele criança, ainda mais nesse local distante da cidade, não havia quase que oportunidades, a não ser aquilo que os seus próprios pais, como sitiantes ali pudessem modestamente prover. E ele não teve então oportunidades de se educar e tudo. E eu queria, Sr. Presidente, mais do que eu próprio aqui falar, se for possível, que ele possa dar um brevíssimo testemunho, porque ele ouviu aqui o depoimento desde o início da manhã de todos, e eu mesmo tive que estar na CPI, na Comissão

de Relações Exteriores com V.Ex^a, e tantas atividades simultaneamente hoje.

Então, não pude aproveitar. Mas eu agradeceria se em vez de eu falar um pouco mais, possa ele falar. Mas gostaria também de dar uma sugestão, uma vez que uma das proponentes desta Audiência Pública, a Sr^a. Regina Maria Mello Atala me informou de quanto que ela tem considerado importante que em cada órgão governamental, seja ao nível do Município, do Estado e da União, possa haver um órgão responsável pela coordenação de esforços com vistas aos problemas dos deficientes. Não sei, Senador Eduardo Azeredo, se como Governador V.Ex^a chegou a instituir algo assim ou se já existia no Governo do Estado de Minas. Mas por exemplo, o Governo do Município de São Paulo tem uma pessoa responsável por isso, que inclusive está aqui, é a Sr^a. Mara Gabrilli, e é uma iniciativa nova no caso do Prefeito José Serra o instituiu. O próprio Governo da União tem a Coordenadora-Geral da Coordenadoria Nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência que hoje aqui presente está, a Sr^a. Isabel Maria Madeira de Loureiro Maior, que inclusive deu a sua contribuição no dia de hoje. Mas me informava a Sr^a. Regina Atala, que gostaria muito de propor que o Governador novo da Bahia, Jacques Wagner, possa também ter um organismo como esse. E acho que isso é adequado.

Então, eu queria fazer duas sugestões, primeiro ouvir muito brevemente o depoimento do Sr. Luis Carlos, e se ele puder falar uma palavra, ele está hoje previsto para o *talk show* da noite, mas eu acho que aqui nessa audiência quem sabe outros convidados possam também dar o seu testemunho. Mas agradeceria se a Sr^a. Mara Gabrilli puder também dar um breve depoimento sobre qual foi a relevância de ser instituído novo Governo Municipal de São Paulo um organismo para estar pensando e cuidando, coordenando as atividades das pessoas com alguma deficiência.

Então, essa é a sugestão que eu formulo, Sr. Presidente. Aliás, para a senhora Mara, pediria se pudesse com o microfone portátil chegar até ela. Primeiro o Sr. Luiz Carlos, por favor.

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy. Eu quero primeiramente só dizer lá no Estado de Minas Gerais já tinha antes de eu ser Governador, já existia e continua existindo uma Coordenação de Apoio à Pessoa com Deficiência, a Dolores Pinto é que foi a coordenadora de onde eu estava até aqui há pouco tempo, há pouco, estava o dia todo aqui conosco. Agora não está no momento. E é realmente muito importante que não só os governos estaduais, mas que também as Prefeituras possam ter órgãos encarregados de fazer essa coordenação, porque a questão da pessoa com deficiência, ela perpassa todo o Governo.

Então, na verdade, tem que ter uma atuação em toda as secretarias. Na educação, na saúde, na questão do esporte, então, dar a importância realmente que

seja uma coordenação ao invés de ser uma secretaria específica. O tempo não é muito grande, temos ainda um pouquinho de tempo, podemos ouvir então o Sr. Luiz Carlos. Senador Suplicy, só estava inscrito aqui primeiro, o Anderson Santos, que é Representante da Associação de Albinismo da Bahia.

Então, eu pediria só que ele falasse primeiro e logo em seguida falará então o Luiz Carlos e a Mara Gabrilli.

SR. ANDERSON SANTOS – Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar a Mesa, ao Senador Paulo Paim, e agradecer a oportunidade aqui concebida. E me apresentar e apresentar a realidade de pessoas nesse primeiro momento da Bahia, Salvador, Bahia, e eu passei para alguns de vocês cópias, e eu gostaria que depois da minha fala fosse lida essa carta, onde ela expressa um pouco da realidade desconhecida das pessoas albinas lá em Salvador. E a gente tem relatos ainda que faltam riqueza de detalhes no que diz respeito à documentação. A PAUBA, ela é uma associação que foi fundada com pessoas albinas e idealizada pela nossa dermatologista, que é quem atende boa parte dos albinos hoje lá em Salvador, Dr^a. Shirley Cristina Moreira, e a gente vem com essa... O objetivo de provocar a discussão para que as pessoas conheçam de fato a realidade da pessoa albina, e tirem certos... A falta de informação que elas têm o desconhecimento que existe, de fato, do que é a pessoa albina. A gente está provocando hoje, lá em Salvador, e através do ORKUT, através da internet, debates, sugestões para que essa discussão venha a ser mais divulgada entre a sociedade. E que não fique nessa situação de desconhecimento. E gostaríamos de contar com o apoio de vocês aqui presentes e eu gostaria de solicitar essa leitura da carta, porque devido a minha situação de visão subnormal, eu não consigo acompanhar de uma forma mais dinâmica. Aí eu solicito à Mesa que façam a leitura dessa carta.

SR. SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu proporia o seguinte, eu faço a leitura no encerramento, que tem diversas pessoas ainda que estão inscritas, antes de encerrar a reunião fica o compromisso, que eu farei a leitura aqui da Mesa. Você fica firme que você vai me ouvir fazer a leitura aqui. Eu não sou muito bom de leitura, mas me defendo.

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Muito obrigado, Anderson. Vamos ouvir o Luiz Carlos.

SR. LUIZ CARLOS – Srs. Senadores, boa tarde. Eu sou Luiz Carlos, e estou aqui graças ao Senador Suplicy. Tive um encontro com ele na praça da Sé como ele informou, e ele me falou desse encontro e eu me interessei, e graças a ele estou aqui junto de vocês. Ouvi muitas coisas boas, e acho que tem que haver mais debates assim, porque a gente aprende muito. Principalmente eu que não consegui estudar, não consegui... Consigo aprender facilmente, mas como o tempo passou pra mim, e... Aí eu não tive oportunida-

des de estudos. Tenho o primário incompleto. Sei ler o braile, mas dizem que agora já se passou. O tempo passou pra mim, agora estou com 50 anos, não tem mais como se fazer nada. E a lei da sobrevivência tem que ter. E graças a Deus estou aqui hoje, aprendi bastante, ouvi muita coisa boa. Foi muito bom, e agradeço muito a cada um, cada palavra de cada um de vocês que deu para aprender bastante. Agradeço novamente o Senador Suplicy. E se aparecer a oportunidade de estudar, fazer alguma coisa, fazer curso, eu vou à luta. Eu acho que não passou, não. Eu acho que não passou, não.

(palmas)

Muito obrigado a todos, e desculpa alguma coisa.

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado, Luiz Carlos. Vá em frente, sim. Todos aqui ficamos satisfeitos que você tenha a vontade, e que... Está muito cedo, ainda. Inclusive está muito jovem. A maioria aqui é muito mais... (risos).

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Permita, Senador Presidente Eduardo Azeredo, até foi interessante que ele possa falar antes da secretária Mara Gabrielli, porque ele é do Município de São Paulo. Veja só que, embora, seja uma pessoa portadora de deficiência visual e, portanto, sem poder enxergar desde o seu nascimento, me contou ele que quando era criança e menino, ele procurou fazer alguma atividade.

Então, se propôs e junto à sua mãe, de que ele queria ajudá-la. Então a sua mãe falou – Então você vai até a venda e volta. E ele andava três quilômetros até a venda e voltava, seja para levar mantimentos ou trazê-los ou qualquer coisa na venda e voltava a pé. Mas, e os buracos da estrada? E os cachorros bravos, os animais... Porque havia lá todo tipo de animal passeando. E ele os enfrentava e disse que caia muito menos nos buracos do que os outros porque ele passou a conhecer a estrada muito bem. Ademais, me relatou ele, que quando menino, jogava futebol. E primeiramente começavam as pessoas e diziam – Bom, eu tenho um pouco de... Talvez seja melhor... Você não vai correr e tal. Daí o outro time falava – Então você joga no nosso time. Daí você fica aí parado e tal. Ele falou – Eu cobro pênaltis e faltas. E ele disse que não perdia uma. Pênalti e falta ele cobrava e muito bem.

Então, quem sabe por essa razão de jogar também futebol ele tenha um Estado atlético excelente. Mas ele me dizia, há pouco, da sua dificuldade de aprender. Porque quando ele vai fazer um curso, dizem que como ele está inscrito na LOAS, que a fonte de renda básica que ele tem, não permitem que ele faça cursos de aprendizado. Porque às vezes para esse curso se provassem cem a mais, cem reais a mais para fazer o curso e ele não consegue se matricular. Ou então estaria um pequeno problema para a secretária Mara já responder na sua experiência.

Então, na sua fala.

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Muito obrigado, Senador Suplicy. Mas antes de passar a palavra para a Mara, nós vamos ouvir o Dr. Ricardo da Fonseca porque ele tem que pegar inclusive um vôo.

Então, vamos ouvi-lo.

SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA) – Muito obrigado. Eu quero cumprimentar o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Suplicy também, ambos nobres representantes do Senado do Brasil, e quero cumprimentar o Senado mais uma vez pelo evento. Mas eu não poderia deixar de tomar novamente a palavra, uma vez que fui citado pelo Dr. Joelson, eu fui citado de forma equivocada. Na verdade, ele disse que eu defendo... Quer dizer, que nós divergiríamos acerca da importância dos documentos internacionais. É que o Dr. Joelson afirma que as convenções imediatamente ratificadas teriam força de Constituição. Isso é o que, na teoria, se sonha. Na verdade sempre se sonhou assim. Teoricamente. Só que o Supremo Tribunal Federal decidiu tão logo entrou em vigor a nova Constituição, que não. Que as convenções ratificadas pelo Brasil têm força de lei. E é o que acontece na prática, na realidade, na vida concreta do Fórum. Agora, a Emenda 45, por isso é muito importante, porque ela possibilita, sim, que façamos um procedimento Legislativo que viabilize a aprovação de uma Convenção Internacional com força de norma constitucional. E eu divirjo aqui dele nesse aspecto. Acho que a Emenda é muito importante, e também divirjo dele aqui, acho que a convenção da ONU tem condições políticas de ser aprovada como norma constitucional, porque as pessoas com deficiência são 14% do Brasil. Portanto, 24 ou 27 milhões, como disse a Regina. Ora, além de nós deficientes, há os pais, os amigos, há uma força política muito grande. Personalizado, há também essas normas de direito fundamental para pessoas com deficiência são consensuais. Eu duvido que alguém tenha coragem nessa Casa de votar contra a aprovação dessa norma com força constitucional. Sinceramente duvido. Porque a convenção realmente é um instrumento muito forte que foi objeto de um consenso arduamente construído, e eu participei desse consenso.

Então, conclamo o Congresso do Brasil a aprovar a convenção da pessoa com deficiência com força de norma constitucional que será o primeiro instrumento com força de norma constitucional no Brasil, e eu acho que as pessoas do Brasil, as pessoas com deficiência do Brasil estão necessitando disso. Há um débito da sociedade brasileira com relação às pessoas com deficiência, que só poderá ser suprido se essa convenção for aprovada com status de norma constitucional, como nós cidadãos brasileiros com deficiência merecemos. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Muito obrigado, Dr. Ricardo. Eu dou só a minha

opinião. Eu também entendo que o que as convenções internacionais são assinadas, ela são ratificadas pelo Congresso. Ainda essa semana nós aprovamos a convenção sobre Ciência e Tecnologia, aprovamos no Plenário, na Comissão de Relações Exteriores toda semana, praticamente, nós temos a discussão e ratificação que são assassinadas pelo Poder Executivo. Agora, elas também têm que ser ratificadas pelo Congresso, pelo menos. E em alguns casos elas viram leis específicas. Eu estou participando de uma discussão, a Drª. Ela também participou junto conosco outro dia, sobre a questão dos crimes cibernéticos, crimes da nova tecnologia e tudo. É mesma coisa. Tem uma Convenção Internacional assinada na Europa, o Brasil, se aderir à convenção, tem que fazer uma lei específica aqui para internalizar as normas dessa convenção. Está bem? Então, vamos ouvir com muito prazer agora a Mara Gabrilli, que é Secretária Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida da Prefeitura de São Paulo, por sugestão do Senador Suplicy.

SRª. MARA GABRILLI – Boa tarde.

Bom, eu não tinha a fala prevista aqui, mas fico muito agradecida por essa oportunidade. Cumprimento os Senadores da Mesa, o Senador Paulo Paim, Senador Azeredo, a Elizabete, representando o Senador Arns, e o Senador Suplicy. Todos aqui. Eu queria dizer que hoje eu conduzo essa pasta que foi criada no ano passado, pelo ex-Prefeito José Serra, é uma secretaria, Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, e é uma secretaria que eu sugeriria que Prefeitos e Governadores seguissem o mesmo caminho. Porque eu posso dizer que o meu trabalho é complexo, é difícil, é trabalhoso. Eu tenho uma função que quase que pedagógica dentro da Prefeitura, porque eu tenho função de ensinar todos os secretários, todas as camadas da Prefeitura, inclusive o Prefeito, sobre o que é o universo das pessoas com deficiência.

Então, eu imagino, por exemplo, na Bahia, com a Regina Atala lá, que é uma ativista da causa, o quanto não facilitaria o trabalho você tendo um órgão público trabalhando focado nessa causa. Fico imaginando no Rio de Janeiro, que tem a Patrícia, que está aqui, que também é outra ativista que trabalha. Fico imaginando como a Isabel, hoje, na coordenadoria aqui em Brasília, se ela pudesse ter um status maior, o quanto que ela poderia fazer muito mais do que ela já faz. E eu digo, essa função pedagógica, ela é importantíssima, porque a gente sabe que as barreiras de atitude que as pessoas com deficiência enfrentam, elas acabam sendo as maiores limitações e as mais importantes. A gente tem que eliminar as barreiras físicas, as barreiras sistêmicas, mas enquanto a gente não conseguir transformar a sociedade, transformar a conduta das pessoas, e eu aqui convido todos vocês a refletirem sobre se nós mesmos somos inclusivos, com os próximos e com nós mesmos. Porque acho que isso é que faz a diferença da atitude de cada um. A inclusão, ela começa de dentro do nosso coração para fora, de

dentro do Governo para fora. E essa é a minha fala. É um convite à reflexão sobre a inclusão pessoal de cada um. É isso.

(palmas)

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Muito obrigado, Mara. Seria... É importante que o Brasil todo realmente tenha unidades em seus governos municipais e estaduais, que cuidem das questões das pessoas com deficiência, exatamente pelo que a Mara colocou, que há que se ter uma ação no Governo todo. E nada melhor do que uma área específica, que fique coordenando junto ao próprio Prefeito, ao Governador, que há necessidade de fazer nas diversas áreas, transporte, educação, saúde, como coloquei anteriormente. Bom, nós vamos continuar aqui.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Permita-me, Sr. Presidente, só uma observação que a Regina Atala estava colocando diante do depoimento do Sr. Luiz Carlos, até quando ele falou aqui do... Em 50 anos ele não teve a oportunidade de estudos, se houver a oportunidade ele até vai gostar, e daí recebeu o apoio de todos, mas ela aqui informa um dado relevante, no senso de 2000 do IBGE, 11 milhões de pessoas com mais de 15 anos que tinham deficiência, tinham, na verdade, apenas de zero a três anos de estudo.

Então, se prover a essas pessoas oportunidades que não foram providas, como para o Sr. Luiz Carlos quando era criança, é muito importante. É importante que aqui surjam as iniciativas para que isso se torne possível.

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado, Senador Suplicy. Eu vou então devolver a Presidência para o Senador Paulo Paim, chamando o próximo orador, Santos Fagundes.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Estão aqui inscritos, ainda, se me permitirem, pessoal, eu queria tentar adotar um critério, pessoal, e eu conversava aqui com o Presidente de passar a palavra agora para aqueles que não tiveram a oportunidade. Naquela filosofia de dar palco a quem também não tem palco.

Então, está inscrito aqui o Santos Fagundes, Marcos Bandeira, está certo Marcos? O Marcos e depois a Patrícia. A Patrícia está lá atrás. E como ele já falou, ele vai ser o último agora. O meu amigo Jorge.

Então, o Jorge e depois a senhora também fala. Então vamos lá. Pessoal, a palavra para o Santos Fagundes, e com o microfone aí na frente mesmo, dá para falar aí da Mesa. Em seguida o Marcos e seguida a Patrícia. Depois da Patrícia o Jorge.

SR. SANTOS FAGUNDES – Bom, quero saudar aos Senadores, aos palestrantes, e também à plenária, que está aqui desde as 10 horas da manhã, e eu gostava

ria só de reforçar toda essa caminhada que aconteceu desde 2000, quando o Senador Paulo Paim apresentou esse Projeto na Câmara, quando era Deputado. Em 2003, nós fizemos aí a caminhada junto com o Senador Flávio Arns, o Senador Eduardo, enfim, agora outros Senadores estão também se incorporando nessa caminhada. E dizer aqui para os companheiros e companheiras portadores de deficiência, que foi uma linda caminhada, uma linda experiência dos dois gabinetes. Está aqui a Ivanildes, o Aires, que em várias atividades estiveram conosco. Eu acabei fazendo a soma das atividades que nós fizemos. Deu em torno de 1360 atividades com o número de participantes de quase 30 mil pessoas até então. Então eu quero aqui mais, Senador Paulo Paim, Senador Eduardo Suplicy, registrar esta caminhada que foi feita em todo o Brasil, e dizer da alegria.

Ontem eu falei na atividade com o Marcos Frota, que hoje seria um dos dias mais importantes do Estatuto da Pessoa com Deficiência. E é o que está acontecendo aqui.

Então, mais é parabenizar a todo o movimento das pessoas com deficiência que ajudaram a construir, e esse espaço que às vezes nós não nos damos conta da importância da conquista desse espaço, aqui no Congresso Nacional, e principalmente no Senado, e nesse espaço da Comissão de Direitos Humanos. Então quero aqui, então, registrar a nossa alegria e parabenizar e agradecer todo o apoio que nós tivemos até então.

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Passo a palavra, de imediato, ao Sr. Marcos bandeira, que está conosco também desde as 10 horas da manhã.

SR. MARCOS BANDEIRA – Marcos Bandeira, Ministério dos Transportes, Conselheiro do CONAD. Eu sou uma pessoa com deficiência auditiva, aonde eu vou eu costumo falar que as pessoas que não possuem deficiência não percebem os pequenos detalhes, que são extremamente importantes para as pessoas que são deficientes. Eu costumo falar isso porque nós que somos pessoas com deficiência, nós estamos sempre atentos a tudo que acontece no nosso dia-a-dia, em todos os lugares que nós vamos. Nos aeroportos, por exemplo, no metrô de São Paulo, que eu até comentei com a Mara Gabrilli, e que eu tive... Eu fui fazer uma transposição de uma estação para outra, eu vi um cadeirante preso numa grade que ele não podia passar. E todo mundo passava e nem prestava atenção.

Então, eu abri a porta da agradecido para ele passar. Mas para a minha surpresa que ele desceu na escada rolante de costas. Porque não havia recursos, meios, para a poder acessar de uma estação para outra.

Então, são coisas importantíssimas. Agora, eu queria colocar como extremamente importante para o nosso trabalho que está sendo desenvolvido, é preciso que a sociedade tenha consciência, a sociedade não conhece. Então, é preciso que seja divulgado, mas de

uma forma bastante ampla. A mídia, ela precisa ser muito atuante, informando de todas as formas. Por exemplo, a Aids, a campanha da Aids, ela foi extraordinária porque o objetivo da campanha foi permitir às pessoas conviverem. As pessoas que não têm deficiência com as pessoas com a doença da Aids. É o mesmo que acontece na área da deficiência. É preciso haver muita informação por meio da mídia, em todos os lugares. Todos os órgãos do Governo não sabem o que é que é o Decreto de acessibilidade. Há pouco tempo eu tive uma reunião, a pessoa não sabia nem o que era o Decreto de acessibilidade. Até me perguntou. E está na internet. Absurdo.

Então, é isso que a gente precisa trabalhar. Mais um volume de informações. A imprensa, de todas as formas. Era essa a minha contribuição. Obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Eu passo a palavra à Srª. Patrícia Moreira.

SRª PATRÍCIA MOREIRA – Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Gostaria de parabenizar a todos por essa iniciativa da Audiência Pública. Com certeza foi um dia muito importante na luta dos direitos pelas pessoas com deficiência. Eu sou jornalista, trabalho na organização chamada “Escola de gente, comunicação e inclusão no Rio de Janeiro”, e participei, tive a honra de participar da reunião do comitê *ad hoc*, agora, essa última que aconteceu em Nova York e acompanhar esse processo de finalização e aprovação da Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência. A contribuição que eu gostaria de dar aqui, nesse finalzinho, eu sei que já estamos muito atrasados, é apenas uma sugestão entre tantas que já foram dadas hoje tão importantes. Mas de que o nosso Estatuto da Pessoa com Deficiência também se preocupe e contemple a questão das crianças e das mulheres, assim como nós temos na convenção um artigo para crianças e para mulheres. Porque aos dois grupos que a gente sabe que vivem situações de vulnerabilidade, que até já foram faladas aqui durante o dia.

Mas fica então a minha sugestão da inclusão desses dois grupos de artigos específicos para esses dois grupos no nosso estatuto. Muito obrigada.

(palmas)

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Quero registrar a presença conosco da Secretária de Educação de Prefeitura de Gravataí, a Rome(F) que está aqui conosco que faz um belíssimo trabalho lá com o corte de todas as diferenças, em cima de um Projeto que o Santos Fagundes que está aqui coordena no Estado, que é o Cantando a diferença.

Então, uma salva de palmas ao Santos Fagundes e à Rome(F), pelo Projeto Cantando a diferença. É um trabalho que engloba negros, brancos, deficientes, idosos, crianças, mulheres, todos de uma forma ou de outra, participam desse Projeto.

Então, eu passo a palavra para o Jorge, de imediato.

SR. JORGE – Pode ficar tranquilo. Eu apenas queria ressaltar, na medida em que nós falamos da secretaria representada aqui pela Mara Gabrilli, no Governo do Estado de São Paulo, que uma das forças mais importantes hoje no Estado de São Paulo, são os Conselhos Municipais de Direitos das Pessoas com Deficiência. Eu acompanho há dois anos o trabalho do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência diariamente, porque até recentemente quem era a Presidente do Conselho é a minha esposa, professora Dr^a. Shirley Silva. E tenho certeza de que os conselhos municipais de direito das pessoas com deficiência, na sua questão local, são o principal e o primeiro pólo onde se deveriam concentrar todos os recursos das prefeituras no sentido da efetivação da prática dos direitos da pessoa com deficiência.

E creio que também se deve reforçar do ponto de vista da deliberação desses conselhos que são na maior parte dos Municípios do Brasil, e são poucos os Municípios Brasileiros com conselhos montados e instalados e representativos. Campinas tem um Conselho ativo, com a participação da Prefeitura de Campinas, e algumas outras cidades do Brasil também têm desenvolvido conselhos municipais. E creio eu que eles recebem poucos recursos, principalmente técnicos, humanos e financeiros. E deveriam ser muito mais bem privilegiados pelos Prefeitos de todo o Brasil. Nós já sabemos que no Brasil poucos são os Municípios que realmente efetivam esses Conselhos de Direito das Pessoas com Deficiência.

Diria ainda que, no campo estadual, também cabe o reforço dos conselhos estaduais, e também no campo do Estado e da nossa realidade brasileira, o CONAD tem e deve ter um papel muito importante na história brasileira. Muito, muito importante. Creio eu que nós devemos reforçar os conselhos de todo o Brasil, tanto a nível municipal, estadual, como federal. E nesse sentido também, a intersetorialidade de algumas ações, como por exemplo, dos conselhos com as comissões permanentes de acessibilidade. Nós já sabemos que não foi por mero acaso que, em maio, o tema fundamental da primeira Conferência Nacional de Direito das pessoas com deficiência foi exatamente a questão da acessibilidade. E as CPAs têm que ser fundadas, implementadas, mantidas, avaliadas pela sociedade civil a nível local, nos Municípios. É lá, na calçada da rua da pequena cidade que precisa se dis-

cutir o porquê da existência daquela inacessibilidade ou barreira arquitetônica ou dificuldade de acesso. É na escola lá do Município mais simples que a Comissão Permanente de acessibilidade tem que discutir a existência ou não de barreiras físicas e arquitetônicas no espaço da escola. Porque além das outras da exclusão, a barreira física também. Para uma criança, por exemplo, cadeirante, vai estar lá presente se essa Comissão não existir.

E gostaria de fazer uma colocação, como defensor de Direitos Humanos, que reforça-se a necessidade de uma ação coercitiva dentro do estatuto, em relação a Direitos Humanos. Tanto que brincando com a nossa colega Cleide, eu tinha escrito um artigo que seria fictício, um art. 107, no final do estatuto, no antigo estatuto que seria o seguinte – Na questão da penalização e de crimes, cometer, induzir, participar e praticar atos de violência física, castigo cruel ou degradante, torturas físicas e/ou psicológicas, estupro ou quaisquer ações de ofensa à integridade física e/ou psicológica de pessoas com deficiência em desrespeito aos seus Direitos Humanos. Pena – Reclusão de um a 30 anos, bem como possibilidade de multa e interdição quando se tratar de pessoa física e/ou organização pública, governamental ou privada. Ou seja, os 30 anos são uma provocação, porque eu sei que na realidade não é essa a dureza da pena que vai fazer com que as mentalidades das pessoas passem a defender Direitos Humanos. Era só isso.

(palmas)

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – ... a palavra, mas pediu para uma rápida consideração, a Dr^a. Regina e a Dr^a. Ela. Eu, na seqüência, darei a palavra para as duas.

SR^a REGINA MARIA MELLO ATALA – Muito obrigado, Senador, pela compreensão.

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Sem prejuízo dos demais inscritos.

SR^a REGINA MARIA MELLO ATALA – Sim, sim. Tinha vários e vários assuntos muito importantes para falar. Um deles, por exemplo, situação de emergência a Dr^a. Ela já mencionou. Eu tenho uma colega cadeirante do Banco do Brasil que ela diz assim) – Regina, já teve dois treinamentos para fuga de incêndio, eu virei churrasquinho nas duas. Se houvesse um incêndio, realmente... Ela fala com graça, muito bem humorada, mas é seriíssima essa questão. Da proteção especial que se deve criar para as pessoas em situação de

emergência. Volto a frisar a questão dos indígenas, que é super importante, assegurar que essas pessoas que sofrem não uma dupla, mas uma tripla exclusão tem uma proteção especial, e outro assunto que me mobiliza muito. O Sr. Edison, de São Paulo, é a prova desse indicador, que é um indicador incompreensível para qualquer Estado, qualquer Nação digna. Ele diz que 11 milhões de pessoas que já quase ultrapassaram a idade escolar, não tiveram a mesma oportunidade. Pra mim isso é um genocídio intelectual que a Nação comete por omissão com essas pessoas. E, ao invés de considerar que isso é um desperdício, que estamos desperdiçando o talento e a habilidade e a contribuição de 11 milhões de pessoas.

Então, Senador, esse é um assunto seriíssimo. Como é que a gente vai fazer no estatuto para não esquecer essas pessoas, retomar isso com qualificação profissional e continuidade da escolaridade. Que hoje nem o sistema de educação de jovens e adultos dá conta de incorporar, nem a qualificação profissional dá conta. E eu me pergunto) – Por que se faz com tanta ou mais veemência, por exemplo, a cobrança da cota, que é um paradoxo hoje, não se tem escolaridade e qualificação profissional, e não se faz a exigência desse direito fundamental, que é a capacidade e o desenvolvimento pleno e humano das capacidades dessas pessoas. Então deixo aqui só essa preocupação adicional e agradeço a sua compreensão.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Drª. Ela, por favor.

SRª ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO – Obrigada, Senador. Eu queria falar a respeito do art. 216, aqui da proposta do substitutivo, sobre a interdição e curatela. Porque diz que se rege pelas disposições da Lei nº. 5869 de 73. O Código Civil ele alterou e criou até agora diferenças em que você pode ter uma pessoa com uma... Totalmente interditada, e às vezes com alguma pena parcial.

Então, aqui dá a impressão de que afasta o Código Civil. Acho que não foi essa idéia, mas acaba parecendo. Então estou chamando a atenção. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ainda inscrito a Suely e depois o Aires. O Aires é o Assessor do Senador Flávio Arns e a Suely ela atua na biblioteca de braile... É isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – *(pronunciamento fora do microfone)*

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Isso, é a senhora mesma que está com a palavra. Vamos lá.

SRª. NELMAN MIRIAN PEREIRA – Quero agradecer a oportunidade de estar aqui, participando desse debate, que para nós é muito importante. Eu sou da biblioteca braile Dorina Nowill, de Taguatinga, e com certeza esse debate é de grande importância para todos nós que somos deficientes, e também eu faço minhas as palavras dos colegas quando falamos em relação aos preconceitos, nós trabalhamos com pessoas... Alunos que vão fazer pesquisa na nossa biblioteca, e essa semana uma aluna perguntou pra mim – Nelma, você já sofreu algum tipo de preconceito? Eu falei – Já. E ela me perguntou – E o que você acha que deve ser feito para diminuir o preconceito? Eu falei – Olha, em primeiro lugar, nós temos que passar conhecimentos. Porque, eu costumo até brincar e dizer para as pessoas que nós deficientes vivemos no mesmo planeta, e as pessoas acham que nós vivemos outra realidade. E a realidade é a mesma.

Então, para que diminua o preconceito é preciso que passemos informações concretas, objetivas a toda a sociedade. Meu muito obrigada.

(palmas)

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Suely. Isso, agora é a Suely. Aí doutora. Vamos lá, Suely.

SRª. SUELY CRISTINA MOREIRA – Que doutora?

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – É com muito carinho. Esse carinho é para senhora.

SRª. SUELY CRISTINA MOREIRA – Boa tarde. Eu sou Suely Cristina Moreira, sou de São Paulo, moro... Sou esposa... Nós é o que mesmo que eu nunca lembro? Nós estamos juntos. Ele falou que casamento, ele não casa não, porque ele não é louco. Então a gente está junto há seis anos, e venho de vários movimentos fragmentados. Deficiente, eficiente, etc, etc, etc. Ele tem um segmento que é assim, antigamente, a família do deficiente escondia o deficiente. Aí, a “plim- plim” resolve fazer algumas novelas... É o plim plim, não é o plim plim? A Rede Globo? Ah, desculpa, eu esqueci essa parte. Trazendo esses problemas à tona, aí todo mundo vem) – Ah, o deficiente... Ai, ele não tem perna, ele não tem... Quer dizer, não tem cérebro, não tem... É muito complicado isso. Desculpa, é muito complicado. Eu venho do centro de São Paulo, vários movimentos... Tudo que é fragilizado é... Ah, não, é povo? Vamos deixar para lá. Cego de vez em quando faz as coisas, porque cego faz mais do que gente que enxerga... Muito mais até. Às vezes, tá. E as perguntas das pessoas

na rua é essa. E porque só recebe o LOAS, não tem o direito de fazer... Não é direito de fazer cursos. Ele não colocou bem isso. A partir do momento que você recebe o BBC, o não sei o que lá, não sei o que lá... Aqueles palavrões que vocês sabem, não têm direito. A pessoa não pode fazer empréstimo. Ela tem que viver com 350 reais. Quem vive com 350 reais aqui? Eu fiz uma pergunta. Muito obrigado. Aí, se o deficiente vai pedir ajuda ou vai vender – Você está louco? Tem gente que pergunta – Mas você já recebe o salário. E deficiente tem filho. Muitos, às vezes.

Então, é muito complicado isso. É muito difícil. Eu moro com ele há seis anos. Vez em quando a gente quebra um pauzinho, porque ninguém é de ferro. Sobre também habitação, eu consegui um conjunto no CDHU, na região da encosta norte, que é um buraco, é os confins da zona leste, para quem não conhece São Paulo, e lá não tem infra-estrutura nenhuma para deficiente. Eu estou agora... Eu vou arrumar uma briga com o pessoal da ouvidoria. Eu e ele junto, ele vai ter que ir comigo, quer queira quer não queira, porque eu sou uma briguentinha, para a gente adequar o espaço. Mas pôr um deficiente lá... Olha, você vai morar lá no J do mundo, mas se vira lá. Eu não quero você no centro. A sujeira, a gente empurra para debaixo do tapete. Acho que é isso que a gente não quer mais, né? Desculpa.

(palmas)

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Passo a palavra para o Aires, que há muitos anos vem fazendo um belíssimo trabalho aqui no Senado.

SR. AIRES) – Muito obrigado a todos. Enfim, é uma satisfação muito grande trabalhar com o Senador Flávio Arns, especialmente eu que sou uma pessoa com deficiência. Enfim, eu digo que o texto do estatuto é um texto bastante moderno, vai trazer grandes contribuições para a Legislação Brasileira. A gente fala de experiência própria, não é? E uma coisa que fez um diferencial muito grande na minha vida, foi que eu tive acesso à escola, tive acesso à educação. Assim eu conquistei meu lugar aí na sociedade.

Então, eu pediria inclusive aos legisladores que privilegiassem essa questão do acesso das crianças com deficiência à escola. Que todos os mecanismos ajam na Legislação para que a criança com deficiência, ela tenha condições de estudar. E aquela que tem alguma dificuldade de cognição, que ela também seja atendida dentro das suas necessidades. O Senador Paulo Paim sabe que a pessoa com deficiência

é capaz de muito e produz. O senhor e o Flávio Arns, os dois têm pessoas com deficiência nas equipes. E eu até pediria ao senhor, que o senhor do Plenário do Senado convide os demais 79 Senadores a que tenham também pessoas com deficiência nas Assessorias. Obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Senti que todo mundo bateu palma. E o compromisso aumentou, de todos os Senadores aí. Mas isso é bonito. Às vezes quando a gente pede para que os nossos funcionários falem, alguns ficam achando que eu ou o Flávio Arns, ou algum outro Senador que também tenham pessoas com deficiência, queremos aparecer. Não queremos para aparecer, não. Primeiro queremos mostrar que eles são competentes, são muito eficiente, o Luciano que está aqui também faz a maioria do meu discurso, o Santos que está aqui, que falou antes, que coordena a equipe lá no Rio Grande do Sul, é para demonstrar que temos que efetivamente abrir espaço para as pessoas com deficiência. E eu já passo a palavra para o Jackson. Jackson. Vamos lá, Jackson. É com você.

SR. JACKSON (TRADUTOR) – Jackson é Presidente da associação desportiva dos surdos de Brasília. Boa tarde a todos. Obrigado por essa oportunidade. O nome dele é Jackson. Ele é Presidente da Associação dos Surdos desportivos aqui de Brasília. E ele está perguntando da abertura para o surdo de esporte, principalmente porque pela primeira vez o SESI e outras instituições aí... O surdo precisa de treinar. O surdo precisa da comunicação, o surdo chega nesses eventos e se sente desprezado. Porque desde criança, o surdo quer treinar. Aprende. Saúde, o esporte... E a saúde, no momento em que ela se prepara para treinar, tudo certinho, olha para o surdo e aí? Como é que faz? Ele precisa da abertura disso para treinar. E o esporte, nas olimpíadas também, todo mundo... Verdade. O esporte para-olímpico, todo mundo participa. O cego... E menos o surdo, não participa de nenhum esporte desse, para-olímpico. Eu agradeço a todos, e um abraço.

(palmas)

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Eu passo a palavra aqui para a nossa Elizabete, que representa o nosso Relator, Senador Flávio Arns, aqui na Mesa.

SRª. ELIZABETE APARECIDA PEREIRA – Eu gostaria de dizer que eu ouvi atentamente tudo que foi

dito. Aquilo que eu não pude anotar, porque são muitas informações, eu vou pegar as notas taquigráficas. Eu gostaria de dizer que as pessoas que encaminham as sugestões, nós procuramos responder a todas. Quando existe a possibilidade de incorporar a idéia no estatuto, a gente já informa, já está sendo incorporado. Muito do que foi dito aqui, algumas coisas que o Dr. Ricardo ponderou com relação à impressão de cédulas em braille, já consta no texto. Outras coisas que são faladas, a gente recorda que está aqui em algum lugar, dentro desses 274 artigos. É que a gente não tem ainda o domínio de todos. Onde está exatamente. Mas eu quero dizer que o gabinete do Senador, enquanto Relator, está à disposição de todos. Continuamos à disposição. Seja em Brasília, seja em Curitiba. Eu retorno para Curitiba com todos esses apontamentos, mas aqui em Brasília nós podemos contar com a professora Ivanilde. Por favor, professora Ivanilde, que é uma pessoa assim também bem atuante.

(palmas)

SRª. ELIZABETE APARECIDA PEREIRA – E dizer que vocês podem continuar encaminhando e-mails, acessando o site do Senador, e para que a gente continue esse debate. Eu quero só ressaltar o que foi dito aqui.

Esse texto ainda está em construção, ele é passível de debate. As idéias são bem-vindas. Nós queremos idéias. Isso é importante para a gente fechar um documento que, claro, talvez não chegue ao final agradando a todos. Nunca se consegue. Mas na medida do possível a gente chegar... A gente foi até onde tinha que ir, e olhando para trás, dizer – Olha, a gente debateu, a gente discutiu, a sociedade civil organizada participou, pôde apresentar as suas sugestões, foram aceitas ou não, mas foi propiciado esse contraditório. Queria mais uma vez agradecer, dizer que estou muito honrada, porque eu sou apenas uma Assessora, e eu estou aqui hoje do lado do Senado, estou do lado de pessoas tão profundamente conhecedoras, que sabem muito mais, e eu estou na verdade aqui aprendendo também. E estou muito feliz e espero que todos voltem bem para os seus lares. Muito obrigada.

(palmas)

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Meus amigos e minhas amigas, como foi combinado, o nosso jovem ali, da Associação dos Portadores de albinismo pediu que a gente no encerramento lesse a carta. E palavra é palavra. Então agora eu vou ler a carta, e naturalmente a TV Senado vai transmitir para todo o Brasil.

Diz a carta – Nós, portadores de albinismo, nos apresentamos para a população brasileira na intenção de encontrarmos eco aos nossos apelos. Nascemos sem produzir o pigmento que nos dá a cor da pele, pêlos, cabelos e olhos. Por isso, nós não nos bronzeamos. Nós nos queimamos. E às vezes, gravemente. Com o tempo, sofremos envelhecimento precoce, manchas e câncer de pele, que nos causa grande sofrimento. Nossos olhos, quase sempre, com estrabismo e nistagmus(F), movimento involuntário da íris, sofrem muito com a exposição solar e evoluímos para visão subnormal e cegueira.

Quando nascemos, trazemos o conflito às nossas famílias, que, desconhecendo a situação, entram em atrito, e desconfiam da integridade de nossas mães. Só dei uma seguradinha aqui para tomar uma água, porque não pode se emocionar demais. Participamos como qualquer criança de jogos de bola, empinamos arraia, e todo tipo de brincadeiras infantis. E como o surgimento das seqüelas, é lento, começamos a nos acostumar com as feridas, as queimaduras, e o gol, que não tomamos. O gol que tomamos por não enxergar a bola. E já nos tiram a chance de ser goleiro, e mais tarde, até de jogar. Vamos à escola, e por não enxergar o quadro negro, às vezes, conversamos demais. Outras vezes, nos retraímos e vemos nossos coleguinhas aprender a leitura, a escrita, a calcular. E como não acompanhamos, começamos a não gostar da escola, da professora, e desistimos de estudar. Daí, perdemos a oportunidade de ser professores, médicos, Advogados, assistentes sociais e etc. Como a maioria da população brasileira, somos pobre, e cedo nos lançamos ao mercado de trabalho. E o que nos resta é – Ajudante de pedreiro, jornaleiro, verdureiro, etc. E sem nenhum demérito a esses profissionais, mas geralmente conseguimos nos inserir no desempenho de atividades desenvolvidas sob grande exposição solar, e assim nossas dores vão aumentando.

Já estou adulto, analfabeto, com deficiência visual importante, desempregado, e com várias feridas na pele que não cicatrizam. Com muito esforço consigo passar no médico de vista, que passou óculos, colírios, tele lupa, e pediu exames, não cobertos pelo SUS. Aí ele cita uma série de exames aqui. Deixando os exames para depois, compro o óculo escuro no camelô, sem saber que ele vai agravar o meu distúrbio visual. Visto-me com roupas de cores escuras, pois galego, fica bonito de preto, entre aspas. E roupa leves, pois aqui na Bahia o sol é escaldante, sem saber que as cores escuras atraem ainda mais os raios solares, e que tecidos com trama muito aberta deixam os mesmos passarem. E aquelas feridas que não saram. Consigo então ter com o dermatologista, disse-me ele – Ele tem

lesões pré-cancerígenas, e cancerígenas. Não pode tomar sol. É preciso usar protetores solares com FPS 20, e evitar o sol. Você fará cirurgias em todas as lesões. Aplicar nitrogênio líquido, ácidos e procedimentos de eletrocoagulação em todo o seu corpo. Doutor, quando isso vai acabar? Quando vai acabar o tratamento? Não tem previsão. Até logo. Caminho então imaginando o que vou fazer de agora em diante. Não tenho dinheiro para o medicamento e o transporte. Encaminham-me à Previdência, mas o perito diz que não tenho nada, e que posso trabalhar. O IBGE, o maior Instituto de Pesquisa do Brasil, não me conhece. A Prefeitura me ignora, e o Estado também não tem conhecimento nem dado sobre a dimensão do meu problema. Isto é o que é mais agravante. Pois então, meu irmão brasileiro, agora que já estamos apresentados, que tal engajar-se na nossa luta? Aproveitamos também a oportunidade, na visita do nosso Presidente Lula à Bahia, nesse dia 21 de março de 2006, dia Internacional de Combate a Todo Tipo de Discriminação para que V.Exª, governante que passará para a história, principalmente pelo sua imensa sensibilidade e o seu Governo nos veja, não nos ignore. E passe a adotar um conjunto de medidas para amenizar o nosso sofrimento. Agindo assim, tenho certeza que V.Exª contribuirá para fazer desse nosso Brasil uma democracia de verdade, onde todos, todos tenham os seus direitos garantidos e acesso à política e serviços públicos que nos conduzam a uma Nação verdadeiramente civilizada. Atenciosamente APALBA, Associação de Portadores de Albinismo na Bahia. Parabéns. Missão cumprida.

(palmas)

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Desculpa um pouquinho aqui da emoção ali no meio, por isso que eu tremi um pouquinho. Mas eu só quero dizer para vocês que a minha irmã que era cega e também já faleceu, então a gente sabe muito bem o quanto que é importante a luta de todos vocês.

E quando eu falava aqui, claro que eu me lembrava um pouquinho também dela. Mas eu não tenho o direito de lembrar dela, eu tenho o direito de lembrar de todas as famílias. De todas as mães e pais e filhos e filhas que estão nessa belíssima luta. E aí eu termino dizendo para vocês... Como é bom estar junto com vocês. Está encerrada a presente reunião. Vocês merecem.

Sessão encerrada às 18h13

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Ata da 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 28 de novembro de 2006, terça-feira, às 14:00 horas.

Às doze horas e trinta e dois minutos, do dia vinte e oito de novembro de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador Papaléo Paes, reúne-se a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, com a presença dos Senhores Senadores **EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO E FLEXA RIBEIRO**. Também compareceram à reunião o Senador **GERALDO MESQUITA JUNIOR**, o Deputado Federal **DARCISIO PAULO PERONDI** e o Deputado Estadual do Paraná **FELIPE LUCAS**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. O Senhor Senador Papaléo Paes declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É dado início à Audiência Pública, atendendo ao RQS nº40, de 2005-CAS, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer “requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, com a finalidade de se discutir o valor dos repasses do Sistema Único de Saúde – SUS para os Hospitais e estabelecimentos de Saúde, em especial aqueles constituídos sem fins lucrativos”. O Senador Papaléo Paes convida para compor a mesa os seguintes convidados, concedendo 15 minutos a cada um, para suas exposições – Dr. José Gomes Temporão – Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde; Dr. Antonio Brito – Presidente da Confederação das Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas – CMB; Dr. Jorge Alberto Lopes Fernandes – Diretor de Infra Estrutura Logística do Instituto do Coração – INCOR. Às quatorze horas e vinte minutos, o Senador Augusto Botelho assume a Presidência da Reunião. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores – Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior e Eduardo Azeredo. Também fez uso da palavra o Deputado Darcisio Paulo Perondi. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Carmargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Papaléo Paes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Papaléo Paes**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

E nós vamos dar início a Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 40/2005, de autoria do nobre Senador Flávio Arns com a finalidade de se discutir o valor dos repasses do Sistema Único de Saúde, SUS, para os hospitais e estabelecimentos de saúde, em especial aqueles constituídos sem fins lucrativos.

Eu gostaria de chamar para que tomem assento a Mesa os seguintes convidados – Ilmº. Sr. Dr. José Gomes Temporão, Secretário de Atenção a Saúde, representando o Exmº. Sr. Ministro da Saúde, Dr. José Agenor Álvares. Convido o Dr. Antônio Brito, Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas. Convido o Dr. Jorge Alberto Lopes Fernandes, Diretor de Infra-Estrutura e Logística do Instituto do Coração, INCOR.

Eu informo aos senhores convidados que cada convidado terá 15 minutos para a sua exposição, logicamente, atenderemos a necessidade para distender esse tempo de acordo com a necessidade do expositor, e terminada a exposição, os membros da Comissão poderão interpelar o orador pelo prazo de três minutos de acordo com o art. 94, § 2º do Regimento Interno.

O orador terá o mesmo prazo de três minutos para responder a cada Senador, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Então, nós vamos dar início à exposição dos senhores convidados, inicialmente, passando a palavra ao Ilmº. Sr. Dr. José Gomes Temporão como já foi anunciado, é Secretário de Atenção a Saúde, representando o Sr. Ministro da Saúde.

SR. JOSÉ GOMES TEMPORÃO – Muito boa tarde, eu quero agradecer o convite em nome do Ministro Agenor Álvares para participar dessa audiência que trata de um tema que me parece da mais alta relevância para a saúde pública brasileira.

O Ministério da Saúde entende que essa questão deva ser discutida à luz do conjunto de esforços e de implantação de novas estratégias e novas abordagens que tiveram início, principalmente a partir de 2003. O que eu me refiro ao conjunto de inovações e de iniciativas que estão em pleno processo de implantação de novas modalidades de financiamento dos hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde. Essas inovações, elas têm como eixo central a implementação

de estratégia de contratualização, onde um conjunto de metas indicadoras são pactuadas entre o gestor local e as entidades prestadoras e o Ministério da Saúde entra com o repasse de recursos criando uma situação, digamos assim, mista em que o conjunto de recursos que essas unidades recebem do Governo Federal é parte resultado de recebimento através de procedimentos, portanto, remunerados(F) pela tabela de procedimentos e parte o valor fixo que exatamente expressa ou espelha esse conjunto de ações pactuadas com o gestor.

Isso teve início com a Política de Contratualização dos Hospitais Universitários de Ensino. Teve continuidade com a Política para Hospitais de Pequeno Porte, e em seguida a nova Política de Contratualização com as Entidades Filantrópicas.

Há um consenso entre os especialistas de que essa abordagem, ela é muito mais adequada, não só do ponto de vista gerencial, mas também do ponto de vista do cumprimento de metas e da inserção dessas unidades na dinâmica local onde a Política de Saúde se expressa e se articula. Eu vou apresentar em linhas gerais algumas informações, alguns números e depois fico à disposição para os questionamentos que forem considerados adequados.

Se nós tomarmos como referência o ano de 2002 e os recursos transferidos pelo Ministério da Saúde para Estados e Municípios para assistência a saúde, ou seja, conjunto das ações, incluindo a atenção básica média e alta complexidade, ela se elevou em 2002 de 15.8 bilhões de reais, para 23 bilhões que é o projetado para o ano de 2006.

Nós podemos dizer, portanto, que nesse período, houve um crescimento médio anual entre 2003 e 2006 de 10%. No ano 9.70, no outro ano 11, podemos trabalhar com uma média de 10% de crescimento.

No caso da média e da alta complexidade, enquanto em 2003 o Ministério da Saúde gastou 12.6 bilhões, em 2006 vai gastar 17.2, ou seja, um aumento de 36%. Sendo que o gasto per capita cresceu de sessenta reais em 2002 para setenta e cinco reais em 2006, ou seja, um crescimento também significativo.

De outro lado o custo médio da IAH, da Autorização de Internação Hospitalar que em 2002 estava em torno de quatrocentos e quarenta reais, em 2006 ela já se encontra em seiscentos reais. Cerca de 27% de aumento. O interessante notar que nesse período houve uma redução do percentual da população brasileira internada anualmente. Caiu de 7% da população para 6.4% da população, essas informações, inclusive, são consistentes com a recente divulgação do relatório do IBGE sobre a pesquisa da AMS que demonstra com clareza nos últimos quinze anos, um brutal aumento

da eficiência do Parque Hospitalar Brasileiro, há uma sustentada redução global do número de leitos, mas em compensação um aumento de performance, de eficiência bastante significativo.

Eu quero chamar a atenção que no caso da análise desse tema, nós precisamos olhar não só de um lado a questão da tabela de procedimentos e seus valores, mas também do outro lado, como eu havia me referido, essas inovações que o Ministério da Saúde introduziu, porque são basicamente a contratualização dos hospitais de ensino, os hospitais de pequeno porte, os hospitais filantrópicos e também considerando que em 2003, todos devem se lembrar, nós tivemos um problema sério, uma crise nas Unidades de Tratamento Intensivo no País, o Ministério da Saúde também abriu uma linha de financiamento específica. Esse conjunto de recursos adicionais que devem ser somados aos recursos transferidos a partir do Sistema IAH e SIA, esse volume acumulado de recursos de 2003 a 2006, montou quinhentos e cinquenta e seis milhões de reais.

Ou seja, o Ministério da Saúde alocou quinhentos e cinquenta e seis milhões de reais adicionais através das Políticas de contratualização com hospitais universitários, de pequeno porte e filantrópicos.

No caso específico das tabelas, entre 2003 e 2006 a tabela da IAH em média, claro que são centenas de procedimentos, mas o reajuste médio de valores da tabela, nesse período acumulado de quatro anos, foi de 23%. E o reajuste da tabela de procedimentos do SIA, ou seja, procedimentos ambulatoriais, entre 2003 e 2006, foi de 21%.

Quero também chamar a atenção que o Ministério tem de um lado que dar conta do adequado funcionamento e da adequada oferta de serviços médicos, assistenciais a população e do outro lado também dar conta do seu conjunto de atividades de promoção e de prevenção e também da atenção básica.

Eu estive ontem, por exemplo, no Dia Nacional de Combate ao Câncer, no Instituto Nacional de Câncer e o INCA publicou um documento muito interessante, muito importante, que faz uma análise crítica dos números, da incidência, e da prevalência da mortalidade de câncer no Brasil. E é evidente que no Brasil nós estamos chegando sempre tarde em relação ao diagnóstico. O percentual de pacientes que estão sendo diagnosticados em fases, em estadiamentos avançados dos distintos cânceres é significativo. O que significa que nós temos que investir mais e cada vez mais em educação, informação, promoção e prevenção. E a atenção básica é um componente fundamental nesse contexto, então eu queria apenas registrar que enquanto no período 2002 e 2006, a população brasileira cresceu 7.7%, o

valor transferido pelo Ministério do PAB-fixo aumentou 40%, o PAB-variável aumentou 90% e o per capita repassado a atenção básica aumentou 76.6%. Ou seja, nós tivemos na realidade praticamente dobramos os recursos, enquanto nós gastamos em 2002, três bilhões com a atenção básica, estaríamos gastando este ano mais de seis bilhões com a atenção básica.

Para o ano de 2007 e obviamente isso estará na dependência do orçamento que nesse momento está sendo discutido no Congresso Nacional. Nós temos duas medidas que me parece que são da mais alta relevância e que inclusive foram discutidas e encaminhadas junto com o CONAS, com o CONASEMS e com as entidades que representam as prestadoras, as várias entidades. A primeira é a unificação da tabela de procedimentos, ou seja, existe uma série de procedimentos que são comuns a tabela SIA e a tabela do Sistema de Internações Hospitalares e que têm valores absolutamente defasados. Então, foi feito um grupo de trabalho, um trabalho tecnicamente muito robusto, muito consistente, essa proposta já passou por todas as instâncias de aprovação no Ministério da Saúde, agora vai para a reunião de pactuação na Tripartite e isso significa um impacto adicional no orçamento do Ministério da Saúde, a unificação na tabela de cento e trinta e dois milhões de reais que deverá onerar o orçamento de 2007.

E a segunda questão que nós estamos trabalhando é um reajuste da tabela de procedimentos, não obviamente um reajuste linear, mas um reajuste orientado com duas alternativas, isso vai depender obviamente da disponibilidade de recursos.

A primeira alternativa reajusta um conjunto de 26 blocos de procedimentos com impacto aí no orçamento de setecentos milhões de reais/ano e uma segunda alternativa que seria desses 26 blocos de financiamento, nós reajustarmos apenas aqueles blocos de financiamento que tem uma relação direta com as prioridades estabelecidas no pacto da saúde que foi assinado entre o Ministério da Saúde, CONAS e CONASEMS em março deste ano. Se nós trabalharmos apenas com o conjunto de blocos de financiamento que estão no pacto, a despesa se reduziria para trezentos e trinta milhões de reais/ano. De qualquer maneira, são recursos absolutamente significativos, na hipótese, ou se nós somarmos o reajuste dos 26 blocos de financiamento com a unificação da tabela nós teríamos oitocentos e trinta e dois milhões de impacto e na segunda opção quatrocentos e sessenta e dois milhões de impacto.

Bom e para começar eram essas informações que eu trago em nome do Ministério da Saúde e fico

à disposição para quaisquer outros esclarecimentos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Muito obrigado, Dr. José Gomes Temporão. Convido para usar a palavra o Dr. Antônio Brito, Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas. São quinze minutos para seu pronunciamento.

SR. ANTÔNIO BRITO – Bom, queria agradecer a Subcomissão, a Comissão de Assuntos Sociais por esse convite à Confederação, ao nosso Senador Flávio Arns em nome de quem agradeço a todos e também ao Presidente da Comissão, Senador Papaléo, porque esse assunto, é um assunto fundamental da gente está aqui sendo discutido.

Gostaria de dizer que informamos a todas as Santas Casas 2.100 sobre essa discussão que teremos hoje, muitos de nós estão, inclusive, estamos discutindo recursos. Hoje está tendo reunião da bancada paulista para discutir recursos, estarão vindo para cá para que possam também entrar nesse debate nacional. E eu acho que é fundamental ter a Mesa o representante do Ministério da Saúde, o representante do Ministro Agenor, o nosso amigo Temporão que conhece bem o assunto, conhece bem a situação que nós vivemos, tem o nosso representante do INCOR que está hoje na pauta do dia, na discussão, e eu digo que é apenas a ponta do iceberg, que a gente precisa tratar desse assunto. E queria agradecer aos demais a estrutura do Senado, na pessoa do Aires de quem tem sido um parceiro importante para que a gente possa dialogar com o Senado Federal para a gente trazer aqui as informações.

Eu vou passar alguns históricos só para pontuar um pouco a nossa situação das Santas Casas.

Bom, as Santas Casas, elas foram a primeira Organização Não-Governamental Brasileira apesar de que a gente não chama como primeira ONG brasileira porque ela é uma irmandade que veio de Portugal, foi criada em 1498, mas no Brasil entrou em 1539 por Olinda, mas como nós não temos registros oficiais, nós temos a Santa Casa de Santos como a primeira. Ela é voltada basicamente para a promoção da saúde e assistência social, mas isso porque a gente definiu a partir da... Até do que a gente pode chamar da Constituição de 88, porque na prática ela enterrava os mortos, ela trazia as crianças, ela tinha saúde, ela era um complexo de assistência social no Brasil de saúde e até de educação com grandes universidades.

Então, as Santas Casas elas são a base da própria formação do terceiro setor brasileiro e da estruturação até do Estado. Como é que nós estamos hoje? Nós estamos com 2.100 estabelecimentos de saúde,

Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, os nossos dados difere, por exemplo, eu fui Presidente do Conselho Nacional da Assistência Social, lá registra-se em torno de 1.200 entidades com certificados, mas é porque muitas Santas Casas nossas têm mais de uma unidade hospitalar e às vezes nós também estamos no quines(F) tratando isso. A diferença de números, mas esses são os números oficiais que a confederação tem dos nossos associados que está aí sendo colocado. 56% são os únicos hospitais existentes em Municípios do interior do País.

Então, nós não temos outros serviços, as Santas Casas são os únicos serviços. Fomos responsáveis por cerca de 40% dos atendimentos, das internações, todas realizadas no SUS em 2005, isso são dados levantados pela nossa área técnica da nossa confederação pelo Superintendente Spigolon que trouxe isso, inclusive, de dados do próprio registro do Ministério da Saúde. 64% da receita dos Hospitais Filantrópicos vêm do SUS. Hoje, eu vi, inclusive na Folha de São Paulo, com referência aos dados do INCOR, já fazendo essa provocação positiva que nós vamos aqui tratar, 25% da receita vem do SUS e a média nossa passa do 64 a 70% vindo do SUS. Geramos 450 mil empregos diretos, além de milhares de voluntários que não dá para se estimar dentro das Santas Casas e 140 mil médicos autônomos trabalham no nosso setor.

Portanto, nós temos depois de 463 anos, ali tem 36, mas é 463 anos da primeira Santa Casa, esse complexo gerado no Brasil da evolução desse setor. Mas não só ficamos nisso, nós tivemos a confederação que é a que eu represento. Substituindo o nosso Padre Zé Linhares que é Deputado Federal e, portanto, foi criada na década de 60, o primeiro Presidente foi o José Maria Alckmin que fundou em Minas Gerais essa confederação, nós estamos sediados aqui em Brasília e hoje temos 14 federações estaduais. Bahia, Ceará, Espírito Santo, toda a estrutura da federação que dá uma capilaridade muito grande, Senador, dado o nosso sistema de comunicação. Porque a gente consegue se comunicar no Brasil rapidamente com um setor, porque é um setor que está organizado. Diferentes de outros setores da sociedade, nós temos uma confederação que trata do setor filantrópico de saúde.

E como está a situação do setor filantrópico de saúde? Bom, está lá. A crise é geral, nós vamos discutir essa crise. Eu trouxe dados e nós levantamos alguns pontos que apresentamos, vimos apresentando ao Ministério da Saúde sempre, nós entendemos que não é só o problema do financiamento, mas ele é o principal, nós temos vários pontos que foram agregados a essa situação e que ela atinge ora o INCOR, ora a Santa Casa do interior de São Paulo, do nordeste,

e a gente vai ter lá no Rio de Janeiro, nós temos crise em todo o lugar do Brasil. E a crise, muitas vezes me perguntam, “você tem inúmeros fechados, de quantas Santas Casas fecharam, quantas fecharam as portas?”. Na verdade, a gente não tem, porque a Santa Casa só fecha a porta por inanição. É o último momento, ela pára de entender. Ela começa atrasando fornecedor, depois atrasa salário, o que a gente está vendo aí exemplos de outras instituições e no final, ela efetivamente fecha.

Então, o primeiro ponto é o financiamento, sem sombra de dúvida, essa audiência tem essa função de trazer esse assunto à baila.

O segundo é que nós tínhamos doações. Eu outro dia eu conversei com o provedor da Santa Casa do Rio de Janeiro e a Santa Casa do Rio de Janeiro tem 13 cemitérios. Evidentemente que os cemitérios da Santa Casa do Rio de Janeiro vieram de doações de gleba de terras e isso havia doações em muitos pontos que hoje não tem mais. Hoje nós não temos grandes doações. Depois nós temos relação de confronto de alguns provedores e dirigentes com gestores municipais e estaduais. Isso gera às vezes problemas de repasses de recursos, dificuldades de relacionamento, então, a gente não pode só jogar no financiamento, existe essa dificuldade que tem sido crescente. A necessidade de uma gestão profissionalizada e contínua e não quer dizer, eu quero já tirar esse estigma de que as Santas Casas tem mais gestão, não tem, Senador Papaléo. O que nós temos é a necessidade de um gerenciamento de crise, recentemente nós fechamos hoje com o Ministério da Saúde, dia 6 estaremos fazendo um seminário, começando a qualificação da gestão através do Ministério da Saúde com o recurso da Time Mania para que a gente possa melhorar a gestão profissionalizada de crise, porque com as tabelas que nós temos, você gerir com a tabelas é realmente difícil e na verdade muitas das nossas entidades acabam sucumbindo. Obrigação legal de atender o percentual do SUS, isso o Senador Flávio Arns conhece bem, porque sempre liderou as APAES, no nosso caso, nós temos que atender 60% de SUS. E na verdade, a gente não só legalmente tem que atender, como também por vocação. Mas dos 60% que tem que atender para o SUS, 40% nós poderíamos usar para saúde suplementar que também apresenta cenários favoráveis. Vários assuntos foram trazidos a Comissão do Senado, a Câmara dos Deputados sobre a questão dos médicos, dos reajustes da tabela, da CBHPM, da situação dos pacotes na discussão dos materiais, medicamento em hospital. Então, quem optou por gerar os 40% de saúde suplementar também encontram dificuldades.

Então, nós temos a dificuldade advinda da necessidade de mais recursos para o SUS e temos a dificuldade de saúde suplementar. Esses números, bom, aí é um aumento custo acionário. Esses números o Dr. Temporão conhece bem, isso foi apresentado, levantado por nós, na época no início das negociações em 2003 e esses cursos hospitalares foram levantados, inclusive, pela Santa Casa de Porto Alegre que trouxe essa aí. Para a gente ter uma idéia de que dentro do plano real nós tivemos em torno de 37,3%, aí eu estou falando em número linear. O Dr. Temporão colocou bem o CA SUS e o CH SUS. Aí eu estou colocando em termos gerais da tabela, ao longo dos dez anos. Então o problema vem lá de trás e a inflação do custo hospitalar tem 366%. Eu vou mostrar no final, a FIPE está em torno de 256%, o que difere um pouco se a gente colocar dos números da inflação, mas não difere a rigor do número a que a gente tem aí do reajuste da tabela do SUS.

Então a questão é numérica. A gente quis levantar isso para que a gente demonstrasse que por mais que a gente se esforce, precise efetivamente mexer no financiamento, mexer no repasse do SUS. E isso nós trouxemos os preços básicos, eu quero deixar bem claro que são os preços básicos. Só de exemplos que a gente levou, é uma tabela longa, mas eu trouxe uma de amostragem. Esse custo da tabela do SUS, da consulta, por exemplo, é um custo que nós estimamos. A CBHPM bota na banda baixa trinta e três reais. Na verdade, é uma discussão que os médicos têm. Isso são custos que nós levantamos, repito, por via Santa Casa de Porto Alegre que deu para a gente abrir Mesa de discussão da necessidade do reajuste da tabela do SUS.

Portanto, os preços praticados atualmente estão de 60 para 100. A gente tem 60% dos preços de todo o nosso sistema é coberto pelo pagamento do SUS, e a gente fica com essa dificuldade de fechar a conta no final do mês. O provedor ele tem mágica, e hoje a dificuldade chega ao ponto, inclusive, de atraso de fornecedor e até atrasos de impostos, que graças a Deus com o apoio do Congresso Nacional com a Time Mania conseguimos reorganizar a estrutura de inclusive parcelamento de débitos previdenciários porque muitos estavam sob risco até de responder penalmente.

O que é que nós temos como pleitos? Está lá, suplementação orçamentária para 2005, isso nós fizemos em 2005, duzentos milhões, pedindo o que era esses duzentos milhões? Era o valor anual do INTEGRASUS. Nós tínhamos que ter uma base. O INTEGRASUS é um agregado da tabela que foi criado e a gente criou uma base pelo menos para um porte emergencial. O Governo Federal sinalizou o Ministé-

rio da Saúde, com o Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos, o que já tinha sido feito, conforme o Dr. Temporão colocou com os hospitais de ensino e repassou a gente como título de incentivo, de adesão a contratualização, oitenta milhões, e esse oitenta milhões entrou a fundo perdido para setecentos e quarenta e seis, Santas Casas e Hospitais Filantrópicos em janeiro de 2006, mas foi base do ano de 2005. Fizemos o movimento e estamos com cento e vinte milhões pendentes aos hospitais se contratualizarem na dependência dos Estados e da Portaria que o Ministério da Saúde deverá estar assinando agora.

Garantia de recursos no orçamento de 2006, nós calculamos o mínimo de 40%, porque foi o cálculo daquela defasagem. Evidente que a gente precisa de um número mais preciso para se chegar ao valor da tabela do SUS, mas nós estamos fixando em 40%, até brinquei hoje com o nosso Dr. Temporão que poderia até ser um presente de Natal, que o Governo poderia menor dar seria os 40%, mas eu sei que isso aí é uma coisa que deve ser feito ao longo da escala, mas a gente tem um cálculo e uma meta de fazer o reajuste dessa tabela do SUS.

Apoio ao Movimento Nacional da Frente Parlamentar do CONAS, CONASEMS, nós entendemos que sozinho nós não vamos para lugar nenhum. Portanto, estamos apoiando o CONAS, CONASEMS, a Frente Parlamentar, o Congresso Nacional, nós precisamos efetivamente da regulamentação da Emenda Constitucional 29 e nós não estamos nos furtando a apoiar. O que nós estamos na verdade colocando, é que nós estamos colocando as consequências e buscando apoiar quem está tratando da causa que na verdade é o Senado, é o Congresso, é toda a estrutura que está aí buscando tentar resolver essa situação que a gente também apóia, esse movimento que está sendo feito por todos.

A linha do BNDES. Nós tivemos uma linha do BNDES que resolveu o problema de muitas Santas Casas, as que vinham já trabalhando a gestão, com metade da TJPL e o spread chega a 3%, quer dizer a taxa bancária 3%. Então isso dava, mais ou menos ao ano cerca de 6, a 7, chegava no máximo a 9% anual de juros. Hoje nós tomamos cerca de 1 a 1,5% de juros ao mês para pagar fornecedor e imposto. É impossível, ao mês e isso quando nós conseguimos taxa subsidiadas.

Então, na verdade, nós precisamos do apoio do BNDES, precisamos que o “S” do social fique firme para que a gente possa ajudar a gente em empréstimos para que a gente possa refinanciar. Evidente que nós temos dificuldades, o Banco é Banco e tem as suas

regras, mas se a gente não tiver a linha do BNDES de volta, a gente efetivamente não terá resultado que a gente está tratando de paliativo enquanto a tabela do SUS e os recursos não chegam.

Nós tivemos um grande mérito esse ano, vindo do Congresso, conseguimos graças o apoio do Senado Federal, da Câmara, do Ministério da Saúde e Previdência Social a questão da Time Mania que foi a Lei 11.345 que parcelava os débitos. Nós pedimos isso para que a gente pudesse, a parte de impostos, imposto de renda, INSS e FGTS não ficassem prejudicando porque era apropriação indébita os nossos provedores e presidentes. E tivemos a edição da lei, a edição da lei o Ministro da Saúde foi diligente juntamente com o Ministro Nelson Machado e conseguiu colocar rapidamente a Instrução Normativa e os recursos dos 3% destinadas as Santas Casas foi fechado um pacto pelo qual serão destinado a gestão das Santas Casas.

A estimativa da lotaria é em torno de quinhentos milhões anuais e nós imaginamos 3%, 15 milhões para o Fundo Nacional de Saúde, ser destinada a gestão profissionalizada no nosso setor e dia 6 de dezembro estaremos assinando com o Ministério de saúde um Protocolo de Intenções. Aí é um apelo que eu faço, o Senador Flávio Arns sabe disso, a dificuldade que nós temos com a Lei Ruane da doação de dedução de imposto de renda, com a dedução só para o fundo de criança e adolescente e para culturas faz dedução.

Portanto as entidades de pessoas com deficiência, as entidades que atuam com idosos, as entidades do setor saúde tiveram as suas doações não só diminuídas pela dificuldade financeira das classes abastardadas do País, como também pela própria situação de restrição. Isso precisa ser mudado no regulamento do imposto de renda para que entidades possam ter possibilidade de dedução ou caso não seja direto pela questão de controle, pelo menos para o Fundo da Assistência Social ou Fundo de Saúde que a gente consegue repassar para o setor. Isso é um apelo que a gente faz ao Congresso.

Bom, aí é só para mostrar as fotografias. Isso foi ano passado. Essa audiência, inclusive, foi solicitada pelo Senador, ele viu o nosso movimento, o movimento foi um movimento grande. Nós colocamos uma quantidade de cruzeiros, 2.100 cruzeiros que foram no Congresso demonstrando (soa a campainha) pedindo o orçamento da saúde. Pedindo a revisão do orçamento da saúde, colocamos pessoas aqui em Brasília, foi uma mobilização nacional. A idéia da gente era trazer toda essa discussão para cá para o Congresso, trouxemos. Aqui o pessoal na rua fazendo a manifestação, que a gente na verdade é uma coisa pacífica, nós paramos durante 24 horas as consultas eletivas, sem prejuízo

a população, para demonstrar como seria o País sem as Santas Casas. O subfinanciamento, a dificuldade que nós colocamos. Aí foi na Subcomissão.

Bom, aí, por fim é para fazer *quorum* ao que o Dr. Temporão colocou. Precisamos, efetivamente, pelos dados que foram apresentados, pela nossa equipe técnica da confederação, nós estamos com dificuldade, efetivamente para a previsão do orçamento para 2007.

Precisamos colocar a questão dos trezentos milhões e evidentemente que a gente espera que seja feito em cima da reserva de contingência do um bi e setecentos para que a gente possa ter a previsão no ano que vem de melhorar setor. Nós tivemos uma reunião, estamos realmente trabalhando com isso. A gente tem consciência da dificuldade, da captação de recurso, da própria dificuldade de se trabalhar dentro do orçamento, mas a gente precisa também sinalizar que nós estamos atentos por meio da nossa equipe técnica, do Spigolon do que está ocorrendo no orçamento e o Perondi tem trabalhando muito, o nosso Vice-Presidente, na Câmara também junto com o Guerra, na Frente Parlamentar para tentar melhorar essa situação.

Aí é a questão apenas dos valores, duzentos e sessenta e dois, e do custeio da tabela que é menos 50%, mas a gente sabe que o custo inflacionário é efetivamente alto.

Era isso que eu gostaria... Agradecer a todos e colocar à disposição para qualquer esclarecimento quanto as Santas Casas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Muito obrigado, Dr. Antônio Brito. Eu passo a palavra ao Dr. Jorge Alberto Lopes Fernandes, Diretor de Infra-Estrutura Logística do Instituto do Coração INCOR.

SR. JOSÉ ALBERTO LOPES FERNANDES – Gastaria de agradecer o convite a essa Comissão e apresentar um pouco do retrato do INCOR o que aconteceu, o que vem acontecendo dentro do ambiente de saúde como um todo.

Na realidade, o INCOR tem uma característica bastante peculiar onde ele integra a parte da assistência que é a principal discussão hoje em dia, mas a gente não pode desvincular o modelo INCOR desse tripé, assistência, ensino e pesquisa. Ou seja, a nossa atuação e os resultados, eles são integrados. Toda a evolução, todo o modelo que foi desenvolvido ao longo das últimas décadas se baseou nesse modelo, que é um modelo extremamente vitorioso.

A idéia agora é mostrar alguns slides que mostram a nossa evolução em termos de consultas e demais itens a partir de 99. Ou seja, o INCOR, em 99, ele fez uma ampliação significativa. Nós dobramos de

tamanho, e esse tamanho foi com a construção do bloco 2 que permitiu que a gente passasse de 35 mil metros quadrados para 70 mil metros quadrados. Efetivamente essa mudança ela não aconteceu só para a assistência, ela aconteceu também na pesquisa e no próprio ensino.

Então, eu vou apresentar aí as diversas evoluções, ou seja, resultado desse investimento que foi feito. As consultas ambulatoriais crescendo efetivamente a partir de 2000. Os exames de diagnóstico por imagem, todos eles têm essa mesma tendência, mas é importante vocês estarem vendo. Internações. Cirurgias, número de leitos. Se vocês observarem na cirurgia, o incremento não foi tão significativo, proporcional aos demais crescimentos, porque no projeto de ampliação do INCOR, havia a necessidade de você ter uma retaguarda também de UTIs. Ou seja, o bloco 2 não contemplava todas as necessidades. É um projeto, quer dizer, era um plano diretor para que você pudesse ir fazendo as alterações com o tempo e o bloco 1 precisava ser reformado para ter essa retaguarda, que o nós acabamos de concluir agora, ou seja, estamos só num único andar que é o 4º andar que integra os dois blocos, nós temos mais de 100 leitos de UTI, ou seja, é um complexo bastante forte nesse segmento.

A nossa característica de atendimento, ela é de 80% de atendimento aos pacientes SUS, 18% aos convênios e 2% aos particulares. As características do teto SUS, o que acabou acontecendo? Quando houve a inauguração do bloco 2, a gente não conseguiu fazer a ampliação do teto proporcionalmente ao tamanho que nós passamos a ter. E nós hoje temos uma limitação, uma alta complexidade com valor de três milhões de duzentos, na média de dois milhões e quinhentos e no estratégico de quinhentos e setenta e oito mil. Como todos os senhores já conhecem, ou seja, esses valores ultrapassado o teto, a gente não tem cobertura ou ressarcimento. Ou seja, nós temos uma limitação de financiamento definido pelo próprio Estado.

O atendimento SUS, qual o perfil da clientela INCOR? Uma das coisas que a gente vem debatendo, não só com relação a INCOR, como a saúde como um todo, com a expectativa de vida do brasileiro, quer dizer, no mundo inteiro e do brasileiro, graças a Deus também aumentou significativamente, os pacientes tendem a ficar mais velho de um modo geral. Ao ficar mais velho todo mundo acaba tendo mais problemas. Ou seja, quando a pessoa tem 50 anos, ele tem alguns tipos de características, 60, 70, efetivamente, o que acaba acontecendo é que a população, de um jeito ou de outro, ao ficar mais velha, ela acaba tendo problema de coração. E não é só de coração, ou seja, os pacientes que acabam internando no INCOR, eles

acabam internando com características bastante graves. Ou seja, começa a somar diabetes, hipertensão, outros procedimentos que já sofreram anteriormente. Ou seja, a complexidade, ela não só aumentou na última década, como ela tende aumentar nas próximas décadas. Ou seja, continuando essa evolução da saúde que é um grande bem, os pacientes envelhecem, e com certeza na área de cardiologia nós teremos cada vez, necessitaríamos cada vez mais de aportes. Só para você ter uma idéia, no INCOR nós fazemos mais hemodiálise do que no próprio complexo das clínicas como um todo. Ou seja, nós não temos nada a ver com a hemodiálise propriamente dita, mas para poder tratar o paciente do coração que nos chega, nós estamos hoje produzindo mais hemodiálise no INCOR do que todo o resto do complexo que é muito grande, quem conhece o complexo do Hospital das Clínicas sabe exatamente o que eu estou falando. Então o nosso perfil é de alta complexidade, evidentemente, a demanda por volumes, de volumes de exames é extremamente elevado, ou seja, quanto mais se torna complexa essa assistência, mais exames são necessários para se proceder a assistência adequada. A permanência tende a aumentar, ou seja, se a gente faz uma revascularização num paciente com 50 anos, nós estamos falando numa taxa de permanência no hospital relativamente baixa. Os pacientes que estão indo ao INCOR, eles raramente cumprem essa taxa de permanência, eles tendem a agravar a situação e não é raro o caso passar de um mês, dois meses, quando, vamos dizer, um paciente mais jovem ficaria sete dias ou dez dias no máximo. Existe uma alta demanda para o uso da UTI de tipo 3 e também temos uma grande demanda de outros Estados.

De um modo geral, o que acontece hoje no nosso entendimento SUS, quais são as restrições que nós temos? Nós temos limitação hoje frente ao atual teto, ou seja, é um financiamento. A oportunidade seria a revisão do atual teto para o INCOR. Nós temos alguns valores de cobertura que são insuficientes. Quer dizer, não é só para o INCOR, é na assistência como um todo, mas no nosso caso fica muito evidenciado isso. Precisamos ter uma revisão desses valores de cobertura. Nós temos alguns procedimentos, materiais, medicamentos não cobertos. Já demos início junto ao Ministério da Saúde em 2003 a uma revisão aonde fomos atendidos em várias dessas solicitações, mas ainda existe uma gama enorme de itens que não são cobertos, e a gente precisaria tê-los incluídos para que pudesse ter o financiamento completo.

Rapidamente, no atendimento SUS, os procedimentos são ambulatoriais, e internação com significativa importância para a elucidação de diagnóstico que não

consta na tabela, SA, SH e SUS. Exemplo, PET dedicada, (inaudível) Teste, dosagem de troponina, CKMB massa, ultra-som, ou seja, ele já foi solicitado como falei ao Ministério da Saúde, desde 2003 a inclusão desses itens para análise e inclusão de ressarcimento.

Atendimento de emergência, nós temos medicamento específico, apesar de possuir código na tabela de internação, ele não é contemplado na tabela ambulatorial. Então apenas como exemplo, cloridrato de tirofiban.

Os procedimentos de internação com limitação de quantidade para cobrança não refletindo os pacientes atendidos no INCOR como eu já falei, então, ecografia bidimensional com o Doppler, ultra-sonografia Doppler colorida dos vasos, ecocardiografia transesofágica, tomografias. Além disso, nós ainda temos a limitação de números de procedimentos pela internação, ou seja, o paciente com uma complexidade mais elevada, ele acaba exigindo mais exames do que o hoje contemplado nas tabelas.

E a compatibilidade de diagnóstico é limitada para a cobrança na conta do paciente. Exemplo, estudo em dinâmico, cateterismo compatível para cobrança somente com diagnósticos clínicos de insuficiência coronariana, insuficiência cardíaca congestiva e infarto agudo do miocárdio. Um simples exemplo, ou seja, entra um paciente para fazer o cateterismo e ele, de repente, tem que ter um procedimento de angiografia, a partir desse momento o cateterismo não é coberto.

Então, quer dizer, ele acaba fazendo o procedimento, mas a cobertura não contempla, o nosso pleito é uma reavaliação nesses casos como um todo.

Limite de quantidade para cobrança de materiais especiais, também, é tudo nessa mesma linha, geoplastia, não é autorizado do estente, porém, temos pacientes que necessitam de mais estentes. Hoje em dia, a gente tem visto vários casos em hospitais privados que chegam a colocar três, quatro estentes, quer dizer, a análise feita ali, é diagnosticado que há necessidade, mas a cobertura que nós temos é de dois estentes, qualquer estente adicional a mais nós temos que colocar efetivamente, mas nós não temos esse ressarcimento.

Procedimentos em ressarcimento para matérias especiais em contas cirúrgicas. Então, como exemplo tromboendarterectomia, remunera SH, SP e SDP. E não contemplam materiais especiais como conjunto de circulação extracorpórea, cateteres, bomba centrífuga e cânulas.

A remuneração de procedimento é insuficiente para cobrir os custos dos mesmos, o que já gente falou, só está enfatizando. Atendimento multiprofissional sem ressarcimento.

Esse quadro não ficou muito bom para vocês terem uma idéia, mas ele trata por tipo de clínica e procedimento, qual é o nosso percentual de atendimento. Seja para capital, São Paulo, como Estado e Brasil. É só para a gente ter uma idéia da atuação, fica como registro aí, é difícil para os senhores lerem nessa distância, ficou muito pesada a transparência.

Aí também é para mostrar que se vocês perceberem, no próprio slide existem duas cores, uma azul mais clarinho, outra azul mais escuro que mostra os trabalhos publicados, como é que eles vêm evoluindo e continuaram com a evolução com aquele próprio bloco 2, que é aquele tripé que a gente falou de assistência, ensino e pesquisa.

A mesma coisa, livros e capítulos de livros, ou seja, a tendência de crescimento. As teses também crescendo, você já percebe uma queda em 2004, 2005, parte do reflexo de problemas que a gente já vinha sofrendo. Protocolo de pesquisa em andamento, todos eles naquela curva ascendente e a separação como eu falei da inauguração do bloco 2 para agora.

Pesquisas concluídas. Prêmios. Aí, atividades de ensino mostram os diversos programas, 2004, 2005, Programa de Graduação, Programa de Residência. Quer dizer, a idéia é dá uma visão de evolução de todas as ações que a instituição vem passando e atua como um todo.

INCOR em programas externos de residência médica, as áreas que ele atua. Os intercâmbios. Também os intercâmbios com instruções estrangeiras. Esta é a visão do INCOR 2006, a sua receita, o seu custeio e o resultado primário. O INCOR tem um resultado primário positivo. Grande parte dos nossos problemas, ou origem dos nossos problemas, nós vamos mostrar aí, eles começam efetivamente com a construção do bloco 2, onde se fez ao investimento. Quer dizer, o hospital, ele não tinha características para poder absolver o investimento, nós temos todas essas defasagens, você fazer um investimento da construção de um bloco 2, equipar todo esse bloco e ainda colocar gente, é quase inviável, quase não, é inviável se criar uma situação dentro do modelo de financiamento existente.

Isso aí, aquela era a projeção para 2006, esse é o resultado primário para 2006, isso em janeiro, outubro, já realizado. Origem das dificuldades, como já falado, a construção do bloco 2, o investimento total de oitenta e oito milhões. A contratação de pessoal, observe que a contratação de pessoal ela fica extremamente pesada, por quê? Porque quando o bloco 2 ele foi inaugurado, ele foi inaugurado em 99, só que para se operacionalizar um hospital com essa complexidade, com esse tamanho, quer dizer, os hospitais de um modo geral isso já acontece, a equipe profissional

teve que entrar antes que é o treinamento pessoal para trabalhar no suporte, os diversos exames, a internação, as cirurgias, então, quase três a quatro meses antes da inauguração tinha que ter equipe para poder começar a funcionar e ser implantado. Isso aí foi parte do recurso que o Estado não nos deu. O Estado nos repassou esse ano 900 vagas. Nós tínhamos um quadro, nessa ocasião de 1.500 funcionários pura e exclusivamente fundação, fundacionais, por isso que dá um valor tão elevado.

E tivemos também aqui a parte da implementação do INCOR, Distrito Federal, com trinta e dois milhões, e aí, quando a bola de neve começa a crescer, ou seja, as coisas começam a não fechar, entram despesas financeiras que é um fator efetivamente complicante.

Bom, desafios do INCOR: Evolução e manutenção da excelência do tripé, assistência, ensino e pesquisa. A ostentabilidade, acompanhamento da evolução tecnológica, quer dizer, não adianta se imaginar que se ao receber um tomógrafo, uma ressonância acima de um milhão de dólares que esse equipamento vai durar dez, quinze, vinte anos. Ou seja, a evolução tecnológica é tão grande que hoje tem que começar a se pensar na substituição desse equipamento, pelo menos *upgrade* deles a cada três, quatro anos, cinco anos no máximo. Fora a manutenção como tudo.

Então, há uma necessidade muito forte de sobrar uma reserva, ou seja, que o estado primário (soa a campainha) ser extremamente elevado para que a gente possa fazer o reinvestimento, a gente possa atualizar os equipamentos senão toda essa instalação fica comprometida. O acompanhamento da evolução tecnológica, como dito, a manutenção segura do parque instalado, quer dizer, ter manutenção para que tudo funcione e dê os diagnósticos de que funciona adequadamente. E a retenção do capital humano, desenvolvido e necessário a sua missão.

Quer dizer, não adianta sucatear o capital humano, ou seja, levou 30 anos para se ter a equipe, ter os profissionais que têm. Se não houver uma remuneração adequada, o incentivo adequado, simplesmente esse pessoal acaba não tendo a mesma aderência e a excelência desaparece porque a base não está nos equipamentos, está na equipe, está nas pessoas como um todo. Ok, eu não sei se tem mais algum, eu acho que era esse o último, por favor. Isso, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Muito obrigado. Eu digo que aqui estão representantes do Ministério da Saúde, do Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas e o Diretor de Infra-Estrutura e Logística do Instituto do Coração.

Então, que o nós podemos observar é que o Ministério da Saúde fez a sua exposição e reconhece, diante da exposição dos dois representantes aqui dessas instituições que realmente estão necessitando se manter e não vê outra alternativa senão a alternativa de um maior percentual do Ministério da Saúde. Reconhece que há uma necessidade de reajuste nessas tabelas. Eu quero dizer que, como médico, eu vejo de uma forma deprimente o SUS pagar uma consulta médica dois reais e quarenta e seis centavos, por exemplo. Isso é deprimente, mas eu creio que o Ministério da Saúde já está trabalhando para tentar fazer com que nós passemos a viver a nossa realidade, nós sabemos que não é uma realidade, a diária que um hospital recebe para se fazer um atendimento digno e responsável. O que nós sentimos é lamentavelmente ver que essas instituições filantrópicas estão buscando rolar suas dívidas e isso aí não é a solução, muito pelo contrário, é complicação, desde que ela não veja expectativa do Ministério da Saúde seria o grande salvador dessas situações, a expectativa diante das próprias dificuldades do Ministério da Saúde, de atender as necessidades dessas instituições.

Então, é uma preocupação muito grande, por isso que nós estamos atendendo a esse Requerimento do Senador Flávio Arns, a preocupação que ele teve, que todos nós temos, diante dessa situação caótica que passa essas instituições tão necessárias e tão valiosas para a saúde pública brasileira.

É lamentável, por exemplo, nós vemos a situação que o INCOR está passando. Realmente é muito triste, muito triste, nós vemos a situação financeira que o INCOR está passando. As Santas Casas, nós estamos sentindo já a luta que elas vêm travando para tentar manter seus atendimentos que são de altíssima qualidade.

Então, eu quis fazer, até pela minha condição de Presidente dessa Subcomissão, e pela minha condição de médico de acompanhar de frente essas questões, principalmente ligadas a essa falta de atendimento, de reajuste nas tabelas do SUS, eu fiz questão de fazer esse comentário e logicamente passar a palavra ao nobre Senador, aos Senadores que desejem fazer perguntas aos senhores expositores. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quero, em primeiro lugar, cumprimentar V.Ex^a, Senador Papaléo Paes. E ressaltar de novo o papel fundamental dessa Subcomissão, da Comissão de Assuntos Sociais cujos trabalhos são relacionados a área de saúde. O nome é mais extenso, permanente de promoção, acompanhamento e defesa da saúde. E o Requerimento que foi aprovado nesta Subcomissão já tinha sido aprovado

há algum tempo, praticamente há um ano e tinha por objetivo esclarecer a questão recorrente nos meios de comunicação no nosso País da falta de recursos para a manutenção dos hospitais, eu até diria, seja de ensino público, filantrópicos, de uma maneira geral.

Então, esse debate tem que acontecer, eu acho que as pessoas virem a essa Subcomissão, é um fato importante o Ministério da Saúde, através do Dr. Temporão, o Dr. Antônio Brito, representando as Santas Casas e Hospitais Filantrópicos e também o Dr. Jorge Alberto que representa o INCOR e que, nesses últimos dias, tem estado nos meios de comunicação também em função das dificuldades que vêm enfrentando.

É difícil assim, dentro da exposição nós pensamos como, além do orçamento que é debatido aqui no Congresso Nacional, o que a gente poderia fazer para entender melhor a situação toda e ver como participar assim de uma questão de encaminhamento de solução.

Eu gostaria, assim, de perguntar para o Dr. Temporão, que ele esclarecesse para a gente um pouco mais em detalhe o orçamento da saúde, qual é que é o valor total do orçamento da saúde, como é que estes valores estão divididos dentro do orçamento, quanto para medicamentos, quanto para importação de material, se isto, de alguma forma, quais os esforços que vêm sendo feitos no sentido de substituição de importações para gradativamente ter uma produção de materiais e de medicamentos que sejam nossos, quanto que está sendo repassado para os procedimentos do SUS, quanto para assistência básica... Assim, só para termos, assim... E quanto que isso significa naturalmente em termos da Emenda a Constituição, a necessidade da regulamentação da Emenda Constitucional. Quanto que está se deixando de aplicar na saúde pela não regulamentação da Emenda, porque o Governo Federal tem que aplicar 10%. Agora, também gostaria de destacar, se for possível, dar um quadro dos Estados, porque os recursos para a área de saúde devem vir não só do Governo Federal, mas também dos Governos Estaduais que tem aplicar 12% do orçamento na saúde e os Municípios que têm que aplicar 15% do orçamento. A regulamentação é justamente com o objetivo de se evitar despesas que não sejam de saúde, sejam contabilizadas como de saúde, despesas importantes, eu quero dizer, mas que não são de saúde. Por exemplo, saneamento básico, a gente sabe que aplicar um real em saneamento significa deixar de aplicar 5, 4, 6, 7 reais em saúde, mas saneamento não é saúde.

Então, se pudesse dar esse quadro geral. E eu tenho conhecimento de um dado que eu não sei se corresponde a realidade de que o passivo dos hospitais

das Santas Casas e dos Hospitais Filantrópicos é de seis bilhões de reais. Se o passivo é de seis bilhões de reais, eu pensaria assim, o passivo em termos de cota de INSS, cota patronal, cota do empregado, FGTS e outras coisas e outros impostos que pela Time Mania agora as pessoas vão ter a possibilidade, as entidades vão ter a possibilidade de fazer esse parcelamento.

Então, como é que isso poderia ser feito? Se o Dr. Temporão também pudesse dar uma idéia para a gente. Existem hospitais públicos federais no Rio de Janeiro, quanto que... Fazendo uma comparação de quanto custa um hospital público federal e quanto que custa um hospital filantrópico. Quer dizer, quanto que se gasta, deve haver naturalmente algum estudo nesse sentido.

Eu gostaria também, nesse sentido, que o próprio Dr. Antônio Brito pudesse contribuir nessas explicações, porque eu de fato penso assim, realmente, que uma questão de gestão, eu enalteço a iniciativa que foi feita, de se pegar o dinheiro da Time Mania e se investir isto na profissionalização da gestão e mais ainda, como o senhor falou, na gestão da crise. Eu acho que é uma crise permanente. Eu não sei como é que um hospital se mantém também, agora, eu fico pensando do outro lado, a gente está falando na questão do hospital, mas se pudéssemos ver do lado do cidadão, do paciente que procura o hospital. Que um debate que aconteceu muito nessa campanha foi em relação a médicos especialistas, uma pessoa que precise de uma mamografia, por exemplo, vai ter que esperar, às vezes, seis meses para fazer o exame da mamografia. Seis meses ou um outro problema, vai ter que esperar três meses, quatro meses, tem o problema cardíaco se não for um enfarte, tem que esperar... Quantos meses que a pessoa tem que esperar?

Então, se houvesse da sua parte, Dr. Antônio Brito, para dar essa visão do ponto de vista da pessoa, quer dizer, como é que o direito a saúde não vem acontecendo. Medicamentos, por exemplo, a gente recebe cartas com frequência aqui no Senado de pessoas fazendo apelo para a inexistência, a inacessibilidade, não inexistência, inacessibilidade de medicamentos que não são fornecidos, mas não é culpa do Governo Federal, diria, eu acho que todos nós somos responsáveis por isso. Também o Governo Federal, os Governos Estaduais, Governos Municipais, a gestão, a comunidade. Quer dizer, como que o senhor vê, assim, pelo menos para a gente começar esse debate também. E do INCOR também eu vejo assim uma especialização tão grande no INCOR e apresentação já colocada também se existem critérios diferenciados, por exemplo, do INCOR com os demais hospitais. E como é que o INCOR vê a solução dessa crise, porque me parece

como foi bem colocado, que a construção do bloco 2 do INCOR ultrapassou a capacidade que o INCOR tinha de fazer investimentos.

Agora, ao mesmo tempo, pelo que a gente lê nos meios de comunicação, o INCOR também não é proprietário desse anexo 2. Eu até li um artigo, mencionei agora a pouco do ex-Governador de São Paulo, Paulo Maluf, na Folha de São Paulo, há uns três dias atrás mais ou menos em que ele dizia que de fato o problema foi no investimento para a construção. E este que é o débito lá com o BNDES em termos de construção e de equipamentos. Quando a Fundação Zerbini deveria se deter mais na questão do gerenciamento. Então é algum tipo de solução nesse sentido mesmo ou não que deveria também ser buscado junto aos órgãos públicos, particularmente o Estado, mas junto ao Governo Federal também já que as pessoas vão de outros Estados lá para São Paulo também para receber o atendimento. Como é que o INCOR vê a solução para este débito particularmente pelo que a gente pode ver em relação ao BNDES? Então são observações que eu gostaria de fazer, mas eu gostaria muito de entender melhor principalmente essa questão orçamentária.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Obrigado Senador Flávio Arns. Pela ordem, Dr. José Gomes Temporão, em seguida, terminando a sua resposta o Dr. Antônio Brito, e logo após o encerramento das respostas do Dr. Antônio Brito, o Dr. Jorge Alberto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Até, Sr. Presidente, eu sei que ao Senador Geraldo Mesquita está aqui. Se ele quiser fazer as perguntas também, aí pode.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Se V.Ex.^a desejar fazer perguntas, seria interessante que...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Não, Presidente, não se trata de perguntas. Eu queria cumprimentar o Dr. Jorge, o Dr. Temporão, o Dr. Antônio Brito que estão aqui, não se trata de perguntas, são considerações rápidas. Eu queria, antes de mais nada, dizer que mesmo não fazendo parte da Subcomissão eu estava ouvindo as exposições aqui feitas, e me interessei em dar um pulinho aqui para assistir ao final da audiência provocada pelo Senador Arns, e quero louvar a iniciativa do Senador Arns acerca de um debate que precisamos travar no País, nesse Congresso e cada vez com maior resolutibilidade, Senador.

É certo o que disse o Senador Arns, que o problema da saúde é um problema permanente. Mas as soluções têm que cada vez mais se aproximar das

grandes demandas, dos graves problemas que o setor passa.

O Senador Arns, com a sua sensibilidade, enxerga isso, eu tenho certeza absoluta. Ele provocar uma audiência dessas, para que essas questões sejam discutidas, isso é fruto do conhecimento que o Senador Arns tem da área, tem da questão. Eu creio que uma hora de audiência aqui desmonta uma expressão utilizada recentemente pelo Presidente da República, eu acho infeliz, inclusive, dizer que a saúde do Brasil está próxima da perfeição. Eu creio que uma hora de audiência aqui nos mostra que talvez nós estejamos mais próximos do caos do que da perfeição, Senador.

Eu não digo isso de forma perversa, muito pelo contrário, eu creio e repito, eu acho que foi uma expressão infeliz do Presidente, talvez ele tenha pretendido dizer outra coisa, no sentido dos esforços que estão sendo expedidos, mas eu creio que estamos muito longe da perfeição. Muito longe. Há distorções, há diversas fontes que abastecem a área de saúde, uma das questões talvez que eu colocasse, Senador Arns, para o Dr. Temporão, para o Dr. Brito, para o Dr. Jorge, é se em algum momento, nós já chegamos a percepção, a conclusão que em relação a todas essas fontes, se elas são efetivamente insuficientes para as grandes demandas que nós temos na área de saúde. Se forem, eu acho que é tempo, e a provocação do Senador Arns ponta nesse sentido, de que possamos revisar isso tudo, de que possamos revisar isso tudo. É uma grande indagação que eu faço. Será que as fontes, algumas vinculadas, a maioria delas vinculadas à área de saúde, será que elas são efetivamente insuficientes, ou tão insuficientes assim, a ponto de gerar questões aqui, o passivo das Santas Casas, a questão do INCOR que é uma instituição nacional. No Brasil, nós valorizamos, por exemplo, a PETROBRÁS é uma instituição nacional, o INCOR também é. O complexo das Santas Casas também é uma instituição nacional.

Então, se alguma pergunta, eu fizesse seria nesse sentido, de se há também algum indicativo, algum estudo que aponta para uma grande diferença, ou uma pequena diferença, ou qualquer diferença na grande demanda que nós temos na área de saúde e se as fontes existentes de financiamento do setor são, continua a ser insuficientes.

Eu ficaria satisfeito apenas em saber essa resposta porque, nesse caso, Senador Arns, dando sequência a sua iniciativa, teríamos que provocar novos debates aqui na Casa, e quem sabe através desses debates enxergássemos a possibilidade de revermos algumas questões, a questão do financiamento da área de saúde que não dá.

O Senador Arns, no final da sua fala, ele mencionou que a questão é vista de vários ângulos e talvez o ângulo mais importante seja o ângulo do usuário. Usuário.

Na minha terra, particularmente, eu acho que a realidade é idêntica no Amapá, no Paraná, nos demais Estados é das pessoas madrugarem nas filas dos hospitais, é das pessoas se sujeitarem a marcação de um exame, com uma mamografia para daqui a seis meses. Essa é a realidade, longe da perfeição, essa é a realidade.

Então, do ponto de vista do usuário, eu creio que a provocação do Senador Arns nos leva forçosamente constatadas as grandes lacunas na demanda do setor com a questão do financiamento, precisamos nos voltar mais uma vez a essa questão de forma a buscar e procurar meios que possam equacionar e resolver, eu não digo definitivamente, mas nos aproximando sempre daquela área em que se coloca o setor, pelo menos num nível razoável de funcionamento e de atendimento da população.

Eram essas as considerações, eu agradeço a oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Eu agradeço a sua presença aqui na nossa Subcomissão e também as suas palavras. E eu peço aos senhores expositores que quando fizerem uso da palavra, que também atendam as solicitações do Senador Geraldo Mesquita. A ordem dos expositores que no uso da palavra é a já anunciada.

SR. JOSÉ GOMES TEMPORÃO – Muito bem, eu começo, então, respondendo as indagações do Senador Flávio Arns. A estrutura do orçamento do Ministério hoje ela três componentes que impactam e consomem praticamente 85% dos gastos. As despesas com atenção básica, que nesse ano de 2006 vão alcançar pouco mais de seis bilhões de reais, as despesas com o atendimento na média e na alta complexidade que esse ano alcançará 17.2 bilhões de reais e as despesas com medicamentos que nesse ano projeta-se um gasto de 4 bilhões de reais.

Uma análise do ponto de vista de uma perspectiva de saúde pública mostra, inclusive, um problema aí. Nós temos claramente um desbalanço do que nós gastamos em atenção básica e o que gastamos na média e na alta complexidade. Nós precisamos aproximar, obviamente não retirando de um para colocar em outro, mas a nossa base de financiamento da atenção básica ela tem que crescer. Hoje nós temos cento e quarenta mil agentes comunitários no Brasil inteiro, 27 mil equipes de saúde da família, cobrindo cem milhões de brasileiros.

O nosso grande desafio agora é ampliar para a totalidade da população brasileira, principalmente nos grandes contextos metropolitanos e qualificar essa atenção. Porque no Brasil, o que acontece? Enquanto sistemas de referência de Inglaterra, Canadá, a atenção básica é a porta de entrada no sistema, o Brasil continua tendo múltiplas portas de entrada. Isso tem impacto direto no gasto, no desperdício, é muito comum o cidadão percorrer numa grande capital e inúmeros serviços de maneira totalmente descoordenada pela falta de uma orientação e de uma atenção básica qualificada que lhe permita entrar num determinado ponto do sistema e ter ali o seu problema resolvido ali ou formalmente encaminhado para um outro nível.

Um dos pontos que mais nos preocupa em relação aos gastos é a questão dos medicamentos, principalmente os medicamentos excepcionais. O Ministério hoje gasta um bilhão e meio de reais para atender quinze mil pessoas que sofrem de patologias raras, mas que necessitam de medicamentos extremamente caros. Essa questão se refere a uma outra dimensão do problema, não é exatamente o que nós estamos discutindo aqui, mas acho importante referir que é a dependência, o alto grau de dependência científica e tecnológica do Brasil na área da atenção a saúde como um todo.

O Brasil, hoje, é um importador de tecnologia. O déficit da balança comercial de saúde do Brasil, no ano de 2004, foi de quatro bilhões de dólares. Ou seja, a diferença é o que nós importamos de insumos, medicamentos prontos, reagentes para diagnósticos e equipamentos de diagnóstico e terapia e entre o que nós exportamos, que nós também exportamos alguma coisa, a nossa balança é deficitária em quatro bilhões de dólares. E isso evidencia de maneira muito contundente a necessidade que o Brasil internalize tecnologia para que a gente possa fazer frente à expansão da saúde pública. Por exemplo, imaginemos o cenário onde cada vez mais novas drogas são colocadas no mercado, protegidas por patente, normalmente produzidas por um único laboratório que estabelece preço. E nós constitucionalmente temos que dar atenção universal de qualidade a toda população brasileira.

Então, me parece que... E eu estou me referindo a uma dimensão interessante que é a dimensão do SUS, que é a dimensão econômica ou da integração entre a política de saúde, e a política industrial, a política de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico. Nós temos nichos interessantes em que essas coisas estão acontecendo, mas elas são ainda pequenas diante a dimensão. O próprio exemplo é o INCOR, o Prof. Zerbini, mesmo, é um que tem patente de válvula cardíaca e o INCOR também produz, outro exemplo

é a FIOCRUZ que está ultimando, por exemplo, uma transferência de tecnologia para produção no Brasil da vacina do *hemófilos influenza*, através de um contrato de transferência de tecnologia com a (inaudível), outro com o Governo de Cuba, nós estaremos produzindo já este ano na FIOCRUZ no ano que vem, eritropoetina e interferon, com tecnologia transferida por Cuba, isso vai nos trazer uma economia de divisas brutal e de recursos também extremamente grande.

Mas a pressão dos custos dos medicamentos nos vários programas, seja na atenção básica, seja no programa de DST Aids, seja nos medicamentos de alto custo é um problema, eu diria que crucial nesse processo.

Eu acho que essa discussão toda do orçamento e ouvindo as colocações e as disposições, eu queria chamar a atenção que a solução para esse problema é tripartite. Se nós pegarmos o ano de 1985, quando o INAMPS, o então INAMPS, a Previdência Social financiava 80% da saúde no Brasil e hoje que o Ministério entra somente com 50% dos gastos em saúde, os outros 25% são dos Governos Estaduais e os restantes 25% dos Governos Municipais evidenciam que uma solução global para essa questão envolve os três níveis de Governo. Governo Federal, Estados e Municípios.

Do outro lado, eu assisto que é muito importante que a gente saia da armadilha da tabela. Na realidade, o ideal para nós, era não estar pagando ninguém por procedimento, e sim por orçamentação global. Eu tenho uma rede, eu tenho um custo para cobrir uma população, eu sei quanto custa isso, quando o Município bota, quando o Estado bota e quanto o Governo Federal bota. E como é que eu estabeleço mecanismos de contratualização, de cobrança de resultados para que eu possa avaliar isso.

Então, eu acho que as iniciativas que o Ministério tomou já com as filantrópicas, com os hospitais universitários é um material muito interessante que a gente aperfeiçoe. Muitos Países no mundo trabalham nessa modalidade de pagamento por contratualização, por co-financiamento, por orçamentação global que me parece ser bem interessante.

Acho importante também a gente dividir claramente a situação apresentadas das filantrópicas e do INCOR. Aliás, tem uma digressão histórica, eu sou um histórico aliado das filantrópicas. Em 85, na nova república, eu Ministério Waldir Pires, eu era Secretário de Planejamento do INAMPS e foi naquele momento que o INAMPS, então, decidiu estabelecer uma política de privilegiamento da relação com as filantrópicas em relação ao conjunto do segmento privado.

Então, eu conheço bem de perto o problema, eu acho que o Ministério está sensível a esse problema, mas eu já entraria aqui responderia antecipadamente ao Senador Geraldo Mesquita é que o subfinanciamento do sistema público de saúde no Brasil é evidente. Ele está comprovado em toneladas de documentos científicos técnicos. Basta nós pegarmos um número. O SUS, hoje, gasta em torno de trezentos reais per capita/ano, para oferecer da vacina ao transplante de medula óssea e o segmento supletivo gasta mil e duzentos per capita/ano para oferecer um leque, um espectro muito mais restrito. Se pegarmos o Brasil e comparamos com um País do mesmo nível do desenvolvimento econômico social, nós gastamos metade em termos reais do que a Argentina gasta, metade do que o Chile gasta.

Então, a sociedade brasileira vai ter que enfrentar, sim, essa questão. Nós temos que rediscutir as bases de financiamento do Sistema Único de Saúde que eu não diria que não há ineficiência no sistema, há. Mas há evidente um subfinanciamento. Isso é claro.

A outra pergunta, Senador Flávio Arns, em relação aos hospitais do Ministério. Nós temos uma solução, é um pouco complexo comparar, porque eu poderia dar exemplo de um hospital que tem um padrão de eficiência muito bom que seria o Instituto Nacional do Câncer, por exemplo, mas um outro hospital no Rio de Janeiro com padrão de eficiência baixa que seria o Hospital de Servidores do Estado, então seriam situações diferentes. No Rio de Janeiro, nós temos uma especificidade que foi agora o retorno de quatro hospitais de grande porte que tinham sido municipalizados em 99 e, depois da crise do ano passado voltaram a gestão do Governo Federal. Eu, por exemplo, a época dirigia o INCA e eu fui o interventor do Hospital da Lagoa. Eu posso lhe dizer que eu entrei no hospital, prédio de Niemeyer, jardim de Burle Marx, um hospital maravilhoso, as margens da Lagoa Rodrigo de Freitas totalmente destruído. A sala pós-anestésica era entulho de material, todos os equipamentos do hospital parados, 80% dos equipamentos de terapia quebrados, dos 260 leitos só 60 funcionando, e metade da capacidade do ambulatório fechada. Esse foi o legado que a prefeitura nos deu. Sábado passado, o Presidente foi ao Hospital da Lagoa simbolicamente e viu um hospital no padrão de eficiência, num padrão de desempenho muito distinto. No Rio de Janeiro, nós temos, inclusive, trabalhando nessa linha de mudar radicalmente o modelo de gestão, nós temos um problema de eficiência, a administração direta coloca entraves bastantes evidentes ao desempenho adequado de padrões gerenciais, aceitáveis para a rede pública do Ministério da Saúde. Nós estamos criando

um grupo de trabalho interministerial, o Presidente da República deve estar assinando um Decreto agora em que nós estamos propondo um novo modelo jurídico institucional que vai ser submetido ao Congresso Nacional para que esses hospitais que hoje dependem da sua totalidade, de fundações privadas de apoio que estão sendo questionadas pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas possam trabalhar em cima de um novo modelo de gestão que permita funcionar em bases operacionais mais adequadas.

Em relação ao acesso a população a exames de diagnósticos, eu quero fazer um contraponto. Muitas vezes nós somos muito críticos em relação ao nosso sistema, é uma mania. Mas, outro dia, eu estava participando de um Congresso Internacional e a Inglaterra apresentou os problemas do sistema de saúde inglês que é um dos melhores do mundo. Olha que interessante, os ingleses consideram razoável um cidadão aguardar um mês para obter uma consulta especializada. Ou seja, ele entrou no médico de família que seria a nossa atenção básica, ele precisa ser visto por um cardiologista, os padrões da Inglaterra dizem que aguardar um mês para essa consulta, claro, eu estou falando de situações que não envolve risco imediato de vida, é razoável. E o mais interessante, o sistema de saúde inglês, considera razoável esperar seis meses por uma cirurgia eletiva. E muitas vezes, nós somos cobrados até de maneira contundente pela mídia, porque o cidadão está esperando três meses ou quatro meses para fazer uma cirurgia de hérnia, ou outro tipo de cirurgia.

Então, nós também temos que ser, digamos assim, prudentes em relação a que tipo de assistência à saúde, o Governo pode oferecer, o País pode oferecer com a atual base de financiamento e com a atual base tecnológica que ele dispõe. Porque senão a gente entra numa coisa totalmente fora da realidade.

Eu imagino que as suas principais questões foram respondidas, mas se faltou alguma coisa, por favor, eu estou à disposição. Queria fazer um comentário sobre as perguntas do Senador...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O senhor me permita, só em relação ao percentual do orçamento que a Emenda Constitucional diz que o Governo deveria gastar 10% do orçamento e existe sempre a crítica ao Governo Federal como também a Governos Estaduais de que o que se gasta não é da saúde.

Então, quanto que isto representaria a mais para o orçamento da saúde.

SR. JOSÉ GOMES TEMPORÃO – Eu acho da mais alta relevância essa questão da regulamentação da Emenda 29, eu acho que ela é importante. Eu separaria em três blocos – No caso da saúde, a

polêmica no último ano foi a questão do Bolsa Família, no caso dos Governos Estaduais e Municipais, é principalmente a questão de utilização de recursos da saúde para financiamento de outras atividades como saneamento, como políticas de cunho social, as mais variadas possíveis.

Então, o número que eu sei, esse ano, o Rio de Janeiro, o Estado vai estar retirando quatrocentos milhões de reais que seriam para a atenção a saúde para outros programas que não são efetivamente da área de saúde.

Os números que nós temos no Ministério mostram que apenas 7 dos 27 Estados cumprem a Emenda 29, e apenas 65% dos Municípios. Números preliminares dizem que com a regulamentação da Emenda nº 29 nós teríamos aporte adicional de recursos federal, estadual e municipal no orçamento da saúde de 9 a 10 bilhões de reais. É um recurso extremamente significativo, que eu lhe diria, que nos permitiria enfrentar de maneira muito mais contundente esse cenário, esse e outros cenários que nós podemos discutir e apresentar.

Então, eu diria que hoje na agenda de prioridades do setor, eu não tenho a menor dúvida que a regulamentação da Emenda 29 é sem dúvida, uma questão estratégica, porque ela vai dar uma base de financiamento muito mais robusta e significativa ao Sistema Único de Saúde.

Em relação, Senador Geraldo Mesquita, apenas, eu acho que eu respondi, a insuficiências das fontes de financiamento, é muito evidente, essa distância de valores entre o segmento suplementar, gasta per capita que o SUS gasta per capita por si só já fala. Concorde com o seu comentário de que nós devemos ter uma visão do Parque Hospitalar Brasileiro, seja ele filantrópico, eu diria mais, eu acho que todas as instituições hospitalares, as instituições voltadas para a atenção que estão no País são patrimônio do País, são patrimônio público e devem ser objeto de preocupação e de interesse da Administração Pública.

Eu pediria licença apenas para fazer um reparo, quer dizer, a imprensa se debruçou muito sobre a frase do nosso Presidente da República, eu estava em Porto Alegre o ouvindo na hora que ele falou a frase, ele estava inaugurando o novo setor de emergência do nosso hospital lá em Porto Alegre, o Grupo Hospitalar Conceição e obviamente foi uma frase retirada do contexto, ele estava se referindo, digamos assim, o Brasil estaria próximo da perfeição, do ponto de vista do arcabouço jurídico, institucional, normativo que obviamente coloca o Brasil junto das... Mas é claro que o próprio espaço onde o discurso estava sendo feito, estava muito animado, digamos assim, muita gente, muito barulho, muita empolgação e obviamente essa

frase foi distorcida. Eu acho que em linhas gerais eram essas as minhas colocações.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Muito obrigado e quero também agradecer os seus esclarecimentos e principalmente esse que é a primeira vez que eu ouço esse tipo de justificativa. Eu ouvi a declaração do Presidente, está totalmente fora desse contexto que o senhor nos referiu aqui. (risos) Eu reconheço a sua inteligência e a sua capacidade e competência do seu Assessoramento. Mas realmente eu não concordo, porque eu assisti ele falando. Obrigado. Dr. Antônio Brito.

SR. ANTÔNIO BRITO – Inicialmente, primeiro as perguntas, efetivamente elas vão para a linha do usuário, mas eu queria comentar que eu já vi outros debates nacionais em termos de campanhas presidenciais e esse eu acho que foi interessante porque foi um debate aonde ele começou pontuando a questão da educação como prioridade nacional, o Bolsa Família distorcido, inclusive, da política de assistência social que é o tripé da seguridade onde nós estávamos imaginando que fosse se avançar para a assistência social, mas trilhou para o Bolsa Família que é um programa governamental. Portanto, não é nem ainda uma política de Estado, mas é programa de Governo e a saúde foi passando o tempo e entrou o problema da segurança por causa da questão da crise no Governo na estrutura de São Paulo, quer dizer, com aquela situação de São Paulo e a saúde, até um determinado ponto, não tinha entrado na pauta. E nós ficamos felizes, porque declarações até fora do contexto como essa que foi afirmada pelo Dr. Temporão do Presidente Lula levaram exatamente a saúde a entrar na pauta. Foi essa declaração, foi a declaração do candidato do PSDB ao Governo, das Santas Casas. Quer dizer, num determinado momento a saúde entrou numa pauta de uma forma muito interessante, porque ela foi tratada em debates presidenciais e debates que chegavam a discussão dos casos efetivamente da saúde.

Então, eu acho que isso levou a gente a alertar. Somado a isso, a questão da crise do próprio agronegócio que redundou na questão, inclusive, do conhecimento de que havia um setor econômico que tinha entrado em crise e que não havia conhecimento da estrutura de Governo, sobre aquela crise também levou o Estado, não só o Governo atual como o histórico dos que os outros Governos vinham fazendo no Brasil, como é que a saúde chegou a esse ponto.

Eu estou concordando, Senador Geraldo Mesquita, quer dizer, não é um problema, isso é uma coisa que está a beira do colapso. A gente não pode, quando o Dr. Temporão coloca, não nos cabe ao setor das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, como ele diz tem

uma história de 463 anos no Brasil discutir somente as fontes de financiamento. E não nos cabe colocar nesse ou naquele Governo a pecha do descuido da situação da saúde. Cabe apenas constatar, para deixar bem claro, que a saúde está a beira do colapso. E que, quando ela entra no colapso, talvez não seja tão clara, porque quem sofre é o usuário que está na ponta numa situação de vulnerabilidade social muito grande porque não só é o usuário que mais precisa, segundo o usuário que naquele momento está em situação pior.

Então, na verdade, ele está doente, ele está procurando atendimento, ele não tem condições de botar a boca no mundo, como a gente usaria no jargão popular.

Então, você não tem muita noção do que está na ponta acontecendo. Quanto ao que eu vou me dedicar a esse assunto que é um dos assuntos que o nosso Senador Flávio Arns colocou é a preocupação do usuário de como é que nós estamos aí tratando.

Quanto a contratualização, o modelo que foi colocado, nós concordamos, sim, achamos que é um modelo interessante. A questão da mudança da tabela do SUS, da mudança do conceito da tabela do SUS para modelo de contratualização, evidentemente que a confederação, ela apóia essa idéia e acha que é uma mudança de paradigma, uma mudança de forma de tratar o assunto.

Nós tivemos nos hospitais de ensino que foram contratualizados, há uma dificuldade exatamente na questão do contrato que era do reajuste que está sendo tratada pelo Ministério da Saúde, porque nós não podemos ficar discutindo, e aí Senador Geraldo Mesquita, Senador Flávio Arns, o tempo inteiro, a tabela do SUS, como uma coluna vertebral que não tem reajuste, como se nada no País tivesse reajuste. Tudo tem reajuste, a todo ano. Então a rigor, a gente fica lutando, como se a gente tivesse fazendo algo diferente, de falar na tabela do SUS. É lógico que ela vai migrar. Começamos com 746 hospitais e pode migrar para a contratualização, mas já advirto que se os contratos não tiverem cláusulas de reajustes naturais que como a ANS dá aos planos de saúde e outras coisas, nós vamos ficar na mesma situação. Nós vamos mudar a forma de pagamento e vamos estar lá com dificuldade de reajuste, como estamos na tabela do SUS, com a consulta de dois reais e quatro centavos com outros procedimentos que estão aí.

E aí, me adverte a questão do INCOR. Geralmente quando nós discutimos a situação da crise da saúde, se falava que isso era diferente na alta complexidade, porque a alta complexidade tinha melhores tabelas, a situação do INCOR eu estou aguardando, inclusive,

as explicações, é interessante para a gente avaliar a alta complexidade que entrou em crise.

Então, a rigor, algum motivo gerou, a essa situação por investimentos ou por outros motivos aleatórios, a gente precisa saber efetivamente como é que a alta complexidade que tem tabelas diferenciadas na média complexidade da ação básica entrou numa crise como está sendo revelada a situação do INCOR.

E por isso quando nós discutimos o orçamento, está aqui o nosso Vice-Presidente da Confederação, Deputado Darcísio Perondi, que teve uma luta forte nessa questão da desvinculação do Bolsa Família, orçamento 2006, nós tínhamos uma garantia do Ministério da Saúde, que se nós trabalhássemos como atrelamos a luta da Frente da Parlamentar, haveria um retorno do ponto de vista da média, alta complexidade de valores ajustados por reajuste, infelizmente, nesse ano não houve, isso é um ponto que a gente precisa também salientar de que havia naquele momento que nós trabalhamos no ano de 2005 para o orçamento 2006 um comprometimento nosso de atrelar a nossa luta pelo reajuste da tabela do SUS naquele momento há uma capacidade que tinha o Governo, no orçamento de 2006 corrigir fatores da tabela do SUS que no caso de 2005 só foram em quatro procedimentos, TRS, UTI, a parte toda de radioterapia e parto. E isso a gente estaria preocupado em fazê-lo em 2006, agregando, inclusive a questão da contratualização.

Por isso que é medidas que nós chamamos de paliativas, mas que não são, com a medida da questão do BNDES que eu vinha conversando sempre com o Temporão que conhece bem isso, que tem reagido, inclusive, de forma diferenciada com o setor filantrópico, demonstrando e sempre puxando a questão de gestão e medidas como a questão da Time Mania que eu quero registrar aqui a posição do Senador Flávio Arns que foi o responsável por esse parcelamento, porque, Senador, aquele § 2º que o senhor colocou no art. 4º que tratava das entidades sociais foi o que deu a capacidade do Ministério na reunião que nós tivemos, o Dr. Temporão estava presente com os dois Ministros, de desvincular o Fundo Nacional de Saúde dos 3% do parcelamento que não só atinge as Santas Casas, como atinge as demais 7.800 entidades filantrópicas do Brasil que hoje tem Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

Então, a rigor, o débito não é seis, é seis e meio bilhões que o nosso Ministro Nelson Machado levou a reunião, e disse que ele tinha levantado em cima de 10.789 entidades sem fins lucrativos e que ele mesmo ficou assustado pelo número do valor que isso só em questões de impostos, INSS, imposto de renda e FGTS. Não se foi calculado nesses 6,5 milhões de todo

o setor filantrópico, não só as Santas Casas, mas entidades sociais como um todo, graças a sua Emenda a Time Mania, a questão dos fornecedores, questões de atraso de salário, a questão de contas públicas, como água, luz, enfim, isso não foi contabilizado nesses 6,5 bilhões. Então a dívida é muito maior de perda que a gente tem do atendimento extra teto do SUS que nós temos perdas grandes porque a gente atende ao extra teto do SUS, isso não foi considerado. Tanto é que efetivamente o senhor está com o número certo, 6,5 bilhões trazidos pelo Ministro Nelson Machado na nossa reunião.

Mas a Time Mania pelo menos nos deu um alento, porque a gente consegue ter na provedoria a capacidade do provedor voltar a ter ânimo. Porque hoje o problema que o Dr. Temporão coloca que vem de muito tempo, está tirando um pouco do entusiasmo que era antes ser o provedor de Santa Casa. O sujeito quando era provedor da Santa Casa ele entrava para contribuir com a comunidade, é patrimônio comunitário. Eu estava conversando outro dia com o provedor da Santa Casa de Santos que me disse que José de Anchieta passava pela Santa Casa de Santos, então são coisas que vem de muitos anos, patrimônio que passam de gerações, mas que foram desestimulados por essa crise que o provedor, ao assinar, passava a colocar seus bens pessoais, seu nome e até a sua condição de vida na Santa Casa, porque na verdade você tem todo um acúmulo de dívidas que acaba atingindo provedores e presidentes. E isso, essas medidas, mesmo paliativas, enquanto a gente aguarda esse financiamento, tem salvaguardado o patrimônio familiar de membros da sociedade brasileira que resolvem dar essa questão voluntária de participar de presidência de entidades, não só as Santas Casas, como de outro porte que eu acho que isso é fundamental.

Quanto à questão do usuário, o Dr. Temporão colocou muito bem, nós estamos com um desequilíbrio grande, entre a questão da ação básica e a questão que nós vimos da alta, média complexidade, com seis bilhões a 1,7 bilhão, a diferença é grande. E nós refletimos isso nos programas que foram feitos pelo Governo. Nós temos de deixar claro que o Governo Federal, na gestão do Presidente Lula, teve um incremento, isso, sem sombra de dúvida, na questão das ações básicas. Os Programas de PSF, o Programas do PACS, os Programas do SAMU, as farmácias populares cresceram, mas o grande problema é que por causa dessa discrepância, ao final dos atendimentos que o PSF faz vão para a Santa Casa. Na verdade, o SAMU roda, ou vai fazer emergência, ou para a Santa Casa.

Então, há um impacto natural, inclusive de aumento em cima das Santas Casas que a gente tem

a porta aberta. Ou vai para os hospitais públicos, governamentais ou para os chamados hospitais públicos privados que somos nós, a diferença do público está apenas na gestão ser governamental ou não. Com uma diferença, nós temos as nossas folhas pagas por nós e os hospitais públicos pelo Governo. Se a gente tivesse as nossas folhas pagas pelo Governo, talvez a gente estivesse melhor, porque a rigor, a gente tem a mesma tabela só que a gente tem que arcar no final do mês com todo o resultado das Santas Casas.

Então, isso é que nos agrava. Então, efetivamente o Governo avançou na ação básica, a gente sabe disso. Várias equipes foram colocadas, o PACS e o PSF têm sido um sucesso. O SAMU tem sido sucesso no ponto de vista de atuação e de crescimento, mas o impacto na parte hospitalar cresceu e nós não tivemos colocado aqui, claramente nem uma recomposição da média e alta complexidade do que nós gostaríamos de ter.

Então, a rigor, as Santas Casas começaram a ter uma demanda que muitas vezes estava amortecida nas comunidades de base, em algumas situações e que o usuário passou a vir direto nas nossas portas.

Segundo, algumas Prefeituras que colocam as unidades básicas de saúde, que atende direto ao usuário, que deveriam ser as portas de triagem do sistema na base do próprio PSF, PACS que estaria na base da comunidade, essas portas de entrada não funcionam.

Então, na sequência vão fazer emergências públicas e municipais e vão para as nossas emergências. O que o Dr. Temporão coloca, é verdade, se nós tivéssemos um sistema de atuação básica forte, nós poderíamos evitar que muitas emergências nossas, as nossas emergências da Santa Casa, desses casos que não são de emergência, que seriam casos que seriam atendidos por essa ação básica. Só que nem sempre nós temos. Em muitas Prefeituras a dificuldade de manutenção de unidades básicas é grande e nós temos, portanto, maior vinda para a nossa estrutura hospitalar.

Então, é preciso efetivamente que o Ministério da Saúde, pelo menos resolva esse desnível para que a gente tenha os hospitais, continuando a atender aí essa estrutura.

Com referência a questão da gestão para finalizar. Olha, esse é um ponto que nós temos muita preocupação. A preocupação do Ministério em avançar com a gestão é importante. Eu tenho muita curiosidade de saber cada vez mais sobre essa crise que envolve o INCOR, porque o que chega a mídia é que a crise, é uma crise mista entre o problema de financiamento e o problema de gestão, eu acho que importante ser esclarecido, porque no nosso caso, nós somos leva-

dos a uma posição da gestão que não corresponde com a verdade em todos os momentos. Porque como eu coloquei, *en passant* na apresentação. Imagine o que é uma Santa Casa que está lá atendendo 56% dos Municípios, o único serviço de saúde. Não tem como entrar com a saúde suplementar, não tem opção da porta de triagem do Município, não tem opção de outros serviços que não seja ela, tem programas entrando nas bases, inclusive, de centros metropolitanos, levando pelo PSF, PACS maior demanda a Santa Casa, como é que ela faz para manter com a tabela que esperamos? Ela fecha.

Então, e ela começa atrasando, atrasando, atrasando e atrasando. Então, essa, na verdade, gerenciamento para a crise, quando eu coloco isso é porque nós temos que preparar nossos gestores para saber girar, paga o fornecedor hoje aqui, atrasa um pouco o salário. É como nós estamos vivendo no Brasil na maioria das Santas Casas.

E para finalizar, por que eu fico satisfeito? Primeiro, porque o diálogo mantido com o MINISTÉRIO da Saúde, inclusive, na Secretaria de Atenção a Saúde, tem sido a melhor possível, nós temos detectado, mas como disse os Senadores, é preciso uma medida, porque a gente não aguenta mais, e manter o entusiasmo da tropa com essa situação está difícil. Porque, na verdade, são médicos estão ali dentro, o salário não vem. O médico que tenta levar seu paciente, não tem um medicamento, o medicamento faltou, o usuário reclama, a fila está grande e você vê tudo isso, e a conta não fecha, o salário atrasa, some isso num Brasil com 2.100 Santas Casas só para dar um exemplo, repito porque não pagam a folha, nós pagamos a folha, isso tudo somado dá essa sensação que nós precisamos, efetivamente, de algum socorro. E nos perguntam muito, para finalizar, se efetivamente quantas Santas Casas fecharam em tal ano? Eu não sei. Porque muitas nem fecham. Sofrem intervenção dos gestores municipais, sofre intervenção do Ministério Público, os patrimônios são passados para outros, são devolvidos com valores às vezes maiores de débitos do que foram recebidos.

Então, a gente na verdade, o conceito de fechar uma Santa Casa é muito relativo. Fechar para mim é quando você não tem capacidade de reinvestimento, de qualificação tecnológica, de capacitação, de gestão e de bom atendimento que graças a Deus nós mantemos, que é a última coisa que nós faltamos, é punir o usuário. Mas para mim, fechar, na verdade, é você perder essa lógica do que as Santas Casas trouxeram de Portugal e de outros lugares do mundo e que digo mais, ficam de olho no que acontece no Brasil.

Eu recentemente estive na Espanha, no Congresso Internacional, os dados que o Dr. Temporão traz de outros países, lá eles estão discutindo relação entre juventude e idoso, a população está envelhecendo, lá estão discutindo o conceito da Santa Casa em outra lógica e quando a gente chega no Brasil trazendo esse parque de Santas Casas desse País que veio influenciadas por outros que nós estamos em crise, eles olham o Brasil diferente. Um País que tem uma dimensão continental, recente da Europa, um País que tem uma posição fantástica, o Presidente da Confederação Brasileira só traz uma situação de crise? Quer dizer, Portugal está tratando de outro assunto, Espanha de outro assunto, Itália de outro santo, eu acho que nós do Brasil precisamos também estar com essa preocupação, porque temos Santa Casa em Moçambique, em Angola, em Luxemburgo, em Paris, de levar para fora um novo conceito a partir dessa relação e com fé em Deus, o Ministério da Saúde irá dar esse reajuste, ou a tabela do SUS com contratualização, mas irá resgatar esse entusiasmo que as Santas Casas precisam para continuar a servir ao Brasil. Era isso que eu queria contribuir.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Senador Eduardo Azeredo, Deputado Perondi, eu peço a V.Ex^{as} que aguardem, então, o Dr. Jorge Alberto responder aos dois Senadores Geraldo Mesquita e Flávio Arns, responder. Em seguida, V.Ex^{as} poderão fazer perguntas. Senador Augusto Botelho, Deputado e Senador Eduardo Azeredo. Com a palavra.

SR. JOSÉ ALBERTO LOPES FERNANDES – Na realidade, as duas perguntas, amplas dos Senadores, mas o estímulo da Santa Casa que eu vou começar, talvez de trás para frente para simplificar.

Na realidade, a situação ela é um pouco complexa de explicar, mas vamos tentar. O INCOR vai muito bem. Quem está muito mal neste momento é a Fundação Zerbini, por conta, se lembrarem do quadro que apresentei, o INCOR hoje, ele tem um resultado primário previsto para o ano de trinta milhões, só que o INCOR e a Fundação são extremamente ligados e a Fundação em determinado momento, ela assumiu a responsabilidade da expansão do INCOR, conforme as informações existentes por uma solicitação até do próprio Governador do Estado à época e esse modelo de financiamento existente no INCOR não permite que investimentos desse porte sejam feitos sem ter um suporte e investimento por trás. O que significa isso? Com oitenta milhões de resultado primário não é viável se construir 35 mil metros quadrados de hospital de alta complexidade, equipá-lo e colocar, vamos dizer, pessoas para trabalharem lá com tudo.

Então, o modelo de financiamento, eu acho que é a grande discussão na saúde como um todo. Dados que a gente tem, a gente que estuda a saúde, de forma mais ampla, os Estados Unidos que é o País que mais investe em saúde, tem 40 milhões de pessoas totalmente desassistidas, ou seja, sem acesso nenhum a saúde. Se imaginar que a diferença que existe de um País como os Estados Unidos com o tipo de investimento que ele faz, e ele ainda consegue, vamos dizer, não atender essa quantidade de habitantes, quanto mais trazer esse modelo para um País como o nosso.

Então, disso toma conta ao Ministério da Saúde, o Dr. Temporão está explicando como isso funciona. Evidentemente, existe uma gravidade atual e futura. A saúde tenderá a ficar cada vez mais cara, porque cada vez mais ela é mais eficaz, é o que a gente está discutindo. Ao ser eficaz, ele aumenta a expectativa de vida da população que envelhece e cada vez se tem mais método de diagnóstico, cada vez mais tem possibilidade de intervenção, então existe todo o encarecimento da saúde que acontece em todos os Países do mundo.

Então, o modelo de financiamento é a grande discussão que não faz parte, vamos dizer, da discussão INCOR e Fundação. No caso do INCOR, nós temos que entender em que modelo nós vamos funcionar, que tem essa parte aí tripartite de Federação, Estado e Município. Como que toda essa engrenagem que é extremamente bem desenhada, como é que ela se torna eficaz? Porque o desenho é muito bom, a prática nem sempre dá o retorno possível.

Então, no nosso caso, respondendo, quer dizer, o problema da alta complexidade, quando a gente apresentou nos quadros e falou das tabelas do SUS e da não remuneração de alguns procedimentos é que no modelo que nós nos posicionamos e evoluímos ao longo desses trinta anos, nós conseguimos até repor equipamentos. Ou seja, nós conseguimos suplementar essa parte de equipamentos para estar, não necessariamente no Estado da Arte, mas muito próximo a isso, quer dizer, acompanhando toda a tecnologia existente, toda a assistência é possível, mas não é possível reequipar, não existe reserva, não há como neste modelo, onde a gente atende efetivamente o SUS fazer esse investimento por conta própria, eu acho que aí é o grande problema. Eu não vim aqui pela Fundação, eu estou falando apenas pelo INCOR, mas existe um problema que, vamos dizer, na própria mídia tem sido divulgado. A Fundação, ela também, vamos dizer, ela construiu INCOR Brasília, ela se envolveu em outros programas e para falar sobre isso tem que ser pessoas ligadas diretamente a Fundação. Mas, por isso, que eu tento fazer uma separação, o INCOR, nesse sentido,

se ele tivesse hoje deficitário, se ele não tivesse com um quadro totalmente atuante, se ele não tivesse gerando resultados, eu diria que ele teria um problema. Agora, o problema que existe é que nós sabemos que essa remuneração, ela cada vez se torna mais insuficiente no modelo adotado para manter esse estado de excelência que é tão necessário.

Quando a gente fez a solicitação aqui mostrando os quadros aonde a gente não era coberto hoje, aonde os procedimentos ainda não nos cobre é mostrando, olha, nós precisamos que haja uma evolução, mas entendemos plenamente como funciona o mecanismo e as dificuldades existentes porque é um problema estrutural e não é do País, é internacional. E evidentemente o País vai ter que resolver aqui o seu problema especificamente. Quanto destinar a saúde e como adotar. O sistema de tabelas é um sistema que também nos incomoda um pouco. Quer dizer, a gente mostrou aqui no caso do INCOR, como nós fazemos um atendimento diferenciado com a complexidade mais alta do que a alta complexidade normalmente, a tabela era impactante porque ela tem uma tendência de ser trabalhada pela média e na hora que ela é trabalhada pela média ela nos tira a possibilidade da gestão. Quer dizer, nós somos engessados por uma remuneração e não temos nem como explicar. Ou fazemos ou não. A partir do momento que o paciente entrou, nós temos que atender, não podemos devolvê-lo, dizer olha não vou colocar mais um estante, não vou fazer mais esse exame porque o teto não cobre. Nós temos que fazer esse atendimento. Mas as portas de entradas são portas complicadas, nós temos uma porta que é o Pronto-Socorro que é a nossa porta de entrada que ela é totalmente aberta, então as pessoas entram e na hora que elas entram, elas entram no estado mais grave, e já tem que internar, já tem que fazer... Quer dizer, essa é a dificuldade do modelo. Qualquer que seja o modelo, nós temos condições de nos adaptar, nós, efetivamente, em momentos desse como o momento da crise, ela está coincidindo com a crise da saúde como um todo, mas ela é bem pontual, a parte do investimento que ela tem que ser separada e tem que ser refinanciada, que não é um modelo que possa ser sustentado especificamente com o financiamento atual e tem que sofrer em todos os momentos.

Quer dizer, o que é que de gestão diferenciada nós temos que fazer? Eu acho que esse é o nosso grande desafio. Quer dizer, nós temos que aproveitar as crises para entender que muita coisa pode ser revista, deve ser revista e tem que ser revista. Mas não existe milagre. Quer dizer, o que é fundamental é que definido o modelo que nós vamos atuar e o modelo atual não é ruim, o ruim foi a maneira como a gente se

envolveu na construção de um novo bloco e mantendo um quadro de 1.500 pessoas por sete anos. Se perceberam na transparência a parte com recurso humano foi quase duas vezes a parte do próprio investimento declarado. Ou seja, é uma parte complicada não tem como inaugurar um bloco e deixá-lo parado.

Então, eu acho que este seria o principal desafio. O INCOR se resolvido o problema de refinanciamento do investimento que já foi feito, que já é uma realidade, e que, na realidade, não é da Fundação, ele é do Estado, está no próprio do Estado, não tem como separar, é uma coisa umbilical, essa situação ela vai funcionar.

O Estado tem nos ajudado muito. Ou seja, o Estado através do próprio Hospital das Clínicas, da Secretaria de Saúde tem feito aportes bem maiores de recursos para que a gente saia dessa situação, mas como todo o copo d'água que transborda não é a última gota que transbordou o copo, são fatores, ao longo do tempo que foram gerando esses acúmulos dessas diversas gotas e agora não pode querer colocar tudo numa única gota d'água. Os assuntos são bem diferenciados.

Então, eu não sei se respondi a pergunta ligada a parte da alta complexidade. Existe um problema, sim, na alta complexidade, ela é melhor remunerada do que a baixa complexidade, mas não é o nosso problema estrutural. Ela passa a ser um problema estrutural se nós quisermos manter a excelência que nós pretendemos e precisamos fazer. Se nós entendermos que a população envelhecerá cada vez mais, nós gastaremos cada vez mais com esses pacientes ligados a cardiologia. Não tem alternativa. Quer dizer, os quadros estão muito claros, nós temos inúmeros exemplos, agora, tratamos ou não tratamos desses pacientes? Essa não é uma responsabilidade do hospital e não deveria ser. Porque o modelo define o quanto nós temos, o quanto nós podemos, e nós temos administrar esse recurso adequadamente. Não pode competir ao hospital, agora tentar resolver através desse modelo de financiamento a solução da população como um todo. É um mecanismo extremamente intrincado, intrínseco e que envolve esses diversos fatores.

Quer dizer, enquanto nós continuarmos a receber pacientes que poderiam ter passado por uma atenção primária antes de parar no INCOR, enquanto esse paciente poderia ter sido melhor tratado na referência e na contra referência, se essas coisas não funcionarem adequadamente o modelo fica muito caro. O nosso hospital é um hospital muito complexo, é um hospital muito caro e que na hora que você desperdiça recurso ao não entender exatamente o que você deve

atender e é obrigado a atender, você está tendo um problema de gestão.

Então, qualquer modelo pode nos ajudar na mudança, desde que a gente separe claramente a nossa crise. Desde que a gente reveja e as ações INCOR e Fundação Zerbini tem sido tomada, ou seja, já houve uma divisão gerencial clara entre os programas existentes que não tinham nada a ver com o INCOR. Já houve uma divisão clara entre INCOR Brasília e INCOR São Paulo. Divisão assim, na maneira da gestão. Como é que essas linhas são trabalhadas, e eu vejo que a solução, ela está muito bem montada, ela só precisa acontecer e efetivamente não dá para ficar discutindo esse passado recente, nós estamos falando que o bloco foi concluído há sete anos atrás, nós estamos falando de uma decisão tomada há pelo menos dez anos atrás, que foi sendo postergada, as coisas foram acontecendo, acontecendo e chega um momento que a crise se amplia e a gravidade ela acaba acontecendo. Parte disso era nos itens da transparência e a parte financeira. Na hora que você passa a ir a Bancos para pegar recurso para tentar fazer com que esse sistema não imploda, ele automaticamente ele acaba implodindo porque é impossível. Vamos dizer, se o financiamento direto já tem uma dificuldade de encobrir, pagando juros a Banco não se paga mesmo. Não sei se consegui responder as colocações.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Eu vou passar a palavra para a pergunta dos Parlamentares e após a pergunta dos três Parlamentares, os senhores responderão pela ordem, Senador Augusto Botelho que eu quero pedir para você, inclusive, assumir a presidência. Senador Eduardo Azeredo, em seguida, sua pergunta, em seguida a do Deputado Perondi.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, eu tenho acompanhado essa questão da Santa Casa já há bastante tempo, eu sou até membro lá do Conselho da Santa Casa de Belo Horizonte e acompanhei na época, alguns anos atrás aquele Programa de Financiamento para poder socorrer as Santas Casas que foi chamada de PROER das Santas Casas, era chamada assim. Eu queria saber do Dr. Temporão se esse programa terminou, o senhor tem os volumes, quer dizer, quantas Santas Casas acabaram se credenciando nesse projeto e qual o valor total e se ele está em aberto ainda ou se o Ministério tem algum programa parecido em andamento ou projeto, porque me pareceu que foi uma linha realmente interessante, na época, um socorro para poder pegar aquelas dívida no sistema bancário que as Santas Casas estavam para ter uma dívida de longo prazo com juros evidentemente mais

barato, era 50% da TJLP, me parece, uma coisa assim. Mas eu não tive mais notícia sobre esse projeto. Eu queria saber se ele ainda existe e quais os números dele. Obrigado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com a palavra o Deputado Perondi.

SR. JOSÉ GOMES TEMPORÃO – Boa tarde, Senador. Na realidade, hoje, no Ministério da Saúde, eu acho que essa informação sobre o PROER, as Santas Casas, talvez o Brito tenha alguns números, mas eu posso lhe dizer o seguinte. O que existe hoje de objetivo de políticas ou de propostas em relação às Santas Casas são três aspectos – O primeiro que é exatamente o que está na lei que criou a Time Mania por uma decisão conjunta da Confederação, do Ministério da Saúde e do Ministério da Previdência, aqueles recursos que vão ser dirigidos para o Fundo Nacional de Saúde serão utilizados num programa que nós estamos construindo juntos de qualificação da gestão das entidades filantrópicas. Eu acho que vai ser muito interessante, porque nós vamos ter condições de apoiar muito nessa área que é muito importante.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Tem estimativa de valor?

SR. JOSÉ GOMES TEMPORÃO – Quinze milhões ano, aproximadamente. Então, nós colocaríamos quinze milhões de reais todo o ano apenas em aperfeiçoamento da gestão, trabalhando com métodos, treinamento, capacitação, enfim, eu acho que é uma coisa importante.

Segundo ponto, eu acabei de receber hoje de manhã um relatório, são as negociações que o Ministério está fazendo com a Caixa Econômica Federal no sentido de apoiar as filantrópicas no seu esforço de reformas, obras de ampliação de reforma, e modernização do parque de diagnóstico e terapia. As conversas estão muito avançadas e eu acho que nós vamos poder aí ter uma proposta articulada com a Confederação, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e o Ministério no sentido de que se abra uma linha de financiamento, obviamente em condições favoráveis para que a gente possa... Eu vou dar um exemplo – Nós temos hoje 40 bombas de Cobalto no Brasil que estão instaladas em entidades filantrópicas que daqui a alguns anos estarão fora das exigências da ANVISA, terão que ser substituídas por equipamentos mais modernos. Nós precisamos ter alguma linha de financiamento em bases competitivas que o Ministério possa estar apoiando para que a gente possa fazer essa mudança. Esse é um exemplo entre outros exemplos.

E o terceiro programa, é exatamente o Programa da Contratualização das Filantrópicas em que nós assumimos o compromisso com a Misericórdia do repasse de duzentos milhões de reais este ano, já repassamos oitenta, eu acho essa semana agora nós publicamos a Portaria para dar continuidade a esse programa e a nossa expectativa, isso vai depender obviamente da disponibilidade de recursos, como eu já havia dito, que nós avancemos com as filantrópicas no aperfeiçoamento dessa nova modalidade. Ou seja, migrar de um modelo que ele é todo em cima de pagamento por procedimento, para o modelo de orçamentação global. Essa política de contratualização, ela cria uma coisa meio híbrida. Parte do faturamento vai continuar vindo por procedimento e parte do faturamento pela contratualização. Mas a nossa determinação é que a gente possa avançar cada vez mais para a contratualização porque ela é favorável de qualquer ponto de vista, seja para a entidade, seja para o Ministério, seja para o gestor.

Então essas são as três grandes linhas de trabalho que nós temos hoje com as filantrópicas.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Doutor, pode me dar os dados só da...

SR. ANTÔNIO BRITO – Na verdade é um pleito de todo, a gente apresentou aqui, inclusive, da Confederação, essa questão do subsídio vindo do PROER das Santas Casas, chamado PROER. Isso foi criado há mais ou menos entre 98, 99, e houve a capacidade não se de vir recursos subsidiados, como também de melhorar a gestão de muitas Santas Casas. Belo Horizonte, Porto Alegre, São Paulo, Bahia. Muitas Santas Casas dessas, a partir desse programa, conseguiram reestruturar, por quê? Até disso isso antes. Você tem hoje, cálculos perto de 1,5% que é tomado a nível de Banco privado ou Banco oficial por mês, e o PROER a época dava em torno de 6 a 7% ao ano com toda a questão da TJPL mais o *spread* bancário. Então era um programa importantíssimo, mais de 60 Santas Casas foram beneficiadas, entre Santas Casas e Hospitais Filantrópicos. Há poucos casos que foi necessário o refinanciamento, porque as Santas Casas buscaram se otimizar e esse programa não existe mais. Na verdade, o que existe hoje é um programa que faz TJPL mais *spread* de 1 ou 2%, que chega aí a 11, 12%.

Então, na verdade, há um programa de juros subsidiado, mas não é nem de longe próximo ao que foi colocado. E o que era aquela idéia do programa chamado PROER das Santas Casas? Era que naquele momento a tabela não dava para se reajustada ao que se, nós discutimos hoje, foi criado o INTEGRASUS

para acoplar a tabela e ao mesmo tempo foi dado uma chance das entidades se refinanciarem.

Recentemente viemos com a estrutura do Banco, pedindo a eles que trouxesse de volta o programa e discutindo que não podia ser considerado PROER das Santas Casas isolados de medidas que deveriam ter sido tomadas, que era na verdade a recomposição do financiamento do sistema, porque muitas entidades, a argumentação da diretoria do Banco é que estavam lá inadimplentes. Bom, mas isso não foi uma medida isolada, era um programa de reestruturação que estava sendo feito, de gestão, refinanciamento, buscava recursos novos, através do INTEGRASUS, e isso, num determinado tempo não teve a aceleração e o tamanho do que foi previsto.

Então, para responder ao Senador. Efetivamente o PROER das Santas Casas não existe mais. Existe hoje uma linha subsidiada que em vez de ser 50% é o dobro. Está no pleito nosso que seja elevado ao Governo, portanto ao BNDES, e até disse antes para reforçar o “S” de social do BNDES, para que esse programa possa ser retomado porque foi uma grande alternativa para muitas Santas Casas que se reorganizaram.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– E esse programa da CAIXA ECONÔMICA seria semelhante? Esse novo?

SR. JOSÉ GOMES TEMPORÃO – Ele estaria voltado única e exclusivamente para... Estaria voltado apenas para recursos para investimento nas filantrópicas. Equipamentos para diagnóstico e terapia, obras e ampliação. É o que nós estamos nesse momento discutindo com a CAIXA ECONÔMICA, mas obviamente o nosso esforço é que a gente possa... E que o SUS entra com um avalista de todo esse processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi, membro da Frente Parlamentar de Saúde e da Federação das Santas Casas.

DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS)

– Senador Botelho, Senador Arns, (inaudível) Governador de Minas, Temporão, meu companheiro de Confederação, Antônio, o ainda sobrevivente Dr. Jorge.

Nós temos, antes de mais nada, uma obra, Senador Flávio Arns, aliás, eu cumprimento por provocar essa discussão, uma obra que não depende de projetos, não depende de voto, não depende de Banco, é nos convenceremos o nosso querido Presidente da República que se reelegeu que é um homem que saiu pobre de Pernambuco e foi consagrado duas vezes pelas urnas.

O Presidente Lula tem sensibilidade enorme na área social, mas, nos quatro anos e opiniões que ele tem emitido a Senadores e outras pessoas próximas a

ele, ele tem visão de que a área ambulatorial e hospitalar, meu caro Flávio Arns, foi um brilhante Deputado e continua sendo agora melhor ainda Senador, ele tem visão preconceituosa em relação a saúde na área ambulatorial e hospitalar. Não vai aqui crítica nenhuma, eu só estou colocando a tarefa que nós temos como Parlamentar, Senador Botelho. Ele acha que quarenta e quatro bilhões e é dinheiro, é o segundo maior orçamento, é muito dinheiro.

Então, eu acho que essa é a primeira obra que nós temos que... O PMDB, meu partido, acho que vai participar da base do Governo, uma grande coalizão e nós vamos estar juntos, tivemos um Governo de passagem de chegar ao Presidente Lula e de mostrar de que sim, é quarenta e quatro bilhões, na área ambulatorial e hospitalar que ele não sabe é em torno de dezessete bilhões. Ele tem esta visão. Ele me lembra o Fernando Henrique Cardoso na época da agricultura. A agricultura é sazonal é uma gangorra, tem momentos de grandes safras, grandes dificuldades, é uma atividade de risco e precisa da mão do Governo, precisa. E o Presidente não queria securitizar a dívida naquela época. Nós levamos quatro anos, o senhor ajudou para fazer aquela primeira securitização e o resultado daquilo significou uma produção de grãos fantástica no Brasil nos três anos seguintes. E o FHC tinha preconceito, preconceito em relação a agricultura, e eu vejo o Lula com esse comportamento. É uma bela obra para nós fazermos, essa não vai custar dinheiro, vai depender de nós, Senadores e Deputados.

Segundo ponto, a turma do Ministério é boa, Temporão é craque, é conhecedor há muito tempo, não foi um menino colocado ali, o Ministro Agenor tem experiência, o Saraiva teve, o Humberto com algumas dificuldades dentro do seu próprio quadro partidário sofreu um bocadinho, não pediu alianças, mas o Ministério também não vê prioridade na área hospitalar e ambulatorial, não vê.

A gente conversa, conversa, conversa, o Temporão, como a gente conversa com o Ministro Agenor, é ótimo, mas não vai, não dá. Aí a gente vê, com todo o respeito, com todo o respeito, eu posso dizer isso porque, nos meus doze anos aqui nessa aqui eu lutei muito, eu sou um dos responsáveis pela Emenda Constitucional 29. Em seis anos, reajuste que impactasse nada, o INTEGRASUS, 10% para parceria maior que dá o SUS são as Santas Casas e os Hospitais Filantrópicos, é a maior parceria, não é o público. E parece que há uma idéia, tem gente no nosso movimento, estudiosos no movimento, que parece que tem dentro do Ministério, eu acho que na cabeça do Temporão, não, do Agenor, muito menos, do Saraiva também não, que foi Ministro, eu processo assim, de todo o público,

eu vou usar uma surrada, estatização. Não tem outra forma, Temporão, de entender isso, Temporão, o que é que existe esse preconceito ambulatorial e hospitalar nos seis anos, não consegue avançar. O Serra deu 10% de INTEGRASUS, deu mais 10% seis anos atrás, que nós erramos, nos acomodamos, depois veio o Humberto, quase nada. Íamos ganhar um pouco mais com o Humberto, entrou o Saraiva, reavaliou tudo, houve compromisso conosco, o orçamento saiu tarde, ele não pode cumprir, nada de novo. E a Frente se mobiliza, ajuda o Ministério, Senador Botelho foi companheiro, lembra? Em 2005. Nós vestimos 130 Deputados de branco para devolver o Ministério de Saúde quatro e bi e meio que seria desviado do SUS para o Bolsa Família. O Deputado do Rio de Janeiro, o Bittar foi sensível, mobilizamos todo o pensamento da saúde do Brasil, mobilizamos a Frente, as Santas Casas também recuperamos, o que é que veio para a área ambulatorial e hospitalar, para o INCOR.

Aliás, o INCOR é uma gripe perto da pneumonia que é a crise da área hospitalar do Brasil, é uma gripe, é uma gripe. Quatro bi e meio, nada. Ano passado para esse ano o Senador Botelho ajudou, nós mobilizamos de novo toda a sociedade, Senador Flávio, Senadores, toda a sociedade, recuperamos dois bi e cem que de novo seriam desviados do SUS para o Bolsa Família. O que é que foi para a área ambulatorial e hospitalar? Nada. Ah foi para compromissos assumidos de expansão de serviço. O Ministério entrou num túnel sem saída. Ou num túnel sem fundo que expande serviço, expande serviço e não cuida do custeio, meu querido Antônio Brito que sofre como nunca e tem mais de 2.000 hospitais em cima das costas dele.

O custeio, Dr. Jorge, o custeio. E o Ministério credencia, o Ministro Agenor ele viu isso e não conseguiu enfrentar, ele viu isso. Não sei se o Dr. Temporão viu também, serviço, o Temporão assina, serviços, serviços, serviços, serviços novos e custeio não.

Vou falar da tabela, não precisa. Se a General Motors perder o mercado da Ásia dos automóveis que produz no Rio Grande do Sul, em São Paulo, ela sabe que daqui a seis meses ela vai perder o mercado, ela vai comprar menos pneu, menos peça, menos aço. Uma fábrica de imóveis que perdeu as Casas Bahia que compram dela a dois, três anos, as Casas Bahia informa daqui seis meses não compramos mais nada dessa fábrica, a fábrica vai comprar menos madeira. Hospital e ambulatorial de urgência e emergência é diferente, e a gente não consegue botar na cabeça do Ministério e não é só nesses quatro anos, nós também tínhamos dificuldades no outro Governo. A gente era da base, não pressionava tanto, talvez devia ter sido mais duro no outro Governo também. Também tinha

isso. Agora, pode dizer assim, não, mas a atenção básica é fundamental. Evidente, os indicadores de saúde do Brasil melhoraram, a mortalidade infantil, diminuiu a internação, vacinação completa, um negócio extraordinário, eu sou médico de criança e de adolescente, então, toda a vida profissional eu fiz promoção da saúde. Então, PACS, vinte e cinco mil equipes de Saúde da Família, duzentos mil Agentes de Saúde, extraordinário. Mas esqueceram a parte terciária e é grave a crise, o INCOR, eu repito é uma gripe. Desse grande Recife, dois hospitais de Jaboatão estão fechando, Santa Casa de Manaus fechou, Fortaleza está fechando. O Rio Grande do Sul que é um Estado rico, como ente público está semi-quebrado, mas é um Estado rico, comunidades ricas, tem hoje 30 hospitais prontos para fechar. Aí, pergunta aqui, no Paraná, Pará, pergunta ali no Paraná, pergunta aqui em Minas que eu achei que estava bem, com Aécio que disse que ia ajudar. Aécio deu essa é uma mãozinha, na realidade ele deu uma mãozinha, não foi importante. Em todo o País e não acontece nada.

Os três projetos que o Dr. Temporão colocou, ótimo, Temporão, parabéns, quinze milhões por ano para capacitação e gestão que é preciso, indiscutível, se fechar isso indiscutível, importante, impacto a médio prazo. Contratualização, o Antônio Brito colocou, em cima da base da tabela é altíssimo risco com as dificuldades enormes da regionalização do SUS, enormes, enormes.

O projeto da CAIXA, quase nenhum hospital tem mais capacidade, o agricultor lá do Pará, ele não consegue mais pegar dinheiro no Banco, porque ele teve uma frustração, duas, três, no Rio Grande do Sul, do Paraná, ele não tem mais capacidade de pegar, o que está acontecendo com os nossos hospitais, Temporão, precisa gestão, sim. Os hospitais não participam e o Ministério não é duro com os Estados que não cumprem o piso, o meu Estado não cumpre, o dele é pior ainda. Não cumpre. Dois, três Estados que cumprem, Municípios cumprem grande, mais de 20% que é obrigação, mais de 20, Botelho, mas gastam mal e parece que os hospitais são ricos para os Governadores e para os Prefeitos.

A crise é mais do que se apresenta, não fecha, mais e mais e mais hospitais que tem um imã, ainda tem aquela mão que se estende, tem as Santas Casas que os provedores não entregam, as mesas não entregam para a diretoria, Temporão, com todo o respeito, sabe que eu te admiro, não entrega para o Prefeito e para o Governo do Estado porque avalizaram, Dr. Temporão, avalizaram. Porque tem aval, como é que vão entregar para o Prefeito se avalizaram os seus patrimônios. Num um ato de voluntário que acontece no

Brasil antes da existência do Estado Brasileiro. Santa Casa de Santos, de Olinda, as primeiras, as primeiras. Antes, voluntariado, generosidade, exercício da cidadania e eles não entregam, eles não entregam porque avalizaram. E aí, serviços novos de expansão que o Ministério credencia, que o Secretário de Estado que tem poder políticos para tripartite expande serviço, expande serviço e às vezes expande serviço para concorrer com uma Santa Casa num Município que não precisa outro hospital.

Então, essas coisas. A crise é grave. Eu sei, para fechar, para fechar, antes que o senhor me chame a atenção, que o Ministério e o Ministro nos disse a semana passada a mim que (inaudível) na Confederação, o Antônio Brito pelo apagão aéreo não pode pegar o avião, eu e o nosso brilhante Secretário Executivo Spigolon, que está aqui presente, um dos melhores cabeças que nós temos em administração hospitalar do País e de orçamento que está lá atrás, ele disse que mandou a proposta para o Paulo Bernardo de mais, de quase dois bilhões a mais de média, alta complexidade e o Paulo Bernardo cortou, cortou. Está, não pediu auxílio, devia ter pedido, cortou. Nós temos que trabalhar Paulo Bernardo, eu não sei como está o seu acesso a Paulo Bernardo, nós temos uma semana a Frente Parlamentar pedindo uma audiência, será que o senhor consegue? Depois o senhor responde, é fundamental. Ele cortou. Mas está aqui, eu dei aqui uma nota que o CONAS e o CONASEMS entregou há pouco para o Senador Raupp e o Gilmar Machado, o Relator e a Frente, eu e o Guerra estivemos juntos, do buraco do orçamento da saúde. Mas o mais grave... Para fechar, o ano passado, esse ano é 17.208 o mac(F), com a crise toda 17.208, mais serviços expandidos já está em 17.500, até outubro, serviços expandidos e sabe qual é o mac(F) para o ano que vem, Senador Flávio? Os (inaudível) estão aí, é 16.994, menos do que este ano. A tua gripe vai virar insuficiência ventilatória(F) grave, Dr. Jorge.

E o pior, o pior, tem o estouro do teto, que dá para ser contornado, que tem algumas coisinhas entre Governo de Estado e Prefeitura que o Ministério não é duro e vem o estouro do Estado que existe também. O Ministério nos disse mês passado, guardem isso, que a partir do setembro do ano que vem não haverá mais dinheiro para a área hospitalar e ambulatorial. Ele disse, então, cinco meses haverá dinheiro até agosto do ano vem no orçamento de 2007, e medicação excepcional para em outubro, no ano que vem. (soa a campainha) e o Governo não cumpriu o piso do orçamento de 2007.

Então, nós temos que cercar o Senador Raupp, ajudar de novo o Ministério, ajudar de novo o Dr. Tem-

porão, o Dr. Agenor, não sabemos quem vai ser o novo Ministro, tomara que seja o Agenor que é um técnico que tem a cabeça, é um técnico e tem uma cabeça universal, aberta e sofre muito, sofre muito, teve surpresas na sua gestão. Mas está aqui, vai depender de nós e isso que o Senador Raupp e ele tem uma estimação, e talvez o orçamento de sete, oito, nove bi no máximo, se chegar. Mas, o grande problema é assim, se nós arrumarmos, o Senador Botelho vai ajudar, Dr. Temporão, o Flávio vai ajudar, eu sempre esqueço aqui, o Flexa, aqui o sempre Governador, todos vão ajudar na Comissão de Orçamento, nós vamos recuperar dois bi, já está comprometido com novos serviços, com serviços que o Ministério está para autorizar e não haverá nada de custeio.

Como, eu disse isso para o Ministro, nós vamos arrumar talvez dois bilhões para o Ministério, Temporão, que garantia o senhor nos dá que metade desse dinheiro vai reajuste de tabela.

Então, duas questões, vamos arrumar a audiência com o Paulo Bernardo e com o Lula para começar a trabalhar essa questão, eu vou, se eu tiver na coalizão, eu vou, se eu não estiver na coalizão, eu não vou. Acho que isso é importante, Senadores e Deputados. E dois, e dois, para encerrar, dois, essa pergunta que eu deixo, Temporão, se tu não puder não responde, porque eu admiro a tua atividade. Mas, assim, chega de expansão, chega de expansão, vamos concentrar no custeio senão a Frente vai se encolher. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PDT-RR) – Com a palavra o Dr. Temporão.

SR. JOSÉ GOMES TEMPORÃO – Prezado Deputado Perondi, só começando por uma afirmativa, a turma que defendia a estatização progressiva do SUS, perdeu isso na oitava conferência em 86. Agora, se existe algumas viúvas desse projeto andando por aí, tudo bem, quer dizer, eu não concordaria com a vossa afirmativa de que o Ministério não prioriza a área ambulatorial hospitalar. Essa falsa contradição entre expansão e custeio, na realidade, o Ministério recebe pressões cotidianas para expandir os serviços. A população cresce, as pressões por novas incorporações tecnológicas são presentes, aliás, queria chamar a atenção para... Isso está em consulta pública, a política de gestão e tecnologias no SUS que vai ser uma medida extremamente importante porque até, então, eu poderia dizer a grosso modo que três atores incorporam tecnologia no Sistema Único de Saúde hoje. O judiciário, a indústria e a mídia. E o Governo do Estado se mantinha omissos em relação a essa questão. Nós agora vamos estabelecer um processo claro de avaliação de tecnologia e de incorporação de tecnologias com critérios rígidos, pegando até como exem-

plo a apresentação do INCOR. É compreensível que médicos com pós-doutorado em Harvard e que trabalham com cirurgia de ponta, com procedimentos ultra sofisticados queiram cotidianamente incorporar novas drogas, novos procedimentos, mas o Estado tem que dizer se isso tem o custo de efetividade, quanto custa e se o Estado vai assumir esse ônus.

Então, nós temos que ter como qualquer, como o Canadá tem, por exemplo, como a Inglaterra, tem sistemas que regulem incorporação de tecnologia. O exemplo, o Senador Flávio Arns fazia um comentário sobre a questão da dificuldade do acesso a mamografia. Nós temos mamógrafos em números suficientes para cobrir toda a nossa demanda, acontece que eles estão distribuídos, eu diria, que em Botafogo, no Rio de Janeiro, deve ter um terço de mamógrafos, se pegar São Paulo, se pegar Rio, São Paulo, Belo Horizonte, todos os mamógrafos estão ali. Quer dizer, a lógica que levou a que esses mamógrafos estivessem ali e não em outros lugares foi uma racionalidade econômica financeira e não uma racionalidade sanitária, então nós temos que enfrentar essa questão.

Então, essa pressão por expansão de serviços, o Ministério está permanentemente recebendo do próprio Parlamento, da própria Federação das Misericórdias. Tem uma questão aí que é a questão do teto. Não tem muito sentido também dar reajuste da tabela sem resolver a questão do teto, porque eu vou estar simplesmente aumentando o valor dos procedimentos que vão ser realizados e não vão ser remunerados. O documento do CONAS estima que hoje a diferença entre o que é produzido nos Estados e o que é pago tem um déficit de um bilhão.

Então, se nós conseguíssemos fazer uma equação em que a gente trabalhasse a questão, não vou dizer zerar, mas reduzir significativamente, trabalhar aprofundando algumas estratégias de contratualização e um reajuste seletivo de procedimento estratégico, por exemplo, procedimentos que tem uma relação com pacto, aí eu estou respeitando uma política da Tripartite de prioridades, eu acho que nós entraríamos num cenário muito mais favorável do que estamos hoje.

Agora, insisto, como já falei, que essa solução é tripartite, porque o Governo Federal entra com metade dos recursos de financiamento do SUS, não é mais 80% como era nos anos 80 do século passado. Essa solução é tripartite, ela tem que ser pactuada e nós temos que enfrentar o evidente subfinanciamento do setor com a regulamentação da Emenda 29. Conseguindo isso, eu estou seguro de que a gente pode entrar em 2007 com condições muito mais favoráveis de aperfeiçoamento do nosso sistema de saúde e obviamente atendendo os legítimos pleitos e exigências

das filantrópicas, nossas estratégicas parceiras nesse processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Bom, já vai começar a ordem do dia, eu vou dar, então, a oportunidade para todos os três fazerem as condições finais para encerrar a reunião. Dr. Antônio Brito.

SR. ANTÔNIO BRITO – Na verdade, eu queria agradecer ao Senado por trazer essa discussão, ao Senador Flávio Arns em nome de quem eu saúdo os demais Senadores aqui presentes o meu agradecimento.

Não é fácil, como eu disse, sustentar o entusiasmo como o nosso Deputado Perondi vem colocando, tem 2.000 hospitais que cobram da gente a todo o momento. Eu apresentei dados inicialmente que a confederação, ela tem uma capilaridade em 14 Federações Estaduais e uma liderança no setor importante, mas também as cobranças à Federação vem na mesma dimensão do que foi construído em termos de liderança do setor filantrópico. Nós temos dificuldades que vão desde a Santa Casa de Belo Horizonte com todo o tamanho de quase mil leitos, a Santa Casa do interior de São Paulo, de Franca, a Santa Aliança de Curitiba, quer dizer, a gente viaja o País inteiro. Eu tenho viajado muito, eu diminuí agora por causa desse problema dos aeroportos, mas eu tenho viajado muito para poder tratar do assunto, e quando a gente chega, Senador Flávio Arns, na ponta que fala com o usuário, quer seja usuário do sistema que vem para cima de nós, quer seja próprio gestor da nossa Santa Casa, nós ficamos precisando realmente de um alento porque a crise é muito grave. E não é uma crise como eu disse que começou no Governo A, B ou C, é uma crise que vem histórica e que vem tomando uma proporção ou se trata o problema com todas as posições que o Ministério da Saúde vem colocando, o Senado, o Congresso, o Presidente da Câmara dos Deputados precisa entrar juntos, os outros ministérios afins, o Planejamento, a Fazenda precisa ter a sensibilidade forte para que a gente atue, o BNDES, enfim, a estrutura que a gente tem para trabalhar, o próprio Ministério do Desenvolvimento Social, ou a gente vai continuar vendo uma obra que vem de voluntários de outros Países para o Brasil morrerem no nosso País. E é essa a pena que eu tenho. Como eu disse, nós tivemos recentemente no evento e as pessoas perguntavam como ia o Brasil, a gente só falava que estava em crise e era difícil até explicar aos outros porque é que o Brasil continua estando em crise e todo mundo perguntando que aqui é a maioria das Santas Casas ocupa esse País.

Precisamos, sim, do financiamento, precisamos do reajuste da nossa tabela, precisamos via contratua-

lização, se for o caso melhorar a contratualização, por meio das experiências que nós tivemos nos hospitais universitários. Experiências essas que muitos deles, Spigolon está ali presente, sabe disso, muitos deles tiveram dificuldades por causa da questão do reajuste que vem sendo corrigida pelo Ministério da Saúde, que se não tiver contratualização com o reajuste, a gente terá dificuldade.

Portanto, eu só tenho a agradecer, dizer ao Ministério da Saúde, ao Governo Federal nessa gestão ou em qualquer outra que a Santa Casa é suprapartidária, é parceira dos Governos, desde que o Governo existem, as Santas Casas estão no Brasil desde 1543 e continuarão, e dizer ao Temporão que leve ao seu Ministério da Saúde a nossa congratulação, esperamos dele a continuidade nessa parceria que ele vem demonstrando e pedimos a ele que dê sensibilidade ao nosso Presidente da República para que até o ano de 2007, e até esse ano, eu estou esperando ainda, o ano não terminou, eu sou um sujeito otimista, eu acho que faltam trinta dias, a gente tem que ter otimismo, a gente não continua nem nas Santas Casas, até o final do ano, o Presidente da República nos deu um alento, porque efetivamente a situação tem sido muito difícil.

E mais uma vez, muito obrigado, Senador Flávio Arns por abrir esse espaço para que a gente possa trazer a crise aqui ao Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Dr. Antônio Brito. Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas. Passo a palavra ao Jorge Alberto Lopes Fernandes, Diretor da Infra-Estrutura Logística do Instituto do Coração, INCOR, para suas considerações finais.

SR. JOSÉ ALBERTO LOPES FERNANDES – Gostaria de agradecer também ao Senador Flávio Arns, aos demais Senadores pela oportunidade de trazer esse tema que é atual e futuro, ou seja, é algo que acontece agora e precisa de soluções tomadas no curtíssimo, curto prazo, médio e longo prazo.

Então, eu acho que tem trabalho aí com uma visão de assistência e saúde bastante amplo não só agora como daqui para frente. Ou seja, é algo que a tendência é que ele não pare por tudo que a gente conversou aqui. Em nome do INCOR que atravessa uma crise que eu considero estrutural especificamente na parte de investimento, mas que também precisa muito desse suporte dos modelos assistenciais como um todo e da integração realmente entre Federação, Estado e Município.

Então, eu agradeço essa oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado. Agora para as

considerações finais Dr. José Gomes Temporão, Secretário de Atenção a Saúde, representando o Exmº Sr. Ministro da Saúde José Agenor Álvares.

SR. JOSÉ GOMES TEMPORÃO – Bom, eu quero agradecer o convite da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, Senador Flávio Arns.

Enfim, eu preenchi algumas folhas com todos os comentários, dúvidas, debates, críticas e posicionamentos, eu vou transmitir essa questão para o nosso Ministro. O Ministério está muito preocupado com essa questão, essa é uma questão que está dentro da nossa agenda de prioridades obviamente. Não sei se Papai Noel vai ser ágio a tempo de chegar esse ano, mas lhe digo, Brito que nós temos uma proposta de alguma coisa emergência, mas vai depender de uma série de discussões que nós estamos fazendo, mas isso não está fora da nossa agenda.

E dizer, me colocar à disposição, vocês me conhecem, eu estou no Ministério sempre pronto a ouvir, a trabalhar junto para que a gente possa... Eu acho que nós temos condições, se nós conseguirmos esse acerto no orçamento e nós teremos condições de sentar e estabelecer uma estratégia para que ano que vem nós pudéssemos estar num nível diferenciado, num patamar diferenciado em relação a essa questão. Eu sou otimista em relação a essa oportunidade.

Então, era isso. Agradecer mais uma vez. Eu acho que foi muito bom, e aprendi bastante aqui. Estou levando todos esses comentários ao nosso Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Em nome da Comissão de Assuntos Sociais e da Subcomissão de Defesa a Saúde, agradeço a presença dos senhores e declaro encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 16h58

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
CMA

Ata da 4ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura, do dia 11 de abril de 2006 às 11:30 horas.

Às onze horas e cinquenta e nove minutos do dia onze de abril de dois mil e seis, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **JONAS**

PINHEIRO, FLEXA RIBEIRO, GILVAM BORGES, LUIZ OTÁVIO, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, JOÃO RIBEIRO, SERYS SLHESSARENKO, AUGUSTO BOTELHO e NEY SUASSUNA. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Na sequência, a Senadora **ANA JÚLIA CAREPA** requer, e a Comissão aprova a inclusão, extra-pauta de matéria de sua relatoria bem como dos requerimentos que apresenta. O Senhor Presidente informa ao Plenário da Comissão que se encontram na secretaria da Comissão à disposição dos Senhores Senadores os seguintes Avisos oriundos do TCU: 2368-SGS-TCU-Plenário, 2423-SGS-TCU-Plenário, 2430-SGS-TCU-Plenário, 2436-SGS-TCU-Plenário, 2456-SGS-TCU-Plenário, do ano de 2005, bem como dos Avisos nº 219-SGS-TCU-Plenário, 213-SGS-TCU-Plenário, 165-SGS-TCU-Plenário, 151-SGS-TCU-Plenário, 140-SGS-TCU-Plenário, 207-SGS-TCU-Plenário, 105-SGS-TCU-Plenário, 281-SGS-TCU-Plenário, 256-GP-TCU, 269-GP-TCU, 294-SGS-TCU-Plenário, 373-SGS-TCU-Plenário, 377-SGS-TCU-Plenário, 367-GP-TCU, deste ano de 2006. Da mesma forma, o Senhor Presidente comunica à Comissão que se encontram na secretaria à disposição dos Senhores Senadores os Avisos nºs. 081/2006/CGU-PR e 87/2006/CGU-PR da Controladoria Geral da União. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item 01: Requerimento nº 07, de 2006-CMA,** que requer “nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal, que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União, a realização de auditoria destinada fiscalizar a execução dos convênios federais firmados com a Prefeitura de Guarulhos (SP) e citados no Ofício 93/2005 da Câmara de Vereadores daquele Município e seus anexos”. **Autoria:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA.** **Resultado – Aprovado. Item 02: Requerimento nº (SF) 673, de 2001 – NÃO TERMINATIVO,** que requer “seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União pedido de auditoria nas obras de Construção da BR-282-SC, Florianópolis/Divisa com Argentina – para efeito de verificação da legalidade dos contratos e seus aditamentos, bem como do custo médio real do quilômetro projetado e implantado.” **Autoria:** Senador **CASILDO MALDANER.** **Relator:** Senador **SIBÁ MACHADO.** **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo **Resultado – Aprovado. Item 03: Aviso nº 52, de 2002 – NÃO TERMINATIVO,** que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 712/2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria operacional realizada com o

objetivo de avaliar em que medida o Programa Nacional de Saúde do Escolar – PNSE tem contribuído para melhorar o processo de aprendizagem da população escolar portadora de deficiência visual e auditiva (TC – 011.820/2001-3)”. **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **AELTON FREITAS.** **Parecer:** Para que esta Comissão – 1. suste a tramitação deste Aviso, até a conclusão, pelo TCU, do terceiro e último monitoramento, para então avaliar a propriedade e a oportunidade do envio de Requerimento de Informações ao Ministro de Estado da Educação; 2. elabore proposta para estabelecer prazo para a deliberação, nesta Casa, sobre as Decisões do TCU relativas às auditorias operacionais de programas públicos conduzidas naquele órgão; 3. elabore proposta para definir possíveis sanções orçamentárias aos programas cujo desempenho seja considerado baixo pelas auditorias operacionais do TCU e, em contrapartida, incentivos orçamentários aos programas que venham tendo bom desempenho. **Resultado – Aprovado. Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2003,** que “dispõe sobre o processo de fabricação de cal, com o objetivo de eliminar riscos de geração de compostos poluentes ao meio ambiente, e dá outras providências.” **Autoria:** Senador **AELTON FREITAS.** **Relatora “ad hoc”:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO.** **Resultado – Aprovado. Extra Pauta, são deliberados – Item 01: Requerimento nº 08, de 2006-CMA, NÃO TERMINATIVO,** que requer “nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública nesta Comissão com a presença do Procurador Federal Fábio George Cruz da Nóbrega para instruir o relatório final da PFS 01/2004”. **Autoria:** Senadora **ANA JÚLIA CAREPA.** **Resultado – Aprovado. Item 02: Requerimento nº 09, de 2006-CMA, NÃO TERMINATIVO,** que requer “nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública nesta Comissão com a presença do Procurador Federal Antônio Edílio Magalhães Teixeira para instruir o relatório final da PFS 01/2004”. **Autoria:** Senadora **ANA JÚLIA CAREPA.** **Resultado – Aprovado. Item 03: Requerimento nº 10, de 2006-CMA, NÃO TERMINATIVO,** que requer “nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública nesta Comissão com a presença da Delegada da Polícia Federal Luciana Paiva para instruir o relatório final PFS 01/2004”. **Autoria:** Senadora **ANA JÚLIA CAREPA.** **Resultado – Aprovado. Item 04: Requerimento nº 11, de 2006-CMA, NÃO TERMINATIVO,** que requer “nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública nesta Comissão com a presença da equipe de fiscali-

zação coordenada pelo Sr. Ronaldo Saldanha Honorato e composta pelos Senhores Sérgio Maia Alves e Raimundo Nonato Soares de Araújo, a qual atuou na fiscalização de convênios e contratos, sugerida pelo relatório prévio da PFS 01/2004”. **Autoria:** Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**. **Resultado – Aprovado. Item 05: Proposta de Fiscalização e Controle nº 01, de 2006, NÃO TERMINATIVO**, “Para que apure as denúncias de que Fábio Luis Lula da Silva, filho do Presidente Lula, é um dos proprietários da empresa Gamecorp, foi beneficiado por contratos irregulares com a Telemar”. **Autoria:** Senadora **HELOISA HELENA** e outro Senhor Senador. **Relatora:** Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**. **Relatório Prévio** – pelo arquivamento da proposta. **Resultado – Aprovado.** No decorrer da reunião, é realizada a eleição para a Vice-Presidência da Comissão, sendo eleito, com 9 votos favoráveis, o Senador **JONAS PINHEIRO** para exercer a Vice-Presidência da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior, permaneçam como estão. Aprovado.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu peço a palavra. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Pela ordem, Senadora Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – É o seguinte. Eu apresentei três requerimentos, e eu gostaria que votado extra pauta, eles servem para subsidiar um trabalho que eu estou fazendo como Relatora, que é um processo de fiscalização e controle, então, para subsidiar esse trabalho que a gente já está fazendo, eu gostaria que fosse colocado em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão o requerimento apresentado pela Senadora Ana Júlia Carepa. Já está na Mesa? Estando na Mesa a propositura apresentada pela eminente Senadora Ana Júlia Carepa, nós submetemos à discussão...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) –

Esse é um requerimento de uma proposta de fiscalização e controle, e também um parecer meu, que eu também já entreguei e que eu gostaria que incluísse extra pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Eu só pediria ao Secretário que trouxesse à Mesa, para a leitura. Senadora, por gentileza, faça a Senhora, a leitura dos seus requerimentos. Por gentileza, para conhecimento...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública nesta Comissão, com a presença do Procurador Federal Fábio Jorge Cruz da Nóbrega para instruir o relatório final do Projeto de Fiscalização 01/2004. Nos mesmos termos, com a presença do Procurador Federal Antônio Edílio Magalhães Teixeira, para também instruir o relatório final do Projeto de Fiscalização 01/2004. Nos mesmos termos, Audiência Pública nesta Comissão, com a presença da Delegada da Polícia Federal, Luciana Paiva, para instruir o relatório do Projeto de Fiscalização 01/2004. E o requerimento, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno, Audiência Pública nesta Comissão, com a presença da Fiscalização coordenada pelo Sr. Ronaldo Saldanha Honorato e composta pelos Srs. Sérgio Maia Alves e Raimundo Nonato Soares de Araújo, a qual atuou na fiscalização de convênios e contratos sugerida pelo relatório prévio do Projeto de Fiscalização 01/2004, que eu estou sendo Relatora. Então, até para me subsidiar, eu estou solicitando esses requerimentos, essas audiências.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão a propositura da Senadora Ana Júlia de votação como extra pauta nos requerimentos que apresenta. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Poderemos votar em globo. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Esta Presidência anuncia também, como um dos itens mais importantes da pauta de hoje, a eleição do nosso Vice-Presidente. Que tem como candidato o eminente Senador Jonas Pinheiro. E a Presidência anuncia que o processo de votação já tem início, os Srs. Senadores que quiserem...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Não, a votação tem que ser na cédula, em escrutínio secreto, na urna. O processo de votação já iniciou. O Senador Jonas era o nosso Vice-Presidente, saiu de licença, está retornando e retoma, com todo o gás, às suas funções.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um outro pela ordem. Desculpe estar... Mas é que também fosse invertida a pauta para que essa...

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Só tem o meu, Ana.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Só tem um, o teu? Mas esse também é breve. Bom, que é uma proposta de fiscalização e controle, que eu considero desnecessário, visto que esse ponto já foi... A CPI dos CORREIOS já tratou, já até concluiu o relatório, já foi votado, já acabou a CPI, então eu dei um parecer contrário à proposta de fiscalização e controle. Eu proponho que seja logo depois, então, da proposta de fiscalização do Senador Aelton. Mas ele vai ficar para votar também a nossa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – A Presidência passa a dar conhecimento aos membros desta Comissão sobre os seguintes avisos originários do TCU: Avisos 2368, 2423, 2430, 2436, 2456/2005; E os Avisos, já de 2006, 219, 213, 165, 151, 140, 207, 105, 281, 256, 269, 294, 373, 377, 367. Todos encontram-se na Secretaria da Comissão à disposição dos eminentes Senadores. Originários da Controladoria-Geral da União. Damos conhecimento aos membros desta Comissão sobre a existência dos seguintes avisos – nº 81/2006 e nº 87/2006, também encontram-se na Secretaria desta Comissão à disposição dos Srs. Senadores.

Passamos ao Item 1 da pauta. Requerimento. “Requeiro, nos termos do art. 71 inciso IV da Constituição Federal, que seja ao solicitado ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria destinada a fiscalizar a execução dos convênios federais firmados com a Prefeitura de Guarulhos, e citados no Ofício 93/2005 da Câmara de Vereadores daquele Município”. Essa solicitação, encaminhada a esta Comissão pela Câmara de Vereadores de Guarulhos, nos faz entender que, pelas evidências dos fatos, requerem realmente uma fiscalização. Portanto, o Requerimento é de nossa autoria, em atendimento à proposta apresentada pela Câmara Municipal de Guarulhos.

Em discussão. O Item 1. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Item 2. Requerimento. “Requer seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União pedido de auditoria nas obras de construção da BR-282, em Santa Catarina, Florianópolis, divisa com a Argentina, para efeito de verificação da legalidade dos contratos e seus aditamentos. Bem como do custo médio real do quilômetro projetado e implantado”. Autoria do Sena-

dor Casildo Maldaner. Tem como Relator o Senador Sibá Machado.

Senador Aelton Freitas, V.Ex^a. poderia proceder a leitura do relatório?

Item 2. Relator *ad hoc* Senador Aelton Freitas. Aliás, o Senador Sibá chegou.

Senador Sibá, o Item 2 é o requerimento de auditoria de V.Ex^a. Tem V.Ex^a. a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente. Vêm ao exame desta Comissão as cópias dos Acórdãos do de nº 857/2005 e de nº 78/2006, ambos do Plenário do Tribunal de Contas da União, bem como, dos respectivos relatórios e votos que os fundamentam, referentes a autorias realizadas em obras rodoviárias na BR-282, em Florianópolis, Santa Catarina, divisa com a Argentina, que é o TC 003. 719/2001-2, encaminhados por intermédio dos avisos nº 871/SGS/TCU/Plenário e nº 49/SGS/TCU/Plenário.

Posso ir direto à análise, Sr. Presidente? Para ganhar tempo. Trata-se de comunicação do Tribunal de Contas da União a respeito das suas atividades de auditoria nas obras da BR-282 de Santa Catarina, Florianópolis, divisa com a Argentina.

Em cientificar o Congresso Nacional acerca das fiscalizações que realiza, a Corte cumpre o seu múnus constitucional de órgão que auxilia o Poder Legislativo no exercício das funções de controle externo das finanças públicas, os art. 70 e 71 da Constituição Federal. Ademais, fornece novos elementos em complementação aos que já haviam sido remetidos em atendimento ao Requerimento de nº 673/2001.

No Acórdão de nº 857/2005, que chega ao conhecimento desta Comissão na presente oportunidade, o Plenário do TCU houve por bem acolher as novas planilhas de custo apresentadas pela empresa executora das obras, atendendo às consentâneas com os parâmetros especificados em deliberação anterior da Corte, na qual determinara o saneamento de irregularidades de sobrepreço e superfaturamento, inicialmente verificados nos contratos PJ 078/2000, PJ 090/2001 e PJ 091/2001, celebrados pelo DNIT. Determinou, outrossim, que o DNIT formalizasse novo instrumento contratual com base nos novos preços unitários, encaminhando a documentação para exame por parte da Corte. Conforme o Ministro Relator da decisão salientou em seu voto, a economia total, verificada em virtude da redução dos preços dos contratos por força da ação preventiva do Tribunal, atinge quarenta e seis milhões de reais, em valores de abril de 2005, o que, além de evitar um superfaturamento da ordem de 22%, permite, na forma da solução adotada pela Corte, auxiliar os interesses da população de Santa Catarina, como da União.

De seu turno, o Acórdão nº 78/2006/Plenário determina ao DNIT que se abstenha de realizar pagamentos no âmbito dos referidos contratos enquanto o Tribunal não se pronunciar a respeito da documentação exigida, a qual já lhe foi remetida. Ao lado disso, o TCU informa estar superado o óbice à retomada das obras, no tocante aos Contratos PJ 090/2001 e PJ 091/2001, remanescendo a proibição quanto às obras objeto do Contrato PJ 078/2000, em virtude de não ter sido firmado o termo de repactuação neste caso.

A comunicação reverte-se de grande importância, uma vez que, nos termos do art. 102 de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2006, a Lei nº 11.178/2005, o Projeto de Lei Orçamentária anual pode prever subtítulos relativos a obras com indícios de irregularidades graves, informado pelo TCU, de sorte a se condicionar a execução orçamentária, física e financeira dos contratos aos quais foram detectados os vícios à adoção de medidas saneadoras sujeitas a prévia deliberação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Não é demais registrar, que o Tribunal determinou o encaminhamento de cópia de Acórdão 78/2006/Plenário também para aquela Comissão.

Do voto. À luz da eficaz atuação do Tribunal de Contas da União, e haja vista não existirem, segundo entendemos, quaisquer outras providências a serem tomadas no âmbito do Senado Federal, com respeito à matéria objeto dos Acórdãos 857/2005 e nº 78/2006 do Plenário daquela Corte, concluímos pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento dos Avisos de nº 871/SGS/TCU/Plenário e nº 49/SGS/TCU/Plenário, bem assim, dos documentos que o acompanham. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. O parecer exarado pelo eminente Senador Sibá Machado. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item 3. Com a palavra, o Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Tanto com relação ao Item 3 como com relação ao Item nº 4, que será extra pauta, da Senadora Ana Júlia Carepa, eu queria declarar o meu voto com os Relatores. Eu estou tendo que correr à Presidência, porque o Presidente Renan acaba de me telefonar chamando. Mas, os votos, eu estou registrando os votos favoráveis à Relatora Ana Júlia Carepa, e ao Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Fique V.Ex^a. à vontade.

Item 3. Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 712, bem como, dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam, sobre o relatório de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar em que medida o Programa Nacional de Saúde do Escolar, PNSE, tem contribuído para melhorar o processo de aprendizagem da população escolar portadora de deficiência visual e auditiva. Esse é de autoria do Tribunal de Contas da União, tem como Relator o eminente Senador Aelton Freitas.

Tem V.Ex^a. a palavra.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Sr. Vice-Presidente eleito, Senador Jonas Pinheiro, Sras. e Srs. Senadores. Por meio do aviso 52/2002, o Tribunal de Contas da União encaminhou ao Senado Federal cópia da Decisão 712/2002 e também o relatório e o voto que a fundamentam, sobre a auditoria operacional realizada por técnico daquela Corte em programa conduzido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento, FNDE.

Na verdade, tendo em vista a aprovação da proposta, o levantamento e a auditoria e o prazo de sua realização, a equipe de auditoria concentrou os seus trabalhos na avaliação da campanha “Olho no olho” do PNSE, em virtude de ela apresentar maior materialidade, maior número de atendimentos e edição em relação a outra campanha do programa denominada “Quem ouve bem, aprende melhor”.

A auditoria operacional do TCU avaliou a execução da campanha nos exercícios de 99 e 2001 e apresentou, entre outras, as seguintes constatações – A não inclusão dos Municípios mais carentes no âmbito da campanha; Elevados percentuais de perdas de alunos no decorrer de diversas etapas do atendimento; Baixo desempenho da campanha; Execução financeira significativamente alterada, em relação ao plano de trabalho, com redução de despesas referentes às ações finalísticas e o acréscimo de despesas administrativas; Indícios de irregularidades na execução da campanha nos estados da Amazônia, Ceará; Deficiência na monitoramento do programa.

Em função desses achados, a decisão do TCU dirigiu 26 recomendações e duas determinações ao FNDE. E remeteu cópia do relatório e voto de auditoria a diversos titulares do órgão da administração.

Em conformidade com a decisão do TCU, o Aviso nº 52/2002, recebido nesta Casa em 31 de julho de 2002, foi distribuído às Comissões de Educação, à Comissão de Assuntos Sociais e a esta Comissão.

Ressalta-se, por fim, que, recentemente, chegaram às mãos dos Acórdãos 775/2003 e 739/2005, que aprovam os relatórios dos dois monitoramentos até hoje conduzidos com objetivo de avaliar cumprimen-

to, pelo FNDE, das recomendações e determinações originadas da auditoria operacional do TCU na campanha “Olho no olho”.

O primeiro monitoramento, Sr. Presidente, realizado no período de 20 de fevereiro a 10 de março de 2003, avaliou a implementação das recomendações e determinações exaradas na Decisão nº 712/2002 do TCU no Plenário, e uma das determinações foi considerada cumprida, e a outra parcialmente cumprida. O segundo monitoramento, inicialmente previsto para fevereiro de 2004, esse acompanhamento acabou sendo realizado somente no final daquele ano, e resultou no Acórdão aprovado em 15 de julho de 2005, considerou que somente cerca de 18% das recomendações foram implementadas, 43% encontrava-se em implementação, mas, 39% não foram implementados.

Considerou-se que do mesmo tendo ocorrido adiamento originado a partir da solicitação do FNDE, do segundo monitoramento, e transcorrido mais de dezenove meses depois do primeiro, praticamente não houve evolução no grau de implementação na Decisão nº 712/2002 do TCU.

Os dois monitoramentos também relatam as transformações porque passou o PNSE durante esse período. A não realização da campanha no ano de 2002, a sua realização somente no Distrito Federal no ano de 2003, a baixa execução orçamentária no programa nesses anos, que acabou redundando na progressiva redução de recursos e ela destinar os resultados na sua reformulação e a sua realização em somente 26 Municípios e duas capitais do Estado e quatro outros Municípios com mais de 40 mil habitantes no ano de 2004.

O Acórdão informa também que o próximo e último monitoramento deverá ocorrer no primeiro semestre deste ano de 2006, após o encerramento e a consolidação dos resultados na edição de 2005 da campanha “Olho no olho”. O relatório comentará a avaliação de impactos causados nas recomendações originadas da auditoria operacional do objeto na Decisão nº 712/2002.

Análise. É inegavelmente meritória a decisão da Comissão de Educação de enviar correspondência ao Presidente do TCU para cumprimentá-lo pelo trabalho de seus auditores. De fato, o relatório enviado por aquela Corte de contas mostrou uma análise minuciosa, criteriosa e abrangente e evidenciou a propriedade do investimento do TCU na formação de um corpo de especialistas em auditoria operacional e avaliação de programas.

Ressalta-se que essa atuação engrandece e revigora o controle externo que atribuiu ao papel que vai muito além da mera fiscalização das contas públicas.

Da mesma forma, a opção de doutra Comissão de Educação, por recomendar simplesmente a esta Comissão, CMA, que tome as providências cabíveis, em relação às irregularidades apontadas na campanha “Olho no olho”, evidência a falta de sincronia desta Casa com o TCU. A ausência de diretrizes que norteiam a atuação das Comissões do Senado Federal e que objetivam dar efetividade ao controle externo sobre a administração pública.

Assim sendo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, consideramos fundamental que esta Casa, preferencialmente em conjunto com a Câmara dos Deputados, elabore as normas para tramitação e apreciação das decisões do Tribunal de Contas da União, recorrentes às auditorias operacionais conduzidas por aquele órgão, de forma a dar celeridade ao processo e estabelecer critérios de atuação do Congresso Nacional em relação aos achados de tais auditorias.

O que propomos, Sr. Presidente, é que sejam implementadas determinações que podem incluir alteração no Regimento Interno do Senado Federal ou do Regimento Comum do Congresso Nacional, para impor prazos para as deliberações de Comissões e dos Plenários de ambas as Casas e definir possíveis sanções aos programas cujo desempenho seja considerado baixo pelas auditorias operacionais do TCU.

O voto. O nosso voto, portanto, é pelos seguintes encaminhamentos – Primeiro, que esta Comissão suste a tramitação de Aviso nº 52/2002 até a conclusão do Tribunal de Contas da União, do terceiro e último monitoramento para, então, avaliar a propriedade ou oportunidade do envio do requerimento de informações ao Ministro de Estado da Educação. Item dois. Que esta Comissão elabore proposta para estabelecer prazo para deliberação nesta Casa sobre a decisão do Tribunal de Contas da União relativa às auditorias operacionais dos programas públicos conduzidas naquele órgão. Terceiro e último Sr. Presidente. Que esta Comissão elabore proposta para definir possíveis sanções orçamentárias aos programas cujo desempenho seja considerado baixo pelas auditorias operacionais do Tribunal de Contas da União e, em contrapartida, incentivos orçamentários aos programas que venham tendo bom desempenho. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Passamos ao Item 4.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Sr. Presidente, eu queria pedir a inversão da pauta, aquele item extra pauta que eu solicitei. Vista inclusive é nesse momento que eu tinha solicitado inversão, mas

o Senador Aelton solicitou que votássemos primeiro o dele e que pudesse votar esse item extra pauta que é a Comissão de Meio Ambiente, Proposta de Fiscalização nº 01.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senadora Ana Júlia, o Item 4, o Relator não se encontra presente, não vou nem solicitar inversão da pauta. Nós vamos colocar sob apreciação a propositura de V.Ex^a. Nós vamos, inicialmente, colher a aprovação do Plenário dessa inclusão extra pauta da propositura apresentada pela eminente Senadora Ana Júlia Carepa. Em discussão. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Tem a palavra V.Ex^a.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Obrigada, Sr. Presidente. Inclusive eu estou retirando um dos parágrafos e está sendo entregue agora para tirar cópia. Mas se trata de proposta da Comissão de Meio Ambiente, Proposta de Fiscalização e Controle nº 01/2006. Para que se apure denúncia de que Fábio Luiz Lula da Silva, filho do Presidente Lula, é um dos proprietários da empresa GAMECORP, foi beneficiado por contratos irregulares com a TELEMAR.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que esta Comissão de Fiscalização e Controle, primeiro, que várias CPIs têm discutido esse assunto, e a CPI dos CORREIOS inclusive já deu um parecer sobre isto, cujo relatório inclusive já foi aprovado. Quero também colocar o seguinte. O fato de o objeto da proposta de fiscalização poder ser objeto de investigação de CPI já constituiria, a nosso ver, superposição de esforços investigativos, mas em desfavor desta Comissão. Pois esta não tem os poderes de investigação próprios das autoridades judiciais que têm as CPIs, por força disposto do parágrafo 3º do art. 58 da Constituição Federal. As Comissões permanentes, tal como a CMA não podem, portanto, quebrar a proteção constitucional do sigilo fiscal, bancário ou telefônico de pessoas físicas ou jurídicas ou receber esses dados das Comissões de investigação que atualmente investigam o assunto. Sem essas informações, a investigação proposta não tem condições de obter os dados necessários a respeito da circulação de dinheiro entre contas bancárias e examinar as contas da empresa e das pessoas envolvidas.

Eu retirei o próximo parágrafo, que começa com a palavra constata-se até, que a criou, e passo para esse que, para mim, é o determinante.

A investigação proposta extravasa os limites das atribuições desta Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, que objetiva, veja bem o que é o objeto desta Comissão, fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, conforme prevê o *caput* do art. 102-B do Regi-

mento Interno do Senado Federal. Portanto, não cabe aqui a esta Comissão investigar situações entre duas empresas privadas, que não têm absolutamente nada a ver com o Poder Executivo nem com instituições... Se alguém propusesse, por exemplo, investigar a relação do Governo do Estado de São Paulo, do Alckmin, com uma empresa onde o filho dele é sócio, eu seria contra mesmo considerando que ali tem recursos públicos, mas são recursos do Estado, nós não temos a ver. Esta Comissão de Fiscalização e Controle é para fiscalizar o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, e não entre duas empresas privadas. Então, eu acho que esse ponto... Porque senão daqui a pouco nós estaremos aqui fazendo um trabalho, e qualquer denúncia na imprensa nós vamos ficar investigando situações em base de ilações.

Em face do exposto, o voto é pelo arquivamento da Proposta de Fiscalização e Controle nº 01/2006, nos termos do art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando retirado o parágrafo quinto da página três.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. O relatório da eminente Senadora Ana Júlia Carepa. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Item 4. Dispõe sobre o processo de fabricação de cal, com o objetivo de eliminar riscos de geração de compostos poluentes do meio ambiente e dá outras providências. É de autoria do eminente Senador Aelton Freitas. Eu solicitaria ao Senador Sibá Machado que funcionasse como... Senadora Serys, socorre o Senador Sibá Machado aí agora. Relatora *ad hoc*, Item 4. Tem V.Ex^a. a palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Que dispõe sobre o processo de fabricação de cal, com o objetivo de eliminar riscos de geração de compostos poluentes ao meio ambiente e dá outras providências.

Como todos os Srs. Senadores e a Sra. Senadoras têm o relatório e a análise, eu diria que, por tudo isso, a aprovação deste projeto é um passo importante na direção da garantia da saúde da população em geral e da defesa do consumidor em particular.

O voto. Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do projeto de Lei do Senado nº 314/2003, nos termos do substitutivo aprovado na Comissão de Serviços de Infra-estrutura. Este é o voto, favorável, Sr. Presidente. Lido, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. O relatório da eminente Senadora Serys Slhessarenko. Não haven-

do quem queira discutir. Em votação. Votação nominal. Como vota o Senador Jonas Pinheiro?

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Aelton Freitas.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senadora Ana Júlia Carepa. Senador Sibá Machado, com o Relator, deixou o voto consignado. A Senadora Serys Slhessarenko é a própria Relatora. Ney Suassuna.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – João Ribeiro chegou. Senador João Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador João Ribeiro chegou na hora exata de por seu voto aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Como vota o Senador João Ribeiro sobre o Projeto de Lei que dispõe sobre o processo de fabricação de cal, com o objetivo de eliminar riscos de geração de compostos poluentes no meio ambiente e dá outras providências. É de autoria do eminente Senador Aelton Freitas e a Relatora é foi a eminente Senadora Serys Slhessarenko.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Voto com o autor e com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Como o voto não pode ser dobrado, vamos contar um voto conjunto aqui. Aprovado.

A Mesa convida os Senadores Aelton Freitas e a Senadora Serys Slhessarenko para proceder ao escrutínio da votação e eleição do Senador Jonas Pinheiro. Nove votos sim. Foi eleito, por unanimidade da votação, o Senador Jonas Pinheiro, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. A Mesa registra os seus cumprimentos ao eminente Senador, de larga folha de serviços prestados a esta Comissão, ao Senado e a este País. Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a reunião às 12h32)

9ª Reunião, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em Conjunto com as Comissões – de Assuntos Econômicos-SF; de Desenvolvimento econômico, Indústria e Comércio-CD; Finanças e Tributação-CD; Fiscalização Financeira e Controle-CD, e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização-cn, dia 20 de junho de 2006, terça-feira, Às 10:00 Horas, no Plenário nº 2, do anexo Luís Eduardo Magalhães, da Câmara dos Deputados.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia vinte de junho do ano dois mil e seis, no Plenário nº 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Gilmar Machado, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal (CMA/SF); Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação, da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD); e de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados (CFFC/CD), com a presença dos Senadores, Sérgio Guerra, titular da CMO/CN e titular da CAE/SF, Flexa Ribeiro, titular da CMO/CN, suplente da CAE/SF e titular da CMA/SF, Luiz Otávio, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF e titular da CMA/SF, Valdir Raupp, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF e titular da CMA/SF, Leomar Quintanilha, suplente da CMO/CN, suplente da CAE/SF e titular da CMA/SF, Ana Júlia Carepa, suplente da CMO/CN, titular da CAE/SF e titular da CMA/SF, Eduardo Suplicy, titular da CAE/SF, João Ribeiro, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF e titular da CMA/SF, e, ainda, do Senador Augusto Botelho, titular da CMO/CN e titular da CMA/SF, e dos Deputados Antonio Cambraia, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD, Arnaldo Madeira, titular da CFT/CD, Benedito de Lira, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Carlito Meres, titular da CMO/CN e titular da CFT/DC, Carlos Mota, titular da CFFC/CD, Claudio Cajado, titular da CMO/CN, Devanir Ribeiro, titular da CMO/CN, Eduardo Valverde, suplente da CMO/CN, Fernando Coruja, titular da CFT/CD, Geraldo Resende, titular da CMO/CN, Gilmar Machado, titular da CMO/CN, Jackson Barreto, suplente da CMO/CN, João Correia, titular da CFFC/CD, João Grandão, suplente da CMO/CN, João Leão, titular da CMO/CN, Josué Bengtson, titular da CMO/CN, Júlio Cesar, titular da CMO/CN e suplente

da CFT/CD, Lupércio Ramos, suplente da CMO/CN e suplente da CDEIC/CD, Mauro Benevides, titular da CFFC/CD, Moreira Franco, titular da CFT/CD, Nazareno Fonteles, suplente da CMO/CN, Nelson Meurer, titular da CMO/CN, Osvaldo Reis, titular da CMO/CN, Paulo Rubem Santiago, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Rogério Teófilo, titular da CMO/CN, Sérgio Miranda, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD e Zé Gerardo, titular da CMO/CN, e, ainda, do Deputado Francisco Escórcio. Deixam de comparecer os Senadores César Borges, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Tasso Jereissati, Ramez Tebet, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Ney Suassuna, Aloizio Mercadante, Ideli Salvatti, Fernando Bezerra, Patrícia Saboya Gomes e Osmar Dias. A presente reunião tem como objetivo receber o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema “avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços”, segundo semestre de 2005, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Inicia-se a Reunião sob a Presidência Eventual do Deputado Moreira Franco, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, que convida as seguintes autoridades para tomarem assento à Mesa: Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Sr. Afonso Sant’Anna Bevilacqua, Diretor de Política Econômica do Banco Central; Deputado Carlos Mota Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e o Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. O Presidente Eventual informa que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Palestrante dispõe de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no § 5º do mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpellar o Expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpellado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente Eventual anuncia a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles faz apresentação em *datashow* sobre o tema em referência, tendo finalizado sua apresentação às onze horas e dezenove minutos. Em seguida, o Deputado Gilmar

Machado assume a Presidência da Reunião. A discussão é iniciada. Interpellam o Expositor como integrantes do primeiro bloco de debatedores, os Deputados Paulo Rubem Santiago e Sérgio Miranda. O Presidente informa aos membros da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização presentes que o Livro de Presença está aberto para colher assinaturas para Reunião Extraordinária convocada para quatorze horas e trinta minutos, do mesmo dia. Às onze horas e trinta e oito minutos o Presidente convida o Deputado Carlos Mota, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados para assumir a direção dos trabalhos. Participam ainda do primeiro bloco de debatedores os Deputados Francisco Escórcio e Eduardo Valverde. Às onze horas e quarenta e nove minutos assume a Presidência da Reunião o Senador Leomar Quintanilha, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos e Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. O Palestrante responde os questionamentos efetuados pelo primeiro bloco de debatedores. É assegurada réplica aos Deputados Eduardo Valverde e Sérgio Miranda. Às doze horas e quarenta e oito minutos o Presidente, Deputado Gilmar Machado, reassume a direção dos trabalhos. Em seguida, o expositor responde à réplica. Participam do segundo bloco de debatedores o Senador Eduardo Suplicy e o Deputado Lupércio Ramos. O Expositor responde os questionamentos dos parlamentares. É assegurada réplica ao Senador Eduardo Suplicy. O Palestrante responde à réplica. Ao agradecer a presença do Dr. Henrique Meirelles, o Presidente informa a vinda do Secretário do Tesouro Nacional à Comissão no final do mês corrente e comunica a realização de reunião extraordinária convocada para as quatorze horas e trinta minutos do mesmo dia. Para constar, eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, Secretário, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) – Declaro iniciada a primeira reunião conjunta de audiência pública de 2006, com a participação das seguintes Comissões – de Finanças e Tributação, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

do Senado Federal; e Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O tema a ser debatido será a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do 2º semestre de 2005, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

O convidado é o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil.

Também anuncio a presença do Dr. Afonso Sant'Anna Bevilacqua, Diretor de Política Econômica do Banco Central.

Convido os Srs. Presidentes de Comissão para tomarem assento à Mesa: Deputado Carlos Mota, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, e Senador Leomar Quintanilha, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Comunico aos Srs. Parlamentares que houve um problema técnico com a apresentação do Presidente do Banco Central, mas já estamos tomando providências.

Nesse sentido, creio que o Presidente pode iniciar a palestra, e os Deputados e Senadores acompanharão pela cópia do texto que já receberam.

Passo a palavra ao Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado, Presidente.

Como sempre, é uma grande honra e satisfação estar nesta Casa para prestar contas ao Congresso Nacional e, por meio dele, à população do País dos resultados contábeis e dos objetivos de política monetária, creditícia e cambial do Banco Central.

Com relação aos objetivos do Banco Central, vamos falar sobre objetivos das políticas monetária, creditícia, cambial e de decisões de política monetária e possíveis efeitos fiscais. No final, falaremos da evolução recente da atividade econômica.

Vamos começar, portanto, com os resultados contábeis do Banco Central no segundo semestre de 2005, objeto da nossa apresentação de hoje.

O resultado apurado pelo Banco Central, no segundo semestre de 2005, foi positivo em 1,2 bilhão de reais e decorreu das receitas e despesas de todas as suas operações.

O resultado foi originado, principalmente, pela apropriação de juros de títulos em moedas estrangeiras e da carteira para execução da política monetária.

O resultado foi transferido ao Tesouro Nacional em 8 de março de 2006, como manda a lei.

O resultado consolidado foi de 1 bilhão 162 milhões de reais, mas foi dividido nos seguintes itens – juros positivos de 1 bilhão e 82 milhões de reais; correção cambial positiva de 655 milhões de reais; operações com *Swap* positivas de 731 milhões de reais; marcação a mercado de títulos em carteira, 765 milhões de reais negativos; outras despesas gerais, que vamos detalhar, 541 milhões de reais negativos, dando, portanto, um total positivo de 1 bilhão, 162 milhões de reais.

Temos alguns resultados semestrais, mas vamos passar agora ao detalhamento de resultado de juros.

Em moedas estrangeiras – em 1 bilhão, 158 milhões positivos; 1 bilhão e 603 milhões positivos em títulos; 526 milhões positivos em depósitos; despesas de juros com empréstimos a pagar, no passivo, 936 milhões; outras despesas, 35 milhões em juros.

Em moeda nacional: 76 milhões de reais negativos, dos quais receitas de títulos são 25 bilhões e 222 milhões de reais; operações compromissadas, 5 bilhões e 240 milhões de reais; Tesouro Nacional, despesas pagas ao Tesouro, 15 bilhões e 972 milhões de reais; e depósitos compulsórios, 4 bilhões e 683 milhões de reais. Total com outras receitas é de 597 milhões de reais. E o resultado final de 1 bilhão e 82 milhões de reais, com resultado de juros.

Resultado da correção cambial: R\$0,7 bilhão (determinado pelo saldo de ativos e passivos em moeda estrangeira no balanço do Banco Central). Portanto, um saldo positivo.

O resultado da correção cambial foi principalmente gerado pelo resultado dos nossos ativos e passivos em dólares. Tínhamos, em 2005, a maior parte dos nossos ativos e passivos em dólares, principalmente ativos. Tínhamos algum passivo em direitos especiais de saque e um valor de passivo não existente em euros, mas um valor em ativo de euros bastante inferior ao valor em dólares.

No resultado de operações com *Swap* temos um valor positivo de R\$0,7 bilhão durante o segundo semestre de 2005.

Resultado de marcação a mercado.

Em moedas estrangeiras – 1 bilhão e 32 milhões, sendo 1 bilhão e 36 milhões em títulos; em derivativos, tivemos um resultado positivo de 4. A maior parte desse resultado deriva da alteração das taxas de juros americanas. Se as taxas de juros americanas subirem, isso levará a uma queda no valor dos títulos denominados naquela moeda, dependendo dos prazos, e isso leva a uma marcação a mercado.

Em moedas local, tivemos um resultado positivo de 267 milhões de reais, saldo entre as marcações a mercado positivas e negativas dos diversos títulos.

Outras receitas e despesas.

Na constituição líquida de provisões, houve uma receita de 313 milhões de reais. Isso significa que houve reversões de provisões consideradas excessivas. Despesas administrativas do Banco Central fazem parte do orçamento aprovado pelo Congresso de 620 milhões de reais. As despesas de fabricação de cédulas e moedas totalizaram 223 milhões de reais; repasse positivo do Tesouro Nacional no valor de 232 milhões de reais; e outras despesas no valor de 243 milhões de reais. Portanto, as despesas operacionais totais líquidas de receitas operacionais somam 541 milhões de reais.

Vamos falar agora sobre os objetivos do Banco Central.

O art. 109 da Lei de Diretrizes Orçamentárias diz que a avaliação de que trata o disposto no art. 9º, § 5º da Lei Complementar nº 121, de 2000, será efetuada com fundamento no anexo específico à mensagem que encaminhou o projeto desta lei, apresentando os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, os parâmetros e as projeções para os seus principais agregados e suas variáveis, bem como as metas de inflação estimadas para o exercício de 2005, conforme art. 4º, § 4º, daquela lei complementar.

Política monetária. Objetivo do Banco Central: cumprimento do objetivo de inflação de 5,1% para 2005 e da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional para 2006 (4,5%, com tolerância de mais ou menos 2%), condição necessária para o crescimento sustentável ao longo do tempo.

Em 2005 a meta central era de 4,5, o intervalo de tolerância, de 2% para cima e para baixo, portanto, até 6,5 ou 2,5 no intervalo inferior, e o objetivo fixado pelo Banco Central, levando-se em conta alguns choques da economia durante o ano de 2005, era de 5,1%, fixados já com efeitos de 2005, mas fixados já no ano anterior.

O Banco Central tem como objetivo de política creditícia ampliar a oferta e o acesso da população ao crédito. Não há metas formais.

Política cambial: aperfeiçoamento permanente do regime de câmbio flutuante. Não há metas para a taxa de câmbio.

Política monetária: cumprimento do objetivo de inflação de 5,1% para 2005. Rememorando, meta de inflação central de 4,5%, no entanto, objetivo de 5,1%, que está dentro do intervalo de tolerância e das metas de inflação estabelecidas pelo Conselho Monetário para 2006 e 2007 (4,5%, com tolerância de mais ou

menos 2 pontos percentuais), condição necessária para o crescimento sustentável ao longo do tempo.

Vamos olhar os resultados. Inflação medida pelo IPCA, que é o índice usado pelo Conselho Monetário Nacional para fixar as metas – 2002, 12,5%; 2003, 9,3%; 2004, 7,6%; 2005, 5,7%. A inflação em 2005 foi de 5,7% pelo IPCA, sendo que o IPCA é o preço ao consumidor medido em 11 regiões metropolitanas, medindo-se produtos consumidos por classes de cidadãos com renda entre 1 a 40 salários mínimos. INPC, preço ao consumidor, 11 regiões metropolitanas, renda de 1 a 8 salários mínimos.

Srs. Senadores e Deputados, vemos aqui algo importante, que a inflação em 2005 para as classes de renda mais baixa foi menor do que as inflações para a classe de renda imediatamente superior. Em resumo, a inflação para as pessoas que ganham até 8 salários mínimos foi de 5,1%, para aqueles que ganham até 40 salários mínimos, 5,7%, dentro do intervalo determinado pelo Conselho Monetário Nacional.

A menor variação do INPC em 2005, portanto, confirma o que acabei de dizer. O principal fator que levou a esse resultado foi o de menor inflação do grupo alimentação, com peso maior na cesta de consumo dos trabalhadores de baixa renda.

Se olharmos a expectativa dos agentes econômicos para a inflação de 2006/2007, como ela evoluiu durante o ano de 2004/2005, veremos que a expectativa de inflação 2006 estava em cerca de 5%, portanto acima da meta central, durante a maior parte do ano de 2004/2005, mas, a partir de agosto/ setembro, a inflação começou a convergir para a meta estabelecida para o Conselho Monetário Nacional, chegando ao final do ano em 4,5%, que é exatamente a meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. E a expectativa de inflação 2007 passou, com pequenos momentos de variação, basicamente ancorada, durante todo este período, nas metas de inflação estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Em 2005, portanto, pela primeira vez desde a implementação do regime de metas, terminamos o ano com as expectativas de inflação para os próximos 2 anos firmemente ancorada nas metas estabelecidas pelo Conselho Monetário, como já disse. Isso mostra exatamente o que mencionei.

Desde a implantação do regime de metas, se checarmos, por exemplo, o ano de 1999, vamos verificar que no ano seguinte tínhamos uma meta de 6% e a expectativa de 7%. No segundo ano, tínhamos uma meta de 4% e a expectativa de 4%. Portanto, a expectativa do segundo ano na meta.

O ano de 2005 foi o primeiro em que a expectativa esteve na meta para os 2 anos seguintes, o que

representa um avanço gradual, normal, sólido de uma política monetária bem implementada. Desde a implantação do regime de metas, o regime vem se consolidando no Brasil, em função de uma política monetária implementada com responsabilidade.

A expectativa de mercado para o IPCA nos 12 meses seguintes. Ocorre o mesmo fenômeno de vermos a inflação convergindo, saindo do patamar acima de 6% no final de 2004, convergindo para a meta de 4,5%.

Temos aqui a evolução da inflação, que é a linha em azul, a inflação medida, real, *versus* a meta e o intervalo de metas. A meta é a linha central da faixa cinza e o intervalo superior e inferior está em cinza. Portanto, veremos a inflação subindo no final de 2002 e a política de desinflação adotada pelo Banco Central convergindo para a meta. A inflação voltou a subir um pouco, devido à persistência inflacionária que ainda prevalece na economia brasileira. O Banco Central tomou as medidas necessárias, e a inflação voltou a convergir para a meta. Em vermelho, a expectativa do mercado e dos agentes econômicos para os próximos 2 anos.

Política creditícia. O BC tem como objetivo ampliar a oferta de crédito e o acesso da população a ele. Não há metas formais. Se olharmos isso, medindo o crédito total e o crédito livre como percentagem do produto de 2003/2005, veremos o crédito livre em azul e o crédito total em vermelho. O crédito livre é aquele não direcionado. Excetuam-se, portanto, dessa compilação os créditos do BNDES, os créditos rurais, os créditos habitacionais etc., todos aqueles que têm taxas de juros fixadas e direcionadas. Se olharmos, por exemplo, o crédito total, veremos que ele saiu de cerca de 23% do PIB para chegar próximo de 32%, uma evolução importante de cerca de 50%. E o crédito direcionado também seguiu a mesma linha, saindo de um pouco acima de 13% e aproximando-se de 21% ou cerca de 20%.

Evolução de Crédito de Pessoa Livre, Pessoas Físicas e Jurídicas. Verificamos que o crédito de pessoas jurídicas subiu a uma faixa num ritmo até superior ao crédito para a pessoa jurídica. O crédito para pessoa jurídica subiu de forma consistente, mas para pessoa física subiu ainda mais.

Pessoas Físicas e Jurídicas de 2003/2005. O *spread* também teve uma queda, uma pequena subida no final de 2005, mas já vamos ver. Posso adiantar-lhes o tema da próxima apresentação, já que no ano de 2006 vemos uma queda desses números para os menores patamares da série.

O crédito em consignação com folha de pagamento, que é o fator mais importante talvez na expansão

do crédito livre, para a pessoa física, está subindo de forma importante. Se tomarmos uma base de 100 em janeiro de 2004, ele estaria hoje numa base de 350. Portanto, um crescimento substancial, evidentemente partindo de uma base pequena. O fato é que tem beneficiado muito os tomadores de crédito, especialmente os trabalhadores que só podem ter acesso a créditos mais baixos, a taxas mais baratas. Portanto, trata-se de um sistema mais organizado, por meio do qual o trabalhador pode repagar os seus créditos e retomá-los novamente para o futuro.

Crédito em consignação a aposentado do INSS. Também está subindo. Quantidade de contratos em amarelo. Volumes em azul.

Crédito em consignação a aposentado do INSS por faixa de renda. Vemos aqui que evidentemente os valores médios vão subindo. Os volumes têm um comportamento importante de ser analisado. Mas eu queria apenas mostrar que todas as faixas de renda estão tendo uma possibilidade de acesso grande ao crédito, o que é uma mudança importante dentro da estrutura do Brasil, dentro dos objetivos do Banco Central de possibilitar o acesso ao crédito por meio das medidas de política creditícia.

Política cambial. Aperfeiçoamento permanente do câmbio flutuante. Não há metas para taxa de câmbio. Uma projeção que mostra as taxas de câmbio – a evolução nominal desde janeiro de 1998, como a taxa subiu pronunciadamente quando começou o regime do câmbio flutuante em 1999, estabilizada durante o final de 1999, 2000 e o começo de 2001. A partir das crises, em 2001, ela subiu pronunciadamente, voltando a se estabilizar nesse patamar atual. Mas, evidentemente, as taxas de câmbio são fixadas pelo mercado. Portanto, não nos compete fazer projeções a respeito, na medida em que nenhum Banco Central do mundo, já antecipando alguma pergunta, projeta a evolução futura de taxas de câmbio.

Saldo em conta corrente, dado da maior importância, uma das maneiras de se medir o efeito e o resultado da política cambial, isto é, o efeito nas contas correntes do Brasil. Saímos de um déficit, todas as linhas em vermelho, para um saldo positivo em conta corrente, em 2005, de 14,2 bilhões de dólares, em azul.

Saldo da balança comercial, fator mais importante que liderou o processo de melhora das contas correntes, saindo de uma posição de pequeno déficit – desde a implantação do regime de câmbio flutuante ele começou a reagir –, atingindo, em 2005, 44,8 bilhões de dólares.

Temos aí o que mostra a evolução das exportações, em vermelho, e das importações. As importações cresceram juntamente com as exportações, em

2000 e 2001. Depois, as importações caíram, com a depreciação do câmbio principalmente e com o decréscimo da atividade econômica, em função da contração econômica da época, trazida por vários fatores – desvalorização cambial, inflação etc. Mas vemos a evolução constante e continuada das exportações, particularmente nos últimos 3 anos. E temos agora, como resultado da recuperação econômica, também uma evolução das importações.

Se olharmos 2005, exportações e importações, veremos, no quadro em vermelho, que, nas exportações, a variação de preços foi responsável por uma evolução de 12,8% na receita de exportações e a variação de quantidades foi de 9,8%. Nas importações, a variação de preços é de 11,5%, e a variação de quantidade, 5,5%.

Então, é importante ressaltar que, em 2005, se olharmos quantidades, a evolução da quantidade nas exportações foi superior à evolução da quantidade nas importações. Não estou falando em preços. Estou falando aqui apenas em quantidades. Mas, evidentemente, a evolução das exportações, somando-se os 2, foi de 22,6% *versus* os 17,1% das importações.

Temos as exportações por categoria. Ao analisar a diferença de um ano para o outro, vamos verificar que, em relação aos manufaturados, houve um aumento de 12,2 bilhões de dólares; em relação aos semimanufaturados, 2,5; aos básicos, 6,2, o que mostra que a maior diferença, o maior aumento se deu em função da exportação de manufaturados.

Novamente preços e volumes das exportações. Variação de preços, 14,2, de novo uma variação. Agora entre básicos, semimanufaturados e manufaturados. Vamos ver de novo um dado importante: na variação de quantidades, os manufaturados também tiveram uma evolução superior à dos semimanufaturados e básicos, dado da maior importância.

No que se refere à exportação de manufaturados *versus* exportações totais, vamos ver que manufaturados crescem em conjunto com as exportações totais, inclusive, no final do ano ultrapassando a evolução das exportações totais. Isso demonstra que a economia brasileira, durante o ano de 2005, mostrou muita competitividade, com a possibilidade, portanto, de haver um aumento na evolução da exportação de manufaturados em linha e até um pouco superior à evolução das exportações totais.

Preços de exportação – média móvel de 12 meses. O preço das exportações brasileiras tinha caído muito no final da década de 90. Voltou a se recuperar e está hoje num patamar equivalente ou levemente superior àquele que tinha no final da década de 90.

A participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais é um dado da maior importância. Vamos ver que as exportações brasileiras perderam parcela e participação nas exportações mundiais totais durante um período, mas se recuperou de uma forma importante, forte e substancial, a partir do início desta década, passando, de novo, a ter uma recuperação importante e pronunciada, particularmente a partir de 2003. Portanto, vamos ver que o Brasil está ganhando competitividade e, cada vez mais, participação na evolução do comércio mundial.

Outro dado muito importante – possivelmente deverá ser objeto de alguma pergunta, portanto, já faço o registro para voltar ao assunto quando for perguntado – são os fluxos financeiros no Brasil. Até que ponto as variações das taxas de câmbio não são muito direcionadas pelos fluxos financeiros? A resposta está nos números. Em 2004, por exemplo, o fluxo comercial foi responsável por cerca de 40 bilhões de dólares de fluxo positivo, enquanto o fluxo financeiro foi negativo, um pouco mais de 20 bilhões de dólares. Em 2005, o financeiro foi responsável por um fluxo positivo de cerca de 55 bilhões de dólares, enquanto o financeiro foi negativo em cerca de 28 bilhões de dólares. Isso mostra que o principal fator nos fluxos líquidos de câmbio no Brasil são os fluxos comerciais.

Se olharmos agora um outro resultado importante da política de câmbio, a evolução da dívida externa total, veremos a queda da dívida externa total, saindo de um patamar de 245 bilhões de dólares para terminar o ano de 2005 com 169 bilhões de dólares aproximadamente. A dívida externa líquida das reservas saiu de um patamar de 190 bilhões de dólares para chegar, gradualmente, no quarto final de 2005, a uma dívida líquida externa de 101,9 bilhões de dólares, o que mostra a diminuição da vulnerabilidade do Brasil e a eliminação de um dos fatores importantes de vulnerabilidade do País durante muitas décadas.

Em relação às reservas internacionais, o Banco Central tem, sim, aproveitado o momento favorável do mercado internacional para fortalecer as reservas cambiais, conforme política anunciada em janeiro de 2004.

Em 2005, o Banco Central adquiriu no mercado 21,6 bilhões de dólares, totalizando compras de 26,9 bilhões de dólares, nos últimos 2 anos. A atuação da autoridade monetária foi pautada sempre pelas condições de mercado, procurando não adicionar volatilidade à taxa de câmbio e não interferir na sua tendência de flutuação.

Aquisição de reservas no mercado de câmbio (fluxos anuais), o que já foi mostrado. Temos aqui uma visualização gráfica de aquisição de reserva no mer-

cado de câmbio, com fluxos acumulados desde janeiro de 2004, já mencionados.

Quanto a reservas internacionais, excluindo os recursos do FMI, havíamos atingido um piso de 15,9 milhões de dólares e, no final do último ano, chegamos a aproximadamente 54 bilhões.

Em consequência de todos esses fatores, houve uma melhora expressiva nos indicadores de sustentabilidade externa: razão da dívida externa líquida sobre exportações; serviço da dívida sobre exportações; dívida externa líquida sobre Produto Interno Bruto e reservas internacionais sobre dívida externa. Todos os indicadores econômicos referentes a solvência externa e sustentabilidade externa melhoraram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco)

– Convido para compor a Mesa o Deputado Gilmar Machado, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para que S.Exa. possa presidir a reunião.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Mostra-se gradualmente a evolução do índice de dívida externa líquida sobre exportações, como ele cai gradualmente; a evolução do índice de pagamento de juros sobre exportações, como cai gradualmente; a dívida externa líquida como percentagem do produto, como reverter a tendência de subida. E ela passou a cair sistematicamente, de forma pronunciada, até 2005, de 35,9% para 12,8%. Reservas líquidas internacionais, como a percentagem da dívida externa líquida sobe, o que é positivo, aumentam as reservas, diminui a dívida externa líquida e, em consequência, atinge-se, no final do ano, aproximadamente 54%, saindo de 9,9%, em 2002, uma melhora importante.

Temos aqui a evolução do risco Brasil, como ele sobe, e a evolução positiva dos últimos anos, resultado da melhora dos fundamentos da economia brasileira. Um dado muito importante que faz parte da diminuição da vulnerabilidade externa do País é a eliminação da dívida doméstica interna indexada ao câmbio. Isto fazia uma ligação importante entre a dívida doméstica interna, mercado externo e os fluxos de câmbio, havendo um efeito, portanto, multiplicador em relação a problemas na dívida externa, preocupações com a dívida externa e com a dívida interna. Isso foi eliminado. Tínhamos 40,7% da dívida doméstica total indexada ao dólar e, no final do ano, esse valor era menos do que zero. Portanto, essa é uma preocupação a menos para o povo brasileiro.

Dívida cambial doméstica, a maneira como ela evolui. Temos, de novo, uma visão gráfica do que acabamos de demonstrar, a evolução desta diminuição. Substituímos, até maio de 2006, 73,7 bilhões de dólares em dívida doméstica indexada ao câmbio.

Objetivos de política monetária e seus possíveis efeitos fiscais. O impacto direto da taxa de juros de curto prazo nas contas públicas é apenas parte do efeito macroeconômico da política monetária. Ela tem também impactos fiscais indiretos, por meio dos seus efeitos sobre as expectativas, a inflação, a taxa de câmbio e o crescimento econômico de longo prazo, viabilizado pela maior estabilidade econômica do País e pelas quedas dos prêmios de risco que afetam a colocação dos títulos do Tesouro.

Uma maneira de se avaliar os efeitos fiscais da política macroeconômica, levando-se em conta todos esses fatores, é por meio da trajetória da dívida líquida do setor público em relação ao PIB. Vamos ver que, em setembro de 2002, a dívida líquida do setor público total sobre o PIB tinha atingido um pico de 61,6%, caindo sistematicamente: 57% em dezembro de 2003; 51,7% em dezembro de 2004; 51,6% em dezembro de 2005. Em resumo, a trajetória cadente dessa relação. Houve uma queda no ano de 2005, mas o importante é que houve ainda uma queda, apesar de ser um ano de ajuste da economia brasileira em que houve um crescimento menor. Mas o fato é que isso mostra que mesmo em um ano de ajuste tivemos condições de baixar essa relação.

Se olharmos os diversos números que compõem esse quadro, levando-se em conta os dados de 2005, veremos que a necessidade de financiamento do setor público, por exemplo, foi de 3,3; com um superávit primário de menos 4,8; juros nominais de 8,1; a depreciação cambial diminuiu em 0,9; o crescimento do PIB ficou em 2,4%; o reconhecimento de dívidas ficou em 0,2. No final, portanto, caiu em 0,1%.

Para finalizar, vamos partir para a evolução recente da atividade econômica, começando com uma evolução do PIB, do crescimento do produto desde 1999, comparando primeiro os trimestres. Vamos ver que a média de 1999 a 2003 foi de 1,8% e, de 2004, 2005 e 2006, segundo as projeções do Banco Central, de cerca de 3,7%. Portanto, com base na média anual de crescimento do Brasil, tomando por base os números medidos em cada primeiro trimestre, vamos ver que a taxa de crescimento da economia brasileira dobrou nos últimos anos e está crescendo no ano de 2006 a 4%.

Em relação aos diversos componentes, a taxa anualizada agora, se focarmos no primeiro trimestre de 2006, foi de 5,7% de crescimento, uma taxa anualizada do crescimento do produto agora no primeiro trimestre de 2006, que é o crescimento da margem. Se olharmos do ponto de vista da oferta, a indústria cresceu 6,8%, crescimento importante; a pecuária, 4,6; serviços, 3,1. Se olharmos do ponto de vista da

demanda, o consumo das famílias foi de 2,2 e o do Governo, 3,9. Dado importante. Formação bruta de capital fixo – 15,8%, além do crescimento robusto de exportações e importações.

Consumo das famílias – 2003/2006. Em relação ou igual ao trimestre do ano anterior, vamos que depois de um período de decréscimo, em 2003, como resultado da alta inflação, da crise de 2002, temos o consumo das famílias crescendo em patamares elevados em termos da comparação com a nossa história recente e já num período de franca evolução a partir do final de 2005, início de 2006, mostrando a força do crescimento da economia de forma sustentável.

Se olharmos, por exemplo, a evolução da demanda e oferta, é um dado técnico, apenas para mostrar que, se olharmos na penúltima coluna à direita, vamos ver que, apesar de o PIB ter crescido 2,3%, a demanda agregada, o consumo, cresceu 3,2%. Como é que pode existir essa diferença, o ajuste de estoques e uma queda da produção agrícola, principalmente, mas o importante, se olharmos a tendência da economia brasileira, é que o consumo cresceu 3,5% em 2004, 3,2 em 2005. Em resumo, houve uma chamada “aterriagem suave” da economia e já está crescendo anualizada 4% no primeiro trimestre de 2006.

Gostaria de mencionar que se nós compararmos com o primeiro e segundo trimestre de 2005, que foi um ano em que estávamos vindo de um crescimento elevado, já está superior.

Se olharmos a produção industrial, veremos em vermelho 2003; em escuro, 2002; em laranja, 2004, em verde, 2005. Em 2006 já estamos num patamar superior, que é o vermelho claro, em cima, à esquerda. Vamos ver, portanto, que a produção industrial brasileira está crescendo de forma sustentada.

Se olharmos a média móvel de 3 meses, 2001 e 2006, vamos que caiu em 2001, voltou a subir, caiu de novo em 2002, começo de 2003, em função da crise daquele momento, mas a partir daí temos um crescimento sustentado da produção industrial brasileira até hoje, mostrando o acerto de o País priorizar a estabilização da economia visando termos um crescimento sustentado.

Vendas no varejo, uma evolução ainda mais estável, média móvel de 3 meses. A venda no varejo de 2001 a 2005 ficou estável, até caiu um pouco. Em 2001 estabilizou-se, depois voltou a cair, no final de 2002, começo de 2003, de novo uma evolução sustentável de forma consistente.

Salário e emprego, massa salarial e industrial de 2000 a 2005, vamos ver que cresceu em 2000/2001, decresceu em 2002, em função da crise, houve o impacto total da crise em 2003, depois cresceu em 2004

a 9% e 8,1% em 2005, um dado da maior importância. Isto é, a massa salarial industrial, em 2005, continuou crescendo. Falou-se muito no PIB. Eu falei da demanda, como a demanda não caiu, ficou um pouco abaixo de 2005, mas ainda num patamar sustentado e já crescendo. Por quê? A massa salarial da indústria cresceu, em 2005, 8,1%. Trata-se de um crescimento importante e histórico no Brasil. Foram 2 anos com crescimento nesse patamar.

Massa salarial geral: 2003/2005, crescimentos menores, mas de novo, em 2005, 5% massa salarial de todos os trabalhadores do País.

O impacto total das crises de 2001, 2002, começo de 2003, já cresceu em 2004 e mais ainda em 2005, com o patamar de 5% e, portanto, uma tendência crescente.

Pessoal ocupado, rendimento real e massa salarial: 2004/2005. Estou mostrando aqueles números que mencionei mais outros. Quer dizer, o pessoal ocupado cresceu 3% em 2004/2005. Números importantes, rendimento médio. Houve uma pequena queda em 2004, cresceu em 2005, assim como a massa salarial, como eu mostrei.

Salário real médio à esquerda, como ele está crescendo desde janeiro de 2004, e a massa salarial real também crescendo desde 2004, resultado de novo da estabilidade de uma política econômica, monetária e cambial que permite o crescimento sustentado da economia.

Outra maneira de medir taxa de desemprego. Vamos ver a taxa de desemprego em marrom em 2003, um pouco maior que a de 2002, mas já no final do ano convergindo para as taxas de 2002. No ano de 2004, já está abaixo da de 2002 e da 2005, com uma queda substancial em verde. E 2006 está na mesma trajetória sazonal, subiu um pouco no primeiro trimestre depois caiu, mas já está numa trajetória abaixo da dos anos anteriores, mostrando de novo a diminuição do desemprego no País em consequência do aumento do emprego.

Criação de empregos formais. Média de 1995 a 2002, 33 mil; média de 2003, 667 mil; média de 2004 a 2006, 1 milhão 282 mil empregos criados. Resultado – estabilidade da economia, diminuição das vulnerabilidades, inflações convergindo para as metas. Isso tem ganhos. A estabilização tem custos. Precisamos olhar os ganhos da estabilização, porque a experiência de todos os países do mundo hoje mostra que os ganhos de estabilização e ganhos de inflação na meta superam em muito os custos, fazendo com que os resultados sejam claros, como estão vendo.

Se olharmos de novo investimento, veremos que subiu em 2001, um pouco resultado dos investimentos

da geração de energia, caiu fortemente até o final de 2002, começo de 2003, e de novo houve uma recuperação importante, sustentada com oscilações normais, atingindo, portanto, nesse período, o pico no primeiro trimestre de 2006.

Produção doméstica de bens de capital, média móvel de 3 meses, como ela evolui mais ou menos seguindo o mesmo critério. Portanto, o País está investindo mais, comparativamente com o passado recente.

Quanto aos insumos da construção civil, o processo é o mesmo.

Portanto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores e Deputados, é exatamente o que eu gostaria de trazer de informações hoje. V.Exas. farão as perguntas que desejarem, e nós teremos grande satisfação e honra em respondê-las.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Muito obrigado Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles.

Passaremos imediatamente aos questionamentos dos Srs. Deputados e Senadores.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentes, infelizmente não temos uma representação majoritária de Deputados e Senadores que integram as Comissões conjuntas e estamos bastante próximos do encaminhamento a esta Casa da mensagem de Orçamento para o exercício de 2007, pelo Presidente da República.

Vou me deter a um dos aspectos que enseja a realização desta audiência pública, como norma da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é exatamente a preocupação com os impactos das políticas aqui apresentadas pelo Sr. Presidente do Banco Central, sobretudo os impactos fiscais. E vou valer-me de dados apresentados pelo próprio Presidente do Banco Central, com a colaboração analítica da Consultorias de Orçamento e Fiscalização Financeira da Comissão e da Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Aqui nos chamaram a atenção para a evolução positiva da redução dos índices de inflação, que no ano de 2003 apontavam, pelo IPCA, 9.3, chegando, em 2005, a 5.7. Na avaliação que nos é apresentada pelos integrantes da Consultoria de Orçamento e Fiscalização financeira, é trazida a nossa lembrança uma informação importante. Quero aqui repeti-la para que não paire dúvida sobre essa informação.

Somente a partir de setembro a SELIC voltou a cair. Porém, ao longo do ano, as taxas nominais e reais de juros permaneceram superiores às de 2004.

Em maio de 2006, mesmo após 8 reduções seguidas da SELIC, a taxa real de 10.6 ainda era superior aos níveis praticados em 2004.

Caso se confirme a redução do ritmo de queda da taxa básica ou a parada desse movimento por conta da reviravolta recente nos rumos da economia global, tem-se que tão cedo os juros reais não chegarão a um dígito. E queremos chamar a atenção é exatamente para o impacto fiscal dessa política monetária.

Os dados disponíveis no Banco Central e no Tesouro Nacional a todos Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras mostram-nos que, tendo como parâmetro os meses de abril, nos anos de 2002, 2003 e 2006, a nossa situação, pertinente ao volume de títulos em poder do mercado, vincendos em 12 meses, era a seguinte: em 2003, tínhamos 219 bilhões que venceriam em um ano, no mês de abril. Computando até os vencimentos de 4 a 5 anos, atingiríamos 552 bilhões de reais; em 2006, os títulos vincendos em um ano passaram de 219 bilhões para 403 bilhões. Somadas as parcelas sucessivas até 4 e 5 anos, nós chegamos a 908 bilhões. Se recuarmos para janeiro de 2006, para nos aproximarmos dos dados da inflação do IPCA para o ano de 2005, teremos que, em janeiro de 2006, o volume de títulos vincendos em poder do público em 12 meses era de 399 bilhões, de zero a 2 anos, de 1 a 2 anos, de 246, chegando, de 4 a 5 anos, a 900 bilhões de reais.

Quando o Sr. Presidente do Banco Central compara os impactos diretos em relação aos impactos indiretos, é evidente que a sociedade administra, de forma diferenciada, esses impactos indiretos. Mas os números nos indicam que é evidente que os frutos da política monetária e do crescimento econômico, seja da massa salarial, seja do PIB, estão sendo apropriados de maneira brutalmente desigual por diferentes parcelas da sociedade.

Quando se fala da massa salarial, que representa um universo de milhões e milhões de trabalhadores, e do crescimento do PIB, que representa a possibilidade da geração de novos empregos, isto se refere a um determinado impacto na economia, na sociedade, no emprego e na renda. Mas quando nós observamos que entre abril de 2003... E aqui, no ano de 2003, a taxa de inflação é de 9.5 e, no ano de 2003, 2004 e 2005, houve uma redução da inflação de 9.3 para 5.7, mas, se observarmos uma elevação, em abril de 2002, de 164 bilhões para 403 bilhões, estoque da dívida pública interna em poder de mercado, totalizando 908 bilhões, fica evidente que a conquista da estabilidade de preços, da retomada do crescimento econômico e do incremento da massa salarial sofrem brutalmente

um impacto fiscal profundamente desigual com a diferença que precisa ser estabelecida.

Quando se trata de geração de emprego e aumento da massa salarial, estamos tratando de um percentual de pessoas da sociedade brasileira inúmeras vezes maior do que o percentual da parcela da sociedade detentora desses números. Ou seja, o impacto fiscal da política monetária, o impacto na distribuição da renda e na concentração da riqueza é brutal.

Gostaria de, ao encerrar, ouvir do Presidente do Banco Central se esses números representam alguma preocupação para o Banco Central e para a busca não só do incremento da massa salarial, mas também do incremento do nível de emprego e do crescimento do PIB. Isso não representa a consolidação de uma estratégia, por exemplo. Eu falava agora com um cineasta de uma das grandes produções do cinema brasileiro, *Assalto ao Trem Pagador*, da década de 60, e me veio a idéia de se isso aqui não representa, a grosso modo, um assalto ao Tesouro Nacional. Porque é evidente que em abril de 2003 tínhamos 219 bilhões a vencer em um ano. Passamos, em abril de 2006, para 403. Comparando 2002 com 2006, saltamos de 541 bilhões, entre 4 e 5 anos, para 908 bilhões. Falta explicar por que naquele gráfico, em que o Presidente do Banco Central mostra a redução da dívida líquida em relação ao PIB, nunca se destrincha o que é dívida interna e externa.

Os dados disponíveis no *site* do Banco Central e na Secretaria do Tesouro mostram que é evidente a redução da dívida líquida em relação ao PIB, mas, quando se abre a primeira porta e se olha por dentro, é evidente também que essa redução se deveu à mudança no componente externo, enquanto o componente interno cresceu. Os números estão publicados e estão nos *sites* que mencionei.

Então, é evidente que essa estabilidade, que é louvável, que o controle de preços, que é importante e estratégico para o Estado planejar o desenvolvimento e o investimento, vem sendo acompanhada por um brutal processo de assalto ao Tesouro Nacional.

A carga tributária não foi criada para que se produza isso aqui. É preciso urgentemente encontrarmos outros mecanismos que preservem as metas de inflação, que estimem o crescimento do PIB, mas que não tratem o Tesouro Nacional como um poço artesiano que produz água limpa para muita pouca gente, retirando-se cada vez mais dele o que falta para o crédito, o investimento, a distribuição de renda e a superação da desigualdade e do desenvolvimento regional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Obrigado, Deputado Paulo Rubem Santiago.

Peço aos Parlamentares que respeitem o prazo de 5 minutos. Faremos 3 questionamentos a partir da resposta do Presidente do Banco Central.

Já comunico que o livro para a sessão extraordinária de votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, já se encontra aberto para a nossa sessão de hoje, às 14h30min.

Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Presidente do Banco Central, diretores do banco que vêm a esta Comissão cumprir a determinação legal da prestação de conta da Lei de Responsabilidade Fiscal, saúdo a todos os senhores.

O conteúdo desta reunião chama a minha atenção e por isso insisto nisso. Tínhamos conseguido aprovar, na LDO de 2005, que esse relatório a ser apresentado pelo Banco Central deveria avaliar os custos para a União da execução da política de metas inflacionárias, de juros, de intervenção no mercado de câmbio, de manutenção das reservas, do PROER, das operações com derivativos e de outros fatores do endividamento público.

Nossa noção é a de que o cumprimento do que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a avaliação de custos da política monetária, creditícia e cambial teria de ser medido com indicadores mais precisos. Infelizmente o Presidente da República vetou essa nossa proposta. Foi emenda de nossa autoria.

Baseia-se esse relatório na avaliação do que se chama Anexo 7 da LDO, anexo da política monetária, creditícia e cambial, que incorpora também em outro anexo a previsão dos indicadores macroeconômicos para o ano de 2005.

Os desvios desses indicadores são enormes. O dólar ficou 25% abaixo da cotação prevista na LDO. A taxa real de juros foi 12,5% maior. A SELIC nominal chegou a dezembro 50% acima do que se projetou na LDO. A relação dívida/PIB ficou estável. Apenas pelo critério de aproximação a diferença fica aparentemente maior. Em 2004, a dívida representou 51,67% do PIB e, em 2005, 51,62%. Pelo critério de aproximação, no primeiro número, os 67 centésimos são arredondados para 7 décimos; no segundo, os 62 centésimos, arredondados para 6 décimos, e a diferença é aparentemente maior.

Pergunto a V.Exa.: o Banco Central participa do debate dessas projeções dos indicadores macroeconômicos que vêm na LDO, para fazer seu anexo da política monetária, creditícia e cambial? Existe alguma interlocução entre o Banco Central e os Ministérios da Fazenda e do Planejamento na elaboração desses indicadores? Se existe de fato, por que diferenças tão

gritantes em relação ao que se prevê e o que realmente acontece?

Outra pergunta que eu queria dirigir a V.Sa. é sobre a vulnerabilidade externa. Há um debate muito forte na sociedade sobre a alegação de que um dos principais ganhos na política econômica é a diminuição da vulnerabilidade externa. Evidente que temos alguns méritos a serem salientados, como crescimento das reservas, reestruturação da dívida, com a mudança dos títulos externos – todos aqueles títulos decorrentes da reestruturação da dívida da década de 80 e início da década de 90 foram alterados –, avanço nas exportações.

Mas o que me preocupa – e é a tese que defendo e vou expor para que V.Sa. dê sua opinião – é que mudou o caráter da vulnerabilidade, não a vulnerabilidade em si. Os passivos externos bruto e líquido cresceram respectivamente 50% e 53%. Devemos levar em conta que grande parte desse passivo externo líquido deve-se ao crescimento das reservas, mas principalmente à aplicação de investimentos de empresas brasileiras no exterior e à transferência de patrimônio de brasileiros para o exterior.

Hoje, com o livre fluxo de capitais, política que está sendo perseguida pelo Banco Central, com as mudanças de março de 2005, com a resolução do Conselho Monetário Nacional e as resoluções do Banco Central, temos essa possibilidade de que ativos nominados em real se transformem em ativos em dólar. Então, será que, com essa abertura e com a possibilidade do fim da cobertura cambial, como propõe projeto de lei apresentado ao Senado pelo Líder do Governo no Congresso e pelo Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, não fragilizamos mais a nossa economia? Pelo caráter da nossa economia, dependente, com moeda não-conversível, essa possibilidade de se transferir abruptamente, com a variação do humor da liquidez internacional, com o aumento de riscos, ativos em real para passivos em dólar não aumenta a nossa vulnerabilidade?

Outra pergunta, bastante objetiva: qual a avaliação que V.Sa. faz desse aumento do *spread* bancário em 2005? No gráfico que V.Sa. mostrou há enorme queda do *spread* bancário, mas em 2005 o *spread* bancário ficou praticamente estabilizado.

Por último, será que num período de eleição não seria importante que colocássemos em debate algumas questões centrais da política macroeconômica, como por exemplo a meta de inflação? Em 2005, o Banco Central perseguia a meta. Oficialmente, ela era de 4,5%. Depois, foi mudada para 5,1%, porque os preços públicos já carregavam aumento real, fruto da variação da inflação de 2004. Então, a meta a ser

alcançada pelo Banco Central era de 5,1%. Esse debate de perseguir o coração da inflação e não a meta cheia, de buscar também indicadores de crescimento junto com a meta de inflação, crescimento mínimo, esse debate existe no Banco Central? Será que V.Sa. considera importante que tratemos desse tema do aprendizado com esses quase 8 anos de metas de inflação? Que mudanças poderiam ser feitas para aperfeiçoar esse sistema, para que ele ficasse mais ajustado às expectativas do País?

No final das contas, Sr. Presidente, apesar dos indicadores de crescimento, ficamos com a metade da média do crescimento do mundo, ficamos no penúltimo lugar em crescimento na América Latina. Aumentando esse hiato no período da bonança, quando o mundo cresceu, e com a ameaça de que os ventos mudem, a economia brasileira fica fragilizada para o futuro. O teste de 15 dias atrás já foi um susto. Essa mudança de cenário não nos levaria a alterações nas metas da inflação, na política cambial, na abertura econômica cada vez maior?

Eram essas as indagações que eu queria fazer a V.Sa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Obrigado, Deputado Sérgio Miranda.

Mais uma vez informamos aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados que o livro para a sessão extraordinária de votação da LDO já se encontra ali para assinatura. Conclamamos todos os Parlamentares para que o façam agora.

Por se tratar de reunião conjunta, convido o Deputado Carlos Mota a assumir agora a direção dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. É para o início da discussão, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Perfeito.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Porque a discussão não foi encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Sobre a LDO. Ela só foi lida. Agora vamos abrir o debate.

Passamos a palavra imediatamente ao Deputado Francisco Escórcio.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO ESCÓRCIO – Sr. Presidente, demais Deputados e Senadores, diretores do Banco Central, funcionários, Dr. Henrique Meirelles, estou vendo que aqueles colegas mais contundentes quando se trava um debate mais qualificado nesta Casa não estão aqui. Refiro-me aos colegas do PSDB, do PFL. Estou sentindo a ausência desses colegas. V.Sa. é a pessoa que tecnicamente poderia

respondê-los, mas eles não estão aqui. É a primeira observação que faço.

Eu queria fazer algumas perguntas, já que os Deputados a que me referi não estão aqui. Pergunto a V.Sa. se estamos numa crise cambial. Fala-se aqui que estamos numa crise cambial. Eu queria perguntar se estamos realmente numa crise cambial. Por quê? Porque quando estávamos debatendo a crise da agricultura e do agronegócio, falou-se aqui sobre essa crise cambial. Cheguei, inclusive, a dizer que se aumentássemos o câmbio para exportação, diminuiríamos o poder de compra dos mais pobres, do salário mínimo.

Outra pergunta: estamos também numa crise no campo que possa trazer uma situação danosa à economia, como colocar em xeque o emprego, principalmente no campo?

Outra pergunta: o que V.Sa. fez do FMI, que não se ouve mais falar dele? Todas as vezes em que ouvíamos falar que delegações do FMI viriam ao Brasil, elas chegavam e iam direto ao Banco Central do Brasil. V.Sa. pode nos dizer o que fez, porque ninguém mais ouviu falar desse famoso FMI?

Uma outra pergunta é com relação ao ganho dos bancos. Todo mundo diz que a maior remuneração hoje, no Brasil, não é a dos servidores dos bancos, mas sim dos banqueiros. Eu queria que V.Sa. dissesse algo sobre isso, porque o povo quer saber.

Por fim, peço uma visão futurista com relação àquilo que principalmente os mais pobres querem saber: a geração de empregos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Mota)

– Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, embora não seja a temática, porque estamos tratando de Banco Central, e Banco Central não trata de política social, eu queria passar alguns dados importantes para os nossos colegas. Os 50% mais pobres do Brasil detinham, antes de 2003, em torno de 13% da renda nacional. Hoje, detêm quase 16%, num crescimento anual 3 vezes maior do que fora nos últimos 10 anos. Ou seja, a renda da população mais pobre cresceu. Na mesma proporção decresceu a renda dos mais ricos do País, que representam 1% da população.

É óbvio que isso não foi feito por passe de mágica. É óbvio também que isso não é fruto tão-somente do aumento do emprego formal, dos programas de transferência de renda. Talvez não seja tão-somente fruto do aumento dos recursos do PRONAF, que alcançarão neste ano algo em torno de 9 bilhões de reais. Talvez essa transferência republicana da renda

dos mais ricos para os mais pobres seja fruto da estabilidade econômica.

Eu ouço muito discurso dizendo que banqueiro ganhou dinheiro no Brasil pela elevada taxa de juros. Mas a apropriação da renda nacional pelos setores mais ricos do País, nos últimos 10 anos, superou em uma vez e meia o ganho dos bancos nesse período. Então, algo nessa contabilidade está errada. Há alguns discursos que não conseguem aglutinar fatos da realidade. É óbvio que um crescimento mais acelerado talvez pudesse satisfazer as nossas ansiedades. Talvez um crescimento igual ao do Chile ou ao de países europeus pudesse satisfazer a ansiedade daqueles que governaram o País e não conseguiram promover esse crescimento.

Fico satisfeito com fato de o nosso crescimento recente ter sido o dobro do que ocorreu no ano passado. Essa é a realidade com a qual quero comparar o crescimento atual. Não quero comparar o nosso País com o Chile, com países europeus. Interessa-me uma comparação com o próprio Brasil.

A dívida pública é possivelmente a grande causa da transferência negativa de renda no passado, ou seja, o crescimento da dívida pública, devido a uma política fiscal irresponsável, pode ter descolado o capital da base produtiva, atrelando-o à agiotagem e ao endividamento do Estado.

O Estado raramente quebra. Então, se posso emprestar para o Estado, vou aumentar as possibilidades de lucro, vou aumentar a agiotagem. Ao reduzir o endividamento público, setores rentistas vão reclamar. É óbvio que em um país que promove ajustes alguns eventualmente ganharão mais do que outros.

Fico satisfeito também em saber que os que estão ganhando, nesse caso, são os 50% mais pobres da população do Brasil, que viram sua participação na renda nacional elevar-se de 13% para 16% do PIB, em 3 anos, com quase 1% a mais de apropriação da renda a cada ano.

Não vou fazer debate monetarista, porque essa não é a minha área. A minha área é conhecer o que se passa na realidade, ver o peão de fábrica arrumar emprego e trabalhar com carteira assinada. Essa é a minha área.

Uma pergunta que faço ao Presidente do Banco Central é: que impacto poderia haver com a retirada de investimentos piloto do cálculo do superávit primário em relação ao desenvolvimento econômico do País? Que impacto essa medida teria em relação à previsão feita, no início do ano, de 3% do PIB, para 4%, 4,5% do PIB, que foi o dado apontado na transparência? Qual o impacto da retirada do investimento

piloto do cálculo do superávit primário em termos de incremento do PIB?

Outra pergunta que faço é com relação à meta de inflação. Alguns economistas ligados ao Governo anterior têm-se referido, pelos jornais, a uma meta de inflação com margem mais variável. Ou seja, o núcleo dessa inflação poderia sofrer uma variação conforme o ciclo econômico – no ciclo recessivo, o núcleo poderia ser um pouco mais largo; no ciclo expansionista, haveria um viés mais rígido. Esse mecanismo funcionaria no Brasil? Poderia ser uma política, uma decisão do Banco Central para dar maior impulso ao desenvolvimento do País? Essa medida é compatível com a política macroeconômica? É uma realidade passível de ser alcançada e fácil de ser administrada?

São essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Mota) – Passo a Presidência dos trabalhos, em se tratando de reunião conjunta, ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leomar Quintanilha) – Conforme acordado anteriormente, após a manifestação de 3 Srs. Parlamentares, concedo a palavra ao ilustre Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou responder inicialmente a questão do Deputado Paulo Rubem Santiago.

Deputado, em relação às taxas de juros reais, 2 questões importantes devem ser levadas em consideração – em primeiro lugar, devemos comparar períodos inteiros, e não meses ou trimestres específicos; segundo, temos que comparar aquelas medidas que têm impacto sobre a economia.

De acordo com a expectativa que temos em relação à medida dos agentes econômicos, notamos que as expectativas que de fato influenciam as decisões de política econômica, de investimento, de consumo e de planejamento das empresas estão ligadas basicamente às taxas de juros de mercado. Isto é, a taxa de juros a termo – 6 meses, 1 ano, 2 anos. Basicamente, a taxa de juros de mercado de 1 ano é uma boa amostragem disso, descontada a expectativa de inflação dos agentes econômicos para este ano.

Se olharmos essas taxas, vamos ver que tem havido queda gradual delas nos últimos anos, a partir de 2003, 2004 e 2005. E também agora, em 2006, temos tido queda gradual dessas taxas nas médias anuais.

Houve períodos no ano de 2004 em que as taxas estiveram mais baixas do que as taxas atuais. Foi um período inclusive em que a inflação, depois da devida defasagem, deu sinais importantes de reação. Portanto, essas taxas de mercado se ajustaram a taxas que refletiam não só as expectativas futuras de inflação, mas também expectativas de ações de política monetária. E essas taxas voltaram a cair gradualmente.

Levando-se isso em conta, podemos assegurar a V.Exa. que a tendência da taxa de juros real medida por esses critérios é cadente. Portanto, as taxas de juros estão refletindo, e vão refletir no futuro, cada vez mais a melhora dos fundamentos, a maior estabilidade da economia brasileira.

Devemos também levar em consideração que muitas vezes as pessoas calculam a taxa de juros real pegando a Taxa SELIC e comparando com as expectativas de mercado para os próximos 12 meses. Mas há uma questão conceitual nesse cálculo, porque hoje a Taxa SELIC muda a cada 45 dias, aproximadamente e, portanto, não pode ser considerada constante para esse cálculo. Então, esse é um outro tipo de cálculo que muitas vezes se faz e que não reflete exatamente a expectativa dos agentes econômicos.

Há uma terceira metodologia que calcula as taxas *ex-post*, isto é, as taxas que de fato ocorreram na SELIC e as inflações ocorridas no período. De novo, essa é uma taxa que não se reflete na decisão futura para as atividades econômicas, que é exatamente o que influencia a atividade.

Vou dar um exemplo preciso a V.Exa.: a média da taxa de juros real de 1 ano, de 2000 a 2003, foi de 15,2%; a média de 2004 e 2005 foi de 11,4%; e a média de 2006, até maio, foi de 10,3%. Portanto, podemos pegar períodos curtos num determinado momento em que se pode ter a taxa eventualmente mais baixa. Mas se pegarmos blocos de anos, de períodos, de ciclos, vamos ver que a tendência é de queda.

A pergunta seguinte é sobre o crescimento da dívida mobiliária em poder do público. É verdade, Deputado, ela tem crescido de forma substancial. Mas sabemos que cada movimento de política econômica ou de política monetária ou cambial tem custos e benefícios. Não existem movimentos que sigam uma só direção. Por exemplo, quando o Brasil paga a dívida externa, toma recursos no mercado interno para pagar essas dívidas e substituir endividamentos externos. Nesse aspecto, é normal que a dívida interna cresça como proporção da dívida total.

A grande questão nesse caso, Deputado Paulo Rubem Santiago, é sabermos se esse é um movimento positivo para o País. Por exemplo, é preciso saber se substituir dívida externa por dívida interna é bom ou

ruim. A história mostra que é um movimento extraordinariamente positivo para o País.

Nas rodas de reuniões de bancos centrais no mundo inteiro, o endividamento externo é chamado, no jargão por eles utilizado, de pecado original. Quem comete o pecado original? Aquele país que não consegue se endividar na própria moeda e se endivida lá fora. Qual é o problema? O governo perde o controle da própria dívida, porque ela é denominada numa moeda externa, é influenciada por uma política monetária de outro país. E o aspecto principal disso é que gera insegurança. Quando há um problema qualquer, como uma desvalorização cambial, a dívida cresce de forma descontrolada.

No caso do Brasil era pior, porque nós tínhamos uma dívida interna indexada em dólares. Portanto, se acontecesse uma pequena insegurança, como tivemos recentemente nos mercados, isso poderia levar à desvalorização cambial, que levaria ao aumento da dívida interna, por causa da indexação, e também ao aumento da dívida externa. Em consequência, haveria aumento do endividamento público total, aumento dos juros e fuga de capital.

Por isso, é muito importante mencionarmos que a substituição de dívida externa por dívida interna é algo absolutamente vital, importante para o fortalecimento da economia do País, das finanças públicas. O Brasil passa a depender apenas, cada vez mais, da sua moeda, e não da de outros países. Além do mais, o aumento nas reservas tem o mesmo efeito. À medida que se aumentam as reservas, o Governo compra reservas no mercado interno e, portanto, toma recursos nesse mercado. Isso é positivo para o País, como mostram todos os países do mundo. Não existe país no mundo que, como política determinada, Excelência, pague a dívida interna tomando dinheiro no exterior. Não existe essa história. O país busca dinheiro no exterior quando não o consegue internamente. Esse dado é da maior importância.

O que mede, no final, o efeito para o Governo, de toda essa política, não é um item específico do endividamento público. Não basta olharmos um item isolado. Temos de analisar o total. O total, sim, representa o endividamento público do País e tem de ser medido contra o PIB. Portanto, o endividamento público está caindo como percentagem do PIB nos últimos anos.

O Deputado mencionou que, em virtude do crescimento grande da dívida mobiliária em poder do público, tem havido transferência muito grande de renda para os credores. A maneira de mensurar isso, Excelência, é medir exatamente o endividamento público total como percentagem do total de riquezas produzidas no País. Se medirmos isso, veremos que ela representou mais

de 61%, em 2002, e caiu para cerca de 51% agora. Portanto, a apropriação da renda nacional pelos credores diminuiu na medida em que a dívida pública total diminuiu. Ela não cresceu, como parece, se tomarmos em conta apenas um dos itens da dívida. Seria o mesmo que um cidadão que tem dívidas com diversos credores – bancos, lojas, supermercados etc. – dizer que sua dívida total caiu, mas naquela instituição subiu. Bom, nós temos que olhar a dívida total.

Isso mostra que a situação do Tesouro Nacional tem melhorado nos últimos anos, na medida em que, se levarmos em conta todos os itens de endividamento público soberano, o endividamento total, como percentagem do PIB, como percentagem do total de riquezas produzidas no País, tem caído.

Outra coisa da maior importância é que o que mede o resultado da política econômica para o trabalhador é o ganho de renda, uma vez que a massa salarial cresce, e o salário médio, que também tem crescido.

Assim, podemos dizer que a apropriação da riqueza pelos trabalhadores, como percentagem do PIB, está aumentando, na medida em que, como eu mostrei, a massa salarial e o rendimento médio estão crescendo. Os trabalhadores, com isso, estão se apropriando de parcela maior da riqueza, enquanto a dívida pública está caindo como percentagem PIB.

Passo agora às reflexões do Deputado Sérgio Miranda. Nós temos um debate amigo, cordial, técnico, de alto nível, o qual já vem de longo tempo, de muito antes da nossa gestão no Banco Central. Mas, neste debate, temos de levar em conta a LDO sancionada pelo Presidente da República.

Respeito, evidentemente, os pontos abordados pelo Deputado, que desejaria fosse dada abordagem diferente à LDO. Mas o fato é que a LDO para 2005 foi sancionada em termos que não são exatamente os termos que o Deputado tinha proposto. Além disso, temos que fazer uma avaliação baseada naquilo que julgamos, segundo a lei, adequado, correto e que melhor reflete os fundamentos da economia brasileira.

Como mencionamos, se tomarmos em conta um movimento específico de política monetária, como o de aumento de reservas ou o de subida ou baixa de juros, naquele momento específico, podemos dizer que tal movimento está prejudicando ou beneficiando o Tesouro Nacional, porque esse movimento tem um custo xis.

Na nossa avaliação, Deputado – V.Exa. sabe disso –, temos de levar em conta o fato de que existem vários aspectos que beneficiam ou prejudicam o Tesouro Nacional.

Por exemplo, prêmio de risco. Na nossa avaliação – e a história mostra isso –, uma inflação volátil, crescente, não beneficia o Tesouro. Por quê? Porque isso aumenta a incerteza, aumenta o prêmio de risco e faz com que o Tesouro tenha de pagar juros mais elevados para fazer as suas captações. As inflações baixas, na meta, pouco voláteis e previsíveis, como as que estamos tendo hoje, cada vez mais, no Brasil, diminuem os prêmios de riscos e fazem com que os custos do Tesouro possam cair ao longo do tempo.

Portanto, entendemos que a estabilidade, políticas monetária e de divisas adequadas fazem com que haja diminuição de riscos, de vulnerabilidade. Com isso, o Tesouro pode captar recursos, não só interna, mas também externamente, com taxas cada vez mais baixas, como já discutimos. As taxas de juros reais para os títulos de 1 ano, nos mercados doméstico e externo, estão com prêmios de risco gradualmente menores, o que se reflete no custo de captação do Tesouro.

Novamente, só há uma maneira de avaliarmos tudo isso. A análise tem de levar em conta o resultado de toda uma série muito complexa de fatores. É preciso comparar o total do endividamento público com o PIB, para saber, apesar disso tudo, qual é o resultado final.

Além do mais, Deputado, não nos esqueçamos de que existe também a política fiscal, que tem também, certamente, impacto preponderante na questão da evolução da dívida. Evidentemente, quanto mais favorável o resultado primário, mais favorável a evolução da dívida e vice-versa. A questão fiscal, todavia, não cabe ao Banco Central, mas a esta Casa e ao Executivo. Mas apenas gostaria de lembrar que é um outro item também que tem impacto preponderante no resultado final da dívida sobre o PIB, que é o resultado de todo um conjunto de fatores, seja de política do Banco Central – cambial, monetária –, seja de política fiscal. O resultado de tudo isso teremos na relação dívida/PIB.

É evidente que, se olharmos do ponto de vista exclusivamente das medidas do Banco Central, vamos ver que, historicamente, em diversos países, estabilidade, inflações convergindo para as metas, menor vulnerabilidade externa fazem com que os prêmios de risco caiam, aumentem-se os prazos e diminuam-se os custos de captação de recursos para o Tesouro.

O Deputado pergunta se o Banco Central tem participação direta na discussão e na definição dos números estimativos da LDO. Não, o Banco Central não participa das decisões no âmbito das discussões lideradas pelo Ministério do Planejamento. O Banco Central tem as suas estimativas, suas projeções, que são de conhecimento público e, inclusive, de conheci-

mento daqueles que decidem sobre a LDO. Mas não cabe ao Banco Central ir lá participar da decisão, porque a LDO é uma decisão de governo. O Banco Central dá subsídios, mas não vai lá participar das decisões.

Em relação à vulnerabilidade externa, o Deputado, pelo que entendi, argumenta que o aumento da remessa de empresas brasileiras para investimento no exterior *versus* o aumento das reservas configura situação de vulnerabilidade externa maior. Essa remessa de recursos para fora do País e mesmo a possibilidade de remessa num momento de crise poderia levar a maior vulnerabilidade. Na realidade, o maior fechamento dos mercados de câmbio resultaria em diminuição dessa vulnerabilidade. É isso, Deputado, ou não? Gostaria de que V.Exa. me dissesse exatamente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Não. Vou explicar melhor. Eu acho que houve alteração no conceito da vulnerabilidade. Nós melhoramos indicadores, diminui-se o endividamento externo, pagamos a dívida ainda da reestruturação. Mas por que digo que mudou o conceito? A vulnerabilidade hoje é diferente. A vulnerabilidade é fruto da abertura patrocinada pelo Banco Central, por meio de resoluções do Conselho Monetário Nacional. É fruto também da possibilidade que se apresenta agora do fim da cobertura cambial, aumentando a possibilidade de transformação de ativos em reais para ativos em dólar, porque ficou mais fácil transferir recursos para o exterior.

Nós somos uma economia passiva. Nós estamos mais sujeitos a choques externos. Não é à-toa que o Risco Brasil é um dos maiores do mundo. Então, essa a política do Banco Central, em vez de ter diminuído a vulnerabilidade, não alterou essa vulnerabilidade? É basicamente isso. Reconheço os méritos. Aumentou-se o nosso saldo comercial; captamos mais dólares. Mas a política de livre fluxo não alterou o conceito de vulnerabilidade?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Permita-me dizer a V.Exa. que, na minha opinião, alterou, mas alterou para melhor, tornando o País menos vulnerável. E vou dizer a V.Exa. algumas coisas exatamente a esse respeito.

Por exemplo, o Brasil e muitos países, no passado, já tiveram controle de câmbio muito rígidos. O Banco Central – eu, pessoalmente, não estava lá ainda, mas alguns dos meus colegas presentes já estavam – aplicou regimes de controle cambial muito fortes, na década de 80, quando o Brasil tentava controlar o fluxo de câmbio.

A nossa experiência, Deputado, é que aquilo não foi uma experiência de sucesso, muito pelo contrário. O País ficou mais vulnerável. A experiência de tentar controlar fluxo de câmbio é uma experiência que, eu

diria, na melhor das hipóteses, é malsucedida, em qualquer país do mundo. E a experiência também mostra, Deputado, que aqueles países que recorrem ao controle cambial o fazem porque estão muito vulneráveis. É o contrário. Países muito vulneráveis recorrem ao controle cambial para tentar proteger-se dessa vulnerabilidade. Quanto menos vulnerável é um país menos ele recorre ao controle cambial. E por quê? Exatamente, porque não é vulnerável.

É a mesma coisa, usando um exemplo extremo, daquele cidadão que está muito vulnerável, muito doente, e vai para uma sala protegida, na qual qualquer pessoa para entrar tem que colocar máscara, submeter-se a uma assepsia etc. Agora, não é uma situação desejável estar na UTI. Se alguém precisa, sim, perfeitamente, mas desejável não é. É como dizer a alguém que está muito saudável que ele está muito vulnerável no meio da rua, porque se encontra com pessoas que têm doenças, e mandá-lo para a UTI se proteger lá, apesar de saudável, achando que assim ele ficará menos vulnerável. Não, não ficará. Mesmo na Medicina a experiência mostra que o cidadão fica mais vulnerável na medida em que ele não se submete às condições normais da natureza para a qual é feito o ser humano.

A mesma coisa acontece com os países e as economias. Os países têm de se submeter às condições normais de mercado, de comércio, de fluxo de capitais. O país para ser de fato sólido tem que atrair capitais não por força dos seus controles, mas porque os capitais fluem para o país graças a sua oportunidade de crescimento, estabilidade e solidez. Essa é a forma menos vulnerável.

Só para fazer um paralelo, Deputado, tivemos aqui uma pergunta do Deputado Francisco Escórcio sobre se estamos ou não numa crise cambial. Disse S.Exa. que nesta Casa ouve-se dizer que estamos numa crise cambial. É interessante esse ponto, Deputado, porque observamos que essa crise cambial a que alguns Deputados se referem é uma crise cambial ao contrário. É uma crise cambial que seria uma crise cambial de um real muito valorizado, como resultado de um excesso de influxo de dólares, o que é o exatamente o oposto da preocupação de V.Exa.

Então, estamos com 2 preocupações absolutamente opostas e que não podem ser verdade ao mesmo tempo. A preocupação cambial de que estamos deixando muitos recursos saírem para o exterior e a preocupação de que estão entrando recursos demais. Na realidade, é a grande vantagem de uma economia equilibrada, que tem câmbio flutuante, uma economia sólida. Essa é uma economia na qual não há artificialismo na tentativa de fixação da taxa de câmbio, não

há artificialismo nos fluxos cambiais. O efeito líquido é que se nós tivéssemos essa vulnerabilidade, com recursos saindo ou podendo sair em grande quantidade, as taxas de câmbio estariam refletindo isso de outra forma, o que não é o caso do Brasil. Hoje, a situação é o contrário. O Brasil está tendo influxos importantes de recursos externos, exatamente pela força da sua economia, da sua exportação, pelos 45 bilhões de dólares de saldo comercial, pelo saldo de conta corrente.

E a grande preocupação que se lê nos jornais hoje é exatamente no sentido contrário – se não vai ficar forte demais; e até que ponto o real já não é forte. Aqui podemos lembrar Charles De Gaulle e o franco forte.

Nós não entramos, evidentemente, nesse debate. O que eu estou dizendo apenas é que essa é a preocupação. Durante muitas décadas, a preocupação foi com a moeda fraca, com o real fraco. E agora existem setores da sociedade que estão preocupados com o real forte. Eu acho que é uma evolução saudável. Significa que a economia brasileira está cada vez menos vulnerável, mas em condições de competir nos mercados internacionais e de ganhar, como estamos ganhando, com as nossas exportações e o nosso saldo comercial; de não perder ou tentar se proteger das perdas por meio de mecanismos legislativos ou burocráticos.

Em relação aos empréstimos bancários, S.Exa. menciona que o *spread* total estabilizou-se no final de 2005. S.Exa. tem razão. Aconteceu. Agora, o importante é que o *spread* elevou-se no final do ano, devido ao maior crescimento do crédito à pessoa física, que tem taxa superior, em média, ao da pessoa jurídica. É um dado positivo. De 2003 até hoje, Deputado – e podemos depois lhe enviar esse gráfico –, a taxa média do *spread* das pessoas físicas foi cadente, em média. Há alguns períodos de estabilização cadente.

Agora, se o aumento do volume de crédito à pessoa física foi superior ao do volume de crédito da pessoa jurídica, na média total, podemos ter estabilização ou pequeno aumento. Na realidade, isso é resultado de uma série de fatores e não só do crédito consignado, mas da menor inadimplência em função do fato de o trabalhador ter obtido aumento real de renda, de oferta de emprego, etc. Isso tem feito com que o trabalhador se sinta confiante para tomar mais empréstimos.

Outra coisa importante é que o crédito para a pessoa jurídica está caindo um pouco em alguns setores, principalmente entre as empresas maiores. A média total das empresas jurídicas está crescendo. Por quê? Porque as empresas grandes, Deputado, estão fazendo algo bem-vindo ao País – elas estão saindo dos bancos; elas estão indo direto aos mercados, na chamada “desintermediação”. Essa é uma mudança

importante. Baixam-se os custos, e as empresas têm acesso direto aos investidores nos mercados.

Os empréstimos para as pessoas jurídicas pequenas e médias estão aumentando, sim, e de forma importante. E os empréstimos para as pessoas jurídicas de grande porte estão caindo no sistema financeiro.

O Deputado aborda discussão legítima que acontece no mundo inteiro, embora seja um pouco nova no Brasil, porque estamos usando o regime de metas há pouco tempo. É uma discussão que já tem mais de 15 anos. Na maior parte dos países do mundo, Deputado – e nos reunimos com representantes dos 30 maiores Bancos Centrais do mundo a cada 2 meses; amanhã viajarei para Basileia, na Suíça para discutir questões das políticas monetária, cambial, de macroeconomia, etc. —, verificamos que a idéia de se estabelecer meta de crescimento é legítima e válida. Deveria ser estabelecida para os diversos órgãos que influenciam o crescimento do país e não só para o Executivo, e os diversos Ministérios, mas também para o Congresso Nacional e talvez para o Judiciário. Ou seja, todos os órgãos que influenciam, de uma forma ou de outra, o crescimento do país por meio da aprovação de reformas fundamentais, através da segurança jurídica, de investimentos públicos, de política fiscal.

Agora, a experiência de dar ao Banco Central uma meta de crescimento não prosperou, tendo sido abandonada. O Banco Central só tem um instrumento – a política monetária. E a entidade que tem apenas um instrumento não pode perseguir metas diferentes. No passado, os bancos centrais tinham diversas metas – crescimento, fomento a uma área do país, a um setor comercial, taxa de câmbio. Já tivemos, no Brasil, meta de taxa de câmbio. Um banco central com diversas metas fracassa.

Portanto, a experiência de todos os bancos centrais no mundo, hoje, praticamente, com regime de metas de inflação é que haja grande contribuição. Estamos vendo isso hoje no Brasil. É uma mudança histórica.

Deputado, espero voltar a conversar a esse respeito com V.Exa., independentemente da sua posição profissional no futuro e da minha, seja como Deputado, seja como autoridade monetária, ou ambos na vida privada como analistas, porque é muito importante verificarmos os efeitos benéficos da estabilidade, da inflação baixa para o País. Isso gera aumento do poder de compra do trabalhador, aumento da renda, melhor planejamento para as empresas, mais crescimento. Essa é a experiência de todos os países.

Portanto, a experiência, hoje, dos bancos centrais de todo o mundo e a grande contribuição que podem dar para um crescimento maior do país é inflação na meta.

Crescimento baixo de 2005 versus crescimento mais alto de outros países.

Em primeiro lugar, devemos comparar o crescimento não só de um ano específico, mas dos últimos 3 anos. O Brasil, em 2003, viveu um ajuste muito grande da crise de 2002; em 2004, cresceu muito, quase 5%; em 2005, houve um ajuste; e, em 2006, está previsto crescer a 4%. O crescimento médio desses 3 anos é de 3,7%, o dobro do crescimento dos anos anteriores. Em segundo lugar, se tomarmos a taxa de 4%, que é o crescimento previsto para este ano, já estamos em linha, com países emergentes, de autocr crescimento e num crescimento muito maior do que nos chamados países desenvolvidos ou ricos. O crescimento médio da Europa está previsto a 1,5%; dos Estados Unidos é mais alto, mas deve ser, para o ano, mais baixo do que o brasileiro, porque o crescimento americano, às vezes, supera um pouco as expectativas. Não podemos olhar o crescimento trimestral e sim o anual. Vamos aguardar, mas estamos em linha, em crescimento, como o México, a Coréia, países emergentes. O crescimento brasileiro está subindo.

Em 2005, como mostrei no gráfico, o Banco Central tentou controlar a demanda agregada, porque a produção depende de fatores fora do controle da autoridade monetária, como, por exemplo, variação de estoques, oferta de bens agrícolas, fatores climáticos, etc. Em 2004, a demanda agregada foi de 3,5%; em 2005, 3,2%; e uma taxa possivelmente maior em 2006, a um ritmo bastante forte, positivo e sustentado para a economia brasileira.

Mas e a China? A China ainda está crescendo muito, numa faixa de 6 a 9%, dependendo do período do país que se considera.

Deputado, são países que estão em outra fase de desenvolvimento, estão incorporando mão-de-obra da agricultura, mão-de-obra disponível. Como sabemos, a China dispõe de um excesso de mão-de-obra muito baixa na atividade industrial.

Se observarmos o Brasil no período econômico similar à China, por exemplo, na primeira metade do século XX, em 1900, e já na segunda metade, até 1970, constataremos que cresceu a taxas compatíveis às da China hoje, independentemente dos diversos modelos econômicos da época: República Velha, ditadura, Estado Novo, democracia, Dutra, Juscelino, em 1964, etc. Nesse período todo, o Brasil cresceu a taxas elevadas porque incorporava mão-de-obra barata na indústria, estava se industrializando.

Portanto, o Brasil está na direção correta, e o Banco Central dá sua contribuição ao manter a inflação na meta.

Sua pergunta: o susto dos últimos 15 dias não levaria a pensarmos em mudar as metas e a política de câmbio?

A minha resposta, com todo o respeito à amizade que temos, Deputado, é não. Minha resposta pessoal é não, acho exatamente o contrário. O susto dos últimos 15 dias mostrou o acerto da política brasileira; com a inflação na meta, o Brasil, ao contrário de outras oportunidades, não teve distúrbios graves; as expectativas de inflação, por exemplo, não se alteraram como em outros momentos similares da história. As expectativas de inflação continuaram até levemente cadentes, o que representa um ganho muito grande para o País, Deputado. Temos inflações ancoradas nas metas. Tivemos uma variação cambial, sim, mas dentro de patamares absolutamente aceitáveis e que sequer alteraram as expectativas de inflação do mercado, por exemplo. Tivemos o Risco País subindo, mas já voltou a cair, não chegando nem perto de índices que atingiu no passado, flutuações normais de linha com os demais emergentes.

Em resumo, o Brasil está agora usufruindo exatamente dos benefícios da política de um arcabouço de metas de inflação e um sistema de livre flutuação de câmbio implementados com sucesso.

Passo agora à pergunta do Deputado Francisco Escórcio – a uma delas já me reporteí –, se estamos ou não vivendo crise cambial.

Deputado, minha resposta é não. Não estamos vivendo uma crise cambial; o que estamos vivendo é exatamente a movimentação normal de um câmbio flutuante. Alguns setores empresariais estavam preocupados com o câmbio se aproximando de determinados patamares que prejudicavam a rentabilidade daquela empresa. Hoje, já estão mais confortáveis. Outros ainda continuam desconfortáveis; alguns estão muito felizes. Evidentemente, aqueles que importam máquinas e equipamentos e produzem para o mercado interno estão mais felizes, porque o dólar está menos caro, portanto, podem importar mais máquinas. Os devedores preocupam-se, e, ao contrário, estavam mais felizes com o dólar mais baixo, menos felizes hoje, mas muito mais felizes que no passado. Os trabalhadores têm poder de compra maior hoje do que tinham quando o dólar estava a 3,40.

Evidentemente, Deputado, a autoridade cambial não pode administrar uma política de câmbio tentando atender interesses setoriais o tempo todo, pois isso leva ao desastre. Política monetária deve ser aquela que melhor atenda os interesses do País, e a cambial também. No que diz respeito ao câmbio, a experiência mostra, e a política monetária também, que é um sistema flutuante com metas de inflação, ou metas de

inflação com câmbio flutuante. E é o sistema que mais se tem mostrado eficaz no mundo hoje para assegurar crescimento sustentado a longo prazo ao diminuir volatilidade nas taxas de produto, de crescimento de produto, na inflação, no câmbio, etc.

O Deputado me faz uma pergunta direta e pessoal. Pergunta o que fiz com o FMI. Por que ninguém ouviu mais falar no FMI.

Deputado, o FMI é uma figura muito importante quando o País está em dificuldades, em dissolvência externa. Então, o País assina um acordo com o FMI e este para ajudar negocia uma série de condições macroeconômicas que, muitas vezes, tem alta visibilidade na imprensa política, etc.

O que aconteceu foi muito simples, a melhora dos fundamentos da economia brasileira, nas contas externas brasileira foi de tal ordem que o Brasil simplesmente pagou todas as suas dívidas com o FMI. E hoje, somos sócios do FMI como são os países da Europa, os Estados Unidos, o Japão, a China. Por causa disso, o FMI deixou de ter essa importância. Agora é o contrário, ele muitas vezes nos chama para reuniões para perguntar o que deve ser feito. Estivemos em Washington recentemente, já fomos convidados para outras reuniões em que participa a direção.

Qual é o futuro papel do FMI no mundo? O que os senhores acham?

Então, agora discutimos com o FMI sobre o papel que deve ter e não mais o que o Brasil deve fazer. Isso não impede evidentemente que o FMI faça suas avaliações como o faz em todos países, inclusive do Brasil. Ele continua fazendo suas avaliações; inclusive, fez uma recentemente, está nos jornais; a avaliação sobre o Brasil foi positiva. Poderão discordar de alguma coisa, mas não tem mais aquela força impositiva dos acordos e, portanto, tem menos visibilidade. O FMI tem condições de opinar normalmente sobre a economia brasileira como opina sobre a economia de qualquer país.

A questão da remuneração dos bancos. As empresas brasileiras em geral, Deputado, têm remunerações cada vez maiores, tal qual a renda dos trabalhadores, o emprego, a massa salarial, porque a economia brasileira cresce e fica mais sólida.

A renda das maiores empresas brasileiras comercializadas em bolsas de valores superou a renda dos bancos, depois de muitos anos. Isso é o resultado normal do crescimento da economia brasileira, ou seja, a economia está indo na direção correta. Não compete ao Banco Central fixar remuneração de empresas específicas, tentar controlar. Ao Banco Central compete estabelecer regras prudenciais sólidas, bem feitas, para evitar problemas no mercado financeiro

que gerem quebra de cliente. Existe todo um sistema de proteção à competição, inclusive há projeto muito importante nesta Casa que regulamenta exatamente o papel do CADE na fiscalização da competição entre o sistema financeiro. Isso é muito importante. Existe uma decisão recente também do Supremo Tribunal Federal que define a questão da competição com aplicação do Código de Defesa do Consumidor em operações de crédito comercial, não nas operações de política monetária, que também é muito importante.

Em resumo, isso é normal, em todo o sistema de transparência. O Banco Central, por exemplo, estabeleceu a Central de Risco que faz com que possa existir concorrência entre o sistema. O Banco Central tem ampliado muito o número de cooperativas que aumenta a permeabilização do sistema.

Em resumo, o Banco Central faz sua política. O crédito consignado com maior transparência também.

O Deputado tem uma pergunta?

(Não identificado) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leomar Quintanilha) – V.Exa. deseja fazer uma réplica?

(Não identificado) – É.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leomar Quintanilha) – Estamos extrapolando o tempo regimental.

(Não identificado) – É rápido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leomar Quintanilha) – Tem V.Exa. dois minutos.

(Não identificado) – É só para dizer que esse é um chavão político da Oposição, sempre dizendo que a maior remuneração da nossa economia, hoje, é exatamente a dos bancos. É por isso que digo que falta um maior esclarecimento por parte do Banco Central e da política do Governo Lula.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Passando para a pergunta do Deputado Eduardo Valverde. Deputado, em primeiro lugar, gostaria de ter uma visão precisa exatamente de qual é o seu ponto. Vou resumir, digamos, sua primeira questão, a questão do superávit primário e do PIB, qual a influência dele ou não sobre o PIB. Se o Deputado precisasse exatamente qual é o ponto que o senhor gostaria que eu endereçasse aqui.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – A pergunta que eu faço é em relação ao plano piloto, a retirada dos investimentos em infra-estrutura do cálculo do superávit primário e como isso poderia impactar em termos de alcançar este ano um percentual de 4 a 5% de crescimento em nossa economia. Esse fato poderia gerar isso, porque estão colocando isso como se fosse um dogma: faça isso, pois dará como resultado maior crescimento. Se é correta essa afirmativa.

Outra pergunta que faço é com relação à variação de meta, do núcleo de meta da inflação, se pode variar em função do ciclo, pode ser mais elástica, um ciclo expansionista um pouco mais centralizado, mais recessivo para poder ser um pouco mais elástico e contornar essa situação.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não. Em primeiro lugar, em relação à questão dos investimentos no primário.

Deputado, o ex-Presidente Washington Luiz é citado na imprensa. Os especialistas da história talvez possam defender a precisão dessa afirmação, “condenar é construir estradas”. Tal afirmação não é mais usada independentemente de ser ou não de autoria do ex-Presidente Washington Luiz. Ousaria, para parafrasear essa afirmação, afirmar que governar é definir prioridades, particularmente as do uso do Orçamento. Isso compete não só ao Poder Executivo como a esta Casa, na medida em que o Orçamento é finito. Nossas experiências do passado, de usar recursos públicos como se não existisse custo nisso, não são bem-sucedidas.

O que posso afirmar são duas coisas – em primeiro lugar, o equilíbrio fiscal e uma relação cadente de dívida pública sobre o produto consistente ao longo do tempo são fundamentais para o País, porque diminui o custo de captação do Tesouro, o custo dos empréstimos para a população, as taxas de juros e aumenta os recursos disponíveis para investimentos privados. Isso leva o País, em última análise, a crescer mais.

Resumo. Definindo isso, temos um determinado volume de recursos públicos disponíveis para as despesas ou investimentos que são parte, portanto, do cálculo do superávit primário, e os investimentos são parte desse cálculo.

A definição entre o que vai para o investimento e o que vai para as correntes e outros não cabe necessariamente ao Banco Central. É nesta Casa, em outro fórum de debate, no Poder Executivo. Logo não nos cabe entrar na área dos senhores. O que é mais importante? Alocar recursos no investimento, para a saúde, para o aumento do funcionalismo... Quem sabe se tivesse ficado aqui em vez de ter ido para o Banco Central, se estivesse sentado aqui com os senhores, estaria possivelmente opinando a esse respeito com outro ponto de vista.

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO

– Sr. Presidente Henrique Meirelles, Senador, eu havia pedido uma brevíssima réplica. Se soltarmos a conversa vamos até São Pedro; não digo nem São João, porque evidentemente há alguns pontos dos quais não vamos chegar a acordo. Por exemplo – por coincidência, hoje,

o jornal *Correio Braziliense* faz uma avaliação dos recursos investidos na educação brasileira. Retoma o debate da educação básica e da educação superior. Está presente o Ministro da Educação, Fernando Haddad, que tem vindo à Comissão de Educação e Cultura e discutido conosco, inclusive o Ministério da Educação, e nos lembrado que o ideal seria, em vez de investir 4% do PIB, investir 6%. Esta Casa, junto com o Senado Federal, votou um Plano Nacional de Educação. Elaboramos metas para 10 anos. As metas não foram atingidas porque a elas estão sendo impostas outras em nome de um equilíbrio fiscal. E nesse ponto discordo de V.Exa., não quanto à importância do equilíbrio fiscal, mas falar de equilíbrio fiscal sendo o Tesouro um posto artesiano que não pára de emitir título para poder renegociar a dívida.

Tenho dados em mãos. Plano de Financiamento de 2004: recursos orçamentários, 73 bilhões; necessidade de financiamento, 252 bilhões.

Plano de Financiamento da Dívida Pública de 2005: recursos do Orçamento, 60 bilhões; necessidade de financiamento, 377 bilhões.

Plano Anual de Financiamento de 2006: recursos orçamentários, 62 bilhões; necessidade de financiamento, 419 bilhões.

Não há equilíbrio fiscal, Sr. Presidente, me permita. A não ser que queiramos enterrar a matemática. O que há é um Tesouro Nacional permanentemente à disposição do refinanciamento da dívida pública. Por isso temos um impacto muito grande na dívida interna. V.Exa., mais uma vez, ao falar da redução da dívida líquida, não destrinchou como eu havia proposto. A parte externa reduziu-se em função de políticas e de uma conjuntura externa. Porém, a parte interna elevou-se. É isso que acontece. Quando V.Exa. afirma que não vai entrar na nossa seara, não temos seara alguma em relação a isso. A Constituição, no art. 166, § 3º, inciso II da alínea “b”, proíbe o Congresso Nacional de discutir os recursos do Orçamento destinados ao serviço da dívida pública. Por isso, toda vez que discutimos, nesta e em outras Legislaturas, esses assuntos, não acontece nada. A vinda das autoridades monetárias a esta Comissão e às Comissões econômicas é uma mera formalidade e uma exigência legal. Não houvesse exigência legal, nem aqui viriam, porque não podemos mexer em nada.

Em 1988, isso foi imposto na Constituição Federal. Na verdade, quando o Presidente do Banco Central afirma: item V, das suas ponderações, Custos e Benefícios. S.Exa. se refere ao país. De que país estamos falando? Desses aqui? Os bancos internacionais, os bancos comerciais, grupos de investimentos que levam a maior parte da carteira de título, quantos desses re-

presentam a sociedade brasileira? Quantos? É para esses que o Tesouro está reemitindo títulos para refinarciar. Em 2004, 252 bilhões; em 2006, 419 bilhões. Convenhamos que não há equilíbrio fiscal porque, caso venha a se fechar a torneira do Tesouro Nacional, muitos interesses estarão contrariados, como os interesses do Ministro da Educação, hoje contrariados; os interesses do Congresso Nacional, que criou o Plano Nacional de Educação e não pode executá-lo; os interesses dos que militam na área jurídica, penitenciária.

A não-execução plena do Orçamento do Fundo Penitenciário tem levado a uma série de problemas e conflitos como vimos em várias regiões do País. Esse é um assunto que, graças a Deus, não está mais sob a ótica dicotômica de quem é a favor ou contra o equilíbrio fiscal. Já vencemos essa etapa.

O Presidente do Banco Central conhece as afirmações que fizemos desde as primeiras audiências. Não está mais em discussão se é importante ou não. É importante. Mas estamos discutindo, como afirmou o Deputado Sérgio Miranda, a ótica da vulnerabilidade.

Concluindo, lembro inclusive ao Deputado Francisco Escórcio que esses dados mereceriam uma análise mais ampla por parte desta Casa e desta Comissão. Temos realizado audiências. Há divergências, interpretações distintas dos números. E elas não são, muitas vezes, levadas em consideração.

Fico muito à vontade para abordar isso, porque sei que não é desta Legislatura e nem do Governo do Presidente Lula. É de toda uma cultura que se criou, e coloca-se na estratosfera a área econômica, as decisões macroeconômicas e todas as demais, sim. Então, o Congresso discute o Orçamento e opina, faz conferências, elabora planos, vota em leis federais planos, mas na área econômica não há conferência nacional de economia, plano nacional de economia. Tudo isso é abstraído do controle democrático do Congresso Nacional. Talvez, se o Presidente do Banco Central tivesse permanecido como Deputado, fosse mais sensível a essas teses, a esses confrontos. Mas foi levado à Presidência do Banco Central dentro de uma escalada histórica já de autonomia, separação das demais instâncias. É o que colocamos. Os números não são únicos.

Encerro lembrando que felizmente o Brasil tem uma boa produção acadêmica. Destaco trabalhos do Prof. Luiz Fernando de Paula e Fernando Ferrari, que discordam evidentemente que metas de inflação são uma unanimidade internacional. Não são. Recentemente, em outubro, foram publicados estudos que mostram países de diferentes grupos de economia internacional. Nem todos usaram a modalidade de buscar metas de inflação confiáveis e estáveis para sua economia. Há

outros países que trataram o combate à inflação de outras formas, com outros instrumentos, provocando um endividamento público muitas vezes menor e, conseqüentemente, liberando mais recursos do Tesouro para a educação, para o crédito, para o investimento, para a infra-estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leomar Quintanilha) – Deputado Eduardo Valverde, V.Exa. pretende fazer uma réplica?

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – A pergunta que faço em complementação aos dados apresentados é a seguinte: quais os títulos que estão sendo refinanciados e qual o prazo de resgate? Qual o prazo atual e o prazo dado no passado? Refiro-me ao prazo médio de resgate da dívida pública brasileira, ao prazo de resgate desses títulos.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – V.Exa. está falando da dívida interna ou externa?

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Da dívida interna.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Vou solicitar um prazo médio de resgate da dívida interna.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, eu queria fazer uma réplica.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leomar Quintanilha) – V.Exa. já fez uma réplica. Temos mais 2 Parlamentares inscritos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Não como réplica. Fiz apenas um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leomar Quintanilha) – A Mesa não estava sendo rigorosa no cumprimento do Regimento Interno.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Eu apenas respondi...

O SR. PRESIDENTE (Senador Leomar Quintanilha) – Deputado Sérgio Miranda, sei que a intervenção de V.Exa. é importante, mas é importante também que ouçamos outros Parlamentares inscritos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Mas eu não fiz réplica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leomar Quintanilha) – Deputado Sérgio Miranda, sei que a intervenção de V.Exa. é importante, mas é importante também que ouçamos os outros Parlamentares inscritos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Não fiz réplica, Sr. Presidente. Respondi uma indagação do Presidente do Banco Central. Vou tratar das minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leomar Quintanilha) – Ele estava respondendo a indagação feita por V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sim, mas pediu-me um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leomar Quintanilha) – Tem V.Exa. a palavra por 2 minutos para a réplica.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Dr. Henrique Meirelles, creio que não nos entendemos. Perdi o debate a respeito do conteúdo da audiência porque aprovei um conteúdo mais objetivo e o Governo vetou. O futuro relatório que V.Exa. terá de apresentar a esta Comissão, segundo a LDO... A lei dispõe: “*A avaliação de que trata o disposto no art. 9º, § 5º, da Lei Complementar nº 101 será fundamentada no anexo específico sobre os objetivos da política monetária, creditícia e cambial, os parâmetros e as projeções para os seus principais agregados e variáveis constantes do Anexo VII, observado o art. 11º.*”

V.Exa. não participa dos indicadores macroeconômicos demonstrados que são completamente fora da realidade? Como V.Exa. prestará contas nas audiências semestrais? É uma questão objetiva para respeitar a LDO. Não aceitaram nossa proposta de questões objetivas. V.Exa. terá de prestar contas desses parâmetros que em 2005 foram totalmente errados.

Segunda questão. Vulnerabilidade. É verdade que tem entrado dólar, mas a custo do juro real maior do mundo. Essa é a questão que nos diferencia de outras economias.

Terceira questão. Crescimento. Mesmo em termos de períodos mais longo, no Governo Lula, 2003, 2004, 2005, crescemos 60% menos do que a média do mundo. Não é a média da Índia e da China; é a média do mundo. No Governo Fernando Henrique Cardoso – 8 anos – crescemos 80% menos do que a média do mundo. Há 12 anos temos crescido menos do que a média do mundo. O hiato que nos separa do mundo tem se aprofundado. Temos as taxas de juros reais maiores do mundo e um baixo crescimento. Isso será cobrado numa fase de mais dificuldades, e poderemos viver com restrição de liquidez ou baixo crescimento.

Eram as questões que eu queria agregar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leomar Quintanilha) – Presidente Meirelles, antes de V.Exa. responder à réplica do Deputado Sérgio Miranda, devolvo a condução dos trabalhos ao Presidente da Comissão, Deputado Gilmar Machado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Peço aos membros da Comissão respeitem o Regimento Interno. Solicito ao Presidente que, por favor, seja mais objetivo em suas respostas. Posteriormente, ouviremos os 2 últimos oradores inscritos dentro do prazo regimental.

Muito obrigado.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Concluirei a última pergunta do Deputado Eduardo Valverde. Em primeiro lugar, em relação às metas de inflação, se não deveríamos variar o núcleo de acordo com os ciclos da economia. A experiência internacional mostra que a variação que muitas vezes se apresenta... Só para deixar claro, se entendo bem, o que V.Exa. chama de núcleo é a meta central?

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sim.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – A meta central no Brasil é fixada de acordo com as expectativas do Conselho Monetário Nacional para as condições de economia dos próximos anos, e é adotada num intervalo de tolerância superior, exatamente para que se possa acomodar os ciclos econômicos, choques externos positivos ou negativos ou choques que não sejam resultado normal da atividade econômica interna.

Para dar alguns exemplos a S.Exa., cito – no ano 2004, por exemplo, a meta central era de 5,5% e o intervalo de tolerância era de 2,5. Portanto, o intervalo superior terminava em 8%. A inflação foi de 7,6%, ou seja, 2,1% acima da meta central, exatamente para acomodar choques externos à economia brasileira naquele momento. Da mesma maneira, no ano de 2005 tivemos a inflação sendo fixada como meta pelo Conselho Monetário Nacional. Depois houve ajuste de objetivos para 5,1, exatamente levando-se isso em conta. A inflação foi de 5,7, portanto, dentro do intervalo de tolerância. Essa é a metodologia mais aceita hoje no mundo todo. A maior parte dos bancos centrais que adotam meta de inflação usam exatamente o sistema de meta central com alguns intervalos de tolerância.

Existe outra discussão, que não é essa exatamente, mas relacionada, ou seja, usar o índice de inflação medido pelos núcleos da inflação ao invés da inflação cheia ou total. Como disse, essa é outra discussão. Há bancos centrais que usam um, usam outro, mas o fato concreto é que no Brasil o sistema é o do IPCA publicado pelo IBGE. E é muito importante que, usando outro índice, tenhamos consistência e não fiquemos mudando índices a cada momento, senão vamos cair naquele problema definido muito bem pelo saudoso ex-Ministro Mario Henrique Simonsen: a maldição dos índices, ou seja, tenta-se mudar índices e acaba-se sempre pegando o pior dos 2 mundos.

Vou em frente e parto para as ponderações feitas também pelo Deputado Paulo Rubem Santiago sobre as quais, se entendi bem, temos concordância de que é importante o equilíbrio fiscal. Partimos desse ponto e, portanto, seria importante a relação cadente dívida/produto. A questão fundamental, pelo que entendi das suas ponderações, Deputado, é a seguinte. V.Exa. se refere ao fato de que, pela Constituição, o Congres-

so Nacional não pode interferir, realocar, diminuir ou mudar os recursos alocados para o cumprimento das obrigações financeiras do Tesouro Nacional.

Diria, em primeiro lugar, que está na Constituição, como V.Exa. mencionou, e não cabe a mim opinar sobre norma constitucional. Em segundo lugar, gostaria de dizer que, além de ser norma constitucional, é experiência da grande totalidade dos países. Não existe, que eu saiba, talvez com uma ou outra honrosa exceção, país que discuta no Congresso ou no Executivo quanto vai pagar de juros. O país que é devedor, que toma recursos, paga as taxas de juros que prevalecem livremente nos mercados, a não ser que tente controlar os mercados. E o devedor tentar controlar os mercados normalmente chama-se calote, em português não muito técnico. E o calote não tem dado muito certo, na maior parte dos países.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Não deixar endividar, antes disso.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Só que aí vamos discutir história. Vamos discutir os últimos 150 anos, e não chegaremos muito longe. Se não tivesse endividado, seria outra história.

O que quero dizer é o seguinte. No momento em que existe a dívida, qual é a melhor solução, do nosso ponto de vista, considerando que as experiências de calote, inclusive em países vizinhos nossos ou mesmo no Brasil, levaram a desastres, a quedas de governos, a enormes contrações de produto, que não é o que desejamos para o País?

Do nosso ponto de vista, é importante manter não só o equilíbrio fiscal, conforme concordamos, mas uma política monetária consistente de assegurar-se a inflação na meta e política cambial bem feita, de maneira que os prêmios de risco caíam, os juros vão caindo e, portanto, possamos prosseguir nessa política com sucesso.

Em relação a 2 pontos rápidos, o Deputado pergunta: “Qual país?” Diria que é o País dos trabalhadores brasileiros, Deputado, que estão tendo sua renda e seu poder de compra aumentados, em que o emprego e a massa salarial estão crescendo. Tudo isso se reflete em diversos indicadores de outro tipo, que não vou elaborar.

Em relação à meta de inflação, não há dúvida de que nada no mundo é absolutamente unânime. Qualquer coisa produz uma certa controvérsia. Como já dizia o saudoso Nelson Rodrigues, toda unanimidade é burra. Não existe unanimidade na humanidade em absolutamente nada. Dito isso, diria que, hoje, a grande maioria dos bancos centrais adota o regime de metas de inflação sob uma forma ou outra, e as experiências chamadas não-ortodoxas ou heterodoxas de controle da

inflação, esses outros instrumentos, já foram tentadas em muitos países e não têm dado certo. O Brasil tem uma experiência muito grande nisso. Não somos neófitos em outros instrumentos, Deputado. Já tentamos vários e muitos. Quase que esgotamos o repertório. Já tivemos tablita, congelamento, confisco. Já tivemos muita coisa e, na realidade, até hoje isso não deu certo. Portanto, estamos seguindo o conceito que prevalece na maioria dos bancos centrais, que tem dado certo na maioria dos países e está indo também na direção correta no Brasil.

A última questão é do Deputado Sérgio Miranda: *“Como o Banco Central poderia prestar contas, na medida em que não participa das definições dos parâmetros da LDO?”*

Vou responder às duas coisas. Em primeiro lugar, o Banco Central presta contas em função dos seus objetivos, como aqui fizemos hoje, de política monetária, de crédito, de política cambial, etc., e dos resultados das suas contas no efeito das transferências para o Tesouro. Em relação ao efeito de toda política monetária cambial nas contas públicas, já falamos bastante. Acredito que não vale a pena repetir que temos de trabalhar com resultado final, que é a relação dívida pública/PIB.

Com relação a prestar conta baseado nos parâmetros da LDO, ousou discordar de V.Exa. na medida em que...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Não é discordar de mim, é da lei que está aprovada e sancionada pelo Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Deputado Sérgio Miranda, vamos ouvir o Dr. Henrique Meirelles.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Desculpe, Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – A lei não nos obriga a assumir responsabilidade por parâmetros da LDO. Podemos discutir isso em mais detalhes posteriormente. Caso contrário, seria inédito um órgão público ser responsável por estimativas feitas por outros órgãos públicos. Na nossa interpretação, Deputado, claramente não se trata disso. Somos responsáveis por prestar conta das nossas ações e dos seus efeitos e não das estimativas de comportamento econômico futuro feitas por outros órgãos públicos.

Passemos agora às próximas perguntas, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Muito obrigado, Presidente.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que terá até 5 minutos para suas considerações.

O SR. SENADOR EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, Deputado Gilmar Machado, prezado Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, a imprensa traz hoje observações do ex-Governador Geraldo Alckmin, candidato à Presidência da República. Com todo respeito, não recomendaria a ele usar termos da natureza que usou para comentar a política desenvolvida pelo Banco Central.

Dr. Henrique, muitas vezes, tenho externado a V.Exa. a importância de, na medida do possível, caminhar na direção da diminuição das taxas de juros para promover maior crescimento da economia, mas nunca utilizaria as expressões usadas por ele, como dizer que o Presidente do Banco Central estaria tendo procedimento covarde ao dizer que errou na dose; que agiu na defesa; que o Brasil não cresceu porque o PT não tem credibilidade; que você fala por 25 anos uma coisa, assume o governo e faz outra. E também dizer: burrice, burrice, burrice. O Brasil está pagando uma dívida que é mais barata e está aumentando a mais cara, que é a dívida interna, que chegou a 1 trilhão, só para dizer que pagou a dívida externa. Para justificar esse argumento, lembrou que a dívida interna é baseada na taxa SELIC, hoje em 15, 25%.

Muito embora V.Exa. já tenha tocado no assunto, mencionando que as autoridade monetárias, o Presidente da República, os Ministros da Fazenda e do Planejamento e o Presidente do Banco Central terem tomado a decisão de fazer o pagamento da dívida que tínhamos pendente com o Fundo Monetário Internacional por uma questão de racionalidade, gostaria de dar oportunidade a V.Exa. de responder muito objetivamente essa observação feita por uma pessoa que hoje tem importância por ser candidato a Presidência da República.

Relacionado a esse tema, há na sua exposição uma referência à regra de John Taylor, professor de fato bastante conceituado e um dos principais membros do Council of Economic Advisers, que assessoram o Presidente George Walter Bush. O professor teve e tem uma posição de enorme importância, sendo eu mesmo seu contemporâneo na Universidade de Stanford.

Aqui V.Exa. mencionou a chamada regra de Taylor, sintetizando que na sua fórmula a taxa real de juros de curto prazo, descontada a inflação, seja determinada levando em conta 3 fatores – o desvio dos preços em relação à meta de inflação do Banco Central, desvio da atividade econômica em relação ao ritmo de pleno emprego e a taxa real de juros de curto prazo compatível com o pleno emprego.

Na medida em que a meta de inflação está sendo alcançada, já que o Conselho Monetário Nacional propôs 4,5% e está-se registrando uma taxa de infla-

ção de aproximadamente 4,1%, na medida em que, conforme demonstram os gráficos da sua exposição, felizmente neste ano de 2006, a taxa de desemprego está mais baixa do que as registradas em 2003, 2004 e 2005 para o primeiro quadrimestre, ainda que se mostre próxima a 10% e, portanto, longe da meta do pleno emprego, não considera V.Exa. que estamos em condições bastante propícias para caminhar na direção, seguindo a própria regra de John Taylor, da diminuição ainda maior da taxa de juros? Então, essa é uma indagação.

Completando, lembro-me, Presidente Henrique Meirelles, das suas exposições feitas em 2003, 2004 e 2005. Em 2004, especialmente, V.Exa. observou que previa uma diminuição do total de juros pagos pelo setor público da economia. Não me lembro agora o número de 2002, mas houve uma tendência em 2003 para 2004 de diminuição. Em 2003, foi 145,2 bilhões, de acordo com o boletim do Banco Central; em 2004, houve declínio para 128,2 bilhões, e V.Exa. tinha previsto que a tendência seria de diminuir em 2005. Entretanto, houve um aumento para 157 bilhões.

Agradeceria se V.Exa. pudesse explicar por que razão acabou se invertendo a tendência, inclusive diante da previsão feita aqui por V.Exa. Mas, levando em conta os esforços que o Governo vem realizando para diminuir isso, perguntaria: para 2006, teria V.Exa. uma previsão?

Notei durante a exposição que este quadro, que me parece bastante relevante, dessa vez não veio. Então, sugiro que sempre venha a evolução do total dos juros pagos.

No que tange à demonstração dos juros pagos, faço mais uma sugestão, inclusive levando em conta a preocupação do Deputado Paulo Rubem Santiago, há pouco expressa. Quando discutimos salário, juros, lucros, enfim, os diversos tipos de remuneração, estamos também preocupados com quem é que recebe esses juros ou salários pagos.

Felizmente, a economia brasileira está demonstrando claramente um aumento do total de salários pagos, da massa de salários, do salário médio, o que é uma indicação positiva. Mas seria importante termos sempre a evolução do total de juros pagos, com a uma informação adicional, na medida do possível. Poderia o Banco Central nos dar uma estimativa, não apenas hoje, mas regularmente, de quem na sociedade brasileira recebe juros? Qual seria a forma mais completa de nós podermos descrever? Como se trata de um número bastante significativo, pediria ao Presidente do Banco Central que desenvolvesse esse tema.

Se vamos dizer quem recebe os juros pagos pelo setor público na economia brasileira, como poderíamos

descrevê-lo? Qual o número de pessoas? É um número significativo? São aqueles que fazem aplicações? Em relação aos 185 milhões de habitantes, quanto são esses que recebem os juros pagos?

Acredito que essa pergunta está na direção daquilo que o Deputado Paulo Rubem Santiago e o Presidente, Deputado Gilmar Machado, quer saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – O último inscrito para fazer considerações é o Deputado Lupércio Ramos.

O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS – Sr. Presidente, Deputado Gilmar Machado, Srs. Presidentes das demais Comissões, Srs. Deputados, há pouco ouvi um colega dizer que o Presidente do Banco Central ele não se entendem. Acho até que a grande massa de cidadãos não consegue entender a economia e, quanto mais globalizada, mais complicada e mais sensível ela parece, evidentemente.

Por isso não quero levar minhas considerações para uma tese ou um modelo. Quero ser um pouco mais prático nas minhas 2 perguntas, sobretudo com relação ao ano em que estamos vivendo. Lembro-me de que há 3 anos V.Exa. era sempre bombardeado. Alguns segmentos da sociedade, algumas entidades empresariais e o próprio Vice-Presidente da República pegavam no pé de V.Exa. por conta dos juros altos, estratosféricos e pediam uma queda mais acentuada desse juros. Havia uma grande discussão entre monetarismo e desenvolvimentismo, Presidente.

Hoje reconhecemos que V.Exa. tem muitos méritos. A economia do País, inegavelmente, está melhor do que há 3 ou 4 anos. V.Exa. explica que, quando os bancos centrais se reúnem, chegam à conclusão de que o banco central pouco pode contribuir com a meta do desenvolvimento. Ele pode, sim, contribuir com a meta inflacionária. Mas me parece que o Banco Central não pode ficar dentro de uma redoma nem ficar pensando exclusivamente num modelo monetário ou no controle da inflação sem analisar o País.

É inegável, é inquestionável que o País precisa de um crescimento maior. Então, eis a minha pergunta: não está na hora, uma vez que a meta inflacionária está alcançada, mas a meta do crescimento é duvidosa, de afrouxar um pouquinho o modelo ortodoxo dessa economia para permitir que o País cresça mais? O Vice-Presidente já largou do pé de V.Exa. com relação aos juros?

E mais – todo ano de eleição é muito problemático para o Banco Central e para a economia do País, haja vista o ocorrido na última eleição de 2002. V.Exa. hoje está sendo pressionado, por conta do ano eleitoral, a mudar algum rumo da economia do Brasil?

Finalizando, um dos grandes avanços deste Governo foi a exportação. Mas de vez em quando os exportadores chamam muito por causa do câmbio. A minha pergunta: o real está supervalorizado hoje? Sei que o valor do real oscila a cada momento. Ou o real está real na economia brasileira?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado)

– Obrigado, Deputado Lupércio Ramos.

Imediatamente passo a palavra ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para suas considerações finais.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, gostaria de passar alguns dados que me foram solicitados sobre a duração dos títulos públicos federais em meses – 2000, 6,37; 2001, 10,17; 2002, 11,4; 2003, 10,9; 2004, 113,3; 2005, 11,9.

Parto agora para as perguntas do Senador Eduardo Suplicy sobre a regra de Taylor e outros componentes. Como tivemos oportunidade de conversar longamente na audiência da Comissão de Assuntos Econômicos, em que se discutiu a metodologia de análise e funcionamento do COPOM este ano, não vou evidentemente voltar àquele assunto. Já tivemos uma oportunidade muito produtiva e interessante de fazer isso. Podemos dizer que aplicamos essa e outras metodologias, além de levar em conta toda uma série de fatores, quando o Banco Central fixou, a cada COPOM, a meta para taxas de juros de curtíssimo prazo no Brasil durante os últimos anos. E certamente levará em conta toda uma série de fatores para fixação da taxa de juros no futuro.

A segunda pergunta do Senador é se teremos uma previsão para o total de juros pagos pelo Tesouro Nacional durante o ano. Nós estamos trabalhando nesse assunto, mas as previsões de mercado para o ano de 2006 é de 158,7 bilhões de reais, com percentagem do produto de 7,58%. Essa é a previsão de mercado para o gasto com juros pelo setor público no ano de 2006.

Com relação a quem recebe os juros, Senador, o Tesouro Nacional publica um perfil dos aplicadores de recursos e títulos da União que está à disposição do público. Certamente, repassaremos ao Tesouro Nacional, que é o responsável por essas divulgações, quaisquer sugestões específicas feitas pelo Senador que possam aperfeiçoar essa publicação. Teremos todo o prazer de levar isso para o Secretário do Tesouro Nacional.

Quanto ao que disse o Senador a respeito do desejo nacional de termos uma taxa de juros mais baixa, assunto sobre o qual também já conversamos

na última reunião, eu diria que esse também é o desejo de todos nós. O Banco Central do Brasil tem o desejo, como todos os brasileiros, de ter a taxa de juros mais baixa possível. A questão a saber, no entanto, é que temos uma meta, a meta de inflação. Não temos a liberdade de fixar uma taxa de juros que leve a um aumento da inflação ou a uma volta ao período inflacionário. Primeiro, porque assim o Banco Central não estaria cumprindo sua missão. Segundo, porque isso seria negativo para o País, que já viveu um regime de inflação alta e isso muito negativo para nosso crescimento.

Uma taxa de juros mais baixa, que leve a uma inflação mais elevada, não atende aos interesses do País. O desejo do País é uma taxa de juros SELIC que leve a inflação a convergir para as metas, diminuindo os prêmios de riscos, com conseqüente queda das taxas de juros a médio prazo.

O Senador mencionou comentários sobre termos, ou não, exagerado na dose ou sobre pessoas que podem achar que o Banco Central poderia ter cortado mais os juros. Algumas pessoas se posicionam emocionalmente a esse respeito, o que é compreensível. Mas reitero que a missão do Banco Central é manter a inflação na meta, o que aumenta o poder de renda do trabalhador, aumenta o emprego, aumenta a massa salarial e o poder de compra. Ao mesmo tempo, permite que as empresas invistam mais e o País cresça. É isso que estamos fazendo.

A decisão sobre taxa de juros não demanda grandes emoções, valentia ou covardia. A decisão sobre taxa de juros tem de ser tomada com responsabilidade e conhecimento técnico.

Temos uma última pergunta, feita pelo Deputado Lupércio Ramos. A sua pergunta é se, já que a inflação está abaixo da meta, não está na hora de afrouxar a política monetária para crescer mais. A resposta é que, em primeiro lugar, a inflação mais alta não leva a crescimento maior. A experiência de todos os países faz com que concluamos que a inflação na meta é aquela que leva a um crescimento maior. Se queremos continuar crescendo cada vez mais nos próximos anos, temos de manter a inflação na meta, e o Banco Central tem tomado as decisões político-monetárias consistentes nesse sentido, inclusive tem baixado a taxa de juros nas últimas reuniões. Baixou no passado, nas últimas reuniões do COPOM.

O último dado é que faz parte das normas de boa governança do Banco Central não anunciarmos decisões futuras do BC, porque isso não faz parte das regras bem-sucedidas do Banco Central.

Em relação à pergunta de V.Exa. sobre se eu estaria sendo pressionado, a minha resposta é a se-

guinte: Deputado, só é pressionado quem se deixa pressionar. Não é verdade? Eu não sei a quem V.Exa. se referia, mas o fato concreto é que o COPOM continua e continuará tomando as suas decisões técnicas de forma autônoma.

A última pergunta é se o real está supervalorizado na economia. A pergunta, Deputado, é compreensível, agora, em relação a outras moedas, temos uma taxa de juros flutuante que responde aos fluxos de câmbio, às expectativas sobre a economia brasileira, ao nível de risco da economia brasileira, ao aumento das importações e exportações etc. Portanto, essa taxa, no Brasil, hoje flutua normalmente. Aquele período em que o banco central tentava fixar qual taxa de câmbio deveria prevalecer na economia não existe mais na maior parte dos países do mundo.

Portanto, o Banco Central assegura que os mercados funcionem de uma forma líquida, eficaz, mas não faz previsões nem adjetiva as taxas de câmbio. O que podemos dizer é que os fundamentos da economia brasileira estão muito sólidos e o setor externo da economia brasileira vai cada vez melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Para a réplica, pelo prazo de até 2 minutos, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUP LICY – Com respeito a quem recebe os juros, prezado Presidente Henrique Meirelles, quando o Banco Central mostra a evolução da massa salarial, e isso é tão positivo, sabemos que são dezenas de milhões de pessoas que recebem essa massa salarial, talvez esse número esteja na casa dos 70, 80 milhões, não sei exatamente em quanto está hoje.

Quando falamos de um programa de transferência de renda como o Bolsa-Família, sabemos que hoje 9,2 milhões de famílias são atendidas por ele. Em julho, provavelmente, se atingirá a meta de 11,2 milhões de famílias, o que corresponde a cerca de 44 milhões de brasileiros. Eles vão receber este ano um total de 10 bilhões de reais do Bolsa-Família, conforme o Orçamento. Então, se temos uma estimativa de que 158 bilhões de reais serão pagos na forma de juros, avalio que seja relevante para nós, brasileiros, para o COPOM, saber quantos aproximadamente recebem esses juros, a quem se destinam.

Reitero minha recomendação dizendo, Presidente Gilmar Machado, que, quão mais o próprio Banco Central e as autoridades monetárias derem transparência a essa informação, melhor será o diálogo e a própria responsabilidade do COPOM ao definir a taxa de juros, porque terão maior consciência de quantas pessoas na sociedade brasileira recebem esses juros.

Outro dia a Senadora Heloísa Helena chegou a mencionar no plenário que seriam cerca de 20 mil pessoas que recebem juros. Eu acho que é uma subestimativa, mas eu não sei a informação precisa. Quem sabe sejam alguns milhões de pessoas que recebem juros? O Presidente do Banco Central sabe me informar quantos são os que recebem?

Essa é a indagação que ainda não sei responder e gostaria que o Banco Central respondesse.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – De fato, não temos essa informação, Senador. Então, como já disse, vou repassar ao Tesouro Nacional sua recomendação.

O SR. SENADOR EDUARDO SUP LICY – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Só uma informação – o Secretário do Tesouro vem a esta Comissão exatamente no final do mês, e nós vamos poder fazer a ele essa pergunta. Também agora, na votação da LDO, vamos poder apresentar outros itens a respeito dos quais nos interessam maiores informações.

Agradeço ao Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, o comparecimento, bem como aos demais presidentes das Comissões envolvidas e aos demais Parlamentares.

Comunico que hoje, às 14h30min, será realizada reunião extraordinária para votação do relatório ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007.

Está encerrada a reunião.

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, do dia 9 de novembro de 2006, às 10:00 horas.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia onze de novembro de dois mil e seis, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores, **FLEXA RIBEIRO, GEOVANI BORGES, JOÃO RIBEIRO, SERYS SLHESARENKO, NEY SUASSUNA, MÃO SANTA, IDELI SALVATTI e FLÁVIO ARNS**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Assume a Presidência dos trabalhos o Senador **FLÁVIO ARNS**, para que o Senador **LEOMAR QUINTANILHA** possa atuar como relator da matéria. A pauta de reunião da Comissão consta de **Audiência Pública** para “instruir a Proposta de Fiscalização e Controle nº 03 de 2006, “destinada a apurar as causas

do acidente aéreo que abateu o Boeing 737-800 da Gol Transportes Aéreos, bem como toda a responsabilidade sobre ele”, com os seguintes convidados – CARLA ANDRÉA FURTADO COELHO – representante da Gol Transportes Aéreos, JORGE AMAURY MAIA NUNES – Especialista em responsabilidade civil e EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – familiar de uma das vítimas do acidente. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores **FLEXA RIBEIRO, NEY SUASSUNA, SERYS SLHESSARENKO e LEOMAR QUINTANILHA**, relator da PFS nº 03 de 2006, que apresentam seus questionamentos. A seguir, o Senhor Presidente eventual Senador **FLÁVIO ARNS** manifesta sua solidariedade aos parentes das vítimas do acidente, agradece a presença dos convidados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e um minuto, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA(PCdoB-TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que concordam com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovado. A pauta de hoje diz respeito a Audiência Pública com a finalidade de instruir a proposta de fiscalização e controle nº 3 de 2006, destinada a apurar as causas do acidente aéreo que abateu o Boeing 737/800 da GOL, transportes aéreos, bem como toda a responsabilidade sobre ele.

Decidimos iniciar as nossas apurações pela área mais sensível, ou seja, examinando a necessidade e os direitos dos enlutados, familiares das vítimas em face da tragédia.

Assim é que convidamos o Presidente da GOL que enviou como representante Carla Coelho, convidando a Sra. Eulália Machado de Carvalho, membro aqui representando uma das famílias das vítimas e o professor da UNB e conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal, Dr. Jorge Amaury como especialista em matéria de responsabilidade civil. Impende-nos informar ainda que a dona Eulália Machado de Carvalho não comparece como representante oficial do conjunto de familiares das vítimas, mas simplesmente como esposa de uma das vítimas, pois reafirma que não tem procuração ou qualquer documento que lhe permita falar como representante

oficial dos demais familiares enlutados. Assim ela vem falar de sua experiência e das lutas que tem travado que talvez seja a experiência dos demais.

Nós gostaríamos de convidar para integrar a Mesa, o Dr. Jorge Amaury Maia Nunes, a Dra. Carla Andréia Furtado Coelho e a Sra. Eulália Machado de Carvalho. Eu gostaria de passar a presidência dos trabalhos ao eminente Senador Flávio Arns.

(Troca de presidência).

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – (interrupção do áudio) O Senador Leomar Quintanilha teve a gentileza de passar a presidência a minha pessoa em função do fato dele ser Relator desta matéria.

Então, eu gostaria de colaborar como membro da Comissão, inclusive, com todo o andamento dos processos e nesta manhã presidindo os trabalhos. Quero dizer aos convidados, Dra. Carla, Dr. Jorge e a Sra. Eulália, que habitualmente nós damos um tempo de 10 minutos, aproximadamente, 10, 15 minutos, o tempo que for necessário para as considerações que devam ser feitas em relação ao assunto objeto da Audiência Pública.

Então, gostaria em primeiro lugar, então, de passar a palavra a Dra. Carla Andréia Furtado Coelho, representante da GOL Transportes Aéreos para fazer uso da palavra.

SRA. CARLA ANDRÉIA FURTADO COELHO

– Bom, bom dia a todos, bom dia, Senador. Meu nome é Carla Andréia Coelho compareço em representação ao Presidente da companhia Constantino de Oliveira Júnior que registra as suas desculpas por não poder comparecer em razão de uma viagem e está fora do País.

Bom, o assunto que nos traz aqui é um assunto extremamente traumático para todos. Seria leviano usar o sofrimento das famílias e avocá-los para nós, mas peço a compreensão de todos, porque quem trabalhou e quem vivenciou o trauma do acidente, igualmente sofreu, igualmente tem hoje os resquícios das imagens do que aconteceu e eu pessoalmente presenciei, estive em Brasília por duas semanas consecutivas, vim para cá no primeiro momento, a empresa inteira se mobilizou para que isso acontecesse, independente das normas que são obrigatórias nesse momento, independente de qualquer regulamentação a empresa se mobilizou em suas pessoas de uma forma humanitária, isso não é marketing, em momento nenhum nós fizemos disso uma bandeira marqueteira, houve muita verdade no trabalho que foi feito. E por conta disso também estou emocionada, gostaria de contar com a compreensão de todos. Tenho na minha memória lembranças que são ruins, memórias que são muito

difíceis, todo o trabalho árduo de execução, trabalho que, em momento nenhum, foi veiculado na imprensa porque achamos que era uma hora de discricção, seria uma hora de respeito as famílias, uma hora em que a gente precisava trabalhar e não aparecer.

Então, alguns esclarecimentos hoje serão possíveis, o acidente já conta com mais de 30 dias. Independente disso, o trabalho que a GOL, na qualidade também de vítima do que também aconteceu, naquele momento não sabíamos ainda de algumas situações, mas independente de qualquer coisa fomos mobilizados na forma, no conteúdo e no coração, então viemos para cá para Brasília e fizemos o possível e eu estou com a minha consciência tranqüila, muito embora saibamos que isso não é unanimidade, a unanimidade, ela não existe, as ressalvas são feitas e estamos aqui para ouvir também críticas, como ouvimos a época, e como também fomos aperfeiçoando os trabalhos porque também chegamos a um estado de comoção, essa comoção ela existiu. Todo o trabalho de plano de contingência que existe, ele foi acionado, a empresa imediatamente mobilizou sua sala de crise, o seu corpo técnico que ficou à disposição em São Paulo, o seu corpo técnico que veio a Brasília, eu especialmente participava do corpo técnico que ficaria na empresa em São Paulo e por conta da gravidade do acidente me dirigi para cá. Fiquei envolvida com a situação nas duas semanas que se seguiram ao acidente.

Então, só para que a gente possa ter essa palavra inicial de esclarecer alguns pontos, a empresa está à disposição, veio para ser questionada, para ter oportunidade de esclarecer, para poder também falar um pouco mais do que não foi dito antes, por uma questão de respeito à dor das famílias. E tudo que foi feito sabemos que falhas aconteceram, mas elas foram irrelevantes, insignificantes perto de um bom trabalho que eu hoje eu tenho consciência tranqüila que foi feito, sem prejuízo de que aqui ouvimos algumas críticas, estou ciente que isso acontecerá também. Estou à disposição para ouvir se for alguma coisa que decorrente de algum equívoco que aconteceu, a gente sabe que num momento desses, querer dar certo sempre é quase inatingível.

Então tudo isso foi pensado antes, eu só queria que não tivéssemos em mente que é a maior parte do trabalho, inclusive ouvimos e por conta da proximidade que mantivemos com alguns familiares, essa proximidade aconteceu, ela foi natural, ela não foi buscada, em alguns momentos as posições se invertiam, eu dentro de uma fortaleza que era necessária pela minha função, muitas vezes caia, ficava abalada e tinha um consolo – “Calma que as coisas vão ficar bem”. Isso vinha de familiares, eu tenho hoje, inclusive, contato

com eles, alguns trabalhos estão sendo conduzidos, eu vou poder falar um pouco melhor a seguir, qual é o trâmite, qual foi a estratégia adotada independente da forma legal já estipulada em lei.

As responsabilidades, elas são definidas em lei, elas não precisam nem ser discutidas. O que se discute é a postura da empresa, o que ela pretendeu fazer para exercer o seu papel nesse momento.

Então, para aqui estou à disposição da Mesa e agradeço a oportunidade desses primeiros esclarecimentos, oportunidade que não tivemos antes e no decorrer da audiência eu acredito que alguns outros dados podem ser fornecidos. Eu fico à disposição dos senhores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) –

Agradeço essa participação inicial da Dra. Carla que é a representante da GOL Transportes Aéreos e passo em seguida a palavra ao Dr. Jorge Amaury Maia Nunes, como já mencionado professor da UNB, membro da OAB, especialista em responsabilidade civil. Com a palavra o Dr. Jorge Nunes.

SR. JORGE AMAURY MAIA NUNES –

Flávio Arnos que preside essa Sessão, dona Eulália, Dra. Carla, a minha missão aqui seguramente não é traçar o conceito da responsabilidade no caso concreto a falta de elementos probatórios a respeito do que aconteceu.

Todos nós sabemos que o procedimento investigatório está correndo de uma certa maneira sigilosa, preocupantemente sigilosa, diga-se de passagem. Então, eu traço cenários com as informações que são trazidas pela imprensa. Não tenho nenhuma outra fonte de informação. No direito de maneira geral, no direito brasileiro, mas não exclusivamente, nós temos duas espécies de responsabilidades.

Uma responsabilidade que decorre expressamente do dolo ou da culpa de um certo agente ou uma outra responsabilidade que nos interessa mais de perto que é a chamada responsabilidade objetiva, na qual para a responsabilização não é necessário que se verifique se o agente causador de um eventual dano agiu com dolo ou culpa, basta que o negócio implique a existência desse risco para que a responsabilidade aconteça. É claro, mesmo nessas circunstâncias, há algumas possibilidades teóricas de eximentes de responsabilidades, tais assim, o motivo de força maior, ou seja, aquele evento caracterizado pela chamada inevitabilidade. No caso concreto do acidente, duas regências legais diferentes poderiam ser agitadas.

A primeira decorrente do Código Brasileiro de Aeronáutica e a segunda decorrente do Código de Defesa do Consumidor. Para fins da aplicação do Código Brasileiro da Aeronáutica, considerar-se-ia a responsabilidade objetiva, mas a reparação do dano

decorrente do infausto acontecimento seria marcada por uma limitação pecuniária muito forte, ou seja, o Código Brasileiro de Aeronáutica prevê reparação de dano angusta(F), mínima.

Contrariamente a isso, o Código de Defesa do Consumidor considera a reparação total da responsabilidade. No caso brasileiro desde do início da década 90, os nossos tribunais tem decidido pelo afastamento dessa limitação da responsabilidade, sobretudo em decorrência da ocorrência do dano moral que não seria tarifável abnício(F).

Então, hoje com as informações de que dispomos, os parentes das vítimas teriam a possibilidade de haver da empresa transportadora, porque isso é um contrato de transporte, teriam a possibilidade de haver a indenização não tarifada, não tarifável. Outra questão que se coloca tem pertinência com o fato de que, pelo próprio Código Brasileiro de Aeronáutica, todas as empresas transportadoras são obrigadas a estabelecer um seguro para prevenir a reparação desse tipo de dano.

Esclareço, entretanto, que esse seguro também de pequeno valor, mas há possibilidade de haver o pagamento desse seguro com certas cautelas, porque o Código Brasileiro de Aeronáutica diz que é quem paga o seguro se exime, se isenta da responsabilidade. Então qualquer pagamento de seguro, qualquer recibo que se desse teria de ser lavrado com bastante cautela. Embora ainda que eu possa me valer de um precedente do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a pessoa que recebe o seguro não está impedida, não está obstada de buscar a totalidade da reparação. Esse seguro poderia atender momentos iniciais de necessidade financeira, mas ele não inviabilizaria de maneira nenhuma a possibilidade de recorrer-se ao judiciário no momento posterior para haver a reparação integral do dano.

De outra parte, eu mencionava ainda a pouco em conversa particular, já agora não mais como especialista em direito civil, mas sim como conselheiro da Ordem dos Advogados, eu mencionava a preocupação que nós temos com o aodamento com que tem sido propostas ações judiciais, tanto aqui no Brasil quanto no exterior, sobretudo nos Estados Unidos. Propõe-se ação contra uma plethora de réus sem saber exatamente do que se está tratando. Até porque também nos Estados Unidos o direito é local, o direito é civil, mas existem regras federais a esse respeito, também lá nos Estados Unidos existe a responsabilidade por culpa e existe a responsabilidade estrita que eles chamam de *street law ability*(F). E nessa responsabilidade estrita, você poderia aviar uma ação contra o produtor, o fabricante da aeronave contra o fabricante do chamado

transponder. Mas não poderia, por exemplo, se valer desse tipo de responsabilidade para aviar uma ação contra os pilotos do Legacy, isso não seria possível, a responsabilidade teria que ser fundada na culpa. Como não se tem ainda dados efetivos sobre isso, me parece que essas ações são, na melhor das hipóteses, precipitadas.

Esse tipo de atividade, de aconselhamento jurídico e de atividade jurídica contenciosa, a meu sentir não contribui nada para a defesa do direito dos parentes e das pessoas vitimadas. São essas as considerações iniciais, Sr. Senador.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) –

Agradeço também a participação inicial do Dr. Jorge Nunes, passo em seguida a palavra a Sra. Eulália Machado de Carvalho, esposa de vítima do acidente e como já mencionado na abertura dessa Audiência Pública, a própria Sra. Eulália fez questão de dizer que não possui documento oficial para representar o Grupo de Familiares das Vítimas, porém traz também a consideração desta Comissão, as suas impressões e discussões sobre o lamentável acontecimento. Então com a palavra a Sra. Eulália carvalho.

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO –

Eu agradeço imensamente o convite que me foi feito pelo Senador Quintanilha e eu vou dizer que eu estou aqui para responder as perguntas que me foram feitas. Eu só gostaria de colocar dois pontos – Um, em primeiro lugar agradecer de público ao grande chefe Megaron, que sem ele não teria sido possível haver o resgate. Esse homem, esse grande guerreiro do Brasil merece todo o respeito e a eterna emoção e lembrança da minha família.

Eu gostaria, por favor de pedir também um minuto de silêncio em respeito as 153 pessoas que faleceram e a uma que ainda está desaparecida. Aos falecidos e a esse eu gostaria, por favor, um minuto de silêncio que eu acho que isso nós temos pelo menos que fazer aqui.

Eu estou à disposição apenas para responder as perguntas que eu acho que assim fica melhor, porque eu não vou me estender, eu prefiro me ater às perguntas que me forem feitas.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) –

Pas- so então... Em seguida eu agradeço a Sra. Eulália de Carvalho, o minuto de silêncio foi muito apropriado e que este trabalho desta Comissão que se denomina Meio ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que fruto deste debate que aconteça nessa Comissão e também dos trabalhos que vem sendo desenvolvidos no sentido de investigação das causas, possa tudo isto trazer os desdobramentos necessários para o apoio as famílias, para a segurança das aero-

naves, para aprimoramentos que possam acontecer em todos os sentidos em nosso País.

Passo em seguida a palavra ao Relator desta Comissão e Presidente também da Comissão, hoje na condição de Relator, Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Inicialmente, agradeço o comparecimento nessa reunião da ilustre representante da GOL, do Dr. Jorge Amaury Maia Nunes e da Sra. Eulália Carvalho, entendendo que a GOL com esses 154 pessoas vitimadas, a GOL também nós entendemos ser vítima desse trágico acidente que comoveu todo o País. E eu espero que nós possamos contribuir de forma decisiva para a apuração das causas e das consequências desse acidente tão trágico.

E eu iniciaria perguntando a ilustre Dra. Carla Andréia Furtado Coelho que aqui representa a companhia GOL Transportes Aéreos, se a GOL tem promovido alguma apuração particular sobre as causas do acidente? Se afirmativo, a que resultados chegaram? A outra pergunta seria mais fácil.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu estou sugerindo que seja feito uma pergunta com a resposta e haver assim um diálogo.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Se preferir assim.

SRA. CARLA ANDRÉIA FURTADO COELHO – A primeira pergunta referente às causas do acidente. Essa investigação é privativa da competência do comando da aeronáutica, de forma sigilosa, é um rito. E a companhia, claro, ansiosa por saber, inclusive os primeiros relatórios e a conclusão permanecem no aguardo do desfecho final.

Então, respondendo objetivamente a GOL não apurou, nem poderia fazê-lo. Hoje aguarda ao término dos relatórios, o término das perícias que são cabíveis nesse momento e espera que o comando da aeronáutica o faça isso com brevidade. A gente sabe que é complexo, mas há uma ansiedade por conta dos familiares e por conta da própria companhia. Então não houve nenhuma apuração particular nesse sentido.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – A segunda pergunta com relação aos familiares das vítimas. A GOL tem noticiado que tem dado todo o apoio aos familiares das vítimas. A pergunta que fazemos é efetivamente o que a GOL tem feito pelos familiares das vítimas do acidente?

SRA. CARLA ANDRÉIA FURTADO COELHO – Vou só traçar um histórico para que a gente possa começar um dia após o acidente, não dê mais um. Entendemos que Brasília seria o local, considerando que o acidente ocorreu no local complicado de acesso, no meio da floresta, as cidades próximas, vizinhas não

teriam estrutura, a fim de manter aquela contingência que se fez necessária, entendemos que Brasília seria o ponto mais próximo e dele nos fizemos como base.

Então aqui em Brasília, cumprindo também normas e eu falo novamente, independente das normas que estavam para ser cumpridas, isso faz parte de regulamentos, a empresa precisa em caso de acidentes aéreos cumprir com a assistência, cumprir com todos os socorros, isso foi feito de uma maneira imediata.

Então, os familiares puderam vir a Brasília, em todos os pontos, nós tínhamos 15 estados vinculados, então os familiares foram trazidos a Brasília de uma maneira de emergência, a gente entende. Mas chegaram aqui foram hospedados em hotéis da cidade.

Na primeira semana já chegávamos a um contingente de trezentas pessoas hospedadas, os familiares contavam com assistência médica local, ambulâncias, assistência psicológica, tudo que podemos fazer, considerando a comoção que tínhamos pela frente, foi feito. Entendemos que no meio do caminho houve alguns percalços, lidávamos com pessoas comovidas, em comoção, alguns inclusive com riscos de saúde, eu presenciei alguns entendimentos que nos preocupavam demais, atendimentos médicos sérios. Todos eles foram atendidos e graças a Deus não foi nada mais sério. Foram situações decorrentes da emoção, então situações contornáveis com assistência médica local.

Durante a estadia dessas pessoas, a estadia dessas pessoas em Brasília, algumas comissões, alguns comitês foram criados por familiares, eles tinham algumas salas de apoio nesses hotéis e ali trabalhavam, então ali tinha recursos à Internet, recursos às linhas telefônicas, tudo que eles precisavam foi feito. Alguns se organizaram sim e por meio dessa organização alguns pedidos nos foram passados e a empresa tomou atitudes positivas com todos os pleitos que foram feitos, inclusive assistência médica e psicológica foi dada aos familiares diretos num prazo de 12 meses contado daquela data e isso hoje já foi regulamentado, eu entendo que estamos... se não foi no contingente total, nós estamos próximos a cumprir isso. Então todos os familiares diretos foram beneficiados com um plano de saúde também de emergência, esse plano de saúde fica vigente por 12 meses, contado a época do acidente é só para elencar alguns benefícios que foram dados, sem prejuízo das nossas obrigações, mas foram benefícios concedidos em função dos pedidos feitos por alguns comitês e é claro também que algumas coisas aconteceram no meio do caminho, então alguns comitês eles se representavam, mas não havia unanimidade com relação a essa representação. Inclusive recebemos manifestações de familiares que não queriam se sentir inseridos naqueles pedidos porque

entendiam de outra forma e para esses foram feitos pedidos isolados, não foram expostos os seus pedidos por uma questão de respeito e de confidencialidade, que nos é imposta nesse momento.

Então, tudo que, no decorrer pós acidente aconteceu com relação a atendimento, a empresa entende que foi cumprido.

Alguns trabalhos foram feitos de forma isolada e especialmente eu estive a frente de muitos deles, então posso falar, porque executei, presenciei. Então todo o relacionamento com o Instituto Médico Legal de Brasília, com o Ministério Público, que foi extremamente eficaz na sua execução, com o Juiz titular da Primeira Vara de Registros Públicos, que também, prontamente deferiu que fosse avocada a competência para o registro do óbito para Brasília. Tudo isso foi feito em paralelo e nos bastidores, era algo que a imprensa precisava cumprir sem precisar dizer que estava fazendo, até porque não era parte legítima para propor. A GOL não teria legitimidade processual para nada disso, mas fizemos porque sabíamos que seria uma forma de atenuar a burocracia, atenuar as dificuldades que tinham os familiares pela frente.

Então, eu não sei se eu consegui trazer tudo que foi feito e peço desculpas, porque a gente tem muitas coisas na cabeça, mas é um resumo, um bom resumo do trabalho que fizemos.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Obrigado. Dra. Carla, sob a ótica da GOL, qual é a responsabilidade civil da companhia perante os familiares das vítimas?

SRA. CARLA ANDRÉIA FURTADO COELHO – Bom, Senador essa responsabilidade ela é definida em lei, não há o que se discutir em relação a ela, ela é objetiva, ou seja, independente de culpa ou não, a GOL tem as suas responsabilidades definidas e com relação a isso não se discute. Ela será cumprida e a condução do assunto que eu acho que está sendo feita de uma forma peculiar, a GOL entendeu que seria melhor conduzir esse assunto de caso a caso, para aquelas famílias que se sentiram prontas para começar a falar de indenização. E vou fazer só uma ressalva: isso não é uma unanimidade, há aqueles que entendem que não é hora, há aqueles que entendem que ainda não estão preparados emocionalmente para se falar em indenização e nem em dinheiro, estão sofrendo. Então não quiseram, mas para aqueles que entenderam que já era momento de iniciar as conversas, foram agendadas reuniões no Brasil inteiro e essas reuniões está sendo conduzida por um consultor jurídico da GOL, especialmente por ele, para que a gente tivesse um discurso único, para não tivesse aí... na má interpretação de palavras, para que pudesse centralizar essa primeira

abordagem, essa primeira proximidade de uma forma única. Então... Desculpe, posso continuar?

Então, a responsabilidade ela é definida e isso está inquestionável. Essa abordagem com as famílias está sendo feita dessa forma, caso a caso, é claro que isso demora um pouco. Mas, entendemos também que se delegássemos essa proximidade para diversas pessoas ou diversos Advogados, isso não seria feita de uma forma correta, ou então, poderia ser correndo risco da interpretação de cada um com relação ao sentimento que tínhamos.

Por isso avocamos uma pessoa só que centralizasse ou então em nome dele, mas são poucos que fazem isso e para aquelas famílias que se sentiram preparadas para essa primeira conversa que não é uma conversa fácil, então isso já acontece hoje, há três semanas as famílias são visitadas no Brasil inteiro. Inclusive, hoje, a pessoa que me acompanharia nessa reunião está em Manaus, fazendo uma reunião com um grupo de família já pela segunda vez, esteve em Brasília por dois dias e já percorreu alguns outros estados, Rio de Janeiro, já foi a Vitória.

Então, estamos aí com um cronograma de reuniões extenso, mas que para essa primeira abordagem entendemos que deva ser feito dessa maneira e com toda a cautela possível.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Além dessa orientação jurídica, qual seria o procedimento jurídico que a GOL tem adotado em benefício dos familiares da vítima? Existe alguma coisa formalizada a respeito disso?

SRA. CARLA ANDRÉIA FURTADO COELHO – Benefícios jurídicos, tomamos algumas providências anteriores. Mas no que diz respeito especificamente a indenizações, isso está sendo tratado de caso a caso, não será estipulado nenhum valor pré-fixado para uma situação dessa. A gente entende que não é o caso.

Então, situações estão sendo consideradas com os familiares diretos, aqueles que estão habilitados, Procuradores que foram eleitos por ex-familiares, que podem falar em nome deles estão sendo procurados. Estão expondo a sua trajetória de vida, estão trazendo a conhecimento da empresa, quais são as suas pretensões, toda a oportunidade está sendo feita.

Então, o próximo passo, o trâmite que se dá início são dos entendimentos de um possível acordo. É o que se busca. Nós entendemos que o judiciário é a porta correta. Independente de haver uma ação judicial ou de um acordo, o fim é o mesmo. O judiciário é o caminho correto para que haja uma homologação, para que haja um reconhecimento e um respaldo legal.

Então o que se busca hoje da GOL é um entendimento prévio, é a oportunidade de sentar, expor e ouvir

e saber de uma possibilidade de compor. É a intenção. Acontecendo isso, o judiciário é a forma correta para que se dê a homologação cabível e o respaldo legal que ele é necessário.

Independente disso, situações paralelas sabemos que podem acontecer no judiciário, a empresa vai manter a mesma postura, o mesmo entendimento.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – A Sra. afirmou e a imprensa tem divulgado que a GOL pretenderia tratar caso a caso os interesses dos familiares das vítimas. A GOL tem desestimulados ou criado obstáculo para a Constituição de associação e representando os familiares?

SRA. CARLA ANDRÉIA FURTADO COELHO – Senador, a GOL não fez e nem poderia fazer. Não poderia ter esse tipo de atitude.

Só para esclarecer, voltando um pouco no que eu falei. A estratégia de tratar o caso a caso foi o que entendemos da maneira correta, para que não se expusesse situações que não seriam passíveis de uma coletividade, para que se mantivesse a confidencialidade e a discrição das pessoas que nos pediram isso, inclusive.

Eu recebi pedidos muito fortes em relação a isso para que se pudesse ter o resguardo devido, para que se falasse na hora correta e na hora que eles quisessem falar. Com relação à representação feita, ao contrário do que possa ter aparecido, a GOL atendeu os comitês sim e inclusive em atendimentos a alguns comitês os pedidos foram feitos e foram atendidos. Então eu não creio que tenha havido qualquer dificuldade com relação à criação das comissões. O que houve na verdade, foi que, por cautela, em razão de termos recebido também, é bom que se diga isso, a empresa recebeu manifestações de familiares que não se sentiam confortáveis, não se sentiam inseridos naquela representação, diziam que não tinham a mesma opinião com relação à forma e a postura e nos pediram para que fosse separadas as situações.

Os comitês seriam representados por aqueles que queriam ser representados pelo comitê. Aqueles que não se sentiram confortáveis com aquela situação, foram mantidos de forma isolada e por conta disso mantivemos a nossa postura. Criaram-se duas formas de trabalho, alguns em representação e alguns individualmente a cada família. Eu acho que não sei se respondi ao senhor, mas é o que aconteceu na verdade.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Agradeço a participação preliminar da Dra. Carla Andréia Furtado Coelho e gostaria de formular uma pergunta ao Dr. Jorge Amauri. E também temos tido notícia através da imprensa sobre a cobertura dos fa-

tos que envolveram o acidente ocorrido entre a GOL e o Legacy.

A imprensa tem divulgado que já foram movidas duas ações dos Estados Unidos por familiares das vítimas contra a *Boeing*, a *Haney Hell* fabricante do *transponder* e contra a empresa *Excel Air* que é a proprietária do Legacy. Da mesma forma, foram divulgadas algumas hipóteses sobre a condução do controle do voo, entre as quais se destacam primeiro – Que o piloto do Legacy teria desligado o *transponder*. Segundo, que o controle de voo de São José dos Campos teria informado ao piloto do Legacy para manter 37 mil pés em todo o percurso até Manaus. Terceiro, que independentemente dos fatos acima o controle de voo que estava com a responsabilidade de acompanhar o *Boeing* da GOL teria o dever de observar que as duas aeronaves encontravam-se em mesma atitude, mesma direção e em sentidos opostos, portanto em rota de colisão. Por último, que o *transponder* teria apresentado defeito.

São fatos que foram noticiados amplamente pela imprensa. Apesar dessas hipóteses ainda dependerem de apuração oficial, perguntaria a V.Sª inicialmente como se define, de acordo com as normas do direito brasileiro e estadunidense e é do conhecimento de V.Sª de quem seria a responsabilidade civil pelo acidente, a luz das possibilidades acima descritas?

SR. JORGE AMAURY MAIA NUNES – Eu vou retomar algo que mencionei ainda há pouco. Nós estamos diante de duas possibilidades de apuração de responsabilidade.

A responsabilidade objetiva, seguramente, seria apurável em relação a GOL no direito brasileiro. Agora, observe-se também que é possível, se comprovada certas hipóteses, haver a responsabilidade da União a respeito do controle do tráfego aéreo que é uma atividade específica da União. Então o art. 37, § 6 da Constituição, nessa hipótese, prevê a responsabilidade objetiva da União. Esse é o primeiro aspecto que precisa considerar.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Desculpa interromper. Ainda que a GOL fosse, com a apuração dos fatos, vítima também do acidente?

SR. JORGE AMAURY MAIA NUNES – A GOL sendo vítima do acidente, ela tem uma ação de regresso contra a União pela responsabilidade objetiva da União, em relação a atividade dos seus controladores. Esse ponto me parece pacífico e essa responsabilidade também é objetiva. Em outras palavras, a GOL não precisaria se voltar contra nenhum controlador de voo, basta que ela se volte contra a União.

A relação jurídica que vai se estabelecer é entre GOL e União. Claro, a União no exercício acadêmico poderia se voltar civilmente contra os controladores de vôo, se esses houvessem agido com culpa, para haver a reparação do dano isso seria inviável, porque os controladores de vôo não teriam condições financeiras de arcar com essa responsabilidade, é bom que fique claro isso.

Do ponto de vista do direito norte americano, é preciso que nós esclareçamos que diferentemente do que acontece no Brasil, lá o direito civil, o direito comercial, são de responsabilidade dos Estados. Há vários direitos civis, vários direitos comerciais nos Estados Unidos, há vários direitos processuais nos Estados Unidos. Mas eles têm algumas coisas em comum, eles trabalham como no direito brasileiro com duas espécies de responsabilidades, trabalham com a responsabilidade por culpa e trabalham com a responsabilidade objetiva, responsabilidade pelo risco.

É claro, lá é possível, com até mais largueza do que aqui, eximir-se da responsabilidade objetiva demonstrando o fato de ter sido, demonstrando que o equipamento estava em absolutas condições de uso.

Nesse caso lá, seria possível promover uma ação contra a *Boeing*, contra a fabricante do *transponder* tentando demonstrar a responsabilidade objetiva e a *Boeing* poderia eximir-se, demonstrando que o equipamento estava em perfeita condição de uso. A mesma coisa aconteceria do lado do *Legacy* contra a EMBRAER e contra o fabricante do *transponder*. E eles poderiam eximir-se dizendo que o equipamento estava em perfeita condição de uso e isso dependeria de uma prova técnica, de uma prova pericial para saber se assim acontecia ou não.

O que caracteriza mais o discrimem, entre o direito norte americano e o direito brasileiro no particular é talvez o montante das indenizações. O direito norte americano é mais generoso na concessão de valores pecuniários a título de reparação pelo que eles chamam de morte injusta, que é a morte que decorre do acidente aeroviário do que o direito brasileiro.

Mas ainda sim, nas duas circunstâncias, eu deixo claro que não se pode cogitar de limitação a esses valores indenizatórios. Apenas a guisa de recordação, há uma notícia jornalística que no caso, que envolveu a TAM, envolveu a TAM na década de 90, no início da década de 90, naquele infausto acidente no Estado de São Paulo, as indenizações variaram entre 500 mil reais e um milhão e meio de reais, que são muito superiores do que a indenização prevista no Código Brasileiro de Aeronáutica. Faltou alguma coisa, Senador?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Eu só lhe pediria, o senhor comentou nas suas

considerações pré-liminares a respeito de indenização não tarifada, o senhor podia explicitar um pouquinho mais a respeito.

SR. JORGE AMAURY MAIA NUNES – Eu explico. Desde a convenção de Varsóvia de 1929, todos os regulamentos de vôos trazem um limite, uma tarifa que deve ser atribuído individualmente a cada credor da indenização.

Quer dizer, a lei prevê expressamente, o seu dano só pode ser tanto. Esse dano na origem, na Convenção de Varsóvia era estabelecida numa moeda muito interessante, a gente chamava *Franco Poincaré*. *Poincaré* era o nome de um cidadão, diga-se de passagem. Mas isso era convertido, era conversível em ouro e depois conversível em dólar. Hoje em dia nós temos indenizações previstas, por exemplo, na Convenção de Montreal em direitos especiais de saques, que nada mais são do que a moeda utilizada pelo Fundo Monetário Internacional.

Quer dizer, todos esses regulamentos dizem: a indenização só pode atingir esse patamar, é isso que nós chamamos de indenização tarifada. E reitero, no caso brasileiro, a jurisprudência dos nossos tribunais tem sido avessa a essa tarifação.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Agradeço ao Dr. Jorge Amauri.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS(PT-PR) – Se V.Ex^a me permite só uma observação.

O senhor mencionou na sua fala inicial de que as investigações estão acontecendo em sigilo. E as investigações estão sendo preocupantemente, à sua expressão sigilosas. O senhor poderia detalhar, o que o senhor entende, então, por preocupantemente sigilosa?

SR. JORGE AMAURY MAIA NUNES – Eu acredito que qualquer espécie de investigação, de fiscalização seja procedida por qualquer órgão, ela deve considerar a sua própria legitimação. E não existe legitimação maior do que a legitimação popular, a legitimação da mídia que verifica se os passos utilizados na investigação são os passos adequados. Não me parece adequado que se possa simplesmente vender um resultado e dizer o resultado é este.

Eu até observo que em tese seria possível as pessoas interessadas promover uma ação judicial, uma ação civil que nós chamamos, no caso brasileiro, de ação de exibição para que sejam mostradas os documentos já obtidos pela Comissão e se argüir que essa atividade se exerce sob sigilo, desculpem, ainda sim, do Juiz do feito da ação de exibição pode determinar que se extrai uma suma desses documentos para ofertar as famílias, no sentido que elas possam

subsidiar as ações reparatórias que tenha contra qualquer que seja o réu.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Eu teria mais duas perguntas a formular, Dr. Amauri. A aviação civil conta com seguro obrigatório?

SR. JORGE AMAURY MAIA NUNES – Sim, conta.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Qual o procedimento a ser adotado pelos apurados das vítimas para ter esse seguro?

SR. JORGE AMAURY MAIA NUNES – A aviação civil, sim, conta com o seguro obrigatório semelhante ao seguro de veículos automotores. Há a possibilidade de um pagamento extrajudicial previsto no próprio Código Brasileiro de Aeronáutica, ou seja, as pessoas podem se habilitar diretamente perante o responsável ou até perante o segurador. Podem fazê-lo num prazo de 30 dias, e mesmo vencido esse prazo eles podem fazê-lo depois e o responsável terá o prazo também de 30 dias para honrar o pagamento desse seguro.

Eu reitero aqui o que mencionei ainda há pouco. Há que haver um certo zelo no recebimento desse seguro. Porque o seguro é de pequena monta e há uma expressa disposição no Código Brasileiro de Aeronáutica, diz: “Quem paga se exime”, e isso faria com que a indenização das pessoas fosse muito pequena, muito angusta.

Então seria preciso traçar ressalvas no recibo de pagamento. Apenas então, somente isso, mas eu registro também que o STJ já deliberou em sentido contrário, ou seja, que o pagamento de seguro não impede a pessoa de ir a juízo buscar aquilo que acha devido.

SRA. CARLA ANDRÉIA FURTADO COELHO – Senador, o senhor só me permite só um esclarecimento. Com relação a seguro obrigatório, esse procedimento já vem sendo tomado, a Sul América Seguradora disponibilizou um canal direto para que as famílias pudessem ter ciência da documentação necessária para fazer exatamente cumprir esse cuidado que o Dr. Amauri mencionou, com relação a quem pode receber.

Então, por conta disso, há uma exigência de documentação e aquelas famílias que já cumpriram essa entrega, estão recebendo o valor, está sendo feito em depósito em conta corrente. Não sabemos ainda se foi na totalidade ou não, eu acredito que não.

É um trabalho que ainda precisa de uma burocracia, infelizmente a documentação ela é necessária, mas é um trabalho já iniciado. É só para deixar esclarecimento a Mesa.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS(PT-PR) – Eu esclareço que essa intervenção, então, foi da Dra. Carla, representante da GOL e ao mesmo tempo certamente familiares e outras pessoas estão acompanhando essa audiência ou acompanharão depois na retransmissão da audiência.

Só ressaltar os cuidados também mencionados pelo Dr. Jorge em relação aos procedimentos todos. Na orientação jurídica precisa que deve acontecer nesses casos.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Presidente, ainda teria uma pergunta a formular ao Dr. Jorge, embora ele já tenha comentado sobre o assunto. Mas eu imagino que pode pairar uma dúvida entre responsabilidade objetiva e subjetiva. E parece que há consenso nas informações já divulgadas de que a GOL não teve culpa na ocorrência do acidente.

Neste caso, a responsabilidade objetiva do transportador, pelo fato exclusivo de ser concessionário de serviço público, se há responsabilidade objetiva, o que essa responsabilidade abrange?

SR. JORGE AMAURY MAIA NUNES – Sim, há responsabilidade objetiva. A responsabilidade objetiva nessas hipóteses, pode até ser eximida pelo fato de terceiro, mas não no desenho que se apresenta hoje nas informações que nós temos.

A responsabilidade objetiva abrange tanto os danos materiais, quanto abrange os danos morais. Nos danos materiais, há uma apreciação matemática sobre o que nós chamaríamos de lucro cessante, ou seja, consideraríamos a idade da vítima, uma perspectiva de vida. Antigamente eram 65 anos, hoje deve estar um pouquinho maior, consideraremos os anos faltantes para que ela completasse essa idade máxima entre 65 e 72 anos, mais ou menos, e multiplicaríamos o valor do rendimento mensal dela por esses meses faltantes até 65 ou até 72, onde supostamente ela deixaria de trabalhar ou viesse a falecer de causas naturais.

Essa parte tem pertinência com a chamada responsabilidade pelo dano material. E a par disso, há o dano pela dor, pelo sofrimento, pela injúria moral e esse é fixado segundo certos *standards* não muito claros, porque é impossível precificar a dor de alguém.

Mas o Superior Tribunal de Justiça estabelece alguns parâmetros nesse sentido. Entretanto, eu mencionei ainda agora o caso da TAM. Houve uma fixação contra a extinta VASP no valor de 10 milhões e meio de reais, mas essa decisão está suspensa por um recurso que foi aviado pelos controladores da VASP. Fora essas hipóteses de acidente aeroviário, há outras hipóteses de responsabilização pelo dano, mas aí os valores são menores, o dano moral é fixado em valor menor, mais ou menos entre duzentos e trezentos mil

reais. São essas, digamos assim, as balizas que podem caracterizar o ressarcimento do dano material e do dano moral.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Agradeço ao Dr. Jorge Amauri a sua participação preliminar nessa audiência e eu passaria a formular algumas perguntas a Sra. Eulália.

Sra. Eulália, nós queremos, de princípio, dizer que toda esta Comissão através dos seus membros e auxiliares técnicos, de qualquer sorte todo o povo brasileiro se solidariza com a senhora e com as famílias enlutadas pela inestimável perda dos seus entes tão queridos.

Ainda pela imprensa, nós temos notícias de que parentes das vítimas não tem recebido dos órgãos públicos do Distrito Federal os documentos necessários à defesa de seus interesses, procede essas informações? E que órgãos estão em falta com os senhores, de que documentos os senhores precisam?

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Procede. Eu quero colocar aqui uma situação terrível, bárbara que nós passamos em relação, que estamos passando em relação ao IML, que inclusive no momento onde o grupo estava reunido não teve o menor respeito, o senhor diretor Dr. Flávio, que nos tratou como mais um número e não como pessoas que estavam sofrendo, uma dor que eu nunca pensei que pudesse existir.

Nesse ponto, a GOL estava dando realmente o suporte e nós dependemos unicamente de um laudo necropsial.

Para o senhor ter idéia do absurdo, eu tenho o atestado de óbito do meu marido, datado dia 9, ele foi cremado dia 10 e eu não tenho simplesmente o documento do IML que trata do... é um documento que eu até gostaria, se fosse possível, passar as mãos da Comissão para que fosse também encaminhado ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para saber o que eles estão fazendo em relação a isso. É uma coisa assim, sem esse documento, eu até... Eu demorei duas horas para que, no dia 6 de novembro, 6 de novembro, eles tinham nove dias para nos entregarmos esses documentos dentro da lei, desde que houvesse uma ressalva, como está aqui dito no jornal, que inclusive eu tive oportunidade, eu agradeço a imprensa até o espaço que eu pude ter, o esforço ele recebeu do diretor da polícia civil, Dr. João Rodrigues dos Santos, autorização para prorrogação esse prazo em 30 dias.

Acontece que agora eu tenho até, eu tenho uma autoridade ao meu lado, mas que esse prazo tem que ter um limite. O que aconteceu conosco? Não nos davam nenhuma resposta, era assim, volte 10 dias. Os

10 dias passaram, 20 dias, 30 dias e nós estamos hoje dia 9, até agora sem nada.

No dia 26, dia 6 de novembro eu, sabe, em situação de desespero, eu rodei, eu fui jogada, e me senti, desculpe a expressão que eu vou usar aqui, mas como carne moída dentro do Instituto de Medicina Legal do Distrito Federal. Porque antes disso eu tentei falar diversas vezes com médicos que não me atenderam, tentei falar nos três celulares da Governadora, liguei para a Casa Oficial da Governadora também dizendo da situação terrível que estavam passando todas as famílias, porque isso nós conseguimos, porque o meu filho, inclusive, que está até aqui presente, existe na Internet que nós nos comunicamos e ninguém conseguiu receber esse documento.

Então, em desespero, eu entreguei, preparei, foi até com a ajuda de um colega nosso e o requerimento se baseou no art. 186 e 927 do Código Civil da lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que eu aconselho a quem não conseguiu esse laudo, que o faça. Porque simplesmente só depois de duas horas, eu não sei se os senhores conhecem o tamanho que é aquele complexo que existe ali, eu fui jogada, porque ninguém queria atender, até que uma senhora, assessora do Departamento de Polícia Técnica, disse que não poderia aceitar, porque não havia o papel pago, meu filho pagou isso no primeiro dia, no outro dia, você tem que pagar uma taxa e foi paga. Nós fomos jogados de um lado a outro.

Eu peguei esse documento, e falei: “A Sra. não está entendendo, eu já não estou mais querendo, eu vou processar o Instituto Médico Legal”. Porque o prazo, a lei permite, mas a lei também tem as suas limitações porque nada nos foi comunicado. Se eu... falha a minha idéia, doutor, o senhor por favor me corrija, mas você tem que ter uma comunicação dessa demora. Nós não recebemos comunicação nenhuma, a impressão que se tinha, ficaram livres dos corpos, pronto, acabou-se. Havia reuniões, nós não tivemos nenhuma informação.

Então eu quero passar esse documento, até porque eu também não sei o que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, esta fazendo, mas me parece que... Aí sim, quando houve isso eu falei bastante alto, não gritei, não destratei ninguém, mas me impus depois de duas horas de estresse que eu estava passando ali dentro e há de convir eu vi o corpo do meu marido, eu fiz questão de me expedir dele, aquele não era o lugar melhor para eu estar me sentindo ali, aí o Dr. Machado que é exatamente o chefe do departamento da polícia territorial, disse que revogaria, pediu a assessora dele que revogaria o pedido do Dr. Flávio e que amanhã sexta-feira os laudos seria entregues.

Vamos aguardar, mas nada me impede com isso, também, de eu entrar com uma ação contra o IML, foi um desrespeito muito grande.

E outro, quanto ao Governo Federal, na figura da aeronáutica, que não fez absolutamente nada e eu vou dizer, uma pena que eles não estejam presentes aqui, eu quero dizer que houve um anjo da guarda ali dentro, na aeronáutica, que era uma major, que eu nunca vi uma pessoa tão humana conosco ali dentro. Quer dizer, eram coisas pontuais que existiam ali, mas o que eu sinto simplesmente, a palavra que eu sinto que o Governo Federal na figura da aeronáutica está assim completamente acuado e não está passando, não sei, não toma providências nenhuma.

Aconteceu o maior acidente, Sr. Presidente da República, nós temos mais um recorde, aconteceu o maior acidente da América Latina, no Brasil. Isso é um recorde terrível, por favor façam alguma coisa, não é possível que tantos cidadãos que estavam ali dentro, pais de família, crianças, filhos, sejam tratados como números por todos os órgãos envolvidos. Por favor o que nós pedimos é respeito, respeito tanto do governo do Distrito Federal quanto do Governo Federal.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Sra. Eulália, o comando da aeronáutica deve algum documento aos familiares?

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Nós nunca recebemos nada, nós nunca recebemos nenhuma informação, nós não temos nenhuma informação de nada, nada, nada, nada. Inclusive o que até dificulta, até nós fazermos um procedimento em relação até o que a GOL propôs.

Então nós não temos absolutamente nada da aeronáutica. Eu só digo que a aeronáutica teve pessoas conosco, teve realmente, pessoas que nos amparavam, mas eram pessoas ali como indivíduos que estavam ali mandados pela aeronáutica, eram pessoas que estavam ali, mas a atitude deles ao mesmo tempo que era formal, era pessoal pelo carinho que nos tratavam, mas eu não tenho, nós não temos nenhuma informação da aeronáutica, nenhuma como os senhores, ninguém tem informação de nada, absolutamente nada.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Com relação a GOL, nós ouvimos as manifestações da sua representante, Dra. Carla e a imprensa têm também noticiado que a GOL tem dado o apoio aos familiares das vítimas.

Que tipo de apoio tem sido recebido? Qual o compromisso que a GOL propôs assumir e se ela tem cumprido os compromissos assumidos?

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Eu vou colocar aqui a GOL em dois momentos.

No primeiro momento, a GOL, nós que morávamos em Brasília, nós descobrimos, através da Internet, que a GOL havia levado familiares das vítimas para um hotel em Brasília.

Enquanto nós estávamos em casa, a GOL não nos informou nada. Aí, o que nós resolvemos fazer? Nós nos deslocamos para o hotel, que aí eu já acho uma falha primeiro, mas depois no hotel, realmente a GOL através de pessoas, eu quero aqui citar, eu vou reclamar de um lado, mas eu tenho que dizer também a verdade do outro, existiram esses dois momentos.

Enquanto nós estávamos todos juntos, as pessoas que estavam ali da GOL foram de uma humanidade, inclusive nos defendendo até do próprio IML que nos destratou, nos destratou, dizendo, ele chegou a perguntar: “O que os senhores estão fazendo aqui que não estão no IML?”, isso foi uma afronta. Eu falei: “Sabe, ninguém merece uma coisa dessas”.

Existem pessoas como o Igor, como a Juliana, que inclusive, eu quero deixar aqui claro, fez uma lista, que aí eu discordo um pouco dessa posição da GOL, de pessoas que estavam interessadas, existe essa lista sim, oficial, nós entregamos uma pessoa também, outro anjo da guarda chamada Júlia, nós fizemos uma lista com nossos e-mails, porque nós tínhamos interesse de manter contado entre nós, então nós demos essa lista para uma pessoa da GOL. Nós demos uma lista, independente disso. E aí eu vejo outro momento.

Quando... ela deu todo o suporte, realmente, as pessoas nos levaram... enquanto, olha eu vou colocar, enquanto estava na mídia. Aí eu vejo o segundo momento.

As promessas que foram feitas do plano de saúde, porque aí me parece que agora nós estamos tratando com uma coisa muito mais complicada é com a seguradora da GOL, que aí que é o grande problema que ainda não foi citado aqui. É que a seguradora da GOL, quer dizer, a GOL nos prometeu através da sua seguradora, quer dizer, desculpem, a mim não importa.

Eu tenho que lidar com uma perda e tratar de negócios ao mesmo tempo, isso é massacrante, senhores, vocês não fazem idéia da dor que isso nos provoca. O plano de saúde, até agora não sei. Não apareceu, eu tenho até aqui, me disseram que eu estou pagando, eu, meu filho, um psicólogo porque nós não temos condições de realmente passar por isso sozinhos, eu estou até com o recibo aqui. Parece que é em torno de 59 reais que a GOL iria reembolsar, não sei como.

Uma outra coisa, desculpem voltar, que eu estou um pouco nervosa. Durante o período que a GOL, que nós estávamos todos unidos, o 0800 era um caos, não funcionou. Agora, depois de algum tempo, de muita reclamação nossa, o 0800 está conseguindo ser um

pouco mais personalizado. Eu consigo chamar, me identificar e chamar uma pessoa da GOL que isso já ajuda muito. Então, você já tem quando é um caso. Acontece que não há nada por escrito, o problema todo é esse.

E eu quero colocar aqui, eu não sei se teria uma pergunta, mas eu poderia continuar a contar? É o seguinte: Houve essa melhora do 0800. E através do 0800, nos foi informado que nós teríamos uma reunião com o Dr. Machado que seria avisado o local e a hora.

De antemão, antes de nós sairmos de casa, nós já vimos pelos jornais o que iria acontecer. Que a GOL não proporia nenhum acordo e que nós é que contrataríamos um Advogado e a GOL pagaria os custos, continuo dizendo, não há nada escrito sobre isso, nós não temos um documento que nos garanta isso. E que cada um avaliaria quanto deveria, achava que deveria receber. Isso é uma situação que nós já sabíamos pelos jornais.

Eu vou dizer aos senhores, é uma situação complicada. Mas se era assim que ela estava colocando, eu vou dizer aos senhores, eu estou bastante perdida com essa situação.

Só que ao mesmo tempo que aconteceu isso, nós inclusive não assinamos ainda com nenhum advogado, tendo em vista o problema dessa falta de informações que nós temos, como eu havia lhe dito. Essa falta de informação, quer dizer, o valor, o que eu perdi não tem preço.

O que havia no laptop do meu marido que foi perdido também é um valor comercial, existe esse lado também, porque existe o lado da perda material, mas era a perda material de uma empresa, estava tudo naquele laptop, o dano também que ocasionou. Quer dizer, nós vamos ter que... E vem cá e que garantias eu tenho de colocar um valor e a GOL começar, isso eu não pago, isso eu não pago.

Agora, nós precisamos de garantias escritas da GOL, nós precisamos de um documento escrito da GOL até para que isso nós possamos levar a um Advogado, porque está tudo de boca. Um Advogado, nós sabemos, precisa de um perito para fazer esse levantamento, um perito, a GOL vai pagar esse perito? Como é que vai ser feito isso? Passando isso, recebi um telefonema, um telefonema, oferecendo o seguro obrigatório que nós havíamos até conversado, me perdoem, nós havíamos conversado também com o Dr. Maurício sobre o seguro obrigatório no valor de quatorze mil reais. E nós perguntamos a ele e depois perguntamos também a pessoa que nos ligou, escuta um seguro que é datado de 1995, um seguro obrigatório de quatorze mil reais, o que é isso? Isso não existe reajuste?

Você imagina o que é isso, eu falei, eu pergunto a que horas eu vou conseguir chorar a minha dor? Porque eu queria que a pessoa que deu ordem, porque na verdade, última instância, a seguradora, eu queria muito, já que a Dra. Carla disse que a GOL está sensibilizada que o Presidente da GOL pense, a aeronáutica pense que pode ter sido um familiar dele, um filho de seis meses, nove meses, um companheiro de 34 anos, uma criança, um irmão que estava seu lá dentro, antes de fazer propostas desse tipo, ponham-se no nosso lugar, ponham-se no nosso lugar. Nós só queremos o respeito, nós estamos tratando com uma sugestão, eu acho assim, absurda. Quer dizer, os quatorze mil reais, é seguro obrigatório. O que é isso? É bater num carro? Consertou meu carro? O que é isso, é uma lei de 1995 e fica por isso mesmo? Sabe, quer dizer, é esse lado também foi feito pelo telefone, o que disseram que iam pagar realmente eles pagaram, quando nós estávamos lá para que eu conseguisse saber das informações, realmente eu pedi um quarto no hotel, eu pedi um quarto no hotel, eu tenho que ficar no hotel e ir dormir na minha casa, nós chegávamos lá às 7 horas da manhã e terminava... E terminava, ia para casa dormir meio dia. Realmente, enquanto eu digo, existe uma diferença do suporte da GOL naquele momento e depois.

Por exemplo, eu tinha dois filhos estudando fora, um estava em Lisboa, que se não fosse a minha prima que pagou mil euros, um estudante não tem mil euros para voltar para o Brasil, ele não poderia estar aqui. E tinha outro filho também que estava em Florianópolis. E que nós pagamos. Até agora eu não tive esse reembolso.

Então, existem coisas assim que eu ligo para os 0800, falo com uma pessoa bastante educada, que é bastante gentil, nós mandamos já através de fax para essa moça, tudo que nós precisávamos, o que nos falta é esse apoio que nos foi dado a GOL no primeiro momento, que eu vi desaparecer depois. Quando eu digo, novamente, quando entrou a seguradora, as coisas ficaram muito diferentes, tudo ficou muito diferente. É você avaliar quanto vale uma pessoa que você perdeu, é um preço tão alto que não tem quem pague e nós não temos garantias nenhuma e eu acho que a GOL inclusive dessa forma se protege até de algumas coisas.

A seguradora, eu estou falando porque agora se confundem muitas coisas, o que é seguradora, o que é GOL. Agora eu gostaria realmente, como eu digo, nós temos um novo recorde, eu gostaria de que as pessoas pensassem, não em números, me desculpem, mas... eu sei houve comoção, porque eu vi comoção de pessoas da GOL conosco, de pessoas da aeronáutica que

estavam lá como seres humanos vendo a nossa dor, com desespero até, cenas bastante dramáticas dos familiares que eles ajudaram.

Só que agora, nesse momento, chegou a ser a essa questão jurídica, sabe, você tem uma forma, agora que nós vamos ter que calcular esse valor. E nós não temos nada por escrito, nada, absolutamente nenhuma coisa que nós possamos até chegar a um advogado e garantir a esse advogado que ele terá como foi nos dito pelo Dr. Maurício, que a GOL se incumbia de pagar agora, que parâmetros a GOL tem? Nós não sabemos. O que ela vai considerar? Então, nós estamos muito inseguros, inclusive. Temos conversado com vários advogados, inclusive, advogados amigos, a nossa situação, existe uma forma individualizada, eu acho até que a GOL pode, eu acho que nós vamos tratar de forma individualizada o caso, até a nossa família está pensando realmente que acha importante tratar de forma individualizada.

Agora, quanto à questão da indenização, quanto à questão do seguro obrigatório, nós realmente não concordamos com isso e exatamente por ser uma coisa que nós falamos com o Dr. Maurício – “Vocês estão usando uma data de 95, o que é isso?” E essa situação eu vou até colocar, porque existia uma lista, se me permite dizer, existia uma lista sim, de pessoas, uma menina, um anjo da guarda, eu digo, que ela chegou até a minha casa, foi lá conversar comigo, que as pessoas deram os seus telefones, deram os seus e-mails, deram porque queriam manter contato, porque nós todos, as famílias, nós vamos estar juntos para sempre, nunca mais nós vamos estar separados, porque os nossos entes queridos foram juntos, então nós queríamos ter essa ligação sim, Dr. Maurício nos disse, quando eu falei sobre essa lista, nós queríamos manter contato, então nós mantemos contatos com algumas outras pessoas através do e-mail.

Essa lista forneceu quem quis e eu perguntei ao Dr. Maurício, Dr. Maurício, aquela lista... quando completaram os trinta dias eu liguei para a GOL, eu falei: “Olha, completam 30 dias, meu marido era católico, eu vou mandar rezar uma missa, mas eu queria tanto entrar em contato com as outras pessoas que perderam seus familiares, porque se existem pessoas de outra religião, vamos pensar num culto, vamos pensar alguma coisa, vamos estar juntos nesse momento, nós que moramos em Brasília”, a GOL foi muito clara em dizer: “Não temos autorização para dar os nomes”. E eu perguntei – para que fizeram aquela lista, só para eles, por quê? Essa dor, eu acho até que é importante para nós ser compartilhada para que nós tenhamos contato, nós estamos dependendo de um site que existe, entra quem quer, mas é muito importante o que o Dr. Maurício

vem aí com a parte legal de novo dizendo, eu não vou nem repetir com o Dr. Amauri aqui do lado a legislação que impede, mas ninguém me perguntou.

Então porque a GOL não pergunta as pessoas, olha, se eles têm um telefone... Agora, o que eu acho engraçado, eu não consigo o telefone das famílias das vítimas, agora quantidade de advogados que ligam para a minha casa e tem o meu telefone, é impressionante.

É isso que eu acho estranho. Eu só consigo através da Internet, o meu filho consegue de pessoas que estão tentando se comunicar, com medo de que? De nós juntarmos? Gente, nós queremos nos unir na nossa dor. Sabe, eu não agüento mais ouvir de novo, repetindo aquela legislação.

Vocês tem que entender que nós temos afeto, uma ligação de dor que vocês me desculpem, o Presidente da GOL não tem idéia do que é isso, ninguém tem idéia do que é isso. Só nós que vivemos isso sabemos o que é essa dor. Só pessoas que passaram por isso têm idéia do que é isso. Nem ninguém da aeronáutica, se perdeu alguém. Aí sim, as pessoas da GOL, inclusive, que tinham amigos lá dentro, que tinham inclusive conhecidos, nós conhecíamos o piloto da GOL, ele era nosso conhecido também. Quer dizer, essa dor é uma dor que eu nunca imaginei que existisse.

Tenham humanidade, sabe, eu estou pedindo clemência aos órgãos que nos tratem como seres que estão sofrendo uma dor que ninguém podia... inimaginável, nós estamos sendo tratados, temos que tratar dos negócios, nós queremos em primeiro lugar uma garantia. A nossa família, por exemplo, eu quero isso por escrito da GOL, eu quero isso por escrito, ou da seguradora, alguma coisa escrita.

Não há nada formalizado, o problema é esse, não há nada formalizado, eu acho muito importante, eu estou pedindo na presença da Dra. Carla o mesmo carinho que nós tivemos da GOL, e isso é verdade, tivemos sim, no primeiro momento dentro daquele hotel, que isso continue, que nós não sejamos tratados como números, mas que nós, o Presidente da GOL, que pena que ele não tenha vindo aqui, que pense que o comandante da aeronáutica, que pense que a Governadora do Distrito Federal pense, que o Presidente da República pense que um dia pode perder um ente querido da forma que nós queremos.

E eu não sei mais o que quiser, desculpem eu estou um pouco emocionada, eu não sei se tem mais alguma pergunta para fazer.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Eu agradeço à Sra. Eulália Machado de Carvalho, a sua participação preliminar nessa Audiência Pública

e me dou por satisfeito, Presidente, com depoimentos apresentados.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS(PT-PR) – Agradeço ao Senador Leomar Quintanilha, eu gostaria de passar a palavra, antes de passá-la ao Senador Flexa Ribeiro, de convidar a Dra. Carla para se manifestar sobre as posições da dona Eulália, já que a Dra. Carla Coelho, nessa Audiência Pública representante da GOL Transportes Aéreos.

Eu gostaria de avisar as pessoas que estão acompanhando essa Audiência Pública, particularmente dos familiares das vítimas, que se quiserem fazer perguntas e observações para os convidados, também poderão fazê-lo, vamos abrir essa oportunidade, não só nessa ocasião, mas em outros desdobramentos dessa Audiência Pública, lembrando que o telefone para contato aqui é 61, código de Brasília, 3311-3935, 3311-3935, 61 o código. Também pode ser por fax, o fax para esse objetivo é 3311 também, 1060, 3311-1060, telefone, 3311, repetindo, 3935, fax 3311-1060, código 61 de Brasília. Então, gostaríamos de ouvir a Dra. Carla, em função das observações feitas pela Sra. Eulália.

SRA. CARLA ANDRÉIA FURTADO COELHO – Bom, de um lado a Sra. Eulália sabe do meu respeito pela dor dela, eu acho que eu também não conseguiria aqui ser teatral para dizer que não estou emocionada. Estou sim, não vou fazer disso uma vergonha, eu acho que eu estou sendo muito sincera nas coisas que eu estou falando.

Eu entendo, eu compreendo, eu anotei pontualmente cada reclamação que a Sra. fez, entendo que equívocos acontecem dentro de um lado operacional a gente sabe que algumas diretrizes, a própria operação, execução sai um pouco do trilho(F) que nós tínhamos planejado. Isso não é surpresa, ao contrário, a gente está aqui para ouvir as críticas e tentar melhorar no que for possível.

Alguns pontos fogem da minha alçada de se pronunciar, eu gostaria que a Sra. me compreendesse, a gente pode conversar em separado, eu me comprometo pessoalmente a levar e a tentar esclarecer o máximo possível, isso é um compromisso meu, eu estive nos hotéis, eu acho que a Sra. me viu lá, me manifestei em público em algumas situações, em momento bem atritados, inclusive com órgãos públicos e não vou fugir disso agora.

Então fica o meu respeito, eu me comprometo a esclarecer o que é possível, a melhorar o atendimento no 0800, a gente sabe que é uma linha única e ela está ali para se prestar às primeiras informações...

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Ele melhorou. Ele já melhorou.

SRA. CARLA ANDRÉIA FURTADO COELHO

– ... Obrigada, porque assim, nós estamos sensíveis a isso, foi uma emergência, nós também não contávamos com isso acontecer, infelizmente uma tragédia e tudo foi feito da noite para o dia.

Então, infelizmente nem sempre a gente consegue ter a perfeição, mas sabendo o que nos está acontecendo, vamos fazer o possível para melhorar e eu já sei que isso, essa melhora ela é decorrente de críticas, de manifestações que vieram, que chegaram, a gente está trabalhando para isso.

Então, que fique registrado que o que me cabe, o Maurício Queiroz é um colega de trabalho, inclusive é um amigo pessoal, eu entendo que o trabalho dele é difícil nesse momento, a abordagem, a formalização, eu entendo também que ela é necessária, mas às vezes, ela não se faz viável em alguns momentos, a gente precisa rever alguns pontos, a Sra. tem razão quando diz que alguns momentos, algumas atitudes ou posturas precisam ficar melhor esclarecidas ou pontuadas.

Então eu me comprometo, estamos trabalhando nisso juntos, me comprometo a rever esse procedimento e eventuais falhas, vamos fazer o possível para contorná-las. É o que eu poderia dizer a Sra. aqui nessa Mesa.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS(PT-PR) – Agradeço, também quero só ressaltar à Sra. Eulália, também que todos os procedimentos que a Sra., sobre os quais a Sra. se indagou e se posicionou, essa Comissão também vai fazer, vai oficial aos órgãos e acompanhar o desdobramento todo, não só da Sra., mas do Dr. Jorge, e todos os depoimentos que forem dados, essa Comissão vai acompanhar todo processo e ver como os procedimentos vem sendo adotados.

Queremos nos somar a esse aspecto, Fiscalização, Controle, Acompanhamento, como é o objetivo da Comissão.

Gostaria que o Dr. Jorge Nunes também fizesse alguma consideração a respeito tanto das falas da Sra. Eulália, como da Dra. Carla.

SR. JORGE AMAURY MAIA NUNES – Bem, Sr. Presidente, eu tinha notícia por meio de jornal e agora ouço o depoimento da Sra. Eulália, em certo sentido constrangido na qualidade de advogado. Não é admissível que um profissional do Direito que seja inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil ofereça os seus préstimos profissionais em nenhuma circunstância.

O regulamento da Ordem dos Advogados e o Código de Ética Profissional é bastante drástico no sentido de que os advogados podem anunciar em mídia direta moderadamente os seus serviços, mas jamais oferecer esse tipo de préstimo, sobretudo numa circunstância

em que a dor dos parentes das vítimas ainda é bastante aguda. Eu não me exacerbaria que dissesse que a mim esses Advogados parecem mais abutres da dor alheia do que propriamente Advogados.

Eu acho que o advogado que se preza, há de esperar ser procurado pelo cliente para ouvir uma história e indicar a solução jurídica para o caso concreto.

Advogados não oferecem serviços dessa maneira e nesses momentos. A outra consideração que eu gostaria de fazer sobre o caso concreto a respeito da negociação que está se travando ainda em âmbito bastante embrionário, seria no sentido de que, primeiro – Essas negociações só pudessem ou só deveriam ser travadas *face to face*, não por via telefônica. Depois, que os parentes das vítimas tivessem o cuidado de fazer depois de cada reunião dessa, uma ajuda memória, um *aide memoare*(F), que fosse firmado por ambas as partes pelos representantes dos parentes das vítimas e pelos representantes da GOL. Isso permitiria acompanhar o fluxo das negociações e permitiria travar soluções de compromisso em cada reunião que fosse feita.

É claro que um problema dessa natureza, dessa magnitude não se resolve de uma só feita, não se resolve em uma única reunião, mas é preciso que nós tenhamos uma memória histórica, uma vida histórica de como elas foram travadas até se chegar a um número.

Como eu disse anteriormente, é muito difícil precificar a dor alheia, mas há que haver critérios quanto a isso. Se não se chega a um consenso na via da negociação normal, o judiciário existe para isso, os parentes das vítimas podem ingressar no judiciário e eu lembro que numa circunstância dessa, em que já está demonstrada a responsabilidade civil objetiva, é possível obter no judiciário aquilo que se apelida de antecipação de tutela que está prevista no art. 273 do Código de Processo Civil e os parentes das vítimas podem imediatamente haver alguma coisa dessa indenização que vier a ser paga no futuro, é plenamente possível que isso aconteça, porque há a prova inequívoca do evento e aí o que nós chamamos do risco da tardividade, as pessoas continuam, ou precisam continuar a viver.

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – O senhor podia repetir talvez até para os familiares.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS(PT-PR) – Com a palavra a dona Eulália, só para fins de registro. Pois não a Sra. está com a palavra.

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – É porque esse artigo que é muito importante, porque isso vai ser transmitido e eu acho que as famílias, se

o senhor pudesse repetir, até para as pessoas sabermos sobre isso.

SR. JORGE AMAURY MAIA NUNES – Nós chamamos de antecipação de tutela, está consignada no art. 273 do Código de Processo Civil e é do conhecimento comum dos operadores do direito, eu não estou dizendo nenhuma novidade, qualquer Advogado meridiano é capaz de realizar um pedido nesse sentido.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – : Muito bem, passo em seguida a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para seus comentários e indagações.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Flávio Arns, Senador Leomar Quintanilha, Relator e autor da proposta. Dra. Carla, Dr. Jorge, dona Eulália. Que as minhas primeiras palavras sejam para sentimentar a todos os familiares das vítimas desse infausto acidente, essa tragédia.

É lamentável que tenhamos que participar de uma Audiência Pública na Comissão deste porte, não gostaria de estar discutindo esse assunto, mas é um fato concreto, a dona Eulália colocou com bastante propriedade que o sentimento, a dor é imensurável, você não tem como medir.

Espero que Deus livre a todas as pessoas de passar por uma tragédia desse tipo, mas que é necessário se tomar providências, porque a vida continua, lares foram desestruturados, chefes de família deixaram de um instante para outro darem sustentabilidade de seus compromissos. Então a par da dor, é preciso tomar as providências legais.

Presidente Flávio Arns, eu apenas indagaria, Senador Leomar Quintanilha, que eu gostaria muito que tivesse nessa audiência, a ANAC, o INFRAERO, aeronáutica, os controladores de voo, porque eu acho que eu quero colocar aqui a minha posição, Senador Flávio e Senador Quintanilha.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero esclarecer a V.Ex^a que esta é uma Audiência Pública, outras audiências públicas acontecerão a respeito desse mesmo tema. Então, outras pessoas que terão que prestar esclarecimentos e depoimentos virá também para essa audiência. É só a primeira Audiência Pública.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Porque eu acho que nós temos que dividir a questão, duas partes bastante distintas.

Uma é tragédia, como indenizar aos familiares, se possível resolvendo seus problemas financeiros e oriundos da sobrevivência, como o Dr. Jorge colocou aqui, critérios de avaliação, a renda da vítima, por quantos anos de vida produtiva ainda teria. Você tem critérios que deverão ser analisados, a questão moral, são dados a serem discutidos ao longo do tempo, mas

acho que para nós aqui, a parte tão importante quanto seria, nós estarmos discutindo e para evitar que novos acidentes como esse possam vir a ocorrer.

Então eu acho que essa questão é de fundamental importância. Saber realmente qual foi a falha que provocou a tragédia. Tudo que se sabe é através da imprensa. Se o sistema de controle de voo, o sistema aéreo de Controle Aéreo Nacional, ele é condizente com a segurança dos passageiros, porque milhares de pessoas voam todos os dias.

Então se ele é deficiente, se existe um excesso de carga horária dos controladores, como foi colocada pela imprensa, tal é verdade que houve um processo de, vamos dizer... seria uma operação padrão feita por eles dentro da norma internacional, que provocou um congestionamento em todos os aeroportos do Brasil. Vãos com atrasos de até dias, cancelamentos.

Então, existe uma coisa por trás disso que não deve ser também tratada da forma de tão sigilo como está sendo colocado aqui. Falta de recursos por parte do Governo Federal para atender a demanda necessária desse sistema, como disse, da maior importância para todos que usam o espaço aéreo como meio de locomoção. Então, eu acho que essa audiência que V.Ex^a já disse que terá, será bastante esclarecedora nesse sentido com relação a verificar as falhas que foram, que ocorreram, para que se evite novas tragédias como essa.

As perguntas que eu teria a fazer aos nossos convidados, elas já foram até exaustivamente debatidas, questão do atendimento tanto do Governo Federal, como da empresa, familiares das vítimas, sim... do IML do Distrito Federal, como a dona Eulália colocou com bastante propriedade.

Quer dizer, você olhar as pessoas como seres humanos e não como objetos ou como números, talvez até a frieza do tipo de atividade deles, levam a colocar a pessoa não mais como um ser humano, mas como um objeto que está ali, e como tal, tratado de forma tão fria, mas que isso não justifica. Em hipótese nenhuma justifica.

O Dr. Jorge já colocou essa questão também das indenizações, quais as... A gente vê pela imprensa se o acesso ao judiciário seria melhor ser feito a nível de Brasil ou ser feito a nível de Estados Unidos, talvez com uma possibilidade, como o próprio Dr. Jorge colocou aqui de uma indenização talvez mais próxima de uma realidade das famílias.

E eu queria aqui até me fazer portador de algumas questões que me foram encaminhadas pelos familiares que estão participando da reunião e... Mas antes disso, Senador Flávio Arns, Senador Leomar Quintanilha, fazer uma proposta. Eu sugeriria e colocaria a apreciação

da Comissão, de que a Comissão pudesse participar através de um membro seu, o próprio Presidente da Comissão o Senador Leomar, deste inquérito, desta investigação que está sendo feita de forma sigilosa, eu acho que o Senado Federal, através da Comissão de Fiscalização tem todos os poderes necessários, para que ele assim possa participar efetivamente, através de um de seus membros, de todos os andamentos das investigações que estão sendo efetuadas e possa, então, através do Senado como representante dos Estados e evidentemente da população possa dar essa transparência que me parece estar faltando e essa segurança que pode faltar aos familiares das vítimas.

E também no sentido de não tentar encobrir qualquer falha que possa ter havido no sentido de deficiência de equipamentos, de deficiência de operadores fora da sua capacidade de trabalho.

Todos nós sabemos que cada um tem uma carga horária definida e que ao passar daquilo pode cometer falhas e que não cometeria se tivesse no pleno uso das suas faculdades integrais.

Os próprios pilotos, eles têm uma carga horária sob pena...ultrapassada essa carga horária a qualquer momento eles param o voo em qualquer aeroporto que esteja, porque não pode passar, se não me falha a memória de onze horas de voo, de qualquer coisa assim. Então, é preciso que o Senado Federal, através da Comissão, acompanhe essas investigações.

Era uma proposta que eu queria levar a Comissão para que a gente pudesse através, então, do Presidente, seria no meu entendimento a pessoa adequada acompanhar o andamento das investigações.

Eu tenho aqui algumas questões que me foram trazidas, uma pergunta para a Dra. Carla. A Dra. Carla fez referências a alguns acordos que estão sendo feitos com alguns familiares através da GOL. A pergunta que me encaminharam é que se esses acordos têm caráter de quitação geral? O Dr. Jorge já fez também o comentário a respeito disso. Inclusive com relação às empresas envolvidas, inclusive as seguradoras internacionais. Me parece que seria o caso de se uma família fazer um acordo com a GOL, ela poderia ficar de fora de qualquer outra possível indenização que tivesse direito?

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS(PT-PR) – Com a palavra a Dra. Carla.

SRA. CARLA ANDRÉIA FURTADO COELHO – Na verdade ainda não houve acordos ainda celebrados. O que eu quis registrar é que o procedimento para que isso possa ser feito e a intenção seria celebrar acordos, já foi iniciado. Então, por conta disso, as reuniões, inclusive a dona Eulália participou com o Maurício Queiroz, é um consultor jurídico que está

centralizando esse discurso para que pudéssemos ter a cautela devida nessa primeira abordagem.

Então é um esclarecimento que eu queria fazer. A intenção é ouvir a família, eu não sei se isso está sendo bem compreendido. A gente pode, inclusive, rever a forma de dizer, o cuidado que dissemos, por favor contrate o seu Advogado para que não fique nenhuma parcialidade por conta da GOL nessa proposta. Então, vamos rever a forma, de qualquer forma o Advogado, ele é necessário, o familiar, ele precisa desse esclarecimento técnico, desse respaldo técnico, independente de ali estar um Advogado representando a GOL. Então esse foi o cuidado, e essas conversas já começaram e a intenção seria celebrar os acordos.

Com relação a possíveis outras ações, a GOL fala em seu nome, a sua responsabilidade é definida em lei, ela é objetiva, ela é independente da culpa que se apure, hoje não podemos assumi-la, seria precipitado presumir, muito embora indícios sejam públicos e notórios, a gente sabe disso. Mas não houve nenhuma conclusão de investigação nesse sentido. Então, enquanto isso não acontecer, a GOL está promovendo os seus procedimentos e por isso que estamos falando de forma bem isolada, sem prejuízo claro, de chegar um momento que tenhamos que pensar em quitação geral, quais são as possibilidades de acionar outras empresas que estão vinculadas. Mas, por enquanto, isso é precipitado.

Como não poderíamos ficar inertes, começamos a nossa parte. Isso está sendo feito dessa forma, caso a caso, expondo o que a GOL entende. Claro que não houve nenhuma menção a valores, não houve nenhuma pré-fixação de valores em patamar. A primeira conversa, ela é mais esclarecedora do que produtiva, ela é o primeiro momento onde se teve a oportunidade de esclarecer e qual seria a postura, qual seria a forma e também precisamos lembrar que não foram todos que aceitaram, alguns entendem que não é o momento. Então, por conta disso estamos trabalhando no caso a caso e para aqueles que sentem preparados.

Não sei se respondi ao senhor, mas era o esclarecimento que eu queria fazer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Obrigado, Dra. Carla, mas eu vou pedir uma ajuda ao Dr. Jorge, até para esclarecer os familiares que me encaminharam a pergunta.

Pelo que eu pude entender aqui a preocupação deles é se firmarem, firmado um acordo com a GOL, se esse acordo serviria como quitação geral, perderia qualquer outro direito a uma indenização de outras empresas envolvidas ou das seguradoras. Eu acho que essa é a dúvida que existe.

SR. JORGE AMAURY MAIA NUNES – Veja, Senador, trata-se de responsabilidades diferentes. Se firmar um acordo com a GOL, a GOL está exonerada de pagamento e seguramente, a responsabilidade da seguradora que seria a mesma da GOL estaria também eximida de cumprir-se. Agora, com relação a outros eventuais responsáveis, não. Entretanto, a ação a ser proposta contra esses outros eventuais responsáveis seria de outra natureza também.

Seria preciso a demonstração da culpa, por exemplo, do fabricante do *transponder* que é uma das teses recorrentes na imprensa. Ou seja, a responsabilidade pela culpa que acontecesse aí, seria diversa da responsabilidade objetiva. Tanto é assim que seria possível promover uma ação contra todos, contra todos, pedindo indenizações separadas, ou indenizações solidárias. Se pedisse solidária, aí sim, aquele que pagasse exoneraria todos os outros.

Mas se pedisse responsabilidade pelos danos em separado, não haveria responsabilização solidária e cada um pagaria a parte devida, à parte em que fosse condenado. Então, objetivamente, o fato de se assinar um acordo com a GOL não exonera eventuais outros responsáveis desde que se demonstre a culpa deles.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Obrigado, Dr. Jorge.

Dra. Carla, mais uma pergunta que me foi encaminhada aqui. O decreto 5910 de 27 de setembro de 2006, assinado dois dias antes do acidente do avião da GOL, trata em seu art. 28 que diz, o art. 28, ele tem a seguinte redação. Art. 28, pagamentos adiantados, no caso de acidente de aviação que resulte na morte ou lesões dos passageiros, o transportador fará sem exigir a lei nacional pagamentos adiantados sem demora a pessoas, ou pessoas físicas que tenham direito de reclamar indenização, a fim de satisfazer suas necessidades econômicas e imediatas. Tais pagamentos adiantados não constituirão reconhecimento de responsabilidade e poderão ser deduzidos de toda a quantia paga, posteriormente, pelo transportador como indenização.

Esse decreto 5910 de 27 de setembro, ele promulga a convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional celebrado em Montreal em 28 de maio de 1999, e o Brasil através do Presidente da República, ele subscreveu o acordo.

A pergunta à Dra. Carla é se a GOL, ela está cumprindo esse art. 28 fazendo essas antecipações imediatas para cobrir as necessidades dos familiares?

SRA. CARLA ANDRÉIA FURTADO COELHO – Veja bem, Senador, estamos cientes do texto legal, mas não poderíamos antecipar qualquer valor, sem o

devido pedido. Então, eu acho que isso é um rito a ser cumprido, a empresa está ciente, agora essas conversas que foram iniciadas com a pessoa técnica responsável, ela visa, inclusive, a receber esses pedidos de uma maneira bem objetiva.

Não sei, não seria agora hábil da minha parte responder ao senhor, porque não eu tenho essa informação checada. Seria até incorreto. Eu preciso checar se houve um pedido nesse sentido, hoje, sendo sincera eu desconheço, algum pedido respaldado nessa forma legal, eu desconheço essa informação. Então, para não ser aqui incorreta com o senhor, eu prefiro checar isso de forma prévia para que a gente possa até voltar a uma outra oportunidade e responder, de qualquer forma, sim, eu estou ciente do que o senhor está falando.

Eu acho que se houver algum pedido nesse sentido, a empresa precisa se manifestar. Hoje, eu não tenho esse conhecimento se houve um pedido específico nessas abordagens ou via 0800 da empresa ou via as reuniões de forma pessoal que está sendo feita com advogado que está centralizando o assunto, eu entendo que a gente precisa verificar para que possa voltar com a informação correta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Dra. Carla, pelo que eu pude depreender da sua resposta, a Sra. conhece o decreto, conhece o artigo que dá direito aos familiares dessa antecipação.

SRA. CARLA ANDRÉIA FURTADO COELHO – Temos ciência dele sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então que a GOL está sujeita ao decreto. Pelo que eu entendi da sua resposta, bastaria uma solicitação oficial, vamos chamar assim, dos seus familiares para suas necessidades imediatas, para que a GOL pudesse fazer esse adiantamento?

SRA. CARLA ANDRÉIA FURTADO COELHO – Seria precipitada dar uma resposta ao senhor agora. Eu fico até não confortável com isso, eu não contava com essa pergunta, sendo muito franca, muito honesta, eu quis ser só deixar a minha ciência sobre o texto legal.

É claro que existem procedimentos internos que eu, hoje, não poderia falar por eles. Não tem alçada para isso, o que eu posso me comprometer é checar essa informação da maneira mais correta possível, e aí sim passar uma posição, aí eu não sei qual ela seria, positiva, negativa, ou parcial ao texto legal do que a empresa poderia fazer em relação a esse pedido. Eu acho mais franco e correto da minha parte dizer assim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pois não, Dra. Carla, eu não tenho formação jurídica, mas

pela leitura do decreto e do artigo, ele para mim é bastante claro. Eu vou pedir auxílio do Dr. Jorge, eu acho que aqui, inclusive diz que pagamentos adiantados sem demora, a pessoa ou a pessoas físicas tem direito a reclamar indenização, a fim de satisfazer suas necessidades econômicas imediatas. Quer dizer, aí não há, me parece, por parte da GOL, como deixar de atender, evidentemente que não é o valor da indenização, são valores que são necessários para que os familiares possam dar continuidade às suas vidas.

Eu vou pedir o auxílio, a participação do Dr. Jorge para que de forma jurídica possa esclarecer aos familiares, porque é uma questão que eles levantaram também.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS(PT-PR) – Com a palavra o Dr. Jorge.

SR. JORGE AMAURY MAIA NUNES – Senador, essa convenção de Montreal ela cogita da reparação do dano no transporte aéreo internacional. Não me parece que o artigo primeiro dessa convenção autorize que as regras da convenção sejam aplicadas ao caso concreto.

Aqui nós tínhamos um acidente aéreo doméstico, nós tivemos um acidente aéreo internacional quando os pontos de saída e chegada estejam em países diversos ou quando haja um ponto fora do território nacional ainda que o ponto de chegada seja no território nacional. Como não se trata de acidente aéreo internacional me parece que essa convenção não seria aplicável ao caso concreto, eu registro que essa é uma primeira impressão que amanhã, eu talvez possa mudar de idéia, mas em princípio a convenção de Montreal não será aplicável ao acidente da GOL.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas, Dr. Jorge, pela sua resposta aí, agora me veio uma dúvida. No caso do Legacy ele tinha como ponto de destino os Estados Unidos, então a sua rota de voo era com destino aos Estados Unidos, então transforma o que era o acidente em internacional, dentro que eu pude depreender.

SR. JORGE AMAURY MAIA NUNES – Senador, lamentavelmente, não. Se os vitimados fossem os passageiros do Legacy, o raciocínio estaria correto. Como os vitimados são os passageiros da GOL e eles estavam em trânsito interno doméstico, nós não poderemos aplicar a convenção. Como eu disse a V.Ex^a, esse é um juízo primário, mas do li, me parece consistente.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS(PT-PR) – Pois não, pode continuar Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ainda com a pergunta aqui que eu acho que já foi parte respondida.

Segundo o correio Brasília de ontem, dia 8 de novembro, o delegado que preside as investigações tem encontrado dificuldades para colher os depoimentos dos controladores alegando problema de saúde. Porque até agora a aeronáutica vem dificultando esse acesso? É uma pergunta de um familiar, mas acho que só...

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS(PT-PR) – Eu quero dizer que a aeronáutica, em outra ocasião, em outra Audiência Pública virá, mas de qualquer forma eu quero dizer que essa Comissão, nessa Audiência Pública, está recebendo perguntas por telefone, por fax como já foi anunciado e mesmo que essas perguntas não possam ser respondida no dia de hoje, em relação aos participantes da Audiência Pública, nós enviaremos essas observações e perguntas aos participantes para posterior resposta. É uma última pergunta? Uma última pergunta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para o Senador Leomar como Relator. O que esta Comissão tem feito ou fará cobrando das autoridades competentes, Presidente da INFRAERO, ANAC, aeronáutica sobre a precariedade das pistas, táxi (inaudível), placas de informações voltadas para a segurança de voo nos aeroportos, existe informações de que nada, nenhuma providência foi tomada quanto a essa situação.

Então, para ser visto quando as autoridades da ANAC, da INFRAERO estiverem numa outra audiência.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Sr. Presidente, não só para responder a questão levantada pelo eminente Senador Flexa Ribeiro com relação à fiscalização da sinalização das pistas dos aeroportos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Precariedade das pistas de táxi, as informações, placas de informações, a questão de segurança do tráfego aéreo em solo, no pouso e decolagem.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Eu entendo que a Comissão tem o dever de se inteirar melhor disso e vai seguramente convocar a autoridade responsável para as explicações e providências cabíveis com vista de dirimir essas falhas que a sinalização está impondo.

Mas seria importante, Presidente, colocar na interatividade como expectador, que faz uma pergunta a Dra. Carla, Mizael de São Paulo, telefone 46174372, e pergunta a Dra. Carla que seria possível já que os familiares estão encontrando dificuldades para levantar documentação junto ao IML e ao comando da aeronáutica, se não seria possível que a GOL ajudasse os familiares no sentido de lutar para a adesão dos documentos perante aqueles órgãos e perante a seguradora.

SRA. CARLA ANDRÉIA FURTADO COELHO

– Bom, isso é um trabalho que foi iniciado após o acidente.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS(PT-PR) – A Sra. pode continuar. A Sra. pode continuar respondendo.

SRA. CARLA ANDRÉIA FURTADO COELHO

– Bom, isso é um trabalho já iniciado, eu particularmente tenho contato com a diretoria do IML praticamente todos os dias, desde o ocorrido do acidente até hoje, algumas situações foram viabilizadas, a gente entende que o volume de trabalho que se apresentou para eles foi algo não esperado, não é por conta disso que algumas coisas se justificam, a gente sabe que não.

Então, o trabalho final agora na apuração dos laudos cadavéricos é a nossa preocupação maior.

Até a dona Eulália falou que recolheu a taxa específica para a liberação do laudo, a GOL também fez isso. Então até uma falha de comunicação, que é uma falha ou nossa ou do corpo do IML, eu estou fazendo *meã*(F) culpa, mas recolhemos isso no valor integral de uma forma única para que não houvesse nada que fosse impeditivo a emissão do lado de uma maneira muito prática, o que me foi colocado, inclusive pelo corpo técnico, tem informações que eu não conhecia que esses laudos, eles são por si só complexos e um pouco mais demorados, a lei previa o prazo, eles prorrogaram por conta da tragédia coletiva, entenderam que precisariam mais, mas também estamos solidários que isso tem que ser feito de uma maneira um pouco mais célere.

Então, hoje, saindo daqui, eu falei essa semana inteira com a diretora administrativa do IML, hoje responsável, é o meu contato para que a gente possa passar as informações corretas, porque isso não chega no dia-a-dia, então para que esse senhor, desculpe o nome dele, eu vou fazer um contato específico na parte da tarde...

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – O senhor Mizael de São Paulo.

SRA. CARLA ANDRÉIA FURTADO COELHO

– Senhor Mizael. Eu tenho um contato hoje, eu não conhecia essa informação que a dona Eulália passou que se comprometeram na liberação total do laudo, mas eu, inclusive, por conta disso, hoje, irei lá também. É um trabalho que tem sido feito, é claro que não temos alçada para dizer ao IML o que fazer, mas fomos e contamos com a boa vontade dentro do possível, os desses entendimentos foram inclusive expostos e também foram sanadas em público. Tudo que aconteceu, nós fomos muito transparentes, quando não deu certo nós expusemos, e quando deu certo nós também agradecemos.

Então, hoje, saindo daqui, eu vou me dirigir ao IML para saber se essa informação se confirma e entro em contato com esse senhor específico pelo telefone.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS(PT-PR) – Eu passo a palavra a dona Eulália só para fazer a observação.

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Só para entregar a Dra. Carla o documento que eu entreguei lá.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Está sendo entregue o documento então.

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Porque é o Dr. machado que é o diretor da polícia técnica e nos garantia, quer dizer, mas mesmo assim eles já passaram do prazo, existe na lei que vocês prorrogaram sem haver a justificativa que está dito exatamente, eles podem prorrogar desde que justifiquem.

E não nos avisaram nada, na verdade, ninguém, continuamos até nisso sem informação.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Sr. Relator com a palavra.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Presidente, mais uma intervenção externa da Sra. Maria Cristina Rocha Azevedo, Santa Catarina, formula uma pergunta endereçada ao Presidente da Comissão, se o Presidente, se a Comissão não poderia designar um consultor jurídico do Senado para tomar a frente dessas providências junto ao IML e junto ao comando da aeronáutica, com vistas ao entendimento do fornecimento desse documentação reclamada pela Sra. Eulália.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu quero dizer a Cristina, Maria Cristina que eu estou na presidência eventual como a placa coloca aqui da Comissão de Meio Ambiente já que o Presidente, Senador Leomar Quintanilha dessa matéria que está sob debate hoje, mas que a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, como já havia sido dito antes, acompanhará esses procedimentos todos, esta Audiência Pública em termos de Comissão é para conversarmos, dialogarmos, escutarmos e acompanharmos o processo todo para que ao final possamos ter, inclusive, decisões de relação as famílias, em relação aos controladores, em relação a segurança, em relação a todos os aspectos que envolvem esse trágico acidente que aconteceu em nosso país.

Então, eu quero assegurar que a Comissão acompanhará todos os fatos levantados por todos os expositores no dia de hoje. Passo, em seguida a palavra, ao Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, claro que todos nós lamentamos enormemente esse trágico acidente.

Claro que se pudesse ter sido evitado era o sonho dourado de todos nós, mas com certeza ele abriu os olhos de todos nós, como diz, só se fecha a porta depois de que ela foi arrombada, só se preocupa com a segurança da porta depois que ela foi arrombada.

Eu queria pedir ao Relator que nós aprovássemos esse fato para ampliarmos um pouco mais, por exemplo, qual a situação em relação a equipamentos de cada aeroporto nosso brasileiro, não são muitos, quando a gente pensa, não são muitos, mas os principais, por exemplo, eu tiro pelo da minha cidade, Campina Grande. Em Campina Grande, quantos e quantos vôos que vem e não podem baixar?

Então eu pedi dois aparelhos que era o que se pedia, um custa quatrocentos mil e o outro custa trezentos e pouco, que seria orientação, para orientação de vôo, nós não conseguimos porque não se há orçamento.

O que se fez? Baixou-se por uma portaria, o teto, então o avião agora pode baixar mais para tentar visualizar o campo, mas isso não resta dúvida de que aumenta o risco. Então, todo o ano, nós temos colocado no orçamento sinalização rodoviária, nós temos colocado várias coisas, verbas para várias coisas, e porque não esse ano, tendo em vista um fato como esse, a gente não aproveita para melhorar os equipamentos dos nossos aeroportos?

Com toda a certeza esse é um aspecto.

E na Emenda de Comissão desse ano, nós colocaríamos verbas para que o Ministério da Aeronáutica tenha essa disponibilidade de botar, eu acho um dos aparelhos é vóide(F), um troço assim, que orienta o vôo ou coisa parecida.

Então, eu acho que essa seria uma solicitação que nós devíamos fazer ao Ministério da Aeronáutica, perguntando qual é a situação atual do aeroporto e qual é a situação ideal para a gente ter uma noção de quanto é necessário em verba para melhorar os equipamentos desses aeroportos que fazem esse monitoramento, que fazem o monitoramento da decolagem, da aterrissagem e assim por diante.

A outra colocação que eu queria fazer. Nós temos lá a Convenção de Montreal, mas como é que está a legislação nossa brasileira frente à americana, a francesa, a Inglesa, tem alguma coisa que nós pudéssemos fazer? Que tal se nós pudéssemos pedir a nossa Assessoria que é competente e é grande aqui no Senado, temos dezenas e dezenas de Assessores especializados, os melhores do País, que fizesse uma comparação entre essas legislações para ver o que

precisamos adequar na nossa legislação para num fato novo como esse, a gente ter melhor balizamento legislativo?

Então eram essas duas sugestões que eu queria deixar com o Relator, uma de pedir a comparação da legislação, ver o que nós podemos melhorar, modernizar na nossa e a outra pedir o levantamento dessa situação de equipamentos de cada aeroporto, todos nós que vimos de fora toda a semana para Brasília ficamos sobrevoando, porque estão tendo problemas com radar, numa hora quebrou o radar... Quanto precisa consertar isso? Porque a gente não pode deixar para depois que aconteça a gente lamentar de novo como foi esse caso.

Então, eu queria pedir que preventivamente, nós tomássemos essa duas atitudes e sugeria ao Relator que, por gentileza, se possível, olhasse esses dois aspectos.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem, as duas observações são extremamente pertinentes, conversando com o Relator, Senador Leomar Quintanilha, nós vamos fazer os encaminhamentos para que as providências sejam tomadas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – A observação do nobre Senador Ney Suassuna, ela vem ao encontro daquilo que eu, há pouco, fiz também uma observação em relação aos recursos. A preocupação dele de orçamentar esses recursos.

Pela imprensa, nós temos conhecimento que existe o orçamento, lamentavelmente o Governo Federal contingenciou os valores e não repassou esses recursos que estão orçamentados para a utilização da modernização dos equipamentos.

Ainda a pouco, Senador Ney Suassuna, coisa de dois, três dias novamente, após o acidente, o Governo Federal contingenciou valores, liberando de oitocentos milhões de reais orçamentados, liberou cento e onze milhões, a imprensa divulgou isso de forma bastante clara e inclusive lamentando que tivesse sido contingenciado recursos para essa finalidade após a tragédia com os aviões da GOL e da EMBRAER.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – V.Ex^a, me permite um aparte.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Aparte do Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Eu acho que o que nós estamos pedindo é um pouco mais, porque existe o orçamento para as necessidades que o Ministério quantificou.

O que eu estou pedindo é que a gente faça um levantamento nos principais aeroportos nossos ou naqueles que são prioritários, para que a gente verifique como é que está, e eu estou dando um exemplo da cidade de Campina Grande, que é raro quando é um dia de chuva, um dia de neblina não consegue baixar. O avião vem do Recife e volta. E o que aconteceu? Eu estou dando... Não está no orçamento isso, é a minha preocupação, portanto é a minha preocupação. Isso não estava no orçamento. Dois aparelhos que é coisa menor do que um milhão, é um milhão de reais, e o que é um milhão de reais frente vidas humanas, que não tínhamos como colocar, porque não está no orçamento, eu queria que nós quantificássemos para nós Parlamentares, colocarmos como Emenda em Comissão.

Nós temos direito a cinco Emendas.

Então, uma das Emendas, eu quero ser autor se Deus quiser, com mais gente dizendo – Para o fim de melhoria dos equipamentos, utilização e a gente colocar a mais e não ficar esperando que o executivo faça.

A gente colocar mostrando que nós demos a nossa contribuição. Uma é essa, orçamentária, para melhoria, a outra é de legislação. Uma hora dessa a gente verifica... Que a legislação pensa assim no País tal e não é culpa nossa, nós somos um País jovem, está começando, temos uma série de coisas, o tráfico aqui não era pesado, está começando a crescer.

Vamos ver, eu não sei, o Dr. Jorge Amauri com toda a certeza deve saber se existe diferença ou não, mas que tal a gente fazer o cotejamento entre uma legislação e um País que tem um grande tráfego que é o nosso para ver o que a gente tem que prever e melhorar o ponto de vista legislativo a bem da preocupação com os tripulantes, ou melhor, com os passageiros e os tripulantes, porque não, todos os que usam avião.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Exatamente. Reforço que as duas sugestões serão encaminhadas imediatamente pela Assessoria da Comissão para a tomada de providências na linha em que V.Ex^a indicou.

Passo a palavra ao Relator para as considerações finais, Senador, pergunta também, considerações, Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Presidente, teria uma pergunta ainda de Maurimar de Castro(F), Santa Catarina, que eu acho que seria pertinente de nós aproveitarmos aqui essa brilhante contribuição que nos dá o Dr. Jorge Amauri. E ela pergunta, se for constatado que a GOL não teve culpa, será ela obrigada a indenizar as vítimas?

SR. JORGE AMAURY MAIA NUNES – Senador, eu até aproveito para dizer que nós não devemos

demonizar a GOL, a GOL não teve culpa segundo entendendo. A GOL é obrigada a indenizar porque a responsabilidade dela é objetiva, independente da ocorrência de culpa. Sim, ela é obrigada a indenização. Mas eu acho que até que nessa oportunidade, assim como me associo, me associei desde o primeiro momento a dor das famílias das vítimas, eu me associo ao trágico acidente do ponto de vista da GOL, porque ela não é culpada de nada. Agora, insisto, apesar de não ser culpada tem o dever jurídico de proceder a indenização na forma da lei.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Dr. Amauri, deixa eu fazer uma indagação ao senhor. É a GOL ou a seguradora que vai pagar?

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só um minutinho, Senador Ney Suassuna?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Dr. Jorge, qual o respaldo jurídico que a GOL tem para não fornecer a lista de passageiros, porque não divulga essa lista pela imprensa?

SRA. CARLA ANDRÉIA FURTADO COELHO – Desculpe, a pergunta está equivocada, essa lista foi inclusive disponibilizada... A Sra. quer falar primeiro?

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Não, a lista foi disponibilizada. A lista de passageiros, ela foi disponibilizada às duas horas da manhã depois do ... O que nós estamos falando são as listas dos familiares que estavam no hotel e queriam manter esse contato e por isso mesmo deram seus telefones, seus endereços e seus e-mails para que esse contato, nessa dor terrível que nós nos mantivéssemos, que nós temos necessidade, é uma necessidade que todos sentiram.

Então é essa lista que eu havia me referido, porque essa lista que a GOL diz que não... Todo o parâmetro legal para responder. Se ela foi feita lá, se nós nos prontificamos, nós nos expusemos quer dizer, é porque nós estávamos querendo entrar em contato com todos eles.

A lista da GOL das pessoas que faleceram, às duas horas da manhã ela foi divulgada. Mas em relação às pessoas que colocaram os seus nomes para que entrasse em contato até para saber o que está acontecendo, como está cada uma, porque aquilo virou uma dor tão grande, conjunta, que nós queremos saber como está a mãe daquela pessoa que perdeu o filho, é isso que nós estamos querendo saber, porque a GOL... Se as pessoas se prontificaram a colocar é porque elas também se prontificavam a receber.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Dr. Jorge, por favor, para as respostas, inclusive, aproveitando a indagação do Senador Ney Suassuna, a GOL ou seguradora?

SR. JORGE AMAURY MAIA NUNES – Sr. Presidente, primeiro a questão da lista.

Não me parece que haja respaldo legal para que a GOL não forneça a lista dos familiares das vítimas. Eu explico – Quando algum familiar de uma vítima entrega o seu nome, aquele documento passa a ser documento de interesse também deste familiar.

Então, o familiar pode lançar mão de um procedimento judicial que está esculpido no art. 844 do Código de Processo Civil que nós chamamos de ação de exibição, e essa ação de exibição permite até algumas hipóteses de escusas, mas nenhuma das quais presentes no caso concreto. Você pode se escusar de apresentar um documento que seja de interesse do requerente se isso redundar em ofensa de honra, em ofensa de segredo de família, ou em violação de sigilo, mas na espécie, não há nenhuma proteção sigilar quanto a esse documento.

Então, a GOL não tem substância legal para impedir a divulgação desse documento para os interessados. Para qualquer pessoa que tenha ofertado o seu nome.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A indagação também, se me permite, do Senador Ney Suassuna.

SR. JORGE AMAURY MAIA NUNES – O dever de seguro é um contrato que existe entre a pessoa que corre o risco em uma seguradora para garantir um terceiro. A responsabilidade, na origem, é da GOL. Ela pode repassar, se quiser, para a seguradora. Ela é que diz: “Olha, eu tenho um contrato de seguro com alguém que garantiu o meu risco”. Mas a responsabilidade principal sempre será da GOL.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Sr. Presidente, antes de passarmos a Dra. Carla que quer fazer um esclarecimento, eu gostaria de responder uma pergunta formulada pelo Sr. Daniel de Jacundá no Pará, que pergunta se os controladores de vôos estão realmente doentes? E porque os Senadores não fiscalizam as reais condições de saúde dos controladores? Será objeto da investigação e da fiscalização desta Comissão, essa situação relacionada aos controladores de vôo, eu acho que com isso nós estamos respondendo ao Sr. Daniel.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Dra. Carla para suas observações em relação as últimas perguntas.

SRA. CARLA ANDRÉIA FURTADO COELHO – Só fazer um esclarecimento com relação à lista. Eu estou sensível ao que a dona Eulália falou com relação à vontade de se manter contato.

Mas é necessário que se esclareça também que houve manifestações contrárias de alguns familiares pedindo que isso não acontecesse de uma maneira genérica... Eu entendo que foi disponibilizado o contato, mas recebemos alguns pedidos para que isso não acontecesse de maneira geral.

Era só para fazer o esclarecimento a Sra..

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Dona...Sra. Eulália com a palavra.

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Se a GOL sabe quais são as pessoas que não querem ser contactadas, tirem essas pessoas da lista e entregue a lista a outros que querem, pronto.

SRA. CARLA ANDRÉIA FURTADO COELHO – Vai ser um pedido encaminhado, eu me comprometo com a Sra. e vamos ver se a gente consegue resolver isso.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Esse assunto vai ser encaminhado.

Então, está bem. Eu quero... Sim, Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Com toda a certeza, essa audiência está sendo vista por todos os interessados, porque não ela dar o endereço dela para que todos os interessados, ou dela ou de um escritório para que todos os que estão interessados mande, já fizeram isso? Então, se por acaso a Sra. der o endereço do Advogado, todos os que têm interesse, com certeza, contatarão e a Sra. terá a lista independente do interesse da GOL.

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Agora, eu gostaria, desculpe, Senador, que o senhor não estava aqui desde o início, é que eu gostaria que isso viesse oficialmente da GOL, porque nós temos tido problemas com Advogados que estão constantemente ligando para nós, para nossas residências.

Então, eu gostaria como a GOL, do mesmo jeito que a GOL disse que essas pessoas querem se preservar, eu gostaria que esse documento também fosse encaminhado pela GOL, porque senão eu também poderia estar exposta a uma coisa que está ocorrendo, que nós estamos sendo assediados por Advogados que a gente não sabe nem de onde, do México, dos Estados Unidos, é uma coisa louca.

Então, era importante que a GOL checasse. Não é tanta gente assim, quem tem essa lista é até a Júlia, a Júlia tem a lista, então se as pessoas não quiserem, tudo bem, o senhor está entendendo qual é a situação que nós também estamos expostos a interesses e outros? O senhor não pode imaginar o que está acontecendo nas nossas casas. Ligam dizendo que são representantes do México, dos Estados Unidos, então o meu e-mail, mas eu estou querendo preser-

var a minha família e isso ser oficializado pela GOL a partir do momento que eu confiei o meu nome, o meu telefone, e-mail à GOL.

Então, que se essas pessoas não querem o seu nome, ótimo. Mas as outras pessoas que tinham interesse em manter o contato que a GOL, por gentileza, então, oficialmente também nos fornecesse, porque eu acho que assim protege a todos. Porque, você pode ter... Senador, você não pode imaginar as coisas que ligam para lá, você não pode imaginar o que é que nós estamos passando de oportuníssimo.

As fotos até montadas que saem na Internet. Existem pessoas doentes. A palavra é essa, o senhor me desculpe.

Então, vindo da GOL eu terei confiança total, certo?

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A Dra. Carla vai levar esse ponto para a discussão, eu acho que o contato pode ser feito também para se ver o encaminhamento ético, legal, adequado.

Eu acho que o que muitas vezes falta nessas horas, como a Sra. colocou antes, conversar, discutir, dialogar, ver como fazer, que as coisas aconteçam da melhor forma possível. Eu acho que existe essa boa vontade, também nessa disponibilidade e isso pode ser feito também, nesse contato para se achar uma solução para isso.

Antes de encerrar a presente Audiência Pública, eu só quero que o Senador Leomar Quintanilha já, Relator também deste caso aqui na Comissão do acidente da GOL, nos coloque ao par dos próximos passos, também, que vão ser tomados em relação aos procedimentos da Comissão.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Sr. Presidente, eu vejo que a Audiência Pública é a minha posição final, mas noto que a eminente Senadora Serys Slhessarenko pretende dar a sua contribuição e eu preferiria fazer as considerações finais após a manifestação da Senadora.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Antes, então, com a palavra a Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Obrigada, Presidente, obrigado Senador Quintanilha...

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Me desculpe, porque não havia percebido que V.Ex.^a estava no pedido da palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Porque eu não estava, eu realmente pedi agora bem no final.

Senhor, Senador Leomar, Senador Flávio Arns, representantes aqui, Sra. Eulália, as vítimas, Sr. Jorge, representante da GOL, Senadores aqui presentes.

Eu quero começar pedindo desculpas, apesar de ser titular dessa Comissão, não ter podido estar aqui desde o início, um assunto da maior importância, eu diria, mas eu estava em duas comissões onde tinha votações e eu não pude me afastar por conta do quorum.

Mas dizer que essa discussão aqui do Senado da República é da maior relevância, é um momento importante para todas as partes, eu acho que é um momento que as partes podem discutir essa questão. Porque a dor dos familiares é uma coisa que a gente não vai colocar, é uma coisa sem precedente, não existe apoio, solidariedade, etc.. Nada pode minimizar.

Eu, no momento que eu soube do acidente, eu estava em Mato Grosso. Levei um choque enorme e como todo o Brasil, levou. Uma posição que chocou o Brasil. E fiquei sabendo de imediato o que tinha acontecido no meu Estado e tentamos fazer todos os contatos possíveis com a região, final da tarde, à noite e, infelizmente, a coisa se concretizou.

Mas existem, eu disse que a dor dos familiares não tem o que minimize, do meu ponto de vista não tem. Os problemas que a empresa encara são complicados também, é óbvio que são. Mas eu acho que nesse momento o Senado da República está fazendo essa audiência, estar assumindo determinados compromissos, está assumindo o compromisso de tornar essas coisas mais fáceis, mais facilitadas para minimizar algumas coisas daqui para frente, já que infelizmente o para trás nada pode ser feito, é da maior relevância e por isso essa Comissão tem o papel importante e por isso que eu diria que a gente tem não que se restringir, a minha fala é mais nesse sentido, não que se restringir nesse momento, nós temos que ver o para frente daqui com relação a essa questão.

A questão pontual que é fundamental o que aconteceu, ao fato, etc., etc. E o para frente sobre essa questão e também o para frente sobre outras questões com relação à aviação brasileira. Obrigada, a minha solidariedade total, absoluta, irrestrita, a minha fraternidade e tudo mais a vocês.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, podemos perceber nessa primeira Audiência Pública que o tema é muito instigante, complexo e muito amplo e vai realmente permitir um trabalho enorme por parte da Comissão, que eu creio irá cumprir a sua finalidade, encaminhado ao atendimento do interesse das partes. Não só das empresas que atuam no Brasil, mas dos usuários dessas empresas. Aqui nós cumprimos o nosso dever da defesa do consumidor.

Nós temos recebido, Sr. Presidente, ainda outras perguntas que nós encaminharemos, à quem elas forem endereçadas, para que possamos depois dar respostas a seus formuladores. Gostaria de agradecer a participação espontânea da Dra. Carla Andréia Furtado Coelho aqui representando a empresa GOL Transportes Aéreos, Dr. Jorge Amaury Maia Nunes especialista em responsabilidade civil e da Sra. Eulália Machado de Carvalho que acaba representando familiares das vítimas enlutadas que deram essa contribuição para esse início do trabalho que seguramente haverá de dar resultados positivos para este País, para que nós possamos envidar esforços, evitar acidentes nefastos como esse, se repitam.

E nós teremos para a próxima reunião, como convidados, o senhor Ministro da Defesa e o Presidente da EMBRAER. Eu dou por encerrada a nossa participação, Sr. Presidente, na Audiência Pública de hoje.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem, eu agradeço a participação dos Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, destaco também a importância dos convidados para essa Audiência Pública que teve por objetivo apurar as causas, conforme Requerimento do acidente aéreo que abateu o Boeing 737/800 da GOL Transportes Aéreos, bem como toda a responsabilidade sobre ele.

É um assunto amplo e que será debatida ainda em outras ocasiões para que possamos ter, a partir dessa tragédia que enlutou tantas famílias e teve assim um impacto tão grande sobre o País, que possamos ter medidas, iniciativas, caminhos, apoios em relação a todos os agentes, todas as pessoas envolvidas.

Queria também reforçar as palavras da Senadora Serys de solidariedade, de apoio, de abertura do Senado para todas as famílias que tiveram seus membros, pais, filhos, tios, avós, pessoas da família, vítimas desse acidente que também tem a solidariedade e o apoio para que o Senado também possa contribuir com as medidas que devam ser tomadas. Agradeço e declaro... O Senador Flexa Ribeiro gostaria...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Só, eu fui aprovado agora na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Presidente, Senador Flávio Arns, uma Audiência Pública conjunta entre as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Infra-Estrutura para tratar de um assunto que diz respeito a essa audiência nossa, para discutir e buscar soluções para os recentes problemas enfrentados do sistema de tráfego aéreo brasileiro.

Então, eu proponha que a Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização também fizesse parte dessa Audiência Pública conjunta com as outras duas comissões.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)

– Só um instante, só por informação, complementando a informação do Senador.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senadora Serys também.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)

– A audiência é conjunta como ele acaba de informar, nós acabamos de aprovar, ficou para o dia 21, se eu não estou equivocada é 21 agora desse mês.

SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quero também destacar que essa Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo para o Brasil, pela TV Senado e neste sentido, todas as pessoas, familiares ou não das vítimas deste acidente querendo perguntar, contribuir, sugerir, os telefones ou fax já foram passados no decorrer da audiência e teremos assim o máximo prazer de receber sugestões, posicionamentos que contribuam para os resultados que essa Comissão, para os trabalhos dessa Comissão que vem sendo desenvolvidos.

Agradeço novamente a participação dos convidados e declaro encerrada a presente Audiência Pública.

(Levanta-se a reunião às 13h01)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA,
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL E COMISSÃO DE MEIO
AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR
E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da 24ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 17ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e da 13ª Reunião da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, extraordinárias, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em conjunto no dia 21 de novembro de 2006, às 10 horas, no Plenário nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia vinte e um de novembro do ano de dois mil e seis, no Plenário nº 02 da Ala Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência do Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúnem-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **DEMÓSTENES TORRES**, **LEONEL PAVAN**, **VALDIR RAUPP**, **MÃO SANTA**, **DELCÍDIO AMARAL**, **ROBERTO SATURNINO**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, **SIBÁ MA-**

CHADO, **AELTON FREITAS**, **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES**, **CÉSAR BORGES**, **JONAS PINHEIRO**, **FLEXA RIBEIRO**, **ARTHUR VIRGÍLIO**, **ROMERO JUCÁ**, **FÁTIMA CLEIDE**, **MOZARILDO CAVALCANTI**, **JOÃO RIBEIRO**, **AUGUSTO BOTELHO**, **JEFFERSON PÉRES**, **EDUARDO SUPLICY**, **LEOMAR QUINTANILHA**, Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e **IDELI SALVATTI**. Presentes também o Senador Roberto Cavalcanti e os Deputados Fernando Gabeira e Luciana Genro. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, a Presidência comunica que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública com a presença do Exmo. Ministro de Estado da Defesa, Waldir Pires; do Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno; do Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil, Milton Zuanazzi; do Presidente da Infraero, Tenente-Brigadeiro José Carlos Pereira; do Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Vôo, Jorge Botelho e do Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, Marco Antônio Bologna, a fim de discutir e buscar soluções para os recentes problemas enfrentados no sistema de tráfego aéreo brasileiro, em atendimento aos Requerimentos nº 031, de 2006-CI, de autoria do Senador Heráclito Fortes e Magno Malta e nº 030, de 2006-CRE, de autoria do Senador Roberto Saturnino, bem como ao Relatório Prévio aprovado à Proposta de Fiscalização e Controle nº 3, de 2006, “destinado a ouvir os envolvidos no controle do tráfego aéreo”, tendo como Relator o Senador Leomar Quintanilha. A Presidência comunica ao plenário que formulou convite ao Deputado Fernando Gabeira para participar da audiência pública. Após, a Presidência convida os expositores para tomarem assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo, inicialmente, a palavra ao Exmo. Ministro Waldir Pires e, em seguida, aos demais expositores para suas considerações iniciais. A Presidência também concede a palavra, para exposição técnica, ao Tenente-Brigadeiro-do-Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho, Chefe do Departamento de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, ao Tenente-Brigadeiro-do-Ar Neimar Dieguez Barreto, Secretário da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica e ao Brigadeiro-do-Ar Álvaro Luiz Pinheiro da Costa, Presidente da Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia. Prosseguindo, assumem a Presidência dos Trabalhos os Senhores Senadores Sibá Machado, Leomar Quintanilha, Delcídio Amaral

e Flexa Ribeiro. Fazem uso da palavra de acordo com a lista de inscrição, os Senadores **HERÁCLITO FORTES, ROBERTO SATURNINO, HELOÍSA HELENA, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, SIBÁ MACHADO, LEOMAR QUINTANILHA, ARTHUR VIRGÍLIO, DELCÍDIO AMARAL, CÉSAR BORGES, FLEXA RIBEIRO, EDUARDO SUPPLY e DEMÓSTENES TORRES**, bem como os Senhores Deputados **FERNANDO GABEIRA e JAIR BOLSONARO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e vinte e cinco minutos, lavrando a presente ata os Secretários **DULCÍDIA RAMOS CALHÃO, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO e JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO** que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores respectivos Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Senador **Roberto Saturnino**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Como já foi amplamente anunciado e divulgado pela imprensa essa Reunião Conjunta envolvendo as Comissões de Infra-Estrutura, Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização, tem como objetivo a discussão da grave crise que enfrenta o Setor Aéreo Brasileiro, trazendo constrangimentos e dissabores a milhares e milhares de passageiros.

O Congresso Nacional, no dever de se unir à sociedade brasileira para encontrar soluções e apontar caminhos, achou por bem fazer a convocação dessa Audiência Pública, e nada mais oportuno do que fazê-la conjunto com a presença do Senador Saturnino que é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e também da Comissão de Defesa do Consumidor para que se possa, no decorrer das oitivas se discutir de maneira mais aprofundada essa questão.

Inicialmente, passarei a palavra para o Ministro Waldir Pires. Vamos estabelecer nada de muita rigidez um período inicial de dez minutos para cada um, havendo a possibilidade de uma segunda rodada, desde que se faça necessário. Após disposição de cada um dos senhores convidados, nós teremos aí a lista de inscrições para que o Srs. Parlamentares tenham o direito às perguntas.

Eu quero registrar também que convidei, até numa delegação que me foi dada pela Comissão, espero que as outras duas Comissões concordem,

o Deputado Fernando Gabeira para fazer parte, uma vez que ele é quem coordena na Câmara dos Deputados das Comissões que tratam do mesmo assunto, e para que haja interação entre as duas Casas e facilite essa discussão, eu fiz um convite e queria pedir permissão aos Srs. Senadores, e caso do Deputado Gabeira assim o desejar, haja uma permissão para que ele em caráter excepcional faça interferências se achar conveniente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Providência correta e adequada, Presidente. Concordamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Dito isso, passo, então, a palavra ao Sr. Ministro de Defesa Waldir Pires que registro aqui a sua presença, trata-se de um ex-Parlamentar de uma longa vida nesta Casa, deixou marcas e mais ainda amizade. Portanto, passo a palavra com muito prazer a V.Ex^a.

SR. WALDIR PIRES – Srs. Parlamentares, Srs. Senadores, senhores membros aqui que me acompanham nessa Audiência Pública, Audiência Pública é uma das conquistas do processo democrático e uma das instituições mais válidas da aproximação entre os interesses da sociedade, os deveres e interesses da administração do Estado, sobretudo, do Parlamento. Eu tenho uma grande alegria de voltar a esta Casa do Congresso Nacional.

Eu agradeço a referência do nosso Presidente Heráclito Fortes, eu nunca cheguei a ser membro do Senado Federal, fui membro da Câmara dos Deputados algumas vezes, mas membro do Congresso, dessa Casa eu cheguei a ser eleito, mas as circunstâncias do nosso País impediram-me a assunção e a posse, mas é com enorme respeito e com enorme apreço que eu cumprimento a todos e digo que nós nos encontramos num desses instantes em que as administrações dos Estados, em qualquer parte do mundo, encontram dificuldades e na qualidade de Ministro da Defesa o meu dever é de lutar para que essas dificuldades sejam rapidamente superadas. Estamos envidando os esforços mais imediatos, com harmonia de todos os setores que são incumbidos da tarefa de administrar o tráfego aéreo civil, portanto, com a solidariedade e com a enorme competência do Brigadeiro Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Bueno, do Diretor da ANAC, Dr. Zuanazzi.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Meu caro Ministro, queria pedir só um minuto, para facilitar o trabalho da imprensa, estão com dificuldades, então nós vamos conceder um minuto, que continua falando, não tem nenhum problema. Um minuto para umas imagens que eles precisam ter.

Vamos dar essa... Esperamos a colaboração para que não atrapalhe. Muito obrigado.

SR. WALDIR PIRES – Do Diretor da ANAC, Dr. Milton Zuanazzi; do Presidente da INFRAERO, Brigadeiro J. Carlos, de representantes da sociedade interessada na solução mais imediata, como toda a população e todo o povo brasileiro, Dr. Bologna, representando as empresas de aviação, o Dr. Jorge Botelho que é representante do Sindicato dos Controladores Civis em face das dificuldades em que nos encontramos, a primeira delas que seria de dispor de um número mais conveniente, mais abundante de controladores. O Governo adotou a medida inicial de emitir uma Medida Provisória, no sentido de autorizar a contratação imediata de controladores que pudessem ser habilitados em curto prazo para prover as necessidades atuais, esses controladores estão sendo contratados, estão sendo treinados para a recuperação de suas experiências e reflexos, o Comandante da Aeronáutica requisitou de diversas áreas, setores que são absolutamente capazes de assumir a responsabilidade de controle até por sua preparação, inclusive, mais qualificada. Determinamos a abertura de concurso público para o contrato de mais 64 controladores, esse concurso público está vinculado alguns impedimentos de natureza eleitoral, nenhum concurso pode ser iniciado senão após decorrido o prazo de 60 dias do pleito eleitoral.

Estamos determinando a ampliação e o comando da Aeronáutica adotou imediatamente essas providências de que a formação se amplie e que nossas excelentes escolas de preparação de controladores em Guaratinguetá e em São José dos Campos possam rapidamente, com a devida segurança, ampliar a preparação, a formação e a possibilidade de participação dos quadros de controladores. Tenho a impressão de que essas são as medidas assim de urgência maior. Estamos na expectativa de que todos os que trabalham no setor, todos, possam retomar inteiramente e de forma completa as suas responsabilidades. Eu mesmo tenho a experiência da vida que me diz quando nós somos capazes e um pedaço de competência e de uma parcela de nossos deveres e obrigações e quando nós, movidos por todas as nossas energias, somos capazes de cumprir deveres e obrigações um pouco mais amplos, um pouco mais decisivos. É difícil dizer em que limite à pessoa humana pode chegar, mas qualquer forma a nossa recomendação explícita, definitiva é de que qualquer limite é a segurança do voo, a segurança de quem toma o avião na hora que quer e que se habilita pela aquisição do seu bilhete e viaja e quer viajar tranquilo. É isto que o Brasil quer assegurar, vai assegurar, tem assegurado ao longo da história. Nós somos um dos Países de mais respeitosa

e respeitada área de controle (soa a campainha). Nós disputamos com os Países do mundo mais desenvolvidos a segurança de controle. Nós somos competidores dos Países em termos, assim do que se chamam Países mais desenvolvidos, nós somos competidores dos melhores níveis. Nossos problemas, por vezes ocorrem e ocorrem pela natureza das circunstâncias e têm ocorrido antes, iguais, semelhantes em muitas partes do planeta.

O próprio episódio que agora nos tumultuou, nos abalou a nós todos, que nos trouxe muito sentimento e muita dor, nos próprios Estados Unidos já ocorreu seis vezes e na última das vezes, no Governo do Presidente Reagan, as medidas foram adotadas, mas a sociedade levou aproximadamente um semestre de dificuldades, apesar de ter havido um prazo bastante razoável de medidas de emergência que foram preparatórias do enfrentamento após o episódio da paralisação. É um fato distinto, mas é um fato que dá a plena noção da realidade de circunstâncias dessa natureza.

Naquela ocasião, o Presidente dos Estados Unidos demitiu 60% dos membros da Associação dos Controladores, uma organização civil, mas foi compelido, apesar de ter decorrido entre o fato que começou a gerar a possibilidade de um conflito social, no mês de fevereiro de 1981, até ocorrer o instante em que houve a paralisação em julho que é o mês das grandes férias nos Estados Unidos e na Europa, apesar desses seis meses que viabilizaram toda a preparação da emergência, a verdade é que houve dificuldades grandes para que a nação americana retornasse a normalidade da sua vida aérea.

Foi necessário, nessa ocasião que entre 90 e 180 dias grande parte da aviação nos Estados Unidos se fizesse abaixo do controle de radares nos vãos mais curtos, com aeronaves menores, acompanhando as velhas e anteriores metodologias de segurança que significava o acompanhamento de rádios ou acompanhamento visual mesmo dessas ou daquelas áreas, desses ou daqueles acidentes geográficos, territoriais, desses ou daqueles rios que indicavam o bom caminho. Nós não esperamos que isso seja necessário, nós estamos lutando para isso, para que não seja necessário. Mas é um apelo que nós fazemos a todos os brasileiros, que nos ajudem, porque essa é uma decisão que ninguém vai interromper, ninguém vai interromper, esse caminho da nossa unidade de esforços para que nós possamos vir a ter a tranquilidade plena que já tivemos e que precisamos tê-la do tráfego aéreo nacional.

Tenho ouvido por vezes que houve contingenciamentos praticados pelo Governo Executivo e que teriam sido responsáveis. Essa informação não é ver-

dadeira, não houve contingenciamentos que tivessem reduzido à aplicação de recursos de forma significativa e que tivessem tumultuado as condições do tráfego e do controle. Eu tenho até aqui um pequeno quadro para de saída mesmo poder informar aos meus eminentes, ex-companheiros do Parlamento, do Senado Federal, isso está à disposição de qualquer dos Srs. Senadores e no exercício do Governo do Presidente Lula, os contingenciamentos foram mínimos, contingenciamentos para a área de proteção ou vôo, a dotação autorizada em 2003, foi de trezentos e vinte e sete milhões, houve um condicionamento de dezoito milhões, e um crédito executado de trezentos e oito, seiscentos e cinqüenta.

No exercício de 2004, a dotação orçamentária foi de quatrocentos e sessenta e oito milhões, setecentos e vinte e cinco, o crédito contingenciado é zero, o crédito executado é de quatrocentos e sessenta e quatro milhões e noventa e dois.

No exercício de 2005, a dotação autorizada foi de quatrocentos e noventa e cinco milhões, o contingenciado foi maior aí, foi de cinqüenta e nove milhões, o crédito executado foi de quatrocentos e trinta e cinco milhões, cento e cinqüenta e dois mil.

No exercício de 2006, a dotação é de quinhentos e trinta milhões, o crédito contingenciado é zero e o crédito executado até o dia 31 de outubro, foi de trezentos e vinte e cinco milhões e estão disponíveis para a execução, ainda esse ano, de duzentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e trinta e dois mil reais.

Nós nos encontramos aqui todas as áreas que são as áreas técnicas incumbidas de responsabilidades bastante específicas e definidas. Tenho aqui ao meu lado o Brigadeiro Bueno, Comandante da Aeronáutica que tem sido comigo um constante apreciador de todos os incidentes e de todos os atos. A rigor, conversamos diariamente, sempre, algumas vezes por telefone, inclusive. Com o Presidente da ANAC que é hoje responsável por setores específicos da vida, da navegação e do transporte aéreo do País, do Brigadeiro J. Carlos Presidente da INFRAERO com a responsabilidade dos aeroportos. Aqui com a presença também de um representante das empresas de aviação civil, Sr. Botelho, da TAM que é representante... O Sr. Bologna da TAM e também presente um controlador civil, Sr. Jorge Botelho que é representante dos controladores civis.

Nós, hoje, no Brasil, temos uma parcela de controladores civis, uma parcela bem maior de controladores militares. Nós instauramos, sob a minha coordenação, um grupo de trabalho composto de todos esses setores, de todas as áreas para que estudemos no menor prazo de tempo, tudo quando seja indispensável à

formulação de um diagnóstico completo da situação da aviação civil, de uma formulação de medidas e de providências que deverão ser decididas pelo Governo e pelo Parlamento.

Já instalamos, essa medida foi publicada num dia, no dia seguinte nós compusemos todo o grupo de trabalho, nós escolhemos, imediatamente no dia posterior iniciamos os nossos trabalhos.

Eu espero, portanto, que com a velocidade possível e com o máximo do nosso empenho e com a colaboração de todas as áreas, nós possamos ter os contactos que o parlamento desejar tê-los que nos convoque ou que nos convide para que nos discutamos com essa Casa representativa da cidadania brasileira e, portanto, das altas responsabilidades da condução geral de administração para que mais uma vez este País, como outros que o têm vivido, possam tranquilizar-se rapidamente desse episódio, dessa fase. Muito obrigado, Presidente, e eu gostaria enormemente que V.Exª pudesse ouvir os nossos companheiros nas suas diversas apreciações.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Muito obrigado, Sr. Ministro Waldir Pires, passo a palavra ao Tenente Brigadeiro do Ar Luiz Carlos da Silva Bueno, Comandante da Aeronáutica.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Muito obrigado Sr. Presidente, quero agradecer essa oportunidade de estarmos aqui pela terceira vez no Senado Brasileiro falando sobre a Força Aérea e falando agora sobre um tema que tem sido ventilado, que tem sido comentado diariamente pela imprensa brasileira e que uma grande parte do Brasil tem acompanhado com muita ansiedade por uma solução.

Nós tivemos, infelizmente, um acidente aéreo de grandes proporções, coisa que já não ocorria há bastante tempo, embora tenhamos um Sistema de Controle do Espaço Aéreo dos mais seguros do mundo. Pela primeira vez tivemos uma colisão no ar dentro de 16 Países que já sofreram esse infortúnio. Países da Europa, como a França, já tiveram dois, nos Estados Unidos já tiveram seis acidentes aéreos por colisão e os outros praticamente um caso por cada País, como é o caso da Iugoslava, da Rússia e de outros Países. Infelizmente, isso nos aconteceu. E fomos surpreendidos, e porque não dizer, realmente fomos surpreendidos por uma reação em cadeia dos problemas psicológicos dos nossos controladores, tivemos que afastar imediatamente por regras internacionais dez controladores que ficam, vamos dizer, de quarentena fazendo exames médicos e sendo avaliados os seus desempenhos para poderem retornar. Aqueles que estavam no momento do acidente. Eram dez controladores. Imediatamente nós começamos a substituir

esses controladores. Trouxemos para cá catorze controladores que já estão operando, contratamos, através da Medida Provisória, já contratamos mais de 40 controladores que já submetidos a exame médicos, estão entrando em operação. Aqui em Brasília contratamos 17, dos quais já temos 8 operando. Até 10 de dezembro, nós teremos ainda transferidos para cá, 9 controladores. Até final de novembro, 10 controladores que já estarão operando até o final de novembro. Catorze controladores foram imediatamente transferidos no total de 54 controladores. E estamos formando agora dia 24 de novembro, mais 65 controladores na escola de Guaratinguetá, que serão distribuídos por locais do Brasil, alguns se especializando e traremos experientes, controladores já experientes para o atendimento Centro Brasília. Por que eu falo sobre o Centro Brasília? Porque Brasília é o controle central do País e os senhores vão ver, dentro de dois ou três minutos que eu vou passar a palavra ao Brigadeiro Vilarinho, que vai mostrar aos senhores como é que o controle do espaço aéreo é dividido, de modo que Brasília controla todo o tráfego que desce do norte, noroeste, que desce do nordeste para sul e para o centro. Então Brasília é praticamente o fulcro em que o sul depende desse controle. Curitiba depende daquilo que passa pelo sudeste para chegar ao sul.

Bom, isso fica muito específico, o Brigadeiro Vilarinho vai falar com os senhores. E já estávamos planejando desde 2002 um aumento na formação de controladores, por quê? Nós visualizávamos um aumento do tráfego aéreo, de modo que nós formávamos até 2001, 40 controladores e em 2002 já passamos a formar entre 70 e 80. Em 2003, entre 70 e 80. 2004, nós já fixamos em 80 e 2006 a idéia é que nós vamos passar formar 180 por cada turma, por turma. Cada turma é formada de seis em seis meses. Ou seja, toda a vez que eu falar 60, são 120 por ano, quando eu falar em 80 são 160 que nós vamos passar a produzir a partir de 2007. E um estudo já nos mostra a necessidade de passarmos a formar 120 controladores a partir de 2009. Ou seja, 240 controladores por ano, a partir de 2009.

De modo que nós já temos gente suficiente para este final de ano, para o período que a gente chama de safra de final de ano, então os senhores não precisam ficar preocupados, os passageiros não precisam ficar preocupados com o atendimento de férias desse ano. Férias e a ocasião de festas deste ano.

Bom, eu gostaria de passar, Sr. Presidente, a palavra ao Brigadeiro Vilarinho que vai falar sobre o controle do espaço aéreo. O Brigadeiro Diegues que cuidará da parte financeira, o que tem ocorrido na parte financeira, o que recebemos de recursos e o que

já gastamos com os recursos e o Brigadeiro Pinheiro para falar sobre da parte do SIVAM que corresponde a 55% do controle do espaço aéreo. Brigadeiro Vilarinho, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu concedo a palavra ao Brigadeiro Vilarinho por cinco minutos, antes, porém eu só queria só lembrar ao nosso Comandante da Aeronáutica que não foi o primeiro acidente de choque aéreo no Brasil. Nós tivemos um da década de 50 envolvendo um avião americano e na década de 80 dois bandeirantes na cidade de Imperatriz, dois bandeirantes passageiros.

Quero lembrar ao Brigadeiro para que os analistas. E com mortes fatais. Eu não quero botar culpa em Governo passado não, apenas registro histórico. Com a palavra o Brigadeiro Vilarinho.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Exmº. Sr. Senador Heráclito Fortes, Presidente da Mesa, senhores autoridades, Srs. Senadores. Inicialmente eu gostaria de externar a honra de ter essa oportunidade de prestar alguns esclarecimentos sobre o nosso Sistema de Controle de Espaço Aéreo, um sistema imenso, procurarei ser o mais breve possível.

O Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, ele, além do controle desse tráfego, ele é responsável por um sistema de tecnologia de informação, toda a parte de informática que gere o sistema. O sistema de telecomunicações do comando da Aeronáutica...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Brigadeiro Vilarinho, um pedido da taquigrafia, que o senhor se identifique, a função que ocupa para que ficasse nos registro. Eu pediria aos outros também apenas para o registro taquigráfico.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Eu sou Tenente Brigadeiro do Ar, Paulo Roberto Cardoso Vilarinho, Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo.

Bem, prosseguindo, o Sistema de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica faz a parte das comunicações entre controladores, entre toda essa parte de coordenação e a conversação terra-avião. E também o sistema de busca e salvamento que está sobre a nossa responsabilidade, e nós interagimos na nossa missão com o sistema de avião civil, com o sistema de Controle Aerotático e a condução das nossas aeronaves militares em operações normais de treinamento e de combate, se for o caso, e do sistema de defesa aérea. Então nós temos uma interação aqui operando para esses três sistemas, nós temos, então, uma bifurcação de atividades, uma de interesse militar e um de interesse civil que é o controle do tráfego civil. A nossa área de jurisdição, nós pegamos aqui o espaço aéreo brasileiro, está aqui, e

ainda temos uma área que vai para dentro do Oceano Atlântico até o Meridiano 10. Toda essa área é sob a responsabilidade do Brasil em termos de controle do tráfego aéreo. Nós temos aqui na Região do Atlântico que nós chamamos de Região de Informação de Voo Atlântico e temos quatro regiões de formação de voo dentro do País, a Região Amazônica, a FIR Amazônica, a FIR Recife que é essa aqui, a FIR Brasília que é o que nós veremos com mais detalhes a seguir e a FIR Curitiba. Dentro dessas áreas nós fazemos não só a vigilância do espaço aéreo, e também o controle do espaço aéreo.

Nós fazemos fronteiras com 13 regiões de informação de vôos internacionais, algumas da África e outras aqui da América do Sul. Temos acordos operacionais com todos esses Países para fins de Controle de Tráfego Aéreo de acordo com as normas da Organização de Aviação Civil Internacional. Como funciona o nosso controle do espaço aéreo dessa forma integrada, civil e militar? Todos os nossos tipos de radares estão aqui em cima. Radares primários, radares secundários, tridimensionais e até radar em aeronave. Todas essas informações vão para o centro, para o CINDACTA e ali acontece uma síntese dessas informações. Ou seja, nós não vamos um radar de cada vez, independente de qual radar que está sendo utilizado, nós temos uma síntese de todas essas informações, vale destacar que isso aqui é um aplicativo brasileiro, feito por empresa brasileira, um *software* de propriedade da Aeronáutica que poucos Países no mundo o têm.

Para fazer esses controles, nós temos dentro do mesmo CINDACTA um centro de controle de área que controla o tráfego aéreo civil e ao lado um centro de controle de operações militares que conduz as aeronaves militares e os treinamentos militares. Completamente integrada são as funções desses dois sistemas. Nós temos aqui uma quantidade imensa de estação de telecomunicações espalhadas pelo Brasil para a aeronave falar com os respectivos centros e temos, por outro lado, estações de telecomunicações com frequências específicas para aeronaves militares. As regiões tanto de defesa aérea, quanto às regiões de informação de voo para fins de Controle de Tráfego Aéreo, elas são coincidentes e já comentei isso desde o início.

Vamos em frente, para ter uma idéia como funcionam esses setores, esse problema de catorze controladores por setor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu só gostaria de explicar FIR, *Flight Information Region*, região de informação de voo.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Ok, então a Região de Informação de Voo de Brasília que essa aqui, nós vamos estudá-la rapidamente.

Aqui nós temos ela explodida com todas as rotas e ela é dividida em três grandes regiões de controle. Esse pontilhado vermelho aqui separa essa área daqui, é a chamada Região Brasília, e aí acompanhado essa linha vermelha para cá, essa aqui é chamada região São Paulo, e dessa linha pontilhada aqui para a direita é a chamada Região Rio. Então nós temos três regiões, cada região com vários setores, cada quadradinho desses é um setor. Daqui não está dando para ver o número, mas é mais ou menos, setor um, dois, três e quatro, em São Paulo. Aqui cinco, seis, sete, oito e nove, se eu não me engano, está um pouco próximo e ficariam dez, onze, doze e treze para a Área Rio. Como é que fica esse problema de número de controladores? Nós adotamos em Brasília em função de um documento específico que estabelece um levantamento de vários parâmetros e uma fórmula específica e que estabelece o número máximo de controle de aeronave sob controle de um setor.

Então, por exemplo, aqui esse setor pode controlar catorze aeronaves, esse setor aqui catorze aeronaves. Quando nós não temos controladores suficientes para abrir todos os setores, que é o termo que a gente usa, controlar uma equipe, controlando cada setor, cada setor ele tem que ter dois controladores, um principal e um auxiliar e a cada dois setores nós temos que ter atrás, um supervisor. Então são cinco homens para abrir esses dois setores, se eu tiver menos de cinco homens disponível? Nós temos que juntar os dois setores, quando juntamos os dois setores, esse número cai para doze, esse é o problema que nós enfrentamos quando na hora do pico, nós não temos a quantidade de controladores suficientes. Num local em que nós podíamos controlar 28 aeronaves, passamos a ter a capacidade de apenas 12. Para se manter o nível de segurança inalterado atrasa-se às decolagens do solo para que se mantenha esse número de doze. Então colocamos aí o chamado controle de fluxo. Intercala a decolagem de 5 em 5 minutos de um aeroporto, de 10 em 10 minutos de outro, de 15 em 15 minutos de outro, de acordo com as necessidades até que se tenha gente para abrir o setor.

Pela legislação que nós adotamos e também isso é adotado internacionalmente, o controlador pode trabalhar ininterruptamente por duas horas e o limite máximo de três horas, a partir desse ponto, ele tem que ser retirado da console para descanso, de no mínimo 15 minutos e tem que ter outro para se colocar na posição. Só depois desse descanso é que ele retorna ao trabalho.

Aqui, daquelas estações de comunicação que eu falei, o centro de cada bolinha é onde está a estação, a bola, o círculo é o alcance das comunicações da-

quela estação para o nível duzentos e cinquenta que seria 25 mil pés, aproximadamente 8 mil e trezentos metros de altura.

Então, nessa altitude em diante nós temos cobertura de comunicações em todo o Brasil. Porque é que nós falamos nessa altitude? Se for altitude muito baixa, evidentemente nós não temos cobertura radar. É impossível qualquer País ter cobertura radar em qualquer altitude, mas nós colocamos uma cobertura dentro dos níveis utilizados pelos nossos vôos, vôos por instrumentos, vôos de carreira.

Vamos para outra informação. RadareS – Aqui também, as nossas coberturas radares, nessa apresentação aqui, estão para o nível trezentos que seria 30 mil pés ou aproximadamente 10 mil metros. Da mesma forma o centro aqui é o local onde está o radar e o centro a cobertura, aqui no sul os radares em azul são aqueles do CINDACTA-2, esses em amarelo são do CINDACTA-1, Brasília. Esses em vermelho do CINDACTA-3 em Recife, e esses aqui da área da Amazônia do nosso SIVAM estão aqui todos cobertos. Ok, pois não.

Todos eles são integrados, fazem parte da síntese, o comando de defesa aérea em Brasília recebe todas as informações da síntese e cada CINDACTA tem as informações da síntese da sua região, quer dizer, o controlador de Curitiba não precisa ter informações dos aviões que estão em Brasília, apenas os que estão cruzando a sua fronteira.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra ao próximo expoente que é o Brigadeiro Dieguez, eu queria abrir aqui, até por uma questão de praticidade. O Brigadeiro acaba de falar de questões eminentemente técnicas e falando na maioria das vezes para leigos no assunto, embora por cometidos e responsáveis pela representação que tem. Se alguém quiser fazer perguntas específicas sobre a questão debatida e quiser fazer de imediato, eu queria pedir permissão para abrir essa possibilidade, até porque o assunto pode se perder e eu para dar o bom exemplo eu queria fazer uma pergunta ao Brigadeiro. Se existe o CINDACTA e existe o SIVAM, o Brasil gastou fortunas exatamente para a proteção de vôos e fiscalização, evitar o contrabando... Os dois aviões vinham na direção, vamos admitir que os dois estivessem errados, um dos dois fosse um avião de um terrorista, de um grupo terrorista com bombas para soltar no Distrito Federal porque o CINDACTA não detectou esse problema? Do vôo em nível errado?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Senador, isso está sendo levantado pela Comissão, já conclui até um relatório preliminar, eu fiquei tão estupefato quanto o senhor porque era impossível

acontecer uma coisa dessa, com todo o sistema que nós temos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Aí que está, o investimento feito, polêmico, inclusive, e acontecer um acidente que não havia a menor possibilidade de acontecer, porque a sofisticação do aparelho detecta asa delta, não é evidente que esteja numa atitude compatível. É uma coisa Brigadeiro que não há uma explicação, pode se botar culpa no piloto que quiser. Os pilotos estivessem errados, são clandestinos, são bandidos, são de gangues, mas os sistemas tinham a obrigação de verificar e os aviões que são interceptadores que estão aí. O Brasil paga uma fortuna, agora mesmo fizesse uma renovação de frota era para ser acionado.

Então, essa é uma questão que eu queria apenas colocar como curioso, mas lógico, que não consegue uma resposta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Você quer responder?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Presidente, está sendo investigado, a gente não pode... Por favor, as palavras que vou dizer aqui não podem ser registradas como alguma coisa, vamos dizer assim, que pode ser apurada ao contrário durante a investigação.

O avião passou por Brasília no nível 370 autorizado por São Paulo com o plano de vôo para descer para 360, ou seja, 36 mil pés a partir de Brasília e 380 após a posição Teres. Quando ele passou por Brasília, ele deixou de falar, ele deixou de falar e o seu transponder deixou de admitir. O que é que é o transponder? É um aparelho, uma caixinha preta que nós temos que diz a altura exata do avião e esse transponder, ele também emite, como se fosse um radar emitindo sinais e colhendo sinais do outro radazinho, do outro avião que se chama de Ticais(F), que diz a direção que vem o avião, a direção que vai o avião, eles trocam informações entre si e diz à altitude que vem o avião de lá para cá e a altitude daqui para o outro avião.

Então o transponder ficou inoperante e parou de ter comunicação entre os dois aviões e aí, a gente chama de que somente o radar primário, o radar que está vendo o avião, que viu que aquele avião é o avião americano que está indo e o radar de Manaus ficava vendo o avião da GOL com altitude tudo corretamente, 370 mil, e começou a dar informações. Esse avião, no Premar(F), ele dá informação que não é muito correta, mas ele passava pela altitude de 360, como se tivesse naquela altitude 360. Também é que na hora de turno dos controladores que ele completava duas horas e um passou para o outro, ele passou para o que o substituiu no avião no nível 360, então o controlador estava

crente que ele estava no nível 360, era identificado apesar de não ter a identificação eletrônica. O senhor está entendendo? Então, era uma informação falsa, mas que ele não acreditava que fosse falsa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Informaram ao piloto da GOL?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Não senhora porque o piloto da GOL estava sendo controlado por Manaus, e quando foi passado para Manaus, Senadora, eu não vi o inquérito, faço questão de não ver, porque se eu falar qualquer coisa vão dizer que eu estou procurando interferir. Portanto, eu vou dar só um exemplo, tanto é que como havia falta de comunicação, no dia que fizeram o relatório preliminar, na semana passada, eu mandei imediatamente os nossos aviões do G voarem em todo o Brasil para ver se tinha algum lugar faltando comunicação para certificar que as frequências estão funcionando.

Então, houve uma indução, o que eu acho que foi. Presidente, por favor, é o que eu acho que foi, como piloto, eu acho que foi, houve uma indução de que o avião estava no nível 360, tanto é que ele passou para o substituto dele que passou para Manaus o avião no nível 360. Por isso que não havia, ele não tinha sombra de dúvida que o avião estava no 360. O senhor está entendendo? Só isso. Agora, eu não posso afirmar porque está sendo investigado porque o avião não falava e porque o transponder não emitia se dois minutos depois que ele bateu, que foi o pondo de impacto do transponder, passou a fornecer todas as identificações. Está entendendo, Senadora? Depois que bateu, dois minutos depois apareceu no radar à identificação e ele passou a funcionar. E passou a falar também. Você tem alguma complementação a isso que eu falei?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– Só que o transponder ligado, ele informa para o controlador no solo exatamente a altitude que ele está voando e esse informação o controlador não tinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A falha, então, a minha pergunta, não houve falha na integração dos dois sistemas?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– O problema, não digo que houve falha.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas, Brigadeiro, a razão de ser desse sistema é exatamente detectar aviões clandestinos. O outro avião envolvido é de prefixo estrangeiro, se desaparece deveria pelo menos ter tido um alerta, ter tido uma decisão ágil, eu pensava que essas coisas funcionassem com mais rapidez.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador, dentro do tema, eu pergunto se porventura, identificado

que não havia comunicação com o Legacy, identificado que o Legacy estava com o transponder supostamente ou com defeito ou desligado, por que não foi comunicado toda essa ocorrência ao avião da GOL para que sob a forma de proteção, ele modificasse a sua rota, ou modificasse a sua altura para evitar, já que não se tinha conseguido um contato e foram tentativas várias de se contatar o Legacy. Por que nada, nada, nada foi tomado em relação ao GOL para proteger o vôo da GOL?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, isso deverá ser explicado durante a investigação. E é isso que nós estamos fazendo para verificar o que é que ocorreu de errado para que não se repita mais. Este é o motivo principal da investigação para a prevenção de acidentes. O senhor está absolutamente correto no seu raciocínio, o senhor está entendendo, agora, nós vamos ter que descobrir o porquê?

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– A não ser que fosse um fato tão comum de falha que acontecia antes e que o operador achou que era uma falha pequena, aí é mais grave ainda, porque o estado brasileiro é responsável pelo que aconteceu, diretamente responsável.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senadora, a investigação vai provar exatamente o que é que ocorreu e porque é que ocorreu. O que ocorreu, nós sabemos, os dois estavam voando na mesma situação, na mesma altura e na mesma altitude, agora o porquê, qual foi o raciocínio, isso que nós temos que descobrir. Essa é a pergunta fundamental. Por que é que ocorreu? Para que não ocorra novamente.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– Posso prosseguir, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pode.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– Aqui para dar uma idéia do nosso universo de trabalho, a quantidade de equipamentos que nós temos espalhados por todo o Brasil. Aqui à esquerda estão enumerados os diversos tipos de equipamentos, o radar num total de 174 estações radares, desde aqui do sul do País em Pelotas até aqui em cima em Roraima. Nós temos auxílios à navegação, são equipamentos eletrônicos que guiam os pilotos para pouso e rota, VORs que é um tipo de equipamento, DOR(F) é algo semelhante, 17 de um, 6 de outro, 95, 235 MDB, etc.

Equipamentos de comunicações é uma quantidade imensa, 4.634 equipamentos de VHF. Aqui à parte de estações meteorológicas, 154 estações meteorológicas. Ou seja, nós temos um grande total de 1.089, entre radares, navegação e aproximação, 4.634 de comunicações, 154 de meteorologia, num universo de

5.877 equipamentos espalhados por todo o Brasil, para os senhores terem uma idéia dos nossos custos, não só de vida vegetativa, de manutenção, como também da necessidade de investimentos.

Aqui uma visão do nosso centro de controle aqui de Brasília, o ACC, Brasília. Essa estrutura acabou de ser modernizada no ano passado dentro do nosso planejamento de nós substituímos todas as consoles aqui por console de última geração e o *software* que originariamente era francês, do fornecedor do sistema, foi um *software* nacional em que nós temos a fonte e o controle sobre esse *software* e ele é periodicamente atualizado.

Vamos em frente. Aqui um dos nossos radares é o destacamento de controle do espaço aéreo do morro da igreja é próximo a Urubici em Santa Catarina, é o destacamento mais alto que nós temos.

Outro rapidamente, agora só como, um aqui em São Gabriel de Cachoeira, as margens do Rio São Gabriel. Vá em frente que está faltando... Eu teria aqui umas outras transparências que não saíram aqui. Presidente, deve estar em outra apresentação, seria a parte dos nossos investimentos previstos para os próximos anos, se houver interesse, eu posso montar aqui e apresentar daqui a pouco. É que essa parte do Diegues não tem. Pode ser depois do Diegues, se houver interesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Seria posterior.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Obrigado.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – (pronunciamento fora do microfone) que não há uma certa correção dos pagamentos para o controle de voo.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Senador, o Brigadeiro Diegues vai apresentar essa parte, eu acho que atenderá a V.Ex^a e a parte do que nós realizamos e o nosso planejamento até 2016, nós vemos vários grandes projetos, eu posso apresentar posteriormente. Tenho que mudar ali.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – O importante para nós é também saber quando vai terminar essa situação de caos que está vivendo o Brasil. Isso é a coisa mais importante que os senhores poderão aqui informar. Nós estamos vivendo um caos, é só ler os jornais de hoje já se vê. Se nós não tivermos solução para isso rápida, esperar até 2017... O caso dos Estados Unidos é totalmente diferente, o Presidente Reagan em 24 fez funcionar, fez funcionar.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Posso responder? Senador, além das medidas de

recursos humanos já enumeradas pelo Comandante, nós temos medidas operacionais que estão em andamento, eu posso depois comentar alguma coisa, para diminuir a carga de trabalho em cima do Centro Brasília, e já estavam planejados, seria amanhã, acertei com os presentes jornais, para semana que vem uma reunião para nós espalharmos os vôos para aliviar-mos os pontos de pico e com isso, nós com certeza vamos atender essas necessidades de final de ano e no início do próximo ano com a formação, início de operação dos operadores que estão sendo contratados, saindo da escola, nós estaremos com a situação normalizada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Brigadeiro...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Brigadeiro, nesse caso de mudança de rota, vai haver custo maiores para as empresas aéreas?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Eu não sei de que mudança de rota V.Ex^a está falando, mas esse é um assunto que nós vamos ter que fazer de comum acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Foi anunciada ontem.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Vem pelo mar os vôos que venham do sul até o nordeste.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Muita coisa foi falada, mas nós estamos estudando na realidade três medidas que eu vou citar rapidamente para o senhor. Medidas operacionais – Corredor Belo Horizonte, Brasília, pegar os setores nordeste, do Centro Brasília hoje, passar para o Centro Recife. E o setor, metade do setor da área de Cuiabá, passar para o Centro Amazônia, com isso nós vamos reduzir a carga de setores. Agora isso aí é um assunto que tem que ser estudado detidamente pelo pessoal técnico operacional, acordos operacionais que são feitos entre os dois centros para nós mantermos inalteradas a segurança de voo e a fluidez do tráfego.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador Antônio Carlos, esse ano não tem nenhum contingenciamento na área do DECEC, nós já fizemos a Licitação para a renovação do CINDACTA-2 de Curitiba que vai ficar tão moderno quanto é o CINDACTA-1 aqui de Brasília, nós já estamos fazendo a Licitação para modernização do CINDACTA-3 que é lá de Recife pegando toda a parte do nordeste, este ano realmente não tem. Essa parte de recurso...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – É baseado, então, do recurso que está ainda contingenciado, é isso?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Não. Não está contingenciado, Senador. Esse recurso está à disposição e que nós vamos, primeiro, a hora que nós assinarmos o contrato, nós vamos empenhá-lo e ele vai sair do SIAFI, porque também nós só recebemos o orçamento esse ano a partir de junho. Infelizmente nós só recebemos a partir de junho.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Houve um contingenciamento.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – A partir de junho que foi liberado o crédito para a gente.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Então houve um contingenciamento.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, o orçamento só foi votado no final de abril, maio, junho, por aí.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Desculpe, mas foi antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Um esclarecimento aqui. Os recursos de segurança aérea todos são do Ministério ou INFRAERO também participa com recurso?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Os recursos de tarifa que são os recursos do Controle de Tráfego Aéreo, parte vai para a INFRAERO e parte vem para o comando da Aeronáutica.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Essa parte quanto que já foi?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Não, ele é automática, sai no orçamento, é mais ou menos 50% retirando a parte do sistema de cobrança que é o SUCOTAC(F). Dá 45%.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Essa liberação é feita automática.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – É feita através do orçamento do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas não tem nada contingenciado.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Esse ano não tem nenhum contingenciamento que eu saiba, da minha parte não.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Na parte de proteção ao voo, não.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – O Brigadeiro Diegues tem todas as informações.

SR. WALDIR PIRES – Eu tive a oportunidade de mencionar aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concedo a palavra ao Ministro da Defesa Waldir Pires.

SR. WALDIR PIRES – Muito obrigado. Eu tive a oportunidade de mencionar aqui no início que este ano não há contingenciamento nenhum e que o or-

çamento foi aprovado não no mês de janeiro ou no mês de dezembro, o orçamento foi aprovado no mês de junho, eu creio. Março... Maio de forma que ele se executou praticamente num percentual bastante significativo. Este ano...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero lembrar que o Governo...

SR. WALDIR PIRES – Quinhentos e trinta milhões...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Através de Medida Provisória liberou em caráter emergencial para setores prioritários.

SR. WALDIR PIRES – Mas são despesas normais da dotação autorizada de quinhentos e trinta milhões no orçamento aprovado em março ou maio, os senhores sabem melhor do que eu. Trezentos e vinte e cinco milhões já foram e as despesas programadas estão em duzentos e quarenta e cinco milhões, programadas para serem realizadas até 31 de dezembro. Não há, portanto, nenhuma verba contingenciada este ano, nenhuma. E nos quatro últimos anos é mínima, foi mínimo o contingenciamento. Houve em 2005 simplesmente de 59 mil reais. Só.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Cinquenta e nove milhões.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente, me permita a palavra pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com o maior prazer palavra ao Senador Sibá Machado que é um dos especialistas na matéria aqui na Casa.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – (risos) Bastante. Mas só para entender melhor como V.Ex^a, a metodologia que foi adotada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Essa lista é em orçamento, não é aviação, desculpe.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Ah, em orçamento, melhorou, melhorou. Mas para entender melhor um pouquinho a metodologia, porque nós ouvimos o Brigadeiro e vamos ouvir duas pessoas, digamos assim, mais específicas da área de esclarecimento de todo o sistema.

Em seguida, nós ouvimos a pergunta do Senador Antônio Carlos no que diz respeito ao fenômeno que está acontecendo o atraso dos vôos, então eu pediria a V.Ex^a, eu vejo muitas autoridades ainda a Mesa que procedimento nós adotaremos se V.Ex^a quer manter da forma que nós estamos, pergunta mais aberta durante cada exposição ou se a gente houve mais diretamente as pessoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, é... A rotina eu vi, mas como se

tratava de um assunto específico e eu que recebi várias sinalizações de Senadores querendo tirar dúvida e por se tratar de um assunto específico e a preocupação que se perdesse o sentido da pergunta por conta de tempo, abrimos essa exceção. E agora nós vamos convocar o Brigadeiro Dieguez, caso haja, também sobre especificamente o assunto técnico alguma dúvida, a gente abre, pedindo apenas a compreensão de que a intervenção seja sintética. Com a palavra o Brigadeiro Dieguez, V.Exª tem cinco minutos para a sua exposição. Tem V.Exª a palavra pela ordem.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Só para facilitar o Ministro da Defesa, o solicitado pelo Ministério, ao Ministério houve corte do Ministério de Planejamento? Porque nós temos informação de que o que foi pedido foi cortado no Ministério do Planejamento. Eu apenas só queria saber porque sairia à culpa do Ministério da Defesa ao invés do Planejamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Ministro da Defesa.

SR. WALDIR PIRES – Não houve corte nos recursos disponibilizados para a área de proteção ao vôo.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Mas o que V.Exª pediu foi dado no Ministério do Planejamento?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A pergunta do Senador Antônio Carlos é outra, no orçamento apresentado o valor aprovado pelo Governo, pelo Ministério do Planejamento foi o solicitado ou se houve corte.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Houve corte no planejamento?

SR. WALDIR PIRES – Esta aqui foi o que foi disponibilizado no orçamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Já aprovado.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V.Exª pediu esse número, ou o Ministério do Planejamento mudou alguma coisa?

SR. WALDIR PIRES – Com este número, normalmente, nós estamos executando as nossas tarefas sem problemas.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Mas V.Exª pediu isso ou pediu mais?

SR. WALDIR PIRES – O pedido eu vou fazer agora, o que terá sido feito agora.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu tenho a informação de que o Ministério do Planejamento recebeu um pedido maior de V.Exª. O que não é culpa de V.Exª, é culpa do Planejamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa solicita ao Ministro da Defesa.

SR. WALDIR PIRES – No Ministro anterior, eu não era o Ministro anterior para a execução do orçamento de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa solicita, portanto, ao Ministro Waldir Pires que peça a sua Assessoria... Ministro? Ministro Waldir Pires, a Mesa solicita que V.Exª busque através da sua Assessoria técnica os números originais.

SR. WALDIR PIRES – Estão expostos aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas aí são os recursos disponibilizado. O que nós estamos pedindo é outra coisa. Nós estamos querendo a solicitação do recurso proposto para o setor.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Ou por V.Exª ou pelo seu antecessor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O recurso proposto e o recurso aprovado. É uma questão técnica, a sua Assessoria poderia nos fornecer.

SR. WALDIR PIRES – Nesse particular, claro, nós vamos fazer a solicitação do Senado, mas nesse particular, faz parte da natureza rotineira da elaboração orçamentária que os Ministérios sempre façam as suas solicitações e o planejamento faça a adequação à capacidade arrecadadora do Estado. O que eu digo é que cresceram os números sempre, ano a ano estão ali expostos. O que nós estamos executando. E que este ano, sem problemas, faltamos executar agora para o mês de outubro, dezembro, novembro... Outubro, novembro e dezembro nós executaremos o que é restante e que é suficiente para os encargos de agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não há nenhuma dúvida com relação à pergunta de V.Exª. Agora, apenas a Mesa solicita que sejam mandados os últimos três anos, ou dos quatro anos, o orçamento proposto e o orçamento aprovado pelo Ministério do Planejamento e remetido para o Congresso para a aprovação final, é exatamente isso que nós estamos querendo.

SR. WALDIR PIRES – Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Talvez se a Assessoria pudesse providenciar isso no decorrer do trabalho. Com a palavra o Brigadeiro Dieguez.

SR. NEIMAR DIEGUEZ BARREIRO – Bom dia a todos, eu sou o Brigadeiro Neimar Dieguez Barreiro, Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica. Eu tenho a minha função, tem a finalidade de prover os

recursos dentro de um planejamento que é feito pelo Estado Maior da Aeronáutica que é encaminhado ao Ministério da Defesa...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A melhoria do som a reclamação aqui que não está chegando bem ao Plenário. Segundo ponto, nós queremos comunicar que existe um telão na sala 13 retransmitindo. Eu estou sentindo que algumas pessoas interessadas na matéria estão de maneira desconfortável no fundo da sala, se quiser mais confortavelmente assistir os depoimentos, existe um telão na Ala Alexandre Costa, sala 13.

SR. NEIMAR DIEGUEZ BARREIRO – Muito bem. Nós tentamos identificar de uma forma objetiva, ouvindo inclusive as perguntas de jornalistas que nos procuraram, notícias de jornais e de uma forma objetiva, nós queremos apresentar alguns quadros, cerca de quatro quadros que mostra a situação orçamentária e financeira do Comando da Aeronáutica ao longo de alguns anos, a nossa apreciação a partir de 1999 e esse quadro ele se refere aos recursos disponibilizados para área de proteção ao voo no que se refere à lei e créditos extraordinários, créditos suplementares.

Então, de um total aprovado em lei de 99 a 2005, nós tivemos dois bilhões e novecentos e o contingenciamento de cento e cinquenta e um milhões, o que nos deu uma capacidade de execução de dois setecentos e quarenta e oito milhões. Isso até 2005.

Em 2006, nós estamos com um orçamento aprovado em lei de quinhentos e trinta milhões, já gastamos trezentos e quarenta e cinco e vamos gastar cento e oitenta e quatro, por quê? Porque não há nenhum contingenciamento aprovado pelo Governo, imposto pelo Governo.

Então, essa situação o que nos dá uma execução dos três quatrocentos e trinta, de três e noventa, e temos aqui que executar cento e oitenta e quatro até o final do ano. Eu queria esclarecer que a lei de créditos, ela é encaminhada ao Congresso depois de analisada pela Secretaria de Orçamento, e ela, o limite, é imposto pela função de uma previsão de receitas estimada.

Então, vamos imaginar que está se prevendo para 2007 quinhentos milhões e é isso que vai se colocar na Lei Orçamentária, não adianta o comando da Aeronáutica querer gastar seiscentos, se não tem a receita para isso. O segundo quadro... Receitas próprias. Essas receitas, elas são oriundas das tarifas de navegação e de telecomunicações, existem outras tarifas que atende a INFRAERO na questão aeroportuária, mas essas tarifas por um Sistema de Proteção ao voo são tarifas específicas de receitas próprias arrecadados do sistema de aviação civil.

Então, nós temos ali o que foi arrecadado. Nós arrecadamos até 2005, dois bilhões, novecentos e trinta e oito e executamos dois bilhões quinhentos e setenta e quatro. O que nos dá uma retenção de trezentos e setenta e quatro milhões ao longo de oito anos. O que significa? Foram aqueles cento e cinquenta e um milhões contingenciados e algumas receitas que foram superavitárias. Se esperava arrecadar um X e arrecadou-se mais. (soa a campainha)

Para 2006, nós já arrecadamos quatrocentos e sessenta milhões e executamos trezentos e setenta e três. O que nos dá um saldo de oitenta e seis milhões, que pretendemos gastar até o final do ano. Pois bem, o outro quadro nos dá a situação do Fundo da Aeronáutica, é uma outra pergunta que todo mundo está dizendo, “Pôxa! Mas tem um bilhão e novecentos no fundo da Aeronáutica”. O Fundo da Aeronáutica ele foi criado e ele recebe várias receitas, são receitas oriundas de outras origens que não são só da proteção ao voo, nós temos o Fundo de Saúde, Assistência Médica, temos o Moradia, uma série de convênios, são receitas arrecadadas pelos comandos, pelas unidades que vão para o Fundo da Aeronáutica.

Então, do Fundo da Aeronáutica, o que tem do DECEA são apenas quatrocentos e cinquenta milhões disponíveis hoje. De um bilhão e novecentos, nós temos quatrocentos e cinquenta milhões que são aqueles trezentos e sessenta e quatro, mais oitenta milhões que nós vamos gastar até o final do ano. Ou seja, o superávit do fundo em outra receita é de um bilhão e do Fundo do DECEA trezentos e setenta e quatro. Que as outras receitas foram arrecadadas este ano.

Então, qual é a idéia? É se levar até o final do ano, ter ainda um superávit em outra receita, mas o DECEA vai ter receita negativa em função da lei aprovado, essa é a nossa estimativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Brigadeiro, apenas uma solicitação, toda a vez que diz uma sigla, DECEA porque a gente fica... Exato, a gente fica aqui um pouco meio tonto, entende?

SR. NEIMAR DIEGUEZ BARREIRO – DECEA é o Departamento do Brigadeiro Vilarinho que fez a exposição anterior. Mostrou todos os sistemas, a integração dos sistemas e etc. Então para o Sistema de Proteção ao Voo, nós prevemos ter uma receita deficitária esse ano em dezoito milhões. O que significa que da Lei Orçamentária dos quinhentos e trinta milhões, nós vamos gastar menos do que foi autorizado.

Então, não existe um bilhão e novecentos para o Sistema de Proteção ao Voo no Fundo da Aeronáutica. O que existe são quatrocentos cinquenta, desses quatrocentos e cinquenta, trezentos e sessenta e quatro

são de superávits anteriores, de exercícios anteriores e o resto vai ser gasto durante o ano, o que for arrecadado esse ano.

Para 2007, em função de atraso de alguns pagamentos, a SOF(F) está prevendo uma receita de quatrocentos e oitenta e cinco. Embora a nossa necessidade seja maior, o comando do SIDEA para gastar seiscentos milhões, nós vamos gastar. Mas o que o Governo está estimando para arrecadação para o ano que vem é de quatrocentos e oitenta e cinco milhões. Significa que ele está mandando para o Congresso uma provisão orçamentária de quatrocentos e oitenta e cinco milhões. Como nós temos um superávit de exercícios anteriores, nós estamos propondo, o Ministro da Defesa, o Comando da Aeronáutica está propondo ao Ministério do Planejamento que se gaste esse superávit primário em três anos, gastando cento e vinte milhões a mais em 2007, 2008 e 2009 e com isso, a gente zeraria todo o superávit existente no Fundo da Aeronáutica. Essa é a proposta. E finalmente, qual foram os gastos com o Sistema de Proteção ao Voo de 95 a 2005? Nós tivemos a implantação do SIVAM. O SIVAM, ele foi financiado com recursos do Tesouro que não foram recursos de receitas próprias, ou seja, foi feito um financiamento de três bilhões e seiscentos e cinco, além disso foram ejetados recursos do sistema em um bilhão que se gastou quatro bilhões e seiscentos para a implantação do SIVAM. Ainda em investimentos, no período de 2000 a 2005, o SICEA, ou seja, o Sistema de Proteção ao Voo investiu um bilhão quatrocentos e oitenta e sete milhões. O que nos dá um investimento de dez anos de seis bilhões no sistema. Isso significa, em média, seiscentos milhões por ano. O que não é pouco. Tanto é que o Brigadeiro Vilarinho mostrou um sistema com vários radares, todos integrados e está funcionando. Era essa a minha explanação, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concedo a palavra ao terceiro Brigadeiro, Brigadeiro Álvaro Luiz Pinheiro Costa, qual é o departamento? Nós solicitaríamos para ajudar a taquigrafia que V.Exª fizesse a qualificação do...

SR. ÁLVARO LUIZ PINHEIRO DA COSTA – Exmº. Sr. Presidente, Excelentíssimas autoridades civis e militares, senhoras e senhores. Meu nome é Álvaro Luiz Pinheiro da Costa, eu sou o Chefe do Subdepartamento Técnico do Departamento de Controle do Espaço Aéreo que é a sigla que foi comentada aqui na palestra anterior, DECEA é Departamento de Controle de Espaço Aéreo. A mim coube, eu fui o último Presidente da Comissão de implantação do SIVAM e assinei o encerramento do projeto.

Então, coube a eu falar um pouco sobre o Sistema de Vigilância da Amazônia, principalmente no que estiver mais voltado para a área de controle do espaço aéreo.

Então, está ali o meu objetivo, apresentar aos senhores o Sistema de Vigilância da Amazônia diferenciá-lo do Sistema de Proteção da Amazônia e eu vou procurar ser absolutamente rápido porque eu sei que os senhores já visitaram, a maioria já visitou a Amazônia em visitas do Congresso. Um pouquinho do histórico, quando é que ele nasceu, eu acho que tem senhores, com certeza alguns dos senhores sabem muito mais do que eu disse, Sistema de Proteção da Amazônia, Sistema de Vigilância da Amazônia e quando é que o Projeto SIVAM encerrou.

O desafio que foi lançado ao Governo em 1990 é que nós precisávamos desenvolver a Região Amazônica e foi colocada daquela forma com harmonia entre as necessidades humanas e ambientais. Esse conjunto de palavras, harmonia entre necessidades humanas e ambientais tornou-se o desenvolvimento sustentável, a frase do desenvolvimento sustentável. Esse desafio foi colocado para o Governo e resultou numa exposição de motivos para a Presidência da República, em 21 de setembro de 1990 que foi quando formalmente o Projeto SIVAM e o Sistema de Proteção da Amazônia iniciaram. Eu coloquei duas partes da diretriz presidencial resultante dessa exposição de motivos porque ela, essa informação aí vai esclarecer um erro que é muito comum e basicamente se resume no seguinte: O SIVAM não existe mais, o que tem hoje é o Sistema de Proteção da Amazônia, SIPAM, subordinado a Casa Civil da Presidência da República que criou um centro gestor para trabalhar na atuação integrada dos órgãos de Governo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A função de vigilância do SIVAM está sendo realizada pelo SIPAM?

SR. ÁLVARO LUIZ PINHEIRO DA COSTA – Afirmativo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Obrigado.

SR. ÁLVARO LUIZ PINHEIRO DA COSTA – Depois eu coloco. Ela tem duas vertentes que a gente chamava de azul e verde. À parte de Controle de Tráfego Aéreo está dentro do Ministério da Defesa e a parte de monitoração da Amazônia como um todo está com a Casa Civil e ao SIPAM.

Então, ao comando da Aeronáutica coube implantar o Sistema de Detenção... Esse é o conceito de Sistema de Proteção da Amazônia, é utilizar os sensores no maior número de funções possíveis e integrá-los com vista à proteção da Amazônia e o desenvolvimento sustentável da região. Essa é a rede de

sensores que foi implantada para a monitoração da região Amazônica. Nós temos desde a parte de processamento de sinais de satélite até estações, centros estaduais, termo tribunais de usuários nas prefeituras, delegacias da FUNAI, postos da FUNAI, delegacia do IBAMA, Polícia Federal, radares.

Então, essa transparência mostra outro engano comum, o SIVAM, o Projeto SIVAM não é um sistema de controle de radar, apenas um pedaço dele é utilizado para o Controle de Tráfego Aéreo da região, todo o restante é integrado nos Centros Regionais do Sistema de Proteção da Amazônia, então a maioria do projeto, dos sensores do projeto é voltada para a área de meio ambiente, não para Controle de Tráfego Aéreo. O Brigadeiro Vilarinho já apresentou, essa era a cobertura da Amazônia na época, antes do SIVAM.

Então, na época do acidente que houve de um avião Marabá-Belém, por exemplo, ele voou fora desse radar e caiu aqui em São Félix Xingu, ele estava fora da cobertura radar.

Então, qualquer de nós que tivesse viajado Brasília, Manaus há três anos passou uma hora e meia sendo controlada apenas com comunicações, sem ser visualizado por um radar. Hoje, essa é a cobertura radar do Sistema de Controle do Espaço Aéreo brasileiro. Como os senhores vêem, no nível da aviação comercial, o Brasil está completamente coberto por radares. Como os radares têm um problema de detenção a baixa altura, a detenção do radar pode ser bloqueada por uma montanha, dependendo da distância, nós também temos algumas aeronaves radar que a visualização delas também é integrada no sistema de detenção. A rede meteorológica que foi implantada, que ajuda o SIPAM também, ajuda o Controle de Tráfego Aéreo, o Controle de Tráfego Aéreo depende muito seriamente da parte de informações meteorológicas, e também utilizamos a parte de satélite meteorológica, essa aqui é a região de Jacareacanga, à parte de satélites meteorológicos que foram implantadas, o processamento foi implantado junto com o Projeto SIVAM.

Além disso, o Sistema de Controle do Espaço Aéreo, e o Departamento de Controle de Espaço Aéreo têm por obrigação fazer a inspeção periódica com todos os auxílios que foram implantados, quando o Brigadeiro Vilarinho falou aqui sobre 170 radares e mais outros tantos tipos de equipamentos, todos esses equipamentos são inspecionados periodicamente e re-homologados, autorizados a operar e nós temos algumas aeronaves de inspeção em voo.

Isso é Manaus, eu não sei se todos tiveram a oportunidade. O lado verde é o Centro Regional do SIPAM, é o Centro Técnico Operacional de Manaus, e o lado que a gente chama de azul é o CINDACTA-4. Esse é

o CINDACTA-4 e essas são as funções que o Centro Integrado de Defesa Aérea, como nós temos aqui em Brasília, o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo executa parte de defesa aérea, à parte de Controle de Tráfego Aéreo e aqui também tem um engano comum, não existe Controle de Tráfego Aéreo Civil, existe o Controle de Tráfego Aéreo de Aeronaves, civil e militares. As aeronaves militares também voam normalmente falando com o tráfego aéreo do CINDACTA. E a outra área operacional é o Centro de Controle de Defesa Aérea e Controle de Operações Militares. Além disso, outras funções já foram faladas, busca e salvamento e a parte de meteorologia e Aeronáutica. Esse foi o cronograma do SIVAM, a gente encerrou o projeto, ele foi todo implantado em 22 de julho do ano passado e o Centro de Coordenação Geral que iniciou um pouco mais tarde terminou em 3 de março desse ano. Ele foi implantado primariamente em instalações não adequadas e a gente conseguiu ainda com os recursos transferi-lo para instalações melhores aqui em Brasília no setor policial sul, quem tiver a curiosidade, ele está lá instalado e ele é feito para atender todos os órgãos de Governo e cidadãos brasileiros aqui. Então a mensagem é que o Projeto SIVAM, a rede de sensores acabou a implantação em 22 de julho do ano passado e hoje o que nós temos, como o senhor falou, o Sistema de Proteção da Amazônia, cuidando de toda aquela parte de monitoração, principalmente de meio ambiente e apoio ao trabalho integrado dos órgãos de Governo e o Sistema de Controle de Espaço Aéreo, utilizando os radares para controlar o espaço aéreo e fornecer informações, por exemplo, aeronaves desconhecidas são informadas a Polícia Federal dentro do SIPAM. Isso são as datas que eu já falei. E eu encerro aqui, depois eu estou disponível para as perguntas, obviamente, nasceu em 90 e hoje só existe de fato o Sistema de Proteção da Amazônia. O SIVAM acabou em 22 de julho do ano passado, encerrando oito anos de contrato. E destaquei principalmente a parte voltada para o controle do espaço aéreo, e a mensagem final basicamente é isso. Em 22 de julho, nós acabamos, o Brasil implantou, foi um custo considerável e está sendo utilizado tanto pela parte da Casa Civil quanto pelo Sistema de Controle do Espaço Aéreo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agradecemos a participação de V.S.^a e passamos a palavra ao Dr. Milton Zuanazzi, Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil. Antes, porém, eu gostaria de convidar o Senador Saturnino Braga para assumir a presidência e uma vez que se trata de uma reunião conjunta e é fundamental a participação dos demais acompanhamentos.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) –

Presidente, eu gostaria de ponderar que V.Ex^a, primeiro, está conduzindo muito bem os trabalhos. Segundo, eu gostaria de ser o primeiro a fazer as perguntas, o primeiro inquiridor, porque eu tenho um compromisso no Itamarati que eu não posso atrasar, então eu queria rapidamente...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa informa, portanto, a V.Ex^a que não se preocupe, vá a seu compromisso no Itamarati e volte porque ainda vai ter tempo de fazer perguntas, não se estenda no almoço, mas nós temos aqui até agora 13 inscritos e ainda as disposições. Para ver V.Ex^a como o tema interessa ao País.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– Claro é que os próprios depoentes e os inquiridores...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a perderia o sentido, perderia do sentido... Está feito, então, o registro. Com a palavra o Brigadeiro Milton Zuanazzi. Diretor-Geral... Dr. Milton Zuanazzi.

SR. MILTON ZUANAZZI – Faço me acompanhar aqui pelo seu amigo, o outro Brigadeiro Leur Lomanto, meu colega de diretoria da ANAC.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pelo visto os senhores militares tenham cuidado que eles vão tomar o lugar de vocês.

SR. MILTON ZUANAZZI – Eu sei que a hora se adianta, eu quero ser breve naquilo que nos compete mais especificamente nessa crise.

Primeiro, eu acho que o Ministro Waldir e o Brigadeiro Bueno foram claros em detectar que essa crise teve uma motivação em questão de pessoal, pós o acidente, o grave acidente que houve entre o avião da GOL e o avião Legacy. Ou seja, o número de controladores, a falta de pessoas capacitadas suficientes para controlar o espaço aéreo ocasionou um conjunto de problemas numa espécie de efeito dominó, um efeito em cadeia que precisa ser estudado por nós e tomado algumas decisões.

Desde 2000, é importante salientar, o Brasil vem adotando uma nova política nas suas malhas aéreas. Acabou o tempo em geral que as empresas faziam um voo a uma cidade a outra, ficava lá o avião parado duas, três horas, voltava para a mesma cidade. Hoje, as malhas estão devidamente integradas. Um avião parte lá de Montevidéu, às 6 horas da manhã e termina em Macapá às 2 da madrugada e parte às 4 da madrugada de Macapá para chegar novamente a esse destino. O aproveitamento das aeronaves hoje é muito mais intenso do que alguns anos atrás. Esta malha, extremamente integrada com conexões, qualquer

problema que falhe esse sistema causa um conjunto de transtornos muito grandes. Esse debate nós vamos precisar fazer, porque adotamos esse modelo. Quais os benefícios desse modelo? Barateou o preço das passagens, benefício nº 1, hoje o Brasil vive os preços médios mais baixos da aviação comercial e como consequência disso o maior número de brasileiros estão se utilizando do avião como meio de transporte. Há quatro anos atrás se calculava que sete a oito milhões de brasileiros pegavam um avião, sete a oito milhões de CPFs, calcula-se hoje que nós já estamos em 14 milhões de CPFs.

Portanto, se expandiu à demanda e os números provam isso nos últimos anos. Nós saímos recém de uma campanha eleitoral que o debate sobre o crescimento econômico foi intenso. Se existe um setor no Brasil que cresce é a aviação e muito. O ano passado à demanda cresceu 26%, esse ano cresceu 13, isso é muito superior a nossa economia. Eu até tenho um gráfico que mais ou menos mostra, eu posso deixar aqui ao Senador Heráclito, mostra o crescimento da população, o crescimento do PIB e o crescimento da aviação, é realmente tanto da parte de carga, quanto da parte de aviação comercial, realmente um guepe(F) aqui, muito superior ao que cresce o Brasil como um todo, a sua economia, os seus vários setores. Então, evidentemente que um problema como esse, o nível de transtorno que ele causa é muito significativo, porque ele ao perder uma conexão, ao atrasar um determinado ponto da malha, ele acaba proporcionando esse efeito em cadeia. Por isso que nós começamos um problema na manhã e vamos sentir ele com gravidade na noite. Porque é exatamente, eu dou um exemplo do que ocorreu no dia de ontem, quando Congonhas fechou por questões meteorológicas três horas, e mais um pequeno incidente que houve lá em Congonhas. O Galeão também fechou por mais um período de quase uma hora, o fato desses dois aeroportos terem fechado, essa malha integrada, não tinha nada a ver o controle do espaço aéreo, simplesmente essa integração da malha ocasionou um efeito em cadeia que quem estava lá na ponta do sistema, seja no nordeste, no norte, ou do sul pode ter levado um atraso de até 6, 8, 10 horas, porque sequer o avião tinha saído da sua origem lá em São Paulo. Então, pior ainda, se a origem era lá em Porto Alegre passando por São Paulo para chegar a um ponto no nordeste ou no norte. Então, nós realizamos estamos discutindo com as empresas aéreas, todo esse debate, estamos começando a discutir, porque afinal vamos ter que chegar a um sistema, cujo esse controle, esses ajustes precisam ser acertados. Uma outra informação importante que eu quero passar aos Srs. Senadores é algo que vai se estereotipando

na mídia e eu tenho muito medo dos estereótipos, Senador Heráclito, geralmente a nossa classe política é muito estereotipada muitas vezes, há um estereótipo de aumento de volume de vôos comerciais no Brasil. O que nesse ano de 2006 absolutamente não é verdade. Vocês não esqueçam que este ano nós tivemos a crise da VARIG, nós tivemos na verdade foi uma diminuição no ano de 2006, uma pequena diminuição.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Aí que a gente fica arrepiado porque não podia ter acontecido.

SR. MILTON ZUANAZZI – Existe um aumento, Senadora, existe um aumento dos equipamentos, o Brasil está com aeronaves, equipamentos cada vez maiores, nós tínhamos uma média de equipamentos até alguns anos atrás, cento e poucos lugares, nós estamos hoje com equipamentos acima de 140, 150 lugares, substituindo aqueles anteriores. Então, realmente há uma movimentação de pessoas maiores, isso faz com que tenha ampliado desta forma a oferta e não em número de aeronaves e qualquer vôo que o antigo DAC, hoje ANAC, autoriza, qualquer, ele antes ouve a INFRAERO e ouve a DECEA. Nós não vamos autorizar um vôo sem ter a garantia de que há espaço nos aeroportos e que há espaço nas aerovias. Isso sempre foi assim e sempre será. Se o DECEA ou a INFRAERO determina a ANAC que aquele vôo está em excesso em determinados horários, a ANAC não concede aquele vôo. Como o DAC não concedia. Então esse controle, e esse ajuste, ele é um ajuste bastante perfeito, tem que haver esse ajuste perfeito. No momento que um elo dessa cadeia deu problemas, foi isso que o Brigadeiro Vilarinho aqui colocou, nós temos que rediscuti-la. Rediscuti-la para ver como nós fazemos esse funcionamento. Isso está em pleno andamento, nós pretendemos chegar num prazo breve, apesar de não ser fácil, porque não é por acaso que existe um horário de pico, podemos perguntar para um Presidente da uma empresa aérea. Nós mesmos os usuários demandamos determinados horários, especialmente nos chamados aeroportos centrais. O usuário do homem de negócio quer sair de São Paulo de manhã cedo e quer voltar no final da tarde. Então, essa questão de malha que, aliás, a lei que cria ANAC deu liberdade para as malhas aéreas das empresas, a lei deu liberdade tarifária, dentro das bandas tarifárias, deu liberdade de formação de malhas. Essa lei foi aprovada no final do ano passado aqui que é aquela que cria a ANAC, faz com que as empresas se ajustem também aos seus mercados, se adapte aos seus mercados, seus interesses de mercado. Evidentemente, que isso não impede. As empresas não estão se negando a nós fazermos essa discussão em

função inclusive da situação que nós estamos vivendo. Esses ajustes, nós esse ano viemos fazendo, só vocês terem uma idéia de número nós já realizamos até agora em ajustes de horários, 91 horários, 91 ajustes numa malha que nós estamos hoje na casa de 1.340 vôos. Nós já realizamos 91 ajustes. É pouco, mas não deixa de ser um sinal de que é possível. E nós estamos tentando fazê-lo. No vôo fretado e aí observa-se bem o interesse do nordeste especialmente, porque o vôo fretado, eu estou falando do vôo doméstico, não do vôo internacional que está chegando no Brasil, a ampla maioria deles, mas a ampla maioria, eu estou falando de 80, 85% de São Paulo, esse vôo fretado, ele pode sofrer ajustes, mas também nós temos que ter cuidado no sentido de cortá-lo, nós vamos estar impactando negativamente a economia do nordeste de forma muito significativa, nós não podemos... Só uma empresa fretadora contactado por mim, me disse que já vendeu para o verão 150 mil bilhetes para o nordeste brasileiro a partir de São Paulo. O que nós podemos fazer no vôo fretado e vamos fazê-lo é um ajuste de horário também. Nós podemos ocupar os horários subocupados. Então, isso, evidentemente, que as empresas de fretamento já estão suscetíveis e aptas a fazê-lo, para evitarmos também os chamados horários de pico. Há um outro estereótipo sendo feito de que nós ultrapassamos os limites de segurança em determinados horários, não existe isso. Quando o DECEA espaça aeronaves, o motivo desse espaçamento é exatamente a segurança de vôo, não há outro motivo. Não é que o DECEA tem a vontade de ser mais ou menos ágil, são os aspectos de segurança que estão em jogo, então, na verdade, quando há esses espaçamentos em função do número de pessoas que estão nos consoles, é a segurança que está em jogo e é por isso que eu quero fazer voz aqui ao Ministro Waldir, ao Comandante Bueno, o Brasil tem um histórico, uma tradição de baixíssimos índices de acidentes aéreos, de grande porte, de grande monta. Nós temos um de 82, um de 96 e agora em 2006. Esses são os acidentes de grande monta. No espaço aéreo, eu quero aqui dizer, Senador Heráclito Fortes, o Brigadeiro Bueno quando se referiu o senhor fez um questionamento, se referiu ao controle no chamado ACC, lá é o único que nós tivemos. O outro que o Senador Heráclito se referiu é nas zonas de aproximação, são acidentes de choque em zonas de aproximação aérea. Esse lá no espaço, em trinta e tantos mil pés, esse é o primeiro que tivemos no Brasil e esperamos não tê-los mais, se nós conseguirmos chegar às conclusões porque é que isso ocorreu e como solucioná-los. Enfim, para não me alongar e eu sei que depois as perguntas podem ser mais esclarecedoras, eu posso dizer que, eviden-

temente, esse problema que rompe um elo importante nesse momento, ou pelo menos que desajusta um elo importante, ele causa esse volume de transtornos. Nós estamos, inclusive, amanhã pela manhã fazendo um acerto entre INFRAERO, as empresas aéreas para nós termos uma forma de comunicação com os usuários, parece ser isso muito simples, mas às vezes não é, mas aquela pessoa do balcão do *check-in*, aquele que fala pelo microfone da INFRAERO e o piloto que fala quando a gente já está dentro da aeronave tem que dar a mesma resposta. Nós não podemos mais ter desencontros na informação. E mais, nem tudo que se diz é culpa do espaço aéreo brasileiro, nem tudo. Nós temos atrasos que são atrasos da normalidade da aviação, por problemas mecânicos, por problemas meteorológicos, por problemas de conexão, isso tem que ser devidamente informado. A ANAC já está levantando aeroporto por aeroporto o motivo do atraso. Se um voo, eu mesmo nesses dias, num atraso de uma hora e quarenta detectei no meu relógio, naquela uma hora e quarenta o espaço aéreo foi responsável por 45 minutos, os outros 55 minutos tiveram outros motivos que recorreram aquele atraso. Agora, como nós temos uma malha integrada, muitas vezes não dá para nós culparmos a empresa aérea porque teve que aguardar uma conexão porque ela integrou a sua malha. Nós temos empresas hoje no Brasil que mais de 50% dos seus passageiros são de conexão, são passageiros que pegaram um voo para pegar um outro em outro aeroporto. Portanto são cidadãos que não podem ser deixados no aeroporto, precisam ser embarcados. Então a política de nós termos a finalidade de embarcá-los, evidentemente, com o mínimo de transtorno possível ela é fundamental que nós a preservemos que nós a façamos.

Mas eu volto a dizer não é justificativa, não é nada, é a realidade. Não é uma coisa simples de fazer esse ajuste, quando o sistema como um todo não está funcionando como um relógio, como é fundamental que funcione. O nosso sistema hoje precisa funcionar com essas engrenagens na sua devida hora, no seu devido tempo, senão sempre ele vai ocasionar transtornos indiretos aos nossos passageiros.

Dessa forma, eu acho que coloquei a parte que cabe mais diretamente a agência. Evidentemente que ela é uma parceira do sistema como um todo e nós participamos de todos os debates dessa convocação que o Ministro Waldir Pires fez para esse grupo de trabalho para discutir a questão específica dos controladores, até evidentemente todos os debates que o comando da Aeronáutica tem nos requisitado em todas as áreas a fim de nós encontrarmos um melhor

caminho possível para nos nossos usuários. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu queria fazer um comentário que eu acho pertinente com o Senador Delcídio. É exatamente sobre o Dr. Zuanazzi. V.Ex^a se lembra, Líder do Governo, Líder do PT e eu Presidente da Comissão as existências que se fazia ao fato dele não ser do setor Aeronáutica. Nós estamos vendo que os conhecimentos técnicos dele na Aeronáutica não devem, não fica nada a dever a nenhum técnico que se queria colocar no lugar.

Portanto, eu quero só fazer esse registro pela capacidade técnica do Dr. Zuanazzi em discutir essas questões e vamos, na segunda etapa do debate puxar um pouquinho mais com V.Ex^a.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Se é para acabar, eu vou embora logo agora. Eu quero falar para mostrar a V.Ex^a que isso não pode continuar como está. O que eu quero é solução. E nada que diga aqui em solução, ninguém falou em solução, não se trata de solução, trata-se de explicar, explicar o inexplicável. Está se provando aí, pelo que se vê, que é uma grande unidade entre o Ministério de Defesa, Aeronáutica e o Controle Aéreo e tudo está acontecendo e continua a acontecer cada dia pior. E isso, não vi nenhuma palavra de ninguém, nem do Ministro, nem do Comandante Bueno que eu tenho o maior respeito e amizade, ainda vai ter a INFRAERO, já teve a ANAC. Tudo até agora papo, não há solução, eu quero saber o que vai haver para acabar com o congestionamento que existe hoje nos aeroportos a curto prazo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Meu caro Senador Antônio Carlos, eu tenho convicção absoluta que na hora das perguntas esse debate proporcionará a que nós parlamentares façamos exatamente esse questionamento e cobremos de cada um solução.

O que ficou acordado é exatamente ouvir os que aqui estão. Evidentemente que por solicitação do Brigadeiro Bueno, nós abrimos um espaço para que depoimentos técnicos fossem dados. Voltamos à rotina do prazo estabelecido e temos ainda três expositores e em seguida iniciaremos o debate. E faço um apelo, não saia porque V.Ex^a não só honra essa Audiência Pública, como também tem uma colaboração muito grande a dar ao País. Com a palavra o Tenente-Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da INFRAERO.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Sr. Presidente, eu tentarei ser rápido, objetivo e focado no tema da audiência. A INFRAERO, como todos os senhores sabem, administra 67 aeroportos e teve o momento

zero dessa crise quando o voo 1907 foi dado como desaparecido. Desde o momento em que o 1907 foi dado como desaparecido se instalou uma série de problemas que afetaram diretamente os 67 aeroportos da empresa, uns mais do que outros, é claro. Gostaria de deixar também bem claro para os senhores que a INFRAERO, que os aeroportos da INFRAERO ou qualquer aeroporto do mundo representa o fim e o início de qualquer problema, seja no espaço aéreo, seja numa empresa aérea, seja na economia da aviação civil. É no aeroporto onde o avião que caiu não chega, e aí começa o drama. É lá que chega a seleção vitoriosa, o político famoso, é onde as coisas acontecem. O primeiro impacto sobre tudo que aconteceu e continua acontecendo é no aeroporto. Ela atinge a empresa INFRAERO, atinge as companhias aéreas que nesse momento, está aqui o Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas, pessoas da INFRAERO, companheiros dos sindicatos, companheiro das companhias aéreas têm sido vítimas até de tentativas de agressão física, face às coisas que vem acontecendo. Quais foram às providências da INFRAERO, não para resolver o problema, mas para tentar pelo menos absorver ou minimizar? Cito para os senhores um caso emblemático: O Aeroporto de Congonhas que é o mais conhecido do País e o mais movimentado. Têm uma capacidade instalada para 5.100 pessoas por hora embarcando e 4.400 pessoas por hora desembarcando. Chegamos a 17 mil pessoas por hora. E isso gerou e gera toda a sorte de problemas. Saturação da polícia, da receita, do médico que fica de plantão, dos taxistas, todo o sistema é afetado. O papel da empresa durante toda essa crise foi o de tentar minimizar danos ao usuário, as companhias aéreas, com recomendações específicas de deter qualquer, evitar qualquer tipo de violência. É perfeitamente admissível que pessoas nervosas, consumidores conscientes de seus direitos entrasse em atrito com... Um tumulto como esse que foi criado. Ocorreram violências, ocorreram tumultos, chegamos ao limiar da violência, mas foi possível evitar tudo isso. Em grau maior ou menor. No dia de ontem talvez tenha sido o pior dos dias desde que o 1907 desapareceu, e, no entanto, o dia de ontem não teve praticamente nenhuma motivação com relação ao controle aéreo. Nós tivemos uma sucessão de fatos inacreditáveis que foram acontecendo e sinergicamente provocaram um caos por volta de uma hora da manhã de domingo. Eu estava acordado à noite toda acompanhando o que aconteceu, então basicamente, senhores, eu prefiro deixar para o debate perguntas sobre a atuação da INFRAERO e o que nós poderíamos eventualmente fazer. Gostaria também de dizer que a INFRAERO participa do controle do espaço

aéreo apenas no nível de torre de controle em 20 aeroportos, é uma coisa pequena, mas nós temos 490 controladores de voo que de alguma forma participam desse esforço. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concedo a palavra ao Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Voo Jorge Botelho. Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção de Voo é o Jorge Botelho.

SR. JORGE BOTELHO – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Parlamentares, é uma honra muito grande estar aqui para debater essa questão, principalmente porque nesse episódio todo, nós controladores de tráfego aéreo fomos acusados de ser os vilões de toda a história, e a oportunidade que temos aqui é de esclarecer todos os acontecimentos. Alguma coisa que eu gostaria de dizer aqui já foi dita, mas eu gostaria de me reportar alguns outros itens. Primeiramente que nós controladores estamos plenamente satisfeitos da maneira como a coisa está sendo discutida, porque pela primeira vez esse assunto, com a participação dos trabalhadores está sendo discutido a nível de Governo.

Eu já estive aqui, não no Senado, mas na Câmara em outras audiências públicas, eu já perdi a conta, mas o assunto foi debatido somente ali naquela esfera e depois se encerrou. Então, nós temos muita confiança da oportunidade que nos deu o Ministro Waldir Pires ao criar um grupo de trabalho em que nós estamos participando no sentido de darmos a nossa contribuição, expormos os problemas e apresentarmos a nossa visão do que seria de solução. Os controladores do tráfego aéreo, antes do episódio do acidente, ele já vivia uma situação de um intenso tráfego em momentos de pico, realmente a coisa ficava tensa e nós tínhamos um padrão de atuação de assumirmos responsabilidades além da nossa capacidade. Isso aí nós colocamos para a imprensa e das muitas vezes fomos mal atendidos e outras vezes as coisas não foram colocadas corretamente, porque em determinados momentos em que nós tínhamos conversado com o Ministro, explicado que nós daríamos todo o nosso sacrifício para encontrar solução e a coisa se normalizar, colocavam que nós estávamos boicotando a aviação, estávamos fazendo uma operação patrão no sentido de prejudicar, e isso não é verdade. Nós sabíamos que a partir de um determinado momento do ano, as coisas iriam se complicar porque o volume de tráfego iria aumentar e haveria momentos de pico, momentos muito intensos.

O episódio da tragédia do voo do avião da GOL ele só precipitou os acontecimentos. Precipitou no sentido de que mostrar toda a problemática que nós já estávamos enfrentando, e que em alguns anos atrás,

periodicamente estávamos mostrando para as autoridades a nossa visão. E, infelizmente, não éramos ouvidos. A partir do momento que houve o acidente com o avião da GOL, houve uma mudança, ou seja, algumas pessoas, alguns operadores envolvidos, conforme o Brigadeiro explicou, foram afastados e nós não tínhamos um efetivo suficiente para repor aqueles que saíram. Então, o que aconteceu? Sobrecarregou aqueles que ficaram. Some-se a isso também o fato de que após um acidente aéreo há a necessidade de se fazer um refluxo, eu chamo de refluxo, mas há uma necessidade de se diminuir o ritmo de trabalho, o fluxo de aeronaves tem que ser para que as pessoas, o sistema faça uma análise do que aconteceu. Porque o sistema envolve recursos humanos, envolvem aeronaves, pilotos, equipamentos e procedimentos. Então, é necessário que se faça uma análise para que o erro seja, o erro ou a falha seja identificada e então corrigida, porque se mantivermos o mesmo ritmo de trabalho antes do acidente estaríamos incorrendo num erro, poderíamos cometer o mesmo erro, não se sabia qual seria o erro, qual era a falha do sistema e provocar um novo acidente.

Some-se a isso também o seguinte, nós não tínhamos nunca enfrentado um acidente dessa monta. Muitas pessoas, nós controladores, até da própria sociedade, ou daqueles que vivem na aviação, estavam preparados psicologicamente para enfrentar um momento desse, então muita gente ficou realmente abalada. Eu mesmo que já estou há cinco anos, há seis anos fora da operação, fiquei muito constrangido, muito abalado com isso porque a minha vida toda de aviação, eu comecei em 1974, eu escutava sempre alguém dizer assim, “essa coisa de tráfego aéreo no Brasil só muda quando acontecer um acidente”. E eu me perguntava, será que realmente será assim? Para nós esse foi um dia nunca esperado e realmente aconteceu. Então, temos que aproveitar a oportunidade para mudar, corrigir aquilo que entendemos que não é correto. Aquilo que pode ser melhorado, nós manifestaremos as nossas idéias, por outro lado também, aqueles controladores experiente, que são poucos, devido à evasão de trabalhadores que houve nesses últimos anos, isso já vem desde 1990, colocou que poucos têm aquela experiência que nós diríamos para ser, digamos, o ponto de referência para os mais novos. Controladores que estavam com uma visão de que eu tenho que resolver o problema, tem avião, manda mais, eu resolvo. Mudou. Eles chegaram à conclusão que o seguinte, avião bate. A responsabilidade que eu como controlador, tenho ao colocar dois, três, quatro, cinco, quinze aviões no meu setor é muito grande.

Então, passamos a operar dentro de um determinado limite que era à margem de segurança, e essa margem de segurança, esse número está dentro de uma capacidade que o sistema comporta. Então, nós não, de maneira nenhuma iríamos violar essa capacidade comprometendo a segurança, e isto foi difícil para que outros setores da imprensa e a própria sociedade entendesse que as nossas medidas, eram medidas de segurança, porque o elemento controlador de tráfego aéreo é o homem que sofre a pressão, ele que psicologicamente está envolvido diretamente, ele é o elo, justamente a ponta do sistema que faz com que a segurança funcione.

Isto, essas medidas que tomamos, essa nossa atitude foi no sentido de trazer segurança, visto que nós tínhamos uma série de problemas de falta de pessoal, problemas de talvez não confiarmos o suficiente nos nossos equipamentos. E desde logo, eu procurei a Casa Civil propondo uma audiência para que nós explicássemos a nossa visão, explicássemos o problema que estava ocorrendo, e através do Ministro Waldir Pires me contactou e disse vamos fazer uma reunião para debater isso daí. E essa reunião aconteceu e nós expusemos a ele todos os problemas e, por outro lado, eu quero dizer que as medidas que estão sendo tomadas, emergenciais, nós não somos contra, o que nós colocamos desde o início para o Ministro é que estamos com o cobertor curto. Se a gente tira pessoas de Rio, São Paulo ou de Curitiba para cobrir Brasília, nós estamos descobrindo um outro setor. Nós colocamos para o Ministro que gostaríamos realmente, a nossa expectativa é que controladores de aposentado realmente venham para trabalhar, mas a gente gostaria de que isso fosse feito dentro do critério. “Olha, o exame médico tem que ser igual é feito pelos controladores da ativa e também que a capacidade técnica fosse apreciada de modo que não tivéssemos pessoas inexperientes ou incapazes para aquele setor”.

Eu me coloco aqui à disposição de debater, não só hoje, mas também todo e qualquer momentos que V.Ex^{as} quiserem para que a gente possa colocar todos os problemas. Eu já estive com o Ministério Público Federal, eu já coloquei toda a problemática da nossa visão, amanhã estarei na Câmara e estou disposto a me apresentar em qualquer fórum que V.Ex^{as} quiserem para expor o problema. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Como propósito de se ouvir todos os setores envolvidos na questão, vamos passar a palavra agora ao último convidado que é o Dr. Marco Antônio Bologna que é o Presidente do Sindicato Nacional de Empresas Aeroviárias.

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA – Bom, obrigado Presidente, obrigado Srs. Senadores, todas as autoridades Aeronáuticas pelo convite de participar dessa audiência, em nome do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias.

Primeiro nós gostaríamos de ressaltar que as empresas aéreas são os usuários intensivos de todo esse sistema que foi muito bem descrito pelo Brigadeiro Vilarinho, que esse sistema tem que se manter e vem se mantendo em condições operacionais e em estado da arte, tendo, dentro da categoria 1 no conceito da Organização Mundial de Controle da Aviação. Para tal, necessita expressivos montantes aportes financeiros eu gostaria aqui de dar a nossa visão com dados consolidados do DAC da ANAC o quanto o setor contribuiu, evidentemente isso é coletado dos nossos clientes, dos passageiros e eu diria que todos os passageiros estão absolutamente adimplentes com as empresas aéreas, bem como hoje as empresas aéreas estão totalmente adimplentes para com o Governo. Então, como prestador de serviço.

No ano de 2003, nós pagamos um total entre taxas aeroportuárias e de navegação e comunicação oitocentos e quarenta e um milhões de reais. No ano de 2004, nós pagamos oitocentos e noventa e quatro milhões reais. Em 2005, oitocentos e noventa e dois e a estimativa para esse ano deve chegar ao redor de novecentos e cinquenta milhões de reais em taxas. Um terço é voltada para taxas aeroportuárias e dois terços para navegação e comunicação.

Então, a primeira observação é que existem recursos para resolver o problema, não existe aqui uma limitação e esses recursos vêm do próprio usuário e do próprio cliente e do próprio passageiro que é a razão da existência de uma companhia aérea.

O nosso setor de aviação para esse ano devemos estar transportando ao redor, chegando a quarenta e cinco milhões de passageiros transportados no ano, vamos estar transportando também um passageiro silencioso que é a carga, mais de três milhões de toneladas, entre perecíveis, medicamentos, documentos, eletro eletrônicos e cargas industriais o que mostra importância desse setor como integração para um País da dimensão do Brasil. O crescimento o próprio Nilton citou, é um crescimento a três anos de dois dígitos, eu diria que é crescimento mais do que crescimento chinês para um País que tem um PIB que chega próximo de 3%.

Ou seja, há um estímulo ao tráfego aéreo apesar de toda a dificuldade com alta de petróleo e também de um aumento de carga tributária sobre o setor. Isso ocorre em função da dimensão do País, isso ocorre em função do setor ter se preparado em criar tarifas

competitivas, criações de produtos, em buscar eficiência, isso é uma tendência mundial, a integração de malha aérea, a maior utilização de um ativo que é caro que é um avião, e lembrando que no Brasil também o avião é muito importante, lembrando que os outros modais, lembrando o modal rodoviário, é um modal que não atenderia esse fluxo de passageiro citado, bem como não existe o modal ferroviário de passageiros. Esse total de CPFs como o Zuanazzi citou, chegando a 14 milhões de brasileiros, para nós é uma perspectiva extremamente estimulante. É pouco se a gente for pessimista, mas ele tem um grande potencial de crescimento lembrando que o Brasil tem 190 milhões de habitantes.

Portanto, eu acho que a gente tem que estimular o tráfego aéreo no sentido de integrar o Brasil como um todo. Nós empregamos ao redor de 35 mil trabalhadores no setor, e sabemos que tem um efeito multiplicador de um para cinco nas comunidades atendidas, ou seja, o setor acaba empregando, ou gerando renda para 150 mil trabalhadores, isso na área de negócios. É impossível pensar também no Brasil, no Plano Nacional de Turismo sem aviação e também é um elemento de inclusão social. Tudo isso foi feito, tem sido feito por um setor saudável, então o Brasil hoje é, depois de China, Índia, um maior mercado potencial para crescimento da aviação. São dados dos próprios fabricantes e lembrando que o setor hoje, é um setor com credibilidade, é um setor saneado, é um setor lucrativo, é um setor que paga com os seus compromissos com o erário, é eficiente, está investindo em frota moderna, a frota do Brasil é uma das mais modernas do mundo em termos de idade média, investimos também em tecnologia de atendimento e temos também aqui no Brasil, lembrando que na América Latina só quatro empresas estão listadas e tem as suas ações transacionadas na Bolsa de Nova Iorque e dessas quatro duas se encontram no Brasil. Além disso, temos uma empresa de silêncio fabricante, uma das três que é a EMBRAER mostrando que o Brasil lhe honra ter sido o criador da Aviação por Santos Dumont. Então a tendência do transporte aéreo é de popularização, a tendência do transporte aéreo é de maior acesso a todos os brasileiros dentro do avião em função das características do País e da característica dos outros meios de transportes.

Nós sabemos também dos esforços que tem sido feito para todo esse investimento em controle do espaço aéreo é um controle integrado como foi demonstrado tanto da defesa, quanto do espaço aéreo, mas nós não podemos entender que após vários anos de suporte e crescimento o maior entrave que está ocorrendo hoje venha a prejudicar o passageiro e esse entrave pelo que vocês viram aqui é ligado a pessoas. Então eu di-

ria que como infra-estrutura a mais fácil de recuperar, a mais fácil de endereçar uma solução é o transporte aéreo porque é capacitar, remunerar adequadamente para cento e cinquenta mil pessoas afetadas no trabalho, nós vimos aqui que estamos falando próximo a três mil controladores de voo.

O Brasil está inclusive com o compromisso até 2010 de estar integrado em tecnologia de ponta de acordo com a Organização Mundial para um sistema baseado em GPS, portanto nós temos também que estar endereçando os investimentos necessários para isso. Esses recentes acontecimentos dos últimos dias que também, como disse o Botelho, pegaram todo mundo de surpresa, pegou também o transporte aéreo, nós não estávamos preparados para uma crise dessa dimensão, tentamos minimizar com a ajuda da INFRAERO, com a ajuda dos controladores, com a ajuda da ANAC e de todo os membros do sistema, mas o que aconteceu em outubro e início de novembro demonstrou que o sistema não estava em condições de atender os movimentos em função de pessoal, e todos esses movimentos de horários de voo são autorizados. Então, a título de esclarecimento, quando uma empresa aérea faz um pedido de um voo junto a ANAC, a ANAC consulta vários órgãos para saber a existência de condições de operação, tanto na INFRAERO, quanto o Departamento de Controle do Espaço Aéreo que é o DECEA para justificar e saber se há absorção da possibilidade da colocação desse voo. Ou seja, não há nenhum voo que a uma companhia aérea faça que não tenha sido checado todo o sistema e autorizado.

Então, quando vem ao público essa situação, a falta de pessoal, a gente fica bastante preocupado. E essa perspectiva de crescimento futuro do modal é que eu acho que a gente deveria estar endereçando daqui para frente.

Então, à luz de saber que dessa crise já é conhecida o nosso fundador, o fundador da TAM, da companhia que eu presido do Comandante Rolim, já em 2001 ele, antes de falecer, ele falava naquele ano de 2001, houve o apagão do setor elétrico, ele falava no apagão aéreo, tem, inclusive uma correspondência enviada, eu acredito até que o nosso Senador Heráclito pode confirmar a existência dessa correspondência, devido a essa preocupação dado o potencial do crescimento da aviação e dada à necessidade de investimento no setor.

2001, 2002, a aviação como um todo no mundo passou por uma crise profunda em 2001, com o atentado de 11 de setembro, vieram mais cursos na área de segurança para cumprimento de regras e ao mesmo tempo no Brasil o ano de 2002 foi um ano de

volatilidade econômica muito forte, o dólar chegando a quatro, que levou o setor, eu diria, quase a falência do setor aéreo no Brasil em função das dificuldades econômicas financeiras. Em 2003 se iniciou, eu diria uma lição de casa do setor, essa lição de casa partiu das próprias empresas voluntariamente buscar mora e eficiência, redução de custo, busca de competitividade e de, vamos dizer assim, de produtividade no seu negócio. Todas elas sendo administradas de uma maneira eficiente pelo setor privado, e aí eu recorro que houve no dia 30 de outubro de 2003 pelo então Ministro da Defesa, Embaixador José Viegas, ele editou dezoito Resoluções do Conselho Nacional da Aviação Civil do CONAC e essas dezoito resoluções se baseava em alguns princípios que era ter um setor auto-sustentável, saneado, moderno, capacitado, flexível, ou seja, endereçou adequadamente uma política de aviação civil. Eu gostaria de recordar algumas dessas Portarias porque houve essa reunião em outubro de 2003 e nunca mais o CONAC veio a se reunir.

Então, existe uma Portaria que estabelece o Conselho Consultivo do Desenvolvimento da Aviação Civil composto pelo Ministério da Defesa, pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas, pelo Sindicato Nacional dos Aeroviários, pela Associação dos Fabricantes, pelo Nosso Sindicato, das Empresas Aeroviárias, pelo Foro das Cidades Aeroportuárias e pelo Direito do Consumidor. Ou seja, esse Conselho, se ele tivesse reunido talvez nós tivéssemos evitado muitas das coisas que hoje ocorrem, então fica aqui uma recomendação de que se estabeleça esse Conselho e porque ele seja de forma preventiva e não que a gente sempre procura fazer de forma corretiva, como a gente está tentando fazer agora. Eu ressalto três resoluções do CONAC, a Resolução 5 que já alertava sobre o contingenciamento de receitas do setor. Eu ressalto também a Resolução de nº 11 que solicitava a definição de um Plano Aeroviário Nacional e participando, como citei, todos os agentes do sistema, que esse plano também nunca veio a ser concretizado de forma integrada. E a Resolução 15 que alertava exatamente para a capacitação do DECEA em termos de recursos humanos.

Ou seja, eu diria que todos esses pontos nos levam a concluir que os fatos eram conhecidos. Por parte do nosso lado, das empresas, nós como operadores responsáveis que somos pelo transporte de vidas e com responsabilidade de atendimento ao cliente, o sindicato sempre manteve comitês permanentes, tanto na área de segurança de voo, quanto de segurança de aeroporto, quanto de operação de malha. Tem a participação nesses comitês também de pessoas do DECEA, de pessoas do DAC, hoje da ANAC, e da INFRAERO e todos os alertas por parte do sindicato

estão registrados em atas e distribuídos a todos os participantes dessas reuniões.

Com relação aos controladores de voo, eu queria fazer uma colocação primeiro que eles são de extrema importância para o nosso negócio. Eles que estão nos orientando os nossos voos, os equipamentos são modernos da aviação brasileira, os aviões são extremamente modernos, mas aqui o pleito fica de que se nós estamos falando de efetivo que haja o efetivo adequado, que haja a capacitação adequada, não só a quantidade de pessoas, que haja condições de trato e que haja, evidentemente, uma remuneração compatível com a responsabilidade dessa função.

Então, medidas de curto prazo eu acredito que serão medidas emergenciais que vão atender alguma coisa no curto prazo, mas nós temos que ter um envolvimento maior, aqui eu fico colocando a todos os que estão na Mesa de realmente sentar e fazer aquilo que as dezoito resoluções já tinham definido. Isso para nós é importante porque a aviação sofre prejuízos enormes com isso. Toda a vez... Nós não somos sádicos e nem somos masoquistas, tudo isso que a gente assiste para nós é muito ruim, é muito ruim para o trabalhador da nossa empresa e a gente acaba sofrendo prejuízos também. Não só do ponto de vista da imagem que é muito ruim para o prestador de serviço, mas também em termos de custos, em termos de horas de solo de aeronaves, traslado, combustível, espectro de tripulação, espectro de tripulação do setor é extremamente regulado, não existe como um tripulante fazer horas extras, tudo isso é feito por um trabalho de regulamentação do setor, que ela é séria essa regulamentação. Nós temos também que atender o passageiro pagando hospedagem, alimentação, traslado. Ou seja, tudo isso gera custos o qual o setor fez um Ofício a ANAC, esse Ofício agora foi no dia 6 de novembro onde nós mostramos o quanto isso está impactando no resultado das empresas.

Além, evidentemente por essa questão de imagem, de perda de receita, o setor vem até acumulado, até o dado de outubro com 72% de aproveitamento dos nossos voos, o dado de novembro já mostra o reflexo disso, nós estamos na faixa hoje de 66 a 67% de aproveitamento, fruto, evidentemente que a gente sempre coloca na aviação, que 70% dos nossos passageiros tem medo de voar e os outros 30 provavelmente são mentirosos. Ou seja, então a aviação é uma atividade de estresse, é uma atividade onde é importante que a gente tranquilize o usuário.

Em termos de aeroportos também eu acho que existe um volume considerável de áreas prejudicadas hoje, áreas que a gente sabe bloqueadas pelo judiciário e que a gente deveria ter um tratamento. Nós temos

hoje exemplo do Aeroporto de Congonhas que é um aeroporto extremamente, eu diria, praticamente congestionado, existe aproximadamente 25% das áreas indisponíveis em termos de hangares, inclusive, em termos de balcão de atendimento.

Então, eu acho que com tudo isso, a gente deve uma satisfação a principal pessoa disso tudo que é o usuário, que é a população brasileira. Então medidas de curto prazo estão sendo tomadas. A gente como operador do sistema, gostaria de tranquilizar que a aviação brasileira, ela é segura, ela é de qualidade. Eu acredito que nós precisamos rever o planejamento e o mais importante, ter uma execução integrada, sempre é muito comum penas organizações planejar e não executar. O que nós precisamos são de medidas de execução, medidas claras, medidas de comunicação, como o Milton falou, que seja uma única comunicação ao usuário que coloque a ele o que está acontecendo de fato. Óbvio que o setor também nunca trabalhará com 100% de pontualidade, não existe isso no mundo. Se falarem que tem 100% de pontualidade é impossível em função de caráter meteorológico ou de aspectos de manutenção da aeronave.

Então 96% de pontualidade é um número bastante razoável, isso tem 4%, portanto, de atraso. No caso específico da empresa que eu Administro, são 650 voos, portanto, 4%, a gente chega a quase 30 voos que na média, eles sofrem atraso e que acabam também, como o Milton falou, caindo na confusão de que tudo isso tem a ver com o controle do espaço aéreo.

Então, eu acho que essas medidas emergenciais que o Brigadeiro Bueno citou, resolve no curto, mas a longo prazo a gente tem que sentar e fazer um planejamento integrado, a gente tem que estabelecer novamente as reuniões, o Conselho consecutivo do CONAC, com a participação do setor que nos controla, do poder concedente de nós que empregamos e dos trabalhadores e dos controladores de voo que tem um aspecto muito importante. Eu diria que o avião para o Brasil não é um problema, o avião para o Brasil deveria ser uma solução. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI)** – Após ouvirmos o último expositor, nós vamos passar a palavra para os Senadores inscritos. Antes, porém, eu gostaria com a permissão do Senador Arthur Virgílio de fazer um questionamento muito rápido ao Ministro Waldir Pires. Observamos na exposição do Dr. Zuanazzi e na exposição do Dr. Bologna a importância, principalmente num País em que o crescimento no setor, a importância do CONAC que é o Conselho Nacional de Aviação Civil para que se travem as constituições da matéria.

O questionamento é porque o CONAC não se reúne, qual foi à última vez que se reuniu e qual é a dificuldade de se transformar esse fórum de discussão de um setor tão sensível em reuniões periódicas, como seria o objetivo até para que medidas preventivas fossem adotadas. Tem a palavra V.Ex^a.

SR. WALDIR PIRES – Por isso é que a primeira providência que nós adotamos em face dessas circunstâncias, foi exatamente a de constituir um grupo de trabalho com a participação de todos os interessados e todas as áreas a fim de que nós fizéssemos o enfrentamos dessa situação.

A ANAC levou algum tempo para ser constituída e ela se constituiu ao longo deste ano de 2006, de modo que a partir exatamente dessa experiência do quadro de crise razoavelmente grave que foi praticamente durante todo o período de crise da VARIG, mas é a partir desse grupo de trabalho que nós vamos fazer as instituições todas funcionarem adequadamente. De modo que o prazo é um prazo de 60 dias, eu entendo que ele é um prazo curto, mas suficiente, nós chegaremos a todas estas conclusões sobre essas dificuldades. Nós sabemos que esses casos excepcionais ocorrem, ocorreram e quando ocorre ou ocorreram houve em todos os Países dificuldades, não há milagres, a seriedade e a uma posição de firmeza que se deve adotar em relação a todo quanto trabalham no setor e quantos interpretam o setor. Houve problemas graves nos Estados Unidos. Quando se deu a crise nos Estados Unidos, não foi instantânea a solução, quem tiver essa impressão, essa leitura, precisa aproveitar o tempo e estudar um pouco mais. Na realidade... Na realidade não houve isto, esta é uma informação convocada.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Convocado está o Ministro.

SR. WALDIR PIRES – Houve em redução de 60% no tráfego aéreo dos Estados Unidos e durante algum tempo, durante cerca de alguns meses houve necessidade de que os vôos se realizassem nos níveis acessíveis aos antigos métodos de segurança de vôo, sem utilização de radares, sobretudo em todas as áreas dos Estados Unidos. Para nós, a necessidade de sermos mais rápidos e até mais eficientes é ainda maior porque nós não dispomos de ferrovias, nós somos um País continental que não temos alternativas. Nos Estados Unidos não se toma um avião para chegar com 30 ou 40 minutos. Mas pode se tomar um trem para chegar com 3 horas, 4 horas. Isso não existe em nosso País. Conseqüentemente é um esforço da sociedade, da sua administração, de seus órgãos responsáveis, todos mobilizados para isto, dispondo do máximo de estímulo e de vontade, de vontade política, de vontade séria, de vontade responsável para que

nós, rapidamente, cheguemos a nossa normalidade e crescamos. Esse é o compromisso que o Governo tem, é o compromisso que nós estamos atendendo. Creio que a recomendação das reuniões da ANAC agora já constituídas as etapas todas da ANAC, nós podemos realizar com eficiência as reuniões do CONAC. E a partir daí, contar com os senhores, contar com o Parlamento, contar com todas as áreas para dispormos do que for necessário, a fim de que tenhamos a possibilidade de crescer.

Eu assisti críticas aí à situação do Brasil, como se porventura você não tivesse paralisações e quadros graves em outros Países. Quando nós assistimos o 11 de setembro, houve paralisações e graves ocorrências em todo o transporte civil, aéreo dos Estados Unidos a ponto de serem necessários... Foram necessárias determinadas medidas altissimamente onerosas para cobrir a posição das empresas civis de aviação. De modo que o nosso propósito e o nosso dever e que nós vamos cumprir é este, de nos juntarmos todos e cumprimos as nossas obrigações e estabelecemos uma institucionalidade que seja capaz no Brasil de assegurar a sua caminhada cada vez mais eficiente em busca de um transporte aéreo de progresso e eficaz.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Tem V.Ex^a a palavra pela ordem.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Primeiro lugar, eu acho que há uma sugestão do Ministro para que os terroristas derrubem as duas torres do Congresso para que se tomem as providências. Porque ele cita esse caso do 11 de setembro sem nenhuma razão de ser e não fez nenhuma resposta a sua indagação, Sr. Presidente. A consideração não é a mim, é a V.Ex^a. Porque o CONAC não se reúne, aí ele criou um grupo de trabalho, logo ele matou o CONAC. Isso que V.Ex^a deve ficar atento, já que V.Ex^a fez a pergunta, não fui eu. Já que fez, eu quero fazer essa questão de ordem para saber se o CONAC morreu, quando vai ser enterrado e esses todos que estão aí vão participar das férias.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ministro Waldir Pires, antes de passar a palavra, exatamente, eu estava aguardando o término da exposição dele para reiterar a minha pergunta. A minha pergunta é exatamente com relação à reunião do CONAC que é um Conselho que tem praticamente a participação de todos que estão aqui na Mesa, menos a minha, fazem parte do CONAC e que em 2002 ou 2003, um dos expositores aqui mostrou, não só reuniu-se, como apresentou resoluções que não foram dadas posteriormente continuidade. É um fórum

não só de debate e de decisão, e é importantíssimo, inclusive, para orientação do Ministro da Defesa. Numa fase posterior, é outra questão a ser discutida aqui, no caso da INFRAERO, porque não se discute o Plano de Desenvolvimento e o Plano Diretor com as companhias, mais outra questão mais adiante.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – E o aeroporto com a INFRAERO também é essa questão mais adiante.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Essa questão, Ministro Waldir Pires, o interesse da Casa é exatamente saber o porquê, se não há unidade, por que o CONAC não está se reunindo, o que se pode fazer, porque é um instrumento fantástico. Não só para decisões, mas também para divisão de responsabilidades nas questões que nós estamos vivendo hoje. Era essa pergunta especificamente sobre o CONAC.

SR. WALDIR PIRES – V.Ex^a me permite, mas eu deve dizer-lhe desde o primeiro instantes eu informei que ainda não haviam sido instituídas algumas instituições, entre as quais, a primeira que é a ANAC, que é a agência. Tratava-se de uma mudança de sistema, a agência não havia sido ainda organizada, ela se tornou organizada este ano. A experiência deste ano é que nos conduziria a nós estarmos recolhendo as experiências para poder definir o projeto de alteração dos comportamentos para ouvir todos os membros da ANAC, a maioria dos quais é, inclusive, membros do Governo, são Ministros membros do governo. De modo que não há, da minha parte, não houve nenhuma omissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Longe da Mesa fazer qualquer juízo de valor, até porque V.Ex^a é Ministro há um ano.

SR. WALDIR PIRES – Um ano ainda não, há meses.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O questionamento é outro. E por que em 2003, ainda não existia a INFRAERO e era substituída pelo DAC, a ANAC, perdão.

SR. WALDIR PIRES – Se V.Ex^a me permite, era toda uma transformação de sistema.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Claro.

SR. WALDIR PIRES – Essa transformação de sistema era necessário que essa transformação fosse devidamente acompanhada e regulada pelo CONAC, pelo Conselho. Depois de instituído, é muito recente o prazo, muito recente. As experiências agora são experiências de fazermos a verificação. Como este novo modelo está funcionando e aí, sim, convocar o CONAC para uma série de medidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – De qualquer maneira, para que fique o registro na Casa, nós pediríamos a V.Ex^a que evidentemente não pode saber de cor, mas que a Assessoria fornecesse a última data de reunião do CONAC.

SR. WALDIR PIRES – A última data de reunião do CONAC deve ter sido lá atrás em 2003, exatamente, para a alteração substantiva de uma metodologia de tratar o assunto da aviação civil.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Pelo Ministro José Alencar.

SR. WALDIR PIRES – Não, antes, pelo Ministro Viegas. Era numa fase de pensar a mudança do modelo. O modelo se instituiu, a ANAC passou a atuar agora, recentemente. Agora recentemente é que nós vamos ter que fazer com habitualidade as reuniões do CONAC para estabelecer regras, competências e nossos propósitos de assegurar a Nação um sistema de transporte civil de controle aéreo devidamente adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Apenas para registro nos anais, o Conselho que é interministerial, ele é composto pelo Ministro da Defesa, o Ministro das Minas e Energia, Ministro da Fazenda, Casa Civil e Ministro do Turismo e participam permanentemente com convidado o DAC, hoje, ANAC, o Comando Geral da Aeronáutica, do setor aeroviário e a INFRAERO, apenas o registro. Com a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, eu faço as perguntas todas de uma vez a quem direito e ouço a resposta de cada um de per si. Ou pergunto e ouço a resposta?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Como V.Ex^a é sintético nas perguntas sempre, poderia fazer uma cada uma. Eu deixarei V.Ex^a à vontade porque como disse no início é um tema técnico que depende de alguma... E nós estamos sendo transmitidos para o Brasil inteiro, as pessoas que estão assistindo querem uma compreensão de alguns assuntos, de forma que eu acho que nós temos que primar pela clareza do que está sendo discutido aqui.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pois não. Muito bem. Eu começo, então, com a única pergunta que tenho a fazer para a INFRAERO ao Brigadeiro José Carlos Pereira a partir de um e-mail que eu recebo de um cidadão, que eu prefiro não identificá-lo, me dizendo que aproximadamente três anos um dos equipamentos eletrônicos do Aeroporto Hercílio Luz, em Florianópolis, utilizado na navegação aérea chamado VOR deixou de operar em função de uma obra feita ao seu lado, um galpão metálico, o que fez com que o equipamento deixasse de enviar sinais. Para

resolver o problema provisoriamente, ele aspeou a palavra provisoriamente, a Aeronáutica ofereceu um VOR de campanha até que fosse instalado o novo equipamento que já estava comprado, inclusive. Acontece que a instalação do aparelho depende de Licitação da INFRAERO que até hoje não fez a Licitação. Um VOR comprado teria custado trezentos mil dólares, aproximadamente, estaria jogado num dos hangares da base aérea e por ser um equipamento eletrônico extremamente sensível, ele já pode estar estragado. Em contrapartida, o VOR de campanha emprestado pela FAB também já começa a dar sinais de desgastes em função do clima, inclusive, criando embaraços para a segurança do tráfego aéreo. Ele diz que estranha muito porque tudo é cobrado dos operadores de aeronaves, desde estacionamento, até, diz ele, pasme V.Exª, a comunicação com as torres, terminais e centros, sem contar ainda as taxas de embarque. Essa é a pergunta a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Restabelecido o som, pode falar Brigadeiro. Som para o microfone auxiliar da esquerda.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ok. Senador Arthur Virgílio. Os dados que o senhor citou a respeito de um VOR no aeroporto Hercílio Luz em Florianópolis, evidentemente a pessoa que passou esse e-mail para o senhor acompanhou de perto alguns processos que ocorreram lá em Florianópolis, inclusive o processo de Licitação que estão contidos pelo Tribunal de Contas da União. O aeroporto, as obras do aeroporto de Florianópolis estão suspensas por ordem do Tribunal de Contas da União, não posso licitar absolutamente nada por ordem do Tribunal de Contas.

As razões que levaram o Tribunal de Contas para isso estão disponíveis naquela Corte e remontam a bastante tempo no passado. O VOR de campanha instalado, emprestado pela Aeronáutica, está realmente operando e atendendo razoavelmente, o equipamento a que o senhor se refere é verdadeiro, ele foi interferido por um sistema, por uma construção e substituído por um Doppler VOR, D-VOR. Esclarecendo tecnicamente é um equipamento que emite sinais eletro magnéticos para um avião atendendo o efeito Doppler, ou seja, ele não sofre interferência de instalações. Se for do seu entender, Senador, eu preparo um relatório completo sobre a situação não só do VOR de Florianópolis como de todo o Aeroporto Hercílio Luz, inclusive as coisas que estão acontecendo lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Brigadeiro, apenas para esclarecimento, o que é mais importante para a estrutura da INFRAERO, o galpão ou o equipamento para a segurança do passageiro? E qual foi a prioridade dada?

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Senador, nenhum galpão é maior do que todos aqueles edifícios que cercam o Aeroporto de Congonhas em São Paulo, por exemplo.

Então, aqueles edifícios que cercam Congonhas são importantes. Nós temos hoje equipamentos, soluções técnicas para conviver com galpões e com aqueles edifícios de São Paulo. O Doppler VOR é um deles, por exemplo, e, aliás, um equipamento que não só supera os galpões, como é muito mais moderno, resiste, inclusive, problemas climáticos severos, tipo tempestade magnética.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Obrigado, Brigadeiro.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Senador, eu enviarei ao senhor um relatório completo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito obrigado, eu agradeço. Agora me dirigindo ao Ministro Waldir Pires, eu tenho primeiro, a impressão de brasileiro de que reina uma situação de caos desse quadro de controle do tráfego aéreo. Cheguei a sentir um certo cheiro de crise militar e isso me parecia, e eu bato na madeira três vezes e se precisar eu bato mais três, e bato mais três, e bato mais oito, não pode mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Bate mais uma porque o avião da GOL vinha de Manaus.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu bato mais três, ou seja, deve ser sempre número ímpar, eu acredito, três. A idéia da crise militar se choca com o que foi uma grande realização do Governo passado, eu não pensei que isso fosse pensável que era estabelecer a figura do Ministério da Defesa unificando as três forças e colocando, e hoje isso é natural, um Ministro civil, foi uma grande conquista do Governo passado. Foi uma herança nada maldita, a idéia da crise militar me pareceu um retrocesso terrível. Mas o fato é que isso vem do alerta do Ministro Viegas quanto aos recursos que, em sendo contingenciados, levariam a crise.

Tem um parecer de 2003 de 20 páginas que chega a dizer que a diminuição dos recursos poderia obrigar o Comando da Aeronáutica, por medida de segurança, a adotar um controle de tráfego aéreo nos níveis convencionais existentes no passado. Ou seja, muito menos dinamismo ainda no intervalo entre os pousos e as decolagens, enfim. Mas, muito bem. A pergunta que eu faço ao Ministro é a primeira, faltou dinheiro para atender os controladores do tráfego aéreo? Não me parece que seja meramente culpa da equipe econômica, porque houve uma gastança, houve um desequilíbrio fiscal grande, muitas categorias foram atendidas, quer dizer, o governo não priorizou os controladores,

priorizou outras categorias, não quero dizer que não sejam relevantes, então não teria sido apenas o contingenciamento da equipe econômica, mas sim talvez a falta de energia do Ministério de reivindicar o que lhe era de direito, enfim. Questiono, Ministro, o fato de V.Ex^a e o Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, terem adotado um certo modelo sindical de negociação, isso me parece o cerne dessa tal crise militar que eu tanto temo, a idéia da quebra da hierarquia, aquilo que já vimos num passado recente que não pode se repetir.

Os princípios fundamentais do funcionamento das Forças Armadas são a disciplina, a hierarquia e na medida em que se faz a negociação com Sargentos, sem se colocar a figura dos seus Comandantes, me parece que isso arranha a hierarquia, e esse modelo sindicato a mim me pareceu desaconselhável. Cheguei a ler que isso teria sido sugerido pelo próprio Presidente da República, essa é a pergunta. A minha pergunta é, foi sugerido? Agora, eu tenho aqui um dado, que é um dado bastante estarrecedor.

Nós temos em 2001 o fundo, os fundos todos, os fundos aeronáuticos, o Fundo Aeronáutico ele vem de recursos próprios, recursos retirados das passagens, então não caberia a meu ver, é tão duro quanto fazem com a SUFRAMA no meu Estado. Recursos arrecadados das empresas e que viram recursos contingenciados e nem sequer fazem parte do orçamento.

Em 2001, o fundo Aeronáutico teve uma dotação autorizada de um bilhão duzentos e quinze milhões, mais ou menos, e os valores pagos foram novecentos e trinta milhões. Em 2002, o Fundo Aeronáutico arrecadou dois bilhões, novecentos e oitenta e um milhões e ele empregou um bilhão e vinte milhões. Teve uma parte contingenciada.

Em 2003, já no Governo do Presidente Lula, o Fundo Aeronáutico arrecadou um bilhão trezentos e trinta e nove milhões e pagou quatrocentos e cinquenta e um milhões, já houve um contingenciamento muito expressivo, muito duro.

Muito bem, aí eu começo a ver aqui o Fundo Aeronáutico em 2004 de trezentos e trinta e cinco milhões, trezentos e trinta e cinco milhões, mais ou menos, ele pagou efetivamente duzentos e quarenta e nove milhões. Em 2005, lamentavelmente, ele tem aqui para cartografia Aeronáutica, nada. Para ele arrecadou um bilhão e trezentos, e cinquenta milhões, e não gastou nenhum tostão, foi tudo contingenciado. Para operação e manutenção de equipamentos de sistemas e de controle ele arrecadou trezentos e quarenta milhões e empregou duzentos e dezessete milhões. Para modernização e revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo, eu suponho, ele arrecadou cento e cin-

quenta e cinco milhões e empregou apenas sessenta e dois milhões.

E muito bem, em 2006, em 2006, nós temos, eu não tenho os dados de 2006. Não, tenho aqui os dados de 2006. De trezentos e sessenta e seis milhões para manutenção de equipamentos, sistema de controle, apenas cento e trinta e sete milhões foram pagos. E do Fundo da Aeronáutica referente a desenvolvimento e modernização, o Sistema de Controle do Espaço Aéreo de cento e sessenta e três milhões, apenas trinta milhões teriam sido pagos. Ou seja, novamente, me parece que faltou energia, vontade política do Ministério para dizer que isso não cabia, que isso arriscava a vida das pessoas.

Mas, muito bem, antes de fazer uma pergunta ao Comandante Bueno, eu gostaria, Sr. Presidente, ainda de tecer um comentário que a mim me causa espécie, eu pego o Jornal Folha de São Paulo, então tem aqui uma expressão sua, “resistam, diz Ministro a controladores, para Waldir Pires, defesa operador de vôo que não agüentar fisicamente não deve trabalhar”, o oposto do que quer a Aeronáutica, endurecimento defendido pelos militares e autorizado pelo Presidente Lula já teve aquartelamento e inclui a negativa a licenças médicas”. A matéria de Leila Suana, de Brasília. Agora eu vou aqui para o jornal Correio Braziliense que diz: “Segurança de vôo, Ministro da Defesa afirma que operadores investigados pela Aeronáutica são procurados para tratar das aspirações da categoria, inquérito policial militar apura a responsabilidade por atrasos nos aeroportos. Waldir defende controladores”. Hércules Barros e Renata Amorim são os autores da matéria, Ministro da Defesa Waldir Pires saiu ontem socorro dos controladores de vôo ao falar sobre o inquérito policial militar da Aeronáutica e por aí vai. E tem a matéria do Jornal Valor Econômico que diz o seguinte, “Waldir Pires defende os controladores, Ministro da Defesa Waldir Pires defendeu hoje os controladores de tráfego aéreo de Brasília que são alvo de uma IPM por atuação sindical, vedado aos militares e aconselhou a categoria a ser forte e a resistir”.

O que me causa estranheza é que sendo V.Ex^a o chefe, o Comandante das Forças Armadas Brasileiras, se vocês não quisessem IPM, V.Ex^a. diria, não quero IPM, e ele não poderia fazer IPM porque V.Ex^a manda nele. E, por outro lado, eu poderia particularmente tomar a defesa dos controladores de vôo se eu quisesse como analista, como brasileiro, como Parlamentar. Ou eu poderia tomar a defesa dos IPMs como Parlamentar, como analista, como brasileiro. Mas me parece que o Ministro da Defesa, não. Porque o Ministro da Defesa pode dizer tudo que se faz e tudo que não se faz lá. Pode dizer, por exemplo, eu não quero IPM. E o Co-

mandante Bueno se insistisse no IPM seria demitido por recomendação de V.Ex^a. Se o Comandante Bueno obedecesse V.Ex^a, então ele estaria hierarquicamente cumprindo com o seu bom dever, mas essa idéia e me parece que isso vem da deformação da negociação sindical. Essa idéia de que o Ministro pode tomar partido de um grupo ou de outro, essa me casou espécie.

Portanto, são essas observações que eu queria fazer a V.Ex^a, e finalmente eu teria uma pergunta que eu faria em seguida ao Comandante da Aeronáutica e ao Sargento Jorge Botelho. Pois não, Ministro, eu ouço com atenção e respeito.

SR. WALDIR PIRES – Muito obrigado a V.Ex^a...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Apenas para registro taquigráfico, o Sr. Jorge Botelho é civil. Ele apenas faz parte do corpo civil da...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Desde 1996 que não contratam controladores civis. 86.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Ministro Waldir Pires.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pois não, Ministro.

SR. WALDIR PIRES – Eu agradeço a V.Ex^a muito essa oportunidade para suprimir equívocos e interpretações que eu tenho o dever de não aceitá-las, de estranhá-las, por todas as experiências históricas desse País. Há um assunto que eu gostaria preliminarmente V.Ex^a não havia chegado até aqui e eu tinha informado de que pelos dados que nós dispomos e que foram transmitidos pelo setor financeiro do Ministério é mínima a redução de recursos aplicados no Ministério da Defesa para as áreas de proteção de vôo e utilizadas e executadas pela Aeronáutica.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Os meus dados são do SIAFI.

SR. WALDIR PIRES – Esses dados são do SIAFI no que diz respeito à área de proteção de vôo, porque o Fundo da Aeronáutica, como também foi explicado aqui, pelos Brigadeiros que anteriormente haviam sido ouvidos pela Comissão, há muitos recursos que são destinados à saúde, que são destinados a moradias, mas especificamente para proteção de vôo, os recursos da dotação autorizada em 2003, foi de trezentos e vinte e sete milhões, houve um contingenciamento, mas de dezoito milhões. E o crédito executado foi de trezentos e oito milhões. No exercício de 2004, a dotação autorizada para esse fim de proteção ao vôo foi de quatrocentos e oitenta e seis milhões, setecentos e vinte e cinco mil, houve um crédito contingenciado, zero. Foram aplicados 464 milhões 092.

No exercício de 2005, a dotação autorizada foi de quatrocentos e noventa e cinco milhões, o crédito contingenciado foi de cinquenta e oito milhões, oitocentos e sessenta e oito e o crédito executado foi de quatrocentos e trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e dois. No exercício atual de 2006 o crédito autorizado é de quinhentos e trinta milhões, o contingenciamento é zero e o crédito disponível, até com as informações recentes, depois dos dados que eu tenho, eu tenho os dados de 31 de outubro, de crédito executado de trezentos e vinte e cinco milhões em temos disponível para duzentos e quarenta e cinco, seiscentos e trinta e três milhões que estão em fase de pagamentos e execuções num orçamento que foi votado e aprovado mais ou menos aí em torno de meados do ano passado.

De forma que no período todo que vai de 2003 a 2006, a dotação autorizada foi de um bilhão, oitocentos e vinte e um milhões e o crédito executado foi de um bilhão, quatrocentos e noventa e dois mais duzentos e quarenta e cinco, seiscentos e trinta e três que estão em execução porque não houve contingenciamento nenhum nesse exercício, de forma que há um contingenciamento em torno de 4%, simplesmente.

Então não houve um problema de recursos financeiros. Da segunda parte da sua indagação, eu participo, realmente, seria uma coisa desastrosa e inconvenientíssima para democracia brasileira, para a minha vida, para o destino dela, para a construção do que eu entendi ser a vida pública que pudesse haver alguma crise militar. Eu sei o que é o Ministro de Estado, o Ministro de Estado tem um dever que é o bem-estar da população, esse é o seu dever e a proceder para atender aos interesses da população, a proceder dentro das regras que sejam regras compatíveis com a convivência. Eu não tive nenhuma, nenhuma movimentação de ouvir controladores sem que eu tivesse conversado, trocado idéias, ouvido o Comandante da Aeronáutica. O Presidente da República não sugeriu. O controlador civil é um trabalhador como outro qualquer sindicalizado. Num determinado instante, nós teríamos que ter o dever de dizer a população brasileira precisa ter tráfego aéreo.

Então, esta conversa havida comigo, com o Ministro Marinho e com controladores foi uma conversa que tinha o dever da tarefa que a Constituição me dá de servir a população brasileira, e de dizer o Estado Democrático não pode ser refém de grupo nenhum, de categoria nenhuma, de setor social nenhum, de natureza nenhuma, porque o dever do Estado Democrático é servir a população, é servir a cidadania, e é assim que eu entendo, é assim que eu entendo que deva cumprir o meu dever de Ministro de Estado, enquanto puder cumprir assim, o cumprirei. No instante

que não for mais possível ser isso, eu não serei mais Ministro de Estado.

De forma que a rigor, eu digo a V.Exª que não houve em nenhum momento, nenhum tipo de desentendimento e de falta de apreço ao Comando da Aeronáutica e a Aeronáutica. Quando eu falo em “resistam”, é uma linguagem que eu disse ao Botelho, quando eu falo em “resistam, digam a seus amigos que resistam”, porque eu sei a possibilidade do ser humano tem de resistir. Em determinados instantes quando ele bota toda a sua energia, e toda a sua alma voltadas para o cumprimento de determinadas tarefas e determinados interesses públicos, a gente nem sabe, nem desconfia do poder que tem dentro de si mesmo. Não é resistir contra a Aeronáutica, jamais, jamais, é resistir no sentido de que cumprissem o seu dever lá no controle, fizesse o máximo que fosse possível, dando de si o máximo. Muitas vezes até, digamos assim, não sendo estritamente, digamos o que seria razoável, porque o que nós sabemos que é razoável no mundo? O mundo hoje, que na grande maioria ele é administrado por entidades civis, por organizações civis estabelece, inclusive, quando se dá um quadro como esse, de um acidente como esse, que é um trauma, que é uma tragédia, muitos dos Países adotam, inclusive, o critério de reduzir jornada de trabalho para recuperar a emoção, para recuperar um pouco o lazer, para estabelecer um reequilíbrio do espírito, da alma, das suas condições psicológicas e por isso mesmo as coisas se dão sem as dificuldades que nós atravessamos.

De modo que não foi resistência, essa a informação que eu tenho o dever de transmitir-lhe. Não foi resistência no sentido de um confronto, não foi resistência no sentido de um desrespeito a Aeronáutica. Tenho convivido bem. Todos sabem a minha origem, todos sabem as minhas convicções, nunca arredei pé do serviço da democracia, nunca! nunca! A idéia básica de que o mundo poderá construir-se decentemente, progressivamente e servindo a sociedade democraticamente, republicanamente. Essa é a força e é o destino da minha vida, quando eu não puder fazer isso, então eu vou procurar um outro caminho.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Ministro, eu fico feliz porque a impressão que me deu é que consegui, com toda a minha modéstia, despertar a verve de V.Exª que estava de certa forma falando num tom monocórdio, enfim. E fez um belo discurso. O dever do seu Ministério é sem dúvida servir a democracia, servir a sociedade e de preferência não derrubando avião, de preferência isso, porque o que nós temos de fato, me parece que agora é um quadro mais grave. Se não falta dinheiro, faltou o quê? Os meios havia para se tocar os projetos do setor, porque então o caos que de

repente se estabeleceu? Por que o trabalho desumano que foi submetido os controladores de voo que devem pelo que leio e sou completamente leigo no assunto, devem-se responsabilizar por no máximo 14 vôos dia e estavam fazendo muito mais do que isso. E chega um momento que não basta talvez a sua exortação, a resistência porque se eles não conseguem atender a sua exortação pela resistência, cai o avião.

Eu soube que aviões, inclusive, um deles saindo da minha terra, ele estava dirigindo a São Paulo, esse avião tinha passado a 50 metros de um outro, eu estou perguntando a mim mesmo se eu estava dentro do avião. É uma pergunta que eu faço, eu estava dentro, porque pela lei das probabilidades eu estava dentro, porque de vez em quando eu faço esse vôo que vai de Manaus, é um MD11 da VARIG até São Paulo, eu podia estar dentro.

Se não falta dinheiro, a coisa é grave, porque o fato é que nós temos um caos instalado. Eu vi marchas e contra-marchas. Eu vi V.Exª dizer, eu sou a favor da desmilitarização do setor porque é assim que se faz no mundo inteiro, os jornais.

SR. WALDIR PIRES – Não, me perdoe, os jornais. Nunca mencionei a palavra desmilitarização.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Mas eu não sou traumatizado com essa coisa, não.

SR. WALDIR PIRES – Veja bem, mas eu sou cuidadoso. Nunca, nunca disse isso. Aliás, todos os jornalistas são testemunhas disso.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Mas eu tenho a impressão que todos compreenderam aqui.

SR. WALDIR PIRES – Eu apenas menciono o seguinte: O mundo, o mundo na sua grande maioria dos Estados Unidos, da Europa, da Ásia, o mundo na sua grande maioria escolheu os meios civis de organizar a tarefa de controle, só isso. Não falei em desmilitarização.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu, por exemplo, me considero um democrata de tão arraigadas convicções quanto V.Exª, mas eu me sinto tão normalmente posto diante dos militares que eu não hesito em criticá-los, se necessário, aliás eu já fazia isso antes, mas não hesito em criticá-los se necessário porque são perfeitamente iguais a mim. Ou seja, não existe mais aquela figura da preponderância deles, enfim. Em outras palavras, para usar um jargão bem popular, eu não sou mordido de cobra com essa história de falar de militar assim ou falar assado. Quando eu digo desmilitarização, Comandante Bueno, não se trata de nenhuma *capitis deminutio* na direção da Aeronáutica, se trata de meios civis. Ou seja, é bom que o macaco Simão vai ver que não são só os tuca-

nos que enrolam, V.Exª acabou de dizer, invés de falar desmilitarização, falou meios civis. Ou seja, tucanaram a desmilitarização da Aeronáutica, não é?

(risos)

SR. WALDIR PIRES – Mas V.Exª há de compreender o seguinte, há determinados instantes na vida em que nós temos que ter cuidados.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)

– Mas não há necessidades, são democratas tanto quanto nós, adaptados ao regime, não temos que ter cuidado, em minha opinião. Trata-se de saber se para a segurança do voo é melhor desmilitarizar ou usar meios civis... Essa o Simão vai registrar.

SR. WALDIR PIRES – Abrir a reflexão, é isso que nós fizemos, abrir a reflexão, simplesmente, convocando a sociedade.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – A

questão salarial não é simples, o processo não é simples. Nós temos a situação dos Estados Unidos, aquela intervenção de Reagan foi tão brusca que deixa com medo de fazerem quaisquer reivindicações dos controladores de voo, e eu sinto que nos Estados Unidos as coisas também não são nenhum mar de rosas, enfim, mas eu lamento saber que tem um problema a mais. Se não faltaram recursos, e se tem esse caos, eu só posso dizer...

SR. WALDIR PIRES – O caos que eu me permito dizer ao caro Senador que não empreste esse... O caos que eu ouvi, por exemplo, na declaração do jornalista americano, quando disseram caos. Ora, os índices de acidentes no Brasil não são maiores do que dos Estados Unidos. Proporcionalmente, então essa posição deles lá de adotarem uma terminologia arrogante, eu não poderia aceitar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Ministro, agora eu estou sabendo que poderia ter havido acidentes. Não, não, não sob esse aspecto eu lhe dou razão. Não me refiro à estatística de acidente. Eu me refiro ao clima de Bagdá, eu me senti refugiado político. Eu passei quatro dias, e olhe que eu por pretensão, naquele último debate dos Presidentes, eu tinha a pretensão de que se eu chegasse a tempo, eu era capaz de dar alguma dica para o Geraldo virar o jogo. Veja como eu sou uma pessoa às vezes ruim das idéias, enfim. Eu tinha idéia de que era possível virar aquele jogo, não sabe a luta que eu fiz para chegar ao Rio de Janeiro e depois a luta para voltar e depois eu fiquei ilhado em Brasília e depois para sair. Agora, eu até dirijo já ao Dr. Jorge Botelho, ele que vai me dizer isso, não é nem mais V.Exª, é o Sr. Jorge Botelho, fim do ano, eu queria dar uma saída com a minha família, eu vou de avião ou de vou de carro? De carro tem um

problema dos buracos e dos assaltos, de avião, me aconselhe, quem vai falar agora é quem entende do assunto. Olhe que tem assaltos e tem buraco...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria apenas, Senador Arthur Virgílio, todo mundo, seus colegas, nossos colegas me olhando com a cara ruim por causa do tempo. Eu queria apenas que houvesse objetividade nas perguntas e nas respostas.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – É porque havendo um debate com o Ministro muito respeitoso, enfim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Claro.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Enquanto aguardo já adianto a minha pergunta ao Comandante Bueno.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A cara do Sibá está aqui para me fulminar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Mas a amizade que ele dedica a mim é tanta que ele prefere fuzilar V.Exª e me polpa de qualquer tentativa de pedir pelotão, eu tenho certeza disso. Mas, Comandante Bueno, e Natal, a Aeronáutica está prometendo que não vai haver problemas no Natal, eu custo acreditar nisso, e eu estou preocupado com as férias escolares também. Pelo que eu estou vendo no habitual, no dia-a-dia, no cotidiano, eu estou muito inquieto com o Natal, porque realmente é uma opção, eu passo o meu Natal com a minha família em Manaus, eu posso também passar aqui o que eu não quero passar é no aeroporto. Sinceramente, eu não quero. Eu posso passar aqui tranquilo e tem as férias escolares, essas férias escolares coincidem com as nossas atividades políticas. De repente nós poderemos estar diante de uma *over* demanda, *over* demanda que pode nos trazer complicações.

Eu queria agradecer, Ministro a sua explicação e encerrar com essas duas perguntas. Natal e férias escolares e o conselho, o que é que eu faço?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra V.Exª, Sr. Brigadeiro.

SR. JORGE BOTELHO – Senador, muito obrigado pela pergunta, eu já havia antecipado isso, é uma grande preocupação, nós não estamos só preocupados com o dia de hoje, nem o dia de amanhã, nem esse final de semana, mas sim exatamente com a época de maior demanda, que é época das festividades natalinas e de começo de ano e também da época das férias, e posso garantir ao senhor que todo o planejamento está sendo feito e será feito para que não haja acúmulo, eu não posso dizer ao senhor que não vai haver atraso

de meia hora ou de uma hora, mas de maneira alguma deverá haver um gargalo que impeça a locomoção dos brasileiros. Isso eu posso garantir ao senhor. Tenho certeza disso, o senhor pode ficar certo. Segurança... Senadora, o primeiro item nosso é segurança.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) –

Deus o ouça sem deixar de nos proteger.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Deus não. Não bote Deus nessa história não, que isso é responsabilidade de vocês.

(risos)

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – O

que é que eu posso fazer? Se eu vou viajar eu vou deixar de aclamar a Deus?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a não aprofunde a briga com a Heloísa Helena que ela está magoada com você por falta de solidariedade recente. Com a palavra...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Nenhuma intriga me separa da Senadora Heloísa Helena do ponto de vista afetivo.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Há controvérsias.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Satisfeito, Senador Arthur Virgílio? Com a palavra o Senador Antônio Carlos Magalhães por permuta com o Senador Roberto Saturnino.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) –

Sr. Presidente, eu não ouvi, ele ficou de me dar um conselho.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Falta realmente uma resposta do Sr. Jorge Botelho.

SR. JORGE BOTELHO – Senador, eu acho que não compete a mim, dizer para o senhor o que é melhor. Eu digo o que na nossa visão, o que pode acontecer e o senhor avalia. Nós sempre colocamos claro para o Ministro, para as autoridades o seguinte: Primeiramente o motivo dos encontros com o Ministro Waldir Pires foi colocar, primeiro, que nós faríamos esse esforço no sentido de dar a nossa contribuição para amenizar o problema, mas que a solução não dependeria só de nós. Somente nós controladores fazendo o esforço para resolver o problema não seria a solução, porque o problema de falta de pessoal e precisaria envolver outros segmentos, no caso, ANAC, INFRAERO, empresas aéreas, teria que haver uma junção de todos esses entes para apresentar algumas medidas e isso está sendo feito.

Nós, realmente, tínhamos uma preocupação ao final de ano, por quê? Realmente é uma época complicada, porque tem o aumento dos vôos, muita gente

querendo voar e no momento nós estamos trabalhando fazendo um esforço. Eu não sei se o senhor sabe, nós estamos com redução de folga, de descanso, são pessoas que foram trazidas de outros Estados para Brasília, para resolver o problema maior aqui e não sabemos até que ponto esse pessoal vai resistir. Mas nós estamos na expectativa de que com as outras medidas no tocante, conforme já foi falado aqui, de remanejamento de horários e vôos não haja aqueles momentos de pico, porque justamente no momento de pico é que complica, porque não há condição num determinado momento de um controlador de um setor ficar com acúmulo de aviões, porque depois ele vai ter que passar para um outro que pode, naquele momento, não ter capacidade de receber mais aviões.

Então, a solução, a escolha, se eu vou de avião, se eu vou de carro é bem difícil. Esse é o quadro que a gente coloca, nós estamos realmente preocupados, antevendo lá na frente, nós temos aí posse de Governadores, nós temos posse da Presidência da República, férias, depois virá no Rio de Janeiro um evento que é o Pan-Americano, isso é realmente um fator que complica.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o nobre Senador Antônio Carlos Magalhães.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, a minha primeira pergunta ela é geral. Tanto pode ser respondido por V.Ex^a como por qualquer dos dignos membros da Mesa. Se não houvesse o desastre com a GOL quando morreram 154 pessoas estaria existindo esse problema hoje com os controladores e nos aeroportos brasileiros? Presidente, eu fiz uma pergunta, qualquer deles pode responder. Se não houvesse o desastre... Para pegar o Aero-Lula está com uma pressa danada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Enganaram o pobre do Arthur Virgílio, mandaram o sucatinha, não foi o Aero-Lula? Ele falou tão mal do Aero-Lula que não deixaram ele conhecer. Já conhecia, não é? Já conhecia, o sucatinha.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – ...Pôxa, não é aquilo tudo que eu denunciava.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu indago quem gostaria de responder a pergunta do Senador Antônio Carlos, caso não houvesse o acidente da GOL, teria havido o caos.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Se estaríamos vivendo esse caos.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, para mim não. Nós não tínhamos nenhum problema comunicado. Eu vou dizer para o senhor, quando eu assumi a Aeronáutica, no dia 2 de janeiro de 2003, a

primeira reunião que eu fiz foi com os meus controladores de vôo e lhes coloquei a porta aberta, inteiramente aberta para qualquer momento, o Sr. Jorge Botelho foi recebido conosco, como Vice-Presidente da Associação e coloquei a porta aberta para qualquer problema que tivesse, qualquer coisa que houvesse. Em momento algum, eu recebi uma solicitação ou uma reivindicação dos controladores de vôo quer por, como tem dito freqüentemente, agora, ultimamente, qualidade de um trabalho. Nós temos convidados vários Parlamentares, a semana passada recebemos vários Parlamentares aqui no Centro de Controle Integrado, a qualidade de trabalho dos controladores de vôo é das melhores da força aérea e quero dizer de muitos lugares, porque trabalham num ambiente fechado, longe de ruídos, trabalham com uma temperatura de ar condicionado o tempo todinho e tem todas as facilidades, trabalham por turnos e tudo isso.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Agradeço a V.Ex^a realmente a sua excelente resposta e isso nos leva a conclusão de que se trata de uma greve política.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Não, eu posso discordar do senhor...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Ou de um apagão aéreo política, porque se não existisse as coisas que estariam bem, porque estão mal?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Não, posso discordar do senhor que não houve greve, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Não, não é greve, não é a greve branca que é pior. Essa é pior.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, eu posso dizer ao senhor que em momento algum houve greve. Eu não poderia concordar com essa palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sim, eu retiro a palavra greve, apagão aéreo. O que está havendo, V.Ex^a disse que não existiria se não houvesse o desastre.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Para mim, não, opinião pessoal para o meu pessoal.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu louvo, eu acho que está... O próprio Ministro deve estar de acordo com o senhor nisso. Agora, essa é uma pergunta. A segunda eu vou a defesa de V.Ex^a e de seus colegas, V.Ex^a foi escolhido pelo Presidente da República para Comandante da Aeronáutica, logo praticamente na posse ou antes da posse como do Exército, da Marinha, conseqüentemente, ele deve saber dos seus sentimentos democráticos,

senão, não os escolheria. Daí porque V.Ex^a tem sido mantido e prestigiado.

Então, eu quero perguntar a V.Ex^a o seguinte: O controle vai ser misto, vai ser civil, controle do espaço aéreo, ou vai ser dos militares, ou vai ser misto como está sendo hoje com essas novidades que V.Ex^a apresenta de novos controladores a cada mês, duplicando e criando realmente uma reserva técnica indispensável ao bom serviço de controle aéreo? V.Ex^a podia me responder se vai ser de uma forma ou de outra, ou se vai continuar misto?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, ele está, como o senhor falou, misto, com excelentes resultados, porém há um grupo de trabalho verificando a idéia do que ocorreu com o controle do espaço aéreo nesse curto espaço de tempo, qual o motivo e por que é que aconteceu isso e qual seria a melhor solução.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Não é o desastre, aconteceu esse pânico geral.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Essa situação ela também se desenrolou principalmente por um problema de indisponibilidade dos controladores. Nós estávamos com todo o setor, tudo certinho, jeitinho, de repente tivemos que tirar dez controladores. Seguindo a esses dez que foram afastados começaram a aparecer desconfortos emocionais, chegamos a ter 22 controladores afastados. Ninguém aqui é obrigado a saber, então eu tenho que fazer uma pequena explicação. Para cada setor daqueles oito, daqueles 12 daqui de Brasília, o controlador é especializado num setor, então ele leva ali, quando ele não tem conhecimento, quando ele chega a Brasília, dependendo da experiência dele em outros tipos de console, ele leva ali de um mês a um mês e meio para adaptação. Um controlador de um setor, ele não opera outro setor.

Porque não há raciocínio, mas sim quase que reflexo na condução, por causa das velocidades, então há a necessidade absoluta de um conhecimento completo do setor. De modo que houve um atraso realmente da gente conseguir completar os controladores. De modo que nós podemos garantir aos senhores, posso falar isso, já que está sendo transmitido para todo o Brasil que não deverá haver apagão, como o senhor falou, não houve uma greve, mas sim uma deficiência pelos motivos que eu falei. Ou seja, de adaptação desse pessoal. E acreditamos que com as medidas tomadas agora de contratação de pessoal já experiente, de pessoal que tem passado por exame médico, alguns têm sido eliminados, infelizmente, porque senão já estariam com uma facilidade muito maior. Mas tenho certeza que...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eliminado do serviço.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Do serviço, voltaram para casa. Esse que nós chamamos para contratá-los. Que o treinamento, o senhor pode ficar certo, que o treinamento, todos podem ficar certos, por isso que nós exigimos um treinamento completo para que ele esteja apto. Outra coisa, ele é checado por uma equipe de checadores para ver se está em condições de operar. Ele não chega faz treinamento e vai lá e passa a operar, ele recebe um cartão dizendo, pelos demais controladores, dizendo que ele está apto aquilo e já houve caso... Agora, recente de eliminação de um controlador. Ele não pôde continuar operando, o senhor está entendendo? Então eu faço um apelo a todos que nós temos segurança.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – A segunda pergunta, pode ser a V.Exª também é a seguinte: V.Exª ou é otimista ou o Presidente da ANAC é pessimista. Porque V.Exª afirmou, está aqui mesmo escrito, já temos gente suficiente para o final do ano, os senhores não precisam ficar preocupados com o período de férias. V.Exª afirmou.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Afirmei, senhor.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – E o homem da ANAC disse: “Não posso assegurar que o problema será resolvido até as festas do fim do ano, porque não há solução a curto prazo para a crise”. Ele chegou a dizer que não se consegue controlador de voo na esquina, isso disse o homem da ANAC. Eu prefiro ficar com V.Exª, eu também sou otimista e eu acho que V.Exª tem um conhecimento prático maior pelo seu tempo de Aeronáutica, pela sua personalidade, pelo seu mérito. De modo que eu gostaria de que o Presidente da ANAC levasse o seu otimismo em relação a população brasileira e que ele se transformasse em realidade nesse fim do ano.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Sou otimista, trabalho com otimismo e faço tudo para atingir os meus objetivos, o senhor pode ficar certo e sempre tenho tido o apoio de todos os meus amigos. Então, vamos vencer essa crise.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Ontem, o Estado de São Paulo, uma matéria de três folhas, onde “controlador descreve o colapso”, não sei se V.Exª teve a oportunidade de ler.

Então, ele diz que há um colapso que os aparelhos não estão sendo usados, que a situação é grave e que já deu conhecimento ao Comando da Aeronáutica. Eu não sei se isso é verdade, eu sei que está em três páginas desde a primeira, caderno do Estado de

São Paulo, não deixaria meus filhos viajarem e aqui é um controlador falando.

Então, essa é uma situação que cria um pânico, é grave, eu novamente pergunto, esse controlador deve estar errado, ou ele realmente passou todos esses elementos que ele diz aqui para a Aeronáutica?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Eu desconheço isso. Tenho certeza que o diretor do DECEA, Departamento de Controle do Espaço Aéreo desconhece isso, e o chefe desse controlador também desconhece isso. Senador, tenha absoluta...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª me permite uma rápida intervenção? A questão é bem mais grave, 24 horas depois ou pouco mais disso, saiu uma matéria dessa gravidade, o Ministro não tomou conhecimento. Coloca em pânico quem viaja, porque o próprio controlador disse que não deixaria os filhos e a mulher viajarem. Ele há pouco disse outra coisa. Eu estou colocando essa preocupação, Brigadeiro, porque nós estamos sendo ouvidos pelo Brasil inteiro, que 30 controladores estão afastados por problemas psicológicos. Nós sabemos que essas questões, elas não são resolvidas de um dia para a noite. Qual a segurança, Deputado Gabeira, que nós temos que esses cidadãos ao retornarem ao trabalho, em pouco espaço de tempo recuperar essa condição? É uma questão, Senador Antônio Carlos, até porque a importância dessa convocação, bem mais grave do que nós imaginávamos até então. Muito obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, pela ordem, Presidente. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Infelizmente a palavra está aí assegurado ao Senador Antônio Carlos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Me permite, Senador Antônio Carlos? Porque a mesma dúvida que está me acometendo a ouvir os questionamentos do Senador Antônio Carlos ao Comandante da Aeronáutica Bueno, deve estar acometendo a toda Nação Brasileira que nos assiste pela TV Senado. Gostaria de perguntar a V.Exª, Comandante Bueno se houve sobrecarga de trabalho aos operadores do controle de voo real?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Em momento algum houve sobrecarga de trabalho real aos operadores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então, com essa resposta que V.Exª dá...

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – E hoje não há sobrecarga de trabalho, eles têm, podem no máximo 144 horas mensais e não será permitido passarem da sua carga mensal. Isso é uma fórmula criada internacionalmente e é aplicada pelo Departamento de

Controle do Espaço Aéreo. O acidente, quando ocorreu, o controlador estava apenas com cinco tráfegos sendo controlados e não estava controlando 14.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – A sua resposta já é objeto de uma segunda indagação minha. Então, qual o motivo... Só concluindo, qual o motivo de toda essa correria para se suprir de controladores na necessidade real de números para que não houvesse essa sobrecarga, porque se estava tudo bem, não havia necessidade de ter essa corrida no sentido de ter Medida Provisória para atender, chamar novos controladores.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Baseado exatamente, Senador, nisso que o nosso Presidente acabou de falar. Houve uma... Como se fosse dominó, umas séries de controladores com problemas psiquiátricos, psicológicos, possam se transformar em psiquiátricos. Nós colocamos quatro psicólogos acompanhando, lá dentro do CINDACTA tem quatro psicólogos. Os dois de Brasília foram recusados, então nós trouxemos do Rio de Janeiro quatro e nós chegamos a ter 22 controladores num mesmo dia afastados do vôo por problemas psicológicos. Com nove que estão fora, por aqueles motivos da investigação e de tudo. De modo que houve, o senhor vê, nós tínhamos uma equipe praticamente acertada, ajeitada e firme. Quando o senhor tirar 10 controladores, depois mais cerca de 22, houve uma falha de 32 controladores. De modo, por esse motivo, a gente não sabe quando eles vão poder, plenamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Civis e militares?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Civis e militares. Como é... Os civis não... Senador, os civis não tiveram problema de baixa que eu saiba, de baixa psicológica, mas os militares. De maneira que nós estamos aguardando esse restabelecimento, por isso que nós temos necessidade de completar. E como o Senador Antônio Carlos Magalhães falou, nós temos que ter, aí Senador é uma falha nossa, nós temos que ter uma reserva técnica. Isso o nosso Presidente, a primeira vez que falei, “Bueno, como não tem uma reserva técnica?” Falha minha. Falha minha, porque a gente não tinha uma reserva técnica para lançar mão dela na hora de necessidade. Tem dinheiro para isso.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Há uma pergunta para o Presidente da INFRAERO, se ele quiser, responde, se não quiser, pode passar adiante. Esses problemas todos que V.Exª está tendo do Tribunal de Contas, inclusive em relação aos aeroportos que foram superfaturados segundo o Tribunal de Contas, afirmação minha, eu pergunto, fo-

ram na sua gestão, foram anteriores ou são também na sua gestão?

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Senador, o Tribunal de Contas, o Ministério Público, a CGU, os inúmeros, o Conselho Fiscal da Empresa, o Conselho de Administração da Empresa, nós fomos monitorados por sete, oito ou nove órgãos, mais ou menos. Todos esses órgãos estão investigando tudo que ocorreu na empresa, continua investigando a minha gestão e eu espero que todos esses órgãos consigam dizer a opinião pública o que aconteceu eventualmente na empresa, e que se algo aconteceu de errado que todos sejam punidos conforme prevê o Código Penal Brasileiro. Inclusive, se eu cometi algum erro também.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Felicito V.Exª pela resposta, e teria uma série de perguntas a fazer, mas eu acho que todos os colegas querem perguntar e eu não vou atrapalhar. Talvez passe para o Ministro, para o Comandante da Aeronáutica essas perguntas, mas de qualquer maneira, eu quero agradecer a V.Exª a bondade e a presteza com que respondeu o questionamento.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A próxima oradora inscrita com permuta com o Senador Leomar Quintanilha, a Senadora Heloísa Helena a quem passo a palavra, em seguida, Senadora Heloísa Helena, eu compreendo, dentro do que foi ajustado, nós vamos abrir a exceção para o Deputado Gabeira fazer uma pequena intervenção, segundo ele próprio, dentro daquele nosso protocolo de reciprocidade entre as duas Casas, iniciado hoje aqui com V.Exª. Senadora Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Primeiro agradecer a delicadeza...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senadora Heloísa, só um momento. Por dever de justiça, o Jorge Botelho havia pedido a palavra para esclarecer a questão dos controladores, ele que é Presidente do Sindicato, eu quero pedir desculpas, mas o seu pedido é totalmente justo, fundamentado e lhe concedo a palavra.

SR. JORGE BOTELHO – Ok, eu quero responder ao Exmº. Senador Antônio Carlos Magalhães dessa questão, nessa pergunta que V.Exª fez dizendo assim, “senão havia problemas como aconteceu problemas depois”. Eu já tinha explicado antes, eu vou detalhar mais esse problema. Eu discordo um pouquinho. Nós trabalhadores temos uma discordância saudável com o Ministro, com o Comandante da Aeronáutica no tocante ao número de pessoal, número de controladores. Antes do acidente, nós tínhamos um número de

controladores que nós julgávamos que era deficiente a nosso ver, salvo melhor juízo, era deficiente em termos de 22 a 25 controladores. Nós entendemos que para o melhor funcionamento ali cada equipe deveria ter um pouco mais de operadores, então essa deficiência seria em termo de 22 a 25, correto? Então, conforme ele mesmo declarou, nós não tínhamos uma reserva técnica de operadores.

A partir do momento que acontece o acidente em que nós temos em determinado momento aí, cerca de 20 operadores fora da operação, é uma equipe que você está tirando fora.

Então, se nós já havíamos previsto que em momentos de pico, daqui até o final do ano, em momentos de pico, haveria atrasos, porque necessitaria fazer um gerenciamento do fluxo dentro da segurança, ou seja, espaçamento melhor, no momento em que a gente perde uma equipe, é necessário fazer uma nova reestruturação desse pessoal. Então foi feita uma nova divisão, e isso aí que acarretou esse transtorno. Ou seja, houve um agravamento da situação baseada na deficiência na falta de pessoal. Em momento algum houve greve, uma medida no sentido de prejudicar, a medida foi exatamente de segurança. Porque V.Exª vê a própria definição de capacidade do tráfego aéreo, a própria definição do nosso Departamento de Controle do Espaço Aéreo nos obriga que nós temos que adaptar o tráfego às condições tanto da infra-estrutura, quanto de pessoal que nós temos, de modo a não prejudicar, não comprometer a segurança. Ok? Agora... Que nós não temos. Realmente, eu quero colocar aqui que realmente, o Comandante da Aeronáutica nos recebeu e em 2002, nós tivemos uma conversa sobre a questão do pessoal.

Então, nós pedimos a ele que fosse reativado os concursos, a formação de controladores civis.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Dois ou três?

SR. JORGE BOTELHO – 2003, se eu não me engano. 2003. Nós levamos essa reivindicação, porque já havíamos conversado com o Ministério do Planejamento e eles entenderam que era realmente, havia necessidade de se recompletar o quadro de pessoal civil, tendo em vista que os militares estavam com uma formação continuada, porém não suficiente, mas que eles gostariam de reativar o concurso para o pessoal civil. E foi feito realmente um trabalho, o sindicato trabalhou em conjunto com o Brigadeiro Vilarinho e foi aprovado inicialmente a formação de 64 controladores, e houve uma surpresa para a gente que na hora que saiu o Edital, esses 64 vagas de controladores de tráfego aéreo civil não foram contempladas, e somente depois do acidente, com o agravamento dessa situação

de atrasos é que conversando com o Ministro, de novo, reeditaram a Portaria no sentido de abrir esse concurso, que eu digo que 64 não seria o suficiente, mas naquele momento era o número que a gente poderia, que o Governo poderia completar com maior rapidez sem a necessidade de se criar novos cargos. Ok?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senadora Heloísa Helena, tem V.Exª a palavra.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Primeiro agradecer a delicadeza do Senador Quintanilha em permutar. Saudar a todos os convidados e Parlamentares.

Primeiro, eu sempre tenho uma dificuldade muito grande de banalizar as estatísticas. A minha área na universidade é de planejamento de serviços públicos, portanto eu lido com taxas, coeficientes, índices de mortalidade, morbidade todo o tempo, mas eu nunca consigo esquecer, graças a Deus, que por trás das estatísticas oficiais existem histórias de vidas que são destruídas.

Portanto, não me comove analisar as estatísticas do Brasil em relação às estatísticas dos outros Países. Para mim me comove profundamente saber que eu pegava o vôo da GOL, como os Senadores do norte, certamente pegaram várias vezes, para mim me comove, Senador Delcídio, dizia o Senador Gabeira que te encontrei duas vezes...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Que Deus lhe ouça.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – ...Não, é a mesma coisa. Para a opinião pública é a mesma porcaria, para quem é sério a mesma coisa. Eu encontrei duas vezes, no mesmo saguão de Manaus, a Patrícia que morreu no avião, casada com Bernardo, filho do ex-Senador Lauro campos. Isso, para mim me comove profundamente, porque se fosse o meu filho que tivesse no avião, eu ia promover uma perseguição implacável contra o Estado Brasileiro que agiu de forma criminoso, inconsequente, irresponsável em relação ao caso, por quê?

Primeiro, porque é impossível, é impossível que falhas anteriores não tivessem sido detectadas, é impossível que sumiços de outras aeronaves em função de algum problema com os radares não tivesse sido detectado antes, para que os operadores não vissem com naturalidade o sumiço e a não comunicação ao piloto da GOL. É impossível! Se não houvesse esse problema antes, ele talvez não tivesse visto com tanta naturalidade. Do mesmo jeito, os que estavam em outra sala no controle do espaço aéreo, que não é o controle do tráfego aéreo, também não terem notado absolutamente nada em relação ao sumiço de uma

aeronave e a não comunicação. Não adianta dizer que o controle era de Manaus porque tem telefone direto para resolver o problema de Manaus e resolver lá.

Outra coisa, essa história da disciplina e da resistência. Eu sou, eu me considero, Brigadeiro, uma pessoa disciplinada. Talvez se eu tivesse ido para a carreira militar, eu seria um exemplo de disciplina.

Entretanto, para mim disciplina militar não significa o aquartelamento e a imposição de que se trabalhe não como manda o figurino de 120 a 144 horas, mas impor o trabalho de 156 horas no feriado. Impor um trabalho para a categoria de Aeroporto Beto de 181 horas. Isso para mim não tem nada a ver com disciplina, isso põe em risco a vida das pessoas.

Portanto, o que nós precisamos saber é o seguinte: Quais são as alternativas objetivas, porque eu sei que tem Medida Provisória, eu sei que tem mecanismos de contratação temporária, mesmo antes de concurso público, todo mundo sabe aqui.

Então, essa aulinha ninguém precisa nos dá, se tem problemas objetivos em relação ao treinamento, a capacitação, a reciclagem, a problemas relacionados, problemas psicológicos, o que é que vai ser feito de forma emergencial? Vai haver alguma alteração da escala dos vôos? Para mim é importantíssimo que tenha vôo? É. Para mim é importantíssimo que os trabalhadores das empresas aéreas continuem tendo seus empregos, que o turismo dinamize a economia local, gera emprego, gera renda, para mim, tudo isso é maravilhoso. Mas é fundamental que isso seja feito em segurança, em segurança. Férias é maravilhoso, Natal é maravilhoso, mas em segurança. Vai haver alguma alteração do cronograma até que tudo isso seja resolvido? Até que se contrate o pessoal, até que o pessoal esteja preparado, até que haja uma carga horária de trabalho absolutamente compatível com qualquer padrão internacional ou nacional de segurança? Há alteração das rotas, porque eu preciso saber dos senhores se é verdade as informações que nós temos. Porque as informações que nós temos é que o desvio das rotas dos radares, os desvios das rotas que estão sendo planejados, não existe radar, não existe radar nessas novas rotas. Ou seja, até 40 milhas, portanto, 80 quilômetros têm o radar, depois não tem mais radar, depois o que tem é a comunicação do operador com o piloto em sistema HF. Porque aí é mais complicado ainda, é mais arriscado ainda, é mais irresponsável ainda. Então nós precisamos saber se não é verdade isso. Esse remanejamento de pessoal não está esvaziando determinados setores que já são altamente complicados em relação ao tráfego aéreo ou não?

Então, nós precisamos saber de tudo isso. É uma situação emergencial. Porque não pode preservar as-

ento, preservar poltrona, porque tem gente que só pensa nisso, assentos, poltronas, não sei o que, não pensa na segurança. Por que é que não altera de forma emergencial, até resolver o problema relacionado aos operadores? Porque é impossível, impossível. Não tem lógica, não tem fatalidade, não teve nada de fatalidade em relação ao que aconteceu.

Então, não é possível que até resolver, até que nós tenhamos o número de pessoal necessário, qualificado, capacitado para estar lá não aquartelado, porque o aquartelamento prejudica mais ainda as condições objetivas de saúde mental. Pode resolver o problema do tráfego, não resolve o problema da segurança, não adianta dizer que resolve, porque não resolve.

Então, vai ter algum tratamento emergencial dessa escala? Os momentos que mais estão agravados no tráfego aéreo, eles vão ser de alguma forma distribuídos ao longo do dia, do País para que tenha o vôo em segurança, para que resolva o problema emergencial dos operadores ou não? E em relação a essas questões, das chamadas zonas cegas. Essa eu quero que alguém tecnicamente me explique, se as novas rotas não têm radar, se nas novas rotas significa simplesmente a comunicação piloto HF com a torre, eu quero saber, porque isso para mim é mais risco, se não é, eu preciso que alguém comprove que as zonas cegas não vão ser aumentadas, que os problemas não podem ser aumentados ou se nós vamos esperar simplesmente por a mão de um anjo a nos segurar. E com certeza, não são os anjos, nem Deus responsável por essas coisas. São os homens mesmos pela sua irresponsabilidade, pela sua incapacidade de entender o que já vinha acontecendo. Por que como é que pode um operador estar monitorando entre 20, 22 aeronaves? Eu não sei! Eu não consigo acreditar, Botelho, que não tinha reclamação. Entre 20 e 22 aeronaves e não tinha reclamação, como é que não tinha reclamação? Não é? Como é que se hoje diz que o padrão não é nem 14, para sistemas mais especializados é que seria 14, o ideal seria 8, então, afinal é 8, é 14, é 20, é 22. Qual é a carga horária? Vai ter quatro horas, oito horas de descanso ou não vai ter? Vai ser o procedimento que está sendo feito no Brasil, à custa em nome de uma disciplina militar, que eu não entendo isso como disciplina militar.

Portanto, eu quero que os senhores me expliquem essas novas rotas, se aumentarão ou não as zonas cegas, se os radares estão devidamente instalados, se havia comunicação anterior em relação a sumiços de aeronaves e, portanto, problemas de identificação dos próprios radares, e se o controle do espaço aéreo de alguma forma não pode auxiliar nas informações relacionadas ao controle do tráfego aéreo.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senadora, muito obrigado pela pergunta. Eu vou responder sobre a parte do aquartelamento que a senhora chama de aquartelamento, eu vou explicar o que é que ocorreu, porque não é bem como foi vendido ou foi transmitido para a nossa mídia. Infelizmente a mídia recebeu uma informação e publicou o que foi informado. O aquartelamento, o que foi chamado de aquartelamento, foi uma convocação, um plano de reunião, porque toda a unidade tem uma coisa que nós chamamos de plano de reunião quando nós precisamos dos elementos daquela unidade.

Então, nós chamamos para o quartel, seja sábado, domingo, de noite, a qualquer hora, nós chamamos os controladores, mostramos a eles que a situação que era na quinta-feira, a partir das três horas da manhã, nós vimos como é que estavam os aeroportos coalhados de pessoas, de crianças, de velhos...

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Eu sei, aliás, Brigadeiro, eu esqueci só de um detalhe, eu tenho passei dezessete horas no avião, no avião, não. No aeroporto de Brasília. E, aliás, eu fiquei, eu podia ter ido para casa dormir, eu não fui de constrangimento. De constrangimento, eu não fui para casa dormir, porque eu sabia que teria outra opção e outro horário, eu não fui eu fiquei de dezoito horas, até onze horas da manhã no outro dia. Portanto, eu fiquei na madrugada, imagine, eu era calma, porque o povo queria era quebrar o aeroporto ou dar nos funcionários. E como eu sabia que o problema não era dos funcionários, nem da estrutura física, estava eu lá para acalmar, então, eu sei o que é isso. Entendeu? Eu sei exatamente o que é isso. Agora, eu não sei... Mas a minha dor, certamente não era tão grande quanto à dor de quem estava lá há três dias querendo chegar a Imperatriz, a quem queria levar a mãe morta para enterrar, a quem estava com criança, a quem desmaiou lá no aeroporto, três pessoas desmaiaram, um senhor que teve uma crise convulsiva em pleno saguão do aeroporto, não é uma coisa qualquer. Então, experiências muito, muito piores tiveram outras pessoas.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Muito obrigado pela discussão que a senhora fez.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu fica mais uma vez confirmado, meu caro, que nas crises é que as lideranças se reservam.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Muito obrigado, Senador.

Então, nesse momento nós resolvemos consultar a todos eles através de um plano de reunião que lá fosse. E nós fizemos o seguinte, era quinta-feira, por que o que estava ocorrendo? Uma quantidade bem grande

de controladores vinha para trabalhar e voltava para casa por motivos psicológicos. Nós colocamos, como eu falei, os psicológicos, nós fizemos uma escala na quinta-feira, sexta, sábado e domingo e segunda, principalmente segunda que o nosso medo que no retorno também ocorresse, e a senhora viu que começou. E o pessoal que tomou nota da escala, tomou conhecimento e foi liberado para ir para casa. Mas não foi isso que ocorreu. Eles não transmitiram isso. Transmitiram que tinham sido maltratados, que eles estavam cerceados de liberdade e que nós havíamos solicitado, apanhado os seus celulares.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – A mim ninguém transmitiu isso não, para mim é uma coisa objetiva. Para mim, se alguém deve trabalhar num padrão de segurança até uma determinada hora e se eu solicito, imponho, reivindico qualquer coisa para que trabalhe 156 horas, para mim, isso é atitude irresponsável e inconseqüente. Não sei de celular, nunca ouvi nem essa história, sinceramente, Brigadeiro.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Eu estou dizendo para a senhora o que aconteceu. Eu acredito na senhora e a senhora também deve acreditar em mim. Por favor. É o seguinte, Senadora, isso aí foi transmitido pela imprensa.

Então, e foram liberados, voltaram para casa, receberam uma escala para voltar, por exemplo, quem estava no sábado às duas e meia, era para chegar lá às duas e meia, quem estava no sábado às seis e meia da manhã era para chegar lá seis e meia da manhã, então o pessoal foi liberado sexta, sábado, domingo, não ficou ninguém detido em quartel, ninguém. Essa crise passou e logo imediatamente, na outra semana, na véspera do feriado, a gente percebeu que já começaram a faltar por problemas médicos no começo da escala.

Então, nós os convocamos novamente, porém, desta vez, nós pedimos ao Ministério Público o acompanhamento de dois Procuradores que ficaram conosco o tempo todo e já não tivemos nenhuma acusação de nenhum maltrato, nem nada. O lugar que eles ficaram que foram receber as escalas, que foram discutir, é o lugar de trabalho. É um lugar que eu acredito que a senhora já tenha visado o controle de espaço e não tem nada de ruim lá, é o lugar de trabalho de todos nós. Deixa eu só terminar.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Não, tudo bem, pode terminar.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – A senhora pode ficar certo, Senadora, que esse número de horas, ninguém está ultrapassando esse número de horas. Esse número de horas ele é estudado, ele não é aleatório. Não sou eu quem determina, nenhum

de nós determina, esse número é recomendado internacionalmente e ele não é mais do que nada, não é exigido mais do que nada.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– V.Ex^a está, então, afirmando que nenhum operador trabalhou além da carga horária recomendável, é isso? Porque a informação...

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Nesse período, de maneira alguma.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Tudo bem, a informação que nós temos é que em categoria beta, em categoria B o máximo era de 154 horas, operadores foram obrigados há trabalhar 181 horas. O senhor está dizendo que não, se é não ou sim, depois a realidade objetiva se configura. É por isso que eu estou fazendo uma pergunta objetiva. Porque para mim isso, além, não vamos nem discutir a questão dos maus tratos, da exploração, de qualquer coisa. É só uma discussão objetiva. Isso confere segurança ao trabalho do operador e ao trabalho da sociedade?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Sim, senhora.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Pronto, então o senhor está dizendo que ninguém trabalhou mais do que 144, quando o limite era de 120 a 144, ninguém trabalhou 156 horas, ninguém trabalhou 181 horas, que não houve escalas com dois turnos com menos de oito horas e doze de descanso, se o senhor está dizendo isso, tudo bem, mais cedo ou mais tarde, ou o senhor ou a outra...

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senadora, nós temos uma investigação, nós temos uma investigação. Eu comecei fazendo uma sindicância e passei para inquérito justamente para a gente poder se aprofundar para ficar tudo registrado. É acompanhado pelo Poder Público. Tem os Procuradores que estão acompanhando. Agora eu pediria ao Brigadeiro Vilarinho que ele explicasse à senhora a prioridade da segurança e o preparo que está sendo feito pelo pessoal, como a senhora fez as outras perguntas.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Das outras rotas, que foram uma informação que nós tivemos sobre as novas rotas sem radares, essas coisas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Por solicitação do Brigadeiro Bueno e a fim de esclarecer melhor fatos, passo a palavra ao Brigadeiro Vilarinho que responderá sobre o questionamento feito pela Senadora Heloísa Helena. Tem a palavra. Microfone auxiliar da esquerda.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO:

Muito obrigado, Presidente. Exm^a Sr^a. Senadora Heloísa Helena, eu vou falar das ações emergenciais que nós

estamos tomando a curto, médio e longo prazo para resolvermos esse problema que foi criado. O comissionamento que nós chamamos de comissionamento de controladores, são controladores que estão operando em outros órgãos, outros centros de controles de área e outros centros de controle de aproximação e que já operaram aqui em Brasília.

Então, rapidamente eles são readaptados. Nós temos um total de 21 já estão operando nas consoles. Até 30 de novembro estaremos com 10 já operando nessas consoles e até 10 de dezembro, mais 9. Como nós já tínhamos...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Brigadeiro, uma solicitação, e um entendimento melhor de quem está nos assistindo e da taquigrafia. Poderia explicar o que é console?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO:

Desculpe, a console, nós vimos naquela fotografia, é a posição onde o centro controlador, ele vê a tela do radar na frente, e tem aqui o teclado, ele trabalha ali falando com as aeronaves e fazendo a coordenação. Normalmente cada console operacional são dois homens, o principal que faz o controle e ao lado dele senta um outro controlador com uma tela também que lhe auxilia no trabalho e faz a coordenação com outros órgãos, com outros setores. A cada duas consoles, quer dizer, a cada quatro operadores, tem que ter um supervisor atrás em pé que normalmente é o elemento mais experiente já qualificado como supervisor. E para nós termos mais controladores para atender a demanda, com muitos dispensados e ainda aqueles dez que foram retirados temporariamente em função do acidente, essa é a situação hoje. Dando um total de até 10 de dezembro 32 controladores, eu creio que o Brigadeiro Bueno tinha falado isso no início, eu estou só repetindo, e 14 que já estavam operando.

Então, nós contaremos até 10 de dezembro com 46 controladores para dar esse reforço de pessoal. Agora, como a senhora falou, muito bem falado, acima de tudo é a segurança, nós temos que tomar todas as medidas sobre segurança. Não existem rotas com ponto cego de radar ou de comunicações. As três medidas que nós estamos estudando lá para adotá-las, eu já tinha comentado aqui com o Senador Antônio Carlos Magalhães, dentre aqueles setores que nós mostramos na tela, os dois que estão próximos da área de Recife, setor 12 e setor 13, nós vamos pegar parte desse setor e deixá-lo sobre a responsabilidade do Centro Recife, colocando cobertura radar e cobertura de comunicações para o Centro Recife poder assumir. Isso está sendo analisa pelo pessoal operacional e técnico para viabilizar no mais curto espaço de tempo. O mais curto espaço de tempo já seria possivelmente nesse

fim de semana, no início da semana que vem. Aí vão depender das dificuldades técnicas.

O outro setor, o Setor 6 que é ali a oeste de Brasília, onde está Cuiabá está no Centro desse setor, nós passarmos esse setor para Manaus, dentro dos mesmos critérios, temos que colocar visualização radar para Manaus e comunicações para Manaus assumir esse controle. Isso aí é feito numa análise feita dos nossos oficiais de controle de tráfego aéreo com os supervisores das equipes, uma vez feito o equacionamento operacional e técnico é feito um acordo operacional com outro órgão de controle, no caso Centro de Manaus para um e Centro de Recife para outro. Sempre são feitos acordos operacionais entre os centros para definir a forma que esse tráfego corre de um lado para outro.

Bom, isso aí vai diminuir a carga de trabalho de Brasília, do Centro Brasília que vão pegar um pedaço da área vai para Recife e a outra área vai para Manaus.

O terceiro assunto, reunião com ANAC, empresas aéreas e INFRAERO para nós redistribuirmos esses vôos como a senhora falou. Aliás, nós iríamos fazer amanhã, eu já tinha conversado com o Dr. Zuanazzi lá no Rio, já estamos estudando, ou transferindo para lá ou fazemos aqui na quinta-feira em Brasília. Já avisei ao meu pessoal lá para trazer o material.

Essa reunião com ANAC é interessante observar o seguinte. Até o ano passado o grande gargalo do tráfego aéreo eram nos principais aeroportos. Eu diria Brasília nem tanto, mas principalmente Congonhas, Santos Dumont, Belo Horizonte, Guarulhos e Galeão. Era o tráfego aéreo em torno do aeroporto, a chegada e saída dos aviões era um gargalo, o problema de pátio para colocar os aviões, um problema da INFRAERO, e nós começamos a enfrentar esse ano um tipo de gargalo que nós não tínhamos antes, nós termos excesso de tráfego em um setor do controle de área.

Então, não é mais nas proximidades do aeroporto, nós estamos antes de um gargalo diferente. Isso significa que apenas deslotar(F) um aeroporto, Congonhas ou Brasília resolve o problema, porque na análise que nós fazemos no nosso centro de gerenciamento e navegação aérea, que pega todos os vôos possíveis, joga num simulador, num computador, aí nós verificamos que determinado órgão, determinado setor de Brasília, num determinado minuto, ele está com excesso de tráfego acima de 14. Isso a gente vê de forma estatística. Mas aí não são os vôos, pode ser o que está excedendo ali um vôo que saiu Belém, ou o outro que saiu de Manaus ou alguns vôos do Rio, de São Paulo ou de Porto Alegre, que naquele exato momento eles estão se cruzando naquele ponto no espaço. Isso aí é uma novidade que se apresentou para

nós esse ano, esse tipo de concentração de tráfego. E estamos reagindo e tentando solucionar. E a solução para esse problema, mais controladores para a gente poder abrir mais setores, e acertos com a ANAC para nós podermos acomodar esses vôos em outros horários permitindo que a aviação prossiga e nós consigamos controlar o tráfego.

Agora, o primeiro ponto sempre levado em consideração é a segurança, esse nós não podemos abrir mão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senadora Heloísa Helena encerrou?

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Como são informações tão divergentes, só um segundinho, Ministro... Como são informações tão diferentes as que a gente recebe e as que são disponibilizadas, então eu gostaria também, após o Ministro Waldir Pires, eu gostaria de ouvir o Sr. Jorge Botelho para que ele pudesse esclarecer isso, e outra coisa, só para que eu possa entender sobre essa questão do controle do espaço aéreo, que imagino eu, até por ser um setor estratégico de segurança nacional, talvez os mecanismos de controle, os procedimentos sejam até mais rigorosos, o que não deveria ser, porque deveria ser igual, toda a estrutura possível, porque do mesmo jeito que nos importa um ataque terrorista, nos importa igualmente a dor e o sofrimento de uma família que passa por um desastre gravíssimo como esse.

Então, para precisar se existem diferenças no instrumental utilizado, se existe uma correspondência de informações em relação a isso. Sei a estrutura do controle do espaço aéreo de alguma forma informa ou troca informações com a estrutura do controle do tráfego para que isso pudesse minimizar os riscos de graves problemas como o que aconteceu. Desculpe, Ministro, eu só queria ouvir o Dr. Jorge.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes da sua intervenção, e mostrar aos senhores aqui o que é a beleza da comunicação em tempo real. Tinha chegado aqui de um ouvinte preocupado com essa questão de mudança de tráfego aéreo, que pelo entendimento, se ela enviaria esse centro congestionado e passaria a ser usado Recife, Salvador, como auxiliar de navegação para os aviões que vão para o norte e nordeste e ver a pergunta o seguinte, como se poderia aumentar a carga do aeroporto de Recife, se ele já vem com um problema recorrente de comunicação entre aeronaves, e outra coisa são os constantes apagões elétricos que acontecem no Aeroporto de Recife, já algum tempo causando transtornos, inclusive, para aviões internacionais.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO: Sr. Presidente, o aeroporto específico de Recife, ele

não tem a ver nada com o controle do tráfego aéreo geral. O problema do aeroporto de Recife, de apagão no aeroporto, aí é problema local do aeroporto, nós estamos falando o controle em todo o espaço aéreo que é o CINDACTA de Recife que faz isso. A parte de energia do CINDACTA, como de qualquer CINDACTA, de qualquer sistema nosso, além da energia comercial, tem um grupo geradores, são de dois a quatro, até seis dependendo do tamanho do órgão e aí no sistema de *no-break* de bateria, quando falha a energia comercial, essas baterias seguram os sistemas importantes para depois entrar o grupo gerador. Então, eu acho que é diferente aeroporto de CINDACTA a informação aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Só quem está nos ouvindo não entende. Toda a esperança de que esteja voando seguro é V.Ex^a. Ao setor, por isso que veio essa pergunta. E essa questão de comunicação é grave. A 50 milhas de Recife, você tem que procurar se comunicar com outra base porque não se entende isso sendo Recife com uma base internacional.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO: Mas eu desconheço isso. Eu acho que tem as comunicações.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Da mesma maneira que o Ministro desconheceu um fato grave, publicado em um jornal ontem e que envolve o setor dele. Eu acho um absurdo, eu não sei se é hierarquia militar, o seu problema de imprensa ter medo de levar problema. Mas é inaceitável que essas questões não cheguem. Essa questão do aeroporto de Recife, quando veio a pergunta, como eu vou muito a Pernambuco e fui vítima já desse apagão. E nessa história de dizer que entra o *no-break* não, você vai para João Pessoa ou para Natal ou para Fortaleza. Fico triste em saber que não se tem conhecimento desses fatos que são gravíssimos e desconfortáveis para o usuário brasileiro que paga as taxas mais caras do País a INFRAERO.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO: Posso falar?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois não.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO: Ok, quando eu disse desconheço é porque nós, no relato de torre de controle perder as comunicações em apagão, porque isso nos é comunicado imediatamente, tanto a mim quando ao Brigadeiro Bueno. Se for ver o caso específico aí, nós temos que verificar exatamente o que é que houve.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É lamentar.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– Se há algum problema no aeroporto, pode ocorrer, aí eu não sei, o Brigadeiro J Carlos pode dizer, mas, nos nossos sistemas pode acontecer uma falha ou outra, mas um apagão desse eu acho que não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, eu estou afirmando a V.S^a que aconteceu. Eu estou comunicando que aconteceu e que vários aviões foram deslocados e não foram uma vez só não, várias vezes. Quando a pergunta veio aqui, eu achei engraçado, porque eu estava ali, V.Ex^a tem o direito de colocar em dúvida, mas eu estava na companhia do Senador José Jorge e nós vimos de João Pessoa, de Maceió para o Recife. Um avião bimotor, com pouco combustível teve que descer em João Pessoa de emergência. Um avião Bar 58.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO:

Eu jamais vou botar em dúvida a palavra de V.Ex^a, agora pode ter acontecido um fato desse, mas nós temos que averiguar. O senhor tem a data?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu posso ver isso, é fácil. Agora eu me sentiria constrangido em ter que dar a data a V.S^a e a INFRAERO não ter isso disponibilizado. Mas já que não tem, eu me comprometo até o final da tarde me remeter. Esperava que a INFRAERO tivesse isso e fosse, inclusive, mais rápida do que eu. Ministro Waldir Pires.

SR. WALDIR PIRES – Senadora Heloísa Helena, eu acho que seria do meu dever lhe dar uma impressão e mesmo assim, digamos, uma reflexão a partir, digamos assim, do conhecimento de regras internacionais em torno de uma depor, que eu senti na sua fisionomia a respeito daquilo que foi uma dor de nós todos, a tragédia que ocorreu. A tragédia foi uma coisa atroz. Mas num determinado instante a Senadora falou como se porventura tivesse uma convicção profunda de que ela teria ocorrido simplesmente pelas questões do controle no Brasil. E eu gostaria de dizer-lhe, que a mim, por exemplo, eu tenho dito que não é julgamento, porque eu não tenho poder para julgar, porque eu sou membro de Governo, eu não tenho nenhuma capacidade para julgar, mas a verdade é que existem regras internacionais. E nessas regras internacionais que nós nos situamos, elas são diferentes das regras em que se situam os pilotos nos Estados Unidos.

No nosso caso, todo o piloto, ele, ao ter de viajar, ele obtém uma autorização do seu plano de voo. Esse plano de voo, ele é outorgado e autorizado num determinado aeroporto qualquer. Mas o sistema de acompanhamento do voo não incumbe aquele controlador que apenas ele autoriza o voo, estabelece a disciplina da decolagem, indica que ele deve viajar a uma

determinada altitude e presumidamente essa altitude, é a altitude que é autorizada pela legislação do País em conformidade com a OACI que é a Organização da Aviação Civil Internacional. Então o piloto que dirige o Legacy, ele recebeu um plano de voo que dizia o seguinte “o senhor decola, o senhor vai a altitude de 37 mil pés, quando o senhor chegar a altura de Brasília, na perpendicular de Brasília o senhor desce para 36 mil pés”. Em seguida, a quatrocentos quilômetros de distância, mais ou menos, existe um outro ponto emblemático da Aeronáutica que se chama ao Ponto Teres, e “quando chegar até o Ponto Teres, o senhor deve seguir para uma altitude de 38 mil pés e daí por diante segue a Manaus”. Este piloto recebeu este plano de voo. Houve uma linguagem inadequada do funcionário que é o funcionário de um pequeno aeroporto de São José dos Campos. Que o senhor sobe, decola, vai a 37 mil pés e continua a sua viagem até Manaus. Proa Manaus em 37 mil pés. Mas ele tinha o plano de voo, devia tê-lo no bolso, devia tê-lo ao lado. Antes de chegar em Brasília ele fala com a torre, se eu fui lá ver no CINDACTA, ele fala com a torre e informa que está viajando a 37 mil pés e o controlador diz: Ok. Ele deveria, em Brasília, passar para 36 mil pés e depois quando chegar no Ponto Teres que foi muito antes, bastante antes do local do acidente, ele devia subir para 38 mil pés, era o que está no plano do voo.

Então, eu vi no CINDACTA, eu vi, pessoalmente, no CINDACTA, a torre tentando falar sem conseguir e o radar, o radar geral, não o radar preciso. O radar preciso, hoje, é o que se sinaliza através da operação do transponder. Por quê? Porque nos voos modernos, a movimentação é tão grande que foi necessário criar um tipo de equipamento de alta precisão. Esse equipamento de alta precisão é o transponder. Colado a esse transponder existe um outro equipamento que é a ticaís(F), esse transponder autoriza a torre a dar exatamente a posição correta. No radar, o que nós vimos foi ele a altura de 36 mil pés, antes de Brasília, pouco antes de Brasília.

Então, teoricamente, ele estaria seguinte o plano. Quando ele chegasse a Teres, ele deveria subir para 38 mil pés, já não se conseguia falar com ele, ele próprio já não conseguia falar. 37 mil pés era uma aerovia necessariamente vinda até Brasília, necessariamente, porque só é mão de lá para cá.

Por outro, tinha uma carta geográfica. Hoje essas diferenças, para se descer em Nova Iorque, ou descer em São Paulo mesmo, ou se descer em Frankfurt, o que for, precisa dessas aerovias mais estreitas. Anteriormente se tinha aerovia com 10 mil pés de diferença, hoje são mil pés de diferença. De modo que quando esse pessoal encontra 36 mil pés, a interpretação era

de que estava sendo cumprido o plano de voo e um certo, de se dizer, bom, a preocupação, mas a preocupação dele não era preocupação com o avião da GOL que estava vindo lá de Manaus, na aerovia certa, 37 mínimo pés, ele não arredou os 37 mil pés. Ele sai, atravessa Brasília, ele chega ao Ponto Teres e ele continua no Ponto Teres em 37 mil pés e o transponder sem funcionar. Dir-se-á por que é que a responsabilidade é exclusivamente do controle do Brasil, do controle de terra daqui? Por que esse transponder não estava funcionando? Se o transponder funciona, funciona o ticaís(F) que passa a 20 minutos, dez minutos a sinalizar conflito, colisão, colisão, colisão, e se porventura as coisas se demorem, eles automaticamente gritam joga para a direita e o outro para a esquerda para evitar a colisão, exatamente pelo volume de tráfego aéreo no mundo de hoje. De modo que hoje nós estamos apenas com as informações sobre o problema do controle, mas nem um avião para viajar nessa altura hoje pode viajar sem o transponder, lá em cima.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, será que o Ministro me permitiria uma explicação, qual a lógica de o Legacy estar com o transponder desligado, ou o VHF desligado. Eu realmente desconheço qualquer piloto que possa conscientemente desligar o transponder, o Comandante Bueno sabe, qual a causa de desligar um transponder? Qual a causa de não ter contato VHF a não ser falha no sistema de comunicação. Qualquer piloto está monitorado em rota aérea, Sr. Ministro.

SR. WALDIR PIRES – Está me pedindo um aparte?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Só para concluir o meu aparte, ele tem uma confiança plena e total no acompanhamento do controle. Nós voamos instrumento e desconhecemos inteiramente até as indicações qualquer outra e nem sequer plano de voo. O controle leva até o chão. É uma confiança cega. Cega. Qualquer piloto, eu digo isso porque eu sou piloto, é uma confiança cega. Então não é plano de voo que vai se sobrepor ao controle aéreo.

SR. WALDIR PIRES – V.Ex^a me permite, senhor, para eu concluir? V.Ex^a provavelmente não é piloto para 37 mil metros, provavelmente. V.Ex^a, provavelmente, é um piloto que trabalha abaixo de 9 mil pés, portanto nos voos a diferença é enorme. Porque lá em cima, lá em cima é preciso que essas aerovias, como eles chamam, essas aerovias todas elas estejam predefinidas. No quadro brasileiro, vindo de Manaus para Brasília, não há possibilidade de nenhum avião, nenhum, ser autorizado para ir nos números ímpares, nenhum. Tudo é mão, e para lá o contramão é o número par, sempre, sempre. Está na carta geográfica do

Brasil, está na carta geográfica da O OAF, na Organização Internacional. Eu não acredito que ele tenha desligado, não eu estou dizendo isto, eu estou dizendo que o transponder ficou fora de circuito. O transponder só funcionou dois minutos a três depois do acidente, aí ele liga o transponder e pede para descer em cachimbo, já tinha havido o acidente e pede para descer o Cachimbo e desce em Cachimbo e aí localizado, devidamente localizado. E eles ficaram procurando, são seis, sete, oito chamadas de terra sem conseguir. Sem conseguir. Houve um equívoco do radar, ah, o equívoco do radar geral não tem a precisão do transponder que é uma coisa nova exatamente porque os vôos aéreos se tornaram uma coisa demasiada no mundo contemporâneo. Então, você...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – O Ministro me permite um aparte?

SR. WALDIR PIRES – Deixe-me terminar, em seguida o senhor... De modo que eu não estou fazendo acusação a ninguém, mas estou dizendo por que, não há porque se faça essa presunção de que a coisa é definitivamente uma coisa do controle, do controle brasileiro, não é isto. Pode ser uma coisa decorrente, digamos, de ter ficado numa posição de desligar sem saber, pode ter havido uma posição, digamos assim, de ter ficado *stand-by* e se o transponder de um avião não se comunica o outro, porque o transponder do GOL estava ligado, está na caixa preta, estava ligado o transponder do GOL. Se porventura tivesse ligado o outro, não teria havido acidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ministro Waldir Pires, vamos só dividir aqui uma coisa, só para as hipóteses, vamos admitir que isso nunca vai acontecer, do Hugo Chávez querer invadir o Brasil, ele não vai lhe avisar e o senhor é Ministro da Defesa, ele vem num vôo silencioso, onde é que está o radar brasileiro para detectar isso e tomar providência e detectar com precisão?

SR. WALDIR PIRES – Isso o radar está fazendo isso as dezenas na luta contra o narcotráfico, as dezenas. Eu assino encaminhando ao Presidente da República dezenas de comunicações por semana para o acompanhamento e até para o abate. Felizmente, não houve um abate até hoje, felizmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mais um motivo, Ministro, para que esses dois aviões estivessem sobre o mesmo sistema senão o investimento vultuoso feito no CINDACTA e no SIVAM teria sido à toa.

SR. WALDIR PIRES – Mas isso é em qualquer País do mundo, isso ocorreria em qualquer País do mundo. Se não funcionar o transponder com o ticais(F) isso acontecerá em qualquer País do mundo. Para

você descer em Frankfurt, descer em Paris, descer em Amsterdam, descer em Londres, descer em Nova Iorque, ou faz isso ou realmente...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O transponder na descida é exatamente porque o aparelho usado para a descida exige o contra-sinal do transponder. Eu não fui piloto frustrado Ministro. Aí é outra questão.

SR. WALDIR PIRES – O transponder é a indicação precisa. Aí o sistema no Brasil teria precisamente em que altura ele está.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nós estamos aqui, Senadora Heloísa Helena, comprometendo a qualidade do serviço do SIVAM e do CINDACTA, a precisão. Nós estamos com a informação de que, se verdadeira, joga por terra toda a confiabilidade desse sistema. É preciso que essas coisas sejam feitas com mais cautela, com mais cautela, o Ministro Waldir Pires não tem nenhuma obrigação de tecnicamente saber desse detalhe, alguém lhe passou, mas estão lhe passando informação errada.

SR. WALDIR PIRES – A sua posição é mais ou menos parecida com a minha, então essa sua afirmação não é verdadeira em relação a SIVAM e CINDACTA, não é verdadeira. O radar só é preciso...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Se houvesse perfeição não tinha acontecido esse acidente. O objetivo desse espaçamento aéreo é para isso, Ministro. Para que se gastou, a fortuna que se gastou nesses dois sistemas? E V.Exª disse uma coisa correta, se ele tem capacidade de pegar um teco-teco traficando droga, porque não pega um avião com 154 quilos?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, o radar pega sim.

(tumulto)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Senadora Heloísa Helena revelou...

(tumulto)

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – E há uma identificação precisa. Mas é claro que tinha que o controlador estava sabendo que tinha um vôo naquela rota, ele estava identificado no radar, não tinha apenas a altitude precisa porque o transponder não estava. Mas ele tinha todas as condições de estar avisando, principalmente a outra aeronave, porque ele tinha também um plano de vôo e sabia que ela vinha a 37 mil pés, para poupar 154 vidas.

SR. WALDIR PIRES – Mas Senador, ele tentou, Senador, lá está registrado. Tentou diversas vezes.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Alerar o Boeing, já que não havia identificação do Legacy, ele teria a obrigação de dizer ao Boeing, faça uma atitude evasiva para que não houvesse a possibilidade, são 154 vidas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, exatamente nessa linha, se V.Exª me permite que é a minha dúvida que me aflige até nesse instante. Se havia esse apagão no sistema como já foi colocado aqui pelos Senadores. O Senador César Borges que é piloto, ele diz que e o Comandante Bueno, ele afirmou com a cabeça que há a identificação no radar da existência do aparelho, não sabe o nível exato.

Então, por que então os operadores não avisaram o Boeing de que havia possibilidade deste encontro para que ele desviasse da rota? Por que não foi avisado isso se há esse controle tão seguro? Olha, nós estamos com uma aeronave que não está identificada a altura, então por favor, desvie a sua rota para 40 mil pés, tirar ele na linha de possível encontro com plano de voo de 37 mil. Se havia dúvida, vamos pecar por excesso. E para concluir, V.Exª, na explanação que fez agora pré-julgou, porque você afirmou.

SR. WALDIR PIRES – Eu não pré-julguei porque eu não julgo. Eu dou a minha interpretação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então a sua interpretação, V.Exª colocou que o transponder do Legacy estava desligado porque a caixa preta assim indica e que dois minutos depois ele foi ligado.

SR. WALDIR PIRES – E é verdade, mas isso está na caixa preta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então houve o desligamento.

SR. WALDIR PIRES – Mas isso está na caixa preta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então, por muito mais razão, o controle de voo deveria ter informado a outra aeronave de que ele teria que desviar da rota que ele estava para evitar a perda de 154 vidas.

SR. WALDIR PIRES – Só que o outro estava sendo acompanhado por Manaus.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas estava sem comunicação o Boeing também?

SR. WALDIR PIRES – Se tudo estivesse ótimo, que tudo estivesse ótimo, evidente que não teria havido.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas o Boeing estava sem comunicação também?

SR. WALDIR PIRES – O Boeing não tinha comunicação nenhuma, o Boeing vinha a 37 mil metros, fazendo o voo dele tranquilo de lá para cá.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então, mais uma vez V.Exª está interpretando a responsabilidade do Legacy.

SR. WALDIR PIRES – Eu não estou interpretando a responsabilidade. Eu estou constatando como um dever de constatar para ser leal com os senhores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu só espanto novamente de que a torre não tenha avisado ao Boeing para que ele saísse do nível de 37 face à dificuldade de comunicação com a outra aeronave.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O tema é emocionante, é empolgante, envolve vidas e todos tem o direito e o dever de numa hora como essa querer alguns esclarecimentos, mas eu pediria apenas ordenamento nos debates para que a gente consiga chegar ao final com resultados positivos. Senadora Heloísa Helena.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Só rapidamente, até porque eu ainda preciso que o Dr. Jorge Botelho fale um pouco.

Veja, claro que todos nós aqui estamos querendo de alguma forma auxiliar a identificar o problema para tentar resolvê-lo. Eu com todo o respeito aos meus queridos amigos americanos, eu adoro falar mal de americano, mas não dá para identificar. Isso era preciso ele por em risco ele mesmo, desligar o transponder, dar um voo lá em cima, querer aparecer, adoro falar mal de americano, mas na lógica formal não resolve porque ele poderia estar pondo em risco a ele mesmo. Claro, mas poderia dizer: Mas o transponder do Legacy é diferente não é ao lado ali do piloto, pode ser no painel, portanto ele pode ter desligado errado, a asa do Legacy é mais poderosa do que a asa do Boeing. Pode levantar muitas coisas, mas tem uma coisa objetiva que falhou.

Então, por que falhou? Isso aconteceu. Por isso que eu queria, Jorge Botelho, que você dissesse por que era normal isso sumir um avião porque era impossível eu ver um avião sumir não comunicar o outro avião, olha vai ter um problema, tem um avião que sumiu. Não. Se o transponder estava desligado.

SR. WALDIR PIRES – Ele não sumiu do radar.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Se o transponder estava desligado e o outro não conseguiria identificar, alguém tinha que avisar. É para isso que existe a comunicação, não tem justificativa, não ter Brasília, não ter Manaus, isso é possível, a comunicação existe para isso. Então, algo falhou, isso era normal acontecer, Jorge Botelho? Era normal o procedimento de repente haver um problema ou uma chamada zona cega, algum problema era normal que isso acontecesse para justificar a não comunicação imediata para o GOL? É normal, as condições objetivas de trabalho

de vocês estão perfeitamente em ordem como aqui está sendo colocado ou não? Então, eu queria ouvir o senhor também.

SR. JORGE BOTELHO – Veja bem. Logicamente que essas perguntas são bem pertinentes. Agora, a gente necessitaria ter... Essa transcrição exatamente para ver em que tempo essas coisas aconteceram. As perguntas aqui são bem colocadas, então é o seguinte, fica a dúvida. Essa dúvida, ela só é sanada a partir do momento em que sabe exatamente cada ponto o que aconteceu. Em que momento perdeu-se a comunicação, em que momento perdeu-se o contato radar, em que momento houve a comunicação com o Centro Manaus de que havia uma aeronave em sentido contrário, na rota com falha de comunicações e também se haveria tempo hábil de quando foi feita essa comunicação, de Manaus tomar alguma providência quanto a isso, ou se isso aí não aconteceu justamente naquele interregno de foi passado à instrução para ele chamar Brasília antes que fosse comunicado de que havia um avião em contrário, em sentido contrário, se bem que havia dúvida quanto ao nível e se, nesse momento, não houve tempo entre ele chamar Brasília e receber a instrução para desviar.

Isso aí a gente tem também informações, isso já foi colocado pela imprensa de que há reportes de que naquela área havia problema de comunicação e problemas de radar. Isso os pilotos já cansaram de falar e a gente tem relatos de controladores quanto a isso aí. Então é preciso justamente verificar em que momento isso aconteceu, porque às vezes, na velocidade que eles estavam, 10 segundos ou um minuto pode ser uma coisa, uma eternidade, como também não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu cumpro o meu compromisso com V.Ex^a e dou a minha palavra por um minuto e em seguida Delcídio Amaral, ex-Líder do PT nessa Casa que está com o semblante triste, mas eu queria sugerir um pouquinho de paciência e se sinta aqui nesse recinto como uma ante-sala de avião esperando o seu vôo. Chega, demora mais chega. Deputado Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ) – Eu queria agradecer a sua grande generosidade e dizer que o Senado fez muito bem entrando nesse tema, nós vamos entrar amanhã também. Eu já tive a oportunidade de falar com o Ministro da Defesa e dizer que a última coisa que os políticos podem fazer nesse momento é complicar a situação. Nós queremos exatamente contribuir para descomplicar a situação. Então amanhã nós faremos a nossa audiência, recolheremos todas as sugestões e eu proponho que a gente trabalhe junto com o Senado no que diz respeito ao apoio do Congresso para resolver esse problema. Só

que eu entendo a solução desse problema não apenas a solução do problema dos controladores e não apenas a emergência que nós estamos vivendo. Eu entendo a solução do problema e o esforço coletivo nosso no sentido do Brasil atingir os padrões internacionais necessários.

Já houve uma inspeção da INCAL(F) aqui em 2000, essa inspeção constatou alguns problemas. Depois a OFA voltou, constatou alguns problemas. Em 2003, houve uma nova inspeção da INCAL(F), houve também 27 irregularidades constatadas e seria o momento agora em 2008 da gente chegar ao stander internacional indiscutível, e para isso eu queria contribuir, eu acho que a Câmara e o Senado podem contribuir também. Sem definir caminhos antes, mas nós queremos estar nesse objetivo. Até 2008 vamos chegar de uma forma indiscutível aos padrões internacionais? Vamos então essa é a nossa disposição.

SR. MILTON ZUANAZZI – Eu posso dar um aparte colaborativo aqui, Presidente? Posso, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Para prestar um esclarecimento Dr. Zuanazzi.

SR. MILTON ZUANAZZI – No sentido de colaborar mesmo, porque eu vejo nos depoimentos todo mundo tendo razão e há conjuntos de razões, eu estou, desde este acidente, 28 de outubro, 24 horas a nossa equipe da ANAC participa dessa investigação, então a primeira coisa que eu queria dizer, que me parece fundamental, é que nós aguardemos o final dessa investigação, ela vai apurar isso, é fundamental que isso se dê.

Segundo, que o Deputado Gabeira antecipou o que eu ia colocar. As normas internacionais, hoje, nós vivemos num mundo muito dispare, operação por radar são poucos Países que tem controle absoluto do seu espaço aéreo, Brasil um deles recentemente. Imagina o que é a aviação na África, os mesmos Países da América da Sul. Nós temos um nível de disparidade muito grande. O Brasil tem sido até, politicamente, o País que faz esse anteparo entre uma evolução e até uma exigência quase que acima de todos os limites especialmente feitos pelos Estados Unidos e com o acompanhamento dos demais Países nos aspectos tecnológicos fundamentais. Por isso que o Senador César Borges tem razão, mas o Ministro Waldir também, há uma regra básica, porque eu posso estar voando numa aerovia americana, mas posso estar voando numa não aerovia africana e eu posso estar com uma operação de radar sob controle, posso estar absolutamente desaparecido sem ninguém saber que eu existo. Nessa hora fica valendo plano de vôo para qualquer piloto, quando ele perde todos os contatos, ele tem que seguir aquilo que estava determinado. É

aquilo que lhe dá a segurança. A questão de avisar ou não o avião que vem, imagina agora entre Brasília e São Paulo quais vôos estão ocorrendo nessas aerovias, dezenas. Eu não estou falando só de aviões comerciais, tem aviões gerais, táxi aéreo, enfim. Evidentemente que todo mundo tem que estar dentro de um determinado nível, voando num determinado nível, naquilo que é predeterminado. E se todos estiverem com os transponders ligados o operador sabe exatamente se ele está na altitude correta ou não.

Então, na verdade, a investigação vai nos dizer isso com absoluta precisão. Ela já fez, inclusive um relatório preliminar, lançou esse final de semana, pode demorar, uma investigação, às vezes, é lenta, proporcionalmente para chegar à conclusão cabal. Então eu queria deixar esse depoimento porque eu acho que é importante, eu sinto a angústia dos Senadores que é a angústia de todo mundo, mas tenho certeza que os nossos investigadores vão fazer esse resultado da opinião pública brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E agradeço a participação do Dr. Zuanazzi e compreendo, ele não é do ramo, ele não acrescentou nada a questão. Há de convir o seguinte, se o transponder tiver desligado avisar que com o transponder ligado não é avisado, não é isso. E ele sabe muito bem que não é isso. Agora o que nós não podemos santanizar ninguém, nem piloto A, piloto B, nem tampouco controlador. Não é verdade, é aguardar a investigação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, pela ordem, eu queria discordar de V.Ex^a, o Dr. Zuanazzi acrescentou sim, ele nos orienta que não podemos voar sobre a África e sobre alguns Países aqui da América do Sul e eu gostaria de saber quais são os Países que não tem o controle do seu território por radar.

SR. MILTON ZUANAZZI – Presidente, aliás podemos voar no Brasil, como se voou sem radar há muitos anos, não é o problema do radar. O radar é porque são tecnologias modernas em função do excesso de tráfego. Não, tem segurança sim. Por rádio, por comunicação. Absoluta segurança.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria fazer um apelo aos companheiros, sei que esse tema é um tema fantástico, eu proponho até numa segunda etapa a gente promover um curso de navegação aérea, não tem nenhum problema, a Comissão de Infra-Estrutura procura, agora no momento nós temos que avançar, temos outras atividades no Plenário, inclusive com votação e eu quero passar a palavra aqui ao triste e macabúzio Senador Delcídio Amaral.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO) – Não, eu não sou o próximo escrito aí não, Presidente? Eu permutei com a Senadora Ideli, ela estava em seguida.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Não, se permutou com a Senadora Ideli está para trás.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO) – Ideli, não. Senadora Ideli, não. Senadora...

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Ideli.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a permutou com a Senadora Heloísa Helena...

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO) – Heloísa Helena.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – ...e foi para o 24º da fila.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Muito bem colocado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – ...Que era exatamente a ordem. É não, brincadeira, Senador. V.Ex^a... V.Ex^a é logo após o Senador aqui na ordem.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Sr. Presidente, demais autoridades presentes, Parlamentares. Senador Heráclito, eu gostaria de fazer uma... Eu acho que nós, nesses últimos anos, nesses últimos três ou quatro anos, a aviação comercial ela passa por um período, passou por períodos difíceis, eu acho que vários oradores aqui falaram sobre o 11 de dezembro, falaram sobre as dificuldades que a aviação comercial enfrentou, principalmente ao longo de 2003, como disse o Dr. Bologna, exigiu quase que uma lição de casa de cada companhia no sentido de corrigir seus rumos. Nós tivemos a crise da VARIG também, uma crise que se estendeu por muito tempo e uma crise também, que como existiam muitas indefinições de caráter jurídico, as outras companhias estavam impossibilitadas de fazer frente ao mercado que se apresentava em função dessas dúvidas de caráter jurídico. E nós tivemos também, nesses últimos quatro, cinco anos, a criação da ANAC, Agência Nacional de Aviação Civil, quer dizer, segregando aquilo que pertencia ao antigo DAC para essa nova agência.

Isso fazia parte de um acordo, inclusive, passado com autoridades americanas, a criação da ANAC era uma questão estratégica, inclusive para o País. Ela passa não só pela administração de vôos, pela fiscalização, pela regulação, mas também por outras atividades como recheques de pilotos e como homologação de aeronaves construídas no Brasil. Nós somos um dos poucos Países que podemos homologar aeronaves. Isso é muito importante em função de um

mercado que se apresente especialmente para a indústria Aeronáutica brasileira. Mas a realidade é que nós enfrentamos muitas dificuldades ao longo desses anos, muitas mudanças, muito problemas. E no meu ponto de vista esses problemas de uma quase adaptação das companhias aéreas, de um programa acentuado de investimentos, principalmente na infra-estrutura aeroportuária, no momento de passagem de bastão do antigo DAC para a Agência Nacional de Aviação Civil, nós tivemos num período longo de transição, ao longo desses quatro, cinco anos, inegavelmente sobre todos os aspectos. E houve, infelizmente, esse acidente com a GOL e com o Legacy que precipitou uma série de questionamentos que já vinham, já caminhavam há um bom tempo. Eu não tenho dúvida nenhuma que esse acidente da GOL foi a precipitação de outras coisas ou outras questões que ainda não... Que vinham sendo supostamente administradas. Entendo, e os Senadores que me antecederam perguntaram se esse não teria sido o divisor de águas na questão dos controladores. Na minha pouca percepção, ou naquilo que eu pude me informar a respeito, evidentemente foi um divisor de águas, porque havia uma operação por parte dos controladores de voo, se havia sobrecarga ou não, esses fatos pretéritos indicavam que sim, que sim, a despeito de posicionamentos contrários, eu não vou entrar aqui também, senão vai virar um debate, uma discussão de quem fala a verdade, quem mente, e eu não estou aqui para isso, mas a realidade é que existiam dificuldades com relação aos controladores. Existia, já anteriormente, eu posso dizer isso porque eu fui Relator da Agência Nacional de Aviação Civil aqui no Senado, tive a oportunidade de conversar com todo o setor aéreo, com o militar, com o civil, com linhas aéreas regulares, não regulares. Eu conversei com sindicatos, eu conversei com muitas pessoas, e efetivamente existia esse problema. Mas administrado com a competência que o preparo que os controladores de voos brasileiros efetivamente têm e que corresponderam a essa importância, a essa respeitabilidade que principalmente o Brasil tem no controle do seu espaço aéreo, seja civil, seja militar.

Aqui foi dito, não sei por quem, mas é importante, eu aprendi com a Aeronáutica, as aeronaves que vem de fora, o espaço, os controladores brasileiros comandam inclusive o pouso dessas aeronaves e o tráfego dessas aeronaves nos Países vizinhos, como a Argentina, Chile e assim por diante.

Portanto, nós realmente conseguimos consolidar no tempo do DAC, é importante deixar bem claro isso, o trabalho que o DAC e que a Aeronáutica fez ao longo de todo esse período, mas nós conquistamos excelência, principalmente no controle aéreo.

Agora, essas dificuldades, efetivamente, já vinham acontecendo. E eu, no papel de um controlador de voo, eu também ficaria muito preocupado depois da ocorrência. Primeiro, e aí é a leitura, é a leitura de alguém que simplesmente acompanha os fatos, mas esse acidente da GOL, ele precipitou uma série de questões e mais, o próprio acidente colocou a Aeronáutica em algumas situações de absoluto constrangimento. Em qualquer lugar do mundo uma investigação dessa tem que ser conduzida com o sigilo que é o que a Aeronáutica procurou fazer, e o que aconteceu é que todo mundo dava palpite na investigação. Até eventualmente algumas situações responsabilizando. Era ora controlador de voo, era ora ou suspeitava-se na ocasião que seriam os controladores de voo, mas incisivamente que os pilotos do Legacy seriam os responsáveis, única e exclusivamente. Só que um acidente nesse nível é uma sequência de fatos equivocados, nenhum acidente tem uma causa específica, isso em qualquer ramo de atividade. Eu venho da área de energia, qualquer acidente na área de energia, os senhores podem ter certeza que não é originário de um só fator. É uma sequência de equívocos de falhas, não falhas intencionais, mas que a realidade dita.

Então, esse acidente da GOL, ele realmente precipitou, trouxe à baila questões que de certa maneira vinham sendo mitigadas, e os controladores de voos, naturalmente, numa questão defensiva, como diz, eles começam a trabalhar no *by the book*, ou seja, o que está escrito, sem desviar uma vírgula daquilo que efetivamente determinam as normas. E foi o que aconteceu, o espaço de 10 minutos, os 14 aviões na tela e com as dificuldades que naturalmente ocorreram fruto desse acidente.

Então, eu acho que nós precisamos analisar isso com a gravidade que tudo isso teve, nós precisamos tirar lições e uma delas é a questão dos controladores de voo. Se vão ser militares, se vão ser civis, eu acho que isso o tempo vai dizer o que é mais conveniente, mas eu quero registrar aqui que os militares fizeram um grande trabalho no controle de voo, pelo menos em tudo aquilo, em todo o histórico que eu levantei ao longo desses anos todos. Não estou aqui, não vim aqui defender nem A, nem B, eu estou simplesmente colocando algumas constatações daquilo que eu percebi ao longo desse grave acidente e as consequências que vieram.

Então, os controladores efetivamente representaram um problema hoje. Eles que deveriam ser solução, existem dificuldades. Eu, depois, queria até saber, isso é uma curiosidade minha, se dos controladores de voo, se exige proficiência em inglês. Eu procurei saber, inclusive, nesse concurso público, se exigia proficiência em

inglês, isso é muito importante. Eu tenho informações, inclusive, evidente, podem não ser reais, que parte da orientação dada para que os pilotos do Legacy descessem na Serra do Cachimbo foi feito por uma outra aeronave que estava próxima, por um Comandante de uma outra aeronave que estava próxima, que vinha há 20 minutos atrás. E que fez a interface com os pilotos americanos com a Serra do Cachimbo para que ele pousasse. Então a questão da proficiência em inglês também é importante, no caso era uma base militar, mas qual é o comportamento dos controladores e o nível de exigência com relação à proficiência no idioma, pelo menos no inglês.

Então, eu acho que essa é uma questão que nós vamos ter que discutir, é um problema grave, é um problema sério, porque as informações que eu tenho é que não existe em determinados casos, não existem essa proficiência ou nem todos tem essa facilidade nos contatos com as aeronaves. E uma coisa também que eu também gostaria de destacar, foi feito uma exposição bem ampla sobre o controle aéreo, sobre o CINDACTA-1, sobre CINDACTA-2 em Curitiba, ou III em Recife, o IV em Manaus, mas conversando com pilotos, pilotos vários, pilotos civis, pilotos de empresas aéreas, pilotos de aviação executiva, eles constam com absoluta serenidade que em determinados períodos do dia essa comunicação não é tão tranqüila como se apregoa. Isso é generalizado. Eu tive, inclusive, a curiosidade de perguntar para alguns pilotos de companhias aéreas que me disseram isso, e um piloto é um homem responsável e ele também sabe administrar esses problemas transitórios que podem vir a acontecer.

Então, eu acho que... Tudo isso que ocorreu efetivamente é uma consequência de um setor que vinha num processo de transição institucional, num processo de transição conforme as variáveis de mercado, conforme a realidade das companhias aéreas, conforme a criação de outros órgãos que estavam surgindo, até por outros acordos que foram feitos, mas isso é absolutamente necessário que nós tenhamos condições em função dos tristes acontecimentos de encontrar uma saída para esse impasse.

Portanto, eu acho que aquilo que ocorreu, demonstra nitidamente, e eu vou entrar sim, vou falar de uma maneira muito resumida até pelo adiantado da hora, é uma questão de gestão, gestão de recursos humanos, gestão tecnológica, e porque não dizer também, porque existem organizações que estão novas no Setor Aeronáutico Brasileiro até de um ajuste claro, de uma integração clara entre os vários órgãos que atuam na Aeronáutica civil. Eu acho que esse exemplo ficou claro, a questão da gestão, a questão da tecnologia

e a questão da interface entre os vários órgãos que compõem hoje a aviação civil.

Eu, pessoalmente, vi em algumas situações posicionamentos que me levavam pessoalmente a confundir o que era atribuição de cada um. Entendo que isso pode ter acontecido até pelo afã de se acertar e pelo sentimento da crise que se enfrentava, mas eu vejo com muitas preocupações o caminhar dessas questões, principalmente no que se refere a controle de voo, com todo o otimismo aqui demonstrado. Não só na formação de profissionais, no prazo que é necessário, mesmos aqueles que têm experiências, já estavam aposentados, mas a tecnologia Aeronáutica avança, ela é muito rápida, eletrônica, ela quase que corre, ela muda em tempo real, o que seria moderno hoje daqui a seis meses não é mais.

Então, não é uma questão somente de substituir pessoas, mas adequar essas pessoas a tecnologias que está sendo disponibilizada, ou tecnologia que está sendo revitalizada. Então, eu vejo com muita preocupação o andamento dessa questão. Agora, como consequência de tudo que foi falado anteriormente, mas acima de tudo, nos aeroportos, e vejo com preocupação também, vejo, como disse o Brigadeiro Bueno, a preocupação com a segurança absoluta, absoluta. Mesmo que se castigue a questão do tempo que é o que está acontecendo. Mas eu vejo com muitas preocupações também, além das ações que eu entendo que foi colocado aqui em 60 dias, eu acredito que vão vir propostas na área tecnológica, vão vir propostas na área de gestão pessoal, na política de salários. Nós temos, grande parte de controladores de voo militares que eu não tenho dúvida, eles são Sargentos, ele tem que seguir aquilo que determina as forças, mas talvez encontrar uma saída, uma gratificação de função, alguma coisa assemelhada que faça alguma compensação com relação a remuneração até para que se atravessasse esse período mais complexo, que eu volto a dizer, não acredito que tão rapidamente nós venhamos a ter um controle total da situação.

E para concluir, eu queria fazer uma pergunta ao Ministro Waldir Pires e fazer uma pergunta também ao Brigadeiro Bueno, mas, manifestar a minha preocupação com as companhias aéreas. As companhias aéreas têm sofrido muito porque tem sofrido o desgaste desses problemas. Foi dito aqui que a eficiência principalmente nos horários de vôos chega a 96%, porque é natural em função de manutenção, em função de condições meteorológicas atrasos, mas esse 96% é um número extremamente bom, mas o que me preocupa é a situação das companhias aéreas também, porque bastam pesquisar não tanto rigor as companhias estão sofrendo perdas, perdas porque já houve

redução em rotas turísticas acentuadas, isso testemunhada pelos próprios tripulantes das companhias aéreas, muitos turistas estão avaliando se vem ao Brasil ou não, porque ficam preocupados com o tempo que vão levar nos aeroportos, inclusive o turismo interno, inclusive o turista interno e os gastos que as companhias estão tendo.

Agora, recentemente por uma curiosidade minha, o avião já com as portas fechadas recebeu autorização do *push back*, começou a taxiar, quando ele estava na fila para decolagem, ele recebeu uma orientação que deveria retornar, e a opção era do Comandante, o Comandante voltou, parou no *finger* de novo, o *finger* encostou, ele abriu a porta e veio a autorização para ele decolar de novo. A situação que nós estamos vivendo sem falar em situação onde a aeronave está com passageiros e fica uma hora no chão esperando o “Ok” para começar o táxi. Só que para uma aeronave ficar parada, ele está com turbina auxiliar funcionando, ela está com o sistema de ar-condicionado funcionando, ela está com o sistema de iluminação funcionando, ela está com os controles funcionando, quanto custa isso? 10, 15, 20% dos custos das companhias aéreas?

Então, na minha leitura é uma questão importantíssima também que nós temos que avaliar e nós estamos chegando perto do Natal, do ano novo e das férias.

Portanto, eu entendo até as dificuldades, eu acho que foi um somatório de problemas e dentro de um setor que estava passando por crises sistemáticas que todos nós aqui sabemos ou por adequações institucionais importantes para o seu bom funcionamento, mas nós fomos surpreendidos por esse acidente. E eu espero, conhecendo a competência, principalmente das várias autoridades presentes, eu espero que rapidamente nós encontremos, ou venhamos a encontrar uma solução adequada para essas dificuldades que estamos enfrentando que, infelizmente, na minha leitura não é imediata. Apesar de todos os esforços dedicados até em função da complexidade do problema e uma questão que precisa mais do que nunca serenidade, precisa mais do que nunca diálogo, e acima de tudo o compromisso com a segurança que é o fator fundamental para trazer tranquilidade a todos nós brasileiros, brasileiras, turistas estrangeiros que vêm visitar o nosso País. Muito obrigado, Sr. Presidente, eu não queria fazer nenhuma pergunta, mas só queria manifestar as minhas preocupações em função desse quadro todo, em função de informações que eu, ao longo desse período aí, consegui receber de pessoas que atuam nesse setor que é fundamental, um setor de importância absoluta para o País.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Agradeço ao nobre Senador Delcídio Amaral e pergunto aos convidados se teriam alguma observação a fazer a explanação. Sr. Botelho, por favor.

SR. JORGE BOTELHO – Gostaria de falar para o Senador Delcídio que realmente essas palavras, a sua análise foi bem colocada na questão do controle de tráfego aéreo. E a sua observação quanto a proficiência da língua inglesa eu quero lhe informar que realmente há essa deficiência aí de muitos anos. Primeiro porque não há obrigatoriedade da proficiência da língua inglesa quando você faz o concurso, é requerido um nível mínimo. Mesmo porque se oferecer, se tivesse essa obrigatoriedade dessa proficiência teria que haver a oferta de um salário melhor e o que é oferecido realmente não vai atrair.

Bom, eu longo eu trabalhei como controlador de tráfego aéreo durante 26 anos. Nesses 26 anos, uma das grandes reivindicações, a principal reivindicação que eu fiz como diretor, foi justamente nessa questão da língua inglesa. Nós requeremos, nós sempre pedimos que haja uma disponibilidade de curso de inglês para os controladores porque tínhamos essa dificuldade.

Hoje, o sistema continua da mesma maneira, nós temos agora, em março de 2008, temos que cumprir uma exigência da OACI que é a Organização de Aviação Civil Internacional no sentido de que os controladores, o pessoal de tráfego aéreo tenha pelo menos o nível quatro e está difícil de se alcançar isso aí. Agora, ao longo desses 26 anos, eu vi várias vezes curso de inglês começar e daqui seis meses terminar. Começa um curso hoje e termina e começa, briga de novo, “mas nós precisamos do curso de inglês”. Aí dois anos depois começa de novo, aí monta um curso aqui, começa e daqui seis meses termina. Você pode perguntar a qualquer controlador antigo que ele vai dizer que a história é a mesma. Tem vários lá que estão lá assistindo que vão confirmar essa história, por várias vezes. Isso aí desestimulou. Depois da primeira, segunda, terceira, quarta tentativa, aí ninguém mais estava interessado. “Olha, eu vou começar um curso de inglês para daqui a um mês terminar...”. Isso já vem de longos anos, e temos, então, essa demanda para resolver com relação a 2008 que já estamos aí em cima do prazo e eu não sei se vamos conseguir alcançar um bom nível, esse nível quatro que está sendo exigido pela Organização Internacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Presidente, eu só... Não querendo, eu estou preocupado com o tempo, porque existem outros oradores também, eu queria só fazer uma pergunta ao Ministro Waldir Pires

se há algum desenho de uma estrutura específica que vai agregar ao setor aeronáutico esses controladores de voo, se já existe alguma posição, porque nós lemos em vários jornais, a imprensa divulga que se estaria estudando uma outra alternativa para congregar esses controladores, resolver a questão da remuneração em função da remuneração dos Sargentos especificamente da Aeronáutica, e se realmente a intenção é se criar alguma instituição que venha a assumir esse papel ou alguma instituição que venha buscar essa alternativa de terem única e exclusivamente controladores civis e não esse sistema híbrido que existe hoje, ou controladores militares.

SR. WALDIR PIRES – Como nós já anteriormente dissemos, Senador, nós instalamos um grupo de trabalho com a presença dos representantes da Aeronáutica, do Comandante da Aeronáutica, dos seus representantes, do Presidente da ANAC, da INFRAERO, dos controladores, dos representantes das empresas, dos aeronautas. Demos um prazo de 60 dias para nós trabalharmos intensamente, verificarmos se nós chegaríamos num consenso sobre essas coisas, como serão, se será dessa forma, ou daquela forma, provavelmente elas vão necessitar que sejam de soluções de Governo e do Parlamento provavelmente, de forma que eu não teria condições de antecipar, não há propriamente uma posição adotada. O grupo de trabalho foi instalado com plena liberdade de elaboração e de reflexão. O que nós queremos é rapidez para termos isto. Uma rápida tranquilidade numa solução muito breve.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro e demais autoridades que comparecem a essa audiência. Ouvi atentamente as diversas exposições aqui expendidas pelas autoridades e pelos Senadores, que me antecederam e verificamos que a ocupação do espaço aéreo tende a aumentar, a crescer a demanda do uso do espaço aéreo, e eu ouvi de um piloto, há poucos dias, e ouvi de outro hoje, Senador César Borges, dizendo que nos céus mesmo que esteja cristalinamente claro, aliás, Céu de Brigadeiro como usa mencionar, o piloto fica nas mãos do controlador. Não é possível, por mais que exista um sistema de equipamentos modernos, sofisticados que lhe dão a posição, a altitude, à rota, mas não lhes permite dizer quem são os seus vizinhos, quem é que compartilha com ele o espaço aéreo, mesmo no sentido contrário, ou mesmo no mesmo sentido em que ele vai se dirigindo.

E nós lemos recentemente do relatório preliminar desse voo que provocou esse trágico acidente que afirma ter ocorrido falha na comunicação, ou seja, na comunicação entre o controlador, em quem o piloto deposita toda a sua confiança e o piloto da aeronave. Houve falha na comunicação. E eu gostaria de saber e eu faria essa pergunta, então, endereçada ao eminente Brigadeiro Bueno já que o País investiu muito em equipamentos e num sistema exatamente de comunicação para cobrir todo o espaço aéreo brasileiro para que não existisse um buraco negro no espaço aéreo brasileiro em termos de comunicação, eu gostaria de saber se essa falha, é uma falha eventual ou se são falhas permanentes de comunicação que existe entre as aeronaves e os sistemas de controle no Brasil. Se essas falhas podem ocorrer por deficiência do equipamento, por estresse, cansaço ou negligência do controlador. E quais são os serviços de radar oferecido pelo serviço de controle e como são prestados esses serviços. Eu teria mais outras perguntas, mas se me permitir, Presidente, eu parcelaria para facilitar a compreensão das respostas.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, muito obrigado pela pergunta, ela é interessante, eu tinha, havia falado um pouco a respeito antes. Realmente, quando nós sabemos que houve a falha de comunicação por esse relatório preliminar, eu imediatamente mandei uma ordem para o Departamento de Controle do Espaço Aéreo, porque nós temos um esquadrão que faz a verificação não só da parte de radar, como da parte de comunicação para que fosse feita a experiência em todo o Brasil, não só na rota em que esse avião estava voando.

Quero também dizer ao senhor que no dia, após o ocidente, o acidente ocorreu numa sexta-feira, no sábado, um avião do GEIV já fez o voo simulando o voo que estariam os dois aviões fazendo e não foi detectada nenhuma falha nessa parte. Essa falha pode ter sido por dois motivos, primeiro: por uma troca de frequência errônea, ter colocado uma frequência que não era do setor, porque nós temos os VHF's que nós chamamos de VHF estendidos que eles vão a uma distância bem grande daquele ponto inicial e quando ele, por exemplo, ele vem falando numa frequência até Brasília, quando ele passa por cima de Brasília e pega outro setor ele muda a frequência, ele deveria ter mudado a frequência, o senhor está entendendo? E nós não conseguimos detectar até o porquê. Por quê? Depois da batida o Legacy voltou a falar. Eu só quero pedir aqui, eu não procurei saber sobre a investigação. Porque a investigação, ela tem que ser realizada sem nenhuma pressão, sem nenhum conhecimento, ela deve ser preservada. E nós só vamos poder dizer

e isso vai ser aberto quando chegar ao final também e deverá haver, eu acredito que nova apresentação durante o desenrolar dessa investigação. E no final ela vai concluir exatamente o porquê que aconteceu.

Então, para nós, não houve falha dos equipamentos. Posso... Eu prefiro não fazer nenhuma conjectura, podia dizer que alguém abaixou o rádio, alguma coisa, piloto, o senhor sabe, não abaixa rádio, pelo contrário, ele sempre até aumenta mais o volume, se ele tiver distraído para chamar a atenção.

Então, Senador, eu não acredito que houvesse negligência, mas acredito porque havia, segundo informações que a gente teve, eu tive pela imprensa, não sendo dos autos do processo de investigação de que haveria necessidade de trocar os equipamentos de transponder. Porque esse modelo não seria mais autorizado por motivos dele se desligar automaticamente.

Então, Senador, a gente, realmente, só depois da conclusão é que nós vamos ter. Agora por que nós fizemos isso? Porque se a gente sabe que se alguma coisa pode ter falhado, a gente tem que sair em busca dessa coisa que tenha falhado. Então nós não temos notícias de buracos negros nas nossas rotas e não temos notícia de que durante esse voo, ele estivesse em pane o equipamento, tanto que é logo depois ele veio a funcionar.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – E sobre o serviço de radar, quais são os serviços de radar oferecidos pelo centro de controle?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Completo, ele tem um serviço completo, ele tem a cobertura completa daqui a Manaus, como o senhor viu, ele tem um serviço completo. Ele estava sendo avistado pelo radar.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Vai perpassando por diversos equipamentos instalados?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Vai passando num radar, automaticamente o radar na frente estava vendo, o Senador também sabe disso, o avião, ele, como ele não estava com o transponder ligado, ele não tem exatamente a altitude, não é marcado, vamos dizer 36 mil pés, ele não fica marcando 36 mil pés, ou 37 mil pés, ele fica oscilando. Vai a 36, vai a 35, vai a 34, vai a 38 e quero crer que o controlador o estava vendo a 36 mil pés, isso eu quero crer. Eu acredito nisso. Que ele, de maneira alguma, um controlador iria dizer que o avião estava a 36 mil pés se ele não estivesse passando.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Se estivesse fora da altitude recomendado ela certamente...

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Ele deve ter se convencido, ele se convenceu que estaria a 36, na minha opinião, o senhor está entendendo? Agora, isso é opinião. Eu não vi a investigação. A investigação vai chegar exatamente no ponto o que ocorreu. Isso tudo está gravado, agora, a gravação, ela é consequência, o resultado é consequência de uma série de comparações. A que distância estava? A outra distância que ele estava, o senhor está entendendo? O radar da Amazônia, o Centro da Amazônia já tinha adquirido o avião, já estava acompanhando também, o senhor está entendendo? Eu acredito que um controlador passou para o outro que estaria passando para outro de Manaus, são aquelas pedras, nós chamamos de dominó, pedras de dominó, consequência de uma série de casualidades, vamos dizer assim, que aconteceram.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Uma outra questão, Comandante, a cerca de um ano, ou pouco mais de um ano, a Aeronáutica solicitou autorização do Ministério do Planejamento para realizar concurso para admitir controladores. E se solicitou é porque entendia que o número, se era suficiente com o crescimento teria uma demanda maior ou já estava sentindo a necessidade de suprimento de controladores no sistema existente. Por que não foi realizado o concurso?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Isso eu explico para o senhor. Porque em 2002, nós começamos com a previsão, com o planejamento, olhando, nós em 2002 começamos a formar 30% de controladores a mais na escola. Porque vislumbrávamos uma necessidade de controladores. Houve uma redução em 2001 com o acidente de 11 de novembro, houve uma redução muito grande, de tráfego aéreo, em todo o mundo, inclusive no Brasil houve a situação. E a quantidade que nós estávamos formando, ela era suficiente para atender o que estava previsto, o senhor está entendendo? Porque quando nós matriculando, por exemplo, nós estamos matriculando agora, agora em janeiro para sair daqui a dois anos. Nós aproveitamos agora essa oferta, abertura do MPOG no Ministério do Planejamento e pedimos para retornar, por quê? Porque agora nós estamos vendo, nós começamos a ver que o tráfego aéreo está muito superior àquilo que estava sendo estimado, o senhor está entendendo? Inclusive, nós estamos com um planejamento de formarmos maior quantidade do que estava previsto há dois anos atrás. Estava previsto, estamos formando 80, passamos para 90, já estamos com o planejamento de 120.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Nós não estamos enfrentando uma dificuldade de profissionais, agora?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Exatamente.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Está faltando.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, nós não iríamos formar profissionais se não houvesse necessidade. Dar emprego desnecessário é uma carga que para a gente, no mínimo 35 anos, quem a gente emprega agora, se a gente emprega a mais vai sobrecarregar no futuro. Por esse motivo que nós não fizemos o concurso no final do ano passado que não teria influência agora. Se nós tivéssemos feito o concurso no ano passado, nós já estaríamos com esse pessoal...

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Presidente, muito barulho.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Nós estaríamos com esse pessoal começando a sair da escola, possivelmente saindo agora em outubro, novembro, que a gente ainda teria gasto, ainda dois anos, porque apesar da gente achar que o controlador nosso é mal formado e muitas vezes alguns falam isso, que eu já ouvi controlador dizer que eles são mal formados, eles levam dois anos na escola e mais um ano de aperfeiçoamento e às vezes mais. E nós não abrimos mão, eu vou dizer ao senhor novamente, da qualidade do nosso controlador, nós temos muito orgulho dos nossos controladores.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Perfeitamente. Comandante, ainda mais uma pergunta para o senhor aqui. Nos últimos os órgãos de controle de voo europeu e americano sugeriram a adoção de uma redução das distâncias entre as aerovias, é a separação vertical mínima reduzida.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Exatamente, nós temos hoje...

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – De dois mil para mil pés.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Exatamente.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – E o Brasil passou a adotar essa prática já no ano passado.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Todo mundo passou a adotar essa prática. Isso aí foi mundial.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – O Brasil fez a preparação adequada.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senão não pode voar.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Com os nossos controladores com a capacitação adequada para essa aproximação das aerovias.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Exatamente. E vou dizer ao senhor, os aviões foram adaptados para que os nossos instrumentos indicassem acuradamente as suas altitudes. Um avião normalmente fica em torno de 500 mil dólares para o senhor fazer essa adaptação, porque senão ele tem que voar abaixo do nível 290. 290 são 29 mil pés.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Ele é visual. Esses 290.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Não, é instrumento também, só porque o altímetro, a proporção que o senhor sobe, o altímetro comum, ele começa a dar uma defasagem de correção de altitude, mas esses especiais, eles dão exatamente a altitude que está o aviação. Isso é apurado de modo quem está a 33, 34, 35, o espaço aéreo praticamente duplicou.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Perfeitamente. E por último eu gostaria, Presidente, de fazer ainda ao Brigadeiro Bueno, duas questões que angustiam familiares das vítimas que tem acompanhado o desenrolar desse processo, que tem enfrentado muitas dificuldades. A Srª Margarida Araújo, ela afirma que segundo a sua assertiva, nós temos um espaço aéreo extremamente seguro, ela se diz confiante e que precisa sentir confiante com a segurança do controle do espaço aéreo brasileiro. E quanto à apuração dos fatos, ela pede transparência na divulgação dos resultados, os relatórios dos resultados das investigações, elas sejam comunicados aos familiares das vítimas.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Eu posso garantir ao senhor que o relatório preliminar foi primeiro apresentado aos parentes, os representantes dos parentes das vítimas, depois é que nós fizemos a reunião com a imprensa. Quando nós constatamos a queda do avião, eu acho que o senhor está lembrado disso, uma das questões que eu fiz, foi de levar, a primeira coisa que eu fiz, na segunda-feira, foi levar os aparentes das vítimas até o local do acidente, oito representante foram até lá. Para não ocupar espaço, eu não fui, eu fui à outra oportunidade com o nosso Ministro, para vermos lá. A primeira atenção que demos foi os aparentes das vítimas. E eles, todo dia nós instalamos um gabinete de crise que todo dia eles recebiam duas vezes por dia, uma parte da manhã e uma parte da tarde, o *briefing* do representante nosso o que é que estava ocorrendo. Quantos corpos nós tínhamos achados e toda a assistência foi prestada, Senador.

Então, nós em momento algum descuidamos... Agora para nós encerrarmos a busca, nós levamos a família do engenheiro Paixão lá para ver, mostrar a eles que a gente não tinha nenhuma oportunidade mais, já tinha se esgotado tudo e eles concordaram conosco a

esse respeito, porque nós sempre pensamos que poderíamos ou estar lá ou ter um parente nosso nisso.

Então, de maneira que em momento algum, nós deixamos de prestar assistência.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – A última colocação, Brigadeiro, foi-nos enviada pela Srª. Denise Magalhães que também é parente de uma das vítimas do acidente da GOL. Ela fala a respeito dos pertences das vítimas, quando é que será entregue os pertences das vítimas aos familiares?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Eu tenho o Brigadeiro Teles Ribeiro que ele pode responder ao senhor porque que ele tem acompanhamento, o meu homem da comunicação social, os pertences das vítimas, Teles, como é que nós temos feito?

SR. TÉLES RIBEIRO: Os pertences, eles são catalogados, estão guardados decisão judicial ou para ser entregue a GOL ou a quem definido pela justiça. E temos mantido os familiares informados a esse respeito.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Quer dizer, serão entregues depois de decisões judicial.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Depois da decisão judicial que mandaram aguardar, então a gente tem... Só depois.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Eu agradeço as informações prestadas. Presidente, eu fico satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Agradeço ao nobre Senador Leomar Quintanilha e passo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Muito obrigado Sr. Presidente, eu quero saudar as autoridades aqui presentes, Sr. Marcos Bologna do setor privado. Sr. Presidente, Srs. Senadores, a imprensa que aqui se encontra, ao se olhar de hoje, você tem uma nova perspectiva, mas os acontecimentos, nós temos que fazer uma retrospectiva, toda essa crise nós estamos aqui porque houve um acidente aéreo, lamentavelmente com a perda de 150 vidas humanas e que traz um quadro indesejável, não digo sombrio mas indesejável para o País e para a aviação civil nacional que passa por um crescimento, felizmente, acentuado e que é queremos que cresça mais, afinal de contas um País com a população do Brasil e suas dimensões continental tem que ter o transporte aéreo como um transporte de massa e acredito que as companhias aéreas estejam olhando por esse enfoque de tal forma que está ficando acessível a boa parte da população o preço das passagens aéreas.

Entretanto, olhando de hoje, verificamos que a crise nasceu porque havia uma situação de instabilidade, de equilíbrio nessa segurança do voo, senão nós não estaríamos passando por todos esses problemas. Não me cabe aqui, efetivamente começar a discutir, eu não sou técnico especialista em diagnosticar acidente de voo, isso a Aeronáutica tem com a ANAC condições de fazê-lo.

Eu também, assim como disse o Senador Delcídio, eu sou contra aqueles que não conheçam do assunto e que fiquem opinando sobre isso. Porque aí eu acho que já há segundas intenções, e vou me explicar. No momento que houve um acidente e que se procura dar uma versão de credibilidade ou apenas dar uma versão numa intenção de que houve culpa do Legacy, que o Legacy estava desligado o transponder, que o Legacy estava desligado o VHF, que o Legacy estava fazendo manobras não autorizadas, indevidas, aí me parece que há uma segunda intenção e qual seria essa intenção? Seria levar a culpa para o Legacy e aí nada teria acontecido, inclusive, a responsabilidade da indenização das famílias das vítimas passa a ser de uma empresa americana e aí se leva até para o lado político, Brasil versus Estados Unidos, são os gringos, Yankees. Não tem nada disso.

Eu acho que é você fugir da realidade do problema, mas no momento onde as apurações que não foram feitas tão sigilosas assim, começaram a avançar para um lado de que poderia ter tido, eu não quero também ser conclusivo, de forma nenhuma, poderia ter tido uma falha do controle aéreo, poderia ter tido a falha dessa comunicação do sistema montado para dar proteção ao voo brasileiro. Aí as coisas mudaram, porque caso cheguemos à conclusão que houve falha de controle aéreo, teremos a responsabilidade de autoridades, de órgãos públicos, vem vai pagar as indenizações as famílias provavelmente será a União, não vai ser o controlador, mas vai ser a União, aí muda-se o aspecto. Os controladores sentindo que poderiam ser transformados em bode expiatório da situação, reagiram, reagiram.

Então, a imprensa noticiou, eu vou pedir depois que o Sr. Jorge Botelho possa confirmar, que o regulamento do trabalho seria o máximo de 14 aeronaves sendo controladas simultaneamente pelo controlador e que estavam trabalhando acima dessa cota e chegariam a dezoito aeronaves. Quer dizer, aí nós estamos agora num jogo de quem é a responsabilidade. A partir daí, lamentavelmente, surge a crise e uma crise fortíssima que o País nunca experimentou no setor aéreo, com prejuízos, em primeiro lugar, para o consumidor, para a população, para as empresas aéreas, o que ele relatou aconteceu comigo também, já dado o *push*

back, turbinas ligadas, vem o cancelamento de vôos. Aí você tem que retornar para a ponte, novos custos para as empresas, os Comandante ficam revoltados porque sabem que estão dando prejuízos para a suas empresas. Aeronaves que estão voando, por exemplo, de Salvador para Brasília, chega em determinada situação em Bom Jesus da Lapa, ficam obrigadas a ficar ali fazendo órbitas para poder ser liberado para poder vir para Brasília.

Quer dizer, todos esses transtornos sugeriram depois da quebra do equilíbrio instável que existia até o acidente. Muito bem, isso é uma realidade, agora, não adianta você querer escamotear. O importante é que as soluções possam surgir, que os responsáveis sejam identificados, e espero que sejam e seja dada a sociedade quem são os responsáveis pelo desastre aéreo e pela perda de 154 vidas. Mas nós precisamos agora, são de soluções efetivas, e lamentavelmente o que eu assisti por parte do Governo, e aí representado pelo Ministro Waldir Pires que falou em nome do Governo, quem fala em nome do Governo não é o Comandante da Aeronáutica, não é o Presidente da INFRAERO, não é o Presidente da ANAC, mas fala o Ministro dizer textualmente numa penúltima crise, que depois tivemos outras, que quantas vezes nos aeroportos por aí você tem atraso de duas três horas. Não houve nada, textualmente o Ministro Waldir Pires declarou isso, deu na televisão brasileira, nós assistimos na Rede Globo declarar exatamente isso. E há, há uma crise, dizer que três ou quatro horas de atraso a imprensa faz estatística 40, 50, 60% dos vôos atrasados, vôos sendo cancelados. Nós não estamos vivendo num tempo de normalidade, sem sombra de dúvida, e as medidas apontadas até agora são promessas, eu acabei de assistir, respondendo ao Senador Delcídio Amaral o Ministro dizer que não tem efetivamente ainda um plano para solução que tem entendimentos, que tem a vontade, quer dizer, o Ministro muitas vezes coloca uma indignação que eu gostaria de ver mais providências objetivas e efetivas...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª me permite um aparte?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Com muita satisfação, Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria pedir a sua compreensão que eu vou ter que dar entrada na CPI das ONGs, é outra encrenca que eu me meti, mas é assim mesmo, e vou ter que ir a Plenário, mas eu queria, por dever até de compromisso assumido, prestar um esclarecimento ao Brigadeiro J. Carlos e ao Ministro.

O vôo que eu me referi foi no dia 14 de julho. A decolagem Aracaju deu-se às 17 horas, o desvio de

rota para João Pessoa e nós decolamos de João Pessoa para Recife às 21 horas. As informações eram as mais desencontradas, uma que o aeroporto só retornaria o funcionamento no dia seguinte. Era o terceiro apagão em poucos dias, os outros eu não saberia dar informação porque não encontraram. O que eu achei interessante é que ao receber aquela pergunta, eu tinha vivido um episódio como esse, e achei que era dever colaborar com o setor para a segurança dela.

Agora, eu quero, Senador César Borges, me congratular com V.Exª num ponto que toca o desencontro de informações vindas exatamente do Governo, que passam para a opinião pública informações oficiais. Uma pressa que se teve em dizer o avião desintegrou-se em menos de um minuto estava todo mundo morto. Não é verdade! Ministro esses pilotos merecem uma homenagem póstuma dos seus companheiros e dos órgãos da aviação brasileira. Brigadeiro sabe o que eu estou dizendo, eles tentaram todos os recursos e inclusive desceu o trem de pouso, se você examinar as fotografias, eu fui comedidor, até porque discuti com o jornalista Eliane Catanhêde, fez uma matéria na véspera, com informações recebidas, eu telefonei para ela e disse: “Eliane – produto de uma amizade antiga e de uma admiração – lhe deram uma informação errada. O avião não desintegrou-se, o avião caiu de dorso, as asas completamente inteiras faltando apenas um pedaço da colisão com o Legacy”. É preciso que as pessoas tenham mais um pouco de cuidado. O Flávio foi acionado, metro depois está o leme inteiro. Aí vem uma informação oficial, identificaram hoje os pilotos pela cor da roupa. Ora, um avião que se desintegra e cai de uma altura que estava em um minuto, você não vê nada. Não tem condições de identificar nada. Sabe-se, coisa triste falar isso, mas eu sou obrigado, que corpos foram encontrados nas árvores, inteiros. O que menos se teve aí foram corpos totalmente deteriorados. A seriedade dessa coisa, é preciso que quem dê informações saiba que está dando para um País da dimensão do Brasil e que depende de avião. Embaixo de uma das asas, depois de um trabalho de acionamento de cavalo mecânico que foi levado, macaco hidráulico, tinham corpos inteiros, que desintegração foi essa, para que dar uma informação irresponsável e que não contribui para nada. Falta numa questão como essa, controle da informação, a centralização desses fatos, a centralização desses fatos.

O avião encontrou-se pedaços, dois, três quilômetros, não sei precisar, mas não houve essa desintegração de um minuto que todo mundo morreu lá em cima. Isso é uma tentativa de consolar os familiares, fizesse isso no consolo individual, mas não no consolo. Porque o que eu mais tenho ouvido é deboche pelas

informações prestadas, e nós temos uma aviação de primeiro mundo, nós temos uma Aeronáutica respeitada, nós temos indústria de aviação, nós não podemos estar expondo até porque, se o avião tem prefixo americano é de fabricação brasileira. Vamos respeitar a nossa indústria, porque pelo menos é um fato. Esse avião resistiu o que na lógica não poderia ter resistido, é a colisão com o avião dez vezes maior, não sei fazer essa dimensão e conseguir descer a duras penas voando trinta minutos. Se foi socorrido na emergência por outra aeronave, não importa, o que importa é que o avião desceu. Não quer dizer com isso que seja um super avião, mas é um avião fabricado no Brasil que estava sendo comprado por uma empresa americana e que estava indo para o seu destino. Nós não podemos jogar por falta de um argumento lógico para esses fatos cumprir ninguém nesse momento. Aí vem finalizando, o americano faz isso. Para umas coisas o americano é odiado, para outras coisas é referido? Não vamos usar a metodologia americana não, e se for usar, vamos usar para tudo. Até porque é um erro se dizer os Estados Unidos se divulga tudo. Divulga depois de apurado! Divulga depois de apurado! Durante o processo não se fala nada! Não fala nada. Agora o Brasil tem uma coisa, Brigadeiro, eu na Comissão, quando eu era Deputado na Câmara, eu não me lembro se foi nessa época que o Jorge esteve lá, nós tivemos uma investigação sobre questões de acidente aéreo, e um dos depoentes nós podemos divulgar porque prejudica a companhia de seguro, como se segurança de voo tivesse alguma vinculação para a companhia de seguro no Brasil, são essas coisas que eu faço um apelo aqui.

Acho que é positiva uma reunião dessa natureza. Agora eu queria pedir em termos concretos, objetivos e práticos. Nós temos uma olimpíada agora, uma questão que está mais preocupando o comitê é a segurança nos aeroportos para atentados. Esse cronograma está em dia? Não vai haver comprometimento nessa questão, Ministro? Vamos jogar a coisa um pouco para frente. Porque há dois anos atrás alguém saiu da INFRAERO atirando, dizendo que não se investia em segurança de voo, eu não me lembro, não era um diretor? Não tem isso? E naquela época se diz, é um louco, mas agora parece que ele tem razão, e é preciso que essas coisas...

Portanto, infelizmente, eu vou ter que entregar esse meu pedido de CPI, mas eu acho que essas questões, elas têm que ser tocadas de maneiras práticas e acima de tudo objetiva. Um desastre nós temos que prantear e procurar apurar, mas vamos salvar o Brasil do Pan-Americano.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Para concluir eu pediria até ao nosso Comandante que ti-

vesse um pouco de paciência eu queria concluir depois desse aparte valioso do Senador Heráclito Fortes, mas eu queria primeiro solicitar ao Sr. Ministro que ele esclarecesse que realmente é uma convicção dele ou uma análise, ou uma opinião dele de que é o Legacy o culpado porque ele insistiu muito nessa tese e foi essa a impressão que o Ministro passou para mim.

Segundo, se ele acha que efetivamente duas ou três horas de atraso não houve nada de anormal, que se vá para casa, e que se espere que perca o voo, foi outra declaração do Ministro. Essa atitude dele que se representa uma atitude também do Governo. Perguntar ao Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Luiz Carlos Bueno, se a execução orçamentária, ela leva ao Comando da Aeronáutica ficar satisfeito com suas necessidades, porque nós assistimos aqui, na verdade, uma angústia por mais recursos para os diversos setores, inclusive das Forças Armadas, como um todo para o reequipamento e esse caso aqui da proteção ao voo do tráfego aéreo, eu acho que é fundamental. Nós não podemos arriscar a vida das pessoas, dos familiares, dos idosos, dos pais, dos filhos por conta de falta de investimento do Orçamento Geral da União.

Veja bem o ano de 2006, dois, quinhentos e trinta e um milhões, isso é o SIAFI, empenhado, foi trezentos e quarenta, liquidado apenas cento e oitenta, pago só cento e setenta e quatro. No ano de 2005, liquidado, no entanto, ficou em restos a pagar cento e dezoito milhões, tudo isso em 2005, tudo isso causa um desconforto até na execução de um planejamento melhor por parte da Aeronáutica e na proteção ao voo, se não tiver uma execução orçamentária que se confie e que se dê de forma tempestiva do que ficar restos a pagar.

Então, se essa situação de execução orçamentária deixa V.S.^a satisfeito, confortável, porque não me pareça que seja o caso, e perguntar ao Sr. Jorge Botelho, aí eu gostaria que ele anotasse, primeiro, há efetivamente essa regulamentação dos 14 vôos simultâneos e que isso tem sido ultrapassado, chegando a 18 vôos eu não sei se chegaria a mais. O salário do controlador, qual é o salário efetivo de um controlador de voo, o salário de um controlador civil e se ele tem a informação do militar também do Sargento Militar. Isso é importante, porque se for um salário que não seja digno com essa função tão importante de tanta responsabilidade, eu acho que essa é uma questão que tem que ser revista com a máxima urgência. Aqui o Congresso Nacional revê salários de todos os setores que mandam para cá, todos reivindicando aumentos salariais e no caso dos controladores, eu acho que nós temos que rever, caso não seja justo essa situação.

Eu perguntaria, está havendo punição para os controladores de voo? Que tipo de punição estaria sendo feita? Que tipo de desgaste, pressões estariam sujeitos hoje os controladores de voo, e por fim que sugestões V.S^a apontaria para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais.

Era isso aí, Sr. Presidente, eu dirigi na verdade três perguntas, ou melhor, pergunta a três autoridades que estão aqui o Ministro Waldir Pires, o Comandante da Aeronáutica e o Sr. Jorge Botelho que se pudesse respondê-las, eu ficaria grato.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB– TO) – Com a palavra o Ministro Waldir Pires.

SR. WALDIR PIRES – Eu lamento ter que insistir na informação que dei desde o primeiro instante a respeito desses números que o Senador César Borges volta a mencionar, os números que eu tenho da execução orçamentária com o fundamento no SIAFI, exercício de 2003, trezentos e vinte e sete milhões de dotação autorizada para a área de proteção ao voo. Contingenciado, dezoito mil seiscentos e cinquenta e três. Executado quatrocentos e sessenta, não, trezentos e oito, seiscentos e cinquenta e três.

Portanto, um contingenciamento de dezoito milhões, seiscentos e cinquenta e três, uma dotação de trezentos e vinte e sete milhões, trezentos e dezoito, uma execução de trezentos e oito, seiscentos e cinquenta e três.

2003, 2004, dotação de quatrocentos e sessenta e oito milhões, setecentos e vinte e cinco. Crédito contingenciado, zero. Crédito executado quatrocentos e sessenta e quatro milhões, zero noventa e dois mil.

Exercício de 2005, dotação autorizada quatrocentos e noventa e cinco mil, zero vinte e um milhões, crédito contingenciado, cinquenta e nove milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, crédito executado quatrocentos e trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e dois.

Exercício de 2006, até os dados de 31 de outubro, crédito autorizado, dotação autorizada quinhentos e trinta milhões, duzentos e quarenta e cinco, crédito contingenciado, zero, crédito executado, trezentos e vinte e cinco milhões, crédito disponível até 31 de dezembro para despesas neste exercício, duzentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e trinta e três. Totais: Dotação autorizada nesses quatro anos para a área de proteção ao voo, um bilhão, oitocentos e vinte e um milhões, trezentos e nove. Crédito contingenciado, setenta e oito milhões, quinhentos e vinte e um mil. Crédito executado: Um bilhão, quatrocentos e noventa

e dois mil quinhentos e nove e mais quinhentos e quarenta e cinco milhões a serem executados.

Esses são as informações que eu posso dar-lhe, são as informações que o setor financeiro me transmitiu, oriundos as informações de SIAFI da sua execução orçamentária do setor financeiro do Ministério com a revisão do Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Bueno.

Em relação às outras perguntas, é claro que eu sei o que é que foi e o que é que é para cada um de nós a dor de uma tragédia dessa. Creio que muito poucas vezes neste País se terá feito como a Aeronáutica fez um esforço de atenção, de busca, de uma dedicação extraordinária para que nós tivéssemos, depois de um acidente desse em plena selva, termos podido resgatar todos os corpos, com exceção apenas de um. Foram dias de angústia, dias de tristeza, dias de muito trabalho, a Nação nos acompanhou.

Portanto, a posição de seriedade, de solidariedade, de todo o Governo neste episódio.

Não é palavra do Governo quando eu mencionei com as informações num dia de que não teria havido até aquele instante nenhum tipo de problemas decorrentes de controle, mas decorrentes de problemas meteorológicos e até mesmo problemas de aviação e de companhias aéreas quando eu mencionei uma experiência pessoal, disse mesmo, uma experiência pessoal. Muitas vezes, eu fiquei no aeroporto esperando uma hora e meio ou duas horas, não tem nenhuma posição de desapareço, com nenhum dos meus patrícios, ou de minhas patrícias, mais uma afirmação daquilo que eu constatei ao longo da vida, muitas vezes. Evidente que quando isso se transforma num caso de controle, evidentemente que então aí as coisas assumem a sua qualificação dentro do quadro que nós estamos vivendo, e que é queremos resolver.

Agora, o que eu não faço nunca na vida é uma afirmação leviana, nunca. Nunca faço na vida, nem aqui nem na Bahia, nem em canto nenhum. Eu não tenho a solução pronta aqui. Eu não tenho, o senhor não tem, o Parlamento não tem, o Governo não tem a solução pronta. Nós estamos construindo, nós queremos construir esta solução com a participação do Parlamento, com a participação de todos os órgãos do Governo, com seriedade para termos cada vez mais um tráfego aéreo seguro e uma navegação civil, um transporte civil adequado para o destino deste País. De modo que é essa a nossa posição, eu não posso antecipar, eu instalei anteontem, um grupo de estudo não para ditar a eles, eu não tenho nenhuma vocação de ser um truculento, nenhuma vocação de ser um mandonista. Eu instalei um grupo de trabalho para que se examine, para que abra a inteligência, ao

conhecimento, a experiência de todos a capacidade de dizer, de sugerir e, portanto, de dizer o que é bom para o Brasil, é isto, ou mais aquilo. Não vou estabelecer Decretos por vocação, não tenho poder para isso, nem tenho vocação para isto.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu vou-lhe encaminhar o que eu tenho da execução orçamentária da União extraída da pesquisa do arquivo da Aeronáutica fonte SIAFI/PRODASEM. Há divergências, agora, insisto que há um problema com relação a liquidação, porque nós sabemos que você tem dotação inicial, tem dotação autorizada, tem empenhada, tem liquidada e que tem pago, e que o restante fica em resto a pagar. Que se você deixa para o final do ano o empenho, boa parte dos recursos da dotação inicial para serem empenhada próximo ao final do ano, ou serem liquidadas também nessa época ou no ano seguinte ao resto a pagar, dá uma intranquilidade ao gestor até para fazer porque não pode fazer autorização da obra ou da compra sem o devido empenho, isso atrapalha a situação dos programas.

Segundo eu queria dizer ao Ministro também, eu não tenho, nem aqui, nem na Bahia, feita afirmações levianas. Levianas é quando você procura induzir uma culpa sem um resultado final, por exemplo, Legacy aos pilotos da Legacy porque é mais cômodo, isso é leviano, sem sombra de dúvida isso é leviano.

Agora, se o Governo a essa altura dos acontecimentos, diante da grave crise que estamos assistindo a cada dia colocado para o Brasil inteiro pelos meios de comunicação, o Governo ainda está perplexo, dizendo que vai construir uma solução, que pelo entendido deve ser consensual com a somatória dos esforços do Parlamento, de toda a sociedade envolvida, de todos os setores, a responsabilidade é do Governo, a responsabilidade é do Executivo. É uma crise, ela existe solução rápida e imediata, todos já colocaram aqui. Nós estamos aí frente a uma possibilidade de uma crise agravada por conta das festas de fim de ano, por conta de uma série de acontecimentos que o Brasil vai passar, desde jogos Pan-Americanos, a outros acontecimentos que podem trazer ainda uma demanda maior no setor aéreo.

Agora, vejo, com preocupação, essa perplexidade. Se essa construção se der lenta, gradual, mesmo que segura e não ser retomado inicialmente e quando uma crise se apresenta ao governante é exigido ele assumir responsabilidades numa solução rápida que seja melhor ou não, que dê totalmente como certo ou não, é uma responsabilidade do gestor. Mas eu acho que a Nação Brasileira, o consumidor não pode estar sujeito ao que está acontecendo a cada dia nos nossos aeroportos, são milhares prejudicados, são recursos

humanos prejudicados, são recursos financeiros prejudicados e nós não podemos, lamentavelmente, não podemos dar ao Ministro o tempo que eu acho que ele imagina, que é um tempo sem fixação de quando nós vamos efetivamente sair dessa crise. As medidas têm que ser efetivas, então são essas posições que nós estamos como Parlamentares, não para dizer ao Ministro o que ele deve fazer ou não fazer, ou ao Presidente da República, não compete a nós, compete a nós fazer o estamos fazendo aqui hoje, cobrando soluções, e soluções rápidas, Sr. Ministro, rápidas, é o povo brasileiro que está a exigir isso.

SR. WALDIR PIRES – Claro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) –

Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Ministro, o que eu tenho visto aqui e eu queria que houvesse uma compreensão com relação a isso, é um constante mal-estar quando se traz um problema por conta de se examinar de quem é a culpa. É natural. Nós estamos vivendo um momento grave de transição do modelo. Nós estamos saindo de um modelo militar para um modelo civil, ou um modelo misto. Todos esses desentendimentos, esses desacertos estavam previstos, a única coisa que não estava prevista era o acidente que foi uma fatalidade.

Então, alguns fatos vieram à tona e, infelizmente, custando vidas. E evidentemente que esses fatos afloraram. Ninguém tem aqui a intenção de culpar o atual ou o passado, o Ministro atual ou o Ministro passado, isso é uma conjuntura. Aí eu retornaria as catacumbas e traria o Eduardo Montella, V.Ex^a não é Ministro e está Ministro. E esses fatos estouraram na mão do atual Ministro, na mão do atual Comandante da Aeronáutica e de todos os senhores que estão aqui, a quem cabe a solução mais rápida para a sociedade brasileira.

Essa própria falta de informação que a gente vê aqui era esperada. Talvez que nós continuássemos, Brigadeiro, sem saber dos apagões, sem saber da... Se não tivesse havido esse fato. Eu não teria a levianidade de dizer que o Brigadeiro J. Carlos teve culpa de nada. Quanto tempo que V.Ex^a assumiu? Sete meses, não é nem uma gestação. Então são essas coisas. É prematura. São essas coisas que a gente precisa ter um pouco de tranquilidade, porque essa questão não é política, essa questão não é partidária, essa é uma questão de Estado. Eu disse uma vez publicamente num debate que eu tive na CBN e o Jorge Botelho participou e eu fiz um elogio a ele pela tranquilidade com que o problema estava sendo transmitido. Eu ainda sou daquela época que sindicalista era tocar fogo, era invadir Congresso, entendeu? Era isso. E não, ele teve num momento de muita dificuldade, numa ponta direta de um problema, de um lado, o acidente os mortos, de um lado eles e os companheiros, e ele teve um equi-

líbrio que faltou, inclusive, representante do Governo que participava do mesmo debate.

Então, em respeito a sua vida pública e tudo, eu vi que V.Exª, claro... Não. Não é isso. O nosso objetivo é um só, quer ver um exemplo, Brigadeiro.

SR. WALDIR PIRES – Eu sei, eu respeito essa Casa, e que respeito o Parlamento. Eu respeito essa Casa. Não passei por aqui, infelizmente, infelizmente não passei por essa Casa e V.Exª sabe porque eu não passei por essa Casa. E a Bahia sabe por que eu não passei por essa Casa, e o Brasil sabe por que eu não passei por essa Casa. Mas eu estou tranquilo, eu estou tranquilo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Que foi derrotado pelas urnas, não é Ministro?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria apenas concluir.

SR. WALDIR PIRES – Eu estou tranquilo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu o derrotei nas urnas.

SR. WALDIR PIRES – Fui derrotado pela fraude.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – A nossa eleição que nós disputamos.

SR. WALDIR PIRES – A sua é posterior.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Ah, mas o senhor foi derrotado. O senhor foi candidato novamente.

SR. WALDIR PIRES – A sua é posterior.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Ah, mas foi candidato.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu gostaria...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Há algum problema?

SR. WALDIR PIRES – Não, absolutamente. Na vida política, uma das coisas que mais eu nutri e fortemente é de fazer todos os enfrentamentos sem saber se ganho ou perco. Para mim eu estou servindo ou não ao País. Mas é para mim.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Isso é próprio de todos os políticos, não é só... Não é um privilégio de V.Exª, não.

SR. WALDIR PIRES – Mas é para mim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ministro Waldir Pires, V.Exª está hoje com um enfrentamento maior que é de gente, mas gente que já morreu. Sobre a responsabilidade de V.Exª como Ministro, nós temos que esclarecer.

SR. WALDIR PIRES – Mas eu respeito inteiramente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O destino de pessoas quem não podem mais colocar o voto na urna porque já foram...

SR. WALDIR PIRES – É verdade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – ...mas que nós temos o País tem um dever para com os familiares, para com a opinião pública e para com o Sistema Aéreo Brasileiro que tem sobrevivido ao longo do tempo, apesar de Governo.

SR. WALDIR PIRES – Exatamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Porque nós vivemos numa das maiores crises, Brigadeiro, na aviação brasileira, culpa de planos econômicas de passado, culpa de omissões de Governos, eu quero dizer logo Governos para não chegar ninguém dizer aqui botar a culpa no Fernando Henrique o que é já é uma praxe. Eu vou de Santos Dumont para cá, a aviação brasileira tem sobrevivido de maneira brava, apesar de tudo, vamos generalizar.

SR. WALDIR PIRES – Vamos homenagear o centenário.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria, inclusive, só finalizar e dizer, olha aqui Brigadeiro, eu uma coisa que nos deixa acachapado, eu estou com medo de ser um documento reservado ou sigiloso, mas esse País ultimamente não está na moda se respeitar sigilo de li, o sigilo estão por aí, seja caseiro ou seja Parlamentar. Mas olha aqui, o Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica, Departamento de Controle do Espaço Aéreo, no dia 11, o cara me entregou ali tremendo para não aparecer, mas um documento tem que... Assunto: Controle de fluxo. Incumbiu o seu vice-Diretor do DECEA de solicitar a V.Sª o cumprimento das seguintes orientações emanadas pelo CGNA é uma sigla que pode ser esclarecida.

Priorizar as decolagens de vôos internacionais;

Essas medidas deverão ser divulgadas *briefing* operacionais.

Isso é destinado ao aeroporto do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro, só é operado por empresas estrangeiras, enquanto São Paulo tem a parceria. É uma medida que você está beneficiando quem? A empresa estrangeira e a brasileira, porque a medida não era essa. Se deu causa aqui, proíbe o avião de vir, porque ele não resolve o problema, você prioriza e ele vai aumentar a fila. Como eu vi ontem, Ministro.

Ministro, eu cheguei de fora ontem e tinha uns alemães retornando porque não conseguiam se deslocar, salvo engano para o Estado do Pará, vieram num vôo da LUFTHANSA, oito passageiros quiseram dar um jeitinho brasileiro de mandar um avião fretado, eles disseram: “Não, nós estamos querendo investir nesse País a longo prazo, se toda a vez me der o jeitinho do

avião, tudo bem, mas não”. E o avião da TAM, alguém aqui de trás deve saber, parece que a LUFTHANSA sai cedo, sai mais cedo do que os outros, eles já estavam promovendo o retorno. O prejuízo que o País está tendo nessa questão meu caro Botelho é incalculável. Os hotéis estão em desespero, porque nós podemos ficar aqui acomodados, mas nós temos que pensar na malha que a nossa economia está perdendo com essa questão, daí porque eu achar que essa é uma medida que devia ser tomada, mas vamos priorizar as empresas brasileiras. Exatamente, eu só queria mostrar isso, porque nos Estados Unidos se um avião tem um problema e você tem que virar à noite, primeiro, eles atendem os passageiros americanos, dão hotel, resolvem o problema e depois é o resto. Nós não podemos inverter essa pirâmide.

SR. WALDIR PIRES – É verdade. Eu apenas queria recusar a leviandade, só. Que não é sua. A arguição de leviano, porque a leviandade que existiu foi à leviandade dos jornalistas que se anteciparam atribuindo ao controle no Brasil, sem nenhum exame, sem sequer ainda nenhuma reflexão as culpas e publicaram, publicaram na imprensa, isso é que eu recusei. A partir dos conceitos e das regras existentes nos vãos brasileiros.

De modo que, no restante minha posição, é a posição de respeitar esta Casa de querer colaborar com ela, de entender que o Governo tem que se debruçar para fazer o que for melhor e de um Governo que quer fazer o melhor, não precipita, nem é leviano, tem que estudar com todos os seus quadros e este é o trabalho. Nós instalamos uma Comissão de Inquérito publicado no Diário Oficial num dia, no dia seguinte estávamos com um grupo de trabalho constituído, no terceiro dia, estarmos já com a operação já em andamento, a reunião realizada, é o máximo de preocupação, de seriedade e de solidariedade com o nosso povo, com a nossa Nação, é isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB– TO) – Vamos voltar a lista de...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Presidente, eu fiz uma pergunta e gostaria de ser respondido ao Comandante da Aeronáutica e ao Sr. Jorge Botelho, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB– TO) – Questionamento que V.Ex^a fez.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu fiz, eles sabem qual é questionamento que eles anotaram, se daí ele tem conforto com relação a execução orçamentária.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB– TO) – Com a palavra o Brigadeiro Bueno.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Sr. Presidente, eu pediria autorização para passar a palavra ao Brigadeiro Vilarinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB– TO) – À vontade.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO: Obrigado Sr. Presidente. Senador, queria dar uma explicação disso aqui. Essa mensagem foi passada para todos os aeroportos internacionais do Brasil. Qual o objetivo? Nós temos na nossa IMA 100-12 que regulamenta o tráfego aéreo que o órgão de controle pode modificar as prioridades de decolagem em função das necessidades de ordenação do tráfego. O que é que foi isso aqui? Os vôos internacionais sejam de empresa de bandeira brasileira ou de bandeira estrangeira, como são vôos de longa duração, se ela ficar um determinado tempo na fila de decolagem ultrapassa aquela regulamentação da tripulação e é obrigado a parar, desembarcar todo mundo e esse vôo só vai sair no dia seguinte. Esse é um prejuízo muito grande para todas as empresas, tem aqui a TAM que também passa por esse problema.

Então, nós fizemos essa priorização não só os que estão entrando no País, quanto os que estão saindo, não interessa a bandeira, são os vôos internacionais em função do longo curso.

Então, tomamos essa medida a partir dessa data para simplificar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria apenas que o Dr. Bologna, como Presidente do Sindicato desse uma informação quantos vôos internacionais saem do Galeão de empresa brasileira. Vamos esquecer o Mercosul.

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA: De longo curso, da TAM, nenhum.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, e das outras companhias?

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA: Da VARIG deve sair o vôo Frankfurt que está operando. Um vôo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Do Rio, direto.

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA: Via São Paulo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, aí a preocupação aí cai por terra.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO: Não, mas São Paulo também, Porto Alegre também, Recife, todos eles estão cumprindo essa mesma orientação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.S^a poderia remeter a Comissão o mesmo expediente com a cópia e qual é essa destinada a São Paulo?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO:

Sim, senhor. Eu não tenho aqui agora, mas será feito. Será feito como for. Sim, senhor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Comissão de Infra-Estrutura. Eu agradeço.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – A forma da execução orçamentária é onde você deixa para fazer o empenho no segundo semestre já ao final do exercício e não é muitas vezes esse empenho liquidado fica em resto a pagar, se isso não compromete o planejamento dos senhores, porque eu sei que as Forças Armadas de um modo geral, Aeronáutica em particular, tem necessidades de recursos para melhorar os seus serviços, para adquirir novos equipamentos mais modernos e etc... E eu acho que a forma que está essa execução orçamentária, não é satisfatória. Eu gostaria de saber se tem esse incômodo ou não há. Se estiver tudo bem correndo lá por conta de vista...

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO:

Eu posso dizer para V.Ex^a o seguinte: Os recursos que estão sem disponibilizados para o DECEA tem sido suficiente para nós fazermos a nossa manutenção de todo o sistema e os nossos investimentos, tem sido suficiente.

Evidentemente, um ano ou outro, a gente acontece de chegar próximo do final do ano, não conseguir utilizar todos os recursos. Agora mesmo, nós temos um contrato que já estava assinado de aquisição de novos painéis de inspeção de voo para o GEIV, que é a nossa unidade que faz a inspeção de todo o sistema, e uma das empresas que perdeu entrou com um recurso na justiça pedindo para suspender o contrato com uma liminar, nós estamos brigando para ver se cassamos essa liminar, porque senão vence o ano e nós vamos perder esse recurso.

Então, isso acontece eventualmente. Agora eu tenho aqui, não sei se haverá interesse uma lista de todos os nossos principais investimentos nos últimos de 2000 para cá e com previsão até 2016. E que os recursos que estão sendo disponibilizados até agora, não tivemos nenhum contingenciamento esse ano, e as nossas expectativas para os próximos anos, nós poderemos cumprir esse planejamento e investimento. Eu tenho aqui em mídia e tenho aqui uma cópia. Espero ter atendido a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Dr. Jorge.

SR. JORGE BOTELHO – Bom, eu queria responder primeiramente uma questão levantada pela Senadora Heloísa Helena, que embora no momento

não fosse possível porque houve outras intervenções, mas ela levantou a questão do que teria acontecido realmente naquele dia primeiro, se foi aquartelamento ou plano de reunião. Foi muito bem ouvir a explicação do Brigadeiro Bueno mesmo porque a gente tem que ter em mente o princípio do contraditório. Então, ele explicou o que aconteceu e eu quero colocar o fato que me chegou ao conhecimento.

Naquele dia 1º de novembro, eu estava até no sindicato, até tranquilamente para fazer alguns contatos, saber como estava indo a operação, quando começou uma série de telefonemas para mim, tanto de imprensa, de pessoas dizendo o seguinte: “Botelho, estão te procurando, as mulheres dos controladores de Brasília estão te procurando para você resolver um problema”. Eu falei, “mas que problema?”. O pessoal está aquartelado, está preso, foram de madrugada tirados de casa”. Eu falei, “ué”, “foram tirados de casa, levado para o CINDACTA, e elas estão desesperadas querendo saber o que é que é”. E não foi um telefonema não, foram vários. Eu tinha dois celulares à frente e duas linhas fixas e tocava tudo ao mesmo tempo e eu recebi telefonema de gente que estava dentro do CINDACTA dizendo, “olha, a situação aqui está péssima, um mal-estar tremendo, está todo mundo...”. “Mas não é possível. Isso aí pode desencadear uma situação de grave perigo para a aviação, já que o pessoal está aí dentro nesse estado, não terão tranquilidade para controlar vôos”. E recebi telefonema já de uma outra localidade, já distante, fora da área do CINDACTA-1, já o pessoal em clima de guerra. Eu falei: “Não, pelo amor de Deus, pessoal, vamos parar aí, eu vou fazer os contatos para ver o que é que eu posso fazer para resolver esse assunto”. Quando eu acionei o meu diretor aqui em Brasília e eles contactou algumas pessoas e disse, “realmente o pessoal está tudo lá dentro e a informação que eu tenho é que a situação é crítica”.

Então, eu imediatamente, o contato que eu tinha naquele momento era com o Ministro Luiz Marinho, eu retornei uma ligação para ele e pedi que ele entrasse em contato com o Ministro Waldir Pires para ver realmente o que estava acontecendo, o que poderia acarretar é que haveria talvez uma reação em cadeia, isso aí prejudicaria o tráfego aéreo no Brasil, haveria uma insegurança e inclusive também recebi um telefonema de São Paulo dizendo que o representante da ENFATE(F) que estava me procurando para saber o que estava acontecendo no Brasil, e eu tomei, falei para o Ministro: “Olha, a situação pode se agravar e a gente passar vergonha perante o mundo aí do espaço aéreo brasileiro ser declarado um espaço aéreo perigoso, seria vergonhoso”.

Então eu pedi ao Ministro, Waldir Pires, através do Ministro Luiz Marinho que verificasse, vice o que poderia ser feito para contornar essa situação, e logicamente que ele tendo o conhecimento disso, foi verificar a situação e depois me passou que estava todo mundo liberado e essa Comandante Bueno a versão que me passaram, foi boa a sua explicação, porque a gente tem que sempre ouvir o contraditório, mas eu precisava falar isso aqui.

Se a minha decisão de acionar o Ministro Luiz Marinho levantou alguma reação que poderia ter supostamente ser uma quebra de hierarquia, eu olhei pelo lado que eu achei mais correto que seria no sentido de manter a segurança, no sentido de não haver uma situação em que pudéssemos nós ficarmos... Não ter explicação para o mundo do que poderia estar ocorrendo.

O Senador César Borges também pediu para mim falar sobre a questão se está havendo punição aos militares. Eu não sou representante dos militares, eu sou um sindicato que congrega civis. Porém, eu não poderia também esconder que eu tenho grande amizade, trabalhei com eles, todos trabalham juntos civis e militares e eu conheço todos os seus anseios, conheço as suas dificuldades e não vou deixar aqui de manifestar o que eu sei o que está acontecendo com eles.

No tocante a punições, eu desconheço que tenha alguém punido no momento, mas eles toda hora repetem comigo, “não, estão falando que as cabeças vão rolar, que vai ter isso, vai ter aquilo, outros vão ser transferidos”. Até agora no momento, eu não tenho nada de concreto realmente, mas eles dizem que estão ouvindo isso.

Quanto à questão do inquérito que vai ser feito pelo Ministério Público militar, eu vejo, na minha opinião, que não há nada para que eles possam ser punidos, porque não houve em momento algum, por parte deles, uma manifestação de greve, incitamento a... Como é que diz? A desobediência. A única coisa que eu vi deles foi uma questão de resguardarem em termo da situação que estava acontecendo e no sentido também de prestarem o serviço com segurança. Salvo melhor juízo, eu não vejo aí nenhuma quebra de hierarquia. Isso aí fica para as pessoas que entendem o militarismo interpretar. Eu acho que eles, como pessoas da sociedade têm o dever e o direito de se manifestar naquilo que eles acham justo e que acham correto, porque já tivemos no passado oficiais que se recusaram a cumprir uma ordem de bombardear um determinado gasoduto no Rio de Janeiro, e eu acho que eles têm o direito de interpretar as ordens que

lhes são passadas se aquilo é melhor ou não para o tráfego aéreo.

A outra pergunta do Senador Borges foi questão de salários. Nós temos aí uma excrescência no tráfego aéreo. Nós temos no controle de tráfego aéreo três regimes: Nós temos os militares que são empregados da União, nós temos os controladores de vôo grupo DACTA que são servidores públicos também da União e nós temos os controladores da INFRAERO que é uma empresa do Governo.

A INFRAERO, ela assumiu o controle de tráfego aéreo a partir de um Programa da Aeronáutica que transferiu há alguns anos atrás alguns encargos de controle de tráfego aéreo em determinadas cidades, cidades pequenas do interior, aonde era contraproducente a União, através do Comando da Aeronáutica manter ali o seu efetivo. Posteriormente, essa empresa, a TASA, não me lembro, por volta de 95, 96 aí, foi incorporada pela INFRAERO, e aí houve uma ampliação dos serviços da INFRAERO, ela passou a operar Guarulhos e outros aeroportos aí de grande importância.

Bom, se são três regimes jurídicos, você já imagina a diferença que há entre um e outro, principalmente a questão de salários que V.Ex^a citou.

No caso dos militares, a gente sabe que variam mais ou menos entre mil e seiscentos e quatro mil reais. Gostaria que os militares aqui presentes, se eu estiver errado que me corrigissem. No caso da INFRAERO é em médio dois mil reais, no caso do Servidor Público Federal, grupo DACTA aí tem, é onde eu vejo a maior discrepância, por quê? Em virtude do Governo não ter reestruturado, não ter criado a carreira, nem ter reestruturado a sua tabela de vencimentos, ficou estagnado desde 94.

Então, hoje, nós temos uma turma, não de controladores, mas essa turma que vai entrar agora de controladores de tráfego aéreo para o grupo DACTA, ela vai ser classificada na tabela de vencimentos, lá em baixo, vencimento, aí tem gratificações, coisa e tal, vencimento lá, talvez cento e setenta e cinco reais. Só que, ele não pode ganhar como vencimento básico menos do que o salário mínimo. Aí ele tem que ter uma complementação, passa para trezentos e cinquenta. Trezentos e cinquenta e mais as gratificações, ele vai ganhar em torno, de próximo dos três mil reais. Ele está entrando na escola agora. Agora, os nossos controladores que estão lá atrás, com 30 anos de serviço, ganham três mil e cem reais. Até os nossos controladores supervisores, instrutores, os que são investigadores. E essa discrepância aí a gente não consegue corrigir, porque o Governo não, até hoje, não se depôs a reestruturar essa tabela de vencimentos. Então, isso aí é desestímulo, desestímulo tremendo.

Bom, nós fomos para uma reunião com o Ministro Waldir Pires em que nós colocamos o seguinte, em momento algum nós fizemos reivindicações imediatas que queríamos gratificação. Não foi colocado que o problema não era a questão salarial naquele momento que a gente queria resolver. Nós colocamos para ele é que o nosso anseio seja de INFRAERO, controle do grupo DACTA e dos militares, era no sentido de que fosse criada uma carreira típica de Estado em que acoplassem os três segmentos: Controlador da INFRAERO, do serviço público e dos militares, uma carreira única, uma carreira típica de Estado, por quê? Por volta de 1995, 96, surgiu aqui no Congresso uma discussão em termos de que determinadas categorias, determinados tipos de servidores públicos por ser profissão ou atividade que só o Estado, a União detinha, tinha que ser uma carreira típica de Estado, ou seja, iniciativa privada não faz aquela atividade.

Então, nós trabalhamos junto ao Governo no sentido de que, olha, o controle de tráfego aéreo, esses profissionais aqui também têm que ter tratamento de ser carreira típica de Estado, mas isso aí não passou. O Governo não entendeu dessa maneira, então carreiras tipo Policial Rodoviário Federal que tinha uma remuneração igual ao servidor público, controlador de tráfego aéreo civil, ele teve a sua carreira reestruturada, passou a ser carreira típica de Estado e o seu salário subiu.

Então, a mesma coisa fizeram com o Técnico de Tesouro Nacional que passaram a ser uma profissão de nível superior, elevaram os seus salários criando uma carreira típica de Estado. Você se lembra que a Polícia Federal também, os agentes de Polícia Federal não era uma carreira de nível superior, e ela foi feita recentemente. Então o que nós reivindicamos ao Ministro foi que é queríamos uma reestruturação de modo que fosse criado uma carreira típica de Estado, de modo que o controlador hoje ele ingressando, ele saberia que daqui vinte ou trinta anos aonde ele iria chegar, porque nessas carreiras que eu citei, o profissional, o servidor sabe que daqui a 10, 20, 30 anos, ele vai chegar a um topo, ele vai ser, digamos o Diretor da Polícia Federal, o Diretor da Polícia Rodoviária Federal e no nosso caso há um estrangulamento. Você tem ali o Sargento que não tem voz, não é ouvido nos seus anseios e vai ficar eternamente naquele patamar. Os civis por estarem dentro de uma estrutura militar também não têm perspectiva de crescer.

Então, o que acontece, uma evasão muito grande de trabalhadores. Se vocês procurarem aqui no Senado, você vai encontrar funcionários aqui que foram oriundos do CINDACTA, Procuradorias, na própria

AGU vai encontrar muita gente que foi oriunda daqui do controle de tráfego aéreo.

Nós temos aqui pessoas que eram da segurança, que eram controladores do tráfego aéreo, fez um concurso e passou a ganhar dobro, logicamente que isso aí não tem interesse nenhum de ficar controlador de tráfego aéreo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB– TO) – : Vamos objetivar, doutor.

SR. JORGE BOTELHO – Com esse quadro. E para finalizar. O que nós pedimos apoio dos senhores aqui Parlamentares é no sentido de nos ajudar para que tenhamos realmente uma carreira típica de Estado para valorização desse homem para que realmente ele seja ouvido, para que realmente a sua participação como cidadão na construção de um tráfego aéreo mais transparente, mais objetivo e mais eficiente seja possível. Ok?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL–BA) – Presidente, ele deixou só uma pergunta sem responder, era a questão dos 14 vôos, se esse limite era ultrapassado ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB– TO) – Eu só pediria que fosse mais objetivo nas respostas, nós ainda temos vários Senadores inscritos e nós já estamos quase para às 17 horas.

SR. JORGE BOTELHO – Ok. Realmente a questão dos 14 foi uma avaliação feita tendo em vista a dimensão do setor e também o número de tráfego. Porque cada vez que você tem uma aeronave, você precisa de um tempo para dar uma determinada instrução e o piloto repetir, então isso é feito uma avaliação cronometrando-se esse tempo. Então esse número de 14 ele foi feito dentro dessa metodologia, agora em determinados momentos, realmente sempre se ultrapassou. Correto? Agora tem que se avaliar em determinados momentos que ele pode estar com 14, pode estar 15, pode estar com 10. Porque muitas vezes ele pode estar com 16 tráfegos, mas ele sabe que daqui um minuto ou dois ele vai estar se livrando de mais três ou quatro que irão para outros setores. Ok?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB– TO) – Vamos a lista de inscritos.

SR. MILTON ZUANAZZI – Só uma questão, Senador, por favor. De todas as conversas que eu tive com os controladores, os militares, controle do tráfego, a radar, todas às vezes eles confirmaram que nunca ultrapassaram, a mais de seis anos, que eles não ultrapassam 14 posições, é um depoimento que eu queria deixar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB– TO) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Sr. Ministro, Sr. Brigadeiro Bueno, Comandante da Aeronáutica, Presidente da INFRAERO, Presidente da ANAC, Presidente do Sindicato das Empresas Aeroviárias, Sr. Botelho, representante dos controladores. Eu estou ouvindo atentamente desde o início da Sessão, às 10 e pouco da manhã e retirei, só não assisti lamentavelmente a exposição do Brigadeiro Vilarinho que tive que ir a Comissão de Assuntos Econômicos que tinha um projeto em pauta, mas retornando aqui assisti a tudo.

Imagino a angústia dos familiares das vítimas do trágico acidente com o avião da GOL. No pouco tempo que presidi esta Audiência Pública pude observar o semblante dos familiares que se encontram aqui, que estiveram numa Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização E Controle. Naquela altura apenas com a representação dos familiares, da OAB e da GOL, naquela primeira Audiência Pública, e eu argumentei naquela altura porque não estava também a Aeronáutica, a ANAC, a INFRAERO que seria numa segunda audiência que é esta que nós estamos participando.

O que eu vejo, senhores é que nós estamos buscando impedir uma visão clara, uma visão clara de que algo de anormal aconteceu. Não é possível que tudo que estivesse dentro da normalidade, os controladores com os equipamentos perfeitos, sem excesso de carga de trabalho, sem estresse, porque de hora para outra, de um momento para outro, não é possível que 22 controladores entrem em tratamento psicológico se não houvesse anteriormente uma carga de trabalho. Não é possível que se entenda que não haja falta de recursos para as necessidades e aí eu volto e quero dizer que o ponto de partida deveria ser o que está sendo feito na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional numa Subcomissão que trata exatamente da questão da desestruturação das Forças Armadas, porque o que chega a nós Parlamentares, o que chega a nós Senadores, por parte dos representantes aqui no Congresso das Forças Armadas é exatamente a falta de recursos necessários para atender as suas necessidades, o contingenciamento imposto, no caso da Marinha, nos *royalties* da PETROBRAS.

Então, lamentavelmente isso veio à tona na pior das pontas. Porque se fosse o que ocorre na Marinha para falta de recursos é parar o navio, é deixar de atender, como é o caso da minha região, a Amazônia, como o Comandante já se referiu na Comissão de Relações Exteriores de que teria que talvez, até surpreender

o atendimento aos Ribeirinhos que é uma ação que a Marinha faz permanente na região Amazônica. No caso da Aeronáutica, no caso do Exército é deixar de atender todo o seu contingente, liberar seus recrutas com meio expediente, apenas, diminuir o treinamento. No caso da Aeronáutica, lamentavelmente, ela veio a ocorrer no controle de voo, com esse trágico acidente que vitimou as 154 pessoas que estavam à bordo da GOL, e em memória deles, em memórias dessas pessoas é que todos nós temos que buscar as causas e evitar que novos acidentes desses venham a ocorrer.

Então nós temos que reconhecer sim que houve contingenciamento, não há dúvida de que o contingenciamento é real e é permanente, é permanente. Se eu perguntar ao Presidente da ANAC se os recursos da ANAC são contingenciados, eu vou fazer essa pergunta, não quero antecipar a resposta ao Comandante da Aeronáutica se os recursos são contingenciados, ele vai dar a resposta, a mesma coisa ao Presidente da INFRAERO e são recursos contingenciados que são de receita própria dessas, da ANAC no caso, da própria INFRAERO, como é o caso de controle de voo que são recursos oriundos das taxas de embarques dos passageiros. Então o que nós temos que tirar como lição? Verificar como corrigir e evitar isso volte a acontecer.

Há um ano atrás, se não me falha a memória, e é uma pergunta que eu faço ao Sr. Botelho, há um ano atrás, eu próprio passei por diversas situações no Aeroporto de Brasília, numa operação padrão feita pelos controladores de voo, e tive de esperar mais de duas horas dentro do avião, Senador Delcídio, autorização para decolar. Há um ano atrás, já se mostrava a situação de insatisfação por parte dos controladores de voo, e isso não durou um dia não, duraram tempos, exatamente se não me falha a memória na época de final de ano quando os voos tinham uma quantidade maior. O Ministro Waldir Pires, a imprensa noticiou, o senhor declarou que não sabia que a situação dos controladores de voo estava quase no limite, estou aspeando porque a imprensa colocou como frase sua. O Presidente Bologna ele fez referência a um relatório ou a uma ata do CONAC, se não me falha a memória, de 30 de outubro de 2003, que o então Ministro da Defesa, o Sr. José Viegas Filho já dizia que o contingenciamento sistemático desses recursos vem produzindo dificuldades ao Comando da Aeronáutica. Em 2003. E dizia mais, e dizia mais, por outro lado, a diminuição dos recursos aplicados nessa atividade produz reflexos na própria segurança dos voos. Ele foi profético ao escrever em outubro de 2003 o que lamentavelmente veio ocorrer em 2006.

Então, Ministro, V.Exª podia não saber da situação de limite dos controladores, mas tinha conhecimento do que o seu antecessor colocou aqui na reunião, da última, me parece do CONAC.

Então, o que é que eu vejo, aí, depois de participar da Audiência Pública que eu me referi a pouco da Comissão de Meio Ambiente, eu recebi e-mails e telefonemas de diversos pilotos, diversos pilotos denunciando situação de risco em diversos aeroportos no Brasil. Então não é um caso separado. O primeiro que me veio foi do meu Estado, do Pará, da minha cidade Belém, eu não vou citar, nominar o piloto que me mandou, mas ele diz assim: “Pede para verificar no Aeroporto de Belém as condições que operam”, pois todas às vezes que lá chega, ele, piloto, pelo menos duas vezes por semana, tudo que ele pergunta está inoperante. Pede que se faça uma investigação, ele piloto pede que se faça uma investigação. Diz ainda que se não fosse o GPS, ele não poderia decolar, nem aterrissar.

Aí ele faz referência, Comandante Bueno, ele faz referência, eu acho que o Dr. Marco é aeroviário, talvez possa orientar melhor, porque eu desconheço aqui as siglas, ele diz um tal de ATCH(F), é uma frequência ATCH(F), todas às vezes que chega lá, está “não operante”. E NOTAN(F), diga lá NOTAN(F), eu estou repetindo aqui o que ele falou, NOTAN(F), “não operante”. Ou seja, isso com relação ao Aeroporto de Belém. Aí nós vamos, Folha de São Paulo de 9 de 11, “o controle do espaço aéreo do Brasil tinha ontem – dia 8 de 11 – quarenta instrumentos de auxílio a navegação de pilotos e outras 24 frequências de comunicação TAA sem funcionar conforme o relatório atualizado diariamente pela Aeronáutica”. Me parece pelo que a Folha aqui diz a Aeronáutica faz um relatório diário e diz o que está operando e que o não está operando. E mais ainda, a Folha citou três casos, de instrumentos de auxílio a navegação conhecidos como VOR que o Presidente fez referência, localizado em Santana de Parnaíba, na região metropolitana, Sorocaba a 100 quilômetros de São Paulo e próximo ao Aeroporto de Cumbica, Guarulhos, que estão inativos a espera de reparos ou troca há quatro anos.

Então, como é que a gente pode dizer que não existe crise, que não se tem que... Não há falta de recursos porque se o aparelho lá está há quatro anos esperando reparos é porque não há recursos para fazer os reparos.

Eu perguntaria, então, ao Sr. Botelho, já fiz essa pergunta, vou repetir, V.Exª já respondeu, eu quero ouvir a resposta de novo. Havia ou não sobrecarga de trabalho em relação aos controladores de voo, primeiro. Segundo, o que motivou a operação padrão de um ano

atrás. Terceiro, há falta de confiança dos operadores, dos controladores, dos equipamentos pelo qual eles fazem esse controle?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – A primeira pergunta, eu vou responder com relação ao ano passado que V.Exª falou que teria havido uma operação padrão. Não houve uma operação padrão no sentido de compreensão popular. O que ocorreu é que foi necessário devido ao volume de tráfego a fazer-se um gerenciamento do fluxo igual estamos fazendo agora. Ou seja, espaçar mais as aeronaves de modo a não haver uma saturação dos setores, Ok. A outra pergunta é quanto a questão da sobrecarga.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Me permite um parêntese. Então o aeroporto está operando acima da sua capacidade.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Eu não diria o aeroporto, porque o centro de controle ele faz a coordenação entre vários aeroportos dentro da sua área. Então eu não diria no aeroporto, eu diria dentro da área do centro de controle que há essa coordenação, esse gerenciamento de fluxo tem que ser envolvendo todos os aeroportos dentro daquela área tendo em vista também, sem perder de vista as aeronaves que vão cruzar esse espaço aéreo, talvez não vão pousar, mas vão para outras áreas, correto? Então tem que fazer esse gerenciamento. Por isso que em determinados momentos, há realmente essa sobrecarga, então para que a coisa não fique mais complicada, há a necessidade de se fazer esse gerenciamento de fluxo de modo a espaçar as decolagens, Ok?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu perguntaria ao Ministro Waldir Pires, V.Exª como Ministro da Defesa se acha satisfeito com os recursos destinados as três Forças Armadas?

SR. WALDIR PIRES – Claro que não. Mas essa informação que eu dei ao senhor e dei aos senhores aqui, é uma informação oficial, é a informação que eu tenho.

Portanto, eu recebo uma informação e dou a ela a fé de que ela é verdadeira. Essa informação é a informação que eu recebi. É claro que eu imagino, já tenho dito, tenho feito declarações muito peremptórias, eu imagino que esse País precisa ser um Estado Democrático Forte, nenhum Estado Democrático pode ser débil. Eu entendo que esse País deve ter Forças Armadas fortes, adestradas, treinadas, capacitadas, de modo que esta é a minha posição e conseqüentemente que esse é um caminho, o destino deste País pelas condições internacionais, pela gravidade das inseguranças que estão aí no mundo contemporâneo.

Eu apenas lhe digo isso, essas informações que eu lhe dei, que dei a essa Casa a propósito, aqui, das

despesas para controle de vôo são informações oficiais que eu recebi do Ministério da Defesa, e no Ministério da Defesa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – V.Ex^a talvez já tenha respondido a outra pergunta que vou fazer. V.Ex^a concorda que a redução dos recursos das Forças Armadas prejudica a eficiência das mesmas?

SR. WALDIR PIRES – Eu creio que essa é uma coisa antiga que se está praticando e creio que é necessário que nós revejamos isso. Essa é a minha posição absolutamente tranqüila, dentro, inclusive do pensamento que eu externo nas áreas adequadas de Governo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – É porque, pela posição feita pelos Comandantes na Comissão de Relações Exteriores, é muito preocupante a situação como se encontra as três Forças e como V.Ex^{as} bem colocou, uma Nação precisa ter as suas Forças em condições, Deus queira que nunca sejam necessárias, mas em sendo necessárias estarem adestrada para tal.

SR. WALDIR PIRES – Evidente. Essa é a minha posição. Até por diagnóstico do mundo contemporâneo que eu não imaginei que chegasse ao começo desse século com um grau de instituições internacionais tão frágeis.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – E no caso específico do Brasil com os nossos vizinhos de fronteiras, tão agressivos como andam, eu acho que isso requer até uma atenção mais acurada.

SR. WALDIR PIRES – Sobretudo pelo fato de que nós temos hoje uma instituição que esteja construindo e preservando a paz de forma eficaz, de forma eficiente, infelizmente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu perguntaria a V.Ex^a, Ministro Waldir Pires, V.Ex^a sabe a dotação orçamentária para 2007 da Proteção ao Vôo e Controle?

SR. WALDIR PIRES – Ainda não está definida.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Lamentavelmente, Ministro, é inferior a de 2006. O valor orçamentado e encaminhado pelo Executivo para essa rubrica é de quatrocentos e oitenta, para ser exato no número, é de quatrocentos e oitenta e nove milhões, inferior aos quinhentos e trinta e um milhões.

SR. WALDIR PIRES – Isso foi um cálculo, segundo eu estou informado, decorrente de um instante de ausência da VARIG no cenário nacional. Em função disso, digamos assim, uma previsão de receita que estaria reduzida pelo fato, numa eventual redução de oferta de aviões e de cadeiras e, portanto, de capacidade de voar. Essa coisa terá que ser refeita, até porque a constatação é de que nós estamos crescendo

seguidamente, ano a ano, estamos crescendo no número de passageiros.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu perguntaria ao Presidente da INFRAERO se os recursos da INFRAERO das taxas aeroportuárias estão sendo ou não contingenciadas.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Senador, números: 2005, o sistema arrecadou dois bilhões, oitocentos e sessenta e três milhões. Ao Tesouro Nacional foram recolhidos duzentos e trinta e um milhões. Não é contingenciamento, é acionista.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ao Comandante Luiz Carlos Bueno. Comandante, no início da audiência se discutiu dar uma reformulação no sistema de controle de vôo, se continuaria misto, se ficaria controlados pelos civis ou pelos militares, qual a posição da Aeronáutica sobre esse assunto?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – A posição da Aeronáutica é muito cômoda como está, mista. Porque facilita o nosso trabalho. Porém, existe um grupo de trabalho verificando como é que deverá ser. Uma coisa nós podemos garantir, nós temos que ter a defesa aérea, e a defesa aérea tem que ser de militar, não tem como de ser de outra maneira. Porque o Sistema de Defesa Aérea é ao contrário do Sistema de Controle de Tráfego Aéreo. O Sistema de Defesa Aérea é para juntar aeronaves. Quando o senhor vê uma aeronave é para o senhor levar a outra até próxima e o Sistema de Controle da Aviação Civil é um sistema para espaçar essas aeronaves. Tanto é, infelizmente, o Senador Heráclito Fortes não está aqui, mas ele lembrou que dois aviões bateram voando no nordeste, era uma esquadrilha, quatro aviões e quando tem mal tempo, aviões multimotores, eles se afastam, cada um abre um setor, um sobe, outro desce, outro vai nivelado. E aconteceu que os dois se chocaram, da mesma esquadrilha, não houve nenhuma interferência de vôo, de controle de vôo, o senhor está entendendo? Agora, depois desse estudo, é que nós vamos verificar qual é o ideal para se manter o controle de vôo. Nós estamos com algumas coisas diferentes hoje em dia, a evolução da aviação civil, positivo? Os aviões muito mais modernos, então há uma necessidade muito grande de se expandir, vamos verificar qual é a melhor maneira de se proceder.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu vou usar na última pergunta que eu faço a V.Ex^a o termo que o Senador Arthur Virgílio até criou uma polêmica aqui, a desmilitarização, do setor como se daria a separação entre as atividades do controle aéreo para a aviação civil e as funções próprias dos órgãos militares da defesa do espaço aéreo.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Isso que eu falei para o senhor a parte, vamos dizer assim, de defesa do espaço aéreo ela tem que ser militar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Essa ninguém tem dúvida disso.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Ninguém tem a menor dúvida, eu acho que nenhum dos senhores aqui. A outra parte, como já existe hoje a outra parte, ela é consequência disso aí. Porque ela foi iniciada, vamos dizer assim, com a defesa aérea, que é era... Os primeiros aviões que nós tivemos, que foram os Klostern(F) eram aviões de interceptação. Eles eram usados na Inglaterra apenas como controle de radar para sair, defender, quando vinha algum avião ele saía lá e defendia. Os nossos aviões que tem um radar em cima, o nosso R-99 Alfa que todos aqui conhecem, fabricado pela EMBRAER, eles são para fazer a interceptação de aeronaves juntamente com a LX fabricado pela EMBRAER, da mesma maneira. De fazer interceptação.

Então, essa parte ela tem que ser militar, não tem jeito. Nós temos muito medo, inclusive, de que algum traficante consiga se infiltrar, ou conseguir alguma amizade, ou alguma coisa, porque isso é extremamente sigiloso. Decolam sem dizer para onde vão, as suas ordens de missão voando e fazem as interceptações que são necessárias. A parte do controle civil, não tem problema nenhum que seja militar ou seja civil.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Obrigado, Presidente. As perguntas que tinha a fazer.

(troca de presidente)

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, com a palavra... Nós temos só mais dois oradores, dois Parlamentares inscritos, Senador Suplicy e o Senador Demóstenes Torres. Com a palavra o paciente Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Presidente Senador Delcídio Amaral, caro Ministro Waldir Pires, prezado Comandante Luiz Carlos da Silva Bueno, Sr. Marco Antônio Bologna, Presidente do Sindicato das Empresas Aeroviárias, Presidente da INFRAERO, José Carlos Pereira, prezado Milton Zuanazzi, Diretor-Geral da ANAC e Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Voo Jorge Botelho.

Gostaria de precisar uma questão na medida em que aqui nos foi exposto o volume de recursos que, por exemplo, as empresas aéreas recolhem. O Dr. Bologna informou que três bilhões e quinhentos e setenta e três milhões em taxas portuárias que foram aumentando, oitocentos e quarenta e dois em 2003, oitocentos e noventa e quatro em 2004, oitocentos e noventa e dois em 2005, previsão novecentos e cinquenta milhões

para 2006. Foram arrecadados, o Ministro Waldir Pires detalhou um pouco a respeito do que é que foi para o controle aéreo, do espaço aéreo, mas...

Então, esses recursos, na verdade, mostra uma evolução, uma evolução que guarda relação, inclusive, com o progresso da aviação civil comercial no Brasil.

Então, recursos têm havido e são recolhidos de razoável monta e nos foram aqui expostos. Eu gostaria de lhes perguntar em que medida esses recursos na avaliação, seja do Ministro da Defesa, do Comandante da Aeronáutica e presentes, em que medida esses recursos são hoje bem destinados, ou seja, tendo em vista, inclusive, a reformulação que se está fazendo, o Ministro Waldir Pires mencionou que seja a instituição mais recente da ANAC, o próprio conselho, o CONAC e assim por diante. Mas, será que esses recursos estão sendo efetuados, direcionados com boa qualidade? Haverá, da parte dos senhores responsáveis, uma avaliação de que eles poderiam ser muito melhor direcionados para os objetivos que aqui se têm, seja na área do controle de voo? Verificou-se no exame desses recursos eventuais desperdícios, abusos e assim por diante, que palavra podem nos dizer no que diz respeito a um melhor gerenciamento desse volume de recursos? Essa era a principal pergunta que eu gostaria de formular, teria outras, mas praticamente todas elas, inclusive pelo Presidente Jorge Botelho em grande parte já foram respondidas e eu quero abreviar o esforço e cumprimentá-los por toda a colaboração que tem nos dado hoje.

Então, eu vou apenas sintetizar nessas perguntas para que possa nos responder, obrigado. Eu acho que o Ministro Waldir Pires e o Comandante da Aeronáutica podem, se os demais quiserem colocar.

SR. WALDIR PIRES – Eu tenho a presunção da correção na aplicação. As aplicações em si mesmas elas são realizadas pela Aeronáutica, mas todas as contas nossas estão sempre vistas por um organismo de controle muito sério, muito adequado. De modo que, sobre o mérito das aplicações, eu pediria ao Brigadeiro porque esses próprios documentos que eu os tenho aqui me foram passados pelo setor financeiro, mas comum de acordo do Comandante da Aeronáutica.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Muito obrigado pela pergunta, Senador. Eu vou dar só um exemplo ao senhor. O CINDACTA-3 que nós começamos em 72, 73, ele foi totalmente reformulado nos últimos cinco anos. Nós hoje temos, vamos dizer, a parte mais nobre do controle de voo, terminamos aqui no CINDACTA-1 que é aqui em Brasília. Ele foi todo reformulado. Reformulamos, gastamos só nessa modernização do CINDACTA, só na modernização dos radares, 71 radares, feitos pelo próprio fabricante, porque nós

tentamos fazer uma Licitação e o fabricante disse que não daria o conhecimento da parte de quem ganhasse, mas sim ele teria que ser feito, começamos com uma discussão com 153 milhões de dólares, terminamos 121 milhões. O nosso pessoal negociando, fizemos isso em cinco anos e ele está totalmente reformulado, 70 radares. Nós compramos mais 10 radares diretamente da OACI, porque foi quem conseguiu comprar mais barato para nós foi a própria OACI comprando para a gente dos fabricantes que nós não conseguimos um preço com uma redução de preços. De modo que essa parte toda ela é moderna. Todo o sistema, eu fico muito preocupado quando nós estamos falando a respeito da comunicação, todos os sistemas de comunicação é novo, dessa parte do CINDACTA-1, quem ganhou a Licitação foi uma firma inglesa, começando de trinta e cinco milhões, nós conseguimos comprar por catorze milhões.

Com o acompanhamento da Hold Schwartz(F), alemã, firma alemã que dizia que os rádios não prestavam, essa firma inglesa, é a firma que mais vende na parte de comunicação no mundo, na parte de proteção ao voo.

Nós estamos com... O controle do espaço aéreo é o órgão nosso que tem o planejamento mais longo e nós temos cumprido todo o planejamento. Nós estamos já licitando o CINDACTA-2, todo ele, e estamos licitando o CINDACTA-3 lá do nordeste, logo em seguida dentro do planejamento previsto pelo DECEA, o Departamento Do Controle do Espaço Aéreo, volto a falar, tudo isso está aberto no SIAFI, Senador, tudo isso está aberto no SIAFI. O TCU tem nos acompanhados, eu sei que há poucos dias saiu uma nota aí que a gente comprou ração para cachorro, compramos ração para cachorro. Isso é o seguinte, o CINDACTA-2, que é um CINDACTA enterrado lá em Curitiba que já foi construído há muitos anos atrás, ele tem duas cercas que são vigiadas por animais, por cachorros que ficam ali, foi o que foi comprado. Para o senhor ver que até isso o pessoal já foi cobrar da gente no CINDACTA. De modo que todas as necessidades que são programadas pelo DECEA, elas têm sido atingidas. Está claro. Às vezes nos perguntam que nós temos restos a pagar e muitas vezes nós não conseguimos pagar tudo daquele ano porque os equipamentos não existem, eles são feitos por encomenda, sob encomenda. Então, e a gente só paga a proporção que vamos recebendo. Outras vezes, nós temos problemas com as Licitações que entra um contendor, ele entra na justiça e nós ficamos com aquele dinheiro sem poder empenhar. Mas eu poderia pedir ao Brigadeiro Vilarinho que labuta no CINDACTA, no DECEA há muitos anos, que ele pode fazer uma exposição com os principais

gastos nos últimos anos que ele tem uma tabela que ele trouxe, eu pediria que ele passasse para o senhor e que a gente pudesse fazer uma visão crítica do que em que se está gastando.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Eu pediria antes, não sei, talvez o Marco Antônio Bologna possa nos informar para estarmos conscientes, cada passageiro ao adquirir uma passagem, qual a proporção dessa passagem que é destinada, seja para a INFRAERO ou para o controle da aviação civil, ou para tudo que é necessário com respeito àquilo que foi exposto por nós. Ou seja, para que nós, passageiros, estejamos conscientes da contribuição que cada um dá na hora de adquirir uma passagem aérea.

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA: Como eu falei, a previsão para esse ano serão novecentos e cinquenta milhões, aproximadamente de taxa de embarque e taxas de navegação.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Estou mencionando em cada passagem.

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA: Basta dividir os novecentos e cinquenta milhões por aproximadamente 42 milhões de passageiros transportados esse ano.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Mas o senhor não há uma definição? Vamos supor, se eu comprar uma passagem de mil reais.

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA – O destaque está na taxa de embarque que é paga separadamente. As taxas de navegação e de comunicação são pagas diretamente pela companhia.

Então, no total dos custos do setor, os encargos que vêm de taxas de embarques ou tarifa de navegação chegam aproximadamente ao redor de 10% do nosso custo total.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, pela ordem.

SR. MILTON ZUANAZZI – Senador, só para satisfazer a sua... Mais ou menos aí a casa de vinte e poucos reais por bilhete.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Por bilhete? Então não depende do valor do bilhete?

SR. MILTON ZUANAZZI – É. Tem taxas que são fixas, por exemplo, taxa de embarque o senhor vai pagar internacional um valor, no México é outro. Conforme o aeroporto tem taxas diferenciadas, por isso que não tem... Mas é mais ou menos esses novecentos e cinquenta divididos por 42 milhões de passageiros que deve dar o ano de 2006.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Portanto, se trata de um valor normalmente fixo e não

sobre o valor da passagem, não é uma taxa sobre o valor da passagem.

SR. MILTON ZUANAZZI – Isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Está bem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Pela ordem, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu gostaria só de esclarecer uma dúvida com o Dr. Marco Antônio Bologna, esse valor que V.Ex^a. se referiu de novecentos e poucos milhões, são taxas para pousos e decolagens de uso de aeroporto ou está incluída também as taxas de embarque dos passageiros, dos novecentos?

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA: Dos novecentos e cinquenta milhões, um terço é taxas aeroportuárias e dois terços são taxas de navegação e comunicação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Um terço seria, então, dos passageiros?

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA: Que é destacado diretamente como taxa de embarque. Aí, você tem também obviamente outras taxas no aeroporto que exclusivamente taxa de embarque, como taxa de armazenamento, taxa de parada de avião, então, são no total, ela dá esse montante novecentos e cinquenta, sendo um terço do aeroporto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Obrigado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Senador Demóstenes, pela ordem.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sugeriria a V.Ex^a, eu tenho duas perguntas a fazer, são perguntas muito rápidas e sou o último inscrito, se eu poderia fazer, obter as respostas e em seguida o nosso comandante Vilarinho faria a exposição e encerraria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Eu gostaria, então, de propor aos Srs. Senadores, Deputados, então, Senador Demóstenes faria as duas perguntas, foi dada a abertura hoje para o Deputado Gabeira, o Deputado Bolsonaro quer também apresentar algumas sugestões, então, nós faríamos os dois e depois fecharíamos com essa apresentação dos investimentos, Ok? Então, com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sr. Senador Presidente, Sr. Ministro, Sr. Comandante, Srs. Presidentes de Sindicato, Sr. Presidente

da INFRAERO, Srs. Senadores e Srs. Deputados, eu tenho duas perguntas a fazer, uma é ao Diretor-Geral da ANAC, Milton Zuanazzi, eu tenho visto na TV, especialmente, duas vezes eu vi dizendo que, primeiro, a ANAC não tem soltado com frequência os boletim de atrasos e cancelamentos de vôos, quando faz, quase sempre está em atrito, está em contradição, os dados não batem com aqueles divulgados pela INFRAERO. Então eu perguntaria a V.S^a se isso tem procedência, segundo, se nós já temos o boletim de hoje sobre cancelamentos e atrasos e se temos, se podem ser divulgados. Se esses boletins podem ser divulgados. E perguntaria ao Ministro Waldir Pires, todos nós, embora seja da oposição, temos preocupação com a posse do Sr. Presidente da República. É claro que uma posse que pode ser mais ou menos concorrida, mas esse ano, devido a festa de fim de ano etc, teremos aí tv a posse que agravar ainda mais essa situação, eu digo que pode ser mais ou menos concorrida, porque pode acontecer aquele fenômeno de que o Dunga deu uma declaração no Globo Esporte domingo, eu gostei muito do que ele disse, ele disse o seguinte, que os zagueiros atuais eles são muito ruins, então ele vai dar uma nova oportunidade aos zagueiros que foram chamados anteriormente, e ele deu um nome interessante, ele disse que irá “rechama-los” novamente.

Então, vá que o Presidente da República resolva dar a mesma oportunidade aos atuais Ministros, resolva “rechamá-los” novamente, pode ser que os novos que poderiam ser chamados não tenham a oportunidade de trazer aquela quantia imensa, digamos assim, de Assessores e de (inaudível) que gostam muito das posses.

Então pode, V.Ex^a sabe, tem essas bocas todas, político, jornalista e etc. E vai haver um tumulto muito grande em Brasília. O senhor acredita que até lá, nós teremos a estrutura suficiente para estar com esse setor normalizado para que nós possamos realizar a posse do Presidente com tranquilidade, nesse aspecto naturalmente?

SR. WALDIR PIRES – Se o Senador me permitir, eu estou mais preocupado com o Natal e o Ano Novo do povo brasileiro e creio que essa é a posição do Presidente. Muito mais preocupado, ele é ansioso, mesmo com essa situação toda que está aí. Nosso esforço é este. Eu digo assim cotidianamente, de que é preciso que nós possamos nos dar as mãos e construir o que for possível como uma institucionalidade que esteja dentro da realidade contemporânea, que tranquilize a população.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – O senhor acredita que esses acontecimentos, incluindo a posse, até lá nós teremos a tranquilidade para que

isso ocorra, vamos chamar pelo nome que está sendo chamado, vamos apelidar as palavras, até lá o “apagão aéreo” já estará resolvido, o senhor acredita nisso?

SR. WALDIR PIRES – Eu acho que isso não chegou a ser propriamente um apagão, é uma coisa distinta. Eu creio que nós poderemos fazer um grande esforço, nós todos de juntarmos a todos os profissionais de controle o que estamos fazendo, Comandante da Aeronáutica está convocando setores, vários, nós estamos aí tentando preparar profissionais que estão saindo agora, mas que não fizeram ainda a sua residência que eles façam rapidamente essa residência que venham para uma situação mais de retaguarda e que conseqüentemente liberem os controladores mais preparados para atividades mais de frente, que nós tenhamos a possibilidade de contratar esses aposentados de pouco tempo, terá que ser de pouco tempo, por causa da natureza mesmo da nossa tecnologia vigente aqui, por exemplo, em Brasília, dois, três anos atrás e que possa rapidamente recuperar a sua experiência, os seus reflexos, se ajustarmos as nossas condições, eu creio que sim, eu creio que não posso lhe dar, mas penso muito lhe dar uma situação muito definitiva dentro de um ano, dentro de um ano, dentro mais de um ano, então, uma posição bem clara, bem tranqüila, isso sim, isso eu creio. Por isso que é preciso um pouco de pé no chão, de cautela, você não encontra o controlador no mercado, você tem que formá-lo, a formação do controlador é uma formação que é feita com uma competência muito grande por duas escolas da Aeronáutica.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– Então, se eu bem entendi V.Ex^a prevê a normalização em um ano. Mais ou menos.

SR. WALDIR PIRES – Vejo bem, não é normalização, eu digo daqui um ano a expectativa de que nós estejamos podendo acompanhar a evolução das coisas. Eu tenho esperanças de que nesses próximos 30, 60 dias nós estejamos muito mais sólidos do que hoje. Não completamente tranqüilos, não. Não completamente tranqüilo, mas muito mais sólidos e aí precisamos do apoio de todas as áreas, das companhias de aviação, dos próprios mecanismos dos vôos, ajustamentos. Eu dizia há pouco a um de seus colegas que lendo a literatura sobre o episódio do Presidente Reagan levou seis meses de dificuldades e fez com que durante seis meses os vôos de aeronaves menores, mais próximas fossem todos eles fora das áreas de radares e, no entanto, teria muito maiores possibilidades do que nós.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– Seria mais interessante, Ministro, já marcar o vôo

para a hora do atraso, a gente chegaria atrasado para pegar o avião e sair no horário.

SR. WALDIR PIRES – Não, vamos ser mais otimistas, vamos ser mais otimistas. Vamos ter o pé no chão e vamos ter vontade. Eu acredito muito no preparo, no treinamento e na vontade do esforço a fazer, acredito. Em um pouquinho mais de tempo, aí nós levantamos as cabeças e diremos assim, temos as melhores coisas que existem no mundo contemporâneo em matéria de controle, até porque o Brasil está crescendo muito e vai crescer, nós somos um País em que as gerações do passado fizeram loucuras em relação a transporte, acabaram as ferrovias, você não tem alternativas. O que ocorre a um cidadão europeu, ou a um cidadão americano se ele não voa para chegar com trinta e quatro minutos, ele chega com três, quatro horas. Nós não temos essa possibilidade, então temos que tratar isso com muita atenção, com muito cuidado. E para todas essas soluções, como é que serão elas? Nós vamos, provavelmente, elaborá-las, submeter à decisão de Governo, provavelmente vamos precisar das deliberações do Parlamento, do Congresso. Provavelmente, é isso.

SR. MILTON ZUANAZZI – Senador, os boletins que nós publicamos na normalidade são mensais, boletins de regularidade das empresas e dos atrasos de vôos. E aqui é importante fazer um esclarecimento para a própria imprensa. No episódio da crise da VARIG já aconteceram coisas semelhantes, as informações eram desconstruídas em termos de números. Por quê? A INFRAERO recebe da ANAC as chamadas HOTRANs, horários de transporte e publica lá na sua tela. Se a empresa está ou não operando por decisão gerencial, digamos, da empresa, está publicado lá na tela da INFRAERO, que aquela HOTRAN, naquele horário é da empresa X. Se essa empresa não operou, vai aparecer lá, “cancelado”.

Então, isso faz parte de uma normalidade desse processo e a empresa tem 30 dias para cancelar essa HOTRAN, passados os 30 dias e ela não usando essa HOTRAN, automaticamente a ANAC recolhe e a HOTRAN deixa de ser daquela empresa e pode ser entregue a outra, mas esses 30 dias os nossos regulamentos nos obrigam a mantê-los.

Então, naquele episódio da VARIG ocorria isso, aparecia lá tela da INFRAERO um volume de cancelamentos da VARIG e a ANAC tinha uma outra informação, por quê? Já havia vôos que não estavam sendo voados, então estavam cancelados em função daquela conjuntura, de uma questão estrutural. Ocorre de certa forma agora coisa semelhante. Para isso, nós temos uma reunião amanhã de manhã. Primeiro para dizer que instalamos um Gabinete de Crise lá dentro do DECEA,

com as empresas aéreas, com a INFRAERO, com a ANAC, há 15 dias atrás que nós estamos trabalhando toda essa questão de cancelamento, agora nós avançamos para dizer o motivo do cancelamento, porque nem tudo, eu volto a exigir, é problema do tráfego aéreo, pode ser, mas pode não ser. Ontem, nós tivemos um dia grave, o Brigadeiro J. Carlos já citou também, foi um dia horrível para os atrasos e o principal motivo foi climatológico, fechar o aeroporto de Congonhas três horas é algo realmente complicado.

Então, nós estamos amanhã ajustando a informação para prestar mesmo, inclusive prestar a informação também a opinião pública no balcão do *check-in*, no alto-falante da INFRAERO, no spit(F) lá do piloto para que todo mundo tenha a mesma informação com essas motivações. Mas eu acho que isso explica às vezes os números dispares. Quanto à hoje, é uma informação aqui por telefone sem poder sair da mesa, mas eu diria que a situação, em relação à ontem, é muito melhor, nós estamos com um problema razoável em Salvador, há um volume de vôos um pouco maiores, em São Paulo a situação bastante boa, no Rio há também um volume um pouco maior que São Paulo, em Porto Alegre um único atraso, em toda a gerência, um único vôo de cinco horas, Belém também registra um pouco de atraso entre 30 minutos e uma hora e Manaus teve problemas na madrugada, mas não teve mais problemas durante o dia. No nosso escritório que nós temos em Curitiba, são sete regionais e um escritório, somente um vôo teve atraso de 40 minutos.

Então, de fora que esse relatório como eu diria, não oficial, mas que eu recebi aqui por telefone, mas de um modo geral, dá para dizer que o dia é muito melhor do que o de ontem.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Concedo a palavra ao Deputado Bolsonaro.

DEPUTADO JAIR BOLSONARO (PP-RJ) – Senador Flexa Ribeiro, em nome do igual cumprimento, os integrantes da Mesa. O meu vôo atrasou duas horas do Rio hoje para cá. Estava marcado 10h45 e decolou 12h45, mas tudo bem.

Primeiro, para... A gente não vai discutir o passado aqui, mas já que o nobre Ministro Waldir Pires falou em democracia de verdade e ela só pode ser construída com a verdade da história, dizer ao nobre Jorge Botelho do Sindicato dos Trabalhadores de Proteção ao Vôo, que do lado gasômetro, bem do lado vizinho, na mesma quadra vizinho, temos ali o CPOR, com efetivo de quase dois mil homens. À frente do gasômetro temos o BATRAN de guardas, em torno de mil

homens, vizinho ao BATRAN de guardas, a 5ª Brigada de Cavalaria Blindada e um pouco mais de direção a Quinta da Boa Vista, o 21 (inaudível) onde eu servi. Aí, então, V.Sª começa a pensar a quem pensaria um possível atentado terrorista aquele local.

Dizer uma coisa ao nobre Ministro Waldir Pires, há uma preocupação, sim, com os Sargentos, estão ganhando pouco, mas não queremos aqui abrir, botar uma cunha entre Oficiais e Praças. Que só nas Forças Armadas de janeiro a outubro do corrente ano, 156 capitães pediram baixa. Ou foram embora a pedido ou *ex officio*. E eu acho que é um caso que a defesa tem que começar a se preocupar de o porquê de tantas baixas. Porque isso equivale, até ao momento, uma turma da academia da Força Aérea e que vale uma turma da Escola Naval, equivale a meia turma da Academia Militar das Agulhas Negras. É um sinal que a insatisfação está muito grande. Não é apenas no meio dos militares Sargentos, controladores de vôo. Não. É um fato preocupante que eu acho até que deve chegar ao conhecimento do Chefe Supremo das Forças Armadas, porque não há democracia forte sem Forças Armadas forte. Isso, as baixas todas levando-se em conta, inclusive, Senador Suplicy, que um Capitão ou Tenente para pedir baixa, ele tem que indenizar a Força, indenização que o passam, muitas vezes, a cem mil reais. Se não fosse essa camisa de força, com toda a certeza, essas baixas viriam muito maiores o que seria, estaria se instalando uma crise aqui na questão das Forças Armadas.

A minha opinião particular que corrobora com o Jorge Botelho, a questão salarial, que no orçamento está sendo votado agora para o ano que vem, está previsto zero de recomposição para com os militares das Forças Armadas, e isso leva ao estímulo a força, leva os estímulos o fatos de estarmos completando agora em dezembro seis anos, meia dúzia de anos que a Medida Provisória 2215 que trata da Lei de Remoderação dos Militares tenha sido votada, e não vi qualquer movimentação por parte de autoridades civis ou militares, junto a essa Casa, democraticamente para pedir a sua votação com algumas Emendas para corrigir e buscar aí um meio termo entre o que nos foi tirado abruptamente naquele momento. E a grande preocupação que eu tenho, a partir do momento que a CUT mostrou-se favorável a desmilitarização do setor, é que a CUT, com esse setor estratégico na mão, não haverá mais greve perdida para ela.

Então, a coisa estratégica, deve ser preocupante para nós, que nós sabemos, particularmente, a minha opinião qual é o destino final, o que a CUT pretende com isso daí. E a questão dos controladores, no meu entender, é a ponta do iceberg. Gostaria apenas que o

nosso Ministro Waldir Pires falasse sobre as 156 baixas, ou o Comandante da Aeronáutica para nós começarmos a estudar a crise militar que está latente e no meu entender, pode desaguar em algo muito mais grave do que a greve dos controladores no momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ministro Waldir.

SR. WALDIR PIRES – Veja bem, esta é uma questão importante, é uma questão grave. Eu nem quero nesta vida que eu ainda vejo pela frente, se puder ela se alonga, portanto nesse outono eu quero mais nunca ouvir falar em crise militar, nunca mais, portanto, se trata de que nós estudemos tudo, estudemos em profundidade. Eu acho toda essa questão militar brasileira hoje, uma coisa fascinante pela importância que tem para o Brasil e para o mundo muito mais do que em outras ocasiões até e evidente que é um estudo profundo que se terá que fazer, isso tem a ligação muito grande com todo um período que nós vivemos de uma tentativa de desmantelamento se não de um amesquinamento do Estado Brasileiro, é uma questão profunda política do Estado Democrático, de modo que se você me permite, a gente vai ter que resolver essa problemática agora do País, da Nação, não há nada mais sério do que o Brasil não ter um sistema de tranquilidade nos vãos civis, fizemos nesses 40 ou 50 anos uma loucura, suprimimos as ferrovias, suprimimos os outros transportes. Sem avião, sem aviação o que é que se fará? Portanto, é um assunto importante.

Eu aprendi na vida que a gente vai resolvendo as coisas de forma definitiva e séria caminhando e passo a passo. De forma que se o meu caro colega de velhas lides Parlamentares me permitir, deixe-me ajudar a resolver esse problema agora e vamos pensar, vamos ver as coisas como serão, esta reformulação do Estado Democrático Brasileiro é uma coisa importante. De modo que nem tenho como antecipar, mas estou de acordo que é preciso que a gente se volte para... Com preocupação para refletir sobre tudo isto. E joga com fatores os mais diversos, de natureza material, de aparelhamentos, de tecnologia, coisas muito amplas, muito diversas. Não sei que tarefa vai me caber, mas, enfim, se couber, é uma coisa que eu entendo que é muito importante para o Brasil porque esse vai ser um grande País desse século. Um País com a cultura do Brasil, com a generosidade do seu povo, com a nossa continentalidade, é um País que deve estar preparado. E com o mundo aí sem rumos, sem instituições, infelizmente, adequadas para organizar um planeta que já está muito pequenininho, muito reduzido e que nós já começamos a chamar de uma aldeia, portanto que precisa ter condições de conviver com relações jurídicas, com relações econômicas, com

relações sociais, com relações políticas, que assegurem a dignidade da pessoa humana, esse é o grande desafio. Vamos ver.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Por último, Brigadeiro Vilarinho para responder a segunda do Senador Suplicy.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO: Obrigado, Sr. Presidente. Senador Suplicy, conforme V.Exª solicitou, eu vou apresentar duas planilhas apenas, e aí a primeira parte da primeira planilha... São duas planilhas, começa 2000 e vai até 2007. Nós dividimos em áreas os nossos investimentos nesses anos. Sistema radar são revitalização ou aquisição de novos radares, o tratamento e visualização de dados, são consoles, monitores e computadores colocados nos centros, com *software* novo, que é um *software* nacional, que nós já vimos uma foto aqui do Centro Brasília, isso é todos os centros e centros de controle de área e de aproximação, telecomunicações, é auto-elucidativo, auxílios a navegação e aproximação. São os equipamentos de navegação que estão sendo adquiridos ao longo dos anos.

Estações e sistemas de meteorologia, suprimento técnico, aquisição de suprimento para manutenção de todos esses sistemas. E a infra-estrutura civil são as construções civis que foram necessárias para abrigar os equipamentos.

O senhor teve aqui em 2000, nós tivemos duzentos e noventa e oito milhões de investimentos, 2001, cento e noventa e sete milhões, 2002, duzentos e setenta e dois, 2003, duzentos e vinte e nove milhões, aqui, 2004, duzentos e treze, 2005, duzentos e setenta e seis milhões, duzentos e vinte e oito para 2006. E o nosso estimado para dois mil e sete cento e sessenta e nove.

Ou seja, dentro de 2000 a 2007, inclusive, um investimento total, incluindo o planejado para 2007, de um bilhão e oitocentos e noventa e cinco milhões. E aqui o senhor tem os investimentos por área nesses últimos oito anos, incluindo o planejamento de 2007. Eu além desse, tenho, vou mostrar ao senhor, grandes projetos o nosso planejamento para até 2016. Nós gostaríamos saber se o senhor tem alguma pergunta sobre isso aí.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – O orçamento da INFRAERO é outro ou está aqui incluído, se me permite, por exemplo, a INFRAERO constrói aeroportos, reforma os aeroportos e assim por diante com o seu orçamento, isso é outro orçamento?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO: É outro orçamento. Esses aí são exclusivos da parte das tarifas de navegação e telecomunicação, são duas tarifas que estão empate, parte dessas tarifas vêm

para o Comando da Aeronáutica e do Comando da Aeronáutica para o DECEA. São esses recursos que nós estamos mostrando aí, apenas essa parte da tarifa que nos cabe.

SR. MILTON ZUANAZZI – A INFRAERO arrecada e transfere para o comando da Aeronáutica. Algumas tarifas, essas de navegação, por exemplo.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO: Essas de navegação, parte fica com... Metade fica com a INFRAERO e a metade fica com a Aeronáutica. Menos um pouco da metade porque tem um... É, porque tem 8% que é do sistema de arrecadação. 41 para cada um. 41,5 para cada um.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Me permite, então, um esclarecimento. Quando eu perguntei quanto cada passageiro paga e o Sr. Milton Zuanazzi citou, por exemplo, vôos domésticos vinte reais, é a taxa de embarque, isso é diferente do que cada passageiro paga para a INFRAERO.

SR. MILTON ZUANAZZI – Embarque, todo que o passageiro paga é para a INFRAERO e o Tesouro Nacional. Não vai para a Aeronáutica, não.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – E aí é uma proporção, ou é uma taxa fixa de cada passagem?

SR. MILTON ZUANAZZI – Não, senhor. É por categoria de aeroporto. São quatro categorias, cada categoria de aeroporto tem uma taxa.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Para dar uma idéia, então, cada passagem que sai de Congonhas.

SR. MILTON ZUANAZZI – Vinte quatro reais e quarenta e seis centavos num aeroporto classe um.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Obrigado.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO: Vamos a próxima, agora aqui dentro daqueles grandes grupos, sistemas radar, nós colocamos aqui os principais projetos, não são todos. Esse aqui, o tal do projeto opera, modernização de setenta e nove sistemas radar, dos seaves(F) que é a fase um e dois. Trezentos e noventa e nove milhões de reais, iniciou em 2001 e terminamos em julho desse ano. Todo o sistema foi colocado no “estado da arte”, na parte eletrônica do radar.

Bom, ainda tivemos aqui outros projetos na área de radar: Modernização de simuladores de guerra eletrônica, e aqui alguns são ainda projetos, 2007 para 2008. Aquisição e instalação de 11 radares de área terminal, o tipo Star 2000, noventa e nove milhões, começou em 2001 e terminamos em 2006. Aqui canais meteorológicos para esses 11 radares, foram realizados em 2005, trinta e dois milhões. Modernização dos

subsistemas de transmissão, de 26 radares. Isso aqui nós estamos iniciando esse ano para terminar em dois mil e onze. Então o senhor verifica que na parte de radares, nós fizemos uma fase de 2001 a 2006 e estamos iniciando outra de 2006 a 2011. É para mostrar a V.Exª o nosso planejamento a longo prazo a medida que os recursos vão entrando, nós vamos realizando o nosso planejamento.

E aqui tem mais uma série aqui que o senhor vai vendo aqui, que 2005 a 2008, 2007 a 2008. Tem esse aqui de substituição de substituição de três radares de rota tridimensionais. São radares utilizados no CINDACTA-1 e no CINDACTA-2 hoje. Esses radares nós estamos prevendo trocá-los em 2012, e temos aqui mais outros projetos tudo na área de radares.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Muito bem.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO: Aqui até 2013, por favor. Eu vou passar rapidamente as outras áreas. Esse foi só de radar. Sistema de tratamento de visualização de dados, a tal modernização do CINDACTA-1 que o Brigadeiro Bueno falou, quarenta e um milhões terminando em 2005. Nós já iniciamos a do CINDACTA-2, no valor de vinte e dois milhões, começou em 2005, vamos terminar em 2008, e estamos já fazendo as especificações para o CINDACTA-3 que é Recife, 2007 a 2009, vinte e cinco milhões. E a implantação do CINDACTA-4 que é lá no SIVAM que já foi realizado, cento e sessenta e dois milhões de 2000 a 2005. E esse mesmo CINDACTA aqui ele será modernizado, vai receber *software* nacional e consoles e computadores nacionais. Estamos estimando isso aqui para 2012 a 2015. E isso aqui continua, não sei se V.Exª interessa chegar a todos os detalhes, mas o nosso planejamento a longo prazo, setor por setor.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Agradeço ao Brigadeiro Vilarinho e não havendo mais inscritos, eu agradeço a presença do Ministro de Estado da Defesa Waldir Pires, do Tenente-Brigadeiro do Ar, Luiz Carlos da Silva Bueno, o Comandante da Aeronáutica, Sr. Milton Zuanazzi, Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação, ANAC, Tenente-Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da INFRAERO, Sr. Jorge Botelho, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Vôo, Sr. Marco Antônio Bologna, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, e declaro encerrada a presente reunião.

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão De Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura, do dia 22 de novembro de 2006, às 10:00 horas

Às doze horas e cinco minutos do dia vinte e dois de novembro do ano de dois mil e seis, na Sala nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **JONAS PINHEIRO, FLEXA RIBEIRO, WELLINGTON SALGADO, ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, SERYS SLHESSARENKO, AUGUSTO BOTELHO, ÁLVARO DIAS, ROMERO JUCÁ e IDELI SALVATTI**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidência dispensa a leitura da Ata anterior, que é dada como aprovada e informa que a presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão ao Orçamento de 2007. O Presidente apresenta ao Plenário as emendas relacionadas por consenso pela Comissão. Usam da palavra, para discussão, os Senadores **FLEXA RIBEIRO e ROMERO JUCÁ**. Após a discussão da matéria, foram aprovadas pela Comissão as seguintes emendas ao Orçamento de 2007: **EMENDA Nº 01-CMA**: Tribunal de Contas da União – TCU – Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais, no valor de R\$ 150.000.000,00, de autoria dos Senadores **LEOMAR QUINTANILHA e ROMERO JUCÁ**, com a respectiva **EMENDA DE TEXTO, Nº 01-CMA**, – Emenda aditiva ao Anexo V, para adequação da lei a essa emenda aprovada por esta Comissão; **EMENDA Nº 02-CMA**: Comando da Marinha – Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – Pesquisa e Monitoramento Oceanográfico, no valor de R\$ 150.000.000,00, de autoria da Senadora **SERYS SLHESSARENKO** e dos Senadores **JONAS PINHEIRO, LUIZ OTÁVIO, CÉSAR BORGES, AELTON FREITAS, FLEXA RIBEIRO, SIBÁ MACHADO e LEOMAR QUINTANILHA**; **EMENDA Nº 03-CMA**: Comando do Exército – Instalação e Adequação de Organizações Militares, no valor de R\$ 80.000.000,00, de autoria dos Senadores **FLÁVIO ARNS e FLEXA RIBEIRO**; **EMENDA Nº 04-CMA**: Ministério do Meio Ambiente – Combate à Desertificação, no valor de R\$ 200.000.000,00, de autoria dos Senadores **FLEXA RIBEIRO, ROMERO JUCÁ e LEOMAR QUINTANILHA**; **EMENDA Nº 05-CMA**: Agência Nacional de Águas – ANA – Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas, no valor de R\$ 260.000.000,00, de autoria das Senadoras **IDELI SALVATTI e FÁTIMA CLEIDE** e dos Senadores **ROMERO JUCÁ, SIBÁ MACHADO e FLEXA RIBEIRO**. Nada mais havendo

a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCDB-TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do consumidor, Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura. Os senhores Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da Ata da Reunião anterior, permaneçam como se encontram. Destina-se esta... Aprovada a dispensa da leitura da Ata.

Destina-se esta Sessão para discussão e votação das Emendas da Comissão ao orçamento de 2007. Nós recebemos um número bastante expressivo de Emendas de diversos segmentos. Delas, com o mesmo objeto e delas que já foram contempladas em outras comissões. Da depuração que fizemos e do contato já prévio mantido com S. Exas, nós definiríamos aqui as propostas que têm revelado consenso da Comissão, para acolhimento da Comissão.

Seria primeira, Tribunal de Contas da União, destinada a fiscalização das aplicações dos recursos públicos federais. A segunda, que teve 13 propostas semelhantes, destinada ao comando da Marinha, reservada a pesquisa e monitoramento oceanográfico.

SENADOR JONAS PINHEIRO(PFL-MT) – : Sr. Presidente, nesse segundo...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCDB-TO) – Com a palavra V.Exª.

SENADOR JONAS PINHEIRO(PFL-MT) – : Nessa segunda, o valor aí da maioria, que está em seis e setecentos, na verdade a Emenda é oitenta e sete mil...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCDB-TO) – É verdade, Senador. Nós recebemos uma nova Emenda e vamos ajustar os valores das Emendas apresentadas.

É oitenta e seis milhões e setecentos mil. Dessa Emenda que V.Exª se refere. A terceira, que mereceu a apreciação da Comissão, é relacionado ao comando do exército, e destinada à adequação das instalações e organizações militares.

Nós sabemos das dificuldades que o exército está enfrentando para adequar os seus postos de gasolina esparramados pelo Brasil. E essa vai ser uma forma que o exército terá de ajustar-se à Legislação

vigente. A outra proposta, o Ministério do Meio Ambiente, é o combate à desertificação. A outra também do Ministério do Meio Ambiente, da sua Agência Nacional de Águas, proposta apresentada por diversos dos senhores Senadores, destinada à remoção de cargas poluidoras de bacias hidrográficas. Contempla aqui e fica contemplada inclusive, a propositura do Senador Paulo Paim, e dos demais senhores Senadores que apresentaram as propostas. São as cinco...

(Pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCDB-TO) – Eu vou ajustar os números das Emendas, porque foram várias Emendas apresentadas. Nós vamos ajustar...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Ajustar valores também.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCDB-TO) – Vamos ajustar valores, e... E o número. Nós já verificamos as cinco da Comissão? As cinco. Em discussão a proposta apresentada. Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, uma Emenda que tratava de recursos para a Agência Nacional de Petróleo, no sentido de colocar recursos da ordem de 50 milhões para as atividades de fiscalização, da distribuição e revenda de derivados de petróleo.

Essa Emenda não foi pelo Relatório da Comissão acatada, até porque eu também subscrevo a Emenda do Senador Flávio Arns, da necessidade de atender o exército, o comando do exército com relação à adequação dos seus postos. O assessor parlamentar do exército estava nos explicando que existem hoje 700 postos do exército em condições inadequadas, recebendo multa da própria ANP.

Então, há necessidade desses recursos para que eles possam fazer declaração dentro da Legislação desses postos. E mesmo porque, eu acho que todo o esforço que se possa fazer no Congresso para atender as Forças Armadas, no sentido da sua reestruturação, tanto exército, quanto Marinha ou Aeronáutica, deve ter o apoio de todos os Senadores como tem na verdade.

Mas essa Emenda da ANP, eu quero fazer a justificativa dela, a ANP hoje conta com 88 fiscais para fiscalizar 33 mil postos de combustíveis e mais de 75 mil revendedores de gás de cozinha. Apesar deste quadro, já neste ano arrecadou nas suas fiscalizações 12 milhões de reais. A agência necessita de um laboratório para analisar a qualidade dos combustíveis e de verba para a manutenção dos funcionários das atividades de fiscalização. Hoje essa verba é zero.

E aí eu quero fazer um registro nessa Comissão e o líder do Governo na sua competência, ele pode ajudar a ANP a resolver este problema, que o valor é tão pouco, 50 milhões de reais das suas necessidades para esta atividade de fiscalização e quando ela tem hoje, Senador Romero Jucá e ainda ontem na Audiência Pública aqui que tivemos, sobre o infausto acidente da Gol, se o Ministro Valdir Pires, repetidas vezes aqui disse que não há contingenciamento. Não havia contingenciamento. E aqui eu estou recebendo a informação que a ANP tem hoje contingenciado 3.2 bilhões de reais. Quer dizer, é inimaginável que uma agência que tenha três bilhões de reais contingenciados, venha solicitar ao Senado Federal, à Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, uma Emenda de Comissão de 50 milhões para atender a sua atividade de fiscalização, que vai atender a defender o usuário final, da qualidade do combustível, na quantidade do combustível correta.

Então, não podendo ser atendida nas Emendas, eu solicito ao líder do Governo para que faça a gestão junto à área da Fazenda no sentido de liberar desses três bilhões e duzentos milhões contingenciados, pelo menos os 50 milhões necessários para atender a área de fiscalização da ANP.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCDB-TO) – Senador Romero Jucá, quer tecer alguma consideração a respeito?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu quero registrar que eu entendo a preocupação da ANP, do Senador Flexa Ribeiro, dizer que essa questão do contingenciamento é uma questão de operação do orçamento.

Na questão da dotação específica do próximo ano que a ANP pede mais 50 milhões de suplementação dessa atividade, talvez uma solução já que a ANP tem recursos próprios, tem receita própria, fosse o próprio comando da ANP, encaminhar ao Relator do orçamento, uma restimativa de receita, porque provavelmente a receita deve estar subestimada, e aí aumenta a receita em 50 milhões e aloca a despesa exatamente nessa ação de fiscalização. Eu me disponho a ajudar no que puder porque a ANP é um órgão extremamente importante para o País. Eu acato o apelo de V.Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – V.Ex^a também se compromete a ajudar a não contingenciar os 50 milhões de 2007.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Aí só quando eu for Ministro da Fazenda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Tem o meu apoio. Já lhe disse.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCDB-TO) – Senador Flexa Ribeiro, a

Comissão compreende a pertinência da propositura apresentada pela ANP, mas entende que a demanda apresentada pelas Forças Armadas, particularmente pelo Exército Brasileiro, merece prioridade nesse pleito e vai definir por isso. De sorte que nós apenas releríamos aqui...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, com o meu voto favorável para as Forças Armadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCDB-TO) – Perfeitamente. Nós vamos re-ler aqui as Emendas aprovadas com os seus valores ajustados, para depois submeter à votação dos eminentes Srs. Senadores. Nós não encerramos ainda o processo de discussão, acaba de chegar a Senadora Serys Slhessarenko, não sei se entende, S.Ex^a, se quer participar da discussão. Parece que não. Encerrada a discussão.

A primeira Emenda destinada ao Tribunal de Contas da União, tem a autoria Leomar Quintanilha e Romero Jucá, Senador Romero Jucá, Tribunal de Contas, fiscalização e aplicação dos recursos públicos federais. Valor de cento e quarenta milhões, seiscentos e doze mil e quatorze. Essa é a primeira. (falha no áudio)

A segunda, destinada ao comando da Marinha e tem como autores os eminentes Senadores Jonas Pinheiro, Serys Slhessarenko, Luiz Otavio, César Borges, Aelton Freitas, Flexa Ribeiro, Sibá Machado e Leomar Quintanilha. Aprovada...aprovada, não. O valor é de oitenta e seis milhões e setecentos.

A terceira, comando do exército, Emenda de autoria do eminente Senador Flávio Arns, no valor de quarenta e cinco milhões e noventa e oito mil e vinte, destinada à adequação das instalações de organizações militares.

A quarta, de autoria do Senador Leomar Quintanilha. Destinada ao Ministério do Meio Ambiente, no combate à desertificação, no valor de duzentos milhões.

A Emenda nº. 05, destinada à Agência Nacional de Águas, para a remoção de cargas poluidoras de bacias hidrográficas. Autoria das eminentes Senadoras Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Romero Jucá, no valor de 150 milhões. Aqui contempla a proposta do eminente Senador Paulo Paim e Sibá Machado. Senhores Senadores, são essas então as Emendas com os seus respectivos valores, submetidos à sua apreciação. Em discussão... Já havia encerrado a discussão, Senador. Nós já estamos no processo de votação. Já havia encerrado a discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sim, mas os valores foram anunciados agora. Eu só queria ajustar os valores, se possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCDB-TO) – Tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com relação ao comando da Marinha, que está em oitenta e seis e pouco, eu sugeriria aos companheiros que nós pudéssemos colocar isso em 150 milhões. Até porque, experiência aí do nobre Senador Romero Jucá, ele sabe que quando vai a Emenda de oitenta e seis daqui, vai sofrer cortes profundos lá. Então, a gente tem que ter essa... A minha sugestão...

(Pronunciamento fora do microfone).

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu acho. Porque chega lá, vai dar quarenta, trinta... Sei lá quanto que vai. Então, sugeriria aumentar para 150 milhões essa aqui, e aumentar a do exército para 80 milhões. Em vez de 45.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCDB-TO) – Em discussão a proposta apresentada pelo eminente Senador Flexa Ribeiro. Não havendo quem queira discutir, em votação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador, só um esclarecimentozinho que temos que fazer aqui. A assessoria me lembra que foi aglutinado na Emenda da Senadora Ideli Salvatti.

Então, aqui teria que ser 260 milhões, uma Emenda nacional para investimento e remoção de cargas poluidoras das bacias hidrográficas. Só questão de números. Ok?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCDB-TO) – Perfeitamente. Em votação a proposta de ajustamento de valores apresentada pelo eminente Senador Flexa Ribeiro. Não havendo quem queira discutir...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCDB-TO) – Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Também pedindo o arredondamento da Emenda do TCU para 150 milhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCDB-TO) – Se os Srs. Senadores estão de acordo... Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – A minha foi acatada, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCDB-TO) – Claro. Estando os Srs. Senadores de acordo com as propostas de justamente apresentadas...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Foi mais de 200 milhões em cima da Emenda proposta para a bacia. Está bem? Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCDB-TO) – Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Sem nada mais a tratar, agradecendo a participação de todos, declaro encerrada a reunião.

(interrupção no áudio).

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCDB-TO) – - para submeter à apreciação dos Srs. Senadores uma Emenda de redação. A Emenda de redação do Tribunal de Contas da União. A Emenda de redação ao PL 15/2006. Pesquisa e monitoramento... Não, não é essa. Emenda... Senador Jonas Pinheiro, a proposta de Emenda de redação do Tribunal de Contas da União, exatamente para ajustamento do texto da Lei Orçamentária aprovada. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Agradecendo a participação de todos... Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – (Pronunciamento fora do microfone) Gostaria de subscrever as Emendas destinadas ao Ministério do Meio Ambiente, por ter uma Emenda de proteção ao meio ambiente e de respeito à desertificação também, como de proteção. E também da ANA também.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCDB-TO) – A propositura de V.Exª será contemplada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCDB-TO) – Nada mais havendo a tratar, agradecendo a participação dos Senadores, declaro encerrada a Sessão.

Ata da 15ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, do dia 19 de dezembro de 2006 às 11:30 horas.

Às doze horas e um minuto do dia dezenove de dezembro de dois mil e seis, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **FLEXA RIBEIRO, LUIZ OTÁVIO, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, SIBA MACHADO, SERYS SLHES-SARENKO, AUGUSTO BOTELHO e ANTONIO CARLOS VALADARES**. Comparece, também, o Senador **ROMEU TUMA**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir,

o Senhor Presidente eventual convida o Delegado **RAMÓN ALMEIDA DA SILVA** a tomar assento à mesa, para a realização da **Primeira Parte da reunião, que consta de Audiência Pública**, com a finalidade de instruir a Proposta de Fiscalização e Controle nº 03, de 2006, de autoria do Senador **AELTON FREITAS**, “destinada a apurar as causas do acidente aéreo que abateu o Boeing 737-800 da Gol Linhas Aéreas, bem como toda a responsabilidade sobre ele”. É ouvida, também, a Sra. Eulália Machado de Carvalho, viúva de uma das vítimas do acidente. Após a exposição, o convidado responde aos questionamentos dos Senhores Senadores **HERÁCLITO FORTES, FLEXA RIBEIRO, ANTONIO CARLOS VALADARES e ROMEU TUMA**. Às quatorze horas e dois minutos, o Senhor Presidente eventual Senador **HERÁCLITO FORTES** suspende a reunião a fim de torná-la sigilosa para ouvir o Delegado a respeito de informações do inquérito, que corre sob segredo de justiça. Às quinze horas e cinco minutos, o Senhor Presidente eventual Senador **HERÁCLITO FORTES** reinicia a reunião para informar que a deliberação da Segunda Parte da reunião, que consta das seguintes matérias: **Item 01) Requerimento nº, de 2006-CMA – Não Terminativo**, que “requer, nos termos regimentais, que seja dirigido convite às autoridades abaixo relacionadas para, em Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, seja debatido o PLS 178, de 2006 que “acrescenta artigo à Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, para explicitar a aplicação das normas do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – às atividades do representante autônomo”: Sr. Armando de Queiroz Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Sr. Antônio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC); Sra. Marilena Lazzarini – Presidente do Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor (FNECDC); Sr. Francisco das Chagas Almeida – Presidente do Sindicato das Empresas de Representações e Agentes Comerciais Autônomos do Distrito Federal e Sr. Francisco Omar Fernandes – Presidente do Sindicato dos Representantes Comerciais no Estado do Pará e do Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Estado do Pará.” **Autoria:** Senador **FLEXA RIBEIRO**. Resultado: **Adiado. Item 02) Requerimento nº, de 2006-CMA – Não Terminativo**, que “requer, nos termos regimentais, que esta Comissão realize Audiência Pública para debater a regulamentação de resoluções por parte da Superintendência Nacional de Seguros Privados – SUSEP, autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguros do País, que autorizam as seguradoras a revisar

unilateralmente contratos de Seguro de Vida, principalmente os mais antigos, aumentando o valor de mensalidades e reduzindo o prêmio das apólices. Considera a medida lesiva ao interesse do consumidor, notadamente o mais idoso, indo de encontro ao que preconiza o Código de Defesa do Consumidor e o artigo 774 do Código Civil. Indica como convidados para expor na Audiência Pública o Superintendente da SUSEP, um representante do PROCON e um representante do Ministério Público Federal.” **Autoria:** Senador **FLEXA RIBEIRO**. Resultado: **Adiado. Item 03) Requerimento nº, de 2006-CMA – Não Terminativo**, que “requer, nos termos do inciso I do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão, a fim de instruir o PLS 158, de 2002, que “acrescenta artigo à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, institui o novo Código Florestal, permitindo que nas propriedades rurais a área de preservação permanente seja incluída no cálculo da reserva legal”, com a participação dos seguintes convidados: Sr. João Paulo Capobianco – Secretário de Biodiversidade e Floresta – MMA e Sr. Marcus Barros – Presidente do IBAMA”. **Autoria:** Senador **SIBÁ MACHADO**, Senadoras **SERYS SLHES-SARENKO** e **ANA JÚLIA CAREPA**. Resultado: **Adiado. Item 04) Aviso nº 19, de 2006 – Não Terminativo**, que “encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 617 de 2006 – TCU (Plenário), bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, proferido nos autos do Processo TC 007.444/2001-7, referente à denúncia sobre possíveis irregularidades na Concorrência nº 4/2001, da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – Trensurb, referente às obras civis e de fornecimento de sistemas da extensão norte da linha 1 do metrô da cidade de Porto Alegre, no trecho São Leopoldo-Novor Hamburg”. **Autoria:** **Tribunal de Contas da União**. **Relator:** Senador **LUIZ PONTES**. **Parecer:** Pela indicação à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no sentido de que se proceda à análise da Lei nº 8.666, de 1993, com vistas a verificar a pertinência de sua alteração nos termos propostos pelo Tribunal de Contas da União e pelo arquivamento da matéria. Resultado: **Adiado. Item 05) Aviso nº 146, de 2000 – Não Terminativo**, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 621/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria de desempenho realizada no Programa Nacional do Livro Didático – PNLD (TC – 010.990/99-2)”. **Autoria:** **Tribunal de Contas da União**. **Relator:** Senador **FLEXA RIBEIRO**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria, remessa do processado ao arquivo, bem como pelo envio de cópia deste relatório à Comissão de Educação. Resultado: **Adiado. Item 06) Aviso nº**

05, de 2003 – Não Terminativo, Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 196/2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre representação formulada por equipe de analistas daquela Corte acerca de efeitos financeiros provocados pela aplicação gradativa de percentuais redutores nos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (TC – 003.037/2001-2). **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **CÉSAR BORGES**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Adiado. Item 07) Aviso nº 68, de 2000 – Não Terminativo**, Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 281, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, relativa à inspeção nas obras realizadas com os recursos provenientes de cobrança indevida do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e incidente sobre o pedágio – (TC nº 015.789/99-3). **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatora:** Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Adiado. Item 08) Aviso nº 236, de 2000 – Não Terminativo**, Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 375, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Levantamento de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada na obra de construção do Complexo Portuário de Pecém, no Estado do Ceará (TC – 007.484/99-2). **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatora:** Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Adiado. Item 09) Aviso nº 58, de 2002 – Não Terminativo**, Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 995/2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre o exame consolidado das auditorias realizadas para avaliar a aplicação dos recursos do Fundef em 52 municípios dos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí que, durante o exercício de 2000, estavam recebendo complementação da União (TC – 005.024/2001-1). **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatora:** Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Adiado. Item 10) Aviso nº 239, de 2000 – Não Terminativo**, Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 951, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada nas obras de construção do edifício-sede da Procuradoria-Geral da República, no Distrito Federal, em junho do corrente ano (TC – 007.550/2000-1). **Au-**

toria: Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador HERÁCLITO FORTES. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Adiado. Item 11).** **Avisos nºs 4 E 9, de 2003 – Não Terminativo**, Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 158, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, com o objetivo de avaliar a regularidade da execução e a adequação da sistemática de controle do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (TC – nº 006.440/2002-1). **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador HERÁCLITO FORTES. **Parecer:** Pelo conhecimento das matérias e remessa dos processados ao arquivo. Resultado: **Adiado. Item 12).** **Proposta de Fiscalização e Controle nº 06, de 2005 – Não Terminativo**, Representação que faz BRAZUCA AUTO POSTO LTDA contra PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A.. **Autoria:** Senador LEOMAR QUINTANILHA. **Relator:** Senador LUIZ OTÁVIO. **Relatório prévio:** Pela aprovação do Plano de Trabalho apresentado. Resultado: **Adiado. Item 13).** **Proposta de Fiscalização e Controle nº 02, de 2006 – Não Terminativo**, Propõe, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso IX e com o artigo 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, a instauração de procedimento de fiscalização e controle com a finalidade de acompanhar os processos investigativos, administrativos e judiciais das instituições financeiras arroladas em inquérito da Polícia Federal que as indicia em crimes contra o sistema financeiro. **Autoria:** Senador PEDRO SIMON. **Relator:** Senador SIBÁ MACHADO. **Relatório prévio:** Pela aprovação do Plano de Trabalho apresentado. Resultado: **Adiado. Item 14).** **Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2005 – Não Terminativo**, que “dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal, e dá outras providências”. **Autoria:** Senador GILBERTO GÖELLNER. **Relator:** Senador ARTHUR VIRGÍLIO. **Parecer:** Pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1 e 2-CMA que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 15).** **Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2001 – Não Terminativo**, Institui o Plano Decenal de Recursos Hídricos do Nordeste. **Autoria:** Senador NEY SUASSUNA. **Relator:** Senador CÉSAR BORGES. **Parecer:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: **Adiado.** Obs.: Matéria terminativa na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **Item 16).** **Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2006 – Não Terminativo**, Dá nova redação ao art. 56 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967,

com redação dada pela Lei nº 7.085, de 21 de dezembro de 1982, de modo a permitir o desmembramento de concessão de lavra ou licença. **Autoria:** Senador MARCOS GUERRA. **Relator:** Senador WELLINGTON SALGADO. **Parecer:** Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CMA que apresenta. Resultado: **Adiado.** Obs.: Matéria terminativa na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. **Item 17).** **Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2003 – Não Terminativo**, Acrescenta os parágrafos 2º e 3º ao artigo 39 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, para estipular multa no caso de descumprimento pelo fornecedor da data fixada para o cumprimento de sua obrigação. **Autoria:** Senador RODOLPHO TOURINHO. **Relator:** Senador HERÁCLITO FORTES. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. Resultado: **Adiado.** Obs.: Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Item 18).** **Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003 – Não Terminativo**, Dispõe sobre a política pesqueira nacional, regula a atividade pesqueira e dá outras providências. **Autoria:** Deputado KOYU IHA. **Relatora:** Senadora FÁTIMA CLEIDE. **Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo da Comissão de Assuntos Econômicos, com as emendas adotadas pela Comissão de Assuntos Sociais, alteradas a 5ª e a 12ª nos termos das emendas de redação que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 19)** **Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2006 – Terminativo**, que “dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o artigo 150, § 5º, da Constituição Federal. (Informação sobre valor dos tributos na nota fiscal)”. **Autoria:** Senador RENAN CALHEIROS e outros Senhores Senadores. **Relator:** Senador LEOMAR QUINTANILHA. **Parecer:** Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CMA que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 20)** **Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2006 – Terminativo**, que “estabelece condições para a comercialização de veículos automotores com ano-calendário modelo não coincidente com o ano-calendário de fabricação”. **Autoria:** Senador OSMAR DIAS. **Relator:** Senador FLEXA RIBEIRO. **Parecer:** Pela rejeição do Projeto. Resultado: **Adiado. Item 21)** **Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2002 – Terminativo**, que “acrescenta artigo à Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal, permitindo que nas propriedades rurais a área de preservação permanente seja incluída no cálculo da reserva legal.” **Autoria:** Senador ÁLVARO DIAS. **Relator:** Senador JONAS PINHEIRO. **Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: **Adiado. Item 22)** **Projeto de Lei do Senado nº 296,**

de 2005 – Terminativo, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens de óleo comestível, advertência sobre a destinação correta do produto após o uso”. **Autoria:** Senador **VALMIR AMARAL**. **Relator:** Senador **JONAS PINHEIRO**. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. Resultado: **Adiado. Item 23)**

Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2003 – Terminativo, que “altera a redação do artigo 18 da Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para, nas propriedades rurais privadas, responsabilizar o proprietário pelo florestamento ou reflorestamento das áreas de preservação permanente.” **Autoria:** Senador **GERSON CAMATA**. **Relator:** Senador **AUGUSTO BOTELHO**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: **Adiado. Item 24)**

Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2006 – Terminativo, que “altera o *caput* do art. 36 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a mensagem publicitária conterá a expressão “informe publicitário”.” **Autoria:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. **Relator:** Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CMA que apresenta e pela rejeição da emenda proposta pelo Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**. Resultado: **Adiado. Item 25).**

Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2004 – Terminativo, Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para tornar obrigatória a implantação plena de infra-estrutura básica. **Autoria:** Senador **RODOLPHO TOURINHO**. **Relator:** Senador **HERÁCLITO FORTES**. **Parecer:** Pela rejeição da Emenda apresentada pela Senadora **ANA JÚLIA CAREPA** e pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CMA, que apresenta. Obs.: Em 31.05.2006 foi concedido pedido de vista à Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**, que devolveu com Emenda. Resultado: **Adiado. Item 26).**

Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2006 – Terminativo, Obriga a comercialização do pão “francês” a peso e por unidades de cinquenta gramas. **Autoria:** Senador **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**. **Relator:** Senador **HERÁCLITO FORTES**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. Resultado: **Adiado. Item 27).**

Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2006 – Terminativo, Acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para excluir a aplicação desse Código quanto ao custo das operações ativas e à remuneração das operações passivas de instituições financeiras na intermediação de dinheiro. **Autoria:** Senador **VALDIR RAUPP**. **Relator:** Senador **LUIZ PONTES**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. Resultado: **Adiado. Item 28).**

Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2003

– Terminativo, Acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato. **Autoria:** Senador **AUGUSTO BOTELHO**. **Relator:** Senador **AELTON FREITAS**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CMA que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 29).**

Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2006 – Terminativo, Acrescenta dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor, para determinar que, no fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua, o fornecedor deverá estender aos contratos em vigor, a critério do consumidor, as condições oferecidas para adesão de novos consumidores. **Autoria:** Senadora **MARIA DO CARMO ALVES**. **Relator:** Senador **AELTON FREITAS**. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. Resultado: **Adiado**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e seis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente Eventual.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – ...Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente Audiência Pública tem a finalidade de instruir Proposta de Fiscalização e Controle nº 3/2006, destinada a apurar as causas do acidente aéreo que abateu o Boeing 737-800 da GOL Transportes Aéreos, bem como toda a responsabilidade sobre ele.

Estão, convidados o Sr. Ramón Alves da Silva, Delegado da Polícia Federal que preside o inquérito, a quem peço a assessoria para trazê-lo a esta sala.

Convidado também foram os Srs. Rufino Antônio da Silva Pereira, Coronel da Aeronáutica e os quatro controladores de voo do CINDACTA I, que no momento do acidente tinham sobre sua responsabilidade a cobertura da área em que ocorreu o acidente.

A aeronáutica remete justificativa alegando a ausência do Coronel e dos controladores que... A alegação é de que o inquérito não está concluído e eles têm limitações para tanto. Na mensagem aos Senadores tem a gentileza de desejar um feliz Natal e um próspero ano novo. Ainda bem que nós escapamos do Controle Aéreo, nós podemos participar da comemoração.

Bem, vamos passar a palavra ao Delegado Ramón para que preste... Ramón Almeida da Silva, Almeida da Silva. Passaremos a palavra ao Delegado Ramón para que ele, o tempo que achar conveniente, exponha a participação dele como Delegado do inquérito e deixando-lhe o direito, de caso ache necessário em algum momento dessa Audiência Pública pedir que a transforme em secreta para alguma informação de caráter sigiloso a essa Comissão, fique inteiramente à vontade. Tem a palavra Dr. Ramón.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Muito bom dia, quanto às investigações da Polícia Federal, nós temos também que informar que elas não foram concluídas, estão em andamento e foi realizado o indiciamento dos pilotos da aeronave Legacy no último dia 8 de dezembro.

Quanto aos dados e demais informações que constam no inquérito policial, eles chegaram a Polícia Federal, vindos a maioria deles da aeronáutica em caráter reservado e esse sigilo a gente vai respeitar e não poderemos revelar a maioria dos dados que constam do inquérito policial. Eu posso dizer que nós temos, além do depoimento de oitivas, de aproximadamente 15 pessoas no inquérito policial, nós temos os registros de voz da aeronave GOL, os registros de voz da aeronave Legacy, registro de voz dos controladores de voo, do sistema de controle de voo.

Esses dados, eles estão sendo analisados num conjunto, num contexto probatório não de forma isolada. Estamos tentando verificar o horário das conversas com tudo aquilo que aconteceu durante o voo, inclusive as conversas registradas instantes antes do acidente.

Tem-se muito falado na imprensa acerca do *transponder* e eu prefiro falar em Sistema Anticolisão. Que seria além de *transponder*, um equipamento conhecido como TCAS que seria um Sistema de Alerta de Tráfego e Colisão. Esse Sistema de Controle de Tráfego e Colisão, ele trabalha em conjunto com o *transponder* emitindo e recebendo sinais que identificam a aeronave, diz a altitude que ela está e outros dados técnicos a mais. E esses sinais emitidos por esse Sistema Anticolisão, ele é captado tanto pelo Sistema de Controle de Tráfego Aéreo, como por outras aeronaves também dotadas do mesmo sistema.

O que foi possível identificar até agora no inquérito, são fortes indícios de que esse Sistema Anticolisão estava desligado na aeronave Legacy. Por que ele estava desligado? Essa é uma resposta que nós ainda não temos e é uma resposta que pretendemos responder. Talvez não seja possível, talvez os peritos não consigam responder. Possivelmente, tenha sido um desligamento involuntário. Não sabemos exatamente porque e nem como isso poderia ter ocorrido. Fato é

que existe registro de que a aeronave Legacy tenha voado por mais de 50 minutos com esse Sistema Anticolisão desligado.

A partir do momento que ele foi desligado, e essa conclusão foi tirada tanto com base em conversas registradas na cabine da aeronave Legacy, aproximadamente dois minutos após a colisão, os pilotos conversam sobre este equipamento e constatarem que ele estava desligado e aí, neste momento, ele volta a funcionar e o sinal é captado pelo Sistema de Controle de Tráfego Aéreo, fato é que ele ficou desligado por mais de 50 minutos. E aí considere que seria uma obrigação jurídica do piloto da aeronave manter uma observância constante do painel de instrumentos da aeronave, e a pergunta que se faz é: Como não observaram antes do acidente que esse equipamento estava desligado?

Considere que se o equipamento anticolisão, se o Sistema Anticolisão estivesse ligado a tragédia possivelmente, muito provavelmente, não teria ocorrido. Primeiro porque a outra aeronave teria identificado, porque também era dotada desse Sistema Anticolisão, a aeronave GOL ter identificado, quanto tanto a aeronave Legacy teria identificado o tráfego em rota de colisão e teria ocorrido o alerta para que as aeronaves adotassem as manobras necessárias.

Segundo ponto, a aeronave Legacy estava de fato a 37 mil pés, a pergunta é: Por que ela estava a 37 mil pés? Fala-se em plano de voo. Sim, de acordo com o plano de voo, a aeronave deveria estar a 36 mil pés, acontece que o plano de voo poderia ter sido alterado posteriormente. Aí, nós temos que questionar e é uma pergunta que eu ainda não tenho resposta, por que estava a 37 mil pés? Teria recebido uma ordem ou uma autorização para voar aquela altitude? Teria recebido uma autorização que teria sido mal compreendida ou simplesmente houve uma inércia por parte do sistema e por parte dos pilotos e por isso estava voando a 37 mil pés?

Em relação à aeronave GOL, até o momento, nós não identificamos nenhuma falha na sua rota, no seu voo. A princípio também, aquela primeira notícia veiculada logo após o acidente de que o *transponder*, o Sistema Anticolisão teria sido desligado voluntariamente para que se fizesse vôos de teste, para que se voasse acima do nível permitido, não temos nenhum indício, nenhum elemento de prova que esse teria sido o motivo do desligamento do equipamento. Mesmo porque, aparentemente, a aeronave, ela manteve uma rota, uma altitude, uma velocidade constante, desde a sua partida até a colisão.

Então, as próximas perguntas que é queremos responder é: Por que a aeronave estava a 37 mil pés?

Não sabemos se teremos condições de responder isso com precisão. Os peritos estão trabalhando, estão verificando todos os dados e parece que mais alguns dados vão ser pedidos, vão ser solicitados a aeronáutica, dados da caixa preta do Legacy que nós não sabemos se não existe ou se não foram encaminhados por algum motivo qualquer. Um desses dados, inclusive, é em relação ao desligamento ou ao não funcionamento do Sistema Anticolisão. Esse dado consta da caixa preta do Boeing, mas não consta da caixa preta do Legacy. Acreditamos, talvez, por uma falha qualquer, não tenha sido encaminhado e nós pretendemos manter esse contato com a Força Aérea ainda essa semana.

Bem, sobre algum outro esclarecimento, em geral, é isso nós temos e essa é linha de investigação que nós estamos adotando. E, se tiver alguma pergunta que eu puder esclarecer, evidentemente será esclarecido. Se tiver alguma que eu considere que esteja protegida pelo sigilo, pela confidencialidade das informações, aí eu preferiria...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Sim, perfeito. Perfeito, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro. Eu queria registrar, antes de passar a palavra para o Senador Flexa Ribeiro, que se encontra no Plenário D^a. Eulália Machado de Carvalho que é viúva de uma das vítimas. Regimentalmente ela não pode se manifestar, mas se tiver alguma dúvida que queira, ela poderia através da Assessoria fazê-la e eu, então, para... Faria, então... Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Heráclito Fortes, senhor Dr. Ramón, Delegado que preside o inquérito pela Polícia Federal, senhoras e senhores. Eu tenho estado presente em todas as Audiências Públicas patrocinadas, a inicial pela Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização, depois uma conjunta com a de Infra-Estrutura e também com a de Relações Exteriores e também de Meio Ambiente, e em cada Audiência Pública dessa, as dúvidas permanecem, principalmente na segunda em que contamos com a presença do Ministro da Defesa, do Comandante da aeronáutica, do Presidente das Empresas Aeroviárias, com o Presidente da INFRAERO e com o Presidente do Sindicato dos Operadores, dos Controladores de voo. E pelo que se pode observar, eu fiz, Senador Heráclito Fortes, Delegado Ramón, a mesma pergunta para o Ministro da Defesa, para o Comandante da aeronáutica e inclusive para o representante dos controladores.

Primeiro, se havia alguma sobrecarga de trabalho com os operadores que motivasse uma falha humana em função do excesso de trabalho. Me foi respondido por todos que não, que eles estavam trabalhando dentro dos limites, o que a imprensa tem, repetidas vezes, dito o contrário. Fiz também um questionamento com relação aos equipamentos. A inobservância por parte do Governo Federal, dos repasses dos recursos alocados no orçamento para manutenção e reposição de equipamentos de segurança de voo. No orçamento de 2006, estão alocadas quase seiscentos milhões de reais, quinhentos e setecentos e poucos milhões, e naquela altura da audiência tinham sido empenhados apenas duzentos e poucos, menos de trezentos milhões. E se formos verificar o que ocorreu em anos anteriores, também os orçamentos para essa finalidade foram contingenciados, o que a imprensa noticiou que ao longo dos quatro anos deste Governo, os valores contingenciados ultrapassam orçamentário para um ano, ou seja, da ordem de seiscentos milhões.

Para o ano de 2007, já no próximo Governo, os recursos orçamentários serão menores do que os de 2006, mas V.S^a colocou aqui, algumas dúvidas e algumas definições tiradas por ocasião das oitivas e do inquérito que V.S^a preside.

Uma questão que me deixa também querendo saber porque é uma tragédia que ocorreu e lamentavelmente nós só tivemos ação em função dessa tragédia, e que isso é a ponta do iceberg que nós estamos descobrindo agora as dificuldades que ocorrem em outros setores, inclusive. Tivemos ano retrasado a questão das estradas brasileiras que teve que ser feito uma ação de emergência para que não se perdesse vidas como se perde nas estradas em função da falta de manutenção. Mas V.S^a poderia nos informar se o setor de controle de voo não tinha contato com a aeronave Legacy, nem por rádio, pelo que se vê também, estava com dificuldade com sintonia de rádio, nem pelo radar para identificar. Eu fiz essa pergunta também e não tive resposta, por que não foi avisado a aeronave Boeing de que se encontrava na área de trânsito entre as duas, um avião que estava sem contato para que ela pudesse até se precaver ou tentar um contato entre as aeronaves com isso, talvez, pudesse ter sido evitado a tragédia.

Ou seja, se eu não tenho o contato com o Legacy, se há dúvida em relação aquela aeronave, eu também não tinha, o controle não tinha o contato com a aeronave da GOL, se tinha, por que não foi avisado por essa aeronave. Isso chegou a ser levantado na questão do inquérito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Palavra do Dr. Ramón.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Bem, a respeito a pergunta, eu acho que o primeiro ponto que eu deveria esclarecer é que o inquérito policial, ele não tem por objetivo apurar as condições de segurança do tráfego aéreo brasileiro. Esse não é o nosso objetivo. O objetivo do inquérito é avaliar exclusivamente as causas do acidente, as causas do choque.

Quanto a primeira pergunta e voltando aqui ainda um pouco sobre as causas, muito possivelmente, provavelmente até, não teríamos uma única causa, justamente porque o Sistema de Transporte Aéreo, ele tem uma seqüência, ou melhor dizendo, tem uma série de fatores de segurança, que uma falha apenas não seria suficiente para causar isso porque logo em seguida, no caso de uma falha, logo em seguida haveria uma ação que a corrigisse. Então é possível que ao final seja identificado algumas falhas e não uma somente.

Sobre a primeira pergunta a respeito da sobrecarga de trabalho dos controladores, eu não saberia informar, mesmo porque isso aí somente com a oitiva dos pilotos para eles dizerem a respeito dessa sobrecarga. O que eu posso dizer é que eu não tenho nenhum elemento nos autos que possa me deixar concluir que estavam submetidos a uma sobrecarga de trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Sim, pelos controladores. Eu não tenho nenhum elemento que me permita concluir que estavam submetidos a uma sobrecarga de trabalho. Entretanto, eu não posso fazer essa afirmação, mesmo porque a investigação ainda não foi encerrada.

A segunda pergunta sobre o motivo pelo qual a aeronave GOL não tenha sido alertada, eu teria que descer alguns detalhes técnicos e também algumas informações que nos chegaram em caráter confidencial e aí eu pediria que somente ao final eu pudesse falar sobre o assunto. Acho que seriam essas duas as perguntas, não é?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Teria mais, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu indago se... Nós temos aí assistência mais alguém da família dos passageiros da GOL. Se tiver, por acaso, que se identifique. Tem outras perguntas?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sim. Delegado Ramón, conforme V.S.^a relatou pelo diálogo dos pilotos do Legacy, pode-se concluir que após o acidente, o *transponder* foi religado. Será possível saber, pelo diálogo, após o acidente, qual a expressão dos pilotos sobre o desligamento, qual foi esse diálogo que lhe levou a afirmar que o *transponder* foi religado após

o acidente. Se essa sua informação é motivada pelo que foi gravado após o religamento deles, se há algum contato, alguma expressão, alguma conversa entre os pilotos que possam levar a essa dedução.

Com relação ao plano de voo, V.S.^a diz que o Legacy estava voando a 37 mil pés, é evidente, no caso da colisão. Pelo que se tem notícia também pela imprensa, do plano de voo, ele viria a 37 mil pés, sobre Brasília, ele teria que ter reduzido para 36 e após um determinado tempo de voo, ele subiria para 38 mil pés, se não me falha essa memória, seria esse plano de voo feito ainda lá na fábrica da EMBRAER por ocasião da decolagem para Manaus.

Qual é a realidade sobre o plano de voo? Realmente o plano de voo era esse, ou era, como V.S.^a colocou aí, se foi autorizado ou foi mal entendido que ele poderia permanecer em 37 mil pés. E em sendo mal entendido e em sendo autorizado, os profissionais do Legacy, os pilotos do Legacy não tinham o conhecimento que aquela altitude, pelo que se sabe, em número ímpar, é de rota de vinda de Manaus para cá e não de ida para Manaus? Me parece que há uma diferenciação entre a linha de voo. Os que vêm, em número ímpar, os que vão, em número par. Sabendo disso, eles poderiam também dizer, “não posso voar a 37 mil pés, eu estou indo, eu não posso ir a 37 mil pés”.

É uma dúvida que eu gostaria de saber se o senhor poderia esclarecer. Eu lhe perguntaria qual o conteúdo das gravações de comunicação do CINDACTA com o Legacy? Também se isso esclarece alguma dúvida. O que os pilotos do Legacy disseram a polícia por ocasião dos seus depoimentos, mantêm consonância com as provas encontradas no inquérito que foi dito pelos pilotos, se mantêm em consonância... O senhor fique à vontade, o que for possível dizer na audiência, senão a gente faz na reservada. E também o senhor falou sobre o desligamento do *transponder*, o que teria levado V.S.^a a entender como involuntário e se esse desligamento também, o senhor disse, são várias causas, e nós sabemos, lamentavelmente, foi uma soma de causas que levaram a tragédia, essa talvez não fosse uma delas ou a principal.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Queria só lhe fazer uma pergunta para ajudar isso aí, mas antes eu queria por dever de justiça, louvar o espírito profissional do Dr. Ramón. Ele entrou nesse processo por dever profissional, sem ser piloto, sem ser um técnico em aeronáutica, apenas um Delegado da Polícia Federal, e cumpre a sua tarefa, mas tem as suas limitações técnicas, é natural que tenha, tem que ter as cautelas com relação, até porque é uma linguagem, até então, estranha para ele, mas compreendemos isso e louvamos esse cuidado, até

porque existem fatos que poderão, se mal explicados, servir de um prato cheio para uma briga jurídica que se abre com uma questão como essa.

Daí porque eu queria fazer uma pergunta da maior importância, Senador Flexa Ribeiro. Esse avião foi liberado de São José dos Campos para os Estados Unidos, ele tinha liberação total ou liberação limitada para traslado, ele já tinha completado todas as suas horas de teste ou ele estava aproveitando, até por medida de economia, infelizmente isso é muito comum, ele estava ocupando essas horas de voo até os Estados Unidos, completando sem a permissão de carregar, por exemplo, passageiros civis. Porque o que se vê, os passageiros eram ou tripulantes e um repórter de área. Eu acho fundamental esse questionamento. Em que circunstâncias esse avião trafegava nessa rota, qual o tipo de autorização que ele tinha. É muito comum, em qualquer aparelho novo, ele ter um período de adaptação de equipamento, falhas eventuais, daí porque uma série de testes, somente no que diz respeito a aeronave, aeronave nova. Chegou ao seu conhecimento no inquérito a condição em que esse avião voava?

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Bem, se eu me esquecer de alguma, porque foram feitas uma série de perguntas...

Primeiro em relação aos fatos técnicos, eu realmente eu não sou piloto, não tenho o conhecimento técnico, a minha formação é jurídica, mas estou assessorado por alguns peritos, peritos formados em engenharia eletrônica, por pilotos e por outros profissionais da Polícia Federal que tem experiência na área e temos conversado muito sobre isso.

Bem a questão de se a aeronave tinha efetuados todos os testes antes da decolagem. A EMBRAER afirma que sim e nos encaminhou uma série de documentos que serão analisados pelos peritos. Só eles poderão dizer se aqueles testes realmente eram suficientes. Eu não teria como afirmar isso agora. Segundo dados da EMBRAER, sim.

Podemos “recapitalizar” outra pergunta? De preferência, uma a uma.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, não. É porque numa circunstância como essa, eu não sei exatamente, se aqui tiver algum piloto, com relação a aeronave nova, ele tem um período de adaptação. Então, de repente dá um defeito, o Comandante vai alistando e comunica a fábrica, comunica o representante, no caso dos Estados Unidos da EMBRAER que eu não sei quem é, ele reporta todos os problemas e aí é feita a checagem. Há um período em que não é permitido transportar passageiro, só tripulação. Há um outro período que já é permitido, mas

essa questão da verificação, ela tem obrigatoriamente, a fábrica tem que acompanhar por algumas horas, mais ou menos a mesma questão do que ocorre com automóvel, com qualquer outro equipamento. A pergunta era essa, eles já estavam com o certificado para voo comercial, para exercício na atividade de táxi-aéreo que ele ia prestar nos Estados Unidos, ou ele ainda estava fazendo um traslado limitado?

É muito comum aviões de grande porte que são comprados pelas companhias brasileiras, quando vêm da Europa para cá, eles são proibidos de trazer passageiros. Em qualquer circunstância, o convite do piloto, é proibido exatamente porque são aviões que ainda estão em observação porque não completou a hora de segurança que a fábrica recomenda. Era essa questão.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Sim, na verdade, esse é um questionamento que eu não teria feito, justamente porque quando eu falo em buscar as causas do acidente eu teria uma limitação também. A pergunta que eu me faria é: A existência de passageiros seria uma causa do acidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, aí é para saber do *transponder*. Se o *transponder* desligou involuntariamente é uma coisa inusitada, se foi desligado, tudo bem, mas se ele desligou automaticamente, porque isso é falha o sistema, um sistema novo. Eu acho que essa é uma das questões importantes saber se o *transponder* desligou. Se bem que eu acho que o *transponder* dá conforto ao piloto, mas não é que evita acidente. A questão é essa, é muito comum, por isso que eu digo, a questão é saber, é muito comum na aeronave nova, você ter determinado tipo de pane, saber se houve essa pane, principalmente se ele novamente ligou involuntariamente, podia estar havendo uma falha no circuito, qualquer coisa.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Quando eu falo aqui em desligamento involuntário, eu digo que pode ser que um piloto tenha tocado em um botão involuntariamente, ou trabalhando com outra parte da aeronave tenha acessado a esses equipamentos e realizado o desligamento.

Não temos nenhum elemento de falha eletrônica. Pode ser que a perícia indique isso, mas nós não temos nenhum elemento ainda nos autos. As hipóteses que nós estaríamos trabalhando seria o desligamento voluntário, muito pouco provável, e o desligamento involuntário, nesse sentido. Um toque por parte dos pilotos na cabine de comando e não por influência dos passageiros e demais passageiros, seria, talvez, um toque involuntário, ou um trabalho em outros equipamentos que pudesse ter acarretado esse desligamento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas, Delegado Ramón, V.S^a já respondeu aqui uma questão que eu tinha lhe feito sobre o porquê o desligamento teria sido involuntário. Uma outra pergunta que eu fiz é que após ele ter sido religado os diálogos dos pilotos do Legacy, fazem alguma referência ao fato dele ter se desligado involuntariamente, na conversação, no diálogo entre os pilotos, eles fazem referência a questão de terem verificado que o *transponder* permaneceu desligado por algum tempo e que foi religado após o acidente?

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Sim. Existem alguns registros, na verdade dois diálogos que eles fazem referência a esse sistema de anticolisão, mas, isso não foi analisado de forma isolada porque o *transponder*, ele emite alguns sinais que eles são captados tanto pelos sistemas das outras aeronaves, quanto também pelos radares do tráfego aéreo. E os radares do tráfego aéreo teriam deixado de captar esses sinais em um determinado momento o que significaria que ele não estaria funcionando e depois ele volta a captar, teria voltado a funcionar. E aí seria uma pane mecânica, eletrônica o desligamento? Esse fato conjugado com os diálogos me levou a concluir que o equipamento estava desligado. Agora, se esse desligamento, como ocorreu, porque ocorreu, isso eu não tenho como responder, por enquanto e talvez a investigação não seja, não consiga responder este fato.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas não há nenhuma referência no diálogo dos pilotos após o acidente sobre o fato do *transponder* ter estado desligado, eles não fazem nenhum comentário sobre isso. “Olha, aconteceu um problema, o *transponder* está desligado, nós não tivemos condições de...”.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Não, não. Os diálogos não são esclarecedores a esse ponto. Há o fato de dizer se ele estava desligado voluntariamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Voluntário, não. Deles constarem que está desligado e depois do acidente fazerem algum comentário sobre isso.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Exatamente. Acerca de dois minutos, um pouco mais, depois da colisão, há um comentário, há um questionamento no sentido de que se batemos realmente, a versão inicial dada pelos pilotos parece ser verdadeira de que eles não viram em que bateram, justamente porque a aproximação da aeronave estaria além da capacidade humana de percepção. E aí, então, durante esses questionamentos alguém pergunta, bem o Sistema Anticolisão chamado de TCAS e, então, eles constata que ele estaria desligado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Nesse instante, eles religam.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Alguns segundos depois desses diálogos, as torres, ou melhor, o sistema de tráfego aéreo volta a captar o sinal do *transponder*. Essa foi, esses dois fatos conjugados me levaram a concluir de que o sistema está de fato desligado e que foi constatado somente depois do choque e novamente ligado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ainda uma pergunta sobre o plano de voo. O plano de voo feito em São José dos Campos, ele definia realmente aquelas altitudes, elas não foram cumpridas. E se eles, mesmo não tendo comunicação com o rádio ou com os controladores, eles não tinham conhecimento de que eles estavam numa altitude incorreta para o curso de voo?

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Pois é, nós não podemos, ou melhor, eu prefiro não dizer em altitude incorreta. Eles tinham consciência de que estavam a 37 mil pés.

Aí a pergunta que a Polícia Federal está se fazendo e que ainda não tem resposta, é por que estavam? O plano de voo dizia que eles deviam estar em outra altitude? Sim, o plano de voo dizia. Mas teria partido alguma ordem, ou alguma autorização do controle de tráfego aéreo para que eles estivessem naquela altitude? Ou ainda, porque o plano de voo é uma proposta que poderia ou não ser aprovada, ou modificada. Nessa aprovação a resposta dada aos pilotos teria sido mal compreendida, teria sido diferente? Então, trabalhamos com a possibilidade de que os pilotos da aeronave Legacy possam ter recebido uma determinação, uma autorização diferente daquela que constava no plano de voo ou ainda que tenham recebido alguma ordem que teria sido mal compreendida, mesmo porque as comunicações eram em língua inglesa. Aí, esses questionamentos nós estamos fazendo e esperamos respondê-los ao final da investigação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para a surpresa nossa, os controladores de voo, o representante deles declarou aqui, que eles não têm conhecimento da língua inglesa em condições perfeita. Não é exigido isso para ser um controlador de voo, o que é estranho, não ter o conhecimento total de língua. Mas a minha dúvida persiste, eu estou com uma dúvida o seguinte, vamos trazer para o tráfego aqui embaixo, se eu sei que uma rua é contramão, eu não posso trafegar nela. A minha pergunta é, se os pilotos do Legacy tinham conhecimento, pode ser que não seja assim, a altitude 37 mil pés não é obrigatoriamente num determinado sentido, quando autorizado pela torre pode ser usado em qualquer sentido. Ou seja, porque se ele está a 37 mil pés e 37 mil pés é uma altitude somente no sentido de vinda de Manaus para Brasília e não

de... é contramão, vamos chamar assim, no sentido de Brasília para Manaus, se ele estava a 37 mil pés, eles não teriam que ter tido essa observância? Eu estou na contramão, eu tenho que sair daqui, tem alguma coisa errada.

E aí a outra pergunta que eu fiz a V.S^a, se o depoimento dos pilotos, que os pilotos deram após o acidente, se eles mantêm consonância com os registros, com as provas materiais obtidas durante o inquérito.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Bem...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria apenas só ajudar o meu piloto frustrado aqui, Flexa Ribeiro, é verdade essa questão da altitude e ele fez uma comparação boa, é a mesma coisa, você está numa avenida, você sabe que tem mão e tenho contramão, mas de repente o guarda que apta, olha, está tendo um evento ali, você vai ter que desviar. O piloto, ele tem que acreditar na ordem que recebe. Então essa questão que não está bem esclarecida. Aquela brincadeira de um jogar a culpa no outro, me parece até uma outra tentativa que depois nós vamos conversar sobre isso. Que não tem nada a ver. O piloto, seja dia, seja noite, ele tem que se basear, acreditar no equipamento e nas ordens que recebe de baixo. De forma que é uma questão... Brasília, São Paulo, ele tem mão e contramão, ele vem a 37 mil pés, não tem problema, o problema é de Brasília para cá. Quando ele passou, isso eu tive uma aula aqui do nosso ilustre Ministro Waldir Pires, aula aqui de aviação, citando inclusive uma posição Teres, que é uma linha imaginária como a linha do Equador, e que serve apenas para você amarrar distância, é um negócio técnico, mas que não é fundamental na segurança.

Essa questão precisa, ela está mal explicada, porque como V.S^a bem disse, não foi um erro só, foi uma sucessão de erros, uma sucessão de erros.

A questão do *transponder*, podia estar ligado, desligado, ou meio ligado, mas o espaço aéreo tinha que saber onde é que estava o avião. V.S^a é da Polícia Federal conhece muito bem o trabalho incessante para detecção de aviões clandestinos carregando droga. A melhor coisa do mundo era a garantia dos traficantes saber que o radar não detectava, aí pronto. Por que se gastou o que se gastou com o SIVAM, o que se gastou, o que se gastou com o CINDACTA? Lá em cima, eles podem até ter falhado, mas embaixo, não se justifica a falha. Aquilo são duas luzinhas que se aproximam.

A facilidade com que se tentou jogar culpa em A, B ou C não contribuiu para nada, complicou isso tudo. De modo que eu queria só prestar esse esclarecimento

do porque do piloto às vezes estar em 37 e ir para 41, voltar, porque ele tem que atender o controle.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu agradeço os esclarecimentos do Senador Heráclito Fortes até porque ele é um piloto pelas horas de voo que tem, quase para tirar o Brevê. Vive realmente acompanhando as operações de cabine, então ele tem esse conhecimento que eu realmente não...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É a defesa do homem contra o medo. Mas, olha, lembra aqui nessa campanha eleitoral agora, nós íamos de São Paulo para Manaus, veja que coincidência, num avião (inaudível), e tivemos que fazer um desvio porque estava havendo uma manobra de testes militares aqui na região de Brasília, aí você tem que ir, muda a posição, muda tudo. O controle de voo é apenas uma expectativa do que você vai fazer, não é uma... Não é verdade?

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois não. Tem V.S^a a palavra.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Bem, sobre essa questão aí de ele estar a 37 mil pés, eu penso que a analogia feita aqui pelo Senador seria exatamente aquilo que eu penso. Se temos uma rua que é contramão, mas de repente o guarda de trânsito que determinada entrar ali, estaria, ao menos aqui, na terra você estaria autorizado a entrar ali. No ar, seria assim também? Temos que avaliar essa legislação e o que se pratica. E é o que eu tenho me perguntado no momento. Ele teria recebido uma ordem para ir a 37 mil pés. Ele sabia que estava a 37 mil pés, isso aí... Ele não nega, está no depoimento dele que estaria a 37 mil pés. Aí a pergunta a respeito do depoimento se estaria em consonância com as provas já colhida. Eu preferia falar isso durante a Sessão reservada porque eu teria que descer a esses elementos mantidos sobre sigilo nos autos. O que eu posso dizer é que sim, grande parte estava, ou a maioria, principalmente quando eles falam que não viram em que bateram e como bateram isso. Realmente, não perceberam, estavam navegando e o voo por instrumento feito justamente com a atenção toda voltada ao painel da aeronave e não por tráfego que está fora.

Então, nesse sentido aí, eles foram verdadeiros quando afirmaram isso para a autoridade policial.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Delegado, e o conteúdo da comunicação do CINDACTA com o Legacy leva a algum esclarecimento também ou é também falho?

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Sim. Leva alguns esclarecimentos, entretanto, eu preferiria comentar isso na Sessão reservada e dizer que esses

esclarecimentos somente poderão ser conclusivos ao final da investigação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu me dou por satisfeito e agradeço, e parabeno V.S.^a por ter aceito o convite por ter vindo até aqui a audiência para esclarecer o lamentável acidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu vou passar a palavra ao próximo orador escrito, mas eu queria, antes de mais nada, Senador Valadares fazer apenas uma pergunta que eu acho fundamental.

Durante todo esse período que V.S.^a está comandando esse inquérito, acompanhando, foi pressionado alguma vez por companhia de seguro, por fabricante, por empresa, alguma das partes envolvidas, ou pela própria aeronáutica com relação ao andamento do inquérito? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta. V.S.^a tem conhecimento de algumas recomendações que o CONAC que é o Conselho Nacional de Aviação Civil, fez as autoridades da aeronáutica brasileira em 2003 de providências que obrigatoriamente deviam ser tomadas? Eu sugeriria que se não tivesse, seria bom, já que a sua participação exatamente se limita ao acidente, as causas do acidente. No meu modo de ver ela começa aqui, quando o CONAC se reuniu pela última vez, o que é um crime, num País onde nós estamos vivendo um processo de transição entre um modelo militar para um modelo civil, e esse Conselho se reúne, recomenda, toma providências e elas não são seguidas. Seriam os dois questionamentos, antes de passar aqui para o nosso Senador Antônio Carlos Valadares.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Pois não, eu só queria voltar a uma outra pergunta que foi feita e que eu não esclareci, é a respeito da questão da língua inglesa utilizada nas comunicações. Este foi um dos questionamentos feito aos pilotos da aeronave durante o interrogatório. Decidiram ficar em silêncio. Era um dos questionamento que eu tinha a fazer para eles e pensava que pudesse ser esclarecido, entretanto é um direito constitucional deles permanecerem em silêncio, a pergunta foi registrada no auto.

Aí passando aqui agora, acerca da pressão, algum tipo de pressão, de interferência, eu tenho a dizer que nenhuma pressão, nenhuma interferência foi exercida nem pelas partes envolvidas, nem por seguradoras, nem por questões políticas, ninguém nunca me falou que o fazer, ou o que não fazer, ou o que deveria ser feito. Evidentemente, a minha Assessoria me disse isso, mas não por pressão, mas por questionamentos meus, e eu seguia ou não de acordo com o meu entendimento.

Então, não sofri nenhum tipo de pressão. E quanto a afirmação de que o indiciamento dos pilotos teria se dado por uma questão política, isso foi uma grande mentira. Eu nunca avaliei sobre o lado político, até mesmo porque não é esse o papel da Polícia Federal e não é esse o meu papel na investigação, então que isso fique bem claro. Até o momento, não tive nenhuma reunião, não recebi nenhum bilhete, não recebi nenhuma ligação, me sugerindo que a investigação adotasse esse ou aquele rumo.

Sobre essas recomendações de providências a serem adotadas aqui, como eu disse, a investigação ela se limita ao acidente e não as condições de segurança do espaço aéreo brasileiro, nós não estamos apurando isso. Não teria um conhecimento profundo, detalhado sobre essas recomendações, apenas sei que algumas existiram no passado e a questão de não apurar aí as condições do tráfego aéreo, as condições de segurança do espaço aéreo brasileiro e essas recomendações ainda não fazem parte do inquérito policial. Pode ser que no futuro, caso se revelem fundamentais ou necessárias para a apuração do acidente em questão, a gente possa avaliar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu, em primeiro lugar, queria felicitar a iniciativa dessa Comissão que já fez três Audiências Públicas envolvendo esta matéria, este acidente que casou um impacto enorme, não só no Brasil, como no exterior e que redundou na destruição de 154 vidas humanas, inclusive, algumas dessas famílias estão entrando com ações indenizatórias, daí a importância do inquérito que está se desenrolando no Brasil sobre o comando da Polícia Federal, mais de perto do senhor Delegado Dr. Ramón Almeida e esse inquérito vai servir, sem dúvida alguma, de peça importante, relevante para instruir qualquer ação de reparação que esteja sendo proposta, seja no exterior ou aqui no Brasil e eu perguntaria, então, a V.S.^a, em primeiro lugar, qual a previsão do término deste inquérito para que as famílias das vítimas possam se situar e fazer os seus planos de ingressos e ações competentes na justiça dos Estados Unidos ou na justiça do Brasil.

Nós falamos muito sobre o Legacy, o avião que poderia estar numa altitude imprópria em desobediência a um plano de vôo supostamente aprovado pelos técnicos do Controle Aéreo a 37 mil pés, mas eu tenho a curiosidade de saber, infelizmente, os pilotos da GOL, eles faleceram, não estão vivos para, pessoalmente, dizer que providências emergenciais poderiam ser tomadas, inclusive a olho nu, já que o *transponder* não funcionou, já que o Controle Aéreo do SIVAM,

do CINDACTA falhou a olho nu, que providência eles poderiam ter tomado, já que eles estavam na mesma altitude de colisão com o avião que ia para os Estados Unidos, se eles poderiam subir mais um pouco, se eles poderiam descer mais um pouco, queria saber se nos autos consta alguma tentativa nesse sentido dos pilotos da GOL ou se o Controle Aéreo teria avisado ao avião da GOL, “olha pode haver uma colisão aí na frente com o Legacy que está na mesma direção e em sentido contrário a 37 mil pés. Nós estamos avisando a vocês do avião da GOL que faça um desvio o mais rápido possível, porque do contrário vai haver uma colisão mortal”.

Eu, então, perguntaria também se aquele tal buraco negro foi constatado no inquérito que existe ali por volta, o nome da Serra, Senador Heráclito?

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Cachimbo.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Serra do Cachimbo, se ali, realmente, Serra do Cachimbo, existe uma área de difícil comunicação com o controle de vôo, se isso é verdade, se isso foi constatado no inquérito, algum depoimento válido nesse sentido provando por A mais B, que realmente naquela área na Serra do Cachimbo torna-se impossível qualquer contato entre o Controle Aéreo e as aeronaves que estão circulando naquela área.

E, por último, eu perguntaria porque, só depois por que só depois deste acidente tão grave, o mais grave da aviação brasileira é que ocorreram essas crises repetidas de dentro do nosso sistema de controle onde as mazelas, as falhas vieram a público denotando não só de agora, como já de longe, uma certa omissão das autoridades, uma certa, não só omissão, como, vamos dizer assim, deixa para lá para ver como é que fica, os recursos foram solicitados... Houve avisos e a providência de modernização do sistema não foi tomada, novos funcionários não foram contratados.

Enfim, se no inquérito consta também essa investigação da responsabilidade administrativa daqueles que deveriam tomar os cuidados essenciais para fortalecer o Sistema de Controle Aéreo em nosso País. Obrigada a V.S^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Dr. Ramón.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Bem, algumas dessas perguntas, eu vou poder comentar, talvez até responder, não sei exatamente, outras, eu já pediria para que passasse aquele horário reservado ao final, e começando pelas reparações civis e pelos reflexos em outros planos jurídicos.

Embora, eu tenha conhecimento de que reparações civis provavelmente vão ocorrer, não é uma preocupação que eu estou tendo no momento. A minha

investigação é puramente com finalidade criminal. Ela não tem finalidade política, ela não tem finalidade de reparação civil, isso poderá ser usado futuramente, poderá, mas eu não posso dirigir a minha conduta, nesse momento, com esse objetivo, com esse alvo. Então é algo que eu nem comento, ou melhor, o único comentário que eu tenho a dizer e que não estou pautando a investigação sobre esse prisma de reflexos em outras esferas.

Previsão de término: Seria prematuro eu dizer agora, porque as perícias, os peritos estão começando o trabalho. É uma investigação muito complexa e sem precedentes na história do Departamento de Polícia Federal, a aeronáutica tem, ou melhor, tem muito mais experiência que isso, mas a investigação feita pela aeronáutica também tem um objetivo diferente que é a prevenção de futuros acidentes e identificação de todas as causas.

A investigação policial, ela tem o objetivo puramente de identificar as causas e possíveis responsabilidades penais do fato.

Então, todo mundo acompanhou aqui as buscas, o quanto demorou para se encontrar a caixa preta, os registros do Boeing, isso tudo teve que ser transcrito, estava em inglês, teve que ser traduzido, agora tem que ser analisado. Possivelmente, a gente precise de novos dados que serão ainda, aí a gente vai buscar esses dados para que os peritos possam, então, concluir o seu trabalho.

Então, eu não poderia dar uma previsão de término. O inquérito foi encaminhado a Justiça Federal de Mato Grosso com pedido de novo prazo. Esse inquérito deve retornar no início do próximo ano, daqui a uns 10 ou 15 dias, justamente porque a Justiça Federal tem o recesso também esse final de ano. Mas as investigações não pararam. A gente está trabalhando enquanto esse inquérito está lá. Somos limitados a realização de oitivas e atos desse ponto.

A respeito de contato, de controladores, o senhor mesmo me perguntou o contato do controlador com a aeronave GOL, eu teria que descer a detalhes aí daquelas comunicações que nos foram mandadas em caráter confidencial. Então pediria para que isso fosse comentado mais tarde, depois quando fizesse uma Sessão reservada.

Registros de alguma tentativa de manobra pelo visual, vamos dizer assim, da aeronave GOL, só os peritos poderão afirmar isso, mas que o eu posso já adiantar é o que a imprensa tem já divulgado é que uma aproximação de aproximadamente 1.600 quilômetros por hora, isso está muito acima, as duas, 800, com 800, 1.600. Isso poderia, isso poderia ainda ter nuvens, fumaças, isso está acima da capacidade de

percepção e reação do ser humano, por isso o vôo desse tipo é feito com instrumentos. O instrumento ele vai captar esse Sistema Anticolisão, ele dá o alerta e ainda alguns indicam a manobra invasiva recomendada, existem uns ainda mais modernos que fazem a própria manobra. Qual o sistema que equipava as aeronaves? Só a perícia vai poder dizer.

Eu acho que eram esses os questionamentos, tem algum que eu não tenha respondido?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Se ficou algum registro no inquérito a respeito da responsabilidade administrativa, já que a entrevista na imprensa que eu acompanhei de que tanto em matéria pessoal, como em matéria de suprimento de material para modernização do sistema, tudo isso foi solicitado mesmo antes desse Governo e nada aconteceu no sentido de evitar essa crise. porque nós estamos vivendo no Brasil, e é uma pergunta que eu estou fazendo se isso ficou também registrado, quer dizer, a ineficiência administrativa do sistema? Se isso está registrado no inquérito?

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Infelizmente, essa é uma pergunta que eu não vou poder responder, porque o objetivo do inquérito não seria apurar as condições de segurança e o que está em volta. Seriam responsabilidades administrativas ou porque não se adotou. Isso aí não é o objeto de inquérito, então não está registrado no inquérito. O que nós temos são registros referentes aquele vôo. Desde o momento que a aeronave Legacy decolou e o momento que a aeronave GOL também decolou, incluído esses momentos aí, nós temos todos os dados.

Agora, questões de âmbito político, vamos dizer, econômico, financeiro, isso aí não é objeto de inquérito, não teria como responder a pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria colaborar um pouco aqui o Senador Valadares, só para lembrar um detalhe importante, buraco negro não derruba avião. O que acontece com buraco negro, você tem que ter cautela quando está nele. O mundo é cheio de buraco negro. Você pega aqui no Cone Sul, se você sai da Argentina, você sai do Chile e vai para a Ilha da Páscoa, você passa uma hora e quarenta, uma hora e cinquenta no buraco negro. Agora, você tem obedecer as distâncias. Se os controladores sabiam da existência desse buraco negro e não tomaram cautela, providência de cautela é outra coisa, mas o buraco negro existe, por mais moderno que esteja, é incapaz ele ter uma cobertura de satélite 100%, pelo custo e pela tecnologia. Então o buraco negro, ele apenas exige maior cautela, é o período em que o avião voa sem nenhum tipo de contato com a

Terra, isso vem desde a primeira guerra, da segunda guerra, e a gente vem aperfeiçoando o sistema.

Agora, uma coisa que era preciso a gente fazer aqui, Senador Tuma, era justiça a habilidade dos pilotos. Eu não estou discutindo o que antecedeu a colisão, após a colisão. Eu estava comentando com o Delegado Ramón, tendo em vista que esse excesso de contra informações no dia a Audiência Pública, aqui na véspera, eu também procurei pessoas ligadas ao setor, já que eu presidia a Sessão, estar aqui preparado. Se você prestar atenção, vai ver que o avião, na linguagem que todos entendam, ele está no meio da selva com as asas levantadas de papo para o ar, se você prestar atenção, os flaps estão acionados, no sentido de dar sustentação e assimetricamente as duas rodas baixadas e travadas como quem, na hora do impacto, quis diminuir a velocidade da sustentação, tentando salvar alguma coisa, essa injustiça, da negligência dos pilotos, eles foram surpreendidos, os dois foram, mas tomaram tecnicamente providência, tanto é que o Legacy conseguiu descer com o (inaudível) avariado.

E tem mais um fato grave é a versão que o avião embicou, não tem o menor sentido. Identificou as pessoas pela roupa, não houve explosão e você teve uma extensão de três quilômetros os corpos perdidos no meio da selva.

Então, era preciso mais um pouco de... Você vê pedaço do avião inteiro, não houve explosão, ninguém ficou queimado.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então, você acha que os pilotos estavam vivos até o último...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Aí não, eu não teria condição, aí seria chute. Agora, eles tentaram, tentaram. Porque você, há 8 mil pés você joga os flaps embaixo e levanta as rodas, desce as rodas, você tentou fazer alguma coisa. Não havia porque, podia ser até que na colisão a roda tivesse levantada e o outra não, mas estão as duas e tecnicamente baixadas e travadas que é que se usa para pouso, é uma altitude comum em tempestade, em qualquer situação de emergência, veja que o vale morar no nordeste, vivendo tanto susto, é preciso você estar acompanhando esse tipo de coisa. Eu queria fazer apenas justiça porque na realidade, Senador Tuma, é duro pelo menos para as famílias que perderam.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não tem argumento contrário ao que houve, alguma coisa fora da vontade de Deus, porque Deus não ia querer trazer...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agora, julgar o que antecedeu o acidente é impraticável. Senador Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Dr. Ramón, um prazer, eu tenho visto o senhor praticamente todo dia na televisão. Tenho acompanhado de perto. É claro que o Senador Heráclito tem muito mais experiência por ser piloto, conhece bem a aviação por dentro e por fora. Mas quase que piloto, andando ao lado do piloto, sempre.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Da mesma maneira que sou técnico de futebol.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu conheço também alguma coisa porque voei muito na região Amazônica como Diretor da Polícia Federal e sei. Um dia teve uma operação na Bolívia, desculpa, não tem nada a ver com o seu caso, mas como um exemplo vivo do que acontece naquela região.

Então, tem a região que é a Cabeça do Cachorro que é oeste do mapa do Brasil. Se vocês vêm, como é que chama a cachoeira, cidade de Cachoeira lá no oeste da Amazônia, então a Bolívia fez uma operação para erradicação e levantamento de todos os traficantes da área, e usaram um avião com radar, isto da Receita Federal Americana que tem aviões de radar para fiscalização e segmento, eles são bem equipados e a grande dificuldade era um buraco negro que o avião de pequeno porte passava para o território brasileiro, saindo da Bolívia, entrando por território brasileiro para entrar na Flórida e não era identificado em lugar nenhum.

Então, eles pediram se podia voar com aquele avião, eu falei com a aeronáutica, eles disseram que sim, mas desde que os pilotos fossem brasileiros e o americano não concordou. Isso tem alguns anos, depois nós lutamos muito para a implantação do SIVAM e SIPAM que seria como consequência uma mudança da infra-estrutura do CINDACTA porque o CINDACTA cedia um equipamento do Rio de Janeiro e na região Amazônica não tinha nada, não havia um controle na região norte do País.

Então, tinha um Comandante do exército que voava até o meio dia, ele não voava à tarde para frente na Região Amazônica. A gente quando fazia operação cedo, Senador, a neblina era tão forte que só ia helicóptero, avião não ia e o helicóptero circundando o rio que dava para enxergar a margem do rio, tanto é que um dia eu passei mal de tanta curva que deu lá para chegar no ponto da operação.

Então, não é uma região fácil. Não sei o que o SIVAM tem feito, hoje com o equipamento que foi comprado, se parou os investimentos no SIVAM, não sei se o senhor chegou a tomar conhecimento, procurou, porque pode ter alguma informação que colabore com o seu inquérito, desculpa, eu estar falando, mas

é uma coisa que chama muito a atenção da gente o SIVAM. O que acontece com o SIVAM. Gostaria que um dia o senhor chamasse alguém do SIVAM aqui para expor como está funcionando, qual o objetivo real hoje da política do Presidente Lula com o SIVAM e com o SIPAM.

Eu acho que é um setor importante, custou caro ao Senado a sua aprovação, houve suspeitas na sua elaboração de projeto, então eu acho, Senador Antônio Valadares, Aelton, que um dia a gente ouça o dirigente do SIVAM para que a gente tome conhecimento.

Eu vim aqui porque eu sei que a sua dificuldade grande é que a aeronáutica tem restrições a transmitir dados que ela investiga, que tem um objetivo só, avisar a todos os pilotos o que trouxe a razão do acidente para que ele não se repita.

Então, é a segurança de vôo, é a segurança dos pilotos e a aeronáutica tem essa missão, então ela evita entrar no mérito da prática de crime. Porque, ninguém, conscientemente, todo o crime nesse caso é praticamente culposos, não sei se V.Ex^a pensa como eu, mas é sempre culposos, porque ninguém vai se matar num avião, bater contra o outro, a não ser que a mulher traiu, fez qualquer coisa, quer se suicidar e leva junto um monte de gente que já aconteceu isso uma vez aqui que bateu no morro porque o piloto brigou com a aeromoça que estava no mesmo avião, então ele tocou no morro o avião e matou todo mundo.

Só que esse problema do CINDACTA, esse buraco negro, custou caro, custou 154 vidas, não sei se já acharam o último que estava desaparecido, eram 154, tinham 153, faltava um ainda.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Encontraram todos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Já localizaram. Então eu tenho a impressão que o seu trabalho é árduo, difícil e provavelmente e com certeza absoluta o resultado do seu exame vai servir para a responsabilidade civil. Vai se basear no seu inquérito, não tem outro, no da aeronáutica não dá para se basear. O Comandante Bueno é um homem de bem, correto, conheço bem e seu a angústia que ele deve estar passando por todo esse procedimento, principalmente com os controladores de vôo.

Eu pergunto se o senhor identificou aquele controlador de vôo que deu a entrevista na TV GLOBO, ao jornal, a revista e não foi identificado, ele falou em sigilo, não sei se o senhor identificou para ouvi-lo no inquérito, mesmo que for em caráter sigiloso, porque ele fez críticas graves ali da conduta, da especulação que é feita em cima dos controladores de vôo.

O problema é difícil lá porque você tem controlador civil e tem controlador militar. Os militares têm

uma escola muito boa no Vale do Paraíba que eu conheço pessoalmente, sai como Sargento. Então eu vou propor, Aelton, quem sabe o senhor me ajuda, o Senador Flexa fazer uma proposta, como tem outros cargos na aeronáutica e hoje eles estão abrindo concurso para engenheiro, até vi uma Medida Provisória, também fazer um concurso para controlador de voo que seja oficial para poder pagar um salário que seja melhor, igual ao do civil, porque há uma diferença lá dentro. Então isso traz um choque, porque o Sargento ganha mil e pouco e outro ganha três mil. Pelo menos é a informação, não sei se o senhor teve essas informações, porque não vai no seu inquérito, mas dentro da apuração geral que a aeronáutica deve ter um. E nós temos essa responsabilidade, chamar alguém da aeronáutica para vir explicar as diferenças, pelo menos alguém que toma conta dessa parte do CINDACTA geral e dos operadores, tem um Coronel lá que poderia ser convidado a vir aqui para expor e ver se é viável a gente fazer um projeto para melhorar a situação e tratá-los como Oficial, Oficial médio que é até Capitão, como é que for, porque os engenheiros vão ser Majores, se não me engano, Capitão ou Major, porque senão teriam capacidade de contratar na concorrência com a vida civil.

Então, eu acho o seguinte, eu não tenho... Eu vim aqui mais para apoiar de coração o meu colega Delegado, porque eu não sou da Comissão, mas sou ansioso, acompanho de perto, pego o cavaleiro, o nosso Caio e fico perguntando, “como é que está o negócio lá...”, porque a gente não tira do sangue de ser polícia. 50 anos fiquei na polícia e sei a sua angústia noturna, sempre, diária do que falta fazer para chegar ao fim, o que eu deixei de fazer nesse tempo que eu estou com o inquérito. Porque não é um inquérito que se apure do dia para à noite, como o homicídio, por exemplo, ou um assalto, ele leva em jogo uma série de circunstâncias de difícil identificação, como ele diz, a primeira investigação, porque os outros casos só a aeronáutica ficava. A polícia nunca entrou num acidente aéreo. Só que as famílias vão pressionar para alguém ser responsável, porque ela quer ter indenização e saber realmente tudo que aconteceu porque perderam um ente querido.

Eu pergunto ainda se o senhor tem recebido todos os apoios solicitados de todas as autoridades envolvidas no caso e como está se comportando o Ministério Público junto a sua investigação.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com a palavra o Delegado Ramón.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Desculpe o exagero aqui.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Sobre o primeiro questionamento da identificação do controlador que prestou uma entrevista, eu tenho acompanhamento alguma coisa que sai na imprensa, mas não tudo, porque muita coisa está saindo. Ele...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não é para puni-lo, não, apenas porque ele..., ter a sinceridade de colaborar no inquérito.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Sim. Porque, na verdade, eu nem busquei identificá-lo, porque a partir do momento.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Se bem que a entrevista foi por inteiro.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – A partir do momento que ele preferiu dar uma entrevista daquela forma, acredito que as informações dele não possam ser prestada ou ele não queira prestá-las a polícia, não se sinta à vontade.

Então, não houve essa identificação. Principalmente, os repórteres têm o sigilo da fonte e seria impossível.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu digo que seria espontâneo dele, é um apelo. Para poder fortalecer a sua investigação. É um apelo, não quero objetivo de puni-lo, saber do repórter, porque isso não vai levar a nada, mas é mais um apelo que eu faço de público, se ele puder procurá-lo para poder esclarecer oficialmente o que aconteceu com eles naquele dia, o que houve, na interpretação das informações, a dificuldade de quando perderam o contato, eles ficaram 20 minutos tentando se comunicar e não conseguiram. É um tempo muito longo, Senador, a 800 quilômetros por horas, o senhor vê o tempo que passou, praticamente 300 quilômetros no mínimo, eles caminharam. Pode ter saído do ponto negro. Provavelmente, poderia estar com algum equipamento desligado de comunicação, desculpa, eu estar falando, a idéia, são teses que às vezes a polícia fica em cima.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – A gente realmente está trabalhando com todas as possibilidades, algumas hipóteses que surgem, inicialmente, parecem até meio absurdas, mas evidentemente, a gente não descarta essas possibilidades de plano. Tipo, foi comentando a possibilidade de um crime doloso, é quase absurda, porque seria quase um suicídio se praticar, mas não descartamos a possibilidade total desse crime. Trabalhamos e a chegamos a conclusão de que haveria ali, uma conduta culposa. A questão das autoridades, o Departamento de Polícia Federal tem dado prioridade a essa investigação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Digo outros, Aeronáutica, Ministério Público...

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Ah, sim. Dentro do Departamento de Polícia Federal tenho tido todo o apoio, tudo que for necessário para fazer a investigação. Quanto aos demais órgãos, primeiro eu tenho a dizer que eu assumi a investigação há pouquíssimo tempo que estava com o Dr. Renato Saião e talvez até retorne, é bem provável que retorne para a presidência do inquérito. E quanto ao Ministério Público, está no papel dele, está atuando da forma mais correta possível, não sofreu nenhuma interferência ou ingerência na investigação até o momento e não teria nada a pontuar sobre a conduta do Ministério Público ou do judiciário.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nem Dr. Saião.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Não, não existiu nenhuma conduta.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Agora a aeronáutica tem uma Comissão Especial.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor tem tido contato com o eles, assim?

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Por enquanto, eu ainda não mantive o contato com essa Comissão, os contatos foram mais feitos com o Dr. Renato Saião e a princípio, parece que a Força Aérea não queria mandar alguns documentos, justamente porque o objetivo deles de apuração é outro.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Dentro da lei. Eles estão dentro da lei.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Sim, sim. E são documentos sigilosos, por isso nós estamos tendo tanto cuidado em não dar publicidade a essas informações. Mas, a partir do momento que se decidiu no âmbito judicial a aeronáutica encaminhou as informações, o perito, agora, está analisando alguns documentos encaminhados e parece que constatou que está faltando alguma coisa que não sabemos exatamente porque não tenha sido encaminhado, mas essas informações devem estar em poder deles e deve ser encaminhadas assim que mantivermos os contatos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador o Instituto de Criminalística da Polícia Federal é um dos melhores do Brasil hoje, pelos investimentos, pela seleção que é feita, eu acredito muito nos laudos da polícia eles são cuidadosos em não fornecer laudo, quando como ele diz, faltou um documento que eu preciso para completar a análise.

Então, é uma coisa, às vezes pode... Estão demorando, é detalhista, eles vão buscar a informação até a última necessidade, e colabore com o Delegado, porque não dá para ter muito tempo uma perícia independente sem o Delegado ter que requisitar o que ele precisa dos laudos, ele é que tem que fazer o questionamento, qual é a dúvida que ele tem, o que está surgindo que não pode esclarecer a não ser por um perito. Desculpe a intervenção, porque às vezes parece que a perícia não está dando bola, mas parece uma circunstância difícil.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Porque, na verdade, a avaliação dos peritos, ela começou recentemente, justamente porque houve uma necessidade de tempo para reunir todo o material para que se comesse analisar. E realmente, os peritos que estão trabalhando são extremamente qualificados, um deles tem formação pelo ITA, um instituto conhecido e famoso pela qualidade da sua formação, já tem experiência no ato.

Então, nós buscamos o que existia de melhor dentro do Departamento de Polícia Federal para trabalhar neste caso. E realmente o perito tem todo esse cuidado justamente porque está trabalhando com dados técnicos que se não forem precisos e corretos, certamente serão questionados em algum momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Até porque a Polícia Federal possui na sua frota um 145, um avião muito semelhante ao Legacy.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Exatamente, da mesma família.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Aliás, nós lutamos aqui pela aprovação da Emenda no orçamento para ter o avião e hoje tem bons pilotos na Polícia Federal e também tem, como diz o ITA, o ITA não tem engenheiro aeronáutica melhor que...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Evidentemente que 145 é bem melhor daquele que era do Comendador que a polícia usava e... *(risos)*

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – De vez em quando eles tinham que emprestar para nós aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem. Eu só me veio agora aqui uma dúvida e eu gostaria de perguntar ao Delegado Ramón, se na oitiva dos controladores que estavam operando o sistema por ocasião do acidente não deu para esclarecer algo sobre essa falta de contato com as aeronaves ou falha do sistema na oitiva dos controladores que

estavam, que foram até convidados hoje a virem aqui a audiência.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Sobre esse conteúdo, eu preferia falar em caráter reservado posteriormente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Só, Presidente, para “distencionar” a reunião aqui, eu gostaria dizer que o conhecimento do Senador Heráclito sobre a questão de vôo, de controle, de espaço aéreo é porque ele é dado, Senador Romeu sabe disso, a vôos em altas atitudes no Plenário, principalmente quando a Senadora Ideli está a bordo, então ele entende muito bem disso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O avião dela só sofre pânico.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero ser bem entendido, ser mal interpretado, o Senador agora resolveu fazer vôo rasteiro. Com a palavra o Senador Aelton Freitas que é o autor, inclusive, da proposta dessa oitiva.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Srs. Senadores, Sr. Delegado Dr. Ramón, eu quero primeiramente, Sr. Presidente, pedir desculpas pelo meu atraso, porque como autor dessa proposta, eu teria que ser o primeiro a estar aqui, mas ontem foi a diplomacia dos Parlamentares de Minas Gerais e o vôo que consegui chegar foi esse que me trouxe ao meio da reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª está de parabéns, foi diplomado como Deputado Federal, lamento que ao lado juvenil, mas os votos de V.Exª são de outras origens.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Muito obrigado Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador é sênior.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – No momento que nós entramos com essa proposta era muito momento muito oportuno porque estava no ápice dessa discussão e muitas dúvidas, mas eu quero aqui parabenizar ao Dr. Ramón pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo e que a gente tem acompanhado pela mídia e achava muito oportuno estar aqui o Coronel, os controladores para a população brasileira ter mais esclarecimento, mas no momento que as apurações se encontram, já principalmente feita pelo Dr. Ramón, eu acho que nós temos que aguardar, muita coisa já foi esclarecida e com a vinda aqui do Brigadeiro Bueno, do Ministro da Defesa e de muitas outras autoridades, também já clareou muito coisa que essa Comissão esperava.

Então, eu quero, Dr. Ramón, é cumprimentá-lo pelo trabalho que vem desenvolvendo, quase sozinho,

o intuito dessa Comissão era ajudar a esclarecer muita coisa e aqui em público, porque a população brasileira cobra e cobra muito, mas acho que antes tarde do que nunca.

Então, estamos aqui à disposição, espero que a gente ainda tenha essa reunião sigilosa e o intuito desta Casa e desses Parlamentares é exatamente corroborar com tudo que estiver ao nosso alcance.

Parabéns pelo trabalho que vem desenvolvendo, e muito obrigado pela sua presença aqui hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nós vamos passar a palavra agora, saindo um pouco da rotina, mas como se trata de uma Audiência Pública, nós temos tido aqui, desde a primeira participação, o Senado, na tentativa de esclarecimento desses fatos, a presença de familiares de vítimas do vôo da GOL e, acho importante, inclusive em respeito a essas famílias que foram vitimadas por esse acidente a oportunidade de ouvi-la e está aqui a Dª. Eulália Machado de Carvalho, eu consultei se ela tinha alguma pergunta a fazer e tendo tido uma resposta afirmativa, eu gostaria de passar a palavra para que faça as suas perguntas, absolutamente tranqüila, a senhora não tenha nenhuma preocupação que o nosso objetivo aqui é ouvir uma das partes talvez, talvez a parte mais envolvida na questão que foi exatamente um dos que perderam vida.

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Meu nome é Eulália Machado de Carvalho, eu sou viúva de Luiz Antônio Pereira de Carvalho e tenho dois filhos. Eu quero agradecer em primeiro lugar a ter sido criada essa Comissão específica para o acidente que é uma coisa muito importante, agradecer ao apoio que nós temos tido, e em primeiro lugar essa excepcionalidade que foi dada pelos senhores.

Delegado Ramón, eu queria que o senhor tivesse a noção da importância, da importância que é a sua presença aqui e o seu relatório, me parece que estão passando no rádio uma outra Comissão, mas a sua posição aqui para nós, pelo menos, para nós, eu não tenho e nunca tive delegação nenhuma de outras vítimas, mas que eu estou desde o início junto a essa Comissão tentando ajudar...

Então, esse seu depoimento, ele me emocionou muito, me deixou muito tocada e eu gostaria, eu vou tentar ler, até para não me estender, que me facilita algumas coisas e acrescentei mais algumas dúvidas.

Eu respeito o fato, Delegado, da necessidade do sigilo, claro. Eu sou funcionária do IBAMA e estou coincidentemente eu sou cedida do Deputado Sarney Filho, então eu sei, eu trabalho num órgão também que às vezes nós precisamos ter sigilo, mas eu queria que V.Sª entendesse que a noção da situação dos

parentes das vítimas porque nós não temos... Esse sigilo é necessário, mas nós continuamos sem saber de fato o que aconteceu. Eu estou respeitando o seu sigilo, é importante que seja dito isso, mas é esse sigilo também que nos traz essa angústia. Nós tivemos o maior acidente da América Latina, não é só do Brasil, é o maior acidente da América Latina, nunca houve um acidente desses. E o senhor tem que saber que essa posição desse relatório da Polícia Federal, que eu respeito muito, inclusive, porque foram os nossos companheiros também, digo, junto ao IBAMA, muitas lutas juntos nisso, ele é muito importante, porque o senhor há de convir que nós vamos ter que negociar acordos. É terrível ter que se falar nisso, não existe dinheiro que pague a perda das vítimas, mas ele vai ter que ser feito, porque na minha família, eu perdi um chefe da família.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A senhora permite?

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Claro.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu falei aqui e acho que o relatório da Polícia Federal é o mais importante para definir a responsabilidade civil. Vocês vão ter que usar por inteiro os laudos e tudo, porque senão não vai haver condições das vítimas terem algo que possa contrariar o interesse.

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Exatamente, eu coloco, inclusive, como coloquei na primeira reunião, que eu estive, inclusive, participei da Mesa, agradeço muito. A GOL, eu considero até, tão vítima quanto nós também, mas ela tem uma responsabilidade civil, e aí não me cabe saber a quem ela vai acionar. Eu estou aqui como uma viúva de uma terrível, falar essa palavra, tenho dois filhos, mas essa é a situação, é isso que é importante, porque nós teremos que fazer acordos, não sabemos nem com quem. A GOL se colocou aberta, não nos estipulou um valor que é uma coisa muito complicada, quer dizer, não sabemos ainda, não adiantei nada, não temos isso, mas o relatório é fundamental para isso. A vida humana não tem valor e a nossa lei, desculpe, Senadores, a nossa legislação é muito frágil em relação a quem perde um ente querido, os senhores sabem disso. Que ela infelizmente, isso é uma das coisas que por isso que eu tento ver se nós conseguimos até mudar essa legislação para que nós fiquemos mais amparados.

Eu tenho algumas perguntas para fazer, por exemplo, como é que fica a situação legal em relação a posição da corte americana, caso seja configurado descaso realmente do Legacy? Como é que o Governo Brasileiro tem o poder de interferir, é uma pergunta. Exatamente pela questão das nossas leis, que nós va-

mos estar sempre dependendo de alguém, nós temos visto coisas, como eu já disse na outra Comissão, de telefonemas, de pessoas, de Advogados internacionais, quer dizer, isso nos transtorna muito. Quer dizer, como é que fica a situação, isso até pela Polícia Federal, eu não sei se é da alçada dos senhores, eu estou aqui realmente fazendo perguntas que pode ser que não sejam.

Nós só temos perguntas, na verdade, desculpe, eu sei da sua situação, eu respeito muito, mas nós só temos perguntas e nós perdemos nossos entes queridos e pelo que eu estou vendo, me desculpe, nós vamos continuar sem respostas. Por exemplo, aquela comunicação da torre de São José deixou a desejar ao passar as instruções do voo do piloto do Legacy?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E da decolagem.

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – É. Exatamente. Entendeu? É, ou seja, houve uma deficiência no inglês, essa dúvida nós temos sempre. Ou foi um erro na informação que levasse os pilotos a entenderem que deveriam voar até Manaus a 37 mil pés. Outra dúvida, os controladores de Brasília afirmam que não se atentaram para o fato de mostrar na tela a 37 mil pés, isso me preocupou muito. Sabe, quando na verdade estava 37 mil.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O pior nisso, disse que dá essa diferença no painel do radar, o que é um risco permanente.

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – É isso que me preocupa. Quer dizer, eles admitem que houve falta de atenção porque por terem percebido o equívoco do aparelho ou que o problema do aparelho é tão comum que eles acharam que era comum estar acontecendo isso. Isso me assusta. O meu filho ele teve que defender, ele estava numa pós-graduação, teve que pegar um avião. Paguei eu ele lá, teve que fazer uma pós-graduação e descobri que Buenos Aires tem um radar e quando entra em manutenção fica sem radar, isso que me preocupa, a coisa era tão comum que ninguém percebeu, era comum isso. Isso é uma coisa, não sei se eu sou clara é que eu estou muito emocionada.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Foi que colocaram realmente que essa diferença de mil pés é normal acontecer, então é uma perspectiva de suicídio permanente.

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Exatamente. Quer dizer, é tão comum, assim...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Tuma se ia dar essa diferença de mil metros que é um quilômetros, felizmente, o Brasil não é um País de guerra. Imagine se fosse, esses

radares de terra comandando bombas contra Países vizinhos, erravam todas. Não há perigo de ter essa... A tecnologia é perfeita, isso é subestimar a tecnologia, é querer colocar erros.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Declarar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Exatamente, é como declararam que o avião embicou... São as maluquices que confunde de opinião pública, se tivesse essa difícil de radar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas que o ela está reclamando é isso. Onde é que está a informação correta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Exatamente. Daí porque...

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – É porque é comum, porque a pessoa diz aqui, eu até anotei, porque eles afirmam que se não atentaram para o fato da tela mostrar o Legacy a 36 mil pés, quando na verdade estava a 37. Eles admitem que houve falta de atenção, mas por quê? Por que é percebido o equívoco, ou por que o problema é tão comum que eles acharam isso normal? Isso é uma coisa... Por exemplo, que é que vai acontecer, uma coisa que eu me pergunto, eu não sei até, o que vai acontecer com essa responsabilidade dos controladores, isso é uma dúvida também. Ainda no Brasil, e uma coisa que não sei se o Senador notou sempre uma tentativa muito grande de colocar a culpa sobre os equipamentos.

Nós estamos muito confusos em relação a isso, nós, então, nós vítimas, se os senhores que estão, eu não estou dizendo que isso foi uma coisa que aconteceu, agora, imagine, nós vítimas, como está a nossa situação. E na verdade, nós vamos ficar na mão, infelizmente, de seguradoras. Nós não entramos nenhum... Como é que nós ficamos? Nós entramos pelo Brasil, fazemos acordo, a GOL é vítima. Mas, por exemplo, como é que eu faço, como é que fica isso? É o Legacy? Ainda não abri ainda, só estou conversando com Advogados ainda. Nós estamos na mão de seguradoras, na verdade, até digo, a GOL ela foi muito... Agora, só que existem seguradoras, gente, são empresas, isso são seguradoras que elas tentam ao máximo minimizar a perda, isso não tem preço. É essa outra coisa que na nossa legislação, Senadores, ela é um absurdo, ela é um absurdo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Doutora, a senhora tem a certeza, eu não sou dessa Comissão, mas pelo convívio que me...

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Agradeço muito que o senhor esteja aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É o sentimento dessa angústia que está sendo transferida

para a Comissão. A Comissão está absolvendo e sem dúvida nenhuma está trabalhando ao lado da família das vítimas.

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Mas, com certeza, isso não tenho dúvida, por isso eu estou aqui. Por que como é que eu faço? Quer dizer, faço um acordo, ou entro com uma ação nos Estados Unidos? Quer dizer, por isso esse relatório é tão importante, porque não posso me dar o luxo entrar com uma ação, luxo que eu digo por que eu não tenho dinheiro, entrar com uma ação nos Estados Unidos e ainda perder e ainda ter que pagar em dólar porque eles nos cobram. É terrível falar de dinheiro, mas é verdade, a gente não sabe. Essa história, por exemplo, qual o poder do Governo Federal em relação, por exemplo, se realmente, isso que eu preciso saber, em relação...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Itamaraty pode dar as informações seguras. O Presidente poderá consultar o Itamaraty e trazer para a senhora.

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Nós vamos nos orientar para que nós não fiquemos na mão simplesmente de Advogados que está nos Estados Unidos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O embaixador em Washington deve ter conhecimento da legislação.

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Isso, nós estamos precisando, o senhor colocou, Senador Tuma, eu tenho uma admiração muito grande pelo seu trabalho e por todos que estão aqui presente, eu acho que eu sinto falta do Governo Federal junto a nós. Eu sinto falta do Governo Federal, dos outros órgãos. Como é que o Itamaraty vai se posicionar em relação as vítimas? Eu estou aqui falando como a vítima, porque eles têm uma legislação fortíssima, fortíssima. Você não passa pelo que nós estamos passando. Sabe...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (pronunciamento fora do microfone) era para chorar.

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Eu não tive coragem, eu saí da sala, eu não assisti, e caso o Delegado não possa, claro, responder ao que nós colocamos aqui eu solicito realmente que a Comissão que foi formada tente conseguir essas respostas, eu não sei. Porque são tantas dúvidas que nós temos, nós temos conversado com Advogados em relação aqui o que é. A GOL também é vítima, mas, por exemplo, no caso dos Estados Unidos é uma coisa muito complicada, como o Senador Tuma colocou, quer dizer, até uma ajuda do próprio Itamaraty eu acho que seria muito bem-vinda nessa... Porque nós vamos ficar a mercê dessa situação? Quer dizer, nós não sabemos o que está acontecendo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senador pode entrar em contato com o Itamaraty.

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – É por isso que eu peço, quer dizer, o que o Delegado não puder responder que essa...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele tem dificuldade de ordem legal, a Comissão tem um espaço maior. O sentido dele vir aqui é ver que o ele precisa que a gente possa colaborar.

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – É exatamente muito.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Desculpa eu estar dialogando com a senhora.

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Não. Aliás, nós já nos encontramos quase que como amigos, Senador, porque a gente tem vindo, tem sido uma relação de afeto, de atenção que nós temos tido aqui porque é uma situação delicada, inclusive, como é que nós vamos fazer com relação aos Estados Unidos se realmente for provado que existe culpa, nós vamos cair na mão de Advogado americano, aqui no Brasil é até mais... Quer dizer, não é tão fácil também. Eu não sei como nós vamos, sabe, quer dizer, a nossa situação é muito delicada porque envolve...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Nós temos é que ficar com a legislação atual porque qualquer mudança não vai...

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Não vai ser, exatamente. Então...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Nós temos que estudar, as consultorias aqui poderão ajudar a senhora, ele é um consultor, podemos pegar a consultoria para orientar, isso eu acho que é...

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Esse caso, nos Estados Unidos, o que nós ouvimos, são as coisas mais absurdas como eu coloquei. Nós não temos, sabe, você contrata um Advogado nos Estados Unidos, nós podemos, você só para contratar, eu já lia isso, se realmente esse relatório dos senhores que eu considero importantíssimo, por isso que para nós é tão importante, porque tem gente que já entrou com ação nos Estados Unidos, eu não me sinto com condições de entrar em relação a uma coisa é uma negociação, uma coisa com a GOL aqui no Brasil que eu sei o que vai acontecer, outra coisa é essa nos Estados Unidos, porque eu não me sinto com condições nem com instrumental, aliás, desculpa, nem com instrumental, por exemplo, tenho conversado com Advogados bastante sérios que eu conheço, não vou citar porque não cabe aqui, mas também, nós estamos sentindo falta, eu estou colocando isso... O senhor não pode, Delegado, o senhor não pode imaginar como custa eu ter vindo aqui, cada vez que eu venho, o senhor me desculpe,

eu quero agradecer mais uma vez a oportunidade que eu tenho de colocar isso aos senhores.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (*pronunciamento fora do microfone*) que essa Comissão vai ajudar, eu tenho certeza com os três membros, eu participo, se for possível, se for autorizado por eles.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Dr. Ramón.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Inicialmente, eu só tenho que me solidarizar com o evento. Infelizmente, ocorreu uma tragédia, foi um fato que chocou o País inteiro e eu nem diria que eu posso imaginar o que a senhora está sentindo, que eu não posso imaginar. Só quem passou por isso, quem está passando, realmente pode saber, realmente pode passar perto disso.

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Eu posso até lhe dizer o seguinte, o senhor não pode imaginar a angústia das notícias que saíram na imprensa, o senhor sabe o que é andar com um papel na mão dizendo, o senhor não tem, não é uma pessoa que morreu com uma doença, uma pessoa que morreu num acidente, uma pessoa que desapareceu. Nós ficamos sei lá quanto tempo com um papel de desaparecido na mão. Isso é uma coisa, sabe... O meu marido, eu vi, agora existe pessoas, eu tive a sorte ainda, mas tem pessoas, as pessoas foram identificadas de uma forma pelo DNA, então é uma coisa, o senhor me desculpe, é uma coisa chocante, eu não sabia que existia essa dor, é uma coisa muito, muito... A dor da morte é muito forte, agora a forma, inclusive, que a imprensa, parecia que tinha sobreviventes, como é que foi, quer dizer, nós não sabíamos, ninguém tinha essa informação, desculpe interromper, mas é uma coisa... Eu sei da solidariedade dos senhores todos, mas era uma dor que eu mesma não conhecia que existia.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Nós podemos ser solidários, mas nós podemos ser participativos naquilo que a senhora faz um pedido correto.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Quanto as dúvidas que existem, eu posso te dizer que eu gostaria de respondê-las todas aqui agora, eu gostaria de estar com o meu relatório pronto e responder todas e tenho plena consciência da importância dessa investigação, importância em todos os sentidos, e é por isso que nós estamos tomando tanto cuidado ao dizer alguma coisa. Nós temos que ter segurança de tudo para que possamos dizer. Se nós tivermos quase certeza nós não podemos dizer isso para a imprensa, nós não podemos dizer isso oficialmente. E o que eu tinha que podia ser dito, foi dito aqui hoje, nós identificamos uma falha e temos indícios de que outras falhas tenham ocorrido.

A investigação ela tem umas limitações. Pela própria natureza da investigação, corpos demoraram dias para ser encontrados, a caixa preta da aeronave GOL demorou dias, precisou ser transcrita, precisou ser traduzida, agora precisa ser analisada exatamente. É uma investigação sem precedentes na história do departamento de Polícia Federal, isso traz uma dificuldade a mais que é um fato novo para mim, é diferente na investigação que eu estou acostumado todos os dias. E a gente está dando toda a importância, como eu disse aqui antes, o Departamento de Polícia Federal considera isso prioridade e eu estou tendo o apoio que é necessário para fazer essa investigação.

A questão do foro, se ficaria no Brasil, como ficariam as ações judiciais, criminais, civis, eu não tenho conhecimento, apesar de ter a formação jurídica, como eu trabalho exclusivamente com investigação criminal, eu não teria o conhecimento preciso para te dizer como isso ficaria essa ação jurídica. Aí eu pediria, justamente, que esse fosse o canal, o Itamaraty, um dado mais preciso.

Sobre as investigações. O nosso objetivo até para que elas possam ser concluídas com mais celeridade, nós estamos cortando aquilo que nós não consideramos de relevância para a investigação, como, por exemplo, esses dias um repórter me perguntou se existia registro de voz da cabine da aeronave GOL. Isso não tem a mínima importância para a nossa investigação. Se eles conversaram alguma coisa após o choque, se eles choraram, se eles morreram imediatamente, nós não vamos descer nesses detalhes, não queremos isso, entendeu? Em que estado a aeronave ficou, não, isso é totalmente irrelevante para a nossa investigação. Para a gente é importante apenas que houve o acidente e que a queda da aeronave foi causada, em tese, pelo choque e por que esse choque ocorreu? Por que essa colisão ocorreu? O primeiro motivo que nós identificamos foi que o Sistema Anticolisão de uma das aeronaves, possivelmente, muito provavelmente estivesse desligado, temos indícios para isso. Outros eventos podem ter concorrido e nós só vamos dizer que temos indícios desses outros eventos, a partir do momento que estivermos seguros para dizer isso, o que também não significa dizer que o que concluirmos seja um julgamento, o julgamento só o Poder Judiciário vai poder expedir ao final depois do contraditório, depois do processo judicial. O que nós vamos coletar são provas, são provas e indícios, e a partir do momento que tivermos provas que nos dêem seguranças para fazer uma ou outra informação, nós faremos.

Não temos também o objetivo de ocultar as investigações, os dados, mas realmente pela importância e temos conhecimento e consciência de que todas as

atenções voltam-se para essa investigação, nós temos o cuidado ao dizer que algo aconteceu, mas precisamos estar seguros, ter elementos, como o que eu disse aqui agora, eu tenho nos autos documentos que demonstram o que foi dito. Esses documentos são registros de telas de radar, são registros de conversas, são registros de caixa preta dos aviões que restam muitos ainda a serem analisados e a partir do momento que tiver essa análise, que eu tiver, que o perito me disser que isso aconteceu ou que aquilo aconteceu, aí nós poderemos passar algumas outras informações.

Eu não posso dizer aqui o que eu penso, o que eu acho porque eu poderia só aumentar a confusão, o desencontro de informações. Se eu puder esclarecer alguma coisa a mais, eu acho que apesar de não ter esclarecido muito, seria isso que eu poderia dizer no momento, se tiver uma pergunta mais específica, eu vou fazer o possível para que possa ser respondida.

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Algumas coisas assim, ficaram, desculpa, eu entendo a sua situação, entendo que isso tem que ser feito com todo o cuidado, com todo o esmero. Só que, exemplo, eu coloquei algumas bem claras ali, quer dizer, aquela comunicação da torre de São José, depois esse equívoco como o Senador Tuma colocou, me parece, por isso que eu peço, o que o senhor não puder responder, por isso que eu peço encarecidamente que a Comissão realmente que foi uma coisa que é muito importante, existe uma outra Comissão, mas não é igual a essa. Essa daqui para nós vítimas, ela tem uma importância que os senhores não fazem idéia, essa Comissão ela trata do acidente, ela não é uma Comissão que simplesmente está tratando do tráfego aéreo, ela está respeitando a nossa dor, ela está tratando da perda de seres humanos, isso aí, para que se evitem que as coisas aconteçam. Como vai ficar gravado, isso fica gravado, então, algumas questões aqui, se depois, talvez se a Comissão, eu já entendi a sua situação, depois das perguntas que eu fiz aqui e realmente vejo que ela está bastante, não que o senhor não me queira dar as informações, mas que o sigilo...

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Na verdade, muitos dos seus questionamentos são também os meus questionamentos.

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Pois é, entendi.

SR. RAMÓN ALMEIDA DA SILVA – Não teria resposta para te dizer.

SRA. EULÁLIA MACHADO DE CARVALHO – Claro. O senhor imagina então, quer dizer, o nosso raciocínio, por isso que nós dizemos que é tão importante o relatório da Polícia Federal, para que nós consigamos ter noção do que fazer, inclusive, em termos

de... Em relação a como resolver a questão legal, jurídica, lá o que seja.

O senhor veja, as nossas dúvidas eram exatamente as mesmas aqui, e agora eu sinto falta, isso eu vou dizer, é do poder do Governo Federal, é um pedido que eu faço não só a essa Casa, ao Executivo também, ao Presidente da República também que isso aconteceu no âmbito do Executivo, que eu tenho medo até de está cometendo algum deslize administrativo, mas isso aconteceu no âmbito do Executivo. O Legislativo está nos apoiando, vocês estão dentro da possibilidade, mas que o Presidente da República lembrasse que todos nós brasileiros e alguns menos, outros mais, correm esses riscos e que o Governo Brasileiro, é um pedido aqui ao Presidente da República, realmente, que ele se empenha em casos tão importantes dentro desse País, que ele também não nos esquecesse, que nós temos mais um recorde, como eu disse, o recorde do maior acidente da América Latina. Muito obrigada, desculpe a interrupção.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em primeiro lugar, eu gostaria de tranquilizar a D^a. Eulália, o objetivo dessas reuniões são exatamente o de esclarecimento. Evidente que todos nós aqui somos vítimas, uns mais, outros menos. Nós Parlamentares que pela força do exercício das funções vivemos dentro de avião e na lei de probabilidade corremos riscos graves, principalmente por saber de negligências, esquecimentos, de imperícias, enfim, essa é uma caixa preta que esse episódio começa a se abrir, lamentavelmente que custando 154 vidas. Mas nós estamos tomando essas providências, fazendo perguntas pertinentes.

Quando eu perguntei para o Delegado sobre alguma pressão, é porque nós sabemos que num assunto dessa natureza pode ocorrer uma possibilidade de pressão por parte da frieza da causa, não é que a pessoa se afaste do sentimento do ser perdido, mas a senhora colocou muito bem, como familiar de uma vítima a outra questão que tem que ser tratada, infelizmente, é de uma frieza cruel, e fica-se numa briga jurídica um puxando para um lado outro puxando para o outro.

Com relação ao processo, obrigatoriamente o processo será no Brasil. Pelas leis brasileiras, o avião era um avião de bandeira brasileira, o acidente ocorreu em território nacional. O que me parece é que já há indícios de que os pilotos americanos acionaram as autoridades brasileiras por conta de procedimentos jurídicos, é outra questão.

De qualquer maneira, a idéia que a senhora apresentou aqui é muito boa, nós vamos pedir, eu estou como Presidente eventual da Comissão, amanhã falarei

com o Presidente, que é o Senador Leomar Quintanilha para que solicite ao Itamaraty que através do consulado não sei se de Nova Iorque ou na cidade onde for instalada algum processo jurídico com relação a esse caso para que acompanhe para manter, não só as autoridades brasileiras, as autoridades formais, como também as pessoas que têm interesse como o caso dos familiares das vítimas. Eu acho que é um direito de todos os senhores acompanharem de parte esses fatos, porque de repente a apuração americana pode ter conexão favorável com a apuração brasileira. Nós não podemos ter duas verdades sobre o mesmo acidente. Como é muito pertinente, Senador, essa preocupação da senhora, e quando nós pedimos para ouvi-la exatamente porque queremos dar um contexto amplo, geral e irrestrito. Eu só queria lembrar o seguinte, realmente a imprensa prestou, eu vou fazer a defesa de vocês uma vez na vida.

A imprensa prestou algumas informações descabidas, mas todas elas vindas de autoridade. As autoridades da aeronáutica deram informações, tiveram que transmitir que não tinham o menor sentido, a menor razão, e realmente baseado em autoridade, às vezes você via a autoridade dando a própria entrevista, adiantando em fatos sem esperar uma definição técnica para aquilo, e se eles pagaram mico tem um culpado. Infelizmente, quem viveu nesse tempo real, corre esse risco. Senador, V.Ex^a fez.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – (pronunciamento fora do microfone) se o senhor já tem alguma evidência do desligamento do *transponder* se é defeito, que a gente tem notícia que americanos já tem entrado com ação contra a fábrica de *transponder*.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes, ele já falou.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Já tinha dito antes?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não é isso, é porque são problemas que ele pediu para revelar na Sessão reservada. É que faz parte de um inquérito.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ele não quer atrapalhar e também não quer ajudar, ele quer cumprir o papel dele. E às vezes uma frase... Ontem tem um jornal... O jornal hoje, saiu uma entrevista longa dos pilotos, Folha de São Paulo, traz uma entrevista longa com os pilotos e a gente vê exatamente a frieza que a D^a. Eulália diz, exatamente o Advogado orientando nessa guerra jurídica que, infelizmente, numa circunstância como essa envolverá milhões e milhões de dólares.

Eu vou pedir agora para suspender por três minutos a Sessão, porque nós vamos passar para a parte sigilosa e pedir a permissão a todos para que nós possamos iniciar para isso sendo necessário o esvaziamento dessa sala. Está suspensa a Sessão.

*Suspensa para Sessão Secreta às 14h02.
Sessão reaberta ao público às 15h05.*

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Sessão está reaberta após ouvirmos em caráter sigiloso o depoimento do Delegado Ramón Almeida da Silva, nós agradecemos a presença de todos, principalmente a presença do Delegado que aqui esteve prestando esclarecimento a essa Comissão do que acompanhou nesse processo e acima de tudo nesse esforço de esclarecimento sobre o acidente envolvendo o avião da GOL e que vitimou 154 pessoas.

Nós agradecemos a presença de todos, a colaboração do Senador Flexa Ribeiro, do Senador Sibá Machado e consideramos satisfeito o depoimento, plenamente satisfeitos, esperamos poder contar com a colaboração do Delegado sempre que essa Comissão tiver a necessidade de ouvi-lo e manter aberto esse canal porque o nosso objetivo é o objetivo comum: É de prestar a sociedade satisfações e acima de tudo esclarecer os fatos que estão ainda a procura de uma lógica até porque, como já disse, envolve vidas.

Agradeço, portanto, e declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 15:06.

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal

Praça dos Três Poderes Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho, sala 4 A – 70100-000 Brasília DF

Tel: (0xx61) 311 2005 Fax: (0xx61) 311 4646 e-mail scomcdh@senado.gov.br

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ata da 18ª reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (extraordinária) conjunta com a 23ª da Comissão de Assuntos Sociais e com a 20ª da Comissão de Assuntos Econômicos, da 4ª sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, convocada para 6 de julho de 2006, às 14:00 horas, no auditório Petrônio Portela do Senado federal.

Às quatorze horas e quarenta e dois minutos do dia seis de julho do ano de dois mil e seis, no Auditório Petrônio Portela, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os

demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura das atas das reuniões anteriores que são dadas como aprovadas. Em seguida, a Presidência comunica que a presente reunião destina-se a realização de Audiência Pública com vistas a tratar de questões atinentes ao “Fator Previdenciário”, em atendimento aos Requerimentos nº 45/06-CAE, de autoria do Senador Valdir Raupp, nº 28/06-CAS e nº 23/06-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, com as seguintes autoridades convidadas a tomarem lugar à Mesa para suas exposições: Helmut Schwarzer, Secretário de Previdência de Política Social representando Nelson Machado, Ministro de Estado da Previdência Social; José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central; Antônio Fernandes dos Santos Neto, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, CGTB; Paulo José Zanetti, Secretário de Seguridade Social da Força Sindical representando Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Coordenador da Coordenação Confedrativa dos Trabalhadores, CCT; Floriano José Marques, Presidente da Fundação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência representando Ovídio Palmeira Filho, Presidente da Associação Nacional de Auditores Fiscais da Previdência Social, ANFIP; Edson Guilherme Haubert, Presidente do Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas, Mosap; Roberto Bocaccio Piscitelli, 1º Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores, Unafisco Sindical, representando Carlos André Soares Nogueira, Presidente do Unafisco Sindical; Flávio Tonelli Vaz representando Antônio Augusto de Queiroz, Diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, DIAP; José Maria, Coordenador da Coordenação Nacional de Lutas, Conlutas; Neide Henriques Magalhães representando Renato Albano Júnior, Presidente da Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social, Fenafisp; Lúcia Reis, Diretora Executiva da CUT, representando Artur Henrique Santos, Presidente da Central Única dos Trabalhadores, CUT; José Carlos Ferret Schulte, CNTC; Hermélio Soares Campos, Presidente da COBAP. Após a exposição dos convidados, o Presidente encerra os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Paulo Paim**, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Srs. e Srs. vamos iniciar a nossa Audiência Pública.

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, a 24ª da Comissão de Assuntos Sociais e a 18ª da Comissão de Direitos Humanos, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura a realizar-se em conjunto as três Comissões, em 06 de julho de 2006, às 14h, no auditório Teotônio Portela, Senado Federal.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queriam permanecer como se encontram.

Pauta da audiência de hoje.

Audiência pública com vistas a tratar de questões atinentes ao Fator Previdenciário em atendimento ao requerimento nº 45/06 da CAE, de autoria do Senador Valdir Raupp e nº 28/06 da CAS e da CDH, de autoria do Senador Paulo Paim.

Para essa Audiência Pública, nós convidamos, a partir do momento que eu ler o nome dos convidados, eu já peço que eles se dirijam à Mesa.

Convidamos o Exmº. Sr. Ministro da Previdência, que será representado pelo Secretário de Previdência de Política Social, o Sr. Helmut Schwazer. O Sr. Helmut... Uma salva de palmas.

O Sr. Helmut é um especialista nessa área, conhece o tema e com certeza vai nos ajudar muito no debate.

Eu também entendo e quero agradecer ao Ministro de Estado da Previdência, Nelson machado, que justificou essa semana a impossibilidade da sua presença, mas mandou aqui o Sr. Helmut, que é um conhecedor do tema e um homem que influencia muito – aí é de minha parte – sobre as decisões do Ministério da Previdência.

Convidamos também o Sr. José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central para que venha à Mesa.

Convidamos o Sr. Antônio Fernandes dos Santos Neto, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB.

O Sr. Laerte Teixeira da Costa, Presidente da Central Autônoma de Trabalhadores – CAT, ou seu representante.

O Sr. Artur Henrique Santos, Presidente da Central Única de Trabalhadores – CUT, ou seu representante.

O Sr. Paulo José Zanetti, Secretário de Atividade Social da Força Sindical, que será representando aqui pelo Sr. Paulo Ferreira da Silva.

Convidamos também o Sr. Edilson Simões de Moura, Presidente da Social Democracia Sindical, ou o seu representante.

Convidamos também o Sr. Moacir Roberto, Coordenador da Coordenação Confederativa de Trabalhadores, que já está se dirigindo também à Mesa.

Convidamos o Sr. Olvídio Palmeira Filho, Presidente da Associação Nacional de Auditores Fiscais da Previdência Social – ANFIP.

Convidamos o Sr. Edson Guilherme, Presidente do MOSAP.

O Sr. Roberto Bocaccio, Piscitelli, 1º Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores – UNAFISCO Sindical, representando o Sr. Carlos André Soares Nogueira.

Convidamos o Sr. Antônio Augusto de Queiroz, Diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP, ou o seu representante.

Convidamos ainda o Sr. Antônio Alves de Almeida, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, ou seu representante, que pelo que me disseram será o Secretário-Geral, Sr. Schwazer.

Convidamos ainda o Sr. José Maria, Coordenador da Coordenação Nacional de Lutas, CONLUTAS.

Convidamos ainda o Sr. Renato Albano Júnior, Presidente da Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social, FENAFISP.

Espero que todos os convidados tenham sido citados ou aquele, porventura, venha representar o convidado feito no primeiro momento, se sinta convidado a se dirigir à Mesa.

Os convidados se encontrando no Plenário da Comissão, peço a Secretaria que, porventura algum dos convidados se dirigiu à Comissão, que os conduza até aqui o Petrônio Portela.

Os convidados farão sua exposição e em seguida abriremos à fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos, depois vamos abrir, também, como fizemos pela manhã a dez companheiros ou companheiras que estão no Plenário.

A palavra ao Senador e Senadora será concedida na ordem de inscrição, com preferência aos autores do requerimento.

O interpelante dispõe de três minutos, assegurando prazo igual à resposta do interpelado.

Como foi nos pedido, nós passamos de imediato a palavra ao Sr. Helmut, Secretário da Previdência de Política Social, representando o Exmº. Sr. Ministro da Previdência.

SR. HEMULT SCHWAZER – Exmº. Sr. Senador da República, Paulo Paim, Srªs. e Srs., Autoridades que estão aqui na mesa, senhoras e senhores Senadoras e Senadores que estão no público. Trabalhadores, demais amigos e interessados, estudantes, estudiosos da Previdência que estão aqui nesse pleno. Eu vou fazer algumas considerações bastante breves

sobre o Fator Previdenciário, que é o tema que está aqui em discussão.

Eu não pretendo ser muito longo até, na medida que de um lado nós temos uma mesa muito grande e em que, por outro lado, desde antes, quando o Senador Paim havia expedido o convite para nós, eu havia dito que hoje, final da tarde eu teria que viajar. Então, eu tenho que me ausentar depois de algum tempo.

Eu quero em primeiro lugar aqui, dizer o seguinte, que antes de discutir o fator previdenciário propriamente é preciso nós entendermos o que é o sistema previdenciário. Qual é o objetivo de um sistema previdenciário e partir desse objetivo do sistema previdenciário, é que é possível você avaliar melhor a pertinência ou não de um instrumento como o Fator Previdenciário.

Ele tem pontos positivos e pontos negativos e aí você pode, sabendo o que você deseja obter de um sistema previdenciário, avaliar melhor qual é o grau de adequação de uma regra como a do fator previdenciário ou não.

Em primeiro lugar, eu queria dizer para as Sras. e Srs. que um sistema previdenciário, ele procura proteger o trabalhador ao repor renda. Repor renda em situações em que esse trabalhador ou a sua família, não estão em condições de sobreviver de auferir o seu próprio sustento, por meio do trabalho que vinham exercendo e em relação ao qual pagavam contribuições a um sistema previdenciário.

Então, ocorre um acidente de trabalho, por exemplo, ocorre uma doença, ocorre o nascimento de um filho – no caso da mulher – a maternidade, ocorre uma invalidez, uma incapacidade permanente para o trabalho.

Então, são situações nas quais o trabalhador não consegue permanecer no mercado de trabalho auferindo seu próprio sustento. Ocorre, por exemplo, o falecimento do próprio trabalhador – pode ocorrer. E a família ficar a descoberta, ficar sem a renda que esse trabalhador trazia para casa por meio do seu salário.

Então, nesses casos a Previdência Social tem que cobrir essa lacuna na vida desse trabalhador, dessa família, da família do trabalhador que está afetado por esse risco, que se chama risco social com benefício: Auxílio-doença, salário-maternidade, aposentadoria por invalidez, pensão por morte.

E, quais são os riscos em relação aos quais os sistemas previdenciários normalmente agem, atuam? Estão elencados numa convenção da Organização Internacional do Trabalho de 1952, a Convenção nº 102 da OIT, que fala nos padrões mínimos de seguridade social, os standards mínimos de seguridade social.

Aliás, o Conselho Nacional de Previdência Social tem reiteradamente, se manifestado a favor da

ratificação dessa convenção por parte do Congresso Nacional. Aliás, é uma bandeira que talvez seja interessante de a gente recomendar aqui, também, para o Senado Federal, essa convenção, o fato de o Brasil ainda não ter ratificado essa convenção dos padrões mínimos de seguridade social. Na verdade, é até um motivo de certa forma de constrangimento para nós, Brasil, frente a OIT.

Nessa Convenção nº 102, nós temos que são nove os riscos clássicos, então, nove as situações nas quais um sistema de proteção social tipo previdenciário pode atuar ou atua; idade avançada. Então, a pessoa atinge determinada idade e em função de convenções sociais, naquela idade não mais tem necessidade de se expor à competição do mercado de trabalho.

Essa idade ela varia, é uma convenção social, ela pode variar de acordo com o país para país. Em alguns países isso pode ser 55 anos, em outros pode ser 60, em outros pode ser 67, depende da realidade demográfica e cultural de cada país.

Invalidez, morte, ou seja, pensão por morte, que é gerada, enfermidade, então, auxílio-doença, maternidade, o salário-maternidade, acidente de trabalho, encargos familiares, no caso brasileiro, nós temos o salário-família e desemprego e tratamento médico, que no caso brasileiro o desemprego é coberto pelo FAT, pelo Sistema de Seguro-Desemprego e o tratamento médico pelo SUS, pelo Sistema Único de Saúde.

Então, são os nove riscos. Vocês vejam não existe, nesse caso, não existe nenhum risco social tempo de contribuição.

Então, a pessoa ter completado determinado número de anos de contribuição em si não é um risco social, não significa que a pessoa está vulnerabilizada no mercado de trabalho. Isso é o que a maioria dos especialistas em Previdência Social têm colocado em relação, por exemplo, a aposentadoria por tempo de contribuição, que é a aposentadoria na qual se aplica o Fator Previdenciário.

É a única aposentadoria na qual se aplica obrigatoriamente o Fator Previdenciário.

Então, eu quero talvez, falar algumas palavras recuperando a história de como que surgiu, por que surgiu o Fator Previdenciário.

Esse Fator Previdenciário como vocês sabem é da Lei 9.876 de 1999. Essa lei ela é consequência, ela foi aprovada no Congresso Nacional, naquele momento, no Governo passado em função de que a Emenda Constitucional nº 20 de 1998, não ter estabelecido idade mínima de aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social.

Essa é na verdade a origem, esse foi o conteúdo das discussões naquela época. Eu estava, na época,

no IPEA como pesquisador acompanhando esses debates, eu me lembro muito bem que o objetivo era nesse caso, encontrar, o Ministério da Previdência naquela época que formulou aquela proposta, aquele projeto de lei – eu não me lembro mais do número – enfim, mas que resultou na Lei 9.876, tentava encontrar algum tipo de instrumento que substituísse a idéia de uma idade mínima como condição para que as pessoas pudessem se aposentar na aposentadoria por tempo de contribuição.

E, na verdade, a idéia de uma idade mínima, a condição de uma idade mínima como vocês vêem, tem na própria resolução na própria Convenção nº 102 da OIT, tem a previsão de que o risco social está condicionado a uma determinada idade de referência, para que a pessoa possa deixar de participar do mercado de trabalho, obrigatoriamente. Então, essa é, digamos assim, a origem.

Então, o Fator Previdenciário, a idéia quando foi construído o Fator Previdenciário naquela época, pelas pessoas que então estavam na Secretaria de Previdência Social e no Ministério da Previdência, entenderam que o Fator Previdenciário seria um substituto ou poderia, na falta de uma idade mínima de referência no Regime Geral no INSS, servir de substituto a essa idade mínima.

No caso do Regime de Previdência dos Servidores Públicos, existe idade mínima desde a Emenda Constitucional nº 20. Então, não havia essa mesma lacuna, portanto, nunca houve a discussão em relação ao Fator Previdenciário para o caso de funcionalismo público, porque já havia essa referência de uma idade mínima para a aposentadoria.

Eu vou de forma bastante objetiva, só para a gente também, digamos assim, circunscrever um pouco o problema, porque que eu acho importante que a gente tenha idéia de quais são as reais dimensões desse problema. Quer dizer, eu acho que não é uma sangria desatada a questão do Fator Previdenciário.

Eu já vou, desde já, numa conversa pessoal recentemente que o Senador Paim e eu tivemos, eu falei para o Senador Paim, que o fator previdenciário no meu entender não é nenhuma maravilha. Agora, existem uma série de cuidados que a gente precisa tomar nessa discussão.

E, o primeiro cuidado é de você exagerar a importância dessa discussão em torno do fator previdenciário, como se o Fator Previdenciário estivesse achacando todos os trabalhadores que se aposentam etc e tal. Essa argumentação no meu entender a gente precisa tomar cuidado não pode exagerar, porque o Fator Previdenciário ele aplica-se hoje a aposentadoria por

tempo de contribuição no Regime Geral de Previdência Social, é habilitação obrigatória.

Então, a pessoa que completa 35 anos de contribuição ou 30 no caso das mulheres e independentemente de idade, se aposenta, tem um Fator Previdenciário – a gente não precisa lembrar aqui a fórmula, a fórmula é uma forma última complexa e tal -, mas que contém expectativa de vida dessa pessoa na idade em que ela se aposenta, tem a idade, tem o tempo de contribuição nessa fórmula. Então, tem a aplicação obrigatória desse fator previdenciário no cálculo do seu benefício.

O Fator Previdenciário ele é aplicado facultativamente, então, optativamente àqueles trabalhadores que se aposentam por idade. Então, se o cidadão se aposenta por idade e a aplicação do Fator Previdenciário é mais vantajosa do que a não aplicação do Fator Previdenciário, então, pode aplicar, mas não é obrigado a aplicar.

O Fator Previdenciário não se aplica a mais nenhum outro benefício que é concedido pela Previdência Social.

Então, obrigatoriamente, no ano de 2005, dos benefícios que foram concedidos em 2005, foram concedidos 03 milhões 960 mil benefícios pelo INSS no ano de 2005; desses 03 milhões 960 mil benefícios, apenas 154 mil e 700, foram aposentadorias por tempo de contribuição. Então, são benefícios novos que foram calculados em 2005. Nós estamos falando aqui de 3,9% dos benefícios que foram concedidos em 2005, que tiveram a aplicação obrigatória do Fator Previdenciário.

Nós tivemos mais 451 mil benefícios, que são aposentadorias por idade que foram concedidas em 2005, são 11,4% dos benefícios que foram concedidos em 2005, que tiveram aplicação do fator previdenciário, se fosse mais vantajoso para o trabalhador. Se o Fator Previdenciário prejudicasse esse cidadão, que se aposentava por idade naquele momento ele não era aplicado. Certo?

E todo o restante, todos os 84% restantes dos benefícios da Previdência Social, não tiveram nenhum contato, o Fator Previdenciário, não passou nem por perto dos outros 84% dos benefícios que foram concedidos no ano de 2004. Nós estamos discutindo, na verdade, 4% dos benefícios concedidos pela Previdência Social.

Então, precisa, digamos assim, restringir o universo de beneficiários da Previdência Social, as quais nós estamos nos referindo aqui nessa discussão.

Eu entendo que, então feita essa, digamos assim, essa ressalva e nós colocando aqui, que nós estamos tratando de um universo comparativamente pequeno,

diante do total dos beneficiários da Previdência Social, eu entendo que o Fator Previdenciário, ele tem alguns aspectos positivos e ele tem alguns aspectos negativos. > Isso resulta exatamente – como eu tinha dito para o Senador, na conversa, na minha opinião – do fato de que o Fator Previdenciário é um substituto imperfeito – no meu entender – de uma coisa que, na verdade, deveria ter sido introduzida em algum momento, não sei, do passado, como condição de acesso à aposentadoria. Segundo a convenção da OIT, a idade de referência é necessária para você ter o balizamento adequado, tecnicamente adequado de um seguro social, de um seguro previdenciário.

Ao fazer o substituto, o papel de substituto dessa idade de referência para a aposentadoria, o Fator Previdenciário desempenha esse papel, quer dizer, em parte ele desempenha bem, mas ele tem uma série de efeitos colaterais, porque ele é um substituto imperfeito. E esses efeitos colaterais, um dos pontos que foram levantados, por exemplo, ao longo do ano passado e retrasado, foi a questão do cálculo da expectativa de vida.

O Senador colocou isso também diversas vezes na conversas conosco, quer dizer, o IBGE faz a estimativa da expectativa de vida a cada ano. Sempre é publicado no final do mês de novembro de cada ano, para ser aplicado no cálculo do Fator Previdenciário a partir de 1º de dezembro daquele mesmo ano.

Então, o que vocês lembram é que em novembro de 2003, no primeiro ano do Governo do Presidente Lula, o IBGE publicou uma tábua de expectativa de vida, que passou a valer a partir de 1º de dezembro de 2003, automaticamente. Quer dizer, automaticamente, porque a lei assim o prevê, que é automaticamente. A lei prevê que o IBGE publica até 30 de novembro e, a partir de 1º de dezembro tem que se aplicar automaticamente, é independente da vontade de qualquer pessoa.

Então, essa tábua que foi calculada em novembro de 2003, ela foi baseada pela primeira vez nos dados do censo de 2000. Ela não teve nenhuma notificação metodológica, não houve nenhuma modificação de metodologia no cálculo da expectativa de vida por parte do IBGE.

Aliás, teve uma Audiência Pública promovida pela Deputada Jandira Feghali e pelo Deputado Sérgio Miranda na Câmara dos Deputados a esse respeito. O Presidente do IBGE esteve lá e explicou, exatamente, que foi em função da mudança da base de dados e não da mudança de metodologia, porque até então a expectativa de vida estava sendo estimada com base no censo de 1991.

Então, isso significa que a cada dez anos a gente vai ter uma nova base de dados completa do país

e, com essa base de dados completa de cada censo novo que é feito, você recalcula aquilo que antes era estimado e você verifica que pode ter havido algum erro de avaliação nas estimativas. Então, isso dá aquele solavanco que aconteceu naquele ano na expectativa de vida.

É um fenômeno que aconteceu naquele ano e depois não aconteceu mais, mas pode vir a acontecer no futuro de novo quando a gente tiver, por exemplo, os dados do censo de 2010 incorporados no cálculo do Fator Previdenciário. Então, digamos assim, essa impossibilidade de você conseguir estimar com absoluta perfeição a expectativa de vida, introduz um certo elemento de insegurança no cálculo do fator previdenciário.

Outra questão, que eu acho que é onde o fator previdenciário mostra, digamos assim, os seus limites é o fato de que hoje, quer dizer, no Brasil, a gente pode acumular o benefício previdenciário, com a continuidade da pessoa no mercado de trabalho. Então, não é o caso da gente entrar aqui na discussão sobre: Se a pessoa continua a trabalhar porquê o benefício é insuficiente; se o benefício é insuficiente por que às pessoas continuam a trabalhar? Enfim, quer dizer, acho que não é essa a discussão aqui nesse caso.

Mas quando acontece isso, se uma pessoa se aposenta por tempo de contribuição e continua trabalhando, ela naquele momento, pode não sentir a insuficiência de renda que aquela aposentadoria pode significar dez anos mais à frente, quando a pessoa efetivamente não puder mais participar do mercado de trabalho e, pode acabar em algum momento no futuro, implicando em efetivamente problemas, impactos mais graves, digamos assim, na continuidade do padrão de vida que essa pessoa tinha.

E, a Previdência Social não consegue cumprir – em função do benefício ter sido calculado com fator previdenciário muito gravoso – não consegue impedir essa insuficiência relativa de renda para essas pessoas no futuro e a insatisfação que o beneficiário vai ter.

Então, eu quero concluir aqui Senador, dizendo que o Fator Previdenciário é um substituto imperfeito da idade mínima.

E, que eu acho que propostas ou idéias de você eliminar o Fator Previdenciário, como são alguns projetos de lei – têm dois projetos de lei de sua autoria em tramitação aqui no Senado, têm outros projetos de autoria de Deputados em tramitação na Câmara – esses projetos, no meu entender, deveriam ser discutidos – quando for o caso – deveriam ser discutidos, num contexto em que você acha um substituto melhor ou que você ache uma alternativa para o Fator Previden-

ciário, para que o Sistema Previdenciário possa continuar funcionando.

Simplesmente tirar o Fator Previdenciário é como você tirar a rolha do DIC, não é esse o caso de se fazer, quer dizer, tecnicamente, eu acho que não é correto, não é sustentável você simplesmente eliminar, suprimir o Fator Previdenciário.

Então, Vamos discutir e quando for o momento adequado, de que forma você pode fazer a transição do Fator Previdenciário, para uma regra que seja mais adequada, mais sustentável para o sistema previdenciário. Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu queria me redimir de um pequeno erro.

Eu falo tanto da COBAP, que eu esqueci de convidar para a mesa o Presidente da COBAP, que também vai fazer uso da palavra.

Então, eu convido nesse momento, o Presidente da COBAP, o Sr. Hermélio Soares Campos, para que venha à Mesa e ele também fará a sua exposição. Eu acho que é a entidade que eu mais falo e falo bem da COBAP, tanto que eu achei que eu tinha chamado já, me alertaram que eu não havia chamado.

Eu vou chamar para fazer uso da palavra, agora, o Sr. Floriano José Martins, que é Presidente da Fundação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social, que tem um estudo belíssimo sobre esse tema e ele vai ter a oportunidade de fazer a exposição.

O Sr. Floriano, também, com dez minutos e mais dois, com uma tolerância da Mesa, dentro do possível.

SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Senador Paulo Paim, eu como vou passar algumas transparências, eu acho que é preferível falar aqui mesmo, que seria melhor até para comunicar.

E, eu trouxe aqui umas 300 – é bom para dormir um pouco -, mas pediria paciência dos senhores, para que eu pusesse as transparências, até como ordem da sequência, já que o Secretário Herman nos colocou da função do Fator Previdenciário, eu vou tentar fazer um resumo do que é realmente o Fator Previdenciário, e quem sabe, façamos uma análise no final. Eu pediria para passar a próxima, por favor.

O fator como já foi ditado pelo Secretário, nasceu em função da derrota que o Governo teve na limitação da Emenda 20, na implantação da idade mínima quando da aprovação daquela Emenda Constitucional. E ele visava exatamente criar um mecanismo de controle, controlar os gastos excessivos na área da Previdência Social, principalmente do benefício contributivo, ou seja, a aposentadoria de contribuição. Por, favor.

E cita – por favor, pode passar, não? Trancou? Não. Volta tem mais uma, a outra. Isto. E ele é função

de? De quê? Para desestimular a aposentadoria precoce em função da idade de aposentadoria, ou seja, diminui o valor de benefício de maneira inversamente proporcional à idade; da expectativa de sobrevida, reduzindo o benefício sempre que a expectativa de vida crescer e do tempo de contribuição, quanto maior o tempo menor seria o redutor.

Evidentemente, que nessa época, já tinha em fase de extinção a aposentadoria proporcional, portanto, para fazer jus à aposentadoria por tempo de serviço, é preciso 30 anos para a mulher de contribuição e 35 para o homem – sem idade. Por, favor. O cálculo de benefício – eu estou fazendo uma historinha, ou contando pelo menos de forma didaticamente, para que a gente chegue no Fator Previdenciário.

O cálculo para se fazer uma aposentadoria por tempo de contribuição é feito dessa maneira, ou seja, calcula o salário benefício, que é igual à média dos 80% dos maiores salários de benefícios em toda a vida contributiva – para quem estava já no sistema, começa a partir de setembro de 1994 – vezes – o M, lá – vezes, o Fator Previdenciário.

Portanto, para que o segurado tenha a sua média, 100% da sua média, é preciso que o fator previdenciário seja 1, porque ele recebe a média integral. E vem o fator, exatamente, para tentar reduzir ou aumentar, caso ele fique mais tempo. Por, favor.

E vem à fórmula do fator, muito criativa, com dois patamares.

O primeiro é a introdução de critérios atuariais, incluindo o tempo de contribuição; o tempo de contribuição vezes – o A, ali – que é 31%. O que são esses 31%? São os 20% da empresa, mais 11% do segurado e sobre a expectativa de sobrevida. Portanto, essa expectativa de sobrevida é em função da idade, que nós vamos falar um pouquinho mais.

E, quanto maior essa expectativa de sobrevida, menor o fator; eis aí, o problema que se cria no cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição. E mais, acrescentando aqui: Vezes, um bônus pela permanência em atividade. Essa foi à forma criativa, ou seja, calcula-se aqui a idade, mais o tempo de contribuição, vezes os 31% sobre 100%, que vai dar um bônus à medida que o segurado ficaria em atividade. Por, favor.

Como já foi dito, também, ele aplica-se obrigatoriamente, tão somente na aposentadoria por tempo de contribuição. A aposentadoria por idade é opcional e os demais benefícios também não se aplicam.

A pensão aqui, ela tem reflexo, se o segurado morrer depois de aposentado por tempo de contribuição, e tem reflexo porque já foi feita a aposentadoria dele, na época em atividade, mas se for, por exemplo,

um segurado que morre na sua atividade ele não tem aplicação do fator. Por, favor.

A expectativa de sobrevida é a partir da tábua do IBGE, uma média nacional para ambos os sexos, publicação a partir de 1º de dezembro e ela é regradada automaticamente, assim que for publicada. Por, favor.

Aí está, a partir dos 45 anos até os 60 anos, a expectativa de sobrevida de todos nós – todos os brasileiros – feito a partir, logicamente, de 1º de dezembro de 2005, que foi a última, vai até dia 30 de dezembro de 2006. Para quem está com 53 anos, deverá permanecer até os 26, segundo o IBGE. Isso é uma média, logicamente, tem uma expectativa de vida. 55 anos, 24, e assim sucessivamente. Por, favor.

O tempo de serviço é computado como tempo de contribuição, à mulher e professor tem um adicional de 5% em função das suas especificidades e a diminuição do tempo deles. A professora, um adicional de dez anos, porque ela se aposenta com 25. Como a fórmula é tudo 35, automaticamente, ela tem... Não se contempla com mais de dez anos. Por, favor.

Bom, para se ter uma idéia eu fiz dois cálculos, de como de como está funcionando a aposentadoria, ou seja, qual é o resultado disso. Vamos, lá.

Primeiro exemplo: O segurado com 35 anos de contribuição e 55 anos de idade. Ele tem aqui, uma expectativa de sobrevida de 24,4 anos. A média dele nesse período, foi de 1 mil e 800 reais, ou seja, os 80% maiores salários. Calculando, portanto, vejamos: Ele tem 35 anos de contribuição e 55 de idade. Calculando, aplicando aquele fator, que eu citei lá atrás: Tempo de contribuição, vezes 31%, sobre a expectativa, que é os 3,24, etc e etc, vai dar o Fator Previdenciário de 0,73, que seria, 73% do que ele vai receber.

Como a fórmula – mais uma, por favor, eu não sei se dá para todo mundo ver – como a fórmula é salário de benefício, a média daqueles 1 mil e 800, vezes o Fator Previdenciário, ele vai ter uma renda, esse caso, de 1 mil, 314 reais. Portanto, ele tem uma redução da sua média normal de 27%. Ele vai receber só 73%, em função da idade. Vamos lá, outro exemplo, rapidamente, porque senão meu tempo se esgota.

Este segurado tem 35 anos de serviço, mas com 63 anos de idade, é aí onde ele vai alcançar o fator 1. Somente com 63 anos ele vai alcançar o fator 1; 62 e dez meses, para ser mais preciso. Nesse caso, o salário dele era – eu fiz esse cálculo, considerando o teto desde 94, todos os tetos da Previdência, desde 94, até hoje. Esse cálculo foi feito no dia 04 de julho, agora.

Portanto, o crédito dele, ele teria um valor, um salário de contribuição corrigido 2 mil, 283, quantidade de contribuição 115, que são 80%. A média de salário, deu 2 mil 462 reais, dividindo os 2.283 por 115.

A expectativa dele é 18 anos e o fator, nessas condições, o fator deu 10,159. Portanto, deu um pouquinho a mais do que 1. E o salário dele passou, então, para 2 mil e 500 reais.

Eu quero dizer, que o teto hoje é 2 mil 801, então, a renda mensal dele será de 2 mil 501, mas isso se ele tiver 63 anos de idade.

Vamos lá, por favor, um pouco de análise. Por, favor. Já foi falado aqui, embora, eu tenha usado a nova metodologia, mas a nova base de dados, desde quando começou o fator houve realmente uma diferença razoável, principalmente a partir de 2003. Se pegarmos, por exemplo, um indivíduo com a idade de 60 anos, em 1999 a sua expectativa de vida era 17 anos, depois 17 para 17,9.

A partir de 2003, foi crescendo assustadoramente esse vácuo, esse impacto, cuja discussão foi à explicação com o Secretário, agora, exatamente a nova fórmula do IBGE com outra base de dados. Esse impacto aqui, causou realmente uma grande repercussão na aposentadoria de qualquer indivíduo. Vamos lá, por favor.

Tanto é que esse mesmo segurado, que tinha 60 anos de idade, se ele tivesse se aposentado em 30 de janeiro de 2000, ele teria o Fator Previdenciário 1. Hoje ele tem 0,89. Outro, por favor. Buscando, um outro exemplo, cujo valor fosse 500 reais de média, por exemplo, com 35 anos, em 2000 ele receberia uma aposentadoria em 505 reais.

Hoje, se fosse feito hoje, mesmo com 60 anos, essa aposentadoria seria 445, o prejuízo diminuiu em função, exatamente também, das bases de dados, alteração. Por favor.

Aqui algumas considerações do IPEA, que fez o trabalho por solicitação CNPED, que eu gostaria de mudar o próximo quadro que seria interessante, embora o Secretário tenha falado, mas eu vou expor um pouco mais. Por favor, o outro quadro, que é o que houve essa análise, no período anterior ao fator previdenciário e, no período durante o fator Previdenciário de 99 a 2004, qual seja?

A concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, no período de 95 a 98, era em média anual, 339 mil benefícios. De 99 a 2004, baixou para 136, lógico que tem uma série de fatores, inclusive, as Emendas Constitucionais, que prorrogaram também.

A média de idade de aposentados homens era 54 e passou para 57 quase; das mulheres de 49,7 para 52. Média do tempo de contribuição de 32, para 33. Média de tempo de contribuição para mulheres, de 27 para 28, e assim sucessivamente.

A média de incremento era de 11, baixou para 12% e houve, logicamente, uma taxa de incremento

da despesa na ordem de 1%. Portanto, realmente, teve reflexo, mesmo que esse pequeno número de aposentados de 4% não tenha tanto influência, mas nesse grupo houve uma significativa influência sobre o aspecto de despesas. Por, favor.

E aí está, só para refletir, o mesmo critério de sobrevida que eu citei lá, por exemplo, um indivíduo segurado com 57 anos, praticamente ele tem uma expectativa de vida de 22, portanto, para usar o fator se usa, digamos, que ele seria falecido aos 70 anos ou 79,8 anos.

Em média na DATAPREV – ou pelo menos os dados que a gente pegou, dá aos 70 anos – o benefício cessado para o homem está sendo 70 anos. Portanto, um pouco inferior ao Fator Previdenciário projetado. Logicamente, tem que usar também a pensão, é só para reflexão isso. Por, favor. Aí, têm mais algumas coisas sobre o fator que o IPEA colocou, mas eu queria fazer uma análise da próxima transparência. Por favor, a outra, que é o seguinte.

O fator introduziu fórmula que não permite conhecer a situação do segurado. Hoje, um segurado que falta, cinco, dez anos, ele não tem, ele não sabe qual é a expectativa dele, o que vai acontecer em função da metodologia do IBGE, ou da base de dados e da insegurança, portanto, ele não sabe.

Segundo. A fórmula tende a aproximar a idade de aposentadoria, por idade. Para alcançar o fator 1, é preciso que tenha 63 anos de idade, hoje. Portanto, está próxima a aposentadoria por idade, que é 65. Então, há um grande achatamento nesses benefícios, cuja tendência é alcançar a aposentadoria por idade e não a tendência que seria a aposentadoria aos 60 anos da idade. E o IPEA fez, por favor, uma recomendação, uma sugestão, no sentido de acrescentar o fator, caso ele não for extinto – um D ali – de tal forma que o indivíduo, mesmo que usasse o Fator Previdenciário aos 60 anos ele teria o fator 1.

A minha análise, a nossa análise em termos de ANFIP e Fundação é que é discutível, embora tenha uma vantagem, que aquele indivíduo ou aquele segurado que começa aos 14 anos, ele vai trabalhar 44 anos ou 46, para chegar aos 60 anos. E, teria que fazer, novamente dar algum plus para essa categoria que se aposente acima de 35 anos, de 40 anos de contribuição, com 60 anos de idade para que ele tenha o fator 1.

Essa é a parte fator, mas eu como estou aqui eu não poderia deixar – eu pediria para passar mais uma transparência, se o Senador admitir – sobre a análise de seguridade que se faz anualmente. E, como dizem que tem difícil a Previdência, nós tentamos trazer,

mostrar para a sociedade que a seguridade tem saldo sistematicamente desde que foi instituída.

A seguridade que os senhores sabem que é com base no Art. 194, que é um conjunto de ações destinadas a assegurar o direito, a saúde e a Previdência Social, sendo financiada por toda a sociedade. Principalmente a Cofins, que é cujo imposto, o tributo é de 3, a 7%, 7,5%. Contribuição sobre o lucro, de 18 a 32. Concurso de prognóstico, 5% de toda receita líquida de Sena, números e etc, tanto a seguridade, contribuição sobre a folha de 8 a 11% e mais 20% do empregador. CPMF 0,38 e o PIS/PASEP.

Portanto, esse e o conjunto de rubricas que fazem parte do conceito, não só do conceito de seguridade, mas que financiam àquelas ações para a Seguridade Social. E, juntando tudo isso aí se chegou a seguinte conclusão. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Florianópolis, você tem que encaminhar para a conclusão –

SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Porque já está com mais ou menos vinte minutos, o Secretário falou 15. E, depois vamos ter os debates.

SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Eu estou dizendo que essas receitas, fazem parte da Seguridade Social, e mais, deduzindo as despesas nós temos um saldo operacional de 57 bilhões de reais do saldo da Seguridade Social.

Concluindo, eu quero dizer que a ANFIP se sente honrada em participar desse debate. Acho que é importante refletir sobre o que foi discutido sobre o Fator Previdenciário. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra nesse momento ao Sr. Antônio Fernandes dos Santos Neto, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB.

O Secretário Helmut, me avisou e avisou a vocês que ele tem um problema de vôo, então, eu deixei ele à vontade, no momento que ele tiver que se retirar ele se retira. Com certeza, nós teremos outros debates de Fator Previdenciário ainda esse ano, e que podemos aprofundar o debate com todos os convidados e com vocês.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO – Obrigado, Senador Paim. Eu quero cumprimentar a todos e a todas nessa mesa, companheiros e companheiras de Plenário.

Eu acho que eu começo por onde termina a ANFIP, nós não podemos mais discutir Previdência nesse país, dissociado de Seguridade Social. O Governo tem sucessivamente utilizado a Seguridade Social para se

apropriar de maneira escandalosa para sustentar seu superávit primário. Tem três fatores básicos no Relatório da ANFIP, quem quiser ir ver está lá explícito.

Primeiro. É bom lembrar que não faz repartição do dinheiro da Seguridade Social com Estado e Municípios, tudo que arrecada fica sobre essa rubrica, não divide com Estados e Municípios. Tem um apelo social bastante grande, com possibilidade de a sociedade aceitar e o Congresso aprovar os incrementos dessas coisas, então, vejam vocês. E, com isso, ele sustenta uma política econômica perversa que destrói e aí começa todas essas tecnocracias e essas invencionices para destruir aquilo que é patrimônio nosso.

Olha, eu já paguei durante alguns anos da minha vida teto de 20 salários-referência do INSS, até 1991. Por uma penada que eu não sei de quem, eu não vou lembrar quem estava de plantão, reduziu para dez. Talvez, o Floriano, possa até lembrar quem foi. Foi em 91 ou 92 Floriano? 91. E tudo que eu contribui sobre 20, não é considerado em momento nenhum, nessa mudança de recálculo da minha vida a partir de 98.

O Governo derrotado, bem tem mostrado aí, ele cria uma alternativa para impor o tempo de contribuição e aí vão dizer: “Não, é que por ser o regime de contribuição, tem obrigatoriamente que ter Fator Previdenciário”. E aí, é na nossa cabeça. Teoricamente daqui dez anos, em torno de dez anos, não se aposentarão nesse país ninguém com menos de 65 anos. Não importa quanto pagou.

Nós vivemos num país em desenvolvimento, eu comecei a trabalhar com 11 anos de idade, comecei a contribuir com 16. Não importa. O que vale é dizer o seguinte: “Você tem não idade, você não tem direitos”. E, mesmo que você tenha o direito, você tem que ter um dos três fatores ali, que é uma conjunção de três: tempo de contribuição, idade mínima e Fator Previdenciário. Se um dos dois for menos que um, não for igual, eu tenho redução na minha contribuição.

Eu fico aqui pensando, que quando eu vejo a redução drástica das opções por aposentadoria que nós vemos caindo de 11 para 2%, a expansão do limite de tempo para que a gente possa aposentar. E, dissociando tudo isso e fazendo uma campanha de mídia, a dizer que a Previdência Social está quebrada e que nós estamos falidos e introduzindo lá com uma Emenda – eu não sei se foi com a Emenda 20 -, mas teve ter sido com a Emenda 20, a questão de regime de caixa dentro do INSS, desconsiderando todas as demais coisas. Eu não sei a quem está interessando isso, cabe a nós, dirigentes sindicais, começarmos a denunciar diuturnamente: Não existe déficit na Previdência.

Talvez o Secretário da Previdência e Política Social, possa nos dizer qual é o passivo das empresas em débito com a Previdência. A última vez que eu vi esse número, era em torno de 270 bilhões, por aí, isso não aparece para a contabilidade. Aparece que nós descontamos da nossa folha de pagamento, o empresário paga – àqueles que pagam – porque se não pagar também não acontece nada, não acontece nada. E vira e mexe faz mais... Está saindo o terceiro REFIS esse Congresso.

Ou seja, ele fez o refinanciamento deixou de pagar. Fez o segundo financiamento, deixou de pagar. Vai fazer o terceiro financiamento. Ou nós entramos aqui dentro desta Casa – e aí, o Senador pode nos ajudar e muito – e, mudamos a forma de sustentar a Previdência, e discutimos efetivamente, com essa sociedade que não existe déficit nessa Previdência, é uma mentira deslavada, porque a Previdência não pode ser analisada sem estar dentro do quadro da Seguridade Social.

E, essa última transparência que foi mostrada aqui com 57 bilhões de superávit e, olha, que o Governo só se apropriou 24, 25 bilhões disso para o seu superávit, ainda assim, sobraram o que sobraram e foram todos investimentos. É só pôr de novo essa transparência. A saúde levou quase 32 bilhões, o LOAS levou não sei o quê, o custeio da Previdência, tudo está ali dentro.

Se colocar a Previdência de Funcionalismo Público, Regime Especial dos Militares, ainda assim, essa seguridade sustentada por essas contribuições que aí estão, vai dar superavitária, ainda. Então, nós precisamos ter claro isso e precisamos divulgar isso, porque vira e mexe eu escuto, eu leio, eu vejo. A semana passada, o jornal “O Estado de São Paulo” publicou: “Com o aumento do salário mínimo, o déficit da Previdência Previdenciária subiu 36%”, e todo mundo e inclusive muitos de nós, começaram a acreditar que a Previdência está falida e que precisava nela mexer.

Nós temos que achar um meio de como fazer com que a contribuição para Previdência, seja feita pelas empresas e pelos trabalhadores de tal maneira que ela seja considerada no conceito da Seguridade Social. Se nós começarmos a discutir Seguridade Social, não existe essa conversa. Eu quero aqui trazer o apoio da Central Geral dos Trabalhadores ao projeto do Paim, para que a gente possa acabar com esse crime lesa trabalhador, porque não é brincadeira. É só no lombo da gente.

Eu não vejo nenhum projeto aqui dentro, para que as empresas possam ser instadas a pagarem efetivamente. Eu lembro- – Hã? Não. Nós apoiamos inclusive a formação da Receita Federal do Brasil, eu acho que foi pela primeira e alguns sindicalistas não

entenderam, que vão dar um tratamento tributário do dinheiro do trabalhador, igual ao dinheiro das demais contas do Governo. Ou seja, vai ter o mesmo cuidado para correr atrás do dinheiro. Eu acho isso profundamente importante.

Agora, não resolveu o problema do financiamento, porque ainda assim, as empresas com esse passivo de 270 bilhões, não há receber. Não há como saber o dinheiro que foi emprestado da Previdência seja para a Ponte Rio-Niterói, seja dinheiro emprestado pela Previdência para a construção da Transamazônica. Isso não existe!. Muitos de nós já exigiu uma auditoria, uma CPI na questão das contas da Previdência, porque tudo isso virou conversa que a gente, talvez, nem acredite.

Nesse sentido nós achamos que, ou passamos a ver a Previdência Social como Seguridade Social, deixando de lado algumas idéias e restauramos os direitos dos trabalhadores que se você contribuir... Se eu chegar num Banco com 20 anos de idade e contribuir 35 anos, a partir dali vou receber meu dinheiro.

Eles nos propuseram a mesma coisa por tempo de contribuição, uma série de coisa, só que ainda impõe um redutor para o custeio disso, ou seja, para diminuir ainda mais o desembolso e dizem que é despesa para com a Previdência. Eu olho toda vez esse quadro. E, olha, esse ano que passou foram 56 bilhões. Eu não sei, se foram 30 bilhões no ano anterior, se foram 27 no outro ano anterior e, assim nos últimos cinco anos, se somar deu mais de 130 bilhões de superávit da Previdência da Seguridade Social.

É só segue pegar os dados. A ANFIP está aí mostrando para nós todo o tempo e, nós insistimos em trazer uma discussão aqui regime de caixa, o que entra para a Previdência e o que paga com benefício. Sequer lembram dos 14 ou 15 milhões de beneficiários chamados de Assistência Social, que foram incorporados ao INSS com a extinção do Ministério da Assistência Social e que estão lá dentro, sendo pagos pelo Regime da Previdência do INSS, está lá dentro também. Isso está aí dentro! É só olhar aquele quadro. Ele está lá dentro. Eu não sei quem deveria portar... Deveria ser o Tesouro, porque aquilo estava num outro orçamento, deveria ser o Tesouro, porque essas verbas não eram próprias.

Essa discussão é que eu quero ter. Eu acho que nós dirigentes sindical temos a obrigação, cada um e todos, de publicar no seu jornal o resumo que a ANFIP acabou de fazer. Mostrar para os nossos associados, os nossos trabalhadores, a mentira deslavada que se conta acerca da Previdência Social no Brasil.

Isso é uma mentira deslavada. Está servindo aos governos, que estão vindo aí, para financiar a sua políti-

ca fiscal tributária, o seu déficit, seus superávits, porque está tirando dinheiro não redistribui entre os Estados e Municípios, tem apelo forte quando você incrementa essas taxas e, assim sucessivamente.

Então, eu queria nesse patamar inclusive fazer aqui um apoio ao projeto do Paim, que restaura pelo menos, a possibilidade de acabar com esse Fator Previdenciário de pelo menos eu poder aposentar, olha, 80% da média eu pago sobre o teto. Eu estava até comentando aqui com o Dr. Helmut, que ninguém vai aposentar nunca pelo teto, e aí ele justificou para mim assim: "Olha, o teto teve um aumento real". Mas eu pago sobre o teto, a minha vida paguei sobre o teto, mesmo pagando a vida inteira do primeiro ao último emprego sobre o teto, eu não aposento sobre o teto, porque é 80% da média dos últimos salários! Nunca!

Então eu queria que os companheiros comessem...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Para concluir.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO – A olhar com um pouco mais de seriedade e discutisse isso com suas bases, mostrassem esses números para suas bases para desmistificar, porque muitas vezes vai à televisão durante novela, vai à televisão durante programas populares, tentando vender o neoliberalismo com uma moleza muito fácil.

Assim foram nas privatizações. Eu vi Ratinho, Hebe Camargo, dizer que: "Olha, eu vou à feira quer comprar peixe dessa peixaria ou daquela peixaria. Vai ser assim, quando eu tiver privatizada a telecomunicação". E nós vimos o que deu. Quem está ganhando com a telecomunicação são as transnacionais.

Então, nós temos obrigação. E, dar um apoio, viu Paim? Ao projeto seu aqui, para que a gente possa restaurar esse direito mínimo nosso de aposentar, pelo menos com o que nós temos direito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu vou passar a palavra nesse momento ao José Maria, que é Coordenador da Confederação Nacional de Lutas, CONLUTAS, mas o Secretário vai ter que sair, ante de sair ele pediu para falar um minuto.

Mas antes de passar para ele, eu queria dizer para vocês algo – como a gente está aqui na mesa a gente vê todo o Plenário – alguém me disse que essa Plenária seria muito forte de manhã e o Plenário estará tão lotado, estaria lotado pela manhã, mas não estaria lotado à tarde. Porque pela manhã nós íamos discutir e como discutimos as contribuições dos trabalhadores, que no meu entendimento mais do que legítima deve ser para as entidades sindicais.

E, para aqueles que pensaram assim que os senhores não viriam para defender os interesses deles

que estão lá nas fábricas, nas ruas, nas construções, nos campos quebraram a cara, porque o Plenário continua lotando, demonstrando que vocês estão aqui para defender os interesses de todos os trabalhadores e não somente os sindicalizados, porque o Fator Previdenciário pega a todos.

Então, meus cumprimentos a todos vocês. Eu tinha que fazer esse depoimento, porque houve alguém que me disse: “Vai ver à tarde, Paim!”. À tarde, coisa nenhuma, o Plenário está lotado. E é muito bom que a TV Senado transmitindo e vai retransmitir, com certeza esse evento, para que o trabalhador que está lá fábrica, saiba que seus representantes estão aqui, defendendo seus interesses e também cumprimentar o Ministério da Previdência, que mandou aqui o Helmut, que é o Secretário Executivo conhecedor do tema, que só não fica hoje, porque efetivamente eu sei que ele tem um outro compromisso, mas eu vou dar mais tempo para ele agora, ele pediu um minuto, mas já falei com ele aqui, num outro momento, ele vem para um debate na Comissão para a gente aprofundar mais ainda essa questão, como exige a questão do Fator Previdenciário.

Em seguida, eu passo a palavra para o José Maria.

SR. HELMUT SCHWAZER – Obrigado.

Eu efetivamente só estou saindo, agora, porque eu tenho que ir para um evento que nós temos com o Prefeito Lindenberg Farias, em Nova Iguaçu, ou seja, esse Governo vai para lugares para os quais os Governos anteriores nunca foram. O que eu queria dizer só, um minutinho só, digamos assim, a título, já antecipando a minha participação no debate. Os benefícios assistenciais desde o primeiro orçamento que nós fizemos nesse Governo, que foi o orçamento de 2004, que nós programamos em 2003, são todos por conta do Ministério do Desenvolvimento Social e do Tesouro Nacional. Então, todas as rendas mensais vitalícias, benefícios de prestação continuada e demais benefícios assistenciais, estão fora do orçamento do INSS. Todos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu perguntei da seguridade.

SR. HELMUT SCHWAZER – Na seguridade sim, agora no INSS, nós não pagamos com contribuições do trabalhador e, sim, com contribuições da seguridade os benefícios assistenciais. Isso foi uma antiga reclamação do movimento dos trabalhadores, de colocar, de limpar, passar o rastelo nesses benefícios e separar o que é assistencial do que não é assistencial e financiar o assistencial com recursos do orçamento da Seguridade Social.

Então, a mesma coisa, eu também gostaria de dizer ainda, só dentro dos trinta segundos restantes. Eu acho que a apresentação do Floriano, ela induz a um equívoco de interpretação quando ele coloca uma nova metodologia. Eu já tinha Floriano, eu já tinha colocado na minha própria fala, que o IBGE não utilizou uma nova metodologia de cálculo da expectativa de vida.

Isso foi, inclusive, objeto de uma ação civil por parte do Ministério Público que não deu em nada, pelo menos até agora, porque não ficou comprovada nenhuma alteração de metodologia. O próprio Presidente do IBGE veio com toda a transparência para daquela Audiência Pública na Câmara no ano passado, para demonstrar isso.

Quer dizer, a metodologia é exatamente a mesma. O que fez com que houvesse aquela alteração daquele ano de 2003, o Fator Previdenciário de 2003, que entrou em vigor em 1º de dezembro de 2003, foi o fato de que até 2002, se utilizavam estimativas de expectativa de vida, porque os dados do censo de 2000, ainda não tinham sido computados, não estavam ainda tecnicamente disponíveis.

A partir do momento em que os dados do censo de 2000 estiveram disponíveis, viu-se que as estimativas elas eram pessimistas demais, na verdade, uma boa notícia de que o brasileiro vive mais do que se esperava e, aí é que houve o salto na expectativa de vida.

Com relação à idade média de cessão que ele apresentou, depois ele me explica, se a idade média a cessão de todos os benefícios, se, por exemplo, também salário-maternidade, no meio, se tem auxílio-doença no meio, ou se é a idade da cessão das aposentadorias por tempo de contribuição. Aí eu acho que a gente tem que ver qual é a idade da cessão. Ele sugere que nós estamos esperando, que nós estamos colocando aqui uma expectativa de vida de 79 anos de idade para benefícios que são cessados aos 70. Eu não sei. A gente tem que comparar maçãs com maçãs e não maçãs com pêras ou com bananas.

E, por fim com relação ao teto o próprio Sr. Antônio já colocou. O teto ele não é alcançado nesse momento pelos benefícios programados, pelas aposentadorias por idade e por tempo de contribuição, principalmente, porque nós fizemos nesse Governo, na Emenda 41, um aumento real do teto, de 1 mil 861 reais, em 30 de dezembro de 2003, para 2 mil e 400 reais. Foi muito mais que a inflação. Então, benefícios acidentários que, obviamente eu não desejo para ninguém que se acidente, não em função de acidente de trabalho, mas no caso dos benefícios que são calculados sobre a última remuneração, efetivamente são concedidos benefícios na integralidade do salário, mas o que motivo

principal disso está acontecendo hoje é exatamente esse aumento do teto.

Então, eu quero me colocar a disposição Senador, para futuros debates. Eu peço desculpas e eu quero assumir esse compromisso de nós continuarmos falando sobre esse assunto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu vou passar a palavra de imediato ao Sr. José Maria, Coordenador da Coordenação Nacional de Lutas – CONLUTAS, mas queria também dizer para vocês que eu conversei muito com o Secretário Helmut, e ele também tem o entendimento que nós devemos alcançar uma alternativa ao Fator Previdenciário.

E, teve uma frase que ele me disse que eu guardei, até eu tenho usado em alguns lugares: “Não há nenhum país no mundo, que tem esse Fator Previdenciário de tão perverso que ele é”. Ele disse isso com tranquilidade, para contribuição. E nós, a partir naturalmente de outros debates, vamos achar uma saída para acabar com o famigerado Fator Previdenciário.

Passamos a palavra ao Sr. José Maria, Coordenador do CONLUTAS, por dez minutos com mais cinco, se necessário.

SR. JOSÉ MARIA – Senador Paim, companheiros e companheiras da Mesa, companheiros e companheiras do Plenário.

Depois da exposição que foi feita pelo companheiro da ANFIP, eu fiquei com a minha fala bastante facilitada. Eu acredito que é bastante elucidativo e esclarecedor, o estudo que foi apresentado aqui pela ANFIP, porque tira a máscara dessa proposta que surgiu de fato como uma alternativa apresentada, quando o Governo foi derrotado aqui no Congresso Nacional em 98 e 99, e não conseguiu aprovar o limite mínimo de 55 e 60 anos para aposentadoria.

No entanto, hoje é evidente pelos números, que as consequências para os trabalhadores acabam sendo mais perversas com o Fator Previdenciário que foi instituído, do que a proposta inicial do limite de idade para aposentadoria, para o acesso à aposentadoria.

Só para dar um exemplo: Uma mulher com 55 que, de acordo com aquela proposta mesma já de modificação que o Governo fazia, teria direito a acessar sua aposentadoria com o seu salário integral. Ela hoje, aplicando-se o Fator Previdenciário, se aposentaria no exemplo que foi-nos mostrado aqui pela ANFIP, com 73% do seu salário. Teria uma redução de 1 mil e 800 no salário hipotético, para 1 mil 340 reais de benefício.

Essa é a resultante concreta da aplicação desse chamado Fator Previdenciário, que é calculado com base nesse três fatores, a idade, a expectativa de sobrevivência e o tempo de contribuição.

O IPEA, nesse mesmo estudo que foi citado pela ANFIP, os técnicos do IPEA, do Ministério do Planejamento que fizeram esses estudos, eles chegaram à conclusão que no máximo em dez anos, o limite mínimo para se acessar a aposentadoria com benefício igual ao salário que recebia, vai passar os 65 anos de idade. Essa é a expectativa que se nos coloca com a aplicação desse fator.

Agora, há três aspectos que eu queria ressaltar nessa discussão, porque eu acho que nós não podemos deixar passar ao largo. Ele é uma punição para o conjunto dos trabalhadores, mas principalmente companheiros e companheiras para os mais pobres. Em primeiro lugar, porque são os mais pobres que começam a trabalhar mais cedo. O meu primeiro registro em carteira, eu tinha 13 anos da idade.

Uma coisa é quem começa a trabalhar com 13, 14 anos para se aposentar por esse critério outra coisa, quem começa a trabalhar com 25, 26, porque teve uma família, que felizmente, lhe deu uma condição de estudar e fazer a sua Faculdade sem precisar trabalhar. Aquele que entra no mercado de trabalho mais cedo é punido pelo critério que aí se apresenta, tem que trabalhar e contribuir por 45, 50 anos, muitas vezes, para poder se aposentar com um benefício que não alcança o teto, não alcança a totalidade da contribuição que foi paga.

É errada a resposta que o Secretário deu ao Neto. Não é porque o Governo aumentou o teto para a aposentadoria; é porque o Fator Previdenciário prevê trabalhar com a média, com 80% da média dos maiores salários isso está estabelecido. Não há como passar de 80%. Está estabelecido no critério de cálculo do fator.

A segunda questão que é uma coisa inexplicável, num país que se diz civilizado, quer ser um país de primeiro mundo – de acordo com o que o Governo anuncia toda vez -, se puna o fato a expectativa de sobrevivência das pessoas. O fato de que a expectativa de vida do trabalhador e da trabalhadora brasileira cresça, é expressão das conquistas que a humanidade, não só no Brasil, teve nos últimos anos, nas últimas décadas, no século passado.

E, não pode ser que pelos avanços que nós conquistamos, em termos de produção científica, de produção do conhecimento, de produção de riqueza, que permite ao ser humano viver um pouco mais, então, ele vai ser punido e vai ter que trabalhar mais para contribuir com a Previdência. E, as riquezas que são produzidas nesse processo todo? Então, são dois fatores de punição que são inaceitáveis e que são concretizados com a aplicação desse critério.

Agora, essa é uma discussão. Por si só, teria que nos levar a apoiar a proposta apresentada pelo Senador Paim de extinguir o Fator Previdenciário. Ele é pior do que a proposta anterior que foi apresentada pelo próprio Governo, que foi derrotada no Congresso e pune particularmente, os setores mais pobres da população que são obrigados a trabalhar mais cedo. Agora, é também inaceitável – o Neto falou sobre essa questão e eu quero reforçar aqui – o argumento de que é necessário uma medida neste sentido, porque senão quebra o caixa da Previdência.

O companheiro da ANFIP no seu estudo já apresentou dados em relação ao saldo superavitário da Seguridade Social no ano de 2005, eu vou deixar com o Senador Paim um estudo que a ANASPS, Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social fez, também, que tomando os dados do Ministério da Fazenda e da Secretaria do Tesouro Nacional. Os companheiros somaram o déficit do caixa da Previdência, considerando para esse cálculo apenas os recursos recolhidos sobre a folha de salários – os recursos da Previdência Social – o déficit acumulado entre 2003 e 2006, considerando para 2006, a projeção que foi feita pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, esse déficit seria de 145 bilhões, tomando apenas os recursos recolhidos sobre a folha de salários.

Se nós somarmos o que foi arrecadado nesse mesmo período por todas as outras contribuições que de acordo com a Constituição de 88, foram instituídas para financiar a Seguridade Social, da qual a Previdência Social é parte, nós teríamos um superávit de 178 bilhões.

Então, nós temos, entre tudo que se gastou de 2003 a 2006, e tudo que se arrecadou para financiar a seguridade, inclusive, a Previdência Social de 2003 a 2006, um superávit de mais de 30 bilhões de reais. Não há, portanto, nenhuma base que justifique o discurso, a argumentação que foi apresentada pelo Governo anterior e pelo atual Governo, para manter essa maldade, essa perversidade contra a classe trabalhadora brasileira.

É preciso dizer aqui, companheiros e companheiras, não só que há recursos sendo arrecadados para financiar a seguridade social e a Previdência Social nesse país, sobrando, como há recursos para que o Governo pagasse ao conjunto dos aposentados brasileiros o reajuste de 16,67, que acabou de ser aprovado aqui no Congresso Nacional.

Não se justifica mais essa perversidade de aplicar para os trabalhadores, aposentados e aposentadas que ganham um benefício acima do mínimo, um reajuste de 5%. Significa rebaixar a aposentadoria de

mais de um milhão e meio de aposentados para o salário mínimo.

Essa perversidade, que é feita com base em argumento de que a Previdência não tem caixa, essa afirmação é uma afirmação falsa. Então, esse problema, é um problema que a sociedade brasileira não pode mais continuar aceitando.

Na verdade, nós teríamos que simplesmente por uma decisão do Congresso Nacional, extinguir o Fator Previdenciário como propõe o Senador Paim, reconstituindo as condições anteriores de aposentadoria e haveria recurso para isso hoje, nas condições atuais. Agora, se é necessário discutir o financiamento da Seguridade Social nesse país, nós queremos fazer a discussão inteira. Nós queremos discutir o orçamento e os problemas de recursos.

Para tomar o último mandato do Presidente Lula, se nós somarmos com os dados do Banco Central, da Secretaria de Tesouro Nacional e do Ministério da Fazenda, nós vamos chegar à conclusão que esse Governo vai gastar nos seus quatro anos de mandato – se valer a previsão que eles mesmos fazem para esse ano – 700 bilhões de reais, mais de meio trilhão de reais, com o pagamento dos serviços da dívida externa e da dívida interna.

700 bilhões de reais que são remetidos para banqueiros e grandes empresários a pretexto do pagamento de uma dívida, que todos nós sabemos já foi paga muitas vezes. Isso companheiros e companheiras é mais do que o dobro. Isso é mais do que tudo aquilo que o Governo anterior gastou nos oito anos. A gente vai de mal para pior nessa questão.

Só no orçamento desse ano a previsão apresentada, na proposta orçamentária apresentada no Congresso Nacional é de mais de 170 bilhões de reais, para enriquecer banqueiro. Esta é a situação que nos encontramos hoje. E é inaceitável que se reduza, se limite direitos sociais dos trabalhadores, como direito fundamental, como o da Previdência Social.

Aliás, esse estudo de IPEA concluiu que a Previdência Social, é o instrumento mais eficaz na distribuição de renda nesse país. E não é possível que nós aceitemos, que pelo argumento de falta de recurso, se reduza, se limite, o direito dos trabalhadores, quando o Governo gasta por ano 180 bilhões de reais para enriquecer meia dúzia de banqueiros. Nós queremos discutir o orçamento do país.

Nós queremos que esses 180 bilhões, sejam aplicados para poder assegurar o reajuste do salário-mínimo para os aposentados, sejam aplicados na moradia, na saúde, na educação, na geração de emprego, para que possa inclusive, haver mais arrecadação para o caixa da Previdência, para que o povo desse país

possa ter uma vida digna. Nós não podemos mais continuar convivendo com essa história, de que o Brasil é a 19ª economia do mundo e o povo é um dos povos mais marginalizados, em termos da distribuição de renda do mundo.

Então, essa é a segunda questão que nós queríamos colocar em relação a esse debate referente ao Fator Previdenciário. Então, não há sustentação do ponto de vista das consequências trazidas... (*tumulto*)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O senhor tem dois minutos para concluir, companheiro José Maria.

SR. JOSÉ MARIA – Para manter o Fator Previdenciário. Não se sustenta o argumento de que não há recursos para poder manter o benefício previdenciário como era pago na legislação anterior, Não se sustenta pelos próprios números do Governo.

E é necessário, portanto – para encerrar a minha fala – eu acho que nós temos que retomar em primeiro lugar, a exigência que já é antiga no movimento sindical, de que os recursos arrecadados para a Previdência e, agora depois de 88, os recursos arrecadados para Seguridade Social, sejam aplicados no financiamento da Seguridade Social e da Previdência Social, e não utilizados para compor superávit primário para enriquecer banqueiros.

Eu acho que essa é uma primeira exigência que nós temos que agregar, ao apoio a esse PLS que o Senador Paim apresentou aqui no Senado. Nós temos que voltar a exigência de que os aposentados e os trabalhadores da ativa, participem efetivamente da Administração do caixa da Previdência e do caixa da Seguridade Social. Chega de botar banqueiro para administrar o dinheiro dos trabalhadores, e depois vir nos contar, vir nos dizer, que não há recurso para pagar o benefício.

Em terceiro lugar, eu acho que é preciso – o Neto tocou nesse assunto – nós precisamos fazer uma auditoria pública no caixa da Previdência, para saber exatamente, para onde é que foi o dinheiro que o Governo diz que não tem, porque ele foi arrecadado. Ele foi arrecadado pelos dados do próprio Governo Federal.

Eu queria terminar a minha fala, saudando aqui a realização dessa Audiência Pública. A CONLUTAS se soma nesse esforço para aprovar o PLS que o Senador Paim apresentou no Senado. Se soma ao apoio, a mobilização que os aposentados estão fazendo para assegurar o mesmo reajuste de 16,67, para todos e todas aposentados e pensionistas no nosso país.

Nós estamos deixando um documento com o Senador Paim, assinado pelas organizações de trabalhadores que estão na Mesa, reafirmando essas

posições, apoiando a iniciativa do Senador. E eu acho que é preciso levar esse debates para nossas bases, fazer esse debate político nos Estados, para que ele repercuta na sociedade.

O Governo prepara nesse momento esse estudo do IPEA, que veio a público e veio ao público como parte de uma notícia mais ampla, e o Governo prepara uma nova Reforma da Previdência para o começo do ano que vem, para aumentar ainda mais o limite de idade para se acessar a aposentadoria, para desvincular o piso do benefício da Previdência Social do salário-mínimo e, para eliminar os benefícios de aposentadoria pagos pela Lei Orgânica da Assistência Social.

É muito importante companheiros e companheiras, que nós discutamos isso, desde agora na nossa base, porque nós vamos ter que promover um levante nesse país para impedir que mais um ataque dessa natureza, seja feito contra os trabalhadores no início do ano que vem, seja qual for o próximo Governo.

Eu termino por aqui. Agradeço o espaço e vou pedir desculpas aos companheiros e companheiras, eu infelizmente, por outro compromisso que tenho ainda hoje não vou poder permanecer até o final. Desculpo-me, com os companheiros e companheiras que estão na mesa, mas termino aqui a minha fala agradecendo a atenção de vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Queria agradecer, mais uma vez ao Senador Valadares, que é o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Ao Senador Cristovam, que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e o Senador Luiz Otávio, que é o Presidente da Comissão de Economia, porque essas Audiências Públicas estão em sintonia com as três Comissões.

Nós estamos aqui representando três Comissões do Senado, com o apoio dado pelo Senador Renan Calheiros.

Foi-nos pedida à palavra nesse momento, por parte do Sr. José Carlos Schultz, que falará também pelas Confederações.

SR. JOSÉ CARLOS SCHULTZ – Primeiramente, nós gostaríamos de cumprimentar a Mesa, na pessoa do companheiro Paulo Paim, nosso Senador, o Senador que na realidade teve a sensibilidade de fazer o requerimento e este ser aprovado, para que houvesse essa Audiência Pública.

Nós ouvimos aqui a parte técnica através da ANFIP, que é a maior Assessoria que tem hoje os trabalhadores e o Movimento Sindical na questão da Previdência Social. Ouvimos diversos companheiros que focaram diversos pontos.

Eu vou tentar fazer algumas colocações aqui, talvez, um pouco mais simples para o entendimento não

só do Movimento Sindical que está aqui presente, mas eu acho que dos trabalhadores que estão assistindo a TV Senado em casa, para ver o que está repercutindo na vida deles essa questão e o que vai repercutir esse Fator Previdenciário. E para isso, nós temos que contar a história do Fator Previdenciário.

A história da luta que nós tivemos desde 98 e 99, na tentativa de não deixar passar à época, o Fator Previdenciário e o que nós acusávamos. O que nós dizíamos que ia acontecer, ia acontecer, exatamente, o que foi colocado aqui pela ANFIP; que o trabalhador não ia ter condições de se aposentar, ou seja, no ano anterior à data da aprovação do Fator Previdenciário, aposentavam-se 400 mil trabalhadores por ano e abriam 400 mil vagas de empregos por ano, porque os ativos iam para inativos e vinha uma gama nova de trabalhadores.

A partir dali companheiros perdemos o rumo, porque a aposentadoria não passou mais a ser uma aposentadoria por tempo de serviço, e sim, passou por tempo de contribuição, mas fixada a idade. Então, as trabalhadoras se aposentavam com 30 anos de trabalho, tivesse a idade que tivesse. A partir dali, da Reforma Constitucional passou para 48, e veio o Fator Previdenciário.

Eu estou exemplificando, para depois explicar qual foi a repercussão que deu esse Fator Previdenciário. A partir da reforma, o homem se aposentava com 35, mas tinha que ter 53 anos de idade.

Então, nós tivemos tudo isso, aprovado e colocado. Através da luta, nós não deixamos com que o Governo fixasse que a idade mínima para aposentadoria era de 60 e 65 anos. Deixamos ainda, vinculado, ainda continuou vinculado ao tempo de serviço. Ao mesmo tempo em que, ao discutir o tempo de serviço foram discutir o tempo de contribuição, para extinguir uma série de outros benefícios e de outras atividades que tiveram os trabalhadores durante a sua vida laboral; como, por exemplo, o serviço militar, que não tem contribuição.

Então, foram eliminando tudo. As próprias leis antigas que existiam daqueles que estudavam em escolas agrícolas, que tinham aquilo contado como tempo de serviço. Com a exigência do tempo de contribuição foi eliminado aquilo tudo.

Então, o trabalhador ele teve que novamente fazer mais tempo, como também não existe contribuição durante o tempo que nós temos em benefício da Previdência Social. Isso tudo, nós temos que contar a história dessa questão e aonde nós vamos chegar.

E aonde se chega, quando a gente começa a examinar isso? Chega aos compromissos. Chegamos aos compromissos do Parlamento. Chega aos compro-

missos do Governo Federal. Qual o compromisso que tem os homens com a sociedade? Os políticos com a sociedade? Os governantes com a sociedade? E nós não vimos por onde.

Quando assumiu o Presidente Lula, eu me lembro que, se não me engano bem no início do Governo, eu não sei se foi em janeiro, dia 17 de janeiro ou 11 de janeiro de 2003, nós fomos todos convidados para apresentação do Ministério do Governo Lula, no Parlatino, lá em São Paulo. E lá ao apresentar os Ministros, o Governo, quando apresentou o Ministro Berzoini pela Previdência Social, ele disse o quê? Da boca do próprio Presidente da República, do próprio Lula, o que foi dito? “Esse Ministro vai resolver a ingratidão, a perversidade, do Fator Previdenciário, ao propor a extinção do Fator Previdenciário. Veja só.

Então, já havia uma preocupação do governante, havia a preocupação de um Presidente, declaradamente, de que era contrário ao Fator Previdenciário. A partir dali, deu fôlego: “Paim, vamos para cima, Paim! É agora!” E Paim, faz o Projeto 296, ainda em 2003. E nós começamos a discutir aqui dentro do Senado Federal. A força do Movimento Sindical, o companheiro Paim, com toda a sua organização, toda a forma de saber aglutinar as organizações, as tendências e tal. E nós fomos para o debate.

Esse ano nós conseguimos fazer com que o debate avançasse com uma Audiência Pública que houve, uma pequena Audiência Pública, mas com grande repercussão, porque ela foi televisionada pela TV Senado. E para surpresa nossa, naquela mesma semana – me parece que em abril ou meados de maio – o Senado Federal, através da Comissão de Constituição e Justiça, que está realizando essa Audiência Pública, aprovou por unanimidade a extinção do Fator Previdenciário.

E vejam só companheiros, numa Comissão Terminativa, era só ir para Plenário e o Plenário dar o aval, se nenhum Senador pedisse vista do processo, se Senadores não pedissem vista do processo. E não era um, era em número de nove Senadores teriam que pedir. Houve a assinatura de dez Senadores pedindo vista, para impedir que esse projeto fosse direto – o projeto Paim – fosse direto para a Câmara dos Deputados para ser discutido, para ainda esse ano, nós termos a extinção do Fator Previdenciário.

Para surpresa nossa passou o tempo. Passou o tempo. Nós, Paim, todos vibrando: “Bom, agora, só falta o Senado encaminhar para a Câmara”. Para nossa surpresa, Senadores, principalmente os Senadores do Governo, pedem vista e dizem que às Medidas Provisórias estavam trancando, também, o prazo. Certo? E

fazem com que o projeto fique parado dentro do Senado Federal, esperando a possibilidade de uma votação.

É isso que nossa a sociedade tem que saber o que está acontecendo com essa questão do Fator Previdenciário, que traz prejuízo aos trabalhadores. E vejam só, quem são os Senadores que assinaram? Assinou o Senador Sibá Machado, e deu discurso que tinha que impedir, mesmo. Senador Mercadante. Senador Romero Jucá. Senador Tião Viana. Senadora Ana Júlia. Senador Fernando Bezerra, que foi quem encabeçou a lista. Senadora Ideli Salvatti. Senadora Fátima Cleide.

Esses Senadores, todos eles, assinaram contrário aos interesses dos trabalhadores. E eu acho que a gente tem que fazer esse tipo de colocação aqui, entendeu? Esse tipo de colocação (interrupção no áudio) Justamente, por quê? Porque nós estamos em ano eleitoral.

Nós estamos em ano eleitoral e fazer com que esses Senadores quando forem buscar voto dos companheiros lá, tenham pelo menos a capacidade de quando chegar lá ter retirado já o nome dessa lista aqui, eles têm que saber que hoje, de tudo que foi dito aqui, o cálculo simples é o seguinte.

Se nós tivermos que ir buscar aposentadoria, tendo o homem 35 anos de serviço e 53 anos de idade, quem ganha até 500 reais vai receber salário-mínimo. Esse é o arrocho. A mulher que pedir aposentadoria e tiver 30 anos de serviço e 48 anos de idade, conforme diz a Constituição, a Reforma Constitucional deles, quem ganha até 700 reais fica com salário-mínimo. Então, esse é o prejuízo do Fator Previdenciário.

Esse é o prejuízo e aqui está grande massa, não atinge 4%, não. É só 4% que ganha esses valores no país, ou a grande maioria da classe trabalhadora ganha até 700 reais? Com isso companheiros, é que existe a economia tão propalada da Previdência Social. Nós estamos economizando, economizando com os valores que não estão sendo pagos aos trabalhadores, na hora da sua aposentadoria.

E economizando, economizando o dinheiro daqueles que não podem se aposentar, porque senão vão ficar com menos. Essa é a realidade. Não vamos nessa onda de que alguém disse aqui, parece que o Sr. Helmut, representante da Previdência Social, dizer aqui: Que atinge 4%, certo? Que a Previdência Social, está deficitária, está isso ou está aquilo.

Se nós pegarmos um trabalhador que contribuiu, ele e a empresa, durante 35 anos nesse país com a Previdência Social e corrigimos, pelo mínimo que possa ser corrigido anualmente suas contribuições, eu tenho certeza, companheiros que eles poderiam

estar ganhando, cinco vezes mais por mês do que estão ganhando na própria empresa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Dois minutos, para concluir.

SR. JOSÉ CARLOS SCHULTZ – Essa é a verdade. É isso que nós estamos lutando e é contra isso que nós estamos lutando.

Então, nós não estamos lutando aqui, dizendo que estamos lutando somente contra o neoliberalismo, não. Não estamos só lutando contra o neoliberalismo, não. Nós estamos lutando contra um monte, um monte de falácias que estão sendo apresentadas!

Cadê a promessa do Presidente Lula em 2003, de que um Ministro ia resolver problema da perversidade do Fator Previdenciário? E a eleição está aí. E eleição está aí companheiros. E Lula, se quiser ser eleito com voto dos trabalhadores, ele terá que cumprir isso aqui de imediato até mesmo por Medida Provisória, porque isso aqui é lei, isso aqui não é constitucional.

Nós temos que exigir certas coisas aqui, para a discussão tornar mais rápida. Está na mão do Poder Executivo a caneta para abreviar o sofrimento dos trabalhadores e o sofrimento dos aposentados. Não fazem uma lei que garanta àqueles que têm mais de 50 anos, o emprego até se aposentar!

Nós temos muitos companheiros que já foram para o olho da rua, não têm condições mais de se aposentar, a não ser por idade e vão ter que mendigar, pedir favor à sua família e à família dos trabalhadores e ao seu sindicato, para poder sobreviver até ele fazer a idade para a aposentadoria por idade. É isso que nós temos que ver. É isso que a sociedade tem que ver.

O compromisso que devem ter àqueles que estão ouvindo a TV Senado hoje, é de telefonar para cada Senador, para o seu Senador e exigir daqueles que assinaram, que retirem suas assinaturas para o projeto ir para Câmara. E se, por acaso for necessário uma votação, que todos os Senadores que mereceram o nosso voto que mudem a sua posição, chamem com urgência, urgentíssima, esse projeto e votem de uma vez, para ele ir para outra Casa para ser aprovado, antes das eleições que nós temos no país.

É dessa forma que nós trabalhadores, nós da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, nós do Fórum Sindical dos Trabalhadores que aglutinam todo o conjunto da classe trabalhadora através das suas confederações, exigimos do Governo, exigimos do Parlamento e solicitamos à sociedade, que tome uma atitude em nome dos trabalhadores, em nos das aposentadorias brasileiras. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra por dez minutos também,

nesse momento ao Sr. Hermélio Soares Campos, Presidente da COBAP.

Eu queria aproveitar – o Neto me lembra aqui, enquanto o Sr. Hermélio assume o microfone – para dizer àquela delegação que chegou à tarde da questão sindical, que foram três encaminhamentos concretos.

Foi feito um apelo primeiro ao Ministério Público do Trabalho, aos Fiscais do Ministério do Trabalho, que dêem uma trégua para os sindicatos até que o projeto de lei que vamos apresentar, depois de uma discussão com o Movimento Sindical Brasileiro, seja efetivamente um instrumento legal, que não deixe nenhuma dúvida sobre o direito dos sindicatos receberem a contribuição das entidades mediante a decisão da assembléia.

A terceira decisão foi que nós vamos à Justiça conversar com os respectivos Juízes que estão se debruçando sobre esse tema, para que não fique nenhuma dúvida entre projeto e Emenda Constitucional.

Nós entendemos que via projeto de lei dá para resolver essa questão. Foram praticamente essas decisões fundamentais, uma Moção de apoio que o companheiro Calixto leu em nome do conjunto do Movimento Sindical, que vai também na mesma linha.

Ficou uma minuta de projeto de lei, que nós vamos encaminhar a todas Centrais Sindicais, a todas Confederações, para só depois desse grande entendimento encaminhá-las, então ao Plenário do Senado e da Câmara dos Deputados.

Eu passo a palavra ao Sr. Hermélio Soares Campos.

SR. HERMÉLIO SOARES CAMPOS – Exmº. Sr. Senador Paulo Paim, digníssimo Presidente desse evento, Srªs. e Srs., ilustres companheiros e companheiras da Mesa.

Nós aqui estamos, como os senhores sabem representante exatamente, aquele segmento que mais tem sido o pagador das promessas e das dificuldades dos governos que passam pela Presidente da República. Isso porque ao longo de muitos anos, vimos perdendo o poder de compra dos nossos benefícios, que não é respeitada a irredutibilidade dos benefícios, conforme decidido no art. 7º da Lei nº 8.213, da Constituição Federal.

Ainda, agora companheiros, quando concedendo um aumento de 16 e 67 para o salário mínimo, que entendemos ainda não ser aquilo que necessariamente os trabalhadores precisam para sua sobrevivência digna. Tiveram a covardia de dar apenas 5% àqueles companheiros que ao longo de sua vida, inclusive que se aposentaram com esse Fator Previdenciário, que lhes tiraram já um pedaço enorme dos seus direitos, apenas 5%.

Esses 5%, que significa para uma categoria de idosos maiores de 60 anos que tem como todos sabem, um custo de remédio, um custo de alimentação, um custo de vida, muito mais elevado do que qualquer pessoa do país.

E nós aqui estamos, exatamente, depois de ouvirmos vários companheiros de mesa, que falaram exatamente o que precisava se dizer aqui, agora, e não é preciso repetir. Que estamos apoiando integralmente o projeto de lei que o ilustre Senador, que é o defensor de todas as causas do povo brasileiro e especialmente dos aposentados.

Nós Senador, a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, que representa nesse país o número de 24 milhões de pessoas, porque estão inseridos entre o nosso segmento inclusive, pessoas que são do LOAS, pessoas que são do rural, pessoas que são trabalhadores, operários e também, todo esse segmento de pessoas que aí estão. Estão prontamente liderando para que o Fator Previdenciário caia de uma vez. Por quê?

Além disso, nós sabemos que temos muitas outras coisas que precisam ser retiradas, porque não podemos continuar sendo os pagadores de promessas desses Governos que levam a todo instante para qualquer conclusão de um projeto seu a primeira coisa que eles pensam: é como vão retirar mais um pouco da Previdência Pública? Que se tivesse aquela dívida histórica, que todos os Governos tiraram para construir várias obras, importantes sim, mas que deveriam ser retornados para os cofres da Previdência, hoje nós estaríamos até estimulando o crescimento da economia.

Estimulando o crescimento do comércio, da indústria, e não precisaríamos estar de pires na mão, pedindo a todo instante que precisamos de comer de beber, de estímulos e de termos um respeito e dignidade do povo e das autoridades constituídas nesse país. Por isso aqui estamos. Não vamos nos alongar. Por quê?

O que interessa a nós hoje é o respeito por aquilo que os legisladores da Câmara Federal e do Senado Federal acabam de conceder os 16, 67, também para o segmento de aposentados que ganham acima do salário mínimo, que, no entanto, já se diz que vai vetar, porque a Previdência não suportaria isso.

E, na verdade como aqui foi falado, a Previdência é sim, superavitária. Por quê? Ela faz parte da Seguridade Social. E como está provado na Seguridade Social, 56 bilhões de reais é de superávit. E, além do mais, sem contar que a DRU, que é desvinculação da receita da União, tira 20% da receita da Previdência. E isso significou há muito pouco tempo, no último regis-

tro 42 milhões que a Previdência perdeu, agora, vem dizer para nós que não pode pagar os 16,67.

Nós estamos aqui então, afirmando que estamos apoiando que seja de uma vez por todas, acabado com esse Fator Previdenciário tão propalado por Ministro daquela época, que isso viria melhorar às condições de vida do trabalhador brasileiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Já havia pedido a palavra, antes. Eu passo a palavra, nesse momento, ao Sr. Moacir Roberto, Coordenador da Coordenação Confederativa dos Trabalhadores – CCT.

Eu recebi um apelo de alguns companheiros do Plenário que muitos têm que viajar, se os inscritos pudessem de forma sucinta, expressar seu ponto de vista, porque eu quero, ainda dar uma oportunidade por cinco minutos, aos companheiros dos Correios, que fizeram um apelo e a Mesa ficou sensível.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Mais uma vez, eu gostaria de cumprimentar o Presidente da Sessão, Senador Paim.

Repetir novamente, que é o nosso representante, homem do direito social, da dignidade, defensor dos movimentos sociais brasileiros, do negro, do idoso, enfim, um homem comprometido com o povo brasileiro.

Em nome dos companheiros e das companheiras que aqui estão presentes, líderes sindicais, eu cumprimento o nosso companheiro José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central a qual nós pertencemos.

Senador Paim, eu tinha até feito um esquema aqui para fazer algumas colocações, mas vou alterar o meu encaminhamento. Eu vou fazer mais um pronunciamento político do que de análise, que as outras pessoas já fizeram e por certo ainda farão. Nós temos que lembrar que a Previdência, sempre foi uma mãezona para o Governo e madrastra para o povo brasileiro.

Muita gente aqui participou, contribuiu dos antigos IAPETEC, IAPI e IAPC e outras “ICT”. E, como funcionava bem! Os trabalhadores tinham sua aposentadoria. Tinha a sua assistência. Era por categoria. Quem podia mais tinha uma aposentadoria melhor. Quem podia um pouco menos tinha uma aposentadoria, que era uma aposentadoria digna.

Quando os governos da época viram o volume de dinheiro que tinha nas Previdências, nas categorias, foi mais que rápido colocando a mão e criando a Previdência Social. O bolo do dinheiro continuou.

Mais uma vez, nossa madrastra pegou dinheiro, jogou na Ponte Rio-Niterói, na Transamazônica, Itaipu e outras obras, como foi bem colocado aqui, não menos importantes, mas o lucro, o dividendo dessas obras, não está retornando ao caixa de onde saiu o dinheiro.

Companheiros, nós temos uma responsabilidade muito grande. E eu peço desculpa a toda a nação brasileira, porque lamentavelmente, um dos idealizadores desse processo macabro é lá do Paraná, Reinaldo Stefan. Esse homem passava pelas filas da Previdência Social dizendo, que ele ia colocar em ordem a Previdência Social, colocando servidor na rua, passava a madrugada nas filas para fazer um marketing político de um lado e para o outro, nos puxar a tapete e nos roubar a Previdência que nós temos.

E o discurso que vai melhorar para o trabalhador veio dos milicos, passou para os catedráticos, passou pelos letrados e não sei o quê, chegou no trabalhador e a farra é a mesma. A desgraça é a mesma. A madrastra é mesma. O padrasto é o mesmo. Não tem como sair. Diz que vai falir, mas os dados que são apresentados são de superavitário.

O que falta é administração. Falta comprometimento com o povo brasileiro. E isso nós só temos uma saída. Só tem uma saída, inclusive, a Nova Central está colocando esses cartazes que estão aqui, que as eleições de 2006, o futuro está em nossas mãos.

Se em cada eleição, nós formos renovando as pessoas que se candidatam e dizem que falavam em nome do trabalhador, nós formos tirando desse processo político que eles tanto querem, nós vamos renovando o Congresso Nacional e vamos colocando pessoas comprometidas com os nossos interesses, igual o Senador Paim.

Nós precisamos de mais gente aqui dentro para dar mais suporte para nós, para dar suporte inclusive ao Paim. A população brasileira, mais do que nunca tem que ter esse comprometimento. Não vamos nos enganar através de lingüçada, churrascada, camisa de futebol e coisa mais. Vamos trazer à nossa base, dentro do sindicato, que nós dirigente sindicais somos responsáveis por essa nação. Nós dirigentes sindicais, somos responsáveis pelas pessoas que vão vir para esta Casa.

Se nós ficarmos de braço cruzado, não termos o comprometimento em indagar os candidatos o que eles vão vir fazer aqui? E o que eles querem daqui? É bem provável, independente do Governo que vai assumir no ano que vem, nós estaremos mais uma vez, eu nem diria com o pires na mão, também não diria com o chapéu na mão. Nós estaremos aqui com o pinico na mão, pedindo pelo amor de Deus para que vocês no ajudem.

Vamos em frente companheiros. Vamos em frente e vamos nos engajar nessa campanha. Nós temos que apoiar o projeto do Senador Paim, mas com esse Senado que está aqui, com o Congresso que está aqui, dificilmente nós vamos conseguir. Está na hora

da virada, e isso só depende de vocês. Só depende do comprometimento de cada dirigente sindical, cada entidade sindical.

Se nós tivermos esse comprometimento, eu tenho absoluta certeza que a história vai ser escrita de outra forma. E nós não vamos mais jamais, colocar nem um carrasco e nem a madrastra para cuidar de nosso futuro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passemos de imediato a palavra à Sr^a. Lúcia Reis, Diretora-Executiva da CUT.

Todos estamos fazendo um apelo aqui aos que puderam sintetizar seu ponto de vista, ajudaria muito, porque muita gente vai ter que viajar hoje. Eu faço o apelo, mais uma vez.

SRA. LÚCIA REIS: Eu queria cumprimentar a todos os presentes que estão compondo o Plenário, aos companheiros e companheiras, os que compõem a Mesa, em particular o Senador Paim, que realiza nova Audiência Pública, para gente tratar desse tema do Fator Previdenciário, que nos remete a um debate mais amplo sobre a Previdência Social.

No entendimento da CUT, a gente precisa – eu acho que talvez isso seja unânime entre nós que estamos aqui – a gente precisa avançar na universalização dos direitos previdenciários. Ter aposentadorias e pensões dignas. Ter uma gestão paritária da Previdência, coisa que está se abrindo, está se profundamente hoje, já que além de um Conselho Nacional de Previdência a gente tem Conselhos em todos os Estados, coisa que a gente tem que ocupar e fazer desses espaços, espaços de intervenção dos trabalhadores ativos e aposentados, já que lá temos assento.

Enfim tratar a Previdência como um espaço e como um instrumento de distribuição de renda. É assim que a CUT vem se posicionando e, se posicionando em particular, quando o Governo Fernando Henrique e mesmo o atual Governo, fizeram as reformas da Previdência que nós opusemos a elas e mantemos críticas a estas.

E, em particular, quanto ao que estamos aqui debatendo, a gente já lá atrás em 99, também levantamos a nossa oposição à instituição do Fator Previdenciário. E a gente vem aqui reiterar o nosso apoio ao projeto de lei, do Senador Paulo Paim, o 296 de 2003, que resgata o cálculo das aposentadorias e extingue o fator. A CUT – eu represento a Central, no Conselho Nacional de Previdência Social.

Tendo em vista o fim de um prazo de implantação do fator, que foi em 2004, no Conselho Nacional, nós pedimos ser pautada uma avaliação da implantação do Fator Previdenciário já que acabava o prazo de transição, para que a gente pudesse apurar, se aquilo

que era o que motivava, pelo menos formalmente a implantação do fator, dizia-se que a sua criação estimularia, premiaria, estimularia a permanência do trabalho e premiaria este que nele permanecesse. Seria uma postergação voluntária e premiada.

Lá nos textos do Deputado que escreveu essa proposta, isso está lá dito, mas o que a gente veio constatando e aqui a apresentação que já foi feita de detalhes, mostrando tabelas ela evidenciou isso. E em particular quando cessa, se encerra essa transição e entra 2002, isso fica muito claro, a virada de 2002 para 2003.

Então, nós propusemos esse debate no Conselho, isso nós fizemos em agosto de 2004, que foi quando estava encerrando esse processo de transição. Isso resultou num estudo que foi contratado – quem fez que foi o IPEA – e que também de alguma forma, foi aqui já também apresentado, onde se pode apurar o impacto negativo e a obrigatoriedade de se estender o tempo de serviço e de nos aposentarmos cada vez com mais idade. Premiação alguma.

E, não resultando em que essa economia, ela pudesse resultar em redistribuição social de renda, em investimento na própria Previdência. Nossa avaliação, portanto, ela é negativa da implantação do fator. Ela tem impacto muito negativo em particular, para àqueles que começam a trabalhar mais cedo, que é a massa dos trabalhadores de mais baixa renda, os mais pobres, em particular às mulheres nesse segmento. E na Educação, o Professorado também é muito atingido. Cito esses exemplos, para mencionar alguns dos impactos negativos da implantação do fator.

Portanto, a gente acha que essa iniciativa de fazer mais essa audiência, que sai na transmissão do Senado, na televisão, ela deve servir de convite a todos nós, a um processo não só de pressão sobre o Congresso, sobre os Parlamentares, para ver se isso tramita, se isso é votado.

Nós precisamos estar atentos ao que se vêm anunciando e a gente vem lendo pelos jornais, as tentativas dos setores conservadores de que nós tenhamos o aprofundamento desse processo, essas reformas. Os jornais estão diariamente, diariamente é um pouco de exagero, mas repetidas vezes, falando da necessidade de mais uma reforma e de um certo aprofundamento desse processo, que a gente intitula de desmonte e de redução de direitos.

Esse processo que casa com uma disputa eleitoral, inclusive, exige de nós do Movimento Sindical, dos movimentos sociais, mobilização, debate, conhecer esse tema. Não são poucas, às vezes, em que no Movimento Sindical, se discute e conversa sobre a questão

do Fator Previdenciário e a gente encontra desconhecimento, mesmo entre os dirigentes sindicais.

Já conversamos até um pouco sobre isso com o Senador Paim, além da gente estar buscando fazer pressão, para que o projeto tramite e venha a ser aprovado, a gente tem que expandir esse debate e se preparar para a discussão da Previdência Social, porque nós não podemos inclusive nos limitar a esse aspecto.

Digamos que a gente consiga mudar o cálculo, retomar um cálculo como ele era previsto a partir de 88, que a gente possa extinguir o Fator Previdenciário das demonstrações aqui feitas, ele ainda vai se abater com mais força com mais expansão sobre nós trabalhadores, há aspectos mais gerais do sistema previdenciário e da seguridade – que já também aqui de alguma mencionada – que a gente precisa trabalhar.

A questão orçamentária é algo que a gente precisava estar atento, estar disputando, estar fazendo pressão. Por exemplo, a DRU ela pega 20% dos recursos de uma série de setores e pega da Previdência. Eu li, eu até procurei saber, mas não consegui trazer essa informação de forma mais precisa.

A extinção dessa desvinculação dos 20% para DRU, ela se encerra em 2007. Precisamos observar se a LDO, se o orçamento de 2007 vai manter essa lógica. Alguns aqui repetiram. A gente não está falando só de Previdência, a gente está falando de seguridade que é outro conceito que não está mantido.

Enfim, eu quero dizer – já que a gente está buscando para fechar essa rodada e abrir para que outros possam intervir – chamar a todos para um debate mais geral sobre a Seguridade Social, sobre a questão do orçamento público. A nossa interferência enquanto Movimento Sindical ou movimentos sociais, sobre um processo que é de aprofundamento da democratização do nosso país.

Nós não podemos apenas focalizar aspectos que obviamente, se a gente tiver sucesso como a extinção do fator e a retomada de um cálculo mais positivo para nós das aposentadorias, isso é muito positivo, mas é absolutamente insuficiente. E se a gente não conseguir levar esse debate, espalhar esse debate pela massa da população, que o pessoal se interesse por esse tema e veja possibilidade da gente ter caminho de avanço, para que a Previdência Social possa incluir, não só a nós que temos emprego e que temos carteiras assinadas, o emprego formal.

Também tem que ter assistência da Previdência Social àqueles que estão no desemprego, a massa que hoje ultrapassa os que estão na formalidade dos trabalhadores hoje informais, enfim. Uma série de as-

pectos que o debate da Previdência Social, também tem que incluir.

Então, eu acho que a gente tem uma série de questões para avançar a essa expectativa que tínhamos e que devemos manter, que é de aprofundamento de uma lógica política de distribuição de renda, de ampliação de direitos e de democratização do nosso país. É nesse sentido que a CUT vem buscando trabalhar e debatendo com a sua estrutura, com seus sindicatos.

E, Como já conversamos alguns de nós, as entidades sindicais, com o Paim e também com outros Senadores e Deputados Federais e no meu Estado, que é o Rio de Janeiro, também. A gente precisa criar espaços de discussão.

Seja quem vier eleito na Presidente da República, a pressão que vem a toda força – e a gente está assistindo ela por aí – é de vir o aprofundamento da Reforma da Previdência. A gente quer sim, mudanças na Previdência. A gente quer sim, o aumento dos investimentos sociais, dos investimentos públicos em políticas sociais, mas é aumento, reformas para ampliação de direitos.

E para gente enfrentar o conservadorismo e àqueles que trouxeram como resultado, redução de valor da aposentadoria, informalidade e desemprego, a gente está sintonizado com políticas, com unidade e com disposição de luta, de mobilização. A gente não pode estar apenas fazendo um processo de acompanhamento e de pressão só do Congresso. É necessário mobilização do Movimento Sindical, do movimento social, para que a gente possa avançar na conquista de direitos. Eu fico por aqui.

Essa é a posição da CUT e a gente vai estar buscando fazer tudo que pudermos para pressionar para que no Congresso o projeto do Senador Paim, venha a ser aprovado no mais curto prazo possível. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos palavra para uma rápida consideração sobre o tema ao Sr. Edson Guilherme, até porque o mesmo que é o Presidente do MOSAP vai ter que viajar em seguida.

SR. EDSON GUILHERME HAUBER – Boa tarde de novo.

Apenas para dizer do nosso orgulho de novamente, estarmos aqui a convite do Senador Paulo Paim, dos demais Senadores Presidentes das Comissões, que compõem em reunião, que são três.

Dizer de logo de que nós servidores públicos – eu na qualidade de Presidente do MOSAP, que congrega 700 entidades – estamos absolutamente solidários com

os trabalhadores, estamos solidários com o projeto do Senador Paulo Paim.

E quero dizer também da minha satisfação e alegria, que todos os dados que já foram aqui expedidos, os dados técnicos pela ANFIP, nos satisfazem plenamente. Por isso eu tenho orgulho de dizer que, como servidor público temos a ANFIP como uma das principais entidades integrantes do MOSAP. E dizer para vocês, todos que o Fator Previdenciário já foi amplamente discutido, todos nós conhecemos, só queremos Justiça.

Queremos paridade para os aposentados do regime geral. Queremos paridade para os servidores públicos, principalmente para aquelas categorias menos aquinhoadas. E que se pague menos juros da dívida externa, que eu tenho certeza, que vai sobrar dinheiro para a distribuição justa para o trabalhador e a atender todas essas questões que estão ainda pendentes.

Quero dizer também apenas a título de lembrete. Nós temos uma PEC 157, já pronta para votação na Câmara dos Deputados, que trata da revisão constitucional. Essa revisão constitucional seria feita pelos Parlamentares eleitos esse ano e com maioria absoluta, não com 3/5.

Quer dizer, tudo que nós estamos discutindo aqui hoje em matéria de Fator Previdenciário, necessidade de recomposição do salário e etc. Se vier essa PEC ser aprovada a Câmara – e acho que aqui no Senado, talvez, nós tenhamos mais êxito em não aprová-la -, mas se fosse aprovada, tudo isso que nós estamos discutindo aqui, nós corríamos sérios riscos. Portanto, é apenas um alerta.

No mais quero dizer da nossa satisfação de servidores públicos de estar solidário com vocês, solidário com o Senador Paulo Paim, solidário com a própria Casa com as Comissões e dizer que nós estamos sempre alertas, juntos. E tenham certeza, que com a consciência nossa clara e tranqüila, nas eleições nós saberemos também trilhar os nossos caminhos.

Eu agradeço muito a vocês todos. Agradeço ao Senador Paulo Paim e a Comissão. E agradeço aos demais conferencistas, ainda, por essa brilhante oportunidade desse belo trabalho hoje aqui em Brasília.

Muito obrigado e felicidades a todos vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra de imediato ao Sr. José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central.

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Os companheiros devem perguntar por que eu falo em pé, quando todos falam sentados? Mas é que a carcaça já um pouco trabalhada, a gente fica muito tempo sentado é bom levantar. Só por isso.

Meu caro Senador Paulo Paim, companheira e companheiros que compõem a mesa, meus companheiros e minhas companheiras deste Plenário, nós estamos no dia de hoje, tratando de dois tumores malignos.

Primeiro, foi da parte de manhã relativo a pressão do Ministério Público, do Ministério do Trabalho em cima das entidades sindicais de trabalhadores. O segundo é exatamente este chamado de Fator Previdenciário. Nós somos de uma época em que a Previdência Social, era gerida pelos institutos específicos. Nós tínhamos o nosso IAPI, IAPETEC, IAPEB, os servidores públicos e assim sucessivamente.

O Ministro daquela época, Nascimento e Silva, ele entendeu de unificar esse sistema, então, criou o tal do SINPAS, que era o Sistema Único de Previdência Social. Ora, indaga-se por que ele tomou essa medida? Era exatamente, por que o sistema previdenciário do Estado estava quebrado àquela época, em face de que o Governo não cumpria com suas obrigações constitucionais. Então, o problema veio dali.

Foi muito fácil unificar todos que não brigavam, como se briga hoje por superávit e déficit, porque era sempre superavitário. E ele como Governo, jogou toda a população brasileira, como se jogasse dentro de um barco, sem que aquele barco tivesse condições de suportar todos aqueles passageiros. E entrou no barco quem contribuía para seus institutos específicos e, entrou no barco àqueles, que talvez, até por razão do destino da própria sorte, não contribuía com a Previdência Social.

Significa dizer, que do ponto de vista de equidade social, foi uma medida muito importante, porque aqueles que podiam pagar, pagavam, para atender um pouco daqueles que não tinham condições de pagar, mas vejam bem, hoje, discute-se a questão do superávit e do déficit. O Governo diz que a Previdência está deficitária.

Eu vou lhes dar um exemplo, que nós tiramos em 2002. E vejam, que foi o Tribunal de Contas da União, publicou um relatório, dizendo exatamente, o seguinte: “Criaram as contribuições sobre o lucro líquido, a CPMF e a Cofins, para robustecer a Seguridade Social”. E o que o Governo fez à época? Que rendeu, segundo o próprio Diário Oficial, cerca de 80 bilhões de reais, que era destinado à seguridade todo aquele recurso.

Mas diz o jornal, que menos da metade foi encaminhado para a seguridade. E o restante, mais da metade, para o Tesouro Nacional, a fim de aumentar o superávit primário. Ora, isso já foi em 2002, relatório do Tribunal de Contas da União, que não merece maiores questionamentos.

Então, minha gente, o que o Governo está tentando fazer hoje com essa questão do Fator Previdenciário, não apenas reduzir os benefícios dos futuros aposentados, mas também dificultar o seu ingresso à aposentadoria. E uma outra coisa muito importante, não se iludam também, que é exatamente o caminho para entregar a Previdência Social às seguradoras privadas.

Isso foi tentado com o Ministro Stefani, quando ele no seu estudo de Reforma da Previdência, ele sugeria que a contribuição fosse somente até três salários mínimos, que ali ele já entregava uma grande maioria talvez da classe trabalhadora, que se quisesse ter uma melhor aposentadoria, ela teria obrigatoriamente que ingressar na Previdência privada.

Então, nós não temos nenhuma dúvida, de que esse evento de hoje, ele é muito cristalino de apoio ao projeto de lei de autoria do Senador Paulo Paim, que cuida exatamente desse problema do Fator Previdenciário. Mas este encontro, ele é apenas o primeiro de uma série que deve haver ainda, considerando que o projeto encontra-se em grau de recurso no Plenário desta Casa. E ainda, vai para a Câmara de Deputados.

Então, minha gente nós estamos começando a nos organizar, agora, para uma caminhada ainda muito longa, não sabemos até quando. Mas eu queria aproveitar um pouquinho do meu tempo ainda, como nós combinamos na parte da manhã, para chamar o meu companheiro Celso Pimenta, para percorrer um pouco dentro do tempo pequeno que falta, sobre o Fator Previdenciário, representando como Secretário de Previdência da nossa Central Sindical. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O Sr. Nelson ainda terá três minutos. Depois, nós temos ainda quatro painelistas, que farão uso da palavra.

Então, eu peço a todos sintetizar o máximo para que a gente possa concluir os trabalhos com alguns encaminhamentos.

SR. CELSO PIMENTA – Senador Paulo Paim, a quem ousou chamar, pela sua luta social, o Zé de Patrocínio dos tempos atuais.

Trago de Minas, o abraço do Deputado Federal, Sérgio Miranda, que lamenta não poder estar aqui, mas manda dizer, que continua lá na outra ponta, com essa mesma batalha e que aprova essa data de hoje, como marco histórico na vida desse país.

Saúdo a Mesa na pessoa das companheiras, mulheres que a enfeitam.

Falo na qualidade do Diretor Nacional de Seguridade Social de Aposentados e Pensionista da Nova Central Sindical e de Trabalhadores. Falo na qualidade de Advogado, que milita no ramo do Direito Previdenciário

há 20 anos. Falo sobretudo, na condição de cidadão brasileiro, trabalhador, segurado da Previdência Social, que sonha um dia poder aposentar livre das mazelas, das cangas e dos canzais do Fator Previdenciário, que impuseram ao trabalhador brasileiro goela abaixo.

É imprescindível ressaltar a importância desta Audiência Pública, Senador, por ser um instrumento indispensável à conscientização de nossos legisladores e da sociedade em geral acerca desse cancro social, que é o Fator Previdenciário na vida do trabalhador brasileiro, enquanto segurado da Previdência Social.

É de singular importância e de magnitude, essa iniciativa do Senador, ao apresentar o PL 296, que cuida da revogação do famigerado Fator Previdenciário. Esta pedra no caminho do trabalhador brasileiro, esta nódoa que ofusca e desmerece o art. 201, parágrafo 7º, da Constituição Federal.

Merece aqui, breve consideração acerca desse Fator Previdenciário. Foi dito aqui, mas não custa repetir algumas coisas. Esta mancha que queremos ver execrada do arcabouço legislativo previdenciário do Brasil. O malsinado Fator Previdenciário não tem precedentes na história da legislação previdenciária brasileira.

Entretanto, após o advento da Emenda Constitucional nº 20, que trouxe enormes prejuízos ao trabalhador, segurados da Previdência Social, editou-se a Lei nº 9.896, que alterou as Leis nº 8.212 e 8.213 de 91, que entre outras mazelas, incluiu o Fator Previdenciário que tanto combatemos, como forma de cálculo de se apurar o salário de benefício das aposentadorias por tempo de contribuição. Foi uma fórmula.

E é preciso que se frise e que se guarde, uma fórmula matemática, maquiavélica e atuarial, para glosar, para limitar, para diminuir os valores dos benefícios das rendas mensais iniciais das aposentadorias, especialmente as aposentadorias por tempo de contribuição.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Dr. Celso, o senhor tem mais um minuto para concluir.

SR. CELSO PIMENTA – Em razão disso senhores, é que aqui nos encontramos, para dizer que precisamos acabar com esse Fator Previdenciário.

E para isso, concluindo Senador, eu gostaria de deixar claro, que a união do trabalhador, que a união do aposentado, homens e mulheres é peça fundamental para que isso ocorra. Cito um pensamento de um filósofo francês que diz: “Toda força é débil senão for unida”.

E é para isso e por isso que precisamos estar unidos. Estamos aqui, sabemos das dificuldades que teremos para aprovar esse Projeto de Lei 296, mas fico

com o poeta: “Faz-se escuro, mas eu canto, porque o amanhã vai chegar”.

Então senhores, gostaríamos de dizer, não, ao Fator Previdenciário. Sim, ao Projeto de Lei nº 296 do Senador Paulo Paim. Sim, ao trabalhador brasileiro, ao povo trabalhador brasileiro.

Agradeço as palmas, mas as dedico ao Senador, pela brilhante iniciativa do Projeto de Lei nº 296/2006. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu vou passar a palavra ao Sr. Paulo, que vai falar pela Força Sindical. Em seguida ao Sr. Roberto, que falará pelo Sindicato Nacional dos Auditores e logo o Sr. Flávio Tonelli, que falará pelo DIAP. Por fim, a Srª. Neide, que falará pela Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social.

SR. PAULO PEREIRA DA SILVA – Boa tarde a todos- –

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu peço a todos a maior brevidade, possível para ajudar no encaminhamento.

SR. PAULO PEREIRA DA SILVA – Não vai dar nem cinco minutos, com certeza.

Eu quero saudar a Mesa, Senador Paulo Paim e a todos os trabalhadores aqui presentes.

Como o colega colocou, esse Fator Previdenciário originou-se de um Ministro lá do nosso Estado, que promoveu, talvez, o maior genocídio aos trabalhadores aposentados desse país, com a instituição desse famigerado Fator Previdenciário.

Se todos os que aqui estão sentem-se indignados como os estudos apresentados pela ANFIP, de um trabalhador que tem uma média de 1 mil e 800 e que se aposenta passa a ganhar 1 mil 314. Então, não nos resta outro caminho, senão lutarmos pela aprovação desse Projeto 296 de 2003, do Senador Paulo Paim.

Essa fórmula do Fator Previdenciário é uma forma, como o companheiro que antecedeu, uma fórmula maquiavélica, uma estranha fórmula, ela só veio com a finalidade de diminuir o valor de aposentadoria, para aqueles que se aposentarem nos prazos legais vigentes. Na prática, eles pretendem que os trabalhadores para evitar uma perda da sua aposentadoria, adiem por alguns anos o início do seu benefício.

Ora companheiros, eu acho que todo trabalhador tem direito a aposentadoria digna após cumprir a sua jornada laboral, seja de 20, 35, anos nada mais justo que ele cesse o seu compromisso, abrindo inclusive o espaço para os novos trabalhadores desse país, porque uma das maiores preocupações do Brasil é a falta de emprego. E não vamos permitir que o que aconteceu na França recentemente, ocorra aqui no Brasil.

Se nos derem uma aposentadoria digna, eliminando já esse Fator Previdenciário, com certeza, a maioria dos aposentados deixarão de continuar no mercado de trabalho. Este tem que ser o pensamento de todo o trabalhador aposentado. Não é necessário continuar no mercado de trabalho, desde que tenhamos uma aposentadoria justa e digna. E essa luta a gente vai levar.

Ainda, falando sobre esse trabalho da ANFIP, que eu quero cumprimentar os companheiros que aqui estão. Nós somos talvez lá no Paraná, o maior defensor. Aquilo que falaram aqui e muita gente falou, nós não temos que falar em déficit da Previdência.

Nós temos que falar do superávit da Seguridade Social, aí sim, nós vamos mudar. Quando perguntam: “O que você acha do déficit?”. “Não que eu saiba tem 56 bilhões sobrando do ano passado da Seguridade Social, dinheiro que é destinado para a nossa aposentadoria, para a nossa saúde”. Enfim, o dinheiro que foi destinado precisa realmente ser encaminhado para nós. É de fundamental importância, então, isso daí.

É impossível que – vou contestar um dado que falou aqui o Secretário Helmut – sim, aumentou-se o teto da Previdência. Quem ganhou com isso nesse momento os trabalhadores ou o Governo? Foi o Governo, porque daqui a muitos anos, os futuros aposentados poderão se valer desse novo teto, não é uma coisa de imediato.

Que ninguém sonhe que vai ganhar aqui 2 mil 801 e 56 centavos, talvez, daqui 10, 15 anos, aí sim, os aposentados poderão pensar nisso. Mas é importante, nesse momento essas audiências públicas e cada um fazer o seu papel dentro do sindicato. Às vezes falam: “Ah, você é do Sindicato dos Aposentados, já estão aposentados”. Nós queremos uma aposentadoria digna.

Eu tenho participado de muitos congressos de trabalhadores da ativa, levando essa mensagem: Que os aposentados de amanhã são os trabalhadores de hoje. Eu espero que os trabalhadores da ativa de hoje, possam ter uma aposentadoria digna no futuro. Esse é o recado da Força Sindical e do Sindicato Nacional dos Aposentados. Muito obrigado por essa oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito bem. A Mesa agradece pela força da síntese dos seus argumentos.

Passamos de imediato a palavra ao Sr. Roberto Boccaccio, que representa a UNAFISCO Sindical.

SR. ROBERTO BOCACCIO PISCITELLI – Ilustre Senador e conterrâneo Paulo Paim, colegas da Mesa.

O UNAFISCO, reitera às posições já manifestadas na audiência que realizamos anteriormente. Não

só para destacar o papel que Vossa Excelência tem desempenhado em defesa dos trabalhadores e que é reconhecimento unânime de todas as representações aqui presentes. Mas reiterar, especificamente também, o apoio ao projeto de lei de sua autoria.

Estamos acostumamos ou nos acostumamos, ou passamos a aceitar no Brasil, passivamente, que a cada Governo se renove à disposição de revisões constitucionais, de alterações, que por via de regra, afetam substancialmente os direitos sociais dos trabalhadores.

Nós estamos preocupados, não apenas com o Fator Previdenciário, com aquele que: “Ah, já foi dito”, mas com o prenúncio de uma nova revisão constitucional, dessa Constituição que ao que parece, cuja capacidade de revisão não se esgota. Cada Governo, a cada Governo e a cada mandato, renovam-se todas aquelas ameaças que pairam sobre o trabalhador.

E não temos dúvida de que novas tentativas advirão a partir do próximo ano. E tememos muito inclusive, que muitos compromissos já tenham sido firmados por candidatos à Presidência da República, no sentido de levar avante algumas dessas reformas, que certamente, só aprofundarão a retirada, a perda de direitos sociais e a liberalização, a mais ampla liberalização possível da economia.

É o princípio de que o mercado tudo resolve. Tudo ajusta, ignorando todas às condições estruturais, às desigualdades nesse país, a falta de oportunidade de acesso à maioria dos cidadãos e todo esse conjunto de carências e deficiências que caracterizam a nossa situação. Eu acho que é muito importante a gente enfatizar nessa oportunidade, que os trabalhadores do serviço público precisam estar conscientes do fato de que as lutas dos trabalhadores são comuns.

Que tudo aquilo que está acontecendo em relação a um grupo de trabalhadores, é a ante-sala do que vai ocorrer ou do que se vai tentar estender aos demais trabalhadores. E essas tentativas, como bem já foi acentuado aqui, são sempre no sentido ou com uma tendência de que se nivelem os direitos por baixo.

Já falamos na outra audiência, de que a substituição do tempo de serviço pelo de contribuição, entre outras consequências pune o desempregado, pune o empregado informal. E ignora-se, ou melhor, utiliza-se só quando é conveniente, o rótulo “Previdência Social”, para dizer que se trata do maior programa de redistribuição de renda do mundo.

Que a Previdência Social, assim, como a política de valorização do salário-mínimo, são talvez, os dois meus poderosos instrumentos que nós temos, no sentido de reduzir as desigualdades nesse país, eliminar a miséria e aplacar a pobreza.

O Secretário de Previdência que aqui esteve – é uma lástima que a gente nunca consegue chegar ao final dos debates, com os representantes do Governo, do Executivo, eu tenho observado isso como uma constante. E a minha sensação é de que eu sempre falo para as paredes ao final dos debates ou que nós falamos entre nós mesmos. A sociedade realmente tem que sair, tem que ir para a rua. Pode ser que assim nos ouçam.

Eu fiquei até um pouco aliviado, quando ele disse que: “A questão do Fator Previdenciário não é sangria desatada”. Que bom saber Senador, que bom saber. Ele também falou: “Que não se trata de uma obrigação, mas de uma opção”. Há certas opções que me lembram, como nas nossas grades acadêmicas, aquelas disciplinas que não são consideradas obrigatórias, mas que constituem pré-requisitos para as obrigatórias. Nós chamávamos na UNB, essas disciplinas, de optatórias.

A opção com o tempo de serviço é prolongar a permanência no mercado de trabalho. É não se renovar, ou voltar ao mercado de trabalho e continuar concorrendo, no sentido de reduzir, ainda mais, as oportunidades de ingresso no mercado de trabalho. Piorar a situação dos jovens, naquela faixa de 15 a 24 anos, com toda essa caudal de consequências desastrosas para a sociedade brasileira, em termos de marginalização e violência.

Ou seja, nós estaremos, inclusive, amplificando àqueles problemas sociais quando do ingresso, da possibilidade de ingresso no mercado de trabalho. Vejam, algumas dessas coisas estão ocorrendo, também, no serviço público e nós não estamos nos dando conta. Hoje, o movimento de aposentadorias do serviço público tem sinal negativo. É paradoxal.

Eu não sei se os senhores estão se dando conta, que ao invés de nós aposentarmos às pessoas ou aumentarmos às aposentadorias, o que era o grande temor, a falência da Previdência do setor público, como se falava. Hoje, o que se está verificando é o contrário. É a reversão dos servidores”.

É paradoxal que eu tenha uma programação de vida. Eu tenho uma perspectiva de vida. Eu trabalho em função do que eu vou fazer depois dos meus 35 anos de trabalho. E, às pessoas desistem, retornam, recomeçam a sua vida profissional com mais de 60 anos, porque a perda de remuneração de benefícios é de tal ordem, que as pessoas são sendo obrigados a reverterem para o serviço ativo.

Ou seja, nós vamos chegar provavelmente, aonde se quer: Ninguém vai se aposentar. Acho que talvez essa, seja a perspectiva inclusive dos trabalhadores mais jovens. Alguém falou aqui, isso me chamou muito

a atenção, eu anotei: “Que os avanços da medicina e a ciência se tornaram para nós um castigo”. Os governos, parecem ver esse aspecto, muito mais como um problema do que como uma perspectiva de vida.

Parece-me voltarmos à sociedade industrial, há dois séculos atrás, quando se dizia: Que a introdução da tecnologia libertaria o homem. Diminuiria o ônus do trabalho das pessoas. Aumentaria o número de horas disponíveis. No daria mais oportunidade para o lazer, para a cultura. Parece que nós estamos retornando a uma concepção de dois séculos atrás.

Há muitas outras considerações. Infelizmente, Senador, eu inclusive listei aqui, uma série de conclusões sumamente importantes, que talvez não se tenha tempo de ler, mas que eu sugeriria muito as pessoas que consultassem, que vem muito ao encontro de tudo que nós falamos aqui, que é um estudo recentíssimo do IPEA – e não é de um técnico é de quatro técnicos do IPEA, entre outros o Doutor Guilherme Delgado – que chega a conclusões surpreendentes.

Esse estudo é de fevereiro de 2006, por favor, leiam-no que a gente não vai ter tempo de listar essas conclusões.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu vou solicitar a V. Exª., que se puder deixar uma cópia com a Mesa.

SR. ROBERTO BOCACCIO PISCITELLI – Perfeitamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – A Mesa depois imprime e remete para as centrais sindicais e todas as confederações que estão presentes no evento.

SR. ROBERTO BOCACCIO PISCITELLI – Ótimo. Esse trabalho só reforça tudo aquilo que foi dito hoje.

São quatro técnicos, técnicos insuspeitos. O trabalho é feito com muito rigor estatístico, econômico, matemático, já que isso é uma coisa... É o “Estudo: Texto Para Discussão nº 1161, Avaliação de Resultados da Lei do Fator Previdenciário, 1999 a 2004. Fevereiro de 2006”. É muito importante nós termos acesso a esse trabalho e suas conclusões.

Eu quero apenas concluir fazendo algumas considerações Senador, basicamente, duas ordens de conclusões, para não me alongar muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O senhor tem dois minutos para concluir, agora. Já passaram dez, mais dois.

SR. ROBERTO BOCACCIO PISCITELLI – Então, vamos ao primeiro minuto.

Ainda que se possa aceitar, por amor à discussão, a manutenção de alguma fórmula matemática – e os economistas são muito criativos para produzi-las – há muito espaço para se construir um aperfei-

çoamento do cálculo do Fator Previdenciário, de modo que se minimize o efeito de uma realidade com a qual a gente vai ter que conviver, que não se pode ignorar totalmente, que é do aumento da expectativa de vida, graças a Deus.

E, a segunda e última conclusão, Senador, eu gostaria de chamar a atenção, acho que o Congresso Nacional não acordou para esse problema. Para qualquer discussão referente a esse assunto, com o mínimo de seriedade e de competência, nós temos que dar um mínimo de confiabilidade de tratamento adequado aos dados, aos balanços da Previdência, da Seguridade Social, do orçamento da União.

Perdoem-me a força da expressão, é uma vergonha a manipulação dos números sobre execução orçamentária. É vergonhoso que continuemos a aceitar passivamente, a mistificação dos números que mais confundem do que esclarece, inclusive a respeito dos critérios adotados para aferição daquilo que se convencionou chamar – do que se convencionou chamar de déficit ou de superávit da Previdência e ou da Seguridade Social.

Pasmem, que há poucos dias eu li uma entrevista do Ministro, finalmente e felizmente, o Ministro reconhecia – pela primeira vez ouvi isso de fonte oficial – que é preciso rever os critérios contábeis de apuração dos resultados da Previdência. Entre outras coisas, ele apontava aquilo que nós vimos apontando, como o Senador, sucessivamente, através de entrevistas de distorções do tipo de contabilização inadequada na despesa de benefícios, que não poderiam ser computados como de natureza previdenciária. E o que é pior.

A falta de contabilização entre as receitas de recurso que são genuinamente da Previdência, isto sem entrar na discussão na qual, nós não entramos até agora. Eu acho que é muito importante Senador, queria até fazer um apelo nesse sentido, de rediscutir inclusive a legalidade do critério que se adota no Brasil, de que apenas a contribuição sobre a folha constitui recurso ou fonte de recurso da Previdência.

Isto nós temos que rediscutir, inclusive, do ponto de vista constitucional e legal. E para finalizar, eu acho que nós temos que sair do campo de discussão em que nos colocaram, em que a sociedade brasileira passivamente se colocou.

A exemplo de um jogo de tênis – já o que nosso Presidente gosta muito de usar imagens ou metáforas esportivas – a impressão que eu tenho, é que nos últimos anos nós aceitamos jogar no campo do adversário, com o tipo de piso que o adversário escolhe. Com o tipo de bola que o adversário escolhe, ou seja, nós não temos mais que discutir déficit ou

superávit da Previdência, nós temos que discutir a questão de Fundo.

Mesmo que a ANFIP estivesse errada, o Tribunal de Contas estivesse errado. Todos os demais técnicos que têm estudado seriamente essa questão estivessem errados e, mesmo que por amor à discussão houvesse déficit na Previdência Social ou na Seguridade Social. O que nós temos que questionar é o próprio princípio, segundo o qual o déficit da Previdência, se tornou uma coisa absolutamente inaceitável e inadmissível no Brasil.

Eu acho que nós temos que discutir sim, se a Previdência e a Seguridade, podem ou devem ter ou não ter déficit. Não há nada demais. Não há condenável. Não há nada criticável, no fato de a Previdência ou a Seguridade serem deficitárias.

Eu acho que elas podem e em determinadas circunstâncias, até devem ser deficitárias. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos de imediato a palavra ao seu Flávio Tonelli, que falará pelo DIAP. Em seguida, a Sr^a. Neide Henrique Magalhães.

E, claro que no que encerramento, conforme combinado, eu vou dar ainda cinco minutos para o Sr. Flávio Viana, que falará pela Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios.

SR. FLÁVIO TONELLI – Boa tarde a todos.

Eu queria em nome do DIAP, agradecer o convite. E, em nome do Senador Paulo Paim, cumprimentar os integrantes da Mesa e do Plenário.

O debate sobre a questão do Fator Previdenciário, como a gente tem pouco tempo para fazer, nós vamos nos eximir de fazer as abordagens das manifestações políticas das entidades, porque as centrais já o fizeram e nós achamos que ele está correto. O que nós vamos tentar aqui é levantar algumas questões que vão servir de argumento, não só para os Parlamentares, como também para as entidades sindicais para esse debate.

Com relação ao histórico do fator algumas questões não foram devidamente colocadas. Nós chamamos a atenção para pelo menos duas, é que o fator como assumiu o Secretário de Previdência Social, ele surge em substituição à impossibilidade do Governo de exigir idade mínima para a aposentadoria.

O Governo foi derrotado na Câmara por duas vezes em 98, não conseguindo aprovar a idade mínima para a concessão da aposentadoria, mas não ficou só nisso. Em 99, o Governo tentou ainda por decreto instituir a idade mínima, vários Parlamentares, vários Partidos, PT, PC do B, PDT, PSB e algumas entidades sindicais entraram com ADIN no Supremo, contra o

decreto que, ao arrepio da Constituição queria exigir dos trabalhadores a idade mínima.

O Governo foi obrigado a republicar o decreto, para que não sofresse a derrota no Supremo. Foi nesse contexto que surgiu a Lei do Fator Previdenciário. Como não era possível impor ao trabalhador uma idade, exigir do trabalhador uma idade mínima de aposentadoria, optou-se por imputar ao trabalhador uma grande perda no momento da aposentadoria. E sob o discurso, de que o fator iria incentivar os trabalhadores a permanecerem no mercado de trabalho.

Com relação a essa questão nós temos duas observações a fazer. Primeiro. Não é possível no mercado brasileiro, no mercado de trabalho brasileiro, você incentivar a permanência do conjunto dos trabalhadores. É muito fácil para um conjunto de trabalhadores que exercem determinadas atividades, permanecer no mercado de trabalho.

Mas isso não pode ser exigido de um servente de pedreiro, de um motorista, de várias atividades, onde na idade de 60 anos não há colocação no mercado de trabalho. Então, eu não posso exigir que ele permaneça trabalhando, senão há emprego.

Então, principalmente, para as atividades que exigem maior esforço físico, não há colocação no mercado de trabalho acima de 50 anos. Então, essa exigência, dizer que o trabalhador vai postergar a aposentadoria, encontra com um óbice bem objetivo: Não há posto de trabalho na cidade.

A segunda questão, é o que fator não consegue incentivar os trabalhadores a permanecerem em atividade, porque ele é incerto. O exemplo, que é importante que se diga é que em 2003; um trabalhador com 60 anos; que tivesse 35 anos de contribuição; que ganhasse 500 reais; que tivesse uma aposentadoria calculada a partir de 500 reais; que tenha optado em permanecer mais um ano trabalhando, em busca de uma aposentadoria maior; ele tomou um prejuízo de ordem de 15% no valor do benefício, por ficar no mercado de trabalho; por não pedir sua aposentadoria em 2003.

Só de apresentar o pedido a partir de dezembro de 2003, ele perdeu 15%. Um trabalhador com 65 anos de idade, ele perdeu 22%. Então, ao invés de premiar a permanência, a mudança do fator, que a cada ano é uma tábua de expectativa de vida, ele trouxe uma grande incerteza.

Diante dessa incerteza, não há como convidar aos trabalhadores a permanecer no mercado de trabalho, tentar contribuir para a Previdência, para se aposentar com um benefício menor. Isso não tem o menor sentido.

Então, só restou ao Fator Previdenciário ser o algoz das aposentadorias. E não adianta, nós dizermos que são uma pequena parcela dos benefícios, porque os dados de 2004, são os únicos que nós temos disponíveis – os dados de 2005 da Gerenciale, não saíram – os trabalhadores do sexo masculino que se aposentaram por tempo de contribuição, na média perderam 20% das aposentadorias pela imputação do fator.

As trabalhadoras perderam 31%, ou seja, as trabalhadoras, que em 2004 buscaram aposentadoria por tempo de contribuição, tiveram o benefício 31% inferior, pela ação do Fator Previdenciário. Então, não é correto dizer que isso pretendia. Havia um discurso palatável, de que era para o trabalhador postergar o seu benefício, mas o que restou desse discurso palatável foi só a imputação do prejuízo. Por que isso ocorre?

Porque o fator, embora ele pondere idade, pondere tempo de contribuição, o único elemento determinante para a apuração de fator é o que se chama expectativa de vida. E a expectativa de vida, não é um dado da natureza. Não é verdade, dizer que o IBGE não alterou a metodologia. O IBGE alterou a metodologia.

Primeiro, porque ele fazia o cálculo da expectativa de vida, com base nas PNADs, em 2004, ele fez com base no censo. Só de você alterar a base de dados, isso é uma mudança metodológica. Pode chamar do que quisermos, mas verdadeiramente, isso é uma mudança metodológica. Essa mudança metodológica trouxe um grande prejuízo.

Só para vocês terem uma idéia, esse é um argumento importante para que os trabalhadores compreendam. Quando se elaborou a fórmula do fator, essa fórmula, como todo o conteúdo normativo, ela carrega um certo sentido político. Qual era o sentido político da Lei do Fator?

Era que um trabalhador com 60 anos de idade e 35 de contribuição, teria um ganho na aposentadoria. Qualquer trabalhador que tivesse mais do que 59 anos e 35 de contribuição teria ganho na aposentadoria, ou seja, com 60 anos haveria ganho. Essa situação ficou praticamente inalterada. Quatro anos depois, antes do IBGE mudar a metodologia, aos 60 anos esse trabalhador, ainda tinha ganho de aposentadoria. Mas pensem. Pensem. Eu convido o Senador Paim, a participar dessa simulação.

Se o Governo apresentasse hoje uma tabela de fator, onde um trabalhador com 63 anos de idade, não tivesse um ganho na aposentadoria, se isso passaria? Não passaria. Por quê? Porque a construção política da fórmula que foi apresentada, tinha como resultado – todo parlamentar ao votar aquela questão, sabia de um determinado resultado – qual era o resultado?

Quem se aposentasse com mais de 60 anos, teria ganho na aposentadoria.

Nós nunca teríamos aprovado – como não passou na Câmara, a idade mínima – uma lei que dissesse que o trabalhador, hoje é 63, amanhã é 64, o ano que vem é 65, que fosse aumentando, tão desproporcionalmente a idade, com que esse trabalhador terá efetivamente direito a aposentadoria integral. Isso não passaria. Não passaria, nem no Governo Fernando Henrique.

Então, eu acho que é importante que a gente tenha como base de que a Lei do Fator ela existe, exclusivamente, porque a Previdência a partir de 98, passou a ser entendida, não como um instrumento de distribuição de renda. Não como um instrumento de justiça social. Não como Previdência Social, mas exclusivamente, sob o enfoque fiscalista. Se a Previdência arrecada ou não o suficiente para pagar os benefícios.

E também, não se discute por que não arrecadou. Eu não quero fugir do debate da Seguridade, mas se nós pegarmos os dados do PIB, nós vamos ver o seguinte, para concluir, Senador. Que entre 90 e 93, os salários participavam, a conta de salários, a remuneração de empregados no BIP, participava na média com 35%, ou seja, 35% da riqueza, era na conta de salários de empregados. Não estão autônomos nessa conta. Não estão famílias. Salários de empregados.

O outro lado da moeda, que é a remuneração do capital – que no PIB se chama Excedente Operacional Bruto das Empresas – era tão somente 36%. Se nós fizermos uma média, dez anos depois, entre 2000 e 2003, nós vamos ver o seguinte. Os salários caíram de 35% para 26% do PIB. E o Excedente Operacional das Empresas, subiu de 36% para 42% do PIB.

Isso significa que nós temos que começar a discutir porque é mesmo que até 93 a arrecadação previdenciária cobria todas as despesas previdenciárias? Mais do que isso. A Previdência, no começo da década passada pagava quase toda despesa de saúde desse país, através do INAMPS, os senhores lembram. Então, através do INAMPS, antes do SUS.

Então, a Previdência Social pagava todos os benefícios, inclusive rurais, menos que hoje, mas inclusive rurais e pagava a Saúde. Por que a conta de salários não foi suficiente mais para bancar isso? É culpa do direito das pessoas? Ou resultado dessa transformação produtiva, que hoje coloca os salários muito menor em participação na distribuição da renda, muito menor, em apenas dez anos.

É claro que os salários tendem a cair no PIB, isso é uma questão histórica, porque você incorpora tecnologias, porque você incorpora capital morto, várias questões. Mas o que ocorreu no Brasil é que os ganhos de produtividade não foram devolvidos para

os salários. Então, com isso a queda dos salários foi desproporcional.

Eu queria concluir dizendo o seguinte, existem muitos motivos para se rediscutir a questão do fator. Ele realmente hoje não faz sentido do ponto de vista do direito à Previdência. Não acho que como diz o Secretário, nós devemos trocar não ter mais fator, por ter idade mínima, porque significaria a mesma coisa sobre outras formas, porque o trabalhador, também se exige idade mínima, como é que o trabalhador da iniciativa privada, com 9%, 10% de desemprego consegue permanecer contribuindo? Não existe essa possibilidade.

E nem temos que, como foi dito aqui, estabelecer como premissa de que se o aposentado vive mais ele tem que ganhar menos. Essa é uma premissa completamente avessa a qualquer nível de solidariedade.

Eu fico feliz que a gente comece a rediscutir a questão das contas da Previdência, não só do ponto de vista da seguridade, mas é que se o grosso da riqueza da produção nacional, está ficando como resultado operacional e não como salários, nós temos que discutir outros tributos e especificá-los para a Previdência Social.

Pode ser sobre a forma da CPMF, tributar a movimentação financeira. Pode ser sobre a forma do Cofins e tributarmos o faturamento. Pode ser a contribuição social sobre o lucro e tributarmos o lucro das empresas. E utilizarmos essa parcela, dentro do cálculo que se quer fazer da Previdência. Não é possível imputar aos salários a responsabilidade por isso, indo dentro de uma realidade, onde os salários vão perdendo continuamente a participação na distribuição da riqueza.

Então, eu queria agradecer o convite. E colocar à disposição para os questionamentos posteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra de imediato à Srª. Neide Henrique Magalhães, que vai falar pela FENAFISPE.

SRA. NEIDE HENRIQUE MAGALHÃES – Acho que é boa noite ou boa tarde, ainda.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer ao Senador Paulo Paim, a honra de nos convidar para participar com tanta classe de trabalhadores. Eu fico feliz que estou vendo que o trabalhador está despertando para a vir, também, questionar todas essas coisas que são impostas para nós de cima para baixo.

Eu vou me referir especialmente a nós mulheres, porque nesse famigerado Fator Previdenciário, nós mulheres, somos mais uma vez, mais penalizadas. Eu vou explicar o exemplo das professoras.

As professoras elas têm uma aposentadoria especial de 25 anos. Com esse Fator Previdenciário, elas têm que trabalhar mais dez anos, então elas se

equivalem aos homens. Por quê? Porque presumem que nós mulheres vivemos mais. E como nós vivemos mais temos que ser mais penalizadas. Não importa que tenhamos jornada dupla. Não importa nada disso.

Os governos não estão preocupados com a nossa condição de cidadãs. Ele está preocupado só em nos penalizar. Eu fico muito triste, quando eu vejo determinados Deputados, Senadores, dizerem: “Acabou a era Vargas”, como se a era Vargas fosse um câncer no Brasil.

Eu sei que o Vargas teve muitos erros, mas essas coisas que foram conquistadas por nós, porque eu sou uma senhora de 68 anos. Comecei a trabalhar aos 12. Aos 14, tive a minha carteira assinada, porque antigamente você tinha a carteira do menor, que acabaram hoje em dia.

Então, o que acontece? Nós a classe menos privilegiada que começa a trabalhar mais cedo, como diz a Senadora Heloísa Helena, “os filhos da pobreza”, nós é que somos mais penalizados! Nós temos que trabalhar mais, mais e mais, não importa seja homem ou mulher.

Isso é uma coisa que penaliza tanto que o Deputado Federal Sérgio Miranda, entrou na Justiça contra essa metodologia do IBGE. E essa ação dele foi acatada pelo Procurador da República, Carlos Henrique Martins Lima. Por quê? Porque do ano de 2002 para F2003, o IBGE veio com uma metodologia que o brasileiro estava vivendo muito mais.

Eu não entendo, como é que um povo que não tem saúde. Não tem comida. Não tem casa decente para morar, possa viver muito mais anos de um ano para outro.

Só para vocês terem uma idéia partiu assim: Em 2002, a média era de 14,4 de sobrevida. Em 2003, passou para 17.1. E o que houve? O Fator Previdenciário explodiu. Ninguém pode mais se aposentar nesse país por tempo de contribuição, segundo o Assessor do Ministro que veio, ele falou que era uma parcela mínima. Vai ser cada vez mínima, porque ninguém vai se aposentar nesse país. Só vai ter pensionista, porque vai morrer todo mundo!

Só vai ter pensionista, porque quem é que vai se aposentar, para ganhar menos do que ele ganhava trabalhando? O salário já é miserável, quando você vai se aposenta, você vai ganhar muito menos, você vai morrer trabalhando. É o que acontece no Brasil. Quando eu vejo falar em custo Brasil, eu sinto um arrepio na espinha, porque esse custo Brasil é sempre jogado no lombo do trabalhador.

O trabalhador sempre é que paga. Não tem dinheiro para aumentar o salário-mínimo. Não tem dinheiro para dar um reajuste, para um aposentado que

ganha mais de um salário-mínimo de 16.67, porque vai quebrar a Previdência. É mentira!

Eu sou uma auditora fiscal aposentada e digo aqui para vocês: Eu desafio qualquer membro do Governo vir dizer aqui que a Previdência vai quebrar. Não quebra. A Previdência é superavitária, o que é errado, porque a Previdência não é para dar lucro. Se ela está sendo superavitária, ela está deixando de atender uma categoria.

Então, eu vou ser mais sucinta, em atendimento a esse maravilhoso Senador que nós temos. Graças a Deus, nós temos pessoas como o Senador Paulo Paim, que enfrentando tudo ele vem lutando. Obrigada. Eu ia me alongar mais explicar outras coisas, mas chega por aqui. Boa noite.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos de imediato a palavra ao Flávio Viana, SINTECT.

SR. FLÁVIO VIANA – Queremos agradecer ao Senador Paulo Paim, dar uma boa tarde aos membros da Mesa –

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu informo ao Plenário, que é o último orador inscrito, Flávio.

SR. FLÁVIO VIANA – Queremos dizer, que apesar de ser funcionário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nós somos regidos também pela CLT, nos aposentamos pela Previdência Social.

Estamos apoiando completamente, companheiro Paulo Paim, esse Projeto de Lei 296 de 2003, na questão do Fator Previdenciário. Esse é o primeiro ponto que nós queremos deixar. Agradecer S. Ex^a., por esse projeto e pelo nosso projeto, também que é o PLS nº 82 de 2003, que fala da periculosidade de carteiro.

Queremos dizer que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, até a data de hoje é superavitária, desde 1994. Nós vivemos com os nossos próprios recursos, a empresa vive dos seus próprios recursos, até pela sua credibilidade. Pelo trabalho que os carteiros e os trabalhadores dos Correios desempenham no dia-a-dia para a população brasileira.

E, ganhamos uma credibilidade junto à população muito alta. Com isso nós hoje estamos – numa pesquisa que foi feita aos destinatários da nossa empresa, a população brasileira – nós estamos tachados abaixo da família. A segunda da pesquisa, a empresa brasileira tem a credibilidade; abaixo da família é a segunda. Está certo?

Mas queremos falar do nosso projeto de lei, do Senador Paulo Paim, o Projeto 82, dizer que somos 55 mil carteiros no Brasil. Desses 55 mil carteiros, a empresa hoje detêm em torno de 108 mil trabalhadores de Correios. E esses 55 mil carteiros de Norte a Sul do

Brasil, está com os olhos voltados para esse Projeto de Lei 82 de 2003, que é a periculosidade para carteiro. Por que da periculosidade para carteiro?

Hoje, os carteiros por estar trabalhando no horário da manhã e tarde, ele está com uma taxa altíssima de câncer de pele. Hoje a nossa categoria os carteiros no Brasil, estão com uma taxa altíssima, um absenteísmo alto dentro da empresa. Por quê? Porque tem um câncer de pele. Porque tem uma hérnia de disco, uma hérnia umbilical.

Por nós estarmos trabalhando com bicicleta, com motos, a pé, nos morros, nas cidades, como é a questão do Rio de Janeiro, onde o carteiro hoje está exposto à troca de tiros nas favelas, aonde muitos carteiros já foram feridos e até mortos por atropelamento, também porque desenvolve o trabalho entregando de bicicleta e de moto. Esse também é outro problema que nós temos na nossa categoria.

As questões de varizes que ocorre nos trabalhadores dos Correios, hoje são muitas. Então, a taxa de absenteísmo no Correio é alta. A questão de transferência de função, remanejamento de cargo de carteiro para atendente comercial ou atendente nas agências é muito grande, porque o carteiro hoje não suporta Senador, mais de dez anos de rua. Ele não aguenta.

Vem um problema de varizes, vem um problema de hérnia de disco. Quando o companheiro opera uma, vem outra. Opera duas e aparece uma terceira, e ele não tem mais condições de estar atuando, desenvolvendo o seu trabalho no dia-a-dia. Nós temos um compromisso com a população brasileira. E temos um compromisso de aprovar esse projeto de lei e dizer aqui, que não estamos aqui, querendo botar a faca no peito de nenhum Senador.

Hoje nós vamos estar mostrando para a população brasileira, porque nós estamos de porta em porta, quem são os Senadores que estarão aprovando ou estarão rejeitando esse projeto de lei, porque ele está em tramitação, ainda. Ele foi aprovado na CAES, Comissão de Assuntos Sociais, por duas vezes e está aguardando recurso no Plenário, na Secretaria do Plenário e tem até segunda-feira.

Aquele Senador que apresentar recurso, não estamos desafiando ninguém, mas estamos dizendo que vamos falar a verdade para a nossa base, onde vamos estar falando para a população, que os Senadores tais e tais e tais, apresentaram recurso para barrar o nosso projeto.

Então, é importante nós estarmos passando isso aqui daqui. É importante a população, os Senadores estarem cientes do que está acontecendo, porque hoje um carteiro para iniciar a sua vida na empresa recebe 483 reais, hoje, para entrar na nossa empresa.

Então, hoje os trabalhadores dos Correios estão com os olhos voltados para que esse projeto venha a ser referendado, para que nós tenhamos 30% de aumento. É isso que nós estamos pedindo.

É isso Senador, que nós queremos e estamos pedindo aos Senadores, que tenham complacência dos carteiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito bem. Nós estamos praticamente terminando a nossa Audiência Pública.

Foi dada essa oportunidade para os carteiros, porque na transparência como a gente age, me perguntaram se ia havia recurso ou não? Eu com toda franqueza disse: “Olha, estão recolhendo assinaturas e me disseram que vão entregar, no mais tardar, segunda-feira”. E também disse: “Agora, é preciso que os carteiros façam um movimento de convencimento nos Senadores”, o que vocês estão fazendo muito bem.

Eu espero que a caminhada de vocês seja vitoriosa, que não haja o recurso e que o projeto vá para a Câmara dos Deputados. Eu fiquei muito preocupado já com o Fator Previdenciário, voltando ao tema. Também tinham me dito, que não ia haver recurso.

No último minuto, na última hora houve recurso. Ele retornou para as Comissões, e já está para mais duas Comissões além de Assuntos Sociais, está na Direitos Humanos e na Comissão de Economia.

Para ganhar tempo essa Audiência Pública, eu reuni as três Comissões, Assuntos Sociais, Economia e Direitos Humanos, para fazer Audiência Pública. Numa demonstração que não dá para agora, chegar na Comissão de Direitos Humanos, o cidadão chegar lá de novo e olha: “Tem que Audiência Pública”. Eu vou dizer: “Já teve Audiência Pública, com cerca de 700 trabalhadores, todas as centrais sindicais e todas as confederações, fizeram o debate, com a presença inclusive do Ministério da Previdência”.

Eu digo isso, porque eu estou convencido que é mais do que correta a luta dos carteiros, por isso eu apresentei, com muita convicção, o projeto da periculosidade, como apresentei também o projeto do Fator Previdenciário.

Dizer para vocês e isso só para sintetizar. Não há um país no mundo em o que Governo teve coragem de apresentar o Fator Previdenciário, não existe. Em matéria de relação previdenciária nós somos o mais cruel no mundo, por isso é obrigação nossa derrubar o Fator Previdenciário.

Digo mais, rapidamente. Digam-me um único Fundo de Pensão Privado que adota o Fator Previdenciário? Sabe por que ele não adota? Porque daí ninguém vai se espontaneamente, se habilitar para aquele Fundo de Pensão Privado de tão perverso que ele é.

Digo mais, pergunte para os altos salários desse país, quem ganha mais do que de seis, sete salários? Porque o Regime Geral da Previdência, todos nós sabemos, que fica da seis para baixo, no máximo sete, e é uma exceção, ainda, porque os dados mostram que 99% é de seis salários para baixo.

Pergunte para o Senador Paulo Paim, quando eu me aposentar. Para mim vai ter Fator Previdenciário? Claro que não, porque eu me aposento como Parlamentar, então, para mim não tem.

Pergunte para um Ministro do Supremo Tribunal Federal, que já vai se aposentar com salário integral de 26 mil, se para ele tem Fator Previdenciário? Não tem.

Pergunte para qualquer cidadão nesse país, assalariado, que ganha mais hoje do que sete, oito ou nove salários, se para ele vai ter? Não vai ter. Vai ter só para o Regime Geral da Previdência, eu sempre digo que no Regime Geral da Previdência dez salários mínimos é papo furado.

Ninguém se aposenta com dez salários, ninguém. Devido ao próprio fator, tu já entra com seis, sete. E daí para baixo, como o teu reajuste, infelizmente, não acompanha o mínimo, passa cinco, seis anos e você está ganhando menos que quatro. Então, o fator só vale para esses, para os altos salários e para mínimo.

Perguntaram-me esses dias: “Ah, mas tu quer então a aposentadoria universal?” – “Quero. Vamos fazer o debate. Vamos fazer esse debate”. Nós todos do Regime Geral da Previdência, vamos nos aposentar também com o salário integral. Vamos fazer cálculo atuarial. Cada um pague a sua parte. E nós vamos todos nos aposentar com salário integral, consequentemente o último salário.

Quando a gente fala na média dos últimos 36, vem um griteiro. Se fala na média, inclusive das 80 maiores contribuições, também vem griteiro, porque dizem que vai dar quase que a aposentadoria integral.

Em resumo pessoal, os argumentos aqui nós poderíamos discorrer durante horas e horas, só o que nós temos que fazer? Eu sei que é importante essa Audiência Pública. Os senhores podem ter certeza, que hoje aqui circularam mais de mil líderes de todo o país, debatendo os dois temas: A situação dos sindicatos e as contribuições que eles têm direito, pela decisão das assembleias e também o Fator Previdenciário.

Nós temos que estarmos mobilizados e efetivamente, fazendo aquilo que chamo de uma pressão democrática, em cima de Deputados e Senadores e no próprio Executivo.

Eu podia aqui repetir uma frase que eu ouvi inúmeras vezes. Em país do mundo nenhum, quando o movimento social não pressiona os poderes constituídos,

seja o Judiciário, o Legislativo, e o próprio Executivo, dá sinal que estão contentes, que estão concordando com tudo o que está acontecendo.

Só tem uma forma do poder constituído atender também, a demanda dos trabalhadores e não só dos poderosos: é fazer pressão permanente. Eu uso muito aquela frase que vocês já conhecem: A batida do tambor tem que ser ouvida também nos palácios. Se isso não acontecer, podem saber que as demandas dos trabalhadores do campo, da cidade, da área pública e da área privada não será atendida. Por isso, que é pressão na linha da paz, do convencimento, da argumentação, da mobilização, ela é mais do que legítima.

Por isso, que eu saio dessa Audiência Pública, eu digo muito feliz, até. Feliz, porque eu vi aqui hoje que quando a gente desafia os trabalhadores, no bom desafio, eles respondem. Porque duvidaram que a gente ia lotar o Petrônio Portela hoje. E, se aqui viam efetivamente, todas as centrais sindicais, todas as confederações, que chegariam delegações de ônibus de todo o país.

Aqui vieram todos Estados e ficaram aqui o dia todo, debatendo esses dois temas. Por isso eu encerro a presente Audiência Pública em nome das três Comissões e dizendo: Viva a classe trabalhadora. Vocês estão de parabéns.

Sessão encerrada às 17h54.

Ata da 19ª reunião (extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para o dia 12 de julho De 2006, quarta-feira, às 10:30 horas, na sala de reuniões nº 6, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia doze de julho de dois mil e seis, na sala seis, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Valdir Raupp, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença da Senhora Senadora Íris de Araújo e dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Edson Lobão, Juvêncio da Fonseca, Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Marcelo Crivella, Paulo Paim, Arthur Virgílio, Álvaro Dias, Luiz Otávio, Flexa Ribeiro e Valdir Raupp. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta: Item Único – Requerimento nº 24, de 2006 – CDH. Assunto: audiência pública conjunta com as Comissões de Assuntos Sociais e Educação para tratar das “das questões raciais atinentes às Ações Afirmativas com reflexos do Estatuto da Igualdade Racial”. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado o requerimento. Fazem uso

da palavra o Senhor Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dez horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Valdir Raupp**, Presidente em Exercício Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. As Atas das Reuniões anteriores encontram-se sobre a Mesa. Solicito aos Srs. Senadores, Srªs. Senadoras a dispensa de suas leituras e as coloco em votação, aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada. Passamos a apreciação da pauta.

Requerimento de nº. 24 de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, para realização de Audiência Pública em conjunto com três Comissões: Comissão de Direitos Humanos Legislação Participativa, Comissão de Educação e Comissão de Assuntos Sociais. E ainda com o apoio da Subcomissão Permanente de Igualdade Racial e Inclusão, para tratar das questões raciais atinentes as ações afirmativas com reflexo do estatuto de igualdade racial, dia 3 agosto próximo, em duas partes. Com os seguintes convidados.

Primeira parte, no período de 10h às 12h. Primeiro: Tarso Genro, Ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Segundo: Fernando Haddad, Ministro da Educação. Terceiro: Matilde Ribeiro, Ministra da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

Segunda parte, no período das 14h às 16h. Frei David, Diretor da EDUCAFRO, José Jorge de Carvalho, Professor da Universidade de Brasília, UNB. Peter Fry, Professor da UFRJ, Ivone Maggi, Professora também da UFRJ. Com a palavra o eminente Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Valdir Raupp, primeiro, eu quero cumprimentar V.Exª., por todo o trabalho que tem feito nessa casa, mas especial pela sensibilidade que V.Exª. teve, essa semana, quando a gente debateu a questão dos carteiros, valorizando essa profissão. E V.Exª. colaborou muito, inclusive no Plenário, contribuiu de forma positiva, afirmativa, com a sua assinatura para que não houvesse recurso e a matéria fosse diretamente para a Câmara dos Deputados. Eu quero na figura de V.Exª. cumprimentar não V.Exª. somente, mas principalmente que

V.Ex^a., foi um pedido pessoal que lhe fiz e V.Ex^a.: “Sem problema nenhum, Paim, até porque, eu tenho uma história de muito respeito com os carteiros do nosso país, que são mais de 55 mil pessoas”. Mas também, o Ney Suassuna, o Suplicy, quero cumprimentar a Serys, o Quintanilha, enfim, esses Senadores e Senadoras que trabalham para que, efetivamente, o projeto fosse para a Câmara dos Deputados.

No Congresso Nacional, os carteiros, foi feita uma homenagem a V.Ex^a. e esses outros Senadores, pela forma firme, clara e decidida, como sempre defende as questões de cunho social que interessa a todo o nosso povo.

Esse requerimento, Senador Valdir Raupp, vai na mesma linha. V.Ex^a. tem acompanhado que há um debate amplo no país em cima das cotas, da desigualdade racial. Quero lembrar que o PL 73 de 1999 é da Deputada Nice Lobão, que é esposa do Senador Lobão, a qual fez um belíssimo trabalho em cima desse projeto, que vem de encontro ao nosso projeto do Estatuto da Igualdade Racial. Ambos caminham juntos, com o mesmo objetivo. E esse debate que o país está fazendo, é um debate muito bom, um debate propositivo, afirmativo.

Entendo que todos querem construir políticas de combate aos preconceitos, às discriminações. E é com alegria que eu posso dizer que, depois de ter conversado com os convidados, aqui quando eu digo o diretor da EDUCAFRÓ, Frei David e o Professor da UNB, José Jorge de Carvalho, esses dois defenderão as políticas afirmativas, as Cotas e o Estatuto. E quero também cumprimentar, da mesma forma, de forma respeitosa, o Professor da UFRJ o Dr. Peter Fry, que também é contra qualquer tipo de discriminação, mas tem outra visão e vai vir aqui colocar o seu ponto de vista e atendeu o meu convite de forma muito tranquila e até, eu diria, muito respeitosa. Na mesma linha a professora da UFRJ a Dr^a. Ivone Maggi.

Então, tanto o Frei David, como Professor José Jorge, Dr. Peter e a Dr^a. Ivone, todos virão aqui para contribuir, para que a gente possa ter no país leis que, efetivamente, combatam o racismo e o preconceito.

Na mesma linha, tenho certeza que vai ser aqui a posição do Ministro Tarso Genro, do Ministro Fernando Haddad, como da Ministra Matilde, todos querem o melhor para o país. E com esse espírito que nós vamos fazer essa audiência pública, no dia 3 de agosto, pela parte da manhã, como o Presidente já colocou, serão os Ministros e pela tarde, serão os convidados. Eu estou muito otimista que nós haveremos de construir uma redação final. Quero dizer que convidei também o Senador Rodolpho Tourinho por ser o Relator no Sena-

do do Estatuto e convidei também o Deputado Federal que é Relator na Câmara, Reginaldo Germano.

Eu estou aqui com a história do Germano e vou dizer por que, até vou até fazer um pronunciamento no Plenário. Que me surpreendeu muito hoje, a declaração que disse que veio do palácio, que no segundo turno o palácio estaria apoiando o atual Governador num confronto com a Deputada Yeda. Eu não acredito que isso tenha vindo do palácio, até porque, eu tenho certeza absoluta que o meu candidato, o candidato do PT, Olívio Dutra, está no segundo turno, pelas pesquisas demonstram que o Olívio está com 26%, por isso que eu falava agora do Governador atual, também com 26, que é o Germano Rigotto, e a Deputada está com 11%.

Então, se é pelas pesquisas, pesquisa mede momento, ninguém pode dizer que alguém esteja eleito. Eu acredito, eu tenho caminhado muito pelo Rio Grande que o ex-Governador, ex-Prefeito de Porto Alegre, Ex-ministro e Ex-deputado Federal, Olívio Dutra, estará no segundo turno. Não sei se vai ser com a Yeda ou se vai ser com o Rigotto. Eu tenho convicção, de que o Olívio Dutra estará no segundo turno. Então, aproveitei essa minha falha aqui, e de novo reafirmar, que o Deputado Federal, Reginaldo Germano da Bahia é o Relator na Câmara dos Deputados. Então, os dois relatores, como também a Deputada Nice Lobão, estarão presentes também nesse debate para nós aprofundarmos esse tema de políticas afirmativas, ou seja, de combate ao racismo e o preconceito. Era isso, Presidente. Agradeço a tolerância e V.Ex^a..

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) Obrigado a V.Ex^a. Tenho certeza que V.Ex^a. sempre deu conta dessas tarefas, dessas empreitadas que V.Ex^a. tem se proposto a fazer, assim foi no estatuto do idoso com sucesso total e absoluto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O apoio de V.Ex^a. foi fundamental, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) V.Ex^a. tem sido o timoneiro, tem puxado a fila para a aprovação desses projetos importantes para o país. E mais uma vez tenho certeza que essa Audiência Pública vai ser de grande valia, de grande importância para o debate e para a aprovação do estatuto da desigualdade racial. Coloco em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com a presença, nesse momento da nossa sempre querida e brilhante Senadora que tenho certeza, voltará para o Congresso Nacional. Sei que a opção no momento

foi pela Câmara dos Deputados, eu sei que fará lá um brilhante trabalho.

Eu quero dar um depoimento, se me permitir, que eu dei a V.Ex^a. no momento. Que no momento muito difícil do tal de fator previdenciário. A Senhora me ajudou muito para viabilizar aquela votação, como também o Senador Valdir Raupp, mas tinha um problema, também, numa assinatura, e eu liguei para ela, e ela ligou para o candidato a Governador do Estado, que é o Maguito, de pronto, o Maguito disse: “Olha, a Senadora Iris me ligou, pode dizer que eu sou totalmente a favor de revogar o fator previdenciário”.

Então, é bom que o povo de Goiás saiba que essa Deputada sempre esteve ao nosso lado em todas as causas sociais que nós travamos aqui no Senado, junto com V.Ex^a., Senador Valdir Raupp

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) Espero que ela continue, que a Senadora Iris de Araújo, continue brilhando aqui no Congresso Nacional. Não só esse ano, a partir do ano que vem também. Não havendo mais nada a tratar. Está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 10h42

Ata da 20ª reunião (conjunta) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para o dia 03 de agosto de 2006, quinta-feira, 1ª parte às 10:00 horas, e 2ª parte às 14:00 horas, na sala de reuniões nº 15, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

**AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DESTA CDH
COM AS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO
E A DE ASSUNTOS SOCIAIS**

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia três de agosto de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores Marcos Guerra, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes e Flexa Ribeiro reúnem-se a Comissão de Educação, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos. Deixam de comparecer os demais membros. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, do Senador Jefferson Peres (PDT/AM), não membro das Comissões, Ex-Senador Eurípedes Camargo, Deputados Federais Luiz Alberto (PT/BA); Reginaldo Germano (PP/BA) e Vicentinho (PT/SP), Deputado Estadual Valmir Assunção (PT/BA) e o Ex-Deputado Marcos Terena, Coordenador do Co-

mitê Geral Inter Tribal. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira submete às Comissões a dispensa das leituras das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, que é dividida em duas partes, atendendo aos Requerimentos nº 24, de 2006-CDH, Requerimento nº 021-CE, de 2006, ambos de autoria do Senhor Senador Paulo Paim e o Aditamento nº 001 do Requerimento nº 021-CE, de 2006, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, que têm como objetivo tratar a “Igualdade Racial e as Quotas”. Comparecem a primeira parte da Audiência Pública o Senhor Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação – MEC e a Senhora Matilde Ribeiro, Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, autor do requerimento, Geraldo Mesquita, Ideli Salvatti e os Deputados Vicentinho, Luiz Alberto e Reginaldo Germano. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão às doze horas e trinta e sete minutos. Às quatorze horas e vinte e oito minutos, sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Paim, comparecem a segunda parte da Audiência Pública o Senhor Frei David, Diretor de Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes – EducAfro; Senhora Yvonne Maggie, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Senhor Peter Fry, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Senhor José Jorge de Carvalho, Professor da Universidade de Brasília – UnB; Senhor José Carlos Miranda, Movimento Negro Socialista – MNS; Senhor Roque Ferreira, Coordenador Nacional da Federação dos Trabalhadores sobre Trilhos – CUT e Conselheiro da Comunidade Negra – Bauru/SP; Senhor Marcus Alessandro Santos Silva, Coordenador Nacional do Movimento Negro Unificado – MNU e Senhor Carlos Alberto Medeiros, Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Mesquita. O Senhor Presidente, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às dezoito horas e vinte e quatro minutos, de-

terminando que eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Parte 1

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a ser realizada hoje, dia 03 de agosto de 2006, quinta-feira, em duas partes, a primeira parte com início agora às 10h e a segunda parte com início às 14h.

Audiência Pública. Assunto: Igualdade racial e as cotas. Autoria do Requerimento: Senador Paulo Paim. Na primeira parte, teremos como convidados o Ministro da Educação, Fernando Haddad, e a Ministra Matilde Ribeiro, Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, SEPPIR. Submeto à apreciação do Senado a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Quem estiver de acordo, permaneça como se encontra. Aprovado.

Dando início à Audiência Pública, solicito ao Senador Paulo Paim e ao Senador Geraldo Mesquita que acompanhem os convidados para tomarem seus assentos à Mesa. Comunico que está à disposição do público um telão no Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, Sala 19.

Dando início, primeiramente, passaremos às suas exposições, ao Ministro Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação, do MEC, por 30 minutos. Sr. Ministro, por favor.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD – Gostaria de cumprimentar os Senadores presentes, na pessoa do Presidente da Comissão de Educação do Senado, Senador Wellington, gostaria de cumprimentar os participantes desta Audiência Pública, os Jornalistas presentes, e louvar a iniciativa do Senador Paim de propor esse debate no âmbito do Senado.

Nós sabemos que nós temos hoje dois projetos tramitando no Congresso Nacional, o Estatuto da Igualdade Racial e o projeto de reserva de vagas nas instituições federais de ensino. E são dois projetos que, de certa forma, não coincidem plenamente. Embora tenham o mesmo espírito, não há uma total coincidência de propósitos. Embora eu repita que tenham um espírito que caminha na mesma direção.

Eu gostaria de falar do projeto encaminhado pelo Executivo. Acho que a minha responsabilidade aqui

é tentar esclarecer as razões que levaram o Executivo a propor um Projeto de Lei, ainda em 2004, no primeiro semestre de 2004, maio de 2004, e que tramita, portanto, há mais de dois anos na Câmara dos Deputados, tendo passado por todas as Comissões e estando apto a ser avaliado pelo Plenário da Casa. Esse Projeto foi também objeto de intenso debate naquela Casa. Houve vários debates na sociedade em torno dessa questão e, de lá para cá, é preciso ressaltar que muitas universidades, federais, sobretudo, no gozo da sua autonomia, aprovaram nos Conselhos superiores, nos seus Conselhos Superiores uma série de modificações no que diz respeito ao acesso à educação superior pública no País.

De lá para cá, o debate, na minha opinião, se qualificou cada vez mais. Então, nós temos que reconhecer que a sociedade vem amadurecendo seus posicionamentos a respeito do assunto. Intelectuais e artistas, acadêmicos, inclusive elaboraram os seus manifestos de parte a parte, anunciando ao País o seu posicionamento e tornando transparente o conjunto de argumentos em defesa ou contrários aos projetos que tramitam no Congresso Nacional.

Ao mesmo tempo, nós pudemos, à luz das experiências em curso, avaliar o que vem acontecendo na universidade pública, a partir do momento em que o Conselho Superior de uma determinada instituição decidiu testar um novo modelo de acesso à educação superior.

Então, ao contrário de muitos, eu não considero que o tempo foi desperdiçado, em hipótese nenhuma. Embora eu reconheça que a luta do aluno da escola pública por mais acesso, a luta do negro por mais acesso, é uma luta que já dura muito tempo, e há uma certa urgência em dar resposta a demandas históricas do movimento dos estudantes, sobretudo, eu penso que esses dois anos não foram anos desperdiçados, porque o mundo se movimentou, o mundo se mexeu nesses dois anos.

Então, hoje nós temos algumas dezenas de instituições de educação superior que, com toda tranquilidade, com toda a sabedoria, com o jeito característico do nosso povo lidar com coisas complexas, vem, cada uma à sua maneira, introduzindo dispositivos inovadores nos processos seletivos, com o objetivo de aperfeiçoá-los.

Qual é o sentido maior desse movimento? Acho que o sentido maior desse movimento é entender e perceber que o vestibular tradicional ele nem sempre prediz qual será o desempenho futuro do aluno. E por quê isso? Porque, tomando dois alunos hipotéticos, um aluno de família abastada, que teve um investimento da ordem de 10 mil reais por ano na sua formação

durante o ensino médio, que é quanto pode chegar o custo de uma anuidade numa escola particular, que tem pais não só alfabetizados, mas muitas vezes pais Doutores, Professores, pais com curso superior, que têm uma infra-estrutura na sua própria casa que complementa a infra-estrutura da escola, com acesso à Internet, acesso a uma biblioteca pessoal, têm acesso a um conjunto de bens culturais, como viagens, visitas a museus, a parques e um outro jovem, também hipotético, filho de pais analfabetos, que moram na periferia de uma grande cidade, que não tem uma biblioteca sequer pública perto da sua casa, que tem dificuldade de locomoção dentro do território onde ocupa, que estuda em escola pública, onde o investimento por aluno é da ordem de mil reais por ano, portanto, dez vezes menos, em alguns casos, que se nós tirarmos uma fotografia num determinado dia desses dois jovens, aplicando a eles a mesma prova, nós não estaríamos cumprindo o dispositivo constitucional que determina que o acesso seja universal em igualdade de condições. Esse é o ponto. Quer dizer, o que nós estamos discutindo é se a igualdade de condições está respeitada nos processos tradicionais de seleção.

A partir dessa constatação de que a igualdade de condições não está dada, se inicia um debate na universidade em torno do que fazer para nivelar as condições de oportunidade. É evidente, e isso não resta dúvida, eu penso que é uma unanimidade nacional, que o reforço à educação básica pública é uma necessidade imperiosa do País. Ninguém, em sã consciência pretenderá resolver, no longo prazo, esse problema sem investimentos massivos, permanentes, estáveis, comprometidos, eficazes, efetivos na melhoria da qualidade da escola pública, inclusive no que diz respeito ao acesso ao ensino médio. Razão pela qual programas como o Fundo da Educação Básica, que vocês recém-aprovaram aqui na Casa, por unanimidade, o livro didático do ensino médio, que é um programa novo do Governo Federal, a integração da educação profissional ao ensino médio, que é um programa novo do Governo Federal, recebem o aplauso de toda a sociedade. Nós vamos terminar esse ano tendo instalado laboratórios de informática em todas, em todas as escolas de ensino médio.

Então, também do ponto de vista de infra-estrutura, lançamos no ano passado o edital da universidade aberta do Brasil, que é a criação de pólos municipais para qualificar o Professor da educação básica com o apoio da universidade pública federal. Esses projetos vêm ganhando consistência, vêm ganhando visibilidade e vêm recebendo da sociedade o respeito que eles todos merecem. E são programas suprapartidários, que contam com o apoio dos mais variados par-

tidos, tendências, linhas ideológicas, sem nenhuma dificuldade. Aliás, o Ministério da Educação sempre, por meio dos seus dirigentes, sempre expressa muita satisfação pela receptividade do Congresso Nacional aos projetos encaminhados. Recentemente, na criação de novas universidades, na criação de novas escolas técnicas, todos os projetos do Ministério da Educação têm recebido das duas Casas do Congresso Nacional um tratamento diferenciado e suprapartidário. Quanto a isso, portanto, nada a discutir. Todos, pela educação básica, todos apoiando o fortalecimento da educação básica.

Mas, ainda assim, ainda que haja consenso em torno disso, é preciso, em primeiro lugar, reconhecer que o trabalho de melhoria da educação básica é o trabalho de uma geração. E de uma geração comprometida com a educação básica até a medula. Em segundo lugar, é preciso reconhecer que determinadas experiências que estão em curso, demonstram, e demonstram de maneira objetiva, não é subjetiva, não é simplesmente desejo de que seja assim, mas conseguem demonstrar objetivamente que onde quer que haja políticas afirmativas, desde que seriamente introduzidas, corretamente introduzidas, sopesadas, elas produzem resultados, inclusive do ponto de vista de mérito, dentro das universidades.

Eu não encontrei ainda um único exemplo, e eu digo, são dezenas, eu não encontrei ainda um único relatório demonstrando que a ação afirmativa comprometeu o mérito acadêmico da instituição que tomou a decisão de implementá-la, ao contrário, o que se verifica nesses últimos anos de debate e pesquisa, é de que não só não ocorreu aquilo que se anuncia, que é um conflito entre brancos e negros nessas instituições, como o acesso, que foi ampliado para o aluno da escola pública em geral, e para o afro-descendente em especial, muitas vezes qualificou a instituição, porque o desempenho desses alunos acadêmico é, em média, igual ou superior ao daqueles alunos que têm ingresso pelo sistema tradicional.

Se nós tivéssemos tomado uma decisão apresada em 2004, eu penso que nós não teríamos o subsídio que temos hoje para tomar um posicionamento em relação a esses projetos com a maturidade que o tema exige. Agora, é preciso, à luz do que foi dito, também considerar duas perspectivas que, na minha opinião, são um pouco diferentes e merecem consideração. O Projeto do Executivo tem dois dispositivos que me parecem interessantes e que eventualmente possam ser aprovados, se assim os senhores julgarem conveniente.

O primeiro dispositivo ele reserva vagas, ele comanda a reserva de vagas para alunos da escola

pública. Portanto, ele não privilegia a questão étnica. Ele privilegia o reforço do conceito de escola pública. Até para que a classe média retorne à escola pública. Tem inclusive esse objetivo. Subsidiariamente, o projeto entende que brancos e negros da escola pública devem ser contemplados pela reserva de vagas na proporção que esses grupos sociais representam na população global de um determinado Estado. Portanto, o Projeto do Executivo estabelece que brancos da escola pública têm, rigorosamente, os mesmos direitos que os negros da escola pública. É isso que o Projeto do Executivo estabelece. Em segundo lugar, o Projeto do Executivo faz menção a que o programa de implantação gradual, que fixa como meta os 50% por curso, não desconsidere a questão do mérito acadêmico. O que significa dizer que se, porventura, uma instituição viesse a comprovar que num determinado curso a implantação da reserva de vagas está causando algum prejuízo acadêmico, essa instituição poderia, uma vez que há ressalva de que não pode haver prejuízo acadêmico, poderia repactuar. Naquele curso determinado, onde comprovadamente houve o prejuízo, uma modulação do cronograma de implantação e do atingimento da meta.

Contudo, essa cláusula foi introduzida em 2004 porque ainda não havia acúmulo, do ponto de vista de experiências, de avaliação das experiências, sobre o que aconteceria. E hoje, o que essas experiências demonstram, e eu cito o caso da Federal da Bahia, que sequer estabeleceu um cronograma de implantação, implantou de um ano para o outro os 50% de vagas e nos cursos de altíssima demanda inclusive, como Medicina. Mesmo nesse caso, ultra-radical, implantação de um ano para o outro, por curso, mesmo nos de alta demanda e num Estado como a Bahia, onde a proporção de afros-descendentes talvez seja a maior do País, mesmo nesse caso o Reitor entrega o relatório para o MEC demonstrando que os alunos de escola pública, incluindo os negros, tiveram desempenho igual ou superior aos que chegaram à universidade pelo processo tradicional. Esse relatório da Federal da Bahia já foi objeto de uma apresentação no exterior. O Projeto foi tão exitoso que a Universidade da Califórnia convidou o Reitor Naomar para apresentar os resultados lá. E submetemos à crítica.

Então, nós estamos hoje numa situação muito diferente da de alguns anos atrás. Eu lembro que o primeiro projeto de ação afirmativa que tramita no Congresso Nacional é de 1998. Há mais de 20 projetos, desde então. O do Executivo é apenas um em mais de 20 projetos, incluindo o Estatuto da Igualdade Racial, que também prevê um dispositivo a respeito desse assunto.

Então, hoje a situação é a de oito anos de debate na Casa, na academia, experiências em curso, avaliações, submissão dessas avaliações aos Conselhos Superiores dessas universidades, que são as mais interessadas em garantir a qualidade da educação. Imaginem vocês se um Conselho Superior de instituição federal de ensino ou estadual de ensino vai descurar do acompanhamento desses projetos. Eles são os mais interessados no acompanhamento. Até para eventualmente rever seu posicionamento. Porque, para os acadêmicos, e eu me incluo na categoria, a questão do mérito é muito importante. É curioso notar que na pesquisa, a única que saiu sobre o assunto, do Instituto Datafolha, 65% se manifestaram favoráveis a políticas afirmativas voltadas exclusivamente para negros. E quando a pergunta é sobre reforço à educação pública, esse indicador sobe para 87%. Quando a pergunta é feita referenciada exclusivamente à questão dos Afros-descendentes, já é de 65 contra 25, mas quando o entrevistado é submetido a uma outra pergunta: E se fosse para todos, brancos de escola pública e negros de escola pública? O percentual de aprovação sobe para 87%. 87%, e acho que são raras as questões que têm uma aprovação tão elevada.

Mais do que isso, o brasileiro, nessa pesquisa, se manifesta favorável à questão do mérito acadêmico, o que demonstra que o que o primeiro espera, em média, é a compatibilização desses dois princípios. O princípio de ampliação do acesso, com seriedade, com cautela, sem demagogia, como as universidades vêm fazendo, e a atenção à questão do mérito. Porque o brasileiro tem orgulho da qualidade da educação ministrada nas nossas instituições de educação superior e quer preservar esse patrimônio. O que nós estamos procurando, portanto, é compatibilizar esses princípios. E a intenção do Projeto do Executivo é essa compatibilização. Em primeiro lugar, não diferenciar brancos e negros da escola pública, respeitando a proporção de cada grupo social na população da Unidade Federativa em consideração. Em segundo lugar, estabelecer uma válvula no Projeto que faça referência ao mérito acadêmico, para que a instituição, numa situação específica de um curso específico, possa se adaptar caso perceba qualquer dificuldade em fazer a progressão estabelecida na lei. Esse é o nosso objetivo.

Eu termino essa primeira fala cumprimentando o Senado por essa iniciativa e fazendo um apelo para que nós não tornemos essa questão uma questão que opõe dois grupos políticos. Porque não é verdade que as pessoas que estão vindo a público se manifestar e trazer preocupações estejam fazendo isso por não reconhecer uma dificuldade da população negra do País e do aluno da escola pública, ou por não reconhecer

o passado escravista que tivemos e que impôs a esta comunidade toda uma sorte de dificuldades. Não é disso que se trata. O que se trata de estabelecer é o caminho de resgate da idéia de educação pública, de acesso universal em condições de igualdade, de mérito acadêmico, mas numa configuração, numa formação nova e que pode trazer benefícios não só para a sociedade, mas também para a universidade, que se torna mais plural, que se torna mais aberta, que se torna mais sensível aos problemas que afligem a maioria do povo brasileiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Acabamos de ouvir a explanação do Sr. Ministro de Estado da Educação, do MEC, Sr. Fernando Haddad. Ouviremos agora a Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (soa a campainha), SEPIIR, Sra. Matilde Ribeiro, Exm^a. Matilde Ribeiro. Com a palavra. Por favor.

SRA. MINISTRA MATILDE RIBEIRO – Muito bom dia a todas as pessoas aqui presentes. É de extrema importância essa iniciativa tomada pelo Senador Paulo Paim, em nome de quem eu cumprimento todos os Parlamentares presentes e também agradeço aqui a acolhida do Senador Wellington e também do Senador Augusto Botelho, os dois responsáveis aqui por esta Comissão.

É a segunda vez neste ano que nós nos fazemos presentes aqui no Congresso, eu e o Ministro Haddad, que tem também sido bastante demandado para este debate sobre as ações afirmativas e as perspectivas do MEC neste momento que nós estamos vivendo. O primeiro momento foi no dia 25 de abril, que o debate privilegiou a presença na Câmara dos Deputados, e aqui estamos no Senado, com presença de Deputados, Senadores, militantes do movimento social, gestores, pessoas que estão aí, Cientistas, Pesquisadores, pessoas que estão aí acompanhando este processo de debate que, concordando com o meu colega Haddad, eu considero extremamente importante e significativo. Nunca debatemos de forma institucional, de maneira tão intensa este tema. Portanto, podemos dizer que estamos em processo não apenas de amadurecimento, mas também de intercâmbio de idéias, e entendo que é isso que faz com que as coisas avancem na nossa sociedade, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista institucional.

E os dois Projetos de Lei que encontram-se em trâmite nesta Casa, no Congresso, que dizem respeito a essa matéria que estamos tratando aqui, o seu teor não se trata de temas novos na sociedade. Nós estamos falando de temas que são constituintes e estruturantes da nossa sociedade, a considerar o nosso

passado que, uma boa parte dele, não temos motivo para nos agulhar. Nós falamos de uma sociedade que se fez valer por quatro séculos de escravidão. E a escravidão, já fizemos nossos consensos institucionais sobre ela, a própria Conferência de Durban, que foi realizada em 2001, na África do Sul, foi um momento em que se debateu, e muito, o significado da escravidão e da desumanização de seres humanos no mundo, não apenas no Brasil e um dos produtos da declaração daquela conferência foi o entendimento de que a escravidão é um crime contra a humanidade. E o Brasil passou por quatro séculos de aplicação deste crime, portanto, e vivemos há menos de 120 anos, em que foi feita a abolição da escravidão e, eu diria, uma abolição inconclusa, porque nós ainda estamos falando de uma situação numa sociedade em que as pessoas são ainda julgadas pela cor da sua pele, pelo seu pertencimento a grupo social e, reafirmando, concordando com um dos aspectos do debate público, a raça é humana, e nós temos diferenças de grupos raciais e vivemos, sem dúvida, uma situação em que a discriminação racial soma-se à discriminação social e, sem dúvida, no Brasil é difícil separar uma coisa da outra.

Trata-se, portanto, de um debate muito antigo e que quando esta atual gestão do Governo brasileiro assimila as perspectivas construídas historicamente por amplos setores da sociedade civil que colocam a necessidade da aplicação de ações afirmativas, nós consideramos estar em consonância com um desejo, com um anseio de construção de justiça social e racial e de reparação, a partir das políticas públicas, de dívida histórica, considerando o que já foi mencionado aqui, o resultado de uma escravidão que durou por mais de quatro séculos.

Este debate, bastante saudável, ele se dá num momento em que muitas organizações da Administração Pública brasileira se manifestam no sentido de aplicar políticas de ações afirmativas que podemos denominar por tantos outros adjetivos, mas que, no seu intuito, tem não apenas a intenção, mas a proposição de diminuir, de maneira num processo a ser construído, visando à superação das desigualdades raciais no nosso País.

E eu poderia aqui colocar alguns exemplos, de maneira muito rápida, porque eles podem ser importantes para o nosso debate na continuidade desse trabalho durante o dia, quando falo que diversas organizações, diversas instituições e, principalmente, as Administrações Públicas no Brasil têm se voltado ao atendimento a essa questão histórica, estou falando de exemplos concretos, nós temos, vinculado à estrutura da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, um Fórum, criado em 2003, de-

nominado Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial. Este Fórum é um espaço de trabalho conjunto a partir de uma articulação de ações entre o Governo Federal, Governos Estaduais e Governos Municipais e, assim que foi criado, nós passamos a dialogar com as duas outras instâncias da administração pública convidando-as a fazer parte, a aderirem ao Fórum, não é por lei, e sim por opção, a aderirem a este Fórum e dar continuidade, numa relação entre as três instâncias, às políticas de ações afirmativas. Nós iniciamos, em 2003, com 36 administrações, somando estaduais e municipais, este Fórum. E hoje, 2006, nós chegamos a 480 localidades aderindo a este Fórum, sendo elas 23 Governos Estaduais e 460 Governos Municipais e, entre estes, cerca de 200 com criação de estruturas similares à SEPPIR, que é um espaço criado no Governo Federal, pela primeira vez na história do Brasil, em 2003.

Cito esses números para dizer que tem sido crescente a adesão de Prefeitos, Governadores, gestores, Prefeitas, Governadoras, gestoras a esta proposição, que leva a termos o reconhecimento da estrutura de Governos, começando pelo Governo Federal, com a criação da SEPPIR, de que o racismo existe no nosso País e que é papel dos Governos contribuírem, não exclusivamente, porque não somos as únicas instituições responsáveis pela orquestração do bem-estar social no País, mas eu diria que somos, os Governos são uma das principais instituições, a partir do reconhecimento então do racismo, contribuir para a sua superação.

E, na sequência, citarei três exemplos que, entendendo, fazem parte deste debate, desta orquestração de idéias e ações que estamos vivendo. O Ministério das Relações Exteriores, antes mesmo desta gestão, em 2002, logo após a Conferência de Durban, lançou um programa, que está ainda em andamento e que consideramos extremamente significativo para a mudança da nossa Diplomacia, da nossa vida no campo internacional, que é o programa de bolsa-prêmio para a inserção de jovens afros-descendentes na carreira diplomática no Brasil. Isso é uma ação que tem sido considerada extremamente importante, uma vez que a diplomacia brasileira deve ser composta por todos os representantes dos diversos grupos raciais que fazem parte do nosso País. E tem sido inclusive, esta ação, comemorada e parabenizada pelo conjunto dos Países que se relacionam com o Brasil, sobretudo, os Países africanos, e isso foi demarcado, mais uma vez, neste mês de julho, em Salvador, na II Conferência de Intelectuais Africanos e da Diáspora, um momento de aprofundamento da relação do Brasil com o Continente africano, considerando a prioridade que está sendo

dada à aproximação com o Continente africano nesta nossa gestão.

Na sequência, um outro exemplo, fazendo coro com o que já foi dito pelo Ministro Haddad, o PROUNI, uma das experiências mais exitosas desta gestão, tem como princípio as ações afirmativas e o reforço às universidades particulares do País a trabalharem numa perspectiva de educação inclusiva, já propiciando a inserção de mais de 200 mil alunos oriundos das escolas públicas, assim como fazemos a relação com as universidades públicas, e, entre eles, o reconhecimento da presença dos afros-descendentes e dos indígenas em cada Unidade da Federação. Nesses tantos, mais de 200, já podemos constatar a inserção de mais de 60 mil afros-descendentes e mais de dois mil indígenas.

Um outro exemplo, em um outro campo, que considero também bastante importante, no campo das relações de trabalho, é um plano denominado Plano Trabalho Doméstico Cidadão, que é uma relação com o Ministério do Trabalho e Emprego, que considera a categoria dos empregados domésticos, sendo esta a maior categoria profissional do Brasil, cerca de oito milhões de pessoas, este plano, prevendo a elevação de escolaridade, o monitoramento da legislação e garantia de direitos, e o acesso à cidadania para os empregados domésticos, que é importante destacar, uma categoria da maior importância para a nossa vida política no Brasil, a mais numérica, e que é composta por 95% de mulheres e, entre estas, 57% de mulheres negras e, justamente por isso, a prioridade para este programa.

Somando a essas ações, coordenando essas ações, é importante também destacar a criação de estruturas dentro da vida do Governo Federal, SEPPIR, que já foi aqui identificada, Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, do nosso ponto de vista é importantíssimo para a garantia da democracia no País, uma vez que acreditamos que não existe democracia com racismo e com desigualdades profundas, como as de gênero, as de orientação sexual e tantas outras que poderíamos citar, mas quero ter o foco aqui na desigualdade racial, esta Secretaria coordenando estas ações mencionadas com os diversos órgãos de Governo responsáveis pelas políticas tradicionais.

Dentro do MEC, um exemplo importantíssimo. Aqui inclusive, representado aqui pelo seu Secretário, o Ricardo Henriques, a SECAD, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, que é um dos espaços na estrutura do MEC que faz todo esse trabalho de fomentação e monitoramento das ações afirmativas. E um outro exemplo que é

quero citar, dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário, dentro da estrutura do INCRA, a criação da Coordenação para a Regularização Fundiária, enfatizando a importância da política voltada às comunidades remanescentes de quilombos, considerando este grupo social um dos mais carentes de ações do Poder Público brasileiro.

Com estas estruturas, são previstas as coordenações entre as políticas chamadas universalistas e as políticas de ações afirmativas, que são o foco aqui deste debate.

Creio que, desde as ações até a criação de estruturas, nós estamos não apenas sinalizando, mas estamos colocando em prática o conceito de ações afirmativas como sendo um caminho para encurtar as diferenças sócio-raciais do nosso País, tendo estas que serem encaminhadas pelos Governos, pelo Executivo, em consonância com os projetos e as ações do Legislativo e demais setores da sociedade.

E é com esta introdução, do ponto de vista Legislativo, que chego ao destaque dos dois Projetos de Lei que tramitam aqui nesta Casa de Leis Federal, destacando, mais uma vez, o Estatuto da Igualdade Racial e o Projeto 73/99, que prevê a reserva de vagas nas universidades públicas.

Concordando com o Ministro Haddad, esses dois projetos eles têm nuances, têm diferenças entre si, mas partem do mesmo princípio. E o princípio básico é o princípio da afirmação do papel de Governos e de instituições públicas de promover a igualdade racial, considerando o ponto de partida das desigualdades sociais no nosso País, tendo a questão racial como centro dessas desigualdades, como já foi também anunciado, do ponto de vista teórico, por vários dos nossos respeitadíssimos estudiosos, como Florestan Fernandes, Octávio Ianni e tantos outros.

Esta consideração de que no Brasil as desigualdades sociais têm como centro a nossa história de exclusão racial ela é fundamental para nós tendermos este debate que está em curso e sairmos desta conjunção de “quem nasceu primeiro o ovo ou a galinha”, se a questão é social ou racial, ou se há grandes distâncias entre essas questões.

Nós partimos do princípio de que toda e qualquer desigualdade tem que ser atendida por Governos e superada por Governos, em consonância com a sociedade civil, em consonância com a Nação brasileira e em consonância com a nossa agenda internacional.

Justamente por isso, as ações afirmativas podem não ser o fim de tudo, podem não ser o único caminho para se resolver essas disparidades, essas desigualdades raciais, mas nós entendemos como um caminho possível e que, no seu desenvolvimento, nós

podemos encontrar respostas a questões seculares que não nos cabe exatamente ter o cardápio pronto antes das experiências acontecerem. E é justamente por isso que valorizamos como de extrema importância as experiências que estão em curso no campo das universidades públicas, cerca de trinta experiências, cada uma partindo de condições diferentes e de formas diferentes, mantendo os mesmos princípios e algumas com maturidade de mais de quatro anos de debate, como foi a experiência aqui da UnB, da Universidade de Brasília, esta eu tive a oportunidade de acompanhar vários dos momentos decisivos e, principalmente, o momento em que foi aprovada a proposta que passou a vigorar a partir de 2004.

Todos os elementos colocados, seja na experiência da Universidade de Brasília e das outras que estão em curso pelo Brasil afora, partem do princípio de que as políticas de ações afirmativas e tendo como centro a reserva de vagas para alunos oriundos das escolas públicas, considerando o percentual de negros e indígenas em cada Unidade da Federação, tem em si um olhar para a realidade atual, considerando o nosso processo histórico e valorizando a importância da superação das desigualdades sócio-raciais. Como já foi dito, nenhuma das experiências levou o sistema educativo público do Brasil à falência, muito pelo contrário, todas as experiências reafirmam nesse ineditismo a importância do princípio da educação inclusiva e apontam também as necessidades de aprimoramento desse sistema.

Nós viveremos aqui em Brasília, nos próximos dias 20 e 21 de agosto, um debate, estamos programando um seminário em conjunto, o Governo brasileiro, representado pela SEPPIR e pelo MEC, junto com a UnB, como uma universidade em representação às demais, nós estaremos fazendo um seminário tendo como principais participantes os Reitores e Reitoras, justamente para fazer uma nova rodada de avaliação dos significados dos achados, das descobertas e das necessidades de aprimoramento desse sistema de ações afirmativas que está em curso. Justamente porque nós temos bastante segurança do ponto de partida, que é a educação inclusiva, e sabemos que todo o processo de implementação de novas experiências deve passar por avaliações e por aprimoramentos.

E nesse sentido, quero destacar a importância de que o debate que está em curso e a prática que está em curso não devem ter como ponto de partida o sim e o não como se nós vivêssemos simplesmente uma dicotomia de dois olhares excludentes para essas experiências que estão em curso, e sim a necessidade de nós aprimorarmos a política pública brasileira, considerando a necessária transversalidade dessas

políticas públicas e, no que diz respeito à educação brasileira, a inclusão de grupos que não tiveram oportunidade, ao longo da história, de se fazer presente de maneira efetiva, seja nas universidades, seja nos outros níveis de ensino.

E justamente por isso, não consideramos uma dicotomia entre as cotas sociais e as cotas raciais, e sim uma somatória entre elas a considerar o nosso processo de construção da nossa sociedade.

E, por fim, creio que vale a pena nós analisarmos o significado do que estamos vivendo, que é a geração de oportunidades, a geração de caminhos em que nós possamos encurtar as nossas distâncias. O exemplo citado pelo Ministro Haddad, quando pegou, hipoteticamente, dois tipos de alunos, um, vinculado a uma família bem estruturada, do ponto de vista econômico-social, e um outro, a uma família pobre, que não tem acesso e, dentro desse exemplo nós podemos analisar de que entre os pobres no Brasil, já sabido por nós, através de todos os índices de pesquisa que nós podemos ter, de todos os resultados de pesquisa, desde o IBGE até todos os nossos bancos de dados e pesquisa, está comprovado que entre os pobres, os mais pobres são os negros e os indígenas e, eu poderia dizer também, os ciganos, que é um grupo que tem componente mais cultural do que racial no nosso País, somam 600 mil pessoas, dados ainda imprecisos, mas estamos em contato com este grupo através da ação da SEPPIR e também da sua presença no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Então, há um foco de maior pobreza entre os pobres e poderíamos também considerar a pobreza, somando-se às desigualdades raciais e de gênero, afetando ainda mais as mulheres negras, as mulheres indígenas.

Enfim, dentro deste quadro de extrema pobreza, nós não podemos simplesmente cruzar os braços e dizer que a universidade é democrática. Nós temos, sim, que criar caminhos para a inclusão e, falando um pouquinho mais do Estatuto da Igualdade Racial, que ele avança além de educação e finalizo com ele, porque nós entendemos que o Projeto de Lei que prevê a implementação do Estatuto da Igualdade Racial ele é um potente instrumento que soma-se à nossa Constituição brasileira, se fomos considerar que um dos principais itens da nossa Constituição coloca que todos somos iguais, independente de credo, raça, sexo, idade, orientação sexual e tantas outras formas de ser e estar no mundo, que acaba nos levando à desigualdade, justamente pelo destrato das nossas diferenças. As diferenças, em geral, são transformadas em desigualdades, justamente pela ausência de políticas que façam, que promovam a igualdade entre todos. E o estatuto, entendemos que ele soma-se à Constitui-

ção, justamente porque, a partir da afirmação, como está aqui prevista nos vários artigos preliminares que justificam a importância desse estatuto, a partir da consideração que existe desigualdade racial, é preciso ter um instrumento que soma-se à nossa Constituição para promover esta igualdade, encurtando os caminhos e as distâncias. E o Estatuto da Igualdade Racial, já em trâmite aqui nesta Casa por quase 10 anos, já vai completar praticamente uma década, ele prevê as ações afirmativas em todas as áreas da política pública brasileira, sobretudo, essas áreas que são consideradas como urgentes para a implementação de políticas de inclusão social. E justamente, embora sejam duas peças diferentes, o mesmo princípio traz o conteúdo dessas duas peças, que afirma o que já foi dito aqui por mim e pelo Ministro Haddad, eu tem sido dito de maneira repetida nesta Casa por uma década, que é a necessidade de termos contundência nas ações de Governo para a promoção da justiça e da igualdade, considerando sermos uma Nação democrática.

E nesse sentido, então, como disse que iria terminar ressaltando a importância de construirmos oportunidades e caminhos, eu reafirmo que os exemplos citados aqui, eles são situações emblemáticas num estágio de afirmação de novas conduções para a política pública brasileira, que tem sido tocada não apenas pela SEPPIR, mas por vários órgãos do Governo Federal e também vários órgãos estaduais e municipais, em consonância com a necessidade do debate público e de vinculação entre a ação do Executivo, Legislativo e o pensamento teórico que faz com que a sociedade passe a se repensar e mudar as suas posturas. E uma boa oportunidade de mudança de posturas em nossa sociedade é nós considerarmos que a somatória das nossas responsabilidades podem e devem fazer com que as oportunidades sejam efetivamente geradas para todos e que o serviço público brasileiro possa estar efetivamente contribuindo para ter uma democracia um pouco mais conclusiva, uma vez que, reafirmo, não acreditamos em democracia com racismo e com desigualdades estruturais. Esta é a nossa compreensão, e é com esta compreensão que estamos desenvolvendo os programas de ação afirmativa através da SEPPIR e na relação com os vários órgãos e instrumentos sociais para a mudança no nosso País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Acabamos de ouvir a explanação da Exm^a. Sr^a. Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, SEPPIR. Exm^a. Ministra Matilde Ribeiro.

A Comissão gostaria de anunciar a presença do Deputado Luiz Alberto, do PT da Bahia, do Deputado

Reginaldo Germano, do PP da Bahia, e o Deputado Vicentinho, do PT de São Paulo.

Antes de passar a palavra ao autor do Requerimento, para que possa inaugurar as exposições, eu gostaria, Senador Paim, de ler o final de vosso Requerimento, que foi aprovado por esta Comissão, onde os três últimos parágrafos, onde o Senador Paulo Paim coloca: “Temos nesse imenso Brasil realidades distintas que merecem avaliações detalhadas e adaptadas à sua especificidade para que possamos melhor e mais justamente buscar solução e remédio para esta ferida do social que é o racismo velado e silencioso, mas, pujante em nosso meio. Notadamente, existem temas que, não obstante estarem inseridos no contexto geral, merecem ser debatidos com maior ênfase, falamos das ações afirmativas. Em face da envergadura do assunto e do forte clamor popular para que o Congresso Nacional esgote e defina as questões supra, é que conclamo pela aprovação do presente Requerimento, com vista à efetiva realização da Audiência Pública ora pleiteada”. Foi assim que nós aprovamos. Com a palavra o Senador Paulo Paim.

Desculpe, Senador, só um minuto. Nós teremos, para conduzir melhor, cinco minutos, cinco minutos, três minutos e três minutos. Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão de Educação, ao cumprimentar V.Ex^ª, eu quero também cumprimentar o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Cristovam Buarque, e também o Senador Antônio Carlos Valadares, que preside a Comissão de Assuntos Sociais, pois as três Comissões é que trabalharam para que esse momento, para mim histórico aqui no Senado, viesse a acontecer e pudéssemos então fazer esse bom debate. Cumprimentar, sem sombra de dúvida, o Ministro Fernando Haddad pela sua disposição, de pronto, quando convidado foi a resposta quase na mesma hora e no mesmo dia da Ministra Matilde Ribeiro, mostrando que ambos têm compromisso efetivamente com este tema. Nós chegamos a levantar a possibilidade de outros Ministros, mas eu disse para a Ministra Matilde e vou repetir aqui que, para mim, o fundamental eram esses dois Ministros. Já que o tema, nós todos sabemos, das ações afirmativas passa muito pelo Ministério da Educação e, naturalmente, no seu conjunto, pelo Ministério coordenado, dirigido pela Ministra Matilde.

Então eu estou satisfeitiíssimo da forma como o Governo, atendendo ao convite, encaminha a esta Casa, de pronto, a presença nesse debate da Ministra e do Ministro. Dizer também que, por questão de justiça, eu quero lembra aqui a figura da Deputada Nice

Lobão, que o PL 73, de autoria dela, incorpora a proposta do Executivo, é transformada num substitutivo e é colocado então em votação na Casa. E também por uma questão de justiça, eu quero aqui falar do Deputado Reginaldo Germano. Ele foi o Consultor do primeiro substitutivo. Eu quero dizer que o Estatuto da Igualdade Racial ele está em debate na sociedade e na Casa há cerca de 10 anos. Porque, mesmo antes de você apresentar a primeira proposta, que eu tive, eu diria, a felicidade de apresentar, ele foi fruto de um amplo debate, e uma Comissão da Câmara dos Deputados, e está aqui o Luiz Alberto que participou, nós viajamos praticamente todas as regiões do País para construir o primeiro substitutivo. E esse estatuto eu quero também, por questão de justiça, dizer, Ministro Fernando Haddad, o que está aqui de políticas de cotas, questão de justiça, eu gosto de buscar a história, é de autoria do ex-Presidente da República e Senador, José Sarney. Ele aprova, por unanimidade, aqui no Senado, eu estava ainda na Câmara dos Deputados, o que ele aprova nós introduzimos na íntegra no estatuto, que já estava em debate lá na Câmara. E por que é que eu digo isso? (soa a campainha) E vou mais além, e já vou concluir essa primeira fala, os Relatores aqui no Senado foram Roseana Sarney, César Borges e, o último substitutivo, Rodolpho Tourinho.

E por que é que falo isso? Para mostrar que esse debate não é ideológico, não é um debate do PFL contra o PSDB, ou do PSDB contra o PT, ou do PT contra vice ou versa. Não tem nada disso. É o debate pela causa da inclusão daqueles, que a Ministra e o Ministro colocaram muito bem, foram marginalizados, e os dados e as pesquisas estão aí. Então o estatuto, na verdade, o que é que ele é? É um conjunto de ações afirmativas, que estão sintetizadas nesse documento que, já está escrito aqui, é o terceiro substitutivo. Não é o primeiro. A versão original ficou lá atrás. Eu me lembro do Estatuto do Idoso, também de nossa autoria, quando eu apresentei, ele tinha 30 artigos e ele termina com 119 artigos.

Então, primeiro, quando eu falo isso, é dizer que isso é uma obra da sociedade. Imperfeita? Claro que é imperfeita. Me digam uma lei perfeita. Nenhuma. Não existe lei perfeita. Para mim, às vezes eu digo, a lei é boa quando é aprovada. Mas não perfeita. Ela pode sempre ser melhorada.

E é nesse sentido que eu quero, concluindo essa minha fala, cumprimentar inclusive os companheiros que estão aqui, que vão falar à tarde, mesmo aqueles que têm uma posição totalmente favorável ao estatuto e aqueles que têm uma visão de discordância com o estatuto, ou mesmo com o PL 73. Ambos, falarão quatro a favor, em tese, porque nós estamos aqui para

construir alternativas, quatro a favor e quatro contra. Mas eu acho muito bom. E no momento que eu os convidei, os oito, todos os oito, de pronto, se botaram inteiramente à disposição a participar desse debate. Isto é muito bom. Quem ganha com isso é a sociedade brasileira.

Eu estou convicto, meu Senador, Presidente, Wellington, que no fim desses debates nós haveremos de construir uma peça não perfeita, repito, mas bem melhor do que essa que está aqui. Porque eu entendo que é assim. É fruto de um debate que nós vamos avançando. E em nenhum momento aqueles que construíram esse último substitutivo, e aqui é essa a pergunta que vou deixar, nós achávamos que estava tudo certinho, bonitinho? Não. Claro que aqui nós tratamos da terra dos remanescentes dos quilombos. Por que não? E uma obra principalmente sua, Luiz Alberto, é o seu projeto, praticamente, que está aqui dentro e foi incorporado. Em nenhum momento a gente precisava dizer isso, mas faço por uma questão de justiça.

Aqui nós tratamos de ouvidoria, enfim, a Ministra colocou muito bem, das ações afirmativas, num instrumento legal. Nós temos hoje no País, sem medo de errar, eu acho que uns dez, doze, treze, quatorze, quinze estatutos. E nenhum é questionado. Mas, quando eu falo de um estatuto, e já transformados em lei, poderia citar aqui uma dúzia, desde o da microempresa ao da cidade, e em debate está aqui inclusive o Estatuto do Índio e tantos outros, do idoso, da pessoa com deficiência, agora recentemente a apresentação do estatuto... O Senador Valadares está apresentando da questão dos produtores rurais, enfim, avançamos muito.

E eu acho que nós, entre o Estatuto da Igualdade Racial e o PL 73, e é essa a pergunta que eu faço e concluo, agradecendo a todos, em primeiro lugar ao Governo que, de pronto, atendeu o chamado das três Comissões e, em segundo lugar, à Ministra e ao Ministro e àqueles que vão falar à tarde, que estão abertos a esse debate para construirmos o que for melhor para o País.

E concluo, Ministra, colocando que fique bem claro a sociedade. Mesmo a visão que foi para a Câmara dos Deputados foi fruto de um amplo acordo entre o Governo e todos os setores do Congresso Nacional. Situação e oposição. Foi unanimidade a votação nesta Casa. E por quê? Porque nós construímos um amplo acordo, claro, sem prejuízo de continuar o debate na Câmara. Todos os Ministérios do Governo foram convocados na oportunidade, a Ministra Matilde acompanhou diretamente, deram a sua opinião sobre esse texto final, que foi encaminhado para a Câmara, e numa reunião conjunta inclusive de Senadores e Deputados. Então, foi unanimidade.

Nós esperamos, porque o debate vai avançar naturalmente na Câmara dos Deputados, que a gente avance o necessário. A posição do Governo, no meu entendimento, eu conheço. Expressado já diversas vezes pela Ministra Matilde, porque participou ativamente do acordo, como participou a Casa Civil, e como participaram representantes de todos os Ministérios, numa reunião que nós aqui estávamos presentes inclusive, na época, no meu Gabinete. Acho que avançamos, quando vejo a disposição do Governo e nossa também, de todos os setores que estão aqui representados, de modificarmos aquilo que for necessário, que for o melhor para o País e para o combate à exclusão e à discriminação e, principalmente, à situação do povo negro, na Câmara dos Deputados.

A pergunta que eu faço, sem sombra de dúvida, eu sou muito objetivo na hora de concluir. Outro dia, eu dizia o seguinte: Mesmo no debate da política de cotas, nós vamos ter que chegar num entendimento. Na verdade, são duas políticas de cotas com o mesmo objetivo. A pergunta que eu faço: Se o estatuto é uma síntese, no meu entendimento, de políticas afirmativas que pode ser melhorado, não seria mais adequado então nós pegarmos o PL 73 e, mediante um amplo acordo, se possível, naturalmente, fazer somente uma redação. Por que é que vamos aprovar uma redação da política de cotas no estatuto e outra redação da política de cotas no PL 73? É aquilo que o meu líder aqui, o Senador Wellington Salgado me dizia: “Paim, o teu PL que fala de um percentual de cota na universidade particular para os pobres, indiretamente, está contemplado, ou diretamente, no PROUNI. Então, vamos ter que fazer uma fusão, que se faça uma Emenda no Projeto do PROUNI, mas não há necessidade de aprovar um outro projeto”. E V.Ex^ª. me sensibiliza com esse argumento de não ter duas leis que tratem do mesmo tema.

Então, a pergunta que eu faço aos dois Ministros é se acham que é possível construirmos um amplo entendimento, porque o que pegou na sociedade, digamos, o amplo debatido é contra ou a favor da política de cotas. Eu acho que o estatuto é muito maior do que isso. O estatuto não é só política de cotas, ele vai muito mais além do que a política de cotas. Mas pegando o tema específico do PL 73 e do Estatuto da Igualdade Racial, se acham que é possível nós caminharmos, como fizemos no projeto, na época aprovado no Senado, por unanimidade, do ex-Presidente Sarney, incluído dentro do estatuto termos somente uma proposta de política de cota. Seja qual for. Mas caminharmos nesse sentido. No mais, é agradecer a todos por esta oportunidade, porque eu acho que é um grande momento, ruim é não discutir, ruim é dar a entender que

não existe preconceito e não existe racismo, quando nós sabemos que isso é uma realidade no País e nós, brancos e negros, temos obrigação de combater o preconceito e o racismo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Senador Paulo Paim. Aqui nós temos, como todos falam e depois fala ao final, aí eu queria ver como a Comissão prefere. Porque eu gosto mais do debate da emoção de “toma lá, dá cá”, mas como a Comissão decidir, e nós aqui sempre decidimos por voto, o que achar melhor, se todos falam e ao final do debate respondem. Acho melhor assim, não é, Paim?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Eu acho que deveríamos consultar os Ministros se eles se sentem confortáveis em responderem agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito bem colocado, Senador.

Então, vamos, imediatamente, já que estamos na questão das cotas, vamos começar não pelo Fernando Haddad, mas pela Ministra Matilde, para mostrar que cada um primeiro de cada vez.

Desculpe, Ministra. Queria anunciar a presença do Marcos Terena, Coordenador do Comitê Geral Intertribal, e também do ex-Senador Eurípedes Camargo, presentes a esta Comissão. Por favor, Ministra.

SRA. MINISTRA MATILDE RIBEIRO – Creio que a exposição aqui feita aqui pelo Senador Paim e até a motivação para este debate ela acrescenta em muito ao que foi dito por mim, creio que também pelo Ministro Haddad, e um aspecto central que eu quero destacar é que só é válido efetivamente estarmos aqui pela nossa disposição para o diálogo. Nenhuma das ações que são implementadas como inovadoras por qualquer Governo, por si só, elas podem ser vistas como finalizadas. Porque já sabemos, como falamos popularmente, a teoria na prática é outra. E muitas vezes, quando elaboramos um Projeto, um programa, por mais que façamos a discussão pública sobre, na hora da sua aplicabilidade nós vamos ver aspectos que precisam de ajustes, que precisam de novos diálogos e quero então aqui reafirmar o nosso posicionamento para o diálogo, que não é só meu, mas é também do Presidente Lula, que poucos dias atrás recebeu uma Comissão no período, no momento da abertura da CIAD, da II Conferência, já mencionada aqui por mim, de Intelectuais Africanos e da Diáspora, recebeu um grupo com representação de mais ou menos vinte pessoas de diversos setores da sociedade brasileira, inclusive o Deputado Luiz Alberto era ali um dos articuladores desta Comissão, deste grupo para tratar com o Presi-

dente Lula sobre este tema e, ao ouvir as exposições dos presentes naquele momento, o Presidente Lula reafirmou a importância desse debate e inclusive de estarmos aqui hoje, porque foi mencionado, naquele momento, a existência desta Audiência Pública.

E também, antes de entrar na questão diretamente colocada pelo Senador Paulo Paim, quero ressaltar, mais uma vez, a presença aqui do companheiro Marcos Terena, que eu pessoalmente o procurei para estar aqui, considerando a importância que temos neste momento de um diálogo não apenas entre os afrodescendentes e o debate sobre as cotas sociais sob o olhar da população negra, mas a considerar que o PL 73/99 envolve também os povos indígenas com toda a sua diversidade. São 220 grupos que compõem os povos indígenas no Brasil e o Marcos Terena participou conosco, na semana passada, de uma conferência, coordenada pela SEPPIR, uma Conferência Regional das Américas, que teve por missão fazer o balanço e levantar os desafios da implementação das políticas públicas e das políticas de ações afirmativas, tendo por base a declaração e o plano de ação de Durban, a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, que foi um dos instrumentos base para a criação da SEPPIR.

Então, agradeço ao atendimento ao convite por parte do Marcos Terena, e entendo que nós precisamos intensificar esse debate com os povos indígenas, uma vez que o PL faz menção a estes dois grupos raciais.

Senador Paulo Paim (soa a campainha), eu acho que a sua provocação é extremamente importante, não tenho aqui uma posição final, porque eu nunca pensei nesta junção como uma ação definitiva, como uma ação prática, mas, sim, sempre ressaltamos o que tem em comum entre os dois projetos. O princípio das ações afirmativas e o princípio da justiça social e racial. Eu creio que cada momento histórico espelha a possibilidade dos debates e dos acordos. E creio que, sem perder princípio, os dois Projetos de Lei, como tem o mesmo ponto de partida, mas eles também têm configurações diferentes em relação às matérias que tratam. Eu entendo que eles estão em consonância e acho que o debate poderá nos levar a pensar esta proposição feita. Agora, eu não tenho aqui um formato final, até porque, nas duas Casas, ambos estão em estágios diferentes. O PL, que volta-se ao estatuto, ele já foi aprovado nesta Casa e está em debate na Câmara. De maneira diferente, o PL 73/99 já passou pelo acordo de procedimentos na Câmara, está apto, diria assim, a ir a voto e, certamente, será submetido a esta Casa.

Então, os momentos de ambos são diferentes no trâmite, nas duas Casas, e eu creio que este debate

aqui poderá nos levar a uma Mesa de negociação em relação aos resultados das possibilidades que ambos apresentam e considero que o que é fundamental é que esse debate seja mais e mais aprofundado e que possamos levá-los a voto e ter a finalização deste momento, porque, após aprovada a lei, inicia-se um outro processo, que é a sua aplicabilidade e a sua dimensão inclusive orçamentária.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra agora o Exmº. Ministro Fernando Haddad.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD – Senador Paim, eu penso que a sua pergunta encerra duas questões. Não apenas uma, como pode parecer. E com todo o respeito que eu lhe devo e toda a consideração, eu penso que, cada vez mais, nós temos que ser mais objetivos e transparentes a respeito das nossas opiniões a respeito, até para que o debate chegue ao seu ponto final.

Do ponto de vista formal, nada impede que o Relator, na Câmara, do Estatuto da Igualdade, incorpore o relatório, por exemplo, do Deputado Abicalil, se houver acordo lá. Não há nenhum impedimento formal. E aí retornaria para o Senado com as alterações, justamente para validar ou não.

Mas eu penso que o mais importante da sua pergunta é aquilo que ela tem de substantivo, e não de formal. Quer dizer, qual a maneira de compatibilizar os dois projetos, uma vez que são diferentes. Um diz respeito exclusivamente à cota racial e o outro fala em reserva de vagas para alunos da escola pública. E eu quero manifestar, em nome do Ministério da Educação, o nosso posicionamento a respeito disso, até para fazer uma defesa do projeto que foi encaminhado pelo Executivo. Nós entendemos que os jovens brancos das escolas públicas têm, rigorosamente, os mesmos direitos dos jovens negros das escolas públicas.

Então, isso não é um detalhe, isso é algo inclusive que dialoga com alguns opositores de políticas de ação afirmativa, que inclusive reiteram a preocupação de assegurar direitos a jovens de escola pública que não se declarem, ou porque não são ou porque não querem se auto-declarar afro-descendentes.

Então, eu penso que essa manifestação é importante nesse momento, porque ela não é demarcatória com o Estatuto da Igualdade Racial, mas é importante levar ao conhecimento da opinião pública que há, digamos, três possibilidades, e não apenas duas, como às vezes se quer fazer entender. Uma possibilidade que é recusar qualquer política afirmativa, a segunda possibilidade de uma política afirmativa exclusivamente voltada para afro-descendentes e indígenas e uma terceira possibilidade que, eu confesso ao senhor,

me parece a mais adequada nas condições sociais e históricas do Brasil, que é o reforço da escola pública garantindo direitos iguais para afro-descendentes e indígenas e àqueles que ou não são ou não se declaram afro-descendentes ou indígenas. Ou seja, direitos, se pudéssemos fazer uma frase resumo e até simplificada do problema, de que brancos de escolas públicas tenham os mesmos direitos que negros de escolas públicas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ouvimos a posição do Ministro da Educação, Fernando Haddad, e a Comissão queria anunciar a presença do Deputado Estadual Valmir Assunção, do PT da Bahia também. Pela ordem de inscrição... Desculpe, Senador Paim. Com a palavra o Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Inclusive eu não vou fazer réplica. Eu só quero dizer que foi muito bom ouvir a opinião clara de ambos, o Plenário entendeu, o Ministro foi muito direto na sua opinião e posição, e isso acho que está aberto ao debate.

Então, eu vou deixar que os outros Senadores... E vou fazer um apelo a V.Exª, Sr. Presidente. Os Deputados que estão aqui presentes, como é que eu diria? Apaixonados por essa causa. E eles estão trabalhando com esse tema lá na Câmara dos Deputados. Como foi dito aqui, nada impede que haja até mesmo uma fusão, se essa for a vontade do conjunto da sociedade, do PL 73 e do Estatuto da Igualdade Racial. Eu acho que seria um contra-senso se nós botássemos como se o PL 73 e o Estatuto da Igualdade Racial fossem, corressem em posição opostas, porque ninguém está dizendo isso, é de encontro, e é esse o nosso objetivo, que, se eles puderem, como já temos feito em algumas Audiências Públicas, pudessem dar a sua opinião num tempo de dois ou três minutos, e eu encerro por aqui. Foi esse o apelo que fiz a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Paulo Paim, V.Exª. me coloca numa situação de um “Presidente jovem assumindo o final do mandato”, e não tenho como negar uma posição de um homem tão experiente e de um assunto que eu tenho certeza que é o assunto da vida de V.Exª. Então, com certeza, consultando a Assessoria, a Assessoria me falou que, como é um momento de debate, poderíamos abrir uma exceção nesse caso e, como é um pedido de V.Exª., tenho certeza que terei o apoio, porque sem o apoio de demais Senadores eu fico muito desprotegido, então, se os Senadores concordarem, nós abriremos um espaço para que os Deputados, inclusive o Deputado Vicentinho já tinha colocado o interesse, após os Senadores, colocarem durante um pequeno espaço. Claro

que se os debatedores concordarem. Então, ouviremos agora... Tem mais alguma coisa a acrescentar? Mais nada, Senador Paim? Exm^o. Sr. Senador Geraldo Mesquita, a palavra está com V.Ex^a.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Caro amigo Presidente, Senador Wellington, Sr. Ministro Fernando Haddad, Sr^a. Ministra Matilde, caros colegas Senadores e Deputados aqui presentes, a todos aqueles que assistem e participam desta audiência, essa última proposta do Senador Paim reforça na minha cabeça a consideração que eu vinha fazendo de que há temas, há assuntos, há causas acerca das quais devemos dar um tratamento diferenciado, sabe Paim? Devemos ter pressa. Achei interessante, e creio que, se é que entendi bem, o Ministro Fernando Haddad, em certa altura da sua fala, mencionou o fato de que nessa área melhor será fazermos talvez corrigindo, talvez aperfeiçoando, do que nos alongarmos na discussão, na elucubração, e postergarmos ações que devem ser implementadas com a maior urgência.

Essa audiência é de fundamental importância, provocada pela ação do Senador Paulo Paim e, por sinal, a ação do Senador Paulo Paim me lembra muito, me traz à lembrança a imagem das mães da Praça de Maio lá da Argentina. Elas ali, de forma disciplinada, persistente, não deixam que o povo argentino esqueça um fato traumático, grotesco e violento ocorrido naquela Pátria, sabe Paim? E você talvez aqui seja a “mãe-líder da nossa Praça de Maio”, juntamente com companheiros seus, companheiras que militam com você nessa área para que o povo brasileiro não esqueça jamais de que na nossa história houve um momento em que os nossos colonizadores, e aí sim, não se ocupar em discutir o que fazer, fizeram, dizimaram a nossa população indígena, não dizimaram a nossa população negra, porque os negros tiveram talvez uma capacidade maior de resistência, e estão aí hoje em maior volume, em maior quantidade, presente na sociedade brasileira, o que ocorre em muito menor proporção com a nossa população indígena, que praticamente foi dizimada. Mas eu tive aqui uma...

Essa audiência para mim valeu, sobretudo, por uma informação que a Ministra Matilde nos trouxe, que não tinha conhecimento, confesso, de ações desenvolvidas no âmbito do Itamaraty. Achei fantástico. Porque nós, do ponto de vista da diplomacia, nós freqüentamos e visitamos a África com cara de lorde inglês. E, para mim, o Itamaraty sempre teve como (soa a campainha) modelo de profissional, talvez o lorde inglês. “Olha, vocês têm que ser a exemplo daquilo ali”.

Então, a ação que V.Ex^a. trouxe ao nosso conhecimento, de que no âmbito do Itamaraty, ou seja, no âmbito do Governo, nessa área, se promove ação

no sentido de introduzir, dar oportunidade a que afrodescendentes, como V.Ex^a. se referiu, tenham oportunidade de compor o nosso Itamaraty, o nosso corpo diplomático, que deve ir para o mundo, deve ir para a África, deve ir para o mundo com a cara de caboclo que nós somos. De caboclo que nós somos, entendeu, Senador Wellington?

Eu, para finalizar, gostaria de reforçar esse ponto, que eu acho fundamental. Esse é o tipo de assunto, é o tipo do tema, é o tipo da causa que nós não podemos perder tempo. Eu estava vendo aqui alguns aspectos aqui do texto do estatuto que propõe o Paim, a orientação de aproveitarmos, respeitada a qualificação, a capacidade, abriremos espaço... Aqui nos nossos Gabinetes no Senado, Senador Wellington, como é a composição dos nossos Gabinetes. Sabe Paim? Eu aqui dou a mão à palmatória. Afora eu, que sou caboclo, não tem um, uma Assessora, um Assessor, entendeu Paim? Dou minha mão à palmatória e vou rever isso aí. Eu acho que esse é um tema que, mais do que discussão, precisa de ação, Sabe, Senador Wellington? Precisa de ação. Nós precisamos a todo tempo, provocados assim pela ação do Paim, pela ação de vocês, da Ministra Matilde, do Ministro Fernando, de todos que estão preocupados com esse assunto, precisamos aos pouquinhos ir provocando ações práticas, para conciliarmos com as nossas discussões, não ficarmos só na discussão, sabe Paim? Eu vou rever, estou dando aqui a mão à palmatória, vou rever esse assunto o meu Gabinete, para que a composição dele passe a contemplar profissionais capacitados, negros e negras, para que a gente possa dar a nossa mínima, mínima, mínima contribuição. Mas fazendo, fazendo e avançando, porque eu acho que esse tema nós não podemos parar muito tempo na discussão. Temos que discutir, sim, sempre. Lembrando inclusive, não esquecemos jamais o que a história nos mostra e nos relata de forma dramática. Agora, precisamos ocupar isso com ação concreta e concito inclusive os companheiros aqui do Senado que tomem a mesma atitude. Porque isso seria, eu acho que seria um fato muito importante. Ajudaria sobremodo a discussão desse assunto tão importante para que a gente avance na superação desse trauma, dessa desigualdade tão terrível que se abate sobre o povo brasileiro, Paim. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Alguma consideração, Ministra? Olha, eu só queria fazer uma colocação, como Presidente. Vamos andar um pouco logo, porque o Ministro Fernando Haddad me comunicou e ele tinha já compromisso assumido, abriu um horário na agenda para vir aqui. Se nós não caminhamos

rapidamente teremos problemas até com a excessão aberta para os Deputados falarem.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Meu Presidente, para tentar ajudar, eu sei o compromisso do Ministro e o esforço que ele fez, quem sabe, os Senadores e os Deputados falam e depois eles respondem, fechando.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ótimo. Vamos então ao próximo orador inscrito. É a Senadora, guerreira, Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Obrigado, Presidente. Eu queria cumprimentar os nossos Ministros, de forma muito carinhosa, o Ministro Haddad, a Ministra Matilde e ao meu companheiro Paim, que é o autor do Requerimento, um assunto importantíssimo, e que tem apaixonado mentes e corações no último período. Sai manifesto contra, sai manifesto a favor. E temos de todos os tipos de manifestações a respeito deste assunto.

Agora, eu queria iniciar a minha breve fala, porque, em primeiro lugar, elogiando a posição muito clara do Presidente Lula quando “pegou o touro à unha”, “encarou”. Finalmente, nós temos uma posição do Chefe da Nação encarando que este País é um País preconceituoso, discriminatório e que há necessidade de encarar esta questão e de termos políticas para fazer o enfrentamento destas questões preconceituosas e discriminatórias e de injustiça social inclusive.

Então quando, a nível de Ministério encara, pelo menos dois fortes preconceitos que temos, que é o de gênero e de raça, quando estabelece uma Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial, e estabelece também uma Secretaria Nacional de Políticas destinadas às Mulheres, se encara e se estabelece de forma clara: Este País tem preconceito, tem discriminação e tem injustiça, que acontece sob várias óticas, sob a ótica de gênero, sob a ótica étnica, sob a ótica de várias outras formas como o preconceito se consolida no País.

E eu quero dizer isso de forma muito contundente, porque eu venho de um Estado que, quando se fala “Santa Catarina”, a primeira imagem que vem na cabeça de qualquer pessoa aqui e em qualquer lugar deste País é de pessoas loiras de olhos azuis. Quando se fala de Santa Catarina é esta imagem que vem. Loiros de olhos azuis. E para fazer o registro de que nem tudo é loiro de olho azul lá em Santa Catarina, o primeiro território remanescente de quilombo deste País foi exatamente em Santa Catarina. Invernada dos Negros, reconhecido pelo Presidente Lula, já em 2003. E eu tive muita emoção de estar numa atividade, numa solenidade aonde a liderança daque-

la comunidade afro-descendente dizia, emocionada, aos prantos de que pela primeira vez estava tendo o reconhecimento, num Estado que é sempre visto como loiro de olho azul.

Eu queria também dar um exemplo muito próximo da minha casa. O meu genro é Professor de Economia numa das universidades particulares de nível econômico elevadíssimo, a Estácio de Sá, e ele me deu o seguinte testemunho: “Ideli, mudou, depois o PROUNI, mudou a cor, mudou o tom e mudou os temas a serem debatidos em sala de aula. Porque os alunos que entraram pelo PROUNI modificaram visivelmente a sala de aula. E os temas que antes, até pelo nível econômico e social do que era a composição daquela universidade, mudou totalmente. Temas que antes (soa a campainha) não tínhamos como debater hoje são debatidos, pela entrada dos alunos do PROUNI”.

Por último. Para dar a dimensão do que eu estou falando, eu fiz o registro no Plenário de um artigo do Reitor da UNIVALI. Lá em Santa Catarina nós temos o Sistema ACADE, que é um sistema das universidades fundacionais que, na sua grande maioria, não aderiu ao PROUNI. Talvez depois, Ministro, da conversa que o senhor teve lá com os Reitores, no domingo passado, talvez até a gente possa evoluir. Mas a UNIVALI foi uma das poucas que aderiu ao PROUNI. E o Reitor, o Prof. José Roberto Provesi ele fez um artigo aonde ele coloca que o levantamento feito pelo programa de atenção aos discentes egressos e funcionários da Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, fizeram um interessante perfil dos alunos beneficiados pelas bolsas do PROUNI. Nesse levantamento, o desempenho de 167 alunos selecionados e matriculados pelo PROUNI na UNIVALI apurou que 91% deles tiveram aproveitamento superior à média exigida pela UNIVALI. Portanto, derrubando terminantemente, por terra, colocando por terra aquele argumento que as cotas poderiam colocar em risco a qualidade do ensino ou que os alunos cotistas não poderiam fazer o acompanhamento e nem ter o benefício. Portanto, eu estou apresentando aqui um testemunho de alguém absolutamente isento neste debate, e que reconhece, de forma pública, que os alunos cotistas do PROUNI têm rendimento compatível, não coloca, como muitos defensores e contrários ao estabelecimento de cotas.

E por último, no domingo, quando o Ministro Haddad acompanhou a atividade do Presidente Lula de campanha lá em Santa Catarina, que nós tratamos do tema educação, nós tivemos o depoimento muito emocionado de uma aluna do PROUNI, negra, afro-descendente, exatamente da universidade onde o meu genro dá aula. Exatamente da Estácio de Sá. E nesta solenidade, um Professor da Universidade Federal de

Santa Catarina, o Prof. Marcelo Tragtenberg, entregou ao Ministro Fernando Haddad um estudo, uma análise exatamente da questão de que a cota exclusivamente para ensino público, ou seja, fazer a reserva exclusivamente para escolas públicas, não resolve de forma adequada o problema da questão racial. Portanto, eu queria até disponibilizar depois à Comissão de Educação esse estudo, para que ele possa também ser entregue a todos os Parlamentares que compõem a Comissão, para subsidiar todo o nosso debate e o aprofundamento. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu pediria à Assessoria que depois providenciasse o relatório da Senadora Ideli Salvatti para ser distribuído para os demais membros. Eu queria agora passar, quebrando esse protocolo, por culpa do Senador Paulo Paim, para eu já ficar de fora, como Presidente apóio, três minutos para cada Deputado, na ordem de inscrição, mas vou ser exigente, embora seja fã do Deputado Vicentinho. Por favor. Três minutos para V.Exª.

DEPUTADO VICENTINHO (PT-SP) – Obrigado, meu Presidente, pela generosidade e pela oportunidade que os senhores nos dão nesse debate aqui no Senado.

Na verdade, a minha palavra é mais para dizer o seguinte. Esse debate que nós estamos fazendo hoje, é uma coisa muito rica para a sociedade. Mesmo aqueles que são contrários. Porque nós já tivemos um debate desse em nível nacional, que apaixonou corações, foi quando da luta contra a escravidão. Tinha gente que era contra, gente que era a favor. Tinham intelectuais que eram contra, outros a favor. Tem gente do meio operário que era contra e outros que eram a favor. Tinha lutadores que eram contra e outros que eram a favor. No final a gente acabou com a escravidão. Ainda falta muita coisa, mas agora...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*pronunciamento fora do microfone*)

DEPUTADO VICENTINHO (PT-SP) – Mas com aquela lá. E os argumentos no Congresso, sobretudo, no Plenário da Câmara são muito parecidos, quem lê a história, muito parecidos com aqueles argumentos daquele período. Então vale a pena continuar esse debate. O que eu quero é lembrar que esse debate não é um debate só das pessoas negras. Embora nós aqui acompanhamos o NUPAN, Núcleo de Parlamentares Negros, embora eu seja Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Quilombo do Brasil, embora tenha propostas além do estatuto para a questão da igualdade racial e tudo isso, mas é uma luta de brancos e negros. Como deve ser uma luta de homens e mulheres contra a violência contra as mulheres. E as-

sim por diante. E não é uma política nem do PT, tanto é que estão aí os nossos nobres Deputados, está aí o nosso Deputado Germano e outros, como também não é uma política do Governo Lula. É uma política de Estado que nós queremos introduzir.

Por isso que é muito importante esse debate e, claro, parabenizar os nossos Ministros, a nossa Ministra e o Ministro Haddad, que se mantiveram sempre muito firmes em qualquer debate a respeito desse assunto, porque compreenderam a abrangência do gesto do Estado brasileiro, que determinou (soa a campainha) cota zero para quem não tem.

Nesses 57 segundos, meu nobre Presidente, eu quero parabenizar o grande Senador, o nosso querido companheiro Geraldo Mesquita por este gesto. Porque eu acho que o combate ao racismo não é uma luta pelo salário, que você sabe onde está o patrão, negocia, mobiliza. Combate ao racismo não é uma luta contra alguma coisa, contra o Governo, que você sabe onde está. Combate ao racismo a gente tem que lutar contra nós mesmos, em primeiro lugar. E quando a gente luta contra nós mesmos e a gente vence esse lado preconceituoso, a gente toma uma atitude como a do Senador aqui agora. É o combate contra o nosso vizinho, que também é pobre, o nosso colega de escola da faculdade, o preconceito está em todos os lugares. Por isso eu queria terminar dando parabéns. E ainda restou 11 segundos. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Deputado Vicentinho. E com a palavra o Deputado Luiz Alberto, do PT da Bahia.

DEPUTADO LUIZ ALBERTO (PT-BA) – Sr. Presidente Wellington, Ministra Matilde, Ministro Haddad, quero parabenizar aqui a iniciativa do Senador Paulo Paim, entendendo um momento importante do debate nacional, o Senado, portanto, é chamado a participar dele.

Eu queria só afirmar, Sr. Presidente, que, a rigor, tanto no Senado quanto na Câmara não há, com raríssimas exceções, posições contrárias a esses projetos que estão tramitando. Tanto o Projeto 73/99 quanto o Estatuto da Igualdade Racial. Do ponto de vista da Câmara, todos os debates que nós fizemos, o Relator está aqui presente, acerca do estatuto, nós provamos por unanimidade. Em todas as Comissões. Todas. Do Projeto de Lei 73/99 também, tramitando em todas as Comissões, foram aprovados por unanimidade, o que significa dizer que os partidos, que são todos representados nessas Comissões permanentes, estão de acordo com essas iniciativas. Todos. Portanto, eu acho que é um debate que evidentemente que a sociedade está exigindo, temos que fazer, democratizar essa dis-

cussão. No entanto, acho que a Casa está convencida, tanto o Senado quanto a Câmara, da necessidade de aprovarmos imediatamente essas políticas.

Até porque, Sr. Presidente, no que pese esse debate de posições contrárias e a favor na sociedade, as universidades estão avançando nesse aspecto. Ou seja, mais de 20 universidades estão praticando as políticas de ação afirmativa com cotas, em sua imensa maioria, e eu queria registrar aqui inclusive que a Universidade Estadual de Feira de Santana, na Bahia, aprovou, semana passada, a proposta de reserva de 50% de vagas para estudantes de escola pública, e 80% para estudantes negros, com reserva para quilombolas e indígenas. Portanto acho que estamos avançando. (soa a campainha)

Eu acredito, Sr. Presidente, que os dados, por exemplo, que o próprio Ministro Fernando Haddad levanta aqui fortalecem essa necessidade urgente. Quando ele coloca que um estudante de escola privada custa em torno de 10 mil reais por ano e da escola pública em topo de mil reais, lembra uma reunião que eu tive antes com um Embaixador de um País da África, o Senegal, que diz que do orçamento nacional do Senegal é reservado 40% para investir em educação. 40%. Enquanto o nosso País ainda patina, mesmo com os avanços que nós estamos experimentando, ainda em torno de 18%.

Portanto, eu acho que muita coisa teremos que fazer. No entanto, essa questão para combater as desigualdades sócio-raciais no nosso País não tem outro caminho. Não teremos como abrir mão ou promover um retrocesso naquilo que já está em operação no País. O que precisa é que essa Casa vai, na verdade, legitimar através da legislação o que já está em curso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Deputado Luiz Alberto, eu vou ser um pouco rigoroso, desculpe, porque já acabou o tempo, mas vou dar mais um minuto para V.Ex^a.

DEPUTADO LUIZ ALBERTO (PT-BA) – Então para encerrar, Senador, reforçando o que disse o Deputado Vicentinho, nós queremos o estabelecimento de uma política de Estado, porque não queremos carimbar de que esta iniciativa ou a lei que venha a ser aprovada seja uma lei do Governo Lula, porque, o Governo Lula passa, e queremos que o Estado brasileiro e a sociedade reconheçam, portanto, isso que nós estamos aqui debatendo. À tarde, com certeza, nós aprofundaremos com o movimento social a necessidade urgente de implementar esse processo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obri-

gado ao Deputado Luiz Alberto, que consumiu aquele um minuto do Deputado Vicentinho. Passaremos agora... Para ficar tudo zero a zero. Passaremos agora a palavra ao Deputado Reginaldo Germano.

DEPUTADO REGINALDO GERMANO (PP-BA)

– Não vou desempatar, não. Vai ficar zero a zero.

Eu gostaria de trazer apenas um pensamento em relação ao Estatuto da Igualdade Racial e em relação a essa questão que envolve cotas. Eu não entendo por que é que a sociedade se posiciona, de uma maneira geral, contra essa questão de cota e contra a questão do estatuto. Nós gastamos rios de dinheiro em construção de presídios, contratação de Agentes, Policiais, de viaturas e de não sei o que... Simples. Como o Ministro falou. É só dar oportunidade. A oportunidade que os negros neste País, nos registros policiais são a maioria na criminalidade, só precisam de oportunidade. E tendo a oportunidade, como o PROUNI, que não resolve a nossa questão, mas nós entendemos que pobres, negros e brancos mereçam oportunidade, vai fazer com que a gente possa combater esse estado de criminalidade neste País.

Eu entendi o Senador Geraldo Mesquita, e a palavra dele foi muito contra tudo isso que a gente tem visto na mídia contra o estatuto, atacando o Senador Paulo Paim, me atacando, por ser o Relator lá na Câmara dos Deputados. Eu não entendo. Por exemplo, o Senador ele vai rever a posição dele dentro do Gabinete. O que é que ele vai prejudicar os brancos se ele vai fazer uma miscigenação dentro do Gabinete dele colocando negros lá. Qual vai ser o prejuízo que terão a classe branca ou a raça branca com isso? É a questão que eu vejo das oportunidades. Quando nós aprovamos cotas, quando nós lutamos pelas cotas, (soa a campainha) que direito nós estamos tirando de outras pessoas? Nós não estamos tirando direito de outras pessoas. Nós estamos apenas dando o direito àqueles que têm direito e que não estão exercendo esse direito.

Então é o pensamento que eu quero deixar. Eu sei que à tarde vai ter um debate bom e eu vou guardar para que na parte da tarde a gente possa participar desse debate também. É o que eu queria deixar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado à Bancada da Câmara. Ouviremos agora, queria primeiro o Ministro Fernando Haddad, que tem um compromisso, e vou deixar o tempo para debater e as considerações finais. Sr. Ministro.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD – Agradecer o convite, me colocar à disposição para novas convocações. Acho importante prosperarmos no diá-

logo, esclarecermos à opinião pública do que está em jogo. Manifestar o desejo de que nós não restrinjamos o debate a esta questão, quando tratamos de educação. Eu mencionei uma série de iniciativas de reforço da educação básica pública, mas há uma série de providências que podem ser tomadas no que diz respeito à educação superior, que são altamente inclusivas e independentemente deste Projeto de Lei. Cito o exemplo, por exemplo, da ampliação dos cursos noturnos nas universidades, que certamente vão incluir jovens de mais baixa renda e afro-descendentes. Cito, por exemplo, a interiorização da universidade pública que está sendo promovida por este Governo. São cerca de 70 cidades do interior do Brasil que estão recebendo investimentos da ordem de 700 milhões de reais para abrigar alunos daquelas regiões e que, portanto, vão contemplar, necessariamente, também alunos de uma faixa de renda menor do que das regiões metropolitanas e, seguramente, também afro-descendentes e indígenas.

Então, há um conjunto de iniciativas que está em curso, tanto na educação básica quanto na educação superior, também a educação profissional ganhou um reforço enorme neste Governo. O Governo do Presidente Lula terá autorizado o funcionamento de 50 novas escolas técnicas até o final de dezembro de 2006, contra um estoque de 109 escolas em 2002. Ou seja, nós tínhamos, de 1909, com Nilo Peçanha, a primeira escola técnica, até 2002, 109 escolas, e para os processos seletivos de 2007, 50 novos estabelecimentos de educação profissional. Tanto voltados para a educação básica, porque vocês sabem que uma das características das nossas escolas técnicas é que a oferta tanto para o ensino médio integrado quanto para os cursos tecnológicos, que estão sendo disciplinados agora pelo Ministério da Educação.

Então, é preciso ver o conjunto da obra. É preciso atentar para o Fundo da Educação Básica, para a universidade aberta, para o reforço ao ensino médio, para o livro didático. É preciso atentar para o que está sendo feito na educação básica, para o muito que pode ser feito na educação superior, a reforma universitária prevê a obrigatoriedade de um terço das matrículas em cursos noturnos, o que, por si, vai mudar qualitativamente o desenho das nossas instituições e a composição do corpo discente dessas instituições.

Então, não reduzamos o debate a esta questão, embora essa questão precise de resposta do Congresso Nacional e, para tanto, debates como esse só contribuem. Com o debate. Eu termino concordando com a colocação feita pela Senadora Ideli. Eu penso que o projeto virtuoso é o que combina as duas posições. Aquela que pretende reforçar a escola pública e,

subsidiariamente, contempla, respeitando a proporção de cada Estado, a composição do Estado, (soa a campanha) promovendo a inclusão de afro-descendentes e indígenas. Muito obrigado a todos vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ouviremos agora as considerações finais da Exm^a. Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Exm^a. Matilde Ribeiro. Com a palavra. Por favor.

SRA. MINISTRA MATILDE RIBEIRO – Creio que este debate aqui ele traz novas conjunções e oportunidade de pensarmos e ilustrarmos este processo que estamos vivendo. E eu me lembrei de três situações que vou rapidamente partilhar com vocês. Quando conheci Marcos Terena, foi num debate na universidade onde eu dava aula em São Paulo e, perante um público de umas 500 pessoas, o Terena, durante uns cinco minutos, falou na sua língua originária. E as pessoas começaram a ficar incomodadas, porque não entendiam sequer a vírgula da língua ali expressa pelo Terena. E logo após ele expressou na nossa língua nacional, que não considera os elementos da cultura indígena como pertencentes a ela, e explicou dizendo que fez aquilo justamente porque existiam muitos indígenas no Brasil que não nos entendiam. Que não haviam passado por esse processo de aculturação e que nós tínhamos que considerar que o Brasil não era um bloco monolítico. Enfim, aquela situação me marcou muito, não por ser novidade, mas pelo impacto que nos causa quando nós estamos diante do diferente, diante do que não faz parte do nosso cotidiano.

Uma outra situação que eu quero partilhar é uma história que nós conhecemos no Brasil, e essa eu gosto de contar, porque tem a ver com o papel das Casas Legislativas. Nós conhecemos, nos anos 90, a história da dona Maria do Carmo. Foi considerada a mulher mais velha do Brasil e talvez do mundo. Parece que só uma francesa tinha a mesma idade que ela na época. Maria do Carmo morreu com cerca de 130 anos e morava em Itajubá, Minas Gerais. Maria do Carmo foi motivo de um debate político que vários aqui podem se lembrar. Em 94, foi apresentado lá em Itajubá, pelo movimento negro da cidade, uma proposição à Câmara Municipal, que ela recebesse o Título de Cidadã Itajubense. Na época, ela tinha 124 anos. Essa proposição foi a voto e foi negada. Entre onze Vereadores, nove votaram contra. E a argumentação dos que votaram contra ia na linha de que se questionava: quem era Maria do Carmo? Ela tinha escrito algum livro? Ela tinha algum invento? Ela era alguma personalidade na cidade? Ela tinha algo que marcas-se a sua existência? Nove votaram contra. E a Maria

do Carmo morreu sem receber o Título de Cidadã Itajubense. Recebeu o Título de Cidadã Paulista, logo depois. Maria do Carmo viveu 17 anos em regime de escravidão no nosso País, quando foi abolida a escravidão, ela tinha 17 anos, foi empregada doméstica a vida inteira e ajudou a criar filhos de muitas famílias e nunca teve os seus. Esse era Maria do Carmo, uma “cidadã comum”, remanescente de africanos que foram escravizados no Brasil. “Não merecia ganhar o Título de Cidadã Itajubense”.

E por fim, assim como Ideli, como o próprio Ministro Haddad, quando se pronunciaram, se situaram na história, me lembrei de uma última e, com isso, termino. Quando eu tinha 19 anos, eu fui contratada numa empresa em São Paulo para ser Recepcionista. A Companhia de Engenharia de Tráfego. Eu fui entrevistada por uma Advogada. Essa Advogada, meu currículo era metade desta página, essa Advogada olhou e disse: “Ah, você sempre estudou em escola pública, seus pais são semi-analfabetos, mas você nunca repetiu de ano, não é? Você quer fazer universidade, quer entrar na faculdade?” Eu estava fazendo cursinho na época. Pago. “Você pretende?” Enfim, me fez perguntas dessa natureza. E eu passei por muitos jovens, muitas jovens fazendo a seleção no mesmo momento. E, ao final da entrevista, essa Advogada, me lembro bem o nome, Claudete, olhou bem no meu olho e disse: “Você é uma moça esforçada, vá em frente. Estude. É muito importante que você estude”. E, olhando no meu olho, ela me disse: “Saiba que para nós a vida é muito difícil”. Claudete era uma mulher negra, com idade para ser minha mãe. Não tinha programa de ação afirmativa naquela empresa, mas eu entendo que a Claudete teve a sensibilidade de me dar a oportunidade de deixar de ser filha de empregada doméstica e ter uma carreira apenas de, porque pode ser, é um trabalho digno, mas ela me deu a oportunidade de ingressar no mundo que me levou depois à universidade e depois a tantos outros momentos na vida.

Estou me referindo, ao final, com esses três exemplos apenas para dizer que, concordando com falas anteriores, o debate não é ideológico, uma vez que reúne o conjunto dos partidos das duas Casas. O debate não é acadêmico, estritamente, ele é também, mas não é estritamente, uma vez que nós estamos falando de vidas. Uma vez que estamos falando de processos de construção da História do Brasil. E o debate não é unilateral ou isolado. Não é só o Governo, não é só o Executivo, não é só o Legislativo, não é só movimento social, não é só academia. É tudo junto.

E nesse sentido então, eu entendo que as ações que estão sendo colocadas em prática elas têm um tempo histórico. Nós não pretenderíamos em quatro

anos de gestão dar conta de 500 anos de história e nem fazer o contraponto, colocando como antagônicos os processos das políticas universais e das ações afirmativas. Como bem falou o Ministro Haddad, o conjunto de ações na área da educação é grande, não se restringe às ações afirmativas. Assim como, quando falamos de ações afirmativas, não falamos só do PL, cotas ou do estatuto como possibilidades. Eu citei três exemplos no início. Um na área internacional, um na área educacional e outro na área do trabalho. E são tantos outros que nós poderíamos aqui tratar.

Então eu creio que, além das ações, tem também as nossas posturas. E eu não tenho dúvida que se eu tivesse sido aos 19 anos entrevistada por uma pessoa que não tivesse sensibilidade para me dar a oportunidade de inclusão no mercado de trabalho, numa função mais qualificada, talvez eu não estivesse aqui.

E justamente por isso é que eu quero valorizar, em todas as falas que foram feitas no sentido da reflexão, mas eu quero valorizar a fala do Senador Geraldo, porque eu acho que é com mudanças de posturas desse tipo que nós podemos contribuir para a mudança da história. Com acertos, ajustes de caminho.

E aí nesse sentido eu considero que o debate da tarde não deve ser visto como os a favor e contra. Mas deve ser visto como debate entre pessoas que estão pensando o processo que estamos vivendo no Brasil e estão contribuindo para nos elucidar, para nos fazer refletir sobre o alcance das nossas ações.

E com isso eu quero também dizer aos três (soa a campainha) que, possivelmente, podem estar sendo vistos aqui como os contra, que eu acho que o nosso debate deve ser mais intenso. Nossa conversa deve ser mais profunda e, já adianto, nós temos uma agenda, eu propus uma conversa na semana que vem no Rio de Janeiro com o Professor Peter Fry e a Professora Ivone Maggi, para falar um pouco mais sobre essas questões, assim como também convido o Miranda para a mesma conversa. Porque eu acho que nós precisamos avançar nos nossos entendimentos e informações, e aí cada um é o dom da sua própria vida e consciência. Mas eu acho que a conversa, o diálogo é fundamental. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu, antes de encerrar, queria só passar rapidamente, para o fechamento, ao Senador Paim, mas já que foi colocado, eu acho que como Presidente eu queria fazer uma colocação, Senador Geraldo, que eu, ao assumir a minha posição no Senado, e em montar uma parte do meu gabinete, eu requisitei ao Senado um Chefe de Gabinete que o Senado mandar. E incrível, eu nunca pensei em origem, nada, e eu foi indicado para mim um Chefe

de Gabinete maravilhoso, Doutor em Direito, a quem eu confio plenamente, a quem eu consulto a todo o momento e, no entanto, seria assim afro-descendente, digamos assim, mas no entanto eu nunca parei para pensar, Senador Paim, como eu digo sempre a V.Ex^a. que a sua história, às vezes até chego a sentar no Senado e conversar um pouco com V.Ex^a. para saber a sua história. Porque eu admiro muito V.Ex^a. E eu acho o seguinte, V.Ex^a. é um homem que trabalhou muito, e a vida faz a gente ter que trabalhar muito. Independente de raça, clero, de que religião, nós temos é que sempre trabalhar muito. E quem trabalha muito, claro, como bem colocado, existem algumas questões sociais que tem que ser até do próprio Estatuto da Igualdade Racial, será vencida. Mas o que vejo na vida, Senador Paim, é que a gente tem que trabalhar muito e lutar muito. V.Ex^a. é um exemplo claro disso. Aonde V.Ex^a. chegou, o respeito que V.Ex^a. desfruta hoje no Senado, no Estado de origem de V.Ex^a., nas colocações, no seu caminho de vida, eu acho que isso é independente de religião, independente de origem. V.Ex^a. conquistou o seu espaço pelas suas idéias, pela sua determinação, como muitos outros, como estão aqui o Vicentinho, como todos os outros Deputados. Para chegarem nesta Casa, é difícil chegar nesta Casa, tanto na Câmara como no Senado.

Embora o Parlamento tenha sofrido muito nos últimos momentos, mas aqui tem pessoas dignas e que chegaram lutando. Ninguém chegou aqui por um caminho fácil, comprando uma candidatura. Não. Chega pelo voto. E o voto é uma coisa muito difícil. Você conquistar o voto, conseguir que a pessoa acredite em você, independente do Senado, que é a Casa maior do Parlamento, mas os Deputados, você tem que convencer, tem que acreditar. E isso é uma coisa muito difícil, Senador Paim, o voto é muito difícil. Para chegar aqui é muito difícil. E hoje, nesse momento de eleição, estão todos lutando. Vêm aqui, vocês largaram o seu espaço para estar pedindo voto e, com certeza, tem um concorrente pedindo voto no lugar de vocês. Uma casa está sendo visitada neste momento pelo concorrente, no entanto, os Srs. Senadores, que estão também agora, e Deputados, largaram e vieram aqui neste momento, convocados pelo Senador Paim, para discutir idéias e filosofias de vida e questões problemáticas sociais. Eu acho que isso demonstra o que é prioridade da vida dos senhores. E a prioridade é essa aqui, o estatuto racial, igualdade, a luta da raça dos senhores. Tanto da minha, como também de outros. Nós estamos aqui discutindo idéias. Mas, para não filosofar muito, eu queria passar, antes de encerrar a palavra, ao meu ilustre amigo, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) –

Nem um minuto. Eu só quero lembrar a todos da importância do debate à tarde. Vai iniciar às 14h, quero aqui reafirmar o que foi dito. Falarão quatro pessoas que têm uma visão, digamos, na ótica de um manifesto nº 01, para não ficar aquela história de contra ou a favor, e quatro pessoas que têm a ótica do manifesto nº 02.

Mas quero dizer aqui no encerramento o que eu disse na abertura. Para mim foi muito importante. As pessoas do manifesto nº 01 sabem a minha posição. Não tem nenhuma dúvida. Mas no momento que eu liguei para os quatro, os quatro, de pronto “Diga a hora e o local, Senador, que nós teremos muito orgulho de estar aí para colaborar com esse bom debate”. Isso é muito bom. O manifesto nº 02, a mesma posição. Com a maior tranquilidade.

E se me permitirem, Vicentinho, vou usar a fala que você usou, que eu acho importante. Esse debate tem que ser na linha do que você colocou. E eu achei bom porque foi você que colocou, que o resultado da aprovação, porque entendeu que vamos aprovar, é de uma política de Estado, e não desse ou daquele Governo. É isso que importa. E o Governo via seus Ministros estão dando sua contribuição. Os Parlamentares estão dando a sua contribuição. O movimento social aqui, que vocês todos estão representando, estão dando a sua parte. Olha, eu estou muito esperançoso. Teremos um belo debate à tarde, o meu Presidente aqui, Wellington Salgado, tem dado uma contribuição fundamental nesta Comissão. E quando eu disse para ele “meu Presidente, é fundamental que o senhor esteja aqui presidindo os trabalhos nesta quinta-feira”. “Olha, Paim, eu tinha alguns compromissos, mas suspendo e estarei aqui o tempo que for necessário para colaborar com esse debate”. Qual é a minha esperança? Que no terminar dessa audiência hoje à tarde, a gente avance na redação final, para que efetivamente as políticas afirmativas sejam aprovadas com a rapidez que a sociedade brasileira exige. Repito aquilo que foi dito aqui também. Essa caminhada é de brancos e negros. Ninguém tenha dúvida. Nós sabemos como ninguém. Eu venho de um Estado, Ministra Matilde, e quero me lembrar aqui da Maria do Carmo Jerônimo, que eu tive a alegria, porque um dos meus defeitos é escrever poesia, eu escrevi uma poesia e remeti para ela ainda em vida. E à tarde eu trarei a poesia aqui. Se vocês deixarem eu vou ler a poesia aqui. Vocês vão ter que me suportar. Mas mandei uma poesia para ela que eu escrevi, de duas laudas, que eu tenho muito orgulho de ter escrito essa poesia para ela.

Eu quero dizer a vocês que eu estou muito esperançoso para o debate da tarde. No meu Estado 12% somente são negros. E eu fui eleito três vezes nos

quatro mandatos de Deputado Federal o mais votado. E agora eu vim com mais de dois milhões e duzentos mil votos como Senador. Isso demonstra o quê? Que o meu Estado entendeu essa luta da inclusão do povo negro. Por isso me trouxe para cá. Porque eu nunca escondi as minhas posições. A Ivonete que está aqui sabe, que é do meu Estado, eu nunca escondi as minhas posições. E disseram: “Vá para lá e lute por aquilo que você acredita”.

Por isso, parabéns. É muito bom estar aqui com vocês. Faremos um bom debate à tarde. As políticas afirmativas serão aprovadas, numa visão coletiva que todos vocês defendem. Obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Só confirmando, antes de encerrar, teremos na segunda parte o Frei David, Diretor da Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes, EDUCAFRO, Yvonne Maggi, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da UFRJ; Peter Fry, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da UFRJ; José Jorge de Carvalho, Professor da Universidade de Brasília; José Carlos Miranda, Movimento Negro Socialista, MNS; Roque Ferreira, Coordenador Nacional da Federação dos Trabalhadores Sobre Trilhos-CUT, Conselheiro da Comunidade Negra de Bauru-SP; Marcos Alessandro Santos Silva, Coordenador Nacional do Movimento Negro Unificado, MNU; e Carlos Alberto Medeiros, Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nada mais a expor, declaro encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 12h37.

2ª Parte

Sessão reiniciada às 14h28

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a ser realizada em 3 de agosto de 2006, quinta-feira, em duas partes, já fizemos na parte da manhã e agora iniciamos a segunda parte. Audiência Pública. Assunto: Igualdade racial e cotas. Autor do Requerimento: Este Senador. Pela manhã, falaram o Ministro Fernando Haddad, da Educação, e a Ministra Matilde Ribeiro, da SEPPIR.

Então, nesse momento, vamos para a segunda etapa. Eu convidaria o nobre Deputado Luiz Alberto que trouxesse à Mesa os nossos convidados, que é o Frei David, o Marcos Alessandro da Silva e também Peter

Fry e José Carlos de Miranda. Nós vamos desenvolver os trabalhos com 15 minutos para cada expositor e depois, vamos estabelecer, os primeiros quatro voltam aqui à primeira fila e os outros quatro assumem aqui o trabalho na Mesa Diretora...

Eu já anunciava ao Plenário que nós vamos dar 15 minutos para cada expositor, os primeiros quatro retornam aqui para a primeira fila e os outros quatro assumem aqui na Mesa comigo. Eu vou manter, e espero que vocês me ajudem, naturalmente, para que a gente faça um debate, tenho certeza, qualificado, no alto nível, eu vou pedir ao Plenário que não se manifeste, esse é um praxe aqui no nosso Senado, é regimental. Há aqui ao lado uma sala, a sala 19, onde tem um telão, e essa audiência será retransmitida, na íntegra, para todo o País também num segundo momento, pela nossa TV Senado. Farei também da seguinte forma: Na primeira Mesa, aquele que iniciar falando, na segunda Mesa, se na primeira Mesa...

Se me permitirem, eu vou situar manifesto um e manifesto dois, porque não quero entrar naquela de quem é contra e quem é a favor e claro que no debate vai ficar explicitada a posição de cada um. Então, se na primeira Mesa iniciar alguém falando a favor do manifesto um, na segunda Mesa inicia alguém falando do manifesto dois. E assim, a consequência que o encerramento se dará na mesma ordem.

Então, de imediato, vamos aos nossos trabalhos. Quero só também informar a todos, e vou dar uma cortesia minha aqui para todos que estiverem na Mesa, o livro que eu falava de manhã, um livro chamado “Cumplicidade”, onde eu faço poesias, principalmente, 80% é relacionado à vida do povo negro e, claro, também relacionado às causas sociais, e na página 57 está a poesia que eu fiz em homenagem à Maria do Carmo Jerônimo, quando ela tinha cento e vinte poucos anos, numa visita que fizemos a ela, e tem a foto dela inclusive aqui.

Bom, vamos agora aos nossos trabalhos. Será 15 minutos para cada orador, para cada debatedor e, quando faltar um minuto, a campainha toca automaticamente, não posição dessa Presidência. Então eu passo a palavra de imediato ao Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dr. Peter Fry. V.Exª. dispõe da palavra por 15 minutos.

SR. PETER FRY – Senador Paim, eu agradeço muito o convite para participar de um debate aqui no Senado, um debate sobre um assunto que considero central para o País e para o futuro dele. Hoje de manhã ouvimos falar da necessidade de políticas de Estado no que diz respeito à raça. Também ouvimos pessoas falando livremente de grupos raciais. Ouvi um Parlamentar falar da raça branca.

É sobre esse assunto que eu vou falar. Mas primeiro queria falar um pouco sobre mim mesmo. Nasci na Inglaterra, fiz Antropologia, estudei Antropologia e, depois da minha graduação, fiz uma pesquisa de campo na África, na antiga Rodésia, atualmente Zimbábue. Depois disso, em 1970, vim para o Brasil. Em 82 me tornei, orgulhosamente, brasileiro. O que tenho a dizer, portanto, não tem nada a ver, como alguns querem dizer, de manutenção de privilégio, de racismo, nada disso. Tem a ver que vem de uma pessoa que tem opiniões sobre seu País adotivo e se sente compelido a externá-las.

Às vezes penso que teria sido muito mais fácil simplesmente ignorar esse assunto, como faz tanta gente. Quando cheguei aqui no Brasil percebi, como qualquer pessoa que aqui chega, um aparente paradoxo, um País com convívio aparentemente muito amistoso entre pessoas de todas as cores, ao mesmo tempo, uma distribuição das cores totalmente inaceitável. Mais rico, mais poder, mais branco. Este tem sido um assunto de indignação e de fascínio e de pesquisa ao longo desses anos todos.

Durante um período de quatro anos, eu tive o privilégio de voltar para a África, de 1989 a 93, e essa volta à África me fez passar por uma espécie de mudança de pensamento, um pouco como São Paulo no caminho para Damasco. Eu passei o tempo em dois Países africanos. Zimbábue, que foi de colonização britânica, e Moçambique, que teria sido de colonização portuguesa, como vocês sabem. Zimbábue já tinha dez anos de independência. Mas logo percebi que, apesar disso, as três categorias raciais do tempo colonial continuavam apartadas. Havia um ressentimento, inclusive. E não tardou para o Presidente do Zimbábue jogar a carta racial para se manter no poder, acusando os poucos brancos que lá restaram de serem os responsáveis pelos males do País. O País quebrou, o ressentimento racial aumentou e talvez seja um dos Países mais tristes da África contemporânea.

Moçambique, após a sua independência, em 75, teve um período de dez anos de Governo socialista e anti-racista radical liderado pelo Samora Machel, que colocou no seu Governo jovens de todas as cores, de acordo com a sua avaliação da competência deles. Foi muito criticado. Uma vez me contaram de um desses jovens que chegaram em Moscou e o Governo de Moscou achava que Moçambique não era mais um País africano, já que havia pessoas de todas as cores na delegação. Hoje em dia Moçambique não é imune ao racismo, evidentemente nenhum lugar é, mas os indivíduos tendem a serem avaliados pelo seu caráter mais que pela sua cor. O País cresce mais de 10%

ao ano. É um País dotado de uma elite cosmopolita e policromática.

Quando eu voltei para o Brasil então, eu vi com outros olhos, continuei reconhecendo e tentando combater, da minha maneira, em sala de aula o racismo. Porque o racismo é uma praga de todos os Países modernos. Mas percebi também que a recusa do Governo brasileiro a adotar a segregação racial na virada do século XX, e não faltava quem queria que adotasse essa política, teria produzido uma República talvez única e um patrimônio raro no mundo contemporâneo. Temos racismo, sim. Mas ainda não temos um País dividido, cindido pelo critério racial.

Quando o Governo do Fernando Henrique apresentou seu primeiro programa de Direitos Humanos, ele apontou uma mudança radical, pela primeira vez o Governo brasileiro reconheceu a existência de racismo e descreveu o País como multirracial e não mais como um País de mistura. E eu comecei a pensar que o Brasil ia talvez seguir um caminho da oficialização das raças, como fizeram os Países de colonização britânica. Esse tumor aumentou em mim com a Conferência de Durban, de 2001, quando o Governo e membros da sociedade civil propuseram, entre outras coisas, cotas para negros nas universidades. Logo em seguida, um Deputado relativamente desconhecido no Rio de Janeiro propôs uma lei que destinava 40% das vagas das universidades do Estado ao que ele chamava de negros e pardos. A lei passou, sem debate, o resto, como vocês sabem, é história. A idéia foi logo encampada pelos ativistas negros, seus aliados e dezenas de universidades estaduais e federais. Muitas pessoas que eram antes contra as cotas raciais, agora nos acusam, nos criticam, nas cotas, de racistas. Os meus amigos a favor das cotas pensam que são uma medida temporária que poderá reverter uma situação de desigualdade entre pessoas de cores distintas nas faculdades. Vai aumentar o número de negros nas universidades? Sim.

Mas quais serão outras conseqüências? Tenho argumentado e continuo argumentando que a implementação das cotas raciais, por lei federal, pode ter um impacto que vai muito além dos poucos jovens que receberão um empurrão nas suas carreiras. Significa abandonar um ideal de uma sociedade que preza o indivíduo sob a sua cor. Significa também abolir qualquer noção de ambigüidade na definição estética das pessoas, por instaurar apenas duas categorias: Negro e branco. Significa, penso, cindir a sociedade, desde as instituições do Estado até as vizinhanças e as famílias, aquelas famílias que todos nós conhecemos, de todas as cores, orgulhosamente. E sabemos que as famílias mais policromáticas são justamente as fa-

mílias da classe média baixa para baixo. São os mais pobres. São eles que mais sentirão, sugiro, os efeitos das cotas raciais. Eu estou pensando, vocês sabem, daquelas famílias aonde todo mundo discute quem puxou para quem, um filho que é loiro de olho azul, outro filho que é negro etc e tal.

Bom, vocês podem achar banal isso, mas penso que não é. Mesmo se as cotas fossem temporárias, e sabem que nenhum direito adquirido morre facilmente, as cotas e outras medidas do Estatuto de Igualdade Racial podem instaurar uma distinção legal definitiva entre duas categorias de pessoas: Negros e brancos.

Eu vou falar do estatuto nos minutos que me restam, fugindo um pouco das cotas, sobre esse assunto já escrevi muito, já falei um pouco, e falar um pouco sobre a saúde. É uma questão vexada. Eu já escrevi algumas coisas sobre essa questão. É como escrever num vazio. Não há reação. E não fosse a carta pública que assinei talvez nem estaríamos aqui hoje. O capítulo I do estatuto é que trata de saúde. Quer dizer que o capítulo I do estatuto é que vai dar o tom de todo o estatuto. E começa encorajando os Governos federais, municipais e estaduais a desenvolver ações e serviços em que sejam focalizadas as, a palavra do estatuto, “peculiaridades” da população afro-brasileira. Em seguida, pela introdução obrigatória quesito raça-cor em todos os documentos em uso no Sistema Único de Saúde. Ou seja, cada cidadão terá sua raça na sua carteira em relação ao SUS.

No art. 13, o estatuto autoriza o Ministério da Saúde a produzir estatísticas vitais etc e tal. Também autoriza o Ministério da Educação a introduzir matérias relativas às especificidades da saúde da população brasileira nos currículos das faculdades. Também autoriza a implementação de um programa de Agentes Comunitários de Saúde em todas as comunidades remanescentes de quilombos e sugere que os quilombolas terão acesso preferencial aos processos seletivos para a constituição das equipes dos programas. Ou seja, os quilombolas cuidarão dos quilombolas, como se cada raça tivesse que cuidar de si mesma.

Bom, vocês que não conhecem a África do Sul, naquela época, vocês não vão talvez perceber o peso dessas palavras. Sem explicitar quais seriam as doenças prevalentes entre os negros, o estatuto autoriza o Ministério da Saúde a defini-las. De fato, fala muito de anemia falciforme, não vou entrar nesse assunto porque é muito complicado.

O que nós sabemos, o que o estatuto produz de fato em quem lê é que há dois tipos de brasileiros, há afro-brasileiros e há outros brasileiros, que não são muito bem definidos, e os afro-brasileiros têm problemas de saúde considerados específicos. Mas nós sabemos

que não há doenças raciais, justamente porque na natureza não há raças. As misturas seculares fazem com que haja uma maior distinção genética entre pessoas de uma mesma região, de uma mesma cor, entre as cores e regiões.

E recentemente a genética brasileira, o Geneticista Sérgio Danilo Pena tem escrito sobre isso, escreveu um art. muito importante, que parece que não teve a repercussão que merece. O título é “Razões para banir o conceito de raça da medicina brasileira”. Pena demonstra que as aparências, e que são as aparências que definem a raça aqui neste País, são péssimos indicadores da ancestralidade genética dos indivíduos. Por exemplo, a proporção de ancestralidade africana nos que se definem como brancos no Sudeste do Brasil é 32% e a proporção de ancestralidade européia naqueles que se definem como pretos na mesma reunião, categoria do IBGE, é de 49%. E como o genótipo do indivíduo não corresponde à sua aparência, seu estenótipo, fica evidente, para mim, pelo menos, que a noção de doenças sociais simplesmente não tem sentido. Por que então alegar uma especificidade na saúde dos negros? Penso que só pode ser interpretado como uma ação política cuja consequência será de refutar a negação científica das raças, introduzindo práticas que terão efeito contrário, o de fortalecer a crença em raças distintas, cada qual com as suas doenças. E já que as doenças são vistas como naturais, naturaliza-se a raça. Associar raça a doença abre o caminho para a associação entre raça e outros estigmas inomináveis. Como se fazia no século IX e no século XX nas campanhas de eugenia.

Nós achávamos da academia que esta página triste tivesse sido virada definitivamente. Eu compreendo que pessoas pobres e negros possam sofrer problemas de saúde (soa a campainha) decorrentes de preconceito e de discriminação no atendimento médico e acesso ao serviço de saúde. E reconheço também que os pobres de todas as cores morrem mais cedo que os ricos. O remédio disso está na melhoria da qualidade do serviço de saúde e campanhas para erradicar os preconceitos e discriminações.

Eu tenho apenas 33 segundos e vou terminar dizendo que eu penso que o mal do racismo é fundado na crença em raças. Este mal pode piorar com o que considero uma pedagogia racial do estatuto, que nos ensina, no seu capítulo que há raças, sim. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Agradecemos ao Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Peter Fry, e em seguida –

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Orientado pelo Frei David aqui, a pronúncia melhorou um pouco agora aqui, não? Porque o meu inglês... Passamos a palavra ao Frei David, Diretor da Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes, EDUCAFRO. Frei David dispõe de 15 minutos.

FREI DAVID SANTOS – Boa tarde a todos e todas participantes desse momento. Eu quero iniciar parabenizando a sadia polêmica e postura dos que são contra, porque não estão fugindo do debate, e isso, para nós, enriquece a todos nós e, em especial, eu quero agradecer ao Movimento Negro Socialista pela coragem de terem se colocado, porque vocês estão permitindo um fato novo, o movimento socialista brasileiro ainda não aprofundou suficientemente a questão das etnias no Brasil. Não aprofundou. E com o trabalho de vocês, com a postura de vocês, vão surgir vários trabalhos como esse daqui, esse jornal que aqui me passaram. “Eqüidade e igualitarismo. Por quê os socialistas defendem as cotas?” Ou seja, é importantíssimo a gente rediscutir o socialismo a partir das etnias. E eu vou no final ler quatro pontos desse artigo porque está simplesmente fantástico. Até, se possível, a Assessoria conseguir cópias para o pessoal seria bom. Ótimo.

Então, vamos pular por aí e vamos passar então para o slide porque o tempo é muito curto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É o tempo para tirar cópia.

FREI DAVID SANTOS – Passar para o slide então. Esta Audiência Pública, portanto, trabalha a questão do estatuto. Pode começar o slide, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Houve um entendimento aqui na Mesa, enquanto se resolve a questão técnica, o Frei David ficaria para um outro momento e eu passo a palavra de imediato ao Marcos Alessandro Santos da Silva, Coordenador Nacional do Movimento Negro Unificado. Vai se manter a mesma lógica.

Então, o Marcos dispõe também de 15 minutos. Peço que anulem lá o nosso relógio, que está marcando o tempo, para que seja dado 15 minutos para o Marcos. Para começar do zero. Repito, o Marcos Alessandro Santos da Silva é Coordenador Nacional do Movimento Negro Unificado, MNU. Pode começar, Marcos, a gente controla.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador, é só uma indagação, essa questão técnica que o Frei David está enfrentando aí é um problema de muito tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – No aparelho.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Porque até eu queria sugerir que ele falasse, até porque tem dados, ajudaria tanto o Marcos quanto o outro debatedor. Por-

que são dados que eles vão apresentar e são importantíssimos para a avaliação da fala das pessoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Mas eu não sei se ele não preparou toda a palestra dele baseada nos slides. Daí ele seria prejudicado.

FREI DAVID SANTOS – Eu vou depender do aparelho.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Então vamos manter essa lógica.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não tem como resolver a questão do aparelho?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Não, porque nós vamos perder, e nós estamos direto na TV. Então, passo a palavra ao Marcos por 15 minutos.

SR. MARCOS ALESSANDRO SANTOS DA SILVA – Boa tarde a todas e a todos, a gente inicia pedindo que Exu, que sempre abriu os caminhos do povo negro nessa experiência extremamente violenta que nós enfrentamos em terras brasileiras nos inspire para que tenhamos uma boa rodada de debates. Quero parabenizar o Senado e a Comissão de Educação do Senado pela iniciativa, e até pelo cuidado de chamar para a importância desse debate uma entidade nacional de movimento negro. Nós estávamos sentindo falta da participação dessas entidades nacionais para que o debate, de fato, tivesse uma fala e uma argumentação do lugar do movimento social organizado. Até porque esse debate não se esgota a partir da academia. Nós sabemos disso.

Eu represento o Movimento Negro Unificado, sou o Coordenador Nacional, uma entidade de Movimento Negro de 28 anos, porque desde 1978 nós estamos na luta sistemática, diária, intransigente contra o racismo e de afirmação da necessidade de discussão do poder na sociedade brasileira, para que esse poder esteja a partir da maioria dessa sociedade, a partir da população negra, dialogando com o conjunto da sociedade brasileira.

O MNU sempre entendeu que foi o racismo o definidor, o eixo que definiu, que operou as desigualdades sociais no Brasil. Definindo as minorias ricas e brancas e definindo a grande maioria negra, destituída dos espaços de poder. Portanto, nós enfrentamos, no final da década de 70 e início da década de 80, o mito da democracia racial e tivemos a necessária força política de aniquilarmos esse mito. Nenhum acadêmico de seriedade chega de público para referendar uma idéia de que nós vivemos em uma sociedade racialmente democrática. E esse foi um debate que o Movimento Negro Unificado travou com a sociedade, com a academia e com todo o Brasil. Discutimos também

da necessidade das reparações históricas e humanitárias ao povo negro. Porque não podemos fazer o debate das cotas a partir de um importante Projeto de Lei, mas que para a nossa luta ainda é muito pouco, que trabalhe a idéia das políticas afirmativas. Nós debatemos a partir de um princípio de que: Ponto um: A sociedade brasileira ela é fruto de um ato de violência racial. Não podemos desconsiderar todo o processo, com requintes de crueldade, que foi desenvolvido em terras brasileiras pelos europeus e seus descendentes, e que durante o desenvolvimento desse processo apropriou-se dos espaços de poder e tratou de garantir mecanismos, inclusive legais muitas vezes, de perpetuação de manutenção desses espaços de poder e dos seus privilégios. Portanto, a idéia de reparação é uma idéia que dialoga com a necessidade moral, ética e histórica do Estado brasileiro e da sociedade brasileira repararem uma dívida que, de antemão, já afirmamos que é impagável. Mas é necessário que esta dívida seja paga, é necessário que esse Estado e essa sociedade tenham ações que dialoguem com esse princípio da reparação. Então, primeiro, defendemos isso.

Um segundo ponto é de que precisamos reconhecer que não somos nós do movimento negro, não somos nós povo negro no Brasil que estamos racializando o debate no Brasil, que estamos racializando as ações do Estado no Brasil. É preciso recordarmos e termos a necessária atitude política de reconhecermos que o próprio fato de como se deu a fundação do Estado brasileiro já demonstrava quais as vinculações raciais desse Estado. O Estado brasileiro, historicamente, privilegiou os setores minoritários que, não por acaso, eram brancos, detentores das riquezas. E esse Estado produziu um conjunto de leis e mecanismos que do outro lado da ponta garantisse uma eficiente exclusão da população negra de qualquer tipo de serviço que viesse a dar sentido e significado à palavra cidadania no Brasil.

Nós não precisamos utilizar o resto da tarde para trabalharmos aqui os infinitos dados do IPEA, do IBGE, da ONU, das Comissões de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados Federais, das Assembléias Legislativas. Os dados já estão aí colocados. E nós precisamos fazer um debate muito tranquilo e franco acerca dos contrários a esta proposta das cotas raciais. Primeiro, entendemos que as cotas raciais é um sistema que está contido num conjunto de políticas afirmativas. Se propõem, então, ações em relação ao ingresso na universidade, em relação à permanência, em relação ao ingresso ao mercado de trabalho e em relação à pós-graduação. As políticas afirmativas das universidades.

Logo, não podemos restringir, sob pena de estarmos sendo simplistas e irresponsáveis, as políticas afirmativas das universidades às cotas. É um conjunto mais amplo. Segundo, entendemos que as cotas representam um remédio imediato e necessário para incidirmos sobre uma distorção, uma disparidade identificada no mundo acadêmico brasileiro. Não entendemos que as políticas afirmativas vão resolver o conjunto dos problemas que nós enfrentamos. Acreditamos inclusive, que esta falsa dicotomia entre políticas universalistas e políticas cotistas, políticas específicas, não contribuem em nada. É um debate de quem não quer enfrentar o racismo de frente. Na medida em que a luta pela escola pública de qualidade era uma luta permanente, era uma luta que nos inspira a cada dia. Agora, esta luta não garante que as distorções raciais, largamente identificadas por esses dados que por mim já foram citados dessas instituições, sejam tratadas. Nós iríamos manter os mais excluídos na condição de mais excluídos.

Então a gente precisa entender algumas motivações que se colocam contrárias às políticas afirmativas. E nós não podemos esquecer que no Brasil qual foi e qual é o papel dos colonizadores e dos colonizadores descendentes. Não podemos esquecer que o espaço acadêmico, por vezes ocupados por negrólogos, que sempre se acostumaram a nos ver em um lugar do objeto, aqueles que deveriam ser pesquisados e estudados para, mais tarde, à vasta exposição do nosso modus operandi, dos nossos aspectos culturais, estes hoje sentem-se ameaçados, porque sabem que a implementação das políticas afirmativas vai criar nas universidades um novo cenário onde apenas não teremos negrólogos, não teremos os, de sempre, pesquisadores brancos sobre a nossa história, que terão que dividir os Departamentos de História, de Antropologia, de Filosofia, Sociologia, Economia, Direito, Medicina, Comunicação com negros e negras. O grande problema é que sairemos da condição de objeto. Seremos sujeitos e sujeitas. Falaremos com a nossa própria boca. Não podemos desconsiderar que ser branco no Brasil é um lugar de poder. Porque vários são os episódios em Salvador, no Rio de Janeiro, em São Paulo, aqui em Brasília, que a fala de um branco diante de um policial acusando um negro de assalto, sem qualquer tipo de evidência ou comprovação cabal, é o bastante para a polícia nos exterminar. Não podemos acreditar de que a idéia de que a sociedade brasileira não é racializada é séria. Acreditamos que essa idéia é apresentada porque atendo entendemos que estas minorias precisam manter seus privilégios. E essa situação é insuportável, porque muitos antropólogos brancos, muitas sociólogas vão ter que ficar desempregadas. Porque

seus objetos de estudo já não mais estão dispostos a serem os observados e as observadas.

Eu quero recuperar a fala do início do meu pronunciamento. Eu falo do lugar de movimento negro. Eu, como movimento negro, entendo o papel histórico que os capatazes cumpriram, entendo o papel histórico que os feitores cumpriram, entendo o papel histórico que os traidores da luta negra cumpriram. Por que eu teria que perguntar aos meus irmãos, porque, em que pese todo o equívoco dos meus irmãos do Movimento Negro Socialista, e eu estou aqui fraternalmente me colocando na condição de irmão, porque eu acredito que até entre vocês nós vamos vencer o racismo e trazer vocês para o lado de cá, por que é que a Rede Globo, a Folha de São Paulo e O Globo não entrevistaram o Movimento Negro Socialista por ocasião das marchas que ocorreram a Brasília?

Por que é que o Movimento Negro Socialista nunca esteve na cena do debate racial no Brasil para contribuir com a nossa luta? Eu não estou falando de um movimento negro brasileiro onde não existem divergências. As divergências são centrais, conceituais inclusive, de método. Divergimos sobre vários aspectos, mas temos uma premissa básica, somos de movimento negro. Não somos e não estamos a serviço de siglas de aluguel para garantir que o branco diga para a gente “Você está vendo que até entre eles tem divisão?” Esse papel não nos cabe. E eu quero submeter os meus irmãos e irmãs do Movimento Negro Socialista a alma reflexão. Por que é que somente agora, diante desta realidade a Rede Globo de Televisão e outros canais, outras redes nacionais dão especial destaque na sua programação às posições de vocês? Por que é que os socialistas desse movimento não foram consultados quando o Governo aprovou a Reforma da Previdência? E vocês, eu acredito que como socialistas, por princípio deveriam ser contrários àquela posição, e não tiveram visibilidade alguma. É a tal da ascensão garantida pelo senhor de engenho. E esta não podemos aceitar.

Então a nossa defesa pelas cotas, eu volto a dizer, as cotas representam uma ação tática e imediata. Porque não podemos esperar a Reforma da Educação. É muito tempo. Vamos garantir o ingresso da comunidade negra nas universidades e durante o processo a gente discute as distorções, durante o processo a gente aprimora o modelo, durante o processo a gente reconhece os problemas. Até porque, durante o processo nós já estamos tendo os dados da UFBA lá na Bahia, que afirmam o excelente desempenho que os estudantes cotistas apresentaram agora no seu primeiro ano de estudantes universitários.

Nós não podemos esquecer, acreditar que essas políticas representam um privilégio, é um equívoco histórico. Porque, privilegiados foram os italianos e alemães quando para cá vieram financiados pelo Império do Brasil. Ali foi privilégio. Ali eles tiveram a garantia do transporte, dos insumos, dos instrumentos de trabalho, da terra. O que garante hoje que as redes nacionais de televisão, eu espero inclusive que elas estejam aqui presentes, as redes nacionais de televisão, num momento de copa do mundo, é possível entrevistar colônias de alemães, de poloneses, de eslavos, todos aqui no Sul do Brasil e todo mundo estruturado. O seu núcleo familiar foi mantido, sua estrutura social foi garantida. Nós, fomos dilacerados lá, antes de chegarmos no navio negreiro. E isso não invencionismo, e isso não é subjetividade acadêmica.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Faço um apelo à conclusão.

SR. MARCOS ALESSANDRO SANTOS DA SILVA – Então, para concluir, Senador, eu gostaria dizer: Nós do Movimento Negro Unificado, que defendemos um novo conceito de Nação, que dê conta das inúmeras identidades nacionais que nós temos aqui nesse território, nós do Movimento Negro Unificado, que defendemos um outro modelo de Estado, estamos dizendo que as cotas representam uma ação imediata necessária para atuarmos sobre um problema que é insuportável, óbvio, insuportável para quem enfrenta no seu dia-a-dia os problemas que o povo negro enfrenta e sabe que não é possível afirmar que as relações raciais no Brasil são cordiais. Perguntem à periferia o que elas acham da polícia armada e o tratamento que a juventude negra vem recebendo diariamente, o que comprova o extermínio da nossa população negra. E eu não conheço um branco pobre que foi exterminado pela PM na periferia de Salvador. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu quero me dirigir ao Plenário, todos vocês sabem que eu sou o autor do Estatuto da Igualdade Racial, projeto original, está na terceira versão. Mas, como Presidente aqui desta Sessão, eu não estou aqui como autor do Estatuto da Igualdade Racial. Eu vou manter uma posição de muito equilíbrio, podem todos ter certeza absoluta.

Então, eu vou lembrar ao Plenário, e eu combinei no início, manifestação no fim da fala do nosso convidado. Então, eu peço que a gente mantenha essa linha de conduta. Se quiserem manter o silêncio, é legítimo. Mas nós não vamos, em hipótese nenhuma, permitir uma vaia contra ninguém e palmas somente na fala. E isso é para o bom debate. Quero que todos me entendam, e nós vamos agora passar a palavra ao José Carlos Miranda, do Movimento Negro Socialista.

Ele disporá exatamente de 16 minutos, como foi assegurado para o orador que ora concluiu. José Carlos Miranda com a palavra.

SR. JOSÉ CARLOS MIRANDA – Boa tarde a todos, um agradecimento especial ao Senador Paulo Paim, que teve origem política na CUT, metalúrgico como eu, fundador da CUT, e que eu tenho o maior apreço, como outros Parlamentares que aqui estão e que têm uma história de combate neste País que tem que ser respeitada. E esse, na minha opinião, que eu aprendi na minha vida, é a primeira coisa, respeitar as pessoas que dedicam uma parte de sua vida e que não são remuneradas para isso, que são os militantes. Se temos ou não divergência com eles, a história, o tempo, a discussão, os argumentos vão fazer. Essa é a origem da democracia e é o respeito para cada ser humano e para cada pensamento. E eu gostaria de agradecer a todos, e ao Senador em especial, aos Parlamentares que estão aqui de ter a oportunidade de fazer essa discussão.

Mas depois de ouvir o irmão Marcos, eu tenho que pedir desculpas aqui para o meu amigo Roque, fundador da CUT e do PT, fundador do MLU, ferroviário, que é fundador do MNS. Companheiro Ferreirinha, irmão do saudoso Ferreirinha do Rio de Janeiro, operário de uma fábrica ocupada há quatro anos, fermenteiro, fundador do nosso Movimento Negro de Santa Catarina, que está aqui. Companheiro Almir, Jornalista de Macaé, do Movimento Negro Macaense, respeitado, ex-militante do MNU. Porque aqui vamos começar a discussão.

Eu quero pedir desculpas para vocês que vieram aqui hoje para ajudar a colocar luz na discussão, Senador, pessoal da Mesa, colocar luz na discussão. Eu sei a atitude que eu fiz, porque eu milito num movimento popular e sindical desde 1980, e eu sei a atitude que eu tive quando eu assinei a carta e eu conheço a maioria das pessoas que assinaram aquela carta. Mas os perigos, de fazendo a discussão, que se colocam no Estatuto da Igualdade Racial, eu não podia deixar de me eximir da responsabilidade de fazer essa discussão. Com os meus irmãos, e lá na periferia, onde eu sempre morei e onde eu sempre moro. E pode ter certeza, Marcos, Caetano Veloso, que é signatário da nossa carta já nos ensinou, “aqui no Brasil branco pobre é negro”, e pode ter certeza que nas periferias e nas favelas deste Brasil tem um ponto de irmão nosso branco, pobre, assassinado pela polícia ou pelos esquadrões da morte. Pode ter certeza. E aqueles que estão nos ouvindo na TV, e aqueles que amassam barro na periferia sabem disso. Mas nós negros e afro-descendentes somos a maioria dessa base. Então

nós somos reprimidos mais violentamente e eu tenho consciência disso.

Eu tenho que dizer, porque alguns podem estar espantados, infelizmente, por condição da vida, e por a gente, militantes de dezenas de anos do movimento negro, do movimento social, do movimento popular se articular e constituir o movimento. O comitê por um Movimento Negro Socialista. Porque, na nossa opinião de lutadores pela igualdade de todos e contra o racismo, o mundo não é feito de negros, brancos, japoneses, mulheres, crianças. O mundo, para nós, nesse sistema que cria e perpetua a desigualdade, é constituído de explorados e exploradores. E a unidade que nós queremos é de todos os oprimidos, para exigir todos os direitos para todos igualmente.

E eu quero dizer aqui, Senador, demais Parlamentares, as cotas não resolvem o problema. Por que é que eu digo que não resolvem? Primeiro, nós começamos a construir, a arrumar pelo telhado. Porque 2% da população, um milhão e trezentos e alguma coisa, porque eu não sou da academia, eu sou um militante do movimento sindical e do movimento popular, mas um número assim é pouquíssima gente, que é o que tem acesso à universidade. E há uma semana atrás, uma pesquisa da Folha de São Paulo, que depois repercutiu em vários órgãos de imprensa, e ninguém... Que 23% dos alunos do ensino médio no Estado de São Paulo são reprovados. E é só ficar na porta de qualquer escola da periferia, ali não tem cota, ali é o povo brasileiro que, cá para nós, é mais misturado do que qualquer outra coisa. O que é que está precisando então? A minha opinião, e é aí que eu quero dizer, no País mais rico e poderoso do mundo, Estados Unidos da América, 30 anos de aplicação de ações afirmativas, qual o resultado concreto, palpável hoje? Alguns negros ascenderam, mas a maioria do povo negro não mudou de vida consideravelmente. Em 2004, que foi quando houve o desastre do furacão Catrina, o que as manchetes diziam? “A Tsunami Negra”. Bom, Condoleezza Rice, num posto elevado, importante. Não digo que isso é ruim, porque dá auto-estima você ver um negro vencedor. Bom, mas resolveu o problema da maioria do povo negro do País mais rico do mundo?

A África do Sul, que tem um Governo negro e que aplica ações afirmativas desde 1994, ainda hoje são os negros que ganham menos, ainda hoje são os negros que mais morrem de Aids. Eu quero colocar essas questões, porque eu, o meu bisavô era escravo, o meu pai era branco, a minha mãe é que traz a ascendência de negro e na minha casa são quatro irmãos, e eu tenho uma irmã que é mais branca que um monte de gente aqui, o que é que o pai de família vai dizer? Eu

vou escolher entre nós qual vai ser, um é diferente do outro? Não, a minha irmã é menos negra que eu?

Bom, eu quero dizer o seguinte, eu tenho dado um exemplo prático, porque aí o povo da periferia, o trabalhador, o operário sabe. Em São Paulo tem dois bairros. Tem o bairro de Moema, que todos devem saber, é um bairro que tem toda a infra-estrutura, que é onde a maioria dos moradores são brancos, e tem o bairro de Perus. Com cotas, objetivamente, se tudo der certo, o que vai acontecer com Perus e com Moema? Possivelmente, alguns negros, com o sucesso das cotas, poucos, 28 mil em mais de 90 milhões, é a proporção das cotas, poucos vão morar em Moema, e a maioria vai continuar morando em Perus, e o bairro de Perus, que é um bairro carente, vai continuar tendo carência, falta de tudo. Não está resolvido.

Ah, uns ou outros podem dizer “é tudo ou nada”. Não, não é “tudo ou nada”. Existe um Projeto aqui, que já está engavetado faz um tempo, que torna obrigatório o ensino médio. Olha, torna obrigatório o ensino médio. Porque quando tornou obrigatório o ensino fundamental, elevou-se o nível. Agora a gente descobriu que lá na escola na base está ruim. Ninguém sabe direito, está tendo aprovação automática. Aonde está o problema? Aí que eu quero discutir. Porque vocês de cotas, que defendem as cotas, em nenhum debate que fui, propõem que se aumente o investimento no serviço público. Vamos fazer essa discussão. Por que é que a gente não pode fazer um plano ousado? Não é tudo ou nada, mas um plano ousado para equiparar as escolas das periferias com as escolas privadas. Um plano. Um ano pode ser 1%, 2%. Podemos fazer um plano de 10 anos. Eu tenho certeza, porque nós negros não somos retardados, não somos nem menos nem mais, se a gente tiver chance, nós vamos subir.

Me perdoem a paixão, mas eu tenho certeza disso, porque quando o negro foi para a frente, se tornou igual e competiu de igual para igual, e eu ouvi a Ministra falar aqui hoje de manhã, quando ela teve oportunidade, quando ela teve a chance, quando ela conseguiu pagar um cursinho particular. E por que conseguiu isso? Porque tem um monte de famílias de trabalhadores hoje, porque a gente está falando das cotas, porque é uma preocupação, tem um monte de famílias de trabalhadores, três, quatro, que juntam o dinheiro daquela família para escolher um para vingar, um filho, para ele, quem sabe, para dar um cursinho, pagar até uma escola particular, para ele vingar. Nós temos que querer tudo. Mas nós não vamos ter tudo agora. Eu tenho clareza disso. Eu sou socialista, eu quero uma sociedade igualitária, justa para todos, eu luto pela abolição da propriedade privada dos grandes meios de produção. E por isso eu quero ter o meu

irmão branco pobre do meu lado. Junto. Até o fim. E eu tenho que apoiar, Senador, Parlamentares, todos presentes aqui, medidas que vão nesse sentido. E, ao que me parece, primeiro que cotas elas trocam seis por meia dúzia e ainda faz todo o resto brigar um com os outros. Por quê? Porque é um funil aonde não vão passar todos.

E, meus irmãos, da mesma maneira que eu ouvi com franqueza a crítica do Marcos, eu quero aqui fazer uma reflexão com vocês. Para mim, políticas de ações afirmativas de cotas, elas estão enganando muitos irmãos. Por quê? Porque ela está fazendo alguns negros ascenderem socialmente. Alguns negros conquistarem posições importantes na sociedade. E o que eu tenho visto, é o que diz a Condoleezza Rice, é o que aconteceu muito nos Estados Unidos, que esses negros acabam se integrando a esse sistema desigual, acabam sendo cooptados por esse sistema desigual e abandonando o povo negro pobre da periferia para lutar com igualdade com todos os irmãos brancos. Esse é o resultado nos Estados Unidos. Porque ainda hoje nos Estados Unidos, em cada dez jovens de 16 a 29 anos, um está preso, no País mais poderoso do mundo.

Temos que fazer essas reflexões. E nós não temos medo de fazer essas reflexões como não temos medo de fazer essa discussão de cara a cara com qualquer um. Porque Marcos, em 1998, quando o MNU ainda era contra as cotas, eu, como militante e hoje dirigente do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo fui e continuei sendo contra as cotas. Até hoje eu continuo acreditando que só a unidade de todos os trabalhadores, de todos os oprimidos pode mudar, pode conquistar, pode criar patamares para que a gente avance para uma sociedade sem explorados e sem exploradores.

Eu gostaria de colocar uma outra reflexão. Eu não acho que é uma bobeira, que é uma sandice a igualdade jurídica entre todos. Não acho. Do fundo do coração. Eu acho que é uma conquista para a humanidade, uma conquista da humanidade varrer os resquícios do feudalismo, como a grande revolução francesa, de que uns tinham sangue azul e outros não. Mas ela é formal. Ela é formal, porque nós vivemos num sistema que perpetua a desigualdade. Num sistema que gera o racismo. Porque, aqui no Brasil é o negro, mas o que aconteceu em Ruanda, com a criação de duas raças artificiais de negros pelo imperialismo belga? Ou o que aconteceu na Bósnia? Ou o que aconteceu em um monte de País aonde... Não só a questão do negro, mas religião etc, se ressaltou isso, se legalizou, se institucionalizou, se colocou na lei a diferença entre as pessoas, houve uma tragédia. Isso para não se falar das “Estrelas de David” na Alemanha.

Agora, quem vive na periferia, quem trabalha e luta, os trabalhadores de uma fábrica sabem que, por exemplo, numa fábrica, e eu trabalhei muito tempo em fábrica, o salário é igual para trabalho igual. Por quê? Porque é uma conquista de todos os trabalhadores. Existe uma bandeira histórica do movimento sindical que é o contrato coletivo nacional de trabalho. Como é que nós vamos fazer com cotas? Vai ter cota? Como é que um pai de família vai escolher qual dos seus filhos, se o pai tem cinco filhos, ele tem que escolher qual o filho que vai entrar na universidade? Ele tem que escolher qual o filho que vai ter um emprego? Porque, no estatuto se propõe incentivo fiscal para as empresas que adotarem cotas. Eu vou dizer o seguinte. Conseguir alguns empregos em lojas do shopping ou em Banco resolve o problema, trocar um empregado branco por um empregado negro? Não resolve. Se o patrão não continuar explorando, não garantindo direitos, porque isso tem que ser uma luta de todos. Por fim, as cotas e as ações afirmativas, tais como estão propostas no seu essencial, apesar de que tem questões que nós podemos discutir, mas elas colocam uma linha de frente. Os trabalhadores brancos, negros, nordestinos, paulistas, cariocas, todos sabem muito bem, “tomam uma” junto, brigam junto, brincam junto, batem bola junto, e agora, na hora de procurar o emprego ou na hora de entrar na universidade vai ter que ser no funil das cotas?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Peço para concluir nos mesmos 16 minutos.

SR. JOSÉ CARLOS MIRANDA: Isso não vai ajudar o povo desse País a lutar pela igualdade. Por isso eu concluo que eu acho que nós temos que lutar pela igualdade e, lutando pela igualdade, nós vamos lutar contra o racismo e contra o sistema desigual que perpetua o racismo. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passo a palavra nesse momento para o Frei David, Diretor da Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes, EDUCAFRO. 15 minutos.

FREI DAVID SANTOS – Então, retomando a fala inicial, o texto já foi impresso e distribuído com vocês e quero ler apenas duas frases, das várias frases muito boas, que a gente pode se enriquecer a partir do movimento socialista brasileiro. E, volto a dizer, para mim é uma riqueza muito grande o movimento socialista brasileiro começar a discutir a questão do negro. Vou ler duas frases. Os socialistas defendem que, em uma sociedade desigual, para que se diminuam as diferenças sociais, não bastaria a equidade, seria necessário tratar de forma desigual os desiguais. Acho que é de uma lucidez incrível, do movimento socialista. Outra frase que quero destacar, entre várias: “Ignorar

a condição oprimida específica da população negra, em nome de um programa comum de todos os trabalhadores contra o capital não vai construir a unidade da classe trabalhadora, mas sim a sua divisão”. Eu parabeno o movimento socialista por pérolas bonitas como esta, que estão sendo produzidas a partir do debate novo que está surgindo aí.

Entrando no slide direto, então. Missão de qualquer estatuto. Não é a de estabelecer privilégios, como os contrários, erroneamente, estão difundindo. Mas sim, assegurar direitos negados. Fica bem patente isso. Qualquer estatuto tem como missão assegurar direitos negados. O Estatuto da Igualdade Racial, setores da imprensa e da academia precisam explicar à sociedade porque só querem polemizar o Estatuto da Igualdade Racial e não se preocupam com os outros estatutos e reformas, dos Idosos, Criança e Adolescente, Reforma Tributária, Trabalhista, Previdência, ou em tramitação, Estatuto da Mulher, do Indígena. São todos estatutos que definem direitos. Contra um grupo de opressores de uma certa etnia e de uma certa realidade de domínio. Afinal, os eurodescendentes já tiveram seu estatuto, quando estavam em situação de miséria e foram socorridos pelo Brasil. O Brasil doou aos colonos europeus, emigrantes, grandes lotes de terras, já demarcados, além de subsídios em dinheiro, em instrumentos de trabalho e animais domésticos. Os parentes de quase todos os contrários foram beneficiados com aquele estatuto, cujo nome era “Lei dos Imigrantes”. Foi uma política eficiente que determinou a mobilidade social dos eurodescendentes que estão no Brasil é somente isso que nós negros e negras queremos. Mobilidade social.

O que dizem os contrários ao estatuto? Sete erros e muitos equívocos. Primeiro erro: Todos somos iguais perante a lei. Na área tributária, a alíquota para os mais ricos é maior. Todos compreendem como uma atitude justa. Esta mesma compreensão deve prevalecer na relação pluriétnica. O Jurista Fábio Conde Comparato assinala que a igualdade deve ser material, além de formal. É de entendimento comum que as oportunidades são diferentes, inclusive entre o branco pobre e o negro pobre. Ignorar isso aí ou é maldade ou outra coisa. Tratar da mesma forma os desiguais acentua as desigualdades. É importante, gente, com muita sinceridade, entender esse postulado. Tratar da mesma forma os desiguais acentua as desigualdades. É uma lição tão fácil de aprender.

Segundo erro: Ódio racial. As cotas e o estatuto irão justamente combater os desníveis sociais causadores de grandes conflitos. Portanto, citar Ruanda, Moçambique, eu gostaria de discutir melhor isso daí porque, com certeza, tem vários equívocos nessa fala.

Os cotistas convivem em harmonia nas 41 universidades e instituições superiores públicas que já adotaram cotas. E também nas 1380 instituições superiores e universidades particulares que já adotaram cotas. É bom vocês saberem, gente, é bom vocês saberem que os contra não mexeram uma linha contra o fato de que nós conquistamos cotas para negro e indígena em 1380 universidades particulares. Sabem porquê, gente? É fácil saber porquê, o Governo gasta com cada vaga em Medicina três milhões e oitocentos mil por mês. Dinheiro que vai para a classe média. Quando o pobre e o negro vai disputar essa vaga, os contra não querem. Porque é ali que se define o futuro da classe média brasileira. Nós queremos, sim, que um punhado de negros e pobres mudem o perfil da elite brasileira para mudar esse Brasil.

Terceiro erro: Classificação racial oficial dos cidadãos. Gente, a classificação sempre existiu em vários momentos da história do Brasil e já começando com a escravidão e só serviu para excluir um determinado grupo, que somos nós negros. Olhando agora recentemente a realidade do Exército, a composição da cúpula da Marinha, da Aeronáutica, por que os negros não têm vez nesses órgãos públicos? Por que é que não somos promovidos, ou uma parcela? Já tem uma parcela pequena? Já tem. Mas não é o suficiente. É bom vocês saberem que a Lei 73/99 garantia também cotas no Instituto Superior do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e o movimento contrário arrancou de nós essa vitória. Essa vitória está aqui, atravessada na minha garganta, vamos ter que lutar para reconquistar as cotas no Instituto Superior do Exército, Marinha e Aeronáutica. Questão de honra para nós negros e negras. A auto-declaração veio justamente fazer o contrário. Incluir. Criará instrumentos dando ao Estado autoridade para exercer sua função de proteger os prejudicados pelo convívio desigual nas universidades, no mercado de trabalho etc.

Quarto erro: Criará o racismo. Não se cria o que já existe. Vide IBGE 2004. Brancos ganham 105% a mais do que negros. E para vocês terem isso com mais firmeza, eu trouxe aqui o jornal Folha, foi a matéria número um do jornal Folha. Está aqui: “Brancos ganham 105% a mais do que negros”. E eu tenho certeza que o movimento socialista vai nos ajudar a mudar essa realidade. O estatuto será um instrumento para combater o racismo, que silenciosamente corrói o bom convívio entre os brasileiros. Neste caso, a iniciativa privada está saindo na frente do Estado, vide reunião realizada pelas 500 maiores empresas particulares do Brasil, só para discutir por que a exclusão do negro é grande entre eles. Vide também o BANCO ITAÚ. É bom saberem que o BANCO ITAÚ, em 2003, no Brasil intei-

ro, entre os milhares contratados, só havia contratado 156 negros e negras. Com a pressão da comunidade negra, ocupando inclusive agências do Banco, agora chegou o extrato do BANCO ITAÚ em nossa mão. O BANCO ITAÚ nos comunica que em 2005 contratou no Brasil 2560 afro-brasileiros. Portanto, gente, a iniciativa privada está passando na frente do Estado, que é quem deveria nos dar garantia de qualidade de vida e igualdade. Portanto, o Estado está muito atrasado, quando discute somente agora o estatuto e a lei das cotas.

Quinto erro: O certo seria investir em educação de base ao invés de cotas. Uma coisa, gente, não é contra a outra. Eu não sei porque os contra insistem nessa idéia. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. As duas coisas se completam. As cotas são complementares às políticas universais. Elas vêm corrigir os erros causados por essas políticas justamente. Segundo o IPEA, desde 1929 até hoje, todas as políticas universais implantadas no Brasil não mudaram em um dígito o desnível entre brancos e negros. Gente, por favor, ouçam, o pessoal do contra, entenda isso, pelo menos, leiam o IPEA, por favor. E aí, um dos vários momentos de luta da comunidade negra no Brasil é em prol de mudança, de direitos iguais e de igualdade.

Sexto erro: Fere a meritocracia. Diminuição da qualidade acadêmica. Porque eu nunca vi até hoje nenhum debate, os contras apresentar um único resultado das várias universidades que já têm cotas, que já têm pesquisas. Não apresentam. Ou não gostam de ler coisas boas, ou pesquisas das universidades que adotaram cotas provam que os cotistas estão tendo desempenho igual ou melhor aos que entraram pelo sistema tradicional de vestibular, que é injusto, desonesto. Eu teria vergonha de ser Professor em uma universidade que tenha vestibular tradicional. Porque é um dos (inaudível) mais desonesto que há no Brasil, e eu espero ter a oportunidade de provar para vocês em algum momento. Exemplo: A famosa e querida Universidade Federal da Bahia. Dos 57 cursos, os cotistas tiveram médias melhores do que os não cotistas em 32 cursos, isto após um ano, tendo mesmo Professor, mesma sala de aula, acesso à mesma biblioteca, a todos os direitos. O negro está dando show, provando que ele tem capacidade e foi negado pelo sistema excludente. Medicina, por exemplo, não cotistas 84,6% deles atingiram a qualidade acadêmica. Já os cotistas, 93,6. Um outro curso muito disputado lá na Federal da Bahia, Comunicação Social. Não cotistas, 88,9 atingiu qualidade acadêmica. Os cotistas, para quem peço uma salva de palmas, 100%.

Sétimo erro: Fere a autonomia das universidades. Nós movimento negro defendemos com garra a

autonomia universitária em todos os campos. Menos autonomia para excluir, como fizeram até agora. Não admitimos isto. Deram as costas para os pobres e para os negros, e estavam apenas alimentando, como disse o Governador de São Paulo, uma elite branca e perversa, insensível com os direitos dos negros e indígenas. Outro momento de luta da comunidade negra pelo Brasil afora em prol de momentos melhores. O Brasil quer reparação. A política de cotas só para negros conta com o apoio de 65% da população brasileira, segundo pesquisa do Datafolha, de julho de 2006. E vocês devem ter recebido, todos vocês, um documento que distribuimos com vocês, da nossa pesquisadora Vânia Santana, negra, guerreira, onde ela faz um estudo dessa pesquisa, e mostra para vocês o que os jornais e a TV Globo não quis mostrar.

Então, por favor, não deixem de ler essa pesquisa, principalmente o meu irmão, Senador Cristovam Buarque, Suplicy, essa pesquisa vocês têm que ler, essa leitura da pesquisa, porque revela coisas incríveis, entre elas a grande surpresa: Os eleitores do Alckmin, da Heloísa Helena, de Lula etc, todos eles, em grande maioria, aprovam as cotas para negro. E isto a televisão não falou, os jornais não falaram. “Datafolha revela: 87% do povo brasileiro quer cotas para negros e todos os demais excluídos”. Gente, é importante esse enfoque, porque alguns estão lendo de maneira desonesta, “87 querem cota para pobre e não para negro”, e não é verdade, não é por aí que foi feito o enfoque da pesquisa. O povo entendeu que foi a luta dos negros que conquistou cotas para os demais excluídos, gente, é importante dizer isso aqui, nenhum grupo estava lutando pela inclusão de branco pobre antes. Nenhum grupo estava brigando por isto. Estavam dando as costas para os brancos pobres. Agora, que o negro está colocando com garra os “pingos nos is”, que bom, venham sim, mas nos ajudem em vez de serem contra nós.

Desmistificação das cotas. A Fundação Perseu Abramo, em 95, perguntou à população se aprovava a política de cotas, e o percentual foi de 48%. Agora, o Datafolha mostra 65%. É bom lembrar que nesta mesma sala aqui, nesta mesma Casa, em 21/03/2006, em um seminário realizado por esta Casa, o Senado e as Legislativas(F), falamos aqui, prevíamos que os favoráveis às cotas estariam mais ou menos em 68%. E agora temos a pesquisa provando que nós não estávamos falando nenhuma invenção, como alguém me falou depois do debate.

Sétimo erro: Da proposta de inclusão na...

Um erro que também queremos deixar bem evidenciado, porque eu estou vendo algumas pessoas boas e capazes aplaudindo a UNICAMP e a USP, e eu

falo um apelo a vocês. Revejam e aprofundem, porque tem armadilhas ali montadas. Na proposta de inclusão da UNICAMP e na proposta de inclusão da USP tem armadilhas. Estudem, para vocês não caírem nesse erro também. Há no mínimo cinco redes públicas paralelas de ensino médio no Brasil. Escolas técnicas federais, escolas técnicas estaduais, escolas públicas dos centros das cidades e escolas públicas das cidades do interior. Escolas públicas abandonadas, que é o quinto item, aqui estão cursando as grandes vítimas do ensino do Brasil, os afro-brasileiros. E é bom lembrar, e aqui está uma das armadilhas que a USP e a UNICAMP estão montando contra nós. Em média, 37% dos alunos da rede pública do Brasil são da classe média e brancos. Portanto, os alunos que estão entrando na USP com pontuação não são negros, são brancos de classe média. Atenção, avaliem. Avaliem, porque eu estou vendo alguns, gente boa, defendendo USP e UNICAMP, e isso é um erro grave.

O Estatuto da Igualdade Racial é um instrumento necessário para a saúde e harmonia pluriétnica do Brasil. Gente, saúde e harmonia pluriétnica do Brasil. Não dá para permitirmos que o IBGE continue a pesquisar e divulgar manchetes como a da Folha de São Paulo, que mostrei agora mesmo, “Brancos ganham 105 a mais do que os negros”. (soa a campanha)

E nesta linha, fechando, quero mostrar para vocês pesquisa que a Universidade do norte fluminense me enviou, mostrando que os não cotistas, classe média, abandona as vagas da universidade duas vezes mais do que os negros cotistas.

Bom, e concluir também e mostrar para vocês que foram feitas pesquisas em cinco universidades com Professores que dão aula para cotistas. E o resultado foi fantástico. Os Professores que dão aula para cotistas aprovam as cotas e aprovam o desempenho dos alunos. Os Professores que não dão aula, por desconhecimento e preconceito, têm uma postura um pouco ainda reticente. Mas os Professores que dão aula para cotistas, 73,7% aprovam cotas para negros nas universidades. Valeu, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Frei David ficou exatamente no tempo que dei a ele. Nesse momento, a gente desfaz essa Mesa e já convidamos, para que tenham, as perguntas serão em seguida, nós vamos já, de imediato, desfazer essa Mesa, e convidar a Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Yvonne Maggi, para que venha à Mesa. Essa Mesa é desfeita. Convidamos- –

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (inaudível) que a primeira fila seja liberada para Parlamentares e para convidados da Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nós lembramos que a primeira fila é para Senadores, Deputados e painelistas. Convidamos também o Sr. Professor da Universidade de Brasília, José Jorge de Carvalho. Convidamos também o Sr. Coordenador Nacional da Federação dos Trabalhadores Sobre Trilhos – CUT, Conselheiro da Comunidade Negra Bauru-SP, Roque Ferreira. Vocês podem ir sentando porque daí eles adaptam a... Convidamos também o Sr. Carlos Alberto Medeiros, doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Senador, eu queria falar. Pode ser?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu gostaria de registrar a presença entre nós do Senador Cristovam, candidato à Presidência da República pelo PDT, que veio prestigiar este evento, e aí eu peço para o Senador Cristovam uma salva de palmas, que veio prestigiar este evento, ex-Ministro da Educação e está aqui conosco.

Antes de passar a palavra ao Senador Cristovam, que pede, pela ordem, e também o Deputado José Alberto, pela ordem, eu quero só lembrar ao Plenário que nós tínhamos combinado na abertura que falaríamos os quatro painelistas, dois a favor e dois contra, não é nem contra, eu tenho me referido a manifesto um e manifesto dois, e nesse momento haveria o mesmo procedimento e, em seguida, abríamos a palavra aos Senadores e aos Deputados. Mas, pela ordem, Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Senador Paim, eu, lamentavelmente, por uma quantidade de afazeres não só do esforço concentrado, mas também da campanha em que eu estou envolvido, não vou poder ficar todo o tempo. Mas eu consideraria um absurdo...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu quero consultar a Mesa se eles, entendemos que nós podemos abrir um precedente para que o Senador Cristovam pudesse dar a sua opinião nesse momento, e ele vai ter que se retirar, porque é candidato à Presidência da República. A Mesa concorda? Então, Senador Cristovam dará a sua opinião antes de a Mesa se pronunciar.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Eu não posso imaginar não participar de um evento como esse, pela sua importância e minha posição clara, desde sempre, em relação ao assunto. Posição que muitas vezes não é compreendida por uma parte considerável da opinião pública, e por muitos eleitores. Mas eu tenho uma posição firme. Posição firme, desde sempre, da necessidade do Brasil instaurar o sistema

de cotas para negros. E quero aqui afirmar isso. E dizer meus argumentos que, às vezes, vão além dos que foram usados aqui em defesa e no resgate da raça negra. Eu vou mais longe. Além disso, eu acho que é o resgate da dignidade adiada do povo brasileiro em geral. Eu não vejo a questão das cotas porque beneficia alguns negros, nem mesmo a raça negra, se fosse ela por inteiro, o que não é. Eu vejo mais. É uma vergonha um País com a cor do Brasil, do povo brasileiro, ter uma elite com a cor da elite européia. Eu creio que o fato de termos cota para negro nas universidades, não vai beneficiar a população pobre, vai beneficiar a população que termina o ensino médio. A população pobre do Brasil ela não termina a quarta série. Raros, a oitava. Quase nenhum, o ensino médio. E desses, os que terminam é sem qualidade e não podem pagar um cursinho. Os jovens negros que vão se beneficiar terminarão o ensino médio e terão feito cursinho, provavelmente. O que se trata é da dignidade da representação do povo brasileiro na sua elite.

O Presidente Mandela, quando assumiu a Presidência, decretou de uma vez “Metade dos Embaixadores serão negros”. Não havia um único, obviamente, Embaixador negro durante o apartheid. Imagine, se ele não tivesse feito isso. Ia continuar a África do Sul com todos os seus Embaixadores brancos, o que acontece com o Brasil? Ele decretou: “Metade é negro”. Alguns dizem que caiu a qualidade. Ainda que tenha caído a qualidade do ponto de vista técnico, aumentou a qualidade do ponto de vista da dignidade do povo sul-africano. E a dignidade é mais importante do que a técnica. Mas, no caso do Brasil, está mostrado aqui, não cai a técnica, tecnicamente.

Alguns de vocês já perguntou a um Médico em que lugar ele passou no vestibular? Eu nunca perguntei a um Médico meu em que lugar ele passou no vestibular. Não tem nada que ver em que lugar você passou no vestibular e qual é a sua qualificação técnica ao longo da sua vida profissional. Não tem. É possível que um ou outro primeiro lugar continue para sempre, mas é muito mais provável que não seja assim. Aliás, fala aqui um “Passei nos primeiros lugares da Escola de Engenharia e me formei como um medíocre Engenheiro, porque eu já não queria mais ser Engenheiro, e eu mudei de profissão”. Não tem nada a ver com a qualificação no vestibular. Ninguém vai entrar em cotas sem passar no vestibular. É apenas uma questão de classificação. Que diferença faz? Não faz.

Agora, o fundamental é que a gente deixe patente que não basta cota para negros na universidade. A gente precisa é de uma cota de 100% de todos os brasileiros terminando o ensino médio. Enquanto isso não acontecer, a cota para negro, eu defendo,

sou favorável e sempre fui, mas é absolutamente insuficiente do ponto de vista da justiça social. É uma questão de dignidade do povo brasileiro ter a sua elite com a cor da cara do seu povo, que é de branco, de negros, de indígenas, de mulatos. Hoje não tem. Hoje a elite é branca. Eu sou pernambucano, um lugar de negros. A primeira vez que fui a um Médico eu já tinha 60 anos e estava em Angola. E não vou negar, quando eu vi o Médico na minha frente, eu disse “Caramba, o Médico é negro!” E não foi por preconceito nenhum, é porque não tem Médicos negros. É preciso ter, para mudar a elite.

Então, eu sou francamente favorável, vim aqui manifestar isso, não importa o custo que eu tenha disso do ponto de vista eleitoral, porque aqueles 68% é o pessoal mais pobre, se você pegar a elite brasileira não está a favor das cotas, se você discriminar a percentagem vai ver que há uma desigualdade muito grande no apoio às cotas entre as massas e a elite. E essas massas a gente sabe que vão votar por outras razões e não exatamente pelas posições que eu tenho em relação às cotas. Mas eu não queria deixar de manifestar isso. Era isso que eu tinha para dizer.

É um tema tão sério que eu não gostaria de fazer uma brincadeira. Mas não posso, Frei Davi, deixar de fazer. É que quando o senhor citou aqui os candidatos, o senhor disse “Heloísa, Lula, Alckmin etc”. Eu vou pedir cota para candidatos. Por favor, da próxima vez, me inclua entre os candidatos. Mas, para não terminar com uma brincadeira numa coisa tão séria...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Mas a Presidência resgatou aqui. Quando anunciou V.Ex^a., anunciou-o como candidato a Presidente pelo PDT e pediu uma salva de palmas ainda.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – É verdade. Mas eu quero menos palmas e mais votos, Presidente. Meu futuro não se mede em decibéis. Mas eu quero não terminar com brincadeira, porque esse é um assunto sério, da maior seriedade, esse assunto merece toda a concentração, até duvidei, Frei David, em fazer essa brincadeira, eu quero dizer que o Brasil precisa fazer com que a cara da sua elite tenha a cor da cara do seu povo. Hoje não tem. Só vai ter quando fizermos a revolução educacional, que leve todos os meninos e meninas a terminarem o ensino médio com qualidade. Mas isso vai levar uns 20 anos, 25 anos se a gente começar agora. Porque é o tempo deles crescerem. Não vai começar para os que já estão no segundo grau. Essa revolução, de fato, só vai tocar nos que tiverem entrando agora no ensino fundamental. E nesses 20, 25 anos não dá para continuar com essa situação de que lá fora o Brasil é branco, por aqueles que nos representam em todas as profissões, salvo

o futebol, porque é desde pequeninhos que jogam bola, mas não é desde pequeninho que os pobres entram na escola. A bola é igual. Computador, nem existe para outros.

Então, Presidente, que fique aqui minha posição clara e meu apoio a este evento, este encontro, porque eu acho importante o debate, apesar de eu ter muita clareza sobre o assunto, não acredito que isso deva ser imposto sem um grande debate, para evitar problemas futuros, mas que minha posição fique clara hoje, como sempre, nos últimos talvez 10 anos, desde que esse assunto começou. E eu sou orgulhoso de ser da UnB, uma das universidades que tem dado prova de entender esse programa. Por isso, cumprimento meu grande amigo e colega, e digo, Presidente, parabéns por ter organizado esse evento, lamento não ficar aqui, mas eu tenho que sair daqui para lutar por outras coisas, inclusive cotas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Conforme combinado na abertura desta Audiência Pública, e já acertado aqui na Mesa, com a maior tranquilidade, vai fazer uso da palavra nesse momento o Dr. Carlos Alberto Medeiros, doutorando em Ciências Sociais pela universidade do Rio de Janeiro. Em seguida, vai falar a Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dr^a. Yvonne Maggi. Após, em terceiro, o Professor da Universidade de Brasília, José Jorge de Carvalho. E conclui o Sr. Roque Ferreira, Coordenador Nacional Federação dos Trabalhadores. Carlos Alberto, com a palavra.

DEPUTADO LUIZ ALBERTO (PT-BA) – Sr. Presidente, Paulo Paim...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Pois não, pela ordem, Senador... Deputado. Quem sabe, Senador, depois.

DEPUTADO LUIZ ALBERTO (PT-BA) – No futuro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Não podemos continuar com só um negro aqui no Senado.

DEPUTADO LUIZ ALBERTO (PT-BA) – Com certeza. Também não pode diminuir na Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Então tem que aumentar lá e aqui.

DEPUTADO LUIZ ALBERTO (PT-BA) – Mas Presidente, só uma questão de solicitar a V.Ex^a. que, em mantendo o princípio do contraditório, vamos dizer assim, por não achar outra palavra aqui, terminou a última Mesa a falando uma pessoa favorável, ou seja, o manifesto dois, como V.Ex^a. denomina. Então eu gostaria de solicitar que mantivesse, ou seja, nessa Mesa então iniciaria por uma posição contrária, ou pelo manifesto um.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu estou entendendo, Sr. Carlos Alberto. A gente fez duas Mesas, a gente combinou antes. O último a falar da primeira Mesa, na segunda Mesa seria o do manifesto um o último a falar. Foi isso o combinado. E eu vou ter que manter essa coerência, porque foi combinado. O último a falar na primeira Mesa foi aqueles que têm a posição do manifesto dois. O último a falar na segunda Mesa é aquele que tem a posição do manifesto um. Mas não se preocupe que eu vou abrir um espaço depois para inclusive perguntas entre os debatedores. Nós vamos aproveitar ao máximo aqui. Todos terão direito. Nós queremos fazer um bom debate aqui. Há pergunta e há resposta, no mínimo uma pergunta entre aqueles que se manifestaram aqui. E naturalmente os Deputados e Senadores terão tempo para expor o seu ponto de vista sobre o tema. É que foi combinado na abertura. Mas eu até entendo a posição de V.Ex^a.

DEPUTADO LUIZ ALBERTO (PT-BA) – Foi só uma preocupação, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu apenas quero cumprimentar o Senador Paulo Paim pela iniciativa de realizar este debate. Os presentes conhecem que eu votei favoravelmente tanto ao projeto de cotas como ao Estatuto da Igualdade Racial quando das votações aqui nesses últimos anos e mantenho minha posição, mas quero dizer que avalio como extremamente importante a oportunidade de nós estarmos ouvindo aqui os dois pontos de vista, estarmos ouvindo todos os argumentos. Eu infelizmente não terei condição de... Porque eu estou inscrito para falar daqui a instantes na Tribuna, então eu não poderei ouvir toda esta Mesa agora, mas expressei os meus cumprimentos e com certeza estarei estudando com atenção tudo que for dito aqui durante todo este seminário. Meus parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito obrigado, Senador Suplicy. Passamos de imediato a palavra ao Dr. Carlos Alberto Medeiros. 15 minutos.

SR. CARLOS ALBERTO MEDEIROS – Boa tarde. É um prazer grande estar aqui participando deste evento, cumprimento a Mesa, cumprimento os Senadores, Parlamentares em geral, o público.

Trata-se de um momento ímpar da sociedade brasileira. Um momento em que o Brasil tem a chance, pela primeira vez, depois de muito tempo, depois da abolição da escravidão, o Brasil tem a chance de enfrentar um problema que é fundamental na sociedade brasileira, que é o problema do racismo e da desigualdade racial. A divulgação dos dois abaixo-assinados produzidos nas últimas semanas, um contra e outro

a favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial, revelou que existe uma divisão profunda na sociedade brasileira, uma divisão diferente daquela que a imprensa, por meio de uma cobertura enviesada desse tema, tentou passar para a sociedade. Ou seja, de que havia, de um lado, militantes, políticos e funcionários do Governo, portanto, pessoas ideologicamente comprometidas, talvez desonestas, demagogas e, do outro lado, grandes especialistas sobre a questão racial, que esses eram contra. Ora, o que a divulgação dos manifestos mostrou é que existem especialistas de um lado e de outro. Na verdade, essa discussão é algo absolutamente novo para mim, em toda a minha vida eu nunca vi algo que dividisse da maneira que esse debate divide.

Ou seja, existem comunistas, socialistas, social-democratas, liberais, de um e de outro lado do debate, assim como existem Sociólogos, Antropólogos, Historiadores, Juristas, Economistas, Biólogos, para ficar naquelas disciplinas que têm se envolvido nesse debate. E antes então de entrar propriamente na minha fala, eu quero dizer que é quem está falando aqui é um negro. Eu não sou translúcido, eu não sou verde, eu não sou marciano. Eu sou um negro. O que é que significa ser um negro? Significa que eu sou uma pessoa que tem experiência direta da discriminação racial. A discriminação racial pode acontecer comigo, na saída desse evento, num contato com a polícia, ou amanhã, já passa de 4h, daqui a pouco, amanhã, na porta giratória de um Banco, por exemplo. Então, essa minha experiência direta com a discriminação racial tem uma influência profunda sobre a minha posição.

Alguém disse que esse debate não importa se você é negro ou branco. Isso não é verdade. Todas as pesquisas mostram que em todas as faixas, todos os segmentos da sociedade, em todas as faixas de escolaridade, em todas as faixas de renda, sempre existe um apoio maior entre os negros e uma rejeição maior entre os brancos. Mesmo naquelas faixas em que a maioria dos negros é contra, o percentual de brancos contra é maior. Por quê? As Ciências Sociais explicam. O lugar que o observador ocupa na sociedade condiciona fortemente, não determina, mas condiciona fortemente a visão que ele ou ela tem dessa mesma sociedade. Portanto, ser negro ou branco não é um assunto irrelevante para esse debate. Ele também é fundamental. Embora essas posições não sejam amarradas, mas para que se possa olhar a sociedade com os olhos dos outros, é preciso fazer um exercício, “calçar os chinelos do outro”. Eu, como homem, posso tentar enxergar a sociedade pelos olhos da mulher, mas, para isso, eu tenho que fazer um exercício, eu tenho que me dispor, e isso é muito difícil, e do limite eu jamais conseguirei

ter certas percepções que as mulheres têm, porque eu não vivo essa situação.

Bem, o debate então que tem se travado tem sido fundamentalmente entre dois grupos. No grupo contra, esse grupo normalmente se articula em torno de idéias tradicionais da sociedade brasileira, em torno do mito da nacionalidade brasileira, da identidade nacional brasileira, tal como eles foram construídos nas primeiras décadas do século XX, em cima de noções como cordialidade, como democracia racial, mesmo que alguns de nossos adversários que tenham se distanciado um pouco dessas posições, mas eles continuam defendendo que o Brasil é alguma coisa excepcional. E do outro lado temos pessoas que não acreditam que nós tenhamos, de forma alguma, democracia racial. Acreditam que a fórmula da democracia racial é, na verdade, um meio de se continuar discriminando sem culpa e, portanto, propõem medidas que procurem enfrentar, não para resolver o problema da discriminação racial, ação afirmativa não vai resolver o problema da discriminação racial, mas para proporcionar igualdade de oportunidades para os afro-descendentes no Brasil.

Eu costumo dizer que a posição dos nossos adversários é uma posição cheia de inconsistências e incongruências. Eu os dividiria em dois grupos. Um grupo, cuja argumentação é mais simplória, mas, ao mesmo tempo, mais coerente. São as pessoas que dizem que simplesmente não há problema racial no Brasil. Ora, embora essa argumentação não possa se sustentar diante, sobretudo, das pesquisas sobre desigualdade racial, os seus proponentes são absolutamente coerentes. Porque, quando eles dizem que não há problema racial, não há nada a ser enfrentado e, portanto, eles são contra políticas de ação afirmativa. Mas existe um outro segmento dos nossos adversários que é mais sofisticado, porque ele conta inclusive com pessoas que têm estudo a questão racial, pessoas que se dedicam há décadas ao estudo da questão de raça no Brasil. E o que eles dizem? Sim, existe um problema racial, existe desigualdade racial, existe discriminação, mas nós somos contra a adoção dessas medidas porque isso pode provocar mais problemas do que resolver.

Eu digo que essa posição é incoerente e inconsistente, e eu vou mostrar por quê. Os defensores dessa posição normalmente dizem que existe, sim, discriminação racial no Brasil. Então, quando eles dizem que existe discriminação racial no Brasil eles estão dizendo que é possível identificar quem é negro para poder discriminar, negativamente. Mas quando a gente vem com a proposta de ação afirmativa, eles dizem: “Sim, mas há tanta miscigenação no Brasil. Então, é

impossível identificar quem serão os beneficiários da ação afirmativa”.

Então, eles estão nos colocando diante de um paradoxo. É ao mesmo tempo possível e impossível identificar quem é negro. É possível para prejudicar e é impossível para beneficiar. Eu gostaria que eles resolvessem esse paradoxo.

Um outro problema importante está ligado a essa idéia de raça. Então, os nossos adversários dizem que o conceito de raça é um conceito que a Biologia demonstrou que não tem validade e, portanto, nós devemos eliminar o conceito de raça desse debate e tentar então procurar soluções que os anglo-saxões chamam de color blind(F), soluções cegas à cor.

Então, raça não existe. É interessante que eles digam que raça não existe, primeiro porque eles estão importando uma noção que é da Biologia, quando não foi a Biologia que construiu as raças. As raças são o produto de uma construção sócio-histórica, a Biologia até ajudou num determinado momento. A partir da década de 50, os ventos começaram a soprar de outra maneira e os Biólogos começaram também a mudar o seu discurso. Agora, essa mudança, que foi inclusive estimulada por organismos internacionais como a Unesco, a noção de que raça não existe é uma noção libertária, é uma noção que visa à promoção da igualdade entre os seres humanos. Mas aqui no Brasil, nesse debate, ela tem sido perversamente utilizada para obter o efeito contrário. Ou seja, usar a noção de que raça não existe para manter os negros no seu lugar.

O curioso, porém, da posição defendida pelos nossos adversários nessa área é que eles se dedicam tanto à condenação do conceito de raça, “raça não existe”, mas defendem a democracia racial. Raça não existe, mas existe democracia racial? Eles também dizem que não existe raça, mas existe miscigenação. Eles defendem a miscigenação. Um deles escreveu num livro publicado recentemente, defendeu a miscigenação biológica e cultural. Do que é que nós estamos falando? Miscigenação é mistura de raças. Não existe raça, mas existe mestiço. Ora, todos somos seres humanos e tão mestiço é o produto do cruzamento de um ser humano com outro ser humano. Isso aí não tem nenhuma validade. É uma contradição muito interessante que eu também gostaria que eles nos ajudassem a resolver.

Mas eu creio que o principal, a inconsistência principal dos argumentos dessa pendência está no campo propositivo. O que é que eles nos propõem? E eu acho muito curioso que pessoas que se dedicam há três, quatro décadas ao estudo de relações de raça no Brasil, pessoas que, enfim, têm carreiras construídas a partir disso, posições na hierarquia universitária

obtidas através do seu valor, do seu mérito no estudo dessas questões, no momento de apresentar propostas, venham com coisas muito vagas, por exemplo, investimento na educação. Ora, como se nós do lado de cá fôssemos contra o investimento na educação. Absolutamente, não. Apenas quando se faz essa proposta de maneira genérica, a Profª. Eliza Reis produziu um texto fantástico intitulado “Dossiê da Desigualdade”. Esse “Dossiê da Desigualdade” foi produzido por meio de uma pesquisa cujo foco era o que ela chamou de elite. Ou seja, as elites acadêmicas, as elites políticas, as elites sindicais. E o que ela aponta, com muita ênfase, nas conclusões do seu trabalho é que todas essas elites, na hora de apresentar uma solução para variadas questões, inclusive a questão de raça, falam de melhorar a educação.

Ora, nesse contexto, melhorar a educação se transforma numa solução conservadora. Uma solução conservadora, e alguém já falou aqui, isso já foi repetido anteriormente, primeiro que a solução pela educação, se hoje, por acaso, hoje se começasse a implementar medidas eficazes para melhorar a educação pública no Brasil, o resultado só se faria sentir daqui a algumas décadas, ou seja, é uma solução muito cômoda, porque essas pessoas não têm que abrir mão de nada. Basta apenas apontar que a educação vai resolver. E o curioso também é que a gente percebe que essas pessoas que apontam como a saída, a saída como sendo a educação, não são pessoas engajadas numa luta pela educação no Brasil. Eu nunca vi essas pessoas defenderem ardentemente essa necessidade, inclusive se articularem nacionalmente numa campanha nacional, como estão fazendo agora contra a Lei de Cotas, contra o Estatuto da Igualdade Racial, essas pessoas, para demonstrar a sua sinceridade, para mostrar que não estão apenas falando da boca para fora, elas deviam organizar um manifesto, reunindo intelectuais, sindicalistas, gente de todas as áreas, articular uma ação nacional. Em vez de perder tempo e energia brigando contra cotas, lutar por aquilo que eles dizem que acreditam. Mas é a própria falta de atuação deles que me faz duvidar da sinceridade dessa proposta. Se acham que existe um problema racial, que é um problema crucial a ser resolvido no Brasil e que esse problema pode ser resolvido por meio da educação, eu tenho minhas dúvidas a respeito disso, de que a educação apenas fosse resolver, medidas universalistas possam resolver questões que são particulares, mas de qualquer maneira eu respeitaria muito mais a sua posição, se eles se engajassem, se eu visse esse engajamento, se eu testemunhasse esse engajamento profundo que, absolutamente, não acontece.

A questão que está sendo discutida agora é fundamental. Discutir a questão de raça no Brasil significa revisar séculos, séculos de história do Brasil, séculos de inércia em relação à situação dos afro-descendentes.

Numa entrevista publicada pelo jornal do Brasil, 1978, eu estou citando de cabeça, mas a minha memória é boa, o Sociólogo Gilberto Freyre, que é o ícone desse segmento do debate, dizia o seguinte: “A harmonia racial da sociedade brasileira se deve à generosidade dos negros”. Olha, está aí algo que eu posso concordar com o Gilberto Freyre. Talvez eu trocasse “generosidade” por “submissão induzida”. Mas, com certeza, ele está apontando para o lócus certo desse debate. Ou seja, o que garantiu a situação até agora foi os negros aceitarem a submissão. Num livro publicado em 1968, o Jornalista José Itamar de Freitas, que depois ocuparia um cargo no jornalismo da Globo, mostrou uma visão profética. O livro era “Brasil, ano 2000” e, nesse livro, ele entrevistava uma série de intelectuais, de pensadores sobre questões que poderiam aparecer, como é que estariam essas questões, novas questões, antigas questões na virada do século XX para o século XXI. E tem um capítulo sobre raça, e nesse capítulo sobre raça ele diz o seguinte. Mais ou menos, que haveria uma evolução da população negra, cresceria o número de negros na classe média, e esses negros de classe média começariam a pressionar, porque continuariam encontrando obstáculos e começariam a pressionar pela mudança desse sistema. E é exatamente o que está acontecendo hoje. A novidade nesse debate é a presença dos negros. Como alguém já disse aqui antes, anteriormente, eles estavam acostumados a falar em nosso nome. Eles eram nossos porta-vozes. Eles vocalizavam todas as questões. Gilberto Freyre sabia tudo (soa a campanha) sobre a população negra. Sabia os nossos anseios, ele sabia o que era melhor para nós. Muito bem, ele podia até ser uma boa pessoa, mas hoje nós não aceitamos mais isso. Hoje, nós falamos em nome de nós mesmos.

Apenas para fechar, eu quero ler um texto de um intelectual importante, um intelectual francês importante, Sociólogo, chamado Pierre-André Taguieff, a respeito dessa questão da raça. E é um texto de luta. Esse texto foi escrito, o título é “Pour Combattre Le Front National”, para combater a Frente Nacional, o partido racista Jean Marie Le Pen. E ele dizia o seguinte: “A desconstrução científica da raça biológica não faz desaparecer a evidência da raça simbólica, da raça percebida e, invariavelmente, interpretada. Acima de tudo, o imaginário racista alimenta-se das semelhanças e das diferenças fenotípicas, da cor da pele, até

diversas características morfológicas. A eliminação no vocabulário da palavra raça como prescrição da ação anti-racista remete a uma eugenia lexical negativa, que crê matar o racismo eliminando a palavra. Tal supressão teria consequências contrárias ao efeito imaginado, pois reforçaria os mecanismos racistas do querer dizer, favorecendo assim a normalização do racismo simbólico”. Ou seja, como nós, que vivemos o racismo e que sofremos na própria pele sabemos, não é mudando a terminologia que nós vamos acabar com coisa nenhuma. Temos que continuar lutando e temos agora, pela primeira vez, vivemos esse momento alvissareiro em que nós podemos transformar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos de imediato a palavra à Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dr^a. Yvonne Maggi. V.Ex^a. dispõe de 15 minutos com mais um, como aconteceu com aquele que antecedeu a fala da senhora.

SRA. YVONNE MAGGI – Em primeiro lugar, quero agradecer o honroso convite do Senador Paim para estar aqui e dizer que estar aqui hoje é um privilégio e um direito. Sou uma cidadã brasileira que sofrerá as consequências das políticas propostas. E como cidadã brasileira, falo em meu nome e no nome daqueles que não estão nesta sala, mas estão lá fora. Estão nas periferias, mas também nos bairros mais afastados dela. Falo em nome meu e falo em nome também dos meus colegas que se posicionaram e amigos, de uma posição muito difícil na nossa sociedade, que foi se posicionar assinando aquela carta pública. Falo isso com uma largueza no coração, no espírito. Porque eu sou amiga de gente que assinou um e outro manifesto. Participo de reuniões políticas e até às vezes esqueço quem assinou o que. Hoje mesmo pedi a uma amiga: “Pense em mim, vou estar lá no Congresso”. E ela disse: “Ah, não, eu vou rezar para você se dar mal”. Porque ela tinha assinado o outro.

Então, eu quero dizer o seguinte, que eu não sou adversária de ninguém aqui nesta Mesa. Eu sou contra, e me posicionei desde o primeiro momento contra a política de cotas. Sou, sim, para aqueles que falaram dos estudiosos, sou, sim, estudiosa desse tema. Iniciei a minha carreira estudando num terreiro de umbanda, e estou terminando ela nessa difícil tarefa de convencer a todos que raça é um conceito e uma idéia que foi fundada e criada pelos racistas para nos dividir. E o que eu senti hoje de manhã até agora foi a expressão clara dessa divisão. Logo que chegamos aqui, entraram os companheiros do Movimento Negro Socialista e foram agredidos, por estarem com uma posição diferente da posição que, supostamente, seria uma posição que os negros devem ter. Portanto,

eu vou reafirmar aqui a minha posição absolutamente contrária aos dois projetos.

E vou pedir aos Senadores, aos Deputados, que pensem nisso com o coração e com a sua trajetória histórica. Por quê? Todo mundo aqui falou de números, das pesquisas. Eu não vou falar nada disso. Eu duvido muito das minhas certezas. Mas uma eu tenho. Eu vou citar o Galileu, e vou dizer que eu tenho certeza de que a idéia de raça tem que ser abolida. E como Galileu que, no final da sua vida, quando ele negou para a igreja a sua descoberta, ele negou para não ser morto e, no final, ele disse: “Mas que se move, se move”. Portanto, ele tinha certeza que algum dia ficaria provado isso. Eu espero que eu não tenha que viver esse dia, que o Brasil será dividido de uma forma muito violenta entre pessoas que se pensam racialmente diferentes.

De manhã nós vimos aqui milhares de pessoas falando “raça, raça branca”, até as palavras são duvidosas. E eu quero dizer o seguinte, que o Ministro Haddad falou uma frase que me impressionou muito. Ele falou, e eu acho que essa é a questão, “Penso que os meninos de escola pública, tanto brancos quanto negros, têm os mesmos direitos”. Eu concordo com ele e vou tentar justificar aqui brevemente essa posição minha, que é uma posição pública, que é uma posição que desde pelo menos 2001, quando escrevi junto com o meu amigo e orientador Peter Fry, que foi meu orientador de tese e meu amigo de mais de 40 anos, meu irmão, quero dizer o seguinte, que, desde o início escrevemos sobre isso, e ninguém nos ouvia. Nós não fomos chamados para nada nesta Casa quando fizeram os Projetos de Lei. Nós escrevemos muitos artigos. O primeiro deles reclamando da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, que votou, por unanimidade, aliás, por aclamação, a Lei de Cotas da UERJ e das outras universidades estaduais sem debate público. E por que é que eu acuso? Eu acuso, por quê? Eu acuso não indivíduos, mas eu acuso um sistema que simplesmente foi fazendo esse debate, como já disseram antes, clandestinamente. Na burocracia. Mesmo que há 10 anos o Senador esteja discutindo isso, quando que isso se tornou um debate tubos público? Quando um outro grupo fez um movimento, e um grupo pequeno, de 114 pessoas, e que se posicionou contrário àquilo. Por quê? Agora o debate está público, apaixonando corações, e com pesquisas para cá e para lá e os números dançam. Que números são esses?

Então, eu quero voltar a alguma coisa também que o Senador Cristovam, candidato à Presidência da República, e eu espero que ele tenha mais oportunidade de discutir isso, e também, na fala do Ministro hoje de manhã, fiquei muito impressionada, porque o grande problema é que o investimento em educação, sobre-

tudo, em educação básica, não leva 30 anos. O Brasil, nos últimos 15 anos, teve uma mudança radical no seu sistema educacional. Uma mudança, uma revolução silenciosa, que estamos aqui calados, mas foi obra de poucas pessoas, que também tiveram uma boa idéia. E a boa idéia foi de lutar contra uma idéia. A idéia era que no Brasil as crianças abandonavam a escola porque tinham que trabalhar. A direita, a esquerda, brancos, ricos, pobres, todo mundo acreditava nisso. Uma pessoa, por acaso, eu tenho o privilégio de ser irmã desse senhor, Sérgio Costa Ribeiro, lutou durante 10 anos da sua vida para demonstrar isso estava errado. E com isso, ele fez uma revolução na sociedade brasileira. Por quê? Porque hoje nós temos crianças de 7 a 14 anos universalmente na escola, a repetência, que era de 60%, em 10 anos, caiu para 20%. Uma média nacional, 20, 30, lá no Nordeste é 40. Mesmo assim, continua brutal. O investimento que tem que tem que se fazer para botar cada ano mais 20% das crianças na escola, é um investimento brutal.

E é isso que eu acho que o Ministro deveria ter falado. Onde está o dinheiro. Como é que nós vamos fazer? Nós estamos discutindo aqui um assunto que vai, certamente, nos manter afastados, porque somos diferentes, sim. Temos peles diferentes. Somos diferentes, sim. Eu sou mulher, e tem muitos homens nesta sala. Aliás, nestas Mesas. E digo mais, vai nos dividir, porque, de agora em diante os nossos corações e as nossas mentes vão estar divididas pela raça. Como disse o Marcos, não é possível então um negro ser contra uma determinada política. E, pelo fato de sermos contrários a uma política, somos adversários? Por exemplo, eu admiro muito o Deputado Gabeira, que durante muitos anos lutou contra a política de drogas e foi tachado de quê? Drogado. Desqualificaram uma fala, porque ele era maconheiro. Por isso que ele era contra a política de drogas.

Então, eu não aceito nenhuma dessas acusações. Não sou racista e luto contra o racismo. E sou contra esses projetos, porque eles vão, não é instituir o racismo, este já está ali, eu sou contra a forma, a estratégia de luta, e vou falar por que é que eu sou contra essa estratégia de luta. Porque ela já fez um terrível erro, já produziu um terrível erro, que é de você imaginar que as pessoas se dividam porque elas são brancas ou são negras, como se a gente só tivesse uma identidade, como se a gente só tivesse essa identidade de passar na porta do Banco. Eu sou mulher e eu tenho muitas identidades, e não gosto de ser vista como uma mulher intelectual. Eu sou uma intelectual, eu sou uma Antropóloga, eu sou mais do que aquilo que os meus dominadores, exploradores, quiseram definir como minha identidade. E é isso que eu me propus a lutar,

porque foi a Antropologia que me deu isso. Não foi a vida, não foi a minha experiência como mulher, foi a minha experiência como Antropóloga, o meu esforço de ir além daquilo que o senso comum diz sobre as coisas. E eu acho que nós estamos numa discussão fútil, fútil, com consequências extremamente graves. Extremamente graves.

Porque, como disse antes de mim alguém, o Miranda falou, que nós vamos resolver alguns problemas, vamos sim, mas nós vamos resolver com que custo? E toda a política pública tem que ser pensado o custo dessa política pública. E mesmo que ela doa a algumas pessoas, a gente tem que pensar nos custos, e eu penso nos custos. Porque eu penso, será que esses brasileiros de todas as cores que sentam lado a lado nas escolas que eu pesquiso, eu ia mostrar números, mas eu não vou mostrar esses números, sabem por quê? Atrapalha. Eu não quero mais mostrar números porque eles dançam para lá e para cá. Dizem que é dois, três, 4%. Eu vou dizer o seguinte. As escolas que eu pesquisei, ao longo dos últimos dois anos no Estado do Rio de Janeiro, são escolas freqüentadas por um conjunto de pessoas que agora estão aprendendo a se definir como negras, como afro-descendentes. E me perguntam: “Professora, mas então? Eu sou amarelinha? O que é que eu sou? Porque eles são obrigados agora a se definir de acordo com uma identidade.

Foi assim que começou em todos os processos, nos quais o Estado se imiscuiu e adotou políticas com base na raça para a distribuição de direitos. Todas as experiências foram experiências desastrosas. E eu vou dizer isso com muita tranquilidade, porque nessas escolas eles não escolhem pela cor. As crianças estão ali naquelas escolas porque houve uma política universal que nos colocou diante do seguinte dilema. Ou vamos botar todas as crianças na escola ou não vamos ter desenvolvimento neste País. Eu só estou aqui nesta Mesa, aliás, porque houve uma política que me fez estudar igual aos meus irmãos. Porque, as minhas irmãs que são uns dez anos mais velhas do que eu estudavam uma outra matemática, sabia? O currículo desses colégios era diferente. E eu quero dizer mais, eu estou aqui porque, nos anos 60, as mulheres começaram a estudar, por força de uma política universal de nos igualar, em matéria disciplinar. E eu quero dizer que eu me sinto muito feliz de poder estar falando assim, sabe? Sem usar meus números que eu trouxe, porque eu quero dizer o seguinte, eu estou emocionalmente envolvida nesse assunto. Sou, sim, e não porque eu apenas estudei os negros, é porque eu saí para verificar como é que os brasileiros viviam.

Quando eu estudei os terreiros, eu também brigava assim. Por que é que eu brigava assim? Eu bri-

gava, porque todo mundo dizia “é uma cultura africana, é uma cultura negra”. E eu falei “mas lá tem todas as pessoas”. A umbanda é uma religião universal brasileira. Quando eu dizia isso também, eu chocava.

Então, eu continuo a dizer que as cotas raciais e o estatuto são dois Projetos de Lei que devem ser, primeiro, discutidos, e foi por isso que eu assinei a carta, eu assinei a carta porque eu tinha a certeza do que eu estava falando. E, como Galileu, um dia, vai ficar provado que raça não é a melhor forma de você estabelecer como critérios de distribuição de justiça e de bens sociais. E mais do que isso, eu quero dizer que eu assinei aquilo porque eu tinha certeza que era preciso que o debate saísse dos desvãos da burocracia. Não é possível mais que a gente mantenha o povo brasileiro, e eu como cidadã brasileira, fora do debate. Porque aqui nesta sala tem muita gente que está me odiando, porque é muito difícil ouvir falar isso, é muito difícil ouvir quem tem uma posição contrária. Por isso, a gente chama de adversário. Eu não sou adversário. Eu estou do mesmo lado, eu estou lutando contra o racismo no Brasil desde o início da minha vida profissional, da minha vida pública. Não admito essa acusação.

E vou dizer mais, não admito que uma pessoa que passou a sua vida inteira lutando contra o racismo, hoje se coloque na seguinte posição: “Eu tenho que adotar a idéia de raça”. Porque é isso que está sendo colocado e foi isso que eu li no estatuto e é isso que eu vejo nessa capa. Essa capa não está dizendo que nós estamos numa sociedade de muitas pessoas, (soa a campainha) de várias e diferentes raças. Não. Está dizendo que tem uma raça negra e, portanto, uma branca. Ou seja, está dividindo mesmo racialmente. E não é uma raça social. Como disse o próprio Medeiros, a gente sabe que existe uma vivência pelo racismo. Mas existem muitas outras vivências. E essas outras vivências têm que ser levadas em consideração. E tem que ser levado em consideração que uma política pública, com dinheiro público, não pode ser feita apenas para dividir as pessoas e com base nesse critério racial.

Só para finalizar eu quero dizer o seguinte, eu vou usar uma expressão e uma metáfora, para que as pessoas pensem e reflitam sobre isso, como vem sendo... Eu sou contra esses dois projetos. Acho que não devemos, de maneira alguma, ter raça como critério de distribuição de direitos e nem de privilégios. E acho que usar cotas raciais para combater o racismo e as desigualdades é como apagar um incêndio usando gasolina. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra nesse momento ao

Professor da Universidade de Brasília, José Jorge de Carvalho, por 15 minutos.

SR. JOSÉ JORGE CARVALHO – Boa tarde a todos. Senador Paulo Paim, pelo convite, os Senadores, Deputados, todos colegas que estão. Sinto-me extremamente honrado de ter sido convidado para participar desta Audiência Pública. Começo dizendo que a discussão das cotas não se trata de um debate acadêmico, mas de um debate político sobre o poder acadêmico. Discutir as cotas significa abrir uma discussão sobre quem somos nós, os acadêmicos brasileiros. Os Professores, os Pesquisadores do CNPq, os pós-graduando. Nós somos 99% de brancos. E como dizia José Carlos Miranda, que é um funil, que o vestibular é um funil, o mundo acadêmico é o funil dos funis. Ele é o topo do 1% da pirâmide brasileira. É do mundo acadêmico que nós chegamos a essa Esplanada e nos transformamos em Secretários, Diretores, Presidentes do BNDES, Presidentes de todos os órgãos importantes e decidimos o destino da Nação. É desse 0,01% que sai de toda Direção do País.

Então, o debate sobre as cotas, evidentemente ele interessa a toda a comunidade, mas ele diz a respeito a nós. O mundo dos acadêmicos. Então, abrir a discussão sobre as cotas é começar a fazer uma radiografia, colocar em questão a academia brasileira. E geralmente, como esse é um tema muito silenciado, pouco sabemos e pouco aparece na mídia a realidade do mundo acadêmico brasileiro. Até o Supremo Tribunal Federal é questionado. A Polícia Federal é questionada, o Congresso é questionado, o Executivo, o Legislativo. E em geral, o mundo acadêmico continua longe dessa discussão toda. Por quê? Porque esses poderosos, também do STF e de outros lugares também são Professores universitários. Muitas vezes saem de serem Reitores para se transformarem depois em Ministros e pessoas do poder. Então, claro que podem também voltar ao mundo acadêmico. Então, o mundo acadêmico ele é, na verdade, o grande local da proteção. E a impunidade da impunidade... Até no sentido, derivando do termo, ele seria o inalienável, por excelência, um lugar da academia.

Então, claro, não há porque confinar a discussão das cotas ao vestibular. Nós não podemos entender esse assunto como que se tratasse de 20% dos estudantes que vão entrar. E passados cinco anos, vai acontecer o quê? Muitos dos estudantes negros vão querer entrar num Mestrado. Passados, os que conseguirem entrar num Mestrado, eles vão encontrar a barreira do racismo ao tentar entrar no mestrado. E os que conseguirem ultrapassar a barreira do racismo nas entrevistas do Mestrado vão tentar fazer Doutorado, e vão encontrar a segunda barreira. Na segunda tentati-

va de entrar no Doutorado. E a carreira docente, como é que ela vai ficar?

Bom, eu pertencço à carreira docente. Então eu começo falando daí. A primeira universidade federal que instituiu cotas no Brasil, que foi a UnB, a energia que pelo menos me motivou, e a Profª. Rita Segatto(F), os dois que formularam um grupo enorme de estudantes e Professores negros e brancos a propor uma proposta de cotas na UnB foi exatamente por isso. Quando fizemos a conta, de quê? De 1500 Professores na UnB, apenas 15 são negros. Isso é 1%. Quando olhamos as outras universidades jamais chegamos, essa barreira, não passa dela. Algumas são o escândalo do escândalo como a USP, que tem 5070 Professores e nós não conseguimos contar mais do que 20 Professores negros. A conta que eu fiz é que a USP passará, provavelmente, um milênio para chegar a ter alguma coisa como 20% de Professores negros, se continuar com o ritmo que ela tem até hoje.

O escândalo da academia brasileira no seu topo, e não na base, é um escândalo de proporções mundiais. Simplesmente, e já disse várias vezes e até agora ninguém conseguiu me provar que eu estou errado, não conheço Nação que tenha praticamente dois grupos raciais mais ou menos com a mesma proporção e que um tenha conseguido encurralar o outro para transformar-se em menos de 1% no lugar onde tudo se decide. Essa é a situação brasileira. Então nós não precisamos nos comparar com Estados Unidos. Nós devemos nos comparar com a Colômbia, que tem mais Professores negros e mais Professores indígenas do que nós. Podemos nos comparar com a Venezuela, que nem é muito mais integrada racialmente do que nós. Não precisamos ir até os Estados Unidos. Com todo o respeito ao colega José Carlos.

Então, significa que essa percepção, porque essa é a palavra, porque também tem um elemento existencial, essa percepção que também está na ordem moral, que surgiu em grande parte dos Professores, ao viverem um mundo totalmente segregado, levou ao quê? Que nos últimos sete anos esse debate cresceu enormemente no País.

Então, a partir de 99, que nós fizemos Universidade de Brasília, no ano 2000, seguindo esse debate, no ano 2001 veio a Conferência de Durban, e isso se transformou evidentemente numa grande discussão nacional, no final do ano a UERJ passou à política de cotas. Não pelos acadêmicos que não tinham discutido, mas foram forçados, e daí a reação inicial inclusive dos acadêmicos da UERJ serem contra as cotas, em seguida, a UNEB, finalmente, a UnB em 2003 foi a primeira universidade federal a aprovar as cotas. A partir de então, nós temos acumulado uma experiência de

discussão sobre como implementar ações afirmativas. Esse debate já é um debate já é um debate pós-cotas, esse debate não é para saber se nós vamos ou não vamos ter cotas. As cotas já existem e continuarão existindo no Brasil. Não vão voltar atrás disso aí. No mesmo ano de 2003, a Universidade Federal do Paraná aprovou as cotas, também por uma discussão interna do Conselho Universitário com os estudantes, com o movimento social negro organizado da cidade e do Estado. Então, na verdade foi um novo diálogo que nunca tinha existido, que eu saiba, na história da academia brasileira, que é dialogar com a sociedade através das cotas.

Mesmo Darcy Ribeiro, uma pessoa tão extraordinária, que fundou a Universidade de Brasília pensando que seria uma universidade modelo para a América Latina, na hora de instituir, ele esqueceu dos negros e dos índios. Tivemos a honra então de que finalmente abriram a Universidade de Brasília para os índios. É a primeira vez que os índios entraram numa Universidade Federal brasileira. A Universidade do Paraná fez o mesmo, porque também abriu cotas para negros indígenas. A Federal de Alagoas, logo a Federal da Bahia, a UNIFESP, a Escola Paulista de Medicina, a Universidade Federal de Juiz de Fora, a Universidade Federal do Pará, a Universidade Federal do Espírito Santo, e nesse momento, discussões e comissões nomeadas pelo Reitor para debater um modo específico de implementar cotas, porque os modelos são variados, há muita imaginação, há muito pensamento sendo gerado no Brasil nesse momento para como implementar, justamente para não repetir modelos de outros lugares, apenas se inspirar, mas ver a realidade regional e nacional. As reuniões nesse momento, tem discussões de comissões na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Uberlândia, que eu sei, Universidade do Maranhão, Amazonas, sem contar as estaduais, a UEMS, a UNEMAT, pioneira com o terceiro grau indígena, Rondônia, inúmeras.

Então, nós não estamos iniciando agora um debate. Ele já foi instalado há anos e já avançou muito. O que aconteceu é que nos últimos momentos, quando o Congresso ia acatar uma realidade que já está na sociedade e que já está na academia, aparece um manifesto contra as cotas. E eu devo então, com todo respeito aos colegas, que são colegas que eu respeito profissionalmente, fazer uma leitura para vocês muito rápida. Esse documento chamado de manifesto dos intelectuais, na verdade, ele está concentrado no Rio de Janeiro. Dos 114 assinantes dele, 51 são pessoas do Rio de Janeiro, eles estão concentrados em três instituições do Rio de Janeiro. Na UFRJ, na qual, na minha conta, 11 assinaram, a FIOCRUZ, 12 assinaram,

e a UFRJ, 16. Ele está concentrado em 38% no Rio de Janeiro com algumas adesões de São Paulo. Poucas da USP, poucas da UNICAMP, nem sequer da PUC de São Paulo eles conseguiram adesão, que eu saiba.

Agora, em seis dias, dado o escândalo que se divulgou para nós, a mídia que foi gerada em torno desse manifesto, eu com o Alexandre do Nascimento, o Frei David, organizamos então, sob enorme pressão, em seis dias, um manifesto a favor das cotas, que tem mais de setecentos assinantes, mais de 500 Professores, e eu queria dizer que aonde teve Professores assinando contra, nós tivemos muito mais assinando a favor. Na UFRJ, que teve 16, nós temos 44 assinantes. Da UFF, que tinha quatro, nós temos 26. Da UERJ, que eles assinaram 11, nós temos 27. Ou seja, os nossos colegas são especialistas. Nós também, modestamente, devemos ser. Só que nós somos mais. Significa que a massa crítica nacional a favor das cotas é essa, é a do nosso lado.

Então eu queria aproveitar esse momento, compartilhar os meus minutos com o colega Alexandre do Nascimento, que somos os três que preparamos, organizamos o manifesto, que não pode falar hoje e pediu então que eu lesse esse texto, em seu nome, eu que vou fazê-lo, descontando nos meus minutos.

“Sras. e Srs. Parlamentares, o debate sobre as cotas ganhou a sociedade e esta Casa tem a responsabilidade de tomar uma decisão, que talvez seja uma das mais importantes desde a Constituição de 1988. Apesar da importância do debate público sobre o tema, as Audiências Públicas não conseguem traduzir a dimensão do debate na sociedade e oferecem poucos elementos para que V.Ex^{as}. tomem uma decisão. Este debate é um debate político, um debate de opinião, onde até os chamados especialistas argumentam a partir do seu lugar de classe, de raça ou dos interesses que os mobilizam. V.Ex^{as}. estão frente a uma decisão política, em que o importante é a escuta do que vem da sociedade e dos movimentos sociais, em especial dos jovens que estudam nas escolas públicas e dos cursos pré-vestibulares populares em todo o País. Como porta-voz do Movimento Pré-vestibular para Negros e Carentes e integrante do grupo que organizou o manifesto em favor da Lei de Cotas nas universidades e do Estatuto da Igualdade Racial, afirmo que as políticas de cotas são fundamentais não apenas para a população negra, mas para o Brasil. Pois, em face do racismo que estrutura nossas instituições, as cotas representam a igualdade contra o privilégio, a multiplicidade contra a uniformidade e a participação contra a partilha. E afirmo isso a partir do crescimento da opinião pública favorável às cotas.

Em 2000, o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas encomendou uma pesquisa, feita pelo instituto DATA-UFF, que apontou que 51% da população era favorável às cotas. Em 2003, pesquisa da Fundação Perseu Abramo apontou que 59% era favorável. E neste mês de julho, pesquisa do instituto Datafolha, encomendada pela Rede Globo e pela Folha de São Paulo, apontou que 65% é favorável. Além disso, o manifesto em favor das cotas, entregue aos Presidentes da Câmara e do Senado, no dia 4 de julho último, com 582 assinaturas, hoje tem 2350 assinaturas, que são mais que assinaturas individuais, são assinaturas representativas de vários setores. Professores de 72 universidades públicas e privadas deste País, sendo 44 Professores da UFRJ, Universidade em que os Professores Yvonne Maggi e Peter Fry são membros, nomes representativos da mídia, do cinema, da música, do teatro e do campo empresarial, do movimento negro, sindical, estudantil, dos grupos pré-vestibulares para negros e carentes. Este manifesto é muito mais que uma resposta aos novos apologetas da democracia racial. É expressão de um desejo social que o Congresso Nacional não pode ficar alheio. E para aqueles que insistem em se pautar na opinião dos especialistas, é bom que se saibam que a maioria das pessoas que assinam o manifesto em favor das cotas são pesquisadores, ativistas e, portanto, especialistas sobre a questão racial no Brasil.

No manifesto em favor das cotas do Estatuto da Igualdade Racial há muito mais especialistas que qualquer outro manifesto já escrito sobre esse tema até hoje na história do Brasil. Por isso esse manifesto apresenta argumentos e propostas baseados em dados e análises. E não apenas uma defesa da hipócrita declaração formal de que somos todos iguais. A UERJ, neste ano, formará os primeiros alunos cotistas e isso acontecerá sem que tenham ocorrido os conflitos raciais previstos pelos beneficiários do racismo acadêmico. Esses conflitos já existem, e as cotas são medidas que ajudarão a superá-los. Martin Luther King sonhava com uma sociedade em que as pessoas não sejam julgadas pela cor de sua pele, mas, para isso, achava que os negros deveriam ter direitos a tratamentos específicos. As pessoas que, desonestamente, usam Martin Luther King contra as cotas deturpam seu sonho e seu legado. A sociedade concorda com as cotas e aos Parlamentares cabe, muito mais que uma decisão com base e convicção individuais, a tradução desse desejo coletivo em políticas concretas. A democracia é um processo de construção permanente de condições objetivas de igualdade. E por isso o Brasil precisa da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e das cotas

nas universidades.” Alexandre do Nascimento. Poderia se levantar, Alexandre?

Queria então só finalizar muito rapidamente conectando a Lei de Cotas com o Estatuto Racial e dizer muito rapidamente o seguinte. A Lei de Cotas, de alguma forma, é necessária para viabilizar o próprio estatuto. Se o estatuto prevê 20% dos DAS para as pessoas chegarem aos cargos, uma grande parte da possibilidade que a pessoa tem nesse momento de mobilidade social no Brasil passa pelo diploma de curso superior. Então, claro, você tem que ter uma massa de estudantes negros entrando nas universidades para, uma vez formados, vários alcançarem o serviço público. Uma das carências do serviço público é justamente. O gargalo final vem não da presença de estudante negros nas universidades, mas no nosso mundo, que é um mundo segregado.

Então, eu queria dizer o seguinte, menos que um mundo dividido, eu descrevo o mundo no qual eu participo como um mundo confinado. Eu vivo em um mundo confinado racialmente. Eu vou em reuniões de 100 e 50 de meus colegas, todos brancos. Isso já é naturalizado entre nós. E quando subimos, muito mais.

Então, é preciso, ao mesmo tempo que nós estamos fazendo essa discussão, pautar, nós vamos ter uma discussão com a CAPES para discutir a possibilidade de entrada de negros nos Mestrados e Doutorados do Brasil, imediatamente. Porque isso vai demorar muito mais ainda. Pautar uma reunião com o Ministro Haddad, para que, em regime de urgência, a partir de agora, as novas vagas abertas nas universidades federais incluam preferência para os Doutores negros, para que entrem na carreira de Professores. Porque, quem definiu que a discussão das cotas vai ficar só na graduação? Somos nós é que temos que descobrir, porque nós é que estamos na posição dos Professores, na verdade, e ter mais colegas como o meu colega Carlos, que é evidentemente minoritário no meu mundo.

A mesma coisa refere ao CNPq, que é o escândalo do escândalo do escândalo. Porque 99,99% dos pesquisadores são brancos. Eu já estive em reunião de 200 da CA, meus colegas devem ter visto, eu não vi um negro. Se nas universidades já é difícil, na pesquisa é muito mais. Então essa pirâmide ela não vai ser desfeita instantaneamente.

Então, nos minutos que me restam eu só queria lembrar o seguinte. O que é que a Lei de Cotas está querendo mostrar? Ela vai reservar para o País uma média mínima de 22,5% de vagas, das vagas que são oferecidas nas universidades federais apenas. Não entram as estaduais nem as autarquias municipais e nem as privadas. As universidades federais apresen-

tam nesse momento (soa a campainha) 123 mil vagas. Desses, 22,5% dá 28 mil vagas reservadas para estudantes negros. Isso significa que do total de vagas que entram para os estudantes nas universidades, que são um milhão e trezentos e quatro de ingressos no ensino superior, a Lei de Cotas reserva apenas 2% desse contingente para estudantes negros. Como diz uma aluna nossa, a Regina Ferreira, “isso é não solução da lavoura”. Isso não é nacionalização do gás da Bolívia. Isso é um mínimo, isso é uma concessão mínima. É 2% do total de ingresso, porque são um milhão e trezentos mil. Vai reservar 28 mil. Não vai mudar amanhã, não vai virar Ruanda amanhã, nem se quisesse, porque não estarão.... Porque os rutos(F) não estarão nas universidades de todo o modo. Então é preciso ter esse foco, que isso não impede a discussão da escola pública, da importância do ensino básico, do ensino médio, tudo que foi falado pelo meu colega estou completamente de acordo. Isso é uma intervenção em um ponto estratégico onde o sistema se reproduz. Onde a Nação toma decisões. A Lei de Cotas e o Estatuto da Igualdade Racial apenas colocam que no ponto de decisão da Nação necessariamente tem que existir negros. É só isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Para aproveitar o máximo o nosso tempo, vamos de imediato passar a palavra ao Coordenador Nacional da Federação dos Trabalhadores Sobre Trilhos – CUT, Conselheiro da Comunidade Negra de Bauru-SP, Roque Ferreira. 15 minutos.

SR. ROQUE FERREIRA – Em primeiro lugar fazer uma saudação ao Senador Paim, a todos os integrantes da Mesa e também àqueles que participaram na Mesa no período da manhã e a todos e todas que estão presentes nesse debate.

Eu tenho 51 anos, sou filho de negros, sou negro e, como a maioria dos negros, iniciei minha vida muito cedo. Numa escola que recebia filho de trabalhadores, negros e não negros, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SENAI. Hoje o SENAI está muito diferente. Com 16 anos, me formei como Mecânico-Geral, e fui obrigado a fazer um concurso, porque o SENAI obrigava a se fazer um concurso para fazer o ensino médio. E eu fui adotado então pela Bosch para fazer o curso de ferramenteiro, e concluí meu curso de ferramenteiro, minha especialização em ferramentaria, corte, repuxo, estampa, dobra e instrução de plástico e eletroerosão. E foi em Campinas que meu pai, ferroviário, para quem não conhece, foguista e guarda-freio. Falar em ferrovias é meio complicado porque desde 1996 o País vem adotando uma política permanente de destruição desse modal de transportes. E os serviços públicos, quem se debruçar, e academia, se se debru-

çar sobre essa questão no Brasil vai ver que uma das portas de entrada para ter um modo de vida civilizado e uma família estruturada foram os serviços públicos. E as ferrovias elas foram as maiores empregadoras de negros neste País. Então, em algumas funções. Em algumas outras funções os negros não trabalhavam. E os foguistas normalmente eram negros. Porque havia um conceito de que por ter mais melanina na pele se suportava mais temperaturas altas na boca de uma locomotiva, a fogo, e depois tinha que sair da locomotiva e fazer a frenagem das composições, porque não havia o sistema a ar, era sistema manual.

Eu considero que esse debate, e já tive a oportunidade de fazer esse debate antes, no Paraná, em várias outras oportunidades, e também fui militante do Movimento Negro Unificado durante muito tempo e esse debate perpassou por dentro do Movimento Negro Unificado. Tanto é que no seu último congresso, um congresso de 20 anos, Marcos, em 1998, esse tema foi um tema polêmico. Se você tiver o cuidado de resgatar o caderno de teses do Movimento Negro Unificado, de seu XX Congresso, você vai ver que está escrito dentro desse caderno de teses vários documentos, inclusive os documentos que apontam necessariamente já naquele momento contra as políticas de cotas e as ações afirmativas. É só um problema de resgate.

Nós estamos aqui, eu também já limpo de imediato a discussão. Eu não admito cordão sanitário nesse debate. Alguns tentam fazer o cordão sanitário estabelecendo uma dicotomia, de quem é favor e quem é contra. Aqui não se coloca quem é a favor e quem é contra e quem luta mais ou quem luta menos para combater o racismo no País. Não é esse o centro do debate, e aqui também nós não estamos num “Big Brother”, num show para ver quem consegue com mais alegorias, com mais “palmômetros”, fazer esse debate. Nós temos que fazer é uma reflexão muito precisa sobre esse assunto.

E também, preliminarmente, eu gostaria de dizer, respondendo ao meu camarada Marcos que, por conta da Reforma da Previdência, Marcos, nós estamos na rua lutando contra a Reforma da Previdência, que destruiu uma das maiores fontes de distribuição de renda. Que alterou critérios de aposentaria. Eu tenho 51 anos de idade, 41 de contribuição para a Previdência e não posso me aposentar. Porque, quando se aplica lá na Reforma da Previdência a expectativa de vida, minha aposentaria cai em torno de 45%. Eu que trabalhei a vida inteira, criei quatro filhos, trabalhando de oito a doze horas por dia, não posso me aposentar. Vou me aposentar com 51 e alguém vai dizer que sou privilegiado. Isso é discurso, é “conversa para boi dormir”. E a discussão aqui não se faz naquele sentido de quem

é mais ou de quem é menos combativo aqui. Em 1995, nós ferroviários combatemos rigorosamente durante 32 dias junto com os petroleiros na greve dos petroleiros. E está um aqui na sua frente que foi demitido, foi preso. Depois eu fui anistiado.

Então, o nosso combate se dá nas ruas, na vida real e no movimento concreto da classe. Então, não tem discurso aqui de mais ou de menos. Quem é mais ou quem é menos. O debate que nós temos que fazer aqui é sobre de que forma nós encaramos o problema. Eu respeito a opinião dos camaradas e das pessoas que entendem que o problema racial aqui no Brasil vai ser feito dentro de uma perspectiva de integração.

Eu tenho uma opinião contrária. Porque eu não considero ser possível integrar e incluir nesse sistema que mundialmente exclui milhões e milhões todos os dias uma pequena parcela. Eu não considero que dentro desse sistema de classes, e esse é um debate que perpassa o movimento negro, historicamente, alguns entendem que o problema tem o viés racial, e resolve esse problema, outros entendem, de maneira sectária, que o problema seria resolvido quando se fizesse o socialismo, mas nós temos que entender que o extrato majoritário da classe operária neste País é composta de negros. E foi esse extrato que levou a primeira vez um negro ser Presidente da maior Central Sindical que existe, chamado Vicentinho.

Então, a população negra, quem não está refém de aparatos, quem não está preso dentro de aparatos, que consegue olhar na realidade das ruas, consegue observar, consegue ver que em todas as greves, em todas as lutas, a frente, a primeira frente de batalha é composta de negros.

Então aqui, para mim e para tantos outros que tenham opinião tática, sobre a tática, para se atingir um objetivo estratégico, discursos de enquadramento não funciona, podem funcionar para outras coisas. Mas aqui não. E aqui o nosso debate é preciso. Aqueles que se reivindicam do conceito de novos negros, têm que combater até à morte para se integrar nessa elite. E o Professor disse que é a dramática a elite da universidade. E a academia representa o quê? Ela representa que Estado? Ela representa que modelo de construção de sociedade? Não poderia ser diferente. Num País de capitalismo tardio, que durante 300 anos explorou os negros e que agora escreve dentro do estatuto, e aí eu queria debater depois com o Senador Paim, que eu acho que está aberto para isso, isenções para empresas privadas, e tem um monte de negro “ongueiro” ganhando dinheiro prestando serviço para as empresas da iniciativa privada para certificar essas empresas, certificação ISO 9000, 9012, basta ler a carta que o DIEESE soltou ontem, para que essas

empresas deixem de recolher impostos. Existe uma campanha contra impostos no Brasil. Cada um assume os seus compromissos. Eu defendo que se pague imposto. Porque é através dos impostos que o Estado tem que fazer os investimentos necessários.

Ora, eu fui para uma universidade. Com 30 anos. Falta lá entregar o tal do TCC. Não consegui entregar, porque tinha que fazer hora-extra, amigo. Como diz a música do Martinho da Vila, depois de tantos anos dizem que sou um burguês privilegiado. Eu descasco ferro todo dia, meu irmão. Eu vou para um torneio mecânico, vou para uma frisadora. E tive a honra de trabalhar numa empresa que quando se iniciou o processo de privatização dos serviços públicos, muitos que defendem, bravateiam hoje, que defendem igualdade, que defendem a mudança na estrutura do País, estavam na imprensa defendendo privatizações. Estavam defendendo na imprensa destruição do serviço público. E todo mundo aqui sabe, negros e não negros que estão dentro desta sala, que a precarização da saúde, a precarização da educação ela atinge brutalmente os negros, porque quando se fala em pobres se fala em negros, e alguns cortes eu não aceito por causa disso.

A ferrovia tinha, no dia primeiro de janeiro, no dia primeiro de julho de 1996, e o Senador Suplicy esteve lá em Bauru quando a gente fazia uma dura greve de resistência contra as privatizações, 62 mil empregados. Desses 62 mil empregados, 45 mil eram negros. Hoje, sobraram 16 mil. Esmagadoramente, os negros perderam seus postos de trabalho. E um homem quando perde o posto de trabalho, seja ele negro ou seja branco, ele perde a honra, ele perde a dignidade, ele tem uma série de problemas, inclusive o problema de ter a carteira profissional assinada, ter que mostrar para a polícia quando a polícia nos arrocha.

Falar de polícia? Camaradas, eu respondi 22 processos de lesões corporais. E vocês olhem para mim. Olhem o meu tamanho. 1,70m e 59 quilos. Porque sempre resisti, sempre levei tapa na cara quando a polícia me enquadrava. É tapa na cara, meu irmão! Mas também dei. Porque é assim que a gente combate o racismo. Nós combatemos o racismo quando nós fomos para a rua em São Paulo enfrentar o aparato repressivo do Estado, assassino à mão armada do Estado que hoje estão clamando para voltar para São Paulo, que era a Rota. Dois negros não andavam na mesma calçada em São Paulo. Um tinha que andar de um lado e outro tinha que andar do outro, porque era execução sumária.

Então, aqui não tem discurso de quem é mais ou de quem é menos. Aqui tem escolhas. Fundamentalmente, escolhas. Eu acredito, sinceramente, e estou

entre aqueles que acreditam sinceramente que as políticas compensatórias, dentre elas as vertentes das políticas afirmativas, servem mais à manutenção do status quo, de exploração de uma classe pela outra, que expulsa a cada dia milhões e milhões de trabalhadores para o mundo da amargura do que de fato e efetivamente a um processo de distribuição de riqueza, distribuição do conhecimento, acesso à riqueza socialmente produzida.

Essa é uma questão de escolhas. Alguns escolheram como, historicamente, ficar com Ganga Zumba. Ganga Zumba se curvou ao império, aceitava as migalhas do império. E o que é que Zumbi foi fazer? Foi combater. Num primeiro momento foi combater. E combateu. Inclusive os aliados de consciência arrependida.

Então companheiros, companheiras, Senador, problemas nós temos em várias interpretações. Inclusive na história da igreja, e nós não vamos fazer essa discussão aqui. O que é que os franciscanos fizeram com os negros e com os índios? Os jesuítas tiveram que discutir, e eu não vou aqui criticar o Frei Davi, dizer que, como ele é franciscano ele tem responsabilidade pelo que eles fizeram historicamente. Não. Você não tem esse papel. Sobre a questão dos socialistas, mas aonde está a visão única do socialismo? O senhor apontou um manifesto escrito pelo companheiro, que eu respeito muito, Valério Acari, e aquilo ali é uma posição meio confusa. Eles não querem ser a favor e não querem ser contra e querem xingar o Governo Lula. Acharam um meio de xingar. Mas, se eles acham que isso resolve o problema, que o façam. São as escolhas. Eu estou entre aqueles que combatem vigorosamente para que todos tenham acesso à riqueza socialmente produzida. Eu não faço discurso dentro de aparato, não. Estou numa categoria que está sendo levada à extinção. E nós continuamos resistindo e demos demonstração aqui. E inclusive com companheiros da Bahia, e o Deputado Luiz Alberto sabe disso, quando derrotamos nesta Casa a Medida Provisória 246, colocando aqui mais de 400 ferroviários. Vejam as fotos, companheiros da Bahia. Vejam quem é quem é que está lá. A maioria esmagadora de homens e mulheres negros com mais de 60 anos defendendo a Rede Ferroviária Federal. E exigiram do Governo Federal que, pelo menos, coloque em folha de pagamento os 7,5% referente ao dissídio de 2004 dado pelo TST, que até agora o Governo não pagou. Minha mãe é uma negra que vive com uma pensão de 341 reais. E nós combatemos isso na prática.

Para concluir, eu tenho um minuto e cinquenta e dois, gostaria de dizer o seguinte. Nós vamos ter que fazer uma assepsia nesse debate. E não existe solu-

ção final aqui, não. Solução final serviu para outras coisas que têm exemplo hoje. Qual o papel que está cumprindo a Condoleezza Rice hoje? Sendo porta-voz do sionismo Estado de Israel, onde o Primeiro-Ministro se reivindica trabalhista, de esquerda, e não tenho escrúpulo nenhum de bombardear todo dia o povo árabe e o povo palestino.

O problema aqui não é só de cor de pele. Ele é central no nosso País, porque é um problema de identidade. Quando a polícia me aborda, me aborda é pela questão da pele. Quando eu vou procurar um trabalho, todos nós aqui (soa a campainha) sabemos a dificuldade. Diagnóstico aqui tem para todos os lados. Mas os Médicos também erram. Muitos Médicos confundem dor na vesícula com infarto. Então você sempre precisa de um segundo diagnóstico. Ainda mais agora, de acordo com essa proliferação de Faculdades de Medicina, é sempre bom buscar dois diagnósticos.

Então, eu combato. E estou aberto a ser convencido ao contrário, de que a minha posição está errada. Mas esse debate tem que ser feito sem acusações. De que é os contra, os contra estão em outro lugar. Os contra era uma denominação que se dava lá na Nicarágua. Contra o quê? Eu tenho uma opinião. E se luto contra a intolerância, se luto contra o racismo, eu tenho que aprender a ouvir posições divergentes, sim. Porque senão, por uma outra fonte, eu pratico aquilo que eu exatamente eu combato.

Então, companheiros, companheiras, Senador, eu me situo, enquanto um militante operário, enquanto um negro, que entendo que o Estatuto de Igualdade Racial, as políticas de cotas, aparentemente, para alguns, podem resolver um problema central, mas na minha opinião, elas reforçam a manutenção do status quo, vão incentivar a divisão, vão perpetuar a divisão e não vão atacar o problema de centro, o problema central é de poder. Quem detém o poder neste País, sob o ponto de vista econômico, sob o ponto de vista cultural, sob o ponto de vista do conhecimento. E aí são as elites, e as elites, historicamente, são brancas. Para o povo negro, está colocada a questão do poder. O poder não será dado, o poder está conquistado. Com organização, com o combate e com uma perspectiva socialista.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu vou fazer o seguinte encaminhamento. Eu vou convidar os quatro que estão aqui que sentem na primeira fila, e convidaria os Senadores e Deputados que venham para a Mesa, para que possam então fazer pergunta aos oito que ficarão aqui na primeira fila.

Senador Suplicy, eu peço que, por favor, V.Ex^a. venha para Mesa, e será o primeiro a falar. Eu quero ter o orgulho de ter V.Ex^a. aqui na Mesa com a gente.

O Senador e os Deputados ficarão aqui na Mesa, os oito painelistas ficarão na primeira fila. Deputados e Senadores estão aqui conosco. O Senador Suplicy, o Deputado Luiz Alberto. A primeira fila fica com os oito painelistas. O Senador Mesquita.

Então eu passo a palavra de imediato ao Deputado Luiz Alberto, que está com problema de vôo e, em seguida, ao Senador Suplicy e, após, o Senador Mesquita. Posterior à fala dos três, nós vamos tentar permitir pelo menos as considerações finais para cada um daqueles que fizeram uso da palavra. Porque o tempo não permitiria. Eu até gostaria de levar um debate entre os que usaram da palavra, mas não há tempo. Então eu vou dar, no final, cinco minutos para que cada um possa fazer as suas considerações finais. Deputado Luiz Alberto.

DEPUTADO LUIZ ALBERTO (PT-BA) – Senador Paim, eu queria primeiro agradecer a gentileza do Senador Suplicy e dizer que, na verdade, eu não pretendia nem me posicionar aqui nesta Audiência Pública, até porque todos sabem minha posição.

Segundo, esse segundo tempo desta Audiência Pública, que começou pela manhã, é um debate que envolve a sociedade. Eu gostaria que a palavra estivesse mais com os movimentos, com os setores da sociedade para expor suas opiniões. Agora, eu queria rapidamente, Senador, dizer o seguinte. Eu ouvi atentamente aqui as palavras das posições contrárias, posições favoráveis, a posição do companheiro Roque que, na verdade, coloca novos elementos no debate, que eu acho extremamente importantes, do ponto de vista da tática da luta contra o racismo no Brasil.

Agora, eu fico preocupado, Senador, é que eu percebo que no debate de posições contrárias, principalmente de algumas posições, que se coloca contra, mas não apresenta uma proposta, não apresenta uma alternativa. É só contra o que está sendo debatido aqui na Câmara dos Deputados. E mais do que isso, apresentam o que eu chamaria aqui de amnésia seletiva histórica. Não resgatam um processo de escravidão que este povo vivenciou por quase 400 anos. É preciso debater isso. E que legado é esse? Como superar as mazelas desse processo? Portanto, eu acho que essa amnésia precisa ser retirada do debate, para que possamos debater mais profundamente.

Pela segunda vez, a Prof^a. Yvonne coloca que houve um debate clandestino aqui no Congresso. Eu lembrar, eu lembrei do primeiro debate que houve na Câmara, que não houve debate clandestino. Ao contrário. O debate do Estatuto da Igualdade Racial ocorreu com diversas Audiências Públicas, aliás, aqui tem várias pessoas que participaram desse debate, ocorreram debates nos Estados, em mais de oito Estados da

federação, inclusive no Rio de Janeiro. Portanto, não houve um debate clandestino. Ocorre que os setores que estão se posicionando agora não tinham interesse em promover esse debate. Até porque imperava, historicamente, como imperou, a lei do silêncio para impedir o debate da questão racial no nosso País.

Então, eu me considero vitorioso nesse momento quando eu ouço setores da sociedade brasileira, inclusive da elite brasileira se posicionar numa coisa que o movimento negro sempre chamou para a arena do debate. Porque não pode ser discutida essa questão só com a população negra, só com o movimento negro.

Portanto, eu acho importante que neste momento, como disse o Professor José Jorge, que o nicho da elite brasileira, que eu considero que é a academia, que forma os seus quadros, estejam aqui se submetendo a esse debate conosco. Acho isso muito importante (soa a campainha) nesse momento.

Para encerrar, Senador, uma questão que eu colocaria aí, e chamar a atenção dos companheiros do Movimento Negro Socialista. Quando foi apresentado aqui o manifesto, assinado por 112 ou 114 intelectuais e militantes contra as cotas, eu queria identificar quantos negros assinaram esse manifesto. Curioso. Quando esse debate inicia e se adensa, Professora, não foi um manifesto que jogou ele na rua, não. Foi quando ele foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara, que o sistema globo de televisão jogou o debate na rua, se posicionou contrário, e aí acendeu o debate. E, curiosamente, é exatamente nesse manifesto de 114 ou 112 intelectuais e militantes que, talvez cinco, quatro negros tenham assinado, desses 112, a Rede Globo de televisão dá uma exposição extraordinária aos poucos negros que assinaram esse manifesto. Como nunca tivemos. Porque tanto a Professora, o Prof. Peter Fry, o José Jorge, cada um desses bravos acadêmicos podem a qualquer momento escrever seus artigos defendendo suas posições nos principais meios de comunicação do Brasil. Mas essa militância negra não tem a mesma facilidade, não tem a mesma abertura, ou seja, há um debate desigual, para a opinião pública. Há um debate desigual.

Mesmo assim, a pesquisa do Datafolha revela que se esse debate fosse mais democrático, teríamos não 65% favoráveis, mas talvez 90% da população brasileira. Não só dos negros, da população brasileira. Se esse debate fosse extremamente democrático.

Fiz um apanhado, rapidamente, para encerrar, Senador, dos artigos nos grandes jornais que publicaram suas opiniões. Seja de articulistas ou do próprio jornal, a posição do jornal, mais de 80% das publicações são posições contrárias. Não se abriu o mesmo espaço para as posições favoráveis. Portanto, encerrando, Ruanda

é aqui. Ruanda é aqui. Quando os policiais negros do Rio de Janeiro, quando os policiais negros de Salvador, quando os policiais negros de São Paulo assassinam jovens negros, eu não vejo manifesto na rua contra isso. Eu não vejo manifesto na rua contra o debate aqui quando se discute a violência no Brasil, por exemplo, da proposta de diminuir a maioria penal de jovens que, com certeza absoluta, vai alcançar o jovem negro desse País. Portanto, Ruanda é aqui.

E nesse aspecto, acho que é fundamental entender que nesse momento se expõe uma nova, uma reelaboração do discurso da democracia racial brasileira de forma mais sofisticada do que antes. Ou seja, ora, se eu digo que não tem raça, eu falei isso para o Demétrio Magnoli. Quando serviu para afirmar a “brancitude” brasileira, vamos dizer assim, existia raça para escravizar. Aliás, a escravidão, quando se instalou no Brasil, teve uma direção, independente da situação socioeconômica do escravizado. Porque foram trazidos da África Reis, Rainhas, portanto, socialmente, pessoas bem postas. Mas não, foi a identidade dessas pessoas que determinou que povo seria escravizado neste País. Agora, nesse debate se abstrai a idéia de raça. Não existe raça. É a reelaboração de um discurso de democracia racial para manter os privilégios. Essa é a minha interpretação. Portanto, eu acho fundamental que esse debate se amplie mais, mas que, ao final dele, quem é contra apresente alternativa. Nós não podemos viver mais nesse fosso onde a universidade vire um nicho de uma parte, que eu não vou falar de raça, mas de cor branca. Portanto, eu considero extremamente importante esse debate. Muito obrigado, Senador, eu vou ter que pegar meu avião.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu sei disso. Passamos ao Senador Suplicy. Os mesmos três minutos assegurados ao Deputado Luiz Alberto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Querido Paulo Paim, que bom para o Senado é tê-lo aqui entre nós, proporcionando o debate da qualidade que nós tivemos hoje aqui. Eu tinha um avião das cinco, estou arriscando não pegar mais o das seis, 18, ia falar no Plenário, mas não consegui sair, dada a qualidade de cada um dos quatro que eu, eu não pude assistir todos, me desculpem, porque nós temos aqui atribuições múltiplas, mas aqueles que eu assisti, eu quero dizer, foi um debate de tirar o chapéu. E quero dizer inclusive aos quatro, aí tive a oportunidade de assistir o Frei David, que estava expondo, não pude ver o Peter Fry, o José Carlos e o Marcos, que antes estavam falando, mas sobre o que eu pude observar dos Profs. José Jorge e Carlos Alberto Medeiros, assim como da Profª. Yvonne Maggi e Roque Ferreira, inclusive a

defesa com respeito à dignidade com que expõem os seus pontos de vista e a coragem com que cada um aqui expôs, olha, é de tirar o chapéu. Esta Sessão de hoje, felizmente, com tantas pessoas que vieram de longe do Brasil para assistir, mas que, ao vivo agora a TV Senado está mostrando o Plenário, mas certamente acho que hoje à noite será reproduzido, e acredito que diversas vezes, porque o que se passou hoje nesta sala, desde as exposições dos Ministros da Educação e da Igualdade Racial, de manhã cedo, o Fernando Haddad e a Ministra Matilde, foi uma coisa de uma riqueza (soa a campanha) fantástica, sobretudo, para nós que precisamos aprender dos argumentos e, sobretudo, da história incorporada, porque cada um dos que aqui disseram das suas coisas, mostraram também como é que as suas vidas e os seus pontos de vista foram transformados e estão sendo, inclusive aqui dentro nós estamos aprendendo uns com os outros.

E, com a disposição de aprender como, aliás, a Profª. Yvonne aqui lembrou, eu, quando jovem, quando assisti, de Berthold Brecht e li sobre Galileu Galilei, Nicolau Copérnico e depois sobre Albert Einstein, no que eu mais me entusiasmei e procuro transmitir aos meus alunos é justamente a vontade que tinham esses Cientistas de descobrir a verdade e nunca temer descobrir a verdade, por mais difícil que ela pudesse ser, então, a conversa que eu vi num filme do Nicolau Copérnico, a filha dele perguntando: “Pai, o que é que você fica aí querendo dizer que a terra não é o centro do mundo, que a terra não é o centro do universo, que a terra é redonda. Você não vê que está mexendo com o pessoal lá da igreja?” E ele disse: “O que eu quero é saber a verdade”. “Mas porque tanto você quer saber a verdade?” “Porque é uma coisa humana”.

Quer dizer, nós precisamos ter esse espírito. E eu, que sou muito favorável a uma proposta que eu acredito que possa ser abraçada por pessoas, tanto os que são a favor das cotas como dos que não são a favor, de se instituir algo que foi aprovado pelo Congresso e sancionado pelo Presidente para ser instituído gradualmente, que é o direito de todos partilharem da riqueza da Nação através de uma modesta renda que a ninguém será negada, a negros, brancos, amarelos, vermelhos, mulheres, homens casados, solteiros, desquitados, viúvos, empregados, desempregados, doentes, sãos, ricos e pobres, do Pelé ao Antônio Ermírio, do José à Maria, o Paulo Paim e eu também vamos receber, a Renda Básica de Cidadania será um direito para todos e que, graças ao debate que vem sendo colocado, e felizmente é um dos lugares do mundo onde essa proposta está amadurecida, avançada, e acho que é importante que os que se preocupam com a questão da igualdade racial tenham conhecimento e

possam até sugerir o XI Congresso da rede na terra da Renda Básica vai se dar justamente em Cape Town, na África do Sul, onde a proposta da Renda Básica de Cidadania passou a ser abraçada por mais de 32, 34 movimentos sociais, como o COSATO, a Conferência Nacional dos Bispos e tudo.

Então, vai haver, de 2 a 4 de novembro, queria até te convidar, se você quiser ir à África do Sul, e todos vocês. Mas eu quero, sobretudo, cumprimentá-los por estar promovendo este debate fantástico. Porque há uma coisa que une todos os que aqui falaram. Todos nós queremos resgatar o direito de todos aqueles que de alguma forma, em mais de 500 anos de história, tiveram direitos cortados, direitos à cidadania cortados e o importante é que nós venhamos a descobrir e aprovar a melhor maneira de promover a igualdade, para que, em breve no Brasil, possamos todos estar juntos na mesa da fraternidade. Me desculpem, porque eu tenho que me ausentar. Parabéns a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ficou dentro do tempo, cinco minutos. Senador Mesquita Júnior, com o mesmo tempo que foi assegurado aos outros dois, ao Deputado e ao Senador e, em seguida, vamos dar cinco minutos para cada painelistas, para cada convidado, para suas considerações finais.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Paim, olha, eu estou excitado. Você sabe, eu prefiro o barulho do debate do que o silêncio da omissão, sabe? E esse barulho hoje aqui repercutiu e vai repercutir inclusive para fora desse prédio com muita propriedade.

Eu sou um modesto militante da dialética. Creio que o contraditório instalado aqui, o contraditório, para mim, é a correia de transmissão do processo dialético. Um assunto de tal magnitude, um assunto de tal envergadura não poderia ser objeto de discussão, de debate sem que no seu cerne, no seu bojo estivesse o contraditório, Paim. Eu creio que é a partir dele que nós vamos avançar. Em algum momento, talvez encontremos um ponto de foco comum. Não importa. Eu sei que eu não me senti um segundo, um milímetro sequer aqui constrangido com o debate, com as idéias contraditórias entre si. Pelo contrário, como eu disse a vocês, me excitou. Estou aqui excitado. E eu quero, até para não tomar muito tempo, tivemos oportunidade de falar pela manhã, mas eu queria, ao lado desse bravo guerreiro aqui, o mandato do Senador Paim, o Gabinete dele é um front que vocês têm aqui nesta Casa, de luta. Eu queria, com toda humildade e modestamente também, me colocar à disposição, colocar o meu Gabinete à disposição.

Deixa eu contar para vocês uma experiência que eu estou vivendo na minha terra (soa a campainha). Eu tenho como foco, aqui a gente tem um mandato relativamente longo, mas, por vezes, não dá para a gente se dedicar com a atenção que os assuntos merecem em vários assuntos. Então, eu tenho uma fixação, uma preocupação muito grande lá na minha terra com os pequenos produtores, com os seringueiros, que estão excluídos completamente do mínimo processo de desenvolvimento que nós operamos ali naquele rincão do País. Para entender melhor o que se passa, para tentar refletir acerca dos caminhos que a gente precisa buscar, eu constituí em torno do meu Gabinete um grupo de consultoria formado por seringueiros, por extrativistas, por pequenos produtores. Alguns estão ligados formalmente ao meu Gabinete, mas a maioria não. Regularmente, nós nos reunimos no Acre, eu estou indo hoje à noite para lá, no domingo eu vou me encontrar com eles numa região lá dentro da mata para discutir assuntos específicos no sentido de contribuir minimamente para a reflexão dos problemas que afligem aquela população. E da mesma forma, eu modestamente coloco o meu mandato, até porque não é meu, é do povo brasileiro, do povo acreano, eu coloco também, como faz o Senador Paim, eu coloco esse mandato à disposição de negros e brancos que estejam envolvidos de corpo e alma nessa discussão, para que possamos dar continuidade aqui dentro desta Casa, para que possamos dar continuidade, não percamos o élan, não percamos o passo, porque aqui tem assuntos que a gente começa a discutir em audiências assim empolgadas como essa e daqui a uma semana ninguém lembra mais do assunto. Impressionante. Esse não pode perder o fio da meada. Esse assunto no pode perder o fio da meada.

Portanto, o que eu tenho a dizer, para finalizar, é tão somente isso. Vou manter o compromisso que eu assumi hoje pela manhã. Não sei se eu estou equivocado. Eu, por hora, coloquei inclusive formalmente, vou fazer isso, vou fazer, posso estar equivocado, quem vai dizer no futuro se estou equivocado ou não, mas eu vou examinar composição do meu Gabinete, a partir dessa audiência de hoje aqui o assunto espocou na minha cabeça, espocou de forma forte mesmo na minha cabeça, não que eu não tivesse preocupação com o assunto anteriormente, mas é porque uma audiência como essa fez com que o assunto espocasse na minha cabeça de forma terrível, e vou, sim, compor o meu Gabinete e perseguir o máximo possível o equilíbrio, trazendo para minha Assessoria negros e negras que possam dar uma contribuição efetiva a esse mandato. E, independentemente disso, o mandato vai estar à disposição, com toda a sua estrutura para aqueles

que quiserem, no Gabinete do Paim e no Gabinete, se reunirem com regularidade, com estrutura, que a gente possa manter esse debate vivo. Portanto, está aí a disponibilidade do Geraldo para que a gente possa manter esse assunto em foco dentro do Congresso Nacional, dentro do Senado Federal, para que ele, a exemplo de outros assuntos também importantes, não desapareça nos desvãos desta Casa. Era o que eu tinha a dizer por hora. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nós vamos agora conceder cinco minutos para cada um dos nossos convidados, para que façam as suas considerações finais. Eu começo com o Roque Ferreira, porque, já que ele foi o último a falar, agora ele inicia. Roque Ferreira, você tem direito a cinco minutos, para as suas considerações finais.

SR. ROQUE FERREIRA – Senador Paim, demais membros, como militante do movimento negro, e quando se fala em movimento negro no Brasil não há que se falar em um movimento negro. Quem se debruça sobre esse debate sabe que existem diferenças de apreciação, diferenças de entendimento sobre vários aspectos. Mas saudar a iniciativa de V.Ex^a., que cria a possibilidade de que esse debate seja feito e, com certeza, esse debate não vai morrer dentro da parede desta Comissão, porque ele já ganhou as ruas. E quando nós estamos nas ruas, não dentro só dos aparatos, nós escutamos de tudo. Podemos ouvir aquilo que a gente gostaria de ouvir e podemos ouvir aquilo que a gente não gostaria de ouvir. Mas o importante é ouvir. O importante é ouvir. Eu reafirmo aqui uma concepção, e eu posso estar enganado, eu posso estar errado, mas eu não sou sectário, eu não sou obtuso e eu não olho a vida de maneira linear. E estou aberto a ser convencido ao contrário. Porque esse é o centro da democracia. Na minha concepção da democracia operária. É o debate, é a discussão, é a força do argumento. Não são outros instrumentos de força e de coerção, seja de maneira direta, ou seja, pela pressão sistemática, diária, permanente, dos estereótipos, das classificações. Porque isso transforma o debate num riacho ou num rio. E algumas pessoas enxergam o fim do rio. Mas têm que enxergar para além da curva do rio. Eu procuro fazer isso. Às vezes erro junto com outros, e às vezes acerto.

Mas eu gostaria de encerrar esse debate me apoiando talvez num dos maiores estudiosos da questão do negro, e militante, e que foi Deputado nesta Casa, Florestan Fernandes. E esse debate, essa apreciação diferenciada sobre conceitos de raça e de classe, que permearam tanto o movimento foi objeto de um vigoroso estudo do Florestan Fernandes. Em parte desse estudo, ele diz o seguinte. Para Florestan Fernandes,

a desmistificação dessa idéia de convivência pacífica entre as raças no Brasil deveria ser um dos primeiros passos que o movimento negro deveria dar como forma de fortalecimento. Em seguida, ele deveria construir um movimento de oposição à ideologia dominante, criando assim, suas bases políticas culturais de combate não apenas ao racismo, mas também ao capitalismo. Porque, na nossa opinião, ele é do Steve Biko, o racismo é a outra face da moeda chamada capitalismo. Na verdade, sua luta deve ser canalizada para a conquista de uma segunda abolição, que parta de baixo para cima, ao contrário da primeira. Combatendo, além da elite branca, também a pequena camada privilegiada negra. Esse pequeno grupo de negros, que passou a integrar as camadas médias, que, segundo Florestan, são os novos negros, devem ser combatidos, uma vez que alcançado o conforto da vida burguesa, eles passaram a rejeitar e a satanizar o movimento negro que combate pelo fim da exploração de classe perante a tal sociedade.

Enfim, são posições que estão colocadas. Eu acho que é a grande riqueza desse debate, a grande vitória que nós conquistamos foi colocar a discussão do racismo de maneira clara, de maneira de fácil entendimento para a maioria esmagadora da população.

E se o debate precisa ser feito, que se faça. Eu não defendo uma sociedade plebiscitária (soa a campanha). Por conceito, eu não aceito plebiscito nem referendo. Mas o debate está colocado. E em nome do Movimento Negro Socialista e de tantos outros, é óbvio que nós não temos a trajetória do MNU, que foi fundado em 1978, pelo assassinato do Robson, em São Paulo. Mas muitos que estão no Movimento Negro Socialista têm história dentro do Movimento Negro Unificado e dentro de outros movimentos.

E além dessa história, tem a história do combate diário e permanente nas ruas na defesa dos interesses da maioria esmagadora da classe trabalhadora brasileira, cujo maior contingente é composto de negros. Se temos equívocos, a história resolverá o problema. A história dirá. E nós continuaremos o nosso combate. Continuaremos o nosso combate, combatendo a violência policial, o genocídio deliberado do Estado da juventude negra deste País. Enfim, é um combate que a gente trava. Como nós não somos donos de nenhuma verdade absoluta, e a dialética ensina isso, nós vamos continuar apresentando as nossas posições e debatendo com honestidade, com franqueza, com serenidade e, acima de tudo, com ousadia para encontrar uma saída que efetivamente possa garantir aos negros, mesmo a sociedade sendo racista, os direitos materiais iguais.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS) – Eu vou passar a palavra à Profª. Yvonne, mas depois eu vou passar para dois do lado de cá e dois do lado de lá e depois vamos terminar com dois do lado de lá. Profª. Yvonne, com cinco minutos, para as suas considerações finais. Aqui é um equilíbrio que vocês não imaginam.

SRA. YVONNE MAGGI – Eu só quero dizer nessas minhas palavras finais que o combate ao racismo é um combate que é diário, e que deve ser feito por todos os cidadãos brasileiros. E que está escrito na lei. As leis brasileiras punem o racismo como crime inafiançável. Então eu peço aos Senadores e aos Deputados que irão votar essa difícil e muito difícil escolha, que rejeitem os dois projetos. Acho que nós temos que pensar num estatuto da igualdade dos cidadãos brasileiros. Acho que também, no que tange a universidade na qual eu trabalho há 38 anos, que foi fundada, entre outros, pelo meu pai, quero dizer que as vagas dessas universidades federais chegou a hora da gente pensar realmente numa mudança radical. Não são migalhas, nem que os negros, nem que os cidadãos brasileiros precisam. Eles precisam realmente de vagas. A Universidade de Buenos Aires tem, ela sozinha, 300 vagas. As universidades brasileiras federais têm 500. No seu total, 500 mil. Isso significa muito pouco.

Nós chegamos a um momento, e nesse sentido a luta pelas cotas foi muito importante para fazer com que as pessoas pensassem na equidade do acesso ao ensino superior, nós temos que realmente pensar numa abertura radical das vagas do ensino superior público federal. Não podemos mais aceitar essas pequenas migalhas. E os Professores dessas universidades têm que ser conscientizados de que eles têm que dar o seu trabalho e os Governos, conscientizados de que eles têm que abrir mais verbas, conceder mais verbas para que essas aulas, para muitas pessoas, sejam oferecidas. E isso não vai ser... Se não votarmos isso agora, nós vamos votar daqui a cinco, dez anos, porque é inexorável, se nós lutarmos por uma melhoria do sistema fundamental de ensino no Brasil, e básico, nós teremos em poucos anos todos os alunos formados no ensino médio e, portanto, muitos deles desejando o ensino superior. Hoje, nós estamos nessa discussão aqui porque são só 30% da faixa etária que chegam ao final do ensino médio. De modo que tem muito mais coisa por baixo desse pano. Eu peço então uma reflexão realmente muito séria sobre os dois projetos antes de colocar a sociedade brasileira diante do seguinte dilema: Existe fogo? Existe. Existe um racismo diário? Existe. Existe desigualdade? Existe. Vamos apagar isso como? E eu quero agradecer ao Senador Paim o convite muito amável, a que eu respondi imediatamente,

não só pela amabilidade, mas porque eu confio plenamente de que a nossa carta pública, que foi assinada só por 114 pessoas, ela produziu o debate porque ela mostrou que por trás dessas 114 pessoas havia muito mais do que 114 pessoas. Havia um desconforto de muitos (soa a campainha), os que não falaram, os que não disseram, mas a boca pequena me diziam que eram contra. Porque o povo brasileiro não pensa dividindo as pessoas em brancos e negros.

Então, em nome dessa verdade, que é a verdade que deve vir e deve surgir certamente, porque ela é a verdade da maioria do povo brasileiro, eu peço aos Senadores e aos Deputados que mais do que reflitam, que pensem uma forma de fazer um estatuto da igualdade de todos os cidadãos brasileiros. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passo a palavra agora ao Coordenador Nacional do Movimento Negro Unificado, MNU, Marcos Alessandro, também por cinco minutos.

SR. MARCOS ALESSANDRO SANTOS DA SILVA – Eu quero agradecer à Comissão de Educação do Senado, ao esforço pessoal do Senador Paulo Paim para a realização desta audiência. E dizer que para nós do MNU, a postura da imprensa brasileira ela é extremamente sintomática em relação aos interesses que estão em disputa. O ombudsman da Folha, o Marcelo Beraba, em seu artigo, em sua coluna de avaliação de trabalho da Folha chamava a atenção da imensa maioria de artigos que a Folha de São Paulo publicou contrários às cotas e um número bem menor favorável às cotas, ou seja, criticando a não existência de uma postura de equidade entre as partes. Em relação a O Globo, nós tivemos estudos e análise quali-quantitativa dos textos publicados pelo O Globo em relação às cotas, de março de 2002 a junho de 2004, de 141 matérias, oito textos favoráveis, 48 contrárias e 85 neutras, que trabalhavam as duas perspectivas. Eu quero saber a serviço de quem esses setores estão tão bem organizados e praticando essa violência contra o debate nacional.

Quero também dizer que nós entendemos que não podemos resolver uma dor de dente com um remédio de disenteria, por exemplo. A questão das cotas, as políticas afirmativas referem-se a uma ação específica em relação às universidades, porque entendemos que as universidades representam um espaço de poder. E os negros e negras deverão estar em todos os espaços de poder. Se é verdade que não existe no Brasil um critério racial para o processo de ocupação desses espaços de poder, eu pergunto onde estão os negros nesta galeria de fotos em relação aos Senadores desta Casa. Onde estão os negros?

Se é verdade que a sociedade brasileira não se organiza a partir da questão racial, eu pergunto: Como é que nós explicamos que nós os negros e as negras somos sempre a maioria nos espaços de subalternidade e nos espaços instituídos de poder, estamos nas posições de maior precariedade. Não entendemos, por isso que a nossa defesa é em relação a ação imediata, que a formação de uma elite negra, de uma classe média negra dê conta da nossa luta. Eu disse: A nossa luta tem como eixo as reparações históricas e humanitárias ao povo negro da África diáspora. Então nós defendemos a perspectiva panafricanista, que entendo o conjunto das lutas dos negros e das negras à África diáspora pelo processo de libertação. Essa é a idéia com a qual trabalhamos. E dizer que existe dentro do Movimento Negro Unificado correntes diversas, isso é próprio de qualquer organização de caráter nacional e que dialogue internamente as diversas perspectivas.

Mas nós temos congressos nacionais que definem posições e nós temos uma posição em defesa radical das reparações históricas humanitárias ao povo negro.

Quero também dizer que não basta combatermos o capitalismo para combatermos o racismo. O socialismo também não teve condições de operar as desigualdades raciais. Nós sabemos que os estudos que o Prof. Carlos Moo revela sobre a ocupação de negros em cargos de poder em Cuba representa menos de 7%.

Então, a implantação do socialismo por si só não dá conta de reparar as dívidas históricas que nós, povo negro, enfrentamos. E uma outra coisa, até mesmo dentro das organizações socialistas, vamos perguntar qual a posição que os negros ocupam. Quem são os “capas” das tendências nacionais de esquerda. Não temos, não me recordo agora de um grande número de negros. Quem é que está na direção nacional? (soa a campainha) Qual o número de negros e negras na Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil, do Partido dos Trabalhadores, do Partido Socialismo e Liberdade, da causa operária, da convergência socialista, onde estão os negros nesses partidos? Apenas segurando as bandeiras das posições que os seus “capas e diretores” ideológicos definem como sendo as posições que eles devem trazer para centro do movimento.

Eu não tenho nenhum problema com a divergência ideológica e respeito os irmãos e as irmãs do Movimento Negro Socialista. O único pedido que eu faço, o único clamor que eu faço é que, de fato, a partir de agora pelo menos, ele se confirme em movimento negro na luta do dia-a-dia, e não apenas nas páginas de O Globo e nas entrevistas da Rede Globo de Televisão. Isso é necessário.

E para completar, eu quero, em nome do Movimento Negro Unificado e de outras entidades de movimento negro nacionais, estaduais e locais conchamar toda a militância de movimento negro aqui presente para que no dia 18 de agosto, que foi definido como o Dia Nacional de Mobilização pela Aprovação das Cotas Raciais, convocar toda a militância para construirmos uma atividade de mobilização nas ruas, de ocupação das Reitorias, um grande apito para mostrarmos ao conjunto da opinião pública nacional qual é a posição da população brasileira.

E por último, o Movimento Negro Unificado é radicalmente contrário a qualquer tipo de negociação e acordo que substitua as cotas raciais pelas cotas sociais. Nós sabemos que em momentos cruciais da história do Brasil há quem serviu os acordos para o impedimento de processos de radicalização. Então, nós não podemos aceitar e somos defensores das cotas raciais. E no mais, concluindo, agradecer de novo a esta Casa por este debate e dizer que é sempre necessário e importante que o movimento social esteja presente nos debates, de fato, e não por representantes que são forjados em últimos instantes. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra ao Dr. Carlos Alberto Medeiros, para fazer uso da palavra com seus cinco minutos. Em seguida, Dr. Peter.

SR. CARLOS ALBERTO MEDEIROS – Faço minhas as palavras de vários dos oradores que me precederam, sobre a importância deste debate, me congratulando então com os organizadores, enfim, pela oportunidade de nesta Casa, nesta Casa tão importante nós estarmos discutindo e trazendo diferentes perspectivas.

Mas eu queria apenas lembrar um dois pontos que, enfim, em função do tempo não me foi possível levantar durante a minha fala inicial. Há coisa de três anos, o Supremo Tribunal Federal chegou a uma decisão muito importante e que serve como baliza neste debate, e curiosamente não tem sido lembrado. Foi o caso, foi uma decisão sobre um processo de discriminação racial movido contra o responsável por uma editora do Rio Grande do Sul que publicava livros anti-semitas. E a decisão, o voto do Plenário do Supremo acompanhou o Relator, e eu tenho a honra de o Relator ter utilizado, ter reproduzido toda uma página do meu livro em parceria com o Jacques D'Adesky e Edson Borges, "O Racismo, Preconceito e Intolerância", para concluir que, contrariamente à tese dos Advogados, os judeus não são raça e, portanto, não sendo raça a discriminação contra os judeus não é uma discriminação racial, o que o Supremo concluiu é que, sim, para fins de discriminação racial os judeus são raça, não

importa que biologicamente não o sejam, se existe ou não raça biológica, existe a discriminação racial. É interessante que isso foi amplamente publicado pela imprensa naquele momento e nós não vimos, mais uma vez nós não vimos os paladinos da idéia de que raça não existe se manifestarem contra essa decisão do Supremo. Principalmente, o grande número de judeus que assinou aquilo que o Hélio Gáspari chamou de "Manifesto Burger King", o grande número de judeus que assinou esse manifesto deveria ter se manifestado contra essa racialização do discurso sobre discriminação no Brasil que foi a decisão do supremo.

E eu queria lembrar também aos nossos irmãos do Movimento Negro Socialista, que têm utilizado muito o exemplo de Condoleezza Rice, vocês têm que ver qual é a posição dela. Condoleezza Rice é contra, terminantemente contra ação afirmativa. Porque Bush é contra. E eu fico imaginando então se vocês vivessem nos Estados Unidos, vocês sairiam de mãos dadas com George Bush, Ronald Reagan e todos eles, porque... O Partido Republicano é contra. É um ponto partidário. E é contra por quê? Os neoliberais são contra porque ação afirmativa é o que há de mais antiliberal. Porque implica intervenção do Estado numa área que deveria ser dominada pelo mercado, regida pelo mercado, e significa, no caso dos Estados Unidos, em que foi criada uma agência, a Equal Employment Opportunity Agency, ou seja, mais Estado e não menos Estado. E todos os ícones do neoliberalismo, do conservadorismo, de Bush até o Filósofo Olavo de Carvalho, que escrevia no O Globo e agora está escrevendo no Jornal do Brasil e que é um dos poucos intelectuais brasileiros que se situam, se colocam claramente como de direita, Olavo de Carvalho, vejam qual é a posição deles a respeito desse debate, vejam qual é a companhia de vocês nesse debate. Era só isso que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Professor Peter, para as suas considerações finais, por cinco minutos.

SR. PETER FRY: Não sou amigo de nenhum deles. E gostaria também de começar agradecendo de coração esse convite, Senador. Fiquei muito comovido quando recebi seu telefonema no meu celular. Porque era um certo reconhecimento de que existo. Então por isso é que aceitei e vim aqui de bom grado, e concordo com todo mundo que esse debate é fundamental, e ainda queria insistir que é um debate que diz respeito ao País e ao mundo. Me entristece um pouco a presença de poucos Senadores. E isso talvez seja o sintoma de que para eles talvez não seja um assunto muito importante. Gostaria de insistir que é muito importante.

É uma coisa que também fiquei pensando, vocês falam muito da universidade, na década 20, 10, 20, 30, todos os intelectuais brasileiros, todos, e todos políticos escreviam sobre essa questão. Todos. Por bem ou mal. Hoje em dia os Cientistas Políticos não escrevem, poucos Economistas. E há uma espécie de inércia, como se fosse uma coisa de menor importância. Eu sinto isso. E talvez esse debate faça com que mais pessoas se interessem pelo assunto.

Eu, para terminar, vocês devem saber que eu sou Professor e Pesquisador e não tenho vergonha disso. Sou péssimo em arenas políticas, não fui feito para isso, jamais poderia me candidatar a nada, e talvez por isso mesmo é que escolhi uma carreira de Professor. Acontece que eu não sou ingênuo o suficiente para perceber que as palavras têm poder. Quer dizer que eu sei perfeitamente, porque eu escrevo sobre coisas que têm a ver com a arena política, porque que de vez em quando eu fico puxado para ela. E essa situação é especialmente difícil, eu agradeço às pessoas que fazem insinuações, mas é especialmente difícil, para alguém que se preocupa com esse assunto ter que, ao mesmo tempo que simpatize com todos as reclamações e que simpatize com todas as demandas, realmente, se posicionar numa posição crítica. É muito, muito difícil. Porque há no ar a idéia de que sem as cotas os negros não estivessem na universidade, e isso não é verdade. 34% dos nossos alunos da UFRJ são pessoas que se definem, pelas categorias do recenseamento oficial, de pretos e pardos. Quer dizer, que não é verdade. Os números são pequenos ainda, mas há um fluxo cada vez maior. Então, há uma espécie de mágica que fez com que cota é necessária para a mobilidade social das pessoas negras. E é isso que eu acho meio que uma ilusão, uma ilusão, porque eu acredito muito mesmo no poder das pessoas agarrar as oportunidades quando as têm. E o grande problema, todo mundo está concordando, que as oportunidades não existem para, e eu não vou repetir esses argumentos que são absolutamente conhecidos por todos.

E eu reconheço também que é quem está a favor das cotas evidentemente está a favor de investimento maciço nas escolas primárias e secundárias. Eu acho que isso é uma falsa discussão, como também acho uma falsa discussão a questão do sucesso dos cotistas. Nunca duvidei que os cotistas fossem bem-sucedidos. Não faz parte da minha argumentação. É claro, o vestibular discrimina por pontos decimais pequeninhos. É óbvio que a universidade pública poderá

aceitar muitas pessoas, e não vai baixar a qualidade. Eu concordo com a Yvonne, nós teremos uma cooperação que não abre.

Eu fiquei muito feliz quando o Ministro disse da insistência dele em colocar um terço das vagas no curso noturno (soa a campainha). Fundamental. Vou terminar.

Só para terminar, eu sou apenas um indivíduo, não represento ninguém. Absolutamente ninguém, a não ser eu mesmo. E eu mesmo, formado como sou, Antropólogo, Antropólogo que aprendeu, desde o primeiro ano da sua faculdade que raça é uma invenção social histórica nociva que cria mais problemas, e muito mais problemas, que resolve. Que produz morte, que produz genocídio etc. Isso eu aprendi desde o início.

O Carlos Alberto Medeiros me lembrou que essa idéia é libertária. E é mesmo. Pelo menos foi libertário para mim. É libertário saber que nós somos, de fato, iguais. E eu vou ter que insistir nesse ponto. Me perguntam então por que é que me exponho à ira dos meus colegas. Por que é que me exponho à crítica de vocês? E os meus colegas acadêmicos. É terrível. É a única razão. E me perguntam por que é que eu falo, mas não é melhor ficar quieto? Aí descobri, é uma coisa que vocês talvez nem possam acreditar. Chama-se consciência. Eu não consigo ficar calado quando vejo raça sendo usada para combater raça. É uma questão absolutamente minha, mas fundada numa disciplina.

A metáfora da gasolina e do fogo é interessante. Porque, de fato, quando você quer combater alguma coisa, você tem que combater com algo que não dê força àquilo que está combatendo. Essa sempre foi a minha posição. Não é que sou racista. Creio que é uma posição anti-racista radical, inclusive. E é por isso que eu tenho essa opinião. Agora, quem vai decidir é o Congresso Nacional. Não sou eu que vou decidir. E o Congresso Nacional vai estar em melhores condições de votar ouvindo esse debate, e eu espero que se espalhe, que se discuta mais e espero também que se tire a idéia de que é a única saída, porque não acredito que seja, e podemos, aliás, organizar uma outra Sessão para discutir quais são as várias saídas possíveis. Eu, pessoalmente, penso que é possível, rapidamente, fazer muita coisa sem nomear as raças. Mas as pessoas parecem ter um interesse muito grande em fazer isso. E esse é que é o meu ponto de discórdia. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra ao José Carlos de Mi-

randa, do Movimento Negro Socialista, para as suas considerações finais, por cinco minutos.

SR. JOSÉ CARLOS MIRANDA – Bom, Senador Paim, Senador Geraldo Mesquita, todos presentes, eu não posso deixar de falar, não só me congratular com todos que elogiaram a iniciativa, mas da forma elegante, cortês e democrática que conduziu os trabalhos. Porque nós sabemos que são discussões difíceis, e eu ouvi todas as insinuações feitas a meu respeito aqui. Eu sou, como eu disse, eu milito desde os 15 anos de idade. Eu não fui fundador do PT, porque na época eu não podia se filiar aos 16 anos. Mas não tem nenhum problema. Quando subimos ao palanque das Diretas Já, alguém, eu não vou citar o nome, mas alguém que hoje é mais famoso e seria injusto eu falar, me disse: “Mas vocês vão subir nesse palanque? Tem até torturador aí”.

Bom, eu acho que para uma questão que você acha imprescindível e importante, eu não tenho medo de fazer acordo com Deus, com o diabo, ou com a avó do diabo. Se você acredita, você faz esse combate. Eu acho que, nas Diretas Já, foi correto subir com quem quer que seja para acabar, para fazer aquele movimento, que depois derrubou a ditadura. E fez com que a gente pudesse estar fazendo essa discussão aqui hoje. E fez com que o partido que eu ajudei a construir elege-se o Presidente da República. Mesmo que hoje eu seja um crítico ferrenho, sendo um petista. Não tem problema. Isso é da democracia.

Portanto, eu não posso admitir, Senadores, os presentes aqui, eu tenho que retomar, eu não posso admitir que alguém, que eu estive agora há pouco no Encontro Nacional da Central Única dos Trabalhadores, no Congresso Nacional, que é a principal organização operária e sindical deste País, que eu tive no Encontro Nacional do PT, que eu estive em oito locais na periferia da minha cidade, Caieiras, Franco da Rocha, Francisco Morato debatendo e discutindo isso há mais de três anos. Essa é a mesma posição que eu tenho. A única diferença é que eu encontrei uns intelectuais que tinham um ponto de acordo comigo. Eu não tenho medo nem vergonha de estar junto com eles. Aliás, eu quero dizer, eu me orgulho. A minha militância política, e eu creio que a de todos, tem que se orgulhar quando a gente defende as nossas idéias com convicção, com clareza, e com importância. Como disse o Roque, pode ser que as coisas mudem. Pode ser que a maioria hoje da cúpula dos movimentos negros mudem. A maioria dos alemães um dia foram a favor do Nazismo.

Mudou-se. Nesse País aqui, a maioria votou uma vez no Fernando Henrique, de um partido, depois votou no Lula. Agora nós vamos ter outra eleição. Ser maioria ou ser minoria, é uma expressão da luta social. E nós não podemos impor, quando somos maioria, o esmagamento da outra parte para desqualificar a discussão política da idéia.

Eu me senti... Não me senti ofendido, porque outras lideranças foram aí xingadas de qualquer coisa. E a gente sabe que no início do PT nós éramos todos chamados de grevistas baderneiros. E eu fui xingado disso. Não tem problema. Eu vou dizer o seguinte: Eu acredito piamente, Senadores, o público que pode assistir a gente depois, e os que estão aqui presentes, piamente que só a igualdade de todos pode elevar o nível de vida de todos (soa a campainha). A proposta das cotas é a construção, é começo da reforma pelo teto. Porque o Professor acabou de dizer, José Jorge, aqui que nós vamos lá do 2, do 1, do sei lá quantos por cento, tão pequenininho, que nós vamos mexer, que isso é o poder. Mentira. O poder é o luta do povo desse País que fez o Lula ser Presidente, que fez o Paim se constituir enquanto dirigente de sindicato e estar aqui nesse Senado. A luta classes de organização do povo é que pode fazer mudanças verdadeiras neste País. E não alguma mexida sem discutir o modelo econômico.

Porque ninguém colocou aqui, eu ouvi a explanação e ninguém discutiu o modelo econômico, que é perverso. Que hoje nós estamos com um problema nos serviços públicos. Como nós vamos fazer para melhorar os serviços públicos? Eu acho que tem que mudar a política do superávit primário. Eu acho que tem que mudar o modelo econômico. Como vamos fazer isso? Vamos abrir uma discussão e não é o tudo ou nada. Para concluir, Senadores e presentes, nós podemos ou não fazer um plano para equiparar a escola pública de ensino fundamental e médio desse País às escolas privadas? Sim ou não? Nós não podemos aprovar, discutir, melhorar a proposta de obrigatoriedade do ensino médio, como foi o ensino fundamental. Podemos? Sim ou não? Eu tenho certeza absoluta, porque toda vez que o negro tem condição de igualdade, que o pobre, que o trabalhador, ele não é nem mais nem menos. Ele pode ser vitorioso. E esse é o nosso combate. Por igualdade. E aí sim, quando a gente fala de igualdade, a gente luta contra o racismo. É assim que eu gostaria de terminar, agradecendo ao Senador, a todos, e com a famosa frase célebre de que a gente construiu o

nosso Movimento Negro Socialista. Que neste regime que perpetua desigualdade só a luta pela igualdade pode modificar a situação. Portanto, o capitalismo e o racismo são duas faces da mesma moeda. Obrigado, Senador. Obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra de imediato ao Prof. José Jorge. V.Ex^a. também dispõe de cinco minutos para as suas considerações finais.

SR. JOSÉ JORGE CARVALHO – Agradeço a oportunidade e o privilégio de ter vindo a esta Casa debater esse tema. Eu queria primeiro colocar que esta Casa deve ser sensível à representação, porque ela é justamente o lugar da representação. Eu queria apenas insistir em um ponto que, neste momento, como é um resultado já de uns sete, seis anos de uma longa discussão que existe no País do Norte ao Sul, nós temos uma grande massa crítica que qualifica cada vez mais de estudantes negros e estudantes brancos envolvidos na discussão de ações afirmativas, nas suas implementações nas universidades federais e estaduais, nas várias regiões, e não tenho...

Queria então deixar o seguinte, que a elite acadêmica branca, que por 70 anos controlou as nossas universidades, que são excludentes, como todos certamente admitirão, lentamente, nos últimos anos começou a mudar, a ouvir os debates, ouvir os argumentos, isso aconteceu na Universidade de Brasília, na Universidade do Paraná, na Universidade de Alagoas, Bahia, isso foi crescendo para todo o País. Então, na verdade, eu queria só deixar, porque eu preciso fazer essa radiografia, que é o seguinte. Neste momento três universidades muito importantes do País são as que resistem às cotas. Essas universidades são Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Federal de Minas Gerais e a USP. Até a UNICAMP, mais ou menos, admitiu a desigualdade racial colocando pontos, que são ainda muito pequenos, apenas dez pontos favoráveis para os estudantes negros. Mas se existem dez pontos para os estudantes negros significa que a UNICAMP tem que revisar a sua própria idéia –

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JOSÉ JORGE CARVALHO – Claro, evidentemente ela já compreende a necessidade das ações afirmativas. Então, o reduto, as cotas de qualquer forma elas já estão em crescimento. Inclusive seria estranho que se um dia esse Congresso teria que forçar a UFRJ e a UFMG a colocar cotas, se os Professores de lá não

aceitarem, porque o resto todo já terá algum dia. Esse será mais ou menos o panorama onde estamos.

Então, a elite acadêmica branca foi aceitando a necessidade de mudar a nossa situação escandalosa. Então, com isso, significa a cultura política do Brasil está mudando. É a idéia de pacto nacional também que está mudando. É a idéia de quem fala por quem. Então, esse é um problema de representação. Então, para mim, não tenho dúvida, eu sou um acadêmico branco. Eu não posso falar no lugar do Carlos Medeiros, que é acadêmico negro. Eu queria então colocar que, por um lado, não há mais a possibilidade de que um grupo de Professores brancos decidam como é o Brasil, como é o pacto nacional, os brasileiros são assim. Se 45% da população quer essa mudança desse pacto, ela tem que resistir. Então, as cotas são uma demanda de 45%, dos líderes dos 45%.

Aí eu queria, com todo o respeito e o carinho aos colegas Miranda e Roque, não é uma questão pessoal, mas lembrar o seguinte, há uma desproporção nesse grupo. Porque o senhor tem aqui apenas Rio e São Paulo, onde estão justamente a UFRJ, a UFMG e USP, e é preciso lembrar também que a mídia ficou meio que refém dessas universidades poderosas. Quer dizer, de uma certa maneira os jornais de São Paulo são muito ligados à USP e, como a USP é contra, os jornais de São Paulo são contra. E como os jornais também do Rio de Janeiro são muito ligados e a UFRJ tem um grande poder, eles são contra. Mas o Brasil tem 27 Estados.

Então, o que aparece nos jornais do Rio e de São Paulo não reflete o movimento nacional. De forma alguma. Então, há uma distorção de representação que se nota pelo fato de que de quatro pessoas presentes os dois Professores são do mesmo departamento da mesma universidade. E o movimento negro que aparece aqui são dois do mesmo movimento negro de São Paulo. Esse movimento negro também é pequeno relacionado ao movimento que é a favor das cotas.

No dia 24 de julho houve um grande ato a favor das cotas no Rio de Janeiro, que tinha mais de 50 organizações negras, entre as quais a CONEN(F), a PVNC, a EDUCAFRO, a CUT, a COLUTAS(F), o MNU, (soa a campainha) a Federação Israelita, a Loja Maçônica e tantas outras. Significa que esse movimento é enorme. E elas só fazem sentido, a massa crítica nacional vai ter então que mudar a natureza das relações raciais, as ações afirmativas são uma forma de colocar uma série de questões que estão bloqueadas

no mundo acadêmico, que estavam bloqueadas também na sociedade.

Então, há uma efervescência em todo o País. Isso é que eu sinto. Então, é em nome dessa efervescência que eu também poderei dizer no final para os meus colegas que as cotas fazem muito mais sentido é no socialismo. Quem é socialista é que deveria ser a favor das cotas. Por quê? Porque você teria um piso mínimo de cidadania para todos. Mas como é que nós vamos reparar uma história passada de desigualdade? Nós só faríamos essa história de desigualdade com ações afirmativas. Senão, esse socialismo poderia durar cem anos. Os exemplos de culpa pelos Estados Unidos que estão dando. Por quê? Você não repara em 40 anos, 300 anos de discriminação racial.

Então, a combinação justamente de um grande esforço socialista pela educação para todos, com as ações afirmativas, por quê? Porque é da elite também que você irradia mudanças. E tomara que tivéssemos mais Ministros negros, mais Senadores negros, mais Professores universitários negros. E isso implicaria refazer esse pacto nacional. Então, o pacto nacional não é mais entre nós que falamos, que quase sempre são brancos. Agora somos nós brancos, nós negros, nós indígenas. E em nome desse pacto, se a maioria quer as cotas, que as cotas existam então. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos para o Frei David, para as suas considerações finais, por cinco minutos.

FREI DAVID SANTOS – Bem, eu falo para os Senadores e Deputados que vão votar esses dois projetos que vocês devem, por questão de fidelidade ao voto, estar de lado dos 65% do povo brasileiro que, segundo o Datafolha, são a favor das ações afirmativas. Também lembrar a vocês, Deputados e Senadores, que no Brasil temos mais de 2500 pré-vestibulares organizados para negros, carentes e outros segmentos excluídos. E cada pré-vestibular tem no mínimo 50 alunos lutando para seu ingresso na universidade. Todo esse pessoal estará de olho, vigiando o voto dos Deputados e Senadores no sentido de ver justiça florescer em nossa realidade.

Segundo ponto, é dizer e pedir, conclamar a quem é contra e que falaram que esse projeto não foi bem discutido, que me apresente qualquer outro projeto que passou por esta Casa de janeiro deste ano a julho deste ano que teve mais debate do que o Projeto de Cotas. Então, gente, é falta de com a verdade di-

zer que não houve debate olhando a realidade desta Casa. Os projetos que aqui passam, o envolvimento dos movimentos sociais depende dos seus interesses, de cada cidadão. O projeto que teve mais envolvimento foi o de cotas para negro. Ora, e dizer que não teve debate é falhar com a honestidade.

Ponto três. Quero deixar bem evidenciado que eu, como padre franciscano, não estou hora nenhuma protegendo a minha igreja católica ou qualquer outra igreja cristã. Quero deixar bem claro que, em 1983, organizamos junto com uma grande equipe o I Encontro de Padres, Religiosos e Seminaristas negros. E por causa desse atrevimento fui punido pelo Cardeal Dom Eugênio Sales, do Rio de Janeiro.

Ponto quatro. Gosto muito do momento que estamos vivenciando. Eu espero que nossos irmãos negros do movimento socialista mantenham-se firmes no debate. Eu espero que a Yvonne Maggi, que o Peter Fry e os demais mantenham-se firmes, porque vocês provocam e ajudam o debate crescer. E falo isso por quê? Porque se vocês observarem, vamos chamar que até maio deste ano 70% do produto de ocupação de espaço na imprensa sobre cotas eram radicalmente contra e com afirmações tendendo à mentira. No dia 29, quando saiu o manifesto contra as cotas, aumentou o volume de material na imprensa sobre o assunto e ampliou o índice de matérias contra, beirando quase a 80%. Vocês conseguiram ampliar o grupo dos contra. Parabéns! No entanto, queremos registrar para vocês que a partir do dia 04/07, quando veio o manifesto a favor, e que a imprensa percebeu que o manifesto a favor tinha 355 intelectuais contra 144 dos contras, mudou radicalmente e, se vocês observarem, conseguimos beirar ao equilíbrio de matéria contra e a favor. E ao mesmo tempo ampliou em três vezes mais matérias nos jornais e televisão e rádios sobre o tema do negro. Portanto, agradeço sim o momento que vocês proporcionaram.

Eu quero mais uma vez dizer aos meus irmãos socialistas que vocês estão nos ajudando, sim. Porque eu tenho procurado matérias produzidas pelos socialistas (inaudível) negro, e eu que acho que um cristão ele é naturalmente socialista e luta pela igualdade a partir de Jesus Cristo, e eu estou muito feliz e vou voltar e mostrar e ler mais um pedaço desse documento aqui, “Igualdade e Igualitarismo”, por quê os socialistas defendem as cotas. E assim ele fala: “A sociedade burguesa histórica nunca pode realizar sequer a equidade. Em País algum os cidadãos são iguais diante da lei porque

os donos do capital podem mais. Ser branco pobre no Brasil nunca foi o mesmo que ser negro pobre. A igualdade de oportunidades não pode corrigir, em prazos breves, essas desigualdades”. Ora, gente, essa é uma preciosidade de reflexão feita por socialistas. Portanto, tenho esperança de ver cada vez mais os socialistas ombreando conosco negros nesse processo.

E encerrando, eu quero registrar e conclamar toda a imprensa do Brasil para ser justa com esse debate, dando espaço para os dois lados e, especialmente, dando cobertura ao encontro que, para mim, vai ser o marco no Brasil, o encontro realizado pela UnB e outros segmentos onde vai reunir mais de 10 universidades públicas brasileiras que já adotaram cotas e já tem pesquisa avaliando, de maneira acadêmica e séria, o desempenho de cada grupo. Esse encontro vai ser agora, 21 e 22 de agosto, na UnB. Conclamo a imprensa para ser justa, fazer um debate, mostrar esse material, trabalhar com material prévio durante e depois do encontro, e assim, ajudar o Brasil a entender que a academia vai melhorar com a presença da comunidade negra. O Brasil vai melhorar com a presença da comunidade negra.

Eu digo com toda a certeza que essa história de que vai aumentar o conflito racial no Brasil é uma preocupação bastante interessante, mas que carece de fundamentos. Eu proponho aos que são contra para refletir mais essa questão e observar, vocês não podem impor ao Brasil uma visão ultrapassada de outras realidades. Nós brasileiros somos grupos maduros, queremos igualdade, só isto. Nenhum negro, andando pelo Brasil inteiro, não vejo nenhum grupo negro querendo ser superior aos grupos brancos. No entanto, encontramos vários grupos brancos em comunidades de Internet pregando superioridade à comunidade negra, com referência aos negros. Portanto, percam esse medo de nosso povo negro, o que nós queremos aí é unicamente igualdade de direitos. Obrigado.

E também propor a quem está vendo pela TV Senado que não deixe de ler o artigo da Mirian Leitão. Está em www.educafro.org.br.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu queria, no encerramento dessa Audiência Pública, agradecer, em primeiro lugar, a todos aqueles que se deslocaram de seus Estados para participar desse momento, agradecer muito aqui ao Senador Mesquita Júnior, que esteve pela manhã e pela tarde, do início ao fim, neste debate, agradecer especialmente à Comissão de Educação e toda a sua

equipe, Júlio, pela forma como trabalharam para que o evento acontecesse, agradecer ao Presidente da Comissão de Educação, o Senador Salgado, agradecer ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Valadares, e da de Direitos Humanos, Senador Cristovam. Que, podem saber, para que esse evento acontecesse muita gente teve que trabalhar. Mas é com muito carinho mesmo, mas com muito carinho que eu quero agradecer a todos os nossos convidados, principalmente os painelistas.

Agradecer a você, Roque. Para mim foi bom, Roque, você dizer que você tem o seu ponto de vista. Mas quer fazer o debate. E me convenço. Esta frase é uma frase importante.

Agradecer à Yvonne Maggi pela sua forma transparente e clara das suas posições, e explicitando aqui que, no seu entendimento, o Congresso não deveria aprovar nem o estatuto nem o PL 73, que trata das políticas de cota nas universidades. Por isso é bom, isso suscita o debate para posições diferentes.

Prof. Peter, eu gostei muito de uma frase sua. Olha, veja uma coincidência, que eu já ouvi do Frei David num outro momento. E não foi combinado, não. E a frase é a seguinte: No fim desse debate, independente do resultado, da aprovação ou não, e claro que eu espero que seja aprovado, do estatuto e do PL 73, com certeza, esse País vai ter que ter outro olhar para o ensino público e gratuito com mais investimento nas nossas universidades para que possamos um dia sonhar que todo o nosso povo tenha acesso à universidade. Mas enquanto isso não aconteça, na minha visão, que venham as cotas.

José Carlos. José Carlos, eu até te digo que à distância, num primeiro momento, eu até disse uma frase que não gostaria de repetir, em relação àquele documento e quero dizer que gostei muito, gostei muito mesmo dessa polemização e a forma de colocar, disposto ao debate, a estar em outros debates e contribuir para que efetivamente a gente construa o melhor para o País. É essa a mensagem que você também passa.

Marcos, do MNU. A história do MNU é refletida nesse momento aqui que você representa. Esse movimento, a nível nacional, tem feito um trabalho belíssimo. E com certeza você aqui foi muito feliz na forma de defender cada uma das suas posições. Teremos outros debates e, com certeza, você será convidado.

Frei David, eu confesso a todos vocês e vou dizer aqui de público que “meu guru” nesse tema se cha-

ma Frei David. E vou dizer por quê aqui. Eu era ainda sindicalista, eu estou no Congresso há 20 anos, quatro mandatos como Deputado Federal e agora como Senador, eu era sindicalista, eu presidia a Central Estadual de Trabalhadores. Naquele tempo não tinha a divisão entre as Centrais Sindicais, só havia uma em todo o Rio Grande do Sul. E eu fui convidado no CEPERGS(F) para um debate sobre cotas. E adivinhem qual é a posição do sindicalista Paulo Paim, Presidente do Movimento Sindical gaúcho. Não entendia nada de cotas. Conseqüentemente, contra. E o Frei David, de forma didática, respeitosa, chega para mim e diz: “Meu amigo Paim, como é bom estar aqui neste debate com você. Mas eu vou te dar um exemplo”. E ele foi para o quadro-negro. Lembra, Frei David? Foi para o quadro-negro, no CEPERGS, lá no Rio Grande do Sul, auditório lotado, “a disputa para a universidade do negro com os que não são negros, é como se fosse uma corrida de obstáculo, e eles saem, no mínimo, 200 metros na frente”. E a sua argumentação foi tão sólida, e eu não tenho vergonha de dizer aqui que daquele dia em diante, Frei Davi, eu me incorporei nessa caminhada do movimento negro e passei a defender, com muita convicção, a as suas posições, que aqui eu identifico nesse momento, na política de cota, e não só na política de cota.

Carlos Medeiros. Se eu falhar me ajude. Você foi Assessor aqui do Abdias. E eu quero aqui de público disser para vocês que eu aprendi muito com o Abdias e com o Carlos Medeiros aqui. Os primeiros textos, é Abdias, e aí tem ser dito, dizem que a primeira Senadora negra foi Benedita e que o primeiro Senador negro, alguns dizem hoje, é o Paim. Não é verdade. O primeiro Senador negro se chama Abdias. O grande líder Abdias. E o Carlos Medeiros o assessorava. Quantas vezes na Câmara dos Deputados eu ouvia os pronunciamentos por ele dito.

José Jorge, você me entusiasmou muito. Por cada palavra, pela história que é a UnB, essa caminhada bonita de V.S^a. e de outros que estão lá dentro, também do Reitor Timothy. Os argumentos aqui usados, claro que mexe com as emoções da gente. E por isso tudo, vocês vão me permitir, porque eu disse que hoje de manhã que um dos meus defeitos é ser metido a ser poeta. E eu escrevi algumas poesias e quem leu, já recebeu, vai ver que muitas falam do negro. Eu ia falar aqui do poema que eu escrevi para a Maria do Carmo Jerônimo, quando ela fez 124 anos, e temos até a foto dela aqui que está na capa inclusive do li-

vro e aqui dentro. Mas não vou fazer. Eu vou, se vocês me permitirem, vou ler só um pedacinho pequeno de uma homenagem de outro cidadão. É aquele que vocês bateram palmas. Essa poesia eu escrevi para o Abdias quando ele fez 92 anos. Então, eu vou ler só um pedacinho e com ela vou terminar. Entreguei, em mãos, a poesia ao Abdias. “Abdias, tua vida, Abdias – e eu sei que ele está assistindo ao programa – foi dedicada a essa causa, à nossa causa, à causa da nação negra. Abdias, meu velho, querido velho, Abdias, o nosso povo há de contar em verso e em prosa a tua história, a história de um guerreiro, a história de um lutador. Os poetas vão lembrar de Abdias. Falando de paz, de rebeldia... E tenho certeza, a emoção será tão forte, como é hoje, quando sentimos e ouvimos a simples batida do tambor. Falarão de um homem negro, de cabelos brancos e barba prateada que, independentemente do seu tempo, nunca parou. Fez da sua guerra a nossa batalha. Como ninguém. Nunca tombou, foi dele e é nossa a bandeira da igualdade, da justiça e da liberdade. Abdias, tu és o exemplo para todos nós, tu és o homem que viveu à frente do seu tempo. Vida longa, a mais de cem anos a você, meu querido, meu velho militante da liberdade, da justiça e da igualdade, Abdias”. Está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 18h24

21ª reunião (extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para o dia 5 de outubro de 2006, quinta-feira, na sala de reuniões nº 13 Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às onze horas vinte e oito minutos do dia cinco de agosto de dois mil e seis, na sala de reuniões, Ala Senador Alexandre Costa, sala 13, sob a Presidência do Senhor Senador Romeu Tuma e com a presença dos Senhores Senadores Jose Agripino, Leomar Quintanilha, Roberto Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Demóstenes Torres, Mão Santa, Valdir Raupp, Siba Machado e Paulo Paim. Justificou a ausência conforme OF/GSFA/0981/06 o Senador Flávio Arns. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Romeu Tuma coloca em votação a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é aprovada. Inicia-se a presente reunião, convocada para apreciação do item único o Requerimento nº 25, de 2006-CDH, de autoria do Senhor Senador Paulo

Paim, que tem como objetivo a realização de audiência pública com vistas a tratar “Da Convenção Internacional para os Direitos dos Portadores de Deficiência à Luz do PLS 06/2003”, com os seguintes convidados: Paulo de Tarso Vannuchi, Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Luis Fernando Astorga Gatjens, Director Ejecutivo del Instituto Interamericano sobre Discapacidad (IID)/ Vicepresidente de la Red Iberoamericana de Organizaciones No Gubernamentales de Personas con Discapacidad y sus familias (RIADIS); Regina Maria Melo Atalla, Diretora do Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente – CVI Brasil; Ana Paula Crosara De Resende, escritora, advogada especialista em Direito Administrativo e Empresarial, Mestre em Geografia e Ativista Social; Jorge Marcio Pereira De Andrade, Médico Psiquiatra do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira; Ela Wiecko Volkmer De Castilho, Subprocuradora-Geral da República – Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão – MRF; Cleide Ramos Reis, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia; Ricardo Tadeu Marques Da Fonseca, Procurador da Procuradoria Regional do Trabalho da 9a. Região; Joelson Dias, Conselheiro Titular do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE) e membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB; e Senador Flávio Arns, Relator do PLS nº 06/2003, que “Institui o Estatuto dos Portadores de Deficiências”. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim e Roberto Cavalcanti. Em seguida o Presidente coloca em votação o Requerimento que é aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, às dezoito horas e vinte minutos. determinando que eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão, lavre a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as Notas Taquigráficas. – Senador **Romeu Tuma**, Presidente em exercício da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Bom dia, Sras. e Srs. Senadores. Essa é a nossa 21ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa.

Eu gostaria de perguntar aos Srs. e Sras. Senadores se dispensam a leitura da ata anterior? Dispensada. Considero aprovada e estará sobre a mesa dos Srs. Senadores.

Em seguida, passo a palavra ao Senador Paulo Paim, para que faça a leitura do Requerimento 25, de sua autoria.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Romeu Tuma, mais uma vez agradeço a V.Exª., V.Exª., sempre presente aqui em todas as Comissões do Senado.

Essa reunião de hoje do qual V.Exª. está presidindo, tem como único objetivo de aprovarmos um requerimento para uma Audiência Pública, com vistas a tratar da Convenção Internacional para o Direito das Pessoas Portadoras de Deficiência, com luz no PL nº. 06 de 2003 de minha autoria, que trata do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Senador Romeu Tuma, no mês passado houve uma Conferência Internacional em Nova Iorque tratando da aprovação da Convenção Internacional que trata da vida, da caminhada, dos direitos da pessoa com deficiência. O Estatuto da Pessoa com Deficiência que V.Exª. nos ajudou muito já, junto com o Senador Azeredo e Flávio Arns, está em debate aqui no Senado da República.

A redação até o momento, fruto do substitutivo que é uma construção coletiva, eu sempre digo que o autor ele pode ter tido a idéia primeira, nesse caso e em tantos outros casos. E no debate que a gente tem feito na sociedade, e V.Exª. já participou de inúmeras audiências públicas, nós estamos já com o relatório final do Senador Flávio Arns, eu diria pronto, só que nós queremos que ele esteja adaptado também à Convenção Internacional, então, essa audiência tem esse objetivo.

Estão sendo convidados uma série de especialistas na matéria, como por exemplo, o Doutor Jorge Márcio Pereira de Andrade, que é um Psiquiatra. A senhora Ela Wiecko Volkmer de Castilho, que é Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão. A senhora Cleide Ramos Reis, Promotora de Justiça. A Cleide tem um belíssimo trabalho nessa área, ela vem representando o Ministério Público da Bahia. O senhor Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, do Ministério Público do Trabalho, Procurador Regional do Trabalho da 9ª Região. O senhor Joelson Dias, Conselheiro Titular do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, CONAD, Comissão Nacional dos Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB. E, estará também aqui naturalmente, a Doutora Cristina, que tem um excelente trabalho nessa área.

Nós estamos propondo Senador Romeu Tuma, que essa Audiência Pública, com o objetivo de discutir o Estatuto da Pessoa com Deficiência que vai beneficiar 24,5 milhões de pessoas, que ele esteja em sincronia, em consonância com a Convenção Internacional que trata do mesmo tema.

Nós estamos propondo que seja entre o dia 08 e o dia 9, porque existe a possibilidade dos convidados nesse dia estarem presentes, seria ou dia 08 ou dia 09.

Eu pediria a V.Ex^a. se pudesse botar em votação com essa tolerância do dia 8 ou 9 de novembro de 2006, porque seria muito bom que essa Audiência Pública se realizasse no mês de novembro, que possibilita ainda até no fim de dezembro, quando terminamos os trabalhos legislativos, para que o Estatuto da Pessoa com Deficiência seja aprovado aqui no Senado e remetido, então, para a Câmara Municipal dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Lido o requerimento, eu passo à discussão.

Não havendo quem queira discutir, eu acho que a data marcada pelo Senador Paim, que tem se dedicado com bastante intensidade nos problemas importantes, principalmente dos mais necessitados, eu passo a ele a obrigação, se pudesse assim chamar, mas a delegação da Comissão, para que ele entre em contato para definir a data.

Eu queria Senador, se V.Ex^a. permitisse, relatar um fato interessante.

Eu, quando Primeiro Secretário, procurei trazer aqui um pouco da presença dos deficientes e melhorar a situação dos acessos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu sou testemunha do seu trabalho, a sensibilidade aqui na Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Isso sempre está na minha cabeça. O Senador Presidente, o Renan, criou um setor especializado na área de comunicação só dedicado aos deficientes, que é a Dra. Solange, jornalista que dirige esse tema. É interessante o que aconteceu, agora, no dia 1º de outubro nas eleições.

Essa data a gente tem que analisar o fato do direito do deficiente ter todas as condições para exercer seu direito de cidadão. E é claro, como a gente é parlamentar, normalmente você vai ao colégio e às pessoas te procuram para pedir que melhore isso ou aquilo e os deficientes são eternamente, estão eterna-

mente na busca de poder ter condições de responder. É o acesso difícil, às vezes, tem que carregar no colo por que... Como é que chama? A máquina de votar fica no outro andar...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – A urna eletrônica.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A urna. Então, não tem um local especializado para o deficiente físico.

E, um cego me fez uma colocação que eu deixo a critério de V.Ex^a., para estudar. Ele disse o seguinte: “Nós digitamos. Tem em braille o número. Só que quando eu aperto o “confirma” eu não sei quem é. Nada repete o nome do candidato, para eu ter certeza que eu votei certo”. Então, eu estou... “Confirma”, faz o “plim plim”, mas eu não sei se eu votei certo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Teria que ter a voz, como tem no computador que eles operam.

Deixa eu lhe dar um exemplo, no meu gabinete eu tenho o Luciano que é cego e ele faz...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu estou trazendo isso ...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu achei interessantíssimo, ele faz os discursos pela voz.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque foi uma queixa, assim, muito doce da pessoa.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Vamos trabalhar no estatuto com essa preocupação que V.Ex^a. levanta que tem toda a procedência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu achei tão importante que foi no dia da votação, da eleição, porque podia até justificar: “Eu não vou votar. Difícil. Eu não sei se eu vou acertar”. Não. Fez questão de votar, mas fez um pedido para um parlamentar. Quer dizer, o caminho é correto.

E, V.Ex^a., como está buscando esta solução, eu acho que eu estou transmitindo uma reivindicação, que eu acho justa e correta, e é cidadania.

Então o que ele quer? Apertar o botão no “confirma” e ter uma voz que repita a ele, o nome para quem ele votou.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito, muito importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Teria que ter uma ... Porque a máquina...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Vamos levar para o Senador Flávio Arns, que é o Relator da matéria, esta sua contribuição. Eu estou colocando ao

Senador que chegou agora, nesse momento, para dar sua contribuição também.

Nós estamos aprovando aqui um requerimento, para termos uma Audiência Pública para discutirmos o Estatuto da Pessoa com Deficiência, com o olhar na Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovado recentemente em Nova Iorque. E, o Senador Romeu Tuma está dando aqui um exemplo importantíssimo, que ele percebeu ali no ato de votar, não foi Senador Romeu Tuma?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Foi no colégio.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Um menino cego foi votar e ele apertou “confirma” em braile. Sim, mas como é que ele sabe que, efetivamente, ele votou no candidato que ele queria e não em outro. O “confirma” é que vai garantir, mas tem que ter a voz que assegurasse a ele que ele acertou.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Voz ou alguma tecnologia moderna, que dê a ele a certeza de que ele votou certo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nem que ele tivesse um fone de ouvido: “Você votou no 131, confirma?”.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Que ele apertaria: “Você está digitando o nome do candidato fulano de tal. Você confirma?” Então, ele vai lá e confirma.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – “Você confirma o número tal?” Eu disse 131, porque na outra campanha o meu número foi 131.

Eu não sou candidato a nada, então, eu não estou (inaudível).

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas já passou.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Já passou, não tem crime eleitoral nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador, nós já aprovamos o requerimento, mas se V.Ex^a., desejar contradizer ou aprovar. Então, aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se V. Exa., permitir, só para situar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pois, não. É bom ele explicar o apoio ...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu posso rapidamente aqui, só para situar o senhor, o que é a justificativa do requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Agora, leve para casa e leia, que é interessante.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O requerimento da Audiência Pública, ele tem a seguinte justificativa: No dia 26 de agosto de 2006, a ONU – Organização Nacional das Nações Unidas deu um gigantesco passo para harmonizar uma relação mundial com a pessoa portadora de deficiência.

Através de um Comitê Especial da ONU, foi aprovada a Convenção Internacional para os Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, o primeiro tratado sobre direitos humanos aprovado neste século.

Na oitava rodada de negociações, num período de duas semanas, 192 países da ONU que vinham trabalhando ao lado de ONGs, conseguiram adotar um convênio que obrigará os Governos a adotar medidas específicas a favor das pessoas portadoras de deficiência.

O Comitê Especial da Assembléia Geral que negociou o tratado foi presidido pelo Embaixador Neozelandês Dom Mackay, que considerou um sucesso a aprovação do texto em tão pouco tempo.

A Convenção vai exigir que os Governos introduzam mudanças em suas legislações. O objetivo é melhorar e promover o acesso à educação e ao emprego às pessoas com deficiência.

Outra preocupação é o acesso à informação e a sistemas de saúde adequados, além da modabilidade, mobilidade sem obstáculos físicos, nem sociais.

Quando eu disse aqui, mobilidade e disse modabilidade, é porque eu sempre digo que a gente tem que entender que com os anos nós todos vamos tendo alguma deficiência. (Falha no áudio)

Mobilidade, eu digo certo aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A modalidade é o que a gente tem que inserir nas pessoas, a modalidade de prestar serviços ao deficiente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Isso. Com isso vamos ver que todos nós com os anos, vamos tendo algum tipo de deficiência. Eu já tenho duas, três, que eu só falei aqui da vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor vê o exemplo de uma propaganda de televisão, Senador Roberto, em que o jogo de mesa ali. O sujeito não enxerga, põe, isso é propaganda de óculos, põe o baralho ali, o vizinho, ele perde todas. Na hora que ele tem um óculos, ele começa a ganhar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Começar a ganhar!

E terminando. Um objetivo adicional da Convenção é proteger e garantir a igualdade plena das pessoas com deficiência, em paridade com os demais cidadãos em áreas como a participação na vida pública e no bem-estar social.

O conceito de deficiência é um dos pontos mais polêmicos no debate. Pelo acordo, o portador de deficiência foi definido como a pessoa que sofre uma desvantagem física, mental ou sensorial, que limita a sua capacidade de executar as atividades cotidianas, causadas ou agravadas por condições sociais e ambientais.

Segundo números da ONU, há cerca de 650 milhões de portadores de deficiência no mundo todo. O número representa aproximadamente 10% da população mundial.

Nos países onde a esperança de vida é superior a 70 anos, uma média de oito anos, 11,5% da vida de uma pessoa, se passa em situação de incapacidade física. A maioria, 80% dos deficientes vive nos países em desenvolvimento. Nas nações industrializadas a taxa é mais alta que nos setores sociais marginalizados e com o menor acesso à educação. Outros números revelam que 20% das pessoas mais pobres do mundo têm deficiência.

A sua marginalidade se reflete em estudos que demonstram, por exemplo, que 90% das crianças com deficiências não frequentam sequer as escolas. Além disso, o índice mundial de alfabetização dos adultos com deficiência não passa de 3%, no caso das mulheres 1%, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

O tratado deve ser aprovado pela Assembleia Geral no período das sessões que começam em setembro próximo, depois, será necessária a ratificação dos países em que o mesmo está em vigor.

Terminando, diz aqui, temos no âmbito do Legislativo o PL nº. 06 de 2003 que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência em avançado processo de tramitação, portanto, a ser definido o seu relatório final com o consenso de todas as representações.

É isso que fala a justificativa que pede, então, Audiência Pública, baseado nessa recomendação da ONU.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador, eu pediria, se fosse possível urgente, porque tem a Comissão de Ética que está terminando, estão chamando, e eu sei que o senhor

faz parte também... Mas eu queria ouvir, o Senador sempre tem uma mensagem ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO #1 – Não, não. Eu só gostaria de registrar aqui o meu endosso e minha consciência da importância do problema do deficiente. Tenho na família um problema de deficiente.

Eu tenho um sobrinho que tem uma deficiência auditiva e graças a um apoio familiar, nós somos uma família de dois, eu e uma irmã. E, minha irmã é uma pessoa extremamente competente e independente, conseguiu dar a este filho uma educação e um nível de expectativa social diferenciada, mesmo levando em conta o handicap negativo que é ser um deficiente.

Eu acosto a essa propositura e espero que possamos nessa Audiência Pública ter melhor visão dos problemas. Estarei presente, como sempre, com o maior prazer nesta audiência. E, espero que seja marcada dentro dos próximos dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Muito obrigado Senador. E, agora, o nosso cameraman me manda uma informação, que já há máquinas com dispositivos de colocar o microfone, quando o mesário é avisado para que o cego possa, realmente, ser aberto o voto dele, para ele mesmo.

Então, tem que exigir, porque há teses de modificações das urnas e tudo se não houver uma exigência, poderá sem dúvida nenhuma trazer amanhã dificuldade de alguém deixar de colocar algum dispositivo. E eu não sei se todas têm.

Então, a obrigatoriedade vai ajudar muito... Porque se o rapaz com deficiência visual, o cego completo, fez esse apelo é porque ele não encontrou o mecanismo onde ele estava.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO #1 – Só eles sabem as dificuldades que passam, a verdade é essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Na verdade, o que o Senador está fazendo é isso, trazer quem entende e quem conhece, porque a gente vê o dia-a-dia na rua.

Eu fui uma vez ao Japão, quando eu fui candidato e eu falei: “Se eu for Prefeito eu vou botar isso aqui”. São sinais na rua que o cego caminha pisando, e na hora de atravessar ele sabe que está impedido de atravessar por um sinal que é tocado. Quando pára ele pode atravessar.

Então, ele faz o controle auditivo e de contato.

Então é isso, Senador. Parabéns e vamos esperar a marcação da data para a gente voltar a comunicar os membros da Comissão.

E nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 11h15.



EDIÇÃO DE HOJE: 650 PÁGINAS